



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

ANO LXVIII – SUP. “A” AO Nº 169 – QUINTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLA- TIVOS DE PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANEN- TES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCO- MISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômi- cos – CAE

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em
10 de setembro de 2013..... 0005

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 10 de setembro de 2013..... 0016

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em
17 de setembro de 2013..... 0039

Ata da 57ª Reunião, Conjunta, realizada em
17 de setembro de 2013..... 0060

Ata da 58ª Reunião, Conjunta, realizada em
18 de setembro de 2013..... 0084

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais –
CAS..... 0108

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 10 de setembro de 2013..... 0108

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 11 de setembro de 2013..... 0126

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 18 de setembro de 2013..... 0139

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – CCJ..... 0147

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 29 de agosto de 2013..... 0147

Ata da 50ª Reunião, Ordinária, realizada em
4 de setembro de 2013..... 0178

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 10 de setembro de 2013..... 0222

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 10 de setembro de 2013..... 0262

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e
Esporte – CE..... 0279

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 11 de setembro de 2013..... 0279

Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em
17 de setembro de 2013..... 0299

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 18 de setembro de 2013..... 0308

Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em
24 de setembro de 2013..... 0324

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa
do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA..... 0328

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 17 de setembro de 2013..... 0328

1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional – CRE..... 0346

Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em
12 de setembro de 2013..... 0346

Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em
17 de setembro de 2013 (realizada em conjunto com
a 57ª reunião da CAE) (**Publicada no item 1.1.1**)

Ata da 41ª Reunião, Conjunta, realizada em
18 de setembro de 2013 (realizada em conjunto com
a 58ª reunião da CAE) (**Publicada no item 1.1.1**)

1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestru-
tura – CI..... 0379

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 2 de setembro de 2013..... 0379

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 4 de setembro de 2013..... 0391

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 11 de setembro de 2013..... 0425

1.1.8 – Comissão de Desenvolvimento Re-
gional e Turismo – CDR..... 0452

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 21 de agosto de 2013..... 0452

1.1.9 – Comissão de Agricultura e Reforma
Agrária – CRA..... 0460

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 5 de setembro de 2013..... 0460

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 5 de setembro de 2013..... 0490

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 12 de setembro de 2013..... 0492

1.1.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática – CCT..... 0502

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 17 de setembro de 2013..... 0502

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2013.....	0525	Ata da 7ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2013	0574
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2013	0556	1.1.11 – Comissão Senado do Futuro – CSF	0580
1.1.10.1 – Subcomissão Temporária para a Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil.....	0574	Ata da 1ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2013	0580

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e dezessete minutos do dia dez de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, João Vicente Claudino, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues, Gim, Vicentinho Alves e, ainda, do Senador Pedro Simon. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino e Armando Monteiro. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 52ª e 53ª Reunião, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: 1-Aviso nº 42 de 2013 (Aviso nº 980-Seses-TCU-Plenário), de 7 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.352/2012-1, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam; 2-Aviso nº 43 de 2013 (Aviso nº 983-Seses-TCU-Plenário), de 7 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.348/2012-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 3-Aviso nº 45 de 2013 (Aviso nº 1008-Seses-TCU-Plenário), de 14 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-026.037/2012-2, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam; 4-Aviso nº 46 de 2013 (Aviso nº 1015-Seses-TCU-Plenário), de 14 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do

Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-033.019/2012-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 5- Aviso nº 48 de 2013 (Aviso nº 1053-Seses-TCU-Plenário), de 19 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 041.604/2012-1, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam; 6- Aviso nº 49 de 2013 (Aviso nº 1071-Seses-TCU-Plenário), de 21 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 043.567/2012-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 7- Aviso nº 50 de 2013 (Aviso nº 1073-Seses-TCU-Plenário), de 21 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 043.568/2012-2, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 8- Aviso nº 51 de 2013 (Aviso nº 1075-Seses-TCU-Plenário), de 21 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 044.050/2012-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 9-Aviso nº 53 de 2013 (Aviso nº 1442 GP/TCU), de 28 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-033.016/2012-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 10- Aviso nº 54 de 2013 (Aviso nº 1055-Seses-TCU-Plenário), de 21 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 043.672/2012-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 11-Aviso nº 55 de 2013 (Aviso nº 1057-Seses-TCU-Plenário), de 21 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 044.051/2012-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 12- Aviso nº 869-Seses-TCU-Plenário, de 17 de julho de 2013, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 018.693/2012-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 13- Aviso nº 1094-Seses-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2013, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.023/2012-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; 14- Aviso nº 1387-GP/TCU, de 23 de agosto de 2013, encaminhando cópia do Acórdão nº 2534/2011, proferido pelo

Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-004.795/2011-3, bem como do Relatório, do Voto e do Pronunciamento da Unidade Técnica que o fundamentam; 15- Aviso nº 47 de 2013, do Ministério da Fazenda, Aviso nº 290 de 19/08/2013, na origem, que encaminha, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, relatório sobre a Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2013; 16- Aviso nº 52 de 2013 (Aviso nº 291/GMF/MF-DF), de 26 de agosto de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de julho de 2013, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; 17- Aviso nº 57 de 2013 (Aviso nº 119/2013-BCB), de 29 de agosto de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de julho de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e 18- Ofício nº 129 de 2013, de 12 de junho de 2013, da Associação dos Madeireiros e Moveleiros do Oeste de Santa Catarina (AMOESC). Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão também recebeu o seguinte documento de caráter sigiloso que permanece à disposição na Secretaria da Comissão para eventuais consultas: Aviso nº 1021-Seses-TCU-Plenário-SIGILOSO, de 14 de agosto de 2013, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 013.036/2012-2, na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 14/08/2013, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1- Projeto de Lei da Câmara nº 40 de 2013**, não terminativo, de autoria do Deputado Beto Mansur, que “dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências”, tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. Em 3/9/2013, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, relatora da matéria, os Senadores Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Benedito de Lira, Cristovam Buarque, Gim, Romero Jucá e Jayme Campos. Encerrada a discussão, colo-

cado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao Projeto. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 2 – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 53 de 2013**, de iniciativa do Senador Pedro Taques, que requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil, segundo reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” de 22 de agosto de 2013, e de outros veículos de imprensa, bem como os respectivos desdobramentos no âmbito tributário e previdenciário, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Guido Mantega -Ministro da Fazenda; Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; e Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 53 de 2013-CAE. **Item 3- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 55 de 2013**, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para tratar o tema da “Reindustrialização no Brasil”, com a presença dos seguintes convidados: senhor Carlos Eduardo Abijaodi – Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI); senhor Edmar Lisboa Bacha – Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica (Casa das Garças); senhor Mansueto Facundo de Almeida Júnior – Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e o senhor Luiz Gonzaga Belluzo – Pesquisador, Consultor e Diretor da Faculdades de Campinas (Facamp). Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Pedro Taques. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 55 de 2013-CAE. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 4- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 56 de 2013**, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para discussão das denúncias de espionagem sobre informações da Petrobras, perpetrada pelo governo estadunidense e seus reflexos nos leilões de concessão de campos de ex-

ploração de petróleo, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras; Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa; Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Sr. Gal. José Elito Carvalho Siqueira, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Sra. Magda de Regina Maria Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Pedro Simon. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 56 de 2013-CAE. Item 5- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 57 de 2013, de iniciativa do Senador Roberto Requião e outros, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 34/2013-CAE, a inclusão entre os convidados na audiência pública destinada a discutir os avanços do novo marco regulatório do Pré-Sal do engenheiro Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras – Aepet. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 57 de 2013-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 58 de 2013-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 44/2013-CAE, que a audiência pública destinada a instruir o PDS nº 275/12 se destine também, nos termos do art. 93, II, a discutir os acordos entre o Banco do Brasil e a PREVI, e que esta seja feita em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 52ª e 53ª Reuniões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, nos termos do art. 58 da Constituição, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado, quero apresentar um requerimento a V. Ex^a, a esta Comissão, para que seja realizada audiência pública conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, a fim de que possamos debater com a Sr^a Graça Foster, Presidente da Petrobras; com o Sr. Celso Luiz Amorim, Ministro de Estado da Defesa; com o Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e com o General José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A ideia é, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores deste Senado Federal, nós realizarmos uma audiência pública, e se faz urgente essa audiência pública, pelos notórios acontecimentos revelados recentemente pelo Sr. Snowden, pelo jornal *O Globo* e pelo programa Fantástico, da Rede Globo, e pelo jornalista Glenn Greenwald, que dão conta de que o leilão do Campo de Libra, a ser realizado pela Agência Nacional do Petróleo nos próximos dia 20 e 21 de outubro, no nosso entender, está claramente contaminado pela clara e notória espionagem praticada pelo governo dos Estados Unidos da América, através da sua agência de espionagem, a NSA.

Por conta disso e das notórias informações que são de conhecimento público, divulgadas amplamente pelos veículos de comunicação, é que considero urgente, Sr. Presidente, a realização dessa audiência pública com as autoridades aqui mencionadas, em especial com a presença da Sr^a Presidente da Petrobras. E, se me permite, Sr. Presidente, não está incluso no requerimento, mas quero acrescentar a presença do Sr. Presidente da Agência Nacional do Petróleo.

Estou protocolizando e encaminhando o requerimento à Mesa. Conforme ato desta Comissão de Assuntos Econômicos, no momento que convier a V. Ex^a, gostaria que se procedesse a deliberação. Obviamente, eu sei que, pela sensibilidade de V. Ex^a, fará realizar essa audiência no momento mais adequado, tenho certeza, no momento que a urgência requer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu quero apoiar a proposta do Senador Randolfe – por favor, Senador Randolfe –, mas creio que a gente precisa apresentar alguma coisa. Todos estamos indignados com o que o governo americano tem feito. Mas eu estou indignado

também em como nós nos deixamos ser tão vulneráveis ao longo de décadas.

Eu acho que o Ministro da Defesa tem de vir também. Não basta a Abin. Por que nós, o Brasil, um país com a nossa dimensão econômica, com o nosso potencial, com uma reserva de minério, com uma empresa como a Petrobras, nos deixamos ser tão vulneráveis em vez de termos inclusive o poder de contra-atacar? Como é que a Petrobras não tem condições de saber o que acontece lá fora, quando todos sabem o que acontece aqui dentro?

E não sejamos ingênuos. Não é só o governo americano. Ou vocês acham que as grandes irmãs do petróleo não estão fazendo o mesmo também? Será que alguém tem dúvida de que todos os interessados em petróleo no mundo não estão, a esta altura, mergulhados nos subterrâneos dos computadores da Petrobras, navegando, vendo? Claro que estão. Hoje em dia, se faz isso com alguns telefones.

E nós passivos e com raiva, esperneando – corretamente, temos que espernear, temos que brigar! – e de maneira às vezes humilhante.

Em vez de o governo americano mandar alguém aqui se explicar, o nosso chanceler foi a Washington ouvir a explicação dele. E nem vai ser recebido pelo Secretário de Estado norte-americano, vai ser recebido por uma assessora.

Essa fragilidade, essa vulnerabilidade é que merece uma indignação também. Onde é que nós erramos ao longo de 50 anos?

Se a gente tivesse gasto 5% do que gasta com a Copa para fortalecer os sistemas de informação brasileiros em relação ao mundo, nós não estaríamos, talvez, passando por isso que estamos passando. E a gente esquece. Acha que a culpa é só dos outros. Os outros estão sendo indecentes.

Os americanos estão cometendo um crime contra a privacidade, contra os direitos humanos, mas que não sejamos apenas os que jogam a culpa nos outros. Nós temos uma responsabilidade imensa, por sermos vulneráveis à força que eles têm.

Quero, portanto, incorporar minhas palavras ao pensamento do Ministro da Defesa, para que ele diga por que o Brasil é tão vulnerável e o que é preciso fazer para que deixemos de ser não só vulneráveis, mas até mesmo, se for preciso, fazer isso que eles fazem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam, na verdade, já está no requerimento do Senador Randolfe a Presidente da Petrobras, Sr^a Maria das Graças Foster; o Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não havia prestado atenção no nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... o Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Estado das Relações Exteriores; o Sr. General José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e o Senador Randolfe, agora, fala também em Presidente da ANP.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sim, Presidente da ANP. Presidente Lindbergh, se me permite, só complementando, o Senador Cristovam traz acréscimos ao meu requerimento.

É importante destacar que das informações prestadas pelo Sr. Glenn Greenwald, a partir das informações do Sr. Snowden, as informações fornecidas da NSA dão conta exatamente do seguinte: as informações buscadas pela NSA são compartilhadas pelos chamados cinco irmãos, ou cinco olhos, dos Estados Unidos. São esses cinco olhos os governos da Austrália, Nova Zelândia, Inglaterra e Canadá. Senador Cristovam, as grandes empresas petrolíferas do Planeta estão exatamente no Canadá, na Austrália, na Inglaterra, nos Estados Unidos, ou seja, não é mera coincidência e não é demais imaginarmos que exatamente onde estão os cinco olhos, os países aliados do governo americano, estão as grandes irmãs, as grandes empresas de petróleo do mundo, que, obviamente, a essa altura, já têm todas as informações sobre o leilão do próximo dia 20 de outubro.

Então, Senador Lindbergh, só acrescento ao requerimento a Agência Nacional do Petróleo.

Estou sendo informado aqui que existe um requerimento do Senador Roberto Requião, e eu quero aditá-lo, que sugere também a indicação do engenheiro Fernando Siqueira, que é especialista do setor de petróleo e atualmente Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

Então, aos que já citei, somente acrescento a Agência Nacional do Petróleo e o engenheiro Fernando Siqueira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Randolfe, o procedimento na Comissão de Assuntos Econômicos é o seguinte: nós lemos em uma reunião – vamos ler na reunião de hoje – e votamos na próxima. Mas já vou ligar para o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Ricardo Ferraço. Sei que a matéria vai ser aprovada na próxima reunião, e já vamos começar a trabalhar aqui esses convites, para definir

mos uma data para essa audiência em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores.

Cumprimento V. Ex^a pela iniciativa, o Senador Roberto Requião, e vamos tratar disso como prioridade nesta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço a V. Ex^a. De V. Ex^a eu tinha certeza de que o comportamento seria esse e eu não esperaria nada diferente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Randolfe.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 52^a e 53^a Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

1) Avisos do Tribunal de Contas da União: Aviso nº 42/2013; Aviso nº 43/2013; Aviso nº 45/2013; Aviso nº 46/2013; Aviso nº 48/2013; Aviso nº 49/2013; Aviso nº 50/2013; Aviso nº 51/2013; Aviso nº 53/2013; Aviso nº 54/2013; Aviso nº 55/2013; Aviso nº 869-Seses-TCU-Plenário, de 17 de junho de 2013, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC018.693/2012-1, bem como o relatório e o voto que o fundamentam; Aviso nº 1094-Seses-TCU-Plenário; Aviso nº 1387-GP/TCU.

2) Avisos do Ministério da Fazenda: Aviso nº 47/2013 e Aviso nº 52/2013.

3) Avisos do Banco Central do Brasil: Aviso nº 57/2013 e Ofício nº 129/2013.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Informo ainda o recebimento nesta Secretaria, onde permanece à disposição para eventuais consultas, do seguinte documento de caráter sigiloso: Aviso do Tribunal de Contas da União: Aviso nº 1.021-Seses-TCU-Plenário, sigiloso, de 14 de agosto de 2013, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC013.036/2012-2, na sessão extraordinária de caráter reservado, de 14 de agosto de 2013, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Item 1 da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a abrir a pauta, eu gostaria de levantar uma questão aqui. Nós

fizemos um longo debate nesta Casa, aliás, desde 2011, Senador Lindbergh, quando V. Ex^a ainda não era Presidente desta Comissão, mas era um árduo defensor desse debate do Pacto Federativo.

Fizemos isso no ano de 2011 e de 2012. Conseguimos, no início de 2013, dar sequência a essa questão do Pacto Federativo. Aliás, esta Comissão aprovou aqui o ICMS Importação; esta Comissão debateu exaustivamente o comércio eletrônico; esta Comissão debateu exaustivamente as alterações, as propostas de novo Pacto Federativo, digamos assim, para a questão do ICMS, assim como, Senador Flexa, nós iniciamos o debate aqui dos fundos de desenvolvimento, o regional e o fundo para também compensar as perdas dos Estados.

Estou chamando a atenção, Senador Flexa, para o fato de que, depois que nós aprovamos a resolução, assistimos à morte da MP 599. E pior: nós estamos vivenciando um dos períodos mais difíceis para os Estados brasileiros, para a economia, Senador Benedito de Lira, principalmente do Estado de V. Ex^a, do nosso, no Nordeste, do Mato Grosso do Sul aqui do lado, do Mato Grosso de Pedro Taques. Então, na realidade, nós teríamos que retomar esse tema, Senador Lindbergh. Não há sentido nenhum, num momento de crise tão ferrenha como este que nós estamos enfrentando, em que nós não coloquemos o dedo na ferida dessa questão, da chamada guerra fiscal. Mas eu estou mais preocupado é com outra guerra que nós estamos enfrentando, a guerra da sobrevivência dos Estados. Além disso, os Estados estão endividados.

O projeto de lei da dívida está lá do outro lado da Casa, Senador Moka, e nós não conseguimos votar isso. Nós vamos levar os Estados à falência, com um volume de serviços. Aí nós temos vários programas sendo apresentados e continuamos com o processo de custeio sobre as costas dos Estados e, obviamente, dos Municípios também. Então, Senador Lindbergh – V. Ex^a, que foi um timoneiro nessa questão –, chamo a atenção para isso.

Eu conversei com o Senador Delcídio do Amaral na semana passada, tivemos uma longa conversa, e nós vamos reabrir esse debate. Queremos propor à Liderança de todos os Partidos, à Mesa da Casa e, principalmente, à Mesa desta Comissão, que retomemos de forma incisiva esse debate da guerra fiscal. Esta Comissão votou um projeto. Se não for esse, então, vamos nos debruçar sobre outro projeto, mas nós não podemos fechar o ano de 2013 sem votar essa matéria, sem colocar isso na Ordem do Dia. Não dá para esquecer esse assunto. Isso significará, mais uma vez, matar as unidades da Federação. Então, não dá.

Ontem foi sancionada a Lei de *Royalties*, distribuindo os *royalties* para a educação e para a saúde. Correto! Mas nós não discutimos o encaminhamento para a questão das dívidas e para a guerra fiscal nos Estados. Não dá para continuar essa situação.

Então seria importante que V. Ex^a retomasse esse assunto. De forma veemente, eu faço este apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT -RJ) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Serei bem objetivo, Senador Lindbergh. V. Ex^a preside uma Comissão que, na minha avaliação, talvez seja a mais importante.

O Senador Walter Pinheiro acabou de falar de um assunto e, por coincidência ou não, eu vim aqui exatamente com essa preocupação, que hoje é a mesma de todos os Governadores. Ele fala do governo do Estado, mas ainda estão em uma situação um pouco melhor. Dura é a situação dos Municípios. Esses estão agonizando.

Então fizemos o projeto e votamos. O Senador tem razão: não é o ideal. Mas vamos voltar, vamos reabrir a discussão e chegar a um acordo que seja exequível. O que não pode é tirar a bola. Tiraram a bola do jogo e o jogo parou.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT -RJ) – Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Apoio Governo/PMDB – MS) – Isso não tem como continuar. E me perdoem. Não falo isso no sentido de fazer pressão, mas para dizer que V. Ex^a, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, junto com o colegiado, com todos os membros, tem que reforçar, tem que chamar o debate para esta Comissão e nós, urgentemente, temos que retomá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Moka, antes de passar para o Senador Flexa, Senador Walter Pinheiro, na semana passada, nós tivemos audiência aqui com o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Inclusive, fiz minha fala nesse sentido. Fiz um apelo ao Governo, ao Ministro da Fazenda. O Senador Delcídio do Amaral também veio aqui.

Acho muito importante a manifestação dos senhores, até porque nós sabemos que depois do projeto aprovado aqui na CAE houve avanços no Confaz.

Politicamente, a situação está fácil de ser resolvida, tem questões pontuais, mas há um acúmulo para ser votado no Plenário.

Provocado pelos senhores aqui, vou tomar o seguinte encaminhamento: peço à Secretaria que ligue agora para o Ministro Mantega, para marcarmos uma reunião de Senadores desta Comissão com o Ministro.

E comunicarei a todos os Senadores, definido o horário. Vou tentar fazê-lo ainda esta semana, para que a gente leve um pouco esse sentimento.

Há investimentos sendo prejudicados no País, há um clima de insegurança. É preciso que a gente manifeste que há um acúmulo aqui, no Senado Federal, para que esse assunto possa ser votado no Plenário.

Fizemos um grande esforço de negociação, avançamos, não podemos esquecer esse assunto. E o Senador Walter Pinheiro tem toda a razão: o ano para resolver é agora. Se não resolvermos agora, não vamos resolver no próximo ano.

Vou passar para o Senador Flexa Ribeiro, fazendo um apelo. Nós vamos ter uma audiência pública hoje, como os senhores sabem, está na pauta, muito interessante, para discutir a conjuntura econômica brasileira, com Ilan Goldfajn, que é o Economista-Chefe do Itaú/Unibanco; com Nilson Teixeira, que é o Economista-Chefe do Credit Suisse; com Otávio de Barros, que é o Economista-Chefe do Banco Bradesco. Estamos conseguindo dividir os trabalhos desta Comissão na votação dos projetos, e discutindo o cenário econômico nacional e internacional.

Essa vai ser uma audiência pública muito importante e interessante.

Vamos ter só, Senador Flexa Ribeiro, três pontos: um projeto cujo relatório a Senadora Vanessa Grazziotin já leu, que nós vamos votar rapidamente, e dois requerimentos, para encerrar esta reunião e começar a audiência pública.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer coro com o Senador Walter Pinheiro e o Senador Moka. V. Ex^a já respondeu efetivamente a ação que, como Presidente da CAE, tomará. Nós não podemos ficar esperando que o Executivo defina a pauta que a CAE adotará. Nós temos que voltar à discussão dos projetos do Pacto Federativo e da revisão do ICMS, que foram aqui exaustivamente debatidos e, ao final, ficaram como mortos-vivos, sem...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na verdade, já foi votado pela CAE. Saiu da CAE, está no Plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Exato. Então nós temos que voltar à discussão, para que possamos ter o projeto discutido e aprovado no plenário, de tal forma que os Estados e os Municípios brasileiros saiam dessa situação de insolvência em que se encontram. Não revisamos ainda a questão da dívida dos Estados; não fizemos isso. Temos que fazer a nossa parte, que é legislar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT -RJ) – Muito bem.

Vamos ao item nº 1.

A Senadora Vanessa Grazziotin já está presente.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2013

- Não Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.

Autoria: Deputado Beto Mansur

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Favorável ao Projeto.

O relatório já foi lido pela Relatora na 52ª Reunião, realizada em 3 de setembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Consulta a Relatora, dentro desse espírito de brevidade com que nós estamos trabalhando, se deseja fazer uso da palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E esse é o espírito dos representantes aqui presentes.

Eu só quero, mais uma vez, registrar a presença dos representantes de todos os concessionários de lotéricas do Brasil. Em primeiro lugar, o Presidente da Federação, Dr. Roger, que tem sido um grande lutador pela aprovação desse projeto de lei; bem assim os representantes de São Paulo, o Dr. Josimar Amaro; do meu querido Estado do Amazonas, o Sr. Samuel Azevedo; do Rio de Janeiro, o seu Estado, Presidente, o Sr. Marcelo Araújo; do Rio Grande do Sul, o Sr. Marcos Kovalik; do Piauí, o Sr. Raimundo Oliveira; de Tocantins, Lélis Lemos; de Goiás, Sr. Antônio Roberto; de Mato Grosso, Sr. Ademir; do Pará, Senador Flexa, o Sr. Robson Gomes; do Mato Grosso do Sul, o Sr. Ricardo; e de Alagoas, o Sr. Luiz Alberto.

Eles estão aqui, Sr. Presidente, em um grande esforço, porque não é fácil desempenhar as atividades de correspondente bancário ou de concessionário de lotéricas, uma vez que se trata de uma atividade que não dá o lucro que as pessoas imaginam; pelo contrário, eles quase que pagam para trabalhar. Contudo, a gente espera que, com a aprovação desse projeto, essa realidade mude.

Então, mais uma vez, digo da minha alegria com a sua presença aqui e que todos os louros, todas as homenagens sejam feitas a esses representantes, que, há anos, lutam, aqui e na Câmara dos Deputados, para ver esse projeto aprovado.

Parabéns e muito obrigado também pela sua eficiência, Senador Lindbergh, e, mais do que isso, pelo seu compromisso com os lotéricos do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Nosso Líder, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin pelo seu parecer. As casas lotéricas, hoje, desenvolvem um trabalho extremamente importante no campo da intermediação. No Rio de Janeiro, elas estão presentes em todo o Estado, todas elas com pessoas de alto nível. Desse modo, vejo com grande satisfação a aprovação desse projeto, que reconhece a importância das casas lotéricas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Dornelles. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero saudar a todos os presentes em nome do Robson Gomes, que esteve comigo, ontem, no gabinete em Belém, preocupado com a votação do projeto, o primeiro item da pauta de hoje. E eu o tranquilizei, dizendo que o parecer era favorável e que não haveria dificuldade. Por quê? Porque todos nós reconhecemos o trabalho que as lotéricas fazem em complemento ao sistema bancário nacional, fazendo as vezes dos bancos naquilo que estes não têm interesse em fazer, como o recebimento de determinados tipos de contas, serviço que as lotéricas fazem.

Então, eu quero, aqui, parabenizar todos os concessionários lotéricos, dizendo que tenho certeza absoluta de que vamos aprovar o projeto de autoria do Deputado Beto Mansur, com a notável relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu me lembro de V. Exª angustiado com a questão das 11 horas, mas, semana passada, nós fizemos um apelo, V. Exª pediu e a Senadora leu o relatório. Agora, V. Exª há de entender que eu, por exemplo, sou escravo dos companheiros do Mato Grosso do Sul. Então, é necessário dizer – é uma questão de justiça, Sr. Presidente! – que esse projeto vai dar exatamente tranquilidade àquele que precisa fazer o investimento, que faz o investimento, mas, quando chega aos dez anos, ele poderia ou não... Então, a ampliar esse prazo, é fundamental para dar garantia e estimular investimento.

Parabéns aos lotéricos, em especial aos que apresentam aqui o meu querido Mato Grosso do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Moka.

Senador Pedro Taques e, depois, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria apenas de expressar apoio ao projeto, que traz segurança jurídica, traz tranquilidade a esse setor, não cria monopólios e traz regras razoáveis.

Por isso, vou votar favoravelmente ao projeto, em homenagem ao autor ou à Relatora, Senadora Vanessa, e sobretudo a esses profissionais que desempenham serviços essenciais, notadamente em cidades pequenas, Sr. Presidente, como no Estado de Mato Grosso, em que muitos Municípios, muitos distritos não têm uma agência bancária, e essas instituições desempenham serviços de relevância para o cidadão mais simples, mais humilde. Portanto, voto favoravelmente ao projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Este é um debate que nós fizemos, inclusive, no início, Senador Moka – V. Ex^a deve se lembrar disso –, na Câmara dos Deputados. Desde a época dos franqueados, da chegada das atividades nas casas lotéricas, eles se comportavam, como disse muito bem o Senador Dornelles, como verdadeira rede capilarizada. Essa capilaridade é que tem proporcionado serviços essenciais a milhões de brasileiros. E nós estamos falando, Senador Lindbergh, de quase 40 milhões de brasileiros que não têm conta bancária.

Há um projeto, inclusive, de minha autoria, que trata de bancarização e que terminou sendo incorporado por emenda minha – porque o Governo tem uma cisma com essa iniciativa que é um negócio terrível – à MP 615, que permitirá a utilização dessa nova ferramenta que é a tecnologia móvel, que, no Brasil, a gente chama de celular.

Portanto, essa instituição ganha agora outro mecanismo para poder se relacionar com essa banda do País que não tem acesso a conta bancária, mas acessa a rede de crédito assistencial – Bolsa Família, Programa da Agricultura Familiar –, que tem pagar suas contas, que tem que receber benefícios da estrutura pública.

Portanto, essa é uma rede importantíssima, que tem segurado a onda em locais difíceis, Senador Moka, onde a atividade econômica não se estabelece por interesse inclusive dos grandes grupos.

Então, é meritória essa ampliação e, mais ainda, a prorrogação é fundamental para que ajustemos a essa ampliação a chegada de mais serviços para a gente,

de uma vez por todas, viabilizar a atividade econômica e poder utilizá-la como uma grande ferramenta para atender ao cidadão brasileiro.

Ressalto o apoio à matéria, em meu nome e em nome da Senadora Lúcia Vânia, que não conseguiu chegar aqui, mas me pediu que deixasse consignado o apoio da Bancada de Goiás, da qual faz parte juntamente com o Senador Cyro Miranda. A Senadora fez questão de me ligar para reafirmar o apoio a este projeto tão importante para a economia, principalmente dos nossos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento a Senadora Vanessa pelo seu parecer a este projeto, que dá, sem dúvida nenhuma, certa garantia e segurança jurídica aos que, na verdade, não podem exercer a sua atividade sem saber o que poderá acontecer amanhã.

Recebi, no meu gabinete, representantes do meu querido Estado de Alagoas. Como disseram os Senadores que me antecederam, a rede lotérica do País presta relevantes serviços às comunidades, principalmente às mais distantes dos grandes centros urbanos. A prestação de serviços das loterias justifica perfeitamente todo e qualquer esforço desta Casa para viabilizar esta proposta. Esperamos que ela possa sair daqui, seja imediatamente apreciada pelo Plenário e não demore muito tempo na Câmara dos Deputados, para que realmente consolide a vontade daqueles que trabalham ao longo do tempo. Esta é uma ação absolutamente coerente de V. Ex^a: ter pautado o projeto que tem o parecer da eminente Senadora Vanessa e, consequentemente, a aprovação, acredito, por unanimidade dos membros dessa Comissão. (Palmas.)

Eu gostaria de cumprimentar os lotéricos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Senador Cristovam Buarque. Depois, Senador Romero Jucá, que é o último inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, não tenho nada a acrescentar em relação ao papel importante das casas lotéricas e à necessidade que a população tem desse serviço. Nada a acrescentar.

Por isso, apenas digo que faço questão de dar meu apoio à proposta, ao projeto e ao parecer da Senadora Vanessa.

Estamos hoje num bom dia, servindo bem ao povo brasileiro e prestigiando as nossas casas lotéricas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra, Senador Romero Jucá, último Senador inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria da atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Primeiro, quero registrar que eu sou favorável ao projeto. Os permissionários, os representantes das loterias da Caixa eu acho que têm um serviço prestado. Nós estamos a favor do projeto.

Eu só quero registrar aqui um ponto que eu considero que está nebuloso, pelo menos para mim, e, se for a intenção do projeto, eu vou colocar isso no plenário para tentar ajustar. É que o art. 5º está dizendo aqui o seguinte: “A Caixa econômica como outorgante da permissão de serviços lotéricos – o.k. – na qualidade de contratante dos serviços de correspondente bancário”. Qual é a dúvida minha aqui? Da forma como está aqui escrito poderá haver a interpretação de que qualquer banco, inclusive o Banco do Brasil, para ter um correspondente bancário, independentemente de ser permissionário de loteria – não estamos discutindo loteria, não estamos discutindo a ação, a tudo aqui eu sou favorável –, ou seja, um banco privado ou o Banco do Brasil, se quiser contratar um correspondente bancário, que é um instrumento legítimo, vai depender da autorização da Caixa Econômica. Se é isso que está escrito aqui, eu acho que é um excesso. Nós estaríamos burocratizando e tirando a liberdade dos agentes financeiros.

Por isso, quero registrar o seguinte: vou votar favorável, pedindo urgência na matéria, para que no plenário eu possa apresentar uma emenda que ressalte e garanta todos os serviços dos permissionários da Caixa Econômica, mas que não crie, de certa forma, esse guichê, ou esse caminho, ou esse cartório para que qualquer segmento bancário ou agente financeiro tenha que pedir autorização à Caixa Econômica para ter um correspondente bancário. Isso não tem razão de ser.

Então, eu vou votar favorável, fazendo já o registro e pedindo à Caixa Econômica, ao Banco do Brasil, às entidades privadas que sugeriram um texto que preserve a autonomia e todos os trabalhos dos correspondentes da Caixa Econômica, mas que não burocratize e que não tire legitimidade financeira de os agentes atuarem no mercado da forma que entenderem, porque o processo é aberto para todos.

Então, vou votar favorável, vou pedir urgência da matéria para que a emenda de Plenário não retorne para a Câmara. É um projeto urgente, precisamos

votar, mas precisamos fazer esse ajuste no plenário. Fica aqui a ressalva. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu já manifestei a minha concordância com o parecer da Senadora Vanessa Grazziotin, mas eu entendo que essa observação do Senador Jucá tem sentido. Eu pediria, inclusive, à Senadora que ela examinasse a possibilidade de retirar a expressão “correspondente bancário”. Ficaria: “a Caixa Econômica como outorgante da permissão de serviço e na qualidade de contratante do serviço” – ponto. Eu acho que isso daqui tiraria a dúvida levantada pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles, eu acho, primeiro, o seguinte: o Senador Romero Jucá, que é um Senador aplicadíssimo, tem razão ao levantar esse questionamento, e ele, mostrando boa vontade com o tema, encaminhou bem. A gente aprova hoje aqui, com esse compromisso de discutir uma alteração no plenário.

A Senadora Vanessa Grazziotin...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu compreendo as preocupações do Senador Romero Jucá. Eu só lamento que essa preocupação não tenha nos chegado ao conhecimento antes para que, em diálogo com a Caixa Econômica Federal, com os próprios representantes lotéricos, pudéssemos promover ou não a modificação.

Chegando aqui para votar, eu acho que não é o melhor caminho a alteração. O melhor caminho é o que o próprio Senador Romero propõe: vamos aprovar do jeito que está e o projeto vai, em regime de urgência, ao plenário. Se necessário, esse ajuste será feito no plenário, sem problema nenhum. Vamos votar do jeito que está, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Maravilha. Com o próprio encaminhamento do Senador Romero Jucá.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Dentro da mesma linha do assunto em tela, concordo com o encaminhamento do Romero Jucá e agradeço a Vanessa Grazziotin, que foi pega aqui. Então, vai ao plenário. Ela já concordou com o requerimento, o Senador Ministro Dornelles também e eu acho que todos aqui. É só pedir urgência, então, a esse projeto para que possamos resolver definitivamente o problema dos lotéricos brasileiros, esse povo que trabalha tanto e ganha tão pouco. (*Palmas.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, serei rápido, até porque cheguei um pouco atrasado, estava fazendo umas audiências. Mas eu quero manifestar aqui ser favorável ao PL que nós estamos votando no dia de hoje. O Senador Jayme Campos é favorável. Como bem disse o nosso Senador Gim Argello, é um pessoal trabalhador que, lamentavelmente, ganha muito pouco e presta um grande e relevante serviço ao nosso País. Minha manifestação é sim, favorável. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos colocar em votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vamos votar, Sr. Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos colocar em votação o relatório.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Os Srs. Senadores que concordam com o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, o relatório que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto. *(Palmas.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Presidente, eu queria pedir urgência.

(Soa a campanha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria pedir urgência para que esse projeto fosse levado o mais rápido possível ao plenário do Senado para que possamos votar definitivamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Vanessa, vamos ter a votação do requerimento de urgência para que possa ir para o plenário. Na próxima semana vai haver um esforço concentrado aqui no Senado Federal, e, se aprovarmos essa urgência, esse pode ser um ponto para ser votado no plenário do Senado Federal.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Moka.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. *(Palmas.)*

Item 2 da pauta.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Eu peço silêncio ao Plenário, porque continuamos com a reunião da CAE.

Senadora Vanessa Grazziotin, senhores, acabamos de aprovar o projeto, temos que continuar a reunião da CAE. Eu peço aqui a compreensão dos senhores. Item 2.

Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos, apresentado pelo Senador Pedro Taques, sobre a convocação de uma audiência pública com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega; com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha; e com o Sr. Joaquín Molina, Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 53, de 2013.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 53, de 2013

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil, segundo reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” de 22 de agosto de 2013, e de outros veículos de imprensa, bem como os respectivos desdobramentos no âmbito tributário e previdenciário, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Guido Mantega – Ministro da Fazenda; Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; e Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.

Autoria: Senador Pedro Taques)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, quero apenas dar conta de que requerimento semelhante de iniciativa da Senadora Ana Amélia já foi aprovado na Comissão de Assuntos

Sociais e também na de Relações Exteriores, no mesmo teor, para tratar desse tema dos médicos cubanos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Requerimento nº 55, de 2013, do Senador Ricardo Ferraço, para realizar audiência pública para tratar do tema Reindustrialização no Brasil.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 55, de 2013

Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para tratar o tema da “Reindustrialização no Brasil”, com a presença dos seguintes convidados: senhor Carlos Eduardo Abijaodi – Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI); senhor Edmar Lisboa Bacha – Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica (Casa das Garças); senhor Mansueto Facundo de Almeida Júnior – Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e o senhor Luiz Gonzaga Belluzo – Pesquisador, Consultor e Diretor da Faculdades de Campinas (Facamp).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço) Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, há dois requerimentos apresentados por Parlamentares, Senador Randolfe e Senador Requião, que dizem respeito ao problema da Petrobras e do leilão que está sendo proposto agora.

Quanto à questão referente ao leilão, a Rede Globo, no Fantástico, apresentou um documento da maior seriedade e da maior responsabilidade no qual diz que eles têm todos os dados e praticamente tudo que se refere à Petrobras. E a Petrobras está lançando agora um leilão que, talvez, seja o maior da história do mundo inteiro em termos de petróleo: são de oito bilhões a doze bilhões de barris de petróleo.

Dentro da própria Petrobras, o ex-Presidente Gabrielli é uma pessoa do Governo e dela saiu para ser secretário e candidato a governador na Bahia. Reparem V. Ex^{as} que tem havido muitas críticas à Petrobras e à sua administração, mas ele sempre se manteve. Mas, desta vez, ele vem a público e diz que o leilão, como

está, não pode acontecer, que isso é absolutamente irracional e que não tem condições a Petrobras de fazê-lo, porque haveria um enorme prejuízo. E o leilão está marcado para agora.

Entendo a importância da decisão da Comissão, mas acho que, neste caso, nós teríamos de marcar com a maior urgência – é o que se está pedindo – uma reunião com o Sr. Gabrielli, com o atual Presidente e com um representante dos engenheiros da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É claro!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Temos de fazer uma reunião e debater com a claridade necessária essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que, nesta Comissão...

Peço silêncio! Estamos no meio da nossa reunião da CAE.

Senador Pedro Simon, aqui, existe um procedimento: o relatório é lido numa semana e votado na outra semana. Mas por um apelo de V. Ex^a, pelo peso que V. Ex^a tem e pela importância e gravidade do tema, vou passar por cima desse procedimento que estabelecemos aqui e vou colocar em votação o requerimento do Senador Randolfe e o requerimento do Senador Roberto Requião. Então, vamos colocá-los em votação.

Já vou entrar em contato com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Ricardo Ferraço, para que possamos marcar essa audiência com a máxima urgência possível. Vamos ver se conseguimos marcá-la na próxima semana. Vamos tentar fazê-la na próxima semana, porque o Brasil tem de dar respostas ao fato que aconteceu, como também este Senado Federal.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – E o leilão está marcado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Daqui a pouco, sai o leilão, e não temos mais o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente!

Eu já li aqui o requerimento do Senador Randolfe e o requerimento do Senador Roberto Requião. Coloco em votação esses requerimentos.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos apresentados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 56, de 2013

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para discussão das denúncias de espionagem sobre informações da Petrobras, perpetrada pelo governo estadunidense e seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras; Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa; Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Sr. Gal. José Elito Carvalho Siqueira, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Sra. Magda de Regina Maria Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 57, de 2013

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 34/2013-CAE, a inclusão entre os convidados na audiência pública destinada a discutir os avanços do novo marco regulatório do Pré-Sal do engenheiro Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras – Aepet.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros)

Esta Presidência vai tomar as providências para que consigamos marcar, o mais breve possível, essa audiência pública.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu felicito V. Ex^a pela compreensão. V. Ex^a viu e compreendeu que o assunto é grave e foi rápido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Ex^a tem autoridade neste Senado Federal e nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quero que V. Ex^a saiba disso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Não é isso. V. Ex^a está enganado. É que V. Ex^a deu um pique rumo ao Governo do Rio de Janeiro, e nada é obstáculo para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Quero dar como lido o requerimento do Senador Flexa Ribeiro:

Sr. Presidente, em aditamento ao Requerimento nº 44, de 2013, desta Comissão, requeiro, nos termos regimentais, que essa audiência pública destinada a instruir o PDS nº 275, de 2012, destine-se também, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a discutir os acordos entre Banco do Brasil e Previ.

O requerimento já está lido. Votaremos na próxima semana.

Declaro encerrada a 54^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas do dia dez de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Cyro Miranda, José Agripino, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Jayme Campos e Armando Monteiro. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo analisar a conjuntura econômica brasileira, com ênfase nas perspectivas de crescimento sustentado para os próximos anos, em atendimento aos Requerimentos da

Comissão de Assuntos Econômicos nºs 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, 35 de 2013, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, e 54 de 2013, de iniciativa desta presidência, tendo como expositores os Srs. Ilan Goldfajn, Economista-chefe do Itaú Unibanco, Nilson Teixeira, Economista-chefe do Credit Suisse, e Octavio de Barros, Economista-chefe do Banco Bradesco. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Blairo Maggi, José Agripino e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero chamar agora ao nosso plenário os nossos convidados: o Economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn; o Economista-chefe do Credit Suisse, Nilson Teixeira; e o Economista-chefe do Banco Bradesco, Octavio de Barros.

É mais uma reunião para discutirmos a conjuntura econômica no nosso País internacionalmente.

Nós vamos começar com o Nilson Teixeira, Economista-Chefe do Credit Suisse. Estamos estabelecendo um tempo de 20 minutos e seremos flexíveis.

O Sr. Nilson Teixeira está com a palavra.

O SR. NILSON TEIXEIRA – Ex^{mos} Srs. Senadores, em meu nome e em nome do Credit Suisse, eu gostaria de agradecer o convite do Senador Lindbergh Farias para participar desta reunião e discutir a nossa avaliação sobre o cenário do País para os próximos anos.

Para entender esta apresentação, eu falarei rapidamente sobre o cenário global, seguindo com uma avaliação um pouquinho mais detalhada sobre o cenário doméstico.

No cenário global, nossa expectativa é de que a maioria das economias desenvolvidas apresentem uma expansão maior em 2014 do que em 2013, ou seja, tenham uma recuperação. Enquanto isso, a mesma dinâmica tende a acontecer nos países emergentes mais importantes, apesar de haver um risco, que não é baixo, de esse crescimento não ser tão vultoso no próximo ano.

Nos Estados Unidos, a grande discussão naturalmente é esse processo de redução do ritmo de compra

de títulos pelo FED, pelo banco central americano, e a nossa expectativa é de que o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos não ocorra tão cedo. O Credit Suisse espera que esse aumento ocorra só em 2015, seja porque a taxa de desemprego, embora diminuindo, ainda permanece alta, seja porque a inflação é bem abaixo duma meta colocada pelo FED.

Na Europa, a expectativa de fato é que haja este ano uma pequena recessão. Há certa disseminação, nos países ditos periféricos, haverá muito provavelmente uma contração, enquanto os demais países maiores terão uma expansão. Já em 2014, a nossa expectativa é de um crescimento também baixo, mas a maioria das economias mostra uma recuperação.

Quanto à China, nos parece que os dados mais recentes sinalizam que o crescimento mais baixo já passou, há certa recuperação. Os dados, inclusive de hoje, já sinalizam um maior crescimento. A nossa expectativa, no fundo, é de que nos próximos anos o crescimento na China seja menor, alguma coisa entre 7% e 8%, menor do que o observado nos anos passados, que era alguma coisa mais próxima de 9% e 10%.

Indo para a economia do Brasil, a nossa expectativa é de um crescimento da ordem de 2,4% neste ano. Após o número bastante expressivo do segundo trimestre, muito possivelmente haverá certa estabilidade da atividade no terceiro trimestre, ou até uma pequena contração para, no quarto trimestre, haver uma retomada.

É importante assinalar que o grande destaque está na parte de agropecuária, com um crescimento bem expressivo neste ano e, do lado da demanda, pela primeira vez depois de dois anos, nós estamos vendo uma expansão dos investimentos...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Espere aí. Pessoal, eu queria fazer um apelo: silêncio aqui. Está difícil de compreender. Então, eu quero fazer um apelo a todos os senhores.

Muito obrigado, Sr. Nilson Teixeira.

O SR. NILSON TEIXEIRA – Os investimentos neste ano estão crescendo bem acima do consumo das famílias, e o mesmo cenário nós temos para o próximo ano.

Para um crescimento da ordem de 3% no próximo ano, há a necessidade de uma expansão, trimestre após trimestre, um pouco maior do que nós vimos até agora nos últimos quatro ou cinco trimestres.

Aí estão as variáveis mais relevantes no nosso entender. Essa recuperação da confiança tanto de empresários como de consumidores é uma condição necessária para que o crescimento no próximo ano seja mais expressivo do que neste ano. Por ora, a confian-

ça dos consumidores tem uma pequena recuperação, mas não há nenhuma garantia de que seja o início de um ciclo, e, do lado da confiança dos empresários, continua em declínio.

Quanto à taxa de desemprego, acho que a expectativa da grande maioria dos participantes do mercado é que o desemprego tenha chegado por ora a um valor mais baixo e que agora, neste e no próximo ano, haja uma pequena expansão na taxa de desemprego. Porém, mesmo os mais pessimistas preveem um crescimento na taxa de desemprego para algo como 6,5%, que nada mais é do que um número inferior, inclusive, ao observado em 2010. Então, o cenário para o mercado de trabalho ainda continua favorável, embora não tão favorável como no ano passado, por exemplo.

Já no que se refere à massa salarial, continuar crescendo, é a nossa expectativa, ou seja, a massa salarial nada mais do que o número de pessoas empregadas *versus* salários. Haverá crescimento no próximo ano, assim como neste ano. Porém a expansão será menor do que nós vimos nos últimos anos.

Este ponto que eu quero destacar agora é a questão dos investimentos. Os investimentos no Brasil, ao contrário do que muitos podem pensar, têm crescido mais que o consumo das famílias. Se compararmos aos últimos dez anos, o consumo das famílias cresceu algo como 55%, enquanto os investimentos cresceram 91%. O mesmo acontece se compararmos com o segundo trimestre de 2006 e com o segundo trimestre de 2009. O único ano em que a gente percebe os investimentos crescendo menos que o consumo das famílias é quando nós comparamos o segundo trimestre deste ano com o segundo trimestre de 2011. Mais recentemente, os investimentos têm expandido de forma mais importante.

A taxa de investimentos no Brasil – todos lemos isso na imprensa – é baixa. Se compararmos com muitos e muitos países, nós veremos que está abaixo da média. Mas é importante relatar que, quando nós comparamos a taxa de investimentos do Brasil em máquinas e equipamentos, já não é tão baixa. Ela é até superior à média e está ali mais próxima do primeiro quartil de países com grandes investimentos. O grande problema está na parte de construção civil. Nesta, sim, os investimentos são muito baixos. Então, é muito bem-vindo, no nosso entender, todo esse programa de investimentos em infraestrutura que o Governo tem trazido.

Falando um pouco de inflação, a nossa leitura é que a inflação permanecerá alta em 2013 e em 2014. A inflação aumentou desde meados do ano passado, no nosso entender, por conta do preço dos alimentos. Mas as razões da alta inflação no Brasil são mais profundas do que essa. A inflação de serviços é muito ex-

pressiva no País e dificilmente recuará de forma muito rápida nos próximos anos. Então, a inflação tende a permanecer alta nos próximos meses e possivelmente também no próximo ano.

Num cenário mais desfavorável, que a inflação mensal seja igual à de 2010, nós teríamos uma inflação neste ano terminando em torno de 6,2%. Num cenário muito benigno, porém improvável, em que na inflação de alimentos a gente observe, de fato, uma deflação, como foi em 2009, neste caso, a inflação poderia recuar. Então, hoje o cenário mais razoável é trabalhar, sem considerar aumento de preço da gasolina, em torno de 5,7%, 6%.

Falando em preço da gasolina, há um diferencial bastante expressivo no preço da gasolina no Brasil em relação ao exterior. O mesmo acontece no diesel. Na data de 6 de setembro, a diferença era quase de 22%, e este certamente é um fator de risco. As nossas projeções não incluem esse aumento, a eliminação desse diferencial. E é bom saber que 10% de aumento dos preços na refinaria levaria a um aumento da inflação de quase 0,3 ponto percentual. Então, se eliminássemos esse diferencial de preços no País e no exterior, haveria uma pressão inflacionária certamente.

Os nossos modelos de inflação são outro tema bastante recorrente. O que tem acontecido com a depreciação cambial tem ocorrido de forma expressiva. E a gente entende que os repasses ainda não foram muito sentidos, embora já se veja, nos preços na indústria, algum repasse. E nós entendemos que 10% de depreciação leva a algum aumento da inflação ali em 0,40 a 0,60 ponto percentual.

Em termos de juros, a expectativa nossa é de que os juros continuarão aumentando nas próximas reuniões, alcançando o patamar em torno de 10%.

Agora este talvez seja o tema que nós gostaríamos de discutir mais: a questão da previsibilidade na economia. Mais recentemente essa previsibilidade diminuiu. Houve uma perda de confiança, que se percebe, já mencionada aqui, em consumidores e em empresários, e esse fator atravança uma retomada mais consistente e prolongada da atividade. Para uma melhoria da confiança, entendemos que o fortalecimento ainda maior da questão das metas, tanto a meta de inflação, quanto a meta fiscal, teria um impacto favorável.

A inflação no Brasil ainda é alta, é muito alta. Se nós tirarmos a Turquia, a Índia e a Argentina, a inflação no Brasil está entre as maiores, é uma das maiores nas economias tanto emergentes quanto desenvolvidas, e nos parece que uma formalização da autonomia do Banco Central contribuiria para reduzir a inflação. Então, nesse aspecto, a aprovação do substitutivo do eminente Senador Francisco Dornelles – aqui na CAE

já teve parecer favorável – seria muito importante para contribuir para uma redução da inflação no País.

A expansão do crédito em 2013 e 2014 tende a ser menor que nos últimos anos, muito embora como percentual do PIB continuará aumentando. Nessa expansão do crédito, está havendo uma migração. Nós vemos hoje, em vez de uma expansão tão expressiva para aquisição de bens duráveis e consignados, uma migração gradual com forte crescimento do crédito imobiliário, o que é muito positivo, à medida que tende a diminuir a inadimplência.

Nos últimos anos, nós temos percebido um aumento da participação dos bancos públicos no crédito. Por exemplo, na margem, a expansão do crédito que nós vemos hoje, uma grande parte se deve ao movimento dos bancos públicos, aqui entendidos como o BNDES e também o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Quanto ao comprometimento de renda, que aumentou de forma expressiva em 2011 e início de 2012, a nossa expectativa é de que haja uma gradual, bem lenta diminuição desse patamar.

Em relação ao setor externo, o déficit em transações correntes aumentou significativamente neste ano, mas nós não esperamos, até por conta da depreciação da taxa de câmbio, que esse aumento do déficit em transações correntes continue. De fato nós esperamos que esse déficit diminua em 2014. Uma grande parte desse aumento do déficit está associado, no nosso entender, a esse aumento do déficit no setor de petróleo. No ano passado, o déficit foi da ordem de US\$1 bilhão, um pouco menos de US\$1 bilhão. Este ano muito provavelmente o déficit no setor de petróleo será superior a US\$13 bilhões. Isso contribuiu para um forte recuo do saldo comercial.

O que nós vemos em termos de déficit de transações correntes, embora tenha aumentado de forma expressiva, é que não é tão elevado quando comparamos com outros países como Chile, Índia, Austrália, Turquia. Ele é pior do que nos nossos parceiros aqui na América do Sul, a Colômbia, por exemplo, na América Latina, o México, mas não representa um alto risco, no nosso entender, dado que não esperamos que esse patamar continue aumentando.

Em termos de remessas de lucros, por conta dos investimentos elevados no País, tanto em ações como em investimento direto, tem havido uma saída importante, então esse é um fator mais de risco que no início da década passada, quando o pagamento de juros representava um fator mais relevante para se medir o risco do balanço de pagamentos.

Os investimentos estrangeiros diretos continuam muito significativos no Brasil, não são tão elevados

quanto no seu pico, mas continuam fortes, e nós esperamos que esse patamar, tanto em 2013 como em 2014, fique bem acima da média da segunda metade da década passada.

Em investimentos estrangeiros diretos, nesses, sim, o Brasil se encontra entre os maiores receptores, tanto em valores nominais, em dólares, como também em percentual do PIB. Do mesmo modo, as reservas internacionais brasileiras, ao contrário do início da década passada, estão num patamar muito elevado, tanto em valores nominais como também como percentual do PIB. Assim também em relação à dívida externa. Ela é baixa ainda, 20% do PIB, incluindo dívida privada e dívida pública.

Quanto à taxa de câmbio, o Brasil passou por um processo de apreciação cambial muito expressivo até meados de agosto. Mesmo após a crise, até 2011, a moeda brasileira se apreciou, mas, mais recentemente, o que temos visto é uma depreciação cambial, que contribuirá, no nosso entender, para uma melhoria no saldo comercial no próximo ano e uma redução do déficit em transações correntes.

Em relação à política fiscal, a nossa expectativa é de que o déficit nominal, tanto neste ano quanto em 2014, seja superior ao dos últimos anos, desde 2006. Ainda não é um fator de risco, mas está aí um ponto que, no nosso entender, mostra alguma razão de preocupação.

Quanto à dívida bruta no Brasil, ela é alta, apesar de relativamente estável desde meados de 2012. E quando nós olhamos aí, comparando, o superávit primário é bastante expressivo frente a outros países tanto emergentes quanto desenvolvidos. É uma diferença brutal. A maioria tem um déficit, até primário, enquanto o Brasil mostra um superávit primário. Porém, quando se olha o déficit nominal, esse já não é o caso, embora não seja um fator de extremo risco, já mostra um déficit ali, ainda mais numa dinâmica em que os juros aumentam e, consequentemente, o pagamento de juros é mais elevado.

A dívida bruta no Brasil, essa, sim, comparada com a dos países emergentes, está entre as mais elevadas, e, óbvio, se compararmos com os países desenvolvidos, aí, sim, o nível não é tão expressivo.

Mais recentemente, tem-se observado uma certa flexibilização na meta de superávit primário. Isso, no nosso entender, acarreta alguns riscos, em particular sobre a questão de aumentar a incerteza, embora ainda seja muito baixa, sobre essa questão relacionada aos resultados futuros. Quando se cumpre a meta de superávit primário de 3,1% do PIB, quando se olha para frente, se diz: “Serão cumpridas essas metas nos próximos anos”. Hoje, há um grau de incerteza

grande e isso acarreta alguns riscos adicionais, haja vista que sempre se atribui alguma probabilidade para que o resultado não seja suficiente para garantir essa certa estabilidade, ou mesmo declínio da dívida bruta.

Mais recentemente, um fator que tem contribuído para esse aumento da dívida mobiliária são os aportes aos bancos públicos, que hoje já representam 19% da dívida mobiliária emitida desde 2009. Então, esse processo, ainda mais no ambiente em que há uma expectativa de aportes adicionais para financiamento dos participantes privados nesse programa de investimentos em infraestrutura, sugere que a dívida bruta não terá, provavelmente, um declínio expressivo nos próximos anos.

Nesse aspecto nos parece muito importante estabelecer regras claras, uma orientação clara por parte do Governo. E esse processo em que se reduz a incerteza, tanto na parte tributária, quanto na parte das metas, no nosso entender, contribuiria de forma bastante importante para a recuperação da confiança não só de empresários, como de consumidores no médio e longo prazos, e isso, muito provavelmente, permitiria...

(Soa a campanha.)

O SR. NILSON TEIXEIRA – ... que o resultado de crescimento de longo prazo fosse mais elevado.

Então, para cumprir o horário que está escrito ali...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Fique à vontade!

O SR. NILSON TEIXEIRA – Esse é o ponto. Então, disciplina, regras são importantes. Quarenta segundo antes, encerro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado. Agradecemos ao Sr. Nilson Teixeira, Economista-Chefe do Credit Suisse, que – não é, Senador Francisco Dornelles? – tem acertado muito nos últimos tempos.

Eu passo a palavra ao Octavio de Barros, Economista-Chefe do Banco Bradesco, agradecendo muito a presença aqui, no Senado Federal.

O SR. OCTAVIO DE BARROS – Bom dia a todos. É um prazer, Senador Lindbergh. Agradeço o convite em nome do Banco Bradesco. Srs. Senadores da República, obrigado pela presença.

Minha intenção aqui é fugir um pouco do mero monitoramento da conjuntura. Acho que o Nilson Teixeira já nos trouxe uma rica visão geral. Não há grande divergência entre a nossa leitura e a visão do Nilson Teixeira. Eu gostaria de tocar, inicialmente, em questões mais de natureza qualitativa. Se os senhores me permitem, a mensagem já de saída desta apresentação é no sentido de que o cenário macro de curto

prazo melhoraria imensamente com a implementação de ações de longo prazo. Os mercados sempre se antecipam em relação a medidas duradouras e de longo prazo, reagem imediatamente. Também vou tentar refletir sobre o que chamo de jazidas de produtividade para ainda serem exploradas no Brasil.

Subvertendo um pouco a ordem original, eu vou começar pelas conclusões. Eu acho que é melhor partirmos direto para as ideias centrais desta minha modesta contribuição.

Primeiro, quero reconhecer que o Brasil tem um problema recorrente de crise de confiança, independente do Governo do momento. Isso é recorrente no Brasil. Não estamos aqui fazendo referência a qualquer governo especificamente. Indistintamente, nós temos um problema de confiança no Brasil. Aprendemos, essa lição já foi muito aprendida aqui, que o Brasil é um país emergente, onde o investidor, historicamente, tem baixíssima tolerância com desvios de conduta na área macroeconômica, por várias razões. E o nosso passado condena. O Brasil melhorou muito, tremendamente. A despeito disso, o passado nos condena, e o investidor tem baixa tolerância com desvios na área macroeconômica.

De fato, o Brasil tem um pecado original: ele é percebido, globalmente, como um país que só avança superficialmente no tema das reformas. Essa é a visão geral em todos os nossos interlocutores dentro e fora do País. Ou seja, há um reconhecimento de que há avanços incrementais, cumulativos, mas há uma falta de apetite por reformas de longo prazo no Brasil. Essa é a leitura que marca a visão da grande maioria dos analistas que procuram entender a economia brasileira.

A partir desse diagnóstico de problemas crônicos, de um déficit crônico de confiança que tem a economia brasileira, surgem algumas modestas sugestões aqui para a nossa reflexão. A primeira sugestão seria apostar, de fato, na melhora da confiança como um valor em si. Confiança é sempre o nome do jogo. Quer dizer, não dá para, qualquer que seja a orientação ideológica de qualquer governo, conseguir governar sem confiança. Confiança é tudo.

Vou dar um exemplo mais cotidiano, mais conjuntural. Por exemplo, a confiança neste momento melhoraria de forma significativa os fluxos de capital para o Brasil, atenuaria a forte depreciação da taxa de câmbio a que nós assistimos há pouco tempo, ampliaria o interesse de investidores em relação à economia brasileira e, claro, indiretamente favoreceria bastante o combate à inflação. Confiança é determinante no balanço de pagamentos. O balanço de pagamentos é também governado pelo grau de confiança, sobretudo na conta de capitais.

Outra recomendação, além de apostar na confiança como um valor em si, é não esperar uma boia de salvamento, o surgimento de uma boia de salvamento. Por exemplo, agora, dia 18, vamos ter reunião do banco central americano, o Federal Reserve, e alguns acalentam o sonho de que a sua mensagem possa ser a de uma retirada mais lenta dos estímulos monetários ou, então, há alguns que também acalentam que o repasse da depreciação da taxa de câmbio sobre a inflação possa não ser tão relevante. Quer dizer, não vale a pena apostarmos nesse tipo de boia de salvamento, é melhor nadar e não esperar a boia de salvamento. Realismo é fundamental.

A terceira recomendação, modesta, é que nós, no Brasil, precisamos melhorar o ambiente empresarial. Aqui eu mencionei o ambiente de *equity* no Brasil, uma confiança maior no papel do setor privado. Vou dar um exemplo de melhora de confiança no meio empresarial. Agora estamos aguardando, muito possivelmente, algum tipo de reajuste de preço nos combustíveis no Brasil – há uma defasagem da ordem de 30%. A despeito do impacto que isso possa vir a ter na inflação, o malefício do ponto de vista da inflação é irrelevante diante do impacto positivo sobre a confiança de toda a cadeia de óleo e gás no Brasil. São inúmeras as empresas satélites dessa cadeia de óleo e gás, empresas extraordinárias, que passam por momentos de grande dificuldade por conta da menor capacidade de investimento da nossa principal empresa.

Então, nossa visão é a de que pensar no ambiente empresarial, pensar nesse sentido também transita por ações nessa direção. Quer dizer, a nossa visão é que nós precisamos de fato melhorar o ambiente na Bolsa de Valores e precisamos aproveitar esses momentos. Por exemplo, no caso do reajuste de combustíveis, eu acho que seria um tremendo desperdício simplesmente anunciar um reajuste de tantos por cento no preço da gasolina e do diesel em determinada data. Eu acho que seria um grande benefício para o País se fosse anunciada uma programação de aumento, de redução dessa defasagem imensa que existe no preço dos combustíveis. Acho que isso poderia trazer um alento, melhoraria substantivamente o mercado de ações no Brasil, o mundo empresarial seria altamente beneficiado.

Outra contribuição, sugestão modesta, é a necessidade de melhorar os estímulos e o conforto necessário ao envolvimento do setor privado, não como coadjuvante, mas como protagonista do ciclo de investimentos infraestruturais no Brasil. Nos próximos dez anos, o crescimento brasileiro será certamente governado por esses ciclos de investimentos infraestruturais, e o setor privado precisa ser protagonista desse proces-

so, ele precisa ser convidado, ele precisa ter conforto. Eu poderia dizer, por experiência profissional, que o setor privado de certa forma está salivando diante das oportunidades imensas que existem na área de infraestrutura no Brasil. Falta pouco, falta certo conforto para o processo decisório do setor privado para que ele realmente exerça essa função de protagonista desse processo.

Outra recomendação modesta: melhorar a transparência na área fiscal. Ocorre que, ao longo de muitos anos, nós temos uma percepção – os mercados, os analistas que se debruçam sobre a questão fiscal e orçamentária – de que os orçamentos no Brasil não são críveis. E há uma percepção de que o Brasil possa estar gerando passivos ocultos de difícil mensuração mais adiante. Eu acho que esse é um tema que nós precisamos absolutamente evitar e fazer uma aposta radical na transparência em orçamentos críveis. É uma modesta sugestão.

Outra sugestão – tudo isso para nós enfrentarmos o chamado déficit crônico de confiança que nós temos na economia brasileira, a despeito de quem governa – é aproveitar uma lei fiscal inédita que limite o crescimento dos gastos públicos totais ao crescimento do PIB nominal. Esse projeto é sobejamente conhecido. Isso nos ajudaria muito a evitar o crescimento da dívida bruta, os juros cairiam imediatamente diante de um projeto dessa envergadura institucional, ainda que fosse um projeto para 2015, 2016, não importa! Os mercados antecipam hoje uma iniciativa dessa natureza. O Banco Central agradeceria penhoradamente e o seu trabalho seria tremendamente facilitado com essa percepção estrutural de solvência fiscal. Então, está na hora de nós pensarmos em avançar nesse capítulo.

Outra sugestão que trago aqui para contribuição ao nosso debate é demonstrar interesse em celebrarmos acordos com outros blocos comerciais e reduzir a dependência que temos do Mercosul. O Mercosul, no formato em que existe hoje, é deletério para nossa atividade econômica, em particular para a indústria brasileira. Nós precisamos repensar, reavaliar o Mercosul e partir para acordos com países da área do Pacífico, da União Européia, da América do Norte. Na verdade, isso está se tornando um imperativo. Está ficando decisivo. Hoje, por exemplo, o Nilson Teixeira mencionou o estrago que a queda das nossas exportações de petróleo causaram em nossa balança comercial este ano e também o nosso déficit em transações correntes. Mas talvez ele tenha se esquecido de mencionar o estrago imenso que fez a queda de nossas exportações de manufaturados para a Argentina por vários anos consecutivos. Então, precisamos realmente reduzir a dependência que temos do Mercosul e reavaliá-lo.

Outra contribuição bastante conhecida na Casa é apoiar a iniciativa do Senado – e o Senador Dornelles, aqui presente, é um dos que têm um projeto tramitando na Casa – que talvez nos permita viabilizar finalmente no Brasil a formalização da independência operacional do Banco Central. Observem que eu não me refiro aqui a independência de objetivos. Independência de instrumentos. A nossa visão é de que o País já está tremendamente maduro para esse tema. As nossas taxas de juros já mudaram estruturalmente de patamar no Brasil e a politização dessa questão já perdeu totalmente o sentido. Eu diria, parafraseando o magnífico escritor francês Victor Hugo, que nada é mais poderoso do que uma idéia cujo momento tenha chegado. E a minha visão é de que a idéia da autonomia do Banco Central já chegou e ela não merece mais o grau de politização que recebeu tempos atrás. Então, eu diria que uma iniciativa como essa, no momento atual, teria, acreditem Srs. Senadores, a envergadura institucional de um Plano Real, teria o impacto institucional de um Plano Real, mudaria de forma espetacular a visão que o mundo tem do Brasil e contribuiria imensamente para nós reduzirmos essa resistência à baixa da inflação que temos no País. E ficaríamos, certamente, menos dependentes de apertos monetários recorrentes.

Finalmente, uma contribuição geral: a importância de nós, como sociedade, governo, empresários, mobilizarmos as forças produtivas e sociais para que haja no Brasil um amplíssimo conhecimento, ou seja, que haja, de forma cotidiana e permanente, um reconhecimento da existência de uma gigantesca, de uma colossal jazida de produtividade inexplorada na economia brasileira – aqui, eu me refiro tanto ao setor público quanto ao setor privado – na saúde, na educação, no setor privado, esforços de automação. O Brasil deveria tratar o tema da produtividade como uma verdadeira obsessão neste momento. Há uma demanda social por eficiência, que eu, talvez em um olhar oblíquo, associe à demanda também por aumento de produtividade. Eu acho que o Brasil precisa apostar de forma radical no aumento de produtividade, até para facilitar o trabalho do Banco Central no combate à inflação. Se nós dependermos apenas de taxas de juros para enfrentar o desafio inflacionário, eu diria que talvez estejamos fritos. O Brasil precisa de muito mais do que um Banco Central sério, como nós temos, para enfrentar o desafio da inflação. Precisa de um esforço coletivo de aumento de produtividade e eficiência.

Essa é a mensagem mais qualitativa. Nos cinco minutos que me restam, em um panorama rápido do cenário macro, eu começaria com uma mensagem também bem qualitativa a respeito do ambiente global no qual nós estamos inseridos, porque o Brasil tem o

seu crescimento econômico muito sensibilizado pela dinâmica internacional. Eu costumo dizer que 70% da desaceleração brasileira dos últimos anos têm a ver com o ambiente global, e 30% com fatores idiossincráticos brasileiros, domésticos, só nossos.

Então, a primeira mensagem é que a economia americana encontra-se no quarto quarto de sua crise, ou seja, na fase final de sua crise. A economia americana tem uma capacidade extraordinária de resposta, de reação a incentivos. Há uma aposta que nós fazemos de que a economia americana possa, quem sabe, no ano que vem, exercer algum papel de locomotiva da economia mundial. Não é por outra razão que os mercados começam a antecipar um aumento de juros nos Estados Unidos, mas a nossa visão é bastante construtiva a respeito do que estamos vendo na economia americana.

Com relação à economia europeia, a nossa visão é que, em 2013, ela ingressou no terceiro quarto de sua própria crise. Ou seja, os avanços são extraordinários na economia europeia. As perspectivas são bastante alvissareiras de um crescimento positivo no ano que vem, possivelmente entre 0,5% e 1%, o que para a economia europeia é alguma coisa bastante importante, depois de um período dramático de ajuste do lado real da economia. Então, a mensagem é bastante positiva da economia mundial, olhando para a economia americana e para a economia europeia.

Com relação à economia chinesa, obviamente eu não me refiro à crise, até porque os dados têm mostrado uma grande resistência do crescimento chinês. Hoje mesmo, saíram dados da produção industrial de agosto da China, mostrando que a China será, sim, capaz de sustentar, neste ano, um crescimento de 7,5%. Mas, como o Brasil é muito dependente da China, é fundamental que nós olhemos com atenção o que acontece com a economia chinesa. Então, eu poderia dizer, sem nenhum risco de exagero, que a China talvez esteja ingressando no primeiro quarto de seu processo de desaceleração. Olhando em um horizonte de cinco ou dez anos, a China certamente caminha para um crescimento – vamos simplificar – mais normal, um crescimento em torno de 5% ou 6%. Eu acho que nós temos que ficar bastante atentos a esse cenário.

Eu diria também que os mercados estão se antecipando a essa recuperação da economia global, e os fluxos de capital estão se deslocando particularmente para os Estados Unidos. Há uma reprecificação de ativos. Não estamos falando em fuga de capitais, longe disso, mas em uma reprecificação em desfavor dos países emergentes.

Eu traria aqui uma mensagem que é a seguinte: isso é muito bom para o Brasil, uma economia mundial que se recupera. Não há dúvida a esse respeito. Mas tenhamos clareza de que, em uma economia mundial que se recupera, a disputa por recursos – na qual o Brasil tem entrado nos últimos anos em posição razoavelmente favorável – aumenta de forma significativa. E acaba o Brasil sendo instado a se diferenciar em relação a outros países emergentes nessa dinâmica de atração de investimentos, em um momento em que o País precisa, realmente, dar um salto de qualidade.

(Soa a campanha.)

O SR. OCTAVIO DE BARROS – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Fique à vontade.

O SR. OCTAVIO DE BARROS – Então, me permita mais cinco?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro.

O SR. OCTAVIO DE BARROS – Então vamos lá.

Uma mensagem sobre a questão nodal que eu vejo na economia brasileira e que nos ajuda muito a entender o momento que estamos atravessando, do ponto de vista de desemprego, é a questão da demografia. O crescimento demográfico brasileiro caminha, a passos rapidíssimos, a assemelhar-se ao que observamos nos países desenvolvidos. Ao final desta década, o crescimento demográfico brasileiro será similar ao dos países maduros, desenvolvidos.

Não bastasse isso, o número absoluto de jovens entrantes no mercado de trabalho, na verdade o número absoluto de jovens, no Brasil, está caindo. Muita gente não chama a atenção para isso, mas a escola de demografia do IBGE tem chamado a atenção para o fato de que tínhamos, em 2005, 24 milhões de jovens, de 18 a 24 anos, e fechamos 2012, muito possivelmente, com 21,8. Ou seja, a oferta de mão de obra está seriamente afetada pela redução, em termos absolutos, do número de jovens. E esses jovens estão ficando mais tempo na escola, postergando o acesso ao mercado de trabalho.

Por que estou falando isso? Porque, desde 2004, temos observado que a demanda de mão de obra vem crescendo, sistematicamente, acima da oferta de mão de obra. A oferta de mão de obra considerada aqui é a população economicamente ativa – poderíamos também usar a população em idade ativa –, sistematicamente crescendo abaixo da demanda. Então, mesmo com uma queda da demanda de mão de obra, como estamos vendo nos dados do Caged, a oferta de mão de obra no Brasil segue desacelerando em uma razão ainda mais forte. Então, de 2004 até 2013 – o título está

errado; é até 2013 –, a oferta de mão de obra cresce, sistematicamente, abaixo da demanda de mão de obra.

A despeito da queda da geração líquida de mão de obra, a taxa de desemprego continua caindo. Mesmo com o crescimento modesto da atividade econômica, o desemprego no Brasil se mantém bastante baixo, por razões eminentemente demográficas: 80% da redução do desemprego no Brasil têm a ver com demografia. Não estou dizendo que não há outros fatores, também, não demográficos, mas isso é muito importante que tenhamos em mente.

Então, a nossa visão é de que a taxa de desemprego aumenta, está aumentando a margem, mas não de forma radical, porque é muito complicado, muito difícil aumento de oferta, aumento da população economicamente ativa, mudança na trajetória demográfica brasileira. A nossa visão é de que a taxa de desemprego possa chegar a 6%, um pouco mais que isso, mas não muito longe disso. Então, a “sensação térmica”, na nossa visão, continuará bastante favorável nos próximos anos no Brasil.

Por essa razão, os salários reais continuarão a sua senda de crescimento, é claro que em uma proporção menor: este ano, 12,5%; ano que vem, talvez um pouco menos, porque, naturalmente, há um ritmo menor de geração de empregos.

Essa é a primeira mensagem.

E a mensagem sobre inflação é a seguinte: o nosso cenário é que, em função do forte impacto cambial do ano passado e deste ano, estamos trabalhando com uma inflação em torno de 6% este ano, e em torno de 5,6% no ano que vem, graças a um aperto monetário que o Banco Central vem implementando. Quero chamar a atenção para o fato de que, em 15 anos de regime de metas de inflação, só em três ocasiões o Brasil conseguiu registrar uma inflação abaixo de 5,5%. Observem que não estou me referindo à meta de inflação de 4,5%. Por coincidência, nos 3 anos, só em 2006, 2007 e 2009, a inflação ficou abaixo do centro da meta. E todos os anos a inflação ficou acima, em 15 anos de regime de metas. Então, essa rigidez à baixa da inflação tende a se manter, no Brasil, caso nós não consigamos avançar no processo de independência do Banco Central e caso não consigamos avançar, de forma significativa, no esforço coletivo de aumento de produtividade no Brasil.

Vamos passar aqui uma mensagem sobre câmbio. O nosso cenário sobre taxa de câmbio é de que a taxa de câmbio, no Brasil, tenda a se situar em torno de 2,30, 2,35 em um horizonte visível. É apenas uma intuição nossa. Nenhum economista tem a capacidade de cravar taxa de câmbio; é uma das variáveis mais complexas. O importante de mencionar é que a taxa

real de câmbio intertemporal não está muito longe do patamar atual. Não estamos muito longe. A moeda ainda está um pouco abaixo do patamar histórico de equilíbrio – vamos chamar assim –, mas esse processo é sempre complexo e não é automático.

Essa depreciação do real também dialoga com a pequena piora nas relações de troca do Brasil, que estamos antevendo com a queda de preços de matérias-primas que o Brasil exporta, tanto metálicas quanto agrícolas.

Vou pular aqui.

Uma mensagem sobre os juros. O nosso cenário de taxas de juros é que elas tendem a se manter num patamar de um dígito, ainda que, na nossa visão, não haja fetiche em relação a isso. É perfeitamente plausível que o Banco Central do Brasil precise avançar para dois dígitos de taxa de juros – isso vai depender da capacidade de observação da autoridade monetária –, acho que eles não têm nenhum tipo de restrição a isso. E acho, também, que o patamar de juros já mudou qualitativamente no Brasil. Em termos reais, continuamos com um patamar bastante baixo: 2,60%, dados de ontem, Selic, deflacionados pela expectativa de inflação. É um patamar bastante razoável, pode aumentar um pouquinho, deve aumentar um pouco, e a taxa real de juros, baseada na taxa pré-fixada de juros de um ano, está em torno de 3,6%; ou seja, nos parece que é um patamar que pode perfeitamente nos ajudar a convergir a taxa de inflação para um patamar histórico em torno de 5,5%, no ano que vem, aqui no Brasil.

Quanto ao fiscal – finalmente é a última mensagem, prometo encerrar aqui –, a nossa visão é que o superávit primário neste ano é de 1,7%; no ano que vem, de 0,9%; essa é a visão realista. É uma pena que não tenhamos tido, desde o início, essa visão de que teria sido melhor apostarmos, de saída, num primário menor do que tentarmos sustentar a hipótese de um superávit primário dentro do objetivo do Governo. Teria sido melhor, mais realista, apontarmos para um futuro; teria sido mais interessante apontarmos para uma recuperação, em 2014 ou 2015, em relação ao superávit primário.

Uma última mensagem sobre a atividade econômica. A primeira mensagem é que a desaceleração dialoga com a desaceleração global – 70% vêm de fora, 30% vêm de dentro. Poderíamos crescer um pouco mais: 2,4% este ano, 2,5% ano que vem – é o nosso número de trabalho –, podendo ser um pouco abaixo. Não descarto a possibilidade de um crescimento abaixo disso no ano que vem, mas, considerando Copa do Mundo, a recuperação da produção de petróleo, o ano eleitoral, considerando que o mundo irá melhor no ano que vem, pode ser que consigamos, sim, 2,5% de

crescimento, que é um número bastante razoável, não é tão ruim assim e alinha com o que está acontecendo na economia mundial.

Essa é a nossa mensagem.

Deixe-me ver se há algum outro tema... O investimento está crescendo acima do PIB certamente, e tudo nas mãos do processo de concessão. Realmente, Senador Lindbergh, acho que está nas mãos de todos nós fazermos decolar esse processo, esse ciclo de concessão de infraestrutura no Brasil, e isso pode catapultar a nossa taxa de investimento para patamares realmente desejados para sustentar um crescimento melhor do que esse que temos. Hoje vemos o crescimento possível do Brasil em torno de 3%, 3,5%, olhando num horizonte de 5, 10 anos. Para nós aumentarmos esse patamar de crescimento potencial, além das reformas e das sugestões que apresentamos aqui, de forma construtiva, também esse ciclo de investimento infraestrutural é absolutamente decisivo.

Agradeço a atenção. Perdão pelos 5 minutos que utilizei além do tempo regulamentar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço ao Octavio de Barros, Economista-Chefe do Bradesco.

Passo, imediatamente, para o Economista-Chefe do Itaú/Unibanco, Ilan Goldfajn.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Obrigado. Bom dia a todos, quase boa tarde. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite. É sempre um prazer discutir os desafios da economia brasileira, a conjuntura econômica, em particular, no momento atual.

Tanto o Nilson quanto o Octavio falaram de vários aspectos da economia brasileira. Vou ressaltar as questões que me parecem relevantes no momento atual. E o momento atual não é um momento qualquer. Temos visto nos jornais que estamos, há cinco anos, vivendo uma das maiores crises do mundo. A última desse tamanho foi na grande depressão, ou seja, tivemos uma crise mundial desse porte. E o que sabemos é que a grande depressão conseguiu ser evitada, mas foi evitada com uma quantidade de estímulos e, vamos dizer, penicilinas e antibióticos, que sabíamos que, em algum momento, seriam retirados.

A dúvida que se tinha é: o que vai acontecer quando esses estímulos, que foram necessários, forem retirados? É isso que estamos começando a viver em 2013. Passamos um bom tempo, desde 2007 e 2008, com a crise que começou nos Estados Unidos, com *subprime*, quedas fortes do PIB. A crise se alastrou para a Europa, e tivemos, no ano passado, quase a quebra da Europa, no sentido da moeda única. Depois, a desaceleração começou a afetar a China e os emergentes e, só agora, em 2013, há uma percepção

de que quem começou primeiro com a crise, ou seja, os Estados Unidos, vai começar a sair. E essa percepção vem de onde? Vem simplesmente da observação de que, nos Estados Unidos, o desemprego começa a cair. Já chegou a 10%, e hoje já está em 7,2%, 7,3%, portanto, a caminho de uma taxa de desemprego de 6,5%, que é o que os Estados Unidos e o FED (Banco Central americano) têm dito que é o momento em que vai começar a se mexer.

Se vai começar a se mexer quando chegar em 6,5%, quando está em 7,2% tem que começar a fazer alguma coisa. E é o que anunciou. Anunciou no discurso do Presidente do Banco Central americano, o FED, em 22 de maio. Disse que, talvez, em algum momento, vai, se possível, reduzir os estímulos. Isso foi suficiente para os mercados fazerem todo o alvoroço que está havendo até agora.

O que está acontecendo não é ruim. O fato de os Estados Unidos saírem da recessão depois de cinco anos não é ruim. O fato de, na Europa, não se falar mais na quebra do euro não é ruim, é uma boa notícia. O fato de a China estar estabilizando o crescimento em torno de 7%, 7,5%, quando todo mundo achava que não conseguiria estabilizar, que ia para 7%, 6%, 5%, é uma boa notícia. Ao final das contas, temos um filme que começa nos Estados Unidos, vai para a Europa, bate na China e nos emergentes, e começa a voltar: Estados Unidos, Europa e vai ajudar, ao final, o resto do mundo também. É uma questão de tempo. Só que essa boa notícia, no intervalo em que estamos hoje, é má notícia porque a saída dos Estados Unidos, a saída da Europa daqui significa que os juros zero, os estímulos acabaram.

Os juros zero acabarem nos Estados Unidos significa que os juros de dez anos, que estavam em 2%, hoje estão em 3%. Essa mudança de 2% para 3% mudou a direção, ou está mudando, dos fluxos de capital. Passamos cinco anos recebendo muito fluxo, até demais – há uma discussão de quanto fluxo entra – e agora a discussão é de que o fluxo está saindo. Há uma discussão relevante no sentido de que, uma vez que os fluxos mudam, a moeda americana, o dólar, ganha muita força em relação às economias emergentes. E começamos a ter depreciações de câmbio na Turquia, África do Sul, na Ásia, em geral, na Índia. Se quisermos saber qual o país mais afetado pela crise, não é o Brasil; é, de longe, a Índia. E onde há mais depreciação há mais problemas no momento atual. No Brasil também.

Hoje, estamos em um momento em que os juros no mundo sobem, as boas notícias vão vir porque a economia voltou a crescer, mas vai demorar um ou dois anos até isso se refletir em mais importações do

mundo e mais exportações do Brasil. Enquanto isso, temos que conviver com essa mudança de fluxo, com dólar mais forte.

Nesse contexto, eu vou ressaltar quatro pontos da discussão da conjuntura econômica que me parecem importantes.

Primeiro ponto. Com o Real depreciando – e o Real chegou a 1,70, foi a 2,45 e, agora, voltou para 2,25, não sei qual o valor de hoje –, as perguntas que a gente tem que se fazer são as seguintes: nós sabemos que está se depreciando em uma conjuntura mundial, mas a quanto tem que ir? Quanto que é exagero? Quanto que é simplesmente o que se chama de *overshooting*? *Overshooting* é uma palavra em inglês para dizer que o câmbio foi demais e vai ter que voltar. Quando que é uma bolha no câmbio? E quanto que é uma necessidade de corrigir uma competitividade? Você precisa que os preços no Brasil, quando medidos em dólar, sejam mais compatíveis com os do resto do mundo. Quanto é isso? Essa é uma grande discussão, e é relevante a gente tocar um pouco nela para entender.

O segundo ponto relacionado a isso é saber se você tem que evitar isso ou não. As intervenções do Banco Central, apenas para dar um número, somaram, até hoje, US\$48 bilhões, intervenções no mercado de derivativos, mas são intervenções cuja finalidade é vender dólares para aqueles que querem se proteger contra uma subida do dólar em relação ao Real, que está se depreciando. Foram US\$48 bilhões! Há uma grande discussão sobre se temos de intervir mais, se temos de intervir menos, se temos que deixar o câmbio ir até onde precisar ir para corrigir e ajudar as exportações ou ajudar as importações; ou não. E você tem que evitar a alta do câmbio, porque isso pode gerar inflação. Se gera inflação, pode reduzir o salário real, o que afeta o consumo. Como você tem que fazer? Essa é uma outra discussão que reputo relevante.

O terceiro tópico está ligado a esse cenário mundial. Se está havendo uma depreciação, quanto que vai ter de repasse cambial? Até hoje, o repasse era uma coisa... Repasse é muito interessante, porque repasse cambial é assim: todo mundo diz que não vai vir, mas, quando vem, todo mundo diz que era óbvio que tinha de vir. Então, nós temos, hoje, uma discussão sobre a inflação, que a inflação tem caído nos últimos dois meses, mas todo mundo espera que, talvez, venha por causa do repasse cambial. Quanto vai vir de fato? Qual a discussão em relação a isso? Este, o terceiro tópico que eu acho muito relevante hoje.

O último tópico tem a ver com o seguinte: nesse cenário de crescimento mundial voltando, qual é a atividade no curto prazo e qual o crescimento de mais

longo prazo que a gente poderia pensar, no Brasil, para frente?

Então, estes são os quatro tópicos que eu acho relevantes: primeiro, competitividade, ou seja, quanto o Brasil precisa ganhar em termos de competitividade com essa mudança no câmbio? Segundo, você deveria ou não intervir nisso? Evitar ou não? Terceiro, qual o impacto dessa mudança na inflação? E, quarto, qual o impacto desse novo cenário mundial no crescimento para os próximos anos (2013/2014) e no mais longo prazo?

Então, vamos começar com o primeiro, competitividade.

Não será uma surpresa para ninguém que esses *rankings* que existem, como o do The World Economic Forum, como o do Banco Mundial e vários outros *rankings*, apontam que o Brasil está precisando melhorar a competitividade. Melhorar a competitividade pode ser melhorar a produtividade, ou seja, as pessoas, com os mesmos recursos, produzirem mais, como também, simplesmente, podem ser ganhos através de um câmbio mais competitivo, que pode ajudar na competitividade.

Se você olhar o que aconteceu desde aquele dia 22 de maio, quando o Ben Bernanke disse que iria começar a tirar os estímulos, verá que houve uma depreciação de todas as moedas. A Índia, como eu disse, de 18%; o Brasil, 13%; Indonésia, 13%; Turquia, 13%; África do Sul, 10%; enfim, todos eles com uma depreciação razoável. Se você olha desde 2007 – e a gente tem que pensar que há alguns que foram muito e podem estar voltando –, quando você vê o movimento de moedas desde 2007, aí a depreciação no Brasil já não é tão grande se comparada com a da Turquia, que tem 40%, 43% e assim por diante.

Então, houve uma depreciação de 13% só em dois meses, mas, se você colocar em contexto, verá que não está tão longe, notadamente se você olhar o quanto o Real foi no começo e o quanto está voltando.

É muito difícil fazer a conta de quanto o Brasil está caro ou quanto o Brasil está barato. Então, eu vou fazer três formas que as pessoas pensam: a primeira delas é o nível de preços no PIB. Há um PIB, chamado PIB por PPC (paridade do poder de compra), ou seja, para você tentar ajustar o PIB pelo preço de cada país para poder comparar. Quando você compara isso, você consegue fazer uma relação de quanto o Brasil, sexta do PIB, é comparada com o resto do mundo.

Vocês estão vendo que o Brasil, por exemplo, está 2% com os preços em dólar, ou seja, preços, em termos reais, acima dos Estados Unidos. Mas, normalmente, países em desenvolvimento, países cujas economias são emergentes têm preços mais baixos. É

normal. Economias mais avançadas têm preços mais altos, economias em desenvolvimento têm preços mais baixos. Vejam vocês que a maioria dos países é 30%, 40% mais barato do que Estados Unidos, e nós, em média, estamos 2% mais caros.

Outra forma de calcular é saber quanto o câmbio, hoje, está mais ou menos apreciado em relação à média de 2014 a 2011. Aqui diz que a gente está apreciado em 5%

Finalmente, há o índice da revista The Economist, que começou com uma brincadeira, que é comparar uma cesta. Só que cesta é difícil. As cestas mudam de acordo com o país. Vou fazer uma cesta de um bem que eu tenha certeza de que é homogêneo, que é o tal do Big Mac. Desde que começaram a fazer como uma piada, virou uma série que até hoje continua. Nessa série, que é uma brincadeira, o Big Mac do Brasil é 16% mais caro que o Big Mac no resto do mundo. Na Índia, por exemplo, um Big Mac, é 67% mais barato.

Então, há uma ideia de que o câmbio está andando. Quando comparado em dólar, o Brasil está mais caro. Se você olhar os custos – e aqui eu estou medindo custos em salários, salários em dólares –, você vê que também, comparado com a Índia, China, México, Rússia, o Brasil, com a depreciação, daqui para cá, já ficou mais ou menos em linha, em termos dos outros países emergentes. Se você colocar salário mais benefício, ele fica ainda mais alto do que no resto do mundo.

Então, a pergunta: qual seria o câmbio correto? Para onde poderia ir? Como o Otávio falou, é muito difícil responder. Há várias formas de calcular. Eu tenho sete minutos, eu poderia passar aqui uma hora com as várias formas alternativas. Mas eu vou dizer que tem a paridade do poder de compra, que serve para igualar os preços, ou para igualar os salários. Você poderia pensar: dado o risco do país, qual o câmbio que se ajusta a esse risco? Mas eu gosto dessa forma aqui. O que significa essa forma? É pensar qual o nosso déficit, hoje, em conta corrente. O que é um déficit em conta corrente? É do balanço de pagamentos, que inclui a balança comercial, inclui também a balança de serviços, e ver quanto hoje você está gastando mais, está importando mais do que exportando, de uma forma geral.

Vocês veem que, em algum momento, a gente saiu de muito negativo e voltou a um período longo de superávit, para logo depois começar a ir para o negativo, e hoje em dia você está com um déficit em conta corrente em torno de 3,5%. Então, 3,5% do PIB é o nosso déficit hoje.

Parece que esse déficit é elevado demais para a nova conjuntura. Se os fluxos de capital estão mudan-

do de lado, se os Estados Unidos estão começando a subir os juros, o déficit, que parecia ser muito razoável até pouco tempo atrás, nessa nova conjuntura parece que não é mais. E aí a gente teria que pensar qual é o novo déficit que se pode financiar. Não acho que seja superávit. Por quê? Porque o Brasil precisa investir. Você tem o pré-sal, você tem vários investimentos, a poupança do Brasil é relativamente baixa. Não acho que o Brasil precisaria ir para o superávit. Qual o déficit, então?

Por exemplo, hoje em dia, um investimento direto é 2,5% do PIB no Brasil. Eu diria, mesmo sendo conservador, que pelo menos 1,5% a 2% você teria de ter de fluxo de capital nos próximos anos. Se isso é verdade, o nosso déficit deveria ajustar dos 3,5% para 1,5%, e aí eu consigo calcular qual o câmbio que levaria às exportações e importações na média, de acordo com o que aconteceu no passado, a chegar a esse 1,5% ao longo dos anos. Um câmbio em torno de 2,30 dá esse cálculo aqui. Aí eu já digo: olha, você pode ter outros cálculos, pode achar outros déficits. Há várias formas de calcular. O que eu prefiro é o câmbio que nos leva a um déficit menor e que eu acho sustentável. Como eu acho sustentável entre 1,5 e 2, um câmbio de 2,30, ao longo dos anos nos leva lá, que é onde está muito próximo já dele.

Um cuidado que a gente tem que ter é que, quando o câmbio se deprecia e aí você ganha competitividade, ele costuma puxar o salário real. O salário real, vocês estão vendo que, quando o câmbio estava se depreciando, a depreciação aqui é para baixo, vocês estão vendo em 2002, que o câmbio foi a quase 4,0, o salário puxou para baixo, porque a inflação veio junta. À medida que o câmbio foi se fortalecendo, os salários também, porque a conjuntura era melhor, o Brasil estava melhorando. Agora, a gente tem o câmbio voltando e o risco é levar o salário junto.

Então, esse ganho de competitividade tem que ser feito sem a inflação acompanhando, porque, senão, você ganha competitividade à custa de um salário menor. Isso muda o Brasil, porque muda o consumo, muda a questão da renda que foi ganha nos últimos anos.

Intervenções do Banco Central. Vocês estão vendo que o Banco Central tem intervenções que, hoje, são da ordem de 48 bi, e a pergunta que se tem que fazer é: – É muito? É pouco?

Bom, vou dar alguns dados para vocês.

Primeira coisa: hoje, essa é a nossa fotografia, como ele está posicionado com essa mudança no mundo. Primeiro, nossa dívida externa com proporção do PIB é 13,8%. Então, quem diz para você que não tem dívida externa... Tem dívida externa. Quem não tem dívida externa em termos líquidos é o Governo, por-

que ele tem a linha de baixo, que é a reserva. Como as reservas são maiores que a dívida, nós hoje, o Governo hoje tem mais ativo em dólar do que passivo e, portanto, a dívida externa líquida é negativa. Isso é um ótimo momento para começar. Nas últimas crises, dificilmente você teve essa conjuntura.

Você está começando uma inflação relativamente alta: 6,7 foi no começo, quando bateu o choque. Isso não é bom. Por quê? Porque, normalmente, em países quando tem o choque, eles deixam o câmbio subir, não precisa subir juros e deixa o câmbio fazer o papel; vai estimular, estimula a indústria, e tira você da desaceleração. Mas, se você tem problema de inflação, você tem que subir os juros. Então, essa inflação aí é algo que nos pegou com uma inflação um pouco mais alta. Se vocês olharem para o lado de baixo, das intervenções, vocês vão ver que tenho dois números – está escrito *swaps*, é um nome complicado para intervenção.

Intervenção no mercado derivativo – está escrito aí 42 bilhões, de intervenção, mas, na verdade, desde que fizeram esses eslaides até agora, já são 48. E isso representa, hoje, 13% da nossa dívida externa e 11% das reservas. Eu considero 11% das reservas absolutamente razoável. Por que 11% das reservas é razoável? Primeiro, você acumulou 370 bilhões, o custo de acumular foi bem elevado. Por quê? Porque acumular reserva o que significa? É comprar dólar, depositar no FED, em Nova Iorque, e ganhar um juro zero. Para fazer isso, você emite título da dívida, que paga oito, nove, dez. É um custo alto. Você comprou um seguro, você tem que usar o seguro. Não acho que 11% seja muito, mas tem que levar em consideração que, se você for muito, em algum momento pode estar exagerado e ter que levar isso em consideração.

Segundo ponto que é verdade é que, se você fizer muita intervenção...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ILAN GOLDFAJN – Eu vou precisar de uns três minutos a mais para os outros tópicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Fique à vontade.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Não, acho bom. Porque, senão, se não for automático... Manda ele parar de falar (*Risos.*)

Então, eu acho razoável. O importante é recuperar a competitividade, sem gerar inflação, usando um número razoável desse seguro que foram as reservas.

Terceiro ponto, a inflação. Nós estamos com inflação aqui em torno de: 0,03, em julho; 0,24, em agosto; em setembro, já vai começar a subir um pouquinho, parece que vai perto de 0,4. E a dúvida que as pessoas têm é se vai ter algum repasse. Eu acho que algum repasse vai ter. Se você quer pensar: por que vai ter

repassa? Por que uma subida desse tamanho acaba elevando os custos; muitos importados no Brasil são bens intermediários; quando o câmbio sobe, inevitavelmente algum repasse a gente tem.

A nossa discussão é se o repasse é 5%, 10% total ou mais. Aqui eu tenho 7,5. Com 7,5, dá uma inflação de em torno de 6, que é o que o Octávio colocou na previsão dele, que é parecida com a minha.

Ah, não vai ter repasse. Pode ser que não tenha, mas tem um que eu sei que já está pressionando: é o repasse de gasolina e diesel. Esse já está batendo na porta. A média dos últimos anos dá uma defasagem de 30%. Com a queda do Real e com o problema do petróleo – agora que a questão da Síria parece que está se resolvendo, não se sabe –, ao invés de a defasagem ser de 30%, está aí o diesel com 20% e pouquinhos, 25%, e a defasagem da gasolina está caminhando para 20%. De qualquer forma é 20%. Então, algum repasse tem de vir. Acho razoável ter algum repasse para não ficar muito defasado.

O próximo ponto é a questão do crescimento. Vocês estão vendo que a gente tem uma estimativa de... O segundo trimestre do ano, que foi um trimestre muito forte.... O que é muito forte? Um e meio por cento sobre o trimestre anterior. Nossa estimativa era 1,1%. Já era forte, veio ainda mais forte. Recuperou a economia. Se você tiver 1,5% quatro trimestres teremos 6% de crescimento. O problema é que a gente já tem os dados dos últimos meses, já viu que a indústria caiu, sabe que a agricultura não vai ter o benéfico da soja e de outros itens. Então, já se sabe que vai devolver uma parte.

No ano, a gente acha que acaba dando perto de 2,5%. A pergunta não é qual o impacto no curto prazo, a pergunta é: e no longo, nesse mundo, o que melhora? Acho que o mundo vai melhorar e vai ajudar o Brasil, mas quanto? É difícil saber. Mas um ponto muito relevante é.... A demografia como o Otávio colocou, que o Nilson também comentou, em termos de população jovem entrando, nós sabemos que está diminuindo e que o aumento do emprego não vai ser o carro-chefe porque o desemprego já está num patamar que, provavelmente, não vai baixar muito mais. O crescimento vai vir de produtividade, ou seja, de se conseguir inovar, gerar, melhorar as formas, e de investimentos. Dentro do investimento, a infraestrutura. Deixa eu mostrar para vocês o cálculo, rapidinho. Você tem uma média, até 2004, de crescimento, no Brasil, de 2,2%. Nós últimos tempos subiu para 3,7%, 4%, dependendo do ano que você coloca. Você tendo um aumento de produtividade podemos chegar perto de 3%. E se você conseguir mudar o nível de investimentos... Hoje, o Brasil investe de 18% a 19% do PIB. Isso é baixo em relação aos

países da Ásia, que investem 30%, mas é baixo em relação aos vizinhos. A Argentina você sabe quanto investe? Vinte e cinco por cento, vinte e seis por cento. Então, nós temos de mudar de 18% para 22%, 23%. E esse vai ser o desafio.

Leilões de concessão, infraestrutura. Hoje em dia, cada real investido em infraestrutura vale mais do que um, pela repercussão que tem sobre investimentos privados. E, no investimento privado, sobre o resto da economia.

Há um último ponto que eu não queria deixar de colocar e que não é de conjuntura, mas sobre a educação. Eis aqui um exame do PISA, Média dos Indicadores de Matemática, Ciência e Leitura. Um PIB, um nota... A gente fez uma brincadeira aqui ao olhar uma nota relacionada com o crescimento. Na média, o que é que dá? Uma média do Brasil. A nota média da educação no Brasil, hoje, levaria a um PIB de 2,4. Se você conseguisse puxar para a média, por exemplo, do Chile, o PIB já subiria para perto de 3%. Se você conseguisse ir para a média do OECD, o PIB médio do Brasil poderia ir para 4%. Não é a conjuntura. É o único eslaide aqui onde não falei de câmbio, de intervenção, mas que não posso deixar de colocar, porque acho que, no médio e no longo prazos, é isso o que vai dar o crescimento, no final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado.

Vamos começar agora. O primeiro Senador inscrito é o autor do requerimento, Senador Eduardo Suplicy. Depois, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Francisco Dornelles e o Senador Blairo Maggi.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Senador, poderia me incluir nesse bloco?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, Senador Agripino.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Faria, estou com uma responsabilidade conjunta na Comissão de Constituição e Justiça, onde se está discutindo a lei de drogas. Vou precisar me ausentar daqui a pouco para, também lá, ouvir os depoentes.

Quero cumprimentar o Economista-Chefe Nilson Teixeira, do Credit Suisse; o Sr. Ilan Goldfajn, do Itaú Unibanco; e o Sr. Octavio de Barros, do Bradesco, pela contribuição e pela forma tão completa como nos mostraram como os departamentos econômicos das três instituições nos brindam com previsões e recomendações importantes, sobretudo como será importante o Brasil melhorar na sua competitividade e nos investimentos em infraestrutura. Todos ressaltaram a sua

importância e como pode haver, sim, uma perspectiva positiva para o Brasil. Em que pese as dificuldades havidas na economia mundial, temos conseguido avançar bastante.

Notei que os três Economistas-Chefes não chegaram, embora tenham colocado as questões relativas à remuneração de trabalhadores e a taxas de desemprego, todos reconheceram que as taxas de desemprego têm sido relativamente baixas. O Sr. Octavio de Barros mostrou algo que também não costuma ser apresentado: que os fatores demográficos têm contribuído para essa taxa de desemprego.

Não chegaram a mencionar um dos indicadores importantes e que diz respeito a um objetivo muito significativo, que é o de realização de justiça. Refiro-me e até faço a sugestão de que sempre coloquem também nas suas apresentações a evolução do coeficiente de Gini, de desigualdade, que, felizmente, tem sido um indicador com uma tendência positiva para o Brasil. Se nos anos 70, 80 e 90 nosso crescimento foi caracterizado pela concentração de renda e de riqueza – chegamos, na década de 90, a estar dentre os três países de maior coeficiente de Gini no Planeta Terra – desde 2001/2002, quando estávamos com 0,59, a cada ano vem diminuindo até chegarmos – acho que este é o último dado disponível – a algo em torno de 0,52. Portanto, está sempre diminuindo, mas ainda assim, somos o 16º mais desigual país do mundo. Então, temos que avançar bastante.

Eu gostaria de dar um livro sobre a renda de cidadania para os três Economistas-Chefes, porque acredito que se trata de algo relevante para os propósitos do Brasil.

O Sr. Octavio de Barros citou Victor Hugo, quando observa que há certas ideias que chegam ao seu momento maduro e precisam acontecer. E eu estou persuadido de que o Brasil, primeiro País cujo Congresso Nacional aprovou uma lei para instituir a Renda Básica de Cidadania, está pronto para realizar a observação de Victor Hugo. Quem sabe, na sua recomendação, haver a independência do Banco Central. Esse é um tema que temos discutido, mas estou certo de que a instituição da renda básica de cidadania colaborará para que o Brasil inclusive aumente o seu grau de competitividade e caminhe mais aceleradamente para o objetivo de nos tornarmos uma nação mais justa e que vá prover não apenas o objetivo maior da Presidenta Dilma de erradicar a pobreza extrema e absoluta, mas também dignidade e liberdade real para todos.

Pondero que na hora em que examinarmos a competitividade de outros países nós precisaremos levar em consideração os programas de transferência de renda que, por exemplo, existem nesses países. Nos

Estados Unidos da América, no Reino Unido e tantos outros, existe o crédito fiscal por remuneração recebida. Um casal de trabalhadores, nos Estados Unidos, que receba a soma de remuneração de US\$18 mil tem direito a, por exemplo, US\$5,3 mil a mais. A remuneração de um casal com dois filhos vai para US\$23,2 mil anuais, com isso, ultrapassa a linha oficial de pobreza para um casal com dois filhos. E quem paga isso é o conjunto da sociedade por seus impostos.

Esse é um programa importante que se iniciou em 1975, é uma forma de Imposto de Renda negativo, mas que tem alguma similaridade e equivalência, digamos, ao sentido do programa Bolsa Família, mas não inteiramente, e não representa o que me parece ainda mais adequado, porque eu tenho a convicção, e procuro aqui demonstrar, de que se o Brasil vier a instituir uma renda básica de cidadania poderá ainda mais aceleradamente diminuir o grau de desigualdade e de maneira a ser consistente com o objetivo de competitividade. Mas para isso é importante que mais e mais pessoas, inclusive os economistas das principais instituições financeiras, estejam cientes disso.

Por essa razão vou lhes dar esse livro, só para dar uma informação aos senhores que é relevante sob esse aspecto. O lugar do mundo, possivelmente já visitado pelos senhores, onde há uma experiência pioneira nesse sentido mostra que foi bem-sucedida. Num estado dos Estados Unidos, por 30 anos, se pagou, todos os anos, a todos os seus habitantes, um dividendo igual e incondicional para todos. Qual é o coeficiente de Gini de desigualdade dos Estados Unidos e do Alasca? O do mais desigual, distrito de Columbia, onde fica Washington D.C., é de 0,533; o dos Estados Unidos, 0,47; o do estado do Alasca, após 30 anos em que pagam igualmente algo como 6% do PIB para todos os seus habitantes, hoje 700 mil, é 0,40, o mais baixo de todos. Então, é um dado relevante para economistas tão brilhantes. Por isso quero lhes dar o meu livro.

Vou pedir licença, Presidente, porque ainda tenho que ouvir os especialistas da Lei de Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço a V. Ex^a. Está havendo uma reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça.

Passo ao próximo inscrito, Senador Cristovam Buarque. Logo após, ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer todas as colocações extremamente instrutivas e que até diminuem um pouco algumas preocupações que alguns de nós têm tido, mas não eliminam todas.

Nesse sentido, queria colocar algumas perguntas para os três e fazer uma consideração no final.

Primeiro, faço uma pergunta quanto a uma preocupação que nós temos tido aqui sobre a vulnerabilidade do BNDES. Eu gostaria de ouvir de quem está no mercado, que sabe mais do que nós, que ficamos analisando contas e dados, se realmente há ou não preocupação em relação à vulnerabilidade do BNDES.

Segundo, em relação à competitividade, o próprio Dr. Ilan falou que temos esse problema, mas que ele não é grave, citando de passagem que o câmbio poderia ser o caminho para termos competitividade. Eu acho que a competitividade pelo câmbio – esta é uma pergunta, mas é também uma afirmação minha, e peço consideração – ou por isenções fiscais, por todas essas políticas que, pelo menos há 50 anos, a gente vem exercendo no Brasil como forma de induzir a industrialização, já mostrou que é limitada. Eu queria saber se não acham que a verdadeira competitividade nossa estaria no avanço científico e tecnológico, não apenas na redução de preço no processo de produção, mas, sobretudo, em algo novo, com a criação de novos produtos inventados pela ciência, que nos permite ter um mercado dinâmico para os nossos produtos.

Minha impressão – eu posso estar enganado e gostaria de ouvir a sua opinião – é a de que, nesse ponto, estamos muito atrasados. Quantos produtos brasileiros há no mercado, além dos aviões da Embraer? Falo de produtos novos, não falo de soja ou de ferro, com todo o respeito ao Blairo, que inventou formas novas de fazer, mas não um produto novo.

Então, nesse lado da competitividade, estamos, a meu ver, muito atrasados. Eu queria ouvir a sua opinião.

Eu tinha anotado aqui uma pergunta, uma fala. Mas a última frase matou a minha fala. Eu tinha dito: “Nenhum falou em educação”. Foi salvo aos 45 minutos do segundo tempo.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Aos 50 minutos, pois já tinham passado cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Já tinham passado cinco minutos, é verdade. Mas encerrou com isso. Fiquei contente de ouvir. Vejo o reconhecimento da importância disso. Os dados mostram como nós estaríamos se não fosse o Chile.

Mas eu queria ouvir a opinião do mercado sobre o que estamos fazendo em educação, o que, a meu ver, é muito pouco em relação às exigências, porque nós estamos melhorando numa velocidade menor do que a velocidade das exigências de novos conhecimentos e de nova formação da mão de obra, sobretudo, como colocou também o Dr. Ilan ou o Dr. Octavio – não me lembro mais se foi o Dr. Ilan ou o Dr. Octavio quem

o disse; acho que foi o Dr. Octavio –, com a redução do número de jovens no mercado. Isso vai exigir uma melhora da produtividade. A melhora da produtividade depende da formação, depende da educação. Então, a minha pergunta é: o mercado está preocupado com a lenta melhoria da educação no Brasil nos últimos 20 anos ou 30 anos?

Quanto ao outro ponto, serei rápido ao falar: vocês não acham que, de repente, em vez de falar em meta inflacionária de 4,5% com uma banda de 2% para cima e de 2% para baixo, devemos esquecer os 4,5% e tratar os 3,5% como meta? A sensação que tenho quando vêm aqui os Ministros, a impressão que tenho é a de que a meta virou 6,5%, não 4,5%. Essa não é certa leniência, uma palavra que tem sido usada aqui de vez em quando?

Dr. Nilson, fiquei até mais tranquilo quando percebi sua visão de que o investimento está crescendo mais do que o próprio consumo. Mas, mesmo assim, é possível termos tranquilidade com uma taxa de investimento inferior a 25% ao ano? Se isso for preocupante, quanto tempo a gente vai levar para chegar a essa taxa? Se isso não for preocupante, tudo bem! Mas o que a gente vê em outros países é uma taxa de poupança muito superior e uma correspondente taxa de investimento muito superior.

Além disso, eu queria fazer uma pergunta ao mercado. Já perguntamos muito aos funcionários do Governo. Existe ou não existe contabilidade criativa hoje por parte das autoridades monetárias e fiscais do Brasil? Se isso existe, vocês do mercado estão ou não preocupados com isso? Se isso não existe, tudo bem! Mas, se isso existe, eu gostaria de saber a sua opinião.

E, finalmente – foi tocado um pouco –, o grau de preocupação que vocês têm com o uso de manipulações de preço como forma de controlar a inflação, seja usando a Petrobras, seja usando a Eletrobrás, seja usando as exonerações para o setor industrial, o que, obviamente, por um lado, tem o papel de criar dinâmica, mas, por outro lado, tem o papel também – a gente está achando, todos, hoje, eu acho – de impedir uma subida de preços.

Minha pergunta é bem clara. A gente pode medir em meses ou em anos a fatura desse uso de políticas de controle de preços? Tire controle; de manipulação, de interferência. A fatura virá, ninguém tem dúvida, como veio em todos os outros países que usaram isso. É o Estado querendo controlar o preço, independente das leis do mercado. A fatura virá. Vocês acham que virá a fatura em meses ou a gente segura ainda por alguns anos esse tipo de política?

Essas são as minhas colocações e as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Passo a palavra, imediatamente, ao nosso Senador Francisco Dornelles.

São 12h30. A ideia é falarem todos os Senadores e voltarmos à Mesa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Octavio, o Nilson e o Ilan pela belíssima exposição e colocar a seguinte situação: o superávit primário, a meta de inflação e o câmbio flutuante têm sido pilares da política econômica do Governo. A intervenção diária do Banco Central no mercado de câmbio não quebra o princípio do câmbio flutuante? A intervenção diária do Banco Central no mercado não traz segurança ao setor?

A segunda questão é a seguinte: que credibilidade existe hoje na relação PIB/dívida líquida em decorrência desse aumento enorme da dívida bruta?

Qual é a garantia... Eu acho que vocês estão muito otimistas quando se referem à cobertura do nosso déficit em conta corrente pela conta financeira, ou seja, investimento direto no setor financeiro. De onde vem o otimismo de vocês?

A última questão, eu não sei se vocês vão poder responder ou não, é a seguinte: o FATCA é o acordo de adesão proposto pelo fisco dos Estados Unidos às instituições financeiras estrangeiras, para que elas se comprometam a repassar dados e informações consideradas relevantes. Qual é o nível de adesão das instituições financeiras brasileiras ao acordo do Fatca?

São as questões que eu tinha a colocar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os nossos convidados, na manhã de hoje, desta audiência pública.

O Dr. Octavio eu leio, todos os dias, o que escreve, porque recebo em meu *e-mail* o que o economista chefe do Bradesco pensa e divulga todos os dias. Portanto, muito obrigado por eu receber isso todos os dias.

Bem, eu tenho uma pergunta. O Senador Cristovam disse que foi salvo na última hora. E ele me prejudicou na última hora também, porque quero fazer uma pergunta também sobre a questão da contabilidade criativa, de que todos desconfiávamos aqui no Senado Federal.

Aqui na Comissão de Assuntos Econômicos ouvimos o Presidente do Banco Central, ouvimos o Dr. Arno Augustin, Chefe da STN, enfim, ouvimos diretores

do Banco Central, ouvimos todo mundo, a exemplo do que está acontecendo hoje. E o discurso do Governo, de representantes do Governo, quer seja da Fazenda, quer seja do Banco Central, é muito redondo. A ponto de nos perguntarmos: “Será que esse discurso está combinado ou é isso que está acontecendo?” Se ele é combinado, está bem combinadinho, porque todos falam a mesma coisa. Então, quase dá para acreditar, dizer o seguinte: “Não, não é mentira. Se fosse mentira, uma hora um escorregaria aqui”. E eu não tenho sentido esse deslize, esse escorregão nas explicações. Mas quando começamos a olhar as coisas separadamente, eu começo a ficar preocupado.

Alguns exemplos para dizer que poderá estar acontecendo uma contabilidade criativa e bem organizada por parte do Governo. E a pergunta é: O que vocês acham disso depois do que eu vou dizer?

Há poucos dias, o BNDES fez um grande empréstimo para a Eletrobrás, a qual pegou esse dinheiro e fez um pagamento de bônus, distribuição de lucros para o Tesouro do Governo e para o próprio BNDES, para o BNDESPAR. Então me parece uma coisa de quebrada, começa uma ciranda. Eu tomo um dinheiro aqui e esse dinheiro cobre outro buraco ali, que cobre um terceiro para lá. Isso foi veiculado na imprensa. Eu achei muito estranho esse tipo de situação. Não me parece pertinente para essa atividade.

A Petrobras, há poucos dias, também fez a exportação de uma plataforma de petróleo, na *offshore*, para o Panamá. Quer dizer, fez no papel. Esse negócio não saiu do Brasil, continua aqui. Mudou foi a contabilidade da Petrobras, o resultado da balança comercial brasileira, porque foi mais de US\$1 bilhão, alguma coisa assim, a venda dessa plataforma.

O setor elétrico, depois que foi feita a mudança da equalização do preço da energia - a intenção do Governo era uma e o resultado é outro -, está abrindo um buraco enorme nas concessionárias, nas geradoras. Eu não sei até onde os senhores conhecem isso. Mas parte dessa conta, Srs. Senadores, que foi dita como um benefício para a sociedade, voltou nas costas dos geradores de energia, dos distribuidores de energia. Eu sei porque sou gerador de energia. Eu tenho esse tipo de negócio também. Apareceu na minha conta um monte de dinheiro por mês para pagar: “O que é?” “Não, é da contribuição que você tem que dar para o fundo geral para equalizar o negócio.” Então, não me parece que as coisas estão corretas.

De um lado, faz-se um “benefício” para a sociedade”; de outro lado, coloca-se nas costas dos geradores. Olhe, eu não vou aguentar como gerador. Quer dizer, eu e todos os demais, todos aqueles que geram energia no País vamos ter que apresentar essa conta

para o Governo um dia desses. Então, fico só nesses exemplos para indagar: “O que os senhores que são economistas-chefe dos bancos que estão aqui – 13 importantes bancos brasileiros – acham dessa questão da contabilidade criativa? Acontece ou não acontece?”

Quer dizer, eu fico preocupado, porque se ela vem acontecendo, o que vai debaixo do tapete hoje vai aparecer amanhã, o que seria uma lástima, uma pena, perda de tempo terrível para a sociedade.

No mais, cumprimento o Presidente e também os que participaram da reunião. Muito obrigado pelas suas presenças. Foram importantes as explicações aqui colocadas. Eu já pedi as cópias eletrônicas das palestras e vou guardar para depois, com o tempo, poder dar uma olhada com mais calma. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – O Senador Blairo Maggi só lê diariamente a Octavio de Barros. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Eu passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, outro dia eu apresentei um projeto de lei que disciplina a vinda do Presidente do BNDES, a exemplo do Presidente do Banco Central, de quatro em quatro meses. Era a minha pretensão. Mas conseguimos aprovar a vinda dele de seis em seis meses. Ah se a gente pudesse fazer um projeto de lei para trazer essa trinca de dois em dois meses ao Senado!

Eu estou vindo da Espanha direto e fiz carreira para ter oportunidade de conversar com os senhores e de ouvi-los – Dr. Nilson, Dr. Ilan e Dr. Octavio de Barros –, porque são pessoas que sabem o que estão dizendo e falam com absoluta isenção. Não pretendem enganar ninguém, nem dourar a pílula de ninguém. Pretendem mostrar a situação real. É uma pena que eu não tenha ouvido a exposição total, mas, como nós temos o sistema de gravação, eu já pedi à minha assessoria o videozinho, porque quero ver as opiniões de todos, que, como já me disseram, foram coincidentes no macro.

Eu cheguei ao final, vi o Dr. Ilan e lhe disse que sou seu leitor. Na medida em que pego um artigo dele, eu o leio e o faço com muito gosto, porque me agrada muito a sua capacidade pragmática de comunicar o fato econômico. Que é o caso dos três. São três craques do campo da economia prática. São pessoas que veem a economia sem teorismos e com um sentido prático muito forte. E eu gostei muito, porque os meus colegas sabem que há anos bato aqui numa tecla sobre o

custo da dívida, o custo da acumulação dos trezentos e tantos bilhões de dólares.

Eu digo que é uma maravilha se poder bradar aos quatro ventos que não se deve mais ao FMI, que se empresta ao FMI. Agora, qual é o custo disso? A Nação não tem poupança própria para comprar os dólares, vai buscar o dinheiro no mercado, pagando 7%, 8%, 9%, 10%, 11%, para depositar os dólares a juros de praticamente zero o FED.

A conclusão a que eu cheguei claramente é de que o Brasil fez uma opção, ao invés de fazer como a Argentina – desculpe –, a desgraçada Argentina, que tem o câmbio Messi, em que o dólar não vale cinco pesos, vale dez pesos, mas está investindo 26%, está se preparando... Se estiver investindo, está se preparando para o futuro, está dando um passo que o Brasil não está dando. O Brasil fez uma opção, ao invés de ter dinheiro para fazer investimento, fez uma opção em ter dinheiro para pagar a dívida interna, o juro da dívida interna! Isso é uma perversidade com o futuro. E não ter dinheiro para investir no que o Senador Cristovam colocou, a educação, que é o fundamento de tudo. Gastar pesado com a educação!

Será que eu estou certo nessa minha preocupação? Nessa assertiva que faço? O Brasil fez uma opção. Ao invés de ter recursos sobrados em sua poupança interna para fazer investimento na infraestrutura e se tornar competitivo, fez a opção de ter dinheiro para compulsoriamente pagar o serviço da dívida, que já chega pertinho de dois trilhões de reais.

Outra coisa me preocupa. Eu estive, semana atrasada, numa conversa longa em São Paulo com um colega do calibre dos senhores. Foi uma conversa de duas horas e meia, quando me foi dito algo, com gráficos: a inflação do Brasil não está em seis ou seis e meio; a inflação, se forem retirados os preços administrados – nós estamos falando em combustível, transporte público e energia elétrica – se forem retirados do componente do cálculo da inflação os preços administrados, a inflação já está em 8%. Agora, o Brasil vai ter fôlego político ou financeiro para sustentar isso? Político, no caso os transportes coletivos; e financeiro, no caso da energia elétrica e no caso da Petrobras. Vai ter fôlego?

Se formos para 8% de inflação, na minha modesta opinião – sou engenheiro, não sou economista – estaremos numa situação de grande, imensa dificuldade! O PIB do Brasil cresce na base do consumo das famílias; se coloca-se a inflação para 8%, o consumo das famílias vai ficar como? Já está represado! Você vai dar um tiro no coração da capacidade do Brasil de crescer no seu principal componente, que é o consumo das famílias. Eu estou certo ou estou errado?

Fico por aqui, Presidente Lindbergh. Eu estou certo ou estou errado nessas minhas preocupações e assertivas?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Agripino, inclusive só registrar que nessa audiência pública a gente sempre escuta que muitos representantes do Governo, do Ministério da Fazenda, do Banco Central...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ah! Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Aliás, é um dos méritos do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos: trata a Comissão como uma Comissão a serviço do País. Ele é do PT, é petista mesmo, mas a Comissão, na gestão dele, é usada em benefício de interesses do País. Quero que os senhores saibam disso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ah! Eu agradeço muito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado! Eu agradeço muito. Mas acho muito interessante o que estamos fazendo aqui no dia de hoje: escutando o mercado, o setor privado, instituições de peso como as que aqui estão representadas, até pela excelência dos seus departamentos econômicos. Eu acho que iniciativas como essa a gente tem que tomar e fazer outras audiências públicas com essas características.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero ficar nessa linha, Sr. Presidente. Quero aqui, junto com os debatedores e os colegas, que são *experts* na matéria – *experts* lá e *experts* aqui –, ficar mais até como observador, porque me parece que nessa manhã, nesse início de tarde nós tivemos aqui um debate e estamos tendo uma grande aula.

Assim como eu, milhares de pessoas estão acompanhando esse debate, e as provocações, no bom sentido, elaboradas pelos colegas, aquela, inclusive, do Senador Cristovam, do Senador Blairo, sobre a contabilidade. O mercado acredita que ela é real, ou existe algum entre aspas na contabilidade? Como o mercado vê isso? E nós estamos conversando com o mercado.

É fundamental estarmos aqui aprendendo hoje, até porque nós saímos – eu, que sou catarinense – pelo interior do Estado e nos encontros, em associações comerciais e industriais, os setores empreendedores perguntam também. Acho que saímos daqui mais instruído ou em condições de debater teses como esse

grande encontro que está acontecendo desde a manhã do dia de hoje.

São essas as observações. Cumprimento o Presidente Lindbergh por ter provocado esse debate, ouvindo setores do Governo e setores do mercado. Acho que isso é que faz a média. Essa transparência é fundamental para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Vamos começar com o Sr. Nilson Teixeira, Economista-chefe do Credit Suisse.

O SR. NILSON TEIXEIRA – Agradeço, certamente em nome de nós três: eu, o Ilan, o Octavio. As perguntas são muito interessantes. O Senador Suplicy não está mais presente, mas eu gostaria de mencionar aqui que, de fato, os salários na economia cresceram de forma bastante expressiva nos últimos anos. O crescimento está muito associado a um processo não apenas relacionado ao salário mínimo, mas ao fato de que aqueles que percebem uma remuneração mais próxima do salário mínimo tiveram uma ampliação na sua remuneração bem acima da produtividade. E esse foi um dos fatores, junto com os programas sociais, que permitiram uma melhoria na distribuição de renda, que é expressiva no Brasil. O Senador mencionou que o Brasil é o 16º, mas há alguns anos, no início da década passada, estava próximo de ser uma das piores distribuições de renda, senão a pior distribuição de renda existente.

Agora, nós partimos para outro patamar, porque não nos parece mais possível esperar aumento dos salários muito acima da produtividade nos próximos anos. E, como comentou meu colega Ilan, aqui, o próximo passo é o aumento da produtividade via educação, com investimentos expressivos nesse processo.

Nesse aspecto, o Senador Cristovam Buarque falou bem. No Brasil, nos últimos 20 anos, o número de universidades aumentou de forma muito expressiva. A demanda por ensino superior também aumentou de forma muito importante no País, o que contribuiu para grandes investimentos. Se vê, dia após dia, empresas, inclusive no exterior, fazendo investimentos em universidades no País. Porém, parece-me que há necessidade de aprofundar ainda mais o investimento na educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio; alguma meta que dê incentivos para toda sociedade investir no ensino básico.

Vejo a Lei Rouanet estimulando aportes e investimentos em cultura. Seria muito interessante, parece-me, que houvesse também estímulos para investimentos no setor de ensino básico. Nas escolas, já se veem algumas empresas fazendo investimentos em esco-

las públicas. É uma iniciativa muito positiva, porem há espaço para investimentos muito maiores. O ganho de produtividade no Brasil passa por esses acordos universidade-empresa, que ainda são muito incipientes no Brasil, e passa também por um fortalecimento muito grande da educação básica. Essa talvez seja, no meu entender, muito mais importante que qualquer investimento, hoje, em ensino superior.

O Senador também mencionou a questão da meta de inflação de 4,5%, e vai ao encontro do que nós discutimos aqui, a necessidade de regras claras, transparentes. Hoje tem um artigo do Prof. Delfim falando até um termo que, por coincidência, parecido ao que usei, inspirei-me certamente nele, na orientação clara para a sociedade, para os participantes do mercado, da trajetória de todas as políticas, não só em relação ao caminho da inflação nos próximos anos, mas também o caminho dos resultados fiscais.

Foi mencionado por vários Senadores aqui – o Senador Blairo Maggi, o Senador Francisco Dornelles, o Senador José Agripino, o Senador Casildo: eu acho que houve no Brasil, e este Senado teve um papel muito importante com a questão do Siafi, com a questão do Siga, que hoje é muito fácil para qualquer participante do mercado, qualquer pessoa, com uma certa dificuldade, mas enfim, olhar como estão sendo gastos os recursos mês após mês – inclusive, durante o mês, você vê como são utilizados esses recursos. Então, há uma transparência muito grande que, em algumas décadas atrás, não existia.

As próprias formas que o Governo tem utilizado para alcançar a meta de superávit primário estão também transparentes. Você vê isso nesses próprios mecanismos que mencionei, mas também você vê na contabilidade: dívida pública, dívida bruta, está lá claro.

O fato é que, ao se utilizar essas cláusulas de escape – como mencionei aqui na apresentação –, você aumenta a incerteza para os próximos anos. Será que essas cláusulas de escape continuarão se expandindo? Será que as cláusulas de escape farão com que o resultado primário, em vez dos 3,1% do PIB, que era a meta, ou então a meta ajustada, que virou 2,3% do PIB, será alcançado? Essa falta de uma clara regra ou uma clara orientação é que aumenta a incerteza nos mercados.

A dívida bruta no Brasil, como nós mencionamos aqui, é alta? Não há dúvidas. Ela comparada com outros países emergentes é muito alta; agora, comparada com os países desenvolvidos, por conta da crise, ela é baixa. Porém, é necessária uma política para que mostre claramente como será alcançado esse processo de redução da dívida pública no País.

A questão do BNDES, que foi mencionada pelo Senador Blairo, pelo Senador Dornelles, é clara: a dívida do BNDES representa hoje 19% da dívida mobiliária, por conta dos aportes, o BNDES e outros bancos públicos, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Então, esses aportes estão registrados, estão na dívida bruta e, provavelmente, eles continuarão crescendo esses aportes. Por quê? Porque o BNDES tem uma programação, nesse programa de infraestrutura, para que haja financiamento por parte dos bancos públicos aos investimentos privados. Então, nossa estimativa – e mostramos aqui na apresentação – é de alguma coisa da ordem de 50 a 60 bilhões de novos aportes, possivelmente, ao BNDES. Isso torna muito mais difícil uma redução da dívida pública, a menos que o superávit primário seja aumentado, seja por contenção de outras despesas, seja por uma forma de aumento de receitas, que me parece que a receita já resiste bastante – os senhores, muito melhor do eu, são capazes de ver isso – a aumentos de receita.

Então, contingenciamento de despesas parece a forma de permitir essa dinâmica.

Parece-me que tem um último comentário aqui: sobre as regras, o processo de intervenção de área do BC se traria problemas.

No meu entender, não. Essa forma do BNDES comunicar que diariamente proverá uma oferta de US\$500 milhões de linhas de *swap* e, às sextas-feiras, linhas para os bancos de até US\$1 bilhão faz com que fique bastante claro para o participante de mercado qual é a oferta.

Assim com nós percebemos, durante o processo de apreciação do real, que durou de 2004 a 2008, um Banco Central intervindo e comprando reservas, até com operações de mercado futuro, os *swaps*, hoje o que nós vemos é uma operação oposta.

O primeiro não impediu a apreciação cambial – de fato houve uma apreciação cambial importante –, como também agora não nos parece que evita a dinâmica. O que ocorre é que atenua a volatilidade. Então nos parece bastante favorável isto.

O déficit em transações correntes no Brasil aumentou, pela nossa projeção, 3,6%. Parece-me muito similar ao que os colegas Ilan e Octavio apontaram aqui para este ano. Mas, também, pelo que eu entendo, nós concordamos que, no próximo ano, até por conta da depreciação da taxa de câmbio, por maior crescimento nas economias desenvolvidas, esse déficit em transações correntes tende a diminuir em 2014 e possivelmente no ano seguinte, em 2015. Então, nessa dinâmica, ela não é preocupante na medida em que, primeiro, não está entre as mais altas, embora já seja

elevada, e pelo fato de esperarmos uma diminuição desse déficit.

Eu acho que tratei da maioria dos pontos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Nilson Teixeira. Agradecemos a sua vinda ao Senado.

Eu passo a palavra ao Octavio de Barros.

O SR. OCTAVIO DE BARROS – Agradeço as perguntas e os comentários generosos.

Eu vou emendar já com a reflexão do Nilson sobre essa questão do câmbio flutuante. A minha intuição é que o Banco Central do Brasil jamais provocaria uma situação que fosse artificial em relação ao câmbio.

Eu não tenho a menor dúvida de que o Banco Central do Brasil está tentando simplesmente inibir essa volatilidade excessiva, o exagero que existe. Mas a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio certamente não prejudica em nada a noção clara do regime de câmbio flutuante. Até porque, sem o regime de câmbio flutuante, não existe regime de metas de inflação, por definição. O Banco Central apenas tenta coibir o exagero. E tateando nós vamos encontrar certamente a taxa que o mercado perceba como sendo aquela que sustenta o equilíbrio em conta corrente do Brasil.

Diga-se de passagem, o equilíbrio em conta corrente de um país emergente como o Brasil – qualquer país emergente, a rigor, importador de poupança externa, por definição – é em torno de 2,5% do PIB. Parece-me alguma coisa razoável.

É claro que houve países no passado, como a Austrália, que chegou, durante quase uma década, a ter déficits externos de 7% do PIB, mas com um fiscal exuberantemente ajustado. E foi altamente beneficiário dessa poupança externa, sem nenhum risco relevante. Mas, considerando a nossa história, um déficit externo em torno de 2,5% do PIB, um pouco abaixo de 3%, é bastante saudável para um país como o Brasil.

Eu pessoalmente tenho uma dificuldade imensa de imaginar que o maior produtor mundial de matérias-primas que é o Brasil... Vamos lá, 16 *commodities*, entre agrícolas e metálicas, o Brasil ocupa de 1º a 6º lugar do *ranking* mundial. É o país emergente – o país do mundo, a rigor – que tem a maior diversidade de matérias-primas. É uma posição privilegiada. É difícil imaginar que este País possa vir a ter dificuldades de déficit em conta corrente, num horizonte de médio prazo. Ainda mais com o advento do pré-sal, que vem apenas aumentar ainda mais esta minha convicção de que eu não consigo ver o Brasil, na fase atual, pelo menos em um horizonte de 10, 20 anos, com desequilíbrios em conta corrente relevantes.

Cinco minutos atrás, metaforicamente falando, estávamos falando de doença holandesa. Quer dizer, um excesso de exportação de matérias-primas, que poderia apreciar o câmbio e, portanto, prejudicar a exportação de manufaturados.

Espere aí! Mas de que doença então nós estamos falando agora? Então, vamos inventar outro nome. Então, as matérias-primas já não são mais uma... Não, estou apenas colocando de forma lúdica aqui, para tentar passar a mensagem de que eu não consigo ver risco relevante de desequilíbrio em conta corrente do Brasil – é claro que há toda uma discussão interna sobre o papel do setor industrial, mas nós podemos em outra oportunidade refletir sobre isso.

Com relação à questão fiscal, acho que o relevante – respondendo de certa forma a preocupação de muitos dos senhores aqui –, o importante é nós termos uma peça orçamentária crível, é isso que é importante. Ela deve ser crível, transparente, deve ser algo que todo mundo entenda, em qualquer lugar do mundo.

Hoje nós temos uma extraordinária facilidade de navegar nessas contas, mas a verdade é que, durante quase 15 anos, nós construímos uma belíssima história de reputação fiscal, de responsabilidade fiscal. Alguns ruídos surgiram nos últimos anos, ruídos que eu acho que poderiam ter sido evitados. Eu não vejo problema de solvência do Brasil, não vejo nenhum problema relevante de solvência do Brasil. Eu acho apenas que ruídos surgiram e talvez tenhamos a possibilidade de superar rapidamente isso com algumas iniciativas que permitam a esta Casa, o Congresso, aprovar uma lei que limite a expansão do gasto público total ao PIB nominal. Claro, isso deve ser feito com todas as ressalvas a respeito das despesas constitucionais, com a flexibilidade necessária para momentos de crise, com a inteligência necessária nesse caso, mas isso me parece ser a solução final para todas as dúvidas fiscais que nós possamos vir a ter no Brasil.

Além disso, complementarmente, a independência do Banco Central, como eu defendi...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PT – MT) – Professor Octavio, o senhor me permite?

O SR. OCTAVIO DE BARROS – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PT – MT) – O senhor se refere àquela que há para os Estados, não é? Não há para a União um limite total de gastos...

O SR. OCTAVIO DE BARROS – Sim, sem dúvida, para todas as instâncias de governo, eu acho que isso é fundamental.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PT – MT) – Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal para os Estados é... .

O SR. OCTAVIO DE BARROS – É, conhecemos bem a história.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PT – MT) – É caixão, e a União não tem isso, não é?

O SR. OCTAVIO DE BARROS – É, eu não quis entrar em detalhes. É verdade, mas eu acho que é mais do que hora de nós combinarmos essa lei de sustentabilidade de longo prazo e a do Banco Central, porque qualquer que seja a orientação ideológica de quem nos governa, a situação muda de forma qualitativa, restaura-se quase que automaticamente a confiança intertemporal, e os mercados antecipam isso. A moeda se deprecia menos, torna-se menos volátil, a taxa de juros automaticamente se ajusta nas curvas longas de juros no Brasil se nós tivermos esse tipo de iniciativa. Eu acho que isso é fundamental.

Uma palavra sobre o papel do BNDES.

Eu quero chamar atenção para o seguinte. De fato, o BNDES cobre uma falha de mercado – nós temos falhas de mercado no Brasil do ponto de vista de crédito de longo prazo. Não acredito que o BNDES faça qualquer operação que não seja dentro das normas adequadas. Acho que a discussão é muito mais ampla: a respeito do papel de médio e longo prazo do BNDES. Então eu aqui não coloco dúvidas e questionamentos a respeito da correção da atuação do BNDES. Eu acho que isso é perfeitamente aceitável desde que transparente, mais claro, que a sociedade veja qual é o subsídio implícito em cada uma das transações realizadas pelo BNDES e pelo Tesouro.

Uma palavra sobre o social.

Convenhamos, o Brasil melhorou de maneira espetacular do ponto de vista social – olhem os dados do PNUD, do IDH, que foram divulgados agora. É o país emergente que deu o maior salto do ponto de vista de melhora social. O relatório do Banco Mundial de dezembro do ano passado diz que o Brasil foi o país emergente que mais avançou em termos de anos de escolaridade.

Aqui nós estamos falando só de quantidade de anos de escolaridade. Claro que há todo um debate, seriíssimo, que foi colocado aqui para o Ilan a respeito da qualidade da educação. Na verdade, o debate da qualidade é o debate relevante para o Brasil hoje, não é tanto o da quantidade, porque em quantidade avançamos muito: colocamos 97% das crianças na escola. Agora é qualidade da educação.

Universalizamos o sistema de saúde? Quantidade. Agora é qualidade da saúde, é qualidade de tudo. O grande debate nacional é em torno de qualidade. Eu acho que, do ponto de vista da educação, o Brasil está avançando. Não vamos também achar que o Brasil... É o contrário. Acho que o Brasil está avançando mais do que a média dos países emergentes. Hoje, o Brasil tem 7,4 anos de escolaridade média da sua população

acima de 25 anos. A nossa projeção até 2020 é chegar a 8,5. A cada ano adicional de escolaridade da população brasileira – modelo econométrico, quer dizer, com todo o intervalo de confiança – é em torno de 15% de aumento de ganho de renda real da sociedade, do trabalhador médio. É um benefício extraordinário, definitivo do ponto de vista de ganho de renda da população. Eu acho que o Brasil tem tudo para conseguir seguir essa trajetória de investir na educação.

Não posso deixar de mencionar a verdadeira revolução educacional que está sendo feita pelo setor privado brasileiro. E, infelizmente, não temos fontes primárias de informação a respeito disso, boas, sistemáticas, a não ser o Senai, para monitorar o trabalho estupendo de treinamento de formação que o setor privado brasileiro faz. É algo absolutamente decisivo e complementar para a eventual deficiência do regime público de educação.

Do ponto de vista geral do consumo – pergunta do Senador Suplicy e, de certa forma, do Senador Cristovam Buarque –, eu diria que o Brasil teve um processo de inclusão social brutal, imenso. A inclusão social marginal daqui para frente é decrescente. Nós incluímos 50 milhões de pessoas no mercado de consumo. Nós não vamos incluir mais 50. Vamos incluir mais 10, 17. Vamos avançar bastante, certamente, mas, na margem, é natural que aquele ciclo de expansão do consumo e do crédito ligado ao consumo tenha um comportamento um pouco mais moderado daqui para frente. Por isso, o consumo das famílias, assim como todos os dados de vendas no varejo, tende a crescer em diálogo mais próximo com o crescimento do PIB e não tão acima do PIB, como nós assistimos durante muitos anos. O consumo das famílias tende a dialogar. Quem tem que crescer muito acima do PIB é o investimento. Essa é a hora do investimento. Investimento, sim, tem que crescer, no mínimo, o dobro do crescimento do PIB – o triplo seria o ideal. Mas, do ponto de vista do consumo, nós temos que ter clareza de que, daqui para frente, temos que, simplesmente, entender e compreender essa dinâmica do processo de consumo e entender que a *belle époque*, do ponto de vista de consumo, ficou para trás. Daqui para frente, nós vamos ter um país um pouco mais normal. O consumo tem que crescer menos. Senão, nós não vamos, realmente, resolver todos os nossos desequilíbrios do ponto de vista do setor externo, entre outros.

Em relação à pergunta se o regime de metas de inflação será melhor ou não, meta de inflação é uma das coisas mais fundamentais. Nós precisamos, sim, manter e, de preferência, pensar cada vez mais em metas até abaixo dessa nossa meta, que é muito alta para padrões internacionais. Claro que é um processo que tem que ser examinado com muita delicadeza. Não

é fácil. Não é uma coisa que se pode decretar de uma hora para outra, mas acho que, a médio prazo, num horizonte de dez anos, nós temos que construir metas de inflação abaixo dos 4,5, que é uma meta muito alta, que acaba engendrando um padrão de indexação na economia que é muito deletério e gera uma rigidez da queda da taxa de inflação no Brasil. Talvez, lá na frente, cinco, dez anos, podemos ter uma meta intertemporal, não no ano calendário apenas. Talvez. Isso é uma reflexão apenas, mas a meta de inflação nos parece ainda uma coisa absolutamente imprescindível.

Acho que esses eram os comentários mais importantes. Eu peço desculpas aos Senadores da República se não tive oportunidade de abordar todos os temas, mas me coloco à disposição para continuarmos esse nosso diálogo em outros encontros.

Uma palavrinha rápida sobre inflação aqui só para terminar. Essa questão da inflação de 8%, eu diria o seguinte: este ano, nós tivemos aumento, por exemplo, de alimentos *in natura* de 54% no pico até setembro. Se nós tivemos alguns fatores que atenuaram a pressão inflacionária deste ano, como a postergação de reajustes de transporte urbano ou mesmo a questão da energia elétrica que, para mim, é uma coisa que veio para ficar, é definitiva, nós também tivemos a excepcionalidade de uma brutalidade do aumento do preço dos alimentos.

Então, eu diria que nós temos que ter clareza que a inflação no Brasil vem há 15 anos girando em torno de 5,5%. Essa rigidez precisa ser quebrada. E nós precisamos ter um esforço coletivo de sociedade, Governo, Parlamento para que possamos realmente quebrar essa rigidez abaixo da inflação do Brasil, certamente com ações na área da produtividade, que é o mais importante de tudo, porque sem produtividade a gente sobrecarrega o Banco Central, na independência do Banco Central em políticas fiscais mais sadias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – R.J) – Obrigado, Octávio. Eu passo agora para o Ilan.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Bom, vou tentar não repetir algumas das respostas, mas também sem me esquivar das questões que mais interessam aos Senadores.

Por exemplo, a pergunta que mais se repetiu foi a da contabilidade criativa, um pouco tentando nos perguntar se nossa avaliação é diferente da avaliação dos membros do Governo que têm vindo aqui. A resposta que a gente está dando é que precisa, sim, de mais transparência. Está havendo dúvidas do mercado, não necessariamente de cada um de nós, mas há dúvidas. E um dos objetivos recentes é o de tentar, de uma forma mais clara, definir a meta que vai ser cumprida e, não só defini-la, mas cumpri-la. Isso é o relevante! Então, é um jogo que se tem todo ano. Para este ano, há uma meta, então, vamos ver o que

acontece no final do ano. Você vai criando credibilidade à medida que vai integrando os resultados.

A questão da contabilidade criativa, na essência, no Brasil... no mundo há várias coisas, mas no Brasil, a essência é que a gente se acostumou a olhar para a dívida líquida, porque a gente tem uma dívida e, toda vez que se acumula a reserva, você abater dessa dívida os seus ativos. Há vários ativos, uma boa parte são as reservas, mas não são só as reservas. Então, em várias coisas você emite uma dívida e recebe, em troca, algum título; se você coloca um dinheiro no BNDES, recebe título do BNDES. Então a dívida líquida uma abate da outra, só que a dívida bruta sobe.

Qual é o problema disso? É que a dívida bruta... Se fosse só olhar a dívida bruta, seria mais fácil: olha, esquece a dívida líquida e olha só a dívida bruta. Mas o problema é que não dá para olhar só a dívida porque, à medida que o Governo vai acumulando reserva, a dívida bruta vai subindo, porque, como bem colocado, acumular reservas não é gerar riquezas, você simplesmente está comprando reservas em troca de títulos. Então, é um pelo outro. Às vezes, a dívida bruta sobe por razões boas, às vezes se quer acumular reserva.

Então, a questão aqui é que se você tiver um indicador, uma certa forma transparente que todos pudessem olhar, seria mais fácil. A dívida líquida as pessoas já sabem que tem outros ativos, não sabem o que querem olhar. Na dívida bruta, várias coisas vão acontecendo ao mesmo tempo. Então se perdeu a referência: olha para a dívida líquida, olha para dívida bruta. A agência de classificação de risco S&P, que teve uma visão, uma perspectiva de olhar, não rebaixou, mas olhou só a dívida bruta. Ela disse: estou vendo a dívida bruta, está subindo, é alta para os emergentes. Então, Se você puder olhar, olhe a dívida bruta ou a dívida líquida, mas de uma forma transparente e mostre como ela está caminhando.

Em relação ao superávit primário, temos, por exemplo, algumas séries chamadas superávit contábil e superávit recorrente, que tentamos ajustar por mudanças que não são recorrentes. Estão lá. Então se não querem olhar a série como ela é divulgada, olhem outra série e tirem alguns movimentos que não se repetem. Essa é uma contribuição. Agora, de uma forma geral, nós não temos uma dinâmica perversa da dívida, não temos um problema fiscal, acho que é uma questão só de reforçar a transparência e ir atrás.

Outra questão que foi colocada foi a da inflação, porque a gente meio que se acomodou numa inflação um pouco no centro e um pouco em cima. A verdade é que isso é um risco que vários países correm. Vou dar um exemplo que não é o Brasil. Durante 15 anos, o México se acomodou na banda de cima. A meta aí de dois a quatro; toda vez que chegava no quatro, mis-

são cumprida. O que aconteceu? Nunca baixava de quatro. É uma tendência natural. Quando você chega, diz: olha, já estou na meta. É difícil ter disciplina, uma vez que você chegou para baixo dos 6,5 e em direção aos 4,5, mas é isso que precisa se você quer mudar a média que o Octavio estava dizendo, que é uma média de 5,5 ao longo dos anos. Você vai ter que baixar e ir em direção a 4,5, mesmo quando já está na meta.

Questão da competitividade. O Senador Cristovam Buarque disse: olha, eu escutei o Ilan falar que o câmbio é a melhor competitividade. O câmbio é a melhor competitividade no curto prazo, porque isso é mecânica, mas a competitividade no longo prazo só vai ser obtida, de fato, se tiver um ganho real. O que é um ganho real? Com os mesmos recursos, você produz mais; com o mesmo recurso, o cara está mais educado, produz mais. Isso não tem, não tem...

Eu diria que, em geral, os economistas não vão discordar dessa afirmação porque é a base, tanto que se colocou a questão da educação. O que digo é que no curto prazo você pode estar às vezes, com o câmbio muito defasado, porque o câmbio foi demais, isso acontece, e, aí, o câmbio volta, e você ganha competitividade enquanto o progresso que vale mesmo, a produtividade, vai acontecendo ao longo do tempo.

Vários perguntaram sobre a questão do câmbio flutuante, acumulação de reservas e dos pilares. Não vou repetir os pilares. O Brasil baseou a sua política econômica nos três pilares: superávit primário, inflação na meta e o câmbio flutuante. Vejo que não tem como fugir disso. Agora, no câmbio flutuante, acho que a gente deveria também levar em consideração que a intervenção, para suavizar os ajustes, faça parte do jogo. Isso normalmente acontece. Todos os países intervêm, vende-se, compra-se. O importante – aí é mais arte do que ciência – é intervir sem artificialismos, sem fixar um câmbio, sem evitar que o câmbio mude de patamar, quando ele precisar.

Por que é mais arte do que ciência? Porque, como você sabe, na medida em que o câmbio está se mexendo, se é uma mudança verdadeira ou é uma bolha? Você vai ter que descobrir. Por exemplo, a última intervenção do Banco Central, que anunciou que iria vender 500 milhões todo dia... Todo dia, não, de segunda a quinta. Interessante que sexta ficou fora, segunda a quinta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ILAN GOLDFAJIN – Mas acabou fazendo na última sexta. Então, de segunda a quinta, 500 milhões até o final.

Não sei como vai ser daqui para a frente, mas, pelo menos, nas últimas duas semanas deu uma acalmada, porque se tivesse uma pressão muito forte, real...

por exemplo, toda vez que os juros americanos subirem, pode escrever que o câmbio vai depreciar. Hoje, por exemplo, foi. Mas a atuação do Banco Central com uma intervenção parece que tirou um pouco o exagero.

O que são os exageros? Por exemplo, o câmbio sobe, mais gente fica preocupada, mais gente faz rédea ou compra dólar, aí, sobe mais ainda, quando sobe mais ainda, alerta mais gente, isso é um processo perverso. Infelizmente, não dá para ser purista e achar que não há processos de *overshooting* perversos no câmbio. Você simplesmente tem saber a arte de intervir um pouco. Então, não acho que o pilar de câmbio flutuante seja um pilar que significa não ter intervenção, acho que é um pilar que significa que o câmbio deveria ir onde precisa ir, sem artificialismos. Se você suaviza o processo, acho que faz parte do jogo.

Questão do custo de acumular reserva. O custo de acumulação de reserva é grande. Passamos dez anos discutindo esse custo. Só que, agora, você já gastou, passou dez anos gastando. Agora, a pergunta: você vai usar a reserva ou não? É como se pagar seguro individual – não é da empresa, que é mais barato, não – por dez anos, e no momento em que há um choque, diz assim: “Acho que não vou usar o seguro, não!”. Acho que alguns seguros têm que ser usados. É o momento em que alguma intervenção se deveria usar. E, por isso, digo que alguma venda de dólar tem que ocorrer, já que se acumulou para isso.

Déficit de conta-corrente. O Senador Dornelles disse que, de certa forma, estamos otimistas com os fluxos, com o financiamento disso. Pode ser, mas só vamos saber no futuro.

O Octavio de Barros falou em 2,5%, é um déficit dos emergentes. Eu falei: olha, para ser considerado 1,5%, normalmente em economias que estão crescendo, emergentes, que têm pouca poupança, tem déficit. O fluxo de capital, nos últimos dez anos, foi 5% do PIB – 4%, 5% –, tanto que se acumulou a reserva; caindo de 4%, 5%, para 1,5%, 2% ou até 2,5%, me parece que não é um otimismo achar que você poder ter, num longo prazo, 2% de capital; 1,5% ou 2,5% parece razoável.

Hoje em dia, mesmo com essa crise de confiança que as pessoas falam, você está tendo investimento direto de 2,5%. Se cai de 2,5% para 1,5%, parece-me sustentável; se olharmos o estoque do Brasil, parece-me, de certa forma, sustentável.

Em relação à inflação, falou-se aqui se achamos que há repressão nos preços, qual a consequência disso. Há um dado de mercado para o qual é importante vocês atentarem. Em vez de olhar só as projeções de economistas – que a gente tanto vai fazer para esse ano –, há o que chamamos de inflação implícita, são títulos de longo prazo, indexados à inflação e, quando

se compara esses títulos indexados à inflação com títulos que não estão indexados, que é um juro fixo, a diferença é o que o mercado ou quem está negociando os títulos espera da inflação no futuro. Quando se olha para os próximos anos, o mercado, sob o ponto de vista de quem está negociando os títulos, está dizendo que a inflação será em torno de 6%. Por que 6% e não a volta para 4,5%? Porque acho que alguns desses preços precisarão ser elevados ao longo do tempo. Por exemplo, implícito está aí que terá que se ajustar gasolina e diesel, não só a um dígito, mas à defasagem ao longo do tempo; e em outras áreas, onde há uma percepção de que os preços relativos terão que se mexer. Por isso, que há uma expectativa de que será difícil baixar para 4,5%. Há muita coisa para se ajustar ao longo do tempo.

Acho que já respondi a quase a todas as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quero agradecer muito aos senhores, agradecer ao Octavio de Barros, ao Ilan Goldfajn, ao Nilson Teixeira, aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras.

Enceramos esta reunião. Está marcada nova reunião da CAE, no mesmo horário, na próxima terça-feira, às 10 horas da manhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e nove minutos do dia dezessete de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir

Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, Romero Jucá, Kátia Abreu e Jayme Campos. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 54ª e 55ª Reunião, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: 1- Aviso nº 58 de 2013 (Aviso nº 1093-Seses-TCU-Plenário), de 28 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.023/2012-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; e 2- Aviso nº 59 de 2013 (Aviso nº 1128-Seses-TCU-Plenário), de 04 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 041.608/2012-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. **Item 1- Projeto de Lei do Senado nº 629 de 2011**, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 258 de 2010**, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR)”, tendo como relator o Senador Sérgio Souza que oferece relatório favorável ao projeto com as emendas nºs Emendas nºs 1 e 2- CCJ-CMA e nº 3-CMA. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3- Projeto de Lei do Senado nº 524 de 2007**, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a prestação de serviços de publicidade e propaganda comercial pelas rádios comunitárias”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4- Projeto de Lei do Senado nº 228 de 2011-Complementar**, não terminativo, de autoria do

Senador Paulo Paim, que “dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil”, tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5- Projeto de Lei do Senado nº 377 de 2012**, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos”, tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Humberto Costa, relator da matéria. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores Cyro Miranda e Antonio Carlos Rodrigues. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 6- Projeto de Lei do Senado nº 347 de 2012**, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “altera os arts. 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para ampliar o limite máximo de receita bruta total para opção pelo regime de lucro presumido de tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas”, tendo como relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Álvaro Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 7- Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2012**, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT-CAS-CAE (Substitutivo). Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Inácio Arruda, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Sérgio Souza e Delcídio do Amaral. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 1-CCT-CAS (Substitutivo), por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, ficando prejudicado o projeto. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a turno suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. **Item 8- Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008**, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras,

cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”, tendo como relator o Senador Aníbal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9- Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009**, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serano, que “cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Pedro Taques. É solicitada vista pelos Senadores Humberto Costa e Pedro Taques. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 10- Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 58 de 2013**, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 44/2013-CAE, que a audiência pública destinada a instruir o PDS nº 275/12 se destine também, nos termos do art. 93, II, a discutir os acordos entre o Banco do Brasil e a PREVI, e que esta seja feita em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação das Atas das 54ª e 55ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso nº 58, de 2013, de 28 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 033.023/2012 – 3, bem como do relatório e do voto que a fundamentam.

Aviso nº 59, de 2013, de 4 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 041.608/2012 – 7, bem como do relatório e do voto que a fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Antes de entrarmos no item nº 1, eu concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Presidente, depois, pela ordem, por gentileza.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Senadores e Senadoras, eu pedi para falar logo no início desta reunião, meu caro Senador Ivo Cassol, para tratar de um assunto que esta Comissão discutiu, intensamente, ao longo dos últimos, seguramente, dois anos e meio, três anos, que é a questão da reforma tributária, a reforma do ICMS, o fim da guerra fiscal, em que o Governo Federal, em função de todo um trabalho feito com os secretários de Fazenda, com o Confaz, com a Comissão de Assuntos Econômicos, apresentou uma proposta de unificação da alíquota interestadual de ICMS em 4% até 2028, diga-se de passagem. Para não dizer que vai fazer de imediato ou no médio prazo, é até 2028.

Para fazer frente a essa unificação, o Governo se propôs a colocar recursos do Tesouro, primeiro, num fundo de compensação, para que os Estados nada perdessem nessa redução gradual de 1% ao longo dos anos, até 2028; propôs a criação de um fundo de desenvolvimento regional que faria o papel de incentivador de novos investimentos nas 27 Unidades da Federação.

Junto com essas propostas, o Governo apresentou um projeto no sentido de validar todos os incentivos dados pelas 27 Unidades da Federação, uma vez que o STF julgou inconstitucionais os incentivos dados pelos Estados da Federação brasileira, até porque, como eles no Confaz não teriam a mínima condição de serem aprovados, os Governadores de Estado, até para cumprir a Constituição e reduzir as desigualdades regionais, criaram os incentivos, aprovaram nas Assembleias e implementaram esses projetos que geraram emprego, riqueza, trouxeram qualificação profissional e desenvolvimento para vários Estados brasileiros, e eu posso citar especificamente o meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Junto com essas ações, havia também a proposta de renegociação da dívida dos Estados, Sr. Presidente, mudando o indexador da dívida, que hoje, em função das taxas de juros praticadas – taxas de juros essas que, ao longo do Governo da Presidenta Dilma,

passaram por reduções sensíveis –, está totalmente descolado dos juros praticados no mercado.

Portanto, Sr. Presidente, esse pacote, esse elenco de projetos, é fundamental para a Federação. E uma reforma do ICMS praticamente resolve a reforma tributária em 70%.

Eu não poderia deixar de destacar que junto desses projetos, também, já vem tramitando há mais tempo – inclusive foi aprovado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e também na CCJ, relatado pelo Senador Renan Calheiros, o Presidente desta Casa –, o *e-commerce*, que está lá na Câmara. Hoje, inclusive, eu tenho uma reunião com o Relator na Câmara, para ver se nós aprovamos esse projeto, que representa entrada de recursos, Sr. Presidente, nos Estados. Porque hoje, com o *e-commerce*, se eu faço uma compra em Mato Grosso do Sul, eu recolho imposto, por exemplo, em São Paulo. O objetivo desse projeto é redistribuir os recursos oriundos das vendas por comércio eletrônico, que hoje já alcançam R\$22 bilhões e crescem 18% ao ano, Sr. Presidente.

Nós não podemos deixar, Sr. Presidente, que esse esforço fique mais uma vez engavetado ou sobrestado no que se refere à sua tramitação. A situação, Sr. Presidente, é esdrúxula. Nós vemos entrevistas de alguns governadores falando da resolução que foi aprovada aqui na CAE, que foi inclusive encaminhada ao Plenário do Senado, aguardando fechamento dessas outras questões que eu aqui levantei: fundo de compensação, fundo de desenvolvimento regional, a convalidação dos incentivos, o indexador das dívidas. Meu Estado, quando foi fundado, quando foi criado, devia dois, pagou cinco e deve sete. E o comércio eletrônico, Sr. Presidente...

Curiosamente, nós vimos notícias questionando a resolução. Muito pelo contrário, todos nós nos colocamos absolutamente à disposição para, inclusive, aperfeiçoar a resolução que foi votada aqui na CAE, até porque ela passa também pelo Plenário do Senado. Talvez alguns que falam isso desconheçam como é a liturgia desse projeto de resolução aqui dentro desta Casa, dentro do Senado Federal, que é a Casa responsável pelas votações, especialmente do ICMS interestadual. Isso é atribuição nossa, como Casa da Federação.

Portanto, Sr. Presidente – V. Exª é o Presidente competente da Comissão de Assuntos Econômicos –, nós precisamos retomar esse assunto. Esse assunto congelou. Esse assunto também depende de vontade política do Governo. Talvez essa reforma seja a reforma econômica mais importante dos últimos anos e a V. Exª, como Presidente da principal Comissão do Senado Federal, eu peço que nós voltemos a discutir esse assunto aqui no Senado, e também sugiro o

agendamento de uma audiência com o Ministro Guido Mantega para que a gente saia desse impasse. Para que V. Ex^a tenha ciência, Sr. Presidente, hoje, vários Governadores estão aqui, em Brasília.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Doze Governadores.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Doze Governadores. Inclusive vai haver uma reunião prévia na Liderança do PMDB daqui a pouco. Por quê? Porque a água está batendo no pescoço. Como não há convalidação dos incentivos, como vão ficar esses investimentos dos Estados? Perdem os investidores, perdem os Governos estaduais e, acima de tudo, perde a população.

As coisas estão muito piores do que se imagina. Eu vou dar o exemplo da Ford. Para a Ford já está judicializado o processo. Ela pode perder, através de multas do Governo de São Paulo, R\$ 1,3 bilhão. O que isso representa, Sr. Presidente, para a imagem do Brasil lá fora, para a tão sonhada segurança jurídica? Lançar lá na matriz, colocar como provisão no balanço R\$ 1,3 bilhão?

Esse é um pequeno exemplo. Existem vários exemplos distribuídos em todo o País, em todo o Brasil. E, agora, piorou mais. O STF, instado por Prefeituras de Goiás, Senadora Lúcia Vânia, Senador Cyro, entendeu que os pleitos das Prefeituras... Vou citar uma, Córrego de Ouro; acabou de o STF considerar que o Estado de Goiás tem que recolher o equivalente ao ICMS pleno aos cofres da Prefeitura: vinte e cinco por cento.

Portanto, nós estamos diante de uma situação, Sr. Presidente, absolutamente inadmissível e com uma Espada de Dâmocles na cabeça, que é a Súmula Vinculante do STF. Hoje, inclusive, essa reunião às 10 horas com os Governadores é uma reunião prévia, porque hoje nós teremos várias reuniões com Ministros do STF. Ou seja, o caos está se aproximando muito mais rápido do que nós imaginávamos e o Governo Federal precisa compreender a dificuldade dessa questão, para que a gente busque soluções que tranquilizem os Governadores, que estão preocupadíssimos, Senadora Lúcia Vânia, com o que está acontecendo.

Portanto, a Comissão de Assuntos Econômicos é a Comissão que tem delegação, dentro do Regimento do Senado e dentro das suas atribuições, principalmente, para cuidar desse assunto. Portanto, Sr. Presidente, é absolutamente urgente que nós tomemos providências – e V. Ex^a como Presidente dessa Comissão – junto ao Ministério da Fazenda para buscar uma solução que se inicie no Senado, que é a Casa da Federação, e passe também pela Câmara dos Deputados, Senador Cyro Miranda, porque a situação preocupa muito e o Governo Federal não pode achar... esperar para ver

como fica para ver o que nós vamos fazer. Chega de desgaste! Nós temos que nos antecipar a isso. Esse problema é um problema real e não é brincadeira o que pode acontecer com as unidades da Federação.

Portanto, Sr. Presidente, eu estou fazendo um apelo a V. Ex^a para que, como nosso comandante na Comissão de Assuntos Econômicos, aqui no Senado, com relação a essas matérias, V. Ex^a agilize um encontro nosso com o Governo Federal, com o Ministério da Fazenda, assim como apoie esse movimento dos Governadores junto ao STF, porque a situação é crítica. E nós não podemos, e o Governo não pode ficar fazendo vista grossa esperando que apareçam vítimas desse processo, porque eu sei como isso vai acabar, e não vai ser bom para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência com que me ouviu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, muito obrigado, Senador Delcídio.

Eu vou passar para o Senador Cyro Miranda. Depois, Senadora Lúcia Vânia. E, depois, vou falar, também, sobre esse tema, inclusive anunciar uma reunião já marcada com o Ministro Guido Mantega. Mas V. Ex^a fez um pronunciamento muito importante. Esse é o tema da semana aqui. Nós temos uma presença de doze Governadores. Estou ligando, agora, para o Governador Marconi Perillo para conversar sobre o tema, mas vou antes de falar aqui, Senador Delcídio do Amaral, passar para o Senador Cyro Miranda e para a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Lindbergh Farias, Presidente desta Comissão, Senador Delcídio do Amaral, ex-presidente desta Comissão e futuro governador do Mato Grosso do Sul, onde também haverá os reflexos desta decisão muito importante. Comungo com V. Ex^a, Senador Delcídio, que é emergencial, sim, uma solução.

Quero lembrar que por esta Casa passaram inúmeras audiências. O Senador Delcídio foi um lutador para que se chegasse a um consenso. Acredito eu que chegamos perto de um consenso, mas ainda não agradou; tanto é que hoje aqui estão presentes 12 governadores, mas no total são 16 governadores que ainda precisam de algo mais. O que digo com algo mais, Senador Delcídio? Essas regiões precisam um pouquinho mais de tempo para maturar. Então, talvez, o escalonamento pudesse ser um pouco diferente.

O Governo Federal foi um pouco intransigente nessa parte. Depois surgiu que São Paulo não aceitou e também os Estados limítrofes não aceitaram a Zona Franca de Manaus como está, porque, aí, se faz uma reserva toda especial para o Amazonas. Então, a Zona Franca de Manaus também tinha que ser revista.

Eu acho que nesses dois anos e meio caminhamos muito. Nós estamos, sim, com uma espada na cabeça. Agora, isso é a sobrevivência desses Estados. Precisa de um pouco mais de tempo para maturação, para que as próprias regiões comecem a andar com suas próprias pernas e a região esteja tão desenvolvida que já tenha um valor agregado que não precise mais de suas exportações como precisa hoje.

Acho que temos que retomar essa discussão, mas nós ouvimos aqui nesta Casa, pelo menos, mais de dez ou 12 secretários de Fazenda que se opuseram a essa resolução; e também surgiu a questão da unanimidade do Confaz. Isso é uma coisa que também pode ser negociada, porque nem a Constituição requer a unanimidade. Quer dizer, o Confaz, com unanimidade, cria um impasse muito grande até político.

Senador Lindbergh, hoje aproveitando a presença dos governadores podíamos – quero até pedir para conversar um pouco com eles para ver que linha vamos tomar – retomar sim, mas que precisamos resolver o Senador Delcídio tem toda razão. Nós precisamos resolver isso de uma vez por todas. Foi uma medida interessante e necessária. Foi à revelia do Confaz? Sim. Mas foi necessário, porque não se tinha uma política de desenvolvimento regional neste País e, graças a isso, São Paulo, na década de 70 e 80, tinha mais nordestinos do que o próprio Nordeste. V. Ex^a, que é da Paraíba, sabe que era obrigado migrar porque o emprego só existia em São Paulo.

Então, se não cuidarmos... E precisamos ter muita acuidade com esse Fundo de Participação, ele precisa ser melhor entendido, porque os governadores não podem ficar em uma dependência também só do fundo. Mas acho que a linha foi traçada, faltam alguns ajustes e estamos muito próximos de um entendimento. Eu me proponho – e estou à disposição também – a ser um colaborador e um agente para cheguemos a um entendimento.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero aqui concordar com o Senador Delcídio do Amaral. Só queria questionar V. Ex^a, porque acho que a questão levantada pelos governadores tem que ser resolvida nesta Comissão.

Eu acho que muito mais importante do que ir ao STF é vir aqui nesta Comissão e esta Comissão liderar principalmente a convalidação dos incentivos, porque agora vamos depender de favor do Judiciário se temos

um instrumento na mão, que é fazer um projeto de lei e convalidar esses incentivos? Então, acho que não podemos deixar a Comissão ou o Congresso Nacional nessa posição em relação ao STF.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia, eu quero dizer que na semana passada, provocado aqui pelo Senador Walter Pinheiro, Senador Delcídio, eu liguei para o Ministro Guido Mantega e tenho uma reunião agendada para amanhã, estamos para confirmar o horário. Eu quero avisar aqui a todos, às Sr^{as}. Senadoras e aos Srs. Senadores, dessa reunião no dia de amanhã.

Houve um fato novo. No último dia sete, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu um pedido de suspensão de liminar que foi ajuizado pelo Governo de Goiás contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado que concedeu liminar favorável ao repasse integral ao Município de Córrego do Ouro, ou seja, repasse integral do ICMS que o Estado não recolheu.

Anunciou também o Ministro Joaquim Barbosa o seguinte: que também indeferiu outro pedido, que envolve o Município de Jeovánia. Qual a argumentação do Ministro Joaquim Barbosa? Ele destacou dizendo o seguinte: “Os benefícios tratados no caso aparentemente se amoldam à hipótese prevista do art. 1º, IV, da Lei Complementar 24 de 1975, e não há notícia de que eles tenham sido autorizados no âmbito do Confaz”.

Todos nós sabemos aqui que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal e que se esse Congresso Nacional, que se esse Senado Federal não correr, pode ter a edição de uma súmula vinculante.

Pois bem! Estou ligando agora para o Governador Marconi Perillo, conversei agora com o Governo Raimundo Colombo. Vamos ter amanhã uma reunião com o Ministro Guido Mantega. Qual o nosso entendimento aqui? Que nós estamos com condições políticas maduras de levarmos para o Plenário a votação da reforma do ICMS e a convalidação de todos os incentivos. Resolveríamos esse problema aqui.

Mas qual o problema? E é por isso que eu quero conversar com o Governador Marconi Perillo. Ontem, saiu uma matéria no Jornal Valor Econômico, feita pela jornalista Raquel Ulhôa e Ribamar Oliveira, e aqui há uma confusão.

Eu entendo que exista neste momento, por parte em especial do Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, uma situação de urgência. Essa corrida conversando com os ministros do STF. Mas é preciso acertar o rumo. Do rumo eu estou convencido, Senador Cyro.

Talvez o projeto, aprovado aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos, da reforma do ICMS não seja o ideal para cada Estado. Mas foi um projeto que conseguimos construir. Houve Estados derrotados, houve votações aqui, houve um entendimento. E o Confaz, depois daquela votação da Comissão de Assuntos Econômicos, também avançou em vários outros pontos.

O que não pode é ter uma linha muito confusa, porque aí nós não vamos a lugar algum. Por isso eu quero conversar com os governadores. Veja vem, quero ler esse pedaço, esse trecho da matéria:

Os objetivos da ação dos governadores são mobilizar as suas bancadas para rejeitar no plenário do Senado projeto de resolução que muda as alíquotas interestaduais de ICMS, convalidar os incentivos fiscais já concedidos.

São questões que não têm como caminhar desta forma. Não tem como derrotar a reforma do ICMS e convalidar. Ao mesmo tempo impedir que o Supremo Tribunal Federal edite a súmula vinculante.

Então, esse caminho é um caminho equivocado, que eu entendo que seja até pelas circunstâncias, pelo clima de terror que acaba existindo hoje no Estado de Goiás. Mas se a gente insistir em uma linha de derrotar a reforma do ICMS e convalida-la, nós não vamos sair em lugar algum.

Então, o grande caminho, o grande esforço para o qual essa mobilização dos governadores tinha que servir é para a gente conversar com os governos e dizer o seguinte: chegou a hora de votarmos a reforma do ICMS com a convalidação dos incentivos. É por isso que eu estou querendo muito conversar com o Governador, porque essa pauta aqui é inviável. Por isso, eu acho que esse caminho do meio campo é fundamental.

Nós vamos ter uma oportunidade, na próxima quinta-feira. O Presidente Renan chamou para o dia 26... Nessa quinta-feira haverá uma sessão especial para discutir saúde e na próxima quinta-feira é uma sessão especial para discutir isso: temas da Federação, em especial reforma do ICMS. Mas eu acho que esta semana nós deveríamos aproveitar essa vinda dos governadores para reorientarmos um pouco o discurso, para forçamos a votação dessa reforma do ICMS e da convalidação dos incentivos o mais rápido possível.

Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, é muito feliz a avaliação de V. Ex^a, porque uma pauta como essa simplesmente faz o seguinte, convalida e a guerra fiscal continua. Para convalidar novamente daqui a alguns anos.

Essa pauta não existe, ela não tem nem coerência. Não é sensata uma pauta como essa. Por isso, eu acho que essa preocupação dos Senadores e Senadoras

aqui da Comissão de Assuntos Econômicos... Porque, Sr. Presidente, se a CAE não puxar esse debate, vai ficar um tiroteio danado. Vai a CAE para um lado, os governadores para o outro, o STF para outro lado, o Ministério da Fazenda para outro. Nós temos que puxar esse debate, isso é atribuição nossa. É atribuição...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu acho, Senador Delcídio, que além da reunião com o Ministro Mantega amanhã, nós poderíamos tentar hoje nos reunir com os governadores que aqui estão.

Passo novamente ao Senador Delcídio. Vou falar ao telefone aqui com o Governador Marconi Perillo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, Sr. Presidente, nós precisamos, acima de tudo, trazer esse debate à tona e buscar uma saída para esse impasse.

Agora, simplesmente convalidar os incentivos... A guerra fiscal continua! A guerra fiscal está transformando o Brasil num verdadeiro pandemônio. As empresas estão sofrendo com isso. Empresas que têm investimentos em vários Estados têm equipes diferentes, porque cada Estado tem um regime fiscal. Ou seja, nós estamos chegando ao limite.

É importante registrar aqui, Sr. Presidente, que o impacto dessa convalidação do ajuste do indexador, do Fundo de Compensação, do Fundo de Desenvolvimento Regional – esse sim um instrumento para diminuir as desigualdades –, sem dúvida nenhuma vai mudar o Brasil. E os benefícios vão ser sentidos rapidamente pelas economias estaduais, inegavelmente.

É igual aqui à Resolução dos Portos. O Senador Cyro falou sobre a aprovação da Resolução, que alguns Estados votaram contra. A Resolução dos Portos passou por um voto de diferença. Essa Resolução do ICMS foi uma Resolução votada aqui com uma diferença muito maior, muito mais ampla. Portanto, nós temos reais condições de adequá-la, se for necessário, através de emendas de Plenário, e consolidar esse projeto, que já vem sendo desenvolvido ao longo desses últimos anos. Nós não podemos esperar.

Agora, essa leitura de convalidar os incentivos e ficar tudo bem, não fica tudo bem, não, porque a guerra fiscal vai continuar. E acho que o mérito dessa reforma é que ataca o imposto principal, que é o ICMS, que é hoje o verdadeiro instrumento dessa confusão, dessa barafunda em que se transformou a matriz tributária brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, eu renovo aqui o meu pedido. Nós não podemos perder essa oportunidade de retomar esse assunto através do diálogo, através do bom senso. E o Senado conduzindo esse proces-

so, e mais especificamente a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes de passar a palavra para o Senador Humberto Costa, quero dizer aos senhores que falei agora com o Governador Marconi Perillo, que está indo para a reunião de governadores na Liderança do PMDB. Assim que chegar lá, vai retornar aqui para que tenha uma conversa, que pode ser uma conversa à tarde, com os Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos.

E volto a informar da reunião do dia de amanhã. Eu acho que essa mobilização dos governadores é importante, esta Comissão tem que se associar, fazendo aquelas ressalvas que eu fiz aqui agora. Mas acho que é um elemento que pode ajudar a impulsionar, para retomarmos, a fim de que tenhamos a votação no plenário do Senado Federal.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Não, é na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O seu pela ordem não é uma forma de passar à frente da inscrição...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não, não, não, de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu sigo a sequência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... está bem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Só quero que V. Ex^a me...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu também queria me manifestar para reforçar as preocupações de V. Ex^{as}, preocupações trazidas aqui pelo nosso Senador Delcídio do Amaral.

Naquela audiência pública em que esteve aqui presente o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, eu fiz exatamente esse questionamento, de que o Governo deixou de coordenar o trabalho de discussão sobre essa temática, que guarda relação com a reforma tributária – é uma reforma tributária –, o pacto federativo, enfim. Citei o fato de que se nós tivéssemos discutido *royalties* de petróleo, fundo de participação dos Estados, renegociação das dívidas e ICMS num pacote só, nós poderíamos ter uma situação mais equilibrada ao final, não ter tantos Estados achando ruim, tantos outros achando bom, e vários que ficaram na mesma situação.

Mas eu concordo com V. Ex^a que ainda há tempo de se discutir essas duas coisas extremamente importantes. Eu não sei se poderei participar amanhã dessa reunião com o Ministro Mantega, porque tem uma reunião sobre a proposta de financiamento da saúde com o Vice-Presidente da República. Mas acho que deveríamos colocar o Governo numa situação de que ele participe dessa discussão, dessa negociação e nos ajude a chegar a um entendimento. Sob pena de se instalar efetivamente o caos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Senador Lindbergh e companheiros, eu acho que será uma grande frustração para esta Legislatura e particularmente para esta Comissão se nós não conseguirmos avançar nessa questão. Esse era o assunto mais importante da pauta do País este ano.

Disse muito bem o Senador Delcídio, não há como melhorar o ambiente da tributação no Brasil sem encarar a questão central. A questão central é o ICMS, ele é a matriz de todas as distorções e de todas as disfunções do sistema tributário nacional. Portanto, esta Comissão e, sobretudo, esta Casa não podem de forma nenhuma abdicar do seu insubstituível papel – como a Casa que cuida da Federação brasileira – de levar adiante esse processo.

Quero concordar que o Governo Federal não deu a esse assunto, sobretudo, a sua função coordenadora, que é indelegável. O Governo não exerceu de forma efetiva o seu papel nesse processo. E aí, evidentemente, dadas as contradições da Federação brasileira, que são as assimetrias, as contradições, nós perdemos, por assim dizer, no melhor momento as condições necessárias para podermos definir essa questão.

Eu quero lembrar aos companheiros que há um estudo publicado recentemente que revela de forma clara o esgotamento desse modelo. É uma correlação que foi feita entre os incentivos fiscais e os investimentos dos Estados. Pasmem os senhores, o volume de incentivos que têm sido oferecidos e são apropriados por entes privados representam, Senador Delcídio, duzentos por cento em média do total dos investimentos que os Estados realizam. Eu digo da capacidade de investimento própria dos Estados. Volto a dizer: duzentos por cento! O volume de renúncia fiscal é superior em três vezes, por assim dizer, o total dos investimentos que os Estados realizam.

Então esse modelo está esgotado. Incentivo fiscal se promove melhorando o capital humano e o capital físico, aí traduzido como infraestrutura. E evidentemente

te um fundo de desenvolvimento regional ou ainda um conjunto de políticas coordenadas pelo Governo Federal, que possam de alguma maneira atenuar esse desequilíbrio. Não é possível manter esse modelo. E manter as alíquotas interestaduais de ICMS no nível em que se encontram significa continuar a oferecer incentivos a essa guerra, que vai nos conduzir a uma situação caótica no País.

É hora de pensar no País acima das questões estritamente regionais. Ou criamos um sistema tributário de classe mundial ou então condenamos o Brasil a continuar a crescer pouco e, sobretudo, a oferecer um ambiente caótico para operação das empresas no País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Com a palavra...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só um instante...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia e depois o Senador Inácio Arruda.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só um questionamento ao Senador Delcídio. Aquele Projeto de Lei do Eduardo Cunha que convalida os benefícios e retira a unanimidade do Confaz para essa convalidação, prosperou ou não?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não prosperou. Ele está parado na Câmara dos Deputados. Como disse o Senador Armando, o Governo Federal precisa coordenar essas ações, ele não pode se omitir dessa discussão esperando que as coisas comecem a acontecer, as empresas comecem a sofrer, os Estados, para depois forçar um novo cenário quando a gente já tiver vítimas.

Esses projetos estão absolutamente paralisados. E não adianta, eu ouvi o Secretário Arno Augustin dizer aqui que estava tudo bem, que tinha tudo encaminhado, que ele era a favor. Mas precisa vontade política. E o Governo Federal é protagonista desse assunto também, até porque muitos dos projetos dependem do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Portanto, nós não podemos... o Governo tem que assumir esse projeto, como disse o Senador Armando Monteiro, como talvez a principal pauta econômica do País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Delcídio, para esclarecer.

O projeto de lei complementar que está lá, relatado pelo Deputado Eduardo Cunha, no começo tinha uma polêmica com os governadores, que queriam mais alterações na negociação das dívidas, só que os governadores já concordaram.

Então, eu diria que aquele projeto de lei complementar, agora, está numa situação pacificada para ser votado. Tinha um impasse, os governadores estavam querendo mais, a gente acompanhou a discussão sobre a dívida, mas os governadores concordaram com aquela proposta do Governo que muda o indexador. Então ali também não há um grande problema.

Eu acho que as condições políticas estão abertas para que a gente possa votar aqui no Senado e votar na Câmara o projeto de lei complementar.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidente, se V. Ex^a ...

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, V. Ex^a tem a palavra aqui.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Só gostaria de registrar que o projeto avançou de tal maneira, Senadora! Pelo menos a intenção era até manter a unanimidade no Confaz. Esse é um conceito importante. Mas convalidar os incentivos, até porque dali para frente, com o Fundo de Desenvolvimento Regional, nós teríamos as condições de viabilizar os investimentos, mantendo a unanimidade do Confaz, o que, no meu ponto de vista, dentro desse novo cenário, é importante para a Federação brasileira.

Mas, lamentavelmente, não anda nada, está tudo parado. É igual aquela história: estamos esperando Godot. Vamos ver o desastre que vem aí para a gente começar a se movimentar.

Eu costumo comparar isso à questão indígena. Estavam esperando acontecer alguma coisa, aconteceu, pelo menos no meu Estado, Mato Grosso do Sul. Parece que estão esperando acontecer alguma coisa de ruim para começarem a se movimentar. Mas e a imagem do País?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas já aconteceu também com os municípios de Goiás.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Os municípios de Goiás. Não, mas estou dizendo quando começarem a desmontar, várias empresas começarem a sofrer com a judicialização desse processo.

Então não é possível que um tema tão importante seja relegado ou abandonado, esperando talvez novos ventos, sei lá, no ano que vem, em 2015. Não dá para entender isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O último Senador inscrito, Senador Inácio Arruda. Para entrarmos na nossa pauta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, parece que a realidade se impôs.

V. Ex^a iniciou os trabalhos desta Comissão querendo votar essa matéria em dois meses. Não foi possível. E não é possível porque se trata do tributo mais importante para todas as unidades federadas, que são os Estados. Então estamos mexendo nisso. Nós não estamos mexendo num tributo da Federação, IPI, em que o Governo toda hora faz renúncia, impacta Estado, impacta Município, e não dá conta. Nós estamos tratando do ICMS dos Estados.

E digo a vocês, com raras exceções, com raras exceções, não há unidade em relação ao Nordeste na mudança do ICMS.

Isso aqui é igual ao mensalão. O cara carimba isso de guerra fiscal e fica jogando na mídia que tem uma guerra e que todo mundo vai morrer, todo mundo vai se acabar. Pelo amor de Deus, gente! Não se trata disso. Nós estamos tratando de ajustar o tributo mais importante do País, que é o ICMS.

Então acha que vai fazer a vontade de um Estado ou de outro? Não vai. E não podemos passar o carro adiante dos bois. Então, tem lá o problema da unanimidade do Confaz, não se resolvem e querem que a gente resolva aqui com uma resolução antes de se resolver esse problema. Não é possível! Não é possível! Ainda mais: nós temos outras Comissões que querem discutir esse tema.

Esse tema não é só da Comissão de Assuntos Econômicos. Esse tema é da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Desenvolvimento Regional e deve ir para lá, porque senão a gente não vai conseguir andar aqui no Senado. Eu lamento. É uma questão muito importante, mas é preciso buscar essa unidade máxima aqui dentro do próprio Senado e com os Estados, porque estamos mexendo com os Estados.

Vai ser muito interessante, depois, eu ver aqui alguns Senadores transformados em Governadores, nesta mesa. Eu vou adorar! Mas eu vou adorar mesmo! Vê-los aqui sentados querendo modificar o ICMS, não nos termos que nós estamos querendo, mas no inverso. Eu estou esperando para ver essa nova realidade de novos governadores. Pelo menos, uns três ou quatro aqui nesta sala podem se transformar em governadores na próxima Legislatura. Ao invés de estarem aqui pedindo uma mudança legislativa, vão estar governando seus Estados. Aí eu vou ter a oportunidade de dialogar com os senhores como governador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Espero que o senhor não esteja rogando uma praga.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não, eu quero V. Ex^{as} como governadores, para que a gente veja o debate, a mudança do debate, a mudança da qualidade do debate. É isso o que eu quero ver.

Prefiro que a gente possa debater também na Comissão de Desenvolvimento Regional e na Comissão de Constituição e Justiça esse tema que V. Ex^a considerou como tão importante para a Legislatura atual.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senador Blairo pediu a palavra.

Antes, quero dizer, Senador Inácio Arruda, que eu queria votar em dois meses na CAE e votamos em dois meses na CAE. Estou convencido, às vezes, que se a gente não coloca para votar... Quando você coloca para votar, os consensos, os acordos avançam e não ficam à espera de uma solução que vai vir. Entendeu? Eu acho que a gente cumpriu aqui. Creio que o papel da CAE é outro: liderar esse processo novamente, puxar o governo, puxar os governadores para criar as condições para votarmos no plenário.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, muito obrigado. O Senador Inácio rogou uma praga em V. Ex^a aqui e vamos ver se dará certo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Não só para mim, mas para vários aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas eu gostaria de dizer, Presidente, que nós, na CAE, fizemos um trabalho bastante grande e discutimos essa matéria com muita intensidade. O problema de nós não conseguirmos levar adiante essas mudanças, essas reformas, é porque nenhuma das unidades da Federação, ou seus representantes, e principalmente as fazendas estaduais e também a nacional, ninguém quer abrir mão de nada. Esse é o grande problema. Para você fazer uma reforma, fazer algumas mudanças, alguns saem ganhando e outros saem perdendo, inicialmente.

Mas aqui foi discutida a questão do Fundo para recompor as possíveis perdas que cada um dos Estados poderá ter nessa nova reformulação. Então, quero dizer que se os Estados e a própria União não tiverem essa consciência, um gesto propositivo... Pois todos nós queremos uma reforma, a sociedade anseia por uma reforma. Os Estados querem, nessa reforma, ganhar mais dinheiro, e os consumidores, os contri-

buintes querem pagar menos impostos. Então, há uma diferença bastante grande nessa área.

Mas eu digo que se não houver um bom senso, nós não chegaremos a um consenso. Quanto a isso, não há dúvida alguma. Vamos ver essa matéria aqui na CAE, este ano, no ano que vem, daqui a cinco ou dez anos, sendo discutida e sem chegar a lugar nenhum. Eu, como já fui governador do Estado do Mato Grosso, em outras votações que tivemos de Fundo de Participação tive o entendimento de que mesmo o Estado perdendo nesse momento, seria importante refazer as contas, porque, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados nada mais é do que uma equalização. Aquele Estado que cresceu mais nos últimos anos tem de ceder alguma coisa para aqueles que cresceram menos; e no ICMS não é diferente.

Nós temos os Estados do Sul e Sudeste que ganharam e cresceram com programas de incentivo fiscal. Hoje, quando eles começam a perder, não querem mais ceder nesse tipo de situação para aqueles que foram menos favorecidos nesse período. Então, bom senso é necessário para se chegar a um consenso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – É isso mesmo. Obrigado, Senador Blairo Maggi.

A gente iria encerrar a inscrição, mas eu vou passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e faço apelo para que seja breve, porque nós estamos com quórum para entrarmos na votação dos projetos terminativos. Então, vou passar para o Senador Flexa Ribeiro e, logo depois, nós vamos para o item 5.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Serei breve, Sr. Presidente.

É só para saudar a vontade da CAE, aqui espasada por vários Senadores e iniciada pelo Senador Delcídio, de nós retomarmos a discussão desse tema, que é da maior importância. V. Ex^a falou, resumindo tudo isso: a CAE tem que voltar a fazer com que as partes voltem a discutir a matéria.

O que nós precisamos, na realidade... O Senador Armando falou da necessidade de a União ser a grande articuladora de todos esses pontos que têm que ser discutidos, não só a questão do ICMS, a questão da dívida dos Estados, finalmente aquele pacto federativo de que nós tanto falamos e que vem representar, na realidade, para os Estados e para os Municípios, a possibilidade de oferecerem mais saúde, mais segurança, mais educação, mais infraestrutura para os cidadãos.

Então, eu quero aqui louvar a V. Ex^a. E que não fiquemos só no discurso, que passemos à prática realmente. Que V. Ex^a possa, efetivamente, ser o elo de

convergência de todas as partes interessadas, para que o assunto volte à pauta. Se nós não chegamos a uma conclusão e ela foi bruscamente interrompida, até pela ação – eu diria – do Governo Federal, que o Legislativo cumpra a sua parte na discussão do tema. Quero que V. Ex^a o faça o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa, muito obrigado.

Vamos entrar então, agora, no item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012

- Terminativo -

Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Eu passo imediatamente a palavra para o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 377, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera, em seu art. 1º, a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, para dispor que em cada período de rendimento, os depósitos de poupança serão remunerados em 70% da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento.

O art. 2º dispõe que o saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor da lei proposta será remunerado pela regra vigente quando foram feitos os depósitos.

O art. 3º estabelece que o Conselho Monetário Nacional regulamentará as condições de correção dos financiamentos imobiliários no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação com vistas à adaptação a nova sistemática de remuneração da poupança.

A seu turno, o art. 4º altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para dispor que os depósitos efetuados nas contas vinculadas terão o mesmo índice de correção dos depósitos em cadernetas de poupança.

O art. 5º e o art. 6º alteram a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, e instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para dispor que os agentes pagadores, sobre o saldo de recursos não

desembolsados, o agente aplicador dos recursos e os agentes pagadores, pelo saldo dos recursos recebidos, remunerarão o FAT com a taxa Selic.

O art. 7º altera o art. 1º da Lei nº 9.365, de 1996, que instituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS/Pasep, do FAT e do Fundo da Marinha Mercante, para determinar que a TJLP será calculada conforme fórmula determinada...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ...pelo Conselho Monetário Nacional, que deverá considerar explicitamente as taxas de juros pagas pelo Tesouro Nacional em captações com títulos de longo prazo.

A mesma lei é alterada pelo art. 8º do PLS, que determina que os recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do FAT e do Fundo da Marinha Mercante repassados ao BNDES ou por este administrados serão remunerados pela taxa Selic, ressalvado o disposto no §1º do art. 5º e nos arts. 6º e 7º da lei alterada.

O art. 9º revoga os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 12.703, de 2012, que tratam da remuneração da caderneta de poupança.

Por fim, o art. 10 contém a cláusula de vigência e estabelece que a lei resultante entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

De acordo com o autor, as mudanças efetuadas na remuneração da caderneta de poupança, para eliminar um dos entraves a quedas adicionais das taxas de juros pagas pelo Governo Federal sobre sua dívida, foram tímidas e pontuais para permitir o alcance de objetivo tão importante.

De acordo com o nobre autor, para levar a taxa básica de juros, a Selic, bem como outras taxas de juros, como as da dívida pública e as cobradas ao consumidor, a níveis vigentes em outros países, é preciso reestruturar o sistema de canalização da poupança e direcionamento de crédito subsidiado, que, segundo o autor, ainda reflete o período de inflação elevada e de subdesenvolvimento do mercado financeiro e de capitais.

A matéria é examinada em caráter terminativo por esta Comissão de Assuntos Econômicos, onde não recebeu emendas no prazo regimental.

A análise.

Compete à CAE, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário. Por se tratar de matéria em decisão terminativa, também damos parecer sobre os

aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais, cabendo consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme dispõe o inciso I do art. 101 do Regimento Interno

Presidente, eu peço um pouquinho de silêncio, porque até para ler está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Relator, Senador Humberto Costa, está lendo o relatório. Eu peço silêncio.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Entendemos que o projeto de lei atende aos preceitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional. Entendemos também que não fere a reserva de iniciativa de que trata o §1º do art. 61 da Carta Magna e possui técnica legislativa adequada, não havendo inclusão de matéria diversa ao tema expresso em sua ementa.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário, vale dizer, não implica renúncia de receita e nem aumento de despesa fiscal.

O PLS parte de uma preocupação válida, que é a de encontrar mecanismos para que as taxas de juros, no Brasil, tendam para os níveis internacionais, particularmente para os níveis cobrados em países com o mesmo grau de risco do Brasil.

Concordamos que muito há de se fazer na oferta e na demanda do crédito, a fim de que as taxas de juros praticadas no País convirjam para os níveis internacionais. Aliás, é forçoso afirmar que, desde o pico de 45%, em março de 1999, a meta da taxa de juro básico tem uma tendência de queda, com variações para cima e para baixo que acompanham os ciclos da política monetária, chegando ao mínimo histórico de 7,25%, em novembro de 2012.

Da mesma forma, houve uma queda no custo médio da dívida pública federal e do chamado *spread* bancário, que é a diferença entre o custo de captação dos bancos e as taxas de juros cobradas do tomador final.

As causas do alto *spread* bancário no Brasil são conhecidas: a taxa básica da economia ainda é muito alta em comparação com as taxas internacionais; a cunha fiscal é elevada, com forte tributação indireta; os recolhimentos compulsórios ao Banco Central do Brasil são altos e distorcem os custos de captação; possível oligopólio do setor financeiro a aumentar o custo na oferta de crédito; e falta de mecanismos mais eficientes de discriminação da qualidade do crédito, o que se espera seja superado com a recente aprovação do cadastro positivo, a Lei nº 12.414, de 2011. Do lado da demanda por crédito, a baixa portabilidade do crédito devido a custos e entraves normativos;

alta inadimplência acompanhada de baixa educação financeira das famílias e o processo de bancarização de parte das famílias ainda muito crescente e recente, com pouco histórico de crédito positivo para uma efetiva análise de risco.

Acreditamos que a diminuição do *spread* bancário irá permitir inclusive o sólido ciclo de expansão do setor bancário brasileiro, alimentado por maior bancarização das classes C e D, e expansão do crédito, particularmente do crédito imobiliário.

Todavia, somos contrários ao projeto por considerarmos que, no mínimo, a economia brasileira ainda não está madura suficientemente para eliminarmos os incentivos monetários do direcionamento do crédito, que permite a destinação de recursos fiscais, parafiscais e privados de maneira mais focada para o investimento. A economia nacional ainda necessita de um longo processo de maturação na oferta de bens e serviços. Além disso, a taxa de longo prazo não guarda relação direta com a taxa básica da economia, a taxa Selic, que é uma taxa de curto prazo.

O Estado direciona o crédito, com recursos fiscais, parafiscais e privados, segundo prioridades políticas. Nem sempre o empreendimento é eficiente e nem sempre é ineficiente, mas confundir o financiamento ao empreendimento ineficiente como algo típico do crédito direcionado é falacioso, como demonstra à exaustão a crise financeira internacional recente, muito vinculada ao crédito ao setor imobiliário nos países de economia madura. Muitas vezes, equívocos de análise de risco no setor privado, incentivos tributários e isenções acabam gerando ineficiências, sem que o mecanismo de crédito direcionado esteja presente.

Além disso, ao juntarmos o crédito direcionado com lastro baseado em recursos fiscais ou parafiscais com o crédito direcionado com captação de recursos privados, podemos passar a falsa ideia de que se trata de um favorecimento ilegítimo. O crédito direcionado com recursos do setor público, como é o caso do FAT, é decorrente de uma contribuição fiscal compulsória, o PIS, feita pelas empresas sobre suas vendas, que tem por objetivo financiar o seguro-desemprego. É aplicado em projetos prioritários de investimento, por meio dos bancos, a taxas mais favorecidas que as que o mercado ofereceria, pois não há *funding*, recursos na captação dos bancos, com prazos tão longos. Dessa forma, promove o desenvolvimento e o emprego.

O crédito direcionado que é lastreado em recursos de natureza parafiscal é aquele em que há um mecanismo compulsório de poupança de entes privados, normalmente trabalhadores, mas o risco dos empréstimos é integralmente assumido pelo Governo, se os recursos não forem devolvidos pelos agentes

financeiros, pois a aplicação desses recursos também é feita de acordo com prioridades definidas em lei. Por isso, o Estado limita os rendimentos e o direito de saque dos correntistas. O FGTS é um exemplo de fundo parafiscal.

O crédito também pode ser direcionado com recursos captados junto ao sistema bancário. Em vez de usar recursos fiscais ou parafiscais para disponibilizar crédito para investimentos considerados prioritários, o Estado direciona poupança privada voluntária, por meio de garantias públicas, como é o caso da caderneta de poupança. Dos recursos captados em caderneta de poupança, 65% devem, em princípio, ser destinados ao financiamento imobiliário. O setor rural, por sua vez, continua sendo o beneficiário compulsório de 25% dos depósitos à vista e de 65% da caderneta de poupança rural.

Compreendemos que o PLS não se propõe a eliminar os mecanismos de direcionamento de crédito que existem em diversas economias capitalistas, mas a alterar as remunerações de captações e de aplicações. Ocorre que, a nosso ver, a aprovação do PLS em comento geraria diminuição do investimento, particularmente do investimento, particularmente do investimento em infraestrutura, gerando gargalos na oferta de bens e serviços, ainda que houvesse uma compensação no aumento do consumo por causa do efeito renda de maior remuneração dos depósitos.

Acreditamos que seria prejudicial ao desenvolvimento a aprovação do PLS nessa fase de maturidade da economia brasileira.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 377, de 2012.

Este é o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com todo o respeito ao Senador Humberto Costa e ao relatório que fez, com acuidade, mas gostaria de pedir vista pela complexidade, até para ver se nós achamos alguma saída, como uma emenda, talvez, salvando parte do projeto.

Portanto peço vista do projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vista coletiva. Vai pedir?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedida vista coletiva.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Seria possível alterar, eu sou Relator do item 9 e tenho um compromisso agendado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos atender V. Ex^a.
ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2009 - Terminativo -

Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observação: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra, o Relator.

Lembro que estamos no item nº 9, atendendo solicitação do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2009, que cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que tem por objetivo promover o desenvolvimento da região de fronteira.

Cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos apreciação em decisão terminativa.

Análise.

O Projeto está de acordo com os ditames da Constituição Federal, não fere a ordem jurídica vigente, está em conformidade com as regras regimentais e atende os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2009.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, gostaria de ...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Acho esse Projeto relatado pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues extremamente pertinente. Esse é um sonho, especialmente dos dois Municípios, Corumbá e Ponta Porã, portanto, eu sei que muita gente não gosta deste projeto, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Aloysio Nunes já está de cara feia. (Risos.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Esse projeto é extremamente relevante e eu apelo aos meus companheiros, Senadores e Senadoras, que nos ajudem nesse caminhada e na aprovação desse projeto, que já teve parecer favorável e votação favorável na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Quem está pedindo aqui é um corumbaense, sul-mato-grossense, que tem um interesse enorme, porque isso vai representar desenvolvimento econômico e social para o nosso Estado e vem ao encontro das políticas de fronteira, que é o grande desafio do Brasil profundo que poucos conhecem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, mesmo sem desejar contrariar o Senador Delcídio do Amaral, eu peço vista desse projeto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu dou todo apoio ao Senador Delcídio.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pedro Taques pediu também vista, vista coletiva.

Concedida vista coletiva ao item nº 9.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Blairo Maggi também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O item nº 6, retomando a pauta, a Relatora é a Senadora Ana Amélia, que disse que está chegando. Então, vamos ao item 7, que tem a Senadora Lúcia Vânia como Relatora.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2012 - Terminativo -

Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT-CAS (Substitutivo).

Observações: 1. *A Matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo);*

2. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT-CAS (Substitutivo).

Quero, antes de passar para Lúcia Vânia, dizer que há um movimento de pais e mães no País inteiro, articulado por todos os Estados da Federação em relação ao tema das doenças raras.

Passo a palavra para a Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, para elaboração em caráter terminativo, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que tem por objetivo criar o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas.

A proposição é composta de sete artigos.

O art. 1º trata da criação do fundo, que tem a finalidade de apoiar projetos de pesquisa e empreendimentos correlatos na área de doenças raras e negligenciadas, conforme dispõe o art. 2º.

Os objetivos dos projetos e pesquisas a serem financiados pelo fundo, definidos no art. 3º, são o incentivo à pesquisa científica; o fomento à pesquisa acadêmica e universitária; o desenvolvimento científico e tecnológico; e a produção, a preservação e a difusão do conhecimento, sempre relacionados às doenças raras e negligenciadas.

O art. 4º determina que o fundo terá natureza contábil e prazo indeterminado de duração, atuando sob a forma de apoio financeiro a fundo perdido ou a empréstimos reembolsáveis. Sua constituição se dará com recursos do Tesouro Nacional, doações e legados, subvenções e auxílios de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais, entre outros. Conforme o parágrafo único desse artigo, serão assegurados ao fundo, a cada ano, R\$50 milhões, atualizados pela variação da receita corrente líquida da União.

Em atendimento aos requisitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o art. 5º determina que o Poder

Executivo estimará o aumento da despesa e o impacto orçamentário-financeiro nos exercícios seguintes decorrentes da criação do fundo.

O art. 6º estabelece as sanções a que estão sujeitos os beneficiários do fundo pela incorreta aplicação dos recursos recebidos.

O art. 7º, que traz a cláusula de vigência, determina que a lei originada pelo projeto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros somente a partir do início do exercício fiscal seguinte ao ano de sua publicação.

Antes de sua análise pela CAE, como já foi dito aqui pelo Sr. Presidente, ele passou por várias outras Comissões.

O Substitutivo aprovado na CCT e na CAS, em vez de criar um novo fundo, optou por introduzir alteração no art. 2º da Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, que “institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos – Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências”.

A nova redação destina 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde – oriundos da Cide-Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/2000 – para atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas, assim definidas em regulamento.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas de proposições.

Conforme o despacho da Mesa do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar terminativamente sobre a proposição em tela. Assim, além da análise dos aspectos econômicos e financeiros, também devem ser abordadas as questões referentes à constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa.

Sobre todos esses aspectos, o projeto já foi analisado positivamente.

Voto.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo).

Como os Srs. Senadores têm o Substitutivo na mão, eu perguntaria se poderia deixar de lê-lo, uma vez que já expliquei o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, Senadora.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não havendo objeção, então, declaro a apro-

vação pelo voto, cumprimentando o Senador Suplicy pelo excelente projeto, um projeto que tem grande alcance social.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Humberto Costa; depois, Senador Pedro Taques; depois, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Aloysio também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – E Senador Aloysio. Está bem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria apenas registrar a minha satisfação e parabenizar o Senador Eduardo Suplicy pela apresentação do projeto e a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório.

Hoje, sem dúvida, existem, não apenas no Brasil, mas no mundo, algumas situações, de fato, extremamente graves e importantes. Entre elas, o tema das doenças negligenciadas. Como as doenças que predominam, boa parte delas, as negligenciadas principalmente, são quase todas doenças da pobreza, há pouco interesse dos laboratórios internacionais de desenvolverem pesquisas para a fabricação de medicamentos mais modernos, que possam inclusive curar algumas dessas doenças. Não é à toa que a tuberculose, a hanseníase e até mesmo a malária têm sido objeto de muitos estudos no sentido de encontrar um medicamento que promova a cura, mas ainda estamos muito longe de ter o investimento necessário para que isso aconteça.

Por outro lado, também, o País investir em pesquisa sobre doenças raras nos tira da subordinação absoluta aos medicamentos ou a tudo que é desenvolvido como terapêutica internacionalmente, por parte de empresas que, após o patenteamento dos medicamentos cobram valores absolutamente exorbitantes, que terminam por recair sobre os recursos públicos.

Então, eu quero parabenizar o Senador Suplicy e a Senadora Lúcia Vânia. E espero que possamos o mais rapidamente possível aprovar definitivamente... Aliás, o projeto é terminativo, não é? Então, espero que a Câmara seja célere na sua discussão e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Senador Pedro Taques.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na mesma linha do Senador Humberto Costa, a nos-

sa independência não pode ser só política, deve ser também independência econômica, tecnológica e em inovação. Este projeto supera, Sr. Presidente, de uma forma bem singela, a nossa dependência de grupos farmacêuticos internacionais, que não têm interesse em investir nesse tipo de pesquisa. E o valor aqui chega a ser até módico: 40 milhões anuais. O projeto também promove a equidade nas políticas de saúde pública, o que é muito importante.

Eu quero, com isso, cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy, autor do projeto, e a Senadora Lúcia Vânia, que bem o relatou, para que possamos superar a nossa dependência e resolver essa questão da população, que é acometida por doenças raras e negligenciadas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Eu tenho inscritos aqui Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Inácio Arruda, Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero agradecer muito à Senadora Lúcia Vânia pelo parecer tão caprichado e bem fundamentado que realizou, com carinho mesmo. E eu gostaria aqui de agradecer a Prof^a Adriana de Abreu Magalhães Dias, do Instituto Baresi, que sugeriu a mim que apresentasse este projeto que cria o Fundo Nacional de Pesquisa para doenças raras e negligenciadas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, mais de um bilhão de pessoas são portadoras de uma ou mais doenças negligenciadas no Planeta Terra o que representa um sexto da população mundial. São doenças que prevalecem, conforme o Senador Humberto Costa ressaltou, em condições de pobreza, mas também contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade em razão de representarem importante barreira ao desenvolvimento dos países.

Então, saúde, ciência e tecnologia são requisitos para o desenvolvimento econômico e social e não apenas as suas consequências. E eu agradeço a todos os Senadores que souberam com muita sensibilidade perceber a importância deste projeto.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores

eu faço coro com os demais colegas que elogiaram a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e o relatório da Senadora Lúcia Vânia. Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para me dirigir muito especialmente a V. Ex^a, porque V. Ex^a tem uma sensibilidade muito especial sobre o tema que vou abordar.

Nesse último final de semana, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma entrevista de um pesquisador norte-americano, mas que tem grande familiaridade com o Brasil, chama-se Kenneth Serbin, que é casado com uma brasileira e é um brasilianista dos mais notáveis; sua especialidade é o estudo sobre a Igreja Católica brasileira, no período da ditadura. Pois bem, o Dr. Kenneth Serbin dá uma entrevista corajosa em que expõe, pela primeira vez, publicamente o fato de ser portador de uma síndrome que é a Doença de Huntington escrita no seu patrimônio genético por herança de sua mãe. Essa síndrome, quando desenvolvida, provoca um sofrimento terrível a pessoa. E ela é irreversível. Uma combinação de efeitos semelhantes à Doença de Parkinson, com alterações comportamentais, com paralisia progressiva dos músculos.

Pois bem! Ele se referiu, na sua entrevista, a um projeto de lei, já aprovado no Senado de autoria do ex-Senador Lúcio Alcântara e que se encontra na Câmara dos Deputados aguardando espaço na Ordem do Dia para ser votado. Ele já passou por todas as Comissões Técnicas da Câmara, tendo sido aprovado por unanimidade no Senado.

Eu faço um apelo a V. Ex^a. Ontem eu já falei com o Líder do Governo, o Deputado Arlindo Chinaglia e peço a V. Ex^a que se interesse pelo assunto, com o seu prestígio e com a sua sensibilidade sobre o tema. Trata-se do Projeto de Lei que recebeu o número na Câmara 4.610, de 1998. Esse projeto trata amplamente de todas as discriminações de que são vítimas os portadores desta e de outras doenças estigmatizantes, as suas dificuldades no mercado de trabalho junto aos órgãos previdenciários, aos planos de saúde. É um projeto meritório e eu penso que ninguém melhor que V. Ex^a para impulsionar, com a sua palavra, o seu apoio, o seu prestígio o andamento desse projeto na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio, eu agradeço a V. Ex^a pelo seu interesse e pela sua sensibilidade ao trazer esse tema aqui. A Câmara Federal tem uma frente parlamentar muito ativa – a Deputada Rosinha, da Defal, o Deputado Romário –, mas eu anotei aqui o número do projeto e eu vou fazer isto: vou ligar para eles e vou falar com o Presidente da Câmara. Infor-

marei a V. Ex^a, mas eu agradeço muito o interesse e a sensibilidade de V. Ex^a por um tema como esse.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agradeço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado!

Próximo orador inscrito, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para, primeiro, registrar a nossa felicidade em ver o Senador Suplicy atuando nessa questão tão importante.

Eu lembro que realizamos um debate, já há algum tempo, com uma organização não governamental sediada no Rio de Janeiro, mas dirigida por uma argentina – o Senador Suplicy deve lembrar –, aqui no Senado, sobre as doenças negligenciadas. Entre elas, a tuberculose, mas também poderíamos citar a leishmaniose, que hoje atinge quase todas as capitais brasileiras, uma verdadeira epidemia que não tem o trato adequado. São negligenciadas porque atingem principalmente as famílias mais pobres, mais carentes, mas essas doenças também têm avançado em outros setores sociais.

As doenças raras precisam de um trabalho intenso de pesquisa, de compreensão do próprio Ministério da Saúde, das secretarias de saúde, da ciência e tecnologia e das universidades, pesquisando nessas áreas. São doenças às vezes localizadas. Nós temos um caso numa cidade do Ceará, na cidade de Crateús, em uma família; essa doença se espalha pela família inteira. Então é preciso uma atenção muito especial.

A Senadora Lúcia Vânia, como sempre, nessa questão da área de saúde, tratou com zelo, com cuidado, dialogou com o Senador Suplicy, dialogou com o Governo Federal, para que a gente possa ter o melhor tratamento dessas questões.

Então, eu quero cumprimentar o Senador Suplicy e a Senadora Lúcia Vânia pelo trabalho que desempenharam para que a gente pudesse chegar a bom termo nessa matéria, que é muito importante para o Brasil.

Eu cito o caso da questão do déficit de atenção, que às vezes a gente não compreende, a gente não entende, e termina discriminando as pessoas. O autismo, que muitas vezes as famílias desconhecem e terminam também as próprias famílias discriminando os seus entes queridos, e as escolas. É sempre um drama social muito grande com as questões das doenças raras no nosso País.

Portanto, eu quero cumprimentar o Senador Suplicy e a Senadora Lúcia Vânia por esse trabalho muito importante para o nosso País. Meus cumprimentos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam e depois Senador Flexa Ribeiro. Os dois últimos inscritos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Lindbergh, apenas para dizer, Senador Suplicy, que se um dia o senhor receber o Prêmio Nobel da Paz, vai ser mais por este projeto do que até mesmo pelo da renda mínima. A renda mínima é um projeto social da maior relevância para enfrentar a pobreza e merece um reconhecimento seu universal. Esse projeto, entretanto, se a gente conseguir transformar de um projeto brasileiro em um projeto mundial, ele vai significar a vida, a sobrevivência, o bem-estar biológico de centenas de milhões de pessoas.

Hoje o mundo já dispõe de recursos tecnológicos para resolver quase todas as doenças endêmicas que existem. Outras, não dispõe porque são doenças que não geram receita, e por isso os laboratórios não investem. Alguns pensam na visão equivocada de que a estatização de laboratórios, eliminar a possibilidade de lucro dos laboratórios resolveria o assunto. Eu acho que pode até piorar, porque levaria a uma lentidão maior nas descobertas. Nós temos que combinar o lado privado, incentivando o avanço técnico, com o lado público, de trazer esses benefícios para todos. É o que o seu projeto propicia.

Além de recursos para fazer pesquisas em áreas em que não há atrativo econômico para as empresas de pesquisa, ele vai propiciar a compra de remédios, equipamentos, do atendimento de quem não pode, usando o recurso da mais alta tecnologia. O Brasil já é um pouco exemplo disso com o tratamento da *aids*, mas não é uma doença do tipo das endêmicas dos pobres. É uma doença de todos, de todas as classes sociais.

Por isso eu quero dizer que, é com muita satisfação, que eu apoio o seu projeto, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, eu quero também, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, parabenizar o Senador Suplicy pelo projeto e a Senadora Lúcia Vânia pelo parecer. A criação desse Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas é da maior importância, Senador Lindbergh, principalmente nas regiões menos desenvolvidas economicamente e nas classes mais desassistidas.

Nós aqui no Brasil temos doenças negligenciadas que já deveriam ter sido extintas há muito tempo. Refiro-me à malária, doença de Chagas, aqui já foi falado da tuberculose, da lepra, da leishmaniose. Quer

dizer, são doenças que estão sendo ao longo do tempo negligenciadas, porque não é possível que, em pleno século 21, ainda possamos conviver com esse tipo de endemias. E também o fundo pretende pesquisar doenças raras, aquelas que também não chegam a ter importância para os laboratórios nas suas pesquisas.

Eu só diria ao Senador Suplicy...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – É verdade. Eu só diria ao Senador Suplicy que ele foi muito econômico no valor do fundo que ele propôs: R\$50 milhões. Eu acho que, apesar de não ser o limite, porque ele está aberto para outras doações, de qualquer maneira a obrigação do Governo poderia ser bem maior, Senador Suplicy, para que esse fundo realmente viesse incentivar a pesquisa para efeito de combate as doenças raras e negligenciadas como me referi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado.

Temos dois inscritos. Eu vou pedir celeridade nas falas, Senador Sérgio Souza e Senador Delcídio, porque eu estou com medo do quórum. Alguns Senadores estão saindo, daqui a pouco a gente perde o quórum para projetos terminativos.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu fui relator dessa proposta na Comissão de Ciência e Tecnologia. De fato, Senadora Lúcia Vânia, é um dos projetos mais importantes que já relatei aqui no Senado Federal.

O que nós temos hoje é um desinteresse absurdo dos laboratórios em desenvolver medicamentos para atender este nicho que são as doenças raras. Comercialmente, nem sempre é interessante, mas nós sabemos da importância que tem isso para a saúde do brasileiro. E o Governo Federal aportar recursos e incentivar laboratórios ou criar os próprios instrumentos para fazer essas pesquisas de inovação é importantíssimo.

Quero parabenizar mais uma vez o Senador Suplicy pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Delcídio, o último orador inscrito.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, só cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy, que tem sensibilidade social, é um Senador que honra não só o nosso Partido, mas o Estado e o nosso País, e especialmente

olhando essa questão das doenças raras, as doenças negligenciadas. Isso é fundamental! É, acima de tudo, cidadania. E se existe alguma coisa que pode representar o mandato do Senador Suplicy é cidadania, é respeito ao próximo. Portanto, eu quero aproveitar esta oportunidade para agradecer o Senador pela iniciativa do projeto e parabenizá-lo porque tem tudo a ver com um Brasil melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado.

Vamos passar à votação.

Quem vota com a Relatora vota “sim” ao substitutivo.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – “Sim”, com a Relatora, parabenizando-a pelo relatório apresentado também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy é autor e não vota.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – “Sim”.

Desculpe, Senador Suplicy, o senhor vota sim, porque é substitutivo.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – “Sim”, agradecendo muito a Senadora Lúcia Vânia e a todos os Senadores e Senadoras que aqui expressaram a sua avaliação, inclusive do substitutivo tão bem elaborado pela Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a Relatora, com o projeto, com muita satisfação. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Acompanho a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Vota “sim”.

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Vota “sim”.

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro.

Desculpe-me, pulei o Senador Inácio Arruda. Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com a Relatora e o autor, cumprimentando a excelente iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia é voto conhecido.

Aprovado o projeto, por unanimidade, com 14 votos SIM.

Parabenizo o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A Comissão aprova a Emenda nº 1-CCT/CAS/CAE, oferecida ao PLS nº 231, de 2012, ficando prejudicado o projeto nos termos do art. 300, inciso XV do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 28, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

Senhores, a Senadora Ana Amélia chegou. Acho que poderíamos tentar votar o último projeto terminativo; depois, encerraríamos esta reunião e teríamos uma audiência conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Relações Exteriores e da CPI da Espionagem com a presença da Presiden-

te da ANP, Presidente Magda, que já está aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Só estamos esperando a Senadora Vanessa Grazziotin chegar para iniciarmos a audiência.

Eu consulto a Secretaria se temos quórum... O quórum para votar projetos terminativos, caiu, Senadora Ana Amélia. Não temos aqui 14 Senadores. Deixaríamos para a próxima semana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... a leitura dele (*Fora do microfone.*), porque é tão bom esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos ver . Vamos fazer a leitura e trabalhar para chamarmos os Senadores para votar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ótimo! Maravilha!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) –
ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2012

- Terminativo -

Altera os arts. 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para ampliar o limite máximo de receita bruta total para opção pelo regime de lucro presumido de tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Com a palavra, a Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Antes, eu queria cumprimentar o autor desta proposta, o Senador Inácio Arruda.

Na justificação, o Senador Inácio Arruda mostra que limite de receita bruta anual para a opção pelo regime do lucro presumido está fixado, desde 2003, em R\$48 milhões (é o art. 46 da Lei 10.637, de 10 de dezembro de 2002). Observa, também, que o índice de inflação oficial no período de 2003 a 2012 variou cerca de 70% e concluiu que há empresas sendo excluídas do regime não exatamente porque cresceram, mas porque o limite da opção não foi corrigido. Acrescenta que o objetivo do projeto de lei é alterar o referido limite de forma a permitir que mais empresas possam optar pelo regime de lucro presumido.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

No mérito, o Plenário do Senado Federal, na sessão de 24 de abril de 2013, já reconheceu a importância da elevação do teto para a opção pelo lucro presumido ao aprovar o Projeto de Lei de Conversão, o PLV nº 5, de 2013, proveniente da Medida Provisória 594, de 6 de dezembro de 2012. O art. 7º do PLV elevou o teto para R\$78 milhões e foi sancionado pela Presidente da República na Lei 12.814, de 16 de maio de 2013, com eficácia a partir de 1º janeiro de 2014.

Portanto, em recente deliberação, o Plenário da Casa entendeu que o teto para a opção pelo lucro presumido deve ser mesmo o de R\$78 milhões que, por sinal, é benéfico ao contribuinte e bem melhor do que os R\$72 milhões, defendidos pela proposição. Em consequência, o PLS nº 347, de 2012, fica prejudicado, nos termos do art. 334, do Regimento Interno.

Voto.

Em face do exposto, voto é pela prejudicialidade do projeto, apesar de todo o mérito do Senador Inácio Arruda, em função da Lei nº 347, do Senado Federal, do ano de 2012.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Já temos número para votar, e eu quero dizer que estou em concordância com a Senadora Ana Amélia. Obviamente, o nosso projeto, digamos assim, foi atropelado pela medida provisória, mas é bom a gente lembrar que, antes inclusive do meu projeto, já havia um projeto do Senador Dornelles, que também foi vetado. Em seguida, um outro de minha autoria foi vetado. O Governo promoveu dois vetos e, em seguida, mandou o projeto na medida provisória.

Então, nós não queremos nenhum crédito sobre a matéria. O crédito é do Governo, que mandou a medida provisória. Mas é bom que a gente registre que houve uma iniciativa do Congresso Nacional, de dois Parlamentares, inclusive, dois Parlamentares da Base do Governo. As duas matérias foram vetadas, e, em seguida, o Governo mandou, com o mesmo conteúdo, a matéria para ser apreciada pelo Congresso Nacional. É lamentável, mas não há o que fazer. A matéria está prejudicada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Dornelles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Desculpe.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, a matéria hoje de lucro presumido é da maior importância. Houve aqui um projeto de lei do Senador Inácio Arruda, e a Liderança do Governo segurou, não permitiu que ele fosse votado. Posteriormente, apresentei emenda que foi incorporada na MP nº 584, e foi vetada também pela Presidente. E eu vejo, com enorme satisfação, que uma matéria por ela vetada foi incluída em outra MP, a MP nº 594, que foi aprovada por meio de projeto de lei.

De modo que é extremamente importante, porque é uma medida desburocratizante. Esse limite não havia sido corrigido há algum tempo. Para a empresa brasileira será um grande ganho a aprovação dessa medida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, esse tipo de apropriação, por parte do Governo, dos direitos autorais, morais, patrimoniais é realmente algo que vem se tornando absolutamente banal. Todos nós podemos nos lembrar de dois ou três episódios semelhantes a esse a que se refere o Senador Inácio Arruda e o Senador Dornelles.

Ainda ontem, comentava-se a respeito de uma medida provisória que trata de Minha Casa, Minha Vida, a inclusão de uma emenda parlamentar que reproduzia, basicamente, um projeto de lei no qual o Senador Cássio Cunha Lima vinha trabalhando há muito tempo. Aliás, uma emenda que nada tem a ver com o objeto da medida provisória.

Agora, a Presidente Dilma tem realmente se especializado nesse tipo de apropriação indevida. Eu também já fui vítima dessa manobra. Além de irritar, de tirar algo que é, para nós, importante, que é a nossa atividade de legislador, de poder, com a nossa atividade de legislador, mudar alguma coisa na ordem jurídica do Brasil, isso leva, por outro lado, a uma condição de miserabilidade política do Congresso Nacional, porque, na medida em que as iniciativas parlamentares são vetadas e, depois, incorporadas numa medida provisória, levam os Parlamentares e aqueles cidadãos que nos procuram para sermos os porta-vozes, os veículos das suas reivindicações, de suas propostas, a descreditar na atividade parlamentar. É isso, aliás, o que leva aos chamados contrabandos, aos chamados penduricalhos que costumam se amontoar nos galhos das medidas provisórias.

Ainda há pouco tempo, na semana passada, aprovamos uma medida provisória, cuja ementa demorou

quase cinco minutos para ser lida pelo Presidente do Senado. A ementa ocupava uma página e meia, relatava uma medida provisória transformada num projeto de lei de conversão pelo trabalho do Senador Gim Argello, que incorporou várias reivindicações de Parlamentares que não viam outra forma de fazer prosperar as suas iniciativas a não ser desta forma espúria, inconstitucional, perversa, que é o enganchamento no vagão do trem da medida provisória.

É isso que, muitas vezes, desanima, não só porque a sua iniciativa é frustrada, mas porque eu vejo quase que uma intenção deliberada do Governo em degradar a função legislativa e rebaixar o Congresso Nacional, em fazer com que o Deputado ou o Senador se transformem num mendigo que vá pedir favor ao relator todo-poderoso de uma medida provisória, para que a sua iniciativa postergada, colocada num segundo, terceiro, quinto plano, num processo legislativo normal, possa ser contemplada num projeto de lei de conversão.

É realmente lamentável a situação que nós estamos vivendo! E aí se vem com a história de orçamento impositivo. Vamos acabar com barganhas, etc. Nada disso vai resolver o problema da miséria política em que se encontra o Parlamento brasileiro, por conta basicamente de uma degradação institucional grave, que vem sendo promovida especialmente pelo atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, eu faço um apelo só...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... por causa do tempo, eu estou com medo de perdermos o quórum para votarmos esse ponto. A Senadora Vanessa pediu a palavra também, mas eu ia sugerir, Vanessa, que a gente escutasse apenas o Senador Alvaro Dias, porque V. Exª vai presidir logo depois uma audiência aqui com a Presidente da MP.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu concordo com o encaminhamento de V. Exª. Eu só não quero ser tão dramática. O projeto de lei do Senador Inácio Arruda é de 2012, a medida provisória do Governo também é de 2012, eu acho que, claro, o Executivo tem que procurar sempre preservar a iniciativa Parlamentar, mas uma medida provisória é muito mais rápido de aprovar do que um projeto de lei, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Acabou de me dar razão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Apenas isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Acabou de me dar razão, vamos nos curvar ao Executivo. É isso mesmo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – É. A contestação da Senadora Vanessa apenas confirma a seriedade e, sobretudo, a correção do pronunciamento do Senador Aloysio, do Senador Dornelles e do Senador Inácio Arruda em relação a esse desrespeito.

É um desrespeito impressionante do Governo, é um desapareço pelo Legislativo, e o que é mais surpreendente é que, desses 39,9 ministérios, são ministros oriundos, muitos deles são ministros oriundos do Legislativo. É incompreensível verificar que, por exemplo, as Ministras da Casa, denominadas de Ministras da Casa, aquelas que assessoram mais de perto a Presidente Dilma, são oriundas do Parlamento brasileiro. Esse desapareço é surpreendente, sobretudo, em razão desta constatação: dos 39,9 ministérios, muitos deles estão preenchidos por Parlamentares ou por ex-Parlamentares.

É claro que o Legislativo não deve reagir com mesquinhez. Nós não podemos praticar aqui o revanchismo em relação ao Executivo, porque estaríamos prejudicando o povo brasileiro. Vamos continuar deliberando sobre matérias do Executivo, mas conscientes de que este Governo e esta Presidente da República desejam que o Congresso Nacional seja realmente o seu almoxarifado. Nós não podemos interpretar de outra maneira: o que deseja o Executivo é apequenar o Parlamento, como se ele não fosse essencial no Estado de Direito. Aliás, aqui estão fincados alicerces básicos da democracia, e esse desapareço pelo Parlamento é desapareço pela democracia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem, Senador Alvaro Dias, vamos passar à votação.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação, a declaração de prejudicialidade.

Quem vota com a Relatora vota “sim” à declaração de prejudicialidade do projeto.

Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – “Sim”.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – “Sim”.

Senador Inácio Arruda não vota. É o autor; não vota.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Eu acompanharia a Relatora nesta realidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Acompanho a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia é voto conhecido.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – “Sim”.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a Relatora.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quinze votos SIM.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro...

São 14 votos SIM.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e chamo a Senadora Vanessa Grazziotin para abrir, aqui, a audiência pública, com a Presidenta da ANP.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA 16ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (57ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (40ª REUNIÃO), COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ESPIONAGEM – CPI-ESP (3ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezessete de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem, com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Aníbal Diniz, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Inácio Arruda, José Agripino, Lindbergh Farias, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Sérgio Souza, Walter Pinheiro, e, ainda, dos Senadores Pedro Simon e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Alvaro Dias, Antonio Carlos Rodrigues, Delcídio do Amaral, Fernando Collor, Francisco Dornelles, Ivo

Cassol, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Jorge Viana, José Pimentel, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Luiz Henrique, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Bauer, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Valdir Raupp e Vital do Rêgo. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a discussão das denúncias de espionagem sobre informações da Petrobras, perpetrada pelo governo estadunidense e seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo, em atendimento aos Requerimentos nº 56 de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, nº 90 de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ambos de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, e Requerimento CPI-ESP nº 06 de 2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, tendo como expositora a Sra. Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Após a exposição da convidada, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Roberto Requião, Pedro Simon, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda e Wellington Dias. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência submete à comissão a dispensa da leitura da ata desta reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem, com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos, 57ª Reunião, e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 40ª Reunião.

Eu convido para compor a Mesa o Senador Lindbergh, que aqui já está e vai dividir conosco a condução dos trabalhos hoje; Senador Lindbergh, para dividir conosco a condução dos trabalhos e permanecer na Mesa.

Convido o Senador Ricardo Ferraço; Senador Ricardo Ferraço, que é Presidente, e aqui estará como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional, e também como Relator da CPI que trata da questão da espionagem.

E a finalidade da presente reunião, em conjunto – CPI da Comissão de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores – é a discussão acerca das denúncias sobre a possível espionagem em relação à Petrobras. Essa denúncia foi publicada no domingo anterior ao domingo que se passou por um programa de domingo e com grande repercussão na imprensa nacional e na imprensa internacional. A matéria dava conta de que o governo estadunidense promove uma ação possível de espionagem no âmbito da Petrobras e a própria matéria questionou sobre a segurança ou não da realização de alguns eventos importantes e, principalmente, do leilão de libra que deverá ocorrer agora, no próximo dia 21 do mês de outubro.

Então, hoje, foi convidada para a audiência a Presidente da Agência, Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a Sr^a Magda Chambriand, a quem eu convido para compor a Mesa conosco.

Antes de passarmos a palavra à Dr^a Magda, eu só gostaria que, na sua presença, inclusive, de registrar a atenção que obtivemos por parte da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e, sobretudo, da sua Diretora-Presidente, Dr^a Magda, que está aqui conosco. Entramos em contato com ela logo que foi aprovado o requerimento na CPI e, na sequência, nas duas outras Comissões, e ela se dispôs, num primeiro momento, já, em primeira hora, a estar conosco para esse debate no dia de hoje. Então, muito obrigada, Diretora-Presidente da ANP.

Essa audiência pública refere-se ao atendimento do Requerimento nº 6, da CPI da Espionagem, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; Requerimento nº 56, do Senador Randolfe Rodrigues, e Requerimento nº 90, também do Senador Randolfe Rodrigues.

Em decorrência da presença da nossa Diretora-Presidente já aqui na mesa, peço que a convidada faça a sua exposição por um período, Presidente Magda, que varia em torno de 20 minutos, mas tenho certeza de que, se V. S^a entender que necessita de mais, não haverá problema.

A seguir, passaremos a palavra primeiro aos autores dos requerimentos e, na sequência, atendendo aos pedidos de inscrições.

O Senador Pedro Simon levanta a mão, creio que para pedir a inscrição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Senadora Vanessa, peço a inscrição, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, Senador Pedro Simon, Senador Flexa Ribeiro, Senador... Peço a contribuição...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Fiquem com a mão... Peço a contribuição da Secretaria para anotar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu havia solicitado a minha inscrição antes desse espetáculo das mãos levantadas. Eu só quero confirmar que está registrado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Senador Roberto Requião. V. Ex^a foi muito mais eficiente do que quem levantou as mãos, pediu. Então, pela ordem, V. Ex^a; Senador Pedro Simon; Senador Flexa Ribeiro; Senador Suplicy; Senador Aloysio Nunes Ferreira, não precisa falar; Senador Eduardo Braga, Líder do Governo; Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

V. Ex^a levantou a mão, já está anotado aqui, Senador Anibal.

Podem solicitar que a gente vai inscrevendo.

Passo a palavra neste momento à Diretora-Presidente da ANP, Sr^a Magda Chambriand.

A SR^a MAGDA CHAMBRIAND – Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias, Senador Ricardo Ferraço, estão me ouvindo?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Só um minutinho, Presidente.

Eu solicitaria da sala um pouquinho de atenção, porque a Presidente tem uma voz que não é tão forte. Então, seria importante que todos pudessem, não só os Parlamentares, mas os convidados que aqui estão, a imprensa, ouvir com muita atenção.

Obrigada.

A SR^a MAGDA CHAMBRIAND – Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias, Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras aqui presentes, senhoras e senhores, agradeço muito a possibilidade de estar aqui no Senado, mais uma vez, explicando aos senhores o trabalho da Agência Nacional do Petróleo. Temos feito um trabalho criterioso e é um prazer, então, ter essa oportunidade, essa agenda aberta para mostrar tudo de bom que a Agência Nacional do Petróleo está fazendo.

Nessa questão da CPI da Espionagem, vou mostrar para vocês o nosso banco de dados de exploração e produção e dizer para vocês, com toda a tranquilidade, que o nosso banco de dados de exploração e produção não está ligado à internet. Portanto, não é possível uma espionagem do nosso banco de dados através da rede mundial de computadores. Vocês podem ficar absolutamente tranquilos em relação a isso. De toda forma, vamos mostrar, então, o nosso banco de dados de exploração e produção, que é um dos maiores bancos de dados centralizados do mundo de que temos notícia.

Vou mostrar para vocês, então, os aspectos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Não está na internet.

O que estamos fazendo, então? A primeira coisa que vou dizer para vocês é o seguinte: o nosso banco de dados de exploração e produção funciona num prédio diferente do prédio do escritório central da Agência Nacional do Petróleo. Nosso banco de dados de exploração e produção funciona num anexo do prédio da CPRM, na Urca, e o escritório central da ANP funciona no centro da cidade, atrás da Candelária.

O nosso banco de dados armazena dados de exploração e produção de petróleo e gás coletados em 7,5 milhões de quilômetros quadrados de bacias sedimentares. Lá nós armazenamos dados coletados pela Agência Nacional do Petróleo, que nós chamamos dados de fomento, armazenamos dados coletados pelas empresas petrolíferas e armazenamos dados coletados pelas empresas de aquisição de dados, que são empresas de serviço que fazem essa coleta de dados de forma gratuita para a União.

Nestes últimos anos, o nosso banco de dados, que nós chamamos informalmente de BDEP, já recebeu visitas ilustres. Recebeu visitas de assessores legislativos, recebeu visitas da Advocacia-Geral da União, recebeu visitas da Controladoria-Geral da União, recebeu visitas da Agência Brasileira de Informações, a ABIN.

Todas essas instituições têm conhecimento de como funciona o nosso banco de dados de exploração e produção de petróleo e gás. Esse banco tem 13 anos de existência, portanto, dois a menos do que a Agência Nacional do Petróleo, e todas as informações sobre esse banco vocês podem encontrar no endereço eletrônico www.bdep.gov.br. Mas também temos um jornalzinho *on-line* com essas informações.

O que é um banco de dados? Na verdade, esse banco de dados é uma informação, é um patrimônio do País, e ele é definido como um banco de dados que é mantido e patrocinado pelo Governo. Ele é parte do ativo

petrolífero da União, assim definido na Lei do Petróleo, e ele está lá para preservar e disseminar informações e dados técnicos e ele está lá também para promover e regular as atividades da indústria do petróleo.

Então, quando nós vamos fazer uma licitação de petróleo, nós lançamos mão dos dados brutos que estão no BDEP, levamos esses dados para a Agência Nacional do Petróleo, e, a partir daí, então, esses dados que estão lá em estado bruto são interpretados pela Agência Nacional do Petróleo.

Portanto, como vocês vão ver mais adiante, o BDEP armazena dados brutos. Não há, no nosso banco de dados, interpretações armazenadas. Vocês também podem ficar absolutamente tranquilos quanto a isso.

O que são esses dados técnicos que nós armazenamos? A primeira coisa é: são dados geológicos, geofísicos, são dados sísmicos, são dados geoquímicos, são dados de aerolevantamentos e de levantamentos terrestres gravimétricos e magnetométricos, são perfis de poços, são testes de poços, são dados relativos a amostras e testemunhos coletados nos poços perfurados ao longo do Brasil nas bacias sedimentares terrestres e marítimas.

Portanto, mais uma vez, eu tenho que refrisar isso, são dados brutos e processados, são dados que são armazenados sem interpretação. A interpretação desses dados é feita toda vez que precisamos dela. Mas o que nós armazenamos, e que não está conectado à Internet, são dados brutos, portanto, são dados que não têm valor salvo para um técnico da área que tenha a capacitação e a *expertise* necessária para interpretá-los.

Quem é que tem dado técnico? Por exemplo, na América do Sul, diversos países têm seus bancos de dados, que são esses repositórios de dados de exploração e produção. Nós temos Colômbia, Peru, Argentina, Venezuela. Enfim, diversos países da América do Sul, todos aqueles países que trabalham com petróleo, têm seus bancos de dados relativos a dados de exploração e produção. Portanto, ter um banco de dados de exploração e produção é comum, é praxe.

Por que nós temos isso? Porque diz a Lei do Petróleo, em primeiro lugar, que dados e informações fazem parte do patrimônio petrolífero da União. Isso está na Lei do Petróleo. Além disso, também a Lei do Petróleo diz que nós temos que organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas.

E, de novo, em seu art. 22, o acervo técnico, constituído de dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, é considerado parte integrante dos recursos petrolíferos da União.

Por que o BDEP disponibiliza dados e que dados o BDEP disponibiliza? O BDEP só disponibiliza dado público. O que é dado público? Dado público é todo dado adquirido em área da União. Se um dado foi adquirido em área da União, ele, portanto, é público desde o primeiro momento. Ele, sendo adquirido por empresa de serviços, por exemplo, é um dado não exclusivo, mas a gente garante à empresa de serviço uma confidencialidade, que permite à empresa que, durante certo tempo, ela possa vender esses dados. Mas o dado é não exclusivo e, portanto, diversas empresas também podem ter acesso a ele. Dado público as empresas compram diretamente do BDEP por um preço barato; dado não exclusivo as empresas compram de empresas de aquisição de dados, durante o seu período de confidencialidade; dado confidencial adquirido pelas empresas de petróleo são guardados na ANP a sete chaves, são confidencialíssimos e, portanto, não podem ser disponibilizados de forma alguma.

O que é um dado confidencial de uma empresa de petróleo? Aquele dado, por exemplo, sobre um levantamento sísmico que uma empresa adquire em uma área contrata com a ANP e num bloco adquirido e protegido por contrato. Em relação a esse dado, por exemplo, existe um compromisso de confidencialidade exclusivo, chamamos assim, por cinco anos.

Um poço perfurado, por exemplo, por uma empresa de petróleo também é um dado *top secret* e esse dado, então, é confidencial por um período de dois anos. A partir de cinco anos, a sísmica exclusiva e, a partir de dois anos, os poços perfurados se tornam públicos e passíveis de serem disponibilizados pelo nosso Banco de Dados de Exploração e Produção.

O valor recebido pela Agência Nacional do Petróleo fruto da venda desses dados públicos constitui receitas da Agência Nacional do Petróleo e garantem a continuidade do nosso Banco de Dados de Exploração e Produção, que tem sido autossuficiente, o que também é difícil no mundo.

O Banco de Dados de Exploração e Produção da Agência Nacional do Petróleo é o banco que fornece, vamos dizer, a chave do acesso ao dado para a interpretação das bacias sedimentares.

Como a gente disponibiliza esse dado? Toda vez que uma empresa vai participar de um leilão, ela adquire os dados da Agência Nacional do Petróleo. Toda vez que uma empresa quer vender uma área sua ou uma participação sua num contrato de concessão, a empresa nova, entrante, tem de ir à Agência Nacional do Petróleo comprar o dado. E é claro que nós monitoramos essa venda de dados.

Em estudos da ANP para oferta de áreas também se lança mão dos dados disponíveis no nosso banco de dados.

Para universidades, por exemplo, temos cotas de dados gratuitas para teses de mestrado, doutorado, graduação. Tudo isso é feito a partir de dados públicos e disponíveis no nosso banco de dados.

Enfim, tudo aquilo que gera aumento do conhecimento geológico de bacias sedimentares da União está armazenado nesse banco de dados. Como disse para vocês, podem ficar absolutamente tranquilos porque esse banco de dados não está conectado à internet, pela qual não há acesso a essas informações que são patrimônio da União.

Qual é o acervo que nos temos na Agência Nacional do Petróleo? Temos um acervo imenso, temos um acervo de dados, cujo maior volume de informações em termos de *bytes*, unidade de informática, é relativo a aquisições sísmicas, e o que nós temos, hoje, lá corresponde – só para vocês terem uma ideia – a um tamanho de 60 milhões de gaveteiros cheios de informação, ou, numa outra comparação fácil de visualizar, alguma coisa, correspondente em *terabytes*, equivalente a 20 bilhões de fotografias digitais de alta resolução. Ou seja, é um acervo de dados e informações muito grande e, como eu disse, um dos maiores bancos de dados centralizados do mundo de que nós temos notícia.

O que faz o BDEP de novo? O BDEP recebe dados e informações, o BDEP garante que esses dados e informações vão ser recebidos no padrão ANP, portanto nós temos toda uma regulamentação para receber esses dados de informações que vêm de novo das operadoras, das petroleiras, das empresas de aquisições de dados – portanto, empresas de serviços – e dos levantamentos da própria Agência Nacional do Petróleo.

Os dados confidenciais são dados onde nós garantimos o período de confidencialidade e, a partir daí, eles se tornam públicos e disponibilizados, disponibilizados para todo esse conjunto de empresas, universidades, pessoas físicas e jurídicas – por exemplo, qualquer pessoa física residente no Brasil pode ter acesso ao nosso banco de dados; qualquer pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras também pode ter acesso ao nosso banco de dados.

Nós trabalhamos com informações públicas ou não exclusivas. O nosso banco de dados não está ligado à internet. Portanto, em termos de espionagem, para roubar essas informações eu preciso de um espião paranormal.

Como é que eu uso essas informações diárias? Como é que eu opero o nosso banco de dados? Eu opero o nosso banco de dados com uma empresa ter-

ceirizada brasileira e com funcionários ANP. A empresa terceirizada chama-se Capgemini e fornece serviços terceirizados de apoio à fitoteca e à operação. Portanto, são analistas de sistema, são operadores de sistema, são pessoas com habilidades, como eu digo, relativas às áreas de informática, que não têm nenhuma *expertise* para interpretar nenhum dado desses e também não têm acesso ao dado passado por um sistema capaz de decodificar informações úteis para serem interpretadas.

Nós usamos *softwares* para interpretar essas informações e usamos também *softwares* para o banco de dados. Que *softwares* nós usamos? Nós usamos *softwares* da Oracle, usamos informações, *softwares* e máquinas da IBM, usamos *softwares* de acesso ao banco de dados, Halliburton Access e link. Portanto, o que nós temos aqui são disponibilizações de *softwares*, tanto quanto eu tenho certeza que vocês usam *softwares* da Microsoft ou da Apple. É a mesma coisa o que nós temos lá.

Empresas de serviços gerais *outsourcing*, nós temos secretariado, recepção, limpeza e segurança.

Disponibilização dos dados do banco de dados de exploração e produção. Como é que nós fazemos isso?

Toda vez que uma empresa contacta a Agência Nacional do Petróleo na busca pelo dado, ela tem que entrar na internet, imprimir um DARF e pagar. Então, ela paga, ela faz esse pagamento, a gente constata o pagamento, nós gravamos o dado para eles, portanto, esse dado é gravado num HD externo, num disco, num DVD, dependendo da quantidade, ou até numa área separada para uma disponibilização via *download*, mas, de novo, a disponibilização é feita sem conexão ao sistema principal e sem acesso *on-line* ao conjunto de dados e informações.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – É isso mesmo, Senador. E é barato.

Confidencialidade de dados. De novo. Dados públicos. Nós trabalhamos com dados públicos, aqueles dados que venceram o período de confidencialidade. E trabalhamos também, na ANP – porém não podemos ceder –, aqueles dados que são de aquisição não exclusiva.

Só para vocês terem uma ideia, por exemplo, na área do pré-sal, a maioria dos levantamentos sísmicos é não exclusiva. Portanto, é um dado que as empresas, em geral, usam e podem comprar das empresas de serviço autorizadas pela ANP a adquirir. O que faz diferença é a interpretação, e essa interpretação é exclusiva de cada companhia.

Dados confidenciais têm confidencialidade que varia, dependendo do dado, de dois a dez anos.

Nós disponibilizamos os dados públicos, regulados através da Portaria ANP nº 114/2000. Nós disponibilizamos os dados regidos por essa portaria para usuários associados ao BDEP, que assinam conosco um termo de acesso; nós disponibilizamos, para usuários eventuais... Como eu disse para vocês, qualquer cidadão brasileiro residente no Brasil pode ter acesso a esses dados, qualquer empresa constituída sobre as leis brasileiras pode ter acesso a esses dados, desde que eles sejam públicos, e eles são absolutamente gratuitos para universidades. Então, universidades podem ter acesso gratuito a esses dados, eles têm cotas para trabalhos de mestrado, doutorado, iniciação científica, etc. E nós temos também nós mesmos, como usuários internos para estudo das bacias sedimentares.

Quem mais acessa o dado? As empresas de petróleo associadas ao BDEP. Mas nós temos acesso de todas as outras áreas, como eu disse para vocês.

As universidades usam muito nosso banco de dados para estudos e para teses de mestrado, doutorado, pós-doutorado, graduação, etc. Quem são as empresas associadas ao BDEP? Tenho 44 empresas associadas ao BDEP. Vocês veem o logo de todas elas aí. A Petrobras, por exemplo, é uma empresa associada ao BDEP. Por quê? Porque ela também se beneficia de informações adquiridas por empresas de serviço autorizadas pela ANP, por levantamentos promovidos pela própria ANP e por dados adquiridos por outras petroleiras. Enfim, tenho 44 empresas associadas ao BDEP.

Para vocês terem uma ideia, quem pede dados? Que dados se pedem ao BDEP? Que dado o BDEP entrega às empresas petroleiras? Em geral, são aquisições sísmicas, perfil de poço, pasta de poço e programas não sísmicos.

Toda vez que vamos ter uma licitação, a demanda por esses dados aumenta; após a licitação, a demanda diminui. Mas o dia a dia das empresas demanda dados que vão sendo adquiridos e se tornando públicos ao longo do tempo.

De novo, pacote de dados. Quando a gente faz uma licitação, para que as empresas conheçam a área e para que se interessem pela área a ser licitada, a Agência Nacional do Petróleo prepara um pacote de dados de informações.

Como a gente faz isso? A gente vai ao nosso banco de dados; servidores da ANP vão ao nosso banco de dados, selecionam esses dados, levam esses dados a um ambiente isolado do banco de dados e, a partir daí, através desse ambiente isolado, esse dado é disponibilizado de novo. Dependendo do seu volume, pode ser um DVD, pode ser um HD externo e

pode ser até um ambiente isolado em que se dá *download* desse dado pré-selecionado.

Segurança da Informação. Nós temos o escritório de segurança da informação, mas a maior segurança de informação que nós podemos ofertar é o banco de dados desconectado da Internet.

O nosso núcleo de informática é responsável pelo monitoramento e pela adequação do ambiente computacional do BDEP. E ele está nos termos da nossa instrução normativa, que é a nossa IN nº 6, de 2013.

O BDEP está em plena conformidade com todos os nossos preceitos de segurança de informações.

Eu vou mostrar para vocês a nossa sala-cofre. Nós temos uma sala-cofre. O BDEP funciona dentro de uma sala-cofre.

Está aí a fotografia do nosso BDEP e da nossa sala-cofre. Essa aqui é a foto da porta da sala-cofre.

A nossa sala-cofre é à prova de incêndio, inundação, balística e outras ameaças, além de não estar conectada com a Internet. Portanto, só de olhar essa fotografia, vocês vão ver que não é fácil entrar nessa sala-cofre.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem, Srª Diretora-Geral da ANP, nós agradecemos a sua exposição inicial e passamos agora, imediatamente, às interpelações. E, conforme determina o Regimento, tem prioridade à palavra os Senadores autores dos requerimentos. Nós fomos informados de que o Senador Requião apresentou um requerimento também contendo alguns adendos. Então, a sugestão é que façamos um primeiro bloco com os três autores – Senador Ricardo Ferraço, que também é o Relator da CPI; Senador Randolfe e Senador Requião. Em seguida, a Diretora Magda dará as respostas e, na sequência, passaremos a blocos de três ou quatro. Está bem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Exª poderia anunciar o segundo bloco?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu peço inscrição também, Senadora. Inácio Arruda.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O.k., Inácio.

O segundo bloco: Senador Pedro Simon – fora os três que já comuniquei –, Senador Flexa, Senador Suplicy, Senador Aloysio Nunes,...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pedro Taques.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...Senador Eduardo

Braga, Senador Anibal, Senador Inácio Arruda e Senador Pedro Taques.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Wellington, Senador Blairo. Havia outra solicitação? *(Pausa.)*

Não. Então, fica assim.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Ricardo Ferraço, e também Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Drª Magda, nós estamos na antessala de um dos mais importantes eventos na área da energia, em nosso País; estamos na antessala do leilão do Campo de Libra, não apenas do leilão do Campo de Libra, mas também do primeiro leilão sob regime de partilha. O Campo de Libra é como a joia do tesouro do setor de petróleo e gás do nosso País, pelas enormes e extraordinárias perspectivas desse Campo, estimadas em pelo menos 12 bilhões de barris.

V. Sª, na condição de Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, que coordena esse leilão, deve ter tomado conhecimento das denúncias do Snowden através do correspondente do jornal *The Guardian*, o jornalista Glenn Greenwald, sobre ameaças de que os sistemas não apenas da Petrobras, mas também da Agência Nacional do Petróleo, sistemas de proteção às informações relevantes da Agência Nacional do Petróleo, de que esses sistemas poderiam ter sido violados e que isso poderia produzir um leilão com assimetrias ou com desigualdade de oportunidades na competição desse leilão.

Minha pergunta é direta, objetiva e prática a V. Sª: pela responsabilidade que V. Sª tem à frente dessa importante agência, V. Sª dá fé pública de que esse leilão será feito sem que tenha havido qualquer violação às informações estratégicas que possibilitem um leilão limpo, com igualdade de oportunidade a todos aqueles que desejam participar dessa competição? Pela explanação que V. Sª fez dos projetos desenvolvidos diretamente ou não pela Agência Nacional do Petróleo, V. Sª dá fé pública de que esse leilão que será realizado na segunda quinzena de outubro, quero crer que no dia 21 de outubro, será realizado com isenção dessas informações? V. Sª pode assegurar à sociedade brasileira que esse leilão será conduzido e será feito com absoluta isenção?

Essa é a pergunta que quero fazer por ora, Srª Presidente, a S. Sª a Drª Magda.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não.

Já concluiu, Senador Ferraço?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr^a Presidente. Acho que essa é a questão chave. No mais...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É, porque, na condição de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, ou eu faço as perguntas... Porque temos aqui um conjunto de...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Não, estamos defendendo que ela responda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou reforçando...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É uma premissa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...a solicitação de V. S^a como premissa, por quê? Porque as motivações que convergem para esta audiência pública são motivações da Comissão Parlamentar de Inquérito, e há um conjunto de outras motivações por conta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Da parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, onde fui designado Relator, esta é a pergunta-chave, este é o código-fonte para que possamos seguir adiante. Então, se pudéssemos ter essa resposta por parte da Dr^a Magda... Quero crer que a responsabilidade dela e de quem compõe e tem a tarefa de responder pela isenção desse leilão diz tudo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Lendo e não apenas ouvindo os questionamentos do nosso Relator, mas sentindo que também é um desejo dos Srs. Senadores aqui presentes, vamos mudar um pouco a metodologia anunciada no início em decorrência da simplicidade mas da profundidade do questionamento do Relator.

Então, passo a palavra imediatamente à nossa Diretora-Presidente Magda Chambriard.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Senador Ferraço, eu só vim aqui para responder essa pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Pois é. Então, vocês fiquem absolutamente tranquilos. A Agência Nacional do Petróleo promove essas licitações em área pública, em área da União, trabalhando com dados e informações públicas e não exclusivas. Os dados estão absolutamente disponíveis com igualdade de oportunidades a todas as empresas. Não tenho dúvida nenhuma da igualdade de oportunidades a todos os participantes. Essa dúvida nós não temos.

Nós monitoramos também, a partir do momento do anúncio de Libra, quantas empresas entraram no nosso banco de dados e pediram acesso a essas informações. Então, a partir do dia 25 de junho, 18 empresas adquiriram esses pacotes de dados. Todas essas empresas têm todo o pacote de dados. Além disso, as empresas associadas ao BDEP já têm dados dessas áreas desde 2010, porque a Agência Nacional do Petróleo não trabalha para licitações com dado confidencial. O dado é público. Da área de Libra, por ser uma área da União, por definição, qualquer dado dela é público. Então, o dado é público.

O dado sigiloso, Senador, será a interpretação das empresas, e com isso nós não trabalhamos. Trabalhamos com interpretação da Agência Nacional do Petróleo. Trabalhamos com dados absolutamente públicos e divulgados para as empresas, mediante um pequeno pagamento, com toda uma regra muito bem definida no nosso banco de dados de exploração e produção.

Portanto, Senador Ferraço, fique absolutamente certo de que há plena igualdade de oportunidades a todos os participantes. E se algum participante tem dúvida sobre isso, ele pode ficar absolutamente tranquilo. Ele tem até amanhã, dia 18 de setembro, para manifestar interesse à Agência Nacional do Petróleo de participar do leilão de Libra, com a nossa garantia de plena igualdade de oportunidades a todos os participantes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. S^a está afirmando, portanto, que não há hipótese de o sistema de informação e proteção da Agência ter sido violado naquilo que é fundamental, que é a garantia de uma competição simétrica?

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Estou afirmando isso, sim, mas eu estou afirmando mais ainda. Estou afirmando que qualquer cidadão, pessoa física, domiciliado no Brasil, e qualquer empresa, sendo petroleira ou não, constituída sob as leis brasileiras, pode ir ao BDEP buscar essas informações. Então, V. Ex^a também pode. Se V. Ex^a preencher uma guia e pagar a taxa no banco, eu lhe dou as informações num HD externo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – E não é caro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós temos ainda, evidentemente, no desenvolvimento das nossas atividades, que fazer esse mesmo tipo de questionamento para a Petrobras, mas não me parece apropriado e adequado que façamos à Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo; e, sim, à Dr^a Graça Foster, que estará presente conosco amanhã, para que, com relação à Petrobras, a Presidente possa responder.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – E queria acrescentar o seguinte: a lei do pré-sal diz que a Petrobras vai ser operadora mandatária – na licitação de Libra, a Petrobras é a operadora mandatária com 30% –, mas a Petrobras também precisará adquirir o dado na Agência Nacional do Petróleo. Então, o dado que a Petrobras vai trabalhar para Libra também é um dado que ela vai precisar pagar aquela taxa de que falei para V. Exª. Vai manifestar interesse na Agência Nacional do Petróleo e adquirir o dado, e nós vamos separar também o HD externo da Petrobras, que vai levar os dados e informações. Na verdade, já levou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Muito obrigado, Drª Magda.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós agradecemos ao nosso relator. E, na sequência, passamos agora ao Senador Randolfe.

Senador, são cinco minutos, de acordo com o Regimento, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigada, Presidenta.

Presidenta Vanessa, Senador Ricardo Ferraço, Senador Lindbergh, eu lhes agradeço.

Drª Magda, qual a empresa que V. Exª disse que é administradora do banco de dados da ANP?

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – O nosso banco de dados funciona com servidores da Agência Nacional do Petróleo. A administradora do banco de dados, na verdade, a empresa que nos apoia, em termos de serviços terceirizados de informática analítica, operadores de sistema e tal, chama-se Capgemini.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – De onde é essa empresa?

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – É brasileira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Até 2009, qual era a empresa responsável?

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Até 2009, nós tínhamos um *software*. Tenho certeza de que todos vocês aqui usam Microsoft e nem por isso estão impressionados com Bill Gates. Apple...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Só Senadores?

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – O banco de dados começou com um *software* da Halliburton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Desculpe-me, Drª Magda.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – A Halliburton foi a empresa que adotamos, no início, para fazer *software*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A Halliburton do Dick Cheney, o Vice-Presidente americano.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Isso, o *software*. Eu também uso o do Bill Gates e o da Apple, do Steve Jobs, e todos esses, porque eu tenho certeza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Mas a senhora há de convir que tanto a senhora, como pessoa física, quanto eu não temos dados estratégicos para a soberania nacional do petróleo brasileiro.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Quando estou dizendo eu, estou dizendo a Agência Nacional do Petróleo. Não existe um único computador no Brasil que não passe por isso, inclusive os computadores mais *top secrets*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, Doutora. O que estamos dizendo é o seguinte: a senhora está dizendo que, até 2009, então, o banco de dados era administrado pela Halliburton, está dizendo que a empresa...

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Não digo que era administrado, não. A administração é da Agência Nacional do Petróleo. Nós usávamos o *software* Halliburton, como o usamos ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ainda usamos.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – O *software* é da Halliburton; o *software*, está certo? Na verdade, ela acabou de vencer uma licitação, fizemos a licitação para esse *software*, banco de dados. De cinco em cinco anos, temos que licitar o banco, usamos o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Drª Magda, nós ainda usamos o *software* Halliburton.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Randolfe, V. Exª, pelo que eu percebo, está optando para fazer questionamento e respostas imediatas. São cinco minutos corridos. Então, é melhor V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues, fazer as perguntas, Presidente, e, depois, teremos as respostas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Estamos tendo esclarecimentos, Presidenta, que acho fundamentais. A Drª Magda está nos informando, e eu já estou esclarecido. Ela está nos dando uma informação fundamental, Senador Requião. Ela está nos informando que ainda é utilizado o *software* da Halliburton na utilização dos dados, do banco de dados, da ANP. Juntamente a isso, quero corroborar que era gerido pela Landmark.

É importante destacarmos...

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Todas essas empresas participam. Então, quem nos ajuda a operar é a Capgemini e as empresas de *hardware* e *software* *offsite* são essas aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A senhora há de convir que, diante disso, não é tão paranormal esses dados serem acessados pela NSI. A partir do que foi identificado pelo jornal *O Globo*, pela reportagem do Fantástico, revelado pelo Sr. Snowden e pelo acesso que a tecnologia da NSI teve dos dados, dos detalhes de dados, do banco de dados da Petrobras e com a participação de um condômino tão grande de empresas norte-americanas, inclusive de uma empresa que tem a participação do Vice-Presidente dos Estados Unidos, haveremos de convir que não há de ser tão paranormal a interferência norte-americana e o acesso norte-americano a esses dados.

Eu corroboro essa informação com um dado complementar: uma das operadoras que fornece dados é a Petrobras e, por mais que esses dados estejam num cofre, os dados que foram violados, conforme nos revela o Sr. Snowden, foram os dados da Petrobras.

Srª Presidente, eu tinha outras perguntas, mas a resposta da Drª Magda é reveladora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É por que ele optou por pergunta e resposta. Perguntou se era a Halliburton de empresas somente, Senador Taques.

Senador Requião, V. Exª está com a palavra.

Agradecemos ao Senador Randolfe.

Senador Requião. *(Pausa.)*

Senador Requião. *(Pausa.)*

Senador Requião, está abrindo mão dos seus questionamentos?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Srª...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, V. Exª está sendo convidado a fazê-los.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Srª Magda, acho que para mim está absolutamente clara a violabilidade insistente e consistente dos dados da sua Agência.

Fiquei um pouco agredido com a sua afirmação de que só um paranormal conseguiria acessar os dados da Agência Nacional, porque, de certa forma, a senhora nos considerou subnormais e subestimou a nossa inteligência. A Landmark geria os dados da Petrobras com *softwares* da Halliburton. Portanto, esses dados, por dez anos, estiveram acessados de forma

insistente, consistente, permanente pela empresa do Vice-Presidente dos Estados Unidos Dick Cheney.

Mas não ficamos só por aí. Eu apresentei um requerimento à Comissão da Espionagem pedindo à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e à Polícia Federal cópia integral dos inquéritos destinados a apurar o furto de computadores da Petrobras no início de 2008, que estavam sendo transportados também por uma empresa de contêiner vinculada ao Vice-Presidente Cheney.

Então, de forma clara e absoluta, deixando de lado a indignação que me causa o seu sorriso diante da minha indagação, a senhora está absolutamente vulnerável. A senhora está leiloando uma província petrolífera que equivale hoje, se considerarmos os 15 milhões de barris e US\$112 por barril, 90% do Produto Interno Brasileiro. Se levarmos em consideração que o dólar não continuará a R\$2,30, porque há uma possibilidade concreta de elevação, a senhora está leiloando mais do que o PIB do Brasil.

Dessa forma, eu fico indignado com as limitações que o Regimento da Comissão me impõe dos cinco minutos. Eu teria muitas perguntas a fazer a V. Exª e as farei da tribuna do Senado com o tempo que me for disponibilizado, porque aqui, eu já vi, que nós não iremos a lugar algum. Mas vamos lá! Vamos tentar colocar pelo menos uma pergunta inicial das 15 que eu gostaria de lhe fazer e que farei da tribuna do Senado Federal, porque me preocupa sobremaneira os destinos do petróleo brasileiro.

Não me agradou a forma ligeira com que V. Exª abordou a questão até agora. Sua agência não é só vulnerável, ela está vulnerada. Ela não trata só de informações públicas, ela tem informações da Petrobras. E a forma com que o leilão foi colocado me levaria até a responder que nós não precisaríamos de espionagem americana. A formatação do leilão já bastaria aos Estados Unidos e prejudica de forma sobremaneira o Brasil. E essa é uma iniciativa sob o seu comando, não é nem da Halliburton nem da Landmark.

Pois muito bem! Contra a mídia e o cartel internacional do petróleo, o nosso Presidente aprovou a Lei 12.351, do pré-sal, e a Lei 12.276, da cessão onerosa, e as cumpriu, cedendo sete blocos para a Petrobras, que deveriam conter cinco milhões de barris. A Petrobras pagou por eles R\$85 bilhões. Isso permitiu ao Brasil manter a soberania e os lucros no Campo de Franco e ainda aumentar o controle nacional sobre a Petrobras e gerar mais superávit primário. Foi um sucesso!

Por que fazemos o que Lula fez de forma tão exitosa com o Franco ou simplesmente devolvemos para a Petrobras o Campo de Libra, de acordo com o art. 12 da lei do pré-sal, e estamos obrigando a Petro-

bras a pagar um óleo/lucro de 90% para a União? Não adotar soluções soberanas, que o Presidente Lula e o Congresso Nacional – este Congresso que não é paranormal, mas tem o nacionalismo no peito; Congresso composto de militantes que começaram, na política, defendendo a Petrobras no passado, se expondo nas ruas, combatendo ditaduras –... Pois muito bem! Se este Congresso e o Presidente Lula nos legaram isso, por que entregar o Campo de Libra para o cartel internacional?

Por que a Petrobras, nos últimos anos, foi estrangulada financeiramente, fazendo política anti-inflacionária e assim o bônus malicioso, terrível bônus, que não é bônus porque é considerado no valor da produção do petróleo e portanto progressivamente devolvido, por que esse bônus malicioso que estão exigindo nesse leilão impede a Petrobras e o nosso povo de ser dono dessa riqueza? Por que estão ferindo o legado do Presidente Lula?

Nós somos a continuidade deste Governo. Nós votamos na Dilma porque acreditamos no Lula. E quando digo nós, eu estou falando no povo brasileiro, não apenas nos Parlamentares que estão aqui. E por que estamos excluindo a possibilidade de a Petrobras assumir esse campo? Preocupa-me muito mais, Sr^a Magda Chambriard, o desempenho da Agência Nacional do que a conhecida e reconhecida espionagem dos Estados Unidos sobre assuntos econômicos no Brasil. Preocupa-me muito mais o seu desempenho do que a espionagem americana. Essa preocupação tem que ser levada a fundo.

Eu requeri, Presidente Vanessa, que se estabelecesse um contraditório nessas oitivas. Eu requeri que nessa mesa estivesse, por exemplo, Fernando Siqueira, Presidente da Aepet. Estamos exigindo o contraditório até no Supremo Tribunal Federal. O embargo de injunção não é nada mais do que isso. O Direito Internacional exige a possibilidade do apelo e do contraditório. Por que essa singela audiência em que nós temos cinco minutos, quando temos uma hora de perguntas a serem feitas e respondidas? E por que não estabelecemos o contraditório na reunião para sabermos o que pensam os técnicos da Petrobras? Quais são os dados que os nossos engenheiros têm? Porque, confesso também a minha convicção, as agências, Sr^a Magda Chambriard, a sua e todas as outras, foram engendradas nos Estados Unidos e aceitas pelo Brasil para impedir a pressão da participação popular nos negócios da República.

Porque me falta tempo, deixo de fazer as perguntas e as lerei no plenário. Mas insisto em que V. Ex^a colocasse em votação na Comissão a oitiva do Fernando Siqueira e a exigência, junto à Polícia do Rio de

Janeiro, de nos apresentar os inquéritos do roubo dos dados da Petrobras, para que acabemos de uma vez por todas com essa história que só a paranormalidade acessa os dados dessa agência.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Requião.

Antes de passar a palavra a nossa convidada, à Diretora-Geral Magda, eu gostaria de informar a V. Ex^a, Senador Requião, que o requerimento que V. Ex^a apresentou não foi votado pelo Comissão porque ele foi apresentado posteriormente à reunião da Comissão. Nós aqui estamos fazendo uma reunião com os requerimentos apresentados e aprovados. Entendemos que seria o melhor caminho fazermos conjuntamente com comissões permanentes, até para evitarmos três, quatro debates sobre o mesmo tema e vários Parlamentares que não compõem esta CPI podem ajudar também através de seus questionamentos.

Eu passo a palavra à Diretora Magda.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Vou começar pelo Senador Randolfe.

Senador, *softwares* Halliburton, Schumberger etc. são utilizados pelas empresas de petróleo do mundo inteiro. Nós não temos esses *softwares* brasileiros. Então explorar e produzir petróleo depende do uso desses *softwares*; não há *softwares* brasileiros para isso. De forma que a simples decisão de explorar e produzir já enseja o uso de *softwares* dessas empresas. Se os dados da Petrobras foram violados ou não, amanhã vocês terão oportunidade de perguntar para a Presidente da Petrobras, Graça Foster. Eu vou me responsabilizar pelo controle das informações no tocante à Agência Nacional do Petróleo.

Senador Requião, me desculpe. Quando eu falei da paranormalidade eu não quis lhe agredir, não. Desculpe-me. Aceite as minhas profundas desculpas se eu o agredi, não foi essa a minha intenção.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não agrediu a mim de forma absoluta. Insultou o Senado da República. Não é pessoal.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Então, nesse caso, eu peço desculpas ao Senado Federal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não se preocupe. Não precisa pedir nenhuma desculpa para mim.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Requião, essa é a opinião de V. Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu não me senti insultado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Também não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu também não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Essa é a opinião do Senador Requião.

Com a palavra a Diretora Magda.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Em relação aos nossos dez anos que estiveram acessados, na verdade, esses foram anos de aquisição de muito dado. Então, com respeito ao dado de Libra, vocês vão ver que Libra mudou de feição a partir de um levantamento sísmico, não exclusivo, adquirido muito recentemente por uma empresa de aquisição de dados chamada CGG Veritas. Eu tive oportunidade de vir aqui ao Senado Federal em uma comissão conjunta, CAE e Infraestrutura, quando apresentei o projeto de Libra com mais profundidade, a pedido do Senador Lindbergh e do Senador Collor.

Nesse momento, o que mostrei para vocês foi que, no começo desse ano, fruto dos dados e informações de que dispúnhamos, imaginávamos que Libra fosse algo do porte de cinco bilhões recuperáveis, o que já era muito. No início de abril, fruto de uma interpretação sísmica, de um dado novo, adquirido pela CGG Veritas e, como diz o jargão técnico, processado em profundidade, isto é, o dado sísmico em tempo, acoplado às informações dos poços, entendemos que Libra, na verdade, era muito maior do que supúnhamos originalmente, portanto, uma oportunidade de oito a doze bilhões de barris. De novo, informação e interpretação fruto de dado absolutamente público e disponível para as empresas de petróleo.

Quanto à iniciativa sob meu comando, vou lhe dizer que as agências hoje são operadas por brasileiros concursados, cedidos de instituições públicas. É dessa forma que temos lá. Temos hoje uma agência com cinco diretores. São três professores de universidades públicas brasileiras e dois servidores concursados da Agência que acabaram de ser indicados pela Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal para assumir a Diretoria da Agência Nacional do Petróleo. Portanto, são pessoas públicas concursadas e, eu diria, bastante dedicadas ao interesse público, pelo menos é dessa forma que me defino. Estou trabalhando na Agência com a plena convicção de que tenho que trabalhar pelo interesse público. Hora nenhuma tive essa dúvida.

Nacionalismo, posso dizer que ele também está no nosso peito. O nacionalismo faz parte do espírito da Agência Nacional do Petróleo. Certamente, trabalhamos pelo Brasil, não por outra coisa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A ANP armazena dados em nuvem?

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Não.

Convido o senhor para visitar o nosso banco de dados, caso o senhor deseje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Será um prazer.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – O Paulo Cesar, assessor legislativo do Senado, esteve lá visitando o banco. Ele visitou, ele viu com os seus próprios olhos.

Quanto à Petrobras ser estrangulada, não posso falar sobre isso. Posso dizer o seguinte. A Agência Nacional do Petróleo implanta a política emanada do Governo. Portanto, essa lei que estamos implantando foi sancionada pelo Presidente Luiz Eduardo Lula da Silva, em 2010. Foi ele que sancionou a lei do pré-sal. *(Pausa.)*

Luiz Inácio, desculpe.

Estou olhando para o Senador Eduardo Suplicy e sendo contaminada pelo... *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Ele foi candidato nas primárias contra o Lula, mas acho que já desistiu.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Então, essa lei foi sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estamos implantando exatamente a lei que ele sancionou.

Quanto a Lula, eu diria que é realmente uma oportunidade muito bacana para o Brasil. É um campo, realmente, uma área muito grande, uma área descoberta, uma área onde estamos demandando que boa parte dos seus bens e serviços sejam adquiridos no Brasil, de empresas brasileiras. Isso garante uma demanda muito importante, uma inserção de tecnologia para o Brasil extremamente importante. Só para vocês terem uma ideia, quando falo de uma área dessa, com possibilidade de utilizar de 12 a 18 plataformas de grande porte, 60 a 90 barcos de apoio, estou falando de encomenda na veia para indústria nacional de grandes máquinas, grandes compressores, grandes navios, tudo aquilo que se precisa para fazer o Brasil mudar de patamar.

Estou absolutamente convencida que um país como o nosso, com 8 mil quilômetros de costa, milhares de quilômetros de rios navegáveis e 25% da exploração e produção de águas profundas do mundo, não pode sobreviver sem uma indústria naval pujante. Isso que estamos ofertando é também demanda para dar perenidade e eficácia para nossa indústria naval, por exemplo, além de uma série de equipamentos, submarinos, e estamos a um passo de nos tornarmos no Brasil exportadores, graças a tudo isso.

A área de Libra é tão grande que nenhuma empresa vai atuar em uma área dessa sozinha. Vocês vejam

que a Petrobras, por exemplo, atua no campo de Lula em parceria, no campo de Sapinhoá em parceria, na área de Júpiter em parceria, na área do BMS-21 em parceria, porque esses projetos são muito grandes. O desafio de acesso a essa reserva é muito grande. Estamos com Libra a quase 200km da costa. Vamos demandar poços que podem chegar a 7 mil metros de profundidade e lâminas de água de 2 mil metros ou mais. Estamos atravessando horizontes de sal de 2km. Tudo isso é um desafio operacional, que certamente a Petrobras pode enfrentar, mas é também um desafio logístico, técnico, econômico e financeiro extremamente grande, que só pode ser acessado com compartilhamento de empresas, eu diria até de países.

Recentemente, nos 15 anos da Agência Nacional do Petróleo, demos um prêmio de tecnologia à Petrobras. Por que fizemos isso? Fizemos isso porque fizemos um balanço dos investimentos que foram feitos em pesquisa e desenvolvimento obrigados pelos contratos de concessão. Investimos ao longo de 15 anos, um valor da ordem US\$3,5 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. Para os próximos 10 anos, serão mais de 10 bilhões investidos em pesquisa e desenvolvimento em prol da sociedade brasileiro.

Fruto desses investimentos, a Petrobras conseguiu fazer projetos dos quais pinçamos um para dar o prêmio de tecnologia à ANP. Ele é um projeto de separação óleo-água, um piloto que vai ser instalado no campo de Marlim. Vai separar óleo-água e, consequentemente, aumentar a produção do campo de Marlim e de outros, cuja produção decaiu pelo aumento de produção de água. Esse projeto foi feito pela Petrobras em parceria com empresas norueguesas e com o próprio centro de pesquisa na Noruega, como dito pelo Diretor Formigle, nos 15 anos da Agência Nacional do Petróleo.

Portanto, a parceria tecnológica para esses projetos faz parte do dia a dia e vem em benefício do Brasil. Não posso ter dúvida nenhuma disso.

De novo, agências engendradas nos Estados Unidos. Nesse ponto, pedi desculpas ao Senado Federal, mas vou pedir, por mim mesmo, a todos os servidores das agências nacionais do Brasil, sejam elas ANP, Aneel, Ancine, ANTT e todas as outras, Antaq, Anac, peço desculpas para todos os servidores das agências brasileiras, porque não podem ser confundidos com nenhum Snowden, com nenhum espião americano, porque estão trabalhando duro, inclusive com sacrifícios familiares importantes, como é o meu caso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Diretora Magda.

Concluído o primeiro bloco, passo a palavra agora ao Senador Pedro Simon.

Com a palavra V. Exª, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Srª Presidente, pediria atenção de V. Exª e dos ilustres membros da Comissão para ler um documento que foi feito por ilustres funcionários da Petrobras, que têm um pensamento e uma preocupação muito grande e que acham que o momento de analisar essa questão é exatamente agora.

Srª Presidente, desde a primeira vez que nos reunimos, eu achei que seria muito importante uma reunião da atual Presidente da Petrobras com o Sr. Gabrielli, que foi um ex-Presidente da Petrobras. O Sr. Gabrielli faz acusações as mais graves e é radicalmente contrário ao que está sendo feito agora. Acho que colocar frente a frente os dois seria o mínimo que poderíamos fazer, o início do que queríamos fazer.

É exatamente sobre isso que eu faço a leitura desse documento que considero da maior importância.

O Brasil precisa encontrar formas de equacionar sua necessidade de obter receitas que não sejam através de leilões, pois a Petrobras domina a tecnologia, tem os recursos necessários e já descobriu mais de 60 bilhões de barris no pré-sal: Tupi – 9 bilhões; Iara – 4 bilhões; Franco – 9 bilhões; Carioca – 10 bilhões; Sapinhoá – 2 bilhões; Libra – 15 bilhões; Área das baleias (ES) – 6 bilhões; e outros menores – 5 bilhões.

Estas descobertas somadas aos 14,2 bilhões existentes antes do pré-sal dão ao País uma autossuficiência superior a 50 anos. Assim, o País pode, de forma mais racional e em seu interesse, explorar todo o pré-sal sem açodamento.

Nenhum país soberano, independente, leiloa petróleo já descoberto. Aliás, Woodrow Wilson, ex-presidente dos EUA dizia: “A Nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro país para explorar não zela pelo seu futuro”. Aqui não se trata nem mais de explorar, mas de desenvolver a produção de campo perfurado, testado e comprovado.

O campo de Libra foi adquirido pela Petrobras para aumentar o seu capital por participação da União através da cessão onerosa de 7 blocos para a Petrobras por conta da Lei nº 12.276/10, onde deveriam extrair os estimados 5 bilhões de barris.

A Petrobras pagou à União por esses blocos. Quando perfurou o campo de Franco, encontrou reserva de 9 bilhões de barris; quando perfurou Libra, achou reserva da ordem de 15 bilhões de barris, o que ultrapassou o limite dos 5 bilhões de barris. Junto com o campo de Franco, que lhe é interligado, revelaram reservas de cerca de 24 bilhões de barris.

Esta, sem dúvida, é uma área de energia do mais alto interesse estratégico para o País, e, em conformidade com o art. 12 da Lei nº 12.351/10, a ANP deveria negociar um contrato de partilha com a Petrobras dos 19 bilhões excedentes aos 5 bilhões cedidos, mantendo essa riqueza no País para o bem do povo brasileiro.

Entretanto, ao invés disso, a ANP tomou o campo da Petrobras e o está leiloando. É algo inédito no mundo.

Nem país militarmente ocupado leiloa petróleo já descoberto. Por que o Brasil, livre e soberano, faria essa gentileza a essas grandes petroleiras?

A Petrobras não foi ressarcida das perfurações de Libra e Franco nem é isso o que se busca, mas tal fato corrobora a afirmativa de vários diretores de que Libra fez parte da cessão onerosa. Assim, a Petrobras terá que desembolsar de imediato R\$4,5 bilhões para ficar com 30% do campo, ou R\$15 bilhões para ficar com 100% de um campo que já lhe pertencia.

Para se ter uma ideia, R\$4,5 bilhões é o valor de um sistema de produção FPSO com capacidade para 200 mil barris por dia e que a empresa poderia estar comprando para produzir Libra.

É importante colocar os números em jogo: o Governo pode receber algo da ordem de grandeza de R\$15 bilhões, que pode dobrar, mas o valor recuperável que o campo de Libra guarda é de R\$1.650 bilhões, mais de dez vezes, que deixarão de estar sob o controle do Brasil e mesmo supondo que metade retorne ao País pela Lei de Partilha, o Brasil ainda assim perderia para as empresas estrangeiras R\$800 bilhões.

Outra coisa: a Lei nº 12.351/2010, em seu artigo 18º, estabelece um percentual fixo do excedente em óleo, a ser pago à União Federal para definir o vencedor do leilão.

No entanto, a Agência Nacional do Petróleo estabeleceu, por conta da Portaria do CNPE, uma variação desse percentual em função da produção diária por poço (unidade de produção) e do preço do petróleo, sem que haja dispositivo legal que dê cobertura a esta atitude.

E foi além: o edital criou a possibilidade de o produtor levar grande vantagem sobre a União. A tabela publicada na página 41 do edital explicita esse risco: quando as condições são muito favoráveis a ambos (produção por poço superior a 24.000 b/dia e o preço barril acima de US\$170), o consórcio cede 3,9% do seu percentual para a União. Por outro lado, quando as condições forem muito desfavoráveis, para ambos, (produção por poço abaixo de 4.000 barris por dia e o preço do petróleo abaixo de US\$60), a União abre mão de 26,9% do seu percentual de óleo lucro em favor do Consórcio. Ou seja, o risco é todo da União. O consórcio é ressarcido de tudo. Procede este absurdo?

O bônus de assinatura estabelecido, de R\$15 bilhões, por lei, não pode ser ressarcido em nenhuma hipótese. No entanto, a resolução número 5 do Conselho Nacional de Política Energética e o contrato de partilha elaborado pela ANP dizem que o bônus de assinatura será considerado no cálculo do custo em óleo. Isso significa que o bônus será abatido da parcela que o consórcio vai pagar à União, ou seja, o bônus será compensado ao longo do contrato. Isto fere a Lei nº 12.351/2010.

Que negócio mal amarrado é esse? O consórcio sócio da Petrobras paga, mas depois é ressarcido.

A ANP estabeleceu no edital a exigência de “operador A” para todos os consórcios concorrentes. Por lei, a Petrobras é a operadora única dos campos do pré-sal. Logo esta exigência é descabida e cria uma ameaça: o Governo vem impondo à Petrobras obrigação de importar derivados no mercado internacional e repassá-lo para as distribuidoras internacionais, suas concorrentes, a preços bem menores. Isso vem estrangulando a Petrobras, financeiramente, de modo a inviabilizar a sua atuação no pré-sal, entregando todo o petróleo para o cartel internacional, em detrimento do povo brasileiro, dono dessa riqueza.

Erra o Governo em obrigar e erra Petrobras em obedecer. Ambos ferem a lei das S.A., a Lei nº 6.404/1976. E a Petrobras ainda transgredir o seu regulamento, que proíbe este tipo de lesão aos seus acionistas não controladores, hoje, detentores de 52% do seu capital social.

Alem do mais, lembramos que as multinacionais exportam o óleo bruto, o que gera prejuízo para o País. Só de impostos, a perda é de 30%, devido à isenção de impostos de exportação pela Lei Kandir. Não refinar no País significa empregos perdidos aqui e geração no exterior com a construção e operação de refinarias.

O edital estabeleceu um percentual mínimo de 41,65% do óleo lucro, de um campo já descoberto, testado e comprovado. É uma aberração, se considerarmos que os países exportadores ficam com a média de 80% e os Emirados Árabes, a sexta maior reserva de petróleo do mundo, como lembra o Ministro Lobão, fica com 98% do rendimento do campo. Ora, o campo de Libra, que deve ser hoje o maior campo do mundo descoberto, testado e com risco zero, não pode ser leiloado nem ter um percentual mínimo de retorno tão baixo para o Brasil. A quem interessa essa regra incompreensível?

Os artigos 2º (2.8.1) e 6º (6.3) do contrato de partilha do leilão de Libra rezam que os royalties pagos serão ressarcidos em petróleo. Isso é expressamente vedado pelo artigo 42 § 1º da Lei nº 12.351/2010. Portanto, o contrato desrespeita frontalmente a legislação.

Inclusive esta foi uma das maiores preocupações nossas quando da tramitação da Lei da Partilha. Não faz sentido, e é até imoral, a empresa pagar os royalties e ser ressarcida em petróleo. Quem ganha com isso? Que contabilidade perversa é essa?

Mais uma distorção: a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis publicou o texto final do Edital e do Contrato referentes ao leilão de Libra antes do parecer do TCU.

Ora, pela Constituição, o Tribunal de Contas União é o órgão que representa o Poder Legislativo nas funções de fiscalização contábil, financeira e patrimonial da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e renúncia de receitas.

Ocorre que o edital e o contrato, conforme já mencionado, contêm artigos que favorecem os consórcios em detrimento da União.

Os elementos aqui arrolados já seriam suficientes para a suspensão dos atos aqui contestados, situação que se agrava diante da recente divulgação de espionagem sobre informações estratégicas da Petrobras, realizada pelo governo norte-americano.

É de conhecimento geral que nos computadores da Petrobras se encontram dois tipos de informações estratégicas, imensamente cobiçadas por suas concorrentes: a tecnologia de exploração em águas profundas e o acesso em tempo real das análises geológicas das características físicas e econômicas dos poços em áreas com maior potencial de produção do óleo do pré-sal.

A obtenção ilegal de informações estratégicas da Petrobras beneficia, por óbvio, os seus maiores concorrentes no mercado internacional de petróleo, dentre as quais, as norte-americanas [e não por coincidência] Chevron e Exxon, a inglesa British Petroleum e a anglo-holandesa Shell.

Se o conjunto de irregularidades detectadas nos atos normativos do certame já eivavam o processo de vícios insanáveis, a comprovação da espionagem norte-americana nos arquivos e comunicações corporativas da Petrobras agride a soberania nacional e compromete irremediavelmente a realização do pretendido leilão.

Na eleição de 2010, a Presidente Dilma declarou enfaticamente que o pré-sal era nosso passaporte para o futuro e que entregar o pré-sal era perder dinheiro necessário ao nosso desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) –

O leilão dos campos do pré-sal, particularmente o de Libra, que não tem mais qualquer risco, é pura

entrega [ao capital estrangeiro, roubando ao Brasil sua riqueza e sua afirmação como Nação].

O ex-Presidente Lula, por ocasião do anúncio da descoberta do pré-sal afirmou que o pré-sal era um patrimônio da Nação não era para ser entregue a meia dúzia de empresas.

À vista disso, entendemos que cabe ao Congresso Nacional impedir a realização do referido leilão.

Essas são as minhas considerações.

Gostaria que a Srª Presidente da ANP, Srª Magda, esclarecesse de maneira inequívoca esses graves pontos que nós Senadores levantamos e os justificamos perante o País para sustar esse ato, senão lesivo, pelo menos temerário aos superiores interesses de seu povo.

Srª Presidente, volto a repetir que acho muito importante o Sr. Gabriel vir aqui e dizer, cara a cara, a presidente as razões que faz ele... Vamos fazer justiça: desde que o Sr. Gabriel deixou a presidência da Petrobras a sua administração vem sendo criticada duramente. Várias e várias e várias críticas são feitas e ele nunca as respondeu. Ele está quieto – eu fico até impressionado – e nunca as respondeu! Agora, sem mais nem menos, com relação a isso, ele vem, e vem de uma maneira dura e radical dizendo que é um absurdo e que deve ser proibido. Eu creio, com toda sinceridade, que isso é por demais importante.

Outra coisa com relação à sabotagem. Se a Presidente da República vai deixar de fazer uma visita oficial aos Estados Unidos, o que para qualquer outro país é uma coisa normal, mas os Estados Unidos pensa que é o céu, e durante este ano só um presidente no mundo é convidado para fazer uma visita oficial para ser recebido, e ela está suspendendo a viagem, depois da informação da sabotagem, é porque ela deve ter alguma razão. Se não tivesse nada, ela aceitaria o telefonema e não faria isso, que é um ato de desagravo suspender a sua ida. Acho a questão muito séria. O mínimo que o Governo poderia fazer é suspender o leilão. O que está parecendo aqui, o que estamos sentindo aqui é que o Governo da Presidente Dilma estava muito amarrado em questão como o mensalão e tudo o mais, e quer deslanchar, e para esse deslanche, desde que o Lula lançou o segundo plano de avanço ainda não começou... Então, essas são... É botar o Brasil nas manchetes do mundo e fazer um grande trabalho na extração de petróleo.

Eu acho que ela está certa. Eu acho que é correto. Mas um mês a mais e um estudo mais profundo e prorrogar um pouco não significa que ela vá perder.

Sinceramente, essa exposição, que digo que é feita pelo grupo muito importante de dentro da Petrobras, gente que é simpática ao Governo, que trabalha

no Governo e que está preocupado com a Petrobras, mas que tem esse pensamento.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quero registrar aqui que, com a benevolência não só da direção dos trabalhos, mas de todos os seus colegas, V. Ex^a usou, por 15 minutos, da palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – É a idade, Sr^a. Presidente. Eu tenho 83 anos, ele tem 40...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Todos aqui concordaram com que V. Ex^a usasse o tempo que efetivamente usou.

Quero dizer que objetivo desta audiência, não só por parte da CPI, mas das demais Comissões, cujo autor do requerimento foi o Senador Randolfe, é discutir a questão da espionagem; do acesso ou não a informações importantes.

Então, agradecendo à manifestação e à colaboração do Senador Pedro Simon, seguimos.

Convido o Senador Flexa para fazer uso da palavra; na sequência, o Senador Suplicy.

Senador Flexa, V. Ex^a não tem 82 anos, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente da CPI – eu já estou quase lá; posso falar por 12 minutos (*Risos.*) –; Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores; Dr^a Magda Chambriard, Diretora-Geral da ANP.

Dr^a Magda, vou ser objetivo na feitura das perguntas. Até porque elas são preocupantes como aqui citado.

Como relação à espionagem, V. S^a já respondeu o que nós queríamos saber. Já nos deu uma tranquilidade maior. Agora vamos tirar a preocupação com relação ao leilão do campo de Libra, aqui já questionado pelo Senador Pedro Simon.

Eu, nessa mesma linha, lhe pergunto, objetivamente: o leilão do campo de Libra será feito segundo o regime de partilha estabelecido pela Lei nº 12.531, de 22 de dezembro de 2010? Se a resposta for positiva – como deverá ser –, qual o critério de seleção da proposta vencedora e como foi estabelecido esse critério?

Na mesma linha de preocupação do Senador Pedro Simon, de acordo com o edital do leilão do campo de Libra, na tabela 10 (pág. 41), na melhor das hipóteses, o percentual de partilha da União é de 3,91%/ Esta é a tabela que está no anexo do edital.

Ora, se, no sistema de partilha, a Petrobras teria ou o Governo teria direito, no mínimo, 40% do lucro do petróleo excedente, acima, como é que, nesse leilão, essa tabela pode reduzir isso?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – V. Ex^a me permite?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Apenas para comunicar V. Ex^a que saiu a notícia de que a Presidente, oficialmente, cancelou a viagem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Então, nessa hipótese, dentro desse quadro, a partilha para a União é de 3,91% acima do lance ofertado e, na pior das hipóteses, 31,71%. Os dois extremos: na melhor hipótese e na pior hipótese.

Está estabelecido no edital que – como se vê são 41,65% e não são 40; e mais do que está previsto: 41,65% – poderia caber à União valores tão baixos como 14,93%, que são exatamente os 3,91% dos 41,65%. Então, a União ficaria apenas com 14,93% do excedente e não os 41,65%, ou os 40, que são o mínimo que a partilha observa.

Por que o risco da exploração não ser tão bem-sucedida quanto o anunciado pela propaganda ufanista do Governo Federal é jogado nas costas da União somente?

Outra pergunte: se garantido por lei o respeito ao percentual mínimo de excedente em óleo a ser recebido pela União, e tendo sido esse percentual estabelecido por resolução do Conselho Nacional de Petróleo em 40%, como é possível que haja diversas situações previstas no edital do leilão do campo de Libra da tabela 10 – a que eu me referi, à pág. 41 – em que a participação da União pode cair abaixo dos 40% do excedente em óleo?

Tenho uma outra pergunta, Dr^a Magda. Quando V. S^a esteve aqui para ser sabatinada para ser escolhida como Diretora-Geral da ANP e aprovada pelo Senado, àquela altura, a *Folha de S. Paulo* veiculou notícia de funcionário que frequentou, em 2007, por oito meses, a Agência, ao mesmo tempo em que estava contratado por uma consultoria do setor petroleiro. Esse, sim, é um risco grande. Então, o técnico, o funcionário, o geólogo era o Sr. Paulo Araripe. Naquela ocasião, a da sabatina, V. S^a disse não se lembrar. Então, eu gostaria de saber se V. S^a já obteve as informações, já que assumiu a Diretoria-Geral da ANP e como ocorreu a possibilidade de um funcionário da ANP ser ao mesmo tempo funcionário contratado de uma consultoria do setor petroleiro?

Por último, Senadora Vanessa, eu tenho aqui uma pergunta do Senador Aloysio Nunes, que teve de ir para reunião da Bancada e pediu-me que eu formulasse a pergunta dele: se uma empresa pode adquirir os dados da ANP e servi-se deles licitamente, por que

razão essa mesma empresa recorrerá à espionagem para obtê-los? Saber qual a razão.

Obrigada, Presidente, dentro do tempo que V. Ex^a me concedeu, correspondendo à minha idade de 28 anos. (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Como eu tenho bem menos do que 28 anos, eu vou aproveitar, porque o Senador Aloysio Nunes deixou uma pergunta, tenho aqui a transcrição, Senador Flexa e Dr^a Magda, dão conta que, por exemplo – matéria divulgada pelo Fantástico –, em relação aos detalhes de cada lote de um leilão marcado para o mês que vem.

As informações que eu tenho é que não existem lotes. Há o leilão de Libra. Então, que V. S^a pudesse informar a todos nós, porque o que a imprensa divulgou, questionando a possibilidade de haver informações privilegiadas sobre um ou outro bloco é o que está aqui, o que foi divulgado. Então, pergunto se isso corresponde à realidade, à verdade ou não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Só para desejar a todos os Senadores e Senadoras que todos nós cheguemos aos 82 anos como o Senador Pedro Simon, com a competência, a inteligência, a capacidade de trabalho, a vibração que contagia a todos nós.

Senador Pedro Simon, que Deus continue a lhe iluminar e abençoar! Agora, distribua conosco essa capacidade, para que cheguemos até a sua idade – sei que V. Ex^a passará dos 100 anos – com essa capacidade que V. Ex^a demonstra diariamente aqui no Senado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Flexa.

O próximo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. Depois, passaremos a palavra à Dr^a Magda.

Temos ainda o Senador Inácio, V. Ex^a e o Senador Aníbal. Ainda temos três Senadores depois desse bloco. Caso a Dr^a Magda achar que tem condições de responder a todos...Vamos ver.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin; Srs Presidentes Ricardo Ferraço e Inácio Arruda; prezada Diretora-Geral da ANP Sr^a Magda Chambriard:

A notícia dada há pouco pelo Senador Pedro Simon de que a Presidenta Dilma Rousseff teria cancelado a sua viagem programada para o mês que vem

aos Estados Unidos é um indicativo muito forte de que a espionagem, primeiro, sobre as próprias atividades, diálogos da Presidenta Dilma Rousseff com os seus ministros e auxiliares e, segundo, conforme revelação feita pelo programa Fantástico da Globo, de que também a Petrobras havia sido objeto de espionagem, ainda mais com essa notícia, tudo isso dá um significado de que parece ter havido um prejuízo muito significativo para o Brasil em decorrência da forma como agiu a agência nacional de segurança dos Estados Unidos da América, o que levou diversos Senadores hoje aqui presentes, inclusive, a sugerir à Agência Nacional do Petróleo e à Petrobras que suspendam o leilão do campo de Libra.

Eu lhe pergunto: se for efetivamente suspenso esse leilão, a partir da análise de maior profundidade que a própria CPMI está realizando juntamente com as demais comissões, que alternativa seria melhor realizar? Novo leilão, com novas regras, e de tal forma a efetivamente se prover total equidade de informações a toda e qualquer empresa ou consórcios-empresas interessadas, de maneira a assegurar que nenhuma está tendo qualquer vantagem em relação às demais, na pressuposição de que essa espionagem acabou beneficiando empresas ligadas ao governo dos Estados Unidos? Ou se será melhor a alternativa, que também está sendo considerada aqui na formulação de alguns Senadores, dos próprios engenheiros da Petrobras, de que, melhor do que leiloar, seria adequado a Petrobras assumir outra forma de exploração direta do campo de Libra, numa forma que poderia ser objeto de reflexão e sugestão da Petrobras em consonância e orientação também da Agência Nacional do Petróleo? Ou a senhora têm, Sr^a Magda Chambriard, elementos de convicção suficientemente fortes de que a espionagem realizada pela agência nacional de segurança dos Estados Unidos, ainda que tivesse tido acesso a certas informações da Petrobras, se a senhora pode dizer com segurança que isso não está afetando ou prejudicando o leilão que, em princípio, ainda está marcado para o próximo mês de outubro, realizado pela Petrobras com a supervisão da Agência Nacional do Petróleo do campo de Libra?

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. S^a Dr^a Magda, para responder às indagações dos Senadores Pedro Simon, Flexa e Eduardo Suplicy.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Aníbal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, inscritos somos apenas eu e o Senador... Ainda tem o Inácio. São exposições bem breves. Penso que poderíamos emendá-las e concluí-las.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – As indagações e os questionamentos feitos pelos Senadores Pedro Simon, Flexa e Eduardo Suplicy são bastante complexas. Penso que poderíamos ouvir a Dr^a Magda e, em seguida, ouviremos V. Ex^a, que ainda não se manifestou, para que os questionamentos possam ser diretamente respondidos.

A palavra é de V. S^a.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Antes de começar a responder o Senador Pedro Simon, eu queria me juntar ao Senador Flexa e dizer que eu também admiro muito o Senador Pedro Simon. A energia dele é contagiante. E a vontade dele de defender o Brasil deve ser inspiração para todos nós.

Eu queria começar dizendo o seguinte: que Lara, Lula, Sapinhoá, Júpiter, todas essas áreas são fruto de licitação da Agência Nacional do Petróleo.

Então, em 1999 e 2000, o Brasil tinha muito pouca informação sobre essas áreas. Nessa época, o que aconteceu foi que a Agência Nacional do Petróleo autorizou empresas de serviços a adquirir áreas ao longo do litoral brasileiro. Veio para cá um número muito grande de navios sísmicos, autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, coletar essas informações, que foram para o banco de dados da Agência Nacional do Petróleo. No primeiro momento elas eram confidenciais e depois elas viraram públicas. Essas informações permitiram que as empresas participassem dos leilões da Agência Nacional do Petróleo e adquirissem essas áreas. Só para vocês terem uma ideia, o campo de Lula é proveniente do BMS-11, que foi licitado pela Agência Nacional do Petróleo em 1999 e adquirido por um consórcio liderado pela Petrobras sem nenhum segundo lugar. Mas o consórcio envolve a Petrobras como operadora com 40%, a British Gas e a Petrogal. E como esse, outros consórcios foram feitos. Há consórcios com a Repsol, há consórcio com a British Gas, que é uma grande parceira da Petrobras no desenvolvimento do pré-sal.

Portanto, tenho que deixar registrado que essas áreas foram licitadas pela Agência Nacional do Petróleo.

No tocante à Libra, especificamente, e a Franco, da cessão onerosa, especificamente, tenho para dizer para vocês o seguinte: Franco é uma área devolvida à Agência Nacional do Petróleo pela Petrobras. O Franco é uma área proveniente da devolução da área do BS-500, assinado pela Petrobras com a BNP em 1998.

Da mesma forma que Libra, uma área proveniente do contrato BS-4 assinado com a ANP, liderado pela Shell. A Shell descobriu a Atlanta e Oliva em parceria com a Petrobras e devolveu à ANP o restante da área que hoje contém Libra.

Em 2004, na sexta rodada, nós imaginávamos que essa era uma bacia para gás. Licitamos essa área e nenhuma empresa de petróleo comprou, nós não tivemos nem um único lance. Então, essas eu acho que são informações importantes para serem colocadas.

Portanto, após essas devoluções, Libra está em área da União, devolvida com assinatura e tudo pelas empresas. Libra era principalmente na área do BS-4, como eu disse, operado pela Shell em parceria com a Petrobras. Nessa área do BS-4 nós tivemos um poço perfurado que parou no sal. Tivesse o consórcio da operadora Shell ou dos seus parceiros aprofundado um pouco o poço, teria descoberto Libra, o que não foi feito.

A nossa estimativa de Libra hoje não é de 15 bilhões, mas eu respeito outras estimativas. A nossa estimativa de Libra hoje é de 8 a 12 bilhões.

Quanto à possível negociação do contrato de partilha, digo para vocês que a Agência Nacional do Petróleo implanta política e cabe à Agência Nacional do Petróleo implantar a política emanada do Governo Federal a partir do Conselho Nacional de Política Energética. Nessa área de Libra, que será a primeira área a ser assinada sob regime de partilha de produção – e aqui já vou respondendo uma parte da pergunta do Senador Flexa –, ele vai ser assinado não pela Agência Nacional do Petróleo, ele vai ser assinado pelo Ministério de Minas e Energia, como requerem os contratos assinados dentro da área do pré-sal sob regime de partilha de produção, conforme a lei do pré-sal assim determina e na forma como ela foi sancionada em 2010.

Sobre a questão da Petrobras e de seus diretores – eu nunca ouvi nenhum deles falar isso – de que Libra faz parte da cessão onerosa, eu vou dizer que é quase isso. Para a cessão onerosa, nós estudamos dez áreas diferentes, e Libra estava incluída nessas áreas que nós estudamos com o objetivo da cessão onerosa. Se acessarem a *homepage* da ANP, vocês vão ver um relatório de certificação, contratado pela Agência Nacional do Petróleo, em que nós certificamos recursos – vejam que não poderiam ser reservas, porque não havia projetos aprovados – para dez áreas diferentes. Nessas dez áreas diferentes, Franco foi o carro-chefe, responsável por mais de três bilhões de barris recuperáveis na cessão onerosa. Além disso, nós contamos com Lara, Nordeste de Tupi, Sul de Tupi, etc.

Colocamos uma área como contingente que foi Peroba. Então, essa área realmente não vai precisar ser utilizada, porque Franco, sozinho, está superando

os cinco bilhões de barris. E Libra foi uma das certificadas que não foi utilizada, porque as áreas selecionadas já superavam, em muito, os cinco bilhões de barris.

Quanto à questão dos 15 bilhões ser pouco para Libra, certamente 15 bilhões é muito pouco, porque Libra é muito grande. Mas os 15 bilhões não são a única receita proveniente de Libra. Quando eu digo que Libra terá, no lance mínimo sobre o nosso projeto, uma participação governamental de 75%, o que eu estou dizendo é que o bônus de assinatura não é levado em conta no custo em óleo, mas *royalties*, imposto de renda, contribuição social e parcela de óleo para a União darão os 75%.

Só para vocês terem uma ideia da ordem de grandeza disso, a nossa estimativa – me reservem o direito de dizer que isso é apenas uma estimativa que depende do passo de desenvolvimento do campo e do melhor projeto adotado para a empresa – é de cerca de R\$300 bilhões ao longo de 30 anos em *royalties* e cerca de R\$600 bilhões em participação de óleo para a União nesse mesmo período. Portanto, no nosso caso base – nós não vamos divulgar qual é o caso base, mas, se vocês quiserem, individualmente eu mostro, até para não afetar a concorrência, porque isso, sim, afetaria a concorrência –, nós teríamos um número da ordem de R\$900 bilhões em 30 anos, dinheiro para ninguém botar defeito.

Quanto à tabela, acho que eu tenho que explicá-la. A Lei da Partilha diz que nós temos que ter um único parâmetro de oferta e também diz que esse único parâmetro de oferta deve variar e levar em consideração atratividade do campo, parâmetros econômicos, preço do óleo. Eu diria até que quem escreveu essa lei, colocando a variação disso tudo com o preço do óleo, também estava muito inspirado e fez uma coisa muito boa, porque vemos que as participações governamentais se alteram quando o preço do óleo aumenta muito. Então, todos esses parâmetros foram enxertados para gerar essa tabela da partilha, ou seja, todos os parâmetros, citados na lei do pré-sal como pontos a serem considerados, foram inseridos na partilha: produtividade, eficácia de projeto, variação do preço de petróleo. Tudo isso está refletido nessa tabela que consta no edital.

Eu vou explicar essa tabela indo na direção da pergunta do Senador Flexa. Como a lei estabelece que deve haver um único parâmetro, a resolução do CNPE diz que o único parâmetro vai ser uma célula da tabela que vai refletir como uma situação média. Como situação média, vai haver momentos em que elas vão estar menores e momentos em que elas vão estar maiores.

Uma produção de um campo ou de um poço começa menor, passa por um pico de produção e depois

declina. Então, no rabinho dessa curva, lá no final, quando a gente estiver próximo do abandono do campo, melhores situações na tabela, aquelas de menos do que quatro mil barris. Vocês imaginem que quatro mil barris por poço, a 200km da costa, com poços de 7 mil metros de profundidade, numa logística difícilíssima, não é lá grande coisa. Então, uma coisa dessa, na verdade, é usada para alongar a vida produtiva dos poços e não em detrimento da União. Então essa tabela está levando em conta isso.

Nessa tabela, há uma célula amarela. Essa célula amarela será o parâmetro de oferta. Ela tem que ser no mínimo 41,65%. Ao preencher essa célula amarela, nós estamos preenchendo todas as outras, com aqueles sinais de mais e de menos que estão ali.

Então, por exemplo, uma célula que tem +3, será 41,65+3; uma célula que tem -3, será 41,65-3. Se vocês observarem na tabela, os números que estão em torno dessa célula amarela são mais ou menos com pouca variação. A variação expressiva é quando a sobrevivência do projeto se encontra ameaçada por baixa produção.

Há pouco tempo nós tivemos um caso de muita repercussão na mídia que dizia que uma determinada empresa não tinha conseguido produzir muito e, portanto, estava devolvendo as áreas para a Agência Nacional do Petróleo. Isso significa que aquela empresa estava em águas rasas. Vocês imaginam que com 1 ou 2 mil barris por dia por poço, em águas rasas, já fica complicado, que dirá em águas profundas. Então essa é a razão do deságio da tabela em valores muito pequenos de preço de óleo e produtividade dos poços.

Quanto à importação de derivados pela Petrobras, acho que não me compete. Eu não regulo preço, a Agência Nacional do Petróleo não regula preço. A regulação de preço feita pela Agência Nacional do Petróleo é autorizar importação toda vez que o preço no Brasil se torna absurdo. Como não estamos nesse caso, nós não estamos regulando preço, portanto essa questão não cabe ser respondida por mim.

Eu tenho visto que a sociedade tem feito uma certa confusão quando ele fala em participações governamentais elevadíssimas de alguns países e de dizendo o seguinte: “olha, a sua tabela devia refletir esses valores extremamente elevados.” E aqui eu digo que há uma certa confusão, porque o Brasil é um país que tem diferentes tributos e não um tributo só. Então, nesse caso, nós vamos ter o bônus de assinatura, vamos ter Imposto de Renda, vamos ter Contribuição Social, vamos ter a partilha em si. Só o Imposto de Renda vocês sabem quanto ele é da ordem em termos percentuais de um óleo lucro. Então só o Imposto de Renda já levaria uma boa parte, portanto a gente não

pode chegar a 90%, porque quando eu acrescentar o Imposto de Renda vai ultrapassar 100%.

Outra coisa que merece ser dita é o seguinte: eu tenho, por exemplo, países como a Noruega. Num país como a Noruega, eu tenho situações onde a participação do país, em alguns projetos, fica acima de 80%. É verdade isso. Só que a Noruega tem todo um sistema de isenção onde um determinado projeto é contaminado pelos outros projetos em redor. Então, se eu tiver uma exploração em torno daquele projeto em outro contrato, a Noruega permite que investimentos exploratórios de outro contrato sejam deduzidos naquele contrato específico. Com isso você acaba reduzindo esse percentual, porque mais despesas entram no óleo/custo. No nosso caso, não estamos permitindo isso. Portanto, essa comparação acaba sendo dificultada em função da diferença de regimes.

Eu queria deixar muito clara a questão do TCU. O TCU foi extremamente colaborativo conosco. Em toda licitação, todas as notas técnicas, todos os estudos que fazemos, nós mandamos para o TCU. Isso é de praxe. Essa licitação foi a primeira que estamos fazendo com a MP MME e TCU, de forma que realmente atrasou algum tipo de informação para o TCU, mas o TCU foi extremamente colaborativo e eu agradei pessoalmente, por telefone, ao Ministro José Jorge. O Ministro José Jorge permitiu que a sua equipe técnica, após analisar o projeto do leilão de Libra, se pronunciasse verbalmente, dizendo: "Nada encontramos contra o leilão". Em função disso e apenas após essa manifestação, mandamos publicar o leilão, porque certamente a manifestação do TCU nos traz segurança jurídica e não seremos nós que vamos abrir mão de nenhuma segurança jurídica.

Portanto, a área técnica do TCU manifestou-se favoravelmente por todo material que mandamos para eles e eu quero deixar aqui o meu agradecimento expresso ao Ministro José Jorge, Ministro do TCU, por toda a colaboração que ele prestou à Agência Nacional do Petróleo e ao Ministério de Minas e Energia nessa questão da licitação de Libra.

Além disso, obtenção ilegal de informações.

Como eu disse para vocês, essas informações são públicas e amplamente divulgadas no caso da Agência Nacional do Petróleo. Não sou eu que vou me responsabilizar nem saber nada que aconteceu fora dos muros da Agência Nacional do Petróleo, mas, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo essas informações estão amplamente divulgadas e eu posso garantir igualdade de oportunidades para todos os participantes porque, até antes mesmo da publicação do edital, nós nos manifestamos para todas as empresas, pusemos na nossa *home page*, contatamos as empresas etc.

dizendo que as informações que constaram no pacote de dados são essas. Isso vocês podem encontrar até na minha *home page*, estão disponíveis no nosso banco de dados para todas as empresas que quiserem buscá-las.

Na manifestação do Senador Pedro Simon, ele citou algumas empresas. Então, resguardada a situação de que eu tenho manifestação de interesses até amanhã e, portanto, essas empresas ainda podem entrar, até ontem à noite, quando olhei a lista das empresas interessadas em participar do leilão, a Exxon não estava. Está certo? Então, a Exxon não pagou taxa de participação e não manifestou interesse. Espero que ainda participe, mas até ontem à noite a Exxon não havia pago participação nem estava expressando interesse em participar do leilão.

Quanto à Presidenta Dilma ter declarado que o pré-sal seria o nosso passaporte do futuro, eu tenho certeza de que será. Daqui a 10 anos, possivelmente, nós teremos 50% da produção do País vindo de áreas do pré-sal. Isso daí, sem dúvida nenhuma, é grandioso, é algo que será responsável por uma demanda de bens e serviços imensa, uma demanda de bens e serviços que tem de ser usada, e, aí sim, o meu espírito brasileiro diz que a gente não pode abrir mão, porque isso é inserção de tecnologia, isso é conteúdo local, isso é desenvolvimento, é aceleração do desenvolvimento industrial do Brasil.

Quanto ao Senador Flexa Ribeiro, qual é o critério da empresa vencedora em relação à tabela? Eu já expliquei. E toda a questão...

Ah, tem uma questão que é importantíssima.

Quando eu vim fazer a sabatina para ser apon-tada Diretora Geral da Agência Nacional do Petróleo, houve essa questão de um ex-funcionário da ANP. Eu respondi ao Senado Federal, abri uma sindicância, essas coisas foram apuradas, o processo está disponível na Agência Nacional do Petróleo e o julgamento dessa sindicância foi feito fora da ANP, pela Controladoria-Geral da União, como se manda, já que, como eu havia sido citado e sou a autoridade máxima da Agência, eu não poderia julgar tal processo. Então, em função disso, nós remetemos os autos e a apuração à Controladoria-Geral da União, que se manifestou. E a todos vocês que se interessarem por esse processo nós podemos mandar cópia.

Eu asseguro a vocês: todos os processos da Agência Nacional do Petróleo estão sendo conduzidos com a máxima transparência e com a máxima dignidade, porque nós não podemos abrir mão de uma gestão digna.

O Senador Aloysio Nunes pergunta: se pode comprar, por que recorrer a métodos não convencionais?

É claro, não há nenhuma necessidade de se recorrer a métodos não convencionais. Nenhuma. Eu não vejo razão alguma e digo até que todas essas empresas já são naturalmente parceiras do BDEP, portanto não estariam economizando nada ao lançar mão de um método não convencional.

Quanto à reportagem do *Fantástico*, tem aqui mais uma pequena confusão que foi feita.

Um colega nosso da Petrobras – eu digo colega nosso porque passei minha vida na Petrobras e o que eu sou devo muito à Petrobras – fez uma declaração na mídia dizendo o seguinte: quem se beneficia dos segredinhos sabe muito bem quais são os lotes bons e quais são os lotes ruins.

Eu quero crer que ele, vamos dizer assim, estava falando em geral, e não da licitação de Libra, porque na licitação de Libra nós temos um lote só, e não vários. E o que nós temos no lote estamos nos esmerando em divulgar.

Eu já vim ao Senado Federal duas vezes para dizer: não se enganem. Lula é muito bom e é um só. Portanto não há segredinho nenhum escondido. Lula é um lote só, não há um segundo lote, e é muito bom. Libra é um lote só, é muito bom e não há nenhum segundo lote, portanto não há segredinho algum.

E mais uma vez – eu tinha anotado aqui, já falei no início –, Senador Pedro Simon, o senhor tem a minha admiração.

O Senador Eduardo Suplicy me pergunta: se a Presidenta cancelou é porque a espionagem a ela própria e a seus Ministros auxiliares pode ter sido muito significativa e trazer prejuízo?

Eu não sei as razões que levaram a Presidenta Dilma a cancelar sua viagem, mas quero fazer coro com o senhor: para ela fazer isso deve ter sido realmente muito importante.

No caso específico do leilão de Libra, não vejo em que isso possa impactar. Não consigo enxergar em que possa impactar. Acredito, sim, que colocar uma coisa dessa no mercado é extremamente benéfico para o País. Não acreditasse nisso, não estaria participando dessa licitação, nem de nenhum trabalho em qualquer outra licitação na Agência Nacional do Petróleo, porque, antes de tudo, sou brasileira, sou carioca, estudei em colégio público no primário, estudei numa universidade federal brasileira, fiz mestrado numa universidade federal brasileira, tenho filha, estudando numa universidade federal brasileira. Tenho a minha vida quase toda passada na Petrobras e, nos últimos dez anos, numa autarquia federal.

Portanto, não seria eu a agredir nenhum interesse brasileiro. Então, se estou fazendo isso, é porque acredito firmemente que estou contribuindo para o de-

envolvendo nacional. Assim, acredito que a melhor alternativa para nós, realmente, seria licitar a Libra; descontinuar significa perder emprego.

Só para que vocês tenham uma ideia, estima-se, na indústria do petróleo, no nível de investimento que a indústria de petróleo faz hoje, na sua indústria, nas empresas operadoras, nas petroleiras e nas parape-troleiras, uma geração de emprego da ordem de 100 mil empregos gerados por ano.

Só há um jeito de fazer isso no Brasil: botar a área no jogo do petróleo. Não há outra maneira de gerar esses empregos. Ocorre que, no País, temos algumas atividades extremamente estruturantes para a indústria brasileira.

A primeira delas, sem dúvida alguma, a que mais gera emprego, é a indústria da construção civil; temos também infraestrutura; e o petróleo é o terceiro lugar. Só que, enquanto a construção civil agrega cerca de 90 unidades de valor ao trabalho, a indústria do petróleo agrega mais de 1.100.

Portanto, colocar essas áreas, buscar todo um fornecimento de bens e serviços, é trazer para o Brasil emprego de alta qualidade, de alta inserção tecnológica, com alta capacitação. Então, é disto que estamos falando: da melhor indústria capaz de gerar empregos com o maior valor agregado ao trabalho que o Brasil tem.

Portanto, eu já disse quais são os meus elementos de convicção, Senador Suplicy.

Acho que respondi às suas perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/ PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr^a Magda. Vamos passar, agora, aos últimos questionamentos.

Primeiramente, o Senador Inácio Arruda e, em seguida, o Senador Wellington.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/ PCdoB – CE) – Senadora Vanessa Grazziotin, acho muito importante a realização desta audiência pública com a Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

Então, é uma Agência muito importante, tem uma grande responsabilidade no Brasil, no exame das bacias sedimentares para identificar a presença de gás e de petróleo e também no apoio à pesquisa e produção na área de combustíveis renováveis. As novidades na área de energia no Brasil estão muito ligadas à Agência Nacional de Petróleo, tendo assim um papel muito destacado.

Segundo, é muito importante ter na Agência uma mulher com a tranquilidade que a Dr^a Magda tem, de não se apavorar, muitas vezes, com a virulência de um

outro colega nosso aqui no Senado, ou na Câmara, ou em qualquer lugar, porque é parte do nosso, muitas vezes, temperamento. Cada pessoa tem um modo diferente de agir e de ser. Acho que o seu é muito importante, porque a sua tranquilidade tem também uma força de convencimento e não deixa de sorrir. É muito importante para a vida.

Mas acho que deveríamos compreender o que está ocorrendo no Brasil em duas frentes simultaneamente. Numa é que o Brasil sofreu um ataque aberto do governo americano, razão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e levou o Presidente da República, inclusive, a suspender a sua visita ao governo americano, a Washington. Nós vamos estar presentes na Assembleia Geral das Nações Unidas, mas declinamos do convite do Presidente Barack Obama de visitar o governo americano, o estado americano, frente a este ataque.

Isso tem razões, digamos assim, de segurança do Brasil e também de natureza política do enfrentamento do embate que se trava no mundo atual. Acho que essa é a razão da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Outro aspecto é uma batalha que se trava – um terceiro ponto que queria destacar – aqui, inclusive no Senado e na Câmara, que foi dura, de grandes dimensões, para definir como iríamos explorar a área do pré-sal. Esse foi um debate muito grande, que nos levou a redefinir o marco regulatório da exploração de petróleo e gás no País.

Então, isso tem muita importância, porque nos definimos por um modelo que dava garantias ao Brasil e definimos que uma empresa brasileira – a Petrobras. Ela é a condutora de todos os contratos na área do pré-sal. Isso tem muita importância. Essa foi a batalha importante que nós travamos aqui.

Nós decidimos, aos trancos e barrancos, vamos dizer assim, pelo regime de partilha com a presença da Petrobras. Então, isso foi uma vitória muito significativa.

Evidentemente, a Petrobras, além dos 30% que tem de garantia de participação em todos os contratos, pode também ampliar a sua participação, disputando os 70% que vão a leilão a rigor, porque é isso que vai a leilão.

Então, considero que esse fato é que foi a vitória primordial que travamos aqui. E o embate que se trava agora é o seguinte: tiramos ou não o petróleo da área do pré-sal? Usamos ou não esse petróleo? Porque fica uma ideia de que, no pré-sal – porque todos que estão aqui são muito sábios nesta área –, do petróleo que vai ser retirado, uma quarta parte é destinada para o consórcio vencedor, e três quartos são destinados ao País. O Brasil vai ficar com três quartos desse petróleo.

Podemos dizer que três quartos são menores do que um quarto. Talvez alguém consiga dizer isso, mas não é. Quer dizer, nessa equação simples, nessa nossa regra de três simples, três quartos, sim, são maiores do que um quarto. Tudo isso foi batalha que travamos. Essa foi guerra discutida no Congresso Nacional. Não foi fácil para ser aprovada.

Então, acho que é importante deixar claro para as pessoas como é essa exploração na partilha, porque há um receio geral, desde que aprovamos esta lei, sobre é que vão dar-se os ganhos do Brasil nesse regime de partilha.

Então, gostaria que a nossa convidada pudesse esclarecer mais ainda esta questão, porque resta esta dúvida: se ganhamos ou não no regime de partilha. Se ele é bom ou ruim, porque o regime anterior é um regime de concessões pura e simplesmente. Não tinha garantida a participação da Petrobras.

É tanto que esta informação é muito importante: a *Shell* era o carro-chefe do Campo de Libra, com a participação da Petrobras. Assim, mesmo ela devolveu o Campo para a ANP.

Essas coisas são importantes que fiquem claras para todos nós. Digo isso, porque considerei uma vitória muito importante, Dr^a Magda, a nova legislação do petróleo de gás no Brasil, o novo marco regulatório. Nós vencemos uma batalha, aqui no Congresso Nacional. Então, isso foi uma vitória. Acho que é nesses termos que o leilão se realiza, com a garantia de que V. Ex^a firmemente disse que os dados da Agência Nacional de Petróleo são públicos.

Em sendo assim, qualquer um de nós pode acessar os dados, ter a informação e, se quiser, participar do leilão. Evidentemente, qualquer um não participa, porque é um negócio de grandes companhias e de grandes empresas.

Ao final, digo que cabe aí, sim, à Presidente da República e ao próprio Conselho Nacional de Petróleo definir se faz ou não o leilão. A determinação atual é de fazer o leilão. Há uma convicção do Governo de que é preciso fazer o leilão e que é importante para o Brasil fazer esse leilão, mas cabe à Presidente examinar se é ou não oportuno.

A Presidente da República tem essa autoridade máxima, entregue por nós brasileiros. Ela vai examinar exatamente isto: a oportunidade de fazer ou não o leilão diante das circunstâncias, mas há garantias de que, em termos de informações, V. S^a disse a todos nós que não há qualquer prejuízo, no que diz respeito a informações.

O problema é de natureza, então, política. E desse ponto de vista, aí sim, é uma definição da Presidente da República. Ela evidentemente vai examinar, consul-

tar o seu Ministro, os órgãos de Governo todos, o próprio Congresso Nacional, da oportunidade de realizar ou não o leilão de Libra como está posto atualmente.

Essa é a questão. Ela é de natureza política. Não é um problema apenas técnico. Do ponto de vista técnico, as garantias estão oferecidas para todos, é o que a senhora nos afirmou aqui, e eu tenho confiança plena na Agência Nacional de Petróleo e nas informações que a senhora está oferecendo.

A outra coisa é a política de como o Governo vai tratar a questão. Com relação a esse ponto de vista, temos que ouvir e examinar. Há várias declarações do movimento sindical, das centrais sindicais, de lideranças importantes com quem dialogamos. Vamos ouvindo-os e também dialogando com a Presidente sobre essa oportunidade, mas quero crer que as informações que a senhora colocou para a Comissão são muito importantes, a fim de que possamos determinar uma convicção de que há garantias da Agência Nacional de Petróleo de que, ninguém, do ponto de vista das informações da Agência, tem vantagem.

Outro aspecto é qual vai ser o preço que a Petrobras oferecerá com o consórcio que ela possa montar e qualquer outra. Aí é outro negócio. Não cabe à ANP se meter evidentemente no preço que um ou outro irá oferecer face às informações oferecidas.

Acho que é assim que devemos agir e ter a consciência de que a decisão a ser tomada é uma determinação de Governo – se o Governo está determinado a fazer, tem uma opinião; e se, diante das circunstâncias, ele considera possível haver alteração, no sentido de adiar um mês, quinze dias, vinte dias, trinta e um, trinta e quatro, trinta e cinco dias, esse é um problema que o Governo deve examinar com a tranquilidade de quem está pensando no interesse maior do Brasil.

É assim que considero a atuação da Presidente Dilma. É uma das que mais tem demonstrado interesse em garantir que o petróleo chegue, para ser refinado nas refinarias brasileiras. Para isso, está fazendo mais três novas refinarias no Brasil; senão, não estaria fazendo mais três novas refinarias.

Então, é esta a minha opinião, mas gostaria que V. S^a pudesse esclarecer mais sobre essa questão do regime de partilha, para que não só nós, Senadores, mas as pessoas que estão acompanhando-nos, possam entender o que significa e o que significou termos conseguido aprovar esse regime de partilha para a área do pré-sal.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Inácio Arruda.

O nosso último orador será o Senador Wellington Dias, nosso querido Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senadora Vanessa Grazziotin, quero primeiro saudá-la e parabenizá-la pelo importante e pelo desafio que tem por tratar de um tema tão delicado e impensável.

Acho que ele era impensável, se examinássemos qualquer brasileiro ou qualquer outra pessoa do mundo, não imaginaríamos que pudéssemos ter um Congresso Nacional do Brasil e de outros países, neste instante, debruçados, para esse desafio novo de um país bisbilhotando a vida do outro. Antes feitos com os chamados agentes secretos, agora através de instrumentos modernos, com tecnologia moderna.

Quero aqui, primeiro, dizer que estamos aqui, neste instante, seis Senadores. Eu, que já convivi na Câmara, e, agora, no Senado, já posso dizer, Dr^a Magda, que isso demonstra o quanto foi convincente a sua apresentação, porque veja: qual o objeto do requerimento que tem por trás dele uma proposta de decreto legislativo, apresentado à Casa, visando sustar o leilão? Porque haveria vazamento de informações, e estas estariam beneficiando empresas, citando inclusive algumas, como foi lembrado, que nem sequer compraram o edital para participar, enfim, do leilão.

O outro ponto por trás disso é a discussão da modelagem. Aí quero chamar a atenção, na sua apresentação, aqui, de forma competente, de um sistema de informações preciosa ao Brasil da Agência Nacional de Petróleo, que sequer está linkada a qualquer sistema de comunicação. Inclusive, estou aqui fazendo um convite para quem queira visitar.

Segundo, o outro ponto sobre o leilão, que bom que se possa ter quem quer que seja alguém interessado em informação, porque o interesse da Agência Nacional de Petróleo, pelo que compreendo e compreendi de suas palavras, é de que se tenha o máximo de informações.

Ou seja, quanto melhor informados os participantes, mais segurança, pelo que confiamos na importância de Libras, maior despertará o interesse de não só participar do leilão, como também poder apresentar o melhor lance que interesse ao Brasil.

Do outro lado, há a discussão da modelagem. Aí, quero, Senador Pedro Simon, dizer que eu sei da forma adequada e correta com que V. Ex^a sempre se pautou, mas quero chamar a atenção para uma coisa. Como – V. Ex^a, aliás os cinco que estamos aqui – não temos tantos Senadores interessados naquela modelagem que V. Ex^a defendeu?

Aqui, não foi fácil, V. Ex^a sabe, sair do regime de concessão para o regime de partilha, que não é um regime 100% público, mas é bem mais avançado do que o de concessão. O que escuto, todos os dias, aqui são duas batidas. Por isso, a Petrobras, a ANP e outras áreas de gás e petróleo serão sempre alvos aqui.

O inconformismo com que foi derrotado na sua tese de passar livremente ao setor privado o direito de explorar gás e petróleo no Brasil. É preciso desmascarar isso aqui, para que fique bastante claro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – No Governo anterior ao do Lula, eles quiseram privatizar a Petrobras.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Quiseram privatizar a Petrobras!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – E mandaram um projeto para cá.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É verdade!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Inclusive (*Ininteligível*). Quer dizer, modéstia à parte, foi o Senado. Inclusive eu, que para votar um projeto aqui, exige que o Presidente Fernando Henrique mandasse uma carta por escrito, como Presidente da República ao Senado, garantindo que ele mexeria na Petrobras. E isso realmente aconteceu agora.

Por pouco, se dependesse do Governo, eles teriam privatizado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Então, esse depoimento feito pelo Senador Pedro Simon só mostra um ambiente para o que tenho chamado a atenção, e tenho chamado a atenção dos servidores da Petrobras, que sei que, por convicção de nacionalismo, por convicção ideológica, ou dessa natureza, defendem uma modelagem ainda mais avançada do que nós conquistamos aqui durante o Governo do Presidente Lula. Mas, neste instante, se for a voto a discussão da modelagem, sabe Deus o que vai passar! Basta olhar a discussão dos portos! Basta olhar a discussão de outras áreas aqui! Então, é para isso que eu quero chamar a atenção.

Segundo, todo um ambiente desse criado, um decreto que pode ou não pode cancelar um leilão, uma discussão dessa natureza, a quem interessa mesmo? Vamos ser sinceros. A quem interessa mesmo? Aqui, estando ausente o Senador Requião, que eu sei que tem a convicção de defesa do interesse do povo brasileiro, eu chamo a atenção para isto aqui. A quem interessa mesmo criar, às vésperas de um leilão importante do País que envolve, no preço mínimo estipulado, quinze bilhões – para compreendermos do que estamos falando –, que envolve para o ganhador a necessidade de investimentos... Cada plataforma

dessas, pelo que eu soube, custaria algo em torno de 1,3; 1,4... (*Pausa.*)

Oito? Então, está é longe do que eu estou pensando. Oito bilhões de reais ou de dólares? (*Pausa.*)

Oito bilhões de dólares cada plataforma dessas! Nós estamos falando de quantas? Umas vinte? (*Pausa.*)

De 12 a 18 plataformas dessas.

Então, é disso que está tratando aqui.

Por isso, eu compreendo, como V. S^a apresentou, que qualquer empresa, nesse instante, até para ter segurança, gostaria de ter a apresentação de propostas em consórcio.

Outro debate é sobre retirar a Petrobras, que hoje tem a garantia da participação mínima de 30%. O debate que está nesta Casa não é de ampliar a participação da Petrobras, mas de retirar. É isto que está em jogo aqui. É isto que está em jogo todo dia aqui, nas comissões...

Chamo a atenção para um ponto que me preocupa e do qual quero tratar. Eu já vi este ano, para não falar de outros anos, a gente abrir o ano numa campanha por inflação alta, que criou um ambiente no País que resultou em aumento de inflação, com mídia, com debate da oposição, enfim, transformaram o tomate num *pop star* do Brasil. Cadê a inflação? Sob controle, por competência, nadando inclusive contra aqueles que queriam inflação alta. Gente aqui todo dia fazendo apologia ao juro alto, e até conseguiu êxito: fazer com que, num ambiente de insegurança, houvesse o aumento da Selic, que termina influenciando na carga de juros deste País.

A quem interessam essas coisas? Então, é preciso o Brasil compreender o que está em jogo.

Eu estou aqui, no Senado, pelo meu povo do meu querido Piauí, que agora se alegra também por ter gás e petróleo em terra e em mar, graças ao trabalho da Agência Nacional de Petróleo, que não tinha um centavo, no começo do Governo Lula, para fazer pesquisa, e esta é outra realidade. Lembro-me lá procurando ainda o Alexandre, depois o meu querido Haroldo Lima, para a gente apresentar um projeto para o Presidente Lula liberar, na época, 80 milhões aproximadamente, visando fazer as descobertas feitas lá no meu Piauí.

Eu quero fechar, Dr^a Magda, só com este dado. Vamos imaginar que a Shell tivesse ido adiante nas suas pesquisas recentes, que não tenha havido nenhuma manifestação, nenhum decreto aqui para anular o leilão da Shell, nada; vamos imaginar que ela tivesse prosseguido na sua pesquisa, furado a camada de sal e topado com essa riqueza de Libra, sabe quanto ela teria pago? Nada! Nada! Era um direito dela pela regra anterior da concessão. Sabe quanto teríamos para o Brasil de resultado disso? *Royalties* e participação

de 10%. É ou não é a realidade? Era essa a realidade do Brasil. Ela era dona desse petróleo inteiro. Quantas manifestações tivemos por isso? Nenhuma! Agora, a inteligência do povo brasileiro, mediante a ANP, vai a campo, faz perfurações em lugares certos e descobre essa riqueza. Agora, nós estamos oferecendo em outra modelagem, uma modelagem em que o país tem para si 75% de cada 100% que ali for encontrado. E para fazer essa exploração, se a Shell ganhar agora, tem de pagar 15 bilhões para ter o direito naquilo que era dela. É disso que se trata. É disso que se trata.

Então quero aqui, com convicção, lhe dizer que quero estar tratando com os Líderes do Senado Federal para pararmos com essa brincadeira. Acho que é um direito de ter iniciativa, mas acho que, com os esclarecimentos feitos hoje aqui, temos que pensar em Brasil. E, pensando no Brasil, temos que trabalhar para que haja um ambiente adequado para que tenhamos as condições da realização desses leilões em outubro num outro patamar.

A Presidente Dilma sim cancelou a viagem aos Estados Unidos, e eu a aconselhei a cancelar. Fico imaginando, eu governador do Piauí, o Inácio Arruda governador do Ceará, nós temos relações políticas de negócios, de interesses mútuos, eu marco para fazer uma viagem ao Estado do Ceará e fico sabendo que o Inácio Arruda está bisbilhotando minha vida, bisbilhotando a vida do meu Estado. Isso é uma falta de respeito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nesse caso eu nem lhe convidaria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É porque V. Ex^a é correto, é decente.

Então, eu acho que as razões do cancelamento são uma relação até simbólica de respeito à soberania deste País. Nenhum país do mundo, por menor importância econômica ou política que possa ter, pode se submeter a uma situação como essa.

E olha só, ela vai aos Estados Unidos, a Washington, o que mostra o respeito que tem pelo povo americano, mas não pelo seu governo. O seu governo, nesse caso, precisa alterar a sua conduta. É esse o recado que o Brasil está dando. Não é a Presidenta Dilma, é o Brasil que está dando esse recado neste instante.

O governo americano é um governo que não faz jus ao povo americano, não respeita os outros países. Olha o esforço até ideológico que temos feito para uma reaproximação com os Estados Unidos. Olha o que recebemos em troca. É isso que estamos neste instante colocando de mensagem. Não tem nada a ver aqui com o leilão de Libras. Aliás, neste instante, estamos tendo inúmeros leilões, em várias áreas, que vão representar investimentos de mais de meio trilhão

de reais, que é bom para o País, para enfrentarmos o desafio dessa década, desse século.

É por essa razão, minha querida, que quero aqui lhe dizer que me sinto muito orgulhoso como brasileiro de ter à frente da Agência Nacional do Petróleo uma pessoa como a senhora.

Sei que quando faço esse elogio não é só à pessoa da Sr^a Magda Chambriard, estou falando aqui àqueles e àqueles que trabalham na nossa Agência Nacional do Petróleo.

Por ali passou também outro cidadão honrado, como o Haroldo Lima com a sua equipe, para citar aqui apenas essas duas que acompanhei mais de perto. E é por isso que estamos podendo anunciar ao País isso que V. Ex^a disse aqui, repetindo, com convicção, o que disse a Presidenta Dilma: “Sim, essa riqueza vai colocar o Brasil num outro patamar”. Num outro patamar de produção de petróleo, de tecnologia, de desenvolvimento em vários outros campos.

Então eu queria aqui saudá-la e dizer que acho que esse esvaziamento, pelo que conheço, mostra que a sua apresentação, quando estava lotado aqui, foi suficiente para mostrar a segurança que temos com a realização desse leilão. Podemos até cancelar por outras razões, não em razão das que foram aqui apresentadas.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Wellington.

Passo a palavra para a Dr^a Magda.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – O Senador Inácio Arruda fez uma pergunta sobre se nós ganhamos no regime de partilha ou não.

Eu diria que essa pergunta também é fundamental. Em 2008, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se manifestou dizendo que, em função de diversas descobertas gigantes que nós tínhamos feito no pré-sal, no período de 2006 a 2008, não queria passar à História como o presidente que soube disso tudo e não fez nada. Eu não presenciei essa frase, mas o nosso então Diretor-Geral Haroldo Lima a presenciou, a ecoou na ANP e nós só pudemos aplaudi-la naquele momento.

Nesse momento, foi criado o grupo interministerial que estudou o pré-sal. Para esse grupo, em algum momento, do meio para o fim, eu também contribuí. Nesse grupo, o que os estudos mostravam é que, dentre outras coisas, como, por exemplo, receber em óleo em vez de em dinheiro, etc, ter a propriedade do óleo, que, também, estava em jogo; o que se percebia era que o regime de concessão tinha sido um regime

cujos parâmetros econômicos eram desenhados para jazidas cujo porte não era o que se encontra no pré-sal.

Só para vocês terem uma ideia do que estou falando, o regime de concessão tinha sido desenhado, nos primórdios, para ter participações governamentais em torno de 60% a 65%, mas, nos campos gigantes, nós não conseguíamos atingir esse valor. Não conseguimos atingir 60%, 65% de participação governamental, porque os campos grandes davam um ganho de escala maior do que o inicialmente pretendido. Isso significava que, apesar de nós arrecadarmos mais nominalmente, percentualmente a sociedade brasileira perdia espaço toda vez que se explorava uma jazida gigante.

Esse foi um dos motes dessa partilha e da licitação de partilha. E é por isso que, com essa participação governamental que está se desenhando para esse campo de Libra, nós almejamos um número maior do que aquele 60%, 65%. Estamos indo para uma participação governamental da ordem de 75%, no mínimo. Se nós puséssemos 70% e deixássemos a competição agir, certamente também teríamos um número grandioso, da mesma forma que vamos ter uma competição e certamente vamos ter mais do que 75% de participação governamental. Por quê? Porque Libra é, realmente, muito grande, e, ao ser muito grande, enseja participações governamentais mais altas. Mas Marlim, que é o campo do Brasil que mais produziu petróleo até hoje, não chega a ter uma participação governamental de 60%: vez por outra, são 58%, 57%, dali a pouco, recupera um pouquinho, mas não chega a 60%. Isso mostra que uma jazida gigante, toda vez que vamos explorar uma jazida gigante, aquela participação governamental desenhada para a concessão acaba ficando pequena. É isso que nós estamos resgatando com o modelo da partilha de produção.

Além disso, quero agradecer muito às palavras gentis do Senador Wellington Dias, que fez um elogio a mim e à Agência Nacional do Petróleo. Eu me sinto envaidecida, Senador Wellington Dias, de receber as suas palavras, sinceras palavras. Eu tenho que, vamos dizer assim, retribuir dizendo que o senhor também fez muito pelo Piauí. Não foi por outra razão que fomos dar início à aquisição sísmica no Piauí, juntos: eu, o senhor e o então Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima. Aquilo deu fruto, e o Piauí, hoje, aspira participar do jogo do petróleo – já está participando. Naquele momento, isso era apenas um sonho, mas é um sonho que se mostrou real.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Magda.

Neste momento em que nos encaminhamos para as conclusões dos trabalhos, eu aqui proponho a dispensa e a leitura da ata da presente reunião e a aprovação da mesma.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será devidamente publicada no *Diário do Senado Federal*.

Encerrando, eu quero dizer à Presidente Magda, primeiro, da alegria – creio que posso falar isso não pelo Senado como um todo, mas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e pelas duas comissões permanentes que realizaram esta audiência pública – e registrar a sua disponibilidade no primeiro momento em que fizemos o contato. A Presidente Magda se dispôs a estar aqui, no Senado, debatendo com todos os Srs. e Srªs Parlamentares.

Então, fazendo esse agradecimento e o reconhecimento pelo trabalho, declaramos encerrada a presente reunião.

Amanhã, teremos uma reunião com a presença da Presidente da Petrobras.

Muito obrigada. A reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA 17ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (58ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (41ª REUNIÃO), COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ESPIONAGEM – CPI-ESP (4ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezoito de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem, com a presença dos Senadores Aníbal Diniz, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, José Agripino, José Pimentel, Kátia Abreu, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Sérgio Souza, Valdir Raupp e Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senado-

res Lindbergh Farias, Alvaro Dias, Antonio Carlos Rodrigues, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Ivo Cassol, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Luiz Henrique, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Vital do Rêgo. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a discussão das denúncias de espionagem sobre informações da Petrobras, perpetrada pelo governo estadunidense e seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo, em atendimento aos Requerimentos nº 56 de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, nº 90 de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ambos de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, e Requerimento CPI-ESP nº 06 de 2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, tendo como expositora a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras. Após a exposição da convidada, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Roberto Requião, Pedro Simon, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda e Wellington Dias. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência submete à comissão a dispensa da leitura da ata desta reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos, 58ª Reunião, e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 41ª Reunião.

A pauta de hoje é a discussão relativa às denúncias de espionagem sobre a Petrobras, denúncias que teriam sido perpetradas pelo governo estadunidense e debater também seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo.

Esta audiência pública está sendo realizada em decorrência da aprovação dos seguintes Requerimentos: nº 11, de 2013, da CPI da Espionagem, autoria

do Senador Ricardo Ferraço; nº 56, de 2013, autoria do Senador Randolfe Rodrigues e, também do mesmo autor, nº 2, de 2013, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores.

Nossa convidada de hoje, que já está à mesa, é a Presidente da Petrobras, Presidente Graça Foster, a quem agradecemos pelo comparecimento. E, como fizemos ontem, também quero registrar que, assim que os requerimentos foram aprovados, nós fizemos contato com a Presidente Graça, que, da mesma forma que a Presidente da ANP, dispôs-se prontamente a estar conosco no Senado, para debater matéria de tamanha relevância e importância não só para a economia brasileira, mas também para o Brasil como um todo.

Antes de passar a palavra à nossa convidada de hoje, comunico que temos aqui na mesa o Senador Ricardo Ferraço, não só na condição de Relator da CPI, mas também na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e o Senador Sérgio Souza, que é o Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, antes de conceder a palavra à nossa Presidente, concedo-a ao Vice-Presidente da Comissão, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin; Senador Ricardo Ferraço; Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster. O Brasil passa por um momento dos mais importantes da sua história. Nós chegamos a um nível de investimentos neste País que passa por infraestrutura, todos os seus modais, passa pela autonomia do Brasil em petróleo e pelas últimas descobertas de jazidas nos campos, principalmente o Campo de Libra, e demonstra que o Brasil será independente ou, até mesmo, dará o rumo do petróleo no futuro.

E a preocupação que nós brasileiros temos... Não é de hoje esse jargão de que o petróleo é nosso. O petróleo é do povo brasileiro e essa independência foi demonstrada pelo Presidente Lula, quando do início da exploração do pré-sal, e também é demonstrada pela Presidente Dilma, o que dá a todos nós brasileiros um orgulho muito grande. Situações como essa, de fato, trazem algumas preocupações.

Então, nós vamos ouvir V. Exª com toda a atenção. Gostaria de desejar que seja bem-vinda ao Senado Federal mais uma vez. Já tivemos na Comissão de Assuntos Econômicos recentemente a presença de V. Exª e esperamos ouvi-la e entender um pouco o que está acontecendo do ponto de vista das licitações, dos leilões dos próximos campos. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Obrigada, Senador Sérgio Souza.

Da mesma forma, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para cumprimentá-la, Senadora Vanessa Grazziotin, cumprimentar o Senador Sérgio Souza, cumprimentar a nossa Presidente da Petrobras, Srª Graça Foster. E, sem mais delongas, para a economia processual, acho que devemos passar a palavra à nossa Presidente, para que, de maneira objetiva, possa fazer uma apresentação, do ponto de vista da Comissão de Investigação, sobre o foco, o escopo, o objeto da nossa questão que são as denúncias do Snowden através do jornalista correspondente do *The Guardian*, o Sr. Glenn Greenwald, que vem afirmando fortemente que a Agência Nacional de Segurança teria violado os sistemas de segurança da Petrobras, uma companhia cuja importância todos conhecem – todos conhecem o seu papel estratégico no desenvolvimento nacional. É uma empresa de classe global, que atrai, portanto, pelo seu protagonismo, a atenção mundo afora por tudo que, ao longo da sua história, acumulou de capacidade tecnológica, de eficiência.

Portanto, penso que devamos passar a palavra à nossa Presidente. Quero crer que ela deverá fazer uma apresentação, inicialmente, de como funciona, de como se estrutura o sistema de proteção da rede de informações da Petrobras, para que, em seguida, possamos aprofundar o nosso diálogo em torno desse tema. Evidentemente, a nossa Comissão está constituída para fazer um esforço muito mais estrutural. Mas, em razão das denúncias que foram feitas nos últimos dias de eventuais violações à rede de informações da Petrobras e, sobretudo, por estarmos na antevéspera do leilão do campo de Libra, ontem nós ouvimos a Presidente da Agência Nacional do Petróleo e, hoje, temos a honra e a satisfação de recebê-la aqui em nossa Comissão, para que V. Sª possa nos ajudar no entendimento dessas questões e dessas incertezas todas que foram jogadas a público na sociedade brasileira e na sociedade global, enfim, causando perplexidade, indignação, o que produziu inclusive a decisão da Presidente da República Dilma Rousseff de cancelar uma visita de Estado que faria em outubro aos Estados Unidos da América. Portanto, são fatos de grande repercussão, e a presença aqui de V. Sª seguramente trará luz à elucidação desses fatos.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimos

o nosso Relator da CPI e Presidente da Comissão de Relações Exteriores. De acordo com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a nossa convidada poderá falar por um período de 20 minutos, mas fique à vontade, Presidente Graça, porque a senhora, como já foi relatado aqui pelos dois Presidentes, falará de um assunto extremamente importante. O Brasil inteiro tem uma grande expectativa em relação àquilo que será o maior negócio do nosso País, e todos queremos ter absoluta certeza de que a concorrência será imparcial e de que o Brasil, como Nação, e não somente a Petrobras, ganhará muito com isso.

Então, comunico aos Srs. Senadores sobre a lista de inscrições que quem quiser se inscrever pode solicitar à Secretaria, e a palavra será dada após a fala da Presidente Graça, por cinco minutos, para cada Senadora e para cada Senador inscritos.

Com a palavra, a Srª Presidente da Petrobras, Graça Foster.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– Bom dia a todos!

Minha saudação especial ao Senador Ricardo Ferraço, à nossa Senadora Vanessa e ao Senador Sérgio Souza. Muito obrigada pela oportunidade.

Temos uma apresentação para passarmos aqui algumas informações de rotina da Petrobras e começamos falando da política e das diretrizes de segurança empresarial da Petrobras. A Petrobras tem uma política de segurança empresarial extremamente importante que faz parte da rotina da nossa companhia. E essa política de segurança empresarial é aprovada pela diretoria colegiada da companhia, pelos diretores da companhia, e levada à aprovação do Conselho de Administração da Petrobras.

E vimos, então, dentro da estrutura, dentro da hierarquia da companhia, o quanto importante é para nós a gestão dos bens das pessoas, das informações e da riqueza que nós geramos para a nossa companhia, para os nossos acionistas e para o País. Um dos objetos mais importantes, talvez o ponto mais relevante dessa política, é a formação da cultura de segurança empresarial. Isso começa no primeiro dia de admissão de um funcionário na companhia e perpassa por toda a nossa vida dentro da companhia. Creio que talvez seja uma das palavras que mais escutei nesses meus mais de 30 anos de empresa, que é a questão da cultura da segurança empresarial, e tudo advém dessa cultura – nós atuamos preventivamente.

Da mesma forma que atuamos, na área ambiental, de forma preventiva, nós investimos na segurança empresarial. Temos que estar prontos para responder, de forma imediata, a questões relativas aos incidentes externos e internos provocados por agentes internos

ou externos à companhia, a emergências e a crises. Segurança empresarial, diretrizes dessa política, são oito diretrizes principais, mas eu trouxe duas delas que têm a ver diretamente com o tema aqui em discussão: assegurar as ações que minimizem as ameaças por parte de pessoas ou organizações, em especial externas ao sistema Petrobras; e garantir que aspectos de segurança empresarial sejam sempre considerados no planejamento e na implementação de novos empreendimentos.

Se eu tiver que tirar uma frase desse eslaide, a mais importante, certamente, na minha gestão e na gestão de colegas ex-presidentes da companhia, sempre tem sido a formação da cultura de segurança empresarial. O primeiro a proteger a companhia, as suas informações, é o empregado Petrobras.

Muito rapidamente, apenas a título de nivelamento, a segurança da informação e os ataques cibernéticos. Informações muito simples, muito claras, que discutimos de forma sistemática dentro da companhia, mais especialmente de forma muito mais intensa talvez nesses últimos 30 dias, que esses ataques cibernéticos costumam ocorrer na internet com diversos objetivos. Na grande maioria das vezes, os objetivos são absolutamente irresponsáveis e muitas vezes esses ataques se dão pelo simples fato da diversão.

Mas ações criminosas também fazem parte desse processo, dessas ações, como a demonstração do poder. O poder de chegar, de tornar vulnerável, o poder de invadir, o poder de trabalhar a reputação e o prestígio, às vezes, por motivações financeiras, ideológicas, políticas e, no caso específico, concorrenciais ou comerciais. Existe uma série de incidentes reportados pelo centro de estudos, respostas e tratamentos, incidentes de segurança. O CERT.br é coordenado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e é um espaço em que diversos ataques são relatados – isso traz realmente benefícios a todos nós que estamos sujeitos a algum tipo de invasão.

Eu deixo o material com os senhores apenas para colaboração.

Segurança da informação: a Petrobras investe e possui qualificação profissional para tal. No ano de 2013, nós estaremos investindo – estamos bem próximos já ao final do ano – R\$3,9 bilhões só em 2013 por conta da segurança da informação, e aí estamos falando em investimento e em operações. No nosso Plano de Negócios e Gestão, aprovado em março, temos previstos para esse período, 2013-2017, R\$21,2 bilhões em segurança da informação – esse investimento é praticamente o mesmo dos projetos e implantação da área de gás e energia e da área internacional somados. Então, são investimentos relevantes e assim

nós demonstramos a importância absoluta dos investimentos em atividades de exploração e produção, mas também investimentos vultosos na questão relativa à segurança da informação.

Nós possuímos profissionais qualificados, no quadro Petrobras hoje, temos 3.114 especialistas dedicados à tecnologia da informação e telecomunicações. Temos 243 doutores e mestres em tecnologia da informação e telecomunicações.

Mostramos para vocês o Centro Integrado de Processamento de Dados da Petrobras. Nós, funcionários da companhia, temos um imenso orgulho do nosso Centro Integrado de Processamento de Dados. Ele é uma parte, aquela que nós gostamos de dizer que temos e mostrar o que temos. Ele é aquele prédio que está circundado pelas linhas de cor vermelha, a gente pode ver a dimensão desse prédio e, mais ao fundo, a área nova do Centro de Pesquisas da Petrobras.

Esse centro concentra os principais bancos de dados e aplicações da Petrobras. Ali dentro, temos armazenado o que chamamos de conhecimento explícito da companhia. Dentro daquele prédio – ali é o símbolo físico que contém todo esse conhecimento – temos, por exemplo, o SAP, Sistema Integrado de Gestão da Companhia; o banco detalhado de dados integrados do EIP, Banco de Dados Integrados do EIP; o Banco de Dados de Estocagem e Movimentação e Qualidade; o Sistema de Atividades de Gás; Sistema de Informações Técnicas Econômicas das Reservas – é um sistema em que está a nossa rede interna de computadores.

Não preciso dizer que esse acesso é controlado, é restrito. E uma parcela muito pequena de especialistas entra nesse centro fisicamente ou o acessam para trabalhar em suas estações de trabalho. Ali, sim, está o conhecimento explícito da nossa companhia.

As informações, em sua maioria, são críticas, e essas informações críticas estão armazenadas com criptografia. Existem acessos físicos com diversas barreiras de proteção, com biometria, em que é preciso colocar o polegar para se ter acesso; existe o sistema de eclusa, a pesagem do cidadão – ele entra para trabalhar, pesa x e sai pesando x, o peso é controlado; e monitoramento por câmaras de segurança.

Quem faz a gestão do Centro Integrado de Processamento de Dados da Petrobras? A Petrobras. Existe um responsável, que é o Gerente Executivo Álvaro. Ele me acompanha; está aqui ao meu lado; ele é o nome responsável por fazer funcionar, fazer proteger: somos todos nós funcionários do Sistema Petrobras.

Nós temos 31 empresas que trabalham com a Petrobras em segurança da informação; aliás, são 36 empresas que trabalham conosco. É importante deixar claro que 14 dessas empresas que trabalham em

áreas específicas desse centro são americanas. São 14 empresas americanas, 16 empresas brasileiras que se utilizam de tecnologias que não são desenvolvidas no País, na grande maioria das vezes – há empresa da Alemanha, de Israel, da China, da França, do Japão e do Chile.

A gestão do banco é feita pela Petrobras e temos vários contratos de natureza específica que traduzem para nós a segurança de que precisamos desse centro integrado de processamento de dados que contém o conhecimento explícito de nossa companhia.

Apenas uma visão da parte interna. Nós temos o *data center* desse centro de processamento integrado. Nós somos classificados pela Tier 3, nós temos disponibilidade de 99,98% do tempo. Esse centro está ativo, sustentando toda a base de dados da companhia, em todas as suas áreas de atividade – e não estou falando de exploração e produção; estou falando de gás e energia; estou falando da engenharia, de toda parte comercial da nossa companhia.

Na sala de operações, nós temos o monitoramento com pessoas 24 horas por dia, sete dias por semana. E recebemos, em tempo real, alertas gerados e coletados pelos sistemas de detecção de intrusão, os *fire walls*, os servidores e dispositivos de rede.

Focando na área de exploração e produção, nós temos aqui como é que esse centro integrado de processamento de dados conversa e como esses dados são passados para a Agência Nacional de Petróleo.

Nós temos as informações da área de exploração e produção. Elas estão contidas num sistema fechado dentro do Cenpes. E essas dados constituem a base de dados de banco de dados integrados do AIP. Então, o que nós fazemos são as transferências de dados, não transferência de interpretações ou de processos já avaliados.

Não estamos falando em informações. Passamos dados geofísicos de perfilagem de poços e relatórios. E esse envio é físico, através de CDs, de DVDs, e, a cada conclusão de cada aquisição sísmica, ao término de cada poço, a cada período exploratório, de forma física, homologada na Agência, nós entregamos os dados em mãos. Ou seja, esses dados não transitam pela internet de forma alguma.

Indícios de petróleo, a existência de hidrocarbonetos. Enquanto os nossos engenheiros e técnicos estão nas sondas de perfuração, toda essa operação de perfuração, toda essa informação é passada sistematicamente para a Petrobras e as acumulações de hidrocarbonetos numa determinada formação é passada ao CadDoc.

Na Agência Nacional de Petróleo, existe esse envio dos dados via internet. É o único momento em que

esses dados lá da sonda, quando se está fazendo uma perfuração, por exemplo, passam para a Petrobras e chegam à Agência. Por isso, quando a Petrobras passa esses dados, imediatamente nós comunicamos ao mercado a descoberta não comercial, evidentemente, de indícios de acumulação de hidrocarbonetos.

E a Agência Nacional de Petróleo, o tempo da Agência quase que imediatamente torna esse acesso público. Então, o importante é que nós temos o nosso centro integrado, mas as informações chegam à Agência Nacional de Petróleo por meio físico, quando se trata de sísmica, quando se trata da conclusão de cada um desses poços.

A Petrobras é uma empresa internacional que tem ativos em vários países do mundo, atualmente 21 países. E nós temos novamente o centro, o coração da companhia, em que está sua base de conhecimentos no Rio de Janeiro, o Centro Integrado de Processamento de Dados. Informações são passadas aos países, são circuitos dedicados alugados de concessionárias públicas, com dados criptografados – a grande maioria desses dados, quando eles são classificados como dados que carecem de proteção.

Então, os dados saem do Rio de Janeiro, vão para a Venezuela, para a Colômbia, para os Estados Unidos, Nova Iorque, para a Inglaterra, através de circuitos dedicados alugados de concessionárias públicas, com dados criptografados. Existem duas conexões que são protegidas via internet, com túneis também criptografados para a Turquia e para a Líbia.

Temos concessionárias de Telecom que trabalham com a Petrobras, temos dez empresas. Dessas dez empresas que fazem essa movimentação de informações dentro do Sistema Petrobras – e aí já saindo do Brasil –, temos empresas americanas, uma empresa; Itália, temos duas empresas; espanholas; empresas no Reino Unido; a brasileira Oi também é contratada pela Petrobras; México; Japão; França. E temos também as empresas que fornecem soluções de criptografia para a Petrobras, são três empresas, todas as três americanas: a Soflusa, a Cisco e a Juniper – essa é a forma de movimentação de operação de informações dentro do Sistema Petrobras.

Segurança da informação. Alguns exemplos: vamos falar aqui muito rapidamente da proteção do *e-mail*, acesso muito comum de informações. Existem várias camadas de proteção desses sistemas implantados na Petrobras. E nós estamos falando aqui do *firewall*, o *antispam* e o filtro de conteúdo, o antivírus, proteção contra ataques direcionados.

Apenas um exemplo para os senhores: entre o dia 9 de agosto e o dia 9 de setembro de 2013, a Petrobras recebeu 195,9 milhões de *e-mails* – isso em

30 dias. Com esses serviços todos de proteção, chegaram a destinatários 16,5 milhões de *e-mails* em 30 dias. Então, existe um trabalho exaustivo de proteção à internet, de proteção dos *e-mails*, de proteção dos computadores, das estações de trabalho e uma assistência, como eu disse, 24 horas do centro integrado que nós temos na Ilha do Fundão.

É um trabalho realmente muito grande – os ataques existem, as tentativas existem e os sistemas se protegem continuamente, com pesadíssimos investimentos. Eu falei que, neste ano de 2013, serão R\$4 bilhões, apenas em 2013, em segurança empresarial dentro da Petrobras – no período do plano de negócios, R\$21,2 bilhões.

Os ataques existem, e nós temos de investir e trabalhar 24 horas por dia. É a tecnologia que protege e a tecnologia que faz com que os sistemas apresentem, em alguns casos, vulnerabilidade. Mas temos que olhar, com muita clareza, o que é uma empresa de petróleo – o exemplo que eu coloco talvez sirva para várias empresas.

A gente passa pelas oportunidades. Então, o nosso sistema Petrobras, as *majors*, as grandes companhias e certamente as pequenas estão na busca de oportunidades. E essa busca começa com dados, e dados são dados.

O texto é grande, mas eu deixo para a consulta da mesa, para a consulta dos Senadores. Os dados isolados normalmente não possuem significado claro, evidente, imediato, eles constituem uma peça importante dentro de um contexto. Os dados da Petrobras estão em contínua atualização, à medida que centenas de projetos têm andamento ao longo dos anos de vida daquela investigação.

Então, se acontecesse um ataque, o acesso imediato a um grupo de dados, aquele mesmo negócio, aquele mesmo estudo... Rotineiramente, diariamente, mensalmente esses dados são aprimorados – estou falando de dados. As interpretações consistem de mais um momento nobre da companhia, que é o talento – é aquilo que nós chamamos de inteligência competitiva do sistema Petrobras.

E, neste momento, dependendo do projeto que estiver na mesa, nós temos especialistas dentro da Petrobras que dedicam toda a sua vida – 30, 35, 40 anos –, estudando, aprimorando dados de uma bacia sedimentar. Todo esse processo vem de mais dados e aprimoramentos – existem premissas e restrições. E, neste momento, mais uma vez impera a inteligência, impera o caráter corporativo de uma companhia como a Petrobras.

E nós passamos para outro momento especial, que é a arquitetura do conhecimento. São milhares de

dados, milhares e milhares de interpretações. Com essa arquitetura, nós chegamos aos modelos geológicos, ao sentido geológico daquela interpretação.

Isso é um ciclo de atualizações que leva anos e anos, até que, num determinado momento, é a hora da tomada da decisão. Com oportunidade, com dados, com informações e interpretações, arquitetando e organizando, nós nos sentimos fortalecidos para participar, por exemplo, de uma rodada de licitação e aí as coisas acontecem: é o bloco de que você decide participar, é o conhecimento dessa atividade. Vêm as unidades de produção, o petróleo produzido, as refinarias, as usinas termoeletricas, a petroquímica... – e assim chegamos ao posto em que abastecemos o nosso carro. Então é um ciclo de longa vida que envolve muitos e muitos estudiosos.

E como essa arquitetura se deu dentro do sistema Petrobras? A nossa primeira descoberta no mar: em marrom, atividades em terra, Guaricema, lâmina d'água de 30 metros, 1968. A primeira produção, 1973: a PGA-01, primeira plataforma de produção no mar.

Em seguida, Enchova – e aí 100% importado. Cem por cento das tecnologias importadas, mas nós já tínhamos o nosso centro de pesquisas da Petrobras. A Petrobras faz 60 anos no dia 3 de outubro e o nosso CENP 50 anos em dezembro – eu esqueci o dia, mas até o final da minha fala eu vou lembrar –, em dezembro, faz 50 anos.

Caminhamos, caminhamos e veio aquele programa de que nós temos o maior orgulho do mundo que é o mais bem-sucedido de todos os programas da Petrobras, que é o Procap – apelidado de Procap 1000; ele veio em 1986. Nesse período, tínhamos dados, talentos, informações, e trabalhamos muito forte na primeira carteira do Procap, mais ou menos em torno de 1986, com a descoberta de Albacora e Marlim. E trabalhamos – nós, Petrobras –, com o conhecimento que tínhamos, com uma gama de fornecedores de bens e serviços, universidades e institutos de tecnologia no Brasil e no exterior.

Sobre a gestão da companhia, nós criamos uma base de conhecimento e avançamos trabalhando no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Noruega, no Japão, na Alemanha. E eu tenho ali, naqueles tons de verde, o número de instituições parceiras tanto no Brasil quanto no exterior. E avançamos.

Particularmente, tive o privilégio de participar desde o início do Procap 1000, do Procap 2000. Depois, já não estava mais nessa área de exploração e produção, trabalhava já com o ilustre Senador da República, à época, nosso diretor de gás e energia, excelente diretor o nosso, Senador que sempre colocou

grandes desafios e sempre ouviu os seus liderados, não é, Senador? Mas veio o Procap 3000.

Procap 2000, em 1992. Vejam que, cada vez mais, mais azul aparece. Aquilo representa o crescimento das nossas reservas.

Ali mostra o trabalho que tivemos com as empresas no exterior, com as empresas no Brasil, mudando a carteira de projetos, trabalhando com os institutos de pesquisa, com as universidades dentro e fora. E fomos avançando e avançando cada vez mais para as águas mais profundas. Chegamos, no ano 2000, com o Procap 3000, 3 mil metros de lâmina d'água, novamente o Brasil e as empresas no exterior, sob o comando sempre do sistema Petrobras, sempre da área de exploração e produção.

E mais projetos nos trouxeram mais autoridade, mais autonomia para que nós pudéssemos prosperar e chegar a esse próximo eslaide, do qual nós temos um grande orgulho: o Procap 1000, o Procap 2000, o Procap 3000. E aí, sim, em 2003, porque começamos lá em 1976, a nossa indústria de bens e serviços no Brasil, depois de passar por certos baixos, em especial a indústria naval *off-shore*, nós conseguimos, com o Governo do Presidente Lula – a Ministra Dilma Rousseff era a Ministra das Minas e Energia e eu tive o privilégio de ser a Secretária de Petróleo e Gás –, criar o Prominp, que abraçou, que tomou para si aquele jargão que diz que tudo o que pode ser feito no Brasil tem que ser feito no Brasil.

Hoje, na área de exploração e produção, indo para 2 mil metros, para 3 mil metros, fazendo poços de 5 mil metros, de 7 mil metros, a Petrobras pode, sim, fazer seu trabalho com muita autenticidade, com muita segurança, trabalhando junto com esse *pool* de empresas no Brasil e no exterior. E nós chegamos a esses 31,5 bilhões de barris de óleo e equivalentes ao longo dessa nossa história – 15,7 bilhões de barris de óleo equivalentes são as reservas provadas, 5 bilhões da cessão onerosa e 10,8 do pré-sal já concedido à nossa companhia.

A linha do tempo. Nós temos, então, hoje, uma discussão em torno do que possa ter vazado em algum ponto da Petrobras, já que o nosso nome – Petrobras – foi mostrado numa apresentação de Power-Point num programa ao qual damos muito crédito, evidentemente, na TV Globo, o Fantástico, e depois na imprensa, vimos o nosso nome ali, – Petrobras – o que nos causou, certamente, no mínimo, um grande desconforto. Não sabemos, definitivamente, se vazou, o que vazou, mas incomoda de forma profunda você assistir ao nome da sua empresa num programa que respeitamos e admiramos. Mas o fato é que o pacote de dados para Libra está à venda na Agência Nacional

do Petróleo e hoje é o último dia para que seja feita a aquisição desse pacote.

Eu destaquei nessa linha do tempo a nossa descoberta do pré-sal em 2006, a Petrobras descobriu o pré-sal, a Petrobras fez a perfuração do campo de Libra, a Petrobras apresentou à Agência Nacional do Petróleo a locação para Libra, a Agência Nacional do Petróleo nos deu a concordância e nós fizemos a perfuração de Libra, nós – Petrobras – operamos, perfuramos e chegamos ao objetivo que muda, que dá outra Petrobras dentro da própria Petrobras, porque os volumes são de fato, como demonstra a Agência Nacional do Petróleo, relevantes e importantes para nossa companhia, importantes para o Brasil certamente. Veio a descoberta, o teste de formação em 2012 mostra, sim, que há uma boa produtividade em Libra, e nós temos espessuras significantes, impressionantes, em que há a acumulação de hidrocarbonetos. E o leilão marcado para 21 de outubro de 2013.

Exemplo, eu peço a você, Rafael, que mostre muito rapidamente. Libra e ali em vermelho a sísmica 3D, a sísmica 2D. Esse é um exemplo de informação do que é comprado e do que vem para todos aqueles que são os licitantes. Chamo a atenção de dois poços: o poço descobridor, que é aquela bolinha preta apresentada...

Nós fizemos a perfuração, a Petrobras definiu o objetivo, nós chegamos a 6.023m de profundidade e descobrimos, sim, Libra. Ali, existe um poço seco sem indícios de petróleo, que foi em 2001 um poço perfurado pela Shell, uma grande companhia, com grande consistência técnica e tecnológica, uma das *majors*, uma das maiores e mais respeitadas companhias de petróleo, e ela foi até 3.989m. Nós tivemos um trabalho intenso, exaustivo, durante alguns anos, olhando para baixo do sal, olhando com as melhores técnicas e com os nossos melhores e mais competentes e experientes técnicos o que poderia haver abaixo daquela camada e, assim, descobrimos essa riqueza que pertence à União, enquanto não é produzida e, depois, pela lei de partilha, também grande parte desse óleo pertence à União.

Bom, minha gente, Senadores, temos hoje 42 empresas, parceiras ou não da Petrobras, que desenvolvem atividades de exploração e produção *offshore* no Brasil. E todas essas empresas se utilizam do mesmo grupo de fornecedores de bens e serviços que a Petrobras: Halliburton, Schlumberger, Baker, Weatherford – são várias empresas, são dezenas de empresas, e todos nós utilizamos essas mesmas empresas. Então, cada um de nós tem conhecimentos específicos sobre as atividades que conduzem, e a essência de tudo isso, a diferença de tudo isso, está na gestão da

atividade, na interpretação e na criação da arquitetura do conhecimento – é isso que traz vantagens à Petrobras, mas não é possível...

Este provavelmente é o meu último eslaide, se não o penúltimo.

Existem muitas interfaces entre nós. Nessas interfaces, existem acordos e acordos de confidencialidade, sigilos com universidades, sigilos com as prestadoras de serviço, sigilo entre nós parceiros, sócios, mas são sigilos, são acordos de confidencialidade.

A indústria do petróleo está interligada. A gestão faz a diferença: o comando, o maestro, a interpretação, a direção, o zelo, o cuidado e a responsabilidade com o bem da União. Eu digo aqui que eventual acesso a dados, ainda que inadmissível, não implica, necessariamente, a obtenção de informação ou a detenção da tecnologia – para a detenção da tecnologia, para um concorrente tomar essa tecnologia para si, são necessários muitos e muitos e muitos acessos permanentes e sistemáticos.

Somos *leaders* respeitados no mundo em atividades *offshore*, águas profundas, mas não temos o mesmo conhecimento no *shale gas*, no *tight oil*. Conhecemos tão pouco das areias betuminosas do Canadá, do xisto e outras áreas. Então, existem companhias com *expertise* maior ou menor em uma área e em outra – o fato é que, pelo modelo atual, tanto o de concessão como agora o de partilha, há um encaminhamento para que sejamos sócios.

O último eslaide, de fato, mostra a Petrobras que nós temos hoje, esta é a Petrobras que já existe – ali está a curva de produção. Nós vamos sair dos 2 milhões de petróleo produzido no Brasil e vamos chegar a 4,2 milhões de barris de petróleo produzidos em 2020. Tudo que está em vermelho são os blocos, as áreas em que temos parcerias, temos parceiros; e, em azul, aquilo em que nós estamos atuando 100%.

Nós temos, na Petrobras – e somos operadores de todas aquelas áreas –, 39 plataformas de produção, mas temos que construir, até o final do ano de 2020, 23 plataformas. Temos 59 sondas de perfuração, mas temos que construir, até 2019, mais 28. São 49 navios a construir e 225 barcos de apoio – isso é o que temos hoje concedido à Petrobras e em que já trabalhamos.

Com Libra, conforme comentou a ANP – os números da Petrobras só depois do leilão –, nós poderemos chegar de 12 a 18 unidades de produção – ou seja, é trabalho imenso que já temos e muito mais trabalho em Libra. Importante colocar que, no caso de Libra e de outros *bids*, seja partilha, seja concessão, não é a Petrobras que dá o ritmo, o ritmo é dado pelo Governo. O ritmo de quão mais rápido, quão mais lento é possível fazer, considerando a indústria nacional, que

vem sendo criada e trabalhada por nós com tanto zelo, é o Governo quem dá, e a Petrobras é a empresa de petróleo, controlada pelo Governo Federal, mas nós somos apenas uma empresa.

Muito obrigada pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos profundamente. Confesso, Presidente, que eu me perdi no tempo, tamanha a importância da sua apresentação. Foi muito interessante tudo o que ouvimos – não só a respeito pela segurança das informações, dos dados das empresas, mas pelas informações sobre a empresa em si.

Já estamos com a relação dos inscritos na mesa, mas, antes de passar a palavra aos inscritos, passo imediatamente a palavra ao nosso Relator da CPI, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Srª Presidente Graça Foster, vendo V. Sª falar, evidentemente que a gente deve reconhecer, com muita franqueza, que nos passa muita segurança, em razão de todo o escopo que foi apresentado, da forma com que essa grande companhia se estruturou ao longo do tempo, para que chegasse aonde chegou. Não chegou aonde chegou por gravidade, chegou por conta de muito esforço, inclusive esforço de muitas gerações. Não é sem sentido que essa companhia, a Petrobras, é hoje uma companhia de classe global, protagonista hegemonicamente no arranjo de petróleo e gás em todo o mundo.

Ainda assim, temos algumas questões que queremos socializar com V. Sª. Ao ver o nome da Petrobras no Fantástico, nas denúncias feitas pelo Snowden, que tipo de providência foi tomada ou por V. Sª ou pela diretoria específica, para que algum tipo de cheque fosse feito para identificar alguma violação relacionada com esse tipo de espionagem, que é uma espionagem muito específica? No entendimento de V. Sª, qual seria o interesse da Agência Nacional de Segurança em relação à Petrobras?

Existe, evidentemente, um conjunto de informações que são acessórias, mas existe um conjunto de informações que são estratégicas, produto e conteúdo de muitos anos, como V. Sª falou, sobretudo no campo do domínio e da tecnologia; sobretudo nos programas relacionados ao Procap. No caso do Procap, o que é domínio exclusivo da Petrobras e o que é domínio compartilhado? Até porque a Petrobras tem alianças na constituição desse importante programa que deu à companhia não apenas reputação, mas liderança em nível mundial.

Enfim, que tipo de informação poderia interessar aos concorrentes da Petrobras, sobretudo, imagino eu,

no domínio da tecnologia da companhia? O grande capital da companhia quero crer que não esteja nos seus equipamentos, porque o equipamento é uma espécie de *commodity*, mas a tecnologia e a inteligência acumulada ao longo desses anos todos é valor agregado, e valor agregado que vale muito. Quais seriam as informações que eventualmente poderiam interessar aos concorrentes da Petrobras? Até porque muitos desses concorrentes são aliados e têm alianças aqui no Brasil ou em outros lugares do mundo.

Há registro na Petrobras, num passado recente, remoto, de ocorrências de espionagem de empresas em relação à Petrobras? Quer dizer, em caso afirmativo, que medidas foram tomadas para coibir, para inibir esse tipo de atividade? A Petrobras possui alguma unidade responsável pela segurança das informações e das comunicações? Em caso afirmativo, de que meios ela dispõe e como ela está estruturada e a quem se subordina? Isso foi, *en passant*, afirmado por V. S^a.

A Petrobras tem ou mantém algum tipo de política ou mesmo de interação ou treinamento com a Agência Brasileira de Inteligência? A Petrobras trabalha no cumprimento da Instrução Normativa GSI nº 1? A empresa segue as normas de classificação de documentos que definem tratamento para todos os documentos, dos abertos aos sigilosos, expressos na Lei nº 12.527, de 2011? – não sei se está dando tempo para V. S^a ir anotando, mas, naquilo que não for possível, a gente vai ajustando. A Petrobras segue padrões internacionais de segurança da ISO 27.000?

V. S^a falou muito aqui, e de forma muito adequada, que temos um conjunto de pelo menos 36 empresas nacionais e estrangeiras que trabalham com a Petrobras nessa rede de proteção, de alianças e sinergias de comunicação; 14 dessas empresas são americanas. V. S^a também afirmou que o importante não é a informação, mas mais importante que a informação é a interpretação desses dados. É a interpretação desses dados que se constitui, quero crer, no acervo e num ativo ainda mais relevante – como é trabalhado, como é arquivado esse ativo de interpretações processadas a partir dos dados que a Petrobras levanta?

Fatores críticos da segurança das informações não se restringem à tecnologia, mas também ao fator humano. Quais são as políticas e medidas que a empresa adota para assegurar que seus servidores ou terceirizados preservem seguras as informações da empresa? São terceirizados norte-americanos.

A legislação norte-americana de combate ao terrorismo, pelo menos o biombo de combate ao terrorismo, apresenta evidências de que o terrorismo é apenas um biombo de que elementos de informações industriais, de informações comerciais poderiam de-

terminar, pela legislação local do nacional norte-americano, que essas companhias pudessem disponibilizar essas informações. Existe um conjunto, enfim, de legislação, a Patriot Act, após os atentados às Torres Gêmeas, e toda uma legislação que foi constituída com essa finalidade – como é assegurado, no meio dessas parcerias e alianças que tem a companhia, que essas informações estratégicas da companhia são informações que não são transferidas?

Enfim, Sr^a Presidente, acho que, por ora, fiz aqui um conjunto de intervenções à nossa queridíssima e respeitosa Presidente que pudesse nos ajudar na socialização e no nivelamento dessas informações que serão fundamentais para o início dos nossos trabalhos. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimento nosso Relator, que fez um conjunto significativo de perguntas.

A sugestão, Senador Ferraço, se a Presidente quiser, como o senhor tem as perguntas por escrito – não sei se ajudaria para as respostas – é entregar as perguntas por escrito. Obviamente, vamos adotar a mesma metodologia de ontem. Passaremos a palavra à Presidente Graça Foster, para dar as respostas; na sequência, passaremos a palavra aos Srs. Senadores, por bloco, também para fazer duas indagações.

Presidente Graça, com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr^a Presidente, há uma pergunta que não posso deixar de fazer. A Petrobras vai com tudo para cima de Libra? Nós, como brasileiros, estamos na maior expectativa de que a Petrobras possa dar todo seu esforço com relação ao Campo de Libra, até porque foi a Petrobras que fez essa extraordinária descoberta – a Petrobras vai com tudo para participar e vencer ativamente o leilão de Libra, agora em outubro?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Senadores, Senador Ferraço, obrigada pelas perguntas. Já na véspera, na sexta-feira... – foi levado ao *Fantástico* no domingo –, já na sexta-feira, sábado e domingo, durante todo o dia, fomos procurados por vários jornalistas, pedindo que falássemos sobre as chamadas que estavam sendo feitas na televisão a respeito do nome da Petrobras. Imediatamente – e eu não poderia fazer outra coisa –, comecei a conversar, telefonar, ligar. E combinei, com vários dos nossos técnicos, gerentes e diretores, de assistir ao programa e, às sete e meia de segunda-feira, eu estava com o gerente executivo na sala, o Álvaro, que está aqui presente, ele é ligado – e já respondo a uma pergunta do senhor – ao diretor de engenharia da Petrobras, o Diretor Figueiredo.

O Álvaro tinha na sala técnicos da confiança dele, pessoas que trabalham com essa parte da inte-

ligência e da segurança empresarial. E a pergunta é a primeira: há registros? Existem registros? Como os registros são acompanhados 24 horas por dia, você não precisa fazer um levantamento exaustivo, porque o processo já é naturalmente de um trabalho exaustivo. Então, o Álvaro colocou para nós que não havia, em 2012 e 2013, nenhum registro anormal.

Existem aqueles mais de 160 milhões de *e-mails* que tentam entrar a cada 30 dias, dos quais 90% são rejeitados, porque apresentam alguma informação espúria, mas não havia registros. A tecnologia que nós temos, que consideramos – porque também investimos, como disse, R\$4 bilhões por ano em segurança empresarial –, a tecnologia que consideramos de ponta não foi capaz de identificar absolutamente nenhum ataque ao sistema. E não é preciso fazer esse trabalho, porque ele já é exaustivo.

Agora, a reunião foi exaustiva, porque há um desconforto, há uma questão que para nós... A gente aparecer, Petrobras, naquele momento, é algo que cria um embaraço muito grande. Fomos a fundo nas discussões e temos discutido muito fortemente sobre o que mais fazer.

Como eu disse, a tecnologia é renovada a cada dia, o que essa tecnologia não pode a outra pode. Mas, para obter, para deter, para capturar aquilo que a Petrobras tem de mais vantajoso frente a qualquer outro concorrente, que é a gestão desse processo de ATZ... Nós começamos no A e estamos no Z.

Nós produzimos hoje 326 mil barris de petróleo por dia no pré-sal, nós fizemos a descoberta de Libra, nós conhecemos Libra. Então, essa parte é muito difícil. Eu diria que ela teria que capturar toda a Petrobras.

Esse trabalho, Senador, que nós fazemos com relação à força de trabalho é para que ela seja fiel à Petrobras – é preciso fidelidade. Mas não podemos garantir, de forma alguma, que consigamos segurar todos na Petrobras. Pessoas deixam a Petrobras e é também impossível levar a Petrobras.

As pessoas deixam a empresa, e a fidelidade também, como a tecnologia, não é de 100%. Então, o que temos de nobre é o saber, é o gerenciar, é o comandar. Na indústria do petróleo e em outras áreas, existe muito a reputação, o seu nome Petrobras – você assina um termo de cooperação tecnológica, você assina um contrato de confidencialidade, e nós precisamos poder olhar um para o outro quando a gente termina aquele projeto. Falhar, vazar e ser descoberto é a morte para o outro lado, é perder credibilidade. Nós estamos falando de seres humanos, não é?

Com relação à Abin (Agência Brasileira de Inteligência), em diversas fases a Petrobras esteve mais ou menos próxima da Abin. Então, temos um histórico

contado de um período de muito trabalho, uma atividade muito intensa. Durante um tempo, menos. Em 2003 – não é isso, Alvaro? – nós voltamos a ter um relacionamento mais próximo na elaboração de novos produtos para que a gente possa garantir a menor vulnerabilidade possível do sistema.

A Lei nº 12.527 impôs para nós também uma revisão da classificação da documentação nossa.

Então, temos uma classificação que a gente chama de NP1, 2, 3 e 4, em que 3 e 4 é aquilo que mais exige cuidado, zelo e proteção. Portanto, essa lei, sim, Senador, impôs para nós uma mudança na classificação que fazemos de todos esses documentos.

Temos o guardião do nosso Centro Integrado, CIPD. Como disse nosso gerente executivo, nosso diretor, a presidenta é igualmente responsável por tudo isso, por toda essa massa de dados, e esse sistema está dentro da rede interna de computadores da Petrobras. O acesso a ele é muito restritivo. Então, são dados, são interpretações, são informações, são análises restritivas, é a criação do conhecimento, a arquitetura desse conhecimento, o modelo, a revisão e a tomada de decisão.

Senador, com relação a Libra, temos uma estima absoluta pelo petróleo e pelo gás natural não descoberto, que não nos pertence, pertence à União, pertence ao Brasil. Quando se descobre, a sua estima é multiplicada por cinco, por dez, por mil. A estratégia de participação de Libra, vou sentar para contar para o senhor depois do dia 21. (*Risos.*) Porque realmente esse é outro momento em que poucos participam da discussão. Nós temos vários técnicos na companhia, cada um cuidando de um pedaço; a informação completa sobre a estratégia, como vamos proceder, o percentual que vamos avaliar, ter, cabe à Presidente, cabe ao Diretor Formigli, que é o Diretor de Exploração e Produção. Nós dois temos o conjunto da ópera e temos a nossa base dividida entre vários grupos, de tal forma que só na hora de entregar o envelope a gente fecha os números.

Fiz um esforço aqui para tentar lembrar de tudo, mas acho que falhei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se a senhora me contasse, eu guardaria esse segredo. (*Risos.*) De qualquer maneira, vou aguardar dia 21, na expectativa, evidentemente, de que a Petrobras vá para cima de Libra, por tudo que Libra representa para nosso País.

Mas uma pergunta importante: como é realizada a gestão da segurança e da informação pelas empresas com que a Petrobras tem aliança que são sediadas no exterior, essas empresas que trabalham rede de proteção à informação? Porque essas empresas

são aliadas da Petrobras, mas são empresas que podem, eventualmente, estar nos Estados Unidos, e elas estão submetidas à legislação local, que estabelece que, em determinadas circunstâncias, elas têm que, por força dessas legislações antiterroristas, socializar essas informações.

Nesse caso específico, como é construído o relacionamento com essas empresas?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É muito importante, sim, a pergunta, Senador.

Da mesma forma que, para o leilão de Libra, quem tem todos os elementos desse processo é a Presidente e o Diretor de Exploração e Produção, essas empresas que trabalham conosco não conhecem nosso Centro Integrado, elas conhecem o serviço para o qual foram contratadas. Então, elas têm o conhecimento de parte, elas têm o conhecimento daquela atividade daquele escopo ali. Como isso é operacionalizado, como esses elementos se transformam em operação, isso cabe à Petrobras.

Nós temos, ainda que sejam empresas americanas, chinesas ou italianas, contratos assinados que nós, de ambos os lados, respeitamos. E, se alguma coisa não é respeitada de um lado ou do outro, temos um fórum definido que irá fazer a arbitragem daquilo que porventura venha a provocar alguma insatisfação para nós.

Então, elas trabalham conosco, mas não conhecem o que temos, porque quem faz a governança do centro, quem faz a governança da rede integrada de computadores do sistema Petrobras, quem desenha a arquitetura do banco, a arquitetura da informação é a Petrobras. Quem gerencia é o Dr. Alvaro, que está aqui ao meu lado, que é nosso Gerente de Informática, é o Gerente de TI.

Então, não respeitar os contratos é uma briga feia e é uma perda de credibilidade também, porque se acontecesse com Petrobras poderia também acontecer com outras empresas, e essas pessoas, essas empresas, para existir, precisam ser críveis.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não há evidências disso.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olhe, a gente diz assim: nesse período – e essa, a primeira pergunta que me foi feita –, o que nós fizemos não teve uma ação que, agora, fosse lá e medisse para ver se tem registro de algum ataque. Isso já é feito o tempo inteiro. Empresas que nos desagradam por qualquer motivo, elas saem do nosso cadastro. Por qualquer motivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – As denúncias feitas pelo Fantástico citam o nome da Petrobras. V. S^a ou a companhia conseguiu

alguma informação adicional do que na Petrobras foi ou teria sido violado, ou se trata de uma fantasia? Que avaliações internas V. S^a, com a equipe, pôde concluir, se é que pôde concluir?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– Se o senhor me permite, eu não chamo de fantasia. A avaliação que eu tenho e que a Petrobras tem é de que não se trata de fantasia. Nós não sabemos se houve o ataque, se houve a tentativa de acesso e, se eles conseguiram grampear, passar e capturar alguma informação, nós não sabemos o quê. Nós não sabemos o quê.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Só nessa linha, o senhor me perdoe, apenas para aproveitar umas das respostas da Presidenta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Essa parte segmentada que a Presidenta falou de acesso, isso é acessado em rede ou essa parte segmentada é entregue...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fisicamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... em dados em HD externa ou coisa do gênero?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– A rede interna de computadores da Petrobras não transita em internet, é um sistema que é alimentado por nós, acumulado em cima de uma engenharia, de uma arquitetura que convém àquela área trabalhar daquela forma. Nossos empregados – poucos – que têm acesso têm senha, têm códigos, têm que ter o dedo reconhecido para poder entrar fisicamente no ambiente. Então, o monitoramento de quem acessou, de quem trabalhou e por quanto tempo, tudo isso é feito, tudo isso é rastreado. Esses dados que chamei de conhecimento explícito da companhia não passeiam pela rede.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ainda que não tenha identificação de violação ou que a equipe de TI da companhia não tenha essa identificação, a equipe considera possível que essa violação tenha sido alcançada e nenhum tipo de vestígio tenha sido deixado pelo caminho?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– De novo, Senador, são 4 bilhões por ano. De 2013 a 2017, são R\$21 bilhões só em segurança, em TI, em telecomunicações. Nós temos nossa comunidade junto às empresas operadoras de petróleo, como elas se organizam; participamos de eventos. Entendemos que temos o que de melhor a Petrobras podia ter, assemelhando-se às práticas mundiais, às melhores práticas mundiais. E tecnologia supera tecnologia. Por

isso, o tempo todo nós não terminamos nosso sistema de proteção aos nossos dados.

Chegamos aqui e dizemos que temos o que há de melhor. Para ver, para crer que fomos invadidos temos que ter um registro de invasão e a amostra do que foi capturado. Nós não temos essa informação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr^a Presidente, por ora, nós manifestamos nossa satisfação.

Agradecemos, Sr^a Presidente Graça Foster, pelos esclarecimentos das questões que foram levantadas. Muito obrigada a V. S^a.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimos nosso Relator.

Se me permite o próximo inscrito, que, por permuta com o Senador Suplicy, é o Senador Delcídio, eu gostaria também de fazer uma pergunta adicional. Houve a pergunta, complementada pelo Senador Walter, em relação aos dados da Petrobras, se estão *on-line*, disponibilizados na rede ou não. Acho que isso é algo fundamental. Foi respondido que não.

Nesse sentido, Presidente Graça, eu lhe pergunto se, nestes últimos anos, nos anos mais recentes, houve algum caso de captura ilegal promovida por algum servidor da Petrobras, alguém que tivesse acesso, se há ou houve... não lá para trás, mas pelo menos nesse período muito recente, dentro desse centro de armazenamento de dados.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós não temos registros de que informações tenham sido acessadas porque os sistemas de proteção bloqueiam e não permitem que haja o ingresso para dentro desse banco de informações ou banco de dados. Ou seja, temos diversos filtros que fazem essa proteção, e não houve acesso a dados, por exemplo, da área de exploração e produção.

Essa pergunta foi feita nesta semana dezenas de vezes aos nossos técnicos de TI, e esta é a resposta: não há evidência dessa entrada no sistema e de se terem capturado informações do sistema Petrobras.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço a resposta. Passo a palavra ao Senador Delcídio.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Permite-me, Senadora?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Claro.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu queria que a gente não esquecesse aquele eslaide que eu apresentei: são 197 milhões de *e-mails*

passados em 30 dias. E entraram, efetivamente chegaram ao destinatário 16 milhões. Então, o que existe é um bloqueio em diversas camadas, diversos filtros.

Das tentativas, se existiram, não houve registro.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

Senador Delcídio com a palavra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Cumprimento a nossa Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Ricardo Ferraço, Relator, e a Presidenta da Petrobras, nossa querida Graça. Cumprimento também os Senadores e Senadoras.

Primeiro, Senadora Vanessa Grazziotin, quero registrar aqui o acerto da Presidenta Dilma, que adiou, numa linguagem diplomática elegante, essa visita de Estado ao Presidente Obama. Era a atitude correta.

E nada afeta essa relação que o Brasil tem, absolutamente profícua, com os Estados Unidos. Somos parceiros comerciais importantes. Os Estados Unidos, inclusive, são superavitários nas trocas comerciais. Ao contrário do que acontece com a maioria dos países do mundo, os Estados Unidos são superavitários. Temos programas na área de energia com os Estados Unidos, temos o Ciência sem Fronteiras, que vai levar 100 mil estudantes brasileiros às universidades americanas, um programa extraordinário. Cheguei a ver isso nos Estados Unidos. Acho que muito daquilo em que os países asiáticos conseguiram se desenvolver, crescer, foi graças a essa cultura do Ciência sem Fronteiras, há muita gente estudando nas grandes universidades americanas. Portanto, a vida continua. Não vai haver nenhuma crise em função disso, e a Presidenta Dilma foi muito equilibrada, a Diplomacia brasileira foi muito competente ao administrar com a Diplomacia americana essa não visita de Estado da Presidenta Dilma aos Estados Unidos. A despeito de ela ir agora, nos próximos dias, acho que na próxima semana, à abertura da sessão das Nações Unidas, como é praxe que todo Presidente brasileiro participe da sessão inaugural. Portanto, acho correto.

Entendo que essa bisbilhotagem... Lembro-me, Graça, de quando li 1984, de George Orwell. Achei que aquilo fosse um sonho, a despeito de algumas divergências, ou muitas, que tenho com relação ao que é citado lá e à própria história do George Orwell. Mas, hoje, estamos diante do Grande Irmão. Então, ele bisbilhota tudo. Os Estados Unidos, hoje, viraram um refém de tudo aquilo que plantaram, um mau entendimento da realidade na Ásia, no Oriente Médio...

Lembro-me, há muitos e muitos anos, de que recebemos aqui senadores americanos que achavam que iriam criar no Iraque... o Iraque seria a semente de

uma grande democracia em todo o Oriente Médio, nos padrões ocidentais. Aliás, o grande erro do Ocidente é tentar fazer uma leitura do Oriente Médio com uma visão ocidentalista, quando as coisas são absolutamente diferentes por razões históricas, culturais, religiosas e assim por diante.

Então, a bisbilhotagem tomou conta, e o Brasil não é único. Vários países foram bisbilhotados também nesses vazamentos do Snowden, nos vazamentos do Wikileaks, que já foram esquecidos... Mas, na verdade, países europeus importantes, Alemanha, França, enfim... A bisbilhotagem, por causa do medo, hoje é um instrumento absolutamente sem controle do governo americano. Imagino o Presidente Obama conversando com a Presidenta Dilma, neste último encontro que eles tiveram em São Petersburgo, ele tentando explicar o que aconteceu. Nem ele sabe o que deve ter acontecido. E depois ainda dizer que, na quarta-feira, não sei se hoje ou semana passada... semana passada, ele ia dar as devidas explicações. Isso é um polvo distribuído, operando loucamente no mundo inteiro, pegando informações importantes, pegando informações absolutamente desnecessárias, desprezíveis. Enfim, é uma bisbilhotagem indiscriminada e fortemente sem controle.

Então, acompanhei atentamente a apresentação da nossa querida Presidente da Petrobras e sei dos cuidados que a Petrobras tem, especialmente nessa área de TI. O Alvaro está aqui, também um gerente muito competente, que tem história dentro da companhia, e as explicações da Presidenta Graça são absolutamente... A intranet não fala para fora, os sistemas evoluem tecnologicamente, até porque é uma área que exige, como a Presidenta Graça disse aqui, inovações e investimentos permanentes. São R\$4 bilhões por ano, pelos números que a Presidenta aqui apresentou.

Portanto, Presidenta, R\$4 bilhões, se colocarmos mais R\$2 bilhões, é a arrecadação do meu Estado. E a Petrobras investe, só em TI, R\$4 bilhões. Isso para imaginar o que representa isso.

E, ao mesmo tempo, é impressionante esse número de R\$195 milhões e aquilo que efetivamente chegou ao seu destino, quer dizer, a filtragem nos sistemas que efetivamente a Petrobras promove no seu dia a dia. Isso a despeito das dúvidas que a própria Presidenta Graça, de maneira muito tranquila, colocou aqui, transparente como ela é, republicanamente.

E, ao mesmo tempo também, acho que foi muito esclarecedora essa resposta da Presidenta Graça com relação à pergunta do Senador Ferraço sobre esses contratos que existem com empresas internacionais, que, na verdade, têm acesso ao objeto; a engenharia e arquitetura são da companhia, concentradas nas mãos de muito poucas pessoas.

Um projeto como esse, que vai ser licitado agora, o Campo de Libra, é todo segmentado, quer dizer, a companhia inteira trabalha nesse sentido, mas a arquitetura de tudo isso e a conclusão estão concentradas nas mãos de muito poucas pessoas. Isso é a inteligência que a companhia consolidou, a despeito de termos perdido profissionais competentes, mas que não levam, como a Presidenta Graça disse aqui, a Petrobras inteira, levam alguns pedaços, quando levam, até porque muito pouca gente – isso é uma cultura que a companhia tem – sai da Petrobras. Nós perdemos muito poucas pessoas, mesmo depois da quebra do monopólio. Acho que a Petrobras conseguiu, com muita competência, segurar seus quadros, até porque quem trabalha na Petrobras não trabalha pura e simplesmente. A Petrobras é uma religião para quem trabalha na companhia. Portanto, é um tratamento completamente diferente das outras empresas.

Por isso me sinto muito confortável com as explicações aqui apresentadas pela Dr^a Graça, e ainda registrando o seguinte: a Petrobras tem... E aí alguém diz assim: “Não, vão bisbilhotar porque vão passar informações para companhias de petróleo americanas, é o governo americano bisbilhotando a Petrobras para prestar informações para companhias americanas.” A Petrobras tem muitos acordos de confidencialidade com as maiores companhias do mundo, companhias europeias, companhias americanas, e isso é uma espécie de “o sigilo é a alma do negócio”. Qualquer quebra de sigilo, como também a própria exposição da Petrobras num programa de televisão, isso é ruim, isso é desagradável, isso é desconfortável.

Mas como foi dito aqui, existem acordos de confidencialidade, onde o sigilo é absolutamente fundamental para o sucesso do projeto. E, num negócio desse, ninguém brinca, porque é muito dinheiro envolvido.

Ao mesmo tempo – e isso eu não poderia deixar de destacar, ficou muito claro –, há a questão dos prestadores de serviço, dos fornecedores de equipamento. Esse setor é um setor dinâmico, ninguém vive enclausurado, há toda uma interação com o mercado. Especialmente agora, esse grande esforço, fiz questão aqui de... Vi que você lembrou, Graça, o Pominp, que foi um tremendo avanço. Isso trouxe benefícios para a indústria nacional, para a qualificação de mão de obra, com resultados extraordinários. Então, eu fico muito tranquilo.

Com muita serenidade, acompanhei a exposição da nossa Presidenta da Petrobras e sei dos cuidados que a companhia tem com segurança de informação e de como funciona. Portanto, a Petrobras é ponta em várias tecnologias, como outras companhias de petróleo também o são. Falamos de pré-sal, mas há

outras empresas que também têm tecnologia de pré-sal. Pré-sal não existe somente no Brasil, existe na África Ocidental, existe no Golfo do México, no Mar do Norte, enfim. Portanto, acho que a iniciativa desta Comissão de trazer a Presidenta Graça é extremamente feliz para esclarecer as questões, que, ao calor da bisbilhotagem, começam a tomar dimensão. É importante fazermos este debate para esclarecer uma série de questões, claro, a despeito das preocupações que norteiam principalmente a bisbilhotagem, a quebra de soberania, o direito individual, que são cláusulas pétreas, principalmente do sistema democrático.

Vou, minha querida Graça, fazer uma pergunta somente: tenho visto um movimento grande aqui sobre decretos legislativos, sobre a suspensão do leilão de Libra, sobre enquadramento na legislação, sobre enquadramento de Libra como projeto estruturante, sobre a possibilidade de que a legislação que foi votada do pré-sal cria essas condições. Acredito que uma parte dela vem da preocupação com a bisbilhotagem. A outra parte são outras posturas, outros tipos de interesse, talvez ideológicos, fundamentalistas.

Eu queria, Presidente, aqui, aproveitando essa oportunidade, ouvir um pouco da Presidenta da Petrobras o porquê desse movimento. Libra é um campo – vi aqui que são de 12 a 16 unidades –, um projeto gigante. A Petrobras já tem 30% como operadora exclusiva de Libra. Por que essa preocupação? Será que a participação de outras companhias em um projeto como esse traz algum tipo de risco à soberania nacional, traz algum tipo de risco a essa riqueza que o pré-sal e Libra vão nos proporcionar? Não podemos nos esquecer de que mudamos a legislação para partilha, que é uma nova conceituação. Saímos de concessão, inclusive olhando essa questão do controle das reservas pela União, e que são da União efetivamente.

Então, eu queria ouvir, Presidente, sobre como a senhora avalia essas ações de adiamento em um momento tão importante para o País, em que a Presidenta Dilma começa a fazer licitações importantes na logística. Talvez o leilão mais importante que vamos vivenciar é o leilão de outubro, o leilão de Libra. Não tenho dúvida nenhuma de que muitas empresas internacionais participarão de mais esse projeto importante para a produção de petróleo e gás no Brasil.

No mais, muito obrigado, Presidenta, pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para esclarecer que, da parte dos Senadores que compõem esta Comissão, estamos em linha com V. Exª. Achamos que esse adiamento,

com base nas evidências, nas confirmações e na segurança dada ontem pela Diretora-Geral da ANP e hoje pela Drª Graça Foster, não há nenhum sentido no adiamento desse leilão, que seria um desserviço aos interesses nacionais.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E eu só complementaria, Senador Delcídio, que isso se baseia não somente em conclusões individuais, mas em fatos concretos. Ontem, a Presidente da ANP deixou claro que não há nenhuma informação sigilosa em relação a Libra que pudesse favorecer a qualquer grupo ou a qualquer empresa. Hoje, a Presidente da Petrobras disse que não há possibilidade – não sabe se houve interceptação ou não – de que o todo, ou seja, a proposta da Petrobras seja prejudicada por um conhecimento prévio em relação a outras empresas que participarão.

Senador...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidenta, só uma pergunta. Esses dados são públicos como foi dito aqui? Não há nenhum segredo, mas estou fazendo a pergunta à Drª Graça porque as razões são outras. Estão usando esse discurso do adiamento com base na espionagem, em uma suposta espionagem, quando, na verdade, os motivos são outros. E quem questiona sabe, inclusive, como funcionam essas coisas, mas, por outros motivos, querem criar algum tipo de constrangimento ou querem dificultar o leilão de Libra agora no mês de outubro. É por isso que eu queria ouvir a Drª Graça sobre esses motivos que estão escondidos, esses motivos que não são revelados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nesse caso, a espionagem não confirmada é apenas um pretexto, é apenas um biombo para outros interesses que sabe Deus quais são. Mas V. Sª tem a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, desculpem.

Veja o dilema que temos aqui. O ideal seria que ela respondesse agora, entretanto temos inscritos Senadores Raupp, Simon, que voltou da Comissão de Constituição e Justiça para falar, e o Senador Inácio. Não sei se não seria melhor darmos a oportunidade de falar para os outros Senadores que também têm de ir à Comissão de Constituição e Justiça. Pediríamos brevidade. Nós, da mesa, nos comprometemos a não interferir mais, para que os Senadores falem.

Passo a palavra, então, à Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidenta, faz de dois em dois ou de três em três. Acho que é mais ágil.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Já estamos aqui há duas horas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vamos ver o tempo que cada um utiliza, creio que é muito pouco.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Srª Presidenta Vanessa Grazziotin; Sr. Senador Relator, Senador Ricardo Ferraço, Srªs e Srs. Senadores, Srª Presidenta da Petrobras, Drª Maria das Graças Foster, nas perguntas do Senador Ferraço, Relator, praticamente, ficamos contemplados, porque ele fez perguntas bastante abrangentes, bem como o fez, em sua exposição, o Senador Delcídio do Amaral. Ainda ficamos na pergunta acerca das medidas que a Petrobras...

Quero saber, Srª Presidenta, Drª Graça, que medidas foram tomadas pela Petrobras após as denúncias de espionagem pela NSA. Que medidas concretas foram tomadas? Vi aqui, na exposição, que as empresas que cuidam da criptografia da Petrobras são todas americanas. As três são americanas, e essa criptografia era justamente para misturar as informações para que ninguém fique sabendo. Mas, se são americanas, certamente a NSA teve acesso a ela. Essa era a primeira pergunta.

A segunda: a Petrobras tem importado bastante petróleo, sobretudo óleo diesel, porque ainda não é autossuficiente. Há uma reclamação da Câmara de Comércio Brasil-Irã de que o Irã tem oferecido petróleo para a Petrobras, inclusive deixando todo o recurso da venda desse petróleo depositado no Brasil para compra de alimentos, para levar produtos brasileiros para o Irã. Dizem que só não é possível fechar essa transação em função do embargo americano. Será que os americanos estão em condições de embargar, de ainda impor algum embargo a outro país, depois de tudo o que fazem no mundo todo? Essa é uma segunda pergunta.

Terceira: a exploração do *shale gas* pelo Brasil tiraria o Brasil da dependência do gás boliviano? Em quanto tempo isso poderá acontecer? Isso não quer dizer que o Brasil não tenha que comprar gás da Bolívia, mas não fica dependente desse gás boliviano.

Faço também apenas um comentário acerca do campo de Libra, que está estimado em 15 bilhões de barris. Tenho certeza de que qualquer país do mundo que tivesse um potencial de petróleo desses a ser extraído gostaria que as empresas deste País, no nosso caso, as empresas brasileiras, como a Petrobras, que explorassem também esse petróleo, para que ficasse uma riqueza maior aqui no Brasil. (*Palmas.*)

E o anseio do Senado, que está hoje um pouco nervoso com relação a isso... Um grupo de Senadores, ontem, teve uma discussão acalorada na Bancada do PMDB sobre essa questão. Alguns Senadores do PMDB questionaram isso.

É justamente isto: outras empresas, no passado, tentaram pesquisar esses campos de petróleo e desistiram antes de chegarem à descoberta. Aí veio a Petrobras e conseguiu chegar a essa descoberta fantástica. Isso, no Brasil, tem orgulhado todos nós. Mas, agora, na hora da exploração, não se sabe se a Petrobras vai ficar ou não. Vêm as empresas estrangeiras, com espionagem ou não, tentando disputar esse petróleo.

Então, eu queria saber se a Petrobras não teria condições de ficar para explorar sozinha a bacia de Libra. Era essa a pergunta, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Srs. Senadores, acho que esse ritmo está bom.

Pergunto à Drª Graça se ela teria dificuldade de ouvir mais dois oradores inscritos, para poder responder ao final.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não há problema, não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se não há problema, então, passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Para a Presidente, não há problema, pois ela tem tudo na cabeça.

Fiquei impressionado com o pronunciamento do companheiro Delcídio do Amaral. Sou seu admirador. Acho que ele fez, realmente, como disse a ilustre Presidente, um grande trabalho na Petrobras. Deveria ter ficado por lá um tempo mais; acho que isso seria bom. Mas S. Exª fez uma declaração aqui que considero muito importante. Ele pergunta o que está havendo atrás disso tudo, desse outro lado que está revelando um pensamento contrário. Aí eu faço uma pergunta a S. Exª. Eu e mais alguns companheiros temos sido procurados para discutir essa matéria, e a discussão é feita em torno exatamente de termos, como eles dizem, de mudanças que são feitas com relação à Petrobras.

Na frente disso, está o ex-Presidente da Petrobras que trabalhou com V. Exª. Há uma coisa muito interessante: na época em que ele era o Presidente, em relação à Petrobras havia só manchete positiva.

Não sei o que a nova Presidente fez, pois, a partir do momento em que V. Exª entrou, deixaram de existir aquelas manchetes positivas do tempo do Gabrielli: era Petrobras aqui, Petrobras lá; era uma maravilha. Quando V. Exª entrou, de repente, só há problema sério, problema aqui, problema lá, problema na Argentina. E

a todas essas críticas o Sr. Gabrielli nunca respondeu, nunca falou nada. Ele nunca se defendeu de coisa alguma. De repente, vem ele e, rapidamente, radicalmente, inicia esse debate. Quem começou essa discussão foi o Sr. Gabrielli, que, pelo jornal, abertamente, disse que as mudanças que estão sendo feitas agora não eram para ser feitas, são totalmente contrárias àquilo que deveria acontecer.

Agora, então, com a pergunta do meu amigo Delcídio do Amaral, é que, realmente, questionamos: o que é que está havendo? Acho que a gente tem de esclarecer isso, qual é a dúvida, qual é o problema, qual é a divergência. As pessoas nos procuram e, inclusive, gostariam que trouxéssemos um ilustre engenheiro da Petrobras para conversar com V. Ex^a, porque há perguntas a serem feitas.

Eu quero dizer que sou um fã de V. Ex^a, um admirador. Eu disse isso quando tivemos a honra de votar o seu nome. Vejo que V. Ex^a, realmente, é, na vida pública, uma pessoa que significa o que há de melhor no Brasil. Que bom seria se, em cada setor do Brasil, houvesse uma pessoa como V. Ex^a, que tivesse se especializado e chegado ao clímax de conhecimento da questão!

Agora, estão levantando esses problemas. Eu diria que recebi isso da equipe que está divergindo de V. Ex^a. E, agora, o meu amigo Delcídio quer saber o que há atrás disso. Eu também já fico meio assim... O que há atrás disso? Não sei! Eu sei que as perguntas foram feitas por pessoas por quem eu tinha o maior respeito e que são consideradas a linha base do pensamento sério da Petrobras etc. e tal. E, agora, fizeram isso. Dizem eles: "Nenhum país soberano leiloa petróleo já descoberto". O Presidente Wilson, dos Estados Unidos, dizia: "A Nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro país para explorá-lo não zela pelo seu futuro."

E, aqui, nem se trata mais de explorar, mas de desenvolver a produção no campo perfurado, testado e comprovado.

Então, faço uma pergunta, se V. Ex^a me permite. Segundo entendi, o campo de Libra, que tem 15 bilhões de barris, foi adquirido pela Petrobras para aumentar o seu capital. Junto com os 9 bilhões de barris do campo de Franco, que lhe é interligado, revelaram-se cerca de 24 bilhões de barris. Procedem essas avaliações? Quais os verdadeiros números aproximados?

Segundo, a ANP afirmou que a Petrobras desenvolveu o campo de Libra. A informação que tenho é a de que, em vez disso, a ANP tomou o campo da Petrobras e o está leiloando, o que é algo inédito no mundo! Afinal, o que aconteceu com a posse desse campo?

Faço a terceira pergunta: a Petrobras foi ressarcida pelas prospecções e perfurações dos campos de Libra e de Franco?

Faço uma quarta pergunta quanto à grave questão do chamado ressarcimento em óleo tanto para o bônus de assinatura como para os *royalties* devidos. Inclusive, essa foi uma das maiores preocupações quando da tramitação da Lei de Partilha. Não faz sentido e é até incompreensível a empresa pagar o bônus de assinatura de contrato e os *royalties* e, depois, ser ressarcida pelo petróleo. Procede a informação de que esses ressarcimentos estão previstos no edital de leilão para o contrato de partilha do Campo de Libra? Lembro que, pela lei, não pode haver ressarcimento em nenhuma hipótese. Está se descumprindo a Lei nº 12.351/2010. Quem ganha com isso? Que contabilidade perversa é essa?

Faço a quinta pergunta. Há ainda a questão das multinacionais que exportam o óleo bruto, o que gera prejuízo para o País. Só de impostos, a perda é de 30% devido à isenção de impostos de exportação pela Lei Kandir. Não refinar no País significa empregos perdidos aqui e geração no exterior, com a construção e a operação de refinarias. Entendo que isso faz parte de uma abordagem mais ampla de caráter macroeconômico. Mas a senhora concorda com essas diretrizes de política econômica para o setor do petróleo?

A sexta pergunta abrange mais uma distorção: a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis publicou o texto final do edital e de contratos referentes ao leilão de Libra antes do parecer do Tribunal de Contas. A Sr^a Magda Chambriard disse que houve um parecer e até agradeceu ao Tribunal de Contas por um simples parecer oral. O Tribunal de Contas deu, pelo telefone, um parecer oral sobre essa matéria, mas não há um parecer técnico, não há um parecer do Tribunal de Contas.

Além do que foi exposto, ao tratar de questão de espionagem que possa ter havido na Petrobras, na ANP e em outras instâncias técnicas, o que, aliás, é tão grave que motivou o cancelamento da viagem da Presidente Dilma aos Estados Unidos... Cá entre nós, faço um aparte: achei sensacional a decisão dos Estados Unidos ao adiar a viagem. A palavra "adiar" mudou completamente o problema. Se se dissesse que a Presidente tinha cancelado a viagem, isso geraria uma crise. Mas foi dito que se adiou a viagem. E a adiou por quê? Porque estamos com esse problema, porque o Obama está lá com o problema da Síria e com o problema do Congresso, porque o momento não é oportuno. Essa foi uma decisão não sei de quem, mas, na minha opinião, ela foi sensacional!

Além do que foi exposto, ao tratar da questão da espionagem que possa ter havido na Petrobras, na ANP e em outras instâncias técnicas, o que, aliás, é tão grave que motivou a discussão em torno da viagem, a senhora entende que é prudente e responsável manter o calendário do referido leilão?

Na gestão Reichstul, foi extinta a Equipe de Planejamento Estratégico da Petrobras, e, em seu lugar, foi colocada a empresa americana Arthur D. Little. Desnacionalizar era a meta. Na Petrobrax, agora, na sua gestão, há duas empresas americanas: a PriceWaterhouse, no Planejamento Estratégico, e a Boston Consulting Group, no Planejamento Tático. Ambas são americanas. Isso é para a espionagem? Ou é para sabotar mesmo? Será que isso explica a queda de produção da sua gestão? Aliás, assim é que a Petrobras está revendo a sua segurança para corrigir o acesso *on-line* a informações estratégicas da companhia.

Eu vejo que essas são questões importantes, fornecidas por gente da maior categoria, da maior responsabilidade. Não sei se os senhores sabem quem são os técnicos que estão falando. Eu, que não entendo nada, fico tonto. Para mim, a palavra da Presidente Graça é 100%. Eu confio, respeito, tem credibilidade, mas essas pessoas estão lá dentro e estão levantando essas questões que me parecem realmente importantes.

Por isso é que eu acho, com todo o respeito, que seriam importantes esses esclarecimentos. São esclarecimentos que não devem ser feitos por A, por B, por editorial de jornal, não. Mas por gente que tem a tradição do seu lado, que defende do mesmo jeito.

Então, acho que seriam importantes esses esclarecimentos, com todo o carinho e admiração que reputo e que continuo tendo por V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador, eu quero dizer que fiz uma avaliação aqui. O Senador Valdir Raupp tem que sair também, e já há um acúmulo grande de questionamentos. Então, optamos por passar a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidente, eu posso ser muito breve e complementar apenas.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Veja, há dois Senadores somente: V. Ex^a e o Senador Inácio Arruda.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu aceito dar a palavra ao Senador Suplicy. Agora, o “muito breve”, eu nunca vi até hoje. (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois é, esse é que é o problema! Eu agradeço. E ele fala por experiência própria também, não é, Senador Simon?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Um aparte ao Pedro Simon não pode ser menor do que a fala do Pedro Simon.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E o sorriso do Senador Suplicy é um sorriso de consentimento à afirmação de V. Ex^a. (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É. São muito parecidos. Então, passo a palavra à nossa Presidente, Presidente Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Obrigada.

Vou tentar ser bastante direta na resposta, para que vocês possam fazer as outras perguntas.

Senador Delcídio, o que acontece na Petrobras – o senhor esteve lá – é que, dentro da Petrobras, nós nos achamos grandes, grandes técnicos. E, quando nós saímos – assim vejo alguns colegas –, você se torna um. Quando se está na Petrobras, você é um mais mil, porque há mil pessoas trabalhando com você. E, quando você sai, você vê que você não é daquele tamanho. Nós somos uma equipe, e o sucesso que nós temos, aquele resultado positivo de um projeto é consequência de um somatório de talentos. Acho que esta é a diferença: quando você está na companhia e quando você sai. O prestígio, os prêmios...

Eu comecei lá como estagiária. Então, você vai subindo e, em cada nível, você vai vendo que o que você faz é o resultado de três, de quatro, de mil. Acho que essa é uma diferença muito grande.

Para mim, fazer a interpretação do que está acontecendo: eu tenho informações dentro da companhia e leio jornais. Libra é caro para a Petrobras. É caro no sentido de que tem um valor, representa uma descoberta da Petrobras. Então, esse é um ponto que nós temos, como empregados da companhia. Eu, como Presidente da companhia, sigo a Lei da Partilha. Libra, realmente, no meu entendimento técnico, não pode ser tratada como todos outros *bids* que houve. É algo especial, e, para a partilha, cai bastante bem esse edital de Libra.

Fazer a Petrobras participar com 100% de Libra poderia ter sido uma decisão do Governo ou não. Para a Petrobras 100% de Libra é possível? Do ponto de vista técnico e operacional, sim. Muitas vezes, sim. Do ponto de vista econômico, hoje, para a Petrobras, 2013/2014, os seus indicadores econômicos e financeiros não suportariam um bônus de R\$15 bilhões

Então, esse é um sentimento de dentro da companhia de que uma descoberta passa a ser leiloada. Esse é o ponto.

Com relação à política – eu já vi sendo interpretada a utilização de Libra por questões políticas –, eu não me sinto com informações suficientes para poder me posicionar, mas o sentimento de Libra é verdadeiro, é legítimo dentro da companhia. E, se não fosse por aquele acúmulo de atividades que coloquei ali – nós temos 90% de praticamente tudo o que está ali, de todas as sondas de perfuração, unidades de produção, tudo contratado –, do ponto de vista técnico e econômico, quem descobriu faz o desenvolvimento da produção tranquilamente. Mas 13 e 14 são indicadores que realmente estão dentro dos níveis razoáveis, mas não suportariam R\$15 bilhões, evidentemente, de pagamento de bônus.

Com relação à suspensão do leilão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr^a Graça, não seria, então – na condição de Relator, me permita –, mais compatível e conveniente que, em lugar de Libra ser leiloado em 13, fosse leiloado num outro momento, para que se possibilitasse à Petrobras estar estrutural, econômico e financeiramente, adequada para fazer um lance definitivo? Porque não haveria necessidade de Libra ir a leilão agora. Poderia ir em outro momento, assim como outros campos do pré-sal.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Aí, novamente, eu não tenho todos os dados que fez o Governo decidir agora já por Libra. E, como Presidente da companhia, o que nós fazemos é trabalhar ao máximo para dentro das regras do edital, que são específicas para Libra, para chegarmos ao melhor resultado dentro de um consórcio que convenha à Petrobras. Eu não tenho todos os dados que levaram, que fizeram com que o Governo tomasse a decisão de fazer o leilão de libra este ano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O.k..

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu tenho o dever de buscar as melhores escolhas para que façamos o melhor da companhia nesse momento.

Em relação à questão da suspensão, eu não tenho autoridade para isso. E outro dia me manifestei à imprensa, dessas que te pegam com o microfone na mão. Eu disse: “Não, o leilão de Libra não pode ser adiado”. Eu não tenho autoridade para isso. Que não será! Eu não tenho autoridade para dizer se será ou não será. Eu simplesmente segui ali o que poucos minutos antes eu havia lido, o que havia sido dito pelo nosso ilustre Ministro Lobão, Ministro de Minas e Energia. Eu simplesmente repeti ali o que ele colocou, mas eu não

tenho autoridade para isso, nem para chegar e dizer que vai ou não vai, que tem que manter ou não tem que manter o prazo.

Com relação ao ilustre Senador Raupp, campo de Libra, 15 bilhões de barris de óleo equivalente, esse é o número que nós vemos. Algumas vezes colocado por uma fonte ou por outra fonte. “Por que não Petrobras 100%?” – esse tem que ser o desejo do Governo, e não o desejo da Petrobras. Então, também não cabe a mim, aqui, colocar dessa forma.

Nós temos recebido do Irã algumas discussões com relação a produtos brasileiros, à compra e venda desse petróleo. Essa é uma discussão que a área comercial do abastecimento da Petrobras tem tido, sim, com o grupo do Irã, e eu desconheço pressões americanas tornando inviável essa relação comercial. Eu desconheço. Não quer dizer que não exista. Não chegou a mim essa dificuldade colocada.

O *shale gas* e o gás da Bolívia, novamente para o Senador Raupp, não há, nos nossos planos, nem com a visão de até 2030, que nós possamos considerar não contratar, porque, no contrato com a Bolívia, o GSA (Gas Supply Agreement) vai até 2020. Então, consideramos que, nos próximos dez, vinte anos, nós renovaremos o contrato com a Bolívia em outras bases, em outros volumes, mas o gás da Bolívia é muito importante para o Brasil.

Com relação ao *shale gas*, que vai motivar a 12^a rodada, há informações de caráter exploratório, com estudos das bacias sedimentares brasileiras. Precisamos avançar um pouco mais, a partir da 12^a rodada, para entender um pouco melhor esse real potencial. Mas acreditamos que seremos bem-sucedidos em algum nível.

Senador Pedro Simon, eu fico muito honrada...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr^a Presidente.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Pois não, desculpe.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acho que ficou faltando ainda uma pergunta que fiz sobre as empresas americanas, as três empresas americanas que fazem a criptografia de Petrobras.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ah, sim. Três empresas americanas fazem a nossa criptografia. São empresas com grande reputação no mercado e certamente trabalham para manter essa reputação. Esta semana, conversamos sobre o que o Brasil tem feito para criar seus algoritmos. Essa é uma discussão permanente. E, certamente, no momento em que empresas brasileiras se apresentarem à Petrobras, elas serão consideradas, da mesma forma que

sempre consideramos aqueles fornecedores de bens e serviços que possam substituir produtos importados.

Conversamos bastante sobre quem faz, quem está fazendo, em que fase está, e torcemos para que essas empresas tenham algoritmos comerciáveis e que, no futuro – não sei se próximo ou se em médio prazo –, possam nos atender. Certamente, estaremos considerando essa possibilidade também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Neste momento, não há empresa nacional que disponha dessa tecnologia?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não conheço. Álvaro, você tem? Não há nacional que possa fazer o trabalho dessas três empresas, que possa suportar esse banco de Petrobras. Eu acho que não.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E nem a Abin, que tem um sistema desenvolvido, SGI, de criptografia? Nunca se conversou sobre isso também?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, trabalhamos com a Abin durante bastante tempo, e voltamos a trabalhar fortemente agora, a partir de 2013...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É porque a orientação que demos, por conta dessa discussão toda, é que também devemos buscar essas empresas, saber o que elas têm e em que fase estão, porque, certamente, é bom comprar do Brasil o que o Brasil tem para vender.

Bom, agora, prezado Sr. Senador Pedro Simon, fico muito envaidecida pelo respeito com que o senhor sempre se manifesta em relação à minha pessoa. A indústria do petróleo tem ciclos, são cinco anos, sete anos, entre a tomada de decisão para um bloco exploratório e o primeiro óleo. Às vezes se consegue fazer mais rápido. No pré-sal, fizemos espetaculares descobertas. No ano de 2012, tivemos uma plataforma de produção nova. Na média, o declínio está em torno de 10%. Todo mundo que produz 2 milhões de barris de petróleo por dia, em um ano, perde 200 mil barris de petróleo. Quando chegarmos, em 2020, aos 4,2 milhões de barris de petróleo por dia, a tendência é perdermos 400 mil barris por ano pelo declínio.

Então, devemos instalar novas unidades de produção, o tempo todo, a fim de conseguir manter 4 milhões de barris. Manter 2 milhões, quando, no ano de 2012, nós instalamos uma plataforma de produção, é realmente muito difícil.

Neste ano de 2013, estamos trabalhando muito duro. E esse trabalho começou não este ano, mas há três anos, no sentido de instalar oito plataformas de produção. É isso que vai fazer a nossa curva de produção acelerar, subir uma rampa e acontecer, passar desse patamar de 2 milhões. Se não instalarmos novas unidades de produção, é inexorável que haja queda de produção, independentemente de quem esteja dirigindo a empresa. Esse é um fato.

Nós temos um trabalho de conteúdo local, que é uma obrigação, ele é imposto para nós. Em 2003, 2004 e 2005, trabalhei muito para que isso acontecesse, quando eu trabalhava no Ministério de Minas e Energia, porque temos que ter um conteúdo local. Nossos estaleiros, ao mesmo tempo em que estão sendo construídos e revitalizados, estão produzindo essas unidades de produção.

Ontem, foi concluída a obra da P55, que durou 69 meses. Outras unidades de produção, aqui no Brasil, estão sendo entregues com 34 meses, 36 meses. Isso nada ou muito pouco tem a ver com quem dirige a companhia. Essa é a curva de aprendizado dos nossos fornecedores. Não há dúvida de que é preciso parar a produção, parar as plataformas, a fim de que haja segurança para os nossos empregados, a fim de que haja segurança na produção. E foi o que fizemos. No ano de 2012, houve paradas, assim como em 2013. Não arriscamos nada quando se trata da segurança do meio ambiente e da vida de nossos empregados. Isso é muito importante para nós.

Reunimos vários sucessos, que não são sucessos exclusivos da minha gestão, mas um trabalho de continuidade. No ano passado e neste ano nós temos um número de sondas de perfuração... Não basta a unidade de produção, você precisa das unidades de perfuração para ter os poços interligados. Hoje, nós temos todas as sondas de perfuração de que precisamos. Foram encomendadas em 2008. Atrasaram e atrasaram. Foram feitas na China e na Coreia.

Então, é um trabalho em que não há como fazer aparecer óleo. O óleo é um ciclo, sabe, Senador? São sete anos no mínimo. Seis, sete anos. É um presidente, é uma presidenta cuidando para que a empresa faça o seu melhor. Parar as plataformas para que elas sofram manutenção é uma questão de valor para a diretoria da Petrobras.

Então, é isso. A produção cai porque não entraram unidades novas. Estão entrando agora. Isso é natural e acontece em qualquer lugar.

Com relação ao edital, de novo, nós, na Petrobras, não temos, Senador, nenhum poder sobre fazer ou não o leilão agora. Nós não temos nenhum poder. Nós somos uma empresa que faz parte desse jogo,

desse *bid* e dessa competição. Sabemos fazer? A Petrobras sabe fazer? Ah, sabe. E sabe melhor do que ninguém, porque ela fez, de fato, a descoberta.

O senhor afirmou também, muito bem, e é comum, até internamente, na Petrobras, misturarmos cessão onerosa com Libra, e Libra fazia parte, não fazia parte. A Agência, junto, certamente, com o Ministério de Minas e Energia, definiu quais eram os campos que pertenciam à cessão onerosa. E Libra ficou fora. A perfuração de Libra, nós apresentamos à Agência a locação. Nós fizemos uma espécie de contrato com a Agência para a perfuração: "Olha, nós vamos furar aqui, ANP". A ANP concordou, nós perfuramos, fomos a 6.036 metros, conhecemos cada centímetro, e chegamos a esse colosso de óleo que é Libra. E a Agência entendeu que outras áreas – eu tenho aqui –, como Franco, Entorno de Área, Florim, Norte de Tupi, Sul de Tupi e Sul de Guará, comporiam a cessão onerosa. E ali estão os 5 bilhões de barris de óleo equivalentes, por que pagamos. Então, ali temos os 5 bilhões. E, com relação a Libra, é desejo, decisão do Governo, de que haja um leilão. A Petrobras não tem nenhum poder de fazer diferente.

Achamos que Libra é um caso especial...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Por favor, eu não ouvi o senhor.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – V. S^a está dizendo que a Petrobras não tem nenhuma chance de se manifestar com relação ao leilão?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu estou dizendo ao senhor que, a lei posta, aprovada, o edital definido, a regra, a Petrobras não tem poder para fazer diferente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Tem que cumprir a lei?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Cumprir a lei.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Mas a senhora não pode falar com a Presidente? Se for o caso, se achar que tem alguma dúvida: "Eu acho que tem isso, isso, isso. A senhora deve modificar a lei."?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É, eu posso. Eu posso falar. Lógico que posso. É lógico que eu posso falar. Mas a lei está aí, dia 21 de outubro está chegando, e nós damos o máximo para fazer o nosso melhor para Libra. Fazemos o máximo para o melhor de Libra.

A PriceWaterhouse. Eles são os nossos auditores. Eles ficam por um período de quatro anos. Anterior à PriceWaterhouse quem estava? Ernst & Young?

Então, há um ciclo. A Price é contratada por nós. Nós temos que ter um auditor do balanço Petrobras, do sistema Petrobras.

Diversas empresas fazem consultoria para nós: a BCG, a McKinsey e uma série de empresas que estão na Petrobras há muitos anos, fazendo consultorias específicas em determinadas áreas. De gestão, principalmente. Temos a Halliburton trabalhando conosco, assim como a Chevron, em Papa-Terra. Esse é o caminho natural de uma empresa de petróleo em um país em que não há monopólio e em que participamos, sucessivamente, de leilões.

Senador, eu quero muito responder todas as suas perguntas. Eu não sei se deixei alguma sem resposta.

Libra é algo muito caro para nós, nós temos um apego realmente bastante expressivo a Libra.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Após as respostas da nossa Presidente da Petrobras, passo à palavra...

O Senador Inácio Arruda trocou com o Senador Delcídio e outros se inscreveram.

Fala o Senador Inácio Arruda. Em seguida, V. Ex^a, sem problema...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Depois voltaremos para a Comissão de Justiça, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A qualquer instante, vai ser votado, e eu tenho que estar lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Inácio Arruda, só para não perder a oportunidade, na condição de Relator...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – V. Ex^a não pode perder a oportunidade nunca.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Presidente Graça Foster, gostaria que V. S^a pudesse nos dizer se confere a informação de que o Casnav, que é o Centro de Análises de Sistemas Navais, da Marinha teria oferecido o sistema criptográfico à Petrobras. V. S^a, naturalmente, não tem obrigação de conhecer todos esses elementos de uma empresa do tamanho da Petrobras. Mas há indicativos de que a Inteligência da Marinha estaria habilitada à produção de sistemas criptográficos, da mesma forma a Abin, através do CriptoGOV e do cGOV. Eu gostaria que, se V. S^a não pudesse responder, que recolhesse essa afirmação que estamos fazendo, sujeita a confirmação.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não posso responder essa pergunta porque eu não

sei a resposta, mas eu posso perguntar, se o senhor me permite, ao gerente executivo Álvaro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Podemos fazê-lo neste instante ou numa outra oportunidade em que a Petrobras, evidentemente, se dirija à Abin. Porque as informações que chegam a esta Comissão é de que tanto a Agência Brasileira de Inteligência e o Casnav, que é o centro de inteligência da Marinha, estariam aptos à construção de sistemas criptográficos. Não estou afirmando; estou socializando a informação para que, numa oportunidade, nós possamos nivelar.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Está ótimo. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Srª Presidente, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srª Presidente Graça Foster, colegas Senadores, a primeira afirmativa que eu gostaria de fazer é a de que nós temos sido questionados por vários setores organizados da sociedade, e muitos desses setores trabalharam conosco intensamente em algumas batalhas muito importantes aqui no Congresso Nacional. Refiro-me tanto aos companheiros que estão aqui da Central Única dos Trabalhadores como da CTB, do Conlutas e ex-Parlamentares, inclusive Vivaldo Barbosa, que dirigiu uma das concessionárias da Petrobras, a Petroquisa. São setores que, por razões as mais diversas, algumas vezes do ponto de vista político, às vezes estão na oposição, às vezes do ponto de vista ideológico ou pelo caráter nacionalista de como veem essa questão, levantam importantes questões para nós examinarmos. E nós temos que ter a tranquilidade de acolhê-las, de examiná-las e de ponderar sempre, porque a causa central é o nosso País, é o Brasil.

A segunda afirmativa é a de que eu considero que nós tivemos três grandes batalhas, Presidente Graça Foster, em relação à questão do petróleo no Brasil. A primeira grande batalha foi o monopólio que permitiu a criação da Petrobras, que completa 60 anos no dia 3 de outubro, e este Congresso Nacional vai lhe render uma homenagem justa por todo o trabalho que desenvolveu nesses seus 60 anos. A segunda batalha foi a quebra do monopólio, também uma luta intensa que nós travamos no Congresso Nacional. E a terceira, mais recente, foi exatamente a descoberta do pré-sal. E com a descoberta do pré-sal, uma alteração substantiva na legislação que regula a exploração de petróleo e gás no nosso País e que permitiu o surgimento de um novo modelo. E é sob esse modelo que vai acontecer o leilão

de Libra, que é um modelo de partilha. Esse modelo já garante à Petrobras uma presença em todo o pré-sal. Quer dizer, ninguém pode tirar a Petrobras do pré-sal; ali você já tem uma presença garantida.

Nesse modelo, há um debate muito intenso, e precisaria que isso ficasse claro para as pessoas. Eu gostaria de perguntar à Presidente: a Petrobras já entre com 30%; do que vai a leilão, que são os 70%, há uma participação do consórcio ganhador, e, tirando os custos... De quanto é mais ou menos esse custo? Nós temos ideia disso? Na área do pré-sal, quanto vale esse custo de produção? E a remuneração das empresas; tirado o custo de produção, vem a remuneração da empresa.

Vamos trabalhar aqui com a hipótese de que a Petrobras vai participar do leilão e vai ganhá-lo: qual será o custo que a Petrobras vai cobrar e qual será a remuneração dela em seguida? E o que vai sobrar para a União? Isso é muito importante para a nossa população, que fica nos olhando: o que vai sobrar mesmo para o País, para o Brasil? E o que nós vamos ter de operações para permitir que a Petrobras retire esse petróleo? Todo esse conjunto – a Presidente já falou um pouco sobre isso, mas acho que é muito importante. O que há no entorno para que eu possa tirar esse petróleo? E, nesse entorno, o que é de conteúdo nacional? As empresas que trabalham com a Petrobras também têm que responder essa questão de conteúdo nacional ou só a Petrobras tem obrigações nesse sentido? Ou todas as que estão com a Petrobras têm essa obrigação? Isso é muito importante para o nosso conhecimento.

Eu acho que esse é o primeiro problema.

E a última batalha que nós travamos foi decisiva, porque o questionamento era o seguinte: deixa tudo no modelo anterior. Mas V. Sª, inclusive, estava dentro do Governo, acompanhou todo esse debate e sabe exatamente o que aconteceu: decidiu-se pelo modelo de partilha, que já permite, então, o Estado nacional, através da Petrobras, ter essa participação de 30%. Essa foi uma batalha de grande peso, de grande monta. Com isso, há uma segurança de que o País ganha, e é isto que está sendo questionado: que nós estamos entregando a nossa riqueza, nós vamos entregar para estrangeiros.

E há o debate na sociedade se nós temos condições de, sozinhos, tirar o petróleo de lá. Porque o que mais importa para nós é isso. Existe o petróleo, eu tiro, mas eu o aproveito ou não? Essa é uma questão muito importante para nós termos conhecimento.

Eu mesmo sou de um Estado que produz pouco petróleo. O nosso petróleo é bem pouquinho, mas esse negócio de petróleo é tão importante que há muitas

empresas no Ceará que só existem por conta desse pouco petróleo. São todas empresas – no caso do Ceará – brasileiras que só trabalham praticamente com brasileiros e que prestam serviços a Petrobras. Então, é um pouco que, para nós, é muito. E eu espero até que aumente mais. Mas o que existe já é significativo. E talvez um dos menores em produção de petróleo seja o Estado do Ceará. Espero que já passe para outra posição.

Mas eu gostaria que a gente pudesse esclarecer essas questões aqui. O que fica com a Petrobras? O que custa para a Petrobras, ela levando tudo? E o que fica para o Brasil? Porque esse é o debate, é o que está sendo questionado por muitos companheiros nossos, amigos nossos. Não são inimigos nossos não; são amigos nossos que trabalham conosco e que têm posições diferentes. Eu mesmo tenho posições diferentes desses nossos amigos. Mas é preciso que a gente esclareça porque há importância no debate que travamos em defesa desse projeto do Brasil, de desenvolvimento da nossa Nação.

Eram essas as questões que eu gostaria que ficasse esclarecida, porque nós lutamos aqui, nós defendemos a Petrobras, nós brigamos pela Petrobras, e muita gente morreu pela Petrobras.

Então, por conta disso tudo, é que eu gostaria de, se a gente pudesse, deixar bem claro o que vamos ganhar com o leilão do campo de Libra, que é tão importante, uma riqueza tão extraordinária essa que temos nas mãos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Inácio. E para concluir, o nosso último orador, o Senador Suplicy. Na sequência, passaremos a palavra à Presidente Graça.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, querida Presidenta Maria das Graças Foster, primeiro, quero dizer que, cada vez que a senhora vem ao Senado, eu fico extremamente e positivamente impressionado pela qualidade da sua exposição, da sua dedicação, com a história de vida, que a senhora sempre nos transmite, que teve na Petrobras desde os tempos em que lá ingressou como estagiária e foi assumindo posições cada vez mais altas, e, assim como a nossa Presidenta Dilma constitui um patrimônio da Nação brasileira, de representante que dignifica tão bem a mulher brasileira, a senhora se constitui numa outra pessoa que é um patrimônio. Assim como a Petrobras, a senhora mesma o é também e nos traz muita confiança e alegria mesmo.

Contudo, eu também quero aqui ressaltar que considere diferente do que disseram ontem os Líderes da oposição. O Senador Aécio, por exemplo, disse que seria uma atitude de *marketing* por parte da Presidente. Eu li ontem a comunicação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre por que ela não irá agora aos Estados Unidos, e acho que a nota foi divulgada nos mais altos termos e, ao mesmo tempo, constitui uma atitude de respeito com a Nação norte-americana, ao Presidente Barack Obama e deixa a porta aberta para que, superados os problemas e esclarecidas as dificuldades, possa haver, de fato, o restabelecimento da viagem. Mas ela deixou muito claro que o fato de ter havido a espionagem é algo que não pode ser aceito.

Portanto, avalio que é muito importante... A senhora disse que o leilão de Libra não será adiado, em função da própria palavra do Ministro Lobão, e que essa é uma decisão do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, se iria ou não considerar. Mas, da mesma maneira que a Presidenta avaliou que não seria o caso agora de ir aos Estados Unidos, é possível que ela esteja considerando se convém ou não ser realizado o leilão de Libra no dia 21, e, obviamente, a recomendação, a palavra de V. Exª a nós sobre essas questões apresentadas pelo Senador Pedro Simon... Uma coisa é a senhora obedecer o que o Governo estabelece; a outra coisa é a senhora dar uma palavra tão bem informada, porque a questão que avalio nós, brasileiros, precisamos saber é a seguinte: por acaso, ao realizar a espionagem dos dados da Petrobras recentemente, tendo em conta o leilão de Libra a ser realizado, por acaso, nesse procedimento, teria a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos obtido alguma informação muito relevante para efeito de eventual vantagem das empresas norte-americanas que vão participar do leilão de Libra? Poderia ser recomendado... Acho que nós não temos esta informação, mas a Presidente da Petrobras avalio que deva ter: por acaso, com as informações que obtiveram junto à Petrobras, as empresas norte-americanas, eventualmente com informações dadas pela Agência de Segurança dos Estados Unidos, estão agora com vantagens maiores do que as demais?

Eu acho que, quem sabe, V. Sª possa nos responder isso para nossa tranquilidade, para que, então, possamos todos ouvir: "Olhe, não há qualquer vantagem adicional para os Estados Unidos e suas empresas, tendo em conta o que porventura conseguiram saber e que não esteja disponível para as demais empresas ou consórcios de empresas que poderão participar e estarão hoje..."

Hoje é o último dia para efetuar a inscrição. Então, todas essas empresas inscritas para participarem do leilão de Libra estão efetivamente em igualdade de condições, sem vantagens a quem porventura tenha participado daquela espionagem que a Presidenta tão fortemente diz que não foi um procedimento adequado da parte da Agência Nacional dos Estados Unidos?

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Queria registrar que, entre as instituições que levantamos aqui, está a Federação dos Petroleiros, com quem trabalhamos também ativamente em muitas causas comuns.

Então, acho que é importante que registremos neste instante.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço a colaboração do Senador Inácio Arruda, porque deveríamos ter feito isso certamente. Assim como a FUP, devemos ter outras entidades importantes presentes e que estão diretamente envolvidas neste debate.

Senador Suplicy, hoje V. Exª se superou. Superou-se na disciplina do tempo. Eu acho que o Senador Pedro Simon mordeu um pouco a língua hoje. (Risos.)

Eu passo a palavra agora à Drª Graça, Presidente da Petrobras, para responder os questionamentos feitos.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Com relação ao Senador Inácio Arruda, de fato, Libra não é uma descoberta comum. Não é. E, pelo que pude ler, pelo que pude estudar... À época da grande discussão de mudança do modelo, eu era Diretora de Gás e Energia, mas as informações estavam disponíveis para que a gente pudesse ler, conversar com o saudoso e querido Diretor Estrela, à época.

É adequado, no meu entendimento. Libra não é qualquer coisa. É muito. Então, partilha faz com que, como todos nós sabemos, entendo eu, o óleo não seja só do seu descobridor; parte do óleo descoberto continua sendo da União, para que ela comercialize, para que ela destine esse óleo produzido pelas operadoras.

Eu acredito que essa equação econômica vai ser bastante bem-sucedida, ainda que seja para todos nós um aprendizado. A lei é muito clara, o edital, muito bem estruturado, as pessoas conhecem bem as disciplinas, tanto no Ministério de Minas e Energia, quanto na Agência Nacional do Petróleo, quanto na nossa equipe na Petrobras, que trata especificamente, não só a turma do Jurídico, mas o E&P, conhecem bem a equação. Mas tudo é a primeira vez.

Mas existe um agente que é muito importante nesse conjunto, que é a Empresa Pré-Sal. Essa em-

presa precisa ter um grande líder, ou uma grande líder, porque é ela que vai cuidar para que as melhores práticas aconteçam, preservando a União, o bem, aquele petróleo que está *in situ*, aos custos adequados, de tal forma que o recurso seja relevante e chegue às mãos efetivamente da União, para a saúde e para a educação.

Então, é a primeira vez que nós vamos exercer partilha. Conhecemos a parte conceitual, toda a parte teórica, essa equação econômica também. A conta a fazer dentro das reuniões que teremos, lideradas pela PPSA, exigirá um grande líder no comando dessa empresa para que ele possa trabalhar, um conhecedor da matéria, que conheça também as parcerias, porque é muito importante que tenha essa vivência da parceria, que conheça as regras, que conheça a parte de regulação, para que aquela parte planejada pelo Governo chegue efetivamente à sociedade brasileira.

Então, do ponto de vista conceitual, considero muito adequado esse marco regulatório partilha/pré-sal/Libra. Agora, neste momento, Senador, nós estamos às vésperas do leilão, e custo de produção, tudo isso é um segredo que não é nem de Estado, é segredo de empresa, que fica conosco, é um ponto de decisão muito importante. E aí eu não sei se caberá, uma vez que aconteça o leilão, sermos convidados, o consórcio vencedor, para que converse um pouco mais para explicar um pouco dessa conta, como é que funciona e tal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Já fica o convite.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Mas certamente que o Governo fez as simulações, porque definiu aquela planilha que vai definir o ponto, se vai se chegar um pouco para a esquerda, um pouco para a direita, o que se oferece adicionalmente ao Governo. Essa simulação o Governo certamente fez. Certamente ele tem uma expectativa de retorno. Certamente ele tem uma expectativa de quanto vai para a educação, de quanto vai para a saúde. Do outro lado, as empresas também estão formulando seus algoritmos, seu modelos, para poderem ter um resultado positivo nessa operação.

O ritmo – quanto de concessão, quanto de partilha, de quanto em quanto tempo – vem desse planejamento do Ministério de Minas e Energia principalmente. Ele deve estar pensando no seu ano 2050, porque a Petrobras pensa no ano 2050. A gente simula o 2030, o 2040, e o ritmo é uma decisão do Governo. Se olho para manter a autossuficiência, se olho para exportar, se olho para ter mais recursos para a educação, se olho para ter mais recursos para a saúde, essa operação é do Governo Federal, e a Petrobras é uma empresa certamente com influência. Ela discute com o Gover-

no, ela é uma empresa do Governo, controlada pelo Governo Federal.

Quanto ao conteúdo local, o conteúdo local da Petrobras acontece porque a Petrobras, nos contratos com os fornecedores, exige determinado conteúdo local. Então, por exemplo, considerando-se 7 sondas de perfuração, mais as 21 sondas, que totalizam 28 sondas de perfuração, o conteúdo vai de 55% a 65%, a depender do período. E temos um contrato com eles, porque nós temos um contrato com a ANP que, para os campos A, B, C, D, E, F, G, eu tenho que atender um conteúdo local global de 68%, ou 65%. E eu só consigo esses 65% se a Sete Brasil me der o conteúdo local de 65%, se a Technip, se a outra empresa que trabalha no conjunto do consórcio, se todas me atenderem com o conteúdo local.

Então, nós administramos esse trabalho com os fornecedores, para que nós possamos cumprir o conteúdo local com a Agência, porque, efetivamente, quem é cobrado do conteúdo local é quem assina o contrato de concessão e o contrato de partilha. Então, todo mundo cobra de todo mundo: a Agência cobra de nós, nós cobramos das empresas, e assim ficamos numa eterna e permanente cobrança para cumprir os nossos compromissos contratuais.

Com relação ao Senador Suplicy, Senador, eu coloquei aqui algumas vezes: impressionam R\$20 bilhões, R\$21 bilhões, em cinco anos, para segurança; para segurança, para TI, para telecomunicações na Petrobras. E assim fazemos. Não registramos ataques nos nossos sistemas. Essa é a pergunta, que teve resposta imediata, porque o sistema é em tempo real; é isso, Doutor? Em tempo real.

Tivemos várias reuniões. Várias. Várias discussões. Aliás, a última foi ontem e terminou para lá das 10h da noite. E, vindo para cá, no avião, só discutimos segurança, segurança, segurança o tempo inteiro.

Se aconteceu e quando aconteceu, e que acesso teve, que informação vazou, não foi apresentada a relevância do que foi.

E começo até pedindo desculpas aos Senadores e a todos que aqui estão se parecer prepotência da minha parte, mas eu conheço a Petrobras, conheço a área de exploração e produção e, independentemente das ideologias, não conheço nenhuma outra empresa que esteja tão bem preparada para Libra. Eu não conheço. Porque foi ela que definiu a locação, que perfurou, que descobriu, que tem os dados, que tem as informações, que tem uma infraestrutura para compartilhar com o escoamento da produção de Libra. Se for prepotência, peço desculpas, mas eu não conheço nenhuma empresa tão bem preparada para fazer Libra acontecer. Eu não conheço.

Eu não sei se respondi tudo que o senhor perguntou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É simples. O ato de espionagem, por acaso, poderia ter levado ao conhecimento de algumas empresas norte-americanas, em decorrência de informações prestadas a elas pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Pois é.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se, por acaso, o propósito de espionagem da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos teria sido o de recolher informações que porventura as demais concorrentes do leilão não terão e se, por causa disso, então, a Petrobras, sabendo disso, poderia transmitir à Presidenta Dilma...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A Petrobras...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... “Olha, é capaz de eles terem sabido informações que só elas passaram a ter”, e daí o leilão teria um problema. Eu não sei os detalhes, eu não tenho elementos, mas acredito que a senhora saiba. Daí a razão da minha pergunta.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu digo, com toda clareza, que, dentro da segurança de informações, dentro das várias camadas de proteção que temos, não há nenhum registro, nenhum sinal de ataque, de violação das informações, de forma geral. A tecnologia, as tecnologias que temos não identificaram, não têm registro de ataques. Eu acredito que, para ter mais informações e mais condições que a Petrobras tem hoje, só capturando toda a Petrobras. Então, eu não consigo, eu não tenho, materialmente falando, elementos para que a gente possa justificar não realizar o leilão por conta de potenciais ou eventuais informações que eu não conheço. Então, essa não seria a razão, no meu entendimento.

A Agência Nacional de Petróleo, para todos nós... A Petrobras, nós compramos os dados, nós também pagamos, apesar da descoberta, apesar dos dados, nós nos manifestamos perante a Agência – fizemos isto anteontem –, pagando e trazendo os dados, como todas as empresas. São dados públicos, transformados em dados públicos. Então, todos, teoricamente, estamos em iguais condições para participar do leilão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero dizer que, então, eu confio no seu diagnóstico e na sua avaliação.

Muito obrigado.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Obrigada, Senador.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Inácio, não mais?

Senador Delcídio, alguma coisa?

Então, nós queremos encaminhar para o encerramento da nossa sessão, mas, antes, eu gostaria, Presidente Graça, de lhe agradecer profundamente. V. S^a foi convidada para falar acerca de espionagem, mas acabamos travando um profícuo e profundo debate acerca de questões políticas mais gerais, sobretudo aquelas que envolvem o leilão de Libra. Então, agradeço a sua disponibilidade também para tratar desse assunto.

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura da Ata e a aprovação das mesmas da segunda e da presente reunião.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata será publicada no *Diário Oficial do Senado*.

Nada mais havendo a tratar, nossa reunião está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 42^a REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatro minutos, do dia dez de setembro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, João Durval, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel e Benedito de Lira, e da Senadora Ana Rita. Justificou a ausência a Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência em exercício declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a instruir o PLS 434, de 2011, que “Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta”. Atendendo aos Requerimentos nº 36, 37 e 48, de 2013-CAS, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves e outros, com a presença dos

seguintes oradores: MARCELO CERIOTTI, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; WOLNER AGUIAR, Representante Oficial do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA em Brasília; Representante de Fernando Alberto dos Santos, Superintendente do SNETA; ODILON JUNQUEIRA, Consultor do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas – SNEA, Representante de Arturo Spadale, Presidente do SNEA; AMAURY MONTANDON, Representante de Carlos Seixas, Presidente da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – ABRAPAC; PAULO ROGÉRIO LICATI, Especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana; RAFAEL LARA MARTINS, Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho. Usaram da palavra os Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves e Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declara aberta a 42^a Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3^a Sessão Legislativa ordinária, da 54^a Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A presente reunião destina-se a realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 36, 37 e 48, de 2013, aqui desta Comissão, de iniciativa dos senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves e outros, com o objetivo de instruir o PLS nº 434, de 2011, que altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril, de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.

Comunico aos oradores convidados que será concedida a palavra a V. S^{as} por dez minutos e, se quiserem um pouco mais de tempo, poderemos conceder, mas não poderá exceder muito mais do que isso, porque são seis convidados. Então, só de exposição, nós já teríamos – se cada um gastar dez minutos – uma hora. E nós temos que garantir também a participação dos Srs. Senadores. Então, seria pelo prazo de dez minutos, evidentemente que a Presidente poderá, em função da exposição, conceder um pouco mais de tempo.

Convido para compor a mesa os ilustres expositores: Marcelo Ceriotti, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Wolner Aguiar – o correto seria Uolner, mas esse w aqui sempre tem o som de v para nós aqui – representante oficial do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (SNETA); representante de Fernando de Alberto dos Santos, Superintendente do SNETA; Odilon Junqueira, Consultor do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (SNEA), representante de Arturo Spadale, Presidente do SNEA; Amauri Montandon, representante de Carlos Seixas, Presidente da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (Abrapac); Paulo Rogério Licati, especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana; e Rafael Lara Martins, Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho.

São esses os nossos seis convidados que farão suas exposições aqui.

Se não houver nenhuma contestação, Senador Paim, eu pretendo seguir a ordem da chamada e a ordem das exposições. Se alguém quiser pedir, antes ou depois, a Presidência poderá fazer, mas em princípio seguiria a ordem da chamada.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Waldemir Moka e nossos queridos convidados que aqui representam todo o setor de empregado, empregador e autônomo, na verdade, o nosso papel hoje aqui é ouvi-los, pela importância do tema.

Sei, por iniciativa de V. Ex^a – e eu acabei colaborando, porque também fizemos uma reunião no nosso gabinete –, que há um interesse de fazermos um substitutivo amplo e que seja, ao mesmo tempo, na linha do entendimento e diria do bom senso e consenso. Tomara que a gente consiga isso. E por isso, de pronto, eu gostaria de começar ouvir os nossos convidados e sei que eles vão contribuir muito para que a gente faça a redação final e em entendimento com todos, até para orientação também de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, concedo a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Marcelo Ceriotti, que é o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Só um minuto, desculpa, eu peço para não correr o tempo. Quando der nove minutos marcados naquele relógio, vai soar uma campainha, que não sou eu que aciono, ela é automática, mas é para lembrar que um minuto após estará encerrado o tempo e, aí neste momento, se precisar de mais um ou dois minutos, a gente pode conceder.

Com a palavra o Sr. Marcelo Ceriotti.

O SR. MARCELO CERIOTTI – Bom dia a todos, Senador Moka, agradeço a palavra.

Vou fazer uma breve exposição oral, eu acho que não vai haver necessidade de consumir o tempo todo, os dez minutos, até em função do que já havia sido alinhado na última audiência que foi cancelada, nós aproveitamos aquele momento para uma reunião informal para alinhar a necessidade desse projeto.

Sem dúvida nenhuma, são 29 anos de um projeto de lei que regula uma atividade extremamente importante, que é a lei do aeronauta, a jornada de trabalho do aeronauta. E realmente, nesses 30 anos, tanto a parte operacional quando a questão social, as cidades, as bases, o modo de operação das linhas aéreas foi transformado drasticamente e a necessidade dessa renovação, a atualização dessa lei se faz imprescindível.

Eu pontuei três pontos mais importantes que embasam a necessidade dessa atualização da lei.

O primeiro ponto fundamental é a segurança das operações. Nós estamos de certa forma defasados em relação ao que o mundo tem operado, principalmente no que diz respeito ao gerenciamento do risco de fadiga das tripulações de voo. O País não tem um formato ainda definido de como o sistema de aviação vai trabalhar com esse sistema de gerenciamento de risco de fadiga, que seria o ponto mais importante na questão de segurança das operações – aí acredito que o Comandante Paulo Licati vai falar com mais propriedade, já que é um especialista nesse setor.

Então, a questão da atualização desta lei se faz fundamental do primeiro ponto em relação à segurança das operações e aplicação desse conceito, que já está sendo atuado no mundo todo.

E a preocupação do Sindicato Nacional dos Aeronautas, nesse momento, é em relação a que formato que o País vai optar para aplicação desse gerenciamento de risco de fadiga. Se vai ser em um formato de lei, se vai ser em um formato de RBAC; a posição da autoridade aeronáutica em relação a isso. Nós temos uma recomendação embasada da Icao (Organização da Aviação Civil Internacional), e a minha preocupação pessoal e enquanto entidade é como nós aplicaremos essa normativa aqui no País.

Então, no momento em que tratamos aqui da mudança de uma lei da jornada de trabalho do aeronauta sem ter uma noção muito clara de como essa normativa será aplicada, ela se torna um pouco até inócua nesse trabalho que estamos fazendo, se nós não tivermos um embasamento da autoridade aeronauta de como será tratado esse assunto, que é de suma importância. Como eu disse inicialmente, o País está atrasado na aplicação desse conceito.

Então, do ponto de vista principal da atualização da lei, há questão da melhoria da segurança na operação.

E o segundo ponto mais importante que também está atrelada à segurança é a questão social do dia a dia da função do tripulante aéreo, do aeronauta do país.

Então, 29 anos de lei, o cenário de aviação, as empresas mudaram, as empresas que operaram, há 29 anos, em 1984, quando a lei foi escrita, já não existem mais – nenhuma delas! Novas empresas com novos formatos de operação surgiram, então, operacionalmente, o mercado mudou e o estilo de vida das cidades, das pessoas e dos aeronautas também mudou e a lei não foi atualizada nesse sentido.

Então, nós temos aí principalmente a regulação de jornada de trabalho, o tempo de voo, folgas e o descanso, que não estão acompanhando a atualidade. Nós temos uma possibilidade hoje, para os senhores terem uma ideia do que é a lei atual permite, um tripulante iniciar uma jornada de trabalho, ficar seis períodos de 24 horas fora da sua residência, da sua base, o que pode chegar até sete dias, porque são seis períodos de 24 horas, ter uma interrupção de descanso de um período de 24 horas, a folga pode ser considerada um período de 24 horas, não necessariamente um dia civil, ela pode ser um período de 24 horas; e iniciar uma nova jornada de trabalho de mais seis período de 24 horas, sendo que esses seis períodos podem ser durante a madrugada. Esse tripulante pode trabalhar da meia-noite às 11h, durante seis dias, ter um período de 24 horas de descanso e iniciar uma nova jornada de mais seis dias durante a madrugada.

Então, esse procedimento está legal, é o que a lei hoje permite. Agora, vamos à parte em que iniciiei o meu discurso: a questão da segurança da operação e o resultado se aplicarmos um *software* de fadiga. Esse tripulante não poderia estar trabalhando na maior parte desse período, mas hoje ele está legalizado. A empresa fala: “Eu cumprio a lei.” E realmente cumpre, mas nós não temos a noção real, científica, se esse profissional tem condição de estar trabalhando, mantendo um nível satisfatório de segurança na operação.

Então, na parte de segurança aplicada, temos que renovar a lei nesse aspecto social, que é o que me preocupa muito, em relação à diferença da época em que a lei foi escrita. Nós tínhamos praticamente a base em uma cidade, hoje as grandes empresas estão dividindo a sua operação em várias cidades, baseando seus tripulantes em outras cidades – essa possibilidade não está esclarecida e prevista como seria essa operação. E do ponto de vista das folgas, o período de folgas, nós temos aqui um levantamento feito em relação a outros trabalhadores, nós não consideramos

feriados estaduais, federais ou municipais nas folgas dos aeronautas; os aeronautas têm um mínimo de folgas mensais, que são incorporados pelas empresas como o atual, o regular. Então, o mínimo virou a regra e nós não temos uma compensação do número de folgas anuais. Nós temos uma previsão de 31 dias de prejuízo de folgas num ano de operação em relação a qualquer outra profissão.

Então, essa composição de visão de folgas tem que ser revista, porque o tripulante hoje paga um preço muito caro em ficar longe da sua família o tempo todo e não ter um mínimo de folgas relativas, se comparada a qualquer outro profissional.

E o último ponto de vista da segurança de operação, ponto de vista social, é a questão da remuneração do aeronauta. O pacote de remuneração do aeronauta remonta de uma época onde um tripulante, principalmente o piloto, não era empregado, ele era contratado para fazer uma tarefa; então, o dono da aeronave ele fazia um cálculo em tempo de voo ou quilometragem daquela etapa onde o piloto ia prestar aquele serviço e fazia uma comissão do valor da hora vendida para aquele piloto. Uma comissão daquele tempo de voo ou quilometragem era pago por comissão para fazer um *job*, um trabalho. Esse método de pagamento foi incorporado e, hoje, o tripulante é remunerado apenas pela hora de motor funcionando ou pela quilometragem na etapa e não pela sua jornada de trabalho.

Então, o tripulante muitas vezes fica as onze horas de jornada à disposição das empresas, mas produz duas horas de voo e o cálculo remuneratório está baseado na produtividade da hora voada, do motor girando.

Então, do ponto de vista do sindicato, teríamos que aproveitar essa grande oportunidade que os senadores estão nos dando para fazer uma reformulação geral desse entendimento em relação ao cálculo remuneratório. Nós temos uma dificuldade tão grande de cálculo remuneratório que cada empresa de táxi aéreo tem um cálculo remuneratório completamente diferente da outra. O tripulante de uma empresa ele tem um pacote de remuneração completamente diferente de outra empresa, em relação aos benefícios e em relação ao pagamento da produtividade.

Então, nós temos uma empresa nascendo no Brasil que nos trouxe uma reunião prévia um pacote muito interessante, que está baseado em jornada de trabalho como qualquer trabalhador. E o tripulante é penalizado também e as empresas acabam aproveitando esse cálculo remuneratório que está previsto na legislação e cometem até um abuso, eu diria, porque o tripulante efetua uma etapa de trabalho para três ou quatro horas no aeroporto aguardando para continuar o seu trabalho. Essas quatro horas em que ele fica à

disposição da empresa no aeroporto, ela contabiliza como jornada de trabalho, mas não para cálculo remuneratório. Ou seja, o trabalhador está à disposição da empresa em um local designado pela empresa, uniformizado, com a sua mala, mas a mercê de mudança de uma programação.

Então, esses três pontos que eu gostaria de elencar: o ponto principal, fundamental da mudança dessa lei, é a segurança das operações. O segundo ponto: uma revisão da questão social, em que o tripulante, esse profissional está inserido. O terceiro ponto: a questão do cálculo remuneratório, que hoje nós vemos como totalmente injusto e desigual e para as próprias empresas é um problema...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO CERIOTTI —... porque nós temos empresas hoje que chegam a aproximadamente 25% de reclamatórias trabalhistas de tripulantes desligados. Então, o entendimento da remuneração é tão complexo que abre uma margem para o trabalhador entrar na justiça trabalhista e requisitar vários benefícios, porque as próprias empresas têm dificuldades de criar esse pacote de remuneração.

Do Sindicato Nacional dos Aeronautas era essa a mensagem a ser deixada. Muito obrigado, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Marcelo Ceriotti, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Na sequência, concedo a palavra ao Sr. Wolner Aguiar, representante oficial do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (SNETA), em Brasília.

O SR. WOLNER AGUIAR – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho, eu queria registrar a presença do outro autor do requerimento, Senador Vicentinho Alves.

O SR. WOLNER AGUIAR – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Moka, Senador Paim, Senador Vicentinho. Bom dia, Marcelo, Rafael, Odilon, Amaury, Paulo Rogério, companheiros aqui nesta audiência.

Senadores presentes, na audiência passada, que não aconteceu, na data da audiência passada que não aconteceu, o SNETA iria propor algumas sugestões na legislação da Lei do Aeronauta, especificamente na jornada de trabalho. Como ela não ocorreu, e a gente achou que foi bem oportuno, a gente se reuniu naquela oportunidade, Senador, no seu gabinete. E, por ser um assunto bem complexo, em que várias categorias de aeronautas estão debaixo do mesmo guarda-chuva, a gente se reuniu no seu gabinete, como eu falei, e decidiu marcar uma reunião entre os membros, entre

as entidades. Isso aconteceu na semana passada, no Rio de Janeiro. Ali, os assuntos foram segregados, as categorias foram diferenciadas. Eu, já, de antemão, aviso que, no dia 16 próximo, agora na semana que vem, vai acontecer uma reunião, falando especificamente para os pilotos de táxi aéreo, na sede do Sindicato Nacional dos Aeronautas, com a presença do SNETA, do próprio Sindicato, da Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero e de Pilotos da Aviação Civil.

Nessa oportunidade, vamos iniciar as tratativas de uma proposta que será apresentada aqui para esta Comissão, dentro de um tempo mais célere possível, para que esse trabalho possa ser continuado. Então, aquela audiência que não aconteceu, Senador, foi, no nosso entendimento, bem oportuna, porque nos deu essa oportunidade de iniciarmos, entre as entidades, essa negociação que a gente sabe que é complexa, por envolver uma série de categorias debaixo de um só guarda-chuva.

Se os presentes me permitem, gostaria, uma vez que não haverá por parte do SNETA nenhuma apresentação de sugestão para a Lei do Aeronauta, especificamente na jornada de trabalho, de fazer uma breve apresentação do SNETA (Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo) e da importância que esse setor tem para o Brasil. Se o senhor permitir, Senador, será uma apresentação bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu chamo a atenção do Senador Paim e do Senador Vicentinho. E peço para interromper a contagem do tempo. Na semana passada, a Presidenta Dilma veio aqui ao plenário do Senado para prestigiar o recebimento da CPI da questão dos crimes praticados contra as mulheres. E, em função disso, nós resolvemos adiar, mas como estavam todos os representantes aqui, eu ofereci o meu gabinete para que a gente pudesse aproveitar o tempo para iniciar uma discussão. E eu acho que realmente ela foi oportuna. O que o Wolner está dizendo é que isso foi tão importante que já propiciou um encontro deles no Rio de Janeiro, e está dizendo que vão continuar conversando e trarão a esta Comissão, imagino ao Senador que é autor desse substitutivo, uma proposta que, se der certo, vai representar exatamente a convergência dos segmentos que compõem essa categoria, tanto do empregado com do empregador.

E, nesse sentido, está pedindo permissão para, em vez de expor alguma modificação, fazer a apresentação do SNETA, que representa em nível nacional essa categoria. Por parte da Presidência, nada a opor, mas eu devo consultar os dois Senadores, porque são autores do requerimento que acabou oportunizando esta audiência pública.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro, concordo plenamente com V. Ex^a, como Relator da matéria. Seguindo a sua orientação, eu tive a satisfação de recebê-los à tarde no meu gabinete, e eles me relataram o seu encaminhamento. Fizeram lá um bate-bola comigo sobre o tema, dessa intenção, que é das melhores. Por isso, da minha parte, há total entendimento, total acordo.

Oxalá eu receba esse substitutivo só para assinar, porque o bom para o Relator é quando as partes se entendem e não temos que inventar a lei, até porque eu não sou especialista na área. Quem são especialistas são vocês. Se as partes se entenderem, com certeza, a gente aprova o substitutivo com a maior tranquilidade. Parabéns a todos e a V. Ex^a. Vamos torcer para que tudo dê certo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR – TO) – Presidente, ilustres convidados e amigos. Com a grande maioria, eu tenho um ótimo relacionamento, Presidente. Inclusive, estivemos agora pela manhã reunidos também no nosso gabinete – Montandon, Paulo, Rafael. Wolner não tive o prazer de receber. Eu quero dizer que esse substitutivo do Senador Paim, que ele está construindo, que ele avance muito. E me parece que, entre as duas partes, está-se chegando à melhor forma, pelo que eu pude observar. De pleno e comum acordo, Presidente.

Inclusive, eu disse a eles – viu, Senador Paim? – quando nós estávamos reunidos: olha, o Senador Paim pilotando isso aí, com certeza, com senso de justiça, de equilíbrio, vai dar tudo certo. Acredito muito no Relator, na sua trajetória de vida pública, sempre defendendo muito os interesses dos menores, mas conciliando, porque a ideia é essa, Presidente. Ninguém quer matar a galinha dos ovos de ouro, quer que ela continue produzindo ovos de ouro, e eles colaborando – os aviadores, a tripulação de modo geral –, de modo que estou de acordo, Presidente.

E eu quero registrar, Presidente, a presença ilustre do Deputado César Halum, da nossa querida cidade de Araguaína, no nosso Estado do Tocantins, que, como eu, Deputado Estadual, Presidente da Assembleia também, de modo que é um líder expressivo no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Seja bem-vindo!

O SR. WOLNER AGUIAR – Obrigado, Senador. Bom, só para complementar, então, a informação. Nessa reunião que a gente fez na semana passada, as categorias foram divididas em quatro grupos: aviação

regular, táxi aéreo, aviação agrícola e piloto da aviação geral. Todos eles debaixo do mesmo guarda-chuva, mas que têm demandas diferentes. Por isso, então, essa sugestão de reuniões segregadas, para apresentar a esta Comissão as propostas.

Bom, rapidamente, aqui, o cenário do táxi aéreo no Brasil. São 173 empresas registradas na Anac, 1.237 aviões, 325 helicópteros, 1,5 milhão passageiros transportados por ano, 80 mil empregos diretos e indiretos e cerca de R\$1 bilhão de impostos recolhidos por ano. Esse é o cenário do táxi aéreo no Brasil.

Se os senhores me permitirem, vou ler, porque é bem rápido e ajuda o entendimento.

O táxi aéreo atende majoritariamente a executivos, autoridades e público em geral, viabilizando atingir diversos pontos no País ainda não cobertos pela malha de voos da aviação regular.

Integração nacional através do táxi aéreo. A maior parte das aeronaves da aviação executiva é utilizada para negócios. O transporte de passageiros através da aviação geral viabiliza novos projetos que, por fim, facilitam a fixação de populações em suas regiões de origem.

Nesse sentido, o Governo tem envidado esforços para a despolarização da indústria nacional, procurando expandi-la para fora dos grandes centros urbanos. O único meio de transporte para chegar a esses destinos, com a agilidade exigida no meio corporativo, é a aviação executiva.

Bom, para se ter uma ideia, esse quadro mostra bem simples a malha hoje que as empresas da aviação regular cobrem no Brasil. São aproximadamente 3.500 pistas de pouso, e a aviação regular, representada pelas empresas da aviação regular, atende somente a 130 aeroportos. Então, esse é o desenho da malha atingida hoje pela aviação regular no Brasil.

Essa é uma ilustração do que o táxi aéreo atende hoje no Brasil. São 3.370 aeroportos atendidos exclusivamente pelo táxi aéreo e aviação geral, em face da importância do setor no cenário nacional. Exatamente. Na realidade o táxi aéreo complementa a aviação regular, ele chega aonde a aviação regular não chega, e esse desenho é ilustrativo, mas é verdadeiro.

Suporte à indústria de óleo e gás. O táxi aéreo é um serviço fundamental para a indústria de óleo e gás, que conta com sua frota de helicópteros como parte indispensável da sua estrutura de logística – 100% do transporte de passageiros nas plataformas é feito com a utilização de helicópteros, totalizando mais de 1 milhão de passageiros por ano.

Muita gente não sabe, mas esse serviço feito para a Petrobras e para as empresas estrangeiras é feito pelo táxi aéreo. Atualmente, 220 helicópteros de médio

e grande porte são dedicados às operações *offshore* e *onshore*. Estima-se que a frota total em 2020 será de 271 helicópteros, um investimento de mais de R\$2,5 bilhões em novos equipamentos, e transportarão cerca de 2,5 milhões de passageiros por ano. O cenário vai aumentar bastante, tem aumentado.

Além do serviço do *offshore* e do *onshore* das plataformas, outros serviços do táxi aéreo: ambulância aérea em aviões e helicópteros, transporte de órgãos, helicópteros para reparo e inspeções em linhas elétricas, torres, antenas e gasodutos. Isso aí também é um serviço do táxi aéreo. Muita gente desconhece essa atividade do táxi aéreo.

Voos de inspeções, transporte de equipes, equipamentos e combate a incêndios na Região Amazônica, provendo suporte às ações do Ibama. Também é um serviço do táxi aéreo.

Os centros de manutenção, que suportam todas as operações das empresas de táxi aéreo. Atendimento aeroportuário. Todo apoio em solo à aeronave, à tripulação e aos passageiros. Quer dizer, tudo o que a aeronave, passageiros e tripulação necessitam em solo é também suportado pelo táxi aéreo. Por fim, os malotes bancários, cargas e encomendas.

Senhores, essa é uma breve apresentação que eu quis apresentar para os senhores. Eu apresentaria esse cenário na Comissão passada, só para complementar então as nossas sugestões, mas eu, com a devida autorização, me apresentei, aproveitando a oportunidade. Agradeço aos senhores e fico à disposição.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço, Wolner. Quero dizer que é muito oportuno, até para dar uma dimensão. O que me chamou a atenção é que nós temos 170 aeroportos e 3.000... Na verdade, são os pequenos aeroportos dos Municípios, aonde chegam só os pequenos aviões mesmo.

O SR. WOLNER AGUIAR – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lembrando que a TAM, originariamente, era Táxi Aéreo Marília.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É importante até para tomarmos conhecimento de fato desse mundo todo. A gente, no Parlamento, é franco-atirador. Tem que ser franco-atirador, mas sabendo no que está atirando, na questão do bem e do mal. Naturalmente, queremos construir o bem. Então, essa visão geral é fundamental para que possamos, na hora de redigir, ter conhecimento de causa do que está fazendo. Então, muito boa a informação.

O SR. WOLNER AGUIAR – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Importante.

Na sequência, Odilon Junqueira, Consultor do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (SNEA), representante de Arturo Spadale, Presidente do SNEA.

O SR. ODILON JUNQUEIRA – Sr. Presidente da Comissão, Srs. Senadores, Deputados, demais integrantes da Mesa, minha senhoras e meus senhores, eu fico satisfeito quando, logo de início, eu posso concordar com o Comandante Marcelo Ceriotti, Presidente do Sindicato dos Aeronautas, porque não existe nada mais importante para as empresas aéreas do que a segurança das operações de voo. Nós costumamos dizer que isso é um dogma – não se negocia com questões relacionadas à segurança de voo. Isso é importante a gente dizer. Então, logo de início eu posso concordar com o Marcelo com relação a esse aspecto.

Este Senado Federal resolveu examinar o exercício da profissão do aeronauta que, como sabemos, encontra-se regulamentado pela Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, e que, portanto, completará 30 anos em abril do próximo ano. A partir da sua promulgação, em abril de 1984, o Brasil passou a dispor, reconhecidamente, de uma das mais modernas legislações da profissão do aeronauta de todo o mundo.

Apenas para se ter uma ideia, essa legislação em vigor estabelece limites anuais máximos de 850 horas de voo para o aeronauta brasileiro. Nos Estados Unidos e na Europa, esses limites são de 1.000 horas e de 900 horas, respectivamente. Da mesma forma, as horas mensais são limitadas no Brasil em 85 horas/mês, enquanto nos Estados Unidos e na Europa são limitadas em 100 horas/mês. O número de folgas no Brasil do dos Estados Unidos – oito folgas mensais.

Ocorre que nesses quase 30 anos o mundo conheceu um desenvolvimento tecnológico espantoso. Em 1984, ainda não existia no Brasil a internet, os e-mails, os telefones celulares, e mesmo os aviões não dispunham de GPS.

Nos últimos anos, a aviação comercial brasileira conheceu um crescimento vertiginoso, chegando a transportar, só no ano de 2010, 100 milhões de passageiros. Em nove anos, contados de 2004 a 2012, o setor experimentou um crescimento da ordem de 235%, medidos em passageiros/quilômetros transportados.

Esse crescimento nesses níveis é prova incontestável da capacidade operacional das empresas aéreas brasileiras e do alto grau de profissionalização de seus aeronautas e aeroviários. Tendo o crescimento sido tão rápido quanto elevado, não foi possível ao setor de infraestrutura aeroportuária acompanhar, criando-se os gargalos estruturais que tantos transtornos têm causado, mas que esperamos estejam sendo equacionados.

Este novo mundo globalizado, as novas tecnologias e o crescimento do setor aéreo no País já seriam razões suficientes para que esta Casa examinasse, como de fato está examinando, a regulamentação da profissão do aeronauta, visando a sua modernização e a sua adequação aos novos tempos.

Mas, talvez, mais importante que isso tudo, quando se trata do exercício da profissão do aeronauta, seja a elaboração da lata, Icao e pela Federação Internacional das Associações dos Pilotos de Aviação Civil (Ifalpa), do sistema de gestão de risco da fadiga, que já vem sendo estudado e implantado pelas principais empresas aéreas brasileiras. Esse sistema de gestão de risco de fadiga apresenta uma abordagem científica e, por isso, mais adequada do que a simples e empírica fixação de limites de hora de jornada de trabalho.

O que é impensável por hora é se cogitar reduzir ainda mais as horas de voo ou mesmo a jornada de trabalho do aeronauta brasileiro. Senão, vejamos, a regulamentação brasileira estabelece, como já mencionado, um limite de 850 horas anuais, 18% da legislação americana e europeia e 41% a menos do que os aeronautas canadenses, que podem voar 1.200 horas por ano. O mesmo ocorre com as horas mensais, fixadas no Brasil em 1985; na Europa e nos Estados Unidos são 100 horas de voo/mês e, no Canadá, 120. Haveria alguma razão que justificasse isso? Seria a capacidade de trabalho do aeronauta brasileiro inferior a de seus pares da América do Norte ou da Europa?

O que posso dizer da proposta de se aumentar para 12 o número de folgas, o que composto com outras cláusulas da proposta faria com que os aeronautas brasileiros, diferentemente do que ocorre no resto do mundo, só pudessem trabalhar praticamente metade do mês?! Haveria alguma razão oculta que justificasse isso? Absolutamente não. O aeronauta brasileiro é reconhecido por sua excelente formação técnica e proficiência, tanto é verdade que há pilotos brasileiros trabalhando em empresas dos quatro cantos do mundo, seja na China como na Índia, na Ásia ou no Oriente Médio e, nesses países, cumprem, sem qualquer dificuldade, as respectivas regulamentações.

A menos que se pretenda tornar a atividade do transporte aéreo e de passageiros de carga no Brasil numa atividade antieconômica, não faz o menor sentido se cogitar em reduzir ainda mais as horas de voo ou de jornada de trabalho dos aeronautas. O que o Brasil precisa, isso sim, é de uma política aeronáutica adequada, para que as nossas empresas, valendo-se do magnífico mercado doméstico, um dos maiores e mais promissores do mundo, possam desempenhar o papel que lhes cabe e ao próprio Brasil no mercado internacional da aviação comercial.

Não posso deixar de mencionar a necessidade imperiosa de se levar em conta, em qualquer mudança, a preservação da capacidade competitiva das empresas nacionais, essas empresas já são agravadas pelo chamado custo Brasil, pelas dificuldades da infraestrutura, num mercado extremamente competitivo e complexo. São conhecidas as dificuldades por que passam as empresas aéreas em todo o mundo.

Num passado recente, os governos americanos e europeus, mais de uma vez, socorreram suas empresas aéreas para evitar que falissem. As empresas internacionais que operam no Brasil já controlam mais de 75% do mercado internacional brasileiro. Também por isso, é necessário extremo cuidado com qualquer mudança que se faça e que possa representar mais custos para as empresas brasileiras ou venha a reduzir sua capacidade competitiva. Se não forem competitivas, elas encolhem, são obrigadas a reduzir a oferta, aumenta o custo para o passageiro e se reduzem os postos de trabalho.

Enfim, é preciso muito exame, muito cuidado e responsabilidade. Acreditamos que esta Casa saberá encontrar soluções que atendam aos interesses nacionais.

Ao finalizar, eu gostaria de informar que, felizmente, em boa hora, este Senado, como mencionaram o Senador Moka e o Senador Paim, recomendou que fosse criada uma comissão paritária entre o sindicato dos aeronautas e o sindicato das empresas, para que, num prazo razoável, traga a esta Comissão sugestões que aprimorem a lei que regulamenta a profissão, sem, contudo, inviabilizar as empresas aéreas, lembrando de que são elas, afinal, que empregam os aeronautas.

Esta Comissão já se reuniu no Rio de Janeiro, na semana passada, e já tem uma próxima reunião agendada para o dia 12, seguindo aquilo que nos foi recomendado pelos senhores.

Pela atenção, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Odilon, na verdade, a ideia surgiu quando começamos a conversar e alguém, acho que o Odilon mesmo, disse que o assunto era complexo e que poderia ser agravado, porque vai coincidir com a questão do dissídio coletivo.

Aí foi quando dissemos que, naquela reunião informal, poderia nascer uma convergência. Como todos que estavam lá acharam que seria importante... Vamos dizer que não dê em nada, que os senhores não consigam a convergência, mas tenho certeza de que a tentativa, no mínimo, será válida. Eu acho que se houver um ou outro ponto – sempre há – em que não for possível a convergência, isso vai a voto no re-

latório do Senador Paulo Paim e depois no plenário do Senado.

Eu acho que o fundamental é a gente garantir que os senhores conversem e que possa chegar a esta Comissão um texto que seja o mais convergente possível. Se não for possível, aí – insisto em dizer – a sociedade tem conflitos de interesse e, quando não há convergência, democraticamente, o plenário do Congresso tem, de alguma forma, de se posicionar.

Concedo a palavra ao Sr. Amaury Montandon, representante do Sr. Carlos Seixas, Presidente da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (Abrapac).

O SR. AMAURY MONTANDON – Bom dia, Senador Moka; bom dia, Senador Paim; autoridades presentes; senhores que compõem a mesa.

Estou aqui em nome da Abrapac (Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil), hoje membro da Ifalpa (Federação Internacional das Associações de Pilotos de Linha Aérea).

Vou concordar, inicialmente, com o Sr. Odilon. Realmente nos Estados Unidos se voam 1.000 horas; na Europa, 900; na China, outras 1.000. Talvez tenha sido por isso que lá se iniciou um trabalho sobre gerenciamento de fadiga.

Eu não acredito que tenha havido aqui, dentro dessa proposição, uma tentativa de diminuição de carga de trabalho e, sim, uma readequação. Os pilotos hoje no Brasil... As escalas têm de ser mais bem readequadas à atividade profissional de hoje. Num passado distante, antes dessa lei, a aviação costumava ter um horário. Não se voava a madrugada toda, havia um horário em que a aviação parava e havia um horário para ela recomendar de manhã cedo.

Hoje, não é o que acontece, os aviões voam a madrugada toda, e a lei não previa isso. Então, por isso, uma lei que tem 29 anos precisa ser reformulada. Dentro daquilo que o Senador Vicentinho Alves disse, o nosso interesse é caminhar juntos com as empresas.

Na semana passada, o Cenipa divulgou o número crescente de acidentes, depois de um acidente que ocorreu em Belém, da aviação geral. Esse número vem crescendo. Segundo as contas, neste ano o número de acidentes aéreos vai superar o número de acidentes aéreos ocorridos no ano passado, não só pela formação mas também um pouco porque nossos órgãos fiscalizadores talvez estejam precisando de reformulação também na fiscalização, para aumentar a vigilância do que está sendo cumprido hoje, porque atualmente nem a nossa regulamentação está sendo cumprida em alguns setores.

O aumento de folga – eu gostaria de frisar – não prejudicaria em nada a empresa, porque, se pegarmos

hoje o aeronauta bem aproveitado, num mês de 30 dias, se tirarmos 12, vão ficar 18. Hoje, nós podemos voar nove horas e meia. Então nós, teoricamente, poderíamos voar 162 horas nesses 18 dias, ou seja, o dobro do que é permitido. Então, muitas vezes, como disse o Comandante Ceriotti, a gente sai para trabalhar e voa uma, duas horas. A gente pode ser aproveitado 11 horas. A gente sai, voa duas, três horas, vai para o hotel, longe, afastado do convívio social, prejudicado, tudo mais. Hoje, os hotéis são afastados nos grandes centros. Esse deslocamento nosso, muitas vezes, como em Belo Horizonte, dura uma hora e pouco.

A malha tem de rodar e nós sabemos disso. Então, nós queremos readequar a escala do tripulante para que a gente consiga produzir o máximo com um gerenciamento da capacidade do ser humano de trabalhar. Esse ser humano é o ser humano comandante da linha aérea, no meu caso, no caso do Comandante Licati, do Comandante Ceriotti, que compõem a mesa, mas também do comandante da Líder Táxi Aéreo, do comandante da aviação agrícola, que voa seis meses por ano numa safra no Sul e outros seis meses numa safra no Centro-Oeste e divide a vida assim. O ser humano sofre a influência do voo de uma maneira ou de outra, mas, de qualquer modo, nenhum ser humano, independentemente da aviação na qual ele voe, se cansa mais ou menos.

A nossa capacidade de trabalho não é diminuída. Nós temos grande capacidade de trabalho. O que muitas vezes nos impede de desenvolver o nosso trabalho são as condições. Muitas vezes, o tráfego aéreo impede que nós voemos as nove horas permitidas. Hoje o tráfego aéreo no Brasil – inclusive houve um seminário em maio, Desafios da Aviação Civil, que tratou do nosso problema de tráfego aéreo hoje – precisa ser reformulado, nós precisamos de mais investimentos do que já está havendo nos aeroportos, melhoria dos aeroportos, melhoria de tudo isso, controle de tráfego aéreo, radares de tráfego aéreo. Então, isso tudo influencia diretamente a condição de trabalho do aeronauta.

Nós temos vários pilotos, como o Odilon disse, se não me engano, hoje está em torno de 800 o número de pilotos que voam fora do Brasil.

O SR. MARCELO CERIOTTI (*Fora do microfone.*) – Mil.

O SR. AMAURI MONTANDON – Mil, de acordo com o Comandante Ceriotti..

O SR. MARCELO CERIOTTI (*Fora do microfone*) – Foi feita uma pesquisa e se constatou que temos mil pilotos espalhados pelo mundo.

O SR. AMAURI MONTANDON – Mil pilotos. Por que isso?

Segundo matéria publicada ontem na *Folha de S.Paulo*, se não me engano, ou na *Veja*, o único país onde há diminuição da demanda de pilotos, em todo o mundo, é o Brasil. O mundo inteiro contrata mão de obra e o Brasil demite e exporta. O Brasil virou um bom exportador de pilotos. Nós trabalhamos em várias condições de trabalho aqui. Nós temos um clima muito variado: a gente enfrenta neve em Santiago do Chile – os pilotos brasileiros vão a Santiago do Chile – e tempestade tropical em Manaus – a gente opera em Manaus também.

Então, realmente, a capacidade de trabalho dos pilotos... o nosso trabalho é muito... nós treinamos muito. As empresas nos fornecem todos os subsídios para treinamento. A gente treina muito. Então, os pilotos brasileiros são muito bem vistos.

Lá eles trabalham 1200 horas. Por quê? Porque lá não está previsto... quando você recebe um contrato de trabalho de uma empresa chinesa, está lá que você pode voar 90 horas, mas nada impede que você voe 120, só que você vai começar a ganhar US\$150 por hora a mais que você voar. O interesse de quem está lá fora hoje em dia é financeiro. O interesse de quem sai daqui para trabalhar fora do Brasil é financeiro, fazer um capital e depois de cinco anos...

Eu tenho vários colegas que saíram do Brasil, ficaram cinco, sete anos, fizeram uma reserva financeira e hoje estão aqui de volta, voando na aviação executiva. Não conseguiram se encaixar na empresa aérea porque as empresas aéreas não contratam comandantes.

Então, esse pessoal que vai para fora volta, porque aqui é nossa terra, é daqui que a gente gosta, aqui é nosso País. Nosso intuito hoje é readaptar a carga de trabalho à legislação atual, à condição atual de trabalho. Está certo?

Dentro de 18 dias, com as 12, nós podemos voar, dentro das nove horas e meia atuais, 162 horas; basta apenas uma melhoria de gerenciamento das escalas de voo, junto com a melhoria no controle de tráfego aéreo, junto com hotéis próximos aos aeroportos para o tripulante não ter que se deslocar com duas horas de antecedência, sair do aeroporto para contar na jornada de trabalho.

Dentro disso, tudo a nossa preocupação primordial é a segurança de voo. Hoje a maior preocupação, um dos maiores discursos dentro da falpa é criminalização de pilotos. Por quê? Porque há de se achar um culpado para o acidente aéreo. Sabemos que aproximadamente 90% dos acidentes aéreos têm como causa falha humana, nossa, dos pilotos. Por quê? Os fatores são n: imperícia, cansaço... Houve aquele acidente da TAM, em São Paulo, em que foi detectada a fadiga,

um dos indícios mais fortes de fadiga – o Comandante Licati vai abordar com muito mais propriedade esse assunto. Fadiga, cansaço! É uma profissão cansativa, e nós carregamos o País para cima e para baixo.

Então, nós, para cuidarmos da segurança de voo dos senhores, precisamos estar em condição de fazer isso. Nós não podemos atravessar duas madrugadas seguidas e chegar a Curitiba, ou a Florianópolis, ou a Porto Alegre, com o aeroporto nas condições marginais de operação e com um problema técnico no avião para ser resolvido.

Não conseguimos a conversão da linguagem do filme que queríamos passar. Ele fala daquele comandante que pousou aquele no Rio Hudson, em Nova York. O jornalista pergunta exatamente isto: “O senhor acha que se o senhor estivesse cansado, depois de ter trabalhado dez, doze horas, o senhor teria o raciocínio que o senhor teve, a agilidade que o senhor teve?”

Ele não tinha para onde ir; os dois motores do avião estavam com problema: um estava apagado, o outro estava em marcha muito lenta, não conseguia acelerar. Ele não conseguiria chegar a nenhum dos aeroportos. Ele não conseguiu voltar para o Kennedy e não conseguia chegar ao La Guardia. Então, a opção que ele teve foi colocar o avião no rio. Só que aquilo aconteceu em três minutos, ou seja, para seu raciocínio funcionar, fazer os *checklists* apropriados e ainda conseguir colocar o avião na água e ainda tirar cento e poucos passageiros sem nenhum arranhão, você tem de estar descansado para fazer isso. Cansado é mais difícil.

Eu gostaria de agradecer-lhes a oportunidade. Muito obrigado a todos. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Comandante Amauri Montandon. E passo a palavra ao Comandante Paulo Rogério Licati, especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana.

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Senador Moka, muito obrigado pela oportunidade; Senador Paulo Paim; meus cumprimentos a todos da Mesa.

Vou falar rapidamente aqui, vou direto ao assunto, sobre gerenciamento de risco de fadiga, sobre o que a Icao recomenda, quais os processos que a gente tem de fazer para gerenciar isso. Muita gente tem dúvida. Não sabe como chegar ao assunto ou o que precisa fazer. Então, a ideia é fazer uma prévia sobre o assunto.

O que eu trouxe para esta audiência são os dez itens que se deve saber sobre o sistema de gerenciamento de risco de fadiga humana na aviação. Isso também serve para qualquer outro tipo de trabalho onde existam trabalhadores em turnos, como o pessoal da

medicina, usina nuclear, enfim, onde houver trabalho em turno a gente precisa entender o que pode ser feito.

Então, nada mais, nada menos, do que a ligação da ciência, dos estudos científicos com as operações aéreas. A gente tem de entender quais são as bases científicas e quais são as necessidades das empresas aéreas.

Não sei se vai passar... Tem como dar um toque no vídeo?

Clica em cima do vídeo. *(Pausa.)* Não foi.

Tudo bem. Esse vídeo mostra o tráfego aéreo mundial nas 24 horas do dia. Qual era o objetivo de mostrá-lo a vocês? Que cada país, cada região do mundo tem a sua peculiaridade. Então, quando se fala em gerenciar risco de fadiga, não podemos comparar o Brasil com os Estados Unidos, não podemos compará-lo com a Europa, não podemos compará-lo com a Ásia. Nós temos as nossas particularidades, e é isso que nós temos de entender. O.k.?

Quando se diz que lá nos Estados Unidos voam cem horas e na Europa e em qualquer outro lugar do mundo, a gente tem de ver quais são as condições dos aeroportos, da infraestrutura. No Brasil, pelo que me consta, há cem pistas homologadas que operam em IFR noturno. Quer dizer, é muito pouco para 900 servidores da Anac. Então há praticamente nove servidores da Anac para cada aeroporto, e a gente está falando em uma nova maneira de regulamentar a jornada de trabalho do aeronauta. A gente tem mais uma barreira, mais um assunto para discutir. Não estou dizendo que a Anac não tenha condições de fazer; ela tem excelentes funcionários, excelentes servidores, como a Isabela, o Sávio, o Eduardo, que cuidam da parte de fatores humanos da Anac. Eles estão precisando é de braço, mais gente para ajudar. Eu tenho certeza de que, se nós colaborarmos com a Anac no sentido de dar atenção, de colocar gente lá para nos ajudar a regular o nosso modal, vamos ter uma aviação muito boa pela frente.

Aqui não dá para seguir, o piloto não consegue seguir sem ter um mapa. Esse mapa da fadiga serve para que a gente possa ter uma ideia do que a gente está dizendo. Então, vamos considerar que a fadiga... São dois fatores aqui para a gente: fatores do trabalho e fatores individuais. Muita gente diz que, se a empresa fizer um bom sistema de gerenciamento de fadiga, será que o trabalhador vai corresponder, ele vai dormir, ele não vai beber?

Nós entendemos que, dessa parte de fatores individuais, as empresas já cuidam. Há o departamento médico, o departamento de fatores humanos, que, se não estão ativos, deviam estar. Pelo menos, as empresas já estão pagando por isso.

O outro são os fatores do trabalho. Quando a gente está falando da regulamentação, nós estamos mexendo aqui na parte de sistema de turnos de trabalho. Então a gente de entender quais são os resultados em cima da hora do dia, que seria ciclo circadiano do trabalhador. Como é essa duração do turno, o tempo que a pessoa fica acordado, rotação do turno, descanso durante a jornada nos voos internacionais, se os pilotos têm um lugar adequado para dormir ou não. Se o piloto da aviação nacional vai lá para Cuiabá, não pode ficar no avião porque está em manutenção, tem de sair para andar no aeroporto, no aeroporto não há uma cadeira para sentar porque está lotado... Imaginem uma tripulação que decola às 22h de Congonhas para voltar às 6h?! A gente tem de levar todas essas coisas em consideração. O descanso entre jornadas está na parte das folgas, de que se falou aqui, que precisa ser revista.

A fadiga vai impactar no desempenho humano, sem dúvida, e no desempenho operacional das empresas.

Quando a gente fala em desempenho operacional das empresas, esse impacto aqui é dinheiro que a empresa está perdendo, é o dinheiro que está sendo jogado fora e que não é mensurado. Se você não pode mensurar, você não pode controlar. Então, as empresas aéreas têm um prejuízo muito grande com essa falta de mensuração. Talvez esteja faltando aí um pouquinho mais de carinho na gestão das empresas aéreas para que possam melhorar o desempenho operacional com relação às escalas de voo. De desempenho humano nem vou falar, porque são aspectos para a nossa saúde.

Justificativa da Icao. James Reason tem uma teoria em que toda a segurança na aviação é feita em camadas. Então, na teoria dele, essas camadas são feitas em queijo suíço. Então, quando um acidente vai acontecer, esse acidente vem encontrando esses furos todos alinhados até a hora do acidente. Então, por exemplo, o acidente da TAM não teve um fator; teve vários. Inclusive, em uma pesquisa que fizemos sobre fadiga de piloto, que o Amauri citou, nós observamos que 80% dos pilotos em estado de fadiga bocejam. O comandante da TAM estava bocejando minutos antes do impacto. Se isso teve relação com a escala de voo ou não, não sei; só sei que precisaria ter sido investigado, e não foi. A mesma coisa ocorreu no caso do avião da Gol: o comandante do Legacy estava bocejando 16 minutos antes do impacto. Então, as coisas vão se encaixando, no nosso entendimento, quando a gente começa a estudar esse fator contribuinte, que é muito sério para a aviação.

Esse fator, como estou dizendo, nem o Cenipa divulgou nem o CNPAA investigou.

As limitações prescritas, como são hoje, fornecem apenas uma fatia do queijo. Nossas limitações, nossas regulamentações são fixas e rígidas, e o ser humano funciona com suas variabilidades durante o dia, como o ciclo circadiano no tempo acordado.

Então, o gerenciamento de fadiga aqui na sigla em inglês é mais uma barreira para que a gente evite esses acidentes, de que o ser humano é o último elo. Como o Comandante Montandon citou, no caso do Rio Hudson um dos fatores de sucesso foi o fato de o comandante estar bem descansado e ter condição de tomar decisões adequadas naquele momento.

Então, na nossa regulamentação de hoje, as variáveis de alerta não são abordadas na regulamentação. O gerenciamento de fadiga se reflete único para cada país, para cada empresa e para cada tipo de operação, devido aos diferentes tipos de operações que nós temos aí. Isso também é uma deixa para o táxi aéreo. Se, de repente, precisa ter uma flexibilização, gerenciar a fadiga, em primeiro lugar, vamos ver a segurança e aí vamos ver o que pode ser feito.

Gerenciar riscos de fadigas relevantes para circunstâncias específicas permite maior flexibilidade operacional. Ninguém está falando em prejudicar empresa aérea coisíssima nenhuma; estamos falando em ajudar as empresas aéreas.

O que a Icao pretende alcançar? Estabelecer normas e orientações para melhorar a capacidade de gerenciar os riscos de fadiga, aplicar conhecimentos científicos – não é achismo – e ferramentas atuais com o objetivo de que a indústria siga as melhores práticas, criar o consenso entre indústria e governo. Quer dizer, isso nos ajuda a formar uma lei. Nós já temos uma linha para seguir. Não está saindo da cabeça da gente; estamos seguindo o que a Icao está dizendo quando se propõe o gerenciamento de fadiga. Acredito que o SNEA também está bem alinhado com isso.

Assegurar supervisão regulatória apropriada. Por isso que eu disse que a gente precisa fortalecer nossa Anac, nosso órgão regulador, para que se possa ter uma regulação adequada na Lei do Aeronauta e melhorar a harmonização global na utilização do FRMS, quer dizer, temos de falar a língua que o mundo está falando, não é só a gente aqui que vai colocar as normas e achar que nós estamos fazendo o melhor. Precisamos ver o que está sendo feito lá fora, e é isso que estou trazendo para vocês aqui.

No primeiro item da Icao... Senador, peço que o senhor me permita passar um pouquinho do tempo. Vou ser rápido.

O que é o sistema de gerenciamento de risco de fadiga? É um meio de monitoramento por dados e gerenciamento contínuo dos riscos de segurança re-

lacionados com a fadiga, com base em conhecimentos e princípios científicos, bem como a experiência operacional de cada empresa, de cada país, que visa assegurar pessoal pertinente à realização de suas tarefas em níveis adequados de alerta.

Hoje, a gente fala em mudança de regulamentação, citava uma proposta que não tinha esse embasamento científico. A gente faz questão que essas recomendações da Icao venham aqui para o Brasil.

Qual é o objetivo? Garantir que cada tripulante esteja suficientemente alerta para que possa operar uma aeronave em nível satisfatório de desempenho, reduzindo a fadiga a um patamar tão baixo quanto possível.

Essa Larp é uma sigla em inglês. Os processos do sistema de gerenciamento de fadiga já estão bem implementados, já estão bem enraizados dentro das empresas aéreas brasileiras, que já colocam o sistema de gerenciamento de segurança operacional em prática, exigido pela Anac. Têm até maio de 2014 para entregar. A maioria das empresas já completou. E seguem esses quatro pilares e esses elementos aqui.

Isso já está dentro das empresas aéreas para fazer uma avaliação de risco. Ter uma política de documentação é importante, porque o gestor responsável, o dono da empresa, tem que assinar se comprometendo com isso. Ter processos de identificação de perigos, avaliação de risco e mitigação, a gente tem que saber que a fadiga é um perigo e perigo tem que ser avaliado, tem que ser feita uma avaliação, como qualquer outro. Se houver um boi na pista, a gente não pode pousar. Por quê? Porque vai ser perigoso, vai ser catastrófico e vai criar um sério problema. A fadiga está no mesmo patamar que isso aí.

Então, vamos ter que ter processo de garantia de segurança na parte de auditoria e processo de promoção, divulgar esse sistema para todos os envolvidos.

Quais são os papéis e responsabilidades? O gestor responsável da empresa é responsável por estabelecer e declarar o compromisso da gestão com alocação de recursos adequados. A administração é responsável pela gestão global da fadiga, diretores e gerentes. Os tripulantes são responsáveis por minimizar seus próprios níveis de fadiga e reportar sempre que julgarem que as condições forem inaceitáveis.

Como a gente pode beneficiar a empresa utilizando esse sistema? Através de estratégias defensivas, com várias camadas para gerenciar melhor o risco relacionado à fadiga.

Ter dados quantitativos, o reporte dos tripulantes, para que se possa fazer isso. Reduzir o risco geral das empresas aéreas. Só para vocês terem uma ideia, no último seminário que nós tivemos na semana passada

na Avianca, não vou falar o nome da empresa, mas uma empresa foi lá e declarou que 78% dos erros dos seus pilotos são provenientes de fadiga.

Eu não acho que esse é um número baixo, não. É um número para se preocupar e tomar uma ação.

Vamos prever escalas mais flexíveis, entendendo como funciona o ser humano para colocar dentro dos demais horários, dos vários horários de trabalho e demonstram um compromisso e a responsabilidade corporativa na gestão de risco, fortalecendo a cultura da segurança organizacional.

Bom, quais são as qualidades principais de uma organização? É um compromisso *top-down*: se não vier de cima para baixo, se o dono da empresa não declarar que ele quer gerenciar esse risco de fadiga, nada vai acontecer. Não adianta o SNEA vir aqui, não adianta vir eu, não adianta vir o SNA, tem que ser o dono da empresa que se declara a favor desse sistema.

A imagem clara do que é proposto fazer e o que é realmente feito para atingir esses objetivos. Quer saber se funciona, vai lá no cafezinho da empresa e pergunta para os funcionários se isso existe mesmo, porque senão entra só no papel e vira só processo.

A gente ter uma cultura de reporte segura eficaz. A gente tem que distinguir o que é erro humano não intencional e um problema fisiológico e trabalhar na melhoria contínua da cultura organizacional da empresa.

Aqui é importante: o que não é um sistema de gerenciamento de fadiga? O que não é? Ele não é um substituto para limites de jornada de voo.

Só dar um exemplo para vocês. A Austrália colocou, a partir de julho, uma nova lei do aeronauta que diz que empresas que não tem gerenciamento de fadiga, não têm nada, que não têm competência para fazer esse trabalho, eles podem ter, os tripulantes podem ter nove horas de jornada e sete horas de voo. Se a empresa começa a ter um programa de gerenciamento de fadiga, ela começa a ter uma flexibilização e, se ela tem um sistema, que é um pouco mais complexo, essa flexibilização aumenta.

Então, quer dizer, não adianta colocar as coisas de qualquer jeito. As empresas vão ter que provar que são capazes de fazer isso, e aí a gente depende da Anac para poder fiscalizar.

Um programa de computador que analisa escala para determinar os níveis de fadiga. Tem muita gente achando que um *software* resolve. Não resolve. Não é bala mágica para eliminar completamente a fadiga no trabalho. O sistema baseia-se em processos existentes, com especial ênfase aos perigos relacionados à fadiga.

Como eu falei, as empresas já têm um sistema de gerenciamento de segurança operacional. Então, a implantação para isso está fácil, todas as empresas

alinhadas já estão com o motor aquecido, só falta o nosso Parlamento endossar essa lei aqui no Brasil. Integra-se com outros sistemas de gerenciamento.

O que é mais importante? Ter um processo de identificação de perigos, um processo de promoção e um processo de comunicação confidencial a princípio, para não colocar, não deixar nenhum tripulante exposto a possíveis punições.

Quais são as vantagens sobre a regulamentação? É que o sistema é uma abordagem sob medida, especificamente concebida para reduzir os aspectos de fadiga das operações. Então, ele é concebido específico para cada operador.

É flexível e adaptável em comparação com regulamentos prescritivos, que são rígidos e fixos. Só para vocês terem ideia, existem mais de 60 países no mundo que sequer têm uma regulamentação escrita.

O sistema de gerenciamento de fadiga usa princípios científicos para formar soluções para os perigos relacionados à fadiga.

Então gente, a ideia é dar um *overview*, desculpe-me pelo tempo, Senador, mas eu acho que é importante essa visão da Icao, de um órgão internacional da aviação civil, do qual o Brasil é signatário e que a gente deve estar adequado a essas recomendações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer ao comandante Paulo Rogério Licati e passo a palavra para o último expositor, o Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho, Sr. Rafael Lara Martins.

O SR. RAFAEL LARA MARTINS – Exmº Sr. Senador Waldemir Moka, na pessoa de quem peço vênua para cumprimentar os demais componentes da mesa; Exmº Sr. Relator do projeto, Paulo Paim, ao qual peço vênua para cumprimentar os demais presentes nesta audiência.

Eu fico bastante confortável em usar a palavra neste tempo, Senador, porque a composição da mesa ela favorece e esclarece bem a que ponto estamos e quem está defendendo o quê.

Nós temos uma mesa com dois representantes patronais, dois representantes de classe de empregados e dois técnicos, sem vinculação representativa necessária, que sou eu e o comandante Licati. Isso me deixa com bastante tranquilidade para passar alguns pontos de reflexão a todos os presentes, especialmente aos Senadores que estão aqui, o Senador relator e o Senador que preside esta Comissão.

O Presidente do Sindicato dos empregados me preocupa quando ele coloca como ordem de importância, se assim posso dizer, segurança, jornada cotidiana e remuneração, para se fazer essa alteração legisla-

tiva, porque... E me preocupa no seguinte sentido: a preocupação com segurança é de todos, ela é o que comove, ela é o que mexe, ela é o que tem que motivar, mas ela não tem que ser, necessariamente, o principal ponto de interesse, porque, acima da segurança, está a própria dignidade da pessoa humana do trabalhador. O trabalhador tem que ser observado, porque a tranquilidade, o descanso e a dignidade da pessoa humana do trabalhador levarão à segurança. A gente não pode achar que a segurança vá levar à tranquilidade e a dignidade da pessoa humana do trabalhador.

É só uma pontuação no discurso, mas concordo inteiramente com você, comandante Marcelo. Não tem a menor dúvida. É só uma pontuação quanto ao discurso.

Nós temos uma Constituição Federal, Senadores, que, antes de a gente começar a discussão de alteração de legislação, nós temos como princípio fundamental dessa condição da Constituição, a constante melhoria da condição dos trabalhadores. Uma condição retrógrada, uma reversão da condição de trabalhadores é inconstitucional. Então, nós temos que fazer essa análise sob a ótica constitucional.

Então, quando eventualmente os representantes patronais buscam ampliar, enquanto representantes e empregados buscam trazer melhores condições para os aeronautas, nós temos aí um viés constitucional muito importante. A Constituição Federal fala em um limite de oito horas, que já é tratado de forma diferenciada nesta legislação que nós temos, que já é maleficamente estendida nesta legislação atual.

E o limite constitucional, é claro, pode ser sopeado, ele pode ser analisado, ele pode ser estendido, como de fato é na legislação, e continuar sendo constitucional como os tribunais já disseram, mas desde que preserve, acima de tudo, as condições dos trabalhadores e a melhoria da condição daquele trabalhador.

E aí me assusta também quando o representante patronal diz: "O que vocês querem com um número de folgas vai fazer com que vocês trabalhem a metade do mês." Por mais alterada essa estatística que seja, o que nós temos na legislação de toda e qualquer outra categoria no País é que, quem trabalha 12 horas trabalha, sim, a metade do mês, porque qualquer empregado que trabalhe 12 horas tem, na sequência, 36 horas de descanso – isso faz com que se trabalhe a metade do mês.

A profissão dos aeronautas, que é uma categoria diferenciada – e é justificável ser categoria diferenciada –, é, talvez, a categoria que, em termos de jornada, é a que mais sofre atualmente no País. Estender ainda mais essa jornada é demasiadamente perigoso e até pode trazer um viés e um comprometimento do estudo legislativo da constitucionalidade de qualquer altera-

ção nesse sentido. Então, nós temos que refletir sobre isso, Senadores, antes de buscar essas alterações. A melhoria das condições tem que estar acima de tudo e em primeiro lugar nessa análise e nessa discussão.

Mas nós temos aqui algo bastante razoável, nós temos aqui alguns consensos, e isso é muito positivo em qualquer mesa. E que consensos são esses? Primeiro: há um consenso em torno da ideia de que é necessário modificar a legislação por ela ter 29 anos, quase 30. Lei velha não é lei ruim, senhores. Temos que lembrar disto: lei velha não é lei ruim. Nós temos uma ânsia legislativa no Brasil. Os nossos representantes legislativos trabalham bem e trabalham muito, e nós temos uma ânsia de modificação legislativa, que é acompanhada e que é justificada, mas nós temos sempre que refletir sobre aquilo em que queremos mexer, pois há uma história e há uma justificativa e há situações que foram previstas. Nós não podemos, a cada lançamento de novo dispositivo aeronáutico tecnológico, criar uma nova lei para regulamentar aquilo. A legislação tem que ter parâmetros, parâmetros mínimos e máximos, para que ela possa, inclusive, receber as alterações. Se há consenso de que a alteração legislativa é positiva, é porque a lei, aí sim, é ruim – não basta o argumento de que ela tem 29 anos. Então, essa lei precisa, talvez, ser modificada pelo consenso que existe dos diferentes atores.

O consenso fala de grupos de trabalho, que é algo extremamente positivo – e já foram feitas algumas reuniões prévias sobre isso. Naquela reunião eu até sugeri que nós tenhamos um texto legislativo, que esse texto seja dividido por capítulos e que cada capítulo abrace determinadas categorias. Isso porque, apesar de ter uma categoria diferenciada ampla, que é a dos aeronautas, nós temos realidades muito distintas, bastante distintas, dentro dessas categorias, o que justifica uma subdivisão. E me parece que os grupos de trabalho negociados para trabalhar especificamente dentro de cada tema estabelecerão um norte para essa divisão, para esse trabalho legislativo por categorias, e isso é muito positivo.

Só tenho medo de faltar publicidade nesses grupos de trabalho. Já temos uma próxima reunião para o dia 12 de setembro e é perigoso nós querermos criar um consenso em diversos grupos de trabalho sem ter total representatividade. Nós temos um sistema sindical que tem representatividade legal no País, mas nós temos a representatividade que vai além da representatividade legal, que é a representatividade territorial, representatividade geográfica, que abrange interesses que vão além daqueles que somente o sindicato está resguardando. Precisamos, portanto, ampliar esses grupos, precisamos ampliar esse debate, para trazer

associações, para trazer grupos que estejam também incluídos, dar mais publicidade a esses grupos de trabalho.

Ainda acho, diferentemente do que pensam alguns membros deste grupo de trabalho, que talvez esses grupos deversem estar trabalhando sob a tutela de uma subcomissão. Acho que seria bastante positivo isso para que nós pudéssemos ampliar e neutralizar esse debate — é uma ideia.

Eu tenho receio quanto ao ponto a que nós vamos chegar nesse consenso, porque lei não é convenção coletiva de trabalho, senhores, lei não pode ser tratada como convenção coletiva de trabalho. Acredito que essa legislação precisa ser elaborada em um sistema de mínimo e máximo e, dentro desse sistema mínimo e máximo, é preciso motivar a negociação coletiva.

E aí nós entramos com a belíssima apresentação do Comandante Licati de controle de fadiga. Nós temos, sim, uma redução legislativa do mínimo, de quanto — assim como é apresentado no projeto de lei substitutivo —, uma redução do mínimo de jornada que o trabalhador vai estar disponível para trabalhar, mas, ao mesmo tempo, possibilita-se essa negociação dentro da ideia de que cada caso é um caso do controle de fadiga para negociações coletivas separadas, seja por categorias, seja por empresas, podendo estender bastante essa jornada na negociação coletiva e até a inspeção, a fiscalização, por quem de direito.

Exemplo disso nós já temos na legislação atual. Nos temos uma legislação infraconstitucional, a CLT, que trata da possibilidade de redução do intervalo intrajornada de uma hora para menos do que isso, desde que precedida de uma fiscalização do órgão competente. Nós podemos ter o mesmo. Nós podemos ter uma jornada de 6, 7, 8, 9 — ou o valor a que se chegar nessa negociação —, com a possibilidade de legislar e negociar para 12, 15, 18, 24, dentro de uma fiscalização prévia, de uma autorização prévia, de um controle de fadiga honesto.

Tenho medo também de se remeter a um controle de fadiga e ele não ser honesto. Então, é preciso ter uma entidade para fiscalizar com o cuidado necessário, com a atenção necessária, esse controle de fadiga. Isto tem que ser previsto na legislação: quem vai fiscalizar isso, quem vai acompanhar essas possibilidades, como vão ser feitas as negociações. É muito importante que seja feito isso.

Para finalizar: é sempre bem-vindo o discurso sobre a competitividade das companhias aéreas ou quaisquer empresas frente às intervenções internacionais e ao alto custo que o Brasil tem em relação a essas empresas. Por quê? O custo Brasil é uma realidade.

Nós temos aqui a comparação com a legislação trabalhista dos Estados Unidos, China e Canadá. Eu afirmo, sem medo de errar, que são as piores legislações possíveis com relação a empregados. A legislação trabalhista norte-americana, dos Estados Unidos e do Canadá, é uma das piores do mundo do ponto de vista dos empregados. Então, ela não pode servir de base para a análise. O trabalhador americano não tem direito a férias, não tem direito a afastamento se estiver doente. Então, o argumento de que nos Estados Unidos ou na China se trabalha mais jamais pode ser trazido para o Brasil, porque a legislação brasileira é melhor, e nós não podemos retroceder, nós temos que avançar, sempre e em primeiro lugar.

O custo Brasil tem que ser combatido, e a competitividade das empresas tem que ser observada — nós não podemos ferir a competitividade das nossas empresas. Nós estamos no lugar certo para levantar a bandeira certa, senhor representante, porque o custo Brasil tem que ser combatido em outro lugar, não à custa do suor do trabalhador. Combateremos o custo Brasil no preço dos tributos, combateremos o custo Brasil no excesso de burocracia da agência reguladora, mas não com o suor do trabalhador, não podemos transferir para o trabalhador a responsabilidade de tomar conta e tomar cuidado com essa competitividade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB — MS) — Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT — RS) — Olhe, Sr. Presidente Waldemir Moka, estou acreditando que todos os que estão na mesa fazem parte do grupo de trabalho. Eu acho que está muito bem montado, bem dividido. Para mim, até as discordâncias são positivas, elas fazem parte do debate, da polarização que surge das numerosas propostas. Eu ficaria triste se visse nesta Mesa aqui todos defenderem a mesma coisa, não seria bom. Que bom que o Sr. Odilon Junqueira, por exemplo, tem sua posição firme, clara e dura — digo no bom sentido — no debate, apresenta sua visão como empresário. Mas é bom ouvir o Rafael também, com essa posição muito firme e muito clara, com argumentos, com dados, fazendo o que nós chamamos de bom combate, que é o bom debate na verdade. Como é bom ver, por exemplo, o Paulo Licati — tomei nota — falando tanto sobre a questão da fadiga. Disse que a fadiga traz um problema inegável, que pode contribuir, e muito, para os acidentes.

Mas deixem-me só resumir o que eu anotei aqui sem falar de forma tão genérica.

Primeiro, quero dizer que, com a apresentação desse projeto do nosso querido Blairo Maggi, eu recebi das entidades sindicais o pedido para que eu o rela-

tasse. É que, ao contrário do que o substitutivo aponta, caminhos – caminhos para o debate –, ele aumentava a jornada dos profissionais brasileiros. Essa foi a grande preocupação. Então, a iniciativa de aumentar a jornada, claro, assustou todos.

Nós temos um debate nacional, das centrais, confederações, no qual eu tenho uma participação ativa no bom sentido, porque embora eu tenha contato intenso com as centrais sindicais e com as confederações, tenho um relacionamento respeitoso e, eu diria, de alto nível com o setor empresarial. Eu tenho a visão que, de forma simples, o Senador Vicentinho falou: nós temos que olhar os dois lados, porque o País caminha nesse sentido.

O que nós temos que ter claro primeiro é que, quando fizemos o substitutivo foi uma forma de nos contrapor ao projeto original para estabelecer o debate. Para mim, a questão não é aumentar nem diminuir por diminuir a jornada. Eu gostei de uma expressão que, se não me engano, foi usada aqui por alguém que falou em adequação – acho que foi o Amaury. O Amaury falou aqui da importância da readequação: caminhar-mos para a readequação e não... Ninguém aqui está querendo que, de uma hora para outra, a jornada de trabalho seja a menor do mundo – que não se passe essa impressão, porque não é esse o objetivo.

Eu apenas queria que, depois, alguém me respondesse por que exportamos tantos pilotos. Isso foi dito... Por que exportamos tantos pilotos? Além do Marcelo, que falou muito da jornada, e falou de forma muito firme, muito clara – os teus argumentos em matéria de acidente e de fadiga...

O Aguiar, de forma muito tranquila, moderada, eu diria que com muita sabedoria e habilidade, está apostando muito no grupo de trabalho. Eu quero dizer que eu também estou apostando muito no grupo de trabalho. Ele mostrou a realidade dos táxis aéreos, que nós não conhecíamos – foi uma aula para nós todos – e preferiu apostar na possibilidade de o grupo de trabalho avançar num grande entendimento, o que eu acho muito positivo.

O Paulo Rogério Licati enfatizou muito a palavra “fadiga”. Eu acho que está correto, a fadiga é que leva ao acidente. Eu mesmo sou metalúrgico: se me botam numa linha de produção a produzir, produzir, produzir, quando chegar lá na frente eu estou cortando o dedo, como eu vi na fábrica trabalhadores perderem braço, mãos. Eu trabalhava numa forjaria: calculem aquele martelo descendo e o cara tirando a peça ali automaticamente... Muitos deixaram a mão ou o braço, naturalmente pela fadiga. A fadiga, de fato, é preocupante para todos, e esse dado que você apresentou, de que 78% do risco dos acidentes é pela fadiga...

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Setenta e oito por cento dos erros dos pilotos têm a fadiga como fator determinante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exato: 78% dos erros são provenientes da fadiga.

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Temos que lembrar que o erro preconiza um incidente ou um acidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

O Rafael Martins falou no fim. Ele iniciou com uma frase interessante: “A dignidade em primeiro lugar” – a dignidade do trabalhador. Eu gostei também de outra frase que ele apresentou, disse que lei velha não é lei ruim não. A CLT brasileira tem 70 anos e, para mim, ela é exemplo para o mundo ainda. Os países europeus, chamados países de Primeiro Mundo, praticamente aboliram os direitos e ficaram só na relação entre empregado e empregador. A crise que eles têm lá fora nós não temos aqui dentro, porque a CLT dá uma base de sustentação que, neste momento difícil, sustentou o nosso mercado interno. Então, você, com essa frase, digamos, ganhou um pouco o relator, porque eu também entendo que lei velha não é lei ruim.

É como nós achamos que o homem com 60, 70 anos não tem um arsenal de sabedoria. Eu sempre repito nas minhas falas que eu fiquei um mês uma vez no Japão. Fui numa delegação de empresários, só havia empresários, e eu fui representando o Congresso. E qual foi a experiência lá? Ver como eram tratados os idosos e, naturalmente, o sistema em seu todo. Mas eu fui mais nessa dimensão e lá eu percebi que o idoso é considerado um mestre, um sábio: ele sai de uma empresa e é transferido para outra para ser instrutor, pelo conhecimento que ele acumulou, ele vai dar aula, ele vai ensinar como evitar o acidente por exemplo, a fadiga, e como ser um bom profissional. Por isso é que a idade, para mim, não significa, como você disse muito bem, algo negativo. A lei velha não é, por ser velha, uma lei ruim. Podemos ter uma lei velha e uma excelente lei. Claro que a CLT pode ser aprimorada ponto por ponto. Esse debate estou fazendo quase todos os meses aqui no Brasil e viajando pelos Estados e falando sobre os 70 anos da CLT.

Em resumo, meu Presidente, dirigindo-me a V. Ex^a, estou animado com o debate que o grupo está fazendo. Acho que é um grupo equilibrado. Tenho muita esperança de que esse grupo todo construa um entendimento dentro do possível. Se algumas coisas não forem possíveis, como disse muito bem o Presidente, a gente decide aqui no voto.

Como Relator, fico com a posição do Wolner Aguiar, que sei que é a de todos vocês. O Wolner... a

vista aqui não é fácil, não é que velho não tenha sabedoria, mas há problemas físicos que se agravam com o tempo – estou com 63 anos –, e a vista me complica um pouco. O Wolner fez sua exposição – não vou entrar no mérito dela –, e eu notei que ele apostou muito nesse grupo. É esse grupo, Presidente, que eu acredito que poderá apresentar-nos uma proposta redonda, que vá na linha da dignidade humana, na linha do trabalho, como o Marcelo colocou, que vá na linha – tem-se de olhar também o lado empresarial – ou na linha da fadiga, tão falada aqui pelo Amaury e também pelo Licati.

O Rafael enfatizou que temos de construir uma lei... Temos, sim de construir uma lei que melhore o setor e, de preferir. É a mesma linha do Wolner.

Era isso, Presidente.

Como Relator, estou à espera desse substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, se V. Ex^a me permitir, eu vou fazer exatamente o contrário: vou inverter a ordem e dar dois ou três minutos para que – não é obrigado a falar – se alguém quiser fazer alguma colocação, em função de que alguns argumentos podem ser contraditados, embora isso seja importante que seja.

Então, começo pelo Dr. Rafael, para que ele, em dois minutos, fale se entender que deve fazer alguma colocação.

O SR. RAFAEL LARA MARTINS – Sr. Presidente, por ter sido o último a falar, acredito que consegui esgotar minha fala e ser o primeiro a usar da palavra agora me tira a possibilidade e a necessidade.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Essa é a ideia, Rafael.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que todos falem pouco agora.

O SR. RAFAEL LARA MARTINS – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na sequência inversa, o Comandante Paulo Rogério Licati.

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Eu também espero que a gente chegue a um consenso, que alinhe com o que a Icao, órgão internacional de aviação civil, recomenda, que nós vamos estar no melhor caminho, alinhado com o mundo inteiro. Espero que a gente tenha uma boa conversa, daqui para frente, com o SNEA, com o SNETA e com quem mais que seja, para entender que o sistema de gerenciamento de risco de fadiga veio para ajudar e não para prejudicar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Amaury vou ter de deixar para chamar depois.

Sr. Odilon Junqueira.

O SR. ODILON JUNQUEIRA – Para finalizar, eu aprendi aqui uma coisa bastante interessante mencionada pelo Senador Paim: o fato de a lei ser antiga não quer dizer que ela seja ruim.

Essa é uma observação muito importante, principalmente em se tratando de uma lei que durante tantos anos serviu tão bem ao sistema de transporte aéreo brasileiro.

Depois, eu fico particularmente satisfeito, porque também confio muito no trabalho dessa comissão paritária, originada aqui na reunião anterior, no gabinete do Senador Moka e do Senador Paim. Acho que por aí nós vamos poder evoluir, principalmente porque noto alguns pontos de convergência muito importantes.

Sem dúvida nenhuma, o ponto mais importante é o que trata do sistema de gestão de risco de fadiga, que, como foi mencionado, já vem sendo estudado e implantado pelas empresas aéreas que têm essa propensão, que farão isso e que, talvez, se, ao final e ao cabo, resultar numa implantação sistemática desse sistema, com a participação da autoridade aeronáutica, da Anac, isso certamente trará benefícios importantes.

Acredito, então, que há esses pontos convergentes que, sem dúvida nenhuma, devem ser aprofundados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Odilon.

Wolner Aguiar.

O SR. WOLNER AGUIAR – Senador Paim, o senhor fez uma leitura, realmente, bem certa da expectativa do SNETA com relação a esse grupo de trabalho. Realmente, o SNETA espera que haja, lógico, discussões vão acontecer, linhas diferentes serão apresentadas, mas a expectativa do SNETA é que nesse trabalho que já se iniciou a gente chegue a um consenso e que, em muito pouco tempo, essa legislação que engloba categorias diferentes, apesar de serem todas aviação – piloto da aviação agrícola, táxi aéreo, aviação regular, aviação geral –, todos eles estão debaixo dessa legislação, e são atividades totalmente divergentes. Desculpe, não divergentes, mas são diferentes. Então, espero realmente que esse trabalho se finalize rapidamente e que a gente chegue a um consenso.

Só uma breve colocação que eu não fiz na minha apresentação. O táxi aéreo passa hoje por um momento muito difícil, em face da insegurança hoje colocada pela administração dos aeroportos – a Infraero –, nas questões de concessão de áreas, de preços, de áreas

aeroportuárias. Isso vem somando, então, essa questão do aeronauta.

(Soa a campanha.)

O SR. WOLNER AGUIAR – Essa discussão está a cabo da Comissão de Infraestrutura, presidida pelo Senador Fernando Collor, que já marcou uma audiência para a próxima semana, dia 16, que vai contar com representante do SNETA, o Fernando Alberto, que vai estar aqui, para a qual eu peço a presença do senhor, encarecidamente, como bom entendedor que é, no dia 16, às 18 horas, para que participe desse trabalho em prol do táxi aéreo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra agora ao Amaury Montandon, que é representante do Sr. Carlos Seixas, Presidente da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (Abrapac).

O SR. AMAURY MONTANDON – Respondendo ao questionamento do Senador Paulo Paim, sobre o senhor questionar quanto ao Brasil exportador de pilotos, na verdade, nós tivemos na última década, o fechamento das três maiores empresas que voavam no Brasil – Varig, Vasp e Transbrasil –, e o mercado absorveu. Houve a criação da Gol, que era uma empresa que não existia. A Webjet não existia – apareceu, mas deixou de existir. A Azul e a Trip, que cresceu muito.

Então, o mercado absorveu boa parte dessa parcela de pilotos, grande parte dessa parcela de pilotos, mas alguns começaram o caminho de ir para fora do Brasil, já desde aquela época. Alguns colegas nossos de outras empresas, naquela época, antes da criação dessas novas, foram buscar o mercado externo para mão de obra superqualificada de aviação, e mesmo pelos momentos que as empresas vinham passando no Brasil, num passado de dois anos, três anos...

(Soa a campanha.)

O SR. AMAURY MONTANDON –... de redução de malha, redução de custos, por causa dessa variável de preço de dólar, de todos os custos operacionais serem em dólar, preço de combustível e tudo mais. Então, alguns pilotos – tivemos empresas agora que demitiram 800 pilotos –, um mercado que acolhe esses pilotos é o mercado externo, porque nós temos uma frota de aviões muito nova no Brasil. A nossa frota é muito nova. E esses aviões também são usados em outras empresas no mundo. Então, como somos qualificados a voar nesse tipo de avião, as empresas chinesas e as empresas do oriente médio vêm buscar pilotos aqui no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O último é o Marcelo Ceriotti, que é o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

O SR. MARCELO CERIOTTI – A grande vantagem de ficar por último é poder perceber o ponto de vista de cada orador e concretizar, criar uma posição um pouco mais embasada. Então, respondendo à pergunta do Senador Paulo Paim, que o Amaury já iniciou, em relação à exportação de pilotos, nós acabamos de concluir uma pesquisa com pilotos expatriados. Chegamos aproximadamente ao número de mil pilotos brasileiros que estão morando, trabalhando, produzindo fora do País. Tivemos uma boa aderência à pesquisa – 101 pilotos responderam à pesquisa. Então, foi uma pesquisa bastante significativa.

Destaco aqui a fala de um dos pilotos, uma transcrição autorizada por ele. E ele diz o seguinte: “Piloto brasileiro está cada vez mais bem visto no exterior; somos um grupo fácil de se lidar, com uma excelente capacidade de adaptação e com boas qualidades técnicas.”

Então, a falência das grandes empresas não permitiu aquilo que o senhor usou, como analogia ao sábio, um plano de carreira. Esse piloto teve que interromper a carreira e iniciar uma nova carreira em uma nova empresa. Então, muitos desses pilotos, por vantagens oferecidas por essas empresas internacionais, principalmente a vantagem financeira, iniciaram essa carreira lá fora. E acabaram criando um caminho de esses pilotos seguirem para lá.

Quando do anúncio da redução de força de trabalho da TAM – de em torno de mil tripulantes –, nós tivemos no Sindicato Nacional dos Aeronautas a procura de 25 empresas aéreas, de 14 países do mundo, sedentas pela contratação de pilotos experientes, capacitados, habilitados e em idade produtiva. Pilotos com 35 a 40 anos de idade, que podem produzir mais 25 anos de trabalho. Essas empresas correram para o Sindicato, procurando o contato desses pilotos, para contratar esse piloto pronto.

Esse piloto vai para lá, faz um curso muito rápido e já está produzindo. Quem carrega o investimento de formação de um profissional de aviação são as empresas brasileiras. Elas investem nesse profissional, formam esse profissional, e esse profissional vai produzir lá fora. Para vocês terem uma ideia, um piloto de linha aérea, um comandante de linha aérea, hoje, leva em torno de dez anos de investimento para se profissionalizar e desempenhar a função de piloto de linha aérea.

Eu gostaria apenas de esclarecer alguns pontos que foram debatidos. Como fui o primeiro a falar, eu

acabei não tendo a oportunidade de esclarecer dois pontos.

Junto com essa pesquisa, uma informação muito relevante foi a questão da regulamentação. Foi uma das perguntas que nós fizemos questão de deixar muito clara, quando o Odilon fala que pilotos brasileiros voam em todo mundo e não reclamam da regulamentação. Dos pilotos, 76% consideraram a regulamentação brasileira pior do que aquela sob a qual eles estão trabalhando. Então, a grande maioria dos pilotos que estão voando fora, apesar de ter uma carga de voo, uma carga horária de hora de voo maior, acha que a nossa regulamentação é pior.

(Falha na gravação.)

O SR. MARCELO CERIOTTI – O Odilon aqui... O senhor não quer que eu fale? *(Risos.)*

Quando se fala em hora de voo, temos que fazer a relação em jornada de trabalho. Uma coisa é hora de voo produzida, hora de motor girando; uma coisa é jornada de trabalho. O piloto pode sair de casa e trabalhar 11 horas de jornada, produzindo duas horas de voo. Então, não nos assusta produzir. Produzir é o que o tripulante quer. O tripulante quer sair de casa e produzir. O que o tripulante não quer é ficar à disposição, – uma jornada cansativa, estafante –, sem remuneração e sem produtividade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CERIOTTI – É. Eu até usei esse termo também – readequação. O que nós precisamos na lei é de uma readequação, é de aparar algumas arestas. E produtividade, que é o calcanhar de Aquiles das empresas em relação a custo, não é o nosso problema. Nós podemos produzir mais, desde que façamos isso em conjunto. E a questão de horas de voo que o Odilon levantou: “Ah, no Canadá se voa 120 horas; na China, 100; nos Estados Unidos, 100.” Produzir hora de voo não é problema. Problema é a jornada de trabalho.

Então, nós não podemos relacionar hora de voo com jornada de trabalho, que são assuntos distintos. Essa é a nossa preocupação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, eu só vou fazer algumas observações. Primeiro, para o Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho.

Eu penso, Senador Paim – e já disse a ele –, que é importante deixar os grupos... E ele faz parte do grupo e tem uma visão do direito trabalhista, que é fundamental. Mas eu acho que neste momento é importante deixar que a convergência exista para depois fazer algumas avaliações. E a preocupação sua

de passar alguma lei aqui inconstitucional, enquanto... Só se eu não for alertado como Presidente. Mas acho muito difícil isso acontecer aqui.

Agora, a oportunidade da convergência é fundamental. Por quê? Porque, a partir dessa convergência, nós vamos ver se está esbarrando em alguma questão trabalhista, se há alguma coisa que pode soar de forma inconstitucional. Porque, a mim, parece que o trabalho desta Comissão tem que ter como base aquilo que a Icao recomenda. O que eles e as próprias empresas recomendam.

Salvo melhor juízo, eu ouvi aqui do Odilon a preocupação de, claro, qual o maior prejuízo que um empresa pode ter. É o risco ou a infelicidade de um acidente aéreo. Se nós partimos daí, e a flexibilização... Porque eu acredito muito nisso. O que o Presidente do Sindicato acabou de dizer só reforça aquilo que eu... o piloto que está voando fora não está reclamando; ele acha que a nossa regulamentação aqui, embora seja uma quantidade de horas menor, mas eles acham que é melhor, porque certamente a regulamentação é uma coisa lá fora no mínimo mais adequada para ele.

Então, a questão da jornada de trabalho talvez... claro que é importante e me preocupou aqui quando o Comandante Licati disse que, no Canadá ou na China, você pode voar 90 horas; a partir de 90 horas, você é estimulado, porque aí você ganha tantos dólares a mais. Isso é um perigo! Isso é um perigo! Porque às vezes um jovem piloto, com essa possibilidade de, a partir das 90 horas, ele vai chegar a 120 horas, ele pode entrar nessa questão da fadiga. Agora, colocar que as empresas que seguem essa regulamentação da fadiga têm mais flexibilidade ou serão tratadas melhor, isso sim, estimular a empresa, aquela que tiver com esse setor regularizado, é fundamental.

Mas eu tenho certeza, e a presença do Presidente do Instituto Goiano nesta Comissão vai dar exatamente a garantia jurídica de que vamos ter uma legislação, Presidente, que vá ao encontro dos direitos dos trabalhadores.

Eu acredito muito que a sua presença seja fundamental, só recomendaria que deixassem eles conversarem um pouco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, na primeira fala do senhor eu me assustei. Achei que V. Ex^a não estava querendo que ele tivesse, mas agora V. Ex^a foi muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, não, só estou pedindo para ele atuar exatamente como Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu acho que ele cumpre esse papel muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como Presidente do Instituto Goiano, certamente a tendência natural, e é bom que seja assim, é ter essa visão dos direitos trabalhistas. Eu só gostaria que a gente deixasse chegar a um texto de acordo, para depois a gente começar. Isso vai implicar isso, isso e isso. Depois a gente começa a realizar.

São só 32 anos de vivência, por isso estou lhe dizendo e eu sempre tive uma postura de conciliação, o Senador Paulo Paim sabe disso. Nós já tratamos de temas difíceis aqui, mas eu sempre aposto que, quando os segmentos mais interessados conversam, eles são capazes de produzir acordos que aqui na Comissão talvez tivéssemos dificuldade de olhar os dois lados. É fundamental esse grupo de trabalho. V. S^a, como representante do direito trabalhista, fico feliz que esteja participando com essa visão. Vamos chegar com um texto e vamos poder dizer que foi aferido diretamente por um membro do Direito do Trabalho.

Nada mais havendo a tratar, não vou dar mais oportunidade para que se prorrogue, são já 13 horas, declaro encerrada a presente sessão.

Agradecendo mais uma vez a participação de todos os senhores aqui.

(Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos, do dia onze de setembro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:

Senador Marcelo Crivella – Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências. Relatoria: Senadora Ana Rita – Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2011, e das Emendas nºs 1 a 5-CE. Resultado: Rejeitado o Relatório do Senador João Alberto Souza, a Presidência designa a Senadora Ana Rita Relatora do Vencido, autora do Voto em Separado concluindo pelo Arquivamento da matéria. A Comissão de Assuntos Sociais aprova Parecer pelo Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2011. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2012 – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Davim – Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012. Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por Ad Hoc) – Relatoria Ad Hoc: Senadora Angela Portela. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Angela Portela, em substituição ao Senador José Pimentel. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo – Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a logística reversa de veículos automotores. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg – Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2013 – Terminativo – Autoria: Deputado Neilton Mulim – Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade home care. Relatoria: Senador Sérgio Souza – Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013 e das 2 (duas) Emendas

que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2010 – Terminativo – Autoria: Senador Marcelo Crivella – Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. Relatoria: Senador Humberto Costa – Relatório: Leitura do Parecer Vencedor pelo Senador Humberto Costa. (Pendente de Relatório). Resultado: Adiado. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Jorge Viana – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para fixar limite mínimo de fornecimento de medicamentos de uso contínuo pelas empresas produtoras e obrigá-las a advertir os consumidores sobre eventual encerramento da produção. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin – Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2012, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senadora Ana Amélia. Acrescenta o § 13 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para estabelecer que cônjuge ou companheiro não perde a condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 (dezesesseis) anos exercer atividade remunerada permanente ou por período superior a cento e vinte dias. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia – Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2013. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2013. EXTRAPAUTA – ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 54, de 2013 – Autoria: Senador Cícero Lucena – Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo Jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: – Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da ANVISA – Sr. Cristiano Aquino, Diretor do Procon-RS – Representante do Ministério Público Federal – Sr. Felix Bonfim, Diretor Presidente da empresa Atacado do Suplemento – Dr. Maurício

Milani, especialista Medicina de Esporte. Resultado: Aprovado. ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 55, de 2013 – Autoria: Senador Paulo Paim – Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 20 de 2013, destinada a instruir do Projeto de Lei do Senado nº 47 de 2013. Resultado: Aprovado. Usam da palavra a Senadora Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Ana Rita e os Senadores Paulo Paim, João Durval, Rodrigo Rollemberg, João Alberto de Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Armando Monteiro e Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de sete itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo três não terminativos e quatro terminativos.

Há expediente sobre a mesa, um requerimento de justificativa de ausência.

A Senadora Ana Amélia comunicou ao Senado Federal, nos termos do art. 13, *caput*, do Regimento Interno, que estará ausente dos trabalhos desta Casa nos dias 9 a 11 de setembro de 2013, por se encontrar em missão oficial.

Há apenas sete itens na pauta, e explico por quê. É que a Comissão, felizmente... Aprendi com Dom Jayme Campos, do Mato Grosso, que essa coisa você toca... E aí o que está acontecendo? Há falta de projetos com pareceres prontos. Inclusive, faço um apelo. Estamos mais do que em dia com a nossa agenda, e isso se deve exatamente à permanência aqui e à deter-

minação dos Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Sociais, mas eu pediria para que, na semana que vem, votássemos aqui. Eu vou ter dificuldade com a pauta, em função de que os projetos precisam desses pareceres, para que eu possa pautá-los.

Vou começar com o item 2 da pauta, à p. 55. A decisão é não terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2012

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.

Autoria: Senador Paulo Davim.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012.

Observações:

- Em 14.05.2013, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instruir o Projeto.

- Em 10.07.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para suas considerações, se julgar necessário, porque a matéria está em discussão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, em relação ao Item 2 da pauta, da relatoria do Senador José Pimentel, eu teria que ler o relatório, fazer a leitura do relatório

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim. Na verdade, Senadora Angela, o relatório foi lido e foi concedida vista. Estou pedindo isso porque preciso, realmente, de um relator *ad hoc*, no sentido de haver algum comentário, se julgar necessário.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O relatório do Senador José Pimentel é o relatório com o qual concordamos que seja aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, V. Exª é o autor do projeto. Nós fizemos audiência pública. Não é muito comum, mas eu me lembro de ter me manifestado a respeito disso, porque é um projeto que particularmente defendo.

V. Exª poderia só lembrar aos Senadores aqui, como autor do projeto, o texto e do que se trata.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, essa matéria é de grande interesse para a saúde pública.

O mundo inteiro, sob a orientação da Organização Mundial da Saúde, está vendo que, quanto mais obstáculos forem criados entre o usuário e o produto, menor será a adesão, menor será o surgimento de novos usuários do cigarro.

No Brasil, por ano, morrem 130 mil pessoas por doenças causadas pelo cigarro. Pode-se comparar esse número a uma verdadeira guerra civil, porque 42 mil pessoas morrem, no Brasil, vítimas de homicídio; por acidentes de trânsito, morrem 52 mil pessoas; mas vítimas do cigarro são 130 mil, o que representa 350 óbitos por dia. No mundo inteiro, seis milhões de pessoas vão a óbito por ano, pelo fato de serem usuários do cigarro.

Então, o mundo se preocupa. A Austrália, por exemplo, divulgou na última semana que está aumentando 12,5% o imposto sobre o cigarro. Em Nova York, por exemplo, nos contratos das imobiliárias, há um artigo que proíbe fumar dentro dos imóveis alugados. Ou seja, o mundo inteiro está dificultando o acesso ao cigarro, porque percebe que o cigarro realmente corresponde a uma guerra civil, no tocante ao número de vítimas causadas por ele.

Então, é algo muito concreto: os números apontam, a Organização Mundial da Saúde aponta. A política contra o tabagismo no Brasil é uma política de sucesso. O Brasil conseguiu reduzir, de 1989 até agora, 33% do tabagismo, entretanto ainda há 24 milhões de brasileiros que fazem uso do cigarro, que é um número expressivo. É maior do que a população de Cuba, é quase a população da Argentina, é maior do que a população do Uruguai o número pessoas que são usuárias regulares do cigarro.

Portanto, precisamos fortalecer as realizações que restringem o uso do cigarro. Estaremos fazendo um bem à saúde pública, um bem ao brasileiro, dificultando a adesão a esse vício dos jovens brasileiros.

E estamos economizando. Existe um argumento muito usual, sobretudo da indústria do tabaco, no sentido de que o projeto traz prejuízo tributário para o Brasil. Claro que não! O Brasil arrecada de tributos sobre o cigarro algo em torno de R\$6,2 bilhões, entretanto gasta com doenças provocadas pelo cigarro,

com internações, cânceres, infartos, essas coisas todas, R\$21 bilhões. Ou seja, o que arrecada não é a metade do que gasta. Além do que está comprovado sobejamente na literatura científica que 90% dos cânceres de pulmão são provocados pelo cigarro – esse dado é do Instituto Nacional do Câncer (Inca) – e que 30% das doenças coronarianas são provocadas pelo cigarro. Todos os fumantes têm muito mais incidência de câncer em qualquer parte do corpo do que o não fumante.

Baseado nisso é que apresentei este projeto de lei, com a absoluta certeza de que estamos contribuindo, e esta Comissão vai contribuir efetivamente, para a saúde pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A votação é simbólica.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

Vou passar ao item 4 da pauta, de que é relator o Senador Sérgio Souza, que tem projeto a relatar em outra comissão.

Item 4, p. 78.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2013

- Terminativo -

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade home care.

Autoria: Deputado Neilton Mulim

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, e das duas emendas que apresenta.

Observações: – Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sras e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2013 (Projeto de Lei nº 2.776, de 2008, na origem), de autoria do Deputado Neilton

Mulim, cuja finalidade, segundo estabelecem a ementa e o art. 1º, é tornar obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes que se encontrem nas seguintes situações: (i) em regime de internação hospitalar; (ii) que sejam portadores de doenças crônicas; e (iii) que estejam sob assistência domiciliar na modalidade *home care*.

O *caput* do art. 2º determina que nos hospitais públicos e privados que mantenham pacientes internados ou em alguma das situações supramencionadas será obrigatória a presença de profissionais de odontologia para a prestação de cuidados de saúde bucal aos pacientes. Essa obrigatoriedade alcança apenas os hospitais de médio e grande porte, conforme esclarece o §1º do artigo. O §2º estende a obrigatoriedade da prestação daquela modalidade de cuidados aos pacientes portadores de doenças crônicas que não se encontrem em regime de internação.

O §3º do artigo determina que a assistência odontológica aos pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) deverá ser, obrigatoriamente, prestada por cirurgião-dentista. O mesmo parágrafo permite que os pacientes de outras unidades hospitalares que não a UTI sejam assistidos por “outros profissionais devidamente habilitados para atuar na área, supervisionados por um odontólogo”.

O quarto e último parágrafo do art. 2º determina que o cumprimento do disposto no *caput* – prestação de cuidados de saúde bucal aos pacientes internados – não poderá prejudicar os pacientes atendidos nas emergências dos hospitais a que se refere o artigo.

A aplicação de penalidade pelo descumprimento da lei será objeto de regulamento, conforme estabelece o art. 3º do projeto. Ou seja, ainda depende de regulamento pelo Governo Federal.

O último artigo determina que a lei resultante do projeto entre em vigor após 180 dias de sua publicação.

O Deputado Neilton Mulim ressalta, na justificação do projeto, a importância dos cuidados de saúde bucal prestados a pacientes internados nas unidades de terapia intensiva (UTI). Frequentemente, tais pacientes permanecem por longo tempo incapacitados de realizar, eles mesmos, a higiene bucal, o que propicia o surgimento de infecções da cavidade oral e do trato respiratório. A título de reforço dos seus argumentos, o Deputado Neilton Mulim cita a Drª Teresa Márcia Nascimento de Moraes, cirurgiã-dentista e mestra em Clínica Odontológica Integrada, cujos artigos publicados comprovariam a redução significativa dos custos das internações e da incidência de pneumonia em pacientes em estado crítico que recebem cuidados de saúde bucal.

O projeto foi distribuído apenas para a Comissão de Assuntos Sociais, para apreciação em caráter terminativo, e não foi objeto de emendas.

Passo, então, à análise, Sr. Presidente.

O PLC nº 34, de 2013, tem a finalidade de tornar obrigatória uma medida de proteção e defesa da saúde, matéria cujo mérito compete à Comissão de Assuntos Sociais analisar, conforme estabelece o inciso II do art. 100 do Regimento Interno desta Casa. Devido ao caráter terminativo da decisão, devem ser analisados, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição.

No tocante à constitucionalidade, nada obsta à aprovação do projeto, visto que trata de matéria sobre a qual cabe ao Congresso Nacional dispor e à União legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, conforme determinam, respectivamente, os arts. 48 e 24, inciso XII, da Constituição Federal. Igualmente, não há óbice quanto à iniciativa, visto que a matéria não consta do §1º do art. 61 da Carta Magna, em que são especificadas aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República.

Não identificamos, também, vícios de juridicidade no projeto. A espécie normativa proposta é adequada ao objetivo a ser alcançado, é inovadora e respeita os princípios da impessoalidade, da generalidade e da coercitividade.

Quanto à técnica legislativa, o PLC nº 34, de 2013, está de acordo com o que preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os aspectos técnicos que devem ser observados na elaboração das leis.

O mérito da proposição, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inquestionável. O art. 198 da Constituição Federal estabelece que a integralidade na assistência à saúde é uma das diretrizes que devem ser observadas na organização do Sistema Único de Saúde (SUS). A lei que instituiu o Sistema – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) – estabelece, na alínea “d” do inciso I do art. 6º, que a execução de ações de “assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica,” é parte integrante do campo de atuação do SUS. Dessa maneira, a assistência odontológica deve fazer parte das ações e serviços oferecidos pelo SUS, mormente quando os pacientes beneficiados são aqueles que frequentemente se encontram em situações que os impossibilitam até mesmo de fazer a higiene bucal rotineira.

Com efeito, os pacientes internados em UTIs lá estão porque apresentam estado grave ou crítico e frequentemente estão sedados ou em estado de consciência alterado, o que os torna incapazes de cuidar da própria higiene corporal, inclusive da escovação

dentária. E também, Sr. Presidente, a falta de cuidados de higiene bucal torna-os susceptíveis a infecções, principalmente da cavidade oral e do trato respiratório.

Não menos vulneráveis estão muitos dos pacientes internados em outras unidades hospitalares ou em internação domiciliar que são portadores de doenças ou agravos à saúde que frequentemente os impossibilitam de se cuidar e de se dirigir a um consultório dentário. Entre as condições que geram essa limitação, as mais frequentes são as sequelas de acidente vascular cerebral (AVC); as sequelas de traumatismos cranianos e de medula espinhal, muito comuns nos dias de hoje; os transtornos mentais graves; as doenças debilitantes, a exemplo do câncer e da aids em estado terminal; a obesidade mórbida extrema, entre outros.

Os pacientes temporária ou definitivamente incapacitados de se dirigir a serviços de saúde, inclusive consultórios odontológicos, devem receber assistência domiciliar adequada às suas necessidades. Esse tipo de assistência, também conhecida como *home care*, é frequentemente negligenciado no que respeita aos cuidados de saúde bucal.

No âmbito do SUS, a Lei nº 8.080, de 1990, prevê o atendimento e a internação domiciliares, mas não estabelece claramente a obrigatoriedade de prestação de cuidados odontológicos. Por sua vez, a Lei dos Planos de Saúde – Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 – também é omissa nesse aspecto. Dessa maneira, é importante que a obrigatoriedade conste de lei, conforme propõe o PLC nº 34, de 2013.

Pelos motivos expostos, considero que o projeto deve ser acatado por esta Casa. Proponho apenas duas emendas de redação destinadas a substituir, na ementa e no art. 1º do projeto, a expressão *home care*, utilizada nos países de língua inglesa, pela sua correspondente em língua portuguesa – “atendimento ou internação domiciliar” –, conforme consta do art. 19, inciso I, da Lei nº 8.080, de 1990.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013 (Projeto de Lei nº 2.776, de 2008, na origem), com as seguintes emendas já mencionadas.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria de pedir vista.

Queria sugerir que fosse realizada uma reunião entre os dentistas, o Ministério da Saúde e o Relator para fazer um ajuste no texto e o colocarmos para votar ainda na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O pedido de vista é regimental. Então, concedo vista coletiva, atendendo ao Senador Jayme Campos e o Senador Mozarildo Cavalcanti também.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, diante do pedido de vista coletiva, eu gostaria de solicitar que fosse dada celeridade a esta matéria. Eu a avalio como matéria de extrema importância. Nós precisamos ter uma visão de saúde pública muito profissional. Precisamos olhar o paciente de uma forma holística. A cavidade oral precisa de um cuidado especial, uma cavidade em que é muito fácil haver a colonização de bactérias.

Eu, que trabalho em UTI, que sou especialista em UTI, sei da importância... Nós sabemos da importância de um profissional da área para fazer o acompanhamento. Não significa dizer que toda UTI vai ter, por 24 horas, um odontólogo de plantão, mas um profissional responsável pela área.

Nós, que somos médicos, sabemos que as lesões odontológicas podem ser um foco para a endocardite bacteriana, para pneumonias aspirativas, etc. Portanto acho esta matéria importante.

Eu peço apenas que os colegas que pediram vista dessem celeridade para que pudéssemos apreciá-la o mais rapidamente possível. Acho que a saúde do Brasil evolui, avança e está desenvolvendo um caráter muito interessante, que é uma visão holística do paciente e não departamentalizada, como era há alguns anos. E aí só quem ganha é a saúde do Brasil.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, o Ministério havia procurado a minha assessoria também sobre a possibilidade de retirar de pauta – eu até falei com V. Ex^a –, mas hoje estão aqui odontólogos do Brasil inteiro. De São Paulo, está aqui o Pedro Petreire, que é do Sindicato dos Odontologistas; e chegou a estar aqui também o Dr. Fabiano, que é o Presidente no Estado do Paraná, e a Dr^a Maria Augusta. E isso chegou ontem no final da tarde. Não havia nem mesmo como avisar os colegas, os amigos, dizendo: “Não venham”. Já tinham passagens marcadas, hotéis reservados.

É ruim para nós Senadores quando chega um pedido do Governo, do Ministério, tão em cima da hora, para tomarmos uma atitude. Agora, o pedido de vista é regimental. Tenho certeza de que a Senadora Angela Portela vai fazer as anotações necessárias. O que me preocupa – é um projeto que já tem cinco anos, é de 2008 – é nós não promovermos alterações para que tenha que voltar à Câmara dos Deputados, porque aí serão mais cinco anos, e quem há quem precisa, como disse o Senador Paulo Davim, que como médico entende e conhece a necessidade de um serviço tão essencial para a manutenção da saúde desse cidadão, da vida desse cidadão.

E parece-me que, do aspecto da economia, o Governo acaba economizando do outro lado, o que dá muito bem para custear essa parte que será utilizada para pagar os profissionais.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, inclusive, eu gostaria de sugerir que essa reunião para ajustar o texto possa ser hoje. Nós temos pessoas aqui do Sindicato dos Odontologistas, temos o Ministério da Saúde representado, temos o Relator. Podemos buscar o entendimento do texto hoje mesmo e colocar para votar na semana que vem. É indiscutível a importância da aprovação desse projeto. Saúde bucal é fundamental para os internos nos hospitais. Eu não discuto o mérito do projeto. O mérito é louvável. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero falar como Presidente da Comissão. Eu só acho que essas coisas não podem acontecer para retirar da pauta. Eu, como Presidente, não aceito isso. Claro que o Senador pedir vista é regimental, mas eu tirar da pauta um projeto que tem relatório, que está aqui, que tramitou e que tem toda... Aí, não. Eu acho que aí é uma falta de respeito com as pessoas que vêm para cá e com a própria Comissão. Agora, pedido de vista eu não tenho nem que discutir, porque é regimental.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, V. Ex^a falou tudo o que eu tinha que falar. É uma matéria relevante, importantíssima para o povo brasileiro. E o que me chama a atenção é um governo que fala em social pedir para retirar a matéria.

Eu quero só alertar a Senadora Angela Portela de que, se houver qualquer modificação no texto aqui, ele vai voltar para a Câmara, e mais, Senador Sérgio Souza, não vão ser cinco anos; vai-se dobrar a dose, ou seja, vai ficar dez anos na lá Câmara de novo.

Então, é uma matéria que eu imagino, V. Ex^a, que é da Base do Governo, e também o nosso Relator,

Senador Sérgio Souza, que temos que votar hoje. É importante para o Brasil. O Paulo Davim fez aqui um esclarecimento da matéria. Eu, particularmente, tenho a sensação... Não é porque os odontólogos do Paraná ou de São Paulo estão aqui, mas pela a importância.

V. Ex^a é uma mulher que quer ver a saúde bucal das nossas crianças, das nossas mulheres, enfim, do povo brasileiro. Eu faço um apelo aqui para que abra mão de pedido de vista e vamos votar a matéria aqui, porque se mudar...

V. Ex^a pediu vista e disse: "Vamos reunir e tentar buscar um consenso". Primeiro, isso não vai ser possível hoje. Até o fim da reunião, não vai ser possível chegarmos a um consenso aqui. Nesse caso, faço um apelo. A matéria é importante. Este é um projeto meritório e, certamente, o relatório produzido pelo Senador Sérgio Souza é um dos mais brilhantes que eu já acompanhei aqui nesta Comissão, de que eu tive o privilégio de ser Presidente.

Já estou há 6, 7 anos nesta Casa e V. Ex^a produziu aqui um dos melhores e mais competentes relatórios que eu tenho acompanhado. Faço um apelo à Senadora Angela Portela para que abra mão desse pedido de vista e vamos votar esse projeto aqui no dia de hoje, porque é importante para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu mantenho o meu pedido de vista. É regimental, o projeto vem da Câmara e só tramitou aqui na CAS. E nós temos todo o direito de discutir o mérito da proposta, que é valorosa, que é importante para a saúde bucal dos pacientes, sem dúvida nenhuma. Mas eu acho que, se nós agilizarmos uma reunião ainda hoje, é possível com o diálogo a busca de um entendimento entre o Ministério da Saúde, o Relator e os dentistas, para buscarmos uma solução para construir um texto de consenso e aprovarmos na próxima semana esse relatório dessa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixe-me só dizer o seguinte: eu não quero criar... A Senadora Angela Portela ela tem direito regimental. Então eu quero dizer que, nos termos do art. 132, concedo o pedido de vista ao projeto, independente do que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Sobre o tema ainda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero apenas reafirmar o que V. Ex^a está dizendo. O pedido de vista é legítimo, foi feito. Nós

podemos ajudar, e sei que a Senadora Angela Portela vai concordar, fazendo o pedido de vista coletivo e, com isso, dar certeza de que, na próxima semana, vai ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Já é pedido de vista coletivo. Só informando aos senhores que representam o Conselho Federal de Odontologia, com o pedido de vista coletiva, na semana que vem, na quarta-feira que vem, a Presidência vai pautar o projeto. Aí, independentemente de qualquer coisa, ele será votado, ele vai a voto na comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a presença, mas o pedido é regimental.

O Item nº 1.

O Relator é o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, na última reunião, houve pedido de vista coletiva, e a Senadora Ana Rita ficou de fazer um parecer que nós analisaríamos nesta reunião. Assim sendo, vele agora o parecer da Senadora Ana Rita, como ficou acordado na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, eu preciso fazer Senador João Alberto, exatamente o que é regimental. Foi lido o relatório do projeto de lei na Comissão de Assuntos, a Presidência concedeu vista, nos termos regimentais, e a Senadora Ana Rita apresentou voto em separado, concluindo pelo arquivamento do projeto.

A votação será simbólica.

Eu consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista coletiva. Na sequência, vou conceder a palavra à Senadora Ana Rita, para leitura do seu voto em separado.

Eu vou precisar colocar o projeto em votação – o primeiro projeto; aí, se rejeitado o projeto, vai prevalecer o voto em separado da Senadora Ana Rita. Regimentalmente é como eu devo proceder.

Então concedo a palavra a Senadora Ana Rita para a leitura do seu voto em separado.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura, mas na verdade a gente poderia simplificar dizendo o seguinte: o projeto é de 2011, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella e de outros Senadores.

Ele tem por finalidade dispor sobre normas com vistas a aumentar a segurança pública na Copa das Confederações de 2013 e na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, bem como definir crimes e sanções administrativas, disciplinar o incidente de celeridade pro-

cessual e o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos.

Na verdade, os autores, em sua justificação, a necessidade de definição de conceitos e de tipificação de crimes e infrações administrativas no período que antecede e durante as referidas competições esportivas.

A matéria já foi objeto de análise pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que concluiu pela sua aprovação, com emendas, e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que decidiu pelo arquivamento.

O nosso parecer, Sr. Presidente, ratifica a posição da Comissão de Desenvolvimento Regional, que é pelo arquivamento.

Essa matéria, se aprovada aqui hoje, vai passar ainda pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Por que o meu parecer aqui também é pelo arquivamento? Porque o essencial do projeto está prejudicado. Na verdade, Senador, ele foi elaborado, ele foi pensado para atender dois grandes eventos: a Copa das Confederações de 2013, que já aconteceu, e a Copa do Mundo de 2014, de que já estamos muito próximos. No entanto, nós não teremos tempo hábil aqui de implementar as ações previstas no projeto. E ele já está prejudicado, considerando que um dos grandes eventos, a Copa das Confederações de 2013, já aconteceu.

Então o nosso parecer é justamente pelo arquivamento, considerando que ele já está de uma certa forma prejudicado no seu objeto principal, que é garantir segurança para esses dois grandes eventos, sendo que o evento de 2013 já aconteceu.

Então o nosso parecer é justamente pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 728.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu concedo a palavra ao Relator, Senador João Alberto, para as suas considerações, se julgar necessário.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu estou plenamente de acordo, mesmo porque a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que seria aquela que mais está de perto deste projeto e que poderia dizer melhor do que nós mesmos a respeito de eventos, que é a sua área, já pediu o seu arquivamento.

Assim sendo, eu sou plenamente de acordo com o parecer e com voto em separado da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então a presidência vai colocar em votação, lembrando o seguinte: o parecer do Relator João Alberto era um parecer favorável. Ele foi discutido, e a Senadora Ana Rita levantou a questão

de que era um projeto que tinha como objetivo a questão da Copa das Confederações, um evento que até já aconteceu. Então, lembrando que, como há por parte do Relator uma concordância com o voto em separado, que é pelo arquivamento, nós, se votarmos contra o relatório do Senador João Alberto, nós estaremos aprovando o voto em separado da Senadora Rita. Não sei se estou sendo claro. É só para orientar a votação.

Então, se quisermos que o projeto vá para o arquivo, nós devemos votar contra o relatório e, automaticamente, vai prevalecer o voto em separado da Senadora Ana Rita, que é pelo arquivamento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN)

– Sr. Presidente, apenas para registrar meu posicionamento a favor do voto em separado da Senadora Ana Rita e também fazendo chegar a essa Comissão a opinião da Senadora Ana Amélia, que não está aqui. Ela está em missão oficial aos Estados Unidos, mas falou comigo por telefone, externando o seu total apoio pelo voto em separado da Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, apenas para uma questão de justiça, a Senadora Ana Amélia me ligou também agora com a mesma preocupação. É só a mesma declaração de que ela acompanha o voto da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lembrando que a Senadora Ana Amélia, com o Senador Walter Pinheiro, são subscritores desse projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por isso ela faz questão de dizer que concorda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador João Alberto Souza.

A votação é simbólica.

Vou lembrar mais uma vez: se votarmos contra, na verdade, nós estaremos votando a favor do voto em separado, que me parece que nesse momento é o consenso aqui na Comissão.

Então os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador João Alberto Souza permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o parecer ao projeto.

Então, vale o relatório do vencido, que é o voto em separado da Senadora Ana Rita.

Então, rejeitado o relatório do Senador João Alberto Souza, designo Relatora do vencido a Senadora Ana Rita, autora do voto em separado.

Não vou colocá-lo em votação, porque, ao rejeitar ...

Está aprovado o parecer da Comissão pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 728 de 2011.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prosseguimento da tramitação.

(É o seguinte o item cujo parecer foi rejeitado, sendo aprovado voto em separado pelo seu arquivamento:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011

- Não Terminativo -

Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2011, e das Emendas nºs 1 a 5-CE.

Observações:

- Em 04.06.2013, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer

Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CE.

- Em 03.07.2013, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer recomendando a Prejudicialidade do Projeto.

- Em 04.09.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.)

Item 3.

A Relatoria é do Senador Rodrigo Rollemberg e há aqui um pedido de retirada de pauta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, na verdade eu estaria pronto para fazer o relatório dessa matéria, mas houve um pedido ontem da Liderança do Governo para retirar. O Governo queria ter uma semana para apreciar com mais profundidade a matéria. Nesse sentido, eu estou solicitando a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O pedido de retirada de pauta do Relator é regimental.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2013

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a logística reversa de veículos automotores.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013.

Observações:

- Em 03.07.2013, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.)

O Item 6 da pauta, à p. 95, tem decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para fixar limite mínimo de fornecimento de medicamentos de uso contínuo pelas empresas produtoras e obrigá-las a advertir os consumidores sobre eventual encerramento da produção.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2012 e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Eu concedo a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O projeto, conforme V. Exª já destacou, é de iniciativa do Senador Jorge Viana, altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para fixar limite mínimo de fornecimento de medicamentos, no sentido de que os medicamentos de uso continuado sejam produzidos num volume suficiente para atender à demanda do País.

É competência dessa Comissão, CAS, apreciar e decidir terminativamente sobre esse projeto de lei, Sr. Presidente.

Quanto ao mérito da proposição, concordamos que produtos estratégicos para o País devem ter o seu mercado submetido a determinado controle estatal. Esse é o caso, por exemplo, da fabricação de medicamentos, atividade econômica de grande relevância social.

De fato, Sr Presidente, segundo a Constituição Federal, a livre iniciativa é fundamento do Estado democrático de direito, assim como da ordem econômica, mas isso não exclui o poder do Estado de intervir nos agentes econômicos privados, também consignado pelos dispositivos constitucionais do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, notadamente no que tange ao abuso do poder econômico em termos de dominação de mercados, eliminação da concorrência e aumento arbitrário de lucros.

Nesse sentido, foi constituída a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que trata exatamente dessas questões, Sr. Presidente, assim como há a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que também atua no sentido da regulamentação desse mercado importante.

Trata-se de postura adequada à realidade brasileira, considerando-se as peculiaridades de um mercado em que a competitividade é restrita pela natureza singular dos produtos ofertados.

Ao regulamentar-se a Lei nº 6.360, de 1976, mediante a edição do Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977, criou-se uma obrigação acessória de informar o poder público no caso de desinteresse na continuidade de fabrico e comercialização de qualquer medicamento, pela qual “as empresas que desejarem cessar a fabricação de determinada droga ou medicamento deverão comunicar esse fato ao órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias”. Esse prazo poderá ser reduzido mediante justificativa apresentada pela empresa e aceita pelo Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, a lei determina que hoje seja à Vigilância Sanitária a cessão da produção em um prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias antes de cessar o fabrico, ou seja, a produção. O projeto do Senador Jorge Viana dispõe também que, num período de seis meses, seja escrito na embalagem do medicamento que aquele medicamento sairá do mercado e deixará de ser fabricado a partir da data tal. E também, em outro artigo, determina dessa fabricação de um número adequado para atender a população.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação da matéria, entretanto, apresento duas emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Suprimam-se os arts. 2º e 3º do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2012, renumerando-se os artigos subsequentes.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2012:

“Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para definir medicamento de uso contínuo e determinar que os seus fabricantes incluam, na embalagem do produto, advertência acerca da descontinuidade de sua produção.”

Então, em uma emenda eu retiro a parte em que ele diz que o medicamento tem que ser fabricado em número suficiente, porque já há uma regra muito clara, rígida, estabelecida pela Anvisa. Entretanto, mantenho o segundo ponto, que é o mais importante, que é o principal do projeto de lei, que é essa advertência na embalagem quanto ao término da produção é importante.

Portanto, eu voto a favor, com as duas emendas já relatadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Votação nominal.

Nós vamos colocar em votação o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2012, ressalvadas as duas emendas da Relatora.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora Vanessa Grazziotin tem voto conhecido; voto “sim” da Relatora.

Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o projeto, eu consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se podemos votar em globo e repetir a votação para as duas emendas da Relatora. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2012, e as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 7 da pauta, à p. 106:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2013

- Terminativo -

Acrescenta o §13 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para estabelecer que cônjuge ou companheiro não perde a condição de segurado especial

mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 (dezesseis) anos exercer atividade remunerada permanente ou por período superior a cento e vinte dias.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2013.

Observações:

- Em 04/09/2013, foi lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, e a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

- A votação será nominal.

Eu consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para fazer considerações, se julgar necessário.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como para esse projeto foi pedida vista, todos os Srs. Senadores tiveram a oportunidade de analisá-lo. Portanto, eu não tenho nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

A votação, conforme já disse, será nominal.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora Lúcia Vânia tem voto conhecido; vota “sim” a Relatora.

Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu voto com a Relatora e cumprimento pelo

belo relatório e pela beleza com que ela hoje está aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente, parabenizando a Senadora Lúcia Vânia, porque esse é um projeto que também pretende contribuir para as mulheres agricultoras. Isso é muito importante. Quero parabenizá-la pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com as Sr^{as} Senadoras, autora e Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2013.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Srs. Senadores, eu aproveito para mais uma vez dizer que a nossa pauta só teve sete itens e que a Comissão esgotou os projetos com pareceres. Eu estou fazendo um apelo para que os Senadores e Senadoras que tenham relatório a enviar à Comissão que o façam, porque para a semana que vem nós já estamos com dificuldade.

Mas, na verdade, são poucos os projetos, não é? E evidentemente que a eficiência da Comissão se deve à presença e à determinação dos membros desta Comissão. Como Presidente quero agradecer mais uma vez o quórum. Sempre, graças a Deus, nós votamos as matérias, esgotamos a pauta todas as semanas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu quero cumprimentar V. Ex^a pela eficiência, mas acima de tudo pelo prestígio que V. Ex^a tem demonstrado aqui. Em todas as reuniões desta Comissão temos conseguido quórum suficiente. Por incrível que pareça, hoje quase todas as matérias em caráter ter-

minativo foram votadas. Então V. Ex^a está de parabéns pelo bom trabalho que vem fazendo na Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Faço uma congratulação à Comissão.

Há um requerimento do Senador Cícero Lucena sobre a Mesa que eu queria colocar em discussão.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 54, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo Jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: – Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da ANVISA – Sr. Cristiano Aquino, Diretor do Procon-RS – Representante do Ministério Público Federal – Sr. Felix Bonfim, Diretor Presidente da empresa Atacado do Suplemento – Dr. Maurício Milani, especialista Medicina de Esporte.

Autoria: Senador Cícero Lucena

A autoria é do Senador Cícero Lucena.

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar seu requerimento.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a ter colocado o requerimento em discussão, em um momento em que também me somo ao Senador Jayme. Acho que o sentimento é de todos, não só pela importância dos temas que são debatidos e discutidos aqui, mas, sem dúvida nenhuma, sob a liderança de V. Ex^a, que nos permite esgotar as pautas pela relevância e pela liderança de V. Ex^a.

Sr. Presidente, a própria justificativa já diz qual é o nosso objetivo. Na minha justificativa digo o seguinte:

A matéria do jornal O Globo, Músculo de Farinha, relata que os suplementos a base de proteína viraram alvo de uma polêmica que tem provocado calorosos debates na internet. O dono da empresa Atacado do Suplemento, de Londrina, Paraná, o Sr. Félix Bonfim, decidiu pagar um laboratório particular, o MKassab, de São Paulo, para avaliar a qualidade dos produtos brasileiros. O resultado da análise mostrou distorções

e foi divulgado na internet no Youtube e numa fanpage do Facebook superou 20 mil seguidores.

Sem dúvida nenhuma, hoje é uma tendência mundial e, no Brasil, cresce a cada dia a prática do esporte e a necessidade de suplementos alimentares e, entre eles, o concentrado de proteína.

Até agora, há 28 laudos prontos, dos quais 15 resultados (53%) estão fora dos parâmetros por eles especificados nas suas embalagens. Essa análise foi feita também por usuários fora do Brasil e já virou livro com denúncias internacionais. Além da intensa discussão sobre a composição das fórmulas, especialistas alertam para seu uso indiscriminado.

Então, acho que esta Comissão tem o dever e a obrigação de discutir. Inclusive, houve uma ação do Rio Grande do Sul, por parte do Procon, com a Polícia, que prendeu e retirou das prateleiras vários produtos que estavam sendo comercializados.

Daí a razão de eu estar apresentando esse requerimento: porque é uma questão de saúde pública. Imaginem se um nutricionista recomenda a um atleta que faça uma reposição de proteínas em função das suas atividades físicas, e essa proteína que ele toma conforme a embalagem não é o suficiente para fazer essa reposição.

Então, daí a minha proposta de chamar o Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Anvisa, que é o órgão que deve fiscalizar; o Sr. Cristiano Aquino, Diretor do Procon do Rio Grande do Sul, que acompanhou e processou a operação feita lá; um representante do Ministério Público, o Sr. Félix Bonfim, quem teve a iniciativa de mandar fazer essas análises; e o Dr. Maurício Milani, um especialista em Medicina do Esporte, para exatamente nos dizer o que isso representa.

V. Ex^a, como é médico, sabe que, às vezes, até as pessoas cirurgiadas e as pessoas mais idosas precisam de suplemento alimentar e recorrem a esses produtos que, infelizmente, como eu disse aqui, estão mais para farinha do que para suplemento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É um outro assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É outro assunto.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria só aproveitar porque tenho que presidir uma audiência aqui ao lado, na Comissão de Educação, e o Senador Cyro está me chamando.

Há um requerimento de minha autoria, em que pedi uma audiência pública para discutir o PL 47, de autoria do Senador Ruben Figueiró. Ontem, o Senador falou comigo e, como já fizemos uma audiência sobre o tema, ele pediu que eu retirasse o requerimento para essa audiência pública para que a matéria seja votada na semana que vem.

Então, estou retirando o meu pedido de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, V. Ex^a está retirando o pedido de audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lembro-me de que, na audiência pública, os dois segmentos ficaram de conversar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E houve essa conversa?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estão conversando. O Senador Ruben Figueiró está junto com ele. Ontem, ele me pediu que eu botasse a matéria em pauta, e estou fazendo o que o Senador Ruben Figueiró me pediu. Ele inclusive me falou que tinha conversado com V. Ex^a no sentido de que a matéria viesse a voto na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu disse a ele que, nesse caso, é o Relator tanto quanto... Agora, insisto que a assessoria nos comunique aos dois segmentos ficaram de conversar para que eles não se sintam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Havia uma audiência pública, cujo requerimento foi retirado. Então, tem que avisar ainda hoje para que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eles saibam.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dizer que, na quarta-feira que vem, vamos pautar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E que a gente possa votar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está o.k?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está retirado o pedido de audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Podemos botar em votação?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim que retira o pedido de audiência pública.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento retirado de pauta:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 55, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 20 de 2013, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 47 de 2013.

Autoria: Senador Paulo Paim.)

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, eu queria só registrar, com satisfação que, no *Diário Oficial* de ontem, por parte do Ministério da Saúde, foram incluídos na cesta de fornecimento de medicamento, na cesta básica, medicamentos para uma doença chamada psoríase.

Quero registrar o meu reconhecimento e os meus parabéns ao Ministério, até porque isso decorreu de uma proposta que, aqui mesmo nesta Comissão, há uns dois anos, discutimos.

Cerca de 3% da população brasileira são portadores de psoríase. Agora, o Governo vai passar a fornecer esse medicamento. Já estava atrasado, mas nunca é tarde para se agir corretamente.

Então, faço o registro de que foi um debate importante aqui que originou o início dessa intenção junto ao Ministério da Saúde e que, ontem, vamos dizer assim, foi coroada exatamente com a publicação no *Diário Oficial*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero me somar às congratulações que V. Exª faz ao Ministério da Saúde, porque, realmente, é um problema, e o fato de haver esse medicamento na cesta da saúde é, sem dúvida nenhuma, uma ação importante. Ela vai dar condições às pes-

soas para que possam realmente fazer o tratamento, porque é uma doença que pode ser controlada, desde que medicada corretamente.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e seis minutos, do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, Paulo Bauer, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. O Senador Jayme Campos encontra-se licenciado. Registra a presença o Senador Osvaldo Sobrinho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Não Terminativo – Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2013, com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2013 – Terminativo – Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar

na modalidade home care. **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2010 – Terminativo – Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Leitura do Parecer Vencedor pelo Senador Humberto Costa, concluindo pela Rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010. Resultado: Lido o Parecer Vencedor pelo Senador Humberto Costa, Relator do Vencido, concluindo pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 2013 – Terminativo – Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM EXTRAPAUTA – ITEM 5 – REQUE-RIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 56, de 2013. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o assunto relacionado à “Extinção da Profissão de Técnico em Contabilidade”. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: 1. CONTADOR LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – Contador, Professor da Escola de Ciências Contábeis de Volta Redonda, Membro da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, Pós-Graduado em Administração e Finanças pela PUC – Rio; 2. PROFESSOR OSCAR LOPES DA SILVA – Mestrando em Contabilidade pela UFPR – Universidade Federal do Paraná. Especialista em Contabilidade e em Auditoria. Atualmente é professor do Instituto Metodista Izabela Hendrix de Minas Gerais. Lecionou em outras Instituições de Ensino, tais como FEAD, FUNCEC, PUCMINAS, IBEMEC, UNIBH e UNA. 3. JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO- Presidente do Conselho Federal de Contabilidade –ANAC. 4. MARCONE HAHAN DE SOUZA, Técnico em Contabilidade, Contador e Administrador. Especialista em Administração e Estratégia Empresarial. Mestre em Ciências Empresariais, pela

Universidade Fernando Pessoa, de Porto – Portugal. 5. DANIEL SOUZA DOS SANTOS- Técnico em Contabilidade, aluno de Ciências Contábeis, presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, por duas Gestões 2008/2010 e 2011/2013. 6. REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Paulo Davim, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, e o Senador Waldemir Moka, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens conforme pauta previamente divulgada, sendo um não terminativo e três terminativos.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2013

- Não Terminativo -

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Relatoria: Senador João Durval.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2013, com a emenda que apresenta.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em *Decisão Terminativa*.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Relatório.

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 323, de 2013, que tem por finalidade, ao alterar o caput do art. 18 da Lei nº 5.889, de 1973, a fim de elevar para dois salários mínimos o valor da multa pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural, que hoje é de R\$380,00.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta:

Em 2001, a Medida Provisória nº 2164-41, de 2001, fixou o valor das multas por descumprimento da Lei do Trabalho Rural (Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973), em R\$380,00 (trezentos e oitenta reais) por empregado em situação irregular. Naquela época, o salário mínimo era de R\$180,00 (cento e oitenta reais). O valor das multas representava, portanto, um pouco mais do que dois salários mínimos.

Hoje, praticamente, 12 anos depois, o valor registrado na lei encontra-se visivelmente defasado. Sem contar que a evolução no contexto social e do trabalho tende a tornar injustificáveis as infrações. Não se pode alegar desconhecimento da legislação com o alto grau de informações disponíveis atualmente e as facilidades oferecidas pela legislação, mormente com a possibilidade de contratação por pequenos prazos.

Após análise desta Comissão, a proposta seguirá para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que, sobre ela, deverá deliberar em decisão terminativa.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Análise:

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Sociais deliberar sobre projetos de lei que digam respeito à relação do trabalho. Quanto ao mérito do projeto, não há reparos a fazer. Atualiza-se o valor da multa sobre as infrações às normas de proteção ao trabalho rural com o objetivo de combater, de maneira mais efetiva, os abusos contra o trabalho no campo.

Sempre que se estabelecem novos valores para as multas, deve-se adequá-los ao princípio da razoabilidade que toda norma jurídica deve atender e a relação que ela deve guardar com a Justiça.

Deve estar de acordo, ainda, com o princípio da reserva legal proporcional, onde a norma não se pode ater apenas à legitimidade dos meios e dos fins a serem atingidos, mas também há a necessidade de se utilizar o meio menos gravoso ao indivíduo para alcançar o fim almejado.

Sobre esse aspecto, não há dúvida de que o valor estipulado pela proposição atende ao princípio da razoabilidade e, diante dos enormes danos que o

desrespeito às normas trabalhistas podem causar ao trabalhador rural, constitui também o meio menos gravoso aos indivíduos e infratores.

Ao se propor novo valor da multa por infração das normas de proteção ao trabalho rural, previsto no *caput* do art. 18 da Lei nº 5.889, de 1973, nada mais faz do que atualizar seu valor. Sua atualização, portanto, não resulta, em hipótese alguma, em aumento de gradação da pena. Revisões pontuais, quando necessárias, devem ser feitas sempre que a realidade dos fatos assim o exija, caso contrário, infrações de grande potencial ofensivo continuarão a ser punidas com penas irrisórias, como é o caso que estamos a analisar.

O sentido da vedação constante da parte final do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal impede que o salário mínimo possa ser aproveitado como fator de indexação. Essa utilização tolheria eventual aumento do salário mínimo pela cadeia de aumentos que ensejaria se admitida essa vinculação.

O uso do salário mínimo para formação da base de cálculo de qualquer parcela remuneratória ou com qualquer outro objetivo pecuniário, multas, indenizações, pensões, etc., esbarra na vinculação vedada pela Constituição da República. Por essas, na emenda, estabelece-se o valor de R\$1.356,00 para a multa a ser cobrada pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural que corresponde ao valor proposto pelo autor do projeto.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2013, com a seguinte emenda:

Dê-se ao *caput* do art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, na forma que dispõe o art. 1º do PLS nº 323, de 2013, a seguinte redação:

Art. 18. As infrações aos dispositivos desta Lei serão punidas com multa de R\$ 1.356,00 (um mil trezentos e cinquenta e seis reais) por empregado em situação irregular.

Encerrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2013, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2013

- Terminativo -

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade home care.

Autoria: Deputado Neilton Mulim.

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013 e das duas emendas que apresenta.

Observações: – Em 11.09.2013, lido o Relatório a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- Votação nominal.

Esta Presidência informa que, no dia 12 de setembro, recebeu ofício, do Presidente do Senado, solicitando remessa desse projeto para atender requerimento de audiência, em outra Comissão, de iniciativa do Senador Mário Couto.

Uma vez que o relatório já tenha sido lido e a matéria cumpre prazo de pedido de vista coletivo, decidi mantê-la em pauta, possibilitando a esse Colegiado, que é a Comissão de maior pertinência, opinar sobre o mérito da mesma.

Eu só vou encaminhar à Mesa Diretora depois que esta Comissão se manifestar a respeito do mérito, porque entendo que esta Comissão é a que tem, sem dúvida alguma, maior condição de opinar sobre o mérito dessa matéria.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Agora, devo, regimentalmente, informar que tenho sobre a mesa um ofício da ordem do Senador Sérgio Souza, que é o Relator da matéria, solicitando a retirada de pauta do Item 2, PLC nº 34, de 2013, que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica ao paciente em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar.

Não tenho como não atender um pedido, por escrito, do Senador Relator da matéria. Pedi a ele – S. Ex^a até me disse, de forma antecipada, que iria pedir – que desse conhecimento do assunto, sobretudo, às pessoas interessadas na matéria. Ele, segundo informação, enviou esse comunicado retirando, realmente da pauta a pedido do Relator. Então, às pessoas que estão acompanhando e que têm algum interesse devo as explicações, mas, regimentalmente, a Presidência

não tem como não atender a um pedido do Relator pedindo que a matéria seja retirada de pauta.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN)

– Eu fui comunicado há pouco que a matéria iria ser retirada de pauta. Eu acho até, de certa forma, importante, porque não adianta nós votarmos essa matéria aqui e ela não tramitar do jeito que gostaríamos que tramitasse. É uma matéria extremamente importante, especialmente quando se conhece o trabalho nas unidades de terapia intensiva.

Os hospitais privados, a rede privada, já têm esse cuidado de saúde bucal dentro das unidades de terapia intensiva pelo fato que já foi comentado na semana passada – pelo fato de a cavidade oral ser realmente uma porta de entrada para infecções graves, pneumonias broncoaspirativas. A UTI está sempre se mobilizando, com sonda, com laringoscópio, enfim, com qualquer outro tipo de procedimento, para evitar infecções como endocardites oriundas de infecção da cavidade oral. Enfim, é muito importante, isso é o que existe de moderno.

Na visão da terapia intensiva, nós temos que enxergar o paciente de uma forma holística. Acho que isso traz benefícios. Diminui custos, diminui a incidência de infecções hospitalares, diminui o tempo de permanência na UTI, enfim, é extremamente importante.

Agora, não adianta estarmos convencidos aqui e o Governo não. Eu tenho a impressão de que o propósito da retirada feita pelo Senador Sérgio Souza é esclarecer para o Ministério da Saúde e para o Governo a importância dessa matéria. Não adiantaria aprovarmos aqui e a matéria não ir para frente, seria chover no molhado. Acho que deve ter sido por esse motivo, já que a matéria é muito boa. Ele próprio, que foi o Relator, foi favorável à aprovação da matéria.

Faço este registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero esclarecer que não estou colocando em discussão o pedido de retirada da pauta. Essa decisão está tomada, mas, sem dúvida, o projeto... E aí é incomum a participação do Presidente, mas eu, como médico também, acho que esse projeto é da maior importância. Ele tem, sem dúvida nenhuma, um alcance muito grande, eu gostaria de vê-lo aprovado.

Acho importante que as pessoas que acompanham a transmissão entendam que esta Casa, quando pode encaminhar de forma célere e votar sem maiores dificuldades, age no sentido de que a tramitação prossiga e alcancemos o objetivo do projeto, que é a sanção, depois, para que vire realmente lei.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, nós entendemos a sua situação. Como o senhor disse, é regimental, o relator tem todo direito de retirar a matéria, mas nós lamentamos que isso tenha ocorrido.

Eu recebi o presidente do sindicato de São Paulo lá em meu gabinete, recebi algumas manifestações de alguns sindicatos, principalmente do meu Estado, ressaltando a importância dessa matéria. Essa matéria tramita na Câmara Federal há cinco anos – quer dizer que ela vem sendo discutida há cinco anos.

Qual é a preocupação? Que receba alguma emenda e tenha que voltar para a Câmara. Se isso acontecer, quando é que vamos ter alguma posição? Eu quero acreditar... Ouvi aqui depoimentos de colegas Senadores médicos, e todos, por unanimidade... A matéria é importante, então eu penso que nós poderíamos dar uma atenção especial a essa matéria, tentar sensibilizar o Governo para que não criasse nenhum tipo de dificuldade. Eu, pessoalmente, vou conversar com o Relator para que possamos dar celeridade à votação dessa matéria aqui na Comissão.

Agradeço-lhe e entendo a sua situação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Então, a matéria foi retirada.

O Item nº 3 da pauta está na página 28:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2010

- Terminativo -

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Leitura do parecer vencedor pelo Senador Humberto Costa, concluindo pela Rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010.

Observações:

- Em 04.09.2013, a Comissão de Assuntos Sociais rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, por 08 (oito) votos NÃO e 6 (seis) votos SIM.

- A Presidência designou o Senador Humberto Costa Relator do Vencido, nos termos do artigo 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para leitura do parecer vencedor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos pelo preço de custo e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. Prevê que a venda deve ser feita a cliente que comprove ser, cumulativamente, aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, portador de doença crônica grave, usuário contínuo do medicamento que pretende adquirir e usuário de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS).

O autor justifica sua proposição como uma maneira de reduzir os gastos com medicamentos dos aposentados pela Previdência Social.

O projeto, como já foi dito, foi apreciado em reunião deste Colegiado em 4 de setembro de 2013, quando, na ocasião, a Relatora Vanessa Grazziotin concluiu pela aprovação, com emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos. Durante a discussão, contudo, prevaleceram os argumentos contrários à proposição que passamos a explicar.

Em primeiro lugar, destaca-se a grande complexidade do mecanismo propugnado pelo projeto, dado que a pessoa para ter direito a comprar o medicamento pelo preço de custo precisa comprovar que preenche todas as quatro condições: ser aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, ser portador de doença crônica grave, ser usuário de medicamento de uso contínuo e ser usuário do serviço do SUS.

Além de toda a burocracia necessária para comprovar o preenchimento das condições elencadas, a complexidade do mecanismo abrange também as medidas de fiscalização e controle e a comprovação das operações por parte das farmácias e drogarias. Devemos lembrar, ainda, que a medida oferecida, caso adotada, provocaria um impacto negativo no comércio varejista das pequenas e médias farmácias, que já enfrentam problemas para se manter no mercado, do que resultaria menor acesso aos medicamentos para nossa população, especialmente aquela das áreas menos assistidas do País.

É fato que para competir no mercado, pequenas e médias farmácias têm de buscar reduzir custos sem perder a qualidade. A prática de bons serviços, no entanto, não se confunde com preços inviáveis como a venda de medicamentos a preço de custo proposta pelo presente projeto.

Do ponto de vista do mérito relativo às questões de necessidades de saúde e da justiça social, também não nos parece que a medida proposta seja adequada aos objetivos pretendidos. De acordo com o projeto,

qualquer pessoa aposentada pelo Regime de Previdência Social é passível de ser contemplada pela medida, o que incluiria pessoas de alto nível socioeconômico aposentadas sob esse regime. Por outro lado, ficam excluídos do benefício proposto servidores públicos inativos, ainda que parcelas consideráveis deles recebam baixos salários, como professores, algumas categorias profissionais de saúde, policiais civis e militares, especialmente nas regiões mais carentes do País.

Ademais, não vislumbramos motivos para que fiquem excluídas da medida proposta pessoas não aposentadas que sejam portadoras de doenças crônicas e que também possam enfrentar dificuldades para adquirir os medicamentos de uso contínuo.

O critério de ser usuário do SUS também não garante que a pessoa tenha o perfil socioeconômico almejado pelo projeto, além de poder provocar um aumento artificial da demanda pelo sistema público por pessoas cuja única finalidade é cumprir esse requisito.

A nosso ver, o Governo Federal tem adotado medidas capazes de promover a ampliação do acesso da população aos medicamentos, medidas que com certeza atingem a população que o projeto busca proteger.

Em 2004, foi criado o programa Farmácia Popular, no âmbito do SUS, para oferecer medicamentos a preços reduzidos. Essa iniciativa se ampliou por meio do Aqui tem Farmácia Popular. Com isso, próximo de dois mil Municípios ganharam pontos de venda de medicamentos onde são ofertados mais de 20 tipos de medicamentos a preços reduzidos.

Nós cremos que o melhor caminho para garantir o acesso da população aos medicamentos passa pelas iniciativas de caráter universal que têm sido implementadas pelo Governo Federal, como a disponibilização gratuita, por meio da rede comercial de farmácias e drogarias, de medicamentos para hipertensão arterial e diabetes, os dois problemas de saúde de maior magnitude na população idosa, além, é claro, da disponibilização gratuita de medicamentos pelo próprio SUS.

A população idosa e os aposentados do Regime da Previdência Social estão inequivocamente entre os beneficiários dessas iniciativas. Além das dificuldades operacionais e dos problemas de mérito já destacados e que evidenciam a inadequação da medida para os fins desejados, deve-se considerar que a renúncia fiscal advinda da aprovação do PLS acarretaria impacto negativo nas transferências da União para os entes federados, especialmente para os Estados e Municípios mais pobres, o que pode comprometer o desenvolvimento das políticas públicas, inclusive as de assistência farmacêutica.

Diante das razões expostas, não obstante os relevantes propósitos do autor da proposição e o ilustrado voto da Relatora da matéria, esta Comissão de

Assuntos Sociais manifestou-se pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010.

Sr. Presidente, esse é o relatório do vencido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka.Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Na verdade, quando nós rejeitamos o projeto, já aprovamos o relatório do vencido. Então, é apenas e tão somente para constar realmente o relatório.

A decisão desta Comissão será comunicada à Presidência do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2013

- Terminativo -

Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.

Autoria: Senador Ruben Figueiró.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013.

Observações:

- Em 18.06.2013, a Comissão de Assuntos Sociais realiza Audiência Pública para instrução da matéria.

- Votação nominal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka.Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ambas as partes, empregado e empregador, no comércio, estão dialogando. Fizeram já quatro reuniões. Pediram mais uns 15 a 20 dias, porque eles vão chegar a um entendimento.

Conforme combinei inclusive com V. Ex^a, eu apresentarei substitutivo desse acordo, na iniciativa do Senador Ruben Figueiró. Por isso, peço para retirar de pauta, e vamos torcer para que daqui a duas ou três semanas possamos votar por acordo o projeto do nobre Senador Ruben Figueiró, na forma do substitutivo construído por empregado e empregador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço ao Senador Ruben Figueiró.

Eu também fui contatado pelas partes dizendo que já havia acordo quanto a isso.

Eu devo comunicar e peço atenção, pois temos um assunto que precisamos resolver, que é a questão do projeto que trata do financiamento da saúde. Eu e o Senador Humberto Costa – o Senador Humberto Costa é o Relator da Subcomissão Especial e o Senador Vital do Rêgo é o Presidente – temos um acordo de que até a próxima quarta-feira, em função da própria escassez nossa de matéria com relatório pronto, poderíamos – faço esta consulta ao Senador Humberto Costa –, na quarta-feira pela manhã, no horário da sessão ordinária, nós não poderíamos fazer a discussão desse seu relatório, porque nós já teríamos a Comissão de Assuntos Sociais participando dessa discussão – a leitura –, e abriríamos uma discussão sobre a forma que V. Ex^a encontrou, para aprovarmos essa questão, que me parece fundamental.

Quero comunicar também à Comissão que eu participo de uma outra construção, juntamente com o Senador Humberto Costa, mas aí já tem o Senador Paulo Davim, o Senador Eduardo Amorim e todos os demais, de projeto que já está para ser relatado na CCJ, que é o plano de carreira para o médico.

Eu tenho comigo, e aqui eu quero dizer que essa questão do Mais Médico, do médico estrangeiro, na minha avaliação, é uma questão emergencial. Os médicos vão ficar aí mais três anos – vamos ser otimistas –, renovados mais três, completando seis anos. Vamos exagerar que consigamos trazer 10 mil médicos estrangeiros – sequer chegamos a 5 mil –, mas em um universo de 400 mil médicos, isso nunca será uma solução. A solução será, sim, criar um plano de carreira para que possamos fazer com que, sobretudo, os médicos jovens vão para o interior. E há um esforço nesse sentido. E vamos trazer para esta Comissão esse debate.

Então, eu digo que com essas duas coisas: plano de carreira para os médicos e financiamento na saúde, nós vamos sair do foco do debate dessa questão. Como disse, particularmente, acho que o nosso foco é a questão do financiamento e uma carreira permanente para o médico. Aí nós estamos oferecendo ao conjunto e à população brasileira uma solução que, essa sim, será permanente ou pelo menos de longa duração.

Então, vou, aqui, fazer um esforço muito grande para que essas duas coisas: votar o plano de carreira e votar um projeto que estabeleça um percentual para que o Governo, juntamente com os Municípios, que já têm essa obrigação de 15%, mais os Estados que já

têm 12%, para que, aqui, persigamos esse teto mínimo de financiamento pelo Governo Federal à Saúde.

Era essa a informação.

Consulto o nosso Relator se podemos já deixar previamente marcado para quarta-feira próxima como a data para conhecermos e discutir o relatório e, se for o caso, aprová-lo, e aí encaminharmos a votação para outra Comissão. Mas eu acho que votada aqui, ela deveria ir com o pedido de urgência diretamente para o plenário do Senado.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiramente eu queria fazer um registro muito importante: a postura que V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, tem assumido perante o debate. Uma posição de firmeza, tendo em vista a necessidade de termos mais recursos para a área da saúde, mas, ao mesmo tempo, com a flexibilidade necessária para tentarmos construir uma saída que venha a ser consensual.

Daí por que agradecer a V. Ex^a que, em várias ocasiões haver proposto o adiamento desse debate nesta Comissão para que pudéssemos trabalhar nessa proposta.

Eu acredito que será possível, na próxima quarta-feira, trazer essa matéria. Eu só precisarei apresentar na véspera à Comissão de Financiamento, para que nós aproveemos lá e possamos trazê-la para cá. Acho que não haverá dificuldade. Podemos marcar uma reunião para terça-feira. Hoje, mais uma vez, nós vamos adiar. Inclusive posso até antecipar: hoje nós tivemos uma reunião de negociação, que foi comandada pelo Vice-Presidente da República, com a participação dos Ministérios da Saúde, de Relações Institucionais e do Planejamento, além da participação dos Líderes dos partidos que têm seus membros diretamente vinculados a esse debate. E lá surgiu o esqueleto de proposta para que pudéssemos tentar essa negociação. Então, vamos tentar negociar com o Governo – o Senador Moka vai participar dessa negociação –, teremos a participação de Parlamentares também. Entendo que seria melhor se não fizessemos essa reunião e pudéssemos transferi-la para terça-feira, quando espero, com a ajuda de Deus, que tenhamos uma proposta para, de fato, apresentar e votar.

Outra coisa que eu queria lembrar aqui é que amanhã vamos ter a reunião temática sobre financiamento da saúde, a partir das 11 horas da manhã. É importante que os membros desta Comissão estejam presentes ao debate.

Vou pedir licença a V. Ex^a, porque vou para a CCJ.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tenho um requerimento aqui do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com fundamento no art. 93, inciso XII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro realização de audiência pública para debater o assunto relacionado à extinção da profissão de Técnico em Contabilidade.

Os convidados para compor a mesa dos expositores são: o contador Luís Sérgio da Rosa Lopes; o Prof. Oscar Lopes da Silva; o Sr. Juarez Domingues Carneiro; o Sr. Marcone Hahan de Souza; Daniel Souza dos Santos e um representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, muito rapidamente, porque eu também quero ir para a CCJ, onde estão discutindo o fim do voto secreto.

Na verdade, há um movimento para extinguir a profissão de Técnico em Contabilidade. Confesso não estar convencido disso. Por isso, apresento o requerimento e chamo as duas partes para debatermos essa proposta que quer extinguir a profissão de Técnico em Contabilidade. Nós que defendemos tanto o ensino técnico ficamos preocupados. Esse é o objetivo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Eu gostaria de dizer que o senhor, ao olhar para mim, deve ter-me visto bastante triste. Permita-me fazer um registro a esse respeito, porque daqui a pouco também vou para a CCJ.

A cultura oriental tem dito e repetido que algo muito precioso no ser humano é o tempo, o tempo da nossa vida. E este tempo, usando uma frase bastante atual, não é reciclável. Tempo passado, tempo perdido em sua vida. Esse é o sentimento que me acomete nesta manhã. Não dormi mal, porque não soube do resultado da apuração dos vetos ontem nesta Casa, mas, sem dúvida nenhuma, estou a refletir o que estamos fazendo nesta Casa. Discursamos, debatemos, trazemos ideias boas e também ruins, porque não somos perfeitos, mas, qual o significado desta Casa?

Presidente, eu tenho certeza absoluta de que de tantos vetos que pelo menos avançamos em colocar em pauta para ser debatido e ser discutido. Já tivemos manutenção de veto de matéria aprovada no Senado por unanimidade. Presidente, por unanimidade! Cadê o Senador, no seu papel de representante dos Estados e da Federação, que votou, convicto – porque acredito que ele não votou sem convicção –, por exemplo, na reposição dos recursos para os Estados e Municípios? Isso é unânime. Vocês não representam os seus Estados? Será que vocês achavam que isso não era justo? De repente, os 81 Senadores votaram a favor da reposição – estou citando um caso – desses fundos, desses recursos, mas, pela vontade da Presidente, boa parte, melhor dizendo, a maioria achou que tinha votado errado? Da mesma forma, será que ontem, quando estávamos discutindo a anistia para o pessoal dos bombeiros, para os papiloscopistas, e aprovamos, com tantos discursos, porque eles estavam presentes e viam qual era a posição dos Senadores; fizeram discursos defendendo a necessidade técnica, a necessidade de tudo, a maioria votou a favor, e, ontem, cobertos pelo voto secreto, obedecendo a uma determinação, a uma ordem do Governo, votaram contra esses profissionais? Chegaram a dizer que era importante e fundamental.

Hoje, Sr. Presidente, o dia é de muita tristeza! Eu sei que V. Ex^a, pela sensibilidade e pela história que tem, está sentindo. Eu sei que nós temos que tocar a vida conforme a música que está sendo proposta pelo Governo, mas é um momento de muita tristeza. Eu espero que, com a abertura do voto – que passe a matéria e que o voto deixe de ser secreto –, pelo menos quem obedece ao Governo mostre a sua cara, para que a sociedade possa julgar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero me somar ao discurso de V. Ex^a. E acho que esse resultado, numa votação que não fosse secreta, certamente... Ontem, por exemplo, acabou se mantendo um veto por um voto. Um voto.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Com 13 Senadores que não foram votar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Que não foram votar. E parece-me que ainda houve quatro abstenções. Eu ainda não sei, oficialmente. Mas acho que tudo isso nós vamos aprimorando. Evidentemente, aqui, as pessoas votam com convicção e com consciência, mas vai chegar o dia em que cada um vai ter de justificar seu voto para a população. Então, eu me somo ao discurso de V. Ex^a.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSD – SE) – Eu também me somo, Presidente, ao

discurso do Senador Cícero Lucena. Coincidentemente, eu também vinha para cá, hoje cedo, e fazia esta reflexão: o que nós estamos fazendo? Eu acho que não podemos, como disse o Papa Francisco, e como eu aprendi cuidando de paciente com câncer, nunca perder a esperança, em absoluto, nem deixar que a roubem.

V. Ex^a está com a consciência tranquila. Eu também estou com a minha extremamente tranquila, nesta e em tantas outras questões. E chamo aqui a atenção para o que ontem o Senador Moka viu lá na MP 621. Fiquei extremamente preocupado. Fui um dos autores da sugestão das três audiências públicas. Foi nossa a sugestão do convite ao Ministério Público do Trabalho. Eu conheço a instituição, conheço muitos procuradores, e fiquei preocupado com o posicionamento do MPT, pois eu pensava que o MPT fosse nos dar uma diretriz contra a legalidade e a constitucionalidade de tudo isso, e não foi o que vi. Não foi o que vi. Tanto é que fiz um novo requerimento convidando o procurador responsável por esse assunto. É muito preocupante tudo isso.

Eu até disse que esse posicionamento seria um marco histórico, um divisor de águas para a instituição, o Ministério do Público do Trabalho. Hoje, muitas conquistas dos trabalhadores na relação do trabalho, com certeza, se devem ao Ministério Público do Trabalho. Então, estou muito preocupado porque a discussão continua e, daqui a pouco, Senador Cícero Lucena, haverá a votação e, talvez, a releitura do relatório, sem antes discutir os requerimentos, sem antes debater com mais profundidade toda essa questão.

Não estou aqui para proteger colega médico nenhum. Quem estiver errado tem que responder mesmo. Não podemos ser coniventes nem passar a mão na cabeça de ninguém; temos que corrigir. O povo brasileiro paga, e paga muito caro, para ter uma resposta, por parte do poder estatal, de forma muito digna, seja na saúde, seja na educação. E olha que quem mais paga imposto neste País não é quem mais ganha não, é exatamente aquele que menos ganha – até dois, três salários mínimos –, dizem os técnicos da área. Esses, por não poderem ter um plano de saúde, por não poderem colocar seus filhos na escola particular, precisam realmente da mão protetora, da mão salvadora, muitas vezes, falando da área da saúde e da segurança, do poder estatal. Mas não é isso que sempre recebem ou têm.

Então, esse sentimento de indignação e de reflexão que o senhor desabafa eu também, coincidentemente, fiz logo cedo, assim que soube do resultado. Mas o importante é que nós tenhamos as nossas consciências tranquilas.

Quando a gente entra em um ambiente cirúrgico – não é, Senador Cícero Lucena? –, mesmo, às vezes,

participando de uma cirurgia altamente contaminada, se a gente não abre mão dos nossos mecanismos de defesa, do nosso sistema imunológico, a gente não sai pior, sai muito melhor, porque foi um instrumento, apenas um instrumento, de cura e salvação. Assim, no mundo político; assim, durante o mandato: quando a gente não abre mão de nossos princípios nem dos nossos valores, que funcionam como verdadeiras bússolas para as nossas condutas aqui, a gente não pode sair daqui pior; só pode sair melhor, porque procuramos cumprir com o nosso dever e com a nossa obrigação.

É assim que entendo.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB-MS) – Eu queria, antes de encerrar a reunião, cumprimentar o Senador Osvaldo Sobrinho, do PTB de Mato Grosso, que passa a integrar, como membro titular, a Comissão de Assuntos Sociais.

Seja muito bem-vindo!

S. Ex^a, na verdade, substitui o Senador Jayme Campos, que é um Parlamentar que conta com um respeito e um carinho muito grande neste Colegiado, uma vez que foi o nosso Presidente e conduziu com muita competência esta Comissão.

Então, mais uma vez, seja bem-vindo!

A Comissão o recebe de braços abertos. E eu, particularmente, que fui Deputado juntamente com V. Ex^a, queria dizer da minha alegria em tê-lo aqui compondo esta Comissão de Assuntos Sociais.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE
AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS,
NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA
SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às nove horas e treze minutos, do dia vinte e nove de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Ar-

mando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Clésio Andrade, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência registra a presença dos Senhores Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; Francisco Xavier Pinheiro Filho, Subprocurador-Geral da República; Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República; Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Lauro Cardoso, Secretário-Geral do Ministério Público da União; Cláudio Fontelles, Ex-Procurador-Geral da República; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar; Mário Luiz Bonsaglia, Procurador-Regional da República da 3ª Região e Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Nicolau Dino, Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União; Alessandro Tramujas, Corregedor Nacional do CNMP; Marcelo Antônio Serrazul, Procurador Regional da República da 1ª Região e Procurador Regional Eleitoral Substituto; José Aderico Leite Sampaio, Secretário-Geral Executivo do CNMP; Alexandre Saliba, Juiz Federal e Conselheiro do CNMP; Fabiano Augusto Martins Silveira, Conselheiro do CNJ; Jarbas Soares Júnior, Conselheiro do CNMP; César Mattar Junior, Presidente da CONAMP; Jeferson Coelho, Conselheiro do CNMP; José Robalinho Durvalinho Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores; José Adonis Callou de A. Sá, Procurador Regional da República da 1ª Região; Antonio Marcos Dezan, Presidente da AMPDFT; Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal; Carlos Martins Lima, Procurador da República; Nendes Ulisses Freire Vieira, Procurador de Justiça e Presidente da Associação Mineira do Ministério Público; Tício Lins e Silva, Advogado e Jurista; Leonardo de Farias Duarte, Conselheiro do CNMP; Duarte Nogueira, Deputado Federal; Danilo Pinheiro Dias, Secretário-Geral Adjunto do MPU; Leonardo Henrique Carvalho, Conselheiro do CNMP; Antonio Luiz Teixeira Mendes, Subprocurador-Geral do Trabalho; Ronaldo Curado Fleury, Subprocurador-Geral do Trabalho e Conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; Maurício Correia de Melo,

Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região; José Elaeres, Procurador Regional da República da 1ª Região; Juliano Baiocchi, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região; Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e das Senhoras Helenita Acioly, Procuradora-Geral da República; Darcy Santana Vitobello, Subprocuradora-Geral da República; Mônica Nicida Garcia, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região; Ana Paula Mantovani Siqueira, Procuradora Regional da República da 1ª Região; Junia Madeira Ladeira Monteiro de Barros, esposa do Sabatinado, Senhor Rodrigo Janot; Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Subprocuradora-Geral do Trabalho e Diretora Adjunta da ESMPU; Ministra Luciana Lóssio, Tribunal Superior Eleitoral; Sandra Cureau, Vice-Procuradora-Geral Eleitoral; Heloísa Maria Moraes Rego Pires, Subprocuradora-Geral do Trabalho e Ouvidora do Ministério Público do Trabalho; e Lídia Cavalcante, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 82, de 2013. Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea e, e 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do segundo mandato do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Votação secreta. Em 27/08/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, com vinte e dois (22) votos favoráveis e dois (2) votos contrários. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

Antes de iniciarmos a arguição do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, atividade que compete exclusivamente à nossa Comissão, esta Presidência pretende destacar a relevância de uma reunião como esta de hoje.

Primeiramente devemos recordar que, na sistemática atual de definição do nome do Procurador-Geral da República, a Constituição Federal deferiu ao Senado a competência privativa, por voto secreto, após arguição pública, de aprovar a indicação do escolhido pelo Presidente da República. Desse modo, portanto, a reunião da CCJ destinada a arguir o indicado é de inspiração constitucional, estando nós, nesta ocasião e neste Colegiado, agindo por delegação do próprio Senado Federal. Somente após os trabalhos desta Comissão a matéria poderá então ser submetida ao Plenário. Esta deliberação, portanto, resulta para todos nós em grande responsabilidade e necessária qualificação técnica para uma sabatina à altura da missão institucional.

Em segundo lugar, devemos salientar que, nos termos do §1º do art. 128 também da Lei Maior, o Presidente da República pode indicar qualquer nome entre os integrantes da carreira com mais de 35 anos para o cargo de Procurador-Geral da República. Esta foi a importante inovação do texto constitucional de 1988: apenas membros da carreira podem ser nomeados Procurador-Geral da República.

Além disso, no período democrático recente, tornou-se praxe o indicado para Procurador-Geral ser legitimado pelo voto dos seus pares. Pelo voto direto dos Procuradores, elabora-se uma lista tríplice submetida à Presidência da República. O Chefe do Poder Executivo Federal, por seu turno, tem escolhido entre os três integrantes da lista o nome do candidato a ocupar o cargo de Procurador-Geral da República e encaminha a indicação para exame deste Senado. Se aprovado, o indicado é nomeado Procurador-Geral da República pelo Presidente da República para o mandato de dois anos.

O grande mérito desse modelo é a necessária harmonia da atuação do Poder Executivo e do Senado Federal na definição do nome daquele que vai defender a ordem jurídica e o regime democrático.

Por fim, essas, senhoras e senhores, são as necessárias preliminares que a Presidência encaminha a V. Ex^{as}.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do ato supracitado referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Convindo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, é só para observar que esse rito que vamos utilizar na sabatina e na análise da indicação do próximo Procurador-Geral da República será aqui utilizado pela última vez, porque ontem, por unanimidade no Plenário do Senado, um projeto de minha autoria, relatado pelo Senador Pedro Taques, foi aprovado e esse novo projeto, à semelhança do sistema de escolha norte-americano abre a possibilidade da participação da sociedade civil, através do portal do Senado, pela Internet, e estabelece compartimentos estanques nas etapas de sabatina, de discussão, de aprovação, possibilitando inclusive a organização de audiências públicas. Ou seja, daqui para frente, o rito muda radicalmente e será a última vez – porque a resolução ainda não foi publicada – que nós utilizaremos o rito vigente neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Cumprimento V. Ex^a pela iniciativa, que tem o apoio desta Presidência não apenas no plenário...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... mas na condução da execução do projeto tão bem idealizado por V. Ex^a e relatado pelo Senador Pedro Taques, a quem dou a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, esse projeto de resolução traz um diálogo entre a sociedade e o Congresso Nacional, ou seja, entre o Legislativo, em que o cidadão pode colaborar com os Senadores da República na aprovação de autoridades, o que representa um mecanismo de controle do cidadão sobre os atos do Estado. Esse ponto é muito importante, muito significativo e também evita o que nós aqui na Comissão de Justiça, desde a Presidência do Senador Eunício, em razão de uma questão de ordem por nós levantada,

propicia que, em um primeiro momento, seja feita a leitura do relatório, para que os Senadores tenham um espaço temporal para analisar o indicado, evitando-se sabatinas de afogadilho, como já houve nesta Casa em outros momentos históricos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, que, na condição de Relator, contribuiu com sua experiência e conhecimento no aperfeiçoamento dessa matéria.

Durante essas últimas sabatinas, procuramos, dentro do modelo vigente, aperfeiçoar ao máximo a interlocução com os sabatinados para o aproveitamento da Casa. O projeto do Senador Requião certamente representa um salto muito maior na qualidade dos nossos trabalhos e na responsabilidade pública que nós temos.

Registro a presença de autoridades, com satisfação e honra: Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; da Sr^a Helenita Acioli, Procuradora-Geral da República; Sr. Francisco Xavier Pinheiro Filho, Subprocurador-Geral da República; Sr^a Darcy Santana Vitobello, Subprocuradora-Geral da República; Sr. Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República; Sr. Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Sr. Lauro Cardoso, Secretário-Geral do Ministério Público da União; Sr. Claudio Fonteles, queridíssimo ex-Procurador-Geral da República; Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Dr. Marcelo Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar; Dr. Mário Luiz Bonságlio, Procurador Regional da República da 3^a Região; Dr^a Mônica Garcia, Procuradora-Chefe da Procuradoria-Geral da República da 3^a Região; Dr^a Ana Paula Siqueira, Procuradora-Geral da República da 1^a Região; Dr. Nicolao Dino, Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público.

Essas são as primeiras autoridades que aqui se encontram, para nossa honra, nesta reunião.

Solicito ao Senador Cássio Cunha Lima e ao Senador Pedro Taques que encaminhe à mesa o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. *(Pausa.)*

Convido para compor a Mesa o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho. *(Pausa.)*

Convido a Dr^a Helenita Caiado de Acioli, representando a Procuradoria-Geral da República, para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Convido o Ministro Herman Benjamin, representando o Superior Tribunal de Justiça, queridíssimo ministro de tradições paraibanas. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Presidente, pela ordem.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Federal pelo Estado de Mato Grosso, Valtenir Pereira, do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Seja muito bem-vindo, queridíssimo Deputado, com quem tive a honra de compor a legislatura passada na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Quero registrar também as presenças do Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público, Dr. Alessandro Tramujas; do Dr. Marcelo Antônio Serra Azul, Procurador Regional da República da 1^a Região e Procurador Regional Eleitoral Substituto; Dr. José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral Executivo do Conselho Nacional do Ministério Público; e Dr. Alexandre Saliba, juiz federal e Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Concedo a palavra, para nossa honra e alegria, ao Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros para a sua livre exposição.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, Senador Vital do Rêgo; Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades presentes, colegas do Ministério Público, membros e servidores, senhoras e senhores representantes da imprensa, senhoras, senhores, Ministro Antonio Herman Benjamin, Dr. Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, bom dia a todos; Sr. Presidente, numa Casa de tantos oradores de excelência, optei por fazer a minha manifestação seguindo um roteiro escrito, para que não me perca em meio a tantos excelentes oradores.

Inicialmente, gostaria de agradecer as generosas palavras do Senador Eunício Oliveira quando da leitura do relatório na reunião antecedente.

Após mais de 30 anos de serviços prestados ao meu País, dos quais 29 anos no Ministério Público Federal, cumpro, com muito orgulho, o dever constitucional de submeter-me ao crivo desta augusta Casa, honrado que fui pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, com a indicação para o exercício do cargo de Procurador-Geral da República.

Antes de mais nada, gostaria de falar um pouco sobre quem sou e o que fiz ao longo dessa minha trajetória. Ao lembrar-me de minha trajetória, percebi o quanto fui privilegiado por haver escolhido o Direito como o caminho profissional por mim desejado. Mais do que isso: ter tido condições de estudo no bom e velho estudo público de qualidade universal e gratuito, no Jardim de Infância Bueno Brandão, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, Colégio Estadual de Minas Gerais, onde fiz ginásio e científico e, depois, a Casa de Afonso Pena, Faculdade de Direito da Universidade

de Minas Gerais, onde obtive os títulos de graduação, especialista e mestre. Depois disso, fui dedicar-me a uma nova especialização na Escola Superior Santana, na Universidade de Pisa, Itália.

Recebido o dom e aprendida a técnica, veio o momento em que me senti vocacionado para exercer a profissão na esfera pública, mais especificamente no Ministério Público Federal. Na minha casa, exerci, para minha honra, quase todas as funções destinadas aos seus membros: procurador-chefe substituto da Procuradoria da República no Distrito Federal, secretário de vários concursos dentre os quais tive a honra de receber o Presidente da nossa associação, há 20 anos; coordenador do meio ambiente e patrimônio cultural e direitos do consumidor; presidente da Associação Nacional do Procuradores da República; coordenador do Centro de Pesquisa e Segurança Institucional; secretário-geral do Ministério Público da União; diretor da Escola Superior do Ministério Público da União; membro da 7ª, 3ª e 5ª Câmara de Coordenação e Revisão; e membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal, onde exerço hoje o meu terceiro mandato eletivo.

Para alguns, a trajetória em uma instituição organizada em carreiras poderia ser encarada como uma sucessão de metas de permanente ascensão até o alcance do seu patamar mais elevado. Sigo pensamento distinto: vivo este momento de apresentação ao Senado Federal não como a realização de um objetivo, mas fundamentalmente como consequência de tudo que fui e sou em minha trajetória profissional, apenas imbuído do desejo de bem cumprir, com correção e lealdade de propósitos, o meu ofício de servir ao público – servir ao público.

Este é, devo confessar a V. Ex^{as}, um momento de especial relevo em minha vida funcional. Trata-se de instante em que, impulsionado pela força do destino, apresento-me a esta digna Comissão para ser avaliado no tocante aos requisitos e condições para o exercício do alto e honroso cargo de Procurador-Geral da República. Isso, por si só, já constitui um desafio a, ao mesmo tempo, um grande privilégio. Se honrado for com a aprovação do Senado Federal, a maior desafio serei submetido como agente público e como cidadão brasileiro.

Tancredo Neves, notável político e eminente conterrâneo meu, asseverou, certa feita, que cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente em favor da comunidade. Fiel a esse pensamento e ciente de que ser agente público é exercer com redobrada carga de responsabilidade o papel de cidadão, devo apresentar a V. Ex^{as}, na primeira fase desta sessão, um pouco de minha visão sobre o Ministério Público, seus desafios

neste País continente, ainda marcado por tanta diversidade e tanta adversidade.

Ser Ministério Público é viver o bom combate, é, na essência, retomando mais uma vez as palavras do meu ilustre conterrâneo, estar em permanente ação em prol da comunidade. Não há como ser diferente. São muitas as tarefas ainda a cumprir para que possamos realizar plenamente aquilo que o Parlamento brasileiro, há exatos 25 anos, conferiu à nossa sociedade ao promulgar a Constituição cidadã: a perspectiva de uma sociedade justa, solidária, de desenvolvimento nacional, de erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais. É claro que um olhar retrospectivo permite perceber inúmeros avanços sociais e econômicos com a melhoria da qualidade de vida do povo e a inserção do Brasil em patamar de destaque no cenário internacional.

Muitas dessas mudanças, ocorridas nos últimos 25 anos, em áreas como o enfrentamento da impunidade, o combate à corrupção, a disseminação de uma cultura democrática, tiveram, e sempre terão, a participação ativa e altiva do Ministério Público brasileiro. Todos nós, brasileiros, jovens, adultos, estudantes, agentes públicos, empresários, donas de casa, desempregados, queremos mais, sonhamos mais e, sem dúvida, podemos realizar mais.

A propósito, vimos nas recentes manifestações ocorridas em junho e nas semanas posteriores o despertar de uma grande parcela da população, principalmente de pessoas mais novas, para a importância da participação e para a beleza que é a democracia. Aquelas movimentações, que para alguns foram problema, porque, de fato, houve excessos, e excessos devem ser enfrentados e combatidos, podem ser vistas, por outro lado, de maneira positiva, pois coroam uma espécie de transbordamento da democracia.

Nesse contexto de realidades e utopias, insere-se o Ministério Público, instituição a que tenho muito orgulho de pertencer pela contribuição que deu, dá e ainda pode dar à consolidação da democracia no País; um País que tem cinco séculos de história, mas que tem uma democracia ainda jovem e, por isso, carecedora de aprimoramento. Ao Ministério Público, o Parlamento confiou a tarefa de zelar pela ordem jurídica, defender o regime democrático e promover a implementação dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

Repito este tripé de atuação do Ministério Público, por vezes recitado e sem maiores reflexões, quase em tom de provocação. Gostaria de provocar, na verdade, um repensar desse trinômio, começando por expor um pouco de minha visão sobre como podemos desenvolver uma atuação capaz de nos conduzir a resultados exitosos na perspectiva da sociedade a que servimos.

A partir da Carta de 88, vivenciamos o redesper-
tar de um Ministério Público mais atuante, combativo,
mas nem por isso isento de erros ou que não mereça
críticas. Acredito que nessa nova fase que a sociedade
brasileira vive, de questionamento de tudo e de todos,
também é o momento de o Ministério Público fazer sua
própria autocrítica: abrir-se à sociedade, compreender
e rever o seu papel em relação às outras instituições.
Tenho para mim que a base indispensável para a con-
secução dos objetivos a que se propõe o Ministério
Público é, em suas diversas frentes de atuação, o di-
álogo. E gostaria de dar ênfase a esta palavra: diálo-
go. Diálogo dentro do Ministério Público, diálogo fora
do Ministério Público, diálogo com os diversos atores
sociais, públicos e privados.

Infelizmente, devo reconhecer que nem sempre
isso acontece. Parafraseando os versos do compositor
Djavan, o Ministério Público não pode ser uma ilha a
centena de milhas daqui. Não deve isolar-se do convívio
institucional. Não deve negar a dimensão pública do
seu ministério. É claro que não podemos generalizar
a crítica ou a autocrítica, sob pena de incorrerem em
severa injustiça. Acredito que acertamos muito. Acer-
tamos mais do que erramos. É verdade que aquilo que
temos feito corretamente está na independência, na
defesa do interesse público, na fiscalização da lei e no
compromisso, acima de tudo, com a sociedade. São
aspectos essenciais da própria dimensão democráti-
ca do Estado de direito e com os quais não devemos
transigir, porque isso não nos pertence, mas pertence
à própria sociedade. Mas também é verdade que basta
o registro de uma atuação esquivada, dissonante, num
universo de aproximadamente 13 mil procuradores e
promotores de Justiça espalhados pelo País para que
nossos esforços voltados para a correta realização
dos valores republicanos sejam colocados em xeque.

Entendo, por isso – e a marca da minha trajetória
funcional até aqui revela isto –, ser fundamental que o
Ministério Público esteja sempre aberto ao diálogo e à
interação institucional. E vou além: é indispensável que
o Ministério Público busque o diálogo estabelecendo
parcerias e metas de atuação conjunta e concatena-
da, agindo propositivamente junto ao Parlamento, ao
Executivo, ao Judiciário, às Polícias, aos Tribunais de
Contas, em todos os níveis da Federação. Somente
por meio de uma interlocução aberta e permanente
entre todos os órgãos da Administração Pública é que
podemos construir o ambiente propício à consecução
dos objetivos comuns a todo o Estado brasileiro.

Digo isso porque essa atitude de maior diálogo,
de abertura para a crítica, tende a fazer do Ministério
Público uma instituição ainda mais eficiente do que foi
nos últimos tempos.

Bem a propósito, considero importante criar uma
Secretaria de Relações Institucionais, diretamente li-
gada ao gabinete do Procurador-Geral da República,
com atuação permanente junto ao Congresso Nacional.

Além do diálogo, creio na necessidade de serem
aprimorados os mecanismos de prestação de contas
do Ministério Público. Servimos ao público, e por isso
temos o dever de prestar contas de nossos atos. Para
tanto, precisamos partir de instrumentos tecnológicos
que nos permitam mensurar o resultado da atuação ins-
titucional nas diversas áreas, ampliando, dessa forma,
a dimensão de “responsividade” do Ministério Público
e a sistemática de prestação de contas à sociedade.

Seguindo essa tônica, considero urgente e es-
sencial criar – aí vou usar um termo genérico – um
cartório no gabinete do Procurador-Geral da Repú-
blica. Acredito que todo cidadão deva ter acesso a
informações relativas a todos os processos que estão
naquele gabinete, ressaltados, é claro, os que correm
em segredo de Justiça. Afora esses, todos os demais
devem estar abertos ao conhecimento dos interessa-
dos, assim como os detalhes de tramitação interna,
data de entrada, *status*, prazos e conclusões. Além
disso, se Procurador-Geral da República for, pretendo
apresentar anualmente a esta Casa relatório de presta-
ção de contas à sociedade, no esforço de realizar um
trabalho transparente, eficaz e eficiente, em conjunto
com as diferentes gerações e os variados perfis que
compõem o Ministério Público brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, firmeza e
responsabilidade também são ingredientes que não po-
dem faltar ao cotidiano do Ministério Público. Firmeza
para cumprir seu desiderato constitucional de garante
qualificado da ordem jurídica e dos interesses difusos
e coletivos e titular da ação penal. Responsabilidade
no desempenho das funções, com a exata compreen-
são do peso institucional de uma recomendação, de
um termo de ajustamento de conduta, da instauração
de uma investigação ou propositura de uma ação, seja
de natureza cível ou de natureza penal. É necessário,
sim, agir com firmeza, tanto quanto é necessário atuar
com prudência, serenidade e responsabilidade.

O Brasil ainda convive com baixos índices de
desenvolvimento humano em muitos rincões. A assi-
metria social e econômica, que já foi muito mais aguda
no passado, ainda exhibe sérias marcas na sociedade
brasileira. E a corrupção ainda se apresenta como um
fator de atraso social e econômico, sendo um grande
ralo por onde esvaem recursos públicos originalmente
destinados, por exemplo, à saúde e à educação.

O fato de o Brasil estar no 69º lugar no *ranking* de
percepção da corrupção, na Transparência Internacio-
nal, sugere a necessidade de serem intensificados os

esforços no sentido de combater esse mal. Mas isso não constitui tarefa isolada do Ministério Público. É necessário empreender uma ação coletiva concertada com os diversos organismos do Estado, pois acredito nas parcerias como força propulsora das mudanças desejadas.

Sr. Presidente, são muitos os deveres do cargo de Procurador-Geral da República. Dentre tantos, destaco a tarefa de presidir o Conselho Nacional do Ministério Público, órgão ao qual o Congresso atribuiu, em 2004, a função de exercer o controle administrativo, financeiro, disciplinar, bem assim, definir as metas e estratégicas do Ministério Público brasileiro. São inúmeras as responsabilidades conferidas ao Conselho Nacional do Ministério Público, cuja implementação exige do Procurador-Geral da República destacada atenção e permanente diálogo interinstitucional, bem como atuação crescentemente propositiva.

Urge, dentre outros aspectos para o incremento da atuação do CNMP, que seja unificado o regime disciplinar dos membros do Ministério Público, para que esse órgão possa desempenhar, de forma mais integrada e sistêmica, suas funções nessa seara.

E aqui, Presidente, devo mencionar a contribuição decisiva do Senado Federal ao aprovar a PEC 53, que justamente autoriza a instituição de um sistema disciplinar único para todo o Ministério Público brasileiro.

Essa é, em linhas gerais, a minha visão de Ministério Público, a qual, com concurso de meus colegas e contínua interação com as demais instituições no Estado, pretendo implementar se tiver a honra de ser aprovado por V. Ex^{as} para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Já me encaminhando para o encerramento, Sr. Presidente, ao longo de minha trajetória de vida, adquiri um hábito, o hábito do diálogo franco e honesto. Essa, eu diria, é a maior característica minha. Esse hábito, eu coloco em prática na minha vida como membro do Ministério Público Federal, assim como fiz quando fui Secretário de Direito Econômico no Ministério da Justiça. Se havia problema – e problemas existem na área pública todos os dias –, chamava as pessoas para conversar, chamava as pessoas para dialogar. Apreendi que isso não desmerece ninguém, muito pelo contrário, enaltece.

Apreendi também que, no exercício da função pública, ouvir é tão ou mais importante do que falar. E como já disse o escritor Rubem Alves, “o ato de ouvir exige humildade de quem ouve, colocando momentaneamente entre parêntesis as suas próprias opiniões”. Aquele que ouve, que se legitima pela compreensão, pela sensibilidade de entender o momento, pela capa-

cidade de se colocar no lugar do outro, de se ver no outro e com o outro, se engrandece.

Sr. Presidente, falei demais e agora é hora de ouvir. Coloco-me aqui à disposição dos Srs. Senadores neste momento, para mim, para minha vida profissional, histórico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Essas foram as primeiras manifestações da sua exposição, Dr. Rodrigo Janot. Agradecemos e parabenizamos V. Ex^a e queremos registrar a presença de sua esposa, a Dr^a Junia Ladeira Monteiro de Barros, que está aqui nos dando essa honra. Seja bem-vinda, Dr^a Junia!

Agradecemos também ao Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, Conselheiro do CNJ; ao Dr. Jarbas Soares Júnior, Conselheiro do CNMP; ao Dr. César Mattar Júnior, Presidente da Conamp; Dr. Jeferson Coelho, Conselheiro do CNMP; Dr. José Robalinho Durvalinho Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores; ao Dr. José Adonis Sá, Procurador Regional da República da 1^a Região; à Sr^a Ivana Mendonça Santos, Subprocuradora do Trabalho; ao Dr. Antônio Marcos Dezan, Presidente da AMPDFT; ao Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; ao querido Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Presidente Henrique Nelson Calandra. Registro, para nossa honra, a presença, sempre muito bem-vinda, do Ministro Sepúlveda Pertence, e do Dr. Carlos Martins Lima, Procurador da República. A todas as demais autoridades nós agradecemos a presença.

Nós vamos passar à fase das arguições, três por bloco. Os primeiros...

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra. *(Pausa.)*
Não está presente.

Senador Humberto Costa.

Cada arguição, dez minutos, no máximo, tempo de cronômetro.

Como Relator, a qualquer momento V. Ex^a pode se pronunciar, Senador Eunício Oliveira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento todos aqui presentes, representantes do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público e todos aqueles que nos visitam nesta manhã.

Dr. Janot, eu tive a alegria e a oportunidade de poder conhecer e conversar com V. Ex^a antes mesmo desta arguição de hoje e, como disse a V. Ex^a, não somente tive uma ótima impressão do nosso diálogo como lhe darei, com toda a certeza, o meu voto aqui e no plenário. Nos dias atuais, é importante que o que acontece aqui possa se reproduzir lá no plenário. Tivemos, aqui, duas experiências lamentáveis e eu acre-

dito que, até pela relevância da posição que V. Ex^a irá ocupar, o Senado terá a responsabilidade de, se tiver qualquer questionamento a V. Ex^a, fazer agora.

Portanto, eu queria, primeiro, registrar esse meu posicionamento. Segundo, quero dizer que o cargo que V. Ex^a hoje está sendo indicado para ocupar é, em minha opinião, hoje, o cargo de maior poder na República, porque o Procurador-Geral da República, hoje, especialmente em relação aos agentes públicos integrantes de vários Poderes, tem um poder incommensurável. Quando o Procurador decide denunciar ou não denunciar, na verdade, nos dias atuais, em que todos são culpados até que se prove o contrário, nós temos, muitas vezes, vidas públicas que são comprometidas de forma definitiva ou, do contrário, pessoas que deveriam estar respondendo à Justiça ficando sob o manto da impunidade.

Então, essa é a primeira questão que vejo, e, obviamente, vai nisso uma crítica não especificamente a quem quer que seja, mas a uma visão, que eu imagino que possa vir a ser modificada, de que nós temos que trabalhar todas essas questões tomando como referência a importância de todos esses casos sem uma hierarquização do que é mais e do que é menos, um respeito à cronologia das coisas, como elas acontecem, e acho que, se isso for observado, como eu tenho certeza de que será observado por V. Ex^a, nós já teremos tido uma evolução muito grande nesse papel constitucional do Ministério Público que todos reconhecemos, que não é, na prática, o de acusar, mas de buscar a verdade, e quanto mais rápido, melhor.

Uma questão que eu queria abordar e que todas as críticas possam ser feitas ao antecessor de V. Ex^a, nesse caso, eu acho que, por determinação dele ou pela sua visão prática, nós tivemos uma evolução do Ministério Público no que diz respeito à forma como lidar com os inquéritos.

Nós tivemos, num passado recente, casos em que procuradores exerceram um verdadeiro papel político em determinadas ações, e não só político, mas de exposição pública, agindo como verdadeiros *pop stars* no momento de assumirem determinadas posições ou encaminharem determinados posicionamentos. E, ao longo do mandato do Procurador Gurgel, nós vimos que isso diminuiu bastante ou praticamente deixou de existir.

Assim, pergunto se também essa será uma preocupação de V. Ex^a, ou seja, que o trabalho do Ministério Público se faça sem exposições indevidas, sem extrapolar aquele papel que é do Procurador, no sentido de que nós tenhamos os processos conduzidos sem qualquer tipo de espetáculo, como sói acontecer até recentemente.

Em segundo lugar, refiro-me ao problema dos vazamentos nas investigações. Todos nós somos – pelo menos eu sou – defensores do poder de investigação do Ministério Público. Ocorre que, infelizmente, não só o Ministério Público, mas a Polícia, seja a Civil, seja a Federal, a Polícia Judiciária, por muitas vezes, ao longo de um processo, estabelecem vazamentos seletivos, que têm o objetivo claro de constranger alguns e deixar outros em condições favoráveis. Então, eu pergunto a V. Ex^a se tem alguma ideia no sentido de que os inquéritos possam ser tratados de maneira tal que nós não venhamos a ter essas situações.

Há situações, por exemplo, em que uma investigação está sendo feita, o “investigado” é citado pela imprensa, às vezes sendo publicado todo o processo, com os depoimentos de outrem, e o interessado não tem a possibilidade de ter acesso a esse inquérito. Está ali, no jornal, o depoimento de fulano, que acusou sicrano, mas este, o acusado, não tem qualquer possibilidade de saber sequer se aquilo é verdadeiro ou não, só vindo a sabê-lo posteriormente.

Outra questão que eu gostaria de endereçar a V. Ex^a – e, naturalmente, já tive oportunidade de fazê-lo, mas, como nós estamos aqui diante dos demais Senadores e Senadoras, seria importante que V. Ex^a pudesse se manifestar – é sobre o que diz respeito à regulamentação da investigação realizada pelo Ministério Público. Eu gostaria de saber qual a posição de V. Ex^a a respeito. Como eu disse, sou favorável, porém entendo que isso deva ser feito dentro de parâmetros, dentro de regras, da mesma forma como o inquérito conduzido pelo delegado acontece. Então, gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a sobre a regulamentação da investigação pelo Ministério Público.

V. Ex^a já falou sobre a temática do regime disciplinar, matéria que nós já tivemos a oportunidade de, aqui, contando com a enorme contribuição do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República, aprovar, objeto que é de uma proposta de emenda à Constituição, que agora está na Câmara, que prevê a unificação desse regime. Então, pergunto a V. Ex^a se isso será uma prioridade da sua atuação como Procurador-Geral da República.

Por último, eu gostaria mais de colher... Aliás, antes disso, eu pergunto a V. Ex^a como pretende encaminhar as pendências existentes, hoje, na Procuradoria-Geral da República, em relação à abertura de processos, de inquéritos, denúncias, especialmente ao Supremo Tribunal Federal. E, muito particularmente, eu pergunto a V. Ex^a que encaminhamento pretende dar à Ação Penal Ordinária nº 565, que se originou do Inquérito nº 2.245 da Ação Ordinária nº 470, o cha-

mado “mensalão”, e a essa Ação nº 565, o chamado mensalão...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... mineiro. Eu pergunto a V. Ex^a que prioridade será dada para que se possa ter o julgamento pelo Supremo desse processo, dessa ação penal, que eu entendo também como extremamente importante de ser objeto de avaliação do Supremo.

E por último, são duas perguntas mesmo. Uma, nós tivemos ontem uma situação absolutamente inusitada e surreal: um Parlamentar preso, condenado pelo Supremo Tribunal Federal e que, julgado pela Câmara, não perdeu o seu mandato. Eu sou de acordo, concordo com a decisão do Supremo de entender que o poder de retirar ou de manter o mandato deve ser do Congresso Nacional; porém, na minha opinião, o voto secreto é uma lástima que existe na nossa Constituição, que nós temos que retirar, porque seria absolutamente diferente o resultado ontem se o voto fosse aberto. Eu gostaria de perguntar a opinião de V. Ex^a.

E por último, sobre o foro especial. Eu entendo que o foro especial deveria ser entendido não como foro privilegiado, como se coloca. E pelo fato de ser especial, ele deveria, especialmente para crimes como corrupção e improbidade,...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... ter um rito diferenciado, ser muito mais rápida a sua tramitação, o seu julgamento, até porque se a pessoa for inocente, rapidamente poderá ter a sua inocência comprovada; e se for culpada, o Estado, a sociedade brasileira deixaria de tê-lo exercendo funções importantes a partir de um julgamento que constataste essa culpabilidade.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Registro a presença, para nossa honra, da Ministra Luciana Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral. Seja bem vinda, Ministra. Querido advogado e jurista, Dr. Tércio Lins e Silva. Dr. Leonardo de Farias Duarte, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira, Relator da matéria.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Dr. Rodrigo Janot, esta semana, por uma deferência do meu Presidente Vital do Rêgo, eu tive a honra de relatar a Mensagem da sua indicação. Portanto, já estou convicto, convicto das suas capacidades curriculares, profissionais, dos serviços prestados à apli-

cação da justiça dentro dos mais rigorosos princípios constitucionais.

Assim eu quero usar este pequeno tempo, estes poucos minutos, não para fazer perguntas específicas a V. Ex^a, mas para salientar o papel importante que tem o Ministério Público e, como última instância, assegurar o direito de todos os brasileiros, na preservação dos direitos dos brasileiros, principalmente na questão da democracia. Ressalto esse ponto, direito à democracia, a V. Ex^a por uma única coisa: na medida em que defende com equilíbrio e com transparência os direitos sociais e individuais, fiscaliza o cumprimento das leis, assim como garante o interesse público no seu conceito mais amplo, o Ministério Público atua como um verdadeiro guardião da democracia.

E nós, que somos homens públicos, assim como nenhum brasileiro deve temer a transparência, a fiscalização e o questionamento. Trabalhar ou exercer cargos públicos com essas preocupações é responsabilidade de todos nós, e eu tenho convicção de que V. Ex^a fará o seu trabalho dessa maneira e dessa magnitude.

O que não podemos é confundir ou fazer confundir transparência com sentenças transitadas em julgado apenas, como disse o próprio Senador Humberto Costa, por uma notícia de um jornal ou por uma denúncia anônima ou por simples fatos que nós, principalmente nós que fazemos política com mandatos eletivos, que fazemos política normalmente com um outro lado como adversário – a nossa disputa foi sempre nos cargos majoritários –, são disputas eletivas, ou fica um, ou fica o outro... Então normalmente essas denúncias, essas questões todas afloram numa época eleitoral. Mas, apesar de um ou outro exagero, o que faz parte do nosso aprendizado é a democracia na sua mais pura essência na prática.

Obviamente cabe às instituições, aos Poderes, sempre independentes, complementares e harmônicos, dirimir dúvidas e garantir direitos. Eu estou absolutamente tranquilo, convicto de que ao Ministério Público, no desempenho de suas funções essenciais à Justiça, cabe um papel que é insubstituível na manutenção desse equilíbrio, no aperfeiçoamento dessa institucionalidade democrática. E V. Ex^a está, pelo seu currículo, pela sua história, preparado para exercer exatamente essa convicção que me toma neste momento.

Tampouco resta-nos aqui, Dr. Rodrigo, a menor dúvida quanto à capacidade intelectual, profissional, ética e humana que V. Ex^a já demonstrou e que reúne para liderar a Procuradoria-Geral da República, sobretudo nessa quadra tão desafiadora da trajetória política, econômica e social do nosso Brasil.

Eu quero deixar aqui os meus mais sinceros votos de sucesso no trabalho harmonioso que eu não tenho

dúvida de que V. Ex^a fará em relação ao seu trabalho como Procurador-Geral da República, tendo a função e a responsabilidade de dirimir essas questões e essas dúvidas.

As angústias de muitos e os questionamentos levantados pelo Senador Humberto Costa são um cotidiano da nossa vida aqui no Congresso Nacional e V. Ex^a obviamente terá um papel fundamental nessa questão do equilíbrio, da harmonia e do diálogo institucional com os Poderes da República. Eu não tenho a menor dúvida disso, pelo conhecimento, pelo aprofundamento que tive de fazer acerca da vida de V. Ex^a para poder exercer a função de Relator. Estou, mais uma vez, absolutamente convicto de que V. Ex^a será um grande e capaz Procurador da República do Brasil.

Não tenho pergunta a fazer, Sr. Presidente, repito, pelo aprofundamento que fiz durante toda esta semana.

Ontem nós tivemos a oportunidade de aprovar um projeto de resolução novo acerca das sabatinas, do Senador Roberto Requião, com o apoio do nosso Partido, o PMDB. Como Líder do Partido, fiz o encaminhamento dessa matéria porque, quando Presidente desta Comissão, nós já debatíamos a necessidade da extensão desse debate na questão da sabatina para que não apenas nós Senadores, mas toda a sociedade, com transparência, possa tomar conhecimento da vida daqueles que estão sendo sabatinados por esta Comissão e por este Senado da República.

Portanto, a minha posição é de clareza nessa questão, de convicção de que V. Ex^a reúne toda a capacidade, do ponto de vista de harmonia, do ponto de vista humano, de ser o Procurador-Geral da República.

O meu voto, como já está claro no meu relatório, é favorável à indicação de V. Ex^a aqui e o PMDB encaminhará também, no plenário do Senado, favoravelmente à posição de V. Ex^a para ocupar essa importante função de Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Eunício e o cumprimento pelo brilhante relatório.

Registro, para a nossa honra, a presença do companheiro Duarte Nogueira. Seja muito bem-vindo em nossa Casa!

O Senador Cássio Cunha Lima inverteu sua ordem de inscrição com o Senador Aécio Neves, a quem concedo a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a e, mais uma vez ao companheiro, Senador Cássio Cunha Lima, por mais essa deferência.

Gostaria inicialmente de, como Senador de Minas Gerais, trazer aqui a minha saudação ao Procurador Rodrigo Janot, futuro Procurador-Geral da República, esperamos nós, e um testemunho inicial: Rodrigo Ja-

not é uma das poucas unanimidades no meu Estado. A sua carreira, sempre feita de forma extremamente discreta do ponto de vista da promoção pessoal, mas extremamente fecunda do ponto de vista da produção que construiu ao longo destes últimos anos, me permite dizer algo que não costumo dizer corriqueiramente, caríssimo Dr. Rodrigo Janot: como Presidente do maior partido de oposição no Brasil, quero dizer que foi correta a decisão da Senhora Presidente da República, ao aceitar a decisão, na verdade, majoritária, dos procuradores de todo o Brasil e trazer hoje ao Senado a possibilidade de sabatiná-lo.

V. Ex^a, durante a sua vida, construiu uma história que honra o Ministério Público, mas, mais do que isso, honra aqueles que fazem vida pública com seriedade, com correção. Não apenas a trajetória de V. Ex^a dentro da instituição que optou por exercer ou que fez talvez dela a sua opção de vida, V. Ex^a, no Ministério da Justiça, quando foi Secretário, se não me engano de Direito Econômico, também trouxe uma vasta experiência na relação com o Poder Executivo, e a relação entre instituições é vital para o bom funcionamento de todas elas.

É acrescida, é ampliada a experiência de V. Ex^a com a experiência que teve quando trabalhou na questão ambiental, na Itália, já fora do Brasil, também possibilitando trazer experiências de países desenvolvidos, numa questão tão crucial, tão atual para todos nós no Brasil. Tenho certeza de que essa experiência de V. Ex^a e a dedicação à questão ambiental serão extremamente úteis em decisões que V. Ex^a ainda terá que tomar.

Mais uma vez, V. Ex^a também nos brindou com uma obra, ainda publicada na França, sobre o Ministério Público brasileiro, que nos permite também uma comparação com realidades de Ministérios Públicos de outros países, como a França e o próprio Estados Unidos.

Então, V. Ex^a, além da carreira exemplar que construiu até aqui, ampliou essa experiência. Tenho certeza de que isso será extremamente útil para uma nova fase que precisará viver no Ministério Público, em especial as relações do Ministério Público, seja com o Congresso Nacional, seja com o Poder Executivo, mas, em especial, com a sociedade brasileira.

Eu trago, objetivamente, Dr. Janot, três questões muito atuais a V. Ex^a. Vou ser bastante objetivo, até porque essas sabatinas, num determinado momento, começam a tratar de questões tão abrangentes que, ao final, não se colhem informações objetivas ou conclusões objetivas em relação ao sabatinado.

O Senador Roberto Requião – faço aqui também essa referência – possibilitou que nós aprovássemos, ontem, no Senado, um novo rito para as sabatinas,

o que será extremamente, a meu ver, profícuo daqui por diante.

Vou às três questões que considero atuais e gostaria, se possível, de uma palavra de V. Ex^a em relação a elas.

A Constituição que nos rege – tive orgulho de, ao lado de tantos outros companheiros que aqui estão, participar da sua elaboração a partir de 1988 –, no seu art. 4º, que rege as relações internacionais do Brasil, estabelece dez princípios. O primeiro deles fala da independência nacional. O segundo fala da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil. E o décimo inciso – são apenas dez – fala da garantia de concessão de asilo político. Recentemente, nós todos acompanhamos muito de perto uma decisão tomada pelo Embaixador Saboia, em nome da preservação dos direitos humanos, de acompanhar até o Brasil o Senador boliviano Roger Molina. Ontem, recebemos a notícia de que o Presidente da Bolívia, Sr. Evo Morales, busca a extradição ou solicita, formalmente, ao Governo brasileiro a extradição do dito Senador.

Consulto se V. Ex^a acha que o Embaixador Saboia respeitou ou contrariou a Constituição brasileira, num gesto humanitário, ao impedir que ele continuasse, além dos 455 dias já vividos, num cubículo, enfim, numa situação que atenta contra a dignidade humana. V. Ex^a acha que o Embaixador Saboia deveria ter ignorado a situação do Senador Roger Molina ou feito o que fez, na verdade não com ineditismo, porque em outros momentos, em tempos idos, outros diplomatas tomaram decisões que contrariaram, circunstancialmente, a hierarquia, mas que atenderam a esse preceito básico constitucional, que obviamente está acima de qualquer regimento, de qualquer instituição. Essa é a primeira questão?

Continuo na Constituição, caríssimo Procurador Rodrigo Janot, e chego ao art. 5º, que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, nos termos que especifica.

Se nós formos um pouco além, o art. 7º da nossa Constituição, no seu inciso XXX, vai dizer da proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão, pelos motivos que elenca.

V. Ex^a, Sr. Procurador, considera que uma eventual presença de médicos cubanos no Brasil que terão um tratamento não igualitário, não isonômico a outros que praticam a mesma profissão fere a Constituição?

Pergunto a V. Ex^a se alguém que é convocado a trabalhar, por exemplo, aqui em Brasília, vindo lá das

nossas Alterosas, das nossas Minas Gerais – cito apenas um exemplo muito cristalino e que ilustra bem a minha preocupação –, impedido, por exemplo, de receber ou de trazer consigo a sua família; obrigado a trabalhar por um salário muito menor do que aquele ao seu lado exerce a mesma função. Estaríamos aí contrariando o art. 4º da Constituição? Faço essa indagação porque esse é um tema realmente do momento. Não faço aqui qualquer restrição de origem de qualquer trabalhador ou de qualquer atividade que possa exercer. Preocupa-me apenas nós estarmos exatamente ferindo a Constituição brasileira no seu art. 5º que é muito clara, de garantir, repito, aos brasileiros e aos estrangeiros aqui residentes direito à vida, à liberdade e à igualdade. Portanto, consulto a V. Ex^a se há, nessa nova criativa modalidade de importação desses profissionais, alguma violência à Constituição.

E, por último, na verdade eu ficaria apenas nessas duas, mas mais uma vez fui inspirado por um ilustre Senador que aqui nos antecedeu, para outro tema, e coloco esse para concluir. V. Ex^a, Sr. Procurador, acha que, no momento de definir a prioridade para determinados julgamentos, deve ser levado em conta prioritariamente o nome do acusado, o Estado de onde ele é originário, de onde ele vem, eventualmente o partido político a qual ele pertence ou efetivamente a acusação que é feita? Deve-se priorizar, portanto, na definição de um julgamento, repito, o partido político ou o que o acusado representa ou efetivamente a acusação que lhe é imputada e a sua importância?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço Senador Aécio Neves.

Comunico aos Srs. Senadores que, no próximo bloco, depois da intervenção do Dr. Janot, estão inscritos o Senador Pedro Taques, Senador Cássio Cunha Lima e Senador José Agripino. No terceiro bloco, o Senador Rollemberg, Senador Eduardo Suplicy que inverteu a sua posição com a Senadora Ana Rita, e o Senador Alvaro Dias. E, no bloco seguinte, Senador Pedro Simon e Senador Ciro Nogueira.

Com a palavra o Dr. Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Humberto, antes de passar a responder as suas indagações, gostaria de inicialmente me desculpar com aqueles Senadores com quem eu não tive a oportunidade de me entrevistar pessoalmente com eles porque a agenda estava muito curta; enfim, o período de tempo para que eu pudesse fazer isso foi curto, e fiquei mais ou menos ao léu do acaso, com as pessoas que as agendas se cruzavam para me entrevistar. Então peço já antecipadamente desculpas àqueles que não pude com eles pessoalmente me entrevistar.

Obrigado pelas perguntas Senador Humberto Costa, que me permitirão aqui dizer um pouco do que entendo sobre essa vertente de disciplina e a vertente de atuação criminal do Ministério Público. Se o cargo de Procurador-Geral da República, como acentua V. Ex^a, é um cargo de muita responsabilidade, de muito poder, de concentração de poder, eu vejo o reflexo disso, o espelho disso: é um cargo de muita responsabilidade. O atuar do Procurador-Geral da República tem reflexos que vão além de um simples ato processual que ele possa praticar. Então, temos que ter muita tranquilidade e responsabilidade no atuar do cargo de Procurador-Geral da República.

O que vejo na atuação institucional? Vou tentar concentrar as perguntas, Senador, e, se não for bem explícito, o senhor, por gentileza, me alerte. Como vejo a nossa atuação na área de improbidade e na área penal? O Ministério Público, no que se refere a essas áreas, trabalha com três aspectos muito sensíveis do ser humano: liberdade, patrimônio e honra. Porque trabalhamos com esses aspectos que são muito sensíveis, temos que ter muito equilíbrio ao tratar com essas pessoas. Se eventualmente lidamos com o erro de alguém, a primeira preocupação que temos de ter é que a contrapartida àquele erro não seja maior do que a prevista na lei.

No ingresso no Ministério Público, uma das primeiras coisas que aprendemos, quando fazemos uma denúncia, é que, por lidarmos com alguém que está estressado, que está vivendo um drama pessoal, não adjective as suas denúncias, não ultrapasse àquele sujeito aquela linha a que ele já está submetido. É assim que vejo essa atuação.

Se o senhor fizer uma pesquisa, Senador, ao longo dos 29 anos da minha carreira – e hoje está muito fácil com o professor Google –, eu duvido que uma ou duas vezes o senhor vá encontrar um comunicado meu à imprensa sobre a minha atuação. A comunicação à imprensa se dá através de uma comunicação social profissional. Procurador e promotor, por outro lado, não vão dizer à imprensa o que eles vão fazer. Isso é um absurdo! Você não apregoa nem anuncia uma futura atuação sua. O que você faz é agir sem estrelato e participar ou comunicar ou prestar contas disso de uma maneira tranquila, através de uma comunicação social profissional.

Acho que, no que se refere à tramitação dos processos no gabinete do Procurador-Geral da República – daí aquela minha iniciativa *lato sensu* de criar um cartório –, é importante que as pessoas conheçam com antecedência qual é a tramitação do que se passa lá dentro. Não pode haver surpresa. Você não pode ter ali dentro um acervo sem que a pessoa tome conhe-

cimento do que há ali, eventualmente, envolvendo o seu nome. A pessoa tem o direito de saber quando começa, quando instrui e quando acaba. Há que ter começo, meio e fim com regras claras. E essa minha ideia do cartório está muito ligada a essa definição prévia de um regulamento que antecipe a todos a tramitação dos processos no gabinete do Procurador-Geral da República.

Vazamentos. Não passa pela minha cabeça que um membro do Ministério Público, uma instituição que recebe da Constituição, que recebeu deste Parlamento a função, a missão de defender o regime democrático e defender a ordem jurídica, que esse sujeito traga para si a possibilidade de ser uma fábrica de boatos. Ele não pode ser um fabricante de boatos. Esses assuntos têm que ser tratados com profissionalismo.

Outra coisa, Senador, é que acho que é direito da pessoa que está envolvida em qualquer questão em que o Ministério Público tem a atuar que ele tome conhecimento disso não pela imprensa, mas de maneira séria, de maneira tranquila e que ele saiba o que espera dele. Se é uma denúncia, ele tem que tomar conhecimento da denúncia diretamente. Se é uma ação de improbidade, ele tem que tomar conhecimento da ação de improbidade diretamente, não pela imprensa. A imprensa não é meio de intimação de denunciado, não é meio de intimação de réu ou do que quer que seja, que não seja a comunicação direta. É assim que vejo.

Regulamentação de investigações. Acho que, para garantia do Ministério Público, é necessário que haja regulamentação prévia, clara e objetiva que discipline, detalhadamente, como se darão as investigações por qualquer órgão delas encarregado. É uma garantia do cidadão. O cidadão tem que saber quem será a pessoa que o investiga e como ele será investigado. Então, sou inteiramente favorável, há um projeto de lei em tramitação aqui no Congresso que disciplina detalhadamente isso, fixa as responsabilidades administrativa, penal daquele encarregado da investigação, que, por acaso, ultrapassem aqueles limites desejáveis no exercício do seu mister.

A regulamentação desse regramento pode se dar, no meu entendimento, através de regulamento no âmbito do próprio Conselho Nacional do Ministério Público, mas um projeto de lei tem a vantagem de dar o recado de maior segurança jurídica. Então, entendo que pode haver a regulamentação no âmbito do Conselho Nacional, mas, sem dúvida, um projeto de lei seria o ideal para garantir segurança jurídica para quem investiga e para quem é investigado – regras claras.

Lembro, Senador, quando fiz esse estudo na Itália – não era na área penal, mas eu já era procurador –, eu fazia visitas periódicas à procuradoria ali e fui en-

tender como era o mecanismo deles de investigação. Ali era uma investigação compartilhada entre Ministério Público e polícia. Eu perguntava sempre aos policiais que trabalhavam junto com o colega de lá: mas você acha que não tem problema trabalhar de forma cooperada com o Ministério Público? Ele falou: “Não, nós demoramos, mas entendemos que temos que ter a segurança de um regramento prévio e a segurança de dividir responsabilidades nas decisões de algum procedimento mais invasivo no âmbito das investigações.”

A questão disciplinar, como eu já disse, o Senado deu uma excelente contribuição para unificação do processo disciplinar. No caso dos processos da AP 565 e AP 470, o que eu digo, Senador, é que o tratamento tem que ser isonômico. Nós estamos tratando ali com uma questão de forma profissional. Então, você tem que dar o mesmo tratamento. Na minha terra, que é a terra do Senador Aécio, dizem: “Pau que dá em Francisco, dá em Chico.” O tratamento tem que ser isonômico, tem que ser exatamente igual. Então, já antecipando ao Senador Aécio Neves, a gente não tem que ter prioridade porque o sujeito tem ou não tem cabelo, porque o sujeito é bonito ou é feio, porque o sujeito tem uma cor partidária ou outra, isso não passa no figurino do Ministério Público. O Ministério Público é encarregado de apurar fatos, de definir a autoria e comparar esses fatos com o arquétipo legal. Então, o que posso dizer é tratamento isonômico.

Não faço crítica a ninguém, mas não passa também, no meu cardápio, Senador, que um juiz, um membro do Ministério Público possa ter o processo da sua vida. Isso não existe. Isso é uma loucura! Entendo que um advogado possa ter o processo da vida dele – está aí o Dr. Tércio aqui presente –, porque, de repente, naquele processo o sujeito vai ganhar honorários polpudos, que vão garantir a sua estabilidade pelo resto da vida. Agora, promotor, procurador, juiz ter processo da vida não existe. O tratamento tem que ser absolutamente profissional.

A questão da perda do mandato. O Supremo evoluiu. Inicialmente entendeu que a perda do mandato era uma consequência, depois voltou atrás e disse que a perda do mandato, agora, está na Constituição, é atribuição do Congresso.

A questão que foi decidida ontem, esse pacote, se eu for escolhido por V. Ex^{as}, se eu for aprovado, esse pacote nós vamos ter que desembulhar. Então, eu vejo assim: assuntos jurídicos de relevância e para os quais não há nenhuma resposta agora. Nós vamos ter que compatibilizar a existência de um mandato com a perda dos direitos políticos, consequência lógica de uma sentença penal condenatória. Nós vamos ter que compatibilizar o Parlamentar e a restrição da liberdade

de ambulatoria dele com a ausência nas sessões do Congresso Nacional. São vários os problemas jurídicos que disso decorrem e esse pacote a gente vai ter que desembulhar.

Foro especial – já me encaminhando para o final –, eu acho que, como se diz lá na minha terra, uma faca de dois “legumes”. Há pontos positivos e pontos negativos, e a decisão é política. Hoje, está definido o foro. Agora, essa ideia do rito célere é excepcional. Ninguém merece estar com uma espada pendurada sobre seu pescoço, principalmente as pessoas que exercem um múnus público. Acho a ideia muito boa e está em boas mãos aqui no Congresso Nacional para que se dê celeridade a ela.

Agradeço as gentis palavras do Senador Eunício; já havia agradecido também as honrosas palavras do seu relatório. Quero dizer, Senador, que realmente toda a campanha que fiz dentro da formação dessa lista, na minha vida profissional dentro do Ministério Público, de 29 anos, eu sempre fui um sujeito de diálogo, como todos os mineiros são. A gente aprende isso de formação, a gente aprende isso tomando café na cozinha, com a mãe, com a tia, com os pais e com os tios. Eu acho que o grande trabalho que terei será realmente reconstruir essas pontes institucionais e refazer esse relacionamento institucional. E acho que nesse momento, para fazer esse trabalho, o Procurador-Geral será muito mais um engenheiro, um mestre de obras, um pedreiro, um servente, para construir essas pontes, do que um jurista. Este é o meu propósito: estabelecer através do diálogo essas reconstruções.

Senador Aécio, as razões que levaram o Ministro Sabóia a praticar o ato que praticou eu não sei. Isso quem sabe é ele. Cada um é juiz das suas próprias razões. O que eu posso dizer é que o asilo político é um ato político, é um ato de governo. O cidadão esteve lá na Embaixada brasileira durante meses. É visível que o asilo diplomático foi a ele concedido. O asilo diplomático é fruto de um direito consuetudinário latino-americano. Lembro-me do caso que gerou toda essa discussão, que foi Colômbia e Peru, em 1950, caso Haya de La Torre, em que se criou essa construção. O asilo diplomático pressupõe o salvo-conduto. Se você não tem o salvo-conduto, você não chega à consequência do asilo diplomático, que é o asilo territorial.

O asilo político concedido, a meu ver, falando em tese, porque se eventualmente eu for escolhido aqui e for aprovado meu nome como Procurador-Geral provavelmente essa discussão chegará ao Supremo com um pedido de extradição feito pelo Estado boliviano – tenho um impedimento legal de me pronunciar sobre a questão –, mas, em tese, teoricamente, eu entendo que a extradição não ultrapassa o asilo político. O

asilo político pressupõe uma perseguição política na origem, um fato... A regra do Direito Internacional que prevalece é a do *non-refoulement*: não se devolve à origem a pessoa naquele *status* que ele se encontra.

Não vejo a possibilidade de uma concessão de extradição enquanto perdurar o asilo. Mas o asilo também não é decisão permanente, é uma decisão de governo, é uma decisão política, e que pode ser revista.

E mais: também não se tocou – e agora a provocação quem faz sou eu – de que o Brasil é subscritor de dois tratados, duas convenções, nos quais se obriga a punir os crimes de corrupção. Se a imputação ao Senador, na origem, é crime de corrupção, eventualmente, pode ser o Senador boliviano levado às barras da Justiça brasileira. Então, falo em tese nessa situação do Direito Internacional que gerou esse caso.

Quanto à questão da igualdade, Senador, não vejo a diferença... Não decorre da lógica do nosso sistema “a todo trabalho igual corresponder um salário igual”. Isso acontece com os próprios brasileiros. Então, assim, o sujeito que vem lá das nossas alterosas e encontra aqui um sujeito um pouco mais preparado ou um sujeito que está aqui há mais tempo, que tem maior conhecimento no meio do trabalho que ele faz provavelmente não vai ganhar a mesma coisa que o sujeito que já está integrado, que já está inserido nesse mercado. Então, não decorre como uma consequência lógica isso aí.

O que eu vejo nessa questão dos médicos é que está precisando haver muito diálogo. Existem muitas circunstâncias, muita matéria sendo discutida, muita confusão nessa discussão que merece realmente um diálogo. A coisa está tão confusa que o próprio Revalida, que hoje está sendo passado que é... O que é o Revalida? É uma análise, um exame que deve ser feito ao médico para que ele prove a sua capacidade. E nós temos aqui pelo menos dois médicos que vi aqui no Senado. O Revalida, pelo Conselho Nacional de Educação, não tem nada a ver com isso. O Revalida é um exame de compatibilidade de currículos. O que se analisa é se a universidade de onde vier o profissional, o currículo, a grade curricular é compatível com a grande curricular da universidade brasileira. É isso. Essa questão ainda está muito conturbada, está faltando diálogo. Os atores têm que sentar e conversar. É assim que vejo a questão dos médicos.

A questão do julgamento, eu já respondi na anterior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Continuamos registrando presenças para nossa honra: da Dr^a Sandra Cureau, Vice-Procuradora-Geral Eleitoral; Dr. Danilo Pinheiro Dias, Secretário-Geral

Adjunto; Dr. Leonardo Henrique Carvalho, Conselheiro do CNMP.

Vamos fazer blocos de quatro, até para otimizar nossa reunião.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Rodrigo Janot, a quem quero expressar o meu respeito. Quando tomei posse como Procurador da República, V. Ex^a sentava na cadeira que o Dr. Alexandre Camanho senta hoje: era Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Eu entendo que uma sabatina não pode ser laudatário, e os Senadores têm que exercer sua atribuição constitucional, como tenho certeza de que V. Ex^a exerce dentro do Ministério Público Federal e continuará a exercer. Eu tenho convicção de que os dois requisitos constitucionais para a assunção ao cargo de Procurador-Geral da República V. Ex^a preenche, conforme previsto na lei fundamental.

Concordo com a parte da expressão do Senador Humberto Costa, que diz que o cargo a ser exercido por V. Ex^a, em sendo aprovado neste Colegiado e no plenário, é, sim, um dos mais importantes, se não o mais importante, nesse sistema. Porque se V. Ex^a entender que um Senador da República, que um Deputado Federal, que o Presidente da República não cometeu crime, V. Ex^a vai pedir o arquivamento, os 11 ministros do Supremo, juntos, não podem fazer mais nada. Só podem, os 11 Ministros, se tiverem tempo ainda, fazer concurso para Procurador da República, voltar, buscar ser Procurador-Geral da República. Isso é do nosso sistema e está na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Então, esse cargo é de relevo, daí a importância de atos como este.

Uma primeira reflexão. Eu já tenho dito aqui nas sabatinas dos indicados para o Supremo Tribunal Federal que o indicado, o sabatinado, não pode chegar e dizer que esse tema ele não pode responder sob pena de ser impedido, suspeito de julgar, em caso de juízes, como se encontra na Loman, na Lei Complementar nº 35/79, salvo engano art. 35 e, em se tratando de membros do Ministério Público Federal, na Lei Complementar nº 75 de 93. Porque o ato da sabatina, constitucionalmente expresso, dá aos Senadores da República o poder-dever de fazer indagações ao indicado aqui.

Passo, agora, às minhas indagações. Se a Constituição da República estabelece em vários momentos o asilo político como direito fundamental não dos brasileiros, mas um direito humano; se a Constituição da República estabelece no art. 4º que, nas relações internacionais, temos que buscar esses princípios; se

a República Federativa do Brasil é signatária da Convenção de Caracas, que estabelece a possibilidade de asilo, inclusive diplomático; se a Bolívia, ao que consta, não é signatária da Convenção de Caracas, mas existem costumes de Direito Internacional que regem a concessão de asilo político, como é possível um cidadão ter a sua dignidade, que não é a dignidade brasileira, é a dignidade da pessoa humana, independentemente de ser criminoso, corrupto naquele Estado, pode ter esse seu direito fundamental, esse direito humano violado? Gostaria, se V. Ex^a pudesse, que V. Ex^a fizesse uma reflexão a respeito disso.

A Constituição estabelece como dever fundamental respeitar as pessoas que são diferentes. V. Ex^a trouxe aqui que devemos olhar o outro com olhos dos outros. Não podemos ter preconceito contra cubano, contra chileno, contra quem quer que seja. Não podemos ser xenófobos. Nós vivemos em um Estado constitucional que é cooperativo, e V. Ex^a sabe disso? Como pode um cidadão estrangeiro ter direitos fundamentais subtraídos em razão de um tratado que a República Federativa do Brasil, um contrato, fez com uma organização internacional? Se tratados bilaterais, de acordo com o Supremo, têm natureza de lei ordinária, salvo direitos humanos, como V. Ex^a bem sabe, que seriam normas constitucionais ou supralegais, dependendo do caso, conforme decidiu o Supremo, como pode um tratado, uma avença, um contrato ser superior à Constituição da República?

V. Ex^a entende que é possível estabelecermos a prática de crimes imprescritíveis, além dos previstos na Constituição, art. 5º, inciso XLIII? É o caso do Estatuto de Roma, que traz o tribunal penal internacional, que diz que os crimes contra a humanidade são imprescritíveis e que foi recepcionado na República Federativa do Brasil. Recentemente, aprovamos um projeto de lei da lavra do Senador Vital do Rêgo, eu tive honra de ser relator, sobre desaparecimento forçado. Existe um julgado no Supremo Tribunal Federal da lavra de S. Ex^a o Ministro Pertence, que aqui se encontra, que diz que a Constituição ali não estabelece um teto, mas um piso. Seria possível outros crimes imprescritíveis na República Federativa do Brasil?

É possível estabelecermos prazos prescricionais para ação de indenização, em razão de ilícitos contra o patrimônio público, tendo em conta o art. 37, §5º da Constituição?

No entender de V. Ex^a, para configuração do crime de corrupção passiva, é necessário que o servidor público, sujeito ativo do delito, seja competente para a prática do ato administrativo?

No entender de V. Ex^a, seria possível ou seria necessário um avanço do Texto Constitucional brasi-

leiro para permitir uma melhor e maior abertura para facilitação de integralização de tratados internacionais, como ocorre na constituição da Argentina, do Paraguai, tendo em conta tratados sobre direitos humanos? Uma maior integralização dos tratados sobre direitos humanos, no entender do senhor, isso tendo em conta o que assumimos perante os organismos internacionais, notadamente latino-americanos?

Qual é o papel do Supremo Tribunal Federal – e V. Ex^a será um representante do Ministério Público ali – na restrição à atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito? Muitos julgados têm ultrapassado a chamada reserva da jurisdição. O Supremo Tribunal Federal, ao fazer isso, não está, não interpretando a Constituição, mas reinventando a Constituição?

Na opinião do senhor, seria possível o Supremo Tribunal Federal estabelecer um marco temporal para definir o que seria terra tradicionalmente ocupada pelos índios, nos termos do julgamento da Petição nº 3.388 Raposa Serra do Sol, Condicionante 11?

O que V. Ex^a entende da atuação useira e vezeira de alguns Parlamentares de incluírem contrabando legislativo em medida provisória?

Qual é a opinião de V. Ex^a sobre a legitimidade dos Ministérios Públicos estaduais para atuarem perante tribunais superiores?

E já estou me encaminhando para o final, Sr. Presidente.

V. Ex^a também será o gestor de uma grande e complexa organização, uma organização que depende fundamentalmente de pessoas. E pessoas que estão hoje em situação salarial quase desrespeitosa. A defasagem entre os servidores do Ministério Público da União e os demais servidores públicos da União cresceu de forma brutal de 2006 para cá. Os números são contundentes. Eu gostaria que V. Ex^a também falasse sobre isso, porque o senhor será o chefe administrativo dessas pessoas.

Tomando apenas os cargos do chamado ciclo de gestão do Executivo, descartando carreiras de remuneração como fiscais de tributos, policiais e procuradores, em 2006 esses servidores do Executivo ganhavam nove mil e quinhentos em fim de carreira, enquanto o quadro do MPU, dez mil. Em 2012, após vários processos de negociação, os do Executivo ganham 21 mil, em final de carreira, e os do MP 13 mil. Tem uma diferença, hoje, de 60%. Qual é a opinião do senhor sobre isso? O senhor será o chefe de dez mil servidores que nas atividades meio são importantes.

Só um minutinho, Sr. Presidente. (Pausa.)

O senhor fez referência, várias vezes, ao diálogo. E eu defendo uma democracia dialógica, essa democracia participativa. Esse diálogo é necessário e eu

quero dizer isso e concordar com os Senadores que me antecederam que o MP deva superar o “MPcentrismo”: achar que é mais importante, que não pode fazer essa conversa com os Parlamentares. O “MPcentrismo” deve ser superado, sim”.

Em determinados momentos, a Constituição estabelece regras às leis, e essas leis têm que ser aplicadas. Como compatibilizar o diálogo com a Constituição? Como compatibilizar a exposição de um investigado, a exposição de um denunciado com o direito fundamental do cidadão à publicidade do art. 37 e à Lei de Improbidade Administrativa, que estabelece em seu art. 10 a necessidade de o cidadão ter a informação de como compatibilizar isso?

Uma última indagação. Sou Relator do Código Penal, como V. Ex^a sabe, e, ali, um dos principais transgessos é o estabelecimento da quantidade de pena tendo em conta o bem jurídico com dignidade penal. Como compatibilizar isso no entender do senhor, se a Constituição estabelece como dever fundamental do Estado proteger o cidadão, mas essa proteção não pode ser insuficiente, mas também não pode ser em excesso? V. Ex^a poderia falar sobre isso?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Cássio Cunha Lima com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; Procuradores aqui presentes – Dr. Alexandre, Dr. Rodrigo –, a minha saudação a todas as autoridades indistintamente.

Eu acredito que essa é uma oportunidade muito rica para o aprimoramento daquilo que a nossa Constituição estabelece como um dos princípios básicos da relação entre Poderes, em que pese o Ministério Público não ser um Poder, mas tem força de Poder – mesmo com o exagero do Senador Humberto Costa em atribuir ao Procurador-Geral da República o cargo mais importante do País.

Há talvez aí um pouco de reflexo dessa relação que precisa ser mais bem discutida para que não se repitam episódios lamentáveis, como os vistos recentemente no Plenário do Senado e ontem no Plenário da Câmara Federal em que, pelo manto indecente do voto secreto, um Deputado condenado em sentença transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal não ter o seu mandato cassado. Depois nós outros queremos o respeito da opinião pública!

E não faz muito tempo que o Senado rejeitou duas indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público de homens – não os conheço pessoalmente – reconhecidamente probos, competentes, honestos,

decentes e íntegros, como uma vindita, como retaliação, como reflexo de um embate político que precisa ser colocado luz em torno dessa realidade.

Eu fico extremamente feliz com o depoimento, com a construção da linha de pensar que V. Ex^a trouxe nesse instante. É preciso respeitar como bem sagrado da nossa democracia a autonomia administrativa, a independência do Ministério Público. Venho, de longe, homenageando a expressão conhecida de Leonel Brizola, da Assembleia Nacional Constituinte, onde votei na configuração do atual Ministério Público que temos hoje, esta pilastra da nossa democracia. Tenho no meu saudoso pai, a origem no *parquet*, promotor de Justiça que foi, sequenciando como advogado e outras funções.

Enfim, é preciso que nós tenhamos maturidade suficiente para compreender que não é mais possível manter as relações como elas vão. Não é possível compreender que um Senado possa retaliar por vingança, por vindita, uma instituição que tem os seus equívocos, que tem as suas mazelas como qualquer instituição. Não vamos, aqui, santificar o Ministério Público, porque ele não é formado por santos, nem tampouco criminalizar de forma indistinta a política que não é formada só por bandidos. É isso que o Brasil precisa compreender e entender.

E aí vêm as minhas perguntas – serão duas apenas – sobre essa reação que, às vezes, o Ministério Público demonstra ter de preconceito contra o Congresso Nacional. E o preconceito, eu vou retratar de forma muito objetiva, para que não seja uma observação vaga, porque, cá para nós, política se faz em todas as instituições, em todos os ambientes. Não somos nós, apenas, os detentores de mandatos eletivos que fazemos política. É óbvio que, para que pudesse compor, em primeiro lugar, com votação histórica no MP, a lista tríplice, V. Ex^a fez política. É óbvio que é feito política. No Vaticano se faz política! Portanto, é preciso acabar com essa criminalização que se faz do ato de se fazer política.

E aí percebo, portanto, esse preconceito. Esse preconceito que é resultado, talvez, de um temor que, com os episódios recentes, termina ficando configurado, ou seja, termina se validando e se referendando o temor do Ministério Público de mandar mensagens para o Congresso Nacional, com o receio de elas serem, talvez, mutiladas.

Refiro-me ao preceito legal basilar do Direito Administrativo fixado na Constituição, de que a nenhuma autoridade é concedido o poder de criar cargos ou funções, a não ser por força de lei. E o Ministério Público Federal, talvez por esse preconceito resultante

de um receio, tem editado portarias que criam cargos e estabelecem funções.

Ainda na época do eminente Procurador Antônio Fernandes, a Portaria nº 286, de 2007, que alterou atribuições de cargos do quadro de pessoal do Ministério Público, e que através do Mandato de Segurança nº 26.740, do DF, em decisão unânime da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, anulou a Portaria.

A Portaria nº 653, de 30 de outubro de 2012, criou cinco órgãos regionais, Núcleos de Apoio Operacional, o que, a meu ver, fere, obviamente, os preceitos da Lei Complementar nº 75 e os preceitos da própria Constituição.

E agora uma outra portaria, a Portaria nº 519, criou e implantou a Ouvidoria do Ministério Público Federal, enquanto a referida Ouvidoria já havia sido entregue à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, como estabelece também a própria Lei Complementar nº 75.

Eu acho que nós chegamos a um ponto em que essa relação difícil, essa relação preconceituosa ou temerária entre Ministério Público e Congresso, precisa ser revista. Não é possível mais que o Ministério Público Federal continue criando cargos, criando funções por portaria. Se um prefeito de uma pequena cidade do Mato Grosso, da Paraíba, do Rio Grande do Norte ou de São Paulo criar um cargo ou uma função por um decreto, ele estará cometendo um ato de improbidade administrativa.

E faço uma pergunta objetiva a V. Exª – e recebi como alvíssaras a sugestão de V. Exª de criar uma Secretaria, mas não memorizei o título dela, desculpe-me o lapso, talvez Secretaria de Relações Institucionais ou algo que o valha. A pergunta é: a intenção de V. Exª é criar a Secretaria por portaria? Ou estaremos cumprindo a Constituição, remetendo a proposta ao Congresso Nacional, como deveria ter sido feito nas oportunidades anteriores?

A criação de qualquer cargo, de qualquer órgão, qualquer que seja o ente público, precisa ser precedida de lei. E não podemos flexibilizar esse princípio. Portanto, o primeiro questionamento, ao tempo em que elogio a iniciativa é se a intenção é usar a portaria e não o caminho da mensagem ao Congresso Nacional da lei autorizativa para tal criação.

O segundo e derradeiro questionamento diz respeito a algo que também se comenta em profusão no Brasil, muito mais em relação aos Ministérios Públicos Estaduais – ou ao Ministério Público Estadual, não sei se cabe aqui o plural – o sistema de escutas: guardiões, sombra, equipamentos de escuta. Há denúncias de que ninguém guarda o guardião, de que não há um controle efetivo nas investigações feitas, sobretudo nas escutas telefônicas.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – E já se comenta que não há um controle efetivo sobre as investigações feitas, sobretudo nas escutas telefônicas. E já se comenta em matéria publicada no *Consultor Jurídico* que mais de 16 mil linhas telefônicas estão grampeadas pelo Ministério Público do Brasil. Verdadeiras “abinzinhas” de xeretagem, de arapongagem podem estar sendo criadas num Estado paralelo. Quais são, portanto, as medidas que V. Exª pretende adotar no que diz respeito a propor ao Congresso Nacional regras claras que não inibam as investigações? Porque quero deixar claro aqui que desde o início me manifestei contra a PEC nº 37, que acho que o Ministério Público tem que investigar, mas tem que investigar com controle, porque não podemos cometer a ingenuidade de imaginar que promotores e procuradores não possam ter paixão política, não possam ter preferência partidária, não possam ter pressão de qualquer ordem da natureza humana e que, por melhor que seja a instituição, numa democracia célere ela tem que ter controle.

Quais são, portanto, as propostas que V. Exª poderia, na condição de Procurador-Geral da República, com as atribuições previstas na Constituição, numa contribuição de relacionamento, encaminhar a este Congresso Nacional para que possamos criar regras claras de investigação que devem ser preservadas e mantidas sob pena de estarmos nesse ambiente de desconfiança que prevalece no Brasil atual?

Desejo êxito ao trabalho que V. Exª iniciará em breve, confiante que estou de que seu nome digno e honrado será aprovado, não apenas nesta CCJ, mas também no plenário do Senado, com o meu apoio manifestado desde já, mas com a confiança de que equívocos cometidos no passado como os que eu mencionei agora possam ser reparados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Rodrigo Janot, eu li o currículo de V. Exª, um currículo rico. Dentro da instituição a que V. Exª pertence, acho que poucas pessoas passaram por tantos cargos ao longo da carreira como V. Exª.

Então, entendo que V. Exª está preparado para a indicação que a Presidente da República fez do seu nome, obedecendo a uma lista em que V. Exª foi o mais votado, o que é uma recomendação absolutamente procedente para que seu nome chegue a esta sabatina, sabatina que, em minha opinião, entre todos os cargos que V. Exª já ocupou, deve significar um dos momentos mais importantes da sua vida. E, nos mo-

mentos importantes, dos fatos que acontecem, daquilo que é abordado fica o registro. Eu tiro por mim: em momentos importantes da minha vida eu passei por provas das quais não vou me esquecer nunca. Como as indagações que vão ser feitas a V. Ex^a e as respostas que V. Ex^a vai poder dar.

Então, eu acho que é um momento importante para a gente trocar experiências com aqueles que vão lhe sabatinar – na melhor das intenções, por entenderem que V. Ex^a está habilitado para exercer uma função muito importante – para poder conhecer o pensamento dos Senadores, que são os representantes da Federação brasileira.

De tudo que V. Ex^a falou, eu guardo como foco principal o compromisso tomado ou a declaração dada de que pretende instituir na Procuradoria-Geral da República uma secretaria institucional, uma espécie de ouvidoria para que os excessos ou reclamos de dirigentes, de Parlamentares, de cidadãos possam ser ouvidos, considerados e objeto de encaminhamento racional. É isso que eu entendi.

Eu quero dar aqui um depoimento a V. Ex^a. Eu fui duas vezes Governador, de 1983 a 1986 e, depois, de 1991 a 1994. Eu tenho 33 anos de vida pública. Fui Prefeito de Natal, duas vezes Governador e este é meu quarto mandato de Senador. Eu tive... Na minha época de Governador, de 1983 a 1984, o Ministério Público existia já, mas não tinha, nem de longe, a proeminência que tem hoje.

Senador Blairo Maggi, por intuição, eu criei o meu ministério público para filtrar as eventuais iniciativas que não coincidissem com o interesse público. Como? Eu tinha uns cães de guarda, que eram os Procuradores-Gerais de Contas, odiados pelos Secretários, nos dois governos. Só que eles não eram absolutos. Os fatos chegavam a eles, e eles, cães de guarda, bulldogues que eram – em um governo e em outro eram pessoas diferentes –, levantavam o caso, vetavam a iniciativa quando era necessário, porque, quando não era, é claro que a tramitação era pacífica, e me traziam. Eu entregava o caso ao consultor-geral do Estado e ao chefe da Casa Civil para me ajudarem no encaminhamento da solução daquele impasse, que surgiu no campo da legalidade, de encaminhamento da coisa pública. Não havia publicidade nenhuma, mas a coisa era feita, do ponto de vista ético, com parcimônia e com equilíbrio, e as soluções sempre saíam, sem se divulgar o fato nem expor ao pelourinho da ética as pessoas, que podiam ser secretário de administração, de transportes, diretor-geral da companhia de águas; eram os mais diversos casos, que chegavam e que topavam com o procurador-geral de contas, que era odiado. Pediram-

-me muitas vezes que eu demitisse essas figuras, mas eu nunca as demiti.

Sabe o que aconteceu? Nesses 33 anos de vida pública, depois de ter sido Prefeito e Governador por duas vezes, eu não respondi a um único processo na minha vida pública, um único, porque eu tive esses filtros que eram o meu ministério público. Só que não havia divulgação, não havia execração pública de ninguém. Eu tomava as providências. Cheguei, eventualmente, a demitir algumas pessoas – poucas pessoas – porque não conseguia superar. Mas o que fato é que o filtro estabelecido funcionou.

Qual é a minha preocupação? V. Ex^a aqui coloca, de forma clara – e eu o aplaudo – a intenção de criar uma espécie de ouvidoria ou uma secretaria institucional para que os excessos sejam ouvidos.

Eu acho que talvez a coisa mais importante que V. Ex^a, se for aprovado – e creio que vai ser aprovado –, pode fazer é mandar um recado às suas bases. O Ministério Público é uma instituição que merece o respeito do povo brasileiro. Ele é o dono da denúncia. Ele existe para defender o interesse da sociedade e assim o faz; só que, às vezes, o faz de forma estridente, expondo pessoas. Pelo peso do Ministério Público, quando um órgão de imprensa noticia que fulano de tal ou beltrano está acusado disso ou daquilo, já está condenado, já partiu condenado. Depois, para repor o dano, é difícil.

Eu conheço depoimentos de prefeitos que dizem: “Nunca mais volto à prefeitura para governar com o Ministério Público tendo feito o que fez comigo”. Eu ouço isso. Eles podem tem razão ou não, mas ouço isso e é meu dever colocar para V. Ex^a o que estamos ouvindo.

Por que a PEC nº 37 foi tão questionada? A PEC nº 37 foi tão discutida e esteve a pique de ser aprovada por isto: por tanta denúncia, por tanta exposição de gente sem culpa. Há muita gente que tem culpa e merece ir para a cadeia, e o Ministério Público faz o seu papel com correção. Mas há alguns casos em que o excesso existe, e pessoas sem culpa são penalizadas. E aí entra a singular iniciativa de V. Ex^a de criar esse canal aberto, inédito, do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República para ouvir as pessoas, mas, acima de tudo, para mandar um recado para a base: “Olhe, não exagere, porque as pessoas têm acesso. E, se elas têm argumentos bons e têm a verdade do lado delas, elas podem provocar um efeito bumerangue, porque a denúncia mal-formulada, mal-conduzida, o sensacionalismo produzido pode gerar danos à reputação do Ministério Público local”.

Feito isso, eu queria endossar as manifestações e preocupações do Senador Pedro Taques, principalmente com relação ao viés que ele colocou à questão

do salvo-conduto e do asilo político do senador boliviano, e perguntar a V. Ex^a se poderia aqui circunstanciar como esta secretaria iria funcionar. Eu tenho certeza de que ela é possível desistir em funcionar sem nenhum custo adicional. V. Ex^a tem quadros da melhor qualidade, do melhor nível de equilíbrio dentro da Procuradoria-Geral e basta que ela seja criada, instituída e formulada com gente de bom nível para, com o apoio e com a força que o Procurador-Geral da República dê às funções dela, ela prestar um grande serviço. Qual seja: a longevidade da respeitabilidade do Ministério Público, porque, na medida em que menos excessos sejam cometidos, quem ganha é a instituição com a sua credibilidade mantida por inteiro, e os equívocos evitados. Como eu consegui evitar com o meu procurador de contas, com o meu consultor, com o meu chefe da Casa Civil e com o resultado de eu não ter processo nenhum.

Quem ganhou com isso? O espírito público; a sociedade; ganhei eu e ganhou a sociedade brasileira. Era a colocação que eu gostaria de fazer com a solicitação de que V. Ex^a pudesse circunstanciar bem, como pudesse, se é que pode, como funcionaria essa secretaria ou essa ouvidoria do Ministério Público Federal que, em minha opinião, significará o grande recado às bases no sentido do procedimento racional, não histriônico, onde o espírito público e o interesse público estejam acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como último orador deste bloco, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Presidente Vital do Rêgo. Eu cumprimento o Procurador Rodrigo Janot Monteiro de Barros; cumprimento o meu amigo Procurador Alexandre Camanho; Senador Eunício Oliveira, Relator desta matéria; colegas Senadores, Senadoras; cumprimento a Ministra Luciana Lóssio; o Ministro Pertence; os procuradores aqui que nos honram com as suas presenças.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Subprocurador-Geral da República Rodrigo Janot pela postura pública que vem demonstrando ao longo da sua carreira. É uma pessoa que tem um grande currículo, muito preparada, por onde passou exerceu com brilhantismo as suas responsabilidades, sempre atuando com muita seriedade e com muita discrição.

Chamaram-me a atenção para esse processo, entre a eleição do Ministério Público e a indicação da Presidenta da República, as suas declarações sempre em defesa de um diálogo entre as instituições.

Entendo que num processo em um regime democrático o diálogo é fundamental, sem que nenhuma

das instituições abra mão em um milímetro das suas atribuições, das suas responsabilidades, mas entendo que o ambiente de diálogo é bom para a democracia e é bom para o fortalecimento das instituições.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas numa linha um pouco diferente da linha da maioria dos questionamentos feitos até aqui.

Eu queria tratar um pouco da questão indígena. Nós temos no Congresso Nacional hoje muito bem representados os diversos segmentos da nossa sociedade. Os produtores rurais estão muito bem representados, legitimamente muito bem representados; o setor industrial; os trabalhadores assalariados; os trabalhadores sindicalizados, nós temos uma diversidade muito grande. No entanto, num país com as características do Brasil, cujos primeiros habitantes foram as populações indígenas encontradas aqui, essas populações não têm representação no Congresso Nacional e têm sofrido, ao longo da história, uma pressão muito grande, seja uma pressão econômica em função da expansão da fronteira agrícola brasileira, o que leva a conflitos em diversas regiões do País, seja em função do aumento populacional, seja em função da degradação das suas condições de vida pela falta efetivamente de terem terras suficientes para manterem a sua cultura, a sua diversidade cultural.

Nesse sentido, preocupa-me especialmente alguns projetos em tramitação no Congresso Nacional, que, no meu entendimento, buscam reduzir os direitos das populações indígenas e que certamente vão criar ainda maior dificuldade para que essas populações possam manter a sua cultura e possam viver com dignidade. E, nesse sentido, eu gostaria de saber qual é a posição do futuro Procurador-Geral – porque tenho convicção de que o Senado Federal aprovará a indicação da Presidente da República – sobre, em primeiro lugar, a PEC nº 215, de 2000, a Proposta de Emenda à Constituição que tramita no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, que determina que a última palavra sobre demarcação de terras indígenas é do Congresso Nacional. A gente sabe que, se efetivamente essa Proposta de Emenda à Constituição for aprovada, isso significará o fim de novas demarcações de terras indígenas no nosso País.

Outro projeto me preocupa e preocupa as populações indígenas. Trata-se de projeto já aprovado no Senado Federal que busca regulamentar ou autorizar a mineração em terras indígenas. Parece que isso também traria um impacto desastroso nas condições das populações indígenas brasileiras. Há uma preocupação muito grande por parte dessas populações com esse projeto, e eu gostaria também de saber a opinião do Procurador Rodrigo Janot a respeito desse tema.

E, por fim, o Governo Federal editou, recentemente, e sofreu uma imensa resistência das comunidades indígenas, a Portaria nº 303 da AGU. Eu me lembro que tive a honra de ter sido convidado para assistir à cerimônia do Quarup, na aldeia dos Iaualapitis, no Alto Xingu, um dos momentos mais emocionantes da minha vida, e, naquele momento, o Cacique Aritana apresentou um manifesto, representando as populações indígenas, contra a Portaria nº 303 e, sobretudo, contra o entendimento da Portaria nº 303, transpondo para as demais terras indígenas o entendimento de que o Supremo, alguns condicionantes que o Supremo entendeu para a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

O Governo, em função dessa pressão, recuou, suspendeu a vigência dessa portaria, mas há uma preocupação muito grande por parte das populações indígenas, que estão inclusive se organizando para fazer uma grande manifestação no Congresso Nacional, no mês de outubro, muito preocupadas com esses três temas a que acabei de me referir.

Nesse sentido, eu gostaria de saber também a opinião do futuro Procurador-Geral sobre a extensão dos condicionantes determinados pelo Supremo Tribunal Federal no que se refere à Raposa Serra do Sol para outras terras indígenas.

E, finalmente, eu gostaria também de perguntar como V. Ex^a entende, no âmbito da defesa dos direitos do consumidor, a pertinência das ações coletivas, já que – quero fazer até uma homenagem ao Ministro Herman Benjamin, que esteve presente até parte desta audiência, presidiu a Comissão de Juristas, responsável por propor anteprojetos regulamentando esse tema, além da regulamentação do comércio eletrônico e da proteção ao superendividamento – temos um projeto tramitando, nesse momento, no Senado Federal, buscando regulamentar as ações coletivas em relação aos direitos do consumidor.

Concluo, desejando muito sucesso a V. Ex^a, tendo a convicção de que V. Ex^a manterá a mesma postura de espírito público que demonstrou até aqui em sua carreira no exercício da Procuradoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de passar a palavra ao Dr. Janot, faço o registro das presenças honrosas do Dr. Antonio Luiz Teixeira Mendes, Suprocurador-Geral do Trabalho; da Dr^a Heloisa Moraes Rego Pires, também Subprocuradora-Geral do Trabalho e Ouvidora do Ministério Público do Trabalho; Dr. Ronaldo Curado Fleury, Subprocurador-Geral do Trabalho; Dr. Maurício Correia de Mello, Procurador Regional do Trabalho da 10^a Região; Dr. José Elares, Procurador Regional da República; Dr.

Juliano Baiocchi, Procurador Chefe da Procuradoria Regional da República da 1^a Região; Dr^a Lídia Cavalcante, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Com a palavra o Dr. Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Vou procurar agrupar as perguntas, para ser um pouco mais expedito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para deixar também, Dr. Janot, essa pergunta que o Senador Rodrigo lhe fez sobre as condicionantes do Supremo Tribunal Federal. Eu também faria essa pergunta. Só quero deixar já registrada, para que depois não tenha que repeti-la.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Até por economia procedimental e processual.

Obrigado, Senador Maggi.

Com a palavra o Dr. Janot.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Vamos retomar à questão do asilo.

O asilo diplomático foi reconhecido num julgamento em 1950, Colômbia *versus* Peru. A previsão do asilo político está na Convenção de Havana de 1928. Realmente, a Bolívia não é signatária da Convenção de Havana de 1928. Entretanto, na decisão de 1950, se reconheceu como um direito consuetudinário esse do asilo diplomático. Portanto, entendo que a concessão do salvo-conduto, apesar de a Bolívia não ser signatária da Convenção de Havana de 1928, decorre desse reconhecido direito consuetudinário, em que o estado boliviano, portanto, para permitir a consequência lógica do auxílio diplomático, que é o asilo territorial, deveria ter concedido, sim, salvo-conduto.

Não vejo, mais uma vez, em princípio, violação de direitos humanos na questão dos médicos. Como eu disse, a questão está muito conturbada, está muito discutida, há vários ingredientes nessa discussão. Existem vários procedimentos já instaurados no âmbito do Ministério Público Federal e no âmbito do Ministério Público do Trabalho para analisar isso.

Para eu não ser leviano, acho que temos que ter as circunstâncias que vierem, não as circunstâncias do calor do debate, mas essas apuradas no foro próprio, para que possamos ter uma ideia concreta do que é.

Os crimes imprescritíveis, como as convenções internacionais têm aplicação suprallegal, eu acho que sim, é possível sim, desde que haja a previsão nas convenções que têm aplicação, pela Constituição suprallegal.

Os prazos prescricionais, no caso de dano ao Erário, a própria Constituição diz que é imprescritível

o ressarcimento do dano. O que se permite é a prescrição no ato da improbidade em si, quando se reconhece a prescrição, mas não se reconhece a prescrição na indenização ou na recomposição do dano ao Erário, como previsto na Constituição.

No caso da corrupção passiva – eu havia feito uma anotação aqui –, a discussão é se há ou não necessidade do ato de ofício. A tendência do Supremo que restou demonstrada é a existência do ato de ofício, seja do ato próprio ou previsto nas funções do agente envolvido.

Qual o papel do Supremo na restrição da atuação das CPIs? Aí, nós temos lá aquela velha discussão do ativismo judicial, quando o Judiciário atua e quando deve ser deferente. Acho que naquilo em que existe um regramento próprio, o Judiciário tem de ser deferente; naquilo em que para que se possa implementar um direito não exista o regramento específico, aí se permite esse maior caminho do Judiciário nessas questões.

A questão do marco temporal da ocupação de terras indígenas, e que já vem agora com esses condicionamentos colocados pelo Supremo etc., temos ali uma previsão de que terras sejam imemorais e que sejam tradicionalmente ocupadas por índios. Os condicionamentos do Supremo postos, eu acho que decisão do Supremo não se discute – *Roma locuta, causa finita*. Então, enquanto não se reveja essa questão, os condicionamentos estão ali.

A questão dos contrabandos nas medidas provisórias, acho que o próprio Congresso sanou, já disciplinou, vedando essa inclusão na cauda de matérias estranhas à própria medida provisória.

Legitimidade do Ministério Público perante os tribunais superiores. Acho que temos de diferenciar “oficiar no” e “oficiar perante”. Para que o Ministério Público possa ter atuação direta perante os tribunais superiores, temos que mudar, no meu entendimento, a conformação do Estado federativo brasileiro. No dispositivo que se tem hoje, como conformado hoje, não vejo como possa o Ministério Público do Estado oficiar perante o STJ ou perante o Supremo Tribunal Federal. Dependeria dessa reformulação da Federação, desse desenho da Federação brasileira.

Defasagem remuneratória dos servidores. O que eu posso dizer, Senador Pedro Taques, é que o Ministério Público não se faz sozinho. Se nós somos hoje, no Ministério Público Federal, em exercício, 1.270, quase 1.300, se nós não tivermos um quadro técnico habilitado, nada fazemos. Então, realmente devemos valorizar as nossas carreiras. E o exemplo duro que vivemos no nosso dia a dia é a evasão. Quanto mais a carreira dos nossos servidores estiver defasada em relação às demais carreiras, a nossa dura e triste rea-

lidade será a evasão. Nós estaremos formando servidores ou para outros órgãos públicos ou para a própria iniciativa privada. Então, é necessário, sim, que haja um equilíbrio remuneratório.

O diálogo a que me refiro, Senador, não é que através dele o Ministério Público se propõe a fazer composições, acordos. Nada disso. O diálogo a que me proponho é para que possamos tirar as arestas na atuação institucional dos diversos órgãos e das diversas instituições. Então, é nesse sentido que eu ponho o diálogo.

Já adiantando a questão da secretaria, Senador Cássio, quando eu me refiro à secretaria, na verdade, é uma figura de linguagem. Eu não estou criando uma estrutura, não estou criando cargos, não estou criando um órgão. Quando eu me refiro à secretaria, estou aqui me referindo a afetar serviço aos meus próprios colegas, e aí, respondendo já à colocação do Senador José Agripino Maia sobre como eu faria isso, quero dizer que essa interlocução permanente será feita por colegas, colegas meus, membros do Ministério Público, e, para que aconteça, o Procurador-Geral estará, essa é a minha forma de administrar, inteiramente inteirado do que se passa através de uma conversa ou um relatório diário. Costumo trabalhar assim: no final do dia, vamos fechar as pontas. Sentamos, vemos o que se passou hoje, quais foram as dificuldades, quais não foram. É nesse sentido, e não de criar uma secretaria com órgãos, cargos, etc., mas afetar um serviço a colegas meus que trarei para trabalhar junto ao gabinete do Procurador-Geral da República.

Quanto ao Código Penal, a pergunta é difícil, Senador Pedro Taques. Quantitativo da pena e bem jurídico protegido. Acho que a velha lição do Direito Penal antigo, clássico é que possamos deixar um limite entre o mínimo e o máximo, e, para a fixação desse mínimo e máximo, fazendo a apreciação livre do juiz, com a atuação da defesa e da acusação, para que se possa então dar o apenamento necessário para aquele tipo. Então, quanto maior a distância, acho que maior a possibilidade de acerto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita. Esse ponto tocado pelo Dr. Rodrigo, da necessidade de que o Procurador-Geral da República tenha membros do Ministério Público auxiliando no gabinete. Existem procuradores-gerais de Justiça pelo Brasil que têm 30, 40 promotores que o auxiliam, e o Procurador-Geral da República desempenha funções em vários órgãos: no Supremo, no Tribunal Superior Eleitoral, no Conselho Nacional do Ministério Público.

Então, o Procurador-Geral da República precisa de procuradores da República e assessores. Esse

ponto é muito significativo na atuação do Procurador-Geral da República.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Cássio, essa questão das portarias, eu não conheço porque eu não fiz parte dessas administrações, então, não sei do que trata o assunto, portaria tal, portaria qual. Eu não me recordo. O que eu posso dizer é que, no que se refere à ouvidoria, ao que parece, houve um atendimento de decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, mas eu teria que apurar também, pois não sei o que se tem.

Quanto aos núcleos, esse cinco núcleos regionais, eu conheço porque essa matéria foi submetida ao nosso Conselho Superior, do qual sou integrante. Na verdade, não houve criação de órgão: houve afetação de serviços a determinados colegas, a determinadas unidades que já existiam, com criação de lei. É que a nossa lei complementar – eu posso aqui errar a indicação do artigo –, parece-me que no art. 16, quando trata da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, diz que “lei disciplinará e regradará a forma de atuação, os ofícios (...) etc., etc. Há um dispositivo, lá nas disposições finais e transitórias, que diz que, enquanto não vier essa lei – que não veio até hoje –, o Procurador-Geral da República regra. E aí o Procurador-Geral da República baixou essa portaria, criando a descentralizando esse serviço. Então, não houve criação de órgão: houve a descentralização de serviços, com base nessa portaria.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Permita-me só um esclarecimento?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Pois não.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – V. Ex^a se referiu a uma lei que ainda não veio.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Não veio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Qual é a lei?

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – É a lei que deve regulamentar o exercício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Está previsto no art. 16, se não me engano, da Lei Complementar nº 75.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – O.k.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – E, como essa lei não veio, como a lei de ofício nossa também não veio – até hoje nós não temos uma lei de ofício –, existe essa previsão nas disposições transitórias, ao final da nossa lei, que atribui ao

Procurador-Geral da República essa possibilidade. Então, vejo por aí.

Quanto ao sistema de escuta, Senador, esse negócio realmente é inadmissível. Eu custo a acreditar que isso exista. Uma instituição que foi vocacionada e recebeu da Constituição Federal a missão de tutelar o regime democrático e a ordem jurídica entregar-se à arapongagem, entregar-se a práticas dos subterrâneos escuros dos Estados autoritários! Isso é inadmissível! Inadmissível! Isso é intolerável! Mas eu dou o benefício da dúvida. Eu não acredito que o Ministério Público brasileiro se dedique a essas práticas. Agora, esses instrumentos de perquisição são instrumentos modernos e que têm neles próprios, sistemas que permitem uma auditoria. Então, não é que um sistema desses possa ser usado de maneira escusa, se o próprio sistema deixa ali o rastro da sua utilização. São sistemas auditáveis. Eu acho que é inadmissível. Eu custo a acreditar, e dou o benefício da dúvida que uma instituição vocacionada e que recebeu da Constituição a difícil e relevante tarefa de zelar pelo Estado democrático e proteger e tutelar a ordem jurídica se dedique a essas práticas de todo intoleráveis.

Quanto às regras de investigação, Senador, tramita já no Congresso Nacional um projeto de lei que está bem disciplinado, está bem detalhado e fixa a forma e as responsabilidades de quem investiga.

A questão do Senador José Agripino, quanto à Secretaria, eu já coloquei.

A questão do salvo-conduto já observei também.

No tocante à questão indígena, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador pela minha unidade de adoção por opção, os parâmetros do Supremo são *Roma locuta, causa finita*. Está ali. A gente não gosta, nem desgosta de decisão do Supremo. Eu me lembro dos meus velhos professores dizendo: “Decisão a gente cumpre. E ponto”.

Quanto às ações coletivas, eu acho que, realmente, essa foi uma grande criação, que permite a implantação de direitos da cidadania e que evita o congestionamento do Judiciário.

Então, essas ações coletivas são um instrumento poderoso na consecução e na implementação dos direitos da cidadania. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos para o terceiro bloco.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Acontece que S. Ex^a é o primeiro inscrito na audiência pública que estamos tendo no plenário do Senado com a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Então, vamos aguardar a reinscrição de S. Ex^a.

Os próximos serão os Senadores Alvaro Dias, Pedro Simon, Ciro Nogueira e Eduardo Braga.

Senador Alvaro Dias com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – Presidente, primeiramente devo destacar, sucintamente, que o Dr. Rodrigo atende aos pressupostos básicos para sua indicação: probidade, competência, biografia, etc. Mas, a par disso, há um fato que valoriza: o voto. E, nesta Casa, mais do que em qualquer outra, nós temos que valorizar o voto, e o Dr. Rodrigo foi o mais votado, o primeiro da lista. Portanto, a Presidência da República, quando indica nessas condições, tem o aval da oposição, tem o nosso integral apoio e aplauso, inclusive, pela indicação feliz.

Em homenagem aos servidores do Ministério Público, que apresentam um documento com as suas preocupações, eu registro apenas uma indagação, já que o Senador Pedro Taques antes o fez também. Nesse documento os servidores destacam que o Ministério Público vem sofrendo ataques provenientes de setores inconformados com a sua ação em defesa da Constituição e, principalmente no combate à corrupção, no enfrentamento à corrupção, sobretudo na Administração Pública. E faz referência a uma iniciativa para tolher e inviabilizar o Ministério Público, sobretudo buscando quebrar a autonomia da instituição. Faz referência a cortes no Orçamento nos anos de 2011 e 2012, numa tentativa de sucateamento dos recursos humanos por meio da promoção do arrocho salarial aqui já referido.

É a nossa homenagem a eles e, naturalmente, aguardando o posicionamento do futuro Procurador.

Indagações também rápidas. Quanto ao foro privilegiado, já houve uma indagação do Senador Humberto Lucena, digo Humberto Costa, mas não houve ainda a resposta – inspiração do além (*Risos*). O foro por prerrogativa da função constitui um privilégio realmente ou é importante para impedir a impunidade? A sociedade o tem como um privilégio, a maioria esmagadora da população o tem como um privilégio. Hoje há especialistas que entendem ser importante para impedir a impunidade. E, nesse contexto do foro, como vê V. Ex^a a usurpação de competência do Supremo e da Procuradoria Geral da República quando se investiga o detentor de prerrogativa de função nas instâncias inferiores sem autorização do Supremo? A pergunta é porque existem investigações nesse cenário.

Outra indagação: o Ministério Público é acusador e também fiscal das leis. Há circunstâncias em que se estabelece um conflito entre a lei que beneficia o acusado. Há um conflito entre respeitar a lei que beneficiou o acusado, a guarda da lei... Privilegiar a acusação ou a guarda da lei. Quer dizer, esse é um conflito certamente existente em algumas circunstâncias.

Por fim, a CPI do Cachoeira. O nosso Presidente Vital do Rêgo presidiu esta Comissão Parlamentar

de Inquérito com muita competência e dedicação. Em que pesem vozes contrárias, nós reputamos como um trabalho de profundidade que se realizou, não só o relatório oficial, sem questioná-lo, mas também o relatório paralelo. A oposição encaminhou ao Ministério Público um relatório paralelo com material de prova, mas, sobretudo, com indicativos que exigem ampla investigação. Aliás, exige-se um verdadeiro mutirão para investigar.

Nós nos assustamos com os indícios de que estávamos diante talvez de um dos maiores escândalos de corrupção da história do Brasil, a partir de uma relação de promiscuidade do Poder Público, da União, dos Estados e Municípios com empresas, a partir da matriz denominada Delta. A partir da empresa Delta, uma série de outras empresas numa relação de promiscuidade, envolvendo agentes públicos e privados. São valores extraordinariamente significativos desviados dos cofres públicos – e há clareza para nós; há clareza, ficou patente, visível, que houve desvio de dinheiro público em larga escala dos cofres da União e de alguns Estados e Municípios.

A nossa preocupação é exatamente em relação às dificuldades que deve possuir o Ministério Público diante da grandeza dessa investigação. Os quadros não são suficientes, mas eu creio ser absolutamente imprescindível uma investigação de profundidade por parte do Ministério Público. E eu indago de V. Ex^a se já há providências adotadas – nós estamos ainda aguardando notícias a respeito –, e se V. Ex^a já cogita adotar providências com o maior rigor possível diante da grandeza desse escândalo de corrupção de certa forma afogado numa cachoeira de interesses.

O resultado prático, objetivo, foi a cassação de um Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Omissão do Senado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – Exato.

O Senado, como ato mais objetivo, cassou um Senador. Esta Comissão não concluiu, de forma eficiente, mas há um trabalho paralelo eficiente. Foram vários relatórios, e a oposição, nós, o nosso Partido apresentou um relatório consistente, tecnicamente qualificado, que oferece indicativos para uma investigação de profundidade do Ministério Público.

Esse é um apelo, mais do que uma indagação, porque nós não sabemos as possibilidades de responder objetivamente a essa indagação. Mas, mais do que uma indagação, é um apelo para que o Ministério Público se debruce sobre esse material a fim de que possa oferecer respostas ao País, respostas que, como disse o Senador Pedro Simon, o Congresso Nacional

não conseguiu oferecer. Aliás, o Congresso Nacional vive momentos incríveis.

Por falar em momentos, eu gostaria também – não poderia me omitir em relação a isso – de destacar a importância do papel extraordinário desempenhado por dois grandes Procuradores da República, os dois últimos, Antonio Fernando e Dr. Roberto Gurgel, que, adotando uma postura de independência, que valorizou a instituição, nos proporcionaram momentos históricos de recuperação do conceito das instituições públicas do Brasil nesse julgamento memorável do mensalão, que ambos denominaram de um complexo, sofisticado e atrevido esquema de corrupção em nome de um projeto de poder de longo prazo. As nossas homenagens a essas duas figuras que honram o Ministério Público, e a certeza de que V. Ex^a vem na esteira dessa respeitabilidade e competência.

Em relação ao Congresso, já que o Senador Pedro Simon provoca, este Congresso vive momentos incríveis. Em determinado momento rejeita figuras como o Vladimir Aras e Wellington Saraiva, figuras da maior respeitabilidade do Ministério Público, competência, experiência comprovada e probidade inatacável. E absolve-se o Donadon, preso na Papuda. São as contradições do Congresso Nacional. Não faço indagação a V. Ex^a sobre como vê o Congresso Nacional diante dessa contradição para não colocá-lo numa situação de constrangimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita 30 segundos.

Nesse caso em que o Senador Alvaro fez referência, dos Procuradores Vladimir Aras e Wellington Saraiva, nós, hoje, da tribuna do Senado, leremos um manifesto chamado “A rejeição das rejeições”, que 30 Senadores já subscreveram, contra essas duas rejeições que envergonham o Senado da República, em razão da vingança, em razão da atuação do Procurador-Geral da República. Será lido esse manifesto agora à tarde.

No caso Cachoeira, é bom recordar o nome de dois Procuradores da República, Dr^a Léa Batista e Dr. Daniel Salgado, que desempenharam um trabalho republicano e, em razão disso, receberam também vinganças vindas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feitos os registros de V. Ex^a, nós nos somamos a eles.

Vou chamar todos os Senadores que estão inscritos para concluirmos o bloco e iniciarmos o processo de votação.

Tenho ainda a inscrição do Senador Pedro Simon, do Senador Ciro Nogueira, do Senador Eduardo Braga, do Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Blairo Maggi e do Senador Inácio Arruda.

Vamos chamar, pela ordem, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu quero trazer a minha saudação a V. Ex^a.

Quero dizer que, no caso de V. Ex^a, não apenas procurei buscar conhecimento de quem se tratava, mas são impressionantes as referências positivas de vários setores com relação à indicação de V. Ex^a, a toda a sua vida, a toda a sua biografia, que, aliás, V. Ex^a demonstrou aqui, numa manifestação que considero altamente positiva e altamente corajosa.

Eu vejo hoje, no Brasil, um debate muito intenso e muito correto com relação à preocupação com a defesa, uma preocupação necessária a se dar às garantias e com os exageros que às vezes são praticados com relação aos nossos julgamentos.

Eu não vi uma discussão maior com relação àquilo que, por onde você rodar, você reconhece que, no Brasil, é o problema maior que nós temos hoje: impunidade. Há uma generalidade, converse com quem conversar, analise com quem analisar, de que, no Brasil, a impunidade, o fato de as coisas nunca chegarem ao fim, é a primeira das causas, das dificuldades, dos problemas que nós vivemos.

Esse momento em que, pela primeira vez, o Supremo condenou um Deputado à cadeia e logo atrás a Câmara dos Deputados vem e rejeita a decisão mostra que realmente essa é a grande questão. E tenho muito respeito pela ação dos procuradores. Acho e tenho dito que o Ministério Público tem que fazer um curso interno, agir como está agindo, mas principalmente os jovens que entram no Ministério Público têm que entender que eles não estão atrás dos 15 minutos de fama para dar uma declaração na televisão e sair em manchete nacional e realmente desmoralizar a vida de uma pessoa. Mas, em compensação, eu reconheço a atuação do Ministério Público. E reconheço que, principalmente agora, nos últimos dez anos, desde o meu amigo Fontelles, um grande franciscano, com os dois sucessores e, agora, V. Ex^a, a Procuradoria tem de minha parte e da parte do povo brasileiro todo o respeito que ela merece.

Não vamos esquecer que, antes desses três procuradores, o anterior, que ficou oito anos, passou a ser conhecido como o “engavetador-geral”, porque não apresentou nenhuma denúncia e foi até uma época em que o Congresso trabalhou exageradamente bem – a CPI do Impeachment, a CPI dos Anões do Orçamento

–, foi uma época em que realmente o Congresso funcionou, e tudo terminou na gaveta do procurador. Tudo. Ele não queria mais diligência. Ele não condenava, ele não pedia absolvição; deixava na gaveta.

Hoje, os três procuradores a que me refiro merecem admiração e o respeito. E acho que, realmente, o caminho está certo.

Faço rapidamente a seguinte pergunta a V. Ex^a: qual é a compreensão de V. Ex^a sobre o princípio constitucional da independência funcional dos membros do Ministério Público? Isso significa absolutizar o desempenho funcional dos Procuradores da República?

O Ministério Público Federal tem se valido da feita do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) justamente para que, de pronto, controvérsias sejam definidas?

V. Ex^a sabe o número de TACs – Termos de Ajustamento de Condutas) já formalizados?

(Intervenção Fora do Microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Por que a sociedade brasileira não é informada pelo Ministério Público objetivamente e quem sabe semestralmente das ações que ajuizou por natureza e resultados das investigações que promoveu e de que resultaram as TACs firmadas e no que redundaram?

E, no tocante às ações penais, principalmente as que têm tramitação originária nos tribunais, inclusive o Superior Tribunal e o Supremo, o que pode fazer o Procurador-Geral para agilizar a sua definição?

Eu ia citar os nomes, mas não vou citar, mas são políticos muito conhecidos, de muito renome e de muito prestígio, que estão no Supremo há anos e anos e anos e anos, e não saem da gaveta do Supremo – Governador de Estado, reeleito Governador, Senador, os cargos mais importantes, e não acontece nada. Nem condenado nem absolvido, engavetado.

Quer dizer, o Procurador tem chance e condições de fazer alguma coisa nesse sentido ou as coisas continuarão dessa maneira?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI) – Dr. Janot, quero trazer a saudação em nome do nosso Líder, Senador Francisco Dornelles, parabenizar a nossa Presidente Dilma por respeitar a vontade da grande maioria dos procuradores que tiveram na sua pessoa aquela com maior capacidade de representá-los nesse cargo de Procurador-Geral da República.

Dr. Janot, um assunto que eu gostaria de saber o que o senhor pensa diz respeito à produção de provas.

Hoje temos uma interpretação do Supremo Federal – e eu até recorri ao meu consultor maior aqui nesta Casa, que é o Senador Pedro Taques –, porque o legislador não inseriu especificamente que a pessoa não pode produzir provas contra si. Vejo mais nisso uma proteção que o Supremo quis dar à questão de provas testemunhais, provas para evitar torturas, coação, e que acho que, pela história deste País, se procurava proteger não os culpados, mas sim os inocentes.

Eu queria saber o que o senhor pensa sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Presidente Vital do Rêgo; Sr. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho; prezado indicado para Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros, quero, primeiro, cumprimentá-lo. Acho muito importante que tenha o senhor sido escolhido entre todos os seus pares e que a Presidenta Dilma o tenha indicado para essa função tão significativa de Procurador-Geral.

Eu gostaria – se bem que alguns Senadores já colocaram – de abordar um dos temas que mais têm sido objeto de mensagens ao meu gabinete, ao longo desses anos, que são os oriundos de queixas de pessoas dos mais diversos rincões do País sobre a morosidade da Justiça. Um caso emblemático de lentidão foi o apresentado até pelo Conselheiro Joaquim Falcão sobre um senhor de 95 anos, que esperava por dez anos o julgamento do processo em primeiro grau. Eu agradecería, se puder, como futuro chefe do Ministério Público da União e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, que colocasse as suas proposições para que haja uma aceleração na tramitação dos processos.

Um tópico que também vem à luz e que foi objeto inclusive aqui de ponderações do Ministro Peluso é a proposição de diminuir as férias dos membros do Ministério Público. Isso também foi objeto de projetos de lei nesta Casa, que se reduzissem os dois períodos de férias para um período de 30 dias, levando ainda em conta a existência do recesso normal do Judiciário, de mais de dez dias, para as festas de final de ano. Isso seria considerado tanto para os magistrados como para os membros do Ministério Público, eventual redução de 60 dias para 30 dias. Como avalia? Considera que seria adequada a redução das férias para ambos os casos para 30 dias, igualando-as às demais categorias profissionais do País?

Gostaria de lhe informar que, ainda nesta semana, recebi em meu gabinete mensagem eletrônica com preocupação por parte do grupo Vítimas de Falsos

Condomínios, que encaminharam uma informação e uma indagação nos seguintes termos:

1 – O Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, ao se manifestar a respeito do Recurso Extraordinário nº 695.911 – RG/SP, ora em trâmite no Supremo Tribunal Federal, com relatoria distribuída ao Ministro Dias Toffoli, e que tem como recorrente a Srª Teresinha dos Santos, quanto ao mérito desse RE – Liberdade de Associação e Cobrança de Taxas de Manutenção e Conservação do Loteamento Fechado, ao invés de defender o princípio fundamental da livre associação, previsto no art. 5º da nossa Carta Política, respeitando as decisões pacificadas do STF e do STJ [...].

Diz que o senhor teria apresentado argumentação claramente a favor, segundo essa comunicação, do condomínio, considerado, segundo essa associação, como não adequado, como de falso testemunho, denominado Associação dos Proprietários da Porta do Sol, o que pode ser observado no texto do seu Parecer 8642, anexado aqui,

[...] contrariando, frontalmente, entendimento pacífico adotado pelo STF na ADI 1706/DF e no Recurso Extraordinário nº 432.106 – RJ, de interesse do Sr. Franklin Bertholdo Vieira, o qual teve como Relator o eminente Ministro Marco Aurélio de Mello, na Primeira Turma da nossa mais Alta Corte de Justiça em 20.09.11 [...].

2 – Recentemente, em agosto/2013, após ter sido enviada representação do Sr. Miguel Rocha (vizinho da D. Dilce, uma idosa de Maceió – Alagoas, que teve o AVC após ser ameaçada pelo falso síndico), pedindo a reconsideração deste parecer através da Drª Ela Wiecko, informando sobre a gravidade dos crimes que estão sendo praticados contra os cidadãos pelos falsos condomínios [...].

Diz que o senhor teria, segundo essa comunicação, se negado a reconsiderar a situação e a reclamação teria sido arquivada, conforme, relatou-me o que me escreveu esta comunicação, a Drª Ela Wiecko, na Procuradoria Geral da República ainda semana passada.

Ora, como a questão dos falsos condomínios em nosso País é muito delicada e prejudica um grande número de pessoas obrigadas a pagar taxas ao arrepio da lei e, por vezes, perdendo bens de raiz, eu agradeceria se V. Exª puder nos dizer qual é a sua opinião sobre o tema.

Gostaria ainda de perguntar a respeito do lançamento Brasil: Nunca Mais Digital, ocorrido em São Paulo,

um evento marcado por manifestações em defesa da revisão da Lei de Anistia, de 1979. Na ocasião, o titular da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Veiga Rios, defendeu a reabertura do debate no Supremo Tribunal. Ele disse: “O STF deve ter a coragem de enfrentar a Lei de Anistia com os olhos do presente.” Considera V. Exª que seria o caso de eleger uma nova interpretação da Lei de Anistia pelo STF como uma das prioridades do próximo chefe do Ministério Público?

Finalmente, agradeço se puder nos transmitir, à luz de tudo o que tem ocorrido no processo de reforma política eleitoral, quais são as suas principais recomendações a nós, Senadores. Estamos agora tendo o diálogo com a Ministra Cármen Lúcia sobre a reforma política eleitoral. Agradeço muito se puder nos dar a sua avaliação sobre, por exemplo, as recomendações do Movimento por Eleições Limpas, visando a proibir a doação, por parte de empresas, visando a limitar as contribuições de pessoas físicas para uma quantia módica como R\$700,00 e propostas tais como a exigência de transparência em tempo real de todas as contribuições de pessoas físicas – se permanecerem as jurídicas, elas têm que ser imediatamente colocadas no sítio eletrônico de cada candidato e partido. Como vê essa exigência? Quer dizer, é claro que hoje se exige a transparência, mas normalmente só se sabe depois das eleições. Mas uma proposta de minha autoria é para que se passe a saber em tempo real as contribuições para cada partido e cada candidato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy.

Eu quero registrar, com muita honra, a presença do meu queridíssimo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, de Paraibano, maranhense da cidade de Paraibano.

Marcus conduz a Ordem com tanto esmero, com tanta dedicação e com tanto brilhantismo. Presidente, seja muito bem-vindo!

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, obrigado!

Queria cumprimentar o Dr. Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, e o Subprocurador, Dr. Rodrigo Janot.

É do conhecimento de todos a admiração que tenho pelo Ministério Público, e a tenho pelo papel recente que o Ministério Público tem cumprido, consoante com as atribuições que a Constituição tem emprestado para ele. Quando da rejeição, por parte da Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda Constitucional nº 37, destaquei inclusive que aquela conquista, Dr. Camanho, não havia sido uma conquista dos Procu-

radadores da República, dos Promotores de Justiça, dos Procuradores de Justiça do Ministério Público, mas que havia sido uma conquista do povo brasileiro nas ruas. Foi uma devolução do povo brasileiro às ruas ao que a Constituição brasileira fez em 1988: em 1988, a Constituição Brasileira deu ao Ministério Público poderes para defender o povo; em 2013, o povo foi às ruas para defender as atribuições do Ministério Público.

Por isso, considero fundamental o momento de hoje, esta prerrogativa constitucional do Senado de sabatar o candidato à Procuradoria-Geral da República. Considero importante esse rito constitucional: a designação por parte da Presidente da República, a sabatina do Senado, a apreciação por parte dos Senadores, a posse do Procurador-Geral da República e as atribuições que ele vai exercer. Considero importante, e quero aqui registrar – todos sabem da minha posição política –, a decisão da Presidente da República de respeitar a lista tríplice e respeitar o mais votado da lista tríplice designada pelo voto dos Procuradores da República.

Diante disso, Dr. Rodrigo Janot, lhe pergunto o seguinte, em primeiro lugar: qual a opinião de V. S^a sobre o poder normativo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)? O CNMP, na opinião de V. Ex^a – perdão, vou dar o adequado pronome de tratamento –, pode editar resoluções que extrapolam as determinações legais ou deveria haver uma autocontenção do CNMP nesse aspecto? É o que lhe pergunto.

Dr. Rodrigo, uma das mais belas conquistas da sociedade brasileira foi sem dúvida uma conquista em que o cidadão que está aqui ao meu lado foi um protagonista: a Lei da Ficha Limpa. Aqui, o Senador Pedro Simon reiteradas vezes fala disso. Foi aprovado aqui pelo Parlamento. Foi consolidada aqui, ratificada, depois, pelo Supremo Tribunal Federal para valer daqui adiante, e daí avançamos. Tem uma proposta de emenda constitucional já aprovada aqui pelo Senado para estender os efeitos da Lei da Ficha Limpa para os demais Poderes da República. Tem uma resolução – o Senado saiu à frente, é bom que se diga – aprovada no Senado, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Pedro Taques, e eu tive a honra de subscrevê-la também, que estende a Lei da Ficha Limpa para a contratação de assessores dos Parlamentares. Pergunto a V. Ex^a a opinião sobre os efeitos dessa matéria, e pergunto diante de fatos recentes sobre o caso de um agente público da Casa Civil da Presidência da República que foi indiciado e que notadamente estava incurso em crimes e foi indiciado e está sob procura judicial neste momento.

Então, nesse sentido eu pergunto a V. Ex^a o que o Ministério Público poderia fazer de ações concretas para avançar, que mecanismos como esses que já são válidos para detentores de mandatos políticos podem

ser ampliados para o exercício de funções públicas, enquanto a proposta de emenda à Constituição que tramita no Congresso Nacional não é apreciada.

V. Ex^a muito bem sabe disso, Dr. Camanho muito bem sabe disso, tenho sido admirador do papel do Ministério Público e, como admirador, costumo adotar a máxima de “palavra convence, exemplo arrasta”. Nesse sentido, temos a Lei Complementar nº 75/93, que é a Lei Orgânica do Ministério Público. Existem críticas – e V. Ex^a ouviu mesmo algumas aqui que foram feitas nesta sabatina – a aspectos dessa lei orgânica. Eu pergunto se seria intenção de V. Ex^a e até da própria ANPR, estendo aqui e acho que seria de bom-tom – abro aspas – “alguns eventuais privilégios que existissem no âmbito da Lei Orgânica nº 75”, V. Ex^a apresentar, de iniciativa do próprio MPF, projeto para corrigir essas que eu diria, ou chamaria de distorções existentes?

E, complementarmente, Dr. Rodrigo Janot, a atuação de V. Ex^a é conhecida, o seu currículo já diz e todos que o conhecemos no Ministério Público reconhecemos a atuação de V. Ex^a, notadamente, pela defesa dos direitos humanos. Nós temos um debate em curso no Brasil hoje sobre a Lei da Anistia. Existe uma arguição de descumprimento de preceito fundamental movida pela OAB, que é a DPF 153, em que ainda não ficou concluso o julgamento em sede de embargos.

Existem claras argumentações de inconstitucionalidades sobre a atual Lei da Anistia, que é a Lei nº 6.683, de 1979. E existem também iniciativas legislativas de revisão da Lei da Anistia, como é o projeto de lei de minha autoria, aqui no Senado, PLS 237, de 2013.

Eu pergunto: uma eventual gestão de V. Ex^a pretende retomar esse debate em relação à Lei da Anistia, em relação à DPF proposta pela OAB? Existe alguma pretensão nesse debate, notadamente pela postura de V. Ex^a em defesa dos direitos humanos?

E pergunto ainda: eu participei de uma comissão parlamentar de inquérito – quando participo geralmente costumo dizer que tive a honra de participar – e tive a honra das companhias que tive nessa CPI, de estar com o Senador Vital do Rêgo, que presidiu essa comissão; eu e o Senador Vital do Rêgo tivemos a mesma posição nessa CPI. Lamentavelmente, não foi por força de minha vontade, nem por força da vontade do Senador Vital do Rêgo – faço aqui questão de testemunhar – o resultado dela. O resultado da CPI, lamentavelmente, foi deprimente. Mas essa CPI foi resultado de um belíssimo trabalho – costumo dizer isso – de dois heróicos Procuradores da República: Dr^a Léa Batista e Dr. Daniel. São dois heróicos Procuradores da República do Estado de Goiás, da conhecida CPI do Cachoeira.

Em que pesem as críticas à conclusão, por iniciativa inclusive do Presidente que está aí ao seu lado, todo

o conteúdo da investigação dessa CPI e todos os sigilos quebrados foram encaminhados à Procuradoria da República, ao Ministério Público Federal. Todos! Todos os sigilos.

Eu pergunto: seria de interesse de V.Ex^a montar, por exemplo – aqui é uma sugestão –, uma força-tarefa para dar encaminhamento a tudo o que foi apurado até pela CPI? Dar sequência? Porque me parece que há elementos para dar sequência às investigações dessa Comissão, que foram até apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito; e me parece que tudo o que foi apurado não se restringe ao que foi apurado inicialmente pela Polícia Federal e ao que foi apurado inicialmente pela Dr^a Léa e pelo Dr. Daniel.

Por fim, Sr. Presidente, para concluir. Eu espero, tenho certeza de que o voto é secreto e a prerrogativa aqui... Eu não quero fazer julgamento das nossas prerrogativas, nós temos de cumprir o que é prerrogativa nossa.

A prerrogativa desta Comissão de Constituição e Justiça é arguir, sabatar. A prerrogativa nossa enquanto Senadores, no exercício de mandato republicano, é arguir, sabatar e depois votar. Mas não é de bom-tom para um Congresso Nacional que hoje vive – não tem outra definição... Um Congresso Nacional... E é um Congresso Nacional. Nós somos um Congresso Nacional bicameral. Não dá para separar por completo o que acontece na outra Casa do que acontece com esta. Nós somos o Congresso Nacional.

Este é um Congresso Nacional que ontem manteve, dentro do seu quadro, um presidiário. Este é um Congresso Nacional... Foi na outra Casa, mas este é o Congresso Nacional. Lamentavelmente, este é um Congresso Nacional que alguns dias atrás rejeitou, pelo voto, dois dos mais eminentes juristas deste País, Vladimir Aras e Wellington Saraiva, para duas funções representativas da República.

Eu não vou... Obviamente, não seria de bom-tom antecipar, mas é importante que isso seja lembrado para nós. Eu quero concluir esta fala trazendo essa reflexão. Nós temos de estar atentos ao que vem do lado de fora, ao que é dito pelas ruas, pelo povo brasileiro. Ao gesto que a Câmara dos Deputados fez no dia de ontem e ao que lamentavelmente nós também, aqui no Senado, fizemos – eu digo nós porque sou membro do Senado da República e o que foi votado, o foi pelo Senado da República – na votação em relação a Vladimir Aras e a Wellington Saraiva.

Por fim, concluindo mesmo – Presidente, perdoe-me –, eu queria somente registrar – e é necessário fazer justiça – a atuação dos Procuradores-Gerais da República, notadamente a partir do Dr. Cláudio Fonteles, passando por todos os Procuradores-Gerais da República, inclusive a atuação do Dr. Gurgel, que

tem sido muito injustiçado na sua atuação, talvez em especial pela tarefa de fazer o que deve ser feito no exercício de sua função. Este registro me parece que é necessário ser feito. E é preciso ter a coragem de ser feito em registro da atuação do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Como últimos oradores inscritos e presentes, o Senador Blairo Maggi e o Senador Inácio Arruda.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Cumprimento nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo; o Sr. Alexandre Camanho, que é o Presidente da Associação; e o nosso sabatinado de hoje, Dr. Rodrigo Janot.

Antes da pergunta há só mais uma, porque já fiz uma no meio do caminho. Desejo ao senhor que tenha uma boa gestão que faça com que a democracia e a sociedade brasileira avancem cada mais.

Minha pergunta é simples. Trata-se de observação feita por V. S^a em entrevista à *Folha de S. Paulo* e as críticas quanto à falta de transparência do MP em relação aos benefícios, como auxílio moradia e auxílio alimentação.

O senhor disse, em reportagem à *Folha de S. Paulo*, que o Ministério Público tem critérios objetivos do pagamento desses benefícios e dos subsídios, e o que falta é a transparência ao MP na prestação de contas à sociedade do serviço que faz, porque tem um problema de comunicação social interna e externa.

Como o senhor pretende dar transparência a sua gestão em relação a esses quesitos?

O senhor acreditaria ser um demérito vir a uma das comissões do Senado prestar conta das ações da Procuradoria que o senhor vai comandar daqui para frente? Tenho certeza que será aprovado na sabatina e depois em Plenário também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento o nosso sabatinado, Dr. Janot, indicado, que cumpriu o mandamento que o Governo vem balizando à sua indicação, ou seja, indicar, conforme a lista, aquele que recebeu o maior respaldo entre os Procuradores da República. É muito positivo manter essa linha. Assim fez o Presidente Lula, está fazendo a Presidenta Dilma. Penso ser esse o caminho mais ajustado, mais correto para a indicação do cargo do Procurador-Geral da República. V. S^a, então, recebeu o

respaldo dos pares e a Presidenta, reconhecendo essa indicação, também manifestou apoio direto a V. S^a. Isso é muito positivo e é o caminho mais ajustado, repito.

Eu gostaria de tratar apenas de duas questões. A primeira é o problema da Corregedoria do Ministério Público. Eu examino que ainda temos um corporativismo exacerbado no comando da Corregedoria pela pressão natural, porque os Procuradores estão ali todos os dias, dialogando, discutindo com o colega ou a colega que vai ter a responsabilidade de atuar exatamente nos atos praticados pelos Procuradores. Não é tarefa fácil. Não é fácil, por ser uma responsabilidade aguda, porque o papel dos Procuradores no Brasil inteiro, e cada um tem a sua independência, e agem de livre-arbítrio, é o de tomar decisões em cada espaço do território brasileiro e, muitas vezes, podem cometer erros, e graves erros.

Nós temos situações em que procuradores resolvem dar coletiva sobre procedimentos que são considerados sigilosos. É algo absolutamente descabido, mas que ocorre. E quando chega à Corregedoria, a Corregedoria fica espremida. Então, como dá, de fato, dentro da corporação, mais independência à Corregedoria para que tenha liberdade de agir para não deixar que o Ministério Público seja motivo de ações na própria Justiça para tentar corrigir algo que poderia ser resolvido no âmbito da própria corporação a partir da sua Corregedoria.

A segunda pergunta é sobre o Conselho Nacional do Ministério Público. O Conselho não pode, não deve, em minha opinião, e não está nas suas atribuições sequer cuidar dos Procuradores. Trata-se de uma organização que inclui o sentimento da sociedade, através de presença de indicação do Congresso Nacional, do próprio Ministério Público para buscar também balizar o funcionamento do Ministério Público do nosso País. Sobre tudo, esses dois órgãos têm a responsabilidade de não deixar jamais que os Procuradores sejam induzidos por setores da sociedade a transformar a sua atividade numa espetacularização da ação do Procurador da República, que pode lhe render dividendos circunstanciais, mas pode causar grave prejuízo à sociedade.

Então, esse instrumento que eu tenho usado tanto, essa organização que eu tenho, às vezes, até abusado no uso, em todos os instantes, fiz muito isso durante o período das privatizações, me socorri do Ministério Público para defender interesses do País e locais, do meu Estado, e depois, em relação aos direitos humanos. Agora mesmo, tivemos uma ação no Estado do Ceará para garantir que 880 famílias não fossem despejadas por uma ação judicial que mandava chamar a polícia, a cavalaria, usar colete à prova de bala porque ia ser, digamos assim, um arraso o despejo; eu tive que me socorrer, ou tivemos, no Estado

do Ceará, de nos socorrer do Ministério Público e, sobretudo, da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público, aqui em Brasília, onde fizemos uma audiência e chegamos a um acordo entre o Ministério Público, as partes envolvidas e o Governo Federal e a Prefeitura do Município de Caucaia, lá no meu Estado.

Então, é uma instituição de cuja atuação a sociedade precisa muito, ela não pode jamais transformar a sua atuação numa espetacularização. Acho que esse é o balizamento que nós temos que ter, e V. Ex^a tem agora essa responsabilidade de, às vezes, até conter o ânimo de colegas para não transformar a sua atuação em motivo, às vezes, de prejulgamento de quem está agindo, muitas vezes, em desacordo com a regra da sociedade, mas que tem também o direito de defesa e não pode ser julgado instantaneamente por um indício alcançado pelo Ministério Público, transformando numa ação judicial que vai para a primeira página de um órgão noticioso no nosso País, e a pessoa já é, literalmente, condenada.

Então, gostaria que V. Ex^a pudesse também exprimir opinião a respeito dessa realidade a que assistimos no nosso País e que diz respeito à atuação principalmente da Corregedoria e ao papel destacado que tem o Conselho Nacional do Ministério Público também ao balizar essa questão.

Agradeço, e parabéns a V. Ex^a pela indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Queria cumprimentar este Colegiado. Nós temos inscritos e usaram da palavra, no tempo regimental, 19 Sr^{as} e Srs. Senadores.

Queria concluir e, das minhas indagações, muitas, Dr. Janot, já foram feitas, mas uma não foi aqui feita a V. Ex^a, a respeito da sua posição sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15 – estamos na fase final da sua instrução –, conhecida como a PEC dos recursos, que tem como primeiro subscritor o nosso querido Senador Ricardo Ferraço. O objetivo dessa proposição é extinguir os recursos extraordinários e o recurso especial, provendo, em substituição, as ações rescisórias de caráter extraordinário e especial.

Eu queria a opinião de V. Ex^a a respeito dessa proposta, se V. Ex^a tem estudado a manifestação e como ela poderia, no entender de V. Ex^a, desafogar as ações no Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

É um questionamento. As outras questões já foram motivo de apreciação pelos nossos Parlamentares.

Encerrado o processo de debates, vamos à palavra final do Dr. Janot.

Eu queria antes registrar a presença da Associação Mineira do Ministério Público, o seu Presidente Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador de Justiça.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu não tinha observado, mas está aqui presente, já foi citado pela Mesa, mas registro que em todo esse movimento da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, nós tivemos a paciência, a tranquilidade de Aurélio Rios, que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já foi citado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Já foi registrado, mas como eu não tinha ... Ainda bem que estava falando bem, o rapaz estava ali, quem sabe o que poderia acontecer, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade, é verdade.

Dr. Janot, com a palavra.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Sr. Presidente, quero agradecer essas indagações finais dos Srs. Senadores.

A questão da autonomia financeira e orçamentária do Ministério público é uma atribuição constitucional e temos que zelar por isso. Essa é uma das razões, é uma das formas como conseguimos manter a autonomia do Ministério Público.

Quanto à questão do foro privilegiado, Senador Alvaro Dias, eu já tinha me referido anteriormente. Depende da perspectiva. Como eu brinquei, é uma faca de dois legumes, há pontos positivos e pontos negativos.

Hoje, o que vejo, o exemplo foi recente, é que a prerrogativa do foro suprime o duplo grau de jurisdição. Temos que pensar muito detidamente se isso é bom ou se é ruim. Agora, a prerrogativa de função existe, é constitucionalmente prevista, acho que há pontos positivos e pontos negativos a orientar essa questão.

A investigação desrespeitosa a que V. Ex^a se referiu, o que ela demanda é realmente esse projeto de lei que está em tramitação aqui no Congresso Nacional. Vamos regrar de forma clara, prévia, objetiva, o modelo de investigação que se pretende para o Brasil, e aí vamos evoluir com isso aí.

Quanto à dúplice atuação de acusador e fiscal da lei, internamente não vemos esse relacionamento como esquizofrênico, porque, a partir do momento em que um acusa, outro membro atua como fiscal da lei. Então, vejo isso muito mais como sistema de freio e contrapeso do que como uma relação de esquizofrenia institucional. Não vejo problema nisso não.

A CPI, o trabalho que foi feito pelo Congresso, infelizmente eu não conheço, não tive acesso, não tenho acesso a ele. E se, por acaso, esta Alta Casa Legislativa aprovar a indicação do meu nome, aí, sim, vou me debruçar sobre o que ali existe, mas já dizendo que não há *parti pris*, que a atuação do Ministério Público não é espetacular e não tem direcionamento

para esse ou aquele. É o trabalho profissional em cima daquilo que tem que ser feito.

Senador Pedro Simon, eu vou aproveitar a questão suscitada, da impunidade, e vou trazer para ela também as questões de morosidade da Justiça, da própria PEC dos recursos, que foi citada.

Eu acho que essa é uma questão complexa. Não podemos dizer que a impunidade, a morosidade da Justiça seja culpada por esse ou por aquele. Temos que mudar o sistema como um todo, o sistema judiciário, o sistema de recursos, o sistema de normas processuais. Eu acho que é por aí que passa.

E a PEC dos recursos, a PEC nº 15, eu a vejo com muito bons olhos. Eu tenho atuação no Supremo desde 2005. Então, é comum, hoje, recebermos um processo em que vêm embargos de declaração no agravo regimental, no agravo de instrumento. É uma sucessão de recursos que não acaba nunca.

Então, eu acho que uma das maneiras de atalhar a impunidade, de atalhar a morosidade da Justiça passa também por um reexame do sistema de recursos.

V. Ex^a, Senador Pedro Simon, se referiu a um curso interno para que possamos, de certa forma, treinar os colegas que estão chegando. E eu fico muito a cavaleiro, muito à vontade para dizer isso, porque foi por proposta minha, no nosso conselho superior, enquanto eu era diretor da nossa escola, que é a Escola Superior do Ministério Público da União, que foi instituído realmente um curso de ingresso e vitaliciamento.

Então, para os colegas que entram hoje, a proposta era para um curso até maior. Hoje, gira em torno de 70 dias, e os colegas aprendem que essa instituição não nasceu ontem e não nasce com eles. Nós temos aí um histórico de trabalho, nós temos ali uma história de construção, que é repassada a eles. E é repassada também a forma de atuação.

Então, esse tipo de treinamento nós fazemos hoje e eu acho que se, hoje, não temos já o resultado prático disso, teremos, e muito em breve. Os colegas estão sendo treinados e estão entendendo o Ministério Público no seu contexto.

A independência funcional eu vejo, como eu disse lá, citando o Djavan: nós não podemos ser ilhas separadas por milhas. A independência funcional se coloca de maneira a garantir a atuação daquele colega ali. É a atuação dele, de forma que ele possa atuar de forma autônoma. Agora, a independência funcional tem que ser conjugada com o princípio da unidade. Não é que cada um possa fazer aquilo que bem entenda, é uma garantia para a sua atuação, independentemente de influência, mas isso tem de ser inserido num contexto de atuação profissional do Ministério Público.

O número de TACs que o Senhor pede, é o seguinte: em 2012, foram celebrados 326 TACs e, em 2013, até agora, 251 TACs. Eu vejo o TAC como um instrumento poderoso de agilidade do trabalho. Eu vejo, realmente, como um instrumento, se bem usado, de agilidade e rapidez. Se existem partes envolvidas em um conflito, se a gente não consegue chegar à solução desse conflito, nós vamos eleger um terceiro para solucionar o conflito, que é o Judiciário. Então, a gente perde a mão na condução dessa solução. Foi o exemplo que o Senador Inácio deu agora, que fica dentro da minha linha de diálogo, Senador Pedro Taques, pois o diálogo é isso. Através do diálogo, a PFDC conseguiu resolver um problema social grave, dispensando a intervenção de outro ator nesse processo, que era o Judiciário.

Quanto à prestação de contas à sociedade, Senador Pedro Simon, eu mesmo, na minha manifestação inicial, me proponho a fazer isso.

Senador Maggi, eu também não vejo nenhum demérito em o Procurador-Geral voltar a esta Casa para prestar contas da sua atuação ao final de cada ano do seu mandato, não vejo nenhum problema.

Senador Ciro, a produção de provas contra si mesmo tem de ser entendida de forma ampla. Ninguém é obrigado, realmente, a fazer prova contra si mesmo, tem de ser entendido de forma ampla. O que é preciso deixar muito firme é que não podemos mexer no princípio da presunção de inocência e não podemos transigir com a necessidade do Estado de fazer a prova da autoria e do fato típico, senão a gente descamba do Estado democrático de direito.

O Senador Eduardo Suplicy fala da morosidade da Justiça, é um problema que penso que coloquei, e há o problema dos privilégios, suscitado pelo Senador Randolfe, e das férias, suscitado pelo Senador Eduardo Suplicy.

Eu vejo isso como uma discussão de estatuto. Acho que o problema é rever o estatuto como um todo. Nós temos algum tipo de vantagens que várias categorias têm, não apenas o Ministério Público e a magistratura, mas militares, diplomatas, professores, médicos, cada um tem o seu estatuto. É assim que eu vejo. Nós temos de discutir essa questão em um contexto em que se analisem os diversos estatutos que regem as diversas profissões.

Essa eu vou pedir vênica para explicar um pouco mais, que foi a história dos condomínios falsos e a liberdade de associação. Esse processo chegou às minhas mãos, a minha manifestação é essa mesma. Era um recurso extraordinário, foi reconhecido a ele repercussão geral. Então, ele passou de um processo subjetivo para um processo objetivo. A discussão técnica que se fazia era sobre uma associação que funda um

condomínio, essas novas formas de ocupação do solo urbano, e as pessoas que moram nesses condomínios se recusam a pagar o custeio desse próprio condomínio, como o arruamento, a iluminação pública desse condomínio, despesas que devem ser solidárias entre aqueles que moram ali. Esse foi o sentido do parecer, que deixou de ser subjetivo, passando a ser objetivo. Agora, se existe falso, se existe ameaça, isso não é questão que se discuta no âmbito do processo do Supremo, que passa para a visão do processo objetivo.

A questão da Lei da Anistia, o Supremo decidiu e nós estamos onde é o foro próprio para se rediscutir o que se pretende com a Lei da Anistia, mas o Supremo decidiu.

Enfim, acho que respondi a todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a e vamos ao início do processo de votação.

Vou chamar todos os titulares e depois os suplentes do bloco.

Bloco de Apoio ao Governo.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

É o título que está aqui.

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu estou lendo como a Secretaria me informa.

Está documentado.

É o primeiro do bloco.

Parabéns, Pedro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Candidato a porta-voz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Valadares...

Pedro, está documentado aqui, para evitar qualquer insuspeição da minha parte, viu?

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Também é do Bloco. Eu estou lendo o Bloco de Apoio ao Governo, PDT... Para evitar qualquer dúvida: PDT, PSB, PT, PCdoB, PRB e PSOL.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com muito prazer estou lendo aqui os nossos...

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Vamos aos suplentes.

Quantos suplentes eu posso chamar? *(Pausa.)*

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Eu vou chamar todos...

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

O Senador Luiz Henrique está viajando.

Senador Eunício Oliveira, Relator. *(Pausa.)*

O Senador Francisco Dornelles está viajando.

Senador Petecão. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Romero Jucá.

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador José...

Senador Cássio...

Senador Alvaro Dias...

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio. *(Pausa.)* Está viajando.

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Peço à Secretaria para me informar a quantidade de Senadores.

Senador Antonio Carlos Rodrigues. Vamos lá.

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Requião. *(Pausa.)*

Requião estava por aqui. Posso chamar?

Senador Requião. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Fechamos o Bloco Parlamentar da Maioria.

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Flexa... Fechamos o bloco.

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

O Senador Blairo Maggi já votou.

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Encerrado o processo de votação. Deixaram de votar apenas três Senadores.

Eu peço ao Senador José Pimentel e Eunício Oliveira para procederem ao escrutínio. *(Pausa.)*

Por 22 votos SIM e apenas 2 votos NÃO 02, a escolha do Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros foi aprovada por esta Comissão. *(Palmas.)*

A matéria vai a Plenário, com a solicitação do Senador Pimentel, Senador Mozarildo e do Senador Eunício de regime de urgência em Plenário.

Em discussão o regime de urgência solicitado pelo Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns, Dr. Rodrigo!

Está encerrada a reunião. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e treze minutos, do dia quatro de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Sérgio Souza, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Armando Monteiro, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Paulo Davim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das

Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senadores Luiz Henrique e José Agripino. Registra a presença o Senador João Capiberibe. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 48ª Reunião Ordinária e da 49ª Reunião Extraordinária, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, de 2011. Não Terminativo. Dispõe sobre a criação da carreira de médico de Estado. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo e outros. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Paulo Davim. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009. Não Terminativo. Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM CONJUNTO O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010. Não Terminativo. Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário aos Projetos. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2007. Não Terminativo. Acrescenta inciso XX ao caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. (Prevê penalidade para estacionamento irregular, em vaga para pessoas portadoras de deficiência física). **Autoria:** Deputado Paulo Rocha. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2007. Não Terminativo. Acrescenta inciso III ao parágrafo único do art. 281 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que cuida do julgamento da consistência do auto de infração. **Autoria:** Deputado Pastor Frankem Bergen. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2007. Não Terminativo. Altera o caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que as saídas de emergência dos

ônibus e microônibus devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente. **Autoria:** Deputado Elismar Prado. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2007. Não Terminativo. Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar nova destinação de parcela das receitas arrecadadas com a cobrança de multas de trânsito aos municípios. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, de 2007. Não Terminativo. Dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Autoria:** Senador Wilson Matos. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2007. Não Terminativo. Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar aos municípios parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito em rodovias federais. **Autoria:** Senador César Borges. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2007. Não Terminativo. Altera o art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – para que sejam expedidas 02 (duas) vias do Certificado de Licenciamento Anual. **Autoria:** Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2007. Não Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2007. Não Terminativo. Altera o § 1º do Art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para redefinir as condições de aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir por acúmulo de pontos em infrações cometidas. **Autoria:** Senador César Borges. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2007. Não Terminativo. Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). **Autoria:** Senador Marconi Perillo. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2007. Não Terminativo. Altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos

sinistrados, com laudo de perda total e integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatória de registro. **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 550, de 2007. Não Terminativo. Inclui novo § 3º no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir que o candidato à habilitação na categoria A esteja habilitado há, no mínimo, um ano na categoria B ou superior e que não tenha cometido infração grave ou gravíssima, nem seja reincidente em infrações médias nos últimos doze meses. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, de 2007. Não Terminativo. Altera o art. 303 e acrescenta os arts. 302-A e 303-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para aumentar as penas dos crimes de condução de veículo automotor em estado de embriaguez e de participação em via pública de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 613, de 2007. Não Terminativo. Altera o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal, com vistas a aumentar as penas dos crimes que especifica e determinar que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2008. Não Terminativo. Altera o inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas. **Autoria:** Deputado Inocêncio Oliveira. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, de 2008. Não Terminativo. Altera o art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, sobre notificação de infração. **Autoria:** Deputado Luiz Bittencourt. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, de 2008. Não Terminativo. Acrescenta art. 81-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placa indicativa de pronto-socorro nas rodovias. **Autoria:** Deputado Lobbe Neto. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, de 2008. Não Terminativo. Altera a redação do inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (obriga os órgãos de trânsito estaduais a encaminhare

relatários semestrais das ocorrências de trânsito aos Municípios). **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2008. Não Terminativo. Altera o Código de Trânsito Brasileiro para fixar referências na avaliação, pelo juiz, do elemento subjetivo nas hipóteses de homicídio e lesão corporal praticados na direção de veículo automotor. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2008. Não Terminativo. Altera dispositivo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para exigir visibilidade dos equipamentos eletrônicos. medidores de velocidade instalados nas vias públicas e impedir a vinculação do produto da arrecadação de multas à remuneração contratual. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2008. Não Terminativo. Acrescenta-se §§ 6º e 7º ao artigo 147, da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório a realização de exame psicológico ao "infrator contumaz da legislação de trânsito". **Autoria:** Senador Romeu Tuma. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2008. Não Terminativo. Altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a substituição dos caracteres de identificação da placa do veículo quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente. **Autoria:** Senador César Borges. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2008. Não Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a terceirização na operação de aparelhos ou equipamentos empregados na fiscalização eletrônica de velocidades. **Autoria:** Senador Gerson Camata. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2009. Não Terminativo. Acrescenta inciso VIII ao caput do art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar competência às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal. **Autoria:** Deputado Lincoln Portela. **Relatoria:** Senador Aníbal Diniz. **Relatório:** Favorável aos Projetos de Lei da Câmara nº 99, de 2007; 74, 165 e 172, de 2008, na forma do substitutivo que apresenta, tomando por base o PLC nº 99, de 2007; e pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 103 e 128, de 2007; 198, de 2008 e 48, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nº 71, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 613, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008. Resultado: Aprovado o Parecer favorável aos

Projetos de Lei da Câmara nº 99, de 2007; 74, 165 e 172, de 2008, tomando por base o PLC nº 99, de 2007, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO), e contrário aos demais Projetos que tramitam em conjunto. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2005 – Complementar – Não Terminativo. Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário à emenda nº 1. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2007. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes (reduz o prazo para desocupação de imóvel no caso de descumprimento do mútuo acordo celebrado entre as partes). **Autoria:** Deputado Lobbe Neto. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2007. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com a finalidade de extinguir a fiança como modalidade de garantia locatícia. **Autoria:** Senador Paulo Duque. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2007. Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para obrigar o locador a comunicar, aos fiadores do inquilino, a inadimplência deste, bem como limitar, nos contratos de locação, o prazo da fiança, quando este não tenha sido expressamente ajustado. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2007. Não Terminativo. Acrescenta § 2º ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para proibir a cobrança anual de mais que doze prestações de aluguel, nos contratos de locação de imóveis urbanos. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2008. Não Terminativo. Altera a Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e procedimentos a elas pertinentes, para explicitar o exercício pelo locatário do seu direito à devolução antecipada do imóvel. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao PLC nº 63, de 2007, e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLSs nº 199, 284 e 289, de 2007; e 225, de 2008. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011. Não

Terminativo. Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, de 2012. Terminativo. Altera a redação dos art. 8º, 11, 16, 17-A, 26, 28, 36, 37, 38, 45, 47, 52, 57-A e 77, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda Substitutiva que apresenta, incorporando parcialmente a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Lopes. Em 03/09/2013, foram apresentadas as Emendas nº 2, de autoria do Senador Pedro Taques, e nº 3 e 4, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Em 04/09/2013, foram apresentadas as Emendas nº 5 a 8, de autoria do Senador Romero Jucá; 9 a 12, de autoria do Senador Humberto Costa; 13 a 26, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima; 27 a 32, de autoria do Senador Sérgio Souza; 33 e 34, de autoria do Senador Inácio Arruda e da Senadora Vanessa Grazziotin; 35, de autoria do Senador Romero Jucá; e 36, de autoria do Senador Humberto Costa. Durante a discussão, o Senador Romero Jucá retira a Emenda nº 6. Durante a discussão, o Relator, Senador Valdir Raupp, incorpora ao Substitutivo, integralmente, as Emendas nº 3, 4, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32, 35 e 36; parcialmente, as Emendas nº 8, 17, 20, 25 e 29; e rejeita as Emendas nº 2, 5, 12, 15, 16, 18, 27, 30, 33 e 34. Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 441, de 2012. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 2013. Terminativo. Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), vedando o financiamento de campanhas eleitorais por pessoa jurídica. **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Em 03/09/2013, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Taques. Em 04/09/2013, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Pedro Taques. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. EXTRA-PAUTA: ITEM 26) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44, de 2013. Requeiro, nos termos do Art. 93, II, do Regi-

mento Interno do Senado Federal, em aditamento ao RQJ nº 35, de 2013, a inclusão dos representantes listados abaixo, para participar da Audiência Pública que instruirá o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. **Autoria:** Senador Humberto Costa Resultado: Aprovado o Requerimento. ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 45, de 2013. Requeiro, com base no artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública nesta Comissão a fim de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 330, de 2013, do Senador Antonio Carlos Valadares, que Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências, cujos participantes deverão ser especialistas no tema e representantes de órgãos públicos e entidades que atuam na área de dados pessoais. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Resultado: Aprovado o Requerimento. ITEM 28) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 46, de 2013. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Aloísio Andrade, Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas e Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – MG, para participar da audiência pública, prevista para o próximo dia 10 de setembro, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de instruir o PLC nº 37, de 2013, que “Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. **Autoria:** Senador Wellington Dias. Resultado: Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e nove minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2013; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2011; ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº

55, de 2012; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2011; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2013; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2008; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2013; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, de 2012; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, de 2011; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, de 2012; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2011; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2011; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2006; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2009; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 727, de 2011; ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 48ª Reunião Ordinária e da 49ª Reunião Extraordinária.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas são aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 25.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª e a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça no sentido de que pudéssemos inverter a ordem dos trabalhos e colocar como item 1 da pauta o item 24, que trata da reforma eleitoral. E explico por

quê. Nós temos um prazo muito curto para aprovar essa proposta aqui, no Senado, e remetê-la à Câmara dos Deputados, a fim de que, se possível, a Câmara dos Deputados ainda possa aprová-la para valer para a próxima eleição, até o dia 4 de outubro.

Portanto, eu pediria não só que nós pudéssemos iniciar por essa matéria como também que pudéssemos, quebrando o interstício, votar o turno suplementar dessa matéria hoje também, pois ela é terminativa, para que pudéssemos contar o prazo de cinco dias e enviá-la à Câmara dos Deputados.

É esse o pleito que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Se não houver nenhum óbice à solicitação do Senador Romero Jucá, vamos começar pelo item 24.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu tenho um horário médico ao meio-dia e pouco. Como o item 25 se relaciona também à reforma político-eleitoral, eu agradeço se ele puder ser considerado em seguida, para que eu possa relatar o parecer, porque são itens conexos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo óbice, vamos incluir o item do Senador Suplicy como o segundo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que ouvisse o Plenário para a retirada da pauta do item 10 para uma melhor análise...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para reexame de V. Ex^a, na condição de relator...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na condição de relator, o Senador Benedito retira o item 10 para reexame.

Mais alguma alteração na pauta? Consulto os Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Informo a V. Ex^{as} que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebeu o Memorando nº 147, de 2013, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Presidente, Senador Blairo Maggi, que encaminha o parecer sobre

o Ofício S nº 20, de 2013. A matéria em questão versa sobre o recebimento de relatório de gestão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), enviado pela autarquia à presidência da referida Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O parecer conclui, no voto, pelo encaminhamento de sua respectiva cópia às Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, para a instrução de seus membros previamente à oitiva do Diretor-Geral da Aneel, nos termos do art. 96, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, registro que está disponível aos senhores membros desta Comissão o arquivo digital com o relatório em questão.

O Senador Luiz Henrique está em missão oficial e justifica a ausência.

O Senador José Agripino, também em missão oficial, justifica a ausência e pede a exclusão da pauta dos itens que tem S. Ex^a como relator.

Está autorizado tanto ao Senador José Agripino quanto ao Senador Luiz Henrique, que compõem missão oficial deste Senado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, com relação ao item 1, que é a PEC nº 31, da relatoria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar logo o...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só para concluir, eu conversei ontem com o Senador Aníbal e também com V. Ex^a sobre isso; tive uma reunião com a Presidente do TSE, Cármen Lúcia, que faz algumas ponderações; conversei também com o Calandra, que é o Presidente da AMB; falei com o Nino Toldo, que é Presidente da Ajufe. Nós precisamos de um pouquinho mais de tempo. Falei, há pouco, com o Senador Pedro Taques. Ainda não tive oportunidade de falar com o Senador Antonio Carlos Rodrigues, aqui na reunião.

Mas eu peço e faço uma ponderação ao Senador Aníbal para que ele, como Relator, pedisse a retirada desse item de pauta, para que, na próxima quarta-feira, em definitivo, nós pudéssemos, até lá, construir um texto de consenso que seja bom para a Justiça Eleitoral brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ouvir o Relator. Eu entendo a posição de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Pela ordem, depois, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixe-me ouvir o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Na realidade, nós recebemos, ontem à noite, duas emendas do Senador Antonio Carlos Rodrigues e agora tenho essa solicitação do Senador Sérgio Souza para adiamento da matéria por uma semana.

Eu vejo que nós temos possibilidade, sim, de adiar por uma semana e de que todas as proposições sejam apresentadas para que possamos, definitivamente, resolver sobre essa situação na próxima quarta-feira. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência retira o projeto e também determina à assessoria que todas as manifestações a respeito de emendas, assim como fizemos em outras ocasiões, possam vir ao gabinete do Sr. Relator, até a próxima terça-feira, para que, até a próxima sexta-feira, depois de amanhã, para que o Sr. Relator possa aprontar o seu parecer, em definitivo, na próxima sessão.

Ouçô o Senador e autor, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, expressando respeito ao Senador Sérgio, eu penso que esse assunto precisa, sim, ser debatido, mas nós já estamos há três quartas-feiras debatendo isso.

Vejo que esse projeto deve ser interessante não para a Justiça Eleitoral, com todo o respeito. Ele tem que ser importante para a sociedade brasileira, para o cidadão, para o jurisdicionado, aquele que receberá a prestação jurisdicional mais célere e uma prestação jurisdicional mais democrática.

Concordo inteiramente – o Senador Sérgio conversou comigo ali atrás. Por lealdade, eu quero dizer isso – que a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, queira trazer contribuições para este projeto, que ótimo. A democracia tem que ser dialógica, tem que ser participativa. Agora, nós precisamos votar o projeto. Quem não concordar vota “não concordo”, porque existem argumentos contrários e favoráveis que são justificados e com fundamentos.

O Senador Antonio Carlos, em São Paulo, trouxe uma alteração na emenda e eu concordo com essa alteração, porque o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que é o Distrito Federal e mais 13 Estados, dificultaria. Sobre a questão da corregedoria, é possível que nós possamos fazer essa conversa. Agora, nós precisamos votar, Sr. Presidente. Nós já estamos adiando isso já há três semanas, parece-me. O Rela-

tor fez um trabalho excelente. Eu quero cumprimentar o Senador Anibal. Agora, vamos ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Faremos isso na próxima quarta-feira, dentro do apoio que as emendas deverão de receber do Senador Anibal Diniz, no seu relatório. Eu entendo as posições do Senador Pedro Taques, Senador autor, e V. Ex^a também compreende as posições daqueles que propugnaram por esse prazo.

Senador Benedito de Lira, sua posição.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, na verdade, esta Casa é uma casa do diálogo, dos entendimentos, das relações entre os grandes interesses. É interessante, por exemplo, fazer algumas correções. Eu concordo plenamente com essa história, por exemplo, de que há um gargalo com relação à corregedoria. Tenho informações de que poderemos fazer um bom acerto para que possamos realmente nos desincumbir dessa missão. É interessante e necessário que se faça essa alteração na Constituição, para que os Tribunais Regionais Eleitorais possam ter alterada a sua composição. Por isso, é interessante, como V. Ex^a afirmou, que quem tiver interesse de propor, Senador Pedro Taques, alguma emenda que o faça até amanhã, para que o Relator, que fez um belo trabalho no primeiro momento, possa concluir com exatidão as mudanças que poderão ocorrer, para que a gente possa, realmente, na próxima semana, já que há três semanas consecutivas está havendo o adiamento, nós possamos apreciar esta matéria.

Aqui se ganha ou se perde pelo voto. Então, precisamos tocar essa matéria para que a gente possa limpar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sexta-feira, portanto, às 18 horas, último prazo de emendas para esse projeto.

Senador Cássio, com a palavra V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – O esclarecimento que eu ia pedir a V. Ex^a o sábio Pedro Taques já o fez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ótimo. Vamos reiniciar nossa pauta. Item 24, na forma da decisão colegiada, p. 555: ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, de 2012

- Terminativo -

Altera a redação dos art. 8º, 11, 16, 17-A, 26, 28, 36, 37, 38, 45, 47, 52, 57-A e 77, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá outras providências.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda Substitutiva que apresenta, incorporando parcialmente a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Lopes.

Observações:

- Em 21/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Lopes; a Emenda nº 2, de autoria do Senador Pedro Taques e as Emendas nºs 3 e 4 do Senador Antonio Carlos Valadares.

- Em 28/08/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, se for aprovado o substitutivo, ele será submetido em turno suplementar.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. Nós haveremos de ouvi-los, até porque eu tenho que dar ao Sr. Relator um prazo para análise, neste momento, hoje, às 10h20. O brilhante Senador Sérgio Souza, que apresentou oito emendas e o Senador Romero Jucá apresentou três emendas. Já vejo o Líder do PSDB também apresentando emendas.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Tenho emendas também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então nós vamos iniciar um processo de discussão e deixar o Senador Valdir Raupp com a missão de analisar as emendas ora apresentadas.

Peço aos Srs. Senadores que apresentem, rapidamente, as emendas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu apresentei, também, quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, vamos continuar apresentando. Peço apenas que os Senadores apresentem, encaminhem à Mesa. Nós estamos em um processo de discussão.

Senador Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algumas emendas do Senador Pedro Taques, do Senador Antonio Carlos Valadares, que acho que entraram esta semana, já estou pronto para dar o parecer. Agora, essas emendas que estão entrando agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O senhor vai ter um prazo, Sr. Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pelo menos uma meia hora para a gente trabalhar rápido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O senhor quer um prazo para análise dessas emendas. O prazo está dado, Sr. Relator Valdir Raupp.

Eu peço silêncio aos senhores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, na linha do apoio ao Relator e na linha da construção de um projeto que seja de toda a Casa e de toda a Comissão de Constituição e Justiça. Eu, como autor do projeto, mantive contato com diversos Senadores e Senadoras que apresentaram emendas e discutiram propostas, as quais não foram até agora incorporadas ao relatório do Senador Raupp, mas que são temas importantes que eu gostaria aqui de discorrer. Exatamente para que os companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras, pudessem tomar ciência da intenção dessas emendas e, individualmente, pudesse, de certa forma, ir já discutindo e colhendo a posição da maioria, mesmo antes do voto do Relator.

Isso porque, de acordo com o voto do relator, porque, de acordo como Senador Raupp, a ideia é que ele acolha as emendas que sejam fruto de um entendimento da maioria da Comissão. São emendas que procuram, de certa forma, corrigir, ou melhorar, ou dar transparência à questão da eleição e, portanto, eu gostaria aqui de comentar as emendas que chegaram até a minha posição nessa discussão, Sr. Presidente.

A Emenda nº 1, do Senador Eduardo Lopes, foi acatada no seu §4º...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jucá, permita-me interromper V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A palavra vai continuar com o Senador Jucá para que os Srs. Senadores que estão desejosos de apresentar as emendas ultimem a apresentação das emendas, para que o Senador Valdir Raupp possa ter um prazo mínimo pedido por S. Ex^a de 30 minutos no sentido de avaliar essas emendas.

Devolvo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, o Senador Eduardo Lopes apresentou a Emenda nº 1, dizendo que é proibido o uso de propaganda eleitoral em veículos, exceto adesivos microperfurados. Ou seja, além do adesivo de 40 por 50,

o Senador Eduardo Lopes pede que no vidro traseiro do carro possa efetivamente haver o adesivo micro-perfurado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Permita-me um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Nessa questão da emenda houve um erro na verdade de redação. A medida do adesivo é 15 por 40, que é o normalmente usado. Está 50 por 40.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, é 50 por 40 o adesivo normal.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O adesivo. Então, 15 por 40.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, 50 por 40, porque pode ser usado em porta também.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Ah, vai poder ser usado em porta. O.k., 50 por 40.

E aí o microperfurado no vidro traseiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – V. Ex^a pediu também o adesivo microperfurado no vidro de trás. O Senador Raupp deu o parecer favorável. Nós somos também favoráveis, portanto, e essa emenda seria incorporada parcialmente com o atendimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Jucá, concede-me um aparte, já que vamos discutir item por item?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu conversei com o Senador Eduardo Lopes na semana passada, ele disse que a intenção é que isso pode causar algum problema de visibilidade para quem está dentro do carro...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não causa não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Veja só, eu não entendo o porquê de nós limitarmos o tamanho da propaganda em automóvel, caminhão ou Kombi.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Porque nós estamos querendo diminuir o gasto, exatamente acabar o envelopamento de carro, toda aquela despesa. Nós tínhamos feito um adesivo máximo 40 por 50, que pode ser colocado na porta do carro ou em qualquer lugar. O Senador Eduardo Lopes ponderou que, já que estamos acabando com as placas, que os carros pudessem usar no vidro de trás o adesivo perfurado, que não é um adesivo gran-

de também. Então, no sentido de dar visibilidade às candidaturas, nós compreendemos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Srs. Senadores, por favor. Senador Romero Jucá, conclua a sua, porque vou abrir o processo de discussão, senão nós vamos ficar centralizando em torno do senhor a discussão, até porque o senhor é autor. Aí, conclua sua exposição. Depois, o Senador Humberto Costa vai falar, depois o Senador Cássio Cunha Lima vai falar por ordem de inscrição. Enquanto o Sr. Relator...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Muito bem, Sr. Presidente, não darei apartes, farei só comentários.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por favor, enquanto o Sr. Relator ficará com o prazo para avaliação das emendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A Emenda nº 2, do Senador Pedro Taques, pretende que, nas prestações de contas parciais, os partidos coloquem também os nomes dos doadores de campanha. Nós estamos encaminhando contrariamente, nós entendemos que os nomes dos doadores devem aparecer na prestação de contas final, mas aparecer na prestação de contas parcial, de certa forma, expõe os doadores, isso gera uma motivação de disputa, isso gera pressão em cima dos doadores, que vão dizer: “Você deu para fulano, vai ter que dar para mim.” Isso, de certa forma, tira a legitimidade do doador de escolher para quem ele quer dar. Inclusive, ele pode ser atacado pela imprensa exatamente por estar doando para alguém.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas este é o objetivo: a transparência é o objetivo da proposta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas a transparência será dada na prestação de contas inicial, mas...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não, em absoluto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, com base no art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Questão de ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Como Senador, eu quero debater isso, queria saber qual é a metodologia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A metodologia é que o Senador Romero Jucá está com a palavra por mais 4 minutos e 35 segundos, que é o tempo reservado regimentalmente

ao Senador Romero Jucá. Depois, todos os Senadores haverão de falar dentro do processo de discussão. Estou tomando o nome de S. Ex^a, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Emenda nº 3, do Senador Valadares, pretende disciplinar a utilização de decibéis de carro de som. É algo que realmente não está na legislação, de Estado para Estado varia. Então, ajuda a melhorar a regulamentação para evitar proibições de carro de som.

A Emenda nº 4, do Senadores Valadares também, é um dispositivo importante, porque diz o seguinte: se algum candidato de partido que está na coligação for penalizado com prestação de conta ou alguma coisa, os partidos coligados não têm responsabilidade naquela penalização, só o Partido do candidato que foi penalizado. Porque, em muitos Tribunais Regionais Eleitorais está-se penalizando a coligação como um todo, por um erro individual de uma prestação de contas ou de uma ação equivocada de um candidato. Isso vem ajudar a transparência. Então, o encaminhamento à Emenda nº 4 também é favorável.

A Emenda nº 5 é de minha autoria, mas ela atende ao Senador Aloysio Nunes, que não está presente. Nós proibimos placas, bonecos, cavaletes em vias públicas ou em locais privados, mas o Senador Aloysio Nunes pede que seja permitida a colocação de cartazes e mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras ao longo de vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito dos veículos. É um ponto para a distribuição de material. Nós entendemos que é favorável, que é salutar, portanto não vejo nenhum tipo de problema.

A Emenda nº 6, de minha autoria, eu pediria aqui a atenção dos Senadores e Senadoras, pretende dar visibilidade à campanha do suplente de Senador, do vice-governador, do vice-prefeito, do vice-presidente. Nós discutimos isso aqui, e a emenda diz que no mínimo 20% do tempo de televisão obrigatório devem ser utilizados pelo suplente ou vice-governador ou vice-prefeito, enfim, pelo candidato que estiver compondo a chapa. É um ponto também para discussão.

A Emenda nº 7, também de minha autoria, pretende criar limitação de 10% para as despesas com alimentação de pessoal, e limitação também para aluguel de veículos em 20% do arrecadado. Exatamente para não gerar uma demanda de ter que alugar muito carro e isso virar uma espécie de compra de voto, como também a distribuição de alimento virar uma espécie de compra de voto. Então, nós propusemos que 10% do arrecadado pelo comitê eleitoral sejam usados para

alimentação e 20% para despesa de aluguel de automóveis, ônibus, carros, enfim, tudo mais.

A Senadora Kátia Abreu, que não está presente, me pediu que apresentasse em seu nome uma emenda, Senador Humberto Costa, que prevê uma limitação para contratação de pessoal de rua. Hoje, candidatos, às vezes, contratam milhares de pessoas para comprar voto. Então, haveria uma limitação no quantitativo dessa mão de obra de rua, excetuando, não entrariam no quantitativo no dia da eleição, fiscais de urna, advogados e pessoas relacionadas ao serviço administrativo da campanha: secretária, motorista, auxiliar de serviços gerais para montar palanque, para montar iluminação e tudo mais. Então, é a Emenda nº 8, da Senadora Kátia Abreu, que eu subscrevi, porque ela não pôde estar presente.

Até agora foram essas as emendas que chegaram a mim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

Antes, esclareço aos senhores que as emendas substitutivas ao Substitutivo serão apreciadas, como essas do Senador Sérgio Souza, como as outras emendas que V. Ex^{as} estão colocando na mesa neste momento, no turno suplementar. É importante que entendam isso. Advirto os senhores: no turno suplementar.

Senador Humberto Costa, V. Ex^a tem a palavra por 10 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, realmente é impossível falar, porque não conseguimos ser ouvidos nem por nós mesmos.

Eu apresentei algumas emendas aqui, mas eu queria novamente tecer um comentário geral.

Naturalmente que todos aqui estamos de acordo que estamos fazendo apenas um pequeno ajuste na legislação que trata da eleição. Isso não é, nem de longe, uma proposta de reforma política. Ajustes que são necessários, especialmente no sentido de reduzir os custos de campanha, que é exatamente onde se quebra a isonomia, a equidade.

As propostas apresentadas pelo Senador Romero Jucá e relatadas pelo Senador Valdir Raupp, sem dúvida, levam a um processo de aperfeiçoamento, mas eu acho que há alguns pontos que precisam ser objeto de uma discussão. Primeiro, no que diz respeito a esse enorme avanço, que é proibir a fixação de cartazes, de cavaletes em bens particulares, acho que é uma coisa muito positiva, porque nós sabemos que já se criou uma indústria de venda de muros, de espaços para afixação de placas. Não é incomum a gente chegar, às vezes, a uma casa e está lá pintado o nome

de um fulano, você pede o voto, o cara diz: “Olha, vou votar no senhor, mas ele me pagou o muro, por isso está pintado.” Então, isso é uma coisa boa.

Porém, eu acho que isso não deveria se limitar aos bens privados. O que é que acontece? Existe um determinado tipo de material de propaganda que o candidato é obrigado a fazer porque o outro fez. Por exemplo, esses malditos cavaletes são extremamente caros, mais caros do que pagar *outdoor*, demandam uma logística extremamente complicada pegar os cavaletes de tarde, guardar num depósito, contratar um caminhão, contratar gente para tomar conta, dificultam a mobilidade das pessoas. Eu acho que isso tem que acabar definitivamente.

Se essa proposição do Senador Aloysio Nunes for aprovada, tem que ser bem regulamentada, porque não adianta trocar os cavaletes por pessoas segurando bandeiras ou botando cartaz. Tem que ser proibido colocar, afixar, dependurar o que for, cartaz, cavalete, em bem público. Isso já vai criar uma condição de igualdade enorme para todos os candidatos. Então, essa é a primeira questão que eu gostaria de salientar.

A outra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Em bem público, via pública, ou o que for. O que for público, não se colocar isso. A campanha, no meu ponto de vista, tem que ser feita no corpo a corpo, na televisão e no rádio. Essas outras ações são completamente geradoras de desigualdade.

A terceira questão que eu queria levantar, que eu vi que vai ser acatada em parte, mas eu gostaria de continuar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Meu Deus do Céu! Eu gostaria...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Não há condições aqui, Presidente. A gente tem aqui, a todo momento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/Majoria. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu gostaria de insistir na tese de contratação de pessoal. Eu apresentei uma emenda quanto ao que pode ser pago. Na verdade, são questões relativas à campanha – consultorias, realização de pesquisas, coisas assim – e o trabalho voluntário, com ressarcimento de despesas comprovadas, como alimentação e transporte. Essa questão de pagamento, de inscrição de carteira assinada, na verdade é um disfarce para compra de votos. Às vezes, um vereador

que precisa de mil votos para se eleger, ele contrata 1.500 pessoas. Isso é uma compra de votos disfarçada. Na véspera da eleição, a contratação de gente também é enorme.

Então, se minha proposta não for aprovada, que é de eliminar definitivamente isso, pelo menos que se estabeleça um critério para que possa haver a fiscalização, a comprovação, enfim.

Por último, Sr. Presidente, já que eu não vou conseguir ser ouvido por ninguém, eu queria colocar também que, nessa parte de não considerar campanha antecipada, nós levemos em consideração, pelo menos, a garantia de um certo grau de isonomia na cobertura pelos meios de comunicação. O que é que acontece? O cara que é pré-candidato de um partido desse tamanho não vai ter nenhuma possibilidade de ter cobertura da mídia. A mídia vai se restringir aos maiores partidos, aos candidatos que têm intenção de voto maior. E às vezes, até dentro do partido, quando vai haver prévia, quando vai haver ainda uma decisão interna, que haja um mínimo de isonomia de cobertura de meios de comunicação. Até porque já houve casos. Eu, inclusive, fui multado porque, dentro de uma prévia do PT, eu estava acompanhando um pré-candidato do PT a essa prévia. E aquilo foi lido como pré-campanha e foi coberto pela mídia.

Então, é preciso deixar essas coisas claras para que não haja uma quebra de isonomia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Majoria/PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra ao próximo orador. Peço à Secretaria para organizar as nossas laterais, para que fiquem nas laterais apenas a assessoria dos Srs. Senadores.

Por bondade, apenas a assessoria dos Srs. Senadores, para que a gente possa organizar melhor os nossos trabalhos.

Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu quero trazer uma contribuição para este debate, fruto de uma experiência já larga de disputa de eleições, majoritárias sobretudo. Talvez, de todos aqui, eu seja o que mais tenha disputado eleições majoritárias, porque foram três para prefeito de Campinha Grande, quatro turnos para governador da Paraíba, mais esta de Senador agora, além das que acompanhei, muito de perto, de meu pai, que também disputou várias eleições.

Eu tenho um princípio que eu gostaria de defender, comungando com o pensamento do Senador Romero, do Senador Humberto Costa, de barateamento, de redução de custos das eleições; mas desde que

isso não represente um ambiente de desigualdade na disputa entre os que já são conhecidos e aqueles que não são tão conhecidos. Não podemos criar um ambiente onde, por exemplo, a Presidenta Dilma Rousseff, amplamente conhecida por praticamente 100% da população brasileira, além de vantagens outras que ela já leva por estar no Governo – dentro da legalidade, claro –, possa ter uma vantagem ainda maior em relação a candidatos não tão conhecidos ainda, como o Senador Aécio, como eventualmente a candidatura do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ou da Senadora Marina, à guisa de exemplo. E tantos outros postulantes à Presidência da República.

Então, é preciso, sim, reduzir o custo das campanhas, concordo com essa lógica, mas quero que fique claro que nós não podemos aceitar, de pronto, nenhuma redução do tempo de televisão – isso já está superado, acredito. Quanto aos mecanismos de divulgação, de pintura de muros, acho que há acordo. Mas é preciso preservar instrumentos outros para que as pessoas possam levar sua mensagem não para as grandes metrópoles apenas. Eu fico a pensar no eleitor do Coxixola, lá no Cariri paraibano. Coxixola existe!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Eu tenho certeza.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – E, na entrada da cidade, a placa saúda os visitantes: “Venha antes que ela se acabe”. É uma cidade fantástica!

Então, é preciso olhar para esses recantos do Brasil para que nós possamos permitir o mínimo de igualdade de competição nos meios.

Feito esse preâmbulo, para que eu possa respeitar meu tempo, fruto dessa vivência de tantas eleições de que tenho participado, eu trago algumas sugestões a esta Comissão, para que nós possamos corrigir distorções realizadas no passado e até mesmo equívocos hipócritas que foram praticados.

Começo por uma emenda que está sendo encaminhada ao Relator, através do projeto, que acaba com a vedação de se fazerem imagens externas nas inserções comerciais.

Nós temos uma das melhores televisões do mundo. O padrão da publicidade brasileira é de altíssimo nível. E nós limitamos, sob o pretexto falso de barateamento, a qualidade desses comerciais. E é por isso que a audiência do guia eleitoral – como nós chamamos, na Paraíba, a propaganda eleitoral – fica cada vez menor.

Então, é muito mais barato para um administrador que quer mostrar uma avenida que fez ir à rua filmar aquela avenida e colocar no comercial do que montar um estúdio hollywoodiano para, dentro do estúdio, reproduzir a avenida que foi feita. E é assim que faz a

lei. A lei não é inteligente – perdoem-me a franqueza –, porque ela proíbe computação gráfica, proíbe trucagem, tudo o que é permitido no programa. E, nas inserções, você fica limitado a estúdio. O que acontece? Temos verdadeiros galpões industriais para fazer dos estúdios um estúdio de cinema, para reproduzir tudo aquilo de que se precisa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pois não, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só para, na direção de V. Ex^a, dizer o seguinte. E aqueles que usam trucagem ou que usam imagens externas – porque alguns usam, desobedecendo – geram um processo eleitoral que sobrecarrega o tribunal, que, muitas vezes, demora para julgar, e fica uma concorrência diferente: uns usando imagem externa e outro não usando imagem externa.

Portanto, acho que temos que democratizar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Exatamente.

Então, para concluir esse item, a minha proposta é que possamos usar nas inserções, por razões óbvias, os mesmos critérios que nós usamos no programa. Se é possível no programa, por que não é possível nas inserções?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Perfeita a definição: a parte não pode, não deve ser diferente do todo – com o auxílio de Pedro Taques.

Então, fica apresentada essa sugestão para que nós possamos corrigir, a meu ver, essa distorção.

Outra sugestão de mudança que, na prática, traz muitos transtornos de desigualdade na disputa. As inserções não são recebidas nas emissoras de televisão, os comerciais, nos sábados e domingos.

Então, muitas vezes, você é atacado na sexta-feira, numa reta final de campanha, não tem a rapidez da resposta porque a televisão se recusa a receber a inserção no sábado e domingo, e você só vai conseguir entregar na segunda-feira, para ser veiculada na terça-feira, e, durante quatro dias, você foi atacado sem ter margem de direito de resposta e de reação numa estratégia de campanha.

Portanto, a minha proposta é muito simples, obrigando as emissoras de televisão a receberem inclusive nos sábados e domingos, porque elas estão operando, elas estão funcionando, as inserções para dar essa agilidade nas respostas que precisam ser feitas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Também nos feriados e dias santos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pode ser colocado “sábado, domingo e feriado”. Eu acho que o texto é suficiente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Permite-me um aparte, Senador Cássio?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Claro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Que o plantão da Justiça Eleitoral seja extensivo às emissoras de televisão para receber esse tipo de situação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Perfeito. A redação não é o que me preocupa muito neste instante. Eu estou apenas trazendo a sugestão para a decisão política que tomaremos aqui para corrigir também esse aspecto.

Aqui é uma outra redação que fala dos comerciais, para avançar.

Aqui é um ponto polêmico sobre o qual eu gostaria também de contar com a reflexão de todos, que termina, no dia a dia de uma eleição, gerando desigualdade. A legislação atual estabelece um prazo de 72 horas para a concessão do direito de resposta por parte do juiz. Mas, muitas vezes, o juiz simplesmente engaveta e não cumpre o prazo de 72 horas – para uns, ele concede e, para outros, não. Isso gera também uma desigualdade tremenda na disputa, porque, se você não tem o seu direito de resposta respeitado nesse prazo, com quatro, cinco, seis dias, a denúncia já causou o dano eleitoral que ela pretendia, e, quando vem o direito de resposta, você tem que retomar um tema que já não está mais na agenda da campanha.

Eu não consegui encontrar nada melhor do que isto que eu estou propondo e peço que todos pensem sobre isso porque é algo importante mesmo. A minha sugestão: transcorrido o prazo de 72 horas sem que o juiz despache o direito de resposta, a Justiça Eleitoral faz a designação imediata de um juiz auxiliar para que o despacho seja feito. Eu não consegui encontrar nada melhor do que isso. Eu imaginei até punições, mas, se eu punir juiz, eu firo a Loman. Eu não tenho como invadir a competência da Loman. Então, pelo menos, que se crie a possibilidade de haver um juiz que substitua para a concessão do direito de resposta ou a sua negativa, naturalmente.

Aqui, um outro ponto que precisa ser mudado, no meu ponto de vista. Toda vez que um partido ou uma coligação perde um tempo na propaganda eleitoral, fica uma tarja: “Horário reservado ao partido tal.”

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Fica um buraco.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Fica um buraco. E o que acontece? A audiência vai para o chão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Penaliza quem vem depois do buraco.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Penaliza quem vem depois, penaliza quem está assistindo em casa. Porque nós não podemos esquecer nunca, minha gente, que hoje, além do padrão da televisão aberta do Brasil, nós temos os canais por assinatura. As pessoas migram. Então, se fica aquela tarja por um minuto, por dois minutos, acabou a audiência, as pessoas vão fazer o seu almoço, vão cuidar de outros afazeres, e quem termina sendo punido, de fato, como bem lembra o Senador Romero, é o programa subsequente, que nada tem a ver com a história.

Qual é a minha proposta? Para minimizar esse dano, que, em vez da utilização da tarja, a Justiça Eleitoral preencha esse espaço com orientações ao eleitor. A própria Justiça Eleitoral tem uma série de campanhas, de propagandas. Então, que, em vez da tarja, seja usado o espaço com orientação ao eleitor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Cássio, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Romero, não vamos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, é só porque eu quero fazer uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depõe contra o tempo dele.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... de ajuste na emenda dele. Só.

Eu acho o seguinte: nós podíamos ter essa orientação do tribunal, mas o tempo que fosse da janela perdida ficaria para o final do programa. Nós compactaríamos o programa um atrás do outro, o que interessa, e, no final do programa, naquele horário penalizado, entrariam informações da Justiça Eleitoral.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Perfeito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Como essa informação da Justiça Eleitoral é fria também e pode ser em dois ou três minutos, ela também termina derrubando o programa. Então, haveria a compactação dos horários legítimos e...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – E a punição se converte...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... e essa punição viria para o final do programa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – O.k.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria sugerir isso a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para concluir, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Está perfeito.

Presidente, eu vou tentar ser o mais rápido possível.

Outra sugestão de ordem muito programática. Nós passamos limitar os comícios até meia-noite. Eu estou propondo uma única exceção, para que os comícios possam varar a madrugada, como era no passado, e possamos pegar o sol com a mão: o comício de encerramento. No Nordeste e no Norte, ainda há comícios. No Sul e no Sudeste, talvez, não haja comício, mas, no Nordeste, há comícios e comícios grandes, com 10 mil, 15 mil pessoas.

O que acontece? No encerramento das campanhas, as emissoras realizam debates, os candidatos não podem faltar aos debates, e os debates terminam tarde, perto de meia-noite, ou seja, os candidatos ficam impedidos de fazer o comício de encerramento.

A proposta é que, excepcionalmente, no comício de encerramento, possamos ter um horário flexibilizado, para que as pessoas possam participar livremente dessa festa da democracia, uma verdadeira festa.

Para avançar, há uma outra distorção em que eu estou sugerindo mudança. Um exemplo: na propaganda proporcional, eu sou candidato a Deputado Federal no Mato Grosso, e Pedro Taques é candidato a governador, e eu, como candidato da coligação dele, não posso, no meu espaço, pela interpretação que a lei tem hoje, pedir votos para o meu candidato a governador e vice-versa. Então, estou propondo que o candidato a Deputado possa, no seu espaço, pedir voto para o seu candidato majoritário, seja governador, seja Presidente da República, porque não há sentido....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Há proibição.

Vejam só, não se trata de tomar conta. O que acontece hoje, na prática, é o seguinte: você coloca um cenário com o número do partido ou da coligação, você pode colocar legenda, mas a verbalização “eu voto em Aécio Neves para Presidente da República” não pode ser feita. Isso não tem sentido, não tem lógica. A proposta mantém os critérios de evitar a invasão de um espaço por outro. Portanto, fica a sugestão para a apreciação dos senhores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não seria permitida a presença do candidato, mas seria permitida a verbalização do apoio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – A fala, a verbalização “eu voto em Aécio para Presidente”. Isso está proibido hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não, hoje, é proibido. Pelo menos na Paraíba, a Justiça Eleitoral proíbe.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Hoje, varia de Estado para Estado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – O problema é esse.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Há Estado que permite, há Estado que não permite. Depende do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio, há outros oradores...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Hoje, há uma zona cinzenta nessa questão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Uma sugestão sobre as prévias e discussões de programa é sempre ter o cuidado de ter uma vedação explícita para proibir transmissão ao vivo de rádio e televisão, porque alguns que têm poderio econômico maior contratam emissoras de rádio e de televisão e fazem transmissão ao vivo. Os que não têm recursos passam a ter uma desigualdade.

Chegando ao final, uma sugestão em relação à conversão em multa do que hoje é crime. No dia da eleição, quem faz uma carreata – e, às vezes, essas carreatas se formam espontaneamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não, não pode fazer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Carreata se pode fazer.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – No dia, é proibido...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Qualquer manifestação no dia da eleição pode ser feita. O que não se pode fazer é distribuir material, mas fazer movimentação pode.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não, não. O que a lei diz...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Na véspera...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, não. Não pode, não.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – São vedados no dia da eleição o uso de

alto-falantes, de amplificadores de som, a promoção de carreata, bem como propaganda de boca de urna...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, boca de urna não pode, amplificador não pode...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – E carreata também não, no dia da eleição, não. O que estou querendo é bem simples. Porque o problema é como o juiz interpreta o que é uma carreata.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Significa que o Senador Jucá infringiu a lei na última eleição, hein? Fez carreata.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não, estou indo votar, Vitalzinho vai votar, lá em Campina Grande nós sabemos o calor que a campanha tem, então, ele vai votar. Quando começa a votar, as pessoas começam a segui-lo para acompanhá-lo e se forma espontaneamente uma carreata. No meu caso, a mesma coisa. O que acontece? Hoje é um crime, que pode gerar inelegibilidade. Estou sugerindo que se converta em multa, que se transforme em multa. Acho que essa criminalização da eleição tem sido extremamente rigorosa, porque não se controla. Certa feita, fui parado por um juiz, que disse: “Vá para casa.” E eu disse: vou para casa, depois que eu votar e vou para casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Você está querendo transformar em multa?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Em multa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu acho que não deveria nem ser multa. Eu acho que a livre manifestação, desde que não houvesse distribuição nem carro de som... Eu acho que ter dez, quinze, vinte carros seguindo não é nenhum tipo de manifestação. Eu tiraria, inclusive, a multa. Eu ressaltaria isso como um ato legítimo, desde que não haja distribuição de material.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio, para concluir a apresentação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Aqui é um pouco na linha do que o Senador Humberto Costa defendeu, uma restrição para contratação de pessoas para ostentar bandeiras e proibição de cavaletes. Acho que já existe um sentimento nesse sentido.

Com isso, Presidente, acredito que cheguei ao final das minhas sugestões.

Há mais duas ou três aqui que são mais de ajustes de redação. Eu peço apenas a esta Comissão, aos meus pares, que analisem por gentileza, o Relator e o

autor, essas proposições, porque são muito práticas, elas estão no dia a dia das eleições e poderão aprimorar bastante o nosso processo de disputa eleitoral.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda o Senador Eduardo Lopes, que pediu a palavra para discussão, o Senador Pedro Taques e o Senador Eduardo Suplicy. Cada Senador tem 10 minutos. Nós vamos controlar esse tempo até para abrir a todos o direito de discutir.

Eu peço ao Senador Romero Jucá que, ao ouvir as explanações e as sugestões, em vez do debate imediato, V. Ex^a tenha o tempo suficiente para fazer a análise de todas as sugestões ao final, até para uma organização melhor por parte desta Presidência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Sim, Coxixola, Senador Pedro Taques, em tupi-guarani é casa pequena com tijolos. Uma cidade na Paraíba no Semiárido com 1,8 mil habitantes. Manda um abraço ao senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, tenho certeza de que Coxixola é muito bonita, tenho certeza de que é um lugar aprazível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No Semiárido paraibano.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Se V. Ex^a me convidar, farei questão de frequentar Coxixola.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos lá no São João, se Deus quiser.

Senador Eduardo Lopes, com a palavra por 10 minutos.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como foi conversado com o autor, Senador Jucá, comentei a respeito do adesivo, que era citado na medida 50 por 40. Gerou-me alguma dúvida porque o adesivo leitoso, na medida de 50 por 40, em alguns casos, é quase da medida do para-brisa traseiro e poderia atrapalhar a visibilidade. Por isso, apresentei a emenda propondo o adesivo microperfurado, em alguns lugares chamados de *perforator*; no Rio chamamos de microperfurado. É uma forma de divulgação de propaganda de que eu gosto muito, primeiro porque dá uma boa visibilidade, não se precisa colocar gente para tomar conta. Você estaciona o carro num *shopping*, em qualquer local,

está lá o material e o microperfurado não atrapalha a visibilidade do motorista.

Mas, como fui informado pelo autor, o adesivo 50 por 40 vai ser permitido também na porta do veículo, quer dizer, na lataria do veículo: pode ser na porta, pode ser no capô. Aí, tirou-me a dúvida. Por isso, concordo com a questão da medida até 50 por 40, mas na minha emenda se coloca que ocupando o vidro traseiro todo só o microperfurado. Então, concordo, foi sanada minha dúvida.

Na semana passada, na continuação dos debates, eu ouvi o Senador Lindbergh e creio que até o Senador Humberto Costa comentando sobre estar de maneira clara a proibição daquelas placas em vias públicas. Eu entendia que aquilo já estava implícito no texto, já proíbe.

Então, nós tínhamos um material, que é o mais caro da campanha, que é exatamente esse material, porque ele é feito com *plotter*, com lona, exige uma estrutura de metal para segurar a placa; além de tudo ainda se coloca uma pessoa contratada para tomar conta, ou voluntária, mas tem que se colocar alguém para tomar conta da placa. Se não há alguém tomando conta, em alguns casos o candidato é multado, a placa é levada, e cada placa dessa tem um custo muito alto.

Concordo realmente que, nas vias públicas, nos bens públicos, não se faça isso, ainda que já seja proibido em postes, viadutos, passarelas, etc.

Na semana passada, levantaram-se algumas questões com respeito aos bens particulares, quer dizer, a propriedade. Eu não posso, através da minha propriedade, expressar o meu voto?

Acredito que o encaminhamento aqui na discussão e nos votos possa caminhar para o sentido de que se mantenha alguma forma de propaganda em bens particulares.

Vamos acompanhar isso, mas é uma questão que foi trazida aqui e em que podemos pensar.

Quero aqui, aproveitando, já cumprimentei pessoalmente, mas cumprimento agora também aqui, no microfone, as ideias, as sugestões que foram dadas pelo Senador Cássio Cunha Lima, principalmente nessas questões, que são realmente nevrálgicas dentro de uma eleição. Questões que foram levantadas aqui e parabenizo, mais uma vez, o Senador Cássio Cunha Lima, pelas sugestões, pelas emendas.

Sr. Presidente, uma questão de dúvida: a emenda que vai ser votada agora junto com o relatório é somente a minha? Todas as outras serão na suplementar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Faça o esclarecimento a V. Ex^a e aos membros desta Comissão. As emendas apresentadas ao projeto serão submetidas à análise do Sr. Relator

neste momento de discussão e votação do primeiro turno, ou do turno inicial.

As emendas apresentadas ao Substitutivo só poderão ser apreciadas no turno suplementar. Fica esse esclarecimento para os Srs. Senadores que desejam apresentar ainda emendas.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Eu aproveito também... Eu não tenho todas as emendas.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex^a conclua e eu encaminharei a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O.k. Concluindo, os meus pontos são esses.

Outra questão que não sei se já está ou vai ser pacificada no voto, quero até também tirar essa dúvida, se for permitido, a questão da redução do tempo de 90 para 60 dias. Não houve redução? Já está definido? Então não houve a redução do tempo de campanha, vão ser mantidos os 90 dias.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Fico no aguardo da sua última manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. As emendas que estão sendo apreciadas pelo Senador Relator serão distribuídas a todos os Srs. Senadores.

Senador Pedro Taques, com a palavra, por 10 minutos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – É apenas uma dúvida. V. Ex^a acaba de anunciar que todas as emendas a que o Relator oferecerá parecer nesta primeira apreciação serão distribuídas a todos os Srs. Senadores. É isso? E as que forem oferecidas ao substitutivo serão apreciadas no turno suplementar. A minha pergunta: o turno suplementar será na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na semana que vem, após conhecimento da Mesa Diretora. Não podemos, o Senador Jucá já fez o encaminhamento à Mesa, há uma flagrante injuridicidade regimental no sentido de fazer o turno suplementar ainda nesta reunião em virtude de os outros Senadores terem que tomar conhecimento da decisão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, eu pediria a V. Ex^a que pudéssemos fazer o turno suplementar na próxima terça-feira, porque nós temos um prazo muito curto para mandar essa matéria à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Reunião extraordinária na próxima terça-feira, somente para o projeto de sua autoria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Rollemberg, satisfeito?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Romero Jucá rejeitou a emenda por mim apresentada. Quero expressar a ele meu respeito, mas eu gostaria de argumentar, se fosse possível.

Não há que se falar, Sr. Presidente, em perseguição na identificação daquele que faz a doação e nós não sabemos o nome do doador. Imagine se o candidato defende, na campanha eleitoral, o meio ambiente. Por exemplo, é um candidato de um partido que defende o meio ambiente. Aí, ele recebe doações durante a campanha eleitoral de pessoas jurídicas que fabriquem, por exemplo, defensivos agrícolas, e lá na frente este é identificado. Mas ele já foi eleito. O cidadão tem o direito constitucional de saber não só o valor da doação, mas quem efetivamente fez essa doação.

Alguns Senadores que já disputaram muitas eleições argumentaram aqui que essa identificação do doador antes das eleições – porque hoje a identificação do doador só é possível depois, na prestação de contas final –, poderia suscitar perseguições ao doador. Mas isso é uma distorção, que tem que ser combatida, Sr. Presidente. A identificação do doador para o eleitor é de suma importância para que ele possa saber se aquele candidato está ou não falando a verdade. Imagine um candidato evangélico e que é contrário ao aborto e, lá na frente, depois que é eleito, descobre-se que ele recebeu doação da associação brasileira daqueles que defendem o aborto. Nós teríamos aí a inverdade. Nós temos que revelar ao cidadão eleitor, efetivamente, quem fez a doação para a campanha. É um direito constitucional do cidadão eleitor. Por isso eu quero expressar meu respeito ao Senador Romero Jucá e dizer que vou apresentar um destaque a essa emenda. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Sr. Presidente, quero manifestar apoio à emenda apresentada pelo Senador Humberto

Costa. A distorção nas campanhas eleitorais é essa chamada contratação de cabos eleitorais. A contratação de cabos eleitorais nada mais significa do que a compra de votos. É a compra de voto. O voto é comprado através dessas contratações.

Eu conheço, Sr. Presidente, candidatos que contrataram 10 mil pessoas, 15 mil pessoas. O candidato contrata aquele cidadão e o cidadão de uma família bem simples tem o voto desse que foi contratado, do pai, da mãe, do irmão, que estão passando necessidade. Essa contratação é uma ofensa à dignidade do processo eleitoral. Nós temos que acabar com essa contratação. A eleição deve ter voluntários. A emenda do Senador Humberto Costa garante essa possibilidade dos voluntários recebendo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – É a compra de votos legalizada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, é a compra... Não existe limite à decência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, não, não. Deixe eu lhe explicar seguinte, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, não. Não foi dado aparte. Eu não concedi aparte ao Senador Romero Jucá. Essa contratação, esse limite é absurdo. Nós não podemos ter 30% de ética, 20% de decência. Temos que acabar com essa contratação. Quero apoiar a emenda do Senador Humberto Costa.

E mais dois pontos aqui. Senador Romero Jucá, V. Ex^a é o digno autor, eu fiz uma crítica que foi mal-entendida na semana passada, quando disse que essa reforma eleitoral é uma perfumaria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – ... e senti o senhor dizendo que era asqueroso...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não. Eu quero dizer que o ideal seria uma reforma política. Mas eu entendi. O que V. Ex^a trouxe é uma perfumaria, comparada com a reforma política, que seria a necessidade do cidadão brasileiro.

Muito bem. No art. 15-A, essa possibilidade de o diretório nacional só ser demandado na Capital da República pode trazer prejuízo para a instrução processual e isso não é recomendável. Nem a Fazenda Nacional tem esse privilégio. O ideal seria que lá, na ação, possa ser ajuizada...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Nacional.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, a direção nacional. Imagine se a

direção nacional comete um ilícito lá em Pacaraima, BV-8, na divisa do Brasil com a Venezuela: a prova tem de ser feita lá em Pacaraima, o resultado da ação tem de ser sentido lá em Pacaraima, em BV-8, divisa do Brasil com a Venezuela, no belíssimo Estado de Roraima. Com esse ponto eu não concordo também.

O outro ponto, Sr. Presidente, é o ponto em que V. Ex^a altera o art. 36, criando o art. 36-A, falando aqui a respeito da pré-campanha. Isso ofende a isonomia, isso ofende a igualdade dos candidatos. Nós podemos trazer prejuízos aqui, e isso pode ser inconstitucional, porque aquele que não exerce cargo eletivo vai ter prejuízo no que se denomina divulgação de possível candidatura e apoio eleitoral. Nesse ponto, eu quero expressar, Sr. Presidente, que com ele não concordo.

No mais, quero parabenizar o autor pelo belíssimo trabalho, apesar de a sociedade brasileira estar a exigir muito mais do que essa reforma, que é apenas eleitoral e já reconhecida pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Vamos continuar ouvindo os Srs. Senadores.

Com a palavra, por dez minutos...

Eu peço atenção ao tempo, porque há diversos oradores inscritos, e alguns estão se reinscrevendo para discussão da matéria. Nós já recebemos 23 emendas ao projeto. Os reinscritos serão após os inscritos. Senador Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, primeiro cumprimento o Senado, a CCJ por esse empenho pela reforma política eleitoral.

Entre os temas da reforma política eleitoral, considero da maior importância que venhamos a dar transparência em tempo real às contribuições aos partidos políticos e candidatos.

Eu apresentei Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2012, que ainda tramita – está sem relator designado, Sr. Presidente –, mas eu peço ao Senador Romero Jucá que considere essa proposta como emenda ao seu projeto, e, assim, oficializo da seguinte forma:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2012

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir a prestação de contas em tempo real, pelos candidatos, partidos e coligações durante a campanha eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao §4º do art. 28 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a seguinte redação:

Art. 28.
.....

§4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), diariamente, relatório que discrimine, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral, os nomes dos doadores com os respectivos valores doados e os gastos que realizaram. (NR)

Art. 2º Dê-se ao art. 25 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a seguinte redação:

Art. 25.

§1º A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário, por desaprovação total ou parcial da prestação de contas de candidato, deverá ser aplicada de forma proporcional, pelo período de 1 (um) mês a 12 (doze) meses, ou por meio do desconto, no valor a ser repassado, da importância apontada como irregular.

§2º O candidato que não cumprir o disposto no §4º do art. 28 desta Lei terá seu registro cassado. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

Portanto, nós passaríamos a ter um mecanismo tal que a opinião pública e os eleitores poderiam conhecer, em tempo real, as contribuições feitas para cada partido e para cada candidato. Assim, quando se chegar às vésperas do primeiro domingo de outubro, quando se realizam as eleições, os meios de comunicação, a opinião pública e os eleitores conhecerão a natureza do financiamento para cada partido e para cada candidato.

O outro ponto importante sobre a reforma política eleitoral eu falarei no próximo item, conforme já combinado com o Presidente Vital do Rêgo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Rollemberg com a palavra, por dez minutos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Romero Jucá pelo esforço dessas pequenas modificações na legislação eleitoral. Estou aguardando a distribuição das emendas propostas pelos eminentes

Senadores para poder avaliar uma por uma. Mas quero, neste momento, manifestar-me favoravelmente à proposta de emenda do Senador Pedro Taques.

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pela iniciativa que vai na mesma direção, mas, talvez, essa publicação diária possa causar uma dificuldade de ordem prática. No entanto, em função disso, parece-me mais adequada a sugestão do Senador Pedro Taques de fazer isso ao longo do processo eleitoral, pelo menos por duas vezes antes da eleição, no dia 8 de agosto e no dia 8 de setembro. E por que entendo importante que apareça o nome dos doadores? É para que possamos ter transparência total nesse processo. Se efetivamente nós não tivermos condições de saber disso, a pessoa só ter condições posteriormente à eleição, nós estaremos perdendo transparência nesse processo.

Portanto, só para me manifestar favoravelmente à emenda do Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Wellington Dias, com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero aqui fazer duas defesas que considero importante. A primeira em relação ao art. 37, § 6º, nós tratamos aqui com o Senador Romero da necessidade de uma alteração no texto.

Está escrito, hoje, assim: “É permitida a colocação de cartazes, mesas para a distribuição de material de campanha e bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos”.

Bom, na forma como ficou a redação, a rigor, volta de novo a colocação de cartazes. Então, conversamos aqui com o Senador Romero, e o texto que estamos apresentando é: “É permitida a colocação de mesas para a distribuição de material de campanha [e aí vão estar *folders*, panfletos, cédulas, enfim, o que for próprio da campanha, inclusive cartazes, se for o caso] e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis...” E aí mantém o texto.

É apenas para dar uma redação para não voltar de novo a fixação de cartazes. Porque começa com cartazes e daqui a pouco é *minidoor*, daqui a pouco é *outdoor* e daqui a pouco é muro, e por aí vai.

Então, uma coisa é você colocar uma mesa numa praça – o Senador Simon faz muito isso – e ali ficar a distribuição de material; outra coisa é a fixação, como ficaria em aberto.

Outra coisa que eu quero aqui insistir, e acho que é fundamental, é a contratação. Nós temos um processo de eleição. A gente sabe que, ao fazer a campanha, há necessidade de se ter advogados, jornalistas,

pessoas que trabalham ali no comitê. Mas, no Brasil, ao longo dos últimos anos, isso avançou para outro formato que, na verdade, virou um jeitinho de comprar voto – vamos ser sinceros aqui –, que é a contratação massiva de pessoas em nome de divulgar a campanha, os divulgadores. E, às vezes, eu já enfrentei eleição em que adversário meu contratava, em uma cidade como Teresina, cem mil pessoas. Isso decide uma eleição. Isso, na verdade, não tem nada a ver com gente para trabalhar numa eleição. Isso é uma forma de burlar a lei, para a compra de voto.

Então, nós temos, sabidamente, a Lei do Voluntariado, que é uma legislação já testada para vários setores. E, aqui, como defendeu o Senador Pedro Taques, eu também quero me somar aqui a essa proposta apresentada pelo Senador Humberto, em que regulamentamos exatamente quais são os serviços próprios de uma campanha e, a partir daí, eu acho que evitamos a prática desigual que ocorre em eleições. Eu acho que o desejo maior é que tenhamos a vontade do povo livre e acho que isso tem que ser corrigido. Por isso, faço aqui a defesa da aprovação dessa emenda apresentada pelo Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Inácio Arruda. Depois, o Senador Petecão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é daquelas matérias em que nós temos que ter grande zelo e muito cuidado na sua apreciação. Nós estamos de acordo com a iniciativa do Senador Romero Jucá, para buscarmos meios de inibir o abuso que se comete hoje nas campanhas eleitorais, os gastos que extrapolam visivelmente inclusive o que é declarado à Justiça Eleitoral. Isso é um abuso que nós temos que inibir.

Eu queria registrar, pelo menos, dois aspectos que considero muito importantes. Primeiro, nós não conseguimos um acordo e um consenso para tratar do tempo de propaganda de rádio e televisão e esse hoje é o maior gasto que há numa campanha eleitoral. Infelizmente, ainda não temos consenso em relação a essa matéria, pelos custos, pela violência que eles representam na campanha eleitoral. Infelizmente, não foi possível, mas já é de bom tamanho que inibamos essa situação que chega a questões hilárias. Imaginem o vizinho do Senador Anibal, do Senador Jucá, da Senadora Angela ou do Petecão, numa campanha a Governador, ter o muro distribuído para o seu adversário e é um vizinho de grande estima, mas o adversário conseguiu chegar antes e pintar o muro. É uma coisa ridícula que nós temos, infelizmente, no Brasil.

Acontece todo dia. Todo dia isso acontece. Então, acho que nós temos...

Às vezes, são pequenas coisas, são pequenas mudanças, mas que levam o eleitor a tratar do conteúdo da eleição: quem é o Petecão, quem é o Jucá, quem é a Angela Portela, quem é o Anibal, quem é o candidato a Presidente da República? Então, passa-se a discutir quem são aqueles candidatos de fato e quais são os seus projetos e não quantos muros eles foram capazes de comprar, por quantos muros eles foram capazes de pagar. Então, acho que essa é uma mudança pequena, mas que vai levando o debate para o conteúdo da eleição.

No final, nós apresentamos uma proposta da Senadora Vanessa, que provavelmente deverá ser acolhida por todos, que trata exatamente da participação da mulher na propaganda eleitoral principalmente, o espaço das mulheres para permitir que haja um ingresso cada vez maior das mulheres no Parlamento e, sobretudo, nos cargos executivos do nosso País.

Queremos também referendar a emenda do Senador Humberto Costa, que foi discutida na Bancada do próprio Partido dos Trabalhadores e que tem o nosso aval, que é a inibição dessa imoralidade de contratação de pessoal na véspera da eleição. Isso é uma coisa vergonhosa e triste da campanha eleitoral. São exércitos. Acontece durante toda a campanha, mas, na véspera da campanha, quintuplica-se o número de pessoas que estão trabalhando na campanha de um candidato. É algo abusivo. Fica a cidade repleta de pessoal fardado com a campanha eleitoral. Isso é abuso de grande monta e nós devemos encontrar a maneira mais ajustada de inibir. Acho que a emenda do Senador Humberto Costa também atende a esse propósito nosso.

E muitas questões levantadas aqui pelo Senador Cássio Cunha Lima, que, às vezes, olha-se assim e diz: "Mas é uma coisa simplória". Simplória, mas vai ver lá no dia a dia, ali na sua campanha, no seu terreno?! Elas são muito importantes e espero que o Senador Jucá e o Senador Valdir Raupp, que deve estar nos ouvindo em algum ponto destacado do Senado Federal, possam acolher essas iniciativas, que acho que são muito importantes, porque dizem respeito ao contato direto com o eleitor.

Por último, talvez, Senador Jucá, sugiro a V. Ex^a, como autor, o problema do último dia da campanha, porque nós passamos a ter a campanha decidida pelos veículos de comunicação. Então, há um veículo de comunicação que marca o seguinte: o último debate é feito por mim no último dia de campanha. No dia em que quero abraçar o povo, cumprimentando o povo na praça pública, o cara diz: "Não, você vai ter de estar no

meu estúdio." E o tira da campanha eleitoral. E se não for, vira crime eleitoral. Se você não estiver presente naquele debate.

Então, nós teríamos, em vez de impedir que haja o debate entre os candidatos, incentivar que haja mais debates entre os candidatos, mas que o último dia da campanha eleitoral seja reservado para o contato direto do candidato com os eleitores, não deixar que o último dia seja entregue aos veículos, que eles decidam a campanha.

Nós teríamos que encontrar um meio de resolver esse problema, isso não cria nenhum atrito, nenhuma dificuldade, os veículos podem ser ajustar automaticamente. A campanha termina dia 30, dia 29 é o último dia de debate entre os candidatos nos veículos de comunicação em rádio e televisão.

Acho que nós deveríamos acolher esse sentimento para permitir que o candidato esteja em contato direto com seu eleitor no último que você pode abraçar, conversar, discutir, falar com o eleitor, ter o carro de som, fazer o seu comício, e aí fazer o comício varar a madrugada. Aí, ele vai embora porque você está ali presente, se você não estiver presente, estiver num programa de televisão, o seu eleitor não vai estar presente ao seu comício. Ele vai fazer o que no seu comício?

Então, são pequenas mudanças, ainda não é uma grande reforma eleitoral, é fato, mas ela é muito importante, não é uma grande reforma política e eleitoral que se deseja para o País, mas ela é significativa para diminuir o derrame de dinheiro que nós temos nas campanhas eleitorais no nosso País.

Cumprimentando o Senador autor e também o Relator que está nos escutando em algum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda, agradeço a V. Ex^a.

Senador Sérgio Petecão, com a palavra. ,

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente, na verdade, eu vou pedir aqui ao nobre Senador Pedro Taques que possa me explicar melhor, porque quando eu cheguei já estava falando sobre a sua emenda.

E vou falar pelo meu Estado, o Estado do Acre – eu tenho certeza de que não é diferente do Amapá, dos Estados menores –, vou fazer um relato do que aconteceu comigo, no meu Estado. Na minha eleição agora para Senador, eu tentei uma reunião com os empresários para que eu pudesse conversar com eles da possibilidade de uma ajuda de campanha. Marcamos uma reunião, no primeiro momento, na minha casa, foi impossível, marquei na chácara da minha mãe, e tinha de ser atrás da casa de farinha, lá dentro do campo, para podermos conversar. E à noite.

Então, lá no meu Estado, eu fico pensando, quando o senhor apresenta uma proposta dessas que nós temos que identificar – se foi isso que eu entendi –, lá no meu Estado, vou ter que identificar, antecipadamente, os doadores, se eu encontrar algum doido que queira ajudar, nós vamos ter que identificar esse doador. É isso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Pelo menos, eu gostaria de que o senhor desse uma explicação porque no meu Estado ...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Se for doido, ele não vai se incomodar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Se a proposta for essa. Lógico, é diferente de São Paulo, é diferente dos grandes centros que têm indústria, mas no meu Estado, 99,9% dos empresários dependem do Governo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Senador Petecão, pode ter certeza de que não é diferente em lugar algum.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, eu estou falando pelo Acre, mas.... As pessoas que são ligadas ao Governo, com certeza, vão ser a favor, agora, lá no meu Estado, seria impossível, eu, pelo menos, sonhar ou pensar que algum empresário pequeno ou médio ou grande possa, pelo menos, sentar para conversar, para discutir um apoio de campanha.

Então, gostaria, nobre Senador, o senhor que é uma pessoa pela qual eu tenho um carinho muito grande, respeito, tem nos ajudado muito aqui nesta Comissão, pudesse me explicar melhor sobre essa sua proposta de emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No tempo concedido ao Senador Petecão, o Senador Pedro pode fazer um aparte, para dar explicações a respeito da emenda que V. Ex^a apresentou. No tempo do Senador Petecão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O Senador Petecão entendeu, é exatamente isso que eu desejo, Senador. V. Ex^a tem razão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Acabar com os apoios, não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, não acabar com os apoios. Não é acabar com o apoio. É que o cidadão eleitor tem o direito de saber quem está fazendo a doação. É um direito constitucional dele. Eu penso assim.

Agora, V. Ex^a trouxe não argumentos teóricos, V. Ex^a trouxe o “Dr. Fato”. O “Dr. Fato” é quase... Alguém

já disse isso, o Dr. Ulysses falava sobre o “Dr. Fato”, ou o Tancredo Neves falava sobre o “Dr. Fato”...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG. *Fora do microfone.*) – Se é bom, pode ser o Tancredo. É bom isso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É bom! O “Dr. Fato” inviabiliza, notadamente nos espaços com menor população, diferentemente dos Estados maiores, em que o cidadão doa e é impessoal, é independente. Imagine em um Município pequeno, em que o cidadão que vai doar é dono do boliche, é dono da mercearia, dos secos e molhados. O prefeito vai deixar de comprar. Aí, nós temos que fazer uma ponderação, uma ponderação entre o direito constitucional do cidadão em identificar o doador e essa perseguição. Eu entendo que essa perseguição é uma distorção do sistema. Nós não podemos criminalizar a eleição. Infelizmente, a nossa democracia ainda não chegou a esse ponto. Mas a explicação o senhor entendeu tudo. É exatamente isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu agradeço ao nobre Senador Pedro Taques. Eu sei que não pode identificar o voto, mas vou dizer que vou votar contra, para não pagar o preço da perseguição, que hoje nós pagamos no nosso Estado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, Presidente.

Eu acho que esse assunto, por exemplo, não é um fato isolado do Acre. Esse é um fato genérico no Brasil inteiro. Normalmente, as pessoas – empresários, por exemplo – que desejam ajudar nas campanhas eleitorais não querem ser identificados. Isso daí se fará exatamente no final da campanha, na prestação de contas, junto ao tribunal. Mas essa história de, por exemplo, durante o dia, não tem como. Não dá certo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Benedito. Com a palavra, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu passei a vista aqui na matéria e identifiquei alguns aspectos que merecem atenção especial. O primeiro deles parece que é assunto superado, que a gente não vai ter, com essa proposição, uma redução do tempo de rádio e televisão. Aquela proposição de 45 dias serem reduzidos para 30 já está fora de cogitação, porque seria o maior atentado à democracia se a gente hoje tivesse a redução do tempo de rádio e televisão em uma campanha eleitoral, que é o momento em que as propostas são apresentadas.

Depois, há uma emenda do Senador Jucá que propõe que 20% do tempo de rádio e televisão seja dedicado ao suplente ou ao vice. Eu acho que isso

também é completamente dispensável, porque cada campanha eleitoral estabelece a sua estratégia, e estabelece as suas lideranças que vão ocupar o espaço nobre para poder convencer o maior número de eleitores. Então, não tem que estabelecer esse tipo de limite.

A outra questão diz respeito à proposição do Senador Humberto Costa: nós temos, sim, que por um fim a essa questão de cabo eleitoral pago. Não tem que reduzir número nem estabelecer percentual da população eleitoral, como está na emenda proposta pelo Senador Romero. Nós temos que tentar dar uma resposta direta e radical no sentido de acabar com cabo eleitoral pago.

E uma outra questão: o Senador Petecão levantou essa discussão sobre os financiadores de campanha. E aí vem o centro desse debate sobre redução de despesas eleitorais. Nós todos aqui estamos cientes, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Pedro Taques, Senador Humberto Costa, de que nós estamos tratando aqui do palitinho no banquete. Nós estamos tratando aqui do palitinho no banquete. Quero dizer que estamos tentando fazer economia no banquete falando do palitinho, porque, na realidade, quando se quer discutir redução de gastos eleitorais, nós temos que ir direto ao financiamento da campanha. Como é que se estabelece uma lei para reduzir despesas de campanha sem tratar do financiador?

Para mim, nós temos que fazer um debate amplo aqui, trazer a Ordem dos Advogados do Brasil, com a sua proposição de financiamento apenas por pessoa física, acabar com o financiamento de empresários em campanha, para evitar exatamente esse tipo de situação que o Senador Benedito de Lira levanta, o Senador Petecão levanta e outros levantam, de que há um direcionamento para quem está no Governo.

Então, vamos resolver essa situação de uma vez por todas, tratando que o financiamento da campanha se dê apenas por pessoas físicas e com limite pré-estabelecido, aí sim, poderemos dar uma resposta a essa questão relacionada aos custos de campanha.

E o próprio Senador Jorge Viana tem uma proposição, nesse sentido, de que seja estabelecido um limite máximo por pessoa e que as contribuições se deem apenas por pessoa física, que coloquemos um ponto final nas contribuições de pessoa jurídica nas campanhas, exatamente porque já foi identificado...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador, me permite um aparte.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... que essas contribuições são nocivas à democracia do processo eleitoral.

Concedo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Conceda-me um aparte em nome do bom debate.

Acho que esse tema terá que ser discutido com a clareza na reforma política, sempre com aquele intervalo, com aquele interstício...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quando, Senador?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – .. de 12 anos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quando que vai acontecer esse debate?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agora, o que é curioso é o seguinte: é que o PT, no ano passado, fora do ano eleitoral, recebeu de doações de pessoas jurídicas, em 2011, R\$52 milhões. Não estávamos num ano eleitoral e o Partido dos Trabalhadores recebeu de doação de pessoa jurídica R\$52 milhões; e, agora, vem dizer: “Vamos acabar com doação de pessoa jurídica.”!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG. *Fora do microfone.*) – Porque já está com o dele em caixa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Porque já encaixou o que precisa, o que está na contabilidade e o que não está na contabilidade, e, assim, não vamos avançar nesse debate. Aqui tem que acabar com esse Brasil de faz de conta que vocês querem construir, para manter um projeto de poder. Não existe aqui um conjunto de tolos que vai engolir essa história. O PT arrecadou R\$52 milhões no ano não eleitoral, em 2011. Agora, vem dizer: “Vamos acabar com o de pessoa jurídica.”. Tenha paciência, Senador!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tenha paciência também, V. Ex^a, Senador Cássio Cunha Lima, porque bobos aqui no Senado não existem e, se o Partido dos Trabalhadores teve arrecadação considerável de pessoas jurídicas fora de período eleitoral, o PSDB teve muito mais, e os números estão aí para provar, com tudo o que está em debate hoje, seja como privataria Tucana...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Senador Anibal, inverdade, não! Permita-me, com todo respeito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vocês gostam muito de se fazer...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – V. Ex^a está no Senado da República. No ano de 2011, ouça o dado apenas – e falo como Presidente do PSDB – gostaria de ter tido a doação que o PT teve para organizar o Partido. O PT teve R\$52 milhões; o PMDB, seu parceiro, teve R\$2 milhões; o

PSDB teve R\$2 milhões; os outros partidos tiveram menos do que isso.

Não quero fazer esse questionamento, mas acho uma grande incoerência V. Ex^a vir aqui propor o fim do financiamento de pessoa jurídica, arrecadando mais de 20 vezes mais do que qualquer outro partido arrecadou até aqui.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Aécio e Senador Cássio Cunha Lima, o fato é que todos os Senadores da República e todos os Deputados Federais só querem falar de reforma política que lhe agrada, a reforma política que lhe beneficia; e temos que assumir isso diante do público, porque, quando todo mundo assume a tribuna do Senado para dizer que está falando de acordo com as vozes da rua, não está falando, não, porque as vozes das ruas querem limpeza, sim, no processo eleitoral, e temos que travar esse debate aqui.

Se é para estabelecer uma mudança de comportamento, vamos, então, discutir a fundo essa mudança de comportamento. Inclusive, queria muito saber o que as vozes das ruas pensam a respeito do número de Senadores e do número de Deputados Federais, se é que cada um de nós apresentamos para a população o custo que apresentamos; e isso também deve ser objeto de discussão no futuro.

Mas tudo bem, o que quero dizer, para concluir, é que essas proposições que estão aqui postas são muito tímidas diante das exigências que a sociedade está a fazer e temos que ter a coerência de admitir isso aqui de público.

Ouçó, com atenção, um aparte do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Senador Anibal, só um aparte.

Acho que esse debate está muito mal colocado aqui. Não estamos aqui discutindo a reforma política que precisamos discutir, nem acho que o argumento a que o Senador se referiu anteriormente é válido para essa discussão, de que o PT arrecadou... Nós, inclusive, embora tenhamos arrecadado, quem arrecada é quem está no Governo – a verdade é essa! –, isso é mais uma justificativa para que possamos eliminar as contribuições feitas pelas empresas.

Então, no momento adequado, vamos discutir e não vamos por esse caminho, não; vamos discutir se é correto, se é adequado, se isso interfere, de alguma forma, no resultado eleitoral, vamos fazer essa discussão lá na frente. A discussão agora não é essa, se arrecadou... Agora, é perfeitamente legal. O que estamos querendo é que não seja mais legal e que

se possa fazer somente a participação com recursos individuais e com recurso público.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Apenas para dizer que concordo plenamente com o que disse o Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Magno Malta, com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente, penso que o debate é absolutamente interessante. O nosso querido Senador Pedro Taques acabou de falar uma frase que ele não sabia se era do pai do nobre Presidente do PSDB, Tancredo Neves, ou do amigo mais próximo, Ulisses Guimarães. Penso que o Dr. Fato nos ajuda muito, mas lei não se faz da exceção para a regra; lei se faz da regra para a exceção, porque exceção há sempre, e, para discutir exceção, nós temos exceções aqui em todos os sentidos.

O Senador Anibal acabou de colocar que acha que sobre a doação de campanha você tem que ir ao financiador. Também concordo, porque se o financiamento é muito, há financiador; se é pouco, há financiador; se tem pouco, há financiador; se tem muito, há financiador. Então, é tratar a questão na sua raiz, para diminuir despesas de campanha...

Por exemplo, Sr. Presidente, acabamos com o chamado showmício. Naquele afã de acabar com o showmício, de querer responder de forma angustiante à sociedade, estabeleceu-se até tamanho para adesivo. Há coisa mais ridícula do que isso? Eu saí do processo eleitoral com 70 processos de adesivos, que eles foram ao meu comitê buscar porque tinham 10cm a mais em uma faixa. Aí, o cara vira criminoso, vira mau-caráter por causa de 10cm. Há coisa mais esdrúxula do que isso? Há coisa pior a se tratar do que isso? Mas, naquele afã, pode *outdoor*? Não pode, é minidoor.

O sujeito que entra na vida pública agora, esses jovens das manifestações das ruas que se veem livres agora e se filiam a um partido político, como eles vão colocar o nome na rua? Como vão discutir as ideias deles se não pode mais nada? Aí, acabou com a figura do showmício. Ele acabou porque encarecia a campanha. O sujeito que tinha dinheiro trazia Zezé Di Camargo & Luciano, Ivete Sangalo, qualquer um, e o outro era obrigado a fazer a mesma coisa, a fazer das tripas coração, se jogar nos braços de agiotas, sei lá o quê, para trazer um show do mesmo tamanho, porque, no inconsciente das pessoas, ele já estava perdendo com o show que o outro fez.

Então, você tinha campanhas encarecidas, mas quando se tirou o chamado showmício, o sujeito, para juntar gente para fazer um comício, precisa ser muito bom e ser muito querido, porque a figura do comício até acabou. Ninguém quer ouvir, porque não junta ninguém.

Toda regra tem exceção. Eu comecei dizendo que não se fala da exceção para a regra, é da regra para a exceção. Eu também junto, mas não é todo mundo. E como o cara vai fazer para ser ouvido? Aí você acaba com o showmício! Beleza! Por que, então, não se faz showmício com o artista da terra e acaba-se com essa figura? E, se quiser ser radical, que esse artista tenha dois anos de filiação no partido em que ele faz o evento dele, porque isso não encarece campanha de nada. É uma movimentação cultural! Eleição é um momento de o povo ir para a rua e toda essa radicalização que se fez aprovando besteira, penduricalhos, coisas sem significado.

Por exemplo: no meu Estado, havia um 0800 para denunciarem. “O Senador Humberto Costa passou aqui com o carro cheio de cesta básica agora.” Ninguém viu. Não, você não é do meu Estado. Eu citei, senão eu tinha falado Ana Rita. Falei de você porque você não é do meu Estado. Aliás, é um Estado de miséria, o cara fazer um negócio desses... Como é que coloca 0800 para se denunciar em campanha? Isso é brincadeira!

Então, você termina um processo eleitoral com um sujeito com duzentos processos que eles nem têm condições de investigar, nem julgam e ficam expondo as pessoas no jornal. “O candidato fulano saiu com não sei quantos processos, com duzentos processos do processo eleitoral.” Quem lê aquela manchete já pensa que você tem de ir é para o presídio. Entendeu ou não? Quer dizer, o cara, seu adversário, vai ao orelhão e denuncia você.

Então, nós precisamos discutir com profundidade para que nós não cometamos os erros, as idiotices que foram cometidas e já vigoram como lei. São idiotices mesmo, idiotices de difícil compreensão. E que nós façamos alguma coisa plausível, e que tenha contornos de dignidade, para que o indivíduo que vai para a vida pública...

Essa juventude está toda na rua se jogando aí, protestando e mostrando o que quer. Eu quero é avisar a eles que na hora em que se filiar a um partido, se algum deles tiver a vocação política, como eles vão divulgar as ideias deles? Como eles vão fazer na rua? Como vão fazer no processo eleitoral? Já entra em desvantagem. Lá no Estado, Aécio é conhecido. Mas quem começa agora? No meu Estado eu sou conhecido. E quem começa agora? Em Pernambuco, o Senador Humberto é conhecido. E quem começa agora?

Então, nós estamos criando entraves desnecessários para ficarmos perdendo tempo, discutindo o sexo dos anjos, quando nós poderíamos, de fato, chegar ao âmago da questão e criar alguma coisa plausível com contornos dignos, democráticos. Que nós possamos disputar livremente uma eleição sem ficar vivendo um sobressalto do Ministério Público.

Veja, essas coisas proporcionaram... Por exemplo, você chega a uma cidade, o seu correligionário lhe diz assim: “Olha, aqui o promotor falou que não pode carro de som, não.” E promotor pode falar isso? Promotor faz lei? Eu não sabia. Ele pode dizer que eu não posso ficar a 200 metros da escola e nem do hospital, mas do resto ele não pode falar nada. Aí, o cara fica morrendo de medo. Aí, saiu na outra cidade, dizendo: “Não, aqui o promotor falou que pode carro de som.” A juíza é que disse que não pode andar com mais de dez pessoas na rua. E a juíza pode fazer lei? A juíza pode fazer lei? Então, todas essas idiotices que nós votamos, chamadas de lei hoje, proporcionaram esse tipo de procedimento.

Ora, eu, no meu Estado, assim que entro numa cidade, no processo eleitoral, peço para ligar o som, pego o microfone e digo: quero saudar as autoridades, saudar o Ministério Público e o juiz. E quero dizer a vocês que eu cumprio direitinho a lei: vou estar a 200 metros de hospital; vou estar a 200 metros de escola. O resto eu vou fazer, porque os senhores sabem que os senhores não podem fazer lei. E depois o seguinte: se eu for interrompido, o nosso caminho é o Conselho do Ministério Público e o Conselho de Justiça, que é o lugar de vocês. Ninguém me atormenta. Ninguém me atormenta.

Mas nem todo mundo faz a mesma coisa. Ficam morrendo de medo. Aí, termina o processo eleitoral, e o cara está cheio de processo; o promotor abriu um procedimento contra o cara, porque ele entrou na cidade com um carro de som. Isso é brincadeira! Quem fez essa lei?

Então, Nós precisamos acabar com esses penduricalhos, essas discussões desnecessárias, se é meio metro para lá, 30 centímetros para cá, de uma fita, de um adesivo, se tem visão, se não tem. Nós precisamos acabar com isso e fazer um debate sério, fazer um debate sério com relação...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador Magno, um minuto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sim.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Apenas para contribuir com o tema que V. Ex^a traz, que é de extrema relevância.

Nós estamos chegando a um absurdo tal que, nas eleições municipais recentes, uma juíza eleitoral da cidade de Pombal, onde nasceu o Celso Furtado, simplesmente proibiu que os candidatos visitassem as casas dos eleitores. Ela proibiu o que o Senador Humberto defendeu há poucos instantes, que as campanhas deveriam ser corpo a corpo; a juíza proibiu que os postulantes visitassem as casas e os candidatos.

E tem mais: virou lugar-comum – está aqui o testemunho do nosso Presidente Vital, pelo menos na Paraíba – que a Justiça determine, no dia par, campanha da coligação X; no dia ímpar, campanha da coligação Y.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – E ela pode fazer isso?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não pode, mas tem feito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – É Conselho Nacional de Justiça.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Apenas para chamar a atenção para episódios que estão acontecendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Nem uma coisa nem outra. Seguramente promovida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu encerro, Senador Vital, dizendo que trago isso a título de contribuição, até porque, em relação a essa coisa do showmício, eu vou fazer uma emenda propondo um artista da terra. Qual o problema que as pessoas se juntem ali? Uma eleição é um ato festivo de uma Nação democrática como a nossa e também um ato cultural. Por que com o artista da terra não pode? Agora, o cara trazer o outro lá do outro lado com não sei quantos milhões é uma outra coisa. Aí, podemos criar realmente critérios para isso, para dar possibilidade de o povo ir à rua.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Não há mais oradores inscritos – Senador Aécio, inscreva-se agora.

Senador Aécio, com prazer, eu ouço V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a, mas eu realmente havia pedido a minha inscrição.

E eu me lembrei agora, ao ouvir o Senador Magno Malta...

Enfim, acho que nós temos hoje uma oportunidade, Senador Romero Jucá, até naquilo que se chamou de perfumaria – não acho nada desabonadora a expressão –, cuidarmos de pequenas questões que, ao longo do tempo, vieram a dificultar o processo eleitoral

e as campanhas as mais legítimas e principalmente as de menor poder aquisitivo. Até porque, Senador Vital, as coisas caminham numa velocidade tão grande, o despropósito tem sido tão amplo e chega a casos tão graves e tão, como aqui disse o Senador Requião, inimagináveis, como esse a que se referiu o Senador Cássio, que temo que nós voltemos a cinquenta anos atrás.

Na minha terra, Senador Vital, em Barbacena, ao lado da minha São João del Rei, disputam historicamente, até hoje, duas famílias: os Andradas e os Bias Fortes. Numa eleição na década de 50, às vésperas da eleição, os cabos eleitorais e a Família Bias se reuniram e, nas entradas das cidades – ainda com uma presença rural muito grande –, prepararam algumas figuras vestidas com a camiseta de fiscal; e, no dia da eleição, o eleitor vinha, naquela época em caminhonete, em caçamba de caminhões, de ônibus alugados, carros de boi muitas vezes, para chegar às cidades; e o fiscal dizia o seguinte: “É dos Bias ou dos Andradas? Não, é dos Andradas. Não, dos Andradas só amanhã, porque hoje vão votar só os dos Bias, para não ter muita confusão na cidade”. E assim foi, e os Bias tiveram 90% dos votos, porque os dos Andradas foram votar no dia seguinte. *(Risos.)*

Para que não haja coisa parecida com essa – na verdade isso é parte do folclore da política mineira – existem pequenas questões que muitas vezes não são tratadas com o relevo que precisariam ser tratadas e que acabam criando situações absolutamente inusitadas no processo eleitoral.

Eu vou me ater aqui, Senador Jucá – se ele ainda está presente... Senador Jucá. *(Pausa.)*

Presidente Vital, o autor da proposta seria importante que estivesse presente, para que pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Raupp, relator, está presente. V. Ex^a se dirija a ele. O Senador Valdir Raupp é o relator da proposta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Senador Valdir Raupp, assumo seu posto, porque eu tenho três sugestões a fazer a V. Ex^a. Uma delas, já acatada, mas não é demasiado lembrar, é a questão da postergação da diminuição do prazo das campanhas eleitorais – parece-me que há hoje senão um consenso, mas uma compreensão do relator de que nós não devemos impedir não apenas candidaturas de oposição, mas, como disse o Senador Magno, novos candidatos que tenham tempo de se fazer conhecidos. Não vamos nos esquecer de que as regras que estaremos estabelecendo aqui, Senador Aníbal, valerão para as eleições municipais inclusive.

Então, nossa posição inicial, quando apresentada a proposta do Senador Jucá, foi da manutenção do

prazo atual do início das campanhas eleitorais, inclusive incluído aí o tempo de propaganda de rádio e televisão.

Existe uma questão que me chamou a atenção, Senador Vital, e que me preocupa notadamente nas eleições municipais, que é a vedação proposta no art. 37 em relação à vinculação de propaganda eleitoral por meio de fixação de faixas, placas, pinturas e inscrições em bens particulares. Hoje, nós sabemos que há vedação para bens públicos – é óbvio que é absolutamente correta –, mas me preocupa se, nas eleições municipais, a vedação para que alguém, o vizinho, coloque ali uma placa, um cartaz do candidato a vereador ou mesmo do candidato a prefeito – e isso vale também para as outras eleições –, nós não estejamos, na verdade, contrariando interesses dos candidatos de menor poder aquisitivo, que muitas vezes têm nesse espaço conquistado gratuitamente – não falo aqui, claro distorções poderão haver, em especial nos grandes centros –, se nós não estaremos impedindo esses candidatos de usarem o melhor instrumento, talvez o único ao seu alcance, de divulgação do seu nome.

Mas não vou aqui fazer um cavalo de batalha em relação a essa questão, já conversei com o Senador Jucá, mas eu acho que ela deveria ser melhor avaliada.

Outra questão colocada, uma emenda que parece acolhida, segundo informações que tive – e me parece também, permitam-me, absolutamente fora de propósito –, é a garantia de que, no tempo de televisão, de propaganda, haverá a obrigatoriedade de utilizarem-se 20% para o candidato a vice, seja ele prefeito, governador ou Presidente da República, ou ainda, suplente. Parece-me algo absolutamente despropositado. Imagina, Senador Pedro Taques, se nós tivermos lá, em Roraima, por exemplo, um candidato a vice-governador muito forte, com muito prestígio. Se esse candidato precisar usar 50%, 70% do tempo de televisão, por essa regra, ele ficará tolhido, ele ficará restrito a apenas 20%. Nada impede que qualquer candidato a vice utilize 100% se a coligação assim achar conveniente. Dessa forma, colocar essa vedação me parece um preciosismo que volta àquelas questões, aqui já levantadas, que ridicularizam, em certo aspecto, a construção de estratégias políticas. Parece-me algo que deveria ser rapidamente retirado do texto, se é que tenha sido acatada.

E uma última questão – esta, mais de fundo, razão por que a trato com extremo cuidado: no art. 36, quando se estabelece aquilo que está permitido, portanto que não será considerada propaganda eleitoral antecipada, a proposta mantém alguns itens, como a participação de filiados a partidos políticos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na Internet, desde que não haja pedido de

votos. O.k.! É uma forma, enfim, de os partidos políticos divulgarem as suas propostas e exercerem a sua atividade política.

Segundo, a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e às expensas dos respectivos partidos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando as eleições, podendo tais atividades serem divulgadas, inclusive, pelas redes sociais. Aqui nós estamos garantindo que os partidos possam, fora do prazo eleitoral, fazer os seus seminários, os seus congressos e as suas reuniões. Isso, a meu ver, só aperfeiçoa e valoriza o processo político.

Ainda permite a proposta do Senador Jucá a realização de prévias partidárias e sua divulgação pelos instrumentos de comunicação intrapartidários e pelas redes sociais, mantendo o que existe atualmente e que também considero correto. Ainda, a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se peçam votos. Também correto!

A preocupação que trago, Sr. Presidente, é em relação ao item V, que se refere à manifestação e ao posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais. Algo absolutamente natural e imprescindível, hoje, ao debate democrático e que deve ser estimulado. A única questão que se coloca – e fui alertado ainda por pessoas muito ligadas às redes – é que é preciso que todos estejam liberados para dizer o que quiserem, mas que o autor daquele posicionamento e, eventualmente, de algum ataque ou de alguma ofensa seja identificado e possa, quando for o caso, responder por aquilo que disse.

Isso, apenas para criar uma defesa, Sr. Presidente; e acho que isso vale para qualquer cidadão, qualquer candidato em qualquer nível. Amanhã, lá em Sorriso, por exemplo, Senador Pedro Taques, cidade que terei oportunidade de visitar, um candidato a prefeito de menor força ou de menor poder aquisitivo, de repente passa a sofrer ataques. Digamos que a chapa mais estruturada coloca robôs ou *fakes*, ou cria perfis falsos para difamarem constantemente aquela figura. Quando acontecer isso e não for identificado o autor ou responsável por aquele determinado ataque, fica aquele que se sentir ofendido em condições de recorrer ao TSE, que, por sua vez, poderá – o TRE no caso, o TSE nas eleições em nível nacional –, como disse, não identificar o autor ou não se localizando aquele que se responsabilize por eventuais ataques ou calúnias, retirar do ar aquele perfil, aquele *site*. É apenas para criar uma defesa.

Valorizar a participação individual é fundamental, mas, até para valorizá-la, e preciso que nós, de alguma

forma, possamos dar àquele que queira participar do debate político a possibilidade de se posicionar, mas, obviamente, se responsabilizando por eventuais ataques, eventuais ofensas.

É um cuidado sobre o qual queria ouvir o Senador Jucá, especificamente. Vamos garantir as manifestações, os posicionamentos pessoais de qualquer ordem, cada um sendo responsável pelo que diz, mas sendo responsável, para que o poder financeiro não acabe criando nas redes um debate falso – não de pessoas, mas obviamente de máquinas, com interesses que não são os do amplo debate na rede.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – V. Exª tem razão na colocação. Tem, não só a minha concordância, mas a Ministra Presidente do TSE, aqui no debate que tivemos, levantou essa questão, inclusive registrando que seria importante que o dispositivo desse a condição de se processar, de se agir contra quem estivesse agredindo, e que a Justiça Eleitoral pudesse ser acionada para retirar do ar matérias ofensiva aos candidatos.

Portanto, na direção de V. Exª, nós também concordamos com a modificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Aécio.

E como último orador dos inscritos – Ah! Tem o Senador Capiberibe – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, eu quero deixar claro a minha perplexidade com o que se discute no Congresso Nacional hoje. Peço aos meus companheiros Senadores que não se sensibilizem com o que vou dizer. É simplesmente o exercício claro de uma opinião.

Em primeiro lugar, quero concordar com o Senador Diniz, que deixou extremamente claro que nós estamos tratando de problemas menores que podem muito mais atrapalhar um processo eleitoral e dar condição aos juízes de exercerem a sua arbitrariedade de uma forma constante e desmesurada do que resolver o problema. O problema da liberdade eleitoral está no cerceamento da ação do poder econômico. Está no fim do financiamento privado, ainda mais oculto. A minha perplexidade, para o horror do meu amigo Jucá, se suporta, por exemplo, em defendermos a ocultação do doador no processo de transcurso da eleição e ao mesmo tempo defendermos o voto aberto no plenário do Senado, depois de levarmos algumas pauladas da Rede Globo e da mídia.

Então, nós somos a favor do doador secreto e do voto aberto. E nós sabemos da ilusão que tem significado essa história do voto aberto. Não traz transparência alguma. O voto secreto surge com o ostracismo na velha Grécia, é incorporado às votações do

parlamento na Austrália para defender o parlamentar da pressão econômica, da pressão do governo, e hoje desse constrangimento da mídia. Não são todos os votos que são observados pelo eleitor, porque muitas das votações de vetos de ministros dos tribunais nada têm a ver com a visão que o eleitor singelo lá da base pode ter. Nós estamos votando, às vezes pelo voto aberto que propicia a cobrança do financiador, num projeto dificilmente entendível pela base eleitoral do país que diz respeito a vantagens de determinadas empresas e determinados grupos.

É claro que nas questões programáticas, nas questões essenciais à vida do país, o voto aberto é essencial. Mas o voto secreto em determinadas circunstâncias preserva a independência do parlamentar. É o voto do veto, é o voto da escolha do ministro num tribunal superior, é o voto nas agências reguladoras. Mas nós estamos entrando nessa onda da mídia, da abertura que não abre rigorosamente nada. Financiamento público de campanha tem que ser seguido, Senador Diniz, pela regulamentação dos monopólios da mídia e pelo exercício imediato do direito de resposta.

Eu vi a intervenção do Senador Aécio, concordo absolutamente com ela, vamos substituir o juiz. Mas substituir, depois de 72 horas, por outro que pode demorar 72 horas e ser substituído por um próximo que nas 72 horas pode resolver o que fazer, pode implicar na decisão de uma campanha com uma agressão falsa.

Estamos discutindo o tamanho de adesivos, estamos dificultando a comunicação dos mais pobres, dos que têm opiniões mais significativas para a sociedade, mas não têm ligação alguma com o grande capital.

Nós estamos brincando de legislar sobre liberdade eleitoral. Nós tínhamos que decidir de uma vez por todas o fim do financiamento privado de campanha. Se não tivermos força para decidir isso, que seja obrigatoriamente o financiador colocado na Internet e na televisão de forma imediata, para que eu como eleitor saiba em que tipos de interesses estou votando.

Nós não podemos ocultar esse processo.

E já que elogiei aqui a intervenção do Senador Aécio, do Senador Diniz e uma iniciativa do Senador Pedro Taques, quero dizer também que o outro absurdo é o voto facultativo.

O voto facultativo vai ser a possibilidade da compra pelo poder econômico e a prestação será facilmente verificada com a presença do eleitor na urna e posteriormente com o resultado da urna, não individual, mas em pequenos e pobres Municípios, com o resultado global da urna aberta. Então, nós tínhamos que levar isso mais a sério. E levar a sério é estabelecer absoluta liberdade.

Por que a Câmara votou ontem o voto aberto por unanimidade e eu não consigo colocar no plenário o meu projeto de direito de resposta? Proposto por mim e aperfeiçoado pelo Senador Pedro Taques? Que espécies de forças políticas evitam que o Senado possa considerar o direito imediato de resposta? É o poder da mídia que influi nos obstáculos para a inclusão na pauta do meu direito de resposta e ao mesmo tempo faz a Câmara Federal votar por unanimidade o voto aberto? Com quem nós estamos brincando?

Nós temos que tratar da história da democracia. O voto secreto veio para defender o eleitor. Foi incorporado à vida parlamentar na Austrália. Não em tudo. Mas quem vai votar abertamente um veto da presidência neste sistema de liberações voluntárias do Governo Federal para Municípios e bases eleitorais?

E o exemplo definitivo, para mim, foi a minha oposição à eleição daquele cidadão que a Presidente indicou para a presidência da ANTT e que eu de sobejo conhecia. Conhecia o seu currículo, que não foi apresentado nas Comissões. Foi o intermediário preposto do setor privado na privatização das ferrovias e, de repente, esse raposo é colocado para cuidar do galinheiro.

Eu tentava convencer a Presidente de mudar a indicação. No plenário eu requeri a retirada de pauta, para que pudéssemos levar esse processo de convencimento da Presidente da República mais para frente. Foi à votação. E essa tese da retirada de pauta, que era uma tese de conciliação com o Governo Federal, foi derrotada por 36 votos a 30. Daí veio a votação da ANTT. Mas a votação da ANTT era secreta e o resultado se inverteu: 36 a 30 e nós derrubamos quem não podia ocupar a ANTT.

Qual foi o voto de consciência? Foi o voto aberto que derrubou a postergação necessária? Ou foi o voto fechado que não deixou uma pessoa desqualificada ocupar essa posição? Posteriormente, a Presidente da República, retaliando o Congresso Nacional, o Senado pelo menos, coloca-o na presidência da Empresa Brasileira de Logística.

Eu acho tudo isso um verdadeiro absurdo, mas nós estamos tratando a doença da floresta pela rama. Não é isso que a população está a exigir. Está a exigir modificações mais profundas, na economia, na soberania.

Então, de repente temos aí as atitudes, Senador Jucá, em relação à quebra do sigilo da própria Presidente. E dizem: Se os Estados Unidos não apresentarem uma justificativa plausível, a nossa Presidente não irá visitar Obama na visita programada.

Meu Deus! Isso é brincadeira! Que justificativa plausível pode haver para a quebra do sigilo do Presi-

dente da República do Brasil? Mas nós estamos fazendo o leilão da província petrolífera de Libra, com 16 bilhões de barris conhecidos, quando a reserva conhecida até então do Brasil é de apenas 15 bilhões. E a Presidenta vai aos Estados Unidos assinar um pacto. É um pacto com os Estados Unidos de fornecimento de petróleo para as necessidades do Ocidente.

Minha gente, seria um bom momento para começarmos a levar a sério a grita popular, a grita das ruas, que é uma grita sem muito objeto. Cada um foi às ruas levando a sua própria angústia, o desespero com a sua vida, a dificuldade com a educação, com a saúde. Mas caberia, à estrutura política do Brasil, formular uma proposta razoável, descente e definitiva de mudanças. E nós estamos brincando com uma floricultura. Nós estamos pincelando pequenas e inúteis mudanças no processo eleitoral. Não é por aí, Presidente.

Talvez uma outra mudança genérica, possível, posse a obrigatoriedade das consultas prévias, dos plebiscitos dentro dos partidos para a escola de candidatos. Nós estaríamos quebrando e hegemonia das burocracias partidárias nesse momento. Mas não, nós estamos discutindo os centímetros, o adesivo vazado ou não. Isso deveria ser de forma absolutamente liberada. Nós estamos impedindo que os pequenos se manifestem e colocando dificuldades para um juiz eleitoral, irascível ou mais ou menos fora do seu juízo perfeito, faço o que já se descreveu nesta sessão hoje.

Fui penalizado como candidato ao Governo, muitos anos atrás, porque o meu Partido colocou uma cena externar no ar, Senador Blairo Maggi. O juiz disse: "Não pode colocar." O Partido recebeu um ofício e imediatamente comunicou à geradora de televisão que não pusesse no ar aquela propaganda. A geradora disse que, no fim de semana, não tinha condição de fazer aquilo, que já estava programado e que não tinha operadores. Pôs no ar, em contrariedade à decisão judicial e à decisão do Partido. Agora, 10 ou 12 anos depois, o PMDB do Paraná está condenado a pagar uma multa que, com juros e correção monetária, chega a R\$344 milhões. Por que não a cena externa? Acho que cena externa, Senador Pedro, não é um artifício técnico numa propaganda eleitoral. Por que não se pode filmar um hospital que foi construído ou um hospital que está destruído, na crítica a um governo?

Então, nós não estamos indo à essência do problema. Perdoem-me a franqueza. Não se ofendam com o que estou dizendo porque estou dizendo o que penso e, como o Cunha Lima, produto de uma militância de mais de 30 anos e de incontáveis eleições. Nós estamos brincando e fraudando a opinião pública com essa reforminha rigorosa e absolutamente insignificante.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/ PMDB – RR) – Sr. Presidente, art. 14. Gostaria de fazer uma rápida colocação sobre o que disse o Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a, pelo artigo 14.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/ PMDB – RR) – Tenho todo o respeito pelo Senador Roberto Requião. Não vou comentar aqui o devaneio dele sobre outras questões do Governo, mas quero me posicionar firmemente e repudiar suas palavras quando diz que nós estamos aqui brincando, que nós estamos aqui tentando enganar a opinião pública e, principalmente, que nós estamos aqui tentando prejudicar os menos aquinhoados na disputa eleitoral.

Não sei como é a eleição no Paraná, mas acho que não são os menos aquinhoados que contratam boca de urna, que contratam inúmeros veículos, que fazem propaganda abusiva. O Senador Roberto Requião falou de um tema que nós estamos ajustando aqui, que é a questão das inserções de cenas externas. Então, nós estamos aqui, com muita responsabilidade, não para fazermos uma reforma política, porque uma reforma política não daria tempo de fazer até o dia limite do processo de anuidade para a eleição de 2014. Nós estamos aqui, com muita responsabilidade, fazendo uma reforma eleitoral que procura diminuir gastos, dar transparência, criar condições para que todos tenham possibilidade de disputar em condições de igualdade e estamos explicitando questões jurídicas que vão, exatamente, fazer com que as demandas judiciais possam ser menores.

Além disso, nós não estamos aqui escondendo e ocultando doadores de campanha, estamos mantendo a mesma regra que está valendo hoje. A de que o doador de campanha é identificado, sim, na prestação de contas. O que nós estamos fazendo é mantendo, nas prestações de contas parciais, a mesma sistemática que é usada hoje. Exatamente para proteger os pequenos e para proteger a oposição que, ao receber uma doação, durante o período eleitoral... Se essa doação for pública, antes do processo final da campanha, esse doador será pressionado, será fiscalizado e não terá condição efetiva de exercer a sua cidadania doando a quem quiser.

Portanto, eu entendo a posição do Senador Pedro Taques, mas, na prática, se nós dermos, no momento em que o doador fizer a doação, publicidade imediata, nós exporemos aqueles doadores que farão doações para a oposição e que não farão doações para o Poder, desestimulando-os e, de certa forma, aí sim, criando uma competição desleal acerca das doações. Então, é preciso comentar aqui as coisas, colocar as nossas

questões, mas comentarmos com muita responsabilidade, com muita seriedade e com muita serenidade o papel de cada um aqui. O que nós estamos fazendo é um esforço para melhorar as eleições e dar igualdade às eleições de 2014.

Reforma política, é preciso fazer; financiamento de campanha, tem que se discutir, como a forma de eleger, o tamanho do mandato. Eu tenho uma PEC aqui que uniformiza a eleição e dá mandato de seis anos para todo mundo, acabando a reeleição; a questão do financiamento, a questão do voto obrigatório ou não é outro momento. Nós não teríamos condição de aprovar esta matéria até o mês de setembro agora, remetê-la para a Câmara, para que a Câmara tivesse pelo menos a condição de discutir e aprovar. Então, eu respeito as posições do Senador Roberto Requião, mas refuto as colocações aqui de leviandade, de brincadeira e de má intenção, no sentido da reforma eleitoral que nós estamos propondo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, pelo art. 14 do Regimento Interno mesmo, ou 30 segundos, em nome da democracia do processo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou manter o art. 14 para V. Ex^a, exatamente para acabar com ele.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu deixei a minha opinião muito clara: não é uma reforma séria; eu não disse que é leviana, mas disse que nós não estamos assumindo a nossa responsabilidade. Eu acho que é uma reforma muito pouco séria. E quero reiterar, fundamentalmente, o problema da exposição do doador. Nunca vi doador de grande porte financiar candidato pobre. O doador tem que ser colocado no momento. Nós não temos que resguardar o doador, não. Nós temos que resguardar o eleitor de ver um candidato financiado por um grande grupo econômico gastando milhões e se elegendo. Porque, depois, o cabresto não será o cabresto difuso do voto popular, mas será o cabresto da doação, o que nós vemos ocorrer todo dia no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já usado por duas vezes o art. 14, na forma do Regimento.

Senador Capiberibe com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu fui citado e não tenho direito ao art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, não mais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não? Então está bem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr. Presidente, posso colocar uma questão?

Eu analiso que nós estamos numa fase de transição. A comunicação se dá pelos meios que nós conhecemos, mas também há uma rede de comunicação horizontal na internet, que são as redes sociais. E as campanhas, certamente, vão aos poucos migrar para as redes sociais e, parece-me, na verdade, que é uma possibilidade de reduzir custos.

As redes sociais começam a ter uma importância grande nas campanhas eleitorais, e terão muito mais no futuro; será muito maior a influência das redes, o debate nas redes. Hoje já são importantes, mobilizam. Alguns eventos hoje – vários eventos – são feitos exclusivamente pelas redes sociais. Já não se gasta, não se consome a nossa floresta na Amazônia imprimindo mais nada, manda-se pelas redes sociais e se consegue fazer grandes reuniões.

Eu ouvi algumas propostas aqui que são muito interessantes, no sentido de reduzir custos. Eu acho que nós temos que trabalhar nessa direção da redução de gastos de campanha. E uma delas seria a questão dos programas eleitorais; o maior custo de campanha hoje é a produção de programas. Se nós pudéssemos dar exclusividade aos candidatos para usar o tempo de rádio e de televisão, nós teríamos – e as vinhetas partidárias, evidentemente – uma redução de custo extraordinário na campanha; que se use isso exclusivamente – acho que já há proposta nesse sentido; se não houver, vou apresentar –, para que o candidato tenha oportunidade de colocar suas ideias.

Outra é o corpo a corpo. Uma boa parte dos eleitos – muitos deles – o eleitor nem conhece, nem por fotografia, por causa dos tais cabos eleitorais, profissionais contratados. Essa é outra coisa que precisa ser limitada ou ser extinta. Eu acho que não pode haver campanha sem a presença do candidato. Eu acho que o candidato, quando há divulgação da sua proposta, através de panfletos, através de papel, ele tem que estar presente.

Então, eu devo apresentar, na semana que vem, algumas sugestões, algumas propostas nesse sentido, para que a gente possa reduzir...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex^a se pronunciará por intermédio de emendas, no turno suplementar.

Com a palavra, como último orador inscrito, Senador Sérgio Souza. Depois, vou devolver a palavra ao Relator para a apreciação das 34 emendas ao projeto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acho que nós devemos fazer uma meia culpa ou uma culpa inteira, não é? Estamos aqui há dois anos e meio, ou um pouco mais, neste mandato. Quando cheguei, já estávamos tratando de reforma política e não conseguimos avançar. Estamos fazendo, de fato, Senador Jucá, uma reforma eleitoral para baratear o custo, para moralizar um pouco mais as eleições, atendendo... para darmos uma resposta ao cidadão que quer participar do processo eleitoral, regulamentando, de alguma forma, a participação nas redes sociais. Mas nem toda lei, Senador Jucá, precisa ser aprovada um ano antes para valer nas próximas eleições. Um exemplo disso é a Lei 11.300. Ela é de 2006 e valeu para as eleições de 2006.

Digo que aqui, neste substitutivo que o Senador Raupp vai complementar na sequência, a maior parte dele, ou quase sua totalidade pode ser aprovada antes – até o ano que vem – e vai valer para as eleições de 2014, porque não muda o processo eleitoral. Não muda! Muda a regra da propaganda eleitoral. É discutível, mas a legislação eleitoral, a justiça eleitoral vai regular sobre isso. Mas é importante que a gente avance e faça essas alterações antes do prazo limite de um ano, para não restar nenhuma dúvida de que o Congresso Nacional fugiu dessa responsabilidade.

Gostaria muito de poder avançar em temas que a sociedade realmente quer que avance, como as propostas que V. Ex^a diz que estão tramitando e de sua autoria. Quantos outros Senadores têm propostas nesse sentido. Eu também as tenho, mas nós não vimos... nesses dois anos e oito meses que estamos neste mandato, nós não as vimos andar.

Sabemos que não andarão na Câmara também. Naquela Casa tem uma Comissão que está, há seis meses, em análises, mas não andam e não irão andar. A Presidenta da República sugeriu uma forma, que seria a consulta por intermédio de plebiscito ou referendo. Também não andou e não vai andar!

Agora, talvez aqui possamos construir um texto necessário para moralizar ou tentarmos moralizar um pouco mais as eleições, o processo de campanha eleitoral; e regras, Sr. Presidente, que venham a diminuir o custo das campanhas.

Era essa a minha intervenção. Muito obrigado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Apenas interrompo – e peço vênha aos colegas – para solicitar a retirada de pauta do item 2, porque essa matéria está sendo discutida, está sendo ampliada, está sendo aprofundada. Então, nós não enxergamos a necessidade de apreciá-la agora, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferido, atendendo a V. Ex^a.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 34, de 2011

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação da carreira de médico de Estado.

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

- Em 10/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 13/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Cícero Lucena.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria só fazer uma solicitação ao Senador Raupp, porque na proposta do Senador Valadares, a emenda que já está com parecer para acatamento, eu queria sugerir um pequeno acréscimo.

A emenda diz o seguinte:

A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda... Aí tem: irregular. A ideia é tirar o termo “irregular”, portanto.

A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é solidária entre os candidatos e seus respectivos partidos, não alcançando outros partidos, mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.

Eu queria acrescentar: “e podem ser quitadas com recursos do fundo partidário”, exatamente para possibilitar o pagamento dessas multas. Eu gostaria de crescer... é a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, Emenda nº 4, § 5º.

Era essa a proposição que eu queria fazer.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Só na hipótese de propaganda ou em outras... Em outras condições, não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só na hipótese de propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a tem a palavra para concluir o processo de discussão desse primeiro turno do projeto, ao apreciar as 34 emendas que foram distribuídas, nos últimos minutos, a V. Ex^a como Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria, antes de iniciar meu relatório das emendas, falar um pouco sobre os questionamentos do Senador Requião. Eu tenho o maior carinho e respeito, é meu amigo e meu irmão o Senador Requião. Mas nós não estamos aqui brincando de fazer, mesmo que uma reforma parcial, uma reforma política brasileira. E eu já vi muitos candidatos – estou falando de financiamento de campanha de candidato rico – ricos não terem financiamento nenhum e já vi muitos candidatos pobres terem muito financiamento, a exemplo do Presidente Lula. Todo mundo sabia que ele era um homem muito pobre e sempre teve financiamento de campanha. A Marina Silva também, na última eleição, era uma candidata pobre e teve também ricos milionários de São Paulo financiando a campanha da Senadora Marina Silva.

Então, se o candidato for viável, ele pode ser pobre que ele vai ter muito financiamento de campanha. Aí é que, talvez, esteja o erro. Por isso que defendo o financiamento público de campanha, talvez misto com o financiamento de pessoas físicas e não de empresas. O grande problema nosso é o questionamento do financiamento das empresas. Mas dizer que candidato pobre não tem financiamento de campanha, isso não é verdade, porque tem sim. Em todos os níveis, seja para Deputado, Senador, Governador, Presidente da República.

Eu acredito que nós temos que nos debruçar daqui para frente, após passado esse período de final de setembro, para realmente aprovar uma reforma profunda, uma reforma eleitoral que a sociedade está a clamar. Mas, neste momento, nós estamos fazendo o possível, o possível está sendo feito aqui no Senado para ser remetido à Câmara ainda, talvez com muito pouco tempo para a Câmara debater e aprovar isso até o final de setembro, que é o prazo, até no máximo dia 5 de outubro.

Então, vou passar a fazer aqui o relatório. Não vou fazer também a leitura das emendas, porque demandaria aqui muito tempo e já são 12 horas e 30 minutos, passado meio-dia. Então, vou ler o número

das emendas que estou acatando ou rejeitando e, no turno suplementar, poderemos discutir ainda algumas possibilidades de mudanças nesse relatório e de algumas emendas ou de outras emendas que poderão ser apresentadas ainda.

Vou falar só o número, porque cada Senador sabe o número da sua emenda – claro.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Lopes, estou acatando parcialmente e parte dela já acolhida no relatório, no texto do projeto original.

A Emenda nº 2 é uma emenda que acho meritória, do Senador Pedro Taques, e veio ainda acrescentado aqui por um projeto, porque não é nem uma emenda, é um projeto do Senador Eduardo Suplicy, que é a questão aqui – vou até comentar o texto dessa emenda – da divulgação em redes da internet, rede mundial de computadores, das doações de campanha. O Senador Suplicy trata em tempo real, todos os dias; e o Pedro Taques, seriam duas vezes durante a campanha, mas colocando, divulgando o nome dos doadores. Isso, na verdade, já é feito nas prestações de contas. Os partidos já prestam contas e colocando o nome das empresas ou das pessoas físicas que estão fazendo a doação. Então, isso aqui eu vou rejeitar e ficaria para uma discussão mais aprofundada no turno suplementar.

Então, rejeitada a Emenda nº 2, do Senador Pedro Taques...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex^a permite, Senador, apenas para citar – e quero chamar a atenção do Senador Romero Jucá: a Ministra Carmem Lúcia considerou um dos pontos tão positivos exatamente a transparência em tempo real. Saber só depois das eleições é algo que esconde dos eleitores e é importantíssimo os eleitores saberem antes das eleições. Se não for diariamente, que seja divulgado na véspera das eleições, para que todos saibam a natureza do financiamento para cada um. É a sugestão. Mesmo em turno suplementar, podemos aprofundar esse debate.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Senador Raupp, é porque o Senador Suplicy nunca disputou eleição no Acre, senão ele não defenderia essa proposta de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos garantir a palavra ao Senador Raupp, que está em processo de conclusão do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Desculpe-me, Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu acho que o que nós estamos fazendo aqui é tentar baixar o custo das campanhas e evitar, de uma

vez por todas, o caixa 2, que, nas últimas eleições, já foi visivelmente diminuído, senão 100%, 90% ou mais, a prática de caixa 2, que era muito comum nas eleições. Então, se você for querer exigir muito dos doadores, pode voltar a prática do caixa 2, o que é condenável por todos nós.

Então, vamos voltar a discutir essa questão da emenda do Pedro Taques e do Senador Eduardo Suplicy no turno suplementar.

A Emenda nº 3 nós estamos acatando. A emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

A Emenda nº 4, essa a que o Senador Romero Jucá acabou de fazer um acréscimo do §5º, nós também estamos acatando. E vamos fazer essa modificação proposta pelo autor do projeto, Senador Romero Jucá.

A Emenda nº 5, de autoria do Senador Romero Jucá, está sendo também acatada, acolhida.

A Emenda nº 6, também de autoria do Senador Romero Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é só para registrar. Para a Emenda nº 5 eu tinha feito um texto e, posteriormente, o Senador Humberto Costa propôs um outro texto que elucida e em que fica claro que não é pregar cartazes, mas, sim, distribuir cartazes na mesa.

Então, eu pediria que a minha emenda não fosse atendida, e fosse atendida a emenda do Senador Humberto Costa. É uma nova redação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É essa mesma. Se quiserem que eu faça a leitura dela, bem rapidamente, ela é a mesma que está sendo acolhida.

Bom:

Dê-se ao §6º do art. 37 a seguinte redação:

§ 6º É permitida a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras, ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.

Ela está sendo acatada, então.

A Emenda nº 6...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Raupp, V. Ex^a poderia esclarecer a redação das Emendas nºs 4 e 6, do Senador Jucá?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – A Emenda nº 4:

Acrescenta-se ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, onde couber, as seguintes alterações ao art. 241, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1975, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

A Lei nº 4.707, de 15 de julho de 1975, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 241. Parágrafo Único – a solidariedade prevista neste artigo é restrita aos candidatos e seus respectivos partidos, não alcançando outros partidos, mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É só para explicar, Senador Randolfe...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Está-se acrescentando aqui: “E poderão ser quitadas...”

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, esse é o §2º. É para registrar o seguinte: numa determinada coligação, um determinado candidato é penalizado. Em alguns tribunais regionais eleitorais, essa penalização, essa multa é estendida para a coligação, para todos os partidos, e cria problemas para os partidos que foram coligados.

Nós estamos aqui dizendo que qualquer penalização será restringida, na prestação de contas ou em qualquer questão, exatamente ao candidato e ao partido do candidato na questão do fundo partidário, e não contamina os outros partidos que participaram da coligação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Mas o pagamento será feito com recursos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – No outro parágrafo, que trata da questão da multa por propaganda irregular, está-se dizendo que não contamina os outros partidos e que o partido multado poderá usar recursos do fundo partidário para pagamento dessa multa que diz respeito à propaganda eleitoral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Tá. Bom, eu só quero um destaque...Bom, não sei se cabe.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Depois, depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Essa emenda, qual é?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É a Emenda nº 4.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É a Emenda nº 4.

A Emenda nº 6, de autoria do Senador Romero Jucá, está sendo rejeitada.

A Emenda nº 7, de autoria do Senador Romero Jucá, está sendo acolhida.

A Emenda nº 8 está sendo acatada parcialmente e é de autoria da Senadora Kátia Abreu.

A Emenda nº 9 também está sendo acolhida e é de autoria do Senador Humberto Costa.

A Emenda nº 10, de autoria do Senador Humberto Costa, também está sendo acatada.

A Emenda nº 11, de autoria do Senador Humberto Costa, também está sendo acolhida.

A Emenda nº 12, de autoria do Senador Humberto Costa, está sendo rejeitada, até porque já está contemplada na Emenda nº 8.

A Emenda nº 13, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, está sendo acatada.

Vocês estão vendo que os partidos se movimentaram e nós estamos acatando emendas de vários partidos, porque estão aperfeiçoando o texto.

Então, a Emenda nº 13, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, está acatada.

A Emenda nº 14, também de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, está sendo rejeitada.

A Emenda nº 15, também do Senador Cássio Cunha Lima, está sendo rejeitada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Meu caro Relator, Senador Valdir Raupp...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sim.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A Emenda nº 14, do Senador Cássio Cunha Lima, é a que dá a possibilidade nas inserções de imagens externas. Nós pactuaríamos que iríamos acatar a emenda. Então, eu gostaria...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Já está acatada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) –... de pedir a reavaliação de V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Vou fazer o apelo neste sentido: permitir que nas inserções, Senador Raupp,...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O parecer pudesse ser favorável, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) –... se use os mesmos instrumentos da propaganda eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência se incorpora ao apelo do autor do Projeto e do autor da emenda para a abertura desse processo, que torna efetivamente o programa eleitoral equânime. As inserções...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Então, reconsiderando, está sendo acatada.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – A de nº 15 está sendo rejeitada, a de nº 16 também rejeitada, a de nº 17 também está sendo rejeitada, a de nº 18 é também pela rejeição, a Emenda de nº 19...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Raupp, eu queria registrar o seguinte: a Emenda 17, o Senador Cássio diminui para quatro horas, o que a gente não concorda, porque as televisões pedem pelo menos 12 horas. Então, a ideia seria manter as 12 horas, o que já está na minha proposta, mas que pudesse ser recebido nos sábados e domingos. Na verdade, ela seria acatada parcialmente, atendendo o prazo do final de semana e também nos feriados.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas, Senador Jucá, a lei não diz data. O texto não fala que tem que ser até sexta.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não, não fala.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Então, se não fala...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas é importante que se diga porque, senão, o tribunal fixa a pedido das televisões, e as televisões não recebem sábados e domingos se a gente não tiver...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Então todos os dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...uma determinação para que isso aconteça.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Qual é o prazo de entrega hoje dos programas. Não é quatro horas?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É 12 horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É fixado: 12, 24 depende. O TRE fixa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – A lei fala em 12 horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A lei fala em 12, mas às vezes... Por exemplo, lá em Roraima, eles estavam fixando em 24 horas e a gente chiando. Se a lei está dizendo que é 12, então a gente vai ter condição...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Raupp...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Dezesete acatada parcialmente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Raupp, aqui na frente.

Não seria o caso de acatar a emenda do Senador Cássio Cunha Lima, em vez de quatro horas, seis horas, porque verdadeiramente fica muito distante 12 horas. Às vezes, há um acontecimento de campanha no qual se quer estar presente no programa eleitoral da noite e não consegue.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Só à guisa de contribuição, Senador Anibal. A resolução do TSE hoje já estabelece o prazo

de seis horas. Então poderíamos fazer o entendimento no sentido...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Deixa só eu ponderar o seguinte: a campanha que vai ao ar às 7 horas de manhã na rádio, se você botar seis horas, você vai ter o prazo para entregar meia-noite, 11 horas da noite. Na verdade, não estamos falando só de televisão, estamos falando de televisão e rádio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Mas, entenda, Senador Romero, esse prazo é o prazo limite. Você pode entregar 12 horas antes, 24 horas antes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então seis horas eu acho...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu acho que seis horas fica razoável, considerando que o TSE já fixa em quatro horas hoje. Então, seis horas, com o apelo, Senador Raupp, para que as televisões estejam obrigadas a receber as inserções nos sábados e domingos, porque já virou comum o candidato ser atacado na sexta sabendo que sábado e domingo não tem resposta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ou no sábado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Ou no sábado. Isso virou uma estratégia. Então, faço apelo a V. Ex^a para que reconsidere e as televisões sejam obrigadas a receber as inserções também...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Todos os dias, seis horas em todos os dias. Todos os dias: sábado, domingo e feriados.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Todo mundo concorda com seis horas?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Seis horas? O.k.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas é importante colocar: “inclusive sábados e domingos”. É importante que esteja na lei...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente. Até porque o plantão eleitoral acontece no sábado e no domingo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sábado, domingo e feriados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sábado, domingo e feriado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O.k. Seis horas: sábado, domingo e feriados.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Ótimo!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeito! Obrigado.

Emenda 18 rejeitada.

Emenda 19, também de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, o.k., acatada.

Emenda nº 20 está sendo acatada com alguns ajustes, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Emenda nº 21, também de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, está sendo acatada.

Emenda nº 22 também sendo acatada, do Senador Cássio Cunha Lima.

Emenda nº 23, o.k., está sendo acatada, também do Senador Cássio Cunha Lima.

Emenda nº 24 também está sendo acatada, do Senador Cássio Cunha Lima.

Emenda nº 25 já foi acolhida. Já está contemplada também a Emenda nº 25.

A Emenda nº 26 também está sendo acolhida.

A Emenda nº 27, do Senador Sérgio Souza, está sendo rejeitada.

A Emenda nº 28, do Senador Sérgio Souza, está sendo acatada.

A Emenda nº 29, do Senador Sérgio Souza, já também está contemplada.

A Emenda nº 30, do Senador Sérgio Souza, está rejeitada.

A Emenda nº 31...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A Emenda nº 30, do Senador Sérgio Souza, já está acatada no texto, que é o prazo de 20 dias para troca de mandato. Portanto, está atendido.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeito. Está contemplada no texto.

A Emenda nº 31, também do Senador Sérgio Souza, está sendo acolhida.

A Emenda nº 32, do Senador Sérgio Souza, está sendo acolhida também.

O Cássio Cunha Lima e o Sérgio Souza foram os campeões das emendas.

A Emenda nº 33, do Senador Inácio Arruda, está sendo rejeitada.

A Emenda nº 34, de autoria do Senador Inácio Arruda e da Senadora Vanessa Grazziotin, também está sendo rejeitada.

A Emenda nº 35, que acrescenta o inciso VI no art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral... O autor gostaria de comentar essa emenda? (*Pausa.*)

É uma emenda de relatoria para adequar a alteração proposta à Emenda nº 4.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Essa emenda é exatamente para possibilitar a questão de o partido pagar a multa com o fundo par-

tidário – o partido e não o candidato. Portanto, preciso ajustar à legislação da possibilidade de gastos do partido político.

Agora, queria registrar duas coisas, Senador Raupp, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Primeiro, a minha emenda que previa a utilização do tempo mínimo de 20% para o suplente ou para o vice foi retirada. Então, na verdade, essa emenda está fora. Não deve constar do relatório. Havia o entendimento de buscarmos conversar e, na verdade, então, houve essa primeira retirada.

Outro ajuste que precisa ser feito é, na questão da liberação das redes sociais para livre manifestação pessoal, uma colocação que fez o Senador Aécio Neves e também a Presidente Cármen Lúcia, sobre colocarmos que é liberado, mas que os responsáveis respondem civil e criminalmente por qualquer ofensa e que o Tribunal Eleitoral pode, por solicitação dos agredidos, providenciar a retirada da rede das acusações e das agressões que são colocadas. Isso precisa ser agregado ao texto. Gostaria que constasse em Ata e que V. Ex^a pudesse agregar na emenda e no dispositivo que fizemos de liberação das redes sociais.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O Senador Eduardo Lopes quer fazer um questionamento.

Pediria às assessorias tanto da Comissão, com a permissão do Presidente, como a minha que produzíssemos logo esse relatório com o acréscimo das emendas, para disponibilizar para os Senadores estudarem e analisarem.

Muito obrigado!

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Faço só...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É permitido um questionamento ao Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O Relator já concluiu, mas V. Ex^a...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – É só uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Vamos colocar agora em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Pedro Taques, me permita. V. Ex^a tem precedência, mas me permita, só para concluir esse tema, a palavra ao Senador Eduardo

Lopes e, depois, a palavra ao Senador Rollemberg, e concederei a questão de ordem a V. Ex^a

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pois não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O.k., Presidente. Obrigado!

Foi acatada a emenda que trata da colocação de mesa para distribuição de materiais e a questão de bandeiras em vias públicas. Então, entendo que aquela questão da propaganda em casas e nas próprias vias públicas... Então, se abriu para bandeiras, permitindo as bandeiras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Bandeira já pode. Então, é isso que eu quero perguntar. Segue a especificação que já está na lei, com dimensão, com tudo. *(Pausa.)*

O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Rollemberg e a questão de ordem do Senador Pedro Taques.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai colocar logo em seguida em votação o relatório do Senador Valdir Raupp. Quero cumprimentar o Senador Raupp e percebo que há um esforço conjunto de todos aqui de definir uma legislação que reduza o preço das campanhas eleitorais. Mas eu quero registrar que, nas cópias distribuídas pela Presidência aos Senadores, pelo menos na cópia que eu recebi, é impossível acompanhar o número de cada emenda. E o parecer foi dado em função das emendas.

Como nós teremos a votação desse primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Suplementar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A votação das emendas será no turno suplementar na terça-feira.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Dessas emendas todas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Não. Vamos votar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Vai ser votado agora e....

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Essa é a questão que tem que ficar clara.

Nós vamos votar esse texto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixe-me interromper V. Ex^a, porque a sua solicitação, a sua palavra pela ordem deve se

coadunar com a questão de ordem do Senador Pedro Taques.

Regimentalmente, V. Ex^a falou pela ordem e eu pensei que seria alguma coisa a respeito do relatório. Mas V. Ex^a questiona-me sobre o procedimento de votação. Aí é uma questão de ordem.

Eu ouço o Senador Pedro Taques, que vai fazer a sua questão de ordem para a Presidência se posicionar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim.

Sr. Presidente, a questão de ordem eu a faço com fundamento no art. 403, combinado com o art. 132, §1º do Regimento Interno.

Eu gostaria de saber, é uma dúvida, se posso pedir vista do projeto. Por quê? Nós todos conhecemos a capacidade, a inteligência do Relator. Agora, analisar 32 emendas dessa importância nesse período de uma hora, com todo respeito, não é digno. Não o Sr. Relator, eu quero cumprimentar o Relator. A Comissão de Constituição e Justiça precisa ter tempo para debater isso. Eu preciso analisar isso!

Não cabe vista? E me permita, já houve uma questão de ordem decidida na CCJ nesse tempo. Já houve! Se buscarem aí, vão ver que já houve. É uma questão de ordem.

Eu preciso de tempo para analisar. Eu não tenho esse conhecimento prático que todos têm; e aqui já mudaram até a minha posição, mas nós precisamos analisar ponto a ponto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, vou responder à questão de ordem de V. Ex^a tomando o art. 132 como referência, a que V. Ex^a se referiu. O período de vista já foi concedido, de forma coletiva, ao relatório do Senador Valdir Raupp, na semana passada.

Hoje, foram apresentadas 35 emendas. Eu questiono o Senador Valdir Raupp se ele alterou o relatório ou incorporou as emendas. Porque, ao incorporar as emendas, não caberá mais pedido de vista, porque não houve reformulação do relatório de S. Ex^a. Se o Senador Valdir Raupp incorporou as emendas ao seu relatório, o que nós vamos votar é o substitutivo do Senador Valdir Raupp com as emendas acolhidas de S. Ex^a; não houve reforma do relatório.

Se o Senador Valdir Raupp reformulou o relatório, havendo reforma do relatório, Senador Pedro Taques, já houve casos aqui – e V. Ex^a tem razão – em que tendo reformado o relatório, os termos do relatório, caberia um outro pedido de vista.

É essa explicação que eu faço. Peço a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp para se pronunciar.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – A apreciação foi apenas das emendas, o relatório permanece.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não houve reforma do relatório?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não houve reforma do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, nós vamos votar o substitutivo de V. Ex^a com as emendas apresentadas. As emendas que estão rejeitadas poderão ser motivo de debate no turno suplementar, na próxima terça-feira, a partir das 14 horas.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu acabei não concluindo a minha colocação.

Eu quero contribuir, pois sei que temos um prazo limitado para que possamos efetivamente fazer com que essas alterações já sirvam para a próxima eleição. O nosso intuito aqui é colaborar.

Eu quero apenas fazer um registro, porque no caso do Senador Valdir Raupp, que disse aqui que aceitou parcialmente algumas emendas, fez pequenas alterações nas emendas, e não tivemos condições. Mas para deixar a questão de que já um compromisso aqui de que essa discussão seja feita com toda profundidade no turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No turno suplementar, a partir das 14 horas, na próxima terça-feira. Nós teremos pela manhã uma audiência pública.

Senador Cássio. E Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Uma sugestão que não sei se encontra abrigo no Regimento: por que não, já que temos a discussão no turno suplementar, para dar segurança a todos sobre o que estará sendo votado, o que estará sendo destacado, se poderíamos distribuir o relatório, com esse novo formato, para o conhecimento da Comissão, e aí nós teríamos até terça-feira para que cada uma faça a sua análise, o seu estudo; aí, faríamos de forma sequencial. Vota-se o relatório, porque todo mundo estará votando dentro da sua consciência. O relatório seguramente será aprovado, porém com o devido entendimento de cada ponto, os destaques e o posicionamento dos destaques. Ou seja, eu estou sugerindo que deixemos de votar agora para votar na terça-feira, de forma tal que tenhamos tempo de destacar aquilo que acharmos que deve ser destacado, senão vai ficar um ambiente...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Cássio?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pois não, Senador Romero. Só para concluir.

Então, não há na minha intenção nenhum tipo de tentativa de obstaculizar, de retardar. Compreendo as necessidades dos prazos. Apenas a carência que tenho de saber exatamente o que estou fazendo. E não estou seguro, porque, infelizmente, a máquina xerográfica da Comissão não consegue reproduzir sequer o número das emendas. Eu fiquei aqui correndo, pedi a gentileza do Senador Raupp para que ele fizesse a leitura de forma mais lenta, de modo que eu pudesse acompanhar. Tive que sair cobrindo com a minha própria caneta, porque a máquina de xerox, com a concordância de toda assistência que está dedicada à Comissão, nos impede o acompanhamento detalhado do que está sendo lido.

Então, a sugestão é essa: suspende-se a reunião, distribui-se aquilo que foi produzido no acolhimento das emendas pelo Senador Raupp, dá a nós tempo de analisar ponto a ponto o que deve ou não ser destacado, o que deve ou não ser aprovado, e na terça-feira nós faremos esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou ouvir o autor. As ponderações do Senador Cássio precisam ser discutidas e deliberadas por esta Comissão. Mas deixa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A sua questão de ordem já foi decidida. Deixe-me apenas ouvir o Senador Randolfe Rodrigues e depois ouvir o Relator. Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, eu queria arguir, insistir na arguição regimental apresentada pelo Senador Taques, agora apresentando outro dispositivo regimental, o art. 125, que fala que quando a proposição estiver sujeita na forma de o Regimento aparecer em plenário, o Relator, ao proferir, poderá oferecer emenda ou subemenda.

Eu quero arguir primeiramente do ponto de vista regimental, porque, no meu entender, claramente foram acatadas emendas e subemendas ao parecer do Relator. Então, no meu entender, claramente, com a devida permissão tanto do autor quanto do Relator da matéria, não é possível a apreciação... nessa reunião nós apreciarmos, votarmos o tema. E o faço, Sr. Presidente, sem nenhum caráter protelatório. Sei da importância desse tema. Concordo com o Senador Romero e com o Senador Raupp da necessidade e urgência de votarmos. E aí já não entrando mais na

questão regimental, mas já na questão – digamos, meu querido Cássio – da razoabilidade.

São 34, 35 emendas apresentadas. A minha assessoria juntamente comigo estávamos tentando fazer o acompanhamento. Há algumas emendas como a Emenda nº 8, da qual não acompanhamos corretamente o texto que foi acatado. A emenda. Temos emendas sobre as quais existem divergências.

Eu quero reiterar. Sei da preocupação e da necessidade. Acredito que esta Casa tenha uma contribuição a dar para o Brasil com esta reforma eleitoral, em votar esta reforma eleitoral. Encaminhá-la para a Câmara dos Deputados e votá-la antes do dia 1º de outubro, para ter inclusive essa contribuição para as eleições do ano que vem. Mas sem prejuízo, Sr. Presidente, e dentro da razoabilidade, podendo ser apreciada e cumprindo o prazo da apreciação, da vista ao projeto...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permite-me um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... ser apreciado dentro do turno suplementar, cumprindo o prazo de 48 horas. Eu queria fazer esse apelo ao Relator e ao autor da matéria para nós não apreciarmos nesse momento, mas tentarmos encontrar um tempo para convocarmos extraordinariamente esta Comissão; e dentro desse tempo poderemos fazer a convocação do turno extraordinário. Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Concede-me um aparte, Sr. Presidente? Como é regimental, eu gostaria que V. Exª atendesse. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Posso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pode? Muito obrigado.

E o Regimento diz que a vista pode ser de até cinco dias. Nós todos queremos votar isso em razão do princípio da anterioridade eleitoral. Mas V. Exª poderia conceder vista de 24 horas. Eu não sei. Alguma coisa assim, só que nos pudéssemos ponto a ponto... Confio no trabalho do Senador Raupp, mas eu preciso saber o que estou votando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, eu não posso conceder vista, conforme o entendimento desta Presidência, mas estou abrindo uma discussão a partir do momento em que foram arguidas algumas necessidades de conhecimento para o entendimento.

À luz do Regimento, eu já me posicionei junto a V. Exª na questão de ordem; o Senador Cássio colocou algumas questões importantes; o Senador Randolfe também as colocou; o art. 382 prevê que entre

um turno e outro temos dois dias úteis, 48 horas; nós estamos convocando a reunião para terça-feira, para tentar votar o turno suplementar na reunião, às 14 horas.

E é importante, V. Exªs conhecem tanto quanto eu, que as emendas, como o Senador Raupp as colocou, foram apresentadas ao projeto. Não houve alteração do corpo do relatório.

Por isso que eu não me privo de qualquer entendimento com a soberana manifestação do Plenário, para, dentro de um prazo que todos os senhores sabem que temos, pelo princípio da anualidade constitucional em processo eleitoral, nós tenhamos efetivamente cumprido com o nosso dever de apresentar sugestões a essa reforma eleitoral.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação aos Senadores Cássio, Pedro Taques e Randolfe, para dizer o seguinte: nós estamos fazendo um esforço para votar essa matéria. Nós estamos procurando construir uma matéria que representa a CCJ. Nós não temos nenhuma intenção de que essa matéria saia daqui quadrada. Porque se ela saiu quadrada para a CCJ, ela vai ser mais quadrada ainda para a Câmara dos Deputados, e nós não vamos ter prazo.

O que nós propusemos, sob o comando do Senador Vital do Rêgo, no início da reunião? Nós vamos discutir, nós vamos votar. Eu havia pedido que nós pudéssemos votar o turno suplementar no mesmo dia, regimentalmente não pode, pois o prazo é de 48 horas. Então, o que o Senador Vital definiu? Que nós votaríamos hoje a matéria, e que nós teríamos o turno suplementar na próxima terça-feira. Até terça-feira, podem ser apresentadas emendas, destaques, e se houver consenso, nós podemos ajustar o texto naquilo que for necessário.

Na verdade, esse prazo de até terça-feira, na prática, vai funcionar como um pedido de vista, porque o Senador Raupp vai consolidar e vai mandar de hoje para amanhã para todos.

Eu, como membro e como autor da matéria, estou reafirmando: aquilo que for razoável, aquilo que for colocado, podemos destacar, conversar; e nós procuraremos construir pelo menos uma posição da grande maioria.

Então, eu queria ponderar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jucá, eu quero reafirmar a V. Exªs, já fui consultado pela semiótica, de que efetivamente é direito de V. Exªs no turno suplementar apresentar sugestões, através de emendas, e destaques ao final do turno suplementar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente. Na verdade, haverá o prazo para corrigir qualquer questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Este é um ajuste que nós precisamos fazer. Por isso peço a compreensão dos senhores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria fazer um apelo: vamos votar para adiantarmos o calendário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar. Podemos Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós todos confiamos no trabalho do Senador Romero, do Senador Raupp. Existe essa possibilidade ainda. Eu vou acatar e concordar com o que ele disse, porque aqui vai ser votado de forma terminativa, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Terminativa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E aí, se eu e outros Senadores não concordarmos, aplicaremos o art. 58, § 2º, da Constituição, que fala de recurso para o plenário; não é regimental, é constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – claro. Exatamente. O senhor tem o recurso também ao plenário.

Encerrada a discussão.

Votação nominal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, questão de ordem para atender a questão de apelo do Senador Romero.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra V. Exª. (*Risos.*)

Votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes, acompanhando a reunião, que venham a esta Comissão para encaminharem seus votos.

Em votação o substitutivo ao projeto.

Trata-se de votação nominal.

A matéria é terminativa na Casa e obedecerá a dois turnos.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita (*Pausa.*)

Vou chamar todos os membros – titulares e suplentes –, até para oferecer um prazo aos Srs. Senadores que estão acompanhando a reunião em seus gabinetes.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Só um minutinho. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique está viajando, já justificou.

Senador Eunício, viajando.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jucá é o autor. Voto conhecido.

Senador Aécio. (*Pausa.*)

Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoridade/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador José Agripino também consta em missão oficial.

Senador Aloysio. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, destacando que é um avanço essa matéria. Constitui-se em um avanço e eu me congratulo com o autor também, o nobre Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Mozarildo. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Lindbergh. *(Pausa.)*

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço também em viagem, em missão oficial.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp, voto conhecido, Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Senador Inácio Arruda, com o Relator, ressaltados os destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda, com o Relator.

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Senador Gim. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Encerrado o processo de votação.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, estou pronto para ler o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas.

A matéria é encaminhada à Mesa para as providências.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator, o Senador José Pimentel.

Item 2 da pauta.

Chamo a atenção de V. Ex^{as}. Essa matéria é terminativa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, qual o item?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 25, pág. 584, uma inversão de pauta solicitada e aprovada pelo Senador Suplicy.
ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 2013

- Terminativo -

Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), vedando o financiamento de campanhas eleitorais por pessoa jurídica.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu peço vista, Sr. Presidente, desde já, para não perdermos tempo. Não há como discutir uma matéria dessas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Entendo o Senador Cássio.

V. Ex^a dá como lido o seu relatório para otimizar-mos nosso trabalho?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim. Então, quero dizer que estou apresentando aqui, inclusive com a aprovação, no meu relatório, das emendas do Senador Pedro Taques.

Então, dado como lido, encaminho a V. Ex^a para também ser apreciado na terça-feira, na reunião que vai tratar da reforma eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.. Fica concedida vista ao Senador Cássio Cunha Lima.

Vista coletiva solicitada pelo Senador Inácio Arruda. Principalmente assim ele voltará à pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E, assim, Sr. Presidente, poderá estar na pauta na terça-feira também.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – A minha proposição é no sentido de que V. Ex^a possa colocar em votação o requerimento de inclusão de dois nomes naquela audiência pública sobre o tema do PLC nº 37, do Deputado Osmar Terra, que trata da internação compulsória.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A votação dos requerimentos nós vamos fazer logo após a votação dos projetos, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Vai-se votar projeto ainda?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar, dentro da pauta. Mas vamos votar o requerimento de V. Ex^a.

É o último projeto, Senador Humberto Costa, da nossa pauta de hoje.

Item 4. Projeto de Lei, página 91; projeto de lei não terminativo.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2007

- Não Terminativo -

Acrescenta inciso XX ao caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. (Prevê penalidade para estacionamento irregular, em vaga para pessoas portadoras de deficiência física).

Autoria: Deputado Paulo Rocha

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2007

- Não Terminativo -

Acrescenta inciso III ao parágrafo único do art. 281 da Lei nº 9.503, de 23 de se-

tembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que cuida do julgamento da consistência do auto de infração.

Autoria: Deputado Pastor Frankembergen

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2007

- Não Terminativo -

Altera o caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que as saídas de emergência dos ônibus e microônibus devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente.

Autoria: Deputado Elismar Prado

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2007

- Não Terminativo -

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar nova destinação de parcela das receitas arrecadadas com a cobrança de multas de trânsito aos municípios.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, de 2007

- Não Terminativo -

Dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Senador Wilson Matos

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2007

- Não Terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar aos municípios parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito em rodovias federais.

Autoria: Senador César Borges

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2007**

- Não Terminativo -

Altera o art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – para que sejam expedidas 02 (duas) vias do Certificado de Licenciamento Anual.

Autoria: Senador Romero Jucá

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2007**

- Não Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2007**

- Não Terminativo -

Altera o § 1º do Art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para redefinir as condições de aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir por acúmulo de pontos em infrações cometidas.

Autoria: Senador César Borges

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2007**

- Não Terminativo -

Altera o art.159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Autoria: Senador Marconi Perillo

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2007**

- Não Terminativo -

Altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos sinistrados, com laudo de perda total e

integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatória de registro.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 550, de 2007**

- Não Terminativo -

Inclui novo § 3º no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir que o candidato à habilitação na categoria A esteja habilitado há, no mínimo, um ano na categoria B ou superior e que não tenha cometido infração grave ou gravíssima, nem seja reincidente em infrações médias nos últimos doze meses.

Autoria: Senador Gilvam Borges

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, de 2007**

- Não Terminativo -

Altera o art. 303 e acrescenta os arts. 302-A e 303-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para aumentar as penas dos crimes de condução de veículo automotor em estado de embriaguez e de participação em via pública de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente.

Autoria: Senador Gilvam Borges

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 613, de 2007**

- Não Terminativo -

Altera o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal, com vistas a aumentar as penas dos crimes que especifica e determinar que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2008**

- Não Terminativo -

Altera o inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasilei-

ro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas.

Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, de 2008

- Não Terminativo -

Altera o art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, sobre notificação de infração.

Autoria: Deputado Luiz Bittencourt

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, de 2008

- Não Terminativo -

Acrescenta art. 81-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placa indicativa de pronto-socorro nas rodovias.

Autoria: Deputado Lobbe Neto

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, de 2008

- Não Terminativo -

Altera a redação do inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (obriga os órgãos de trânsito estaduais a encaminharem relatórios semestrais das ocorrências de trânsito aos Municípios).

Autoria: Deputada Sandra Rosado

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2008

- Não Terminativo -

Altera o Código de Trânsito Brasileiro para fixar referências na avaliação, pelo juiz, do elemento subjetivo nas hipóteses de homicídio e lesão corporal praticados na direção de veículo automotor.

Autoria: Senador Marconi Perillo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2008

- Não Terminativo -

Altera dispositivo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para exigir

visibilidade dos equipamentos eletrônicos medidores de velocidade instalados nas vias públicas e impedir a vinculação do produto da arrecadação de multas à remuneração contratual.

Autoria: Senador Expedito Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2008

- Não Terminativo -

Acrescente-se §§ 6º e 7º ao artigo 147, da Lei nº. 9.503, de 23/09/1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório a realização de exame psicológico ao “infrator contumaz da legislação de trânsito”.

Autoria: Senador Romeu Tuma

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2008

- Não Terminativo -

Altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a substituição dos caracteres de identificação da placa do veículo quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente.

Autoria: Senador César Borges

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2008

- Não Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a terceirização na operação de aparelhos ou equipamentos empregados na fiscalização eletrônica de velocidades.

Autoria: Senador Gerson Camata

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2009

- Não Terminativo -

Acrescenta inciso VIII ao caput do art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar competência às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável aos Projetos de Lei da Câmara nº 99, de 2007; 74, 165 e 172, de 2008, na forma do substitutivo que apresenta, tomando por base o PLC nº 99, de 2007; e pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 103 e 128, de 2007; 198, de 2008 e 48, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nº 71, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 613, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008.

Observações:

- Em 14/08/2013, a Presidência concedeu vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais;

Houve um pedido de vista do Senador Pedro Taques.

Concedo a palavra ao Senador Anibal para as suas considerações finais.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/ PT – AC) – Sr. Presidente, na realidade, eu já havia apresentado o relatório mostrando concordância com quatro das proposições apresentadas e rejeição a outras vinte proposições. O Senador Pedro Taques havia pedido vista, mas não apresentou nenhuma emenda e nenhuma manifestação a respeito. Então, mantém-se o relatório e...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O voto de V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/ PT – AC) – O voto permanece exatamente o mesmo, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Anibal.

Aprovado, por unanimidade.

Agora, sim, concluímos a nossa pauta.

Há três requerimentos. Um do Senador Humberto Costa, já lido, a inclusão do representante da Rede Pense Livre e da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial. Esse é o requerimento do Senador Humberto Costa.

Há um requerimento de nossa autoria solicitando audiência pública para a apreciação do PLC 330, do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais, e dá outras providências.

E um do Senador Wellington Dias, nos mesmos termos, solicitando a presença de autoridades para a instrução do processo.

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44, de 2013

Requeiro, nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao RQJ nº 35, de 2013, a inclusão dos representantes listados abaixo, para participar da Audiência Pública que instruirá o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Autoria: Senador Humberto Costa

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 45, de 2013

Requeiro, com base no artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública nesta Comissão a fim de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 330, de 2013, do Senador Antonio Carlos Valadares, que Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências, cujos participantes deverão ser especialistas no tema e representantes de órgãos públicos e entidades que atuam na área de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 46, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Aloísio Andrade, Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas e Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – MG, para participar da audiência pública, prevista para o próximo dia 10 de setembro, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de instruir o PLC nº 37, de 2013, que “Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezem-

bro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Autoria: Senador Wellington Dias

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Que autoridades estão sendo solicitadas? E em relação a quê?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O requerimento do Senador Wellington Dias...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Isso, do Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados o Sr. Aloísio Andrade, Coordenador Geral do Colégio de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; e o Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de Minas Gerais.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Requerimentos aprovados, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, desejo a todos um bom dia. Fiquem com Deus.

Está convocada reunião extraordinária na terça-feira pela manhã, para a audiência pública. Na quarta-feira, a partir das 14 horas, item único.

Tenham todos um bom dia.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e dois minutos, do dia dez de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Valadares, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Sérgio Souza, Sérgio Petecão, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Humberto Costa, Wellington Dias, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita e Angela Portela, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Antonio Carlos Valadares) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

Audiência Pública. Assunto / Finalidade: Instruir o PLC nº 37, de 2013, que “Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. A Comissão aprovou o Requerimento nº 47, de 2013-CCJ, de iniciativa do Senador Wellington Dias, em aditamento ao Requerimento nº 35, de 2013-CCJ, para a inclusão de convidado em Audiência Pública. **Requerimentos de realização de audiência:** RQJ 35/2013, Senador Antonio Carlos Va-

ladares; RQJ 44/2013, Senador Humberto Costa; RQJ 46/2013, Senador Wellington Dias; e RQJ 47/2013, Senador Wellington Dias. **Reunião destinada a instruir a seguinte matéria:** PLC 37/2013, Deputado Osmar Terra. **Participantes:** **Vitore André Zílio Maximiano**, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas – Senad do Ministério da Justiça – MJ; **Deputado Osmar Terra**, Deputado Federal (representante de: Deputado Givaldo Carimbão); **Marcus Vinicius de Oliveira**, Representante do Conselho Federal de Psicologia; **Pe. Haroldo J. Rahm**, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; **Alice de Marchi Pereira de Souza**, Representante da Rede Justiça Criminal; **Dartiu Xavier da Silveira**, Professor da Universidade Federal de São Paulo; **Cloves Benevides**, Coordenador do Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas sobre Drogas; **Miriam Abou-yd**, Representante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial; **Aloísio Andrade**, Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas Sobre Drogas; **Cristiano Maronna**, Advogado e Representante da Rede Pense Livre; e **Célio Luiz Barbosa**, Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas – CONFENACT. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Antonio Carlos Valadares) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLC nº 37, de 2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e trata do financiamento

das políticas sobre drogas, conforme os Requerimentos nºs 35, 44 e 46, de 2013-CCJ, de minha iniciativa e dos Senadores Humberto Costa e Wellington Dias.

Estão presentes os seguinte convidados: Vitore André Zílio Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; Marcus Vinicius de Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia; Padre Haroldo Rahm, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; Alice de Marchi Pereira de Souza, representante da Rede Justiça Criminal; Dartiu Xavier da Silveira, Professor da Universidade Federal de São Paulo; Cloves Benevides, Coordenador do Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas sobre Drogas; Miriam Abou-Yd, representante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial; Aloísio Andrade, Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; e Cristiano Maronna, advogado e representante de Rede Pense Livre.

Vamos estabelecer aqui o seguinte procedimento, tendo em vista que são onze os participantes do debate e só há lugar para cinco, com o Presidente interino: vamos chamar quatro convidados; em seguida, chamaremos mais quatro, e assim por diante, até completarmos os onze. Doze. Estamos aguardando o autor, que é o Deputado Federal Osmar Terra, uma vez que o Deputado Carimbão, que foi o Relator na comissão especial na Câmara dos Deputados, justificou sua ausência em face de uma convocação do partido para que se fizesse presente lá em Recife, Pernambuco. Em seu lugar vem o autor, que também tem conhecimento profundo, pormenorizado, da matéria aprovada pela Câmara dos Deputados e que está agora em tramitação no Senado Federal.

O PLC vai percorrer um longo trâmite aqui no Senado. Esta é a primeira comissão. Posteriormente à Comissão de Justiça, outras comissões abordarão o tema, mais quatro comissões.

Justificaram a ausência o Dr. Drauzio Varella, médico, e o Dr. Ronaldo Laranjeiras, professor da Faculdade Paulista de Medicina.

Há um requerimento aqui, de autoria do Senador Wellington Dias, propondo que também participe deste debate do PLC nº 37 o Sr. Célio Luis Barbosa, Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (Confenact).

Este requerimento é para que o Dr. Célio possa participar desta audiência pública.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, Dr. Célio, se prepare para participar.

A democracia está atuando em toda a sua plenitude.

Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo.

Primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência, de grande relevância, que nos vai instruir sobremaneira.

Mas, com respeito à sessão extraordinária de hoje à tarde, que vai examinar o projeto do Senador Romero Jucá, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp, sobre a reforma político-eleitoral, na última reunião também apresentei, e foi dado como lido, parecer meu sobre projeto do Senador Jorge Viana e com apreciação de emendas de minha própria autoria, assim como do Senador Pedro Taques, do Mato Grosso. Dei parecer favorável às proposições tão significativas e oportunas do Senador Pedro Taques.

Quando o Presidente disse que foi concedida vista coletiva, de maneira a poder, então, ser apreciada nesta semana, o que eu gostaria de requerer, Sr. Presidente, é que sejam ambas as proposituras examinadas na tarde de hoje, na sessão das 14 horas. E por que razão, Sr. Presidente? Porque, afinal, estavam todos avisados pelo próprio Presidente Vital do Rêgo – eu gostaria de fazer um apelo a ele próprio –, quando ele disse, então, que ficaria concedida vista coletiva com o entendimento de que poderia ser examinada hoje. Por que tão importante ser examinado hoje? Porque, se apreciado e votado, estará em tempo de ir para a Câmara e, antes do final de setembro, ter a tramitação adequada para que, se aprovadas essas novas diretrizes, elas passem a valer já para as eleições de 2014. Daí por que estou sugerindo que possa ser apreciada na tarde de hoje. Acho que não há qualquer óbice, ainda mais se V. Ex^a perguntar se estamos todos de acordo, como acaba de fazer agora com respeito ao requerimento do Senador Wellington Dias. Acredito que o Senador Pedro Taques, como um dos autores das emendas, poderá também pronunciar se avalia como adequado que examinemos hoje à tarde também o projeto do Senador Jorge Viana, que, inclusive, leva em consideração, assim como nossas emendas, os apelos do movimento por eleições limpas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu farei esse apelo no momento azado, no momento oportuno, quando tratarmos disso na parte

da tarde. Concordo inteiramente, mas penso que esse requerimento aqui seja a destempo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Se puder ser examinado de tarde, ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – A apreciação desta Presidência é justamente na direção a que se referiu o Senador Pedro Taques. No momento adequado, que é a reunião de hoje à tarde, já convocada extraordinariamente, V. Ex^a poderá repetir esse requerimento, e eu estarei presente e votarei favoravelmente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sem dúvida alguma.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Parlamentares será concedida pela ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Conforme já anunciamos, vamos convidar os primeiros quatro participantes deste debate, desta audiência pública: Dr. Vitore André Zílio Maximiano, que é Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) do Ministério da Justiça – aqui à minha direita, por favor –; Dr. Marcus Vinícius de Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia – aqui à nossa esquerda –; o Padre Haroldo Rahm, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; e a Dr^a Alice de Marchi Pereira de Souza, representante da Rede Justiça Criminal.

Cada membro desta Mesa, que falará em seguida, terá um tempo de dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

Vamos começar ouvindo o Pe. Haroldo.

O SR. HAROLDO JOSEPH RAHM (*Fora do microfone.*) – Por dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Dez minutos e mais dois de tolerância; doze minutos, na realidade.

O SR. HAROLDO JOSEPH RAHM (*Fora do microfone.*) – Para falar sobre comunidades terapêuticas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O senhor fala sobre o assunto que lhe convier a respeito da matéria que estamos a discutir, que é o PLC 37.

A palavra de V. S^a será levada em consideração pelos Senadores e pelo Relator, na elaboração do seu parecer final.

V. S^a tem dez minutos e pode falar sobre as comunidades terapêuticas, sobre o que o senhor achar conveniente na defesa daquilo ao que o seu trabalho se propõe, a favor das comunidades terapêuticas.

Com a palavra, V. S^a.

O SR. HAROLDO JOSEPH RAHM – É um prazer, Senador, estar aqui com o senhor e com pessoas de tanta dignidade e interesse em nossos jovens e homens, que, antigamente, usavam álcool e, agora, terrivelmente, drogas e, mais terrivelmente, *crack*. Porém, o *crack* ajudou porque ocasionou que nosso Governo federal, estadual e municipal começasse realmente a prestar atenção a essa praga que está destruindo nossa juventude.

O meu ouvido, eu me esqueci de trazer pilhas e pifou, então, não escuto bem, desculpem. Mas falar, eu posso.

Quando comecei a chamada comunidade terapêutica, há mais ou menos 40 anos, nunca tinham ouvido falar nesse nome. Eu peguei homens da rua no meu Fusca e os levei a um sítio que o Dr. Cláudio Novaes me deu para cuidar desses homens que ficavam deitados, bebendo nas ruas. Afinal, aprendi que estava dirigindo uma comunidade terapêutica. E, de algum modo, era a primeira comunidade terapêutica no Brasil.

Há poucos anos, recebemos um prêmio por ser uma das três melhores comunidades terapêuticas do mundo. Uma das três.

Então, o que é uma comunidade terapêutica?

Eu passei duas semanas com o fundador de terapêuticas na Itália, Maxwell Jones, e entendi um pouco o que ele queria – um pouco.

Uma comunidade terapêutica é um lugar onde todas as pessoas são iguais. E os líderes automáticos? O que um líder automático começa a liderar?

Eu tento fazer isso em nossa comunidade e em nossa obra social completamente, incluindo meninos de rua e mulheres que vendem sexo, em outra entidade, em Itatinga, Campinas. A Prefeitura de Campinas financia três casas para mim, para nós – quando falo de mim, somos nós –, para cuidar dos adultos de rua. Essas não são comunidades terapêuticas. São abrigos, etc. Mas na comunidade terapêutica – na nossa, pelo menos –, um homem, uma mulher, um jovem que quer se recuperar é bem-vindo.

E, afinal, os governos vão nos ajudar a pagar finanças. Eu tenho 250 funcionários assalariados. E o que me custa cada jovem é R\$2.500, e temos 500. Esse é um valor que temos que obter em vários lugares.

Então, a comunidade consiste em três coisas. Na nossa comunidade, eu pago salário a quinze psicólogas, quatro assistentes sociais e vários jovens..., jovens ex-drogados, recuperados, que agora são psicólogos, professores, etc., para trabalhar na comunidade.

Voltando principalmente agora à ideia, quero dizer que uma comunidade é um tripé de trabalho, de diálogo e de espiritualidade. O diálogo é muito importante. Por isso, temos de contar com profissionais, porque, como eu vejo, esses jovens em recuperação querem ser ouvidos. Se o psicólogo é bom ou é boa pessoa, isso ajuda muito. Se ele é um profissional comum, pelo menos o jovem, falando sobre sua vida, ajuda a si mesmo.

Nós seguimos fortemente os Doze Passos dos Alcoólatras e Narcóticos Anônimos. Esta é a primeira ideia: diálogo, ser ouvido.

Lembro que esses jovens têm muita criatividade. Essas pessoas são muito boas. O fato de eles terem bebido demais e usado drogas demais até agora... Hoje, o *crack* está na moda. Eu falo com meus jovens que é melhor ir à coqueira, pegar torta de vaca, colocar água quente, misturar e fazer um chá do que usar *crack*. A gente vê que o *crack* é feito com gasolina, com acetona e com muitas outras coisas. Isso destrói o encéfalo imediatamente. Por isso, tantas pessoas estão prestando atenção ao *crack*.

A primeira ideia é a do diálogo, é a da comunicação entre nós. Segundo, vem o trabalho. Mas que tipo de trabalho? Cortam grama, aprendem... Eles vão sair dali aprendendo computação, eletricidade, carpintaria. As meninas, as senhoritas aprendem a cozinhar, a trabalhar. Tentamos educá-los para que sejam pessoas de cultura, que, depois, podem ganhar um trabalho e assumir sua responsabilidade na vida. Muitos deles têm filhos. Outros têm esposas que os mandaram embora. O que nós queremos é que o filho comece a amar outra vez o seu pai. Por isso, damos trabalho ou, melhor dizendo, laborterapia. Eu destaco muito o ensino. Sou padre jesuíta, e uma de nossas finalidades é a educação e a vida social para os menos privilegiados.

O terceiro ponto seria a espiritualidade.

Estou cuidando do relógio aqui.

Falo da espiritualidade de que tipo? Temos de lembrar que, geralmente, quem é drogado e vive na rua ou não tem boa família – desculpem-me a palavra “boa”, nem sei, é uma família que não sabe tratar... Eles não têm nada de religião, não tem nada de religião oficial. Eu falo com eles que o seu espírito é um espírito de garrafa, não é um espírito de Deus. Daí temos de ter cuidado com a maneira com que falamos sobre religião. Eu sou padre católico, graças a Deus, mas pago quatro pastores de outras religiões – pago

pouca coisa, não quero exagerar –, que vêm uma vez a cada semana para cuidar de nossos jovens. Nós somos muito ecumênicos.

É como eu vejo religião. Quem pratica deve entender o que é a sua religião e amar e respeitar outras pessoas de outras religiões.

(Soa a campanha.)

O SR. HAROLDO JOSEPH RAHM – Resumindo, estou terminando – obrigado, eu ia terminar –, uma comunidade terapêutica e pessoas iguais, embora haja profissionais, e muitos, porque os jovens que são drogados geralmente não estudaram muito, não trabalharam ou foram mandados embora e precisam de profissionais para ajudá-los.

Nós, geralmente, em nossa comunidade, ajudamos de três maneiras. Número um, comunicação entre nós; segunda, laborterapia; e terceira, espiritualidade ecumênica.

Eu falo com eles – para terminar: eu não estou aqui para ensinar a vocês religião. Eu estou aqui para ensinar vocês a viver com sobriedade e, talvez, um dia vocês tenham a felicidade de ser uma pessoa espiritual.

Obrigado pela oportunidade. Foi um prazer estar com vocês. Estou sempre às suas ordens.

Amém.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Obrigado, Pe. Haroldo. Foi um prazer ouvi-lo.

Quero registrar a presença nesta audiência pública do Deputado Osmar Terra, que é o autor do PLC nº 37, que está presente nesta sessão não apenas para assistir ao debate, como também, aquiescendo os Srs. Senadores, para participar falando das propriedades da matéria, que ele deu entrada no ano de 2010 e que teve uma aprovação extraordinária na Câmara dos Deputados.

Quero colocar mais uma cadeira aqui, nesta Mesa, e convidar o Deputado Osmar Terra para vir até aqui. V. Ex^a terá oportunidade de falar durante esta audiência pública para fazer a defesa desta matéria tão importante que estamos a discutir nesta casa.

Concedo a palavra à Dr^a Alice de Marchi Pereira de Souza, representante da Rede Justiça Criminal. São dez minutos, mais dois de tolerância. Com a palavra, V. S^a.

A SR^a ALICE DE MARCHI PEREIRA DE SOUZA – Obrigada. Bom dia. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer em nome da Rede Justiça Criminal e da Justiça Global, organização de direitos humanos na qual eu sou a pesquisadora.

Quero dizer que a Justiça Criminal é composta pela Justiça Global; pela Associação pela Reforma Pri-

sional; pela Conectas – Direitos Humanos; pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD); pelo Instituto dos Defensores de Direitos Humanos; pelo Instituto Sou da Paz; pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e pela Pastoral Carcerária.

Bom, desde a apresentação e tramitação do Projeto de Lei nº 7.663 na Câmara dos Deputados, ele tem despertado grande preocupação da Rede de Justiça Criminal, assim como contundentes críticas de vários setores da sociedade civil e mesmo do Governo. Elas vão da ONU à Organização Mundial da Saúde, no âmbito internacional, e, no âmbito nacional, inclui notas técnicas e posicionamentos públicos do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que se posicionaram, inicialmente, pela rejeição absoluta do projeto, assim como do Conselho Federal de Psicologia e da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos, para ficar apenas em alguns exemplos.

No Rio de Janeiro, a Justiça Global compõe o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, que tem fiscalizado, sistematicamente, locais de abrigo e internação de pessoas em situação de rua, usuários de drogas ou não. Temos nos articulado também com a Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos, que lançou, recentemente, a campanha “Chega de recolhimentos e internações forçadas – Por uma cidade de direitos”, entendendo as midiáticas ações de suposto enfrentamento ao crack dentro de um projeto higienista de preparação da cidade para megaeventos e megaempreendimentos.

Apesar de inegáveis avanços entre o texto original e este que hoje tramita no Senado, o projeto de lei em questão continua indo na contramão das políticas sobre drogas ao redor do mundo. No mesmo mês em que era aprovado na Câmara, 34 países participantes da XLIII Assembleia-Geral da OEA assinaram, unanimemente, a Declaração de Antigua, “Por uma política integral frente ao problema mundial das drogas nas Américas”, que prega, entre outras coisas, que – abre aspas – “as políticas sobre redução da demanda de drogas ilícitas devem centrar-se na abordagem multisetorial e multidisciplinar e na utilização de evidências científicas e melhores práticas disponíveis”.

Já o PLC nº 37, como sabemos, insiste nas concepções de repressão e de internações como política prioritária para lidar com usuários ou dependentes químicos.

No que tange à política criminal, a aprovação dessa lei teria efeitos desastrosos de superencarceramento ao prever o aumento da pena mínima de cinco para oito anos de reclusão nos casos de tráfico, isto é, quando envolver crime organizado.

O texto segue sem critério e objetivo do que diferenciaria o comerciante de substâncias ilícitas do usuário, o que permaneceria a cargo da polícia e dos operadores do Direito, que, bem sabemos, têm se utilizado, historicamente, de uma seletividade classista e racista para efetuar essas prisões.

O Brasil já experimenta um vertiginoso aumento da população carcerária. Nas últimas duas décadas, houve um aumento de 380% no número total de presos, segundo dados do Ministério da Justiça. E pesquisas evidenciam que há um perfil muito claro do alvo da nossa atual legislação antidrogas: são jovens entre 18 e 29 anos, do sexo masculino, negros e pobres.

A situação é ainda mais grave quando fazemos um recorte de gênero: perto de 60% da população carcerária feminina está presa por crimes relacionados às drogas. Em muitos casos, por levarem drogas para os companheiros presos, sem representar perigo para a sociedade.

Mas os retrocessos que essa proposta de lei traz são ainda maiores e se apresentam para outros campos. Uma das questões mais preocupantes do texto é que ele aponta como estratégia a ser priorizada a internação involuntária, com financiamento do Estado. Isso representa verdadeiro atraso na abordagem do tema no Brasil diante da Lei nº 11.343, de 2006, sobre drogas, e Lei nº 10.216, de 2011, da reforma psiquiátrica. Esta, em seu art. 4º, prevê internações como última opção, somente quando os recursos extra-hospitalares tiverem sido esgotados. Esses recursos materializam-se em uma rede intersetorial aberta, de base territorial e comunitária, compreendendo diversas políticas públicas do SUS e do SUAS. No entanto, verificamos que esse modelo de política nunca foi totalmente implementado e que sofre com a falta de investimentos na produção de uma espécie de vácuo do Estado, que serve de justificativa para potencialização das unidades de internação e que favorece a privatização dos serviços públicos de saúde e assistência.

É aí também que se cria um campo fértil para as comunidades terapêuticas, instituições privadas de caráter religioso que despontam com discursos de cura, cuidado e proteção, intenções das quais não duvidamos, mas que reproduzem práticas moralistas e restritivas, não possuindo, em sua maioria, qualquer projeto terapêutico nem planos individualizados, e que, quando possuem, colocam a abstinência e a crença em Deus ou em um poder superior como pressupostos para o tratamento.

Em recente vistoria nacional do Sistema Conselho de Psicologia, diversas irregularidades e violações aos direitos humanos foram encontradas nesse tipo de instituição: interceptação de correspondências,

revista corporal de visitas familiares, constrangimento das famílias, uma série de questões que constam aqui no relatório.

Reportagem de *O Globo*, no mês passado, mostrou que, até junho deste ano, pelo menos duzentas e dezessete comunidades e clínicas para dependentes, em sete dos doze Estados mais populosos, ou não têm alvará sanitário de funcionamento, ou apresentam pendências sanitárias.

Lembre-se aqui de que a própria vigilância sanitária tem assinalado dificuldades para fiscalizar esse tipo de estabelecimento, após o rápido surgimento da RDC nº 29, de 2011, que flexibiliza enormemente os requisitos para o funcionamento dessas instituições.

Muitas das questões relativas às comunidades terapêuticas, no entanto, não constituem problemas em si. Que elas existam e que haja quem queira se internar nesses estabelecimentos e se submeter às suas regras, por qualquer que seja o motivo, não é um problema. O grave é tornar esse tipo de equipamento uma política pública, dotando essas instituições privadas e religiosas de volumosos recursos públicos.

A quem interessa isso quando todos sabemos do princípio constitucional do Estado laico? Ora, é de conhecimento de todos a presença de interesses diretos, por parte dos defensores das comunidades terapêuticas, no âmbito parlamentar. E isso, certamente, é motivo de grande alerta.

O processo da reforma psiquiátrica teve como elemento central a denúncia da chamada “indústria da loucura”, a alta lucratividade envolvida na manutenção de pessoas internadas por instituições privadas, através do recebimento de recursos públicos.

Essa financeirização dos usuários, o isolamento como modelo de cuidado e as características asilares são elementos que fazem com que o aparecimento das comunidades terapêuticas na política seja considerado um temerário retorno à lógica manicomial.

É importante também fazer atenção ao termo “acolhimento”. Se nessa última versão do PLC nº 37 as comunidades terapêuticas figuram fora da rede de saúde e acompanhadas do termo “acolhedoras”, pode não ser por acaso.

Também no Município do Rio o termo “internação” foi rapidamente trocado por “acolhimento”, de “internação compulsória” para “acolhimento compulsório”, assim que o Poder Público, diante das duras críticas da sociedade civil organizada, teve que lidar com os paradigmas e marcos legais da saúde mental, reconhecendo, no mínimo, um erro técnico crasso.

É mais do que isso. O texto do PL preocupa pela falta de informações a respeito da fiscalização e prestação de informações das comunidades terapêuticas.

Estando submetidas ao Sisnad e aos seus critérios, podem se sobrepor aos padrões do SUS e do SUAS, histórica e democraticamente construídos em tantas conferências nacionais, estaduais e municipais.

Eu trouxe aqui vários relatórios lançados recentemente a partir dessa confusão deliberada entre saúde e assistência e de instituições desse tipo. Eu trouxe alguns, inclusive, para distribuir, mas eles incluem o relatório do CFP de 2011, um relatório de visitas aos abrigos especializados para crianças e adolescentes feito no Rio de Janeiro, em 2012, pelo Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, mais dois relatórios do mecanismo de prevenção e combate à tortura e, ainda, um outro relatório de inspeção às comunidades terapêuticas financiadas pelo Governo do Estado, feita também pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Organizações da sociedade civil que historicamente trabalham no combate à tortura e na defesa dos direitos humanos, assim como a ONU, têm produzido, ao longo dos anos, vasto conhecimento e material sobre esse assunto, apontando que todo estabelecimento de privação e restrição de liberdade é já um local que favorece a prática da tortura e de maus tratos.

Evidentemente, isso se agrava quando adicionados os elementos de localização isolada e de difícil acesso.

A Justiça Global atua há 15 anos no campo da violência institucional e inclui o monitoramento e fiscalização de local de privação de liberdade em caráter asilar, a produção de relatórios e denúncias internacionais de casos emblemáticos à Corte Interamericana, como foi o caso Damião Ximenes Lopes.

Aos 30 anos de idade, Damião Ximenes foi torturado e assassinado em quatro dias de internação, em outubro de 1999, quando estava internado na Casa de Repouso Guararapes, conveniada à época ao SUS...

(Soa a campanha.)

A SR^a ALICE DE MARCHI PEREIRA DE SOUZA – ... em Sobral, no Ceará – já vou concluir.

Esse foi o primeiro caso contra o Brasil na Corte Interamericana, o primeiro a abordar a saúde mental e também a primeira condenação do Estado nesta Corte, em 2006.

Trata-se de um marco importante no processo da reforma psiquiátrica, tendo sido incluída na sentença a implementação de formação continuada de trabalhadores em saúde mental, segundo padrões internacionais. Seguimos monitorando o cumprimento dessa sentença.

Com a aprovação de uma lei que prevê, na contramão da lógica antimanicomial, a proliferação de estabelecimentos de internação e acolhimento in-

luntários, fica evidentemente aumentada a possibilidade de ocorrerem outros casos trágicos como o de Damião Ximenes, e a consequente sujeição do Estado brasileiro a novas condenações.

Apenas para concluir, esse projeto de lei não representa o anseio da sociedade civil e nem encontra abrigo nas melhores práticas nacionais e internacionais sobre o tema.

No processo de tramitação do projeto, não podem ser ignoradas considerações estatísticas, técnicas, científicas e jurídicas que devem guiar qualquer construção de política pública.

A loucura, o sofrimento psíquico e a dependência não se tratam com segregação. Propostas como essas não podem ser admitidas.

É preciso avançar muito na política criminal com uma legislação que diminua significativamente o encarceramento, entrando em sintonia com a tendência mundial de abandonar o modelo repressivo que, evidentemente, não funciona.

É preciso caminhar, de uma vez por todos, na direção de uma política sobre drogas pautada pelo paradigma do cuidado e dos direitos humanos.

Obrigada.

Peço desculpas por me estender no tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Obrigado, Dr^a Alice de Marchi Pereira de Souza, pela sua contribuição.

Concedo a palavra em seguida ao Dr. Marcus Vinícius de Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia, por dez minutos, com mais dois de tolerância.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos. Bom dia aos Srs. Senadores e aos colegas que estão aqui para se manifestar nesta audiência.

Eu gostaria de iniciar dizendo que nós, os profissionais, professores, pesquisadores que trabalhamos no SUS, Sistema Único de Saúde, lidamos com a dificuldade de construir uma política pública no SUAS, exatamente uma política pública onde o Estado brasileiro assuma as suas responsabilidades para com um conjunto de necessidades que a população brasileira tem, inclusive, uma necessidade bastante específica relativa ao fato de que algumas pessoas realmente não têm controle sobre a sua relação com a substância e se tornam, portanto, pessoas que fazem consumos problemáticos, e isso é grave!

A sociedade brasileira tem percebido isso com gravidade. Acho que essa percepção decorre, inclusive, do fato de que o padrão cultural, de que o padrão econômico da sociedade está melhorando.

Essas coisas ficam mais evidentes nesse momento. A intolerância, curiosamente, aumenta nessa hora em que o padrão geral melhora. Torna-se inadmissível que algumas vidas se percam dessa maneira. Isso gera clamor social, isso gera uma demanda social por respostas. Mas eu queria aqui dizer que nós, os trabalhadores, aqueles que lutamos pela construção de políticas públicas de saúde e de assistência social, estávamos esperando ansiosos a retomada da discussão sobre um projeto de lei relativo ao tema das drogas necessário à sociedade brasileira.

Estávamos esperando ansiosos, porque nós consideramos que o processo de aprovação, com todo respeito à Casa legislativa da Câmara dos Deputados, mas nós achamos que o processo de produção da discussão não foi de boa qualidade.

Eu pediria à Mesa para exibir o pequeno vídeo que eu trouxe, que acho que exemplifica isso.

Por favor, é um minuto e meio. Ele traduz... Nós acompanhamos a sessão onde o projeto foi votado, acompanhamos atentamente a votação desse projeto, e esse vídeo reflete o clima de aprovação daquele projeto, um clima de dar respostas. Respostas, talvez, um tanto pirotécnicas para um problema grave que a sociedade brasileira tem; resposta, talvez, para as ruas, que, depois, se insurgiram e retornaram dizendo: “Não é isso que queremos; queremos respostas mais profundas, inclusive respostas que revelem a sintonia dessas Casas legislativas com as necessidades reais, com as formas reais de a população viver e experimentar os problemas.” O que a população quer é apoio, assistência; ela não quer leis apenas para responder aos aspectos midiáticos, para responder aos anseios que a Rede Globo, às vezes, produz, dizendo que as coisas são mais graves do que são.

Então, a aprovação desse projeto...

Na hora em que puder liberar o vídeo... Porque, senão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA – Não há problema. Passamos depois.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Está havendo algum problema técnico. Está sendo contornado.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA – Não há problema, eu vou contar. É a Deputada Jandira Feghali dizendo no plenário: “Os Deputados votaram e não sabem o que foi votado.” Ela fez essa declaração no plenário. E eu quis trazer isso aqui para esta Casa para retornar, para trazer o clima; o clima que às vezes se perde, de uma Casa para outra, da forma como os projetos são aprovados e de como essas aprovações,

muitas vezes, respondem a certos interesses. São legítimos? São legítimos. O problema é que o Brasil, este País de 200 milhões de habitantes, não pode ser dar ao luxo de aprovar uma lei que já nasça condenada a ser uma lei que não pega, que não vinga, uma lei que não é capaz de traduzir, realmente, as necessidades da população.

E acho que o projeto, o PL chega aqui, também concordo, melhorado em relação à sua versão original. Muito melhorado. Escândalos, coisas escandalosas, como a rede de denúncias de professores, denunciando crianças com propensões a serem usuárias, esses absurdos foram eliminados, mas isso mantém esse projeto ainda na contramão.

Esse é um projeto que corre o risco de ser um projeto jabuticaba, porque é um projeto que só há no Brasil. Porque o resto do mundo, neste momento, está fazendo outra discussão, está buscando enfrentar essa situação, esse problema de outra maneira. O mundo inteiro está fazendo isso.

A declaração da ONU, de 23 organismos da ONU, condena os centros de internação, diz que isso não deve ser feito, que isso é pernicioso. E o Brasil amplia o tempo de prisão e amplia a internação, amplia os lugares com o nome de “acolhedoras”, com o nome de “espaços de acolhimento”. Mas, senhores, isso não se faz só na retórica; é preciso que se faça na vida das pessoas. E a demonstração que nós temos da vida institucional que nós conhecemos, com que nos relacionamos na interface – porque trabalhamos no SUS, trabalhamos no SUAS e nos relacionamos, na interface, com o verdadeiro quadro institucional das chamadas comunidades terapêuticas –, o que nós temos para contar não é essa adequação, como foi aqui apresentado, que são, efetivamente, situações excepcionais.

Então, o Senado é uma Casa revisora. O Senado é, exatamente, o lugar onde essa ordem de pressão social deve dar lugar a uma atitude reflexiva, a uma atitude de pensamento. E o Senado sabe que não há pirotecnia social, o Senado sabe que é profundo e que os problemas só se resolvem quando, efetivamente, o melhor da inteligência está reunido e pensando e trazendo a opinião, inclusive, da inteligência popular, da inteligência social, das nossas centrais sindicais, trazendo-as para esse debate; não um debate de especialistas, de médicos, de psicólogos, que sabem o que têm de fazer com as pessoas que usam drogas, porque esse não é um problema exclusivamente sanitário, esse é um problema profundamente social. E, como problema social, acredito que precisamos de mais do que esse projeto propõe para enfrentarmos esse problema social.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Vamos ver se funciona o vídeo.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA – Pois não.
(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA – Quis apresentar esse vídeo porque ele reflete, talvez, o clima da aprovação: a frustração por parte de amplos setores. E aí eu queria trazer a posição do Conselho Federal em relação ao tema das drogas na sociedade brasileira hoje, que é a seguinte.

O grande problema da sociedade brasileira na relação com o tema das drogas é a má qualidade, é o amadorismo, é o terrorismo social com que esse tema tem sido debatido. O principal remédio para a sociedade brasileira enfrentar as drogas, assim como para qualquer sociedade, é informação de boa qualidade, farta, dialogante, democrática, com o debate sendo proposto, sendo aberto, para que todos participem dele. Há um déficit.

(*Soa a campanha.*)

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA – A droga no Brasil sempre esteve associada aos segmentos populares. Foram os negros com o alcoolismo, os negros recém-libertos que trouxeram essa ideia de que droga é algo aterrador; os negros com o uso da maconha, que visava repreender os jovens filhos dos ex-escravos, que se organizavam nas maltas de capoeira. A demonização e a criminalização das drogas neste País têm história racial, e nós seguimos com as nossas políticas carcerárias hoje mantendo um viés racial, de internação, de prisão da pobreza, de recolhimento dessa juventude. Então, acho que a responsabilidade do Senado é grande, porque efetivamente o Brasil precisa de uma lei, de uma nova legislação sobre drogas.

Agora, nós entendemos que essa nova legislação sobre drogas tem que ser capaz de dialogar com a complexidade da sociedade brasileira e não apresentar soluções que privilegiem, acabem privilegiando apenas a inclusão de um tipo de entidade – quiçá se existirá no futuro, se ela veio para ficar, se ela é peregrina – fruto sim de um espaço de tempo onde o Estado não se ocupou disso. Mas hoje o Estado quer se ocupar com o SUS e com o SUAS, e eu não posso ter uma lei que premia o que se ocupou ontem; não se pode admitir que o Estado, que agora pode se ocupar, não vá mais se ocupar, vá transferir dinheiro público, competindo com os fundos do SUAS, competindo com os fundos do SUS, que, sabemos, já são poucos, para financiar uma modalidade exclusivamente de olhos – talvez, quem sabe – nos cálculos político-eleitorais, o

que não deve guiar o pensamento desta Casa. Acho que esta Casa é mais do que isso, esta Casa tem nobreza e é capaz de produzir melhorias nesse projeto, fazendo efetivamente a lei de drogas de que este País precisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Sr. Marcus Vinícius por suas palavras e por seus esclarecimentos, que certamente serão levados em consideração pelos membros desta Comissão.

Agora gostaria de convidar o autor da matéria na Câmara dos Deputados, o Deputado Osmar Terra, para emitir sua opinião sobre o andamento deste projeto e fazer a defesa desta matéria para conhecimento dos membros desta Comissão e do Senado Federal.

Com a palavra, o Deputado Osmar Terra, por dez minutos, com mais dois minutos de tolerância. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Eu queria agradecer o convite, em meu nome e em nome do Deputado Givaldo Carimbão, agradecer o convite para esta audiência pública e agradecer a oportunidade de nós podermos debater, mais uma vez, esse assunto aqui no Senado, agora no Senado, assunto que foi exaustivamente debatido na Câmara dos Deputados durante três anos. Esse assunto foi recordista de audiências públicas na Câmara dos Deputados. Todos os setores... Só o Conselho Federal de Psicologia, acho que foi umas dez vezes. Foi mais de uma centena de reuniões, de debates. A comissão especial, criada pela Câmara dos Deputados, teve a oportunidade de visitar 20 países, ver as experiências ditas inovadoras, ver os países que produzem cocaína, como estão trabalhando, os que produzem a folha da coca, que é matéria-prima da cocaína. Visitamos todos os Estados brasileiros, todas as experiências importantes que existiam em políticas públicas foram analisadas e debatidas. Portanto, esse projeto traz, dentro dele, um debate talvez dos mais longos e profundos já feitos no Parlamento brasileiro.

Eu trago outra contribuição para este debate, que é minha contribuição pessoal como médico, como estudioso de neurociências, pois tenho mestrado nessa área, e também como gestor, por oito anos que fui, da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Eu tive a oportunidade de ver, sentir, tentar resolver e não conseguir problemas gravíssimos vinculados à questão das drogas e, em particular, à epidemia do crack, que explodiu no Brasil a partir do ano de 2006. A epidemia do crack, nós detectamos que até esse assunto não estava na prioridade da Secretaria de Saúde, em 2007, quando começamos a implantar o Programa de Prevenção da Violência no Rio Grande

do Sul. Nós mapeamos o Estado, o número de homicídios, de suicídios, de acidentes graves, com vítimas fatais de automóveis, de veículos, e começamos a tentar entender isso em uma câmara setorial que incluía educação, saúde, desenvolvimento social, segurança, cultura; começamos a trabalhar as formas de fazer a prevenção da violência.

Com as cidades mais violentas mapeadas e os bairros mais violentos mapeados, tivemos uma surpresa: nós fomos a um bairro, por exemplo de Passo Fundo, chamado Jaboticabal – isso em 2007, Presidente. Lá em Jaboticabal, Senador Valadares, nós tivemos uma surpresa enorme. O bairro é de 5 mil habitantes, lá em Passo Fundo, que tinha um homicídio por semana. Portanto, tinha um índice de homicídio de mais de 1000 por 100 mil. E, ao conversar com a comunidade, ao ouvir as professoras, os agentes de saúde, os representantes da comunidade, nós tivemos uma surpresa: uma professora se levantou e disse: “Olha, se querem resolver o problema da violência aqui, vocês têm de trabalhar a questão do *crack*. Aqui, o primeiro problema é o *crack*, o segundo é o *crack*, o terceiro é o *crack*, o quarto é o *crack*, o quinto é o *crack*. Se vocês não avançarem nessa questão, vocês não vão resolver o problema da violência. Há crianças de oito anos dependente, nove anos, dez anos.”

E nós tivemos... Eu fiquei surpreso à época. “Será que é só lá no Jaboticabal que há isso?” E começamos a ver o Rubem Berta, que é o maior bairro de Porto Alegre, todos, Alvorada, que é o Município com o maior número de homicídios no Rio Grande do Sul, todos com o mesmo discurso, e nós não sabíamos que essa epidemia estava tão grave assim. Não havia caído a ficha ainda.

Aliás, é um dado importante, Sr. Presidente, Srs. Senadores: ainda não existem pesquisas profundas. Eu sei que há uma pesquisa em gestação lá na Senad, junto com a Fiocruz. Há algumas pesquisas pontuais feitas lá no Rio Grande do Sul pelo Dr. Flávio Pechansky, pelo Hospital de Clínicas, que nós temos acompanhado também.

Mas, os dados mais preocupantes vêm de uma estatística muito simplória, que é a estatística do auxílio-doença do INSS para dependência química. Do álcool, 18% da população é dependente – por ser uma droga legal. E o álcool sempre foi a maior causa de auxílio-doença por dependência química no Brasil até 2006.

De 2007 para cá, o *crack* ultrapassou o álcool. E olha que o *crack* deve estar atingindo hoje – como nós não temos estatísticas concretas – 2% da população brasileira. Já foi muito menos. Acho que, no início da década passada, era em torno de 1% e já está em 2%. Está dobrando. Está se multiplicando geometrica-

mente como toda epidemia faz. E o *crack*, hoje, é três vezes o álcool no auxílio-doença do INSS; três vezes licença para auxílio-doença do INSS é por causa do *crack*. Então, nós estamos vivendo – só não vê quem não quer – uma gravíssima epidemia.

Os Senadores que vão aos fins de semana à sua base, os Deputados que visitam seus Municípios, toda semana recebem relatos assustadores da propagação das drogas e, principalmente, através do *crack*, que é uma droga que causa uma dependência rápida.

Talvez seja importante frisar aqui que a dependência química é uma doença crônica e incurável. Não existe cura para a dependência química. Os AA falam isso do álcool. Não existe ex-alcoólatra; existe alcoólatra em abstinência, em recuperação, que tem que evitar o primeiro gole a cada dia. Isso vale para todas as drogas.

Todas as drogas atuam em um sistema, chamado de sistema de recompensa cerebral. Todas as drogas estimulam esse sistema. E, ao estimular esse sistema excessivamente, elas formam novas redes, novas conexões entre os neurônios – uma quantidade assustadora. Em questão de horas se formam novas conexões no caso do *crack*, por exemplo. E todas criam uma memória de longo prazo dessa sensação que ela causa. A pessoa vai carregar aquilo pelo resto da vida. Ela pode passar um ano, dois anos, três anos em abstinência. Num momento de estresse, de ansiedade maior, volta aquela memória, e a pessoa recai.

A recaída é a regra em quase todas as drogas – as lícitas e as ilícitas. A recaída é a regra. E é uma dificuldade, é um tratamento muito complexo, é um esforço muito complexo. As comunidades terapêuticas têm uma colaboração muito importante em manter as pessoas em abstinência para terem uma vida minimamente produtiva, uma vida familiar, uma vida em que elas não fiquem dependendo de outros para poder sobreviver.

Diante dessa experiência vivida, concreta – e aqui eu falo na experiência de gestão pública, eu não estou falando de teoria, não estou falando de filosofia, não estou falando de uma torre de marfim da universidade tentando entender o mundo, eu estou falando de experiências vividas, concretas –, nós sistematizamos pontos que entendíamos importantes nesse enfrentamento, nessa questão, para enfrentar a questão gravíssima das drogas. Para mim, é o maior problema de saúde pública, é a maior causa de morte de jovens entre 15 e 25 anos e é a maior causa de homicídios no Brasil – particularmente o *crack*.

E o Brasil, Senador Valadares, é recordista mundial de homicídios. É o País onde mais se mata gente no mundo. No ano passado, foram 52.300 homicídios.

É o País onde há mais acidentes de automóvel do mundo também com vítimas fatais. Foram mais de 60 mil. Contando, refazendo as contas, dá mais de 60 mil acidentes com vítimas fatais no Brasil. E é um país que tem um índice significativo de suicídios também. Em parte, esses suicídios são vinculados à questão também das drogas.

(Soa a campanha.)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Então, Senador Valadares, é um assunto vasto; nós poderíamos falar bastante. Mas eu queria equacionar alguns pontos. Eu queria me permitir, até, na questão do tempo, que V. Ex^a fosse generoso.

Primeira questão: o que o projeto de lei fala? Ele fala, com uma visão de saúde pública, de diminuir a epidemia. Como é que se diminui uma epidemia? Diminuindo a quantidade de vírus circulante. Eu enfrentei a epidemia da gripe A, enfrentei a epidemia de febre amarela, como Secretário de Saúde, enfrentei a epidemia da dengue. O que é que temos de fazer? Todo o empenho é para reduzir a quantidade a vírus. Quanto mais vírus temos no ambiente, mais gente doente haverá. O Senador Humberto Costa é especialista na área de saúde e sabe do que estou falando. Quanto mais droga na rua, sendo oferecida, mais gente doente haverá. Não há como esconder isso. Quando mais gente oferecendo droga na rua... Quanto mais tempo conseguirmos tirar de circulação quem oferece a droga na rua, menor é a chance de contágio, menor é a chance... Muitas vidas poderão ser salvas e muitas pessoas poderão não vir a ser “contaminadas” – entre aspas – pela dependência química.

Uma parcela importante da população é vulnerável à dependência química. Tenho debatido bastante esse tema em redes sociais. Não tenho feito outra coisa, nos últimos dois anos, a não ser debater esse assunto, em primeiro lugar. As pessoas dizem: “Não, mas eu não uso drogas, quem quiser que use as drogas. Para mim não tem problema.” Eu não uso e os outros que se danem. Se quiserem usar que usem. Posso dizer, Senador Valadares, que uma parcela importante da população, praticamente um quinto da nossa população é mais vulnerável à dependência química porque tem outros transtornos mentais que levam a uma dificuldade de controle do impulso: transtorno bipolar, déficit de atenção e hiperatividade... São alterações mentais que existem na sociedade, a maioria das pessoas nem sabe que tem, e, ao ser oferecida uma droga, aquela pessoa rapidamente pode ter um uso compulsivo dessa droga. Então, estamos tratando de uma coisa grave, de uma questão gravíssima de saúde pública. Por isso, pedimos o aumento da pena para o tráfico,

da pena mínima, para tirar a maior quantidade possível, para diminuir a circulação da droga.

Muita gente diz: “Não, não adianta. Imaginem. Há quanto tempo que se reprime no mundo. A guerra contra as drogas não adiantou nada.” Ora, Senador Valadares, quero lhe dizer que, em primeiro lugar, quando se toma posições firmes contra a droga se reduz o consumo e se reduzem as pessoas doentes. Foi o caso da Suécia, dos Estados Unidos...

(Soa a campanha.)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – ... que é acusado de promover a guerra contra as drogas, mas que foi um país que reduziu pela metade o número de homicídios nos últimos 20 anos, e que reduziu a população dependente do crack de 4% para 0,7%.

Na China, foi imposta a legalização da droga pela Inglaterra. Uma guerra imperialista da Inglaterra impôs à China o uso do ópio. A China chegou a ter 35% da sua população que não conseguia nem sair de casa. A China teve de fazer duas guerras com a Inglaterra. Hoje, a China é o país que mais reprime as drogas no mundo, um dos países que mais reprimem a droga, inclusive tem pena de morte.

Não é uma questão de esquerda ou de direita, não me venham com discurso de esquerda, não me venham dizendo que a esquerda quer liberar a droga e que a direita quer reprimir as drogas. Na maioria dos países socialistas há pena de morte para as drogas. Quando não tem pena de morte, como Cuba, tem prisão perpétua. Então, são países que têm o sofrimento na sociedade com a droga, que têm a experiência do sofrimento da sociedade.

Não é, Senador Valadares, uma imposição dos Estados Unidos para o mundo a guerra contra as drogas. O Irã, que é um país que não tem nada a ver com os Estados Unidos, que não obedece em nada aos Estados Unidos, proíbe, inclusive, o álcool. O álcool é proibido na lei do Irã. A China não tem nada a ver com os Estados Unidos, não obedece aos Estados Unidos, e tem pena de morte para o tráfico. A Coreia do Norte, o Vietnã, todos esses países têm penas duríssimas, inclusive Cuba, para o uso e para o tráfico de drogas. Então, não estamos tratando aqui de esquerda ou de direita, de liberal ou de não liberal. Desde Milton Friedman, que defende a liberação das drogas, passando pelo Foucault e Bakunin, vários grupos, várias tribos filosóficas e pensadoras, defenderam a liberação das drogas. Isso não quer dizer que as drogas sejam uma coisa boa para a humanidade.

Os cento e noventa e oito países da ONU proíbem o tráfico e punem com prisão o tráfico, os cento e noventa e oito países da ONU. Não me venha dizer

que existe uma tendência mundial que, agora, vai mudar tudo. Existe um discurso que faz uma confusão nas pessoas. Agora o Uruguai vai liberar, Portugal já liberou, a Holanda liberou, agora o mundo todo vai liberar. O Colorado e o Estado de Washington liberaram, o mundo todo vai liberar as drogas. Isso não é verdade. Não existe liberação das drogas em Portugal, não existe na Holanda, existem alguns aspectos de políticas pontuais – algumas até estão sendo revisadas – na questão do uso, se é crime ou não é crime.

Eu entendo, nós entendemos, no nosso projeto de lei, que o uso não deve ser descriminalizado, porque seria a porta, seria a liberação, as pessoas poderiam andar com drogas no bolso, sem risco de cometer crime. Poder andar com droga no bolso, vocês acham que vai aumentar ou diminuir o consumo? O senhor acha que um menino, podendo levar a droga no bolso para a escola, conversar com os colegas, oferecer na festa para os amigos, sem ser tráfico, oferecer, compartilhar, vai aumentar ou vai diminuir o consumo? É claro que vai aumentar.

O problema mais grave da droga é o transtorno mental definitivo que ela causa, que está na raiz de todos os problemas. O tráfico é um dos problemas, não é o principal. O problema é que podemos criar, com a liberação das drogas... Vamos falar claro, não estamos aqui discutindo: “Vamos descriminalizar o uso para depois...” Aqui estamos discutindo a tendência clara, que foi mostrada nesse seminário em Brasília – patrocinado, inclusive, por entidades do Governo, quando o Governo é contra a liberação das drogas –, estamos discutindo aqui a liberação de todas as drogas ou não, regular pelo mercado ou não. É isso o que estamos discutindo. Estamos discutindo a nossa posição, que marcou o nosso projeto de lei, uma posição de maior rigor, de diminuir a oferta de drogas, de tratar as pessoas.

(Soa a campanha.)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – A internação involuntária é um passo importante no tratamento. O menino que está vendendo tudo que tem em casa, que está dormindo na rua, comendo resto de lixo, que não consegue estudar, não consegue trabalhar, não consegue fazer mais nada, não venham me dizer que esse menino tem capacidade de discernir o que é bom para ele e o que não é. A lei hoje diz que esse menino não pode ser internado porque tem que decidir se quer ou não. Nós colocamos na questão da internação involuntária o mesmo princípio que se coloca na lei que regulamentou a reforma psiquiátrica. É o mesmo princípio. A pessoa que não tem mais consciência do que está fazendo tem que ser ajudada pela família e por

um médico, que vai avaliar e determinar a internação, mesmo que seja contra a vontade. É para desintoxicar em entidades hospitalares. É um período curto, de 30 a 45 dias, não é para internar contra a vontade em comunidade terapêutica.

Vamos falar claro. Há muita distorção do projeto. Eu li um editorial de *O Globo* que não tem uma afirmativa sobre o que existe no projeto; todas as críticas que ele tem ao projeto não estão no projeto, são pontos que não existem no projeto. Então, propositalmente, há uma circulação de informações errôneas sobre o projeto. A internação involuntária é para desintoxicar, as comunidades terapêuticas são um espaço importante para manter em abstinência prolongada, para diminuir essa memória da droga, para a pessoa poder voltar gradualmente a atividades em abstinência. Ninguém fora de abstinência consegue, é difícil, principalmente para o usuário de *crack*, voltar para a vida normal usando *crack*.

Então, nós temos uma série de questões importantes, que não vou poder debater por causa do tempo. Nós damos incentivo à ressocialização no emprego, enfim, uma série de questões que durante o debate a gente vai poder aprofundar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Deputado, V. Ex^a terá todo o direito de ser ouvido no debate. Agradeço a sua contribuição, sem dúvida alguma, importante para todos nós que compomos esta Comissão. V. Ex^a é um homem que não apenas é Parlamentar, mas que exerceu, no Rio Grande do Sul, o cargo de Secretário da Saúde por oito anos, tem prática e vivência desse problema e toda a autoridade para falar sobre o assunto. Agradeço a V. Ex^a.

Eu gostaria, por último, nessa primeira etapa do nosso debate, de passar a palavra ao Dr. Vitore André Zílio Maximiano, que é o Secretário Nacional de Política sobre Drogas do Ministério da Justiça.

O SR. VITORE ANDRÉ ZÍLIO MAXIMIANO – Obrigado, Senador Valadares. Bom dia a todos e todas.

Eu queria cumprimentar a Comissão de Constituição e Justiça pela iniciativa de promover este debate. Pelo número de convidados, pela expressão das pessoas convidadas, certamente nós conseguiremos, estimo eu, trazer alguns bons apontamentos para o Senado, elementos importantes para o debate em torno de um projeto fundamental para a sociedade brasileira.

Faço uma saudação também especial aos Senadores presentes – Senador Wellington Dias, Senador Eduardo Suplicy, Senador Humberto Costa –, todos Senadores absolutamente envolvidos com esse tema, preocupados com esta temática. Já tivemos oportuni-

dades de travar o debate em torno do tema drogas com todos os Senadores aqui presentes; e, claro, também com o Deputado Osmar Terra, autor da iniciativa na Câmara dos Deputados.

Eu vou me ater, em vista do curto espaço de tempo, tentando ser o mais objetivo possível, ao texto do projeto, tal como aprovado, na Câmara dos Deputados, em sua versão final.

Estou com o texto em mão.

Tenho aqui alguns pontos que considero relevantes inseridos no projeto e vou tentar ser o mais objetivo possível, repito, tendo como lastro tão somente a versão aprovada pela Câmara dos Deputados.

Sei que, na sua versão original, tal como apresentada, nós tínhamos algumas divergências e levamos isso ao próprio proponente, ao Relator Deputado Carimbão e ao proponente, Deputado Osmar Terra, a toda a comissão especial. Esse foi um tema bastante discutido no âmbito do Governo.

Eu assumi a Senad no dia 22 de abril e, logo no dia 22 de abril, fui convocado para uma reunião para tratar desse tema. E assim permaneci cerca de 40, 50 dias, tratando exaustivamente do então Projeto 37, de 2010, e agora... Perdão, do Projeto nº 7.663, de 2010, e agora do Projeto nº 37, de 2013, que tramita aqui no Senado.

Ao longo dessas tratativas, seja em reuniões com a Câmara dos Deputados ou no âmbito interno do Poder Executivo, nós estimamos que as contribuições que pudemos ofertar no âmbito do Governo à Câmara dos Deputados, nós consideramos que isso resultou num processo bastante exitoso de uma melhora, a nosso ver, muito significativa do projeto. E, na sua versão final, com raros pontos divergentes, nós temos concordância com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

E vou justificar.

Inicialmente, o projeto, mais uma vez, tenta definir quais são os órgãos que integram o Sisnad. Digo isso, mais uma vez, porque em 2006, quando o texto em vigor foi editado, esse dispositivo, em razão dos motivos da época, acabou vetado pelo Presidente da República. E agora nós estamos retomando a redação para indicar quais são os órgãos que integram o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.

E consideramos que todos os órgãos ali indicados são órgãos importantes que atuam na política de drogas e, a nosso ver, de fato, devem integrar esse sistema. Sistema, é evidente, coordenado pela União, sob a gestão da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, compartilhando essa gestão com o próprio Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

A propósito, no que toca aos conselhos, o projeto também teve o cuidado de fortalecer esse importante

instrumento de controle social, seja em fortalecimento ao Conad, ao Conselho Nacional, e também aos conselhos estaduais. Eu sei que, com muita legitimidade, os conselhos estaduais também têm um apontamento, um pequeno reparo, com o qual concordamos. E isso será tratado, logo mais, pela fala do Dr. Aloísio.

No que toca à divisão de competências, isso é muito importante. Hoje, nós não temos claramente, em texto legal, a divisão de competências no que toca à política de drogas. Essa divisão ficará mais clara com o teor do projeto.

Eu dou um exemplo, apenas um exemplo.

Caberá aos Municípios, prioritariamente, as ações de prevenção. Isso tem uma razão de ser. Os Municípios, pelo Texto Constitucional, têm prioritariamente a sua ação voltada, no que toca à educação, à educação de ensino básico e à educação fundamental, razão pela qual este momento é da maior importância para as ações de prevenção, razão, portanto, de ter sido assim estabelecido o texto dessa prioridade para que os Municípios, prioritariamente, repito, atuem nas ações de prevenção. Os Estados, com um forte viés na ação de atenção e tratamento, e a União, evidentemente, atuando em lastro a essas políticas estaduais e municipais, promovendo a integração da política nacional, cuidando do sistema nacional, um sistema nacional que passa a ser bastante revigorado com um sistema de informações importante para acompanhar todas as ações, seja no tocante à redução da oferta, como também no tocante à redução de demanda.

Ainda sobre os conselhos, é importante destacar, não está hoje no texto em vigor da Lei nº 11.343, a previsão de mandato aos conselheiros. Isso é importante para que não haja destituição dos mandatos de conselheiros a bel-prazer de quem esteja no exercício das gestões locais. Isso é importante para conferir maior autonomia aos conselhos. Nós consideramos importantes esses instrumentos de controle social para acompanhar a política e cobrar respostas dos gestores.

Hoje, é evidente, os gestores têm enorme preocupação, não deixam de ter essa enorme preocupação com a questão dos controles no que toca às políticas públicas.

Nas ações de reinserção social ainda há uma divergência nossa em relação ao texto. Isso já foi transmitido ao próprio Relator na Câmara dos Deputados, o Deputado Carimbão. Concordamos com o teor da ideia lançada no art. 22-A, que trata da reinserção social pelo trabalho, 22-A ou 22-B, mas nós não concordamos com a política de cotas, especialmente as áreas de planejamento e fazenda do Governo Federal têm ressalvas em relação ao estabelecimento de cotas e a Senad, especialmente no que toca ao processo de

reinserção social, tem divergência quanto ao requisito da abstinência nesse processo.

Quanto à abstinência lançada como processo terapêutico das comunidades terapêuticas, nós não temos divergência, que isso fique muito claro, portanto. A divergência no tocante à abstinência se dá no processo de reinserção social e no estabelecimento da cota. Isso também já foi transmitido ao próprio Relator e talvez aqui esteja uma das poucas divergências de fundo que nós temos em relação ao projeto na sua aprovação na Câmara.

No tocante ao tratamento, sei que aqui há muitas paixões em jogo, especialmente pessoas a quem admiro historicamente, seja na área de gestão, seja na sua militância pelo movimento antimanicomial, mas entendo, com todo o respeito, que o texto traz evoluções em relação à legislação em vigor. E dou aqui exemplos.

A Lei nº 10.216, de 2001, não estabelece critérios para a internação involuntária. Os critérios lá são critérios mais frouxos.

Tampouco estabelece limite para essa internação involuntária.

O projeto vai adiante. O projeto, é bom que se diga, propõe o fim da internação compulsória no que toca à dependência química.

Nós teríamos duas modalidades de internação, se esse texto vier a ser aprovado pelo Senado, e eventualmente mais à frente sancionado pela Presidenta da República. Nós temos, pela previsão, o fim da internação compulsória e a previsão, tão somente, de duas modalidades de internação: a voluntária e a involuntária.

No tocante à involuntária, o texto, a nosso ver, traz evoluções, garantias a esse paciente que involuntariamente ingressa numa unidade de saúde...

(Soa a campanha.)

O SR. VITORE ANDRÉ ZÍLIO MAXIMIANO – ... necessariamente uma unidade de saúde, com todos os protocolos do SUS sendo rigorosamente observados.

Limite para a internação.

A sua finalidade, que é para desintoxicação.

Prontamente a internação involuntária dever ser comunicada ao Ministério Público, à Defensoria Pública. Há outros meios de controle social previstos expressamente no texto.

Quem estabelece a internação é o próprio médico. Se a família desistir da internação involuntária, ela pleiteia e o médico é obrigado a promover a desinternação do paciente que, a pedido da família, originalmente assim estabeleceu, vedado expressamente que forças de segurança solicitem a internação involuntária, o.k.?

Então, nós consideramos que aqui há avanços frente ao texto atual, ao texto vigente, o.k.?

No tocante ao acolhimento em comunidades terapêuticas, é bom que se diga há expressamente no texto, tal como aprovado, no §9º do art. 23-A, que “é vedada a realização de qualquer modalidade de internação nas comunidades terapêuticas acolhedoras”.

Não é figura de retórica quando estabelecemos – e isso está sendo consolidado especialmente nos últimos tempos, lançado aqui no texto – que a comunidade faz acolhimento. É um processo terapêutico bastante distinto da modalidade de internação. Nós estamos falando de uma modalidade que complementa todo o sistema calcado fundamental e prioritariamente no tratamento ambulatorial.

Todos os parâmetros garantistas da Lei nº 10.216 foram integralmente preservados. Se observarem, o texto é cópia literal da Lei nº 10.216, no que toca à prioridade do tratamento em ambiente ambulatorial. Os equipamentos de saúde, de assistência social, do SUS e SUAS, são prioridade nas ações de saúde da política de drogas.

Sei que há muita polêmica no tocante às comunidades terapêuticas, e o que está aqui estabelecido, mais uma vez, é sob a ótica de respeito à pessoa acolhida. Há previsão de que não pode haver isolamento em comunidades terapêuticas. Nós temos exercido uma fiscalização e vamos intensificá-las, no tocante às comunidades terapêuticas.

A Senad, no âmbito do Programa Crack, é Possível Vencer – sei que o tempo está esgotando e estou ansioso para falar de um conjunto de elementos – tem um programa de financiamento de vagas, uma parcela pequena do programa federal, de prioridade para a Presidência da República; são 10 mil vagas que deveremos financiar em comunidades terapêuticas. Neste momento, já estamos financiando em torno de 2 mil vagas, com 80 contratos celebrados.

Não só pessoalmente, como também a equipe da Senad, temos ido às comunidades terapêuticas e temos visto aquilo que nós assim defendemos: portões abertos. O acolhimento em comunidade terapêutica é rigorosa e tão-somente de forma voluntária. Isso será um valor absolutamente inegociável, intransponível. Seremos absolutamente rigorosos, quer na gestão do recurso, quer na qualidade da vaga ofertada.

O acolhimento em comunidade terapêutica é um processo muito peculiar das comunidades, é um equipamento social que oferta algo especialmente para quem está tentando superar a dependência química e tem uma dificuldade no campo material, com poucos recursos. É uma oferta que se coloca.

O Ministério da Saúde tem um excelente equipamento, chamado de unidades de acolhimento, que também se têm ampliado em todo o País, dentro do

Programa Crack, é Possível Vencer. Hoje, já temos 60 desses equipamentos e são bastante semelhantes às próprias comunidades terapêuticas.

Na medida em que esta rede se amplia, certamente temos muito a ganhar. Ampliar significa não só em quantidade, mas também em qualidade. Repito: a qualidade destas vagas é algo fundamental para todos nós. Tenho convidado o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – e isso vale para quem quiser nos acompanhar –, nas visitas que temos feito às comunidades terapêuticas. Isso tudo será muito bem-vindo. Em todas as visitas que tenho feito pelo País todo, tenho encontrado comunidades com as portas abertas. E algumas das visitas não são programadas; especialmente da equipe da Senad, da equipe de fiscalização, nós não informamos previamente que visitaremos aquele local.

Por fim, a parte penal, que é algo que nos preocupa sobremaneira, foi bastante discutida na Câmara dos Deputados. A discussão foi travada pelo próprio Ministro da Justiça com os Parlamentares – nós acompanhamos isso de perto –, e o texto produzido tem um único tipo incriminador, tão somente um único tipo incriminador: aquele que fala de quem exerce o comando de organização criminosa, para cujo agente haveria um aumento de pena; originalmente a pena seria de 5 a 15 anos e passaria a ser de 8 a 15 anos.

Aqui, destaco que o Parlamento brasileiro – Câmara e Senado – aprovou recentemente um texto que acabou de entrar em vigor no dia 02 de agosto de 2013, que é a Lei nº 12.850, que define organização criminosa e dispõe sobre ela. No art. 2º, o texto originalmente previsto no Projeto da Câmara dos Deputados já está aqui contemplado no texto aprovado, que agora é a Lei nº 12.850.

Na nossa estimativa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Para informação de V. Ex^a, aqui está o autor do projeto que foi convertido em Lei, pela nossa Presidenta Dilma Rousseff, e eu fui o Relator desta matéria.

O SR. VITORE ANDRÉ ZÍLIO MAXIMIANO – Então, Senador Pedro Simon, a quem saúdo também com a sua chegada, e Senador Valadares, que conhece a fundo este texto, portanto, esta parte penal, na nossa estimativa, deve restar prejudicada, de modo que, se este entendimento prevalecer, embora tenha havido concordância do Governo em relação a essa parte do texto, ao que tudo indica, ela será suprimida do texto, aqui, em tramitação no Senado.

Evidentemente farão a interpretação os próprios Senadores e os vários atores, mas me parece muito claro que o texto contido no projeto aprovado na Câmara,

no art. 33, §5º, agora já está plenamente atendido no texto da Lei nº 12.850. Assim, penso que este texto deverá restar prejudicado. Portanto, a parte penal, que também nos angustia a todos, é algo que deve restar prejudicado.

Enfim, teria muitíssimo a trazer de contribuições. Espero ter transmitido de forma objetiva, um pouco menos acalorada, dados absolutamente calcados no texto aprovado e em políticas que temos discutido amplamente com todos os setores, com o Conselho Nacional, com os gestores estaduais e municipais, com os conselhos estaduais, com as comunidades terapêuticas, com a sociedade civil.

Com muita honra e muito cuidado, estamos organizando, por estes dias, um seminário com a presença de todo esse público que aqui mencionei, em torno da política sobre drogas. Nós trouxemos representantes de vários países e tentamos, o máximo possível, alcançar esse equilíbrio nas linhas indicadas por diversos países, pelos organismos internacionais, porque, evidentemente, este é tema em que temos, cada vez mais de produzir um debate sereno e tranquilo, no sentido de avançarmos, ofertando, especialmente na área de prevenção, na área de saúde, na área de tratamento e na área de reinserção social, uma ampla rede, para que efetivamente possamos, ao lado de todas as ações, evidentemente – na redução de oferta, na área de segurança e de enfrentamento ao tráfico de drogas – produzirmos o resultado tão desejado, que é a redução de demanda e de oferta.

Muito obrigado.

Mais uma vez, enalteço a iniciativa desta Casa, do Senado da República e da sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, hoje presidida pelo Senador Valadares, Relator da matéria, pela iniciativa da convocação desta audiência pública. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Dr. Vitore André por essa contribuição inestimável e pelo esclarecimento de todas as dúvidas que possam surgir durante a tramitação do PLC nº 37.

V. S^a, como integrante do Ministério da Justiça, como Secretário do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas deste Ministério, tem muito a ensinar a esta Casa. As suas ponderações, as suas orientações, os seus esclarecimentos e, acima de tudo, o seu equilíbrio foram fundamentais para que tirássemos algumas dúvidas que persistiam em nossa mente.

Espero que não só os nossos Senadores, como todas aquelas pessoas interessadas no combate às drogas, tenham entendido o que falaram os nossos convidados, que nos honram nesta Comissão com as suas presenças.

Dando continuidade, à ouvida das demais pessoas, gostaria que os ocupantes desta Mesa fosse ao plenário, à exceção do Deputado, autor da matéria, que nos honrará ainda com a continuidade da sua presença nesta Mesa, a fim de que possamos convidar os demais participantes deste debate.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – É só para perguntar a V. Ex^a em que momento a palavra será aberta aos Senadores. Vamos ter de esperar a próxima Mesa ou já se vai abrir agora?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Humberto Costa, sei que V. Ex^a é um dos Parlamentares mais interessados e, inclusive, perguntou-me várias vezes quando seria realizada essa audiência pública. Entretanto, em atenção aos convidados, muitos dos quais vieram de outros Estados, ocupam funções importantes relacionadas às drogas e gostariam também de manifestar a sua opinião, em razão dessas prioridades que devemos dar às pessoas convidadas, devemos conceder 10 minutos a cada uma delas. Estimo que V. Ex^a entenderá. Logo em seguida, ouviremos V. Ex^a, que é o primeiro inscrito. Como Relator, eu ficarei por último em homenagem a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Wellington Dias, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, gostaria só de examinar, porque eu havia apresentado um requerimento com o nome do Sr. Célio Luís Barbosa, Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Foi aprovado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – V. Ex^a tem prestígio nesta Casa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada.

Tenho uma agenda agora, como foi anunciado, do Colégio dos Líderes do Senado com a Presidenta Dilma, mas não poderia deixar de parabenizar, primeiramente, a CCJ por este momento e o nosso Deputado Osmar Terra, que teve a iniciativa. É polêmico, mas,

em todos os pontos que ele coloca, há apenas uma divergência em relação à interpretação da discussão sobre o usuário.

Na verdade, formei convicção de que, se alguém vai a uma festa e dá ou vende, ele é um fornecedor. Neste caso, a lei já tipifica como crime, mas é diferente do usuário, especialmente o usuário por dependência. Abraço a tese da Organização Mundial da Saúde, que hoje é consagrada, do tratamento como uma dependência química; portanto, como um problema de saúde.

É claro que afeta o psicológico e tudo o mais. Enfim, é por isso que sou favorável ao texto na forma como foi colocado, entendendo que essa parte criminal deva ficar especialmente na tipificação de quadrilhas para a Lei nº 12.850, que, como já foi lembrado aqui, tem iniciativa do Senador Pedro Simon e é relatada pelo Senador Valadares. Já a aprovamos, e hoje é lei. Aliás, uma lei que vinha há tanto tempo! Foi preciso um ambiente de muita cobrança por parte do País, para que ela viesse para a pauta e fosse priorizada.

Então, Sr. Presidente, além disso, queria apenas mostrar a necessidade de termos realmente esta audiência nesta Comissão. Queria apenas dar um depoimento sobre as entidades.

Acho que o fato de usarmos o termo “comunidade terapêutica” gerou mais polêmica pelo próprio nome do que pelo o que elas fazem. Gosto muito de um tema que o Deputado Givaldo Carimbão costuma usar, que é o de uma “comunidade acolhedora”, porque, na verdade, é isso o que se faz.

Certamente, se perguntarmos para cada um dos que atua nessa área – e destaco o nosso Pe. Haroldo aqui presente –, certamente nós vamos ver que ele costuma ousar dizer que o que a comunidade terapêutica dá de principal é um remédio chamado “amorex”, está certo?

É nisso que eu creio. Dou o testemunho do que vejo no meu Estado. Acho que da forma como está ficando no texto aprovado está de bom tamanho. Por isso, defendendo a sua aprovação.

Queria apenas pedir permissão, já quebrando o protocolo para manifestar a minha posição, em razão da minha ausência por conta dessa agenda com a Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Humberto Costa, V. Ex^a compreendeu a minha preocupação?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Compreendi, mas V. Ex^a já podia ter começado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Como eu podia co-

meçar se o colega de V. Ex^a, não só de Senado, mas de Partido, estava assumindo a tribuna?

Agora, quero convidar o Prof. Dartiu Xavier da Silveira, da Universidade Federal de São Paulo; o Coordenador do Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas sobre Drogas, Cloves Benevides; Miriam Abou-Yd, Representante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial.

Ainda temos o Sr. Aloísio Andrade, Coordenador-Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas, aqui à minha direita. Estão faltando apenas Cristiano Maronna, advogado e representante da Rede Pense Livre; e Célio Luis Barbosa, Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas, sendo este último convidado a partir de um requerimento apresentado pelo Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra à representante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial, Miriam Abou-Yd, por 10 minutos.

A SR^a MIRIAM NADIM ABOU-YD – Bom dia a todos. Agradecemos ao convite para participarmos desta audiência pública e saudamos os Srs. Senadores pela feliz iniciativa de sua realização.

Esta audiência inaugura, nesta Casa, um novo momento de discussão sobre o tema, quando convoca diferentes instituições a se posicionarem. Abre-se, assim, o desejável debate democrático, e não poderia ser de outra forma, tendo em vista ser um tema que tantas interrogações sociais provoca.

O consumo de substâncias psicoativas, ainda que não seja um fato novo ou recente na nossa história, se constitui, por inúmeros motivos, neste momento, numa importante preocupação da sociedade brasileira, num problema cuja importância pede delicadeza, mas também coragem para desconstruir as soluções apressadas, visto que a pressa, do lado de quem usa ou de quem faz as políticas e as leis, continua a ser péssima conselheira e conduz sempre ao pior.

A firmeza que se pede é a defesa da vida, que precisa ser compromisso de todos. É preciso pôr fim à alienação que mantém vulnerável a sociedade, a quem se faz necessário esclarecer e falar sobre o tema, rompendo com o interdito e as fantasias preconceituosas que turvam nossa percepção.

É preciso reconhecer que, se há consumo, há comércio, e que a guerra não é resposta civilizada para tal prática.

Por que não nos debruçarmos mais detida e humildemente, sem arrogância, nas experiências que vêm acontecendo pelo mundo? Elas não são poucas. Aqui perto, temos a experiência do Chile, da Argentina, do Uruguai, que conseguiu construir uma ousada e firme resposta, e do próprio Portugal, cuja política

nos convida a rever nossa posição sobre os modos de tratar o consumo prejudicial, rompendo com a barreira criminalizante, que impede o acesso ao tratamento para os que dele necessitam. Vou citar até mesmo os Estados Unidos, autor da nefasta e fracassada guerra às drogas, na década de 70, onde 17 ou 19 Estados já sustentam o uso terapêutico da maconha e onde também já começam a repensar e a propor alternativa à sua imensa população carcerária: 2,5 milhões de pessoas estão presas, e a imensa maioria está envolvida com a questão das drogas.

No campo dos exemplos a seguir ou dos compromissos estabelecidos, há o pronunciamento da 43^a Assembléia Geral da ONU – que aconteceu agora na Guatemala e que foi citada pela Alice, da qual o Brasil participou, referendando o seu documento final –, que convida os países-membros a buscarem soluções cidadãs incluídas no trato dessa questão e mesmo o posicionamento da ONU rechaçando a tortura e os locais de internações forçadas.

Entramos, portanto, no debate, desejando que este contribua para a produção de uma legislação e de políticas públicas à altura das melhores experiências em curso no mundo, onde as questões relativas às drogas se articulam com a cidadania.

Srs. Senadores, a democracia brasileira pede e merece resposta à altura para essa questão. Só assim, verdadeiramente, o Brasil dará mostras de haver superado o atraso e o obscurantismo na resposta a um problema que afeta o mundo e que diz respeito à lógica que o organiza, a predileção pelo consumo.

Aprendemos com o poeta que as leis não bastam. Elas não fazem florescer nenhum lírio. Nelas, contudo, gravamos, como numa pedra, nossos projetos de mundo e de humanidade. À tinta, imprimimos a memória que legaremos ao futuro, e apenas isso, o futuro que aqui escreveremos, é motivo para um melhor cuidado, para uma mais democrática e lúcida construção, posto que espelha o patamar civilizatório em que nos encontramos, nossa capacidade de compreensão e nossa resposta àquilo que nos aflige e que nos interroga.

Por isso, indagamos aos Srs. Senadores sobre o porquê de uma lei que repete, em parte de seu texto, o pior do que já se experimentou na abordagem dessa questão. Por exemplo, por que se insiste na criminalização dos usuários? Por que a adoção de penas tão duras, quando as estatísticas relativas à população carcerária no Brasil revelam um crescimento significativo do número de cidadãos condenados ao cárcere cuja imensa maioria é de réus primários, pobres, negros, jovens? Indagamos sobre a aplicação de uma lei que não define qual a quantidade que faz de um portador um traficante, deixando ao julgamento subjetivo dos

agentes da lei tal decisão. Qual o sentido de insistir, mais uma vez, no endurecimento das penas, e não na revisão de tão prejudicial lacuna, sobre a qual incide e se reafirma o preconceito de classe vigente em nossa sociedade?

Por outro lado, chama a nossa atenção o fato de que um texto que busca regular o consumo das substâncias pela via da criminalização inclua como parte da questão a definição do tratamento, sem se preocupar em destacar que há modos distintos de uso. Ou seja, nem todo uso é prejudicial e demanda cuidados ou tratamentos. Amplamente conhecida e mundialmente aceita, a distinção entre modos de consumo de drogas permite ver que não há apenas uso prejudicial de drogas, que as drogas em si não são boas nem más, que são as pessoas, em seu laço com tais substâncias, que as incluem de modo prejudicial ou não.

Esse é um ponto claramente confundido pelo PLC. Fica a pergunta: por que foi feita essa escolha? Desconhecem os legisladores essa dimensão? Será que não seria o caso de nos aprofundarmos mais, para entendermos a maneira com que podemos abordar a questão e mudar o PL?

Outro ponto chama a nossa atenção: a atribuição de acesso privilegiado para as comunidades terapêuticas no acesso à rede de saúde. Não é de bom-tom impor acesso ao cuidado em saúde fora de critérios que não sejam clínicos. Eu, como médica e com uma experiência vasta como gestora também de saúde, afirmo que tal proposta é eticamente indefensável; Por que as comunidades terapêuticas devem ter porta de entrada específica e prioritária na rede de saúde? Não se legitima, assim, uma afronta aos direitos dos cidadãos constitucionalmente estabelecidos?

É mais um exagero da lei, a meu ver, tamanho zelo e preocupação com essas instituições, ao vê-las destacadas, compondo o Sistema Nacional de Políticas Públicas (Sisnad), num projeto de lei que sequer cita os CAPS.

Outro ponto. Diz o PL que é vedada a realização de qualquer modalidade de internação nas comunidades terapêuticas. Louvável, sem dúvida, mas sinto muito – o Vitor está aqui ainda? –, é figura de retórica. Não é isso o que vem acontecendo ao longo dos anos, conforme constata os gestores municipais, estaduais e mesmo o Relatório das Inspeções das Comunidades Terapêuticas, feito pelo Conselho Federal de Psicologia. É quase que inerente e fundante das comunidades terapêuticas a prática da internação. Todos nós sabemos disso. Todos nós sabemos disso!

(Soa a campanha.)

A SR^a MIRIAM NADIM ABOU-YD – Pois bem, estou terminando, a Renila – Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, como movimento social, protagonista de uma história de transformação real de vidas esquecidas, autora de cenas cidadãs e de empreendimentos de vida, reafirma a necessidade e a importância de uma política pública sobre drogas, capaz de intervir nos processos de exclusão e segregação, sem a reedição dos manicômios, e de uma política que seja fruto de um debate plural e democrático.

Nesse sentido – já concluindo – reafirmamos que o Senado mantenha essa posição de escolha por essa conversa plural, pela existência do contraditório e pelo fazer democrático. Que esta Casa continue recebendo contribuições de vários segmentos, a influência dos mais diversos pensamentos, permitindo ao Brasil colocar-se em sintonia com o que de mais avançado e cidadão se tem produzido em todo o mundo no campo das drogas.

(Soa a campanha.)

A SR^a MIRIAM NADIM ABOU-YD – Michel Foucault, filósofo francês e um caro pensador das ciências humanas e das práticas psi, em particular nos alerta que o modo como uma sociedade trata seus velhos, suas crianças e seus loucos, condição na qual se inscrevem na nossa era os adictos, indica seu patamar civilizatório. O modo como tratamos as diferenças ou aqueles que não se inscrevem na norma padrão diz da nossa humanidade. Oxalá possamos expressar o nosso melhor!

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Passamos a palavra agora ao Dr. Dartiu Xavier da Silveira, professor da Unifesp, que tem dez minutos para sua apresentação.

O SR. DARTIU XAVIER DA SILVEIRA – Eu gostaria de agradecer poder estar aqui contando um pouco da minha experiência a respeito deste momento tão crucial, em que se debate um projeto tão controverso.

Só para localizar de onde venho e de que ponto que falo, eu sou médico, psiquiatra. Sou professor da Universidade Federal de São Paulo. Sou professor de Psiquiatria, dentro da Escola de Medicina.

Tenho uma trajetória. Há 27 anos, fundei o Proad, que é um programa que atende os dependentes químicos. Foi o primeiro programa da cidade de São Paulo a atender gratuitamente dependentes químicos. Atendemos a uma média de 700 consultas por mês, há 27 anos, o que nos deu uma boa experiência e um bom trajeto nessa área. E, como é dentro de uma universidade, temos desenvolvido uma série de ações em

pesquisa e em prevenção, para ampliar o nível de conhecimento desse tema tão complexo e tão controverso.

A primeira questão que surge – que eu acho importante, e já foi colocada por outras pessoas – é: se eu estou lá na minha clínica, atendendo os meus dependentes, eu vejo as drogas sob a ótica do dependente. É uma coisa calamitosa. Mas as drogas são muito mais do que isso, elas têm uma outra representatividade na sociedade. Por exemplo, quando eu saio da clínica, quando eu saio do contato com os meus pacientes, eu vejo pessoas que usam drogas e que não se tornam dependentes. Da mesma forma que a maioria das pessoas que conhecemos, do nosso núcleo social, que consomem álcool não são alcoólatras, isso também é válido para as drogas ilícitas.

Isso foi mensurado em um estudo do National Institute on Drug Abuse (Nida), um dos maiores institutos de pesquisa do mundo, por um pesquisador chamado James Anthony, em que mostra, por exemplo, que, de cada cem pessoas que consomem álcool, aproximadamente quinze se tornam dependentes de álcool. No caso da maconha, por exemplo, só para fazer a comparação, de cada cem pessoas que consomem maconha, nove se tornam dependentes. E para todas as substâncias, a grande maioria dos consumidores não se torna dependente. Bom, essa é uma constatação epidemiológica de estudos que colocam, de forma patente, que você não pode considerar o usuário de uma droga como sendo dependente.

A questão, então, da legalidade ou ilegalidade de uma droga não é um critério adequado, porque sabemos que existem diversos fatores que fizeram com que uma droga fosse considerada legal ou ilegal, e não é o risco intrínseco da droga ou a periculosidade em si que determina isso. Inclusive um dos maiores cientistas do mundo, David Nutt, publicou, há dois anos, na maior revista médica do mundo, a *The Lancet*, um estudo em que propõe uma classificação das drogas, segundo critérios muito objetivos. Essa revista é muito rigorosa cientificamente, e ele afirma, por exemplo, que o álcool é uma droga de muito maior periculosidade do que maconha, do que alucinógenos, do que uma série de substâncias consideradas ilícitas.

Uma questão que eu também gostaria de abordar, em cima do que o Deputado Terra disse, é o conceito de dependência química como uma doença crônica, incurável e irreversível, bastante questionado pela ciência hoje em dia. É um conceito considerado datado. Na verdade, hoje em dia, é considerado um conceito que vem muito dos grupos de autoajuda, sobretudo os de inspiração americana, com forte viés moralista e religioso. Hoje em dia, entende-se de forma bastante mais complexa a questão da dependência química, e

não necessariamente um transtorno crônico irreversível. Muitas pessoas defendem até a saída da dependência química do rol das doenças mentais, porque seria mais um comportamento que pode ter um caráter desviante ou não, um componente patológico ou não. Mas isso é todo um questionamento acadêmico para o qual ainda não há solução.

Com relação aos transtornos mentais definitivos associados ao uso de substâncias, a única substância com alta incidência de transtornos mentais definitivos, de todas as drogas que existem, é o álcool, que são as demências alcoólicas. Obviamente, existem problemas mentais relacionados ao uso de substâncias em que você pode dizer: “Essa substância levou a esse transtorno mental definitivo ou irreversível”, mas a única substância que tem essa característica numa proporção epidemiologicamente de peso é o álcool.

Eu falei bastante do fato de que a maioria dos usuários de substâncias, sejam elas lícitas ou ilícitas, não é dependente. Então, eles não precisariam de tratamento. Não vamos propor tratamento de usuários de álcool, o que seria um absurdo. Também não podemos propor tratamento de usuários de maconha, se é um uso recreacional ou ocasional, por uma questão de coerência. Eu trato quem é doente, quem é dependente; senão, não posso usar o termo “tratamento”.

Quando vamos trabalhar com o tratamento, há uma série de estudos de eficácia – o que resolve e o que não resolve, o que é bom e o que não é bom. Há estatísticas que mostram que os melhores serviços de tratamento de dependência do mundo têm uma taxa de eficácia que ainda deixa muito a desejar: de 35%. Isso significa que 65% não conseguem ficar abstinente, mas isso se eu coloco abstinência como critério de sucesso terapêutico.

E o que se faz por esses 65% que não conseguem manter a abstinência? Antigamente, o modelo médico mais tradicional de forte viés moralista, proibicionista advogava que isso era um insucesso terapêutico. Ou seja, se a pessoa não consegue ficar abstinente, então, não deu certo o tratamento. De muitos anos para cá, cerca de 20 anos já, a gente já sabe que esses 65% que não ficam abstinente podem ser ajudados de outra forma, ainda que não fiquem abstinente, através de estratégia de redução de danos. Existe uma série de estratégias com que se podem diminuir os riscos relacionados a esse consumo; ainda que a pessoa não se abstenha do uso, ela consegue adotar padrões de consumo que permitam que ela tenha um desempenho profissional, um desempenho escolar, mantenha relações afetivas, mantenha uma vida social adequada.

E com relação aos modelos de tratamento, a questão da internação ou do modelo ambulatorial, isso

é algo sobre o que foram feitos diversos estudos, estudos de revisão sistemática e meta-análise, que são formas de estudos em que se obtém um resultado final de todo o apanhado de estudos feitos sobre o assunto. E é inegável que a maior eficácia é obtida quando se usa um modelo ambulatorial.

A eficácia de um modelo que utiliza a internação é menor – e é bastante menor –, além de ser muito mais custoso. Se a gente pensar em termos de cofres públicos, não se justifica advogar em prol de uma modalidade de tratamento que é muito mais custosa e muito menos eficaz.

Por que existe essa diferença? Não se sabe exatamente. Esse é um dado concreto, uma observação clínica, mas o que se sabe, o que se supõe é que, a partir de uma internação, um dependente químico ficar sem usar uma droga quando está internado é algo relativamente fácil. Por que é fácil? Porque é uma situação de artificialidade. O difícil é esse indivíduo se manter abstinente na hora em que ele sai da internação. E a gente vê que, realmente, em 90% dos casos, há recaída depois da internação, utilizando esse modelo de internação. E grande parte recai no primeiro mês após a alta. Por quê? Por causa desse sistema de artificialidade.

Em cima desse tipo de racionalidade, de justificativa, sempre se privilegia um modelo ambulatorial, não retirando o indivíduo do seu meio, através de equipes multidisciplinares, dentro de um acompanhamento nos moldes dos CAPS AD, algo que foi implantado com muito sucesso neste País. A gente pode questionar que esses CAPS talvez não funcionem porque eles são em número insuficiente ou porque nem todos os CAPS têm uma equipe com capacitação adequada, mas o modelo é o melhor de que dispomos, do ponto de vista científico, hoje.

Com relação à compulsoriedade ou internação compulsória ou involuntária, também o que se questiona muito é a questão jurídica; a compulsoriedade vai ser questionada mais do ponto de vista jurídico. Mas vamos falar mais sobre internação involuntária.

(Soa a campanha.)

O SR. DARTIU XAVIER DA SILVEIRA – A internação involuntária somente se justifica em casos de absoluta exceção; são casos raros em que o indivíduo perdeu a sua capacidade de autodeterminação. Perder a capacidade de autodeterminação significa, do ponto de vista médico – e é uma indicação médica uma internação involuntária –, é um indivíduo estar psicótico, fora da realidade, sem capacidade de julgamento do que acontece ao seu redor. Não é o indivíduo que perdeu a capacidade de controlar a sua relação com

a substância. Isso não é perda de autodeterminação, porque ele mantém preservado todo o restante da sua vida. Porque, senão, a todas as patologias do excesso vai ter que ser imposta uma conduta de internação compulsória. Por exemplo, a obesidade; as pessoas que estão comendo em excesso vão ter que ser internadas apesar de não quererem, por uma questão de coerência. Então, não existe perda de autodeterminação a não ser em situações de exceção.

Uma outra questão – claro, falando mais especificamente –: se a gente já não recomenda um sistema com base na internação, muito menos uma internação compulsória, muito menos ainda uma internação numa comunidade terapêutica, já que existem diversos estudos que não mostram que exista uma eficácia privilegiada em pacientes atendidos no sistema de comunidade terapêutica. Ou seja, não existe evidência científica de uma superioridade de uma comunidade terapêutica como instrumento de tratamento de um dependente químico.

Então, se a gente não se baseia em evidência científica, eu acho que fica difícil de a gente pensar. Isso para não falar de um sistema perverso que se cria quando há um sistema paralelo de encaminhamento, independentemente do SUS, com financiamento independente, ou seja, isso não tem qualquer justificativa do ponto de vista científico.

Mudando um pouco de assunto, no tocante à questão do sistema prisional – algumas pessoas já tocaram nisso –, eu gostaria de lembrar que há um estudo muito importante da década anterior, nos Estados Unidos, em que as prisões federais dos Estados Unidos continham 59% dos seus presos por crimes relacionados ao uso de drogas. Quando eu vi esses dados, eu disse: “Nossa, os Estados Unidos estão bastante eficientes em termos de prender os traficantes”. Só que a grande surpresa foi que quase 90% deles, ou seja, 89% são jovens de menos de 30 anos, sem nenhum antecedente criminal, ou seja, réus primários e, obviamente, seu único crime foi consumir uma substância ilícita, no caso a maconha. Na verdade, esse era o tratamento dado ao usuário de maconha – nos Estados Unidos, ainda é dado, e no Brasil também. Então, a gente vê que, realmente, o uso de maconha é algo de muito risco. Você pode acabar dentro de uma prisão apenas por ser usuário de uma substância. É claro que vocês podem imaginar o que acontece com esse indivíduo jovem, réu primário, dentro de uma prisão. Ele sai com pós-graduação em criminalidade. Ou seja, é um efeito perverso de um sistema judiciário questionável.

Quem denuncia isso, curiosamente, é uma ONG americana que se chama “Paremos com o estupro nas

prisões”. Isso porque eles identificaram que esses jovens, por serem jovens com pouco traquejo, pouca malandragem – eles eram inocentes na prisão, esses jovens usuários de maconha encarcerados –, eram frequentemente as vítimas dos estupros nas prisões, e eles pegavam doenças sexualmente transmissíveis e aids. Então, é essa ONG americana que denuncia isso.

Com a nossa lei de 2006, alguns trabalhos na área jurídica evidenciaram o mesmo fenômeno, e vou destacar um deles, que talvez seja um dos mais importantes, da Luciana Boiteux, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela mostra esse fenômeno do superencarceramento dos usuários de droga, relacionado basicamente ao consumo. Quanto a essa pouca diferenciação entre o usuário, o dependente e o traficante, esse espaço fica mais confuso ou menos nítido sobretudo nas classes menos favorecidas. Ou seja, com as pessoas mais abastadas, acaba havendo mais leniência à lei, criando um tipo de sistema perverso, de novo, que vai favorecer as classes mais favorecidas, em cima de uma lei pouco clara, pouco – vamos dizer assim – ousada, que possa encarar esse problema de uma forma que transcenda essas diferenças raciais ou essas diferenças de classe social.

Com relação ao proibicionismo, eu acho que a gente não precisa nem ir muito longe. A gente sabe que a Lei Seca americana foi um grande modelo de proibicionismo como experiência, que durou de 1919 a 1933. A Lei Seca americana foi um grande fracasso, um grande desastre. Quem era dependente de álcool, com a Lei Seca, continuou sendo, só que, em vez de comprar seu álcool legalmente, procurava os alambiques clandestinos. E a Lei Seca foi revogada porque os americanos não aguentavam mais a criminalidade que se gerou em torno da Lei Seca, a corrupção que se gerou em torno disso. E o pior: a gente sabe – todo mundo que trabalha com drogas – que, quanto mais proibicionista ou repressiva for uma política de drogas, mais se fomentam formas mais perigosas de consumo. E a Lei Seca é um bom exemplo nessas formas mais perigosas de consumo: o período da Lei Seca foi o único momento da história da humanidade em que se registrou o uso injetável de álcool. Por que alguém injeta álcool? Porque o indivíduo era dependente, o acesso ao álcool era tão difícil que, quando ele obtinha uma pequena quantidade, ele queria ter o máximo efeito possível. Então, eles injetavam em si mesmo o álcool. Pois bem, a gente sabe que existe esse sistema perverso de que, quando se adotam posturas muito repressivas, estimulam-se formas mais perigosas de consumo.

Voltando ainda à questão da estigmatização do usuário, do dependente, eu queria mencionar a ques-

tão da guerra às drogas, que já foi mencionada aqui também. A guerra às drogas foi algo muito...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Um minuto, Dr. Dartiu, a Dr^a Miriam precisa se afastar...

A SR^a MIRIAM NADIM ABOU-YD (*Fora do microfone.*) – Pode terminar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pode terminar?

A SR^a MIRIAM NADIM ABOU-YD (*Fora do microfone.*) – Eu espero o Dartiu terminar, claro. É o maior prazer ouvi-lo.

O SR. DARTIU XAVIER DA SILVEIRA – A guerra às drogas, nos Estados Unidos, foi lançada como uma grande solução, uma solução mágica, para resolver o problema das drogas definitivamente e extinguir com as drogas na face da Terra, como se isso fosse possível. A gente sabe que as drogas sempre acompanharam os seres humanos, o homem sempre teve contato com drogas, desde a pré-história. E muda a droga, muda o seu padrão de relação, mas elas sempre estiveram presentes. Algumas são muito valorizadas, como é o caso do café e do álcool, na nossa cultura, outras, bode expiatório de tudo o que dá errado na cultura, como é o caso do crack no momento.

Com relação à guerra às drogas, os Estados Unidos investiram em programas de prevenção mais de US\$20 bilhões até 1990, para implantar o sistema Diga Não às Drogas. Por coincidência, eu estava nos Estados Unidos, em Washington, em 1991, quando se avaliou a eficácia desse programa. A pedido do Governo, foi avaliada a eficácia desse programa nos 51 estados americanos. Quem coordenou isso foi um pesquisador americano chamado Michael Klitzner. Eu estava no Pacif Institute for Research com ele quando saíram os resultados, e a conclusão foi que, depois de 15 anos de guerra às drogas e US\$20 bilhões gastos, a eficácia considerada foi nula. Pior: em alguns grupos em início de adolescência houve um estímulo da curiosidade e aumentou o consumo de drogas por esse grupo. As pessoas demoraram muito, gastaram muito dinheiro, investiu-se muito até se comprovar a ineficácia de um modelo. E, para a minha surpresa, os Estados Unidos começaram a mudar um pouco a trajetória a partir dessa avaliação.

Nós do Brasil importamos esse modelo depois da avaliação de ineficácia. Então, acho um absurdo o que se faz em termos de interesse, se importando um modelo comprovadamente ineficaz.

Já foi mencionado isso também – já estou me aproximando do fim –: a partir da constatação do fracasso da guerra às drogas, do fracasso do proibicionismo como estratégia para se lidar com o problema,

se retomam muitas estratégias de redução de danos para parar com esse discurso moralista da abstinência total, de findar, de exterminar as drogas do mundo e passar a reconhecer como o homem deve administrar sua relação com esses produtos que a gente chama de drogas.

A gente tem muito sucesso em diversos países que adotaram políticas de maior tolerância e flexibilidade, como foi mencionado. A Holanda, há mais tempo; a Suíça, há mais tempo; mais recentemente, Espanha, Canadá, Austrália; e o modelo português que, em termos de saúde pública, tem uma década que foi muito bem-sucedido em termos de política pública na área de drogas e que está sendo olhado com muito cuidado pela comunidade científica porque parece ser uma grande saída. Obviamente vai ter que ser adaptado a cada realidade sociocultural, mas é algo muito diferente de tudo o que vem acontecendo. Isso para não falar desses fenômenos mais recentes, que são os dezenove países americanos que adotam a cânabis medicinal, dois que legalizam maconha, e da postura Guatemala, Colômbia, Bolívia e, mais recentemente, o Uruguai.

Em suma, a gente tem alguns requisitos básicos para o enfrentamento de um problema. Não pode basear nenhum tipo de estratégia em políticas pública em cima da legalidade ou da ilegalidade de uma droga. Uma das coisas que eu não compreendo é por que saíram aquelas restrições desse projeto de lei com relação ao álcool, sendo que não tem cabimento do ponto de vista técnico e científico se fazer uma distinção em termos de legalidade ou ilegalidade de uma substância.

Segundo, em termos de política pública, a gente tem que conhecer e reconhecer que a grande maioria de usuários de substâncias lícitas ou ilícitas não vai se tornar dependente e que a maioria dos dependentes não comete delitos. O delito está na ilegalidade do produto. Eles não são infratores.

Com relação ao mote do que acontece em termos de política pública, é claro que é importantíssimo política pública na área de drogas, mas eu acho que existe um certo pânico geral gerado muitas vezes pela mídia ou por uma má divulgação de informações. A gente não tem evidências científicas de que haja uma verdadeira epidemia de *crack*. Do ponto de vista científico, a gente não pode dizer isso. (*Palmas*.)

A gente pode, no máximo, dizer que existe uma transformação do fenômeno do uso ou que aumentou a visibilidade do problema, mas que existe uma epidemia não dá para dizer.

Como eu falei, se a maioria dos usuários não pode ser considerada criminoso, não cabe uma medida judicial. E se a maioria deles não é dependente,

não cabe uma medida também de saúde pública. Eles não são doentes. Não são doentes nem criminosos. A gente tem que fazer alguma coisa por eles – por eles, não por nós; nós todos somos usuários de drogas. A maioria de nós usa as lícitas e acha que as lícitas são as drogas boas, mas não existe isso.

Antes de finalizar, queria lembrar que a Organização Mundial de Saúde defende que o oposto de saúde não é doença; o oposto de saúde é bem-estar. Isso é básico na visão da Organização Mundial de Saúde. Então, qualquer política pública tem que tomar conta do bem-estar da sua população.

E, juntamente com isso, a ONU defende muito a questão dos direitos. Existem dois documentos recentes da ONU que advogam que todo tratamento de um dependente químico não deve usar de medidas coercitivas, medidas repressivas, e deve, ao máximo, evitar internações. Um desses documentos compara as internações de dependentes químicos ao fenômeno de tortura. Isso que tem que ser observado no mundo inteiro, não apenas no Brasil, no mundo inteiro. As internações de dependentes químicos são consideradas equivalentes à tortura. Isso está em documento da ONU.

Há a questão também se a gente chega a uma situação de populações. Como eu falava, em relação ao que acontece com o *crack*, não existe epidemia, existe uma maior visibilidade. Eu tenho um trabalho que desenvolvo em paralelo, não só dentro da Universidade, mas desenvolvo em campo. Eu trabalho na Cracolândia. Tenho prestado uma série de supervisões e serviços diretos de equipes que trabalham diretamente e eu tenho vivido esse problema com populações em situação de rua desde 1994, quando começaram esses trabalhos.

O que muito me estranhou nas posturas repressivas que foram adotadas em São Paulo, por duas vezes nos últimos anos, é que se advogou, inclusive, a internação compulsória em cima da situação que era observada na Cracolândia e se atribuía àquela situação de miséria social ao fato de a droga estar lá, o que autorizava as pessoas a internarem a população de rua involuntariamente, compulsoriamente.

Eu acho que existe uma inversão do discurso. Ou seja, dizia-se que as drogas causavam aquilo. Não era a droga; a droga não é causa daquilo. Aquelas pessoas estão privadas de moradia, de acesso à saúde, à educação, elas estão privadas da própria cidadania. Ou seja, é uma situação social em que a droga fomenta muito bem. Então a droga é consequência daquilo, não é causa daquilo. E há uma inversão perversa, uma lógica que autoriza agora as pessoas a também privarem essas pessoas da sua liberdade. Elas já foram privadas de tudo, só faltava isso agora.

De forma que fico muito preocupado quando encontro um projeto como esses que acho que coloca o Brasil ...

O SR. PRESIDENTE (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Professor, desculpe interrompê-lo. É o tempo ...

O SR. DARTIU XAVIER DA SILVEIRA – Eu vou falar bem menos do que eu trouxe sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – V. S^a terá tempo suficiente para falar depois, nos debates, e os outros terão o mesmo direito.

O SR. DARTIU XAVIER DA SILVEIRA – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu gostaria de que V. S^a encerrasse. A sua manifestação, sem dúvida alguma, está sendo valorizada por este público, mas eu gostaria de que encerrasse para dar a vez aos demais.

O SR. DARTIU XAVIER DA SILVEIRA – Eu gostaria então de terminar, dizendo apenas uma frase: esse plano coloca a gente na contramão da história, e eu acho que isso representa um retrocesso inadmissível. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Professor Dartiu Xavier da Silveira, Professor da Unifesp, que veio prestar a sua colaboração. Nós agradecemos a V. S^a.

Posteriormente, durante os debates, os palestrantes terão oportunidade de entrar com profundidade em outros aspectos dessa matéria.

Eu, agora, gostaria de convidar para falar o Sr. Cloves Benevides, Coordenador do Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas sobre Drogas.

Vamos cumprir, religiosamente, o tempo, a fim de que os Senadores também tenham oportunidade de participar do debate.

O SR. CLOVES BENEVIDES – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade, acho que é até um desafio fazê-lo em tempo menor, não só para os que nos sucedem, mas, também, para que o debate aconteça.

Primeiro, é preciso que a gente faça uma análise muito clara de que esse debate da política de drogas é muito cheio de paixões e ele evoca um debate em que a retórica é muito fácil na defesa das teses por uma linha ideológica ou por outra visão ideológica.

No Brasil, na retórica, têm sido inseridos vários debates, mas o que gente tem, na última década, são leis fragilizadas, fragmentadas, que não foram implementadas na sua totalidade.

Quando o Brasil começou a debater, a Lei 10.409 foi a que de fato iniciou o processo sobre a diferenciação entre conduta de tráfico e conduta de uso, no País. Essa lei foi vetada, à época, pelo presidente Fernando Henrique quase que na sua totalidade, o que impe-

diu que a sua implementação acontecesse, inclusive causando aos operadores de Direito uma confusão muito significativa sobre a aplicação dos resquícios da 6.368 e a aplicação daquilo que a 10.409 previsional de inovações.

O Parlamento brasileiro visitou os países do mundo com experiências, o Parlamento fez várias audiências públicas, essa lei tramitou por dez anos nesta Casa, e o resultado prático foi um veto quase de 70% daquilo que trazia.

O então presidente Lula então encaminhou um novo projeto de lei, que mais uma vez fez uma rotina de debate legislativo e teve, outra vez, uma ação de veto muito forte, que inviabilizou, em alguns aspectos – derivou para decretos e resoluções – a aplicação da lei na sua totalidade.

Agora, durante três anos, a Câmara mais uma vez fez esse debate, dezenas de audiências públicas, seminários; nós mesmos participamos de muitos. E nós, agora, nesta fase no Senado, temos a oportunidade, e, com o aprendizado dos episódios diferentes, dos episódios passados, talvez fazer diferença, porque entre nós, Senador, o que há claro é que prevalece o dissenso em alguns aspectos, que prevalece a divergência em alguns aspectos. Talvez, o nosso maior desafio seja mapear esses limites para a organização do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas brasileiro, sem querer impor a quem quer que seja aquilo que, na nossa militância, é o melhor caminho, é o melhor entendimento.

Atendo-me à questão do texto, eu quero dizer que, de maneira muito clara, pelo que conversei com meus colegas gestores, existem avanços muito significativos. Eu gostaria de ilustrá-los.

A organização do sistema nacional, quando diz que haverá um sistema de política de drogas. E não deve ser diferente disso, como há um sistema de política de juventude, como há um sistema de política para os programas de igualdade racial, como há um programa de políticas para a mulher, há um sistema nacional que regula a operação do Estado brasileiro nessa temática, sobretudo numa política como essa, que tem que ser cada vez mais entendida por nós como uma política temática, afeita a todas as áreas, e não uma política setorial que vai se ensimesmar, se organizando em torno de um só sentido.

Nessa lógica, quando se cria o Sistema Nacional ou o reorganiza, atribui uma função imperativa, que é de relação estreita com o SUS e com o SUAS, esse desenho oferece ao Brasil uma nova lógica.

A definição clara das responsabilidades de Municípios, Estados e União também é um avanço, que permite aos controles sociais de ponta a efetiva atua-

ção sobre algo que é objetivo. A organização do programa de prevenção é prioritariamente do Município, sem prejuízo, e está lá no texto, às funções do SUAS e às funções do SUS no que se refere à atuação dos Municípios.

O controle social, a militância, aqueles que têm entendimento sobre a importância dessa política têm clareza sobre a responsabilidade da sua ação de território, o que hoje não existe. Da mesma forma como atribui aos Estados e define a União como responsável por um fragmento da estruturação dessa política.

Existem dissensos, eu vou dizer, vou reafirmar, existem dúvidas, existem espaços para melhorar? É claro que sim. Eu percebo cada vez mais que a nossa maior divergência não está especificamente no texto legal ou em algumas amarras do texto legal, mas na forma como o sistema se organiza em alguns aspectos.

Se nós pegarmos legislações similares de outros países, o entendimento e a organização dos sistemas de prestação de serviços propriamente ditos foram feitos com textos legais às vezes até similares. Por exemplo, se nós fizéssemos uma leitura mais de organização de serviços do art. 28 da atual lei, encontraríamos condições de atuar próximo daquilo que Portugal fez com as juntas de dissuasão.

O que nós temos hoje nesse caso específico? Uma lei que mudou o trato entre usuário e traficante, que pode ter falhado ou pode ainda ter acréscimo no que se refere à classificação e a algumas coisas nesse sentido – e aí é preciso dizer que pelos debates feitos a classificação saiu do texto, porque ela estava lá no texto original.

O que se tem de realidade é que hoje, por exemplo, o Poder Judiciário atua de maneira meio que marginal, organizando os processos de atendimento aos usuários no âmbito da Justiça sem nenhum padrão e às vezes sem nenhuma participação do Sistema Único de Saúde e sem nenhuma participação do Sistema Único de Assistência Social.

Vou dar um exemplo claro, são os grupos reflexivos, feitos pela Justiça de Minas Gerais, que é um entendimento do Judiciário, que organizou uma rede de entidades no seu entorno e que encaminha para essa rede de entidades, quando isso deveria ser um fluxo claro, definido para o ambiente das políticas de saúde, para o ambiente das políticas estruturadas.

Outra questão que às vezes gera polêmica e às vezes a polêmica é descabida é a questão da internação involuntária e compulsória. É um avanço retirar a possibilidade da internação compulsória, esse título do texto. Esse é um grande avanço. É um grande avanço. Há a tramitação de sentenças que determinam internação dos indivíduos, às vezes e muitas delas para

se conseguir acesso ao serviço e não necessariamente como medidas de proteção; e as internações que acontecem silenciosamente não estão no ambiente das cracolândias. Vou dar um exemplo de Alagoas, cuja Defensoria Pública ajuizou mais de 130 ações de processos de internação involuntária na Defensoria de Saúde; isso já supera o caso dos ajuizamentos para cirurgias, que era a sua maioria.

Em Minas, houve 90 sentenças no 1º semestre: 270 entradas no ambiente da Defensoria e do Ministério Público, e essas pessoas, boa parte delas, não estão nas cracolândias. Não estão sujeitos às operações consideradas por alguns higienistas, às estratégias de acolhimento no território e, por sua vez, a essa lógica, que, em alguma medida, tem uma crítica sem que o conhecimento aconteça.

Se não é o que está na lei, algo tem que acontecer para conter essa forma com que entendimentos da Lei nº 10.216 têm sido levados à tramitação de sentenças de internação compulsória no Brasil atualmente.

Primeiro, quando se diz que só pode ser feito e quando o for no ambiente do Sistema Único de Saúde, é um avanço que precisa ser por nós comemorado. Segundo, quando define que as comunidades terapêuticas não devem ser objeto desse tipo de acolhimento, desse de atendimento ou desse tipo de internação, também é um grande avanço – acho que o Célio pode depois falar disso –, mas as próprias instituições entendem, na sua maioria, que comunidade terapêutica não deve, apesar de em alguns lugares no Brasil fazê-lo, oferecer nenhum tipo de serviço com característica de coerção.

E aí, quando falo em organização da política é que a fiscalização voltada a esse tipo de impedimento de conduta tem que ser cada vez mais objeto da nossa organização.

Chegando às comunidades terapêuticas, eu queria dizer que há uma confusão que não me fica clara: a lei diz que essas instituições têm na sua maioria características de proteção social, de treinamento das habilidades sociais, o que as caracteriza como entidades de acolhimento. Eu considero isso um avanço, e elas entram na lei porque não estão em lugar nenhum do texto legal brasileiro, muito embora estejam em outras estratégias do Governo, no âmbito dos Municípios e dos Estados, e também do Governo Federal, classificadas ou vinculadas a diversas formas. Se há que melhorar algo no texto é um detalhe, mas que tem que entrar na lei, tem sim. Nós temos hoje a Portaria nº 3.088, que organiza a Rede de Saúde, e a Portaria nº 131, que diz comunidade terapêutica é um dispositivo.

Aqui há apenas uma provocação. Esta semana, num debate com o CRP de Minas, me disseram: “Fizemos um grande levantamento nas instituições e

encontramos violações”. E eu perguntei à pessoa que debatia comigo: “Suspenderam todos os registros dos psicólogos que estavam partilhando das violações?” “Não”. Se não o fizeram, não deram efeito prático à fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Dois minutos.

O SR. CLOVES BENEVIDES – E aí, para concluir, outro dia vi um cartaz que dizia o seguinte: “*Crack* é epidemia ou hipocrisia?” Há um senso de urgência que a sociedade brasileira traz e que pode ser contaminado muito em breve pelo processo eleitoral e pelas formas inadequadas de tratar esse tema.

O projeto de lei tem muito mais avanços do que críticas, e deve ter de nós, na minha avaliação, um senso de responsabilidade que nos permita isolar aquelas críticas em que pequenas alterações podem acontecer, mas oferecer ao Brasil, definitivamente, uma política que tenha um texto legal e uma capacidade de implementação efetiva.

(Soa a campanha.)

O SR. CLOVES BENEVIDES – É preciso que essa urgência das pessoas seja entendida por nós como urgência de quem quer respostas de estruturação de serviços que não são eficientes nos dias atuais, até porque nós, em muitos momentos, virtualizamos a política pública. A resposta de CAPS é uma resposta moderna, necessária, mas quem está lá na ponta conhece a dificuldade de um gestor em implementar efetivamente uma unidade de serviços dessa, porque há subfinanciamento, há ausência de equipes, há uma série de questões que, embora na lei estejam maravilhosamente descritas, no que se refere à organização das redes e à organização das políticas, às ideologias, às dificuldades de relação à deficiência do debate não permite que a gente faça aquilo que a sociedade precisa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Sr. Cloves Benevides por mais essa contribuição.

Agora passo a palavra ao Sr. Aloísio Andrade, Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas.

O SR. ALOÍSIO ANTÔNIO ANDRADE DE FREITAS – Sr. Presidente, quero agradecer o Senador Wellington Dias pela inclusão dos conselhos no debate e, como ninguém é perfeito, eu sou psiquiatra. Como todo mundo, Presidente, tem uma desculpinha, tem uma atenuante: eu trabalho com a homeopatia e com a medicina antroposófica. Então vejo uma psiquiatria mais moderna justamente não porque está trabalhando

com os remédios mais novos, mas justamente com os mais antigos e mais naturais.

Lembro aqui que, entre o real e o ideal, Sr. Presidente, há o possível. E nós não podemos trabalhar com a idéia do ideal, porque o ideal vai nos fazer, está muito longe do que é a prática.

E a situação da dependência química é uma situação que envolve uma complexidade que não tem como ter soluções simples, mas escolhas adequadas, dependendo do momento e do contexto. O que já foi a tuberculose, o que já foi a lepra, o que já foram as pestes da idade média, hoje é dependência química. Toda época a humanidade tem o seu carma, tem o seu peso, tem a sua cruz. É o desafio hoje.

Na medida em que a dependência química tem, como característica principal, um adoecimento da vontade, Sr. Presidente – num primeiro momento adoece a força de vontade; então, eu prometo e não consigo cumprir, mas depois adoece a boa vontade: eu já não quero mais assumir compromissos nem com o outro, nem comigo mesmo. –, entende-se que, no adoecimento da vontade, assim como a depressão, em que não podemos respeitar o desejo do deprimido de se suicidar e tem-se de tentar ajudar, o dependente, muitas vezes depois que a sua química está melhorada, ele realmente se toca de que aquela decisão que ele tinha tomado era inadequada.

Eu falo aqui, Presidente como representante dos Conselhos. Quero me restringir à questão dos conselhos. Estamos aqui com vários Presidentes dos Conselhos Estaduais, e eu trago uma única demanda diante do PLC nº 37, uma única demanda diante do Projeto nº 7.663, do Deputado Osmar Terra: é o fato de que o Conad – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas é definido, no seu art. 2º, como órgão normativo e de deliberação coletiva.

O que os Conselhos Estaduais demandam, pedem, precisam é que, no art. 8º, “e”, da Sessão II, que os Conselhos de Políticas sobre Drogas Estaduais, Distrito Federal e Municípios tenham então, não a caracterização como auxiliares da elaboração de políticas sobre drogas, mas também como normativos e deliberativos. Certo, Presidente? Então, a nossa demanda coletiva é específica sobre a questão da capacidade e da possibilidade de deliberação dos Conselhos, na medida em, senão, vão ficar uma mera figura de retórica.

Quero trazer, aqui, a lembrança de que a Lei nº 6.368, de 1976, a primeira Lei Antitóxicos, assim denominada, teve como característica principal, como comemoração principal, o fato de separar traficante e usuário. Então, Isso não é novidade, não. A novidade que há é que, à época, havia pena de prisão – dois anos era o tempo –, com direito ao antigo *sursis*, que

era, então, o cumprimento dessa pena em regime de liberdade acompanhada.

Outra lembrança que eu quero trazer, bem diferente desse conceito que o Dr. Dartiu está trazendo, é de que todo ser humano é pré-dependente químico por natureza. Qualquer um de nós que for sendo exposto às várias substâncias que existem ou que for exposto a uma substância repetidas vezes desenvolve uma dependência química. Isso daí não é filosófico. Dizer que o usuário de álcool está protegido e não vai se transformar em dependente é um raciocínio com o qual eu não concordo. Eu entendo que todos nós temos um sistema nervoso central vulnerável; que todo ser humano só se transforma em ser humano por meio do lobo frontal e de um treinamento pedagógico intencionado para a humanização. Portanto, nós originalmente somos animais instintivos, que buscamos, Presidente, três coisas direto e três coisas de vez em quando: queremos comer, curtir e descansar; e, ocasionalmente, reclamar, enrolar e apelar.

Portanto, o treinamento para tentarmos nos transformar em humanos é um treinamento pedagógico que, hoje, como sociedade, não temos podido fazer, na medida em que os pais estão fora trabalhando e que os seus filhos estão sendo criados, não vou dizer que pela internet, porque internet não educa ninguém, informa. Então, essa distância entre a formação e a informação eu vejo como um problema grave.

Segundo. Controle social sempre existiu. Desde que a humanidade tentou começar a ser humanidade, nós temos um controle social, muitas vezes maléfico, muitas vezes malvado, muitas vezes maldoso, mas controle social. O *laissez-faire*, o “cada um faz o que quiser” dentro da ideia do egoísmo, de que eu estou interessado às minhas questões e de que o resto não me interessa, é algo que, se não for por meio de um controle social... A cultura vem disso. A cultura não é individual; a cultura é geral. E confundir naturalidade com normalidade, entender por que nós temos uma humanidade impregnada de álcool e que, daí, ficar impregnada de outras coisas tanto faz, também não posso concordar.

Outro item de fundamental importância no meu entendimento é que existe um conceito, existe uma figura que é o abandono de incapaz. Esse abandono de incapaz quer dizer o quê? Uma pessoa que está com a necessidade de ser cuidada, que está com a necessidade de receber o acolhimento, não no sentido da prisão, não no sentido que já se fez na psiquiatria russa, brasileira, em todo o mundo, mas sim uma necessidade extrema, em determinado momento, pela pessoa estar com seu estado alterado de consciência.

Outro ponto. Uma coisa fundamental é trazer aqui a ideia de que foi colocado por dois debatedores que isso não foi discutido, que o projeto não foi conversado. Há determinadas coisas, Sr. Presidente, que, se for conversando, conversando, conversando, não vamos chegar a lugar algum.

Lembro-me de um texto de Guimarães Rosa que dizia o seguinte: “Viver é muito perigoso. (...) Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal desde o principiar.” Querer o bem, ótimo, mas com demais força e erro na dose, de jeito incerto na forma, na embalagem, na maneira... E ele complementa assim: “Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo.” Esse eu acho que é o grande problema.

E quero, aqui, de público trazer o reconhecimento do Colegiado de Presidentes dos Conselhos Estaduais pela recente aquisição do Dr. Vitore como coordenador geral da Secretária Nacional da área e pela sua temperança, pela sua adequação.

Nós vimos, aqui, duas situações: o Deputado Osmar Terra defendendo com afinco as suas questões; o Dr. Marcus Vinícius defendendo com afinco as suas questões; mas quero trazer o discurso do Dr. Vitore como sendo um discurso que eu entendo, pelo menos teoricamente, mais adequado. E sabemos que a distância entre a teoria e a prática é grande, mas toda prática começa pela teoria.

Então, eu quero, dentro do raciocínio, trazer, Sr. Presidente, a ideia de que nós precisamos ter um coração mais compreensivo com os posicionamentos do outro. Nós não vamos ter uma lei boa, porque não existe lei boa. Lei é sinal de que não há uma cultura predominante. Quer dizer, quando existe uma cultura predominante, não há necessidade da lei. Não é isso? Por quê? Porque já existe uma cultura predominante de adequação. E a humanidade, na sua contínua busca por evolução, está diante de um desafio severo: o desafio da vontade; o desafio do sentido pra vida; o desafio do vazio existencial.

Nós sempre lembramos que nós temos dois tipos principais de dependentes químicos: aqueles que buscam um alívio para a sua dor mental e emocional e que, portanto, tentam se automedicar com as drogas; e nós temos o buscador espiritual, que, em não tendo um caminho adequado, pertinente, busca no anestesiamento da sua consciência o que chamamos, então, de fuga, de busca inadequada, bem descrita por um texto de Baudelaire.

Baudelaire escreve no Poema do Haxixe, em 1861, há 150 anos, sobre a relação do ser humano com as substâncias psicoativas – ele não fala de dependência química –, em que diz sobre o estado de

embriaguez em geral: “(...) estado esse encantador estranho (...) do qual deveríamos tirar, se fôssemos sábios, a certeza de que é possível uma existência melhor e a esperança de alcançá-la através do exercício diário da nossa vontade”. Então, a questão da vontade é fundamentalmente importante. Temos que ter esse sentimento que é um sentimento mais altruísta, mais filantrópico de combate ao egoísmo, que é o que predomina na nossa cultura hoje.

Temos visto três tipos de condutas mais frequentes que as outras, que são as condutas egoístas: as pessoas egoístas, que só pensam em si; as pessoas folgadas, que não estão nem aí para os outros; e as pessoas egoístas e folgadas, que, além de só pensarem em si, não estão nem aí para os outros. Então, penso que a nossa solução, do ponto de vista de busca e não solução para a questão da dependência química das drogas, envolve uma evolução espiritual. E quando se coloca, como vi que Deus ou outra coisa qualquer está sendo trazido à tona, entendo isso como sendo uma desconsideração com relação às pessoas e aos grupos que já têm essa evolução espiritual, muito desejável e muito necessária no meu entendimento.

Quero fazer aqui, diferentemente da necessidade de uso longo da palavra, reafirmar duas coisas básicas: 1) os Conselhos precisam ser normativos e deliberativos, Sr. Presidente; 2) precisamos ter, junto com todo o processo de filosofia, a parte prática. Quando o autor no artigo coloca que as pessoas saem da internação em regime de fechamento, porque elas estão ali no lugar que não é o lugar que elas gostariam de estar, mas não existe nenhuma comunidade terapêutica que não tenha o princípio do voluntariado. Clínicas de internação é um tipo de coisa; comunidade terapêutica é outra.

Então, essa saída, quando a pessoa mal sai e recai, é um déficit de qualidade, de eficácia terapêutica. Isso é um fato, sem dúvida nenhuma, o que não gera a conclusão de que as pessoas não precisam, em alguns momentos, em curto período de tempo, serem internadas para desintoxicação, para diagnóstico e para mobilização para ir a uma instância em que serão tratadas ao longo de um período maior, justamente para fazer uma readaptação social.

Uma das propostas que estamos trabalhando em Minas é a de que todo dependente químico que não for portador de um transtorno mental grave seja, durante a internação, treinado para se tornar monitor ou para se tornar um técnico em dependência química e continuar o seu tratamento ao longo da vida, uma vez que concordo com o conceito de que não existe uma cura definitiva, mas que existem, sim, os períodos de acalmia na doença. Assim, que ele vá, além de conti-

nuar o seu tratamento, produzindo financeiramente o seu sustento, através do trabalho com a dependência química.

Termino rapidamente com a frase de Guimarães Rosa quando fala da necessidade de assertividade e de parâmetros. Não podemos pensar que o rio existe, que não fosse pelas margens ou que o perfume existiria se não tivesse a embalagem, o seu vidro. Ele fala o seguinte:

Sempre sei, realmente. Só o que quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma só coisa – a inteira – cujo significado e vislumbado dela eu vejo que sempre eu tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver – e essa pauta (...) esse norteado tem. (...) Se não, a vida de todos ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Cultor de Guimarães Rosa, fazendo jus ao Estado de Minas Gerais, onde nasceu.

Parabéns e agradeço a sua contribuição.

E, agora, o último bloco. Só faltam dois.

Senador, eu vou abrir para V. Ex^a falar – e peço desculpas aos dois outros que ainda faltam e que irão falar também –, pelo interesse que V. Ex^a tem revelado em participar dessa audiência pública. Sabemos que os Senadores têm muitos compromissos e sei que V. Ex^a tem outro compromisso; daí, a pressa de falar.

Concedo a palavra a V. Ex^a para se manifestar, dizer a sua opinião sobre o que ouviu e que entendeu a respeito dos debates até agora realizados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, senhores expositores e pessoas que aqui se encontram para acompanhar esse debate, eu não queria ter nenhum tipo de privilégio. Apenas eu acho que ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O privilégio é nosso em ouvir V. Ex^a, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Apenas eu acho que nós deveríamos ter desdobrado essa Mesa, talvez, em dois debates, porque até a interação... E depois eles poderem responder, assim como os que estiveram na Mesa anterior. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Na verdade, é que o Presidente da Comissão, o Senador Vital do Rego, disse que há muitas audiências públicas e que só poderia realizar uma. Então, nós estamos obedecendo a uma determinação da própria Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Então, eu acho, em primeiro lugar, que não se pode tratar de questão assim tão importante dessa maneira apaixonada, com essa visão radical que se cria de parte a parte, até porque o parlamento é um espaço da busca do equilíbrio. E vai ser isso que vai predominar, eu acredito, quando nós tivermos diante da decisão do Congresso Nacional.

Eu me lembro muito bem de que, quando nós começamos a fazer o debate, até mesmo ao longo da implementação da lei da reforma da assistência psiquiátrica ou do debate sobre a lei, nós tínhamos posições extremamente radicalizadas: os que achavam que se deveriam acabar de imediato com todos os hospitais psiquiátricos; falava-se da redução progressiva ao mesmo tempo, que se criavam os espaços de atendimento ambulatorial. Enfim aquele debate tão radicalizado produziu uma coisa muito importante, que foi essa lei. Inclusive é a maior demonstração de que muitas vezes as questões que são levantadas têm uma preocupação muito maior, nessa radicalização, de se criar um cenário que muitas vezes não chega à realidade. O que se dizia? Que esses pacientes iriam ficar no meio da rua desassistidos. E organizavam-se as famílias dos pacientes para cobrar dentro do Parlamento, de todo mundo, que não se aprovasse aquela lei. Até me lembro bem de que, em Recife, falava-se na “lei do doido solto”.

Hoje, nós vemos que a lei foi um avanço muito importante, que deve continuar; não deve retroceder.

Outra coisa relevante é que no Brasil – e tive a satisfação de naquele momento se o Ministro da Saúde – nós conseguimos mudar um pouco o foco da política de enfrentamento ao problema das drogas. Nós conseguimos, o governo Lula, que a saúde passasse a ser a referência principal para nós lidarmos com essa política. Lógico que deveria haver e tem que haver uma ação integrada, mas essa é uma questão que é predominantemente do tema da saúde. É da cultura, é da segurança, é de uma série de coisas, mas é da saúde fundamentalmente.

E eu vejo hoje com uma certa preocupação, embora não seja o mesmo governo, mas um Governo que defende a mesma idéia e tem a mesma linha que tinha o governo Lula, de certa forma referendar um debate sobre um tema como esse, que devia ser tratado não na lei de drogas, mas na lei que trata do atendimento à saúde mental do Brasil. Esse, para mim, é o maior equívoco que está colocado, porque nós estamos misturando política de repressão e uma série de coisas, e acho que não era o lugar adequado para que isso se fizesse.

E isso no país em que nós tivemos uma política que, inclusive, avançou. Por exemplo, a política de redução de danos passou a fazer parte da ação do Governo, do trabalho que se desenvolveu de lá para cá. Isso, no meu ponto de vista, representou um grande avanço. Não que a busca pela abstinência não seja um objetivo válido. Eu acho que é válido, como eu acho também que não podemos abrir mão de implementarmos uma política de redução de danos.

De certa forma, o que nós estamos discutindo aqui, no fundo, no fundo, no fundo, é essa dicotomia: os que defendem que é abstinência e acabou; e os que defendem que não é esse o objetivo. Eu defendo a ideia de que nós precisamos combinar as duas coisas.

Primeiro, eu acho um equívoco do Governo respaldar isso quando nós temos uma política. Qual é o problema que nós temos, hoje, do ponto de vista da área da saúde? É que nós não conseguimos ampliar a cobertura devidamente. Mas temos o trabalho desenvolvido pelos Centros de Atenção Psicossocial na área de álcool e drogas e muitos trabalhos interessantes. Agora, qual é o problema nosso? Falta médico, falta psiquiatra – está havendo um debate aí sobre mais médicos e tal –, falta equipe para se trabalhar, falta, enfim, uma política que coloque claramente isso como o centro, quer dizer, falta trabalhar essa rede de atenção psicossocial.

Então, eu não defendo uma visão, digamos, absoluta, uma visão que seja única. E nós também não podemos sair de uma posição para ir para outra diametralmente oposta.

Eu tive oportunidade, como psiquiatra, como alguém que trabalhou com droga, de presenciar – hoje, realmente, tenho acompanhado muito pouco o desenvolvimento científico, as pesquisas –, de acompanhar durante um bom tempo pacientes cuja alternativa de tratamento diferia muito de um para outro: um se dava bem com o atendimento individual, usando medicamentos ou não usando medicamentos; outro se dava bem na terapia de grupo; uns não se davam bem em nada disso, e se davam muito bem no AA. Quer dizer, como esse é um problema que tem uma multicausalidade, fatores biológicos, fatores sociais, fatores culturais, nós não podemos ter uma visão fechada: só pode ser isso. Eu não concordo com essa visão. Mas também não concordo com o fato de dizerem: “Olha, não é isso, mas agora vai ser só isso.”

Eu, por exemplo, tive a oportunidade também, já como Deputado, de acompanhar um trabalho que reputo muito interessante, que é o trabalho do Desafio Jovem. Lá em Pernambuco, nós tínhamos o Desafio Jovem – não sei se ainda existe –, eu contribuía com esse movimento e vi muitos jovens de fato conseguirem sair de

uma situação como essa por aquele acolhimento. Quer dizer, se adaptaram àquele modelo. Por que vou negar totalmente esse modelo? Eu tenho que definir como ele vai acontecer, eu tenho que definir quais são as regras para aquilo ali ocorrer, mas não posso negá-lo, como também não posso, agora, dizer: nós vamos fazer uma proliferação disso aí, porque, senão, o destino é este aqui.

Recomendo para quem quiser ler esse trabalho excepcional de uma jornalista mineira Daniela Arbex, que fala do holocausto brasileiro. Ela trata do hospital de Barbacena. Isso se reproduziu durante muitos, e muitos, e muitos, e muitos anos. Há coisas aqui, fatos que são inacreditáveis, que aconteceram na década de 80, na década de 90.

Então, nós temos que ter uma posição de não retroceder.

Pode-se ter a comunidade terapêutica? Eu acho que se pode ter. Como instrumento de tratamento? Não. Como instrumento de acolhimento? Sim. Pode-se ter apoio público? Sim. Com dinheiro da saúde? Não. São coisas que nós temos que discutir e definir. (*Palmas.*)

Então, o que nós precisamos construir agora é um ponto que seja de equilíbrio. V. Ex^a é uma pessoa extremamente equilibrada. Tenho certeza de que vai ser capaz de conseguir um ponto em que nós possamos nos entender para não retrocedermos, não permitirmos que isso aqui volte jamais.

Nós sabemos que, se houver essa proliferação, como o próprio Governo fala, de milhares de comunidades terapêuticas, muitas coisas como essas vão acontecer. Agora, se nós tivermos a capacidade de definir onde cabe uma ou outra coisa e como ela deve caber, aí acho que vamos avançar. Nós vamos poder ter opção para aquele que vai se dar bem na terapia individual, para o que vai se dar bem na terapia de grupo, para o que vai se dar bem na comunidade terapêutica sem sofrer qualquer tipo de restrição de seu direito.

Acho que nós podemos aperfeiçoar a proposta, embora eu ache que há um problema de origem aí. Isso não deveria ter sido tratado. A parte do tratamento não devia ter sido tratada numa lei que dispõe sobre drogas e outros aspectos, inclusive aumento de penas. Acho que isso deveria ser tratado dentro de uma visão de política de saúde. É isso que vamos tentar convencer V. Ex^a a fazer, sem prejuízo de coisas que são importantes, mas todos preservando o que é importante. (*Palmas.*)

Não imagina V. Ex^a como foi duro, como foi difícil conseguir dar ao Brasil uma política de atenção à saúde mental, que é hoje considerada uma das mais avançadas do mundo, repito: uma das mais avançadas do mundo. Não vamos perder esse título.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Humberto Costa, quero agradecer a V. Ex^a.

As manifestações aqui ocorridas demonstram a satisfação com que todos receberam suas palavras, seus ensinamentos, homem experiente, que passou pelo Ministério da Saúde, é médico psiquiatra, um Senador dos mais brilhantes, um homem devotado à saúde pública do Brasil. Por isso, é um privilégio para todos nós ouvi-lo nesta Comissão. Certamente no decorrer da elaboração do meu parecer V. Ex^a será um dos mais consultados, disso não tenha dúvida, porque, além da boa relação parlamentar que temos, existe uma amizade sincera que começou há muito tempo. Quando V. Ex^a era Ministro da Saúde, eu o admirava pelo seu trabalho e aqui no Senado, mais de perto ainda, pude sentir o idealismo com que V. Ex^a se dedica à saúde do nosso País.

Quero indagar ao nobre Senador Eduardo Suplicy se deseja ser ouvido agora ou se aguarda mais vinte minutos para que possamos ouvir dois outros convidados, os dois últimos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu aguardo. Embora tenha observações e perguntas a fazer, aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Agradeço também aos participantes da Mesa. Se o Deputado permanecer, para nós será uma alegria muito grande.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –Presidente, sugiro que o Prof. Dartiu permaneça na mesa, já que são só mais dois que vão falar, até pela contribuição que ele deu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Aceito a sua sugestão.

Convido os últimos participantes, Dr. Cristiano Maronna, que é advogado, representante da Rede Pense Livre, aqui do nosso lado direito, e o Presidente da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas, Célio Luís Barbosa, que está aqui, a convite desta Comissão, por iniciativa do Senador Wellington Dias.

Desde logo, Dr. Cristiano Maronna tem a palavra.

O SR. CRISTIANO MARONNA – Muito bom dia a todos!

Ex^{mo} Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, Ex^{mo} Deputado Osmar Terra, senhoras e senhores, estou aqui na qualidade de advogado criminal, membro da Rede Pense Livre – Por uma Política de Drogas que Funcione e Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Meu objetivo é trazer a visão que

eu tenho sobre a aplicação da Lei Drogas, tendo em vista essa proposta do Deputado Osmar Terra.

A minha experiência como advogado criminal mostra que a opção pelo proibicionismo, pela guerra às drogas, que é a opção que a nossa Lei de Drogas fez e também que o projeto do Deputado Osmar Terra segue, é uma opção ineficaz. Apesar de toda a repressão, apesar de todos os custos, as drogas ilegais nunca foram tão abundantes, tão baratas e tão acessíveis como hoje.

Então, nesse sentido, o projeto do Deputado Osmar Terra representa, a meu ver, mais do mesmo: vamos continuar a seguir uma política que não está dando certo, uma política de drogas criminal. Mais do que isso: o projeto do Deputado Osmar Terra representa, a meu ver, um retrocesso na já retrógrada política de drogas brasileira.

Talvez o único aspecto positivo do projeto do Deputado Osmar Terra tenha sido justamente aquele que foi derrubado pela Câmara dos Deputados: a exigência da advertência a respeito dos malefícios causados pelo consumo do álcool na embalagem das bebidas. Eu quero crer que o Senado Federal terá a coragem de retomar essa importante discussão e eventualmente até avançar para atingir o banimento, a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas em todos os meios de comunicação.

Muito bem, eu dizia que a minha experiência como advogado criminal mostra que as drogas ilegais nunca foram tão abundantes, tão baratas e tão acessíveis. E mais: além de não resolver a questão da demanda e da oferta de drogas, a nossa lei de drogas causa alguns efeitos colaterais talvez ainda mais graves do que o abuso de certas substâncias. Um deles é a corrupção. Não haveria tráfico de drogas se não houvesse corrupção.

O Brasil é um dos países onde a corrupção representa um grave problema. Segundo a Transparência Internacional, nós somos o 69º país, em 176, com pontuação de 43 pontos. Acerca dessa questão da corrupção, a corrupção policial é um gravíssimo problema e, no que diz respeito às drogas, representa, sem dúvida, um ponto importantíssimo a ser levado em conta. São inúmeros os casos envolvendo corrupção policial e tráfico de drogas. Agora mesmo, em São Paulo, tivemos um caso gravíssimo, e todos os dias nós nos deparamos com isso. Como o projeto do Deputado Osmar Terra trata dessa questão? O que vai mudar? Absolutamente nada.

Outra questão importante relacionada também à política de drogas: a violência. O Deputado Osmar Terra atribui a violência ao consumo de drogas. Eu creio que essa é uma interpretação equivocada. A violência de-

corre do modelo bélico, da opção pela guerra, a guerra é violenta. A relação do ser humano com substâncias psicoativas sempre foi pacífica. Aliás, a relação do ser humano com substâncias psicoativas é uma constante antropológica. Em todas as sociedades, em todos os momentos, o homem fez uso de substâncias psicoativas, o homem fez uso de meios para alterar a sua consciência ordinária e, nessa relação, nunca houve violência. A violência passou a existir a partir do momento em que se optou pelo modelo bélico em relação a certas substâncias.

Mas o Deputado Osmar Terra tem razão ao dizer que os índices de violência no Brasil são altíssimos. Nós temos índices de violência similares aos das zonas de guerra, e isso é um problema extremamente importante. Qual vai ser o impacto da aprovação da proposta do Deputado Osmar Terra nessa questão da violência? Zero, nenhum, a coisa vai continuar exatamente como está.

Outra questão importantíssima decorrente da política de drogas fracassada que nós temos no Brasil é o encarceramento em massa. Hoje nós temos mais de 550 mil presos, somos a quinta maior população carcerária do mundo, temos a terceira maior taxa de encarceramento. De 2005 a 2012, a população brasileira aumentou 5%, mas a população carcerária aumentou 80%. Em 2005, os prisioneiros relacionados a drogas, a crimes de drogas, eram 11% e hoje são 25%, ou seja, um em cada quatro prisioneiros nas nossas prisões está lá por conta de crimes relacionadas a drogas, sendo que nós temos um déficit de mais de 170 mil vagas. Então, além do problema do encarceramento em massa, há uma grave violação de direitos humanos. E o que o projeto do Deputado Osmar Terra fará em relação à questão do encarceramento em massa? Vai agravar essa situação, como eu vou tratar mais adiante.

Um dos maiores problemas da lei de drogas – e talvez o Senado possa se debruçar sobre esse assunto para, eventualmente, corrigir – é justamente a ausência de uma distinção adequada entre quem é traficante e quem é usuário. Em Portugal, por exemplo, há um critério objetivo que é o da quantidade. A quantidade de até dez dias de consumo caracteriza o uso e quem tem mais do que essa quantidade será, em regra, caracterizado como traficante. Esse é um critério objetivo que ajuda a fazer a distinção. No Brasil, nós não temos esse critério, o que significa dizer que muitos usuários são presos como traficantes. Talvez isso explique esse fenômeno do encarceramento em massa. E mais que isso: é um encarceramento em massa seletivo, porque os pobres são considerados traficantes, enquanto os ricos são considerados usuários.

Aqui foi citada a pesquisa da Luciana Boiteux, uma pesquisa importantíssima a respeito do perfil do condenado por tráfico de drogas no Brasil. Qual é esse perfil? É de um jovem entre 18 e 28 anos, afro-descendente, com uma educação que não ultrapassa o primário, sem antecedentes criminais, com pequenas quantidades, preso sozinho, sem armas, em vias públicas, sem nenhum tipo de prévio trabalho de inteligência policial. Esse é o quadro que precisaria ser atacado e que, infelizmente, o projeto do Deputado Osmar Terra não ataca.

O que o projeto faz na questão penal? Aumenta a pena. A pena mínima do tráfico de drogas vai de cinco para oito anos, quando o agente exercer o comando individual coletivo de organização criminosa.

O Deputado Osmar Terra defendeu aqui o recrudescimento da repressão penal. Eu discordo radicalmente dessa posição. Considero isso populismo penal, demagogia. Isso não vai resolver absolutamente nada e vai agravar o problema do encarceramento em massa. O problema do tráfico de drogas não se resolve com prisão. Enquanto um é preso, vinte outros vão surgir. É preciso repensar essa estratégia. Isso passa necessariamente por abandonar o paradigma da guerra às drogas.

Indo à questão técnica – nós estamos aqui numa Comissão de Constituição e Justiça –, essa proposta, no que diz respeito, especificamente, a esse aumento de pena, é, evidentemente, inconstitucional. Em primeiro lugar, porque há uma clara desproporção nessa sanção penal. Nós sabemos que a Constituição determina que a pena deve corresponder à gravidade do crime. Aliás, Beccaria dizia, há mais de duzentos anos, que o que previne o crime não é a gravidade da pena, mas a certeza da punição. Para o caso do homicídio doloso simples, matar alguém, a pena é de seis anos. Como é possível impor ao tráfico de drogas uma pena de oito anos? Isso me parece absolutamente inadmissível do ponto de vista estritamente jurídico. E mais: antes mesmo da aprovação da lei da organização criminosa, nós já tínhamos a associação para o tráfico de drogas ou mesmo o crime de quadrilha, ou seja, qual é o sentido de punir de forma mais grave aquele que pratica o tráfico de drogas pertencendo a uma organização criminosa, sendo que é possível punir por tráfico e por quadrilha ou por tráfico e por associação? Portanto, há aqui um *bis in idem* que é absolutamente vedado pela ordem jurídica. Então, seja pela desproporcionalidade da pena, seja pelo princípio que veda o *bis in idem*, essa proposta de aumento da pena me parece absolutamente injustificável.

Esse aumento do superencarceramento só pode ter uma razão: propiciar o surgimento da privatização

dos presídios, o *business* penitenciário, transformar a prisão num negócio, o que é absolutamente contrário ao interesse público.

Agregando aqui ao que já foi dito pelos colegas que me antecederam, parece-me que a aprovação desse projeto representa um grave retrocesso. É preciso, sim, rediscutir a política de drogas, mas é preciso discutir uma política de drogas que seja humana, eficaz e justa, tudo o que a nossa política não é e tudo o que a nossa política continuará a não ser na hipótese de aprovação do projeto Osmar Terra.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Dr. Cristiano Maronna por mais essa contribuição inestimável ao debate.

Concedo a palavra ao Dr. Célio Barbosa, que é Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas, o último orador.

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA – Bom dia... Aliás, já é boa tarde a todos. É um prazer, Senador Antonio Carlos Valadares, estar aqui, neste momento, porque muitas histórias são contadas sobre comunidades terapêuticas e muitas histórias são contadas sobre as pessoas que são atendidas pelas comunidades terapêuticas. E entre a realidade e o fato há uma distorção muito grande.

Se me dão a liberdade, eu sou fruto de uma comunidade terapêutica. Há 30 anos, alguém me deu a oportunidade de ser alguém. Eu sou terapeuta. Levei oito anos para provar que era capaz de me inscrever no CRT, porque a barreira da sociedade nos impede de ser alguém, principalmente no meio profissional.

Em 2011, nós vimos que era necessário buscar a regularização das comunidades terapêuticas, nós vimos que era necessário ter um marco regulatório das comunidades terapêuticas, porque o Brasil todo utiliza o serviço de acolhimento em comunidade terapêutica. Então, por que nós vamos ficar à margem de uma situação? Eu posso ser usado, eu posso utilizar o seu trabalho, mas não reconhecer e não dar a oportunidade de regularização.

Essas quatro federações já vêm lutando há mais de 30 anos, nós não nascemos ontem; a comunidade terapêutica não nasceu ontem. Ela tem critérios, ela tem provas, ela tem estudos científicos, ela tem tudo o que dá a ela a oportunidade de fazer parte de uma política pública.

O que nós pregamos? As pessoas falam, fazem vídeos, nos acusam, mas ninguém nunca ouviu um “a” nosso brigando com alguém sobre o que falam de nós, porque é um desgaste muito incoerente. Por quê? Porque nós temos de pensar na união das ações. Nós,

comunidade terapêutica da federação, acreditamos em juntarmos o PSF, o Capes, enfim, todos os serviços das comunidades terapêuticas. Nós temos pessoas que necessitam de todos os trabalhos. Nós não podemos nunca deixar o calor da vaidade – o meu trabalho é melhor do que o do outro, o meu trabalho é que vai funcionar – proibir uma ação que deu uma oportunidade ao Célio Luís Barbosa de estar sentado aqui, e não de o Célio estar em um caixão. Há um grupo de pessoas que necessitam de tratamento e não têm como estar em sociedade. Ou é preferível o Célio em um caixão ou estar matando e roubando?

Eu comecei com um baseadinho, com 11 anos de idade. Maconha não faz mal, mas comecei com um baseadinho, com 11 anos de idade. Sou de uma família rica – o meu pai trabalhava com o Juscelino Kubitschek –, e fui morar na Praça da Sé, em São Paulo, na rua, em 1971.

Então, nós temos de ter conhecimento, de fato. Quais são as pessoas de quem nós queremos cuidar? Ou é a minha tese que vai funcionar? Se for a minha tese, o Brasil continuará do jeito que está. Por que eu não posso quebrar o meu orgulho e juntar a minha tese com a do Senador Eduardo Suplicy, com a do Vitore, com a de todos os que estão aqui? Nós não podemos ajudar as pessoas que estão morrendo por causa da droga e aquelas que convivem naturalmente com a droga, gente? Por que essa briga, esse impasse? É porque a minha ideia é a melhor de todas? Não é. Não existe isso na vida. Se eu acredito em Deus ou não, nós somos um País laico; então, temos de respeitar quem não acredita do mesmo jeito que quem acredita em Deus.

Acredito que nós estamos vivendo uma grande demagogia de busca de fregueses para o nosso trabalho. Não é isso, gente; é vida! Se eu estou, no momento, necessitando de um afastamento da minha família, se eu estou necessitando de um afastamento do ambiente para me reencontrar, por que proibir isso?

Enquanto as pessoas estão nos batendo, nós estamos buscando uma maneira de regularizar as nossas ações. Se há comunidade terapêutica que não presta, denuncie para a confederação e veja se nós não vamos lá fechar. Nós temos mais de 1.600 psicólogos trabalhando na nossa área. Somos 1.800 comunidades. Fizemos um mapeamento e encontramos 2.600 entidades. Oitocentas estavam só fugindo da RDC 50.

Nós não buscamos, fomos convidados pela Presidente Dilma para uma audiência, porque ela rodou o Brasil. Tivemos duas horas e vinte minutos de audiência com a Presidente. É um tempo grande, não é, Senador, com a Presidente? É um tempo grande. Ela nos ouviu por duas horas e falou por vinte minutos sobre

o problema que havia encontrado para regularizar as entidades por causa dos serviços que nós prestamos.

Nós temos problemas com o CAPS, com o hospital, nós temos problemas com tudo o que está lá, com o psicólogo, com todo mundo que está na ponta. Por que nós não nos unimos para organizar a nossa política de atendimento da saúde? Nós não estamos buscando, em nenhum minuto, o dinheiro da saúde. Nós somos de interesse, nós não somos equipamento de saúde.

Lembro-me da luta de que participei, como comunidade terapêutica, para a inclusão do profissional psicólogo entre os profissionais de saúde. A mesma coisa estamos enfrentando agora, gente. Para o psicólogo ser mais um entre os profissionais de saúde, que são quatorze, vocês se lembram da luta? Quem participou disso lá atrás viu. Nós estamos vivendo isso hoje.

Nós estamos nos esquecendo de quem precisa, que está lá fora. Temos um grupo de pessoas, não é a totalidade, que infelizmente precisa de nossa ajuda. As pessoas que vão a comunidades terapêuticas já passaram por tudo, por igrejas, por reza, por psiquiatria, por psicólogo, por assistente social, por tudo. Por si só, são voluntárias no tratamento na comunidade terapêutica.

Aquela entidade que for comunidade terapêutica e não trabalhar a internação voluntária, não tiver o atendimento residencial e familiar, não trabalhar os direitos humanos, não tiver um critério de internação e de alta, não fizer parte do sistema dos direitos humanos não é uma comunidade terapêutica. É isso o que nós pregamos.

Enquanto nós estamos discutindo, a RDC 29 atende entidades. Qualquer um poderia trabalhar. Então, nós conseguimos, agora, junto com os profissionais da Anvisa – acho que há algumas notas aí, se alguém quiser pode ver –, a nota técnica que define o que é comunidade terapêutica. Está lá para ser fiscalizada.

Nós estamos pedindo para ser fiscalizados, para fazer parte das ações dentro da normalidade, dentro da lei. Não sei o que é normal; a gente não pode falar o que é normal, não aprendi. Uns e outros falam o que eu sou doido. Então, não sei o que é normal.

Temos de estar juntos se nós queremos um Brasil com uma política melhor, com uma política humana, com uma política social e com uma política de saúde. Este é o momento. Por que despertaram? Sabem por que despertaram? Porque vão nos financiar, reconheceram que vão nos financiar. Parece que é uma disputa. Nós não estamos disputando nada com ninguém.

Há 30 anos fui acolhido por uma comunidade terapêutica. Só vendia quatro mil quilos de maconha por mês, só isso, cocaína e mais um bocado de coisa. Fazia assalto a banco e mais não sei o quê. E Deus,

ou o programa, ou a minha boa vontade, ou a minha relação familiar e social me deram a oportunidade de estar sentado aqui hoje, gente.

Represento milhares de pessoas. Para a sociedade, eu não poderia estar sentado aqui, porque sou um dependente químico. Pelo que pregam, um dependente químico não é nada. Iguais a mim há milhares de pessoas na sociedade, médicos, engenheiros, vários profissionais que saíram da rua, que não eram nada para a sociedade. Foram resgatados por entidades enquanto o Governo, enquanto os profissionais não os atendiam.

No Brasil, há uma grande reclamação dos associados das nossas comunidades terapêuticas. Quando precisam ser levados a um ambulatório ou a um atendimento médico e precisam falar que são dependentes químicos, eles não são atendidos. É um absurdo um ser humano não ser atendido. Não ouvi ninguém falar sobre esse ser humano que precisa ser atendido em todos os sentidos. Não é o ser humano que precisa ser atendido dentro da comunidade terapêutica, não. É o PSF que não vai à casa da família do dependente químico porque os profissionais não sabem o que fazer. Eu dou curso para formação de profissionais dessa área; eles não sabem o que fazer.

(Soa a campanha.)

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA – Já estou terminando.

A universidade não nos ensina como atender o dependente químico. Grade nenhuma. Não há ninguém aqui que vá falar que dentro da universidade nós aprendemos alguma coisa sobre isso. Foi a prática; foi a prática. Mas, com a teoria e a prática, podemos fazer muita coisa.

Então, eu convoco todos a nos unirmos – a nossa tese, o nosso conhecimento, a nossa sabedoria – para melhorar o nosso Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço, Célio Barbosa.

Agora vamos ouvir os Senadores. Senador Eduardo Suplicy. Agradeço a V. Ex^a pela paciência com que se houve nesse debate. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Primeiro quero cumprimentá-lo, Presidente Senador Antonio Carlos Valadares e Relator desse projeto, pela forma democrática com que V. Ex^a convidou todos os participantes aqui, inclusive, o Deputado Osmar Terra, que aqui colocou de maneira muito enfática por que acredita na proposta que apresentou.

Eu quero dizer, sinceramente, com muito respeito e companheirismo de membros que somos do Congresso Nacional – aqui aprendemos uns com os outros –, que eu prestei muito atenção nos seus argumentos. Respeito a experiência que teve, inclusive, como Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul por oito anos. Temos tido aqui depoimentos sobre sua pessoa, expressos por seus colegas – como o Senador Pedro Simon, que foi governador.

Mas eu, por exemplo, tenho dialogado com entidades, como as que estão aqui presentes, dentre outras, a Viva Rio, que têm colocado argumentos bastante significativos de por que deveríamos caminhar na direção de descriminalizar a conduta dos usuários de drogas e de como o usuário deveria, de alguma maneira, deixar ser tratado como um criminoso. Deveria ser considerado uma questão de saúde pública, de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade. Muitos foram aqueles que aqui destacaram esse ponto de vista, inclusive, o Dr. Dartiu Xavier da Silveira.

Aqui, às vezes, nós temos que... Eu tinha um compromisso na Comissão de Assuntos Econômicos, onde eu era o requerente da audiência que lá se produziu hoje, então fiquei dividido. Infelizmente, não pude ouvir a segunda Mesa da maneira como eu gostaria, mas pedi ao meu assessor para sintetizar as suas principais observações e aqui as tenho.

Eu acho que nós vamos ter que refletir muito ainda – e o próprio Relator. Ainda ontem, o Deputado Osmar Terra publicou um artigo crítico sobre o fato de entidades como a Secretaria Nacional Antidrogas e outras entidades governamentais estarem promovendo um simpósio internacional aqui sobre drogas, tendo como tema sairmos da coerção para a coesão, o que me parece um propósito muito saudável.

O Deputado Osmar Terra estava preocupado com vozes críticas, digamos, às proposições que ele defende. Eu queria lhe dizer, com sinceridade, que eu acho que está sendo muito positivo nós aqui estarmos aprendendo tanto com V. Ex^a, quanto como, por exemplo, com o Dr. Dartiu Xavier da Silveira, com o Sr. Cristiano Maronna, e mesmo com o Célio Barbosa, que têm opiniões diferentes das suas. O nosso Relator e cada um de nós aqui estamos aprendendo com todos.

Eu tenho a convicção de que a questão das drogas está muito relacionada às questões sociais e, sobretudo, também educacionais e da saúde. Quanto mais pudermos, nas escolas e em todos os lugares, devemos levar a informação de como as drogas acabam fazendo mal às pessoas e quais são as suas consequências. Eu falo isso como um pai. Eu pude dizer aos meus filhos: cuidado com cada uma dessas drogas. Eles estão num ambiente artístico e musical, onde in-

teragem com todo tipo de experiência, mas, felizmente, cada um deles tem procurado cuidar adequadamente de sua saúde e, inclusive, praticar esportes, o que eu muito recomendo. E dou o meu exemplo pessoal para eles. Se eu tenho ainda a possibilidade, ontem o fiz, de correr 30 minutos, é porque eu sempre mantive, desde a adolescência, a preocupação de não abusar de qualquer tipo de tóxico, de droga, de qualquer coisa, e sempre fiz exercícios.

Por outro lado, eu batalho muito para que, em nosso País, tenhamos uma renda básica de cidadania. Gostaria até de perguntar aos depoentes o que acham disso, porque eu tenho a convicção de que no dia em que cada pessoa neste País tiver o direito de participar, pelo menos um pouco, da riqueza comum de nossa Nação, por meio de uma renda suficiente para atender a suas necessidades vitais... Vocês sabem que isso já é lei, está aprovado pelo Congresso Nacional, um dia, vai acontecer, porque será instituído por etapas, diz a lei. O Senador Valadares foi um dos que votou favoravelmente.

Vou contar aqui um episódio. Era agosto de 2003, e, certo dia, a responsável pelos Direitos Humanos da ONU compareceu à Unidade de Internação Inicial da Febem, no Brás. Saiu de lá dizendo: “É horrível! É horrível! É horrível!” Eu, então, fui lá verificar o que era tão horrível. Havia 500 jovens de 14 a 20 anos. Havia 150 leitos e 500 jovens, três e pouco por leito. Eu, então, pedi à diretora para explicar aos jovens o que era a renda básica de cidadania. Por uma hora e meia expliquei a eles. Quando eu passei nos dormitórios, observei que ali estavam ouvindo canções tipo *rap*, Homem na Estrada, por exemplo, do Mano Brown. E, para ilustrar o meu ponto, eu até cantei para eles essa música, que tem uns sete minutos. Fui surpreendido, porque todos cantaram juntos, sabiam de cor. Então, me dei conta de que o que está expresso ali tem muito a ver com o cotidiano desses jovens. E eu disse a eles que tinha a convicção de, se já estivesse em vigência a renda básica de cidadania, muito provavelmente eles não teriam cometido os delitos, os crimes que os faziam estar lá dentro. E todos eles me perguntaram, então: “Mas quando é que isso vai acontecer?”

Era ainda agosto de 2003, o projeto foi aprovado aqui e na Câmara em 2002/2003. Em 2004, o Presidente Lula sancionou. Só falta agora que todos rezemos à Presidenta Dilma, pois é uma boa ideia e está na hora de aplicá-la. Acredito que isso vá acontecer em breve. Quem sabe quando o Papa Francisco estiver aqui em 2017, pois tudo o que ele falou tem a ver com os princípios de realização de justiça, de solidariedade!

Eu observo que aqueles jovens, às vezes, por falta de alternativa de sobrevivência para os seus e

em casa, assim como para a jovem que, às vezes, não tem outra alternativa senão a de vender seu corpo, para os jovens que, por essas razões, se tornam aviõezinhos das quadrilhas de narcotraficantes, se houvesse a renda básica, já teríamos diminuído grandemente as preocupações que o Deputado Osmar Terra aqui colocou. E eu coloco isso também. A educação, a prevenção e até os meios de comunicação e a Senad estão muito preocupados com a instrução e a informação para todos. O melhor é prevenir, penso que isso seja fundamental.

Eu tinha diversas perguntas aqui preparadas, mas sei que está muito tarde para fazê-las. Eu queria transmitir essas reflexões, mas, sobretudo, minha indagação principal, porque eu não estou persuadido, Deputado Osmar Terra, de que mais longo tempo na prisão e mais gente presa vai resolver o problema. Eu tenho visitado pessoas nas prisões, muitas vezes superlotadas, e fico preocupadíssimo, pois ali não estão aprendendo o suficiente. Se pudessem transformar o tempo que estão lá detidos – pessoas estão lá há um, dois, três, quatro, cinco, seis anos, às vezes; mães de crianças que deveriam estar tomando conta de seus filhos estão lá detidas –, se pudessem essas pessoas, por exemplo, realizar penas alternativas, como trabalhos à comunidade ou, por exemplo, idas ao Hospital São Paulo e ali estarem realizando atividades como de cuidadoras, de enfermeiras, ou até ensinando pessoas, alfabetizando e assim por diante, eu acho que seria muito mais adequado.

Eu deixo essas reflexões aqui como um estímulo àqueles que desejarem ainda dizer uma palavra.

Meus cumprimentos, Senador Antonio Carlos Valadares, por esta audiência que fez com que todos nós aprendêssemos, e muito, com os mais diversos pontos de vista aqui expostos.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Suplicy, presida a reunião por um instante enquanto ouvimos aqui o Deputado Osmar Terra, em primeiro lugar, que terá três minutos.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Se o Senador Eduardo Suplicy me desse a honra de me ouvir nestes três minutos, ficaria muito honrado.

Quero dizer, rapidamente, Senador Valadares, que este assunto é muito extenso e não dá para a gente tratar em uma reunião só. Este assunto foi exaustivamente tratado na Câmara. Eu quero dizer que as decisões da Câmara foram motivadas por três anos de debates, de visitas a países. Foi o tema, talvez, mais exaustivamente debatido na Câmara dos Deputados. Portanto, não há novidade alguma no sentido de que

nós estamos agora a iniciar o debate. Não há. Tudo o que foi falado aqui nós já debatemos. Queremos debater mais, queremos aprofundar, mas acho que o Senado precisa disso. Eu, como Deputado, como autor do projeto de lei, quero contribuir. Mas foram três anos de debates – é importante que se saiba disso – e oito horas de sessão da Câmara na votação do projeto. Ninguém votou de repente e pegou de surpresa os Deputados. Foram oito horas de debate.

Eu gosto muito da Deputada Jandira Feghali, acho que é uma das grandes Deputadas da história do Parlamento, mas, nessa questão específica, se ela estava distraída, não tenho culpa. Foi a única pessoa que se queixou de que a votação tinha sido feita com rapidez. Foram oito horas de debates. Oito horas! Então, é importante que se diga isso também.

Eu queria, Senador Valadares, fazer algumas considerações. Primeiro, sobre as comunidades terapêuticas. As comunidades terapêuticas não caíram do céu, nem foram inventadas de uma hora para outra. Elas são fruto da omissão do Estado brasileiro. O Estado brasileiro nunca se preocupou, de maneira minimamente adequada, com a questão das drogas. Nunca fez nada de importante para resolvê-las. A não ser agora, recentemente, com a proposta da Presidente Dilma, do *Crack*, Nem Pensar.

É a primeira vez que um governo articula as diversas áreas para enfrentar um problema grave. É a primeira vez na história. Nenhum outro governo teve esse tipo de preocupação – nem o Lula, nem o Fernando Henrique, nem o Itamar, nem o governo militar, nem o Sarney. Ninguém. Ninguém teve uma proposta coerente, articulada, para enfrentar essa questão das drogas. A primeira vez é agora.

E as comunidades terapêuticas foram a alternativa que o povo teve. O povo pobre, o filho dependente, sem condições de trabalhar, sem condições de fazer nada, vendendo tudo que tem em casa, a alternativa que tinha era esta: falar com o padre, com o pastor, com alguém que os ouvisse, porque o sistema de saúde não oferecia nada para eles. Nada!

Os CAPS Álcool e Drogas são uma coisa recente. E têm um problema seriíssimo: não têm protocolo. Cada um age de um jeito, e o resultado é pífio. Não há uma avaliação de resultado dos CAPS Álcool e Drogas no Brasil. Não existe. Então, cada um faz de um jeito. Inclusive estimulando o não absenteísmo, que eu acho que é uma coisa séria também. É outra discussão para a gente fazer aqui. A pessoa continuar se drogando, continuar usando a droga, e achar que está tendo um bom resultado é realmente uma coisa para mim muito difícil de entender.

Eu quero dizer que o que aumenta as prisões, o número de presos, não é só a lei, é a epidemia. Embora o Dr. Dartiu não concorde com isso – eu respeito muito o conhecimento científico dele, embora discorde, nós temos pontos de vista diferentes –, este projeto de lei tem apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria, feito em congresso. Então, também, não sou eu que estou defendendo o projeto e os psiquiatras estão contra. Há alguns psiquiatras que têm pontos de vista diferentes, e eu respeito. A Associação Brasileira de Psiquiatria defende o projeto e o apoiou em congresso.

Mas a epidemia é isto: é a multiplicação de um mesmo fenômeno, que pode ser transmitido por um vírus, pode ser transmitido por um tipo de alteração, num curto espaço de tempo, por um número muito grande de pessoas. Isso caracteriza uma epidemia.

Existe, sim, a epidemia do *crack* no Brasil, e é visível, só não vê quem não quer. As epidemias de drogas acontecem ciclicamente. O Japão teve uma grande epidemia de anfetamina quando terminou a Segunda Guerra Mundial, porque os operários japoneses a recebiam do governo japonês para poder trabalhar e render mais, nas fábricas de armas. O Japão saiu da guerra com dois milhões de dependentes de anfetamina. E proliferou o tráfico. Tudo que se pode imaginar proliferou, aumentando o número de dependentes.

O que o Japão fez? Uma lei duríssima. O Japão aumentou as penas para o tráfico, impôs pena de um ano para usuário, coisa que nós não defendemos, ninguém aqui está propondo prisão de usuário. A proposta nossa é que é crime, sim, mas com penas alternativas, para constranger, de alguma maneira, a disseminação e o uso da droga. O Japão, em 1954, Dr. Dartiu, prendeu 56 mil pessoas. Um país de 100 milhões de habitantes, portanto, a metade da população brasileira, só num ano, prendeu 56 mil pessoas por tráfico, por uso, por fabricar um componente da anfetamina. Jogou muito duro! No ano de 1958, quatro anos depois, prendeu 271 pessoas. Por quê? Havia cortado a epidemia. Tirou de circulação a droga e acabou a epidemia. O Japão hoje é um dos países que tem menos dependentes químicos, menos usuários de drogas e é um dos países que tem os melhores índices de saúde do mundo.

A mesma coisa fez a Suécia. Todas as drogas eram livres na Suécia até 1969. A Suécia jogou muito duro em relação a essa questão, mudou toda a legislação, e acabou tendo resultado. Hoje é o país europeu que, comparando com Portugal, que tem a mesma população... Há o mito da experiência portuguesa, que não é verdadeiro, divulgado pelo próprio autor da experiência, que é o João Goulão, através do Instituto Cato, que é uma organização de ultradireita liberal americana, que fez aquele livrinho e divulgou para o

mundo, como se fosse a oitava maravilha do mundo a experiência de Portugal. O INA (Instituto Nacional de Administração) de Portugal, avaliando a experiência portuguesa, viu que aumentou a criminalidade, aumentou o número de dependentes, tornou muito mais grave o problema de drogas do que era antes em Portugal. E, em comparação, a Suécia, que é um país que tem a mesma população de Portugal, tem oito vezes menos dependentes em tratamento, é um país que tem hoje 90 homicídios por ano, tem a população do Rio Grande do Sul e 90 homicídios por ano, enquanto o Rio Grande do Sul tem 2 mil homicídios por ano; tem 120 acidentes de automóvel com vítimas fatais, o Rio Grande do Sul tem 2,5 mil. Quer dizer, a ação em cima das drogas reduz a violência sim. O exemplo foi o que aconteceu, a redução de homicídios nos Estados Unidos.

A questão das prisões. Se as prisões são ruins, é um problema do Ministério da Justiça. Tem que haver uma política prisional para o Brasil, o que não existe. Não há política prisional. O Rio Grande do Sul está propondo uma coisa interessantíssima: um lugar específico para colocar os traficantes que sejam réus primários, separando-os nas prisões. Não sei como se vai fazer, mas o que não pode é ficar na rua, aumentando a oferta de drogas. É isso. É uma questão de saúde; não é nem policial, é de saúde. A oferta do vírus da droga aumenta o número de pessoas doentes. Essa é a regra que queremos evitar.

Um juiz de Santa Maria, Afif Simões Neto, que não tem nada a ver com saúde, não é psiquiatra, não é militante de causa nenhuma, fez um relato comovente no *Zero Hora* de cerca de dois meses atrás. Se quiserem, busquem na internet esse artigo. Ele diz que está muito assustado com a quantidade de jovens que ele tem que interditar hoje na vara de família, jovens entre 18 e 30 anos de idade, numa quantidade nunca vista antes, todos usuários diários de maconha.

A maconha causa danos sim, está relacionada ao aparecimento da esquizofrenia, tem um monte... E hoje há uma pesquisa do Dr. Flávio Pechansky, falando em pesquisa, no Rio Grande do Sul, contratada pela Senad – e, aliás, a Senad tem que divulgar mais as pesquisas que tem –, mostrando os acidentes graves de trânsito no Rio Grande do Sul, que fizeram não só bafômetro, mas exame de sangue e urina para ver as outras drogas. E nessa pesquisa específica, eles mostram, em mais de mil e poucos casos, que o tetraidrocanabinol da maconha aparecia mais nos acidentes graves do que o próprio álcool. Então, estamos tratando de assuntos sérios sim, assuntos graves, que dizem respeito à vida humana.

E eu queria, para terminar, dizer que, em pesquisas apontando se a internação involuntária resolve ou não resolve, o que eu vi, na minha experiência, é que, se nós conseguirmos iniciar um tratamento e iniciar um processo de abstinência, as pessoas terão uma probabilidade muito maior – isso eu vi na experiência como gestor – de voltar para uma vida normal. Por isso é importante a comunidade terapêutica, por isso é importante a pessoa ficar num ambiente longe daquele onde ela usava droga. Estamos tratando de uma questão de memória. É uma memória de longo prazo poderosíssima que se cria no cérebro do indivíduo dependente químico. Se ele não ficar longe do ambiente, pelo menos no início, se ele não tiver uma temporada longe do ambiente onde ele se droga, onde ele tem acesso à droga, essa memória é ativada muito mais, e ele vai ter muito mais recaídas do que aqueles que estão... Por isso que o tratamento do CAPS, na minha opinião, é um tratamento *a posteriori*, é um tratamento de manutenção no futuro. O ideal seria ele sair, ser desintoxicado, ser convencido – porque aí ele vai ter que ser convencido –, ir para uma comunidade terapêutica, uma comunidade acolhedora, ficar um período em abstinência assistida, e depois voltar para um tratamento de CAPS. Ele vai ter muito mais chance de ter uma vida útil.

E outra coisa, para terminar, Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O senhor já terminou os três minutos?

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Acho que já foram, não é? (*Risos.*)

Ah, sobre a quantidade de drogas, só para terminar: “Ah, vamos separar usuário e o traficante pela quantidade de drogas.” Vamos combinar, se nós fixarmos, como o Deputado Paulo Teixeira queria, ou estabelecermos que a quantidade de droga suficiente para dez dias caracteriza quem é usuário e que acima disso é traficante, quero dizer para vocês que isso vai cair no ridículo, porque nenhum traficante vai andar com droga a mais do que dez dias. Nenhum traficante vai fazer isso. Quinhentas pedras de *crack* são dez dias de uso, para que andar com mais? Então, nós vamos cair no ridículo, vamos confundir o trabalho que tem que ser feito pela Polícia.

E aqui quero resgatar o trabalho da Polícia e o trabalho dos juizes. Não são fascistas, não são racistas. O trabalho que eles fazem é importante para a sociedade brasileira, e se formos partir desse princípio de que eles são racistas e fascistas, não vai haver mais lei alguma segura de ser aplicada. Então, acho que nós temos que resgatar isso, eu queria resgatar essa questão aqui.

E a última coisa, Senador Valadares...

(Manifestação da plateia.)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Não, é a última. Por favor.

Não aceito a pecha de que o movimento... Essa discussão é baseada em evidências, baseada na gestão, baseada no sofrimento que a gente vê da população. Não é financiada nem por clínicas privadas nem por quem queira botar prisões privadas no Brasil. Não é. Quero resgatar isso. Senão vou ser obrigado a fazer outro raciocínio: quem está a favor da liberação das drogas é quem tem altos lucros com o vício hoje, as grandes indústrias fumageiras, a grande indústria que vive do vício está muito interessada, sim, em liberar a maconha, em liberar tudo isso, porque eles vão ganhar muito mais dinheiro, ou vocês acham que o pessoal vai ficar plantando maconha em casa? E os grandes especuladores internacionais. O Sr. George Soros, através da Open Society e através dele mesmo, como doador individual, é o maior doador das ONGs que hoje militam aqui no Brasil a favor da liberação das drogas. Por que será...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço...

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – ... que o maior especulador do mundo está interessado em liberar drogas aqui, nos Estados Unidos e em tudo que é lugar? Por que será? Pela saúde dos nossos jovens é que não é. Ele quer tirar da clandestinidade o dinheiro que está circulando na droga para botar a mão nele. Eu acho que, se formos discutir essa questão nesse nível, vai ter muito pano pra manga.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Deputado, quero dizer a V. Ex^a: não só aqui na Comissão de Constituição e Justiça, nós ainda teremos debates em quatro comissões. Então, se V. Ex^a quiser falar, terá todo direito de defender seus pontos de vista aqui no Senado Federal, sem dúvida alguma.

Mais três minutos, mas rigorosamente três minutos. Quando eu tocar a campainha, acaba o tempo.

Sr. Célio Barbosa, o senhor tem três minutos; em seguida, o professor. Depois, passarei para aqueles que usaram a palavra e estão no plenário.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Cristiano também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O Cristiano, claro, e todos os que estão aqui.

Três minutos.

O SR. CÉLIO LUÍS BARBOSA – Só quero reafirmar para todos que o atendimento em comunidade terapêutica é para pessoas que são voluntárias e não conseguem mais viver em sociedade da sua maneira. São voluntárias, todas, em comunidade terapêutica. Comunidade terapêutica não atende em canto algum. Se em algum lugar estiver havendo atendimento involuntário em comunidade terapêutica, denuncie. Denuncie para a Senad, denuncie para a confederação, porque nós vamos atrás. Comunidade terapêutica é atendimento voluntário daquelas pessoas que não aguentam mais o uso da droga e decidiram sair, que já passaram por todo tipo de tratamento.

Pode-se fazer uma pesquisa das pessoas que estão lá hoje. Neste momento, estamos atendendo 65 mil pessoas. Neste momento, 65 mil pessoas estão sendo atendidas em comunidade terapêutica, com atendimento psicológico, com atendimento psiquiátrico se necessário, usando a rede. Apesar de a rede não funcionar, nós utilizamos a rede, nós fazemos com que ela funcione em conjunto. A maioria das entidades utiliza o CAPS, utiliza os hospitais gerais, utiliza o equipamento de saúde que é necessário para toda a população. Então, se tem comunidade que hoje está prestando um desserviço à população brasileira, nos ajude a corrigir, porque ela não é comunidade terapêutica.

Não estamos aqui para buscar recursos financeiros. Estamos aqui para buscar, primeiro, o reconhecimento e termos um marco lógico para que possamos trabalhar dentro da normalidade do que é a lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Cristiano Maronna.

V. S^a tem três minutos, mas, se quiser terminar antes, como fez o Célio, fique à vontade.

O SR. CRISTIANO MARONNA – Está ótimo.

O Deputado Osmar Terra entende que o debate já foi feito, mas entendo que esse debate precisa se aprofundar. Inclusive, fiz parte da comissão científica organizadora do Congresso Internacional sobre Drogas que foi feito aqui em Brasília em maio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO MARONNA – Não, não foi pró-drogas, inclusive o senhor foi convidado, não quis ir; o Dr. Ronaldo Laranjeira foi convidado, não quis ir; convidamos uma série de pessoas que não pensavam como nós para participar, mas, infelizmente, os senhores não gostam do debate. Os senhores só gostam de debater quando a plateia é a favor; quando os senhores não estão jogando em casa, não gostam de aparecer.

Eu não tenho nenhum problema em jogar na casa do adversário. Estou aqui de peito aberto.

Quero dizer para os senhores o seguinte. O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Aqui não somos adversários do senhor.

O SR. CRISTIANO MARONNA – Não, adversário ideológico. Apreendi, na faculdade de Direito, com o Professor Goffredo da Silva Telles, que na vida não há inimigos, apenas adversários. Procuo seguir esse ensinamento.

O Deputado Osmar Terra achou ridícula a ideia, que é bem-sucedida em Portugal, de definir um critério objetivo para diferenciar usuários de traficantes, sob a alegação de que isso permitiria que os traficantes passassem então a portar essa quantidade.

Pois bem, eu acho que nós temos que fazer uma opção clara. De fato, esse problema pode acontecer. Agora, o que existe hoje? Qual a realidade que vivemos hoje? A realidade que vivemos hoje é: jovens usuários são presos e condenados como traficantes. O que é melhor? Continuar com essa realidade de hoje, com o aprisionamento da nossa juventude pobre, ou tentar criar um critério objetivo que permita diferenciar realmente quem é usuário de quem é traficante e, aí sim, exigir um trabalho policial de inteligência que identifique que verdadeiramente os traficantes? Essa é a opção que temos que fazer.

O que eu considero ridículo é permanecer o estado de coisas que vemos hoje, é continuar prendendo nossa juventude, é continuar aceitando essa situação, que é absolutamente injusta, de encarceramento de pessoas que não são traficantes. Mas, enfim, cada um faz sua opção e paga as consequências pela opção que faz.

Quero corrigir um dado. Eu disse que o Brasil é a quinta maior população prisional do mundo. Não é. É a quarta. Nós estamos atrás apenas dos Estados Unidos, da Rússia e da China.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTIANO MARONNA – Sobre Suécia e Japão, falo muito rapidamente, de fato, não há modelo perfeito. Na Suécia, por exemplo, há um consumo de álcool altíssimo, há uma das maiores taxas de suicídio do mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO MARONNA – É verdade!

No Japão, estive lá recentemente, não só o uso de drogas, mas todos os crimes – o Japão tem uma cultura de obediência à lei talvez incomparável com nenhum outro país –, todas as taxas de crime lá são

muito baixas. Portanto, usar o Japão como exemplo de política de drogas me parece absolutamente impróprio.

Uma pesquisa feita em 21 países em que houve a descriminalização do consumo, que está disponível no *blog* da Pense Livre, diz que, nesses 21 países, depois da descriminalização, não houve aumento do consumo.

Já que o Deputado fez menção ao George Soros, ele luta por uma mudança na política de drogas porque ele acredita que essa é a melhor opção...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Tempo encerrado.

O SR. CRISTIANO MARONNA – Ele foi aluno do Karl Popper...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Cristiano Maronna...

O SR. CRISTIANO MARONNA – Só para terminar, Senador. Ele é autor do livro *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Três minutos foi o que acertamos.

O SR. CRISTIANO MARONNA – Só um último tema...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com a palavra o Dr. Dartiu Xavier da Silveira.

Desculpe, grande causídico.

O SR. CRISTIANO MARONNA – Tudo bem. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – *Dura lex, sed lex*.

O SR. DARTIU XAVIER DA SILVEIRA – Eu queria fazer poucos comentários breves.

Primeiro, eu gostaria de salientar que achei muito importante a colocação do Senador Humberto Costa quando ele focaliza o entendimento dele como algo da esfera da saúde, principalmente, embora seja um tema que ultrapassa, transcende a área da saúde.

Sobretudo com o Senador Suplicy, com sua compreensão bastante nítida dos aspectos de saúde, dos aspectos jurídicos dessa questão tão complexa, acho que fiquei mais ainda sensibilizado com as palavras de S. Ex^a que denotam seu conhecimento dos aspectos éticos e humanos envolvidos nessa questão tão delicada.

Só para pontuar, há a questão da internação, que volta sempre. Eu gostaria de dizer que eu interno meus pacientes sim, mas interno excepcionalmente meus pacientes quando existe uma indicação médica de internação. Então, não sou contra a internação, sou contra a internação como política pública. Acho que isso é uma decisão da esfera da saúde.

Quanto à questão da comunidade terapêutica, não sou contra as comunidades terapêuticas, aliás, meu primeiro trabalho na vida como psiquiatra foi numa comunidade terapêutica, a comunidade terapêutica Infância, em Diadema, que eu considero um modelo de intervenção. Só que a gente sabe que a maioria das comunidades não segue esse modelo, que eu considero até ideal. Onde me baseio para ter um posicionamento de questionamento desse projeto é em que, uma vez que não existem evidências científicas de que a comunidade terapêutica seja um método de maior eficácia, por que privilegiar a comunidade terapêutica numa saúde pública, numa política pública na área de drogas? E pior ainda, por que destinar uma linha de financiamento específica para um modelo de atendimento que não tem comprovada superioridade de eficácia?

Então, não sou contra a comunidade terapêutica, mas ela entra no rol de uma série de dispositivos que temos à disposição quando vamos abordar um dependente químico, e não numa situação privilegiada, que eu não aprovo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Muito bem.

Antes de passar a palavra aos demais palestrantes que ainda estão no plenário, eu gostaria de fazer um resumo, que considero necessário, antes também do encerramento da reunião.

O projeto de autoria do Deputado Osmar Terra foi apresentado em julho de 2010. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, aqui no Senado. Relatado pelo Deputado Givaldo Carimbão na Câmara, tramitou em conjunto com outras 16 proposições, que foram analisadas por comissão especial criada em maio de 2012 pela Câmara dos Deputados. A comissão especial aprovou o projeto em dezembro de 2012. Na forma de substitutivo, em maio de 2013, foi aprovado em regime de urgência e passou à discussão e votação em plenário no mês de maio. Foram apresentadas 22 emendas no plenário daquela Casa. Durante a discussão, o relator acolheu nove emendas, na forma de um substitutivo de plenário, que foi alterado em apenas dois pontos, mediante a votação de emendas em separado.

O projeto chegou ao Senado no mês de junho. Já foi despachado a cinco comissões. A primeira é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde sou o Relator. Depois, esse projeto será enviado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O número de comissões justifica-se pela grande quantidade de temas envolvidos, ou seja,

envolve questões de mérito que são da competência de diversas comissões. Por isso, a matéria que estamos a discutir terá que passar em todas essas comissões do Senado.

O desafio que o Congresso deve enfrentar na discussão dessa matéria é de fazer avançar a política sobre drogas, evitando retrocessos. Neste projeto, o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas é ratificado, instituído pela Lei nº 11.343, de 2006, para a gestão da atividade de prevenção ao uso indevido da droga, de atenção e de reinserção social do usuário e do dependente, bem como de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

Há problemas de inconstitucionalidades que nós vamos analisar posteriormente e que aqui foram levados a efeito.

A questão do caráter normativo dos Conselhos Estaduais e Municipais também é um assunto que vai merecer da nossa parte certa atenção. Inclusive, nós não podemos obrigar, mas podemos colocar um texto que não permita o veto, em que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conferir caráter normativo aos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas.

Há um sistema de informações de políticas sobre drogas e sobre as comunidades terapêuticas acolhedoras, que também foram objeto aqui de muita avaliação.

As questões das internações involuntárias, do método e do tratamento, da reinserção social e econômica e da matéria criminal foram assuntos que aqui fizeram parte da preocupação dos mais diferentes debatedores.

Por certo, levarei para a minha casa todas as gravações aqui efetuadas, para analisar, de forma mais cuidadosa ainda, tudo o que ouvi e aprendi.

Concedo a palavra ao Sr. Marcus Vinicius. Com muito prazer, vamos ouvi-lo.

O SR. MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA – Senador Antonio Carlos Valadares, de fato, é elogiável a sua condução desta sessão, desta audiência pública.

Efetivamente, esse tema esteve em discussão durante muito tempo na Câmara dos Deputados, mas não houve diálogo, houve um monólogo. E esse monólogo, que é a voz forte do Deputado Osmar Terra, às vezes, silencia. Ele silencia, Osmar Terra. Não existe um pensamento único. Esse tema é complexo, é difícil e precisa ser tratado com muito cuidado. E não será o tom da voz que produzirá a credibilidade necessária.

O Deputado Osmar Terra cita, muitas vezes, informações sem citar suas fontes. Isso torna a discussão incomensurável, Senador. Isso torna a discussão muito difícil, porque são repetidas as informações como se verdades fossem.

O senhor evoca a sua experiência, certamente importante para o povo gaúcho e para o povo brasileiro, mas o senhor desconhece que todas as outras pessoas aqui também têm muita experiência, têm experiência com a clínica, têm experiência com o cotidiano dos serviços, têm experiência exatamente nessa labuta. Às vezes, afastado por motivo parlamentar ou por motivo de cargos e de posições, perde-se essa possibilidade, e se lida com a observação externa de coisas que estão acontecendo. Então, é preciso entender que a experiência do outro também tem valor.

Infelizmente, essa condução na Câmara dos Deputados levou a esse resultado. Poderíamos ter construído, sim, em todas as audiências feitas na Câmara dos Deputados, um projeto superior, mas o Deputado tem convicções muito fortes, demonizadoras da droga. O Deputado não faz uma discussão racional sobre a droga, o Deputado faz uma discussão emocional. Às vezes, há motivos que devem ser muito justos para o Deputado, mas ele tem de entender que a sociedade brasileira não pode ficar à mercê das emoções de um Parlamentar, das convicções pessoais subjetivas de um Parlamentar. O Brasil é muito grande para ficar submetido àquilo que sente o Deputado, àquelas convicções e verdades arraigadas que, às vezes, tem o indivíduo, fruto de uma experiência ampla, certamente.

Então, eu queria dizer que acho que, neste momento, é muito importante essa tramitação no Senado. Acho que, aqui, finalmente, vai poder haver o contraditório, e se vai poder ouvir que isso é complexo. Deputado Osmar Terra, o tema é complexo, e isso não será feito no ritmo com que ocorreu a aprovação. Eu queria resgatar a exibição do vídeo, porque não será a toque de caixa, não será atropelando os trâmites da votação... Foi isso que efetivamente a Deputada denunciou, e nós acompanhamos isso acontecendo: assisti a toda a sessão desde o começo, pela TV Câmara. Hoje, os atos dos Deputados são públicos, e nós acompanhamos. (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Encerrado.

Com a palavra, o Dr. Aloísio Andrade, Coordenador-Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas Sobre Drogas.

O SR. ALOÍSIO ANTÔNIO ANDRADE DE FREITAS – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Envio para o senhor amanhã ainda essa sugestão do deliberativo para os conselhos. Quero aqui deixar a minha homenagem a todos os esforços e a todos os presentes, citando um santo poeta indiano, Kabir, que escreveu, em 1200, um texto que diz o seguinte:

Meu coração está tão inebriado de amor que não sinto desejo de falar. Descobri um diamante. Envolvi-o cuidadosamente em meu manto. Pergunto: por que abrir meu manto repetidas vezes para ver se o diamante ali está? Isso não é necessário, eu tenho certeza. [Ele termina dizendo]: Quem me vê até pensa que estou embriagado, mas embriagado do vinho do amor de Deus, que realmente tenho bebido em demasia.

Muito obrigado. Sucesso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agora vamos ouvir a palavra final do Vitor André Zílio Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça.

O SR. VITORE ANDRÉ ZÍLIO MAXIMIANO – Sr. Senador Valadares, Sr. Senador Suplicy, todos os demais que pacientemente ficaram até o final dos nossos trabalhos, às vezes, as evoluções do nosso País não são destacadas. Ficamos muito com as críticas e deixamos de observar os aspectos positivos.

Em 2006, por ocasião da edição da Lei nº 11.243, tivemos uma enorme evolução, quando retiramos o peso da Justiça criminal, o peso da ação policial especialmente voltada para o usuário. Vivíamos esse processo até essa data, 2006, em razão da vigência da Lei nº 6.368, de 1976. Fundamentalmente houve uma ação de saúde, de assistência social e de reabilitação que ainda tanto desejamos que o País venha a adotar mais e mais. Essa evolução sentida em 2006 é digna de registro.

Neste momento, a pauta do Parlamento – a pauta não partiu do Executivo, vale dizer – foi no sentido dessa discussão. O Poder Executivo, diante da autonomia que tem o Parlamento, por óbvio, fez essa discussão no sentido de que houvesse um texto que também tivesse a concordância dele, Poder Executivo. E foi nesse sentido que trabalhamos. Acreditamos que, considerada essa evolução de 2006, temos, sim, como evoluir neste momento de reforma. Repito: ainda que a pauta não tenha partido do Poder Executivo e tenha surgido dentro do Parlamento, o que é absolutamente legítimo, há, sim, condições de melhora.

Entendemos que o texto aprovado, em vários pontos, a partir do que foi produzido, fruto daquela discussão na Câmara, contém melhoras. Naquilo que não houver de melhoras, fruto deste debate bastante rico, temos muito a evoluir.

(*Soa a campanha.*)

O SR. VITORE ANDRÉ ZÍLIO MAXIMIANO – Deixo só um último registro, se me permite, Sr. Senador: acho que se conseguirmos tirar um pouco das paixões em torno desse tema tão complexo, tão caro

para a sociedade brasileira, conseguiremos evoluir ainda muito mais do que temos feito no tocante à política de drogas neste País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço. Tenha a certeza V. Ex^a, Dr. Vitore André, de que esta relatoria e a Comissão de Justiça haverão de agir com muita propriedade, muito zelo e equilíbrio na condução de uma questão tão grave para a nacionalidade, que é a questão das drogas.

Aqui foi dito pelo Dr. Cristiano, que apresentou uma estatística avassaladora, que o cárcere no Brasil tem crescido assustadoramente. De 2005 até 2012, houve um crescimento da ordem de 80%, enquanto o crescimento populacional nesse mesmo período foi de 5%. Essa é a prova de que existe algo de grave acontecendo no Brasil. E um dos fatores mais graves, sem dúvida alguma, que contribuem para o aprisionamento em nosso País é a droga.

Por isso, eu quero, ao encerrar, agradecer a presença de todos aqueles que vieram participar do debate, a começar do autor, Dr. Osmar Terra, que se debruçou, estudou, com os seus colegas, na Câmara dos Deputados, essa matéria que, certamente, pela importância que tem, suscita divergências, opiniões contrárias. Mas isso faz parte da nossa democracia, que é uma democracia que veio para ficar, não só através das manifestações das ruas, notadamente daqueles que devem dar mais exemplos, os Parlamentares, tanto na Câmara como no Senado Federal, que estão trabalhando diuturnamente para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. *(Palmas.)*

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, do dia dez de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Anibal Diniz, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pe-

dro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Paulo Davim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Anibal Diniz) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, de 2012. Terminativo. Altera a redação dos art. 8º, 11, 16, 17-A, 26, 28, 36, 37, 38, 45, 47, 52, 57-A e 77, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Romero Jucá. Relatoria do Projeto: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo oferecido ao PLS nº 441, de 2012, e favorável às Emendas nº 1, 3, 4, 5, 8 a 14, 19 (com Subemenda), 20, 23, 24, 26, 28, 29, 36, e 38 a 42; contrário às Emendas nº 2, 6, 7, 15 a 18, 21, 22, 25, 30 a 32, 34, e 37; e pela prejudicialidade das Emendas nº 27, 33 e 35. Em 04/09/2013, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 441, de 2012, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Em 09/09/2013, foram apresentadas as emendas nº 1 a 5, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues. Em 10/09/2013, foram apresentadas as emendas nº 6, de autoria da Senadora Ana Rita; nº 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues; nº 8 e 9, de autoria da Senadora Ana Rita; nº 10, de autoria do Senador Sérgio Souza; nº 11 a 14, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 15 a 16, de autoria do Senador Inácio Arruda; nº 17 e 18, de autoria do Senador Inácio Arruda e da Senadora Vanessa Grazziotin; nº 19 e 20, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; nº 21 a 25, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima; nº 26, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 27 e 28, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; nº 29 a 35, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; nº

36, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima; nº 37 e 38, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; nº 39 a 41, de autoria do Senador Romero Jucá; e nº 42, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. Durante a discussão, foram aprovados Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas nº 19 e 30. Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 441, de 2012, é aprovado em Turno Suplementar, com as Emendas nº 1, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 19 (com Subemenda), 20, 23, 24, 26, 28, 29, 36, 38, 39, 40, 41 e 42, renumeradas como Emendas nº1-CCJ a 24-CCJ. EXTRAPAUTA: ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 48, de 2013. Requeiro, nos termos do artigo 312 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 19 ao Substitutivo do PLS nº 441, de 2012. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado o Requerimento. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 49, de 2013. Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 30, apresentada ao PLS nº 441, de 2012, em turno suplementar. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Anibal Diniz) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Anibal Diniz**, Vice – Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

**TURNO SUPLEMENTAR DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 441, de 2012**

- Terminativo -

Ementa do Projeto: Altera a redação dos art. 8º, 11, 16, 17-A, 26, 28, 36, 37, 38, 45, 47, 52, 57-A e 77 da Lei nº 9.504, de 30

de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senador Romero Jucá.

Relatoria do Projeto: Senador Valdir Raupp.

Observações:

- Em 04/09/2013, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 441, de 2012, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

- Em 09/09/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues. Todas dependendo de parecer do Relator.

- Em 10/09/2013, hoje, foram apresentadas as Emendas nº 6, de autoria da Senadora Ana Rita, nº 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, nºs 8 e 9, de autoria da Senadora Ana Rita, e nº 10, de autoria do Senador Sérgio Souza. Todas dependendo de parecer do Relator.

- Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral, de acordo com art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Temos outras emendas apresentadas pelo Senador Romero Jucá, Emendas nºs 11 a 14, todas dependendo de parecer do Sr. Relator.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, eu gostaria, respeitosamente, de consultar V. Exª e todos os demais membros da Comissão de Constituição e Justiça se poderíamos considerar na pauta de hoje não apenas o projeto do Senador Romero Jucá, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp, PLS nº 441, de 2012, mas também o projeto do Senador Jorge Viana, que se refere às proposições do movimento por Eleições Limpas, do qual sou o Relator. O relatório foi considerado lido na reunião da semana passada, foi solicitada vista, o Presidente Vital do Rêgo concedeu vista coletiva, o que significaria que também poderia ser examinado nesta semana.

Ressalto, Presidente Anibal Diniz, que, se examinarmos ainda hoje, da mesma maneira que o Projeto nº 441, poderá ser examinado a tempo de logo o enviarmos para a Câmara dos Deputados. Assim, até o final de setembro, ambos os projetos terão maior chance de serem apreciados e aprovados para poderem ser válidos para as eleições de 2014.

Assim, Sr. Presidente, compreendo que se trata de algo que seria um acréscimo, mas referente ao mesmo tema da reforma político-eleitoral. O Senador Jorge Viana, que está neste instante presidindo a sessão, me transmitiu que está a favor, ele viria para cá logo, logo. Eu, como Relator, acatei também duas emendas do Senador Pedro Taques referentes ao tema. Portanto, sem prejuízo do exame da proposta do PLS nº 441, se for possível, se houver consenso, mesmo que alguns Senadores, porventura, tenham opinião diversa do meu Parecer, acho que pelo menos teríamos a oportunidade de apreciá-lo e votá-lo a tempo. Se for para a Câmara e também for votado até os primeiros dias de outubro, poderá essa nova diretriz, de grande relevância do ponto de vista da reforma político-eleitoral, muito considerada pelo movimento pelas Eleições Limpas, ser considerada já válida para as eleições de 2014.

É o apelo que faço, Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, só para informar: o projeto ao qual V. Ex^a faz referência, o PLS 264, teve o relatório de V. Ex^a lido na última reunião, e foi concedida vista a pedido do Senador Cássio Cunha Lima. Regimentalmente, ele entra em pauta amanhã. Essa matéria entra em pauta amanhã, a não ser que haja uma quebra de interstício.

Pela ordem, Sr. Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Para dar ciência à Mesa de que estou encaminhando novas emendas ao substitutivo que será apreciado e discutido a poucos instantes.

Mas, quanto à solicitação do nobre Senador Eduardo Suplicy, eu lamento discordar pessoalmente e também em nome da Liderança do PSDB. Uma vez que temos uma convocação extraordinária de uma pauta única, amanhã estarei apresentando um voto em separado à proposta e, portanto, não posso aceitar a antecipação da pauta da forma requerida pelo Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, então, tendo em vista essa observação do Senador Cássio Cunha Lima, se for possível colocá-la dentre os primeiros itens da pauta de amanhã – regimentalmente, portanto, e considerando a questão do prazo a que me referi –, dentre os três primeiros itens, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente, Senador Suplicy. A direção da Comissão vai estudar a forma de encaminhar conforme a solicitação de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria fazer um registro que considero importante para todos os membros da Comissão. É que essa matéria é terminativa. Nós vamos votar hoje o segundo turno da matéria.

Mas eu, como autor da matéria e ouvindo já algumas Lideranças, logo após a votação dessa matéria – que eu espero que seja aprovada –, estarei fazendo um recurso para o Plenário e pedindo assinatura de urgência dos Líderes, para que a gente possa discutir e votar, ainda esta semana, essa matéria em plenário; por dois motivos.

Primeiro, para que a gente possa ter a chancela de toda Casa. Essa reforma eleitoral é uma matéria importante. Existem Senadores e Senadoras que não fazem parte da CCJ, e, portanto, a matéria indo para o plenário e estando em regime de urgência, esses Senadores e Senadoras poderão apresentar alguma emenda, que será apreciada também no plenário. Portanto, haverá uma participação, uma transparência e uma decisão política mais efetiva de toda Casa.

Depois, como nós temos prazo para a tramitação desse projeto terminativo, se nós fôssemos aguardar, ele teria que esperar cinco dias na mesa; depois poderia haver o recurso; teria que haver prazo para emenda ao recurso. Ou seja, nós não teríamos... Todo o esforço que nós estamos fazendo na tentativa de encaminhar para a Câmara algo que possa ser votado ainda este ano, até outubro, para que valha no próximo ano, seria de certa forma obstaculizado por conta dos prazos regimentais.

Então, eu quero registrar que, independente do resultado da votação – que eu espero aprovar –, nós faremos um recurso para o Plenário ainda hoje. E eu espero contar com a assinatura de todos os Senadores e Senadoras que quiserem participar desse recurso e também com a assinatura dos Líderes, dando urgên-

cia e, provavelmente, pautando... Vou conversar ainda com o Presidente Renan Calheiros, mas a ideia seria pautar para a amanhã para a gente poder votar essa matéria no plenário e, assim, referendar em nome de toda Casa.

Era esse o registro, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente, Senador Romero Jucá.

A gente vai ouvir agora o parecer do Relator da matéria, o Senador Valdir Raupp, para todas as emendas propostas. Lembrando que chegaram mais duas emendas de autoria do Senador Inácio Arruda, as Emendas de nºs 15 e 16. Então, V. Exª tem a palavra para proceder ao parecer às Emendas de nº 1 a 16, que foram apresentadas ao substitutivo.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, para proceder ao seu relatório em relação às emendas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, já estou em mãos com o relatório pronto das Emendas de nº 1 a 16, mas a informação que tenho é que ainda estão chegando mais algumas emendas. O Senador Cássio protocolou agora pouco. Vou pedir, depois, um pequeno intervalo de uns 10, 15 minutos para eu poder analisar essas emendas que estão chegando agora. Da mesma forma, posso iniciar com essas 16 que tenho em mãos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente. E também está aberta a discussão da matéria para quem quiser opinar a respeito.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir estão inscritos os Senadores Cássio Cunha Lima, Antonio Carlos Rodrigues, Eduardo Suplicy e Sérgio Souza.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Da mesma forma que fiz na semana passada, vou apenas falar o número da emenda, o autor da emenda e o se o parecer é pela rejeição ou pelo acatamento, pela aprovação.

Emenda nº 1, de autoria do eminente Senador Antonio Carlos Rodrigues. Pela rejeição dessa emenda.

Emenda nº 2, de autoria também do Senador Antonio Carlos Rodrigues. Pela rejeição.

Emenda nº 3, também do Senador Antonio Carlos Rodrigues, pelo acatamento. Estamos acatando a Emenda nº 3, do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Emenda nº 4, também do Senador Antonio Carlos Rodrigues, pelo acolhimento.

Emenda nº 5, também do Senador Antonio Carlos Rodrigues, também pelo acolhimento.

Está ganhando aqui, de 3 a 2.

Emenda nº 6, de autoria da Senadora Ana Rita. Pela rejeição.

Emenda nº 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, também pela rejeição.

Emenda nº 8, de autoria da Senadora Ana Rita. Pelo acolhimento. Estamos acatando a Emenda nº 8.

Emenda nº 9, também da Senadora Ana Rita. Estamos acolhendo, estamos acatando a Emenda nº 9.

Emenda nº 10, de autoria do Senador Sérgio Souza. Também pelo acolhimento.

Emenda nº 11, do Senador Romero Jucá, também estamos acatando.

Emenda nº 12, do Senador Romero Jucá, também pelo acolhimento.

Emenda nº 13, do Senador Romero Jucá. Também estamos acatando a Emenda nº 13.

Emenda nº 14, do Senador Romero Jucá. Também pelo acolhimento.

Emenda nº 15, do Senador Inácio Arruda. Pela rejeição.

Emenda nº 16, também do Senador Inácio Arruda, também pela rejeição.

Emenda nº 17, também do Senador Inácio Arruda e da Senadora Vanessa Grazziotin, também pela rejeição.

Emenda nº 18, de autoria do Senador Inácio Arruda. Também pela rejeição.

Eu pediria agora que se quisesse algum dos Senadores que se inscreveram para discutir a matéria ir discutindo enquanto aprecio algumas emendas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, voltarei a consignar os elogios e louvores ao Senador Raupp pela tarefa desempenhada, pelo trabalho realizado, mas, efetivamente, fica extremamente difícil para nós outros acompanhar o que está sendo acatado ou não pela simples referência ao número da emenda.

Acredito que temos um prazo muito exíguo, vamos dar o crédito de confiança que o Relator não apenas merece, mas, mais do que qualquer outra coisa, precisa, para que no plenário possamos fazer o apanhado geral do que está saindo daqui, apenas fazendo o apelo, Senador Raupp, para que as propostas que estarei encaminhando e devem estar chegando para apreciação de V. Exª em poucos instantes...

Elas todas visam apenas aprimoramento. Eu tive esse cuidado muito próprio de detalhes do processo eleitoral em si do transcorrer de uma campanha. Não

traz nenhuma mudança substancial no escopo da legislação. Até porque tanto V. Ex^a como o Senador Romero Jucá já se anteciparam em relação a uma proposta de expansão de ações rescisórias, que deve ser regulamentada por lei complementar, como também a uma polêmica, que eu acredito que esta Comissão não deve levar a cabo, de permissão do pagamento das multas com o Fundo Partidário. O Senador Pedro Taques também já havia se manifestado nesse sentido.

De forma tal que, concordando com a proposta de procedimento sugerida pelo Senador Romero, e confiando, é claro, na competência, na lisura, no trabalho que V. Ex^a vem desempenhando à frente não apenas desta, mas de todas as relatorias sob seus cuidados, as propostas que serão agora encaminhadas estão em consonância com o que acertamos na semana passada. E eu poderia aqui detalhar rapidamente, fazendo um apelo público para que elas possam ser acolhidas, de forma tal que façamos o cumprimento dos prazos, levando a matéria para a discussão mais ampla no conjunto do Plenário do Senado Federal, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Agora, com a palavra, para discutir, o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Cumprimento o Presidente e o Relator. Eu gostaria de esclarecer a minha Emenda nº 1.

Nessa Emenda nº 1, o concessionário ou permissário de serviço público não pode doar. Mas já há várias decisões de primeira instância...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Não, a Emenda nº 1 não foi atendida.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Foi atendida.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Não foi atendida a Emenda nº 1. É apenas para deixar mais clara a Lei nº 9.504, de 1997.

A Emenda nº 2 – eu gostaria que o Relator esclarecesse como é que nós vamos colocar um adesivo de 50cm x 40cm sem sua adaptação em amparos para fixação em superfícies não aderentes.

No Estado de São Paulo, eu não consigo colocar em residência alguma um adesivo em paredes. Eu só vou colocar em porta. Então, é apenas para não pairar dúvidas quanto à colocação desse adesivo. Esse adesivo vai ter que ter um amparo para fixação. Você

não coloca, na periferia de São Paulo, adesivo nenhum em porta nenhuma, em casas de madeira. Ninguém vai deixar colocar um adesivo numa parede em que você vai tirar a pintura.

Isso aí é apenas uma adaptação, não mudaria nada.

Seriam essas duas emendas cuja aprovação eu acho importante.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Senador Antonio Carlos Rodrigues, conversando com os Senadores aqui, nós entendemos que a Emenda nº 1 dá para acolher, até por entender que hoje existem muitas parcerias. A grande maioria das concessionárias tem empresas privadas juntas.

Eu estou acatando a Emenda nº 1.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem.

Senador Jucá, como é que eu vou colocar um adesivo numa casa? Eu vou ter que ter um amparo. Vai ter que colocar em algum lugar. Eu não consigo. Acho que todos aqui sabem que...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Antonio Carlos, o limite é de 50cm x 40cm. O adesivo pode ser menor. Pode ser colocado no vidro, na porta, na parede. O que nós estamos querendo evitar é que esse adesivo de 50cm x 40cm vire uma placa e aí o cara cobre para colocar a placa, o outro cobre para tirar a placa e colocar a do outro. Quer dizer, nós vamos só reduzir o tamanho da placa, se permitir que seja placa. Então, a ideia é que o adesivo seja algo que cole a manifestação do cidadão no carro, na casa, em algum lugar, mas que nós não tenhamos a comercialização de placas da forma como há hoje, na campanha eleitoral.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Mas, Senador Jucá, não vai deixar de ser uma placa. A única coisa é que você não coloca nem adesivo na periferia de São Paulo. Onde vou colocar um adesivo? Só se eu colocar um adesivo pequeno. Um adesivo de 50cm x 40cm eu não consigo colocar em lugar nenhum.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pode ser cartaz, pode ser adesivo menor. Na verdade, o que a gente está querendo evitar é a placa. Na verdade, a placa é um processo hoje de comercialização que cria muita distorção nas disputas eleitorais.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Retiro o meu destaque de votação dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Agora com a palavra, para discutir, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Questão de ordem para o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Uma dúvida, com fundamento no art. 403, combinado com o art. 132. Esse relatório é um novo relatório. Todas essas emendas apresentadas até agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente...

Novas emendas: isso não suscitaria um novo pedido de vista?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Estamos apresentando as emendas ao substitutivo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Ao substitutivo no turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E em apreciando o substitutivo, é cabível, sim, pedido de vista.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não vi essas emendas aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Foram distribuídas agora, neste instante? *(Pausa.)*

Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Está bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, quero me referir a um dos aspectos do projeto do Senador Romero Jucá e do parecer referente à transparência de doações e gastos (art. 28, §4º, da Lei nº 9.504, de 1997).

Essa minirreforma eleitoral repete algo que me parece um aspecto muito conservador a que assisti por ocasião do debate da minirreforma eleitoral em 2009. Não se propõe a divulgação, em tempo real, das arrecadações e dos gastos de campanha. Os contribuintes permanecem ocultos, posto que se exige a indicações dos nomes dos doadores e os respectivos valores somente na apreciação final de contas, de que tratam os

incisos 3º e 4º do art. 29 desta lei. Ou seja, a opinião pública, os eleitores, só poderão saber, se continuar dessa forma, quais foram os doadores e respectivos valores após a realização das eleições. Acho que um dos aspectos mais importantes do aperfeiçoamento da democracia é que possamos todos nós, a opinião pública, os eleitores, os meios de comunicação, saber a natureza das contribuições para cada partido, coligação e candidato. Eis por que será examinado ainda no plenário, conforme a própria sugestão do Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá, já que V. Exª propôs que possamos examinar em plenário, onde ainda poderão ser apresentadas emendas... Tenho um projeto de lei que tramita sobre esse tema. Como o assunto, se apreciado e votado neste dia, poderá valer para as eleições de 2014, apresentarei proposta nesse sentido, transparência em tempo real, no momento em que for votado em plenário, conforme o Senador Romero Jucá propôs, no dia de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, para discutir, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente gostaria, Senador Valdir Raupp, de dizer que V. Exª é realmente um guerreiro. Acabaram de chegar aqui mais dez emendas para serem analisadas. Já estamos na 27, na 28. Eram, no início da discussão, 11, salvo engano. Se nós não encerrarmos a discussão, vamos ter mais dez em instantes. Mas isso é o reflexo de que não fizemos nosso dever de casa.

Estamos aqui no Senado há dois anos e meio discutindo sempre a questão da reforma política e o que estamos fazendo é um remendo razoável para tentar trazer ou fazer as próximas eleições mais transparentes e com diminuição de custo. No entanto, a proposta original tinha alguns poucos artigos. Já estamos em dezenas de dispositivos alterados, e deve aumentar. Agora, com a iniciativa de levar ao plenário, vão poder ser apresentadas novas emendas, inclusive em plenário, abre essa discussão toda.

Mas eu acredito, Sr. Presidente, todos Srs. e Srªs Senadores, que nós estamos pelo menos fazendo alguma coisa. Não estamos deixando de fazer, porque a sociedade tem reivindicado, há muito, mais celeridade, mais transparência, uma eleição mais justa, uma eleição que privilegie o bom candidato, aquele que realmente defende as causas em favor do cidadão.

Então, eu gostaria de fazer esse registro, agradecer, mais uma vez, o Senador Valdir Raupp, por ter acatado a minha emenda a esse substitutivo, que

trata da exclusão, ou da não permissão de enquetes no período eleitoral. Nós sabemos a confusão que há nos pequenos e médios Municípios brasileiros – enquetes publicadas diariamente em *blogs*, em jornais semanais, inclusive em periódicos construídos somente para o momento da eleição. Isso realmente traz uma insegurança para a lisura de um processo eleitoral. Agora, a permissão de pesquisas, sim, e as enquetes que ocorram antes do período eleitoral. Aí, sim, todos têm o seu direito de sondar, inclusive os veículos de comunicação, como está a movimentação.

Era esse o meu registro, Sr. Presidente. Muito obrigado. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, demais Senadores aqui presentes, primeiramente, eu quero aqui ressaltar a importância do acolhimento às duas emendas que eu fiz – a Emenda nº 8 e a Emenda nº 9. As duas emendas tratam do Fundo Partidário – a importância de não se utilizar os recursos do Fundo Partidário para pagamento de multas. Nós sabemos que o Fundo Partidário foi concebido para fortalecer os partidos políticos, para contribuir com a sua organização, e utilizar recursos do Fundo Partidário, que são recursos públicos, para pagamento de multas relativas a atividades que contrariam a lei, que contrariam a legislação em vigor, seria um desvirtuamento da sua finalidade. Então, eu quero aqui ressaltar o acolhimento dessas duas emendas.

No entanto, eu quero aqui fazer um apelo, ao Relator, o Senador Valdir Raupp, para que reveja a sua posição no sentido de também acolher a Emenda nº 6. Por que eu digo isso? Porque, do Fundo Partidário, 20% são destinados para as fundações ou institutos de pesquisa que são ligados aos partidos políticos. E, desse recurso destinado às fundações e também aos institutos de pesquisa, se ele não for utilizado integralmente, a emenda que eu apresento diz que a sobra desse recurso deverá ser destinado para a formação de mulheres.

Nós consideramos isso altamente importante, porque um dos grandes entraves na formação feminina se dá justamente pela falta de recursos financeiros, pela falta de recursos para a formação e promoção da participação política das mulheres. Então, esses recursos destinados às fundações, eles não sendo utilizados em sua plenitude, o que sobra, na nossa opinião, é fundamental que seja destinado à formação de mulheres.

Então, gostaria de fazer esse apelo ao Senador Valdir Raupp, para que também acolha essa emenda. Só para esclarecer mais um pouco: hoje, parte dos

recursos (5%) é destinada à formação de mulheres. Então, na verdade, nós poderíamos acrescentar esses recursos, ampliá-los, para que a maioria das mulheres que têm disposição de participar da vida política, da vida partidária, tenham oportunidade de se preparar, capacitar-se e assim participar inclusive dos processos eleitorais.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Para debater a matéria, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo. PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, apenas para reforçar algumas das preocupações que já tive oportunidade de apresentar nas duas mais recentes reuniões desta Comissão.

Primeiro, essa ideia de que é necessário termos uma reforma política efetiva. Como tive oportunidade de dizer, estamos agora apenas fazendo uma pequena ação cosmética na legislação político-eleitoral do País para 2014. Portanto, diferentemente do que muitos têm dito, os órgãos de imprensa e tal, há decisões aqui que são importantes, principalmente as que dizem respeito à redução dos gastos de campanha.

Portanto, há as propostas que apresentei no sentido de eliminarmos definitivamente essas chamadas plaquetas, que são colocadas no meio da rua, e quando um candidato coloca, obriga o outro a colocar também. Aí se estabelece um círculo vicioso em busca de um material que é extremamente caro. Essa é uma das preocupações que eu havia colocado e que não se limitasse somente ao espaço privado, mas ao espaço público.

Aliás, essa proposta de acabar com a permissão de pintura de muros e de colocação de placas em lugares privados sem dúvida já vai eliminar uma das maiores distorções que as campanhas eleitorais têm no Brasil, que é o leilão de muros, de quintais. Enfim, não só encarecendo esse processo como muitas vezes gerando dificuldades para justificar o tipo de gasto que está ali feito.

Mas eu queria salientar a proposta que apresentei em relação a essa questão da contratação de mão de obra nas campanhas eleitorais e que o ilustre Relator não acatou. Eu voltaria a insistir. Ele acatou em parte, não é? Mas volto a insistir. Essa é, sem dúvida, uma das maiores distorções que há. Primeiro, em eleição, hoje em dia, praticamente não existem mais militantes, não há uma busca dos candidatos, dos partidos; em trazer aquele apoio voluntário, em mobilizar as pessoas que acreditam naquela proposta, que são substituídas por essas pessoas que são contratadas.

Segundo, como não há qualquer tipo de limitação a essa contratação, nós temos visto episódios, que são absolutamente surreais, de candidatos que contratam mais gente do que a quantidade de votos que é necessária para Elegê-lo. É verdade. Isso é verdade! Existem vários casos.

Então, eu creio que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Só para ilustrar um exemplo, caríssimo Senador Humberto. Em Estados como Amapá e Roraima, o meu Estado, e em Rondônia também, Deputado Estadual é eleito com seis mil, sete mil, oito mil; Deputado Federal é eleito com dez mil votos. É simples, basta contratar o mesmo tanto de cabo eleitoral. Contrata o mesmo tanto de cabo eleitoral e está eleito!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo. PT – PE) – Exatamente. Isso aí acontece.

É verdade que o que está sendo proposto é uma limitação, mas o certo é que nós acabássemos com isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo. PT – PE) – Antigamente eram os militantes que faziam isso aí. Nós temos que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo. PT – PE) – Não, mas não tem tanto militante que foi para a rua defender tantas coisas? As pessoas não estão tão desiludidas assim com a política, não. Acho que, se nós tomássemos essa iniciativa...

A minha proposta era no sentido de definir claramente o que poderia ser objeto de contratação de mão de obra – consultorias, enfim, coisas assim –, e não termos mais essa figura do chamado militante pago.

Bom, como não vai ser feito agora...

Mas fica aqui meu apelo, e vamos viver isso novamente, vamos poder acumular mais experiência ainda com esse fato, que, em uma próxima mudança que venhamos a fazer na lei eleitoral, incluamos definitivamente a eliminação desse tipo de custo de campanha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Raupp, V. Ex^a tem direito à palavra a todo momento. Agora, nós temos um único inscrito, que é o Senador Antonio Carlos Valadares. Acho que podemos ouvi-lo primeiro, para, depois, ter o seu parecer final.

Então, com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu quero fazer coro às palavras do Senador Humberto Costa, de vez que a contratação de trabalhadores

substituindo a militância a meu ver – desculpem-me o relator e o autor –, em muitos lugares, é uma verdadeira compra de votos. Quem tiver mais condições de contratar trabalhadores mais possibilidade tem de se eleger.

Então, veja: eu achava que era melhor acabar com essa contratação. E o inusitado tem acontecido, por exemplo, de pessoas que não foram contratados e chegam perante o juiz, depois da eleição, dizendo que trabalharam na campanha de a ou b e não receberam o salário. Aí o juiz pergunta: – Venha cá, você foi contratado por qual comitê? E ele diz: – Não, eu encontrei com o candidato no meio da rua e ele me entregou uns cartazes e aí eu passei a trabalhar para a campanha do candidato. Então, eu acho que gera até a desfaçatez, a mentira e a própria fraude de pessoas que não trabalharam e querem receber de qualquer forma.

Então, Presidente, eu vou votar na proposta, mesmo porque algumas emendas muito importantes foram aprovadas, e quero destacar que uma delas se refere à coligações partidárias, no que diz respeito à responsabilidade solidária: partidos políticos entram numa eleição e fazem uma aliança de, vamos dizer, cinco ou seis partidos, e um candidato, num determinado município mais longínquo, cometeu uma irregularidade, uma fraude, ou seja, recebeu uma multa do Poder Judiciário, da Justiça Eleitoral, não pagou, e eu que sou de outro partido e não tenho nada a ver com a irregularidade que aquele candidato cometeu lá naquele município, eu tenho que ser responsável por essa multa também, caso ele não pague.

Então, estou apresentando uma emenda, que foi aceita pelo relator, dizendo o seguinte: que a responsabilidade, nesse caso, não é solidária e o responsável é o partido político a que pertence o candidato.

E outra coisa: carro de som, até agora ninguém diz o que é carro de som. Não, carro de som. O que é carro de som? O que é minitrio? Até hoje ninguém nunca disse, na lei eleitoral.

E nós estamos colocando aí, consultando técnicos de som, que até 10.000 watts, um veículo motorizado que use o carro de som com um som de até 10.000 watts é um carro de som; entre 10.000 watts e 20.000 watts, já é um minitrio; e, acima disso aí, é um trio elétrico. E a circulação tem que obedecer a legislação, ou seja, não pode ultrapassar 80 decibéis de pressão sonora, porque, do contrário, estará contra a própria comunidade.

De forma que quero agradecer ao relator por ter aceitado essas duas emendas. E é uma pena que, apesar dos esforços aqui desprendidos pelo Senado Federal, nós não façamos uma verdadeira reforma política, envolvendo assuntos importantes que nós dis-

cutimos aqui e que não foram levados em conta pela Câmara dos Deputados, a exemplo do voto distrital, a exemplo da lista belga, que foi aprovada por parte lá na Câmara dos Deputados, e o financiamento público de campanha.

Mas eu votarei favorável ao projeto do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, primeira consideração, é a óbvia, já foi feita aqui na reunião anterior. É lamentável nós estarmos, aqui, no debate dos temas cosméticos, debatendo o derivado, o cavalete; estamos debatendo os temas de reforma eleitoral, mas o tamanho da placa, os centímetros da placa, o que não vai alterar a estrutura. Preferiria que nós debatêssemos a estrutura do sistema político brasileiro, o sistema de financiamento de campanha, que é o que corrompe, que é a mãe de todas as corrupções do sistema político brasileiro, que é o sistema de financiamento. Enquanto tiver financiamento privado, nós vamos ter corrupção no sistema político brasileiro. Esse é o centro, é o eixo do debate que vamos ter, mas é o que estamos debatendo. E eu não sei – sou cético – se daqui nós vamos avançar muito, mesmo que seja aprovado aqui, indo para o plenário do Senado, se do plenário do Senado, a Câmara ainda vai votar alguma coisa.

Mas continuamos a debater cosmético e assim nós estamos indo desde a Constituição de 1988. Não fizemos nenhuma reforma política, clara e concreta na estrutura política brasileira. Aliás, fizemos. A única reforma política feita na estrutura política brasileira foi feita por iniciativa popular, que foi, Senador Pedro Simon, a Lei da Ficha Limpa. Foi a única mudança feita na estrutura. Foi essa. Fora essa, e agora, por mobilização popular também.

Eu espero que a gente avance no fim do voto secreto, aprovado aqui, mas, também, mais por consequência dos nossos erros, no Congresso, e da pressão de fora do que, de fato, pelos nossos méritos. Pelos nossos méritos, avançamos pouco. E nós podemos até avançar mais.

O Senador Humberto apresenta uma iniciativa, poderíamos avançar mais. Ora, por que nós não acabamos com essa figura que existe, a do cabo eleitoral? Que é uma figura que já teve até a situação esdrúxula, em campanhas eleitorais, de constituir – já ouvi falar, Senador Humberto – sindicato de cabo eleitoral, sindicato desse pessoal que é pago, associação de cabo eleitoral. Mas é isso. De tão esdrúxulo e absurdo que é isso.

Mas é que também o ridículo é feito porque acabamos dando margem para o ridículo. O ridículo só existe porque a gente acaba dando margem para que o ridículo exista, para que o ridículo ocorra.

Nós poderíamos dar um passo importante. Eu não estou falando da produtora de campanha, que essa, sim, tem que ter o trabalho remunerado, mas eu estou falando daquele que é contratado para a campanha, aquele que trabalha na campanha no dia a dia, que tem que ser um militante da campanha, que tem e precisa ser um militante da campanha.

Eu acho que, e eu já me antecipo, vou pedir destaque a esse tema. Sei que o Relator, o nobre Relator, o Senador Romero, acatou em parte a proposta do Senador Humberto, mas já peço destaque para essa votação em separado, porque eu queria que fosse acatada, eu queria propor que fosse acatada a proposta do Senador Humberto na sua integralidade. Eu queria sugerir que fosse acatada a proposta do Senador Humberto como ela foi apresentada, na íntegra, ou seja, extinguindo qualquer possibilidade de contratação.

Apresentamos também, Sr. Presidente, outra proposta de emenda de sugestão – já foi apresentada aqui pela Senadora Ana Rita, e me parece que foi acatada – que é em relação ao pagamento de multa com fundo partidário, que já foi retirada. Exulto e cumprimento o Senador Romero por isso, porque seria inadequado.

Apresentei emenda também. Parece-me que o ideal seria manter o texto da Lei nº 9.504, no que se refere à participação de pré-candidatos em entrevistas. A Lei nº 9.504 traz uma cláusula de proteção ao cidadão, uma proteção ao abuso do poder eleitoral. Imagine um candidato, e não são poucos, que é dono de uma concessão de rádio e de televisão. Ele vai dar quantas entrevistas quiser na sua concessão de rádio e televisão como candidato e pedindo votos. Mas, na modificação que propôs, o pré-candidato pode pedir voto. Foi alterado isso, não pode pedido de voto.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Parlamentar Minoria/PSDB – PB) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois não, Senador Cássio, eu lhe ouço.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Parlamentar Minoria/PSDB – PB) – Senador Romero, Senador Raupp, esse item, mais uma vez, me chama muito a atenção porque, concordando com a preocupação do Senador Randolfe, a Lei estabelece o critério do tratamento isonômico para quem detém concessões de rádio e televisão, o que não é o meu caso, para que não possa ter vantagem sobre quem não as possui, mas é simplesmente um absurdo você permitir que um candidato apresente as suas propostas, a sua plataforma

ma, mas esteja na lei, de forma expressa, vedado pedir votos. O pedir votos passa a ser um elemento subjetivo ao olhar de cada juiz. Não quer dizer que o candidato ou o pré-candidato tenha de usar a expressão *peço o seu voto*. Você tem várias formas de pedir o voto.

O que tem acontecido na prática, nessa judicialização que ocorre no processo eleitoral brasileiro, é que cada vez mais a justiça decide quem deve ou não ser candidato. Trago o caso concreto de um postulante à prefeitura da cidade de Piancó, por onde passou, inclusive, a Coluna Prestes. O pré-candidato, na entrevista, cometeu um, digamos, deslize verbal na construção de uma frase e ficou subentendido que ele estava pedindo votos. Isso foi suficiente para que a candidatura dele fosse negada pela justiça. Isso é um absurdo!

Estamos tutelando a tal ponto o eleitor que daqui a pouco quem vai decidir quem pode ou não ser candidato é somente a justiça, ferindo o princípio elementar da soberania do voto. O povo tem de ser soberano nas suas escolhas, o povo tem de ter liberdade para as suas escolhas. Não estou me referindo a Ficha Limpa, a bandidos, a criminosos, a corruptos, a sequestradores. Não estou falando dessa gente, que tem de ser banida de vez da vida pública. Estou me referindo a um cidadão que tem uma vida limpa, mas que comete um escorregão verbal numa entrevista, pede votos nessa entrevista e simplesmente é impedido de disputar uma eleição, como aconteceu em casos concretos.

Senador Pedro Simon, por favor.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Nós estamos argumentando essa questão que V. Ex^a apresenta. No entanto, o Senador Suplicy entrou com uma representação, da qual sou relator na Comissão de Justiça, porque a Constituição diz claramente que não pode ter rádio, jornal ou televisão, político, deputado. Então, estamos aqui discutindo se está sendo usado ou não, mas ele não pode ter. Cá entre nós, aqui no Congresso está cheio de Senadores e Deputados que têm muitas rádios, muitas estações de televisão, muitos jornais e sobre isso nós não falamos nada. Então, vamos falar sobre uma coisa secundária e vamos deixar de falar do principal, que o cidadão é o dono da rádio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Parlamentar Minoria/PSDB – PB) – Perfeito, Senador Simon, o Senhor tem toda razão. Apenas apresentei, Senador Raupp, uma emenda. Não sei se o Senador Randolfe está compreendendo o que eu quis transmitir. Quando você permite que alguém possa ir a uma entrevista, na condição de pré-candidato, defender seu programa de governo, suas propostas, sendo vedado pedir votos, você termina transferindo para o juiz de 1º grau um poder que é incomensurável.

Eu já me vi nessa situação. Vou fazer uma entrevista, começo a fazer a construção de raciocínio, mas de repente paro e digo que vou ter que parar, porque não posso pedir votos ou peço votos de forma indireta. Alguém que, por acaso, cometa o deslize verbal e escorregue pedindo voto, tem uma pena capital, uma pena extremamente exagerada: é impedido de disputar eleição. Minha gente, isso é um exagero! A gente não pode retirar do eleitor a sua faculdade soberana de escolher os seus representantes. Que nós tenhamos os cuidados, e já foram aqui adotados, para realizar exclusões das disputas eleitorais, a partir do que se via, sobretudo, no Rio de Janeiro, de onde vem a Ficha Limpa! A Ficha Limpa nasce no Rio de Janeiro com as milícias ocupando os cargos na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, sequestradores, traficantes, bandidos verdadeiros, que oprimiam a população e se elegiam por força da violência e dos mecanismos todos.

Agora, chegamos ao ponto em que se transfere à Justiça o poder subjetivo de um juiz decidir o que é e o que não é pedido de votos, como a Lei está, é um absurdo! A gente não respeita o eleitor brasileiro, não respeita a cidadania deste País e transfere ao Poder Judiciário, que, na sua esmagadora maioria, é formado, eu não tenho dúvida, por homens e mulheres de bem, mas poder judiciário nenhum pode substituir o povo na sua soberania de escolher os seus representantes. Cada vez que criamos mais restrições, criamos mais avaliações subjetivas, nós retiramos do povo, retiramos da sociedade a capacidade de escolher soberanamente os seus representantes e deslocamos para o âmbito do Poder Judiciário, o que me parece um absurdo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Querido Cássio, entendo a ponderação, mas acredito que seja necessário estabelecer o parâmetro.

No meu entender, na legislação originária, na Lei nº 9.504, quando o legislador estabelece o não pedir voto, o limitador de não pedir voto é estabelecer um parâmetro para que não tenha o abuso. É lógico, e não quero entrar, que do que é dito pelo legislador para a subjetividade do juiz, em qualquer caso e circunstância, há sempre uma distância enorme. Sendo colocado o pedido de voto ou não sendo colocado, sempre haverá um espaço enorme para a subjetividade.

A minha preocupação, Presidente, é termos o parâmetro para que não existam abusos. A minha preocupação é que quanto mais flexibilizamos a legislação, quanto mais liberalizamos, acabamos beneficiando quem tem o poder econômico, acabamos beneficiando quem tem mais meios e mais mecanismos durante o processo eleitoral, durante o período eleitoral.

Sr. Presidente, em relação a isso, acho que é necessário mantermos o texto que está previsto na legislação originária, Lei nº 9.504. Temos as Emendas nºs 29, 30, 31, 32 e 33, e quero apresentar destaque em especial à Emenda apresentada pelo Senador Humberto no que tange à contratação de cabos eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Randolfe.

Peço a gentileza de v. Ex^a formalizar à Mesa o pedido de destaque.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Antes de o Relator concluir o seu relatório das outras 85 emendas que acabaram de chegar... (*Risos.*)

Quase isso, não é? (*Risos.*)

Para não fazer mais uma emenda, quero fazer uma reflexão sobre o art. 37, § 2º.

O § 2º original diz assim: “em bens particulares, independentemente de autorização, ficam liberadas determinadas propagandas”. Esse é o texto original. A alteração, que já foi acatada por emenda pelo nobre Relator, diz “em bens públicos e particulares”. Ele inverte – o que era permitido, ele dizia inclusive os tamanhos, passa a ser proibido –, mas em bens públicos sempre é proibido.

Então, estou requerendo ao relator que, no seu relatório, suprima a palavra “bens públicos”, deixando só “em bens particulares”, e tire a parte final do texto do § 2º, que diz “exceto na forma do disposto no § 3º”, porque, no § 3º, do 38, só é permitido adesivo de 40 cm. Isso quer dizer que está proibido todo ou mais, inclusive uma bandeirinha na casa do cidadão. Então, se tirar a parte final, fica proibido o quê? Fica proibido faixa, placa, pintura, inscrições, cavaletes, bonecos, mas os demais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É permitido.

Então, eu peço ao relator supressão da parte final do § 2º, do art. 37.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o relator, Senador Valdir Raupp, para proceder ao seu parecer.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero me inscrever para discutir a matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acatada a sugestão do Senador Sérgio Souza.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Rollemberg.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acho melhor ouvir o Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vamos ouvir o Senador Rollemberg e, logo em seguida, passar a palavra ao Senador Raupp para que ele possa proceder ao relatório das emendas.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, uma questão prática. Seria muito importante que fosse distribuído para todos os Senadores o conjunto das emendas apresentadas com os respectivos números para que possamos acompanhar o parecer do relator. São muitas emendas e, se não houver essa distribuição prévia e com a devida numeração das emendas, não teremos como acompanhar o parecer do relator.

Quero cumprimentar o Senador Jucá pela proposta de levarmos essa matéria ao Plenário, para dar oportunidade, amanhã, de que todos os Senadores possam discuti-la.

Quero colocar algumas questões, algumas ponderações em relação a algumas emendas que apresentei.

A primeira delas diz respeito ao pagamento de multas com recursos do fundo partidário. Não me parece uma boa medida essa. (*Pausa.*)

Já foi retirada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Assunto já resolvido, Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Desculpe, mas quero cumprimentar, então, o relator. Acho que é uma medida adequada retirar.

Outra questão são os recursos das fundações.

As fundações, Sr. Presidente, desempenham um papel importantíssimo na formação política dos militantes, na formulação de políticas públicas para os partidos políticos. Portanto, não me parece uma boa medida definir que, ao final do exercício, os recursos não utilizados pela fundação possam voltar para utilização pelo partido, porque isso, na prática, poderá induzir alguns partidos a não utilizar as suas fundações, não trabalhar o processo de formação política, de qualificação dos seus quadros, de discussão de políticas públicas. Isso me parece que empobrecerá o debate político. Portanto, eu faço esse apelo aqui ao relator dessa matéria.

Eu poderei estar incorrendo em equívocos, em função de que não vi o parecer da parte inicial do re-

lador, mas me parece que, salvo engano, o art. 2º, do substitutivo, trata de matérias que têm que ser tratadas em projeto de lei complementar. São matérias que estão previstas no Código Eleitoral. Nesse sentido, nós estamos apresentando uma emenda supressiva para essa matéria. Embora concordemos com o mérito, nós entendemos que esse projeto poderá ter vício de constitucionalidade, em função de que é matéria de lei complementar e está sendo tratada por lei ordinária.

Por fim, Sr. Presidente, e já tinha feito essa ponderação ao relator na semana passada, eu entendo que, além de permitir mesas para distribuição de materiais e também bandeiras que não atrapalhem o livre trânsito das pessoas, nós devemos autorizar o uso dos bonecos. Também temos que tomar um pouco de cuidado para não transformar as campanhas eleitorais em algo enfadonho. Não me parece que isso seja um gasto caro, excessivo. Se o objetivo desse projeto é a redução dos gastos, não vejo incompatibilidade alguma.

Por enquanto, são essas as ponderações que faço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp para seu relatório final.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, antes de iniciar, queria estabelecer aqui um acordo de procedimento. Daqui a pouco, pode começar a Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal. Se a gente não parar de apresentar emendas, vamos comprometer a votação hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Podem entrar mais emendas ainda. Vamos ficar aqui a tarde inteira analisando e discutindo emendas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, temos que fazer o entendimento aqui de não haver mais inscrição para discussão e, ao mesmo tempo, de não serem mais apresentadas emendas, senão o Senador Raupp não vai ter condição de fazer o seu parecer.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Emenda nº 19, rejeitada, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Emenda nº 20, também do Senador Rodrigo Rollemberg, atendida. Essa emenda já está atendida.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, solicito a cópia das emendas, senão não tem como a gente acompanhar. *(Pausa.)*

Eu não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Essas emendas foram apresentadas, a sua maioria, exatamente neste momento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Emenda nº 20, atendida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Raupp, é possível dizer o número da emenda e só a proposição para posicionar os demais Senadores?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu estou lendo com calma. Cada autor tem cópia da emenda. Então, cada autor pode analisar qualquer emenda que está sendo rejeitada ou acatada.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, mas não é só os autores. Todos os Senadores têm do direito de conhecer as emendas de todos. Nós não podemos votar assim uma matéria dessas. Precisamos ter... Ou o Relator lê o teor da emenda para que a gente tenha conhecimento... Agora, se ele for apenas dizer o número da emenda, nós precisamos receber a emenda numerada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeito.

Para simplificar, Senador Raupp, se possível, o número da emenda e o teor, só para orientar o conjunto dos Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pode ser um resumo do teor da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Um resumo. Exatamente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Emenda nº 20, já atendida:

Modifique-se do rol de dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a serem alterados, na forma do art. 3º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, a redação dada ao § 5º do art. 6º.

Emenda do Senador Rodrigo Rollemberg, atendida. Já estava atendida no relatório.

Emenda nº 21, do Senador Cássio Cunha Lima – “Suprima-se o parágrafo único do art. 26, trazido no art. 3º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012” –, rejeitada.

Emenda nº 22, do Senador Cássio Cunha Lima: Dê-se ao art. 2º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, a seguinte redação:

Art. 2º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações...

Eu teria que ler todas as alterações. Rejeitada. Emenda nº 23, do Senador Cássio Cunha Lima, acatada.

Dê-se ao art. 3º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, a seguinte redação:

(...)

A realização de comícios e a utilização de aparelhagem de sonorização fixa são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e 24 (vinte e quatro) horas, com exceção do comício de encerramento de campanha, que poderá ser prorrogado por mais 8 (oito) horas.

Atendido.

Emenda nº 24, do Senador Cássio Cunha Lima, também acatada.

Na veiculação das inserções é vedada divulgação de mensagens que possam degradar ou ridicularizar candidato, partido ou coligação, aplicando-se-lhes, ainda, todas as demais regras aplicadas ao horário de propaganda eleitoral, previstas no art. 47.

Emenda nº 25, do Senador Cássio Cunha Lima, rejeitada – “Dê-se ao texto substitutivo do PLS nº 441, de 2012, na redação que altera a Lei nº 9.504, de 1997, a seguinte redação:”

Emenda nº 26, do Senador Romero Jucá, acatada.

As mídias com as gravações de propaganda eleitoral no rádio e na televisão serão entregues às emissoras, inclusive, nos sábados, domingos e feriados, com antecedência mínima:

I – de seis horas no horário previsto para o início da transmissão, no caso dos programas em rede;

II – de doze horas previsto para o início da transmissão, no caso das inserções.

Emenda nº 27, prejudicada.

Suprimam-se do rol dos dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, a serem alterados, na forma do art. 1º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, a alínea “j”, do inciso I, do art. 22; a alínea “h”, do inciso I, do art. 29; e o art. 282-B.

Emenda nº 28, do Senador Rodrigo Rollemberg, acolhida.

Suprima-se do rol dos dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a serem alterados, na forma do art. 2º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, o inciso VI, do art. 44.

Acolhida.

Emenda nº 29, do Senador Randolfe Rodrigues, acolhida.

Suprima-se o inciso VI do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, constante do art. 2º do substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.

Emenda nº 30, do Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição.

Suprima-se a alteração ao inciso I do art. 36-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, constante

do art. 3º, do substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Lei do Senado nº 441.

Emenda nº 31, do Senador Randolfe Rodrigues.

Suprima-se a alteração ao art. 37 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, constante do art. 3º do substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.

Também pela rejeição.

Emenda nº 32, do Senador Randolfe Rodrigues – “Suprima-se o art. 4º do substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012.” – , pela rejeição.

Emenda nº 33, do Senador Randolfe Rodrigues, prejudicada, porque já foi acolhida.

O § 5º do art 6º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, constante do art. 3º do substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Emenda nº 34, do Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição.

O inciso IV do art. 51 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, constante do art. 3º do substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Emenda nº 35, também prejudica.

O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, constante do art. 3º do substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 56.

§ 1º No período de suspensão a que se refere este artigo, a emissora transmitirá a cada quinze minutos, de forma intercalada, a informação de que se encontra fora do ar por ter desobedecido à lei eleitoral, bem como mensagem da Justiça Eleitoral de orientação ao eleitor.

Emenda nº 36, do Senador Cássio Cunha Lima, acatada – “Inclua-se, no art. 3º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, um parágrafo único ao art. 57-H, da Lei nº 9.504, de 1997, com a seguinte redação:”

Emenda nº 37, do Senador Rodrigo Rollemberg.

Suprima-se do rol dos dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a serem alterados, na forma do art. 3º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, o parágrafo único do art. 55.

Também pela rejeição.

Emenda nº 38, do Senador Rodrigo Rollemberg, pelo acolhimento.

Modifique-se do rol dos dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a serem alterados,

na forma do art. 3º do Substitutivo do PLS nº 441, de 2012, a redação dada ao § 9º do art. 11.

Emenda nº 39, do Senador Romero Jucá, acatada.

Os gastos com passagens aéreas efetuadas pelo partido político serão comprovados através do bilhete eletrônico ou da declaração de embarque emitida pela empresa aérea via internet, juntamente com a fatura e duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, sendo vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim.

As agências estavam querendo cópia física do bilhete.

Emenda nº 40, do Senador Romero Jucá, também acatada – “Os gastos com passagens aéreas efetuadas pelas campanhas eleitorais serão comprovados através de bilhete eletrônico”. Da mesma forma.

Emenda nº 41, do Senador Romero Jucá, também acatada: “Inclua-se, no art. 3º do substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, a seguinte alteração na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997”.

Emenda nº 42, do Senador Rodrigo Rollemberg, também acatada.

Modifique-se do rol do dispositivo da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a serem alterados, na forma do art. 3º do Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012, a redação dada ao § 6º do art. 37.

Acatada a Emenda nº 42.

É o relatório das emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Agora entramos em regime de votação do Substitutivo do Senador Valdir Raupp ao Projeto de Lei apresentado pelo Senador Romero Jucá. A votação é nominal.

Vamos votar o substitutivo no turno suplementar...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Vamos votar o substitutivo no turno suplementar e só depois vamos ter as emendas, os requerimentos de destaque.

Como vota o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Como vota a Senadora Ana Rita? *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, só uma pergunta: ressaltados os destaques. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente, e com o autor..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Como vota o Senador Pedro Taques? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Inácio Arruda? *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator e com o autor..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon, como vota? *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o autor e o coautor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator, mas aqui realçando que há um destaque de uma emenda que eu julgo ser de extrema importância, que trata exatamente da modelagem de contratação. Eu continuo insistindo que esse é um ponto que nós devíamos atacar para acabar, de uma vez por todas, com a legalização da compra de votos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, só queria que, ao final, V. Ex^a destacasse e explicasse ao Plenário, esclarecesse ao Plenário, qual é o número desse destaque a que o Senador Walter Pinheiro acabou de se referir.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Deixe-me fazer apenas um comentário sobre essa questão.

No nosso relatório, uma cidade de 30 mil pessoas só vai poder contratar 300 pessoas. No passado, podia contratar 10 mil, 20 mil, não havia limite.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Contrata mais de 300 hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Veja bem: aí vão cometer crimes, porque muitos cabos eleitorais vão se pagos e não registrados. Hoje são registrados. Aí vão trabalhar sem registro, vão usar caixa dois para fazer campanha política.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em processo de votação. Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Como vota o Senador Francisco Dornelles? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg? *(Pausa.)*

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com o Relator, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Humberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp tem o voto conhecido.

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

O Senador Paulo Davim, com o Relator.

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Senador Ciro Miranda. *(Pausa.)*

Senador Gim. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi, como vota?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator e os Autores.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, o meu voto é com o Relator, mas com ressalvas; com ressalvas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente.

Concluída a votação, o substitutivo foi aprovado por unanimidade.

Agora, vamos aos requerimentos de destaque.

Proposição de requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg.

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda nº 19, ao substitutivo, ao PLS nº 441, de 2012.

Em discussão o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Então, em votação.

Aprovado o requerimento.

Requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda nº 30-CCJ, apresentada ao PLS nº 441, de 2012, em turno suplementar.

Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Agora, vamos à votação das emendas ao substitutivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu proponho que nós possamos fazer duas votações: uma, para as emendas com parecer favorável; e outra para as emendas com parecer contrário, para que pudéssemos efetivamente dar celeridade ao processo de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, vamos fazer a votação da seguinte forma: as emendas que tiveram parecer favorável do Sr. Relator e as emendas contrárias, já ressalvados os destaques, para os quais foram aprovados agora o requerimento. Perfeito? *(Pausa.)*

Então, em votação as emendas que tiveram parecer favorável do Sr. Relator, Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Consulto aos Srs. Senadores se podemos repetir a votação do substitutivo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – É para um esclarecimento. Ficou confuso para a minha limitada capacidade intelectual. A votação do substitutivo já foi feita e foi aprovado o substitutivo por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agora, votam-se emendas que foram destacadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agora, são as emendas que tiveram parecer favorável...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – As que foram apresentadas no segundo turno.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Ah, no segundo turno. São as emendas com parecer favorável? Está entendido.

O SR. EDUARDO SUPICY (Bloco Apoio PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPICY (Bloco Apoio PT – SP) – Seria de assinalar que eu voto com ressalvas no substitutivo, Sr. Presidente, porque precisei me ausentar por um período.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está feito o registro do voto de V. Ex^a.

Eu consulto os Srs. Senadores se podemos repetir, para as emendas que tiveram parecer favorável do Sr. Relator, a mesma votação, em que foi colhido o voto nominal. *(Pausa.)*

O.k. Aprovadas todas as emendas com parecer favorável.

Agora, em votação as emendas que tiveram parecer contrário, ressalvados os destaques.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria propor que nós repetíssemos também

a mesma votação, tendo em vista que os Senadores e Senadoras já destacaram aquilo que é relevante e nós já aprovamos do destaque. Portanto, os destaques estão preservados e nós poderíamos repetir a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o entendimento proposto pelo Senador Romero Jucá, proponho que repitamos a mesma votação às emendas que tiveram parecer contrário, ressalvados os destaques.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só que invertendo, não é, Sr. Presidente: nós vamos votar o parecer do Relator que é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeito.

Vamos votar agora, invertendo, o parecer que é contrário.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitadas as emendas, ressalvados os destaques.

Em votação a Emenda nº 19, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Para discutir, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Governo/PT – AC) – Há o parecer contrário do Senador Valdir Raupp.

Para discutir, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, a legislação, hoje, diz que os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados à manutenção das sedes e serviços dos partidos, da propaganda doutrinária e política, no alistamento e campanha eleitorais e na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo essa aplicação de, no mínimo, 20% do total recebido, além da criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, conforme percentual que será fixado pelo órgão da direção nacional.

Nossa emenda busca retirar do texto a previsão de que a não utilização dos recursos pela fundação partidária retorna ao partido político. Isso, na prática, Sr. Presidente, vai significar o fim das fundações de muitos partidos, ou seja, pelo menos muitos partidos deixarão de fazer formação política, deixarão de investir na qualificação de sua militância, deixarão de fazer discussão de formulação de políticas públicas para utilizar em outras atividades. Nós vamos perder o sentido das fundações...

Então, eu quero aqui fazer um apelo aos senadores. No momento em que estamos, com o objetivo de qualificar a política, nós não podemos enfraquecer as fundações. Fundações dos Partidos: Fundação Pedroso Horta, do PMDB; Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB; Fundação Teotônio Vilela, Fundação João Mangabeira, que são Fundações que desenvolvem trabalhos da maior importância na qualificação da militância. Lembro-me agora da Fundação Perseu Abramo... Portanto, faço este apelo para que possamos retirar esse parágrafo, precisamos aprovar a Emenda 19, de minha autoria, para resgatar o papel fundamental que as fundações exercem para os partidos políticos, para a qualificação da atividade política.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para registrar, como Autor. Nós colocamos essa emenda por solicitação de diversas direções partidárias. O que nós estamos definindo aqui? Se ao final do ano não for gasto, o saldo pode se reverter para outras atividades do Partido. Vai ficar a critério de cada partido gastar mais ou menos nessa questão da formação. Isso é uma questão intrapartidária. Acho que não deveria ter esse tipo de obrigação. Nós não estamos carimbando, efetivamente. O que acontece? Alguns partidos gastam mais; outros partidos gastam menos, e as pessoas, os eleitores, os cidadãos, os filiados irão optar por um partido que faça mais ou faça menos a formação partidária.

Penso que a gente criar esse engessamento, na verdade isso cria problemas para a contabilidade de diversos partidos, por isso que eu lutei. Não é o caso do PMDB, o que o PMDB aplica – quero registrar isso. Mas, eu diria que fica a critério de cada partido gerir os recursos que lhes são destinados. Portanto, mantenho a posição de manter o texto liberando, ao final do ano, a reaplicação.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – Sr. Presidente, é importante registrar que a lei já define como mínimo de 20%, dos recursos do fundo partidário, para as fundações. E, pelo texto, diz que se a fundação não o utilizar, ela terá de devolver ao partido. Pelo menos, eu entendo que nós deveríamos manter como está. Agora, pelo menos, se esse não for o entendimento, o texto precisa dizer que “poderá devolver”, porque do jeito que está fica obrigando a devolver ao partido, ou seja, retira-se o recurso da fundação. Então, pelo menos tem de colocar no texto que “poderá”. Se a fundação, se o partido não quiserem utilizar – e não o utilizar ao longo do ano –, “poderá” devolver à fundação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu acato a sugestão do Senador Rodrigo Rollemberg: “poderá”.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Quero registrar que a minha posição doutrinária é a favor da destinação de 20% para as fundações.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Está acatada a ponderação de V. Ex^a de que “poderá.”

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Acatada a emenda com essa ponderação não vai mais a voto, não é? Ele acatou a ponderação. Nesse caso, não precisamos ir a voto nominal.

Podemos repetir nessa emenda de destaque, com a ponderação feita pelo Senador Rollemberg, a mesma votação já obtida?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Quero registrar o seguinte, Sr. Presidente: por um acordo, nós não estamos suprimindo, não estamos aprovando a emenda. O Relator está fazendo uma modificação no texto em acordo com a Comissão toda e está trocando a obrigação: de “deverá”... É uma subemenda que poderá ser revertida. Portanto, nós não estamos acatando a supressão e, sim, ajustando o texto conforme um grande acordo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, vamos repetir a votação para a subemenda apresentada.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 30 – CCJ, apresentada pelo Senador Humberto Costa, cujo requerimento foi defendido pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o autor não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O autor não está presente para defender a sua emenda?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, o requerimento cai, Sr. Presidente. O requerimento cai.

A gente pode discutir. Na verdade, só estou dizendo que o autor não está aqui.

Só quero registrar o seguinte: a proposta pretende retirar a contratação de pessoal. Nós estamos colocando um limite para contratação de pessoal no que diz respeito à militância, a trabalho de rua. Então, nós queremos manter, pelo menos, o limite.

Eu quero lembrar que nós não estamos tratando só de eleição majoritária para governador. Em eleição de governador, eleição de presidente há militância.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Na eleição de Deputado Estadual, de Deputado Federal, de Vereador, se não houver o mínimo de pessoas contratadas para fazer o trabalho de rua, não acontecerá esse trabalho de rua.

Nós precisamos aprovar esse projeto aqui no Senado, em eleição majoritária, mas precisamos aprová-lo também na Câmara Federal, em eleição proporcional.

Então, o limite já é um bom andamento, já é um caminho para, no futuro, nós proibirmos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Jucá, com a permissão de V. Ex^a, parece-me que o Senador Relator já incorporou essa ponderação do Senador Humberto no seu parecer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Essa é de entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É outra? Porque a Emenda nº 30 não é a que foi apresentada pelo Senador Humberto. Então, nós temos que identificar qual é o número da emenda do Senador Humberto para colocá-la em votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, não, não. Ele destacou...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O que está em discussão é a Emenda nº 30, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Nessa já está atendido o equilíbrio, Sr. Presidente. Ela está prejudicada, porque já está no texto o atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeito.

Agora, para esclarecimento do Senador Walter Pinheiro, ninguém destacou a emenda do Senador Humberto; ninguém destacou a emenda do Senador Humberto.

Em votação a Emenda nº 30, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O parecer é contrário, pela rejeição. O parecer é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O parecer é pela rejeição.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que acompanham o Relator, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitada a emenda.

Aprovado o substitutivo e as Subemendas nºs 1, 3, 4, 5, 8, 10, 9, 11, 12, 13, 14, 20, 23, 24, 26, 28, 29, 36, 38, 39, 40, 41 e 42.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu pediria que, aprovada a matéria, pudesse ser remetida ao Plenário, porque estou entregando hoje o requerimento – já tenho as assinaturas – de recurso e de urgência para ser votada amanhã a matéria.

Sei que a matéria é complexa, é preciso uma consolidação do texto, mas eu pediria um esforço da Comissão e de V. Ex^a para que essa matéria pudesse ser votada amanhã no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em votação o pedido de urgência apresentado pelo Senador...

Perfeitamente, Senador Romero Jucá, será encaminhado, conforme o pedido de V. Ex^a.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.*)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Audiência Pública Às dez horas e treze minutos do dia onze de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Ana Amélia, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 25/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, destinado a debater “O

Reconhecimento e Validação dos Diplomas do MERCOSUL e a Situação dos Estudantes Transferidos das Universidades Públicas e Privadas”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a Senhora Senadora Mirtha Palácios Melgarejo, Representante do Paraguay, PARLASUL/MERCOSUL; Senhor Deputado Federal Gonzaga Patriota, Autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1981, de 2011; Senhor Sérgio Kieling Franco, Representante do Conselho Nacional de Educação – CNE; Senhor Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior – ANPGIEES; e Senhora Priscila Cândido Ubriaco de Oliveira, Coordenadora Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, dos Excelentíssimos Senhores Senadores Cirila Concepcion Cubas e Juan Antonio Denis, membros da Comissão de Educação do Senado Nacional do Paraguay; Senhor Gabriel Portilho Moreira, Assessor Internacional da Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC; Senhor Roberto Zanatta Guerra, Professor do Instituto Federal de Passo Fundo – Rio Grande do Sul; Senhor Helder Rocha Leite, Representante dos docentes do MERCOSUL, Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA; Senhor Francisco Zagari, Representante dos alunos de pós graduação da Universidade Delmar, Chile; Senhora Maria de Lourdes Fernandes, Representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Rondonópolis – Mato Grosso; Senhora Raquel Magalhães, Diretora do Instituto Internacional Visões Educacionais; Senhor Antônio Fernandes de Moraes, Professor de Rondonópolis – Mato Grosso; Senhor Alexandre da Silva Santos, Professor de Rondonópolis – Mato Grosso; Senhor Roberto Belo Júnior, Professor Mestre da Instituição Federal de Alagoas; Senhora Antonia Ladislaus, Professora da Fundação Cariri, do Município de Crato – Ceará; Senhora Fabiana Souza Trindade, Professora da Universidade Evangélica do Paraguay; Senhora Luciene Borges Tavares, Professora da Universidade do Estado do Pará; Senhor Josa Barbosa da Siva, Diretor do Sindicato dos Professores de Roraima – SINTER e Delegado da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior – ANPGIEES; Senhora Cheliana Lima da Silva, Diretora das Estaduais do Sindicato dos Professores de Roraima – SINTER e Senhor Professor Celso Afonso, Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Pós-Graduados no Mercosul. Finda a

apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão de Educação do Senado Nacional do Paraguay, Juan Antonio Denis e Cirila Concepcion Cubas. Logo após, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Paulo Paim, autor do Requerimento e o Senhor Senador Cristovam Buarque. Após as considerações finais dos expositores, a palavra é usada pelo Senhor Roberto Zanatta Guerra, Professor do Instituto Federal de Passo Fundo – RS. Agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 25, de 2013, da Comissão de Educação, de autoria do Sr. Senador Paulo Paim, para realização de audiência pública destinada a debater: “O Reconhecimento e Validação dos Diplomas do Mercosul e a Situação dos Estudantes Transferidos das Universidades Públicas e Privadas.

Dando início à audiência pública, solicito à nobre Senadora Angela Portela que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa, por gentileza.

Os convidados são: Senadora Mirtha Palácios Melgarejo, Representante do Paraguai no Parlasul/Mercosul; Deputado Gonzaga Patriota, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1981, de 2011; Sérgio Kieling Franco, Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE); Vicente Celestino de França, Presidente

da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; Sr^a Virgínia Barros, Presidenta da União Nacional dos Estudantes; Sr^a Priscila Candido Ubriaco de Oliveira, Coordenadora Geral de Legislação e Normas de Educação Superior do Ministério da Educação.

Agradecendo a presença dos nossos convidados e desejando uma audiência pública bem profícua, passo a palavra de início à Senadora Mirtha Palácios Melgarejo, que é representante do Paraguai no Parlasul e no Mercosul, pelo tempo inicial de 15 minutos, mas, se for necessário, nós estenderemos esse tempo.

Com a palavra a nobre Senadora.

A SR^a MIRTHA PALÁCIOS MELGAREJO – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Senadora Mirtha Palácios Melgarejo.

O Senador Cyro teve um compromisso urgente na CCJ.

Para situar aqueles que não são brasileiros, nós aqui estamos buscando – é uma luta antiga, que travo há mais de 30 anos, estou há 26 no Parlamento, mas desde sindicalista eu brigava por isso – acabar com o voto secreto no Congresso. Aqui no Brasil, no Parlamento, ainda existe o tal voto secreto. Sou radicalmente contra. Acho que cada um, em público, tem que assumir suas posições perante a sociedade. Não estou fazendo julgamento da situação dos outros países do Mercosul, naturalmente.

O Senador Cyro foi para lá discutir e votar essa matéria, como a Senadora Angela Portela também irá para lá. Posso adiantar que, na posição do nosso Partido, ela vai defender que não se vote mais secretamente no Parlamento.

Mas já estamos aqui com a presença do Senador Cristovam, que é o nosso guru no tema educação, em nível nacional e internacional. A presença dele para nós, aqui, é fundamental para discutir esse tema.

Senadora Angela Portela. Já comentei inclusive que a Senadora Angela Portela vai ter que se retirar, porque há a votação do voto secreto.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu queria justificar minha ausência logo mais, daqui a uns 10 minutos. Eu terei que estar na Comissão de Constituição e Justiça, porque é um momento importante, histórico, em que votaremos o fim do voto secreto em todas as situações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sou o autor do requerimento. Sejam todos bem-vindos. Meu nome é Senador Paulo

Paim, sou do PT do Rio Grande do Sul. Faço parte do Mercosul, dessa nova leva, que vai tratar desse espaço tão importante para o nosso Continente. Sou um fã do Mercosul, lamento a situação. O Mercosul se encontra hoje num vai não vai, pensa que vai, mas não vai. Mas estamos apostando que o Mercosul vai dar certo ainda, apesar do impasse que atravessamos.

Não tivemos praticamente nenhuma reunião o ano passado, e este ano nenhuma ainda. Então estamos preocupados com o Mercosul.

A SR^a MIRTHA PALÁCIOS MELGAREJO *(Fora do microfone. Em espanhol.)* – Está marcado para 11 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já avançamos. Teremos uma. A Senadora me ajuda. Teremos uma reunião este ano no dia 11 de novembro. Já é um avanço, já que no ano passado não tivemos nenhuma.

Já falou aqui a Senadora Mirtha. O Senador Cristovam e a Senadora Angela, conforme critério que adotamos, usam a palavra a qualquer momento.

Eu queria também cumprimentar os militantes dessa causa que estão aqui. Aquele emblema ali diz “Revalidação Já”. Eles que me procuraram, insistiram muito que esse tema fosse discutido amplamente, e nós vamos aqui aprofundar o debate na certeza de que vamos aqui conseguir assegurar a aprovação do projeto que garante o reconhecimento.

Gonzaga Patriota, eu falo mais do que vocês, vou parar de falar. Gonzaga Patriota foi Constituinte junto comigo, Deputado Federal, é um orgulho estar com você aqui ao lado, sabendo que você tem um projeto que trata do tema, na linha que defendemos, lá na Câmara dos Deputados.

Eu só registro a presença aqui conosco de Cirila Concepción Cubas, Senadora da Comissão de Educação, no Paraguai. Também do Sr. Juan Antonio Denis, Senador da Comissão de Educação, no Paraguai; do Sr. Gabriel Portilho Moreira, Assessor Internacional da Secretaria de Educação Superior – Sesu/MEC; do Sr. Roberto Zanatta Guerra, Professor do Instituto Federal de Passo Fundo, do Rio Grande do Sul. Onde está o professor? Aí está o professor lá do nosso querido Rio Grande. A presença também do Sr. Helder Rocha Leite, representante dos docentes do Mercosul, Professor e Doutor em Educação, da UFBA; Francisco Zagari, representante dos alunos de pós-graduação da Universidade Delmar, Chile. E ainda o Sindicato dos Servidores Públicos de Rondonópolis, Mato Grosso, representado pela Sr^a Maria de Lourdes Fernandes. Está conosco também a Sr^a Raquel Magalhães, Diretora do Instituto Internacional Visões Educacionais.

Seguindo aqui a lista de oradores, dos nossos painelistas, melhor dizendo... Primeiro informo que esse tema, pela importância, está tendo cobertura da TV Senado para todo o Brasil, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e ainda da Internet, porque foram muitas as correspondências que a Casa recebeu, *e-mails*, telegramas, telefonemas, pedindo que este debate fosse público.

Quem quiser assistir, então, é só colocar www.senado.gov.br; TV, Canal 2. Além de todo o sistema de divulgação da Casa.

Vamos agora então para o nosso segundo painalista, meu querido amigo, Constituinte e Deputado Federal, com quem tive a alegria de trabalhar, sempre na mesma trincheira. Que bom que continuamos na mesma trincheira.

Deputado Gonzaga Patriota, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1.981, de 2011. O projeto encontra-se na mesa dos Senadores.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Eminentíssimo Senador Paulo Paim, Presidente desta importante audiência pública, desta reunião, por intermédio de V. Ex^a eu cumprimento o conterrâneo Senador, educador, amigo Cristovam Buarque, educador internacional; a minha querida Senadora Angela Portela – tivemos a honra de trabalhar também na Câmara –; a Senadora do Paraguai – já tivemos a oportunidade de participar de debates também nesse sentido na Universidade de Buenos Aires –, a nossa querida Senadora Mirtha; o Prof. Sérgio Franco, do Conselho Nacional de Educação; o Prof. Vicente França, Presidente da associação de estudantes que fazem doutorados, mestrados em universidades estrangeiras; a Prof^a Priscila Cândido, Coordenadora Geral de Legislação de Educação Superior. E as demais autoridades aqui presentes.

Agradeço ao eminente Senador Paulo Paim por requerer e realizar esta audiência pública, que, a meu ver, é muito importante principalmente para o Brasil. Nesta audiência pública, a gente vai discutir um assunto que hoje é uma exigência das universidades, principalmente do Ministério da Educação do Brasil para lecionar para a docência, para o mundo científico, que carece desse certificado, e de esse certificado ser, eminente Prof. Cristovam, reconhecido aqui no Brasil; a princípio o dos países do Mercosul.

Quero agradecer aos eminentes Senadores que na Comissão do Mercosul aprovaram, por unanimidade, esse projeto de nossa autoria que está na Câmara dos Deputados. Há agora um voto em separado do eminente Deputado Glauber Braga, do Rio de Janeiro. Marcamos, inclusive, uma reunião para hoje, visando a tratar desse assunto. Eu acredito que a gente possa resolver também lá na Câmara. E já pedi ao Senador

Paim e demais membros desta Casa ajuda para que consigamos, da Presidente da República, a sanção.

Nesse art. 2º, a gente diz que a admissão de títulos de pós-graduação expedidos por instituições, por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros situados em quaisquer dos Estados Partes do Mercosul será quando o fim for exclusivo de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior do Brasil, independentemente do reconhecimento de revalidação pela CAPES, pelo CNPq.

A gente teve agora a sorte de, vivendo num País de uma extraordinária dimensão, ver que o próprio Governo brasileiro careceu de médicos para muitos Municípios que não eram atendidos por médicos e de ofício, mediante decreto, por uma decisão muito importante e corajosa da nossa Presidente da República, que já admitiu dez mil médicos brasileiros que estudaram fora ou estrangeiros, muitos de Cuba, para atenderem. Então, se se faz aqui um paralelo entre um médico e um professor, vê-se que todos são importantes, um para a saúde e outro para a educação.

Ontem, conversando com o Relator deste projeto na Câmara dos Deputados e com o Glauber, do voto em separado, nós já sentimos que ficou mais fácil para avançar nesse sentido.

Quando a gente observa, por outro lado, observamos que, a princípio, o meu projeto trata de estudantes dos países do Mercosul. Vamos pegar mais alguns países, acredito que países latinos. Países próximos ao Brasil têm esse interesse. Não o de se trabalhar com um mercado comum de mercadorias, de comércio, de transportes, de valores, de bens, menores, obviamente, do que o bem da educação, o bem do diploma, o bem de quem foi estudar em um país estrangeiro e, para entrar no mercado, teve dificuldades e exigências, principalmente do Brasil.

Aí, minha querida Senadora Angela, a gente vê que, com certeza, a princípio, tivemos algumas dificuldades, mas hoje a gente vê, principalmente depois dos médicos, que tiveram os seus diplomas convalidados para atender a essa necessidade, a essa exigência, precisamos, urgentemente, atender aos diplomas dos brasileiros que estão em países do Mercosul, porque o mercado carece de urgência, bem como os médicos. A gente precisa de doutores e de médicos nas universidades para a docência e também no mundo científico brasileiro. Por isso, não quero me estender muito.

O projeto foi distribuído. Quero e fico muito feliz e agradecido por esta audiência pública, pelo trabalho que vem sendo feito pelos próprios estudantes. Já andei em alguns países. Estou devendo à Senadora Mirtha uma visita ao Paraguai. Também estivemos com senadores de outros países lá em Buenos Aires.

Quero colocar-me à disposição para que a gente aceite, para que a gente possa – de Deus quiser ainda este ano – resolver o problema do reconhecimento desses diplomas e aumentar o número desse intercâmbio educacional Brasil-Uruguai, Brasil-Paraguai, Brasil-Argentina e outros países, Venezuela, Chile, que estão também adentrando nesse comércio do Sul, não apenas o comércio de mercadorias, mas na área da educação.

Senador Paim, tivemos a honra de sermos Constituintes. Eu vim lá do Nordeste, do Estado de Pernambuco do Professor Cristovam. V. Ex^a é do Rio Grande do Sul. A gente já discutia, na Assembléia Nacional Constituinte, o problema dos trabalhadores. Uma das coisas que a gente mais discutia ali, meu querido Senador Cristovam, era um salário mínimo que se aproximasse de US\$100. Hoje é de US\$300 e a gente está achando pouco. O Paim brigava por US\$100. Eu brigava, na universidade. Hoje, a gente quer US\$500.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E nós éramos chamamos de demagogos porque defendíamos ultrapassar os US\$100.

O SR. GONZAGUA PATRIOTA (PSB – PE) – Apresentei, na época – e tinha um Centrão lá na Assembléia Nacional Constituinte -, a proposta de aposentadoria de homens e mulheres do campo sem a contribuição previdenciária. Seria pelo Tesouro. Isso quase que enlouquece o Centrão, disseram que ia quebrar o País. Tem mais 20 anos, de 25 anos, da promulgação da Constituição. Hoje é a maior distribuição de renda para uma coisa que parecia impossível. A convalidação desses diplomas em relação à aposentadoria e aos US\$300 é bem pequena.

Espero o apoio de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Deputado Gonzaga Patriota. Meus cumprimentos pela sua exposição.

Quero dizer-lhe que a pesquisa divulgada ontem mostra que praticamente 80% da população brasileira reconhece e aceita os médicos vindos de outros países. Então, isso tudo fortalece a nossa audiência pública e o reconhecimento definitivo dos diplomas dentro do âmbito do Mercosul e além dele, porque ultrapassa. Diria que não tem de haver fronteira.

Mas queria aqui fazer um carinho especial. Tenho de registrar que estamos aqui com três Senadores do Paraguai. Não é todo dia que isso acontece na Casa, é meio que inédito. É porque a causa, de fato, é justa. Então, Sr. Juan Antonio Denis, Sr^a Cirila Concepción Cubas, sejam bem-vindos ao Brasil, juntamente, claro, com a Senadora Mirtha.

Eu pediria ao Plenário uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

Três Senadores do Paraguai estão aqui para prestigiar a nossa reunião. E, naturalmente, eles terão direito à palavra.

Aqui, vocês são Senadores tanto quanto nós. Como o Senador Cristovam e a Senadora Angela podem usar a palavra a qualquer momento, nós vamos franquear a palavra a vocês. No momento que entenderem ser adequado, peçam a palavra, que falarão sobre o tema e sobre o Mercosul também. Aqui, não há limite! Censura nunca mais!

Então, continuando a nossa audiência, passamos a palavra, neste momento, ao representante do Conselho Nacional de Educação (CNE), o nosso querido amigo Vicente Celestino, ou melhor, Sérgio Kieling Franco.

O querido Sérgio tem a palavra.

Em seguida, falará, então, o Sr. Vicente Celestino de França.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO

– Em primeiro lugar, quero cumprimentar meu conterrâneo Senador Paulo Paim.

Estamos agora nos preparando para a Semana Farroupilha. Os gaúchos se irmanam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há um esforço concentrado aqui. Mas pego o avião e chego a tempo lá, na sexta-feira.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO

– Quero cumprimentar os outros representantes que estão à Mesa, a Senadora Palacios, do Paraguai, nosso país irmão; o Deputado Patriota; o Prof. Vicente Celestino França, representante da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras; e a Prof^a Priscila de Oliveira, representante do Ministério da Educação.

Também cumprimento os Senadores aqui presentes: o Senador Cristovam Buarque, que é símbolo da questão da educação no Brasil; e a Prof^a Angela Portela, ou melhor, a Senadora Angela Portela. A gente tem o costume de chamar...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Também sou professora.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO

– Se é professora, então, está ótimo! A gente está sempre lidando com os professores.

Cumprimento ainda os Senadores do Paraguai, a Senadora Cirila Concepción e o Senador Juan Antonio.

A SR^a CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS – Também somos professores.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO

– Também são professores? Então, estamos todos em casa.

Acho que a iniciativa de se fazer este debate é extremamente importante. Como membro do Conselho Nacional de Educação, acho que é importante também dizer que o Conselho Nacional de Educação está muito preocupado com essa situação. Há praticamente um ano, nós já criamos uma comissão interna no Conselho para discutir a questão da revalidação dos títulos estrangeiros no Brasil, dos títulos de graduação e de pós-graduação, tanto em função do Mercosul, quanto em função de outros países.

Essa comissão foi criada em função de uma constatação que é uma unanimidade: há uma deficiência nos processos de revalidação de diplomas. Há o registro, inclusive, de casos que envergonham o País, como o de processos que já passaram de dez anos de tramitação dentro de uma universidade. Isso é inadmissível, até porque a própria legislação coloca que o prazo seria de 180 dias, de seis meses. Então, nós começamos a nos debruçar sobre o porquê dessa deficiência e sobre a forma de agilizar esses processos e de tornar esses processos, inclusive, mais transparentes.

A nossa preocupação por base, a preocupação de toda a legislação brasileira em relação à questão da educação superior se refere fundamentalmente à questão da garantia de qualidade. Ou seja, nós estamos preocupados com que, sim, cada vez mais, os brasileiros e os nossos irmãos do Mercosul tenham acesso à educação superior, mas a uma educação superior de qualidade, não a qualquer educação superior.

Quando se fala de preocupação com qualidade, para nós brasileiros é muito importante estar presente o fato de que a maneira como o Brasil lida com a questão da qualidade não é exatamente igual à maneira como nossos países vizinhos com ela lidam. O Brasil, talvez, seja o País com o processo regulatório mais duro de todo o mundo em relação não à qualidade, mas em relação à legalidade dos cursos e das instituições.

Os processos são diferentes de país a país. Cada país tem uma forma diferente de lidar com isso. Então, é muito comum a gente discutir no Brasil – as universidades o fazem – a questão de que deve haver um curso reconhecido no outro país, mas o processo de reconhecimento de curso é um processo muito brasileiro. Eu não posso tratar isso de modo igual. Agora, o que a gente nota? Há, sim, preocupação com a qualidade através de processos diferenciados nos diferentes países.

Então, aqui no Brasil há o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que embasa o processo regulatório.

A grande maioria dos países do mundo e os países do Mercosul, de maneira especial, têm processos de acreditação de qualidade. No caso aqui, o Paraguai,

que está presente, tem uma agência criada já dentro da discussão toda do Mercosul, um sistema muito interessante de acreditação de qualidade dos cursos, que é um sistema de concessão. Podemos traduzir, mais ou menos, como uma concessão de um selo de qualidade, que não é uma discussão sobre a legalidade ou não legalidade do curso, é sobre a qualidade ou não daquilo que ele está oferecendo.

Então, a discussão toda que se faz em relação à busca de haver e a preocupação que existe na legislação brasileira de haver a necessidade da revalidação do diploma é a busca de se entender que esse diploma é oriundo de um curso de qualidade. E aqui começa a primeira discussão que a gente tem feito muito fortemente dentro do Conselho Nacional e junto com as universidades – fizemos alguns debates com a Andifes – de que quando se faz uma discussão, uma análise de um processo de revalidação de diploma, não se está avaliando o histórico escolar de um indivíduo, pois muitas vezes algumas universidades acabam se comportando dessa forma, querendo saber qual é a nota que ele tirou, se pode ou não ganhar esse diploma. Não. O diploma ele já recebeu. A discussão que se faz na revalidação do diploma é sobre a qualidade do curso que ele fez, se o curso que esse sujeito fez neste outro país, seja um curso de graduação, seja um curso de pós-graduação, tem equivalência a cursos no Brasil. E um aspecto importante, quando se fala de equivalência, é que não é equivalência como...

A gente tem um vício muito grande de querer valorizar demais a carga horária. E é uma idiossincrasia brasileira querer caracterizar os cursos por carga horária. O importante é se a formação do sujeito lhe dá as competências próprias para atuar naquela profissão.

Bom. É importante também deixar claro que existe uma diferença, e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional faz uma distinção entre revalidação de títulos de graduação e reconhecimento de títulos de pós-graduação. Ou seja, há uma diferença também, porque, na legislação brasileira, a graduação é que dá as condições do exercício profissional; a pós-graduação é uma complementação de estudos, que vai dar um nível maior de conhecimento para aquele cidadão que fez o curso. Embora a gente tenha procedimentos semelhantes, a gente tem também resultados sociais diferentes, se é uma revalidação de um curso de graduação ou se é um reconhecimento de um curso de pós-graduação.

Em se tratando especificamente do Mercosul, acho que a gente tem uma situação muito peculiar e muito favorável, porque existe um movimento já há sete anos, se não me engano – a Arcu-Sul já está em quase sete anos, não é? Seis, sete anos? – em que

os Estados Partes do Mercosul construíram um sistema de acreditação de cursos, ou seja, um sistema de avaliação e concessão de selo de qualidade de cursos de graduação. É um sistema único no mundo, o que significa que é uma saída muito peculiar nossa, do Mercosul.

Eu tive o privilégio de participar da construção desse sistema enquanto era Presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior aqui do Brasil. Inclusive, nos encontros internacionais, faço muito um paralelo, uma comparação entre o sistema de Bolonha, criado na Europa, e o Arcu-Sul como outra saída feita aqui no Mercosul.

O interessante do Arcu-Sul é que os países membros do Mercosul e também os associados escolhem determinadas áreas de conhecimento e criam um edital para que esses cursos sejam avaliados; e à medida que os cursos estão avaliados e é atestada a qualidade desses cursos, a intenção do sistema é exatamente criar a possibilidade de um reconhecimento automático de títulos, que a gente ainda não tem, nós precisamos avançar para isso, mas é muito mais tranquilo se dizer o seguinte: sim, este sujeito está...

Eu vou dar como exemplo fictício, mas sobre um cidadão brasileiro ou de qualquer outra nacionalidade que fez um curso de Engenharia Civil da Universidade Nacional de Assunção que foi acreditado, nós estamos dizendo: "Bom, esse é um curso em que nós temos uma avaliação regional, com avaliadores internacionais, dos Estados Partes do Mercosul, dizendo que tem qualidade". Portanto, nós brasileiros temos que aceitar esse sujeito.

Do mesmo modo, de um sujeito aqui do Brasil que fez Engenharia Civil na Universidade de Brasília e que também passou pelo processo de acreditação, os Estados Partes do Mercosul podem e devem aceitar o diploma. Então, aqui a gente tem um passo importante e que deve ser aproveitado nesse processo.

Agora, todo curso superior oferecido no Brasil, no Paraguai, no Uruguai, na Argentina, na Bolívia, que é Estado associado, em qualquer país do mundo, todo curso oferecido é, sempre, um curso de qualidade? Não. Nós precisamos ter um certo cuidado e um zelo, inclusive para preservar os nossos cidadãos e fazer com que eles tenham acesso a cursos de qualidade.

Então, acho que já temos um passo importante em relação ao Mercosul, em função do sistema Arcu-Sul. Claro, o sistema Arcu-Sul não abrange todas as áreas do conhecimento. Ele vai abrangendo algumas áreas. Existe toda uma discussão, porque também a gente tem uma situação diferenciada do *status* que os cursos têm em diferentes países.

Por exemplo, no Brasil, os cursos de formação de professores, as licenciaturas, como nós chamamos aqui, diferentemente dos outros países têm status de curso universitário. Por exemplo, na Argentina, não têm. Esses são aspectos que a gente precisa acompanhar. E o fato de existir essa comissão chamada Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana) dá condições de tomarmos essas decisões e alargarmos as áreas do conhecimento que fazem parte do Arcu-Sul.

Mas não é só a questão do Arcu-Sul. Acho que o Arcu-Sul é um bom ponto de partida, é algo que pode nos ajudar bastante nesse processo, mas, como eu estava dizendo, existem outras áreas do conhecimento e temos outras iniciativas importantes que precisam ser levadas em conta.

No caso da pós-graduação, algo que temos discutido bastante, e estamos encaminhando essa proposição no CNE, é que quando a gente tem mestrados ou doutorandos que foram para outros países fazer um curso com bolsa da Capes, do CNPq, ou de alguma fundação de amparo à pesquisa estadual, esse curso já passou por uma avaliação. Por que a Capes deu bolsa para fazer um curso de mestrado ou doutorado numa determinada universidade? Porque a Capes reconheceu que esse curso tem qualidade, senão a Capes não daria essa bolsa. E isso tem que ser utilizado como elemento para apressar o processo de revalidação de títulos.

Estava olhando aqui rapidamente o projeto do Deputado Patriota. Ele traz aqui a diferenciação entre o exercício acadêmico simplesmente e o exercício profissional. Então, eu preciso ter, sim, a revalidação ou o reconhecimento, no caso do exercício profissional, mas são elementos que eu posso utilizar para agilizar o processo.

Outra questão que a gente começa a ver e que está em tratativas com a Capes e com a Secretaria de Educação Superior do MEC é a criação de um banco de dados nacional para acompanhamento dos processos de revalidação e reconhecimento.

O que tem acontecido hoje? Como muitas universidades acabam demorando muito tempo para tomar a decisão, o cidadão que vem querendo fazer a sua revalidação, até por uma autodefesa, entra com processos em diferentes universidades ao mesmo tempo. E, com isso, está fazendo com que a fila fique maior ainda.

Ora, se nós tivermos – e já existe um protótipo feito, desenvolvido pela PUC do Rio Grande do Sul, a pedido da Capes e que já está franqueado para o MEC e para a Capes – um banco de dados nacional, no momento em que uma pessoa entrar com um pedido de revalidação em uma universidade, isso já estará

aberto para todas as universidades saberem. E daria para priorizar.

Agora, esse banco traz uma outra grande novidade, uma outra grande vantagem que é a análise de casos similares. Digamos que o Professor Vicente veio com um diploma de doutorado na Espanha, numa universidade espanhola. Vou aqui fazer uma fantasia. Um mestrado em educação...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO

– Está terminando o meu tempo? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Mais três minutos. Aqui não tem censura.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO

– Certo. *(Risos.)*

Um Mestrado em Educação na Universidade de Madri. E ele entrou na Universidade Federal de Juiz de Fora e foi concedido realmente que esse diploma tem validade. Eu fiz o mesmo curso, na mesma época, com os mesmos professores, e entrei com o pedido na Universidade de Brasília. Havendo o sistema, a Universidade de Brasília pode dizer assim: “Opa, existe um processo semelhante de uma pessoa que fez o mesmo curso, na mesma área, na mesma universidade, com características muito semelhantes. Portanto, a decisão tomada na Universidade de Juiz de Fora pode ser aproveitada na Universidade de Brasília.” Então, o Brasil é muito grande. A gente precisa ter formas de comunicação disso.

Acreditamos que a instalação de um banco de dados nacional vai ajudar enormemente que esse processo possa ser aligeirado. Tendo presente sempre o quê? Nós não estamos abrindo mão. A gente acha que não se deve abrir mão de uma análise da qualidade do curso, mas sempre chamando atenção para isso. A gente quer mudar um pouco a cultura das universidades.

De novo, há uma coisa que já disse antes, mas acho que não custa repetir: o importante num processo de revalidação de título ou de reconhecimento de título de pós-graduação não é a avaliação do indivíduo, mas é a avaliação do curso que ele fez. Se o curso é de qualidade, eu posso declarar que ele é equivalente a um curso brasileiro de qualidade também.

Um último ponto que a gente está discutindo dentro do Conselho, que foi uma proposta que veio da Andifes, é que possa haver convênios entre universidades de reconhecimento mútuo de diplomas. Uma universidade X, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, faz um convênio com a Erasmus University Rotterdam, na Holanda, de reconhecimento mútuo de diplomas numa área X, porque eles têm que analisar

os cursos; por exemplo, na área de Ciência da Computação. Para evitar que esses convênios possam ser usados de maneira talvez inescrupulosa em algumas situações, porque qualquer instituição de ensino educação superior poderia fazer esse tipo de convênio, a proposta que veio da Andifes é a seguinte: havendo um convênio desses e o Conselho Nacional de Educação chancelando esse convênio, passa-se a ter a informação, no próprio sistema, de que todos os diplomas daquele curso emitidos por aquela instituição sejam submetidos à universidade que já tenha esse convênio, o que vai possibilitar um processo muito mais rápido.

Então, entendemos que precisamos aperfeiçoar o processo, mas que já temos bons passos para que esse processo realmente seja aperfeiçoado, para que possamos avançar e ter uma situação mais justa, porque temos realmente situações de injustiça que precisam ser corrigidas.

Obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Sérgio Kieling Franco, pela sua exposição.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior.

Muito bem, Dr. Vicente, com a palavra.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, que há muito tempo tem sido um batalhador pela população, pelos cidadãos brasileiros, não só do seu Estado. Tendo sido um dos membros – e à época era Presidente desta Casa –, foi ele que também sancionou, junto com o Presidente Lula, o Tratado do Mercosul nº 5.518.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu até gostaria. Mas, só para não dar problema depois, eu fui Vice-Presidente. Mas naquela época o Presidente Sarney estava fora, então eu participei diretamente.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Perdão. Corrigindo, em tempo, foi o Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não cheguei à Presidência. Mas vai falando, se a moda pega, estou aí. *(Risos.)*

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Vai falando, quem sabe chega, não é? Já está inscrito. *(Risos.)*

Inclusive, por esta feliz coincidência, ele assumiu a Presidência naquele período e foi ele, juntamente com o Presidente, que sancionou essa lei, que hoje, para nós, é um marco na questão da mobilidade acadêmica

e na questão justamente do avanço junto aos países do Mercosul na questão da reciprocidade acadêmica.

Eu coloquei alguns pontos sobre os quais eu gostaria de refletir com os Senadores, com os meus amigos que aqui se encontram, com todos aqueles que estão nessa luta conosco pela revalidação com qualidade. Eu diria ao Prof. Sérgio, que levantou essa questão, que, desde as últimas audiências, nós assumimos o compromisso de trabalhar pela revalidação, mas revalidação com qualidade, separando aquilo que é bom, aquilo que tem mérito daquela pirataria que a gente está vendo, que está em todos os países, em todos os lugares e que suja, mancha esse trabalho que tem sido feito por muitas pessoas, por muitos pesquisadores, muitas vezes anônimos. Muitas vezes as pessoas pensam que, talvez, não exista ciência ali, mas há muita gente produzindo em outros países, em outros lugares e que devem ser valorizados.

Primeiro, nós temos uma luta histórica pela revalidação. Desde 2007, nós já realizamos aqui, no Congresso Nacional, seis audiências públicas: três no Senado e três na Câmara dos Deputados. Todas voltadas à temática da revalidação de diplomas, para que a gente pudesse avançar um pouco no marco legal em relação a essa temática.

Tivemos também um trabalho nos Estados junto às Assembleias Legislativas. A gente teve que colocar, em cada Estado, um projeto de lei. Parece uma coisa absurda, mas, para se cumprir uma lei, a gente tinha que colocar uma lei pedindo para se cumprir a lei que não está sendo cumprida. Isso é um pouco de exagero, mas que se faz necessário, diante da nossa realidade. Ou seja, em relação ao Tratado nº 5.518, a gente está pedindo às Assembleias Legislativas que deem plena validade ao que diz o tratado, e nós colocamos 18 projetos nas Assembleias Legislativas do Brasil inteiro. Já vamos ter mais três projetos incluídos agora, no mês de setembro. Desses projetos, seis projetos já estão aprovados. Estamos em negociação com os governadores para a efetivação do mesmo – o de Roraima já está efetivado.

Nós tivemos também a realização de 14 audiências públicas nas Câmaras de Vereadores, pedindo que os Municípios também deem plena validade ao tratado, e também realizamos três audiências públicas internacionais, levando também para os outros países essa temática, essa discussão. Tivemos uma audiência no Paraguai, tivemos uma audiência na Argentina e tivemos uma audiência na Inglaterra. Estamos levantando essa temática, discutindo também com os outros países a situação daqueles que precisam, que necessitam. Para dar um exemplo, nós tivemos a primeira audiência, que nós realizamos na Câmara, e

uma das audiências foi no ano passado, aqui, no Senado brasileiro.

Aqui são apenas algumas fotos. A audiência do Mato Grosso, que aprovou, na última sexta-feira, o projeto de lei estadual de validade do tratado do Mercosul. Tivemos também o de Roraima, que também lá já aprovou e já sancionou o projeto de lei no sentido de que os professores que fizeram sua pós-graduação em instituição de qualidade terão, pelas Secretarias Estaduais, seus diploma admitido – lá não se pode tratar de revalidação, porque é uma temática só do Senado – para efeito de docência e para efeito de sua remuneração.

Esse foi um passo muito importante que estamos levando para os Estados brasileiros.

Aqui foi a audiência que tivemos no Paraguai, tivemos na Argentina e também na Inglaterra.

Foi muito importante esse contato porque faz com que os outros países também percebam a situação, porque muitos países acolhem brasileiros. Nós temos, no Paraguai, dez mil brasileiros; na Argentina, também um quantitativo próximo a dez mil; no Uruguai, no Chile, em tantos outros países. Então, são brasileiros que estão buscando lá fora aquilo que não encontram no nosso País. E o grande problema dessa questão está justamente... Estamos num processo de construção do marco legal para revalidação de diplomas e temos uma LDB que estabelece normas para a revalidação, normas muito rígidas, que ainda não estão, vamos dizer assim, regulamentadas, porque o sistema de revalidação está totalmente à deriva.

Por outro lado, nós temos o Decreto Presidencial nº 5.518, chamado de Tratado do Mercosul, que dá direito ao reconhecimento automático. Porém, como o próprio projeto diz, esse reconhecimento automático ainda será fruto, ainda deverá ser implementado, porque ele precisa ter a sua legislação implementada, precisa ter suas normas claras, objetivas. Podemos dizer que a LDB diz que a revalidação é um processo que tem que passar pelas universidades, mas não diz como, e foi sobre isso que nós conversamos com o Senador Cristovam Buarque, que, no Projeto nº 399, tenta dar um rosto justamente a como se deve fazer a revalidação no Brasil. Ele já apresenta algumas propostas consideráveis, fruto de um trabalho que ele fez após escutar a sociedade, escutar os vários segmentos. Foi muito importante o relatório que ele está a apresentar na Comissão de Relações Exteriores, do Projeto nº 399, porque vai dar um rosto à revalidação, o que nós não temos até o momento. Está havendo justamente, vamos dizer assim, essa insegurança em relação à revalidação, porque o Tratado do Mercosul tem uma norma e a LDB tem outra forma. Então, muitas vezes

as próprias universidades se veem em dificuldades em relação a qual legislação deve prevalecer, deve ter plena validade, e nesse meio ficam aqueles que precisam da revalidação, porque não têm os seus direitos respeitados justamente porque esse marco legal precisa ser construído. Foram dados passos importantes, mas ele precisa ser construído, e esse é um dos grandes desafios para a questão da revalidação no Brasil.

Eu trago, nessa próxima reflexão, algo que nós discutimos numa audiência que nós tivemos aqui em agosto de 2011. O Senador Cristovam Buarque levantou a temática ao revelar a situação desses estudantes brasileiros, que são mais de 20 mil, em vários países, número que vai aumentar, porque a Presidente, pelo programa que está sendo lançado aqui no Brasil, quer levar cem mil brasileiros para estudarem no exterior... Falo, então, da questão do êxodo acadêmico no Brasil.

Por que essas pessoas vão estudar no exterior? Primeiro, pela questão do acesso, que é dificultado. Nós temos poucas vagas em nossas universidades, o sistema universitário para pós-graduação ainda é muito limitado... Temos que reconhecer que tivemos avanços nessa área, mas quero dizer que, para a graduação, houve um aumento estupendo. Nos últimos 15 anos, o Brasil colocava no mercado 700 mil profissionais graduados; hoje, por ano, o Brasil coloca no mercado de trabalho mais de 3 milhões de graduados. Esse processo não aconteceu na pós-graduação. Então, a pós-graduação necessita que o País possa avançar um pouco mais no sentido de dar ao cidadão brasileiro o direito de fazer uma pós-graduação. Por essa razão, existe uma demanda excessiva das pessoas que precisam fazer mestrado e doutorado e o sistema nacional não é capaz de absorver essas pessoas. Por quê? Nós temos aqui o imperativo da mobilidade acadêmica na sociedade contemporânea. Existem, infelizmente, pessoas, na academia brasileira, que vão de encontro à onda, como que querendo parar o processo de mobilidade acadêmica para que os brasileiros não pudessem fazer um curso no exterior, sob o falso discurso de que tudo que tem lá fora não presta, é de má qualidade. Esse discurso é falso. Existe evidentemente instituição de má e de péssima qualidade em vários países como aqui no Brasil. Nós temos um sistema de avaliação brasileiro que já dá conta das instituições que têm boa e má qualidade, como acontece em todos os países.

Então, de nossa parte, deve haver uma compreensão naquilo que o Senador Cristovam chamou de exilados acadêmicos. São verdadeiros exilados acadêmicos, porque eles querem estudar, querem fazer uma pós-graduação e não têm no nosso País a oportunidade. Então, há de se trabalhar, o sistema de educação

brasileira tem que se debruçar justamente sobre essa questão em relação ao ensino superior; precisamos avançar, pois infelizmente o nosso sistema não dá conta da demanda que é crescente.

E dada a essa demanda crescente é que também acontece a questão da pirataria do diploma, porque as pessoas começam a participar de cursos falsificados, há uma venda indiscriminada de diplomas, de cursos de má qualidade, o que interfere nesse processo. Então, muitas vezes, avaliadores julgam na má-fé de que tudo que vem lá de fora é justamente desse lixo acadêmico que não deve ser aceito, que não deve ser acolhido pelo nosso País e por nenhum outro país.

Quero concluir minhas palavras, colocando a *via crucis* da revalidação no Brasil. É uma verdadeira *via crucis*. Pela nossa associação, trabalhamos com estudantes de todos os Estados do Brasil. Temos, hoje, uma média de mais de 1.200 processos de revalidação acompanhados por nossa associação nas universidades brasileira, de todos os Estados.

Meus amigos, é uma situação de clamor, de clamor. Quando eu digo que é uma *via crucis* é porque é uma verdadeira *via crucis* das pessoas que precisam revalidar seus diplomas. Há uma lenta construção do marco legal, primeiro no Congresso Nacional. É uma discussão interminável. Os passos que são dados para se aprovar uma lei, para se fazer uma complementação desse marco legal. Só para dar um exemplo, o 399 é de 2011. A gente ainda está tentando adiantar um relatório que não chegou e brevemente o Senador vai colocar esse projeto em votação para que possamos avançar nesse marco legal. Então, a construção desse marco está muito lenta e isso prejudica aqueles que precisam da revalidação...

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – No Parlasul, temos também... A própria construção do Parlasul e do Mercosul tem sido um desafio para os legisladores, porque eles não conseguem, em alguns aspectos, nem fazer a reunião.

Conversando com algum dos legisladores da área de educação do Mercosul... A reunião que era para acontecer no ano passado não aconteceu porque o pessoal chegou lá e não teve mais a reunião.

Então, fica difícil a construção de um marco legal quando o sistema é lento, quando não se dá uma resposta imediata. Quer dizer, este Congresso tem recebido uma pressão nacional para que as coisas possam caminhar um pouco mais a fim de que possamos responder às necessidades da sociedade um pouco mais depressa. Mas infelizmente... Claro, é necessário que haja prudência. É necessário que não se

aprove um projeto de lei de um dia para o outro, mas que se pense, mas que também não possa acontecer o que está acontecendo, porque são mais de 20 mil brasileiros que esperam a revalidação do seu diploma e isso não acontece.

Percebemos também o bloqueio das universidades brasileiras no que diz respeito à revalidação dos diplomas. Já disse, desde 2010... Até 2010 conseguíamos revalidar diplomas de qualidade de algumas instituições boas, era natural, era tranquilo esse processo. A partir de 2010, esse processo recebeu... A gente tem isso de forma documentada: sob orientação da Capes, nós estamos suspendendo a revalidação de diplomas.

Tem universidade com mais de mil processos. Está abarrotada de processos. Nenhum. Tenho processos de associados de um ano, de dois, de três, de quatro, de cinco, até de dez anos. Tive um caso de Minas Gerais que uma requerente à revalidação de diploma deu entrada, esperou dez anos, morreu e não teve a revalidação do seu diploma. Ficou dez anos esperando uma revalidação e a universidade não se pronunciou. É uma forma de não conceder o direito. Enquanto a universidade não se pronuncia, não podemos fazer nada, porque ela tem o direito de análise, tem sua autonomia, e a respeitamos. Porém, essa autonomia jamais pode servir para impedir a concessão de um direito não só brasileiro, mas um direito universal, o direito à educação. Por isso a revalidação faz parte desse direito universal.

Por outro momento, encontramos a questão da própria logística da revalidação. Temos que entender e compreender, não só julgar. Foi colocado nas universidades esse processo, que ainda não tem uma legislação clara, definida. Muitas universidades não têm estrutura sequer para revalidar o diploma. Vou dar um exemplo. Estivemos em uma universidade que tem 500 processos de revalidação só na área de educação. Quinhentos processos! Só há 30 professores nessa área de educação. Como esses 30 professores vão dar conta dessa revalidação?

É um sistema oneroso, é um sistema que está sendo lento e que não favorece a situação dos brasileiros.

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Tenho só um minutinho para concluir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem dois ainda.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Permita-me usar este minutinho.

Olhe o que aconteceu aqui em Brasília. Semana passada, ano passado, todo mês de setembro, a UnB abre edital para revalidação de diploma. Observem,

fila, gente dormindo em uma fila aqui na UnB, para revalidar diploma. Mais de 30 pessoas. E quando abriu, só receberam seis diplomas para revalidar. Isto não existe, um Estado deste tamanho só aceitar seis processos de revalidação. Fila, gente dormindo em uma fila. É uma via-crúcis, é uma situação de calamidade, nunca vi uma situação desta.

Concluindo, mais de 20 mil brasileiros, a revalidação que demora, o custo, por isso é importante essa normatização. Tem universidade que cobra R\$250,00, R\$1,2 mil, R\$3,8 mil, R\$9,3 mil. As normas são absurdas, restringem o acesso das pessoas à revalidação. Há algumas universidades que não aceitam, se você mora em outro Estado. Você não pode dar entrada em revalidação lá, porque a universidade pública brasileira só atende quem mora no Estado. Isso não existe na Bahia, no Rio de Janeiro, em Sergipe, quem não é do Estado não pode dar entrada no processo de revalidação. Isso é um absurdo, é negar um direito à revalidação do diploma. Olhe o que acontece em Aracaju. Só para dificultar, infernizar os alunos, uma tese de um aluno tem 900 páginas, Senador. Então, Aracaju exige que o aluno chancela, o diploma dele é de Portugal, cada chancela custa 15 euros, a tese dele tem 902 páginas. Então, Aracaju exige que o aluno coloque o selo do consulado brasileiro em cada página da dissertação, para dizer que cada página é verdadeira. Isso não existe. É um absurdo.

Peço, concluindo, já disse três vezes, a ajuda desta Casa, peço a solidariedade dos Senadores para que possamos e, ao mesmo tempo, quero assumir o compromisso para que esse trabalho seja feito com qualidade. Falei com o Prof. Sérgio, pedi o apoio dele e peço aqui o apoio dos Senadores...

(Interrupção do som.)

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – ...um crime está acontecendo neste País. Milhares de professores, professoras, gente simples, gente humilde está sendo roubada, aviltada em diversos cursos piratas que se espalharam pelo Brasil inteiro. Senadores, digo sem medo de errar, mais de 20 mil pessoas hoje estão sendo roubadas. E o pior, são professores pobres, professores simples, que ganham piso salarial, pagando 30 parcelas de R\$400,00 em um curso falsificado. São muitos falsificados em vários Estados.

Eu gostaria de pedir a esta Comissão, se possível for, que pudéssemos criar um grupo de estudo para se debruçar sobre a questão da pirataria do diploma, que é muito séria.

Cheguei ao Estado da Paraíba, vou dar um exemplo, fui a uma cidade, alto sertão da Paraíba, Cajazeiras, onde há um grupo dando um curso de mestrado falsifi-

cado, cuja faculdade nem existe. Nem existe! Pasmem, Senhores! Eles têm lá mais de mil professores inscritos nesse curso. Cheguei lá para denunciar o curso, e eles ligaram: “Se o senhor chegar a Cajazeiras, a gente vai dar um tiro no senhor”. Eu disse: “Pois pode dar o tiro. Eu vou a Cajazeiras”. E fui a Cajazeiras e disse a todos eles... Fui à rádio. A mesma coisa aconteceu no Ceará. Fui à rádio pública e denunciei que era um curso falsificado, que os professores estavam sendo roubados e que isso não poderia acontecer no Brasil.

Eu peço a esta Comissão, peço aos Srs. Senadores solidariedade para que possamos fazer um grupo de estudos para nos debruçarmos. Já pedi a todas as pessoas, até na última audiência, para fazermos alguma coisa contra a pirataria do diploma, porque não dá mais para conviver com isso. Essa pirataria do diploma prejudica, e muito, essa luta justa, nobre, meritória em relação à revalidação com qualidade.

Meu muito obrigado aos companheiros que vieram de vários Estados e que aqui se encontram.

Agradeço a oportunidade e peço perdão por ter passado um pouco do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nada.

Parabéns Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior. (*Palmas.*)

Vicente, permita-me apenas dizer que, sem sombra de dúvida, você é um guerreiro por essa causa. Você persiste. Só em meu Gabinete, ele já esteve por 30 vezes, e eu que não marcasse essa audiência para ver! (*Risos.*)

Com muito carinho e respeito, mas ele é um guerreiro! (*Palmas.*)

Parabéns.

A denúncia que você faz é da maior gravidade. Eu acho que temos que encaminhar isso à Polícia Federal e pedir mais informações junto ao MEC, para podermos trabalhar juntos.

Nós vamos fazer a gentileza, naturalmente, e eu havia dito que eles falariam a qualquer momento. Eu já falei aqui com a nossa Priscila, a outra painelista, e ela disse: “Não, Senador. Faço questão”.

O Senador Juan Antonio Denis pediu a palavra. Passamos a palavra para S. Ex^a neste momento.

O SR. JUAN ANTONIO DENIS (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Juan Antonio Denis, do Senado Nacional do Paraguai! (*Palmas.*)

Meus cumprimentos! É uma alegria receber essa saudação tão entusiasta de um tema que une, de fato, todos nós. Meus cumprimentos pela fala!

Eu vou passar a palavra agora à nossa Priscila. A Dr^a Priscila Candido Ubriaco de Oliveira é Coordenadora Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação. Depois dela – eu sei que os senhores vão concordar –, eu vou passar à nossa Senadora Cirila.

A SR^a PRISCILA CANDIDO UBRIACO DE OLIVEIRA – Muito obrigada.

Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, a Senadora Mirtha, Sérgio Franco, Vicente França e Deputado Gonzaga Patriota; cumprimentar, em especial, os Senadores do Paraguai, nosso Senador Cristovam Buarque – militante da causa da educação –; e cumprimentar todos os presentes.

A Sesu agradece muito o convite para participar dessa audiência pública. Infelizmente, o Secretário Paulo Speller não pôde estar aqui presente. Ele queria muito ter vindo, mas foi chamado, ontem à noite, para uma viagem para o Panamá e não pôde vir. Pediu para eu representá-lo aqui.

A minha apresentação vai ser bem breve realmente, Senador Paulo, porque o Sérgio já fez a minha apresentação toda aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vai completar só.

A SR^a PRISCILA CANDIDO UBRIACO DE OLIVEIRA – Vou só, realmente, trazer alguns elementos mais voltados para a Sesu.

Acho que o Senador Paulo inclusive me indicou para participar dessa audiência, porque eu, particularmente, tenho um diploma de mestrado no exterior não revalidado ainda, desde 2009. Então, eu conheço na prática algumas das dificuldades que são enfrentadas nesse processo. Não sei se eu estava na foto da fila da UnB, Vicente. (*Risos.*)

Mas a gente tem trabalhado na Secretaria de Educação Superior, em conjunto com o CNE e com a Andifes, realmente estudando e verificando essas deficiências que hoje a gente vê nesse processo de revalidação, um pouco por conta do aumento da demanda – a gente teve uma internacionalização muito grande, um aumento dessa demanda também para as próprias universidades –, um pouco em razão da própria autonomia universitária – cada universidade estabelece, obedecendo às diretrizes do CNE, logicamente, seu procedimento, suas normas, e isso acaba gerando uma dificuldade para o demandante; quer dizer, se eu vou postular nessa universidade, eu tenho que apresentar tais documentos, na outra são documentos diferentes. Então, a gente tem trabalhado...

Existe, como o Sérgio falou, uma comissão no CNE. Existe também um grupo de trabalho na própria Andifes. Inclusive, Senador Paulo, eu acho que seria

muito interessante chamá-los também para o debate. A Andifes e a Capes têm muito a contribuir também para esse debate. E a gente tem trabalhado, realmente, nessas questões de agilização desses processos. Hoje, a gente sabe que eles são muito demorados.

O Sérgio levantou a questão do banco de dados, que ainda está em estudo. É uma ideia que eu acredito que seja muito profícua, uma ideia que vai agregar muito e agilizar também os processos. Vai haver um banco de dados e será possível verificar se esse diploma dessa universidade, nesse período, com essas matérias, já foi revalidado em algum momento. Isso facilita para a própria universidade, que passa a ter uma segurança ao analisar esse processo.

Também temos trabalhado com essa discussão, como o Sérgio falou, da Andifes, de eventuais convênios entre universidades, sempre observando, lógico, a reciprocidade de se fazer convênios para essa revalidação.

Há, também, o sistema do Arcu-Sul, que é um instrumento que futuramente vai agilizar e facilitar, realmente, essa questão da revalidação de diplomas, sempre focando, como todos bem falaram aqui, na qualidade desses diplomas que vem do exterior. Acho que ninguém aqui defende que se revalide diploma sem qualidade. Estamos realmente focando nessa questão da qualidade, mas em um processo que seja célere, que seja uniforme – eu acho que é uma questão bem importante – e que se traga essa revalidação para os nossos pesquisadores e para os nossos professores. Acho que era isso. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns a Dr^a Priscila Candido Ubriaco de Oliveira, Coordenadora Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação, defendendo também o reconhecimento dos diplomas, e, claro, usando sempre o termo “diplomas e cursos com qualidade”.

Agora, nós vamos passar, então, com muita alegria, à Senadora Cirila Concepción Cubas.

V. Ex^a está com a palavra pelo tempo que for necessário.

A SR^a CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Cirila Concepción Cubas, que, me diz a Senadora Mirtha, vai ser reempessada Presidente da Comissão de Educação do nosso querido Mercosul, que há de dar certo e que continue avançando.

Essa causa, como a senhora disse, é uma causa internacional, ultrapassa as barreiras, inclusive, do Mercosul. Parabéns a V. Ex^a!

Com muita satisfação, agora, passo a palavra à Sr^a Priscila Candido, se assim o meu Senador puder... A Priscila já falou.

Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Meus cumprimentos ao Presidente, meus cumprimentos ao meu conterrâneo, Deputado Gonzaga Patriota, a cada um dos que estão à Mesa e, muito especialmente, aos três Senadores paraguaios que nos honram aqui, tanto a Senadora Mirtha, como o Senador Juan Antonio e a Senadora Cirila Concepción.

Eu quero começar dizendo ao Senador Juan Antonio que nossa posição é de que o lugar do Paraguai é no Mercosul, de onde não deveria ter saído por força de decisões de ambos os lados, e que conte conosco para essa volta o mais rápido possível. Paraguai é Mercosul, e eu não imagino o Mercosul sem o Paraguai. (*Palmas.*)

Quanto ao tema que nós estamos debatendo hoje, eu creio que deveríamos, primeiro, chegar aos pontos em que estamos de acordo. Por exemplo, 20 mil pessoas hoje têm diploma depois de um esforço duplo – triplo, na verdade. É um esforço do estudo, é um esforço financeiro e é um esforço do distanciamento em relação a sua família, a sua cidade, ao seu país. Então, é uma realidade. Temos 20 mil pessoas passando por uma dificuldade psicológica muito grande, porque sofrem muito, e, depois de terem gasto dinheiro, depois de terem estudado tanto, estão impedidos de exercer sua profissão. E creio que, até o fim da década, esse número deve chegar a 40 mil. Esse é um ponto em que estamos de acordo. É uma realidade.

A segunda realidade é que, ao mesmo tempo em que essas pessoas e suas famílias estão sofrendo, o país está perdendo um recurso fundamental. Ou seja, por um lado, um sofrimento de família; por outro lado, um desperdício de pessoal qualificado de que o Brasil tanto precisa. São dois pontos que a gente tem que levar em conta para deixar claro que é preciso resolver esse problema, e como está aí não está resolvendo. O Revalida da maneira como é feito não está resolvendo.

O terceiro ponto é que há universidades sem qualidade e universidades com qualidade dentro do Brasil e dentro de qualquer país. E qualquer, eu digo, não só da nossa região, mas do mundo inteiro. Existe a pirataria, como chamou o Vicente, em todos os países do mundo, em uns mais e em outros menos, mas existe. E existem universidades de qualidade em todos os países. Não existe país onde não haja universidade de qualidade. Então, nós vamos precisar resolver o problema levando em conta essa desigualdade, essa

existência de pirataria e não pirataria, de qualidade e não qualidade.

Temos que levar em conta também outro ponto, que é o risco para o país e para as famílias de terem estudos e diplomas de universidades piratas. Nós estamos enganando muitos dos nossos jovens, e suas famílias, que vão estudar em universidades que não merecem fornecer o diploma, no Brasil e no exterior. Não há razão para dizer que essa é uma questão dos outros países. É uma questão muito forte no Brasil – e nós sabemos disso –, embora aqui tenhamos um sistema de avaliação que informa aos alunos se aquela universidade tem uma nota boa ou ruim; não sei se isso é do conhecimento do Senador e das Senadoras. Aqui o MEC faz uma avaliação cuidadosa, que antigamente se chamava provão, mas temos outras formas, o próprio resultado dos exames que se fazem de universidades, atribuindo-lhes uma nota. Então, um aluno que for para uma universidade ou um curso – é por curso – com má qualificação sabe do risco que está correndo. Mas temos que evitar os riscos para o país e o sofrimento para famílias, de estudar em instituições sem qualidade.

Outro ponto em que eu creio estarmos de acordo é que a revalidação na sua forma atual não está satisfazendo. Por um lado, joga uma responsabilidade muito grande em cima das universidades. É aí que entra o problema da autonomia. A universidade tem que ter autonomia para dizer se dá ou se não dá o diploma, porque ela se compromete com isso. Não está bem exigir de uma universidade dar um carimbo, em universidades que vêm de fora, sem fazer uma avaliação. E essa avaliação é custosa, é demorada. Esse é o lado positivo, o cuidado da universidade pela responsabilidade de colocar o seu carimbo. Junte-se a isso o lado negativo, que é o do corporativismo, criando reserva de mercado, para que não venham mais profissionais ocupar as funções. Prova disso é a resistência aos novos médicos que vieram do programa do Governo brasileiro Mais Médicos.

Vamos falar com franqueza: a grande resistência não foi ao fato de não ter revalidação: foi ao fato de virem de fora. Essa foi a grande resistência. No fim, usou-se o problema da revalidação como desculpa para a reserva de mercado. Uma desculpa que até pode ter sua justificativa: nós queremos, sim, saber a qualificação desses profissionais.

Então, do lado positivo, temos a responsabilidade da universidade que merece ser reconhecida no esforço que ela faz, no direito que ela tem de não sair carimbando diploma; e, ao mesmo tempo, a pressão que existe das corporações, inclusive dentro das universidades, para não darem a revalidação.

Há outro ponto que acho a gente deva começar a discutir. Até aqui, acho que todos estamos de acordo, mas há dois pontos sobre os quais penso que nós temos dúvida. Um é a ideia da revalidação automática, que foi uma proposta feita pelo Senador Requião com seu projeto de lei. Resolve o problema do sofrimento, mas não resolve o problema do risco, ou seja, ao se dar a revalidação automática, não há dúvida de que nós temos resolvido o problema do sofrimento desses jovens, mas não resolvemos o risco de saber se eles estão preparados ou não para exercer a profissão; deveria haver também essa preocupação com os formados do Brasil, e não só com os formados nos outros países.

Então, é por isso que, quando chegou o projeto da revalidação automática, nós começamos a trabalhar uma solução que casasse a responsabilidade e a redução dos riscos com a redução dos sofrimentos.

O caminho que eu achei – e aí é que eu coloco, perguntando a opinião de todos aqui – seria a ideia de que a revalidação será automática para universidades que tenham sido reconhecidas pelo Governo brasileiro. Então, o Governo brasileiro faz um reconhecimento das universidades. Começamos pela América Latina – deveria ser do mundo inteiro. Se essas universidades receberem o carimbo do MEC, os diplomas serão carimbados automaticamente aqui, sem precisar consultar a universidade, e o diploma que fica valendo é o da universidade originária, que é uma universidade que tem um selo do Ministério da Educação.

Essa proposta, que é a emenda que eu fiz, tem recebido muitas críticas. Eu fico até surpreso porque o Prof. Vicente e a associação aceitam isso. Eu temia que, num primeiro momento, houvesse resistência, porque vai haver diploma que não será reconhecido por causa da universidade que não for reconhecida pelo MEC. Mas eles aceitaram. A Capes tem reclamado disso. E a SBPC tem reclamado disso.

O argumento mais forte, Prof. Sérgio, é o de que não há estrutura para fazer essa validação das universidades. Eu não acho que seja tão difícil fazer isso. Eu não acho que seja tão difícil porque hoje existem critérios. Por exemplo, se a gente fosse considerar que as universidades reconhecidas no mundo inteiro já entram como reconhecidas, eu creio que, das 200 mil, só teríamos reconhecida a USP do Brasil. As outras todas estariam fora, o que não é justificável. Mas não é difícil a gente ter um avaliação dessas universidades, com um pequeno esforço de cooperação internacional.

Então, eu continuo defendendo e vou apresentar, o mais rápido possível, essa proposta. Já demoramos demais. Já ouvimos demais. Já fizemos audiências demais. Vamos ao voto e vamos discutir isso junto aos Senadores, primeiro, na Comissão de Relações

Exteriores, onde espero levar na próxima semana, e, segundo, aqui, talvez, na semana seguinte, para resolvemos isso de uma vez e mandarmos para o Plenário. *(Palmas.)*

Mas eu não vim aqui para comunicar isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –É terminativa. Não precisa nem ir ao Plenário.

Mas não vim aqui para comunicar isso. Vim para ouvir cada um dos senhores e senhoras, cada um de vocês.

Gostaria de saber, começando talvez – mas a ordem determina o Presidente – pelo meu interesse maior, da Dr^a Priscila, que representa o MEC, e de cada um dos outros, inclusive o Professor Sérgio, porque representa uma instituição tão importante, o que vocês acham desta ideia. O MEC reconhece instituições universitárias e, automaticamente, aceitaremos os diplomas que essas universidades ou esses cursos... Eu acho que não pode ser por universidade aberta, porque a universidade tem um bom curso e tem o curso ruim. O esforço terá que ser maior. E queria ouvir a opinião do ponto de vista do conceito, que acho que é mais tranqüilo, e do ponto de vista da operacionalidade disso – como é que operacionamos a avaliação da universidade que existem no mundo? A minha pergunta é esta: o que acham da ideia e como imaginam que seria a operacionalidade disso? A Capes faz inclusive do ponto de vista institucional. Deixamos isso a cargo da Capes, da Sesu? Cria-se uma entidade do Conselho Nacional da Educação? Cria-se uma entidade para fazer isso? Do jeito que nós temos o Inep, que faz avaliações, criamos um instituto ou damos ao Inep a tarefa de fazer isso?

Essas são as duas perguntas: o que acham do conceito e o que acham da operacionalidade de como deveria ser feito esse reconhecimento – não é reavaliação – institucional, caso, como espero, o projeto de lei do Senador Requião venha ser aprovado com a minha emenda?

Aproveito para agradecer muito e dizer que foi muito interessante escutá-los. Anotei muito e, talvez, no meu parecer, acrescente algumas das coisas que ouvi aqui. Pelo que ouvi até aqui, não tenho que mudar a minha emenda, mas apenas aumentar a minha justificativa.

É isso e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam, um ícone da educação no Brasil, que deu o seu ponto de vista e faz o questionamento à Mesa.

Eu, antes de passar para a Mesa, quero só registrar também que estão conosco aqui Josa Barbosa da Silva, Diretor do Sindicato dos Professores do Estado de Roraima e Delegado da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior.

Está presente também Cheliana Lima da Silva, Diretora das Estaduais do Sindicato dos Professores do Estado de Roraima; Fabiana Souza Trindade, Professora da Universidade Evangélica do Paraguai; Antônio Fernandes de Moraes, Professor em Rondonópolis; Alexandre da Silva Santos, Professor em Rondonópolis; Roberto Belo Júnior, também Professor Mestre em Alagoas; Antonia Ladislaus, Professora Fundação Cariri – Crato, Ceará, e Luciene Borges Tavares, Professora da Universidade do Estado do Pará.

Eu não havia registrado ainda a importância de estar conosco também a Conselheira da Embaixada da República do Paraguai, Sr^a Delia Evangelista Ocampos Amarilla.

Sejam todos bem-vindos.

Vamos começar, dando a palavra a todos nossos convidados, pela Dr^a Priscila. Eles já respondem ao Senador Cristovam e, ao mesmo tempo, fazem as suas considerações finais.

Sr^a Priscila, com a palavra.

A SR^a PRISCILA CANDIDO UBRIACO DE OLIVEIRA – Senador, vou verificar só se entendi. A proposta seria o Ministério da Educação fazer uma espécie de lista, alguma coisa nesse sentido, que reconhecesse as universidades fora do País, não é? *(Pausa.)*

Vou levar a proposta para o Secretário Paulo Speller, que é quem vai lhe dizer sobre o conceito. Mas para mim – Priscila –, sobre operacionalização, a minha perspectiva é de que teríamos algumas dificuldades de estrutura – pensando em Sesu – para operacionalizar isso na própria Secretaria e teríamos também nossos questionamentos, que, óbvio, são sanáveis, mas seriam questionamentos sobre qual metodologia a ser adotada, se o lugar ideal para fazer isso dentro do MEC seria a Sesu ou a Seres, que cuida da regulação das nossas próprias instituições, de que forma isso seria implementado, qual seria o prazo de validade dessa listagem, seria para a universidade, seria por áreas ou se seria por curso.

Então, vejo uma série de questionamentos que adviriam desse conceito. Eu acho que realmente é uma questão que pode ser avaliada, vou levar isso para o Secretário. Sugiro, talvez, se o senhor quiser conversar com ele pessoalmente, acho que seria muito interessante até para apresentar a ideia para o Prof. Paulo. Tenho certeza de que ele ficará muito feliz de recebê-lo.

Nas considerações finais agradeço o convite. Acho que é muito profícuo este debate. Agradeço ao Senador Paulo Paim, que propôs esta audiência pública. Acho que o importante, como o próprio Senador Cristovam falou, é que concordamos em muitos pontos. Acho que todos hoje concordamos que precisamos realmente aperfeiçoar esse processos de revalidação e de reconhecimento e que essa revalidação e esse reconhecimento têm que ser feitos com qualidade. Esses são dois pontos centrais. A forma como vamos operacionalizar e como isso será feito é o que tem que ser debatido, mas acho que a gente concorda nesses pontos centrais do que é fundamental aqui.

Agradeço novamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Dr^a Priscila Candido Ubriaco de Oliveira, que aqui falou como Coordenadora-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação.

Seguindo agora, da última para os primeiros, passo a palavra ao Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, Sr. Vicente Celestino de França.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Quanto à proposta do nosso Senador, na última audiência se fez um grande questionamento sobre a questão da revalidação automática, que não poderia porque iria permitir que entrasse a pirataria também. Na oportunidade, a gente argumentou o seguinte: já houve um consenso dos países membros do Mercosul de que essa revalidação deve ser automática. Nisso aqui o Senador foi feliz e fiel a um consenso que não é só o do Brasil. O Mercosul já chegou a esse consenso, reconhecimento tem que ser automático, porque ele funciona na Argentina, ele funciona no Paraguai, um brasileiro que vai para a Argentina, para o Uruguai e para o Paraguai tem o seu diploma reconhecido e pode exercer a sua profissão lá, só não pode aqui, dadas as dificuldades que estamos discutindo. Então, o reconhecimento automático é uma realidade que deve ser acolhida por todos nós, porém, com critérios. Aí o Senador está dando uma sugestão. Então, vamos criar essa lista.

Senador, é um poder muito grande para só um órgão fazer essa lista. Que se possa criar uma comissão de forma muito democrática. A gente teme porque existem instituições brasileiras que se arrogam o direito de legislar até acima do Congresso. Então, o nosso temor é que na elaboração dessa lista de países ou instituições que terão seu diploma automaticamente aceito... Agora, esse automaticamente não significa ausência de critérios. O Senador disse que deve haver critérios. Evidentemente, essa Comissão que poderá

ser criada e que vai se debruçar sobre essa possível lista, essas possíveis instituições deverão também estabelecer critérios para que esse reconhecimento automático, que deve ser automático, seja realmente efetivado. Agora, seja efetivado com critérios. Essa é a nossa preocupação. E a preocupação maior é que não seja apenas uma instituição. Eu mesmo gostaria imensamente, e vou brigar para que eu também, a minha associação, as outras associações, ABPós Mercosul, outras instituições da sociedade não sejam só um instrumento de governo. Claro que a responsabilidade maior, o direcionamento disso é do ministério, é do órgão a que compete isso. Agora, não impede que o órgão que tem essa competência escute também as demais instituições da sociedade.

Faço apenas esse apelo para que a sociedade não seja excluída desse processo de construção dessa lista, porque é aí onde residem as injustiças, porque pode haver injustiça, pode haver instituição que fique de fora. E, ao mesmo tempo, que se abra um espaço. Além de ter essa lista, não quer dizer que os alunos não tenham direito. Agora, vai entrar pela questão do mérito. Aí, vai-se analisar o mérito do trabalho, etc. Mas que isso vai ser muito positivo, vai. Nós já pedimos, na última reunião, que se começasse um trabalho nesse sentido, mas infelizmente não foi possível.

Para concluir, quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que foi solidário ao trazer esse debate, ao propor esse debate como homem público. Quero dizer ao senhor que vamos ter, ainda no final deste mês, uma audiência no seu Estado, no Rio Grande do Sul, com a Deputada Ana Affonso, porque lá também há uma pirataria absurda – inclusive nos três Estados. Nós temos mais de mil professores sendo vítimas dessa pirataria. E, por uma questão até de socorro a essas pessoas que estão sendo aviltadas, por gentileza, peço a esta Comissão, encarecidamente, em nome dessas pessoas, que a gente possa fazer algum trabalho, começar alguma comissão para discutir essa temática, que já foi denunciada aqui nesta Comissão, na última audiência. Esse pedido eu gostaria que fosse considerado.

E dizer que vamos continuar a nossa luta, junto à Senadora Mirtha, aos Senadores que nos prestigiaram. A gente se sente feliz de ver que vocês estão apoiando esta causa, que não é uma causa do Paraguai. Estivemos lá com o pessoal da Argentina, da Coneau. Também estamos todos preocupados e, com certeza, todos interessados em encontrar uma saída para essa problemática.

Vamos continuar, vamos ter um debate no Parlamento do Mercosul – já pedimos à Senadora Mirtha – que vai nos proporcionar a possibilidade de a gente conversar, de a gente dialogar. E onde a gente puder, a

gente vai levantar esse debate, que é importante. Sem arrogância, sem nenhuma outra pretensão, a não ser buscar o direito à revalidação com qualidade.

Senador, da nossa parte, apoiamos esse projeto e pedimos, de sua parte, somente uma atenção a essa possível comissão, porque é importante que a sociedade também participe dessa construção, que é importante, mas que deve ser de forma democrática, participativa, como tem sido feito em todo o Brasil.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Sr. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras.

Senador Cristovam, vou passar a palavra a todos e vou pedir que V. Ex^a encerre a audiência em nome do Senado do Brasil.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Sérgio Kieling Franco, representante do Conselho Nacional de Educação.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO – Senador Cristovam, o seu raciocínio é extremamente salutar nessa discussão, na coleção desses consensos que a gente tem e nas dúvidas que merecem realmente um debate profundo.

Ao primeiro ponto que anotei aqui quando o senhor falava, o senhor já deu a própria resposta. Um selo de qualidade, como eu gostaria de chamar esse reconhecimento por parte do Estado brasileiro, não pode ser pela universidade, tem de ser pelo curso, porque, como o senhor disse, uma grande universidade pode ter um curso que está fraco ainda, que está em processo de organização ou está passando por alguma crise.

O grande ponto é: que critérios vamos ter para poder criar essa lista e quais os mecanismos para chegarmos a ela? Acho que temos um ponto de partida, que citei antes, que é a questão do Arco-Sul, pode ser um bom ensaio para isso.

O Arco-Sul – eu gostaria de me deter um pouco mais nesse caso – é um sistema que exige que cada curso que se submete a essa legislação seja visitado por uma comissão de professores, formada por um professor da área do país que participa ou de onde é a instituição, porque precisa conhecer como é o sistema do próprio país, e dois professores da mesma área de outros dois países do Mercosul. Então, é uma comissão internacional de pessoas da área de conhecimento e que faz uma visita, que leva uma semana praticamente, para entender a qualidade do curso – qualidade institucional, qualidade acadêmica, de seu corpo docente, de sua infraestrutura – e entender como se insere dentro do contexto do país e da região do Mercosul.

Aqui traz o seguinte: uma avaliação criteriosa é um ótimo ponto de partida. Claro que ela não vai ser suficiente; precisaremos muito mais do que isso, mas temos uma demora para conseguir chegar a isso. Mas esse sistema Arco-Sul também traz um outro dado importante, que a Priscila levantou aqui, que é qual seria o prazo de validade desse selo, porque são processos vivos, a universidade é uma instituição viva. O Senador Cristovam, como ex-reitor, sabe muito bem que a gente tem ondas que acontecem dentro da instituição; a gente precisa ter esse prazo de validade.

Então, eu diria que é possível criar uma lista, sim; a princípio, é possível. Agora, nós temos de pensar muito bem a respeito dos critérios disso. Um primeiro critério seriam os sistemas preexistentes, dos quais o Brasil faça parte. Um outro critério que a gente tem discutido dentro do Conselho Nacional de Educação é que o histórico das avaliações de revalidação feitas no País pode ser um critério também. Se eu tenho um curso em uma instituição que recorrentemente as universidades avaliam como de qualidade, por que não tornar isso validador de um processo mais rápido? Porque eu já tenho essa análise sendo feita e isso torna que aquele curso que é recorrentemente bem avaliado possa ser tratado de uma maneira especial.

Um risco grande que a gente corre é se basear em *rankings* externos. Será que o critério utilizado no *ranking* externo nos serve ou não?

Um processo que acho que se pode discutir é o aproveitamento de processos de acreditação existentes nos países de origem. Foi colocada aqui a questão da Aneaes, do Paraguai, que faz a avaliação do Mercosul, como aqui no Brasil o fazem a Conaes e o Inep, como a Coneau, na Argentina, mas também faz avaliações internas do Paraguai. Então, a gente poderia também utilizar porque todos os países do mundo têm sistemas de acreditação. Em alguns países, esse sistema é estatal; em outros, não é estatal, mas existem mecanismos também de acreditação nas próprias agências de acreditação. Então, teríamos também de aproveitar esse critério.

Temos que discutir a fundo quais os elementos que podem nos fazer gerar essa possível lista. Não dá para imaginar que o Governo brasileiro vá poder fazer avaliação em todas as universidades do mundo, obviamente, mas a gente pode buscar esses mecanismos. E uma discussão que considero bastante profunda sobre que elementos se podem utilizar e aproveitar as experiências já existentes para que a gente possa ir aproveitando pode nos permitir definir quem vai fazer isso. Se vai ser o Conselho Nacional de Educação, se vai ser a Sesu ou a Seres, pelo MEC, para os cursos de graduação, a Capes, para os cursos de pós-

-graduação. Vamos discutir quem serão esses atores, mas acho que é possível caminhar nessa direção. No entanto, a gente tem ainda um bom caminho de discussão para ver quais mecanismos vamos usar para isso. Temos estas pistas: os sistemas de que o Brasil já é signatário, o histórico das avaliações feitas no Brasil e os processos de acreditação ou avaliação utilizados pelos países em que temos interesse em fazer esse processo mais ágil.

Claro que eu não queria deixar de registrar, de frisar – é uma coisa que o Senador Cristovam Buarque, quando falou, deixou um pouco nas entrelinhas – e de destacar que o fato de haver uma lista dessa não impede que cursos que não estejam nessa lista não passem por um processo de revalidação, obviamente. E uma preocupação que temos também é a seguinte: especialmente na pós-graduação, da maneira como está a atual regulamentação do CNE – e quero deixar claro que existe uma regulamentação hoje sobre a revalidação de instituição. Não está à deriva, não. Existe uma regulamentação. –, ela é um pouco vaga em alguns aspectos, deixando margem para esse processo com que a gente não está satisfeito.

Mas uma questão extremamente importante nos dias de hoje, especialmente na pós-graduação, são os cursos inovadores. Tenho que ter mecanismos para que eu possa reconhecer um curso com que não temos paralelo no Brasil porque é uma inovação grande de um outro país e que eu preciso validar para nós também. Tenho de ter espaço para isso. Então, a ideia de criar uma lista não invalida todo o processo restante que a gente precisa continuar, inclusive, aperfeiçoando.

Para finalizar, quero colocar o Conselho Nacional de Educação e particularmente a Comissão de Revalidação de Títulos, que presido, completamente à disposição desta Casa e dos parceiros desta discussão para que possamos ir aperfeiçoando esse processo. Nós temos clareza do nosso trabalho num sentido: cabe ao Conselho Nacional de Educação estabelecer algumas normas para o funcionamento desses processos, mas cabe também e fundamentalmente orientar os processos. A gente entende que tem um papel importante de orientar as instituições, de como elas podem e devem fazer esses processos de avaliação, de análise para revalidação. Como, por exemplo, um ponto em cuja tecla tenho batido muito nas discussões com a Andifes, com as instituições, internamente no Conselho, é que um processo de revalidação ou de reconhecimento de título é um processo de análise institucional; não é um processo de julgamento individual. Isso é muito importante. A gente ainda tem esse resquício muito grande, que é o espaço do corporativismo. Nós temos que vencer o espaço do corporativismo.

Então, colocando-nos completamente à disposição, como já temos essa parceria tão grande com o MEC – quase nos complementamos, sem combinar antes; não houve combinação prévia – queremos nos colocar à disposição. Realmente estamos interessadíssimos em que esse processo avance. Isso é importante para o Brasil, como um todo, e é importante para o Mercosul, de que sou realmente um fã.

Acho que temos muito a ganhar com o fortalecimento do Mercosul. E, se às vezes a questão econômica do Mercosul fica cambaleando, normalmente é nesses momentos que as suas questões sociais avançam mais, e isso é algo com que precisamos estar abraçados para que consigamos conquistar esse espaço importante de América Latina, ocupando nosso espaço no cenário mundial.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Sérgio Kieling Franco, representante do Conselho Nacional de Educação.

Quero ainda registrar aqui, primeiro, antes de passar a palavra ao Deputado, a presença do Prof. Celso Afonso, Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Pós-Graduados do Mercosul.

Quero dizer também ao Presidente da Associação Nacional, que insistiu muito na criação de uma comissão e nós não estamos respondendo. O que eu posso dizer? Vou levar sua proposta ao Presidente Cyro Miranda, para que ele possa, então, decidir se podemos fazer uma subcomissão ou um grupo de trabalho. Acho que é possível um grupo de trabalho, mas vai ficar para decisão dele.

Passamos a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1.981, de 2011.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Presidente Paim, eu acho que, de todas as audiências de que a gente participou para discutir esse problema, essa foi muito importante, porque há dois atores aqui de que a gente sente a vontade deles em ajudar nesse processo: o Prof. Sérgio, do Conselho Nacional de Educação, e a Profª Priscila, do SisU. É importante estarem aqui e ouvirem o nosso Presidente Vicente Celestino, que traz aqui, com muita contundência, a preocupação dessa associação nacional, como o Prof. Cristovam Buarque, que foi reitor da UnB, e também tem suas preocupações como professor, como Senador.

Eu gostaria até de aproveitar a Priscila e o Sérgio para fazer aqui uma proposta. Há coisas neste País, que é um país grande, onde acontece uma seca lá na minha região do Nordeste e, ao mesmo tempo, chuva demais lá no Sul, e o Governo tem que correr para os dois lados para ver quem está morrendo de sede ou quem está com água demais.

A necessidade de médicos no Brasil, obviamente, já foi bem maior. Em 500 anos, nós tivemos 220 mil médicos. Em 13 anos, do ano 2000 ao ano 2013, nós quase que duplicamos o número de médicos, fomos para 426 mil médicos no País. Mas a Presidente viu que é necessário haver médicos em quase mil Municípios que não têm médicos e passou por cima de normas, de tudo que há aí de exigências, e disse: “Eu quero médicos”. E não adiantou. A gente xingou aqui, mas os movimentos sociais disseram: “A gente quer mesmo”. E muita gente que era contra a vinda de médicos, até médicos colegas nossos aqui, Parlamentares, disseram: “Espera aí. Eu vou ter que me dobrar aqui e aceitar a vontade do povo, e deixar vir médicos”. Mas fazendo alterações. Lógico que ninguém vai trazer para cá alguém que se formou em Medicina numa universidade que não existe, ou, como chama o Prof. Vicente, numa faculdade “pirata”. Não pode. Lógico que o Brasil não vai trazer esse tipo de médico. Mas isso foi bom para ajudar nesse nosso projeto.

Quero fazer aqui um apelo ao Prof. Sérgio e à Priscila, que, dentro desses critérios da educação, sejam agora discutidos também os critérios do Ministério da Saúde, como foi que fez isso. Lógico, o Ministério da Educação tem sua independência, mas nós somos um país. A nossa presidente é a Presidente Dilma; o Ministro da Educação é o Mercadante; o Ministro da Saúde é o Padilha. Eles se entendem.

Eu acho que tem que dizer que há um apelo de um matuto, do Gonzaga Patriota. Mas o povo de Pernambuco não tem juízo e já me mandou para cá por mais de 30 anos. E eu quero chegar e dar uma satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sou testemunha viva.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – É. Desde 1982 que a gente está por aí representando Pernambuco. Eu não tenho como chegar lá e dizer: olha, o estudante brasileiro, que foi obrigado a fazer uma pós-graduação, um mestrado, um doutorado, não encontrou aqui, porque não tem, ele foi para a UBA, uma universidade argentina, uma universidade reconhecidíssima. Mas ele vem para cá e, com os critérios atuais, não vai dar aula aqui no Brasil, porque não tem como. Ele fica aí 5, 6, 10 anos ou mais esperando para ver isso. Então, quero fazer aqui esse apelo à Priscila e ao Sérgio. Vamos ver se a gente encontra uma saída.

Eu ouvi bem o Prof. Cristovam falando que o acordo de admissão de títulos e de graus universitários para atividades acadêmicas do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países Membros do Mercosul, que foi regulamentado pelo Decreto 5.518, já deixa bem claro: universidades reconhecidas. Tam-

bém tive o cuidado de colocar isso em nosso projeto de lei. Antes, eu apresentei um projeto de lei e matei ligeiro: estudou, passou, chegou com diploma e ensinou. Eu vi que não dava. Há que se preencher todas essas exigências.

O art. 5º, parágrafo único, diz: “Não serão aceitos no Brasil os títulos de pós-graduação referentes a cursos considerados irregulares.”

Então, quando você vem com o seu título e pede aqui a validação, de acordo com esse projeto, na hora em que a lei for sancionada, tem que mostrar que universidade é essa. A preocupação do Prof. Cristovam está exatamente aqui em nosso projeto.

Por último, quero agradecer a todos aqui, principalmente a nossa querida Senadora Mirtha. Já debatemos lá na Argentina, na Universidade de Buenos Aires; o Senador Juan; a nossa querida Senadora paraguaio-brasileira, professora, educadora; demais autoridades presentes; a Priscila. Reitero aqui a minha admiração pelo nosso Prof. Sérgio. O Prof. Vicente Celestino é desse tamanho aí, mas não precisava esse tamanho não. Podia ser pequenininho como eu, conheço a coragem, até porque é pernambucano também. E, principalmente, agradeço o Paim. Fomos colegas aqui, na Assembleia Nacional Constituinte. É um educador, é um amigo, é uma pessoa que trabalha diuturnamente. Por isso, a gente está aqui tendo a oportunidade de discutir este assunto tão importante nesta audiência pública.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agradeço ao Deputado Gonzaga Patriota. Mas tenho que dizer que gostei do título de educador. Meu sonho era ter tirado uma universidade, mas confesso que não tirei. Não tinha como pagar a universidade naquela época. Eu não pude pagar.

Quero passar a palavra, neste momento, à Senadora Mirtha Palacios Malgarejo, que falará em nome da delegação. Todos usarão a palavra, mas o Senador Juan disse: “Só um minutinho então.”

Então, nós vamos passar à Mirtha, para falar em nome de toda delegação dos nossos convidados, sem prejuízo do Senador Juan, que pediu um minuto para complementar.

Senadora Mirtha, com a palavra.

Marta Suplicy é a nossa Ministra da Cultura e ex-Senadora. Eu olho para ela e me lembro da Marta.

Senadora Mirtha, com a palavra.

A SRª MIRTHA PALACIOS MELGAREJO – (Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Mirtha Pa-

lacios Melgarejo, representante do Paraguai no Parlasul, Mercosul.

O Senador Juan pediu um aparte. Como vou lhe dar um minutinho, vou dar também para a Senadora Cirila.

O SR. JUAN ANTONIO DENIS – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma salva de palmas para ela, que deve estar acompanhando lá pela TV Senado. *(Palmas.)*

O SR. JUAN ANTONIO DENIS – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Juan Antonio Denis.

Senadora Cirila Concepción Cubas.

A SR^a CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Patriota, não é?

A SR^a CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É, Senador Patriota.

A SR^a CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Patriota! Deputado ele já foi. Agora, ele está se preparando, porque é no ano que vem. No ano que vem, ele vai se eleger Senador. *(Risos.)*

A SR^a CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS – *(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns, Senadora, pelo seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É só para dizer que o Mercosul sem o Paraguai também não é Mercosul. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Houve um apelo aqui para que eu desse um minutinho para alguém falar em nome do

plenário, dos que estão assistindo aos debatedores. E foi indicado o Roberto Zanatta Guerra, é isso?

Roberto Zanatta Guerra, peço que você seja o mais breve possível.

O Roberto Zanatta Guerra é de Sertão, Rio Grande do Sul, e é Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais.

O SR. ROBERTO ZANATTA GUERRA – Não, não. Não sou presidente; sou da seção sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui veio como presidente. Agora eu te promovi. Depois, tu resolves lá embaixo.

O SR. ROBERTO ZANATTA GUERRA – Está bom.

Eu gostaria de lhe agradecer em nome de todos, Senador Paim, com o nosso respeito lá do Rio Grande do Sul. E dizer que aprendi muito em educação com os paraguaios. E me orgulho em dizer, porque a respeito de um dos maiores educadores que o Brasil tem – Paulo Freire –, lá eles me disseram: “Vocês não dão valor para um dos maiores educadores do mundo.” Eu aprendi no Paraguai.

Quando voltei para o Brasil com o diploma... Estou muito feliz, porque a gente fez um curso muito bom. Por mais que não seja promovido, não seja revalidado, eu fico muito agradecido por isso. O nosso orientador veio várias vezes ao Brasil para estudar a nossa instituição. E nós fizemos coisa séria.

Vou dizer uma coisa: nós saímos do Brasil com toda a documentação legal. Nós procuramos o Conselho Nacional de Educação, nós tínhamos dois decretos nos apoiando. Inicialmente o Conselho Nacional de Educação tinha um posicionamento sobre o acordo Mercosul; a Capes tinha outro. Nós fomos lá para fazer curso. Uma pauta da greve do Sinasefe foi para cumprir o acordo do Mercosul exatamente por isso. E há uma disformidade, há uma discordância em termos de aceitação automática. Há instituições que pagam. Vejamos aqui na Câmara e no Senado.

Encontrei uma colega que não sabia que havia na Câmara uma lei, que os servidores são promovidos com aquele diploma. E eu disse: “E você não tem essa lei? Ela respondeu: “Não, estou sabendo agora.” Então nós somos mal-informados.

Quando nós nos encaminhamos para sair do Brasil – todas as vezes nós, servidores públicos, fomos através dos decretos –, fomos com portaria ministerial. Toda documentação eles nos exigiam, e nós nos amparamos em dois decretos: um presidencial e um do Senado.

E, hoje, o que está acontecendo no nível de servidores públicos? Há colegas de turma que fizeram o mesmo curso na mesma universidade com promoção

e há colegas sem promoção. Essa distorção tem que acabar. Não estou dizendo... Até no começo eu recebi por titulação, mas nós repassamos a informação para outras instituições. O que foi feito? O MEC mandou cortar o nosso.

Eu não estou preocupado com isso, mas não quero com isso que outras instituições que hoje têm institutos... É só olhar, porque não é questão de revalidação. A legislação está bem clara. É só pegar a legislação de 1987. Agora não me lembro. É reconhecimento interno, que é diferente de revalidação.

Estou muito agradecido. Parabenizo ao senhor e a todos os debatedores.

Gonzaga Patriota, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Roberto. Satisfação ouvi-lo, com certeza. Foi a alegria de todos.

A Presidente da UNE, Virgínia Barros, pediu para justificar que não se fez presente por motivo de força maior.

O nosso Vicente Celestino entrou naquela do minutinho, mas vai me explicar se o seu nome tem a ver com o Vicente Celestino.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – É mais uma homenagem a meus avós: minha avó era Vicência e meu avô, Celestino. Então, houve uma feliz coincidência. Também gostavam de Vicente Celestino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não vai cantar para nós...

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Não. Na próxima eu trago o violão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então fica acertado.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Eu só quero dar um pequeno aviso, porque pedi ao Secretário da Comissão de Relações Exteriores que recebesse os estudantes que vieram de vários Estados.

Agradeço o sacrifício que vocês fizeram. Teve gente, Senador, que fez rifa para chegar aqui e honrar.

Eu quero uma salva de palmas para vocês. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Vocês deram um exemplo para todos nós. Há gente que viajou desde ontem, às quatro da manhã, chegou aqui à meia-noite, mas chegou. Nossa gratidão à boa vontade de todos vocês.

Nós vamos ter, às 14 horas, na sala próxima à da Comissão de Relações Exteriores, uma reunião com o Secretário da Comissão, Alexandre, que vai nos explicar os próximos passos do Projeto nº 399, porque é importante que todos conheçam. Um diz uma coisa, outro diz outra. Ele concordou em se sentar um pouquinho com a gente só para explicar quais são os próximos passos, para onde vai o projeto.

Como nós temos interesse no andamento desse projeto, ele vai nos receber às 14 horas, aqui na sala da Comissão de Relações Exteriores. Acho que é a terceira ou quarta depois desta. E eu convido os nossos colegas para, às 14 horas, nós nos encontrarmos lá.

E amanhã, às 8h30min, nós teremos um encontro na Câmara Legislativa de Brasília, porque nós temos um projeto de admissão de diplomas do Mercosul, com o Deputado Wasny de Roure, que é o Presidente da Câmara Distrital.

O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Vamos encerrar então.

O Senador Cristovam diz que se sente contemplado com a fala de todos.

Eu só pedi para confirmar, porque não queria errar os números. Em 11 setembro nós nos lembramos de dois momentos tristes da história da humanidade. E que este seja um momento de alegria, este novo 11 de setembro.

Em 11 de setembro houve o ataque às torres gêmeas. Está fazendo doze anos. E foram também 40 anos do golpe militar no Chile, com a morte do Presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973.

É uma data que entrou para a história, que tem um lado negativo, e que tenha o lado positivo, com a aprovação em definitivo do projeto de interesse de todos nós que estamos aqui, seja o seu projeto original, seja outro substitutivo que resolva de uma vez por todas essa questão.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

Eu queria ainda entregar o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013 aos três Senadores convidados. É uma radiografia da educação básica no Brasil. Pediria aos Senadores que viessem aqui na frente.

Estou entregando aqui para a senhora...

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.*)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, e com a presença dos Senhores

Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da pauta. Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, registra a presença para acompanhar a votação do Item 3 da pauta, do Senhor Marcus Brandão, presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores; Senhor João Negreiros, representante da Federação de Empresas Juniores do Distrito Federal e Senhor Pedro Ivo, representante do Diretório Acadêmico da Universidade de Brasília – UnB. Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Jair Boldonaro, que “Institui a Semana Nacional da Saúde Masculina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Armando Monteiro e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda registra a presença dos representantes do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar – SAE; do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO-DF do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina– SINTE-SC e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, que reivindicam pela aprovação do Plano Nacional de Educação, que atualmente tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Acréscenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cur-

sos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o parecer é pela prejudicialidade do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 9: Requerimento nº 51/2013-CE, de autoria dos Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim, de caráter não terminativo, que requerem “... em aditamento ao RCE nº 38, de 2013, aprovado em sessão de 16 de julho próximo passado, a sua retificação para substituir a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de realizar uma de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados”. O Requerimento é aprovado. Item 10: Requerimento nº 52/2013-CE, de autoria dos Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim, de caráter não terminativo, que requerem “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 279, e I e II do art. 93, respectivamente, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de diligência na cidade de Salvador (BA) e audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para, com a participação dos convidados abaixo relacionados, debater sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009 (PL nº 7.150, de 2002, na origem) de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009, fica sobrestado na Comissão até a realização da Diligência e da Audiência Pública. Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cidinho Santos, que “Insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável,

com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010; Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 8 e nº 544, de 2009 e Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu vou passar a palavra inicialmente para a Senadora Ana Rita para as suas considerações sobre o projeto não terminativo, que já foi lido e para o qual foi concedida vista à Senadora Ana Rita, antes de submetê-lo à votação.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero dialogar aqui com os nossos colegas Senadores e Senadoras sobre o item nº 3, porque, na reunião da Comissão de Educação que aconteceu na semana passada, eu pedi vista em função, inclusive, de uma nota técnica do Ministério da Educação relacionada à criação e à organização das associações denominadas empresas juniores. Entendemos naquele momento que era importante pedir vista até para poder dialogar com os próprios estudantes. E foi o que nós fizemos, Senador Cyro Miranda. Tivemos várias conversas com os estudantes, conversas muito produtivas

e, inclusive, me senti muito feliz por ver os estudantes envolvidos, animados e tão responsáveis no sentido de garantir que essas empresas funcionem, porque é uma grande oportunidade para os estudantes, para os jovens criarem essas empresas – são empresas juniores –, para possibilitarem a esses jovens uma alternativa, uma possibilidade de visualizar o futuro através delas.

E também dialogamos com o Ministério da Educação. Nesse diálogo nós vimos que é importante, sim, apresentar algumas emendas. Em princípio, os estudantes têm plena concordância com as emendas que nós desejamos apresentar. Os estudantes também manifestaram interesse em melhorar e qualificar o projeto. Mas também avaliamos a importância de ganharmos tempo.

Portanto, Sr. Presidente, nós encaminhamos da seguinte forma: o projeto poderá ser votado aqui hoje e, quando ele chegar à Comissão de Constituição e Justiça, nós faremos com mais tempo, nesse período, as mudanças que forem necessárias para melhorar e qualificar mais ainda o projeto e atendendo, com certeza, os interesses dos estudantes, mas também os interesses do MEC. Então, isso já está pactuado, já está acertado, já está combinado de forma bastante tranquila.

E eu quero aqui agradecer a oportunidade de me inserir nessa discussão a partir do relatório de autoria do Senador José Agripino e de autoria da Senadora Kátia Abreu, e que teve como Relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro. Então, agradeço a oportunidade de poder me inserir nessa discussão, uma discussão que eu considero altamente importante, uma iniciativa muito positiva por parte dos estudantes. Penso que o Senado Federal pode contribuir para melhorar mais ainda o projeto.

Parabenizo, com certeza, o Senador José Agripino, que, com muita propriedade, na reunião passada, fez uma brilhante defesa do projeto. Eu quero aqui parabenizá-lo e ao mesmo tempo agradecê-lo por ter aceitado o nosso pedido de vista no sentido de podermos dialogar um pouco mais. Eu acho que nós poderemos contribuir e, com certeza, será um projeto muito importante e com o qual os jovens têm plena concordância. E eu me sinto muito feliz por ter contribuído com esse processo.

Então, com relação às emendas que eu desejo apresentar, farei isso na Comissão de Constituição e Justiça e dialogando sempre com a juventude, com o MEC e, com certeza, com o autor da matéria e com o relator que lá será designado.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Rita, nós é que agradecemos a colaboração de V. Ex^a, uma pessoa sempre conciliadora, entendendo o anseio dos jovens e também dialogando, procurando uma saída, uma alternativa, sem prejudicar o andamento do trabalho. Nós só temos de agradecer-lhe bastante por essa consideração. Quanto ao pedido de vista V. Ex^a tem toda a liberdade, sendo por mérito seu que o examina. Com certeza, na Comissão de Constituição e Justiça, juntos, serão construídas as emendas que se fazem necessárias para o aperfeiçoamento desse projeto.

Pois não.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É só para lembrar, Sr. Presidente, que há uma representação bastante significativa de juniores. Inclusive o Presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores está aqui acompanhando esse debate, o Marcus Barão. Ele esteve aqui na semana passada, dialogou com a nossa assessoria, dialogou comigo. Obrigada, Marcus, pela sua presença e pela disposição que vocês têm de se organizarem como empresas e visualizar, desenhar, para tantos jovens, um futuro melhor, um futuro diferente. Parabéns a vocês! Vamos conversando mais. Acho que temos muito a aprender com vocês. Muito obrigada pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Nossos agradecimentos pela presença de Marcus Barão.

Não tendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o PLS nº 437, de 2012, lido na reunião de 10/09, na qual foi concedida vista, e que dada a exposição da Senadora Ana Rita, sem nenhuma objeção, vai ser terminativo na Constituição e Justiça, permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, de 2012

- Não Terminativo -

Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria Ad Hoc: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2 – Na reunião do dia 13/8/2013, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.)

Passo para o item 7:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2010

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional da Saúde Masculina.

Autoria: Deputado Jair Bolsonaro

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria Ad Hoc: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1- Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

2- A matéria constou na pauta da reunião do dia 10/9/13.

Com a palavra ao Ex^{mo} Senador Armando Monteiro, representante de todos os empresários brasileiros e também do povo de Pernambuco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Agradeço, mas sobretudo do povo de Pernambuco, se V. Ex^a me permite.

Gostaria de destacar que, como foi já indicado, esse projeto institui ou pretende instituir a Semana Nacional da Saúde Masculina.

A proposição oriunda da Câmara é extremamente oportuna. A literatura médica registra diversos estudos científicos que evidenciam o fato de os homens serem mais vulneráveis às enfermidades, especialmente às doenças crônico-degenerativas, e terem menor expectativa de vida que as mulheres.

Essas desvantagens masculinas têm diversas causas. Diferenças orgânicas e hormonais têm sua influência – o Senador Benedito está anuindo – mas os aspectos comportamentais, vinculados ao gênero, são os mais relevantes do ponto de vista da saúde pública. Tais aspectos podem e devem ser objeto de intervenção, a fim de minorar os índices de morbimortalidade na população masculina.

De modo geral, esquemas terapêuticos de longa duração têm baixa adesão dos homens, por exigirem disciplina e mudança de hábitos de vida. O mesmo se aplica às ações preventivas, que frequentemente im-

plicam alterações no estilo de vida: alimentação, atividade física, lazer, etc.

Dessa forma, as medidas previstas no PLC em tela são muito importantes como estratégia para promover a educação da população com relação aos principais problemas de saúde que afetam os homens. O projeto também prevê ações assistenciais, mas o efeito mais relevante das medidas que institui será a mudança de mentalidade da população masculina em face dos cuidados com a própria saúde e de sua relação com os serviços de assistência médica.

A aprovação do projeto terá ainda efeito sinérgico com as iniciativas do Poder Executivo. O Ministério da Saúde lançou, por meio da Portaria 1.944, de 27 de agosto de 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, no âmbito do SUS. O texto normativo é bastante abrangente e contém princípios, diretrizes, objetivos, definição de métodos de avaliação e divisão de competência entre as esferas de Governo.

Quanto à proposição sob análise, não há óbices à aprovação da matéria no que se refere à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da medida. Cumpre salientar que o referido PLC foi apresentado muito antes do início da vigência da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para a instituição de datas comemorativas. Dessa forma, sua tramitação não é alcançada pelas determinações dos arts. 2º a 4º desse diploma legal, que exige a realização de consultas e audiências públicas para a definição do critério de alta significação para a efeméride.

A instituição da Semana Nacional da Saúde Masculina dará maior visibilidade às ações realizadas no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Dessa forma, o Parlamento nacional dará uma valiosa contribuição para que essa política governamental atinja os seus objetivos e resulte em melhoria das condições de saúde dos brasileiros.

Identificamos, contudo, Sr. Presidente, a necessidade de pequenos ajustes redacionais nos incisos II, III e IV da proposição, a fim de tornar o texto mais claro.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

(ao PLC nº 84, de 2010)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010:

“§ 2º As atividades a que se refere o § 1º devem visar à educação, à prevenção de doenças e à promoção da saúde, à conscientização sanitária, abordando os agravos mais frequentes na população masculina de cada localidade, dentre as quais as doenças

cardiovasculares, hipertensão arterial, diabetes, doenças do aparelho geniturinário e da próstata, neoplasias, andropausa, impotência, infertilidade, direitos sexuais e reprodutivos, doenças sexualmente transmissíveis, saúde mental, além de outras causas que afetem a saúde e o bem-estar da população masculina.”

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

(ao PLC nº 84, de 2010)

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010:

“§ 3º Durante a Semana, as unidades de saúde públicas e privadas também poderão oferecer à população masculina demonstrações, consultas, diagnósticos, tratamentos e outras ações voltadas à promoção da saúde dos homens.”

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

(ao PLC nº 84, de 2010)

Dê-se a seguinte redação ao § 4º do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010:

“§ 4º As escolas de ensino médio poderão participar da Semana Nacional da Saúde Masculina, desenvolvendo atividades educativas e preventivas com alunos, estimulando o conhecimento sobre os agravos à saúde masculina mais comuns na região e debatendo sobre as questões sociais e culturais que distanciam a população masculina da esfera da saúde e do cuidado.”

Era esse o parecer, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Parlamentar Minoria/PSDB – GO) – Nós que agradecemos, Senador Armando Monteiro. Parabenizo V. Exª pela emendas de redação, que tornaram bem mais claro um projeto que, aparentemente, destinam apenas à Semana Nacional da Saúde Masculina, mas que tem um objetivo muito maior, preventivo.

Falamos muito e sempre da saúde da mulher, e a saúde do homem fica sempre em segundo plano. Nós temos de ser mais chamados à atenção, porque somos mais indisciplinados. Então, eu o parabenizo, principalmente pelas emendas que tornaram o projeto bem mais claro.

Coloco em discussão o projeto em tela.

Vou sobrestar a discussão em função de ser terminativo. Se pudermos votar hoje, nós o votaremos.

Antes de irmos para o item 8, eu quero saudar a presença dos amigos que pedem a votação já do PNE, que é um anseio nosso. Estamos vendo isso como um

desleixo muito grande da parte ainda do Governo, porque é o Plano Nacional de Educação, um plano decenal, que deveria entrar em vigência no dia 1º de janeiro de 2011 e até hoje não foi votado. Ficou dois anos e meio na Câmara e está aqui, na mão de representantes do Governo, ainda desde o início do ano. Temos a promessa de que, amanhã, a CCJ nos enviará.

Eu saúdo o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Muito obrigado. A manifestação é mais do que justa. Nós estamos emanados com vocês nessa luta. Amanhã é o último dia que nós vamos dar de prazo para que saia da Comissão de Constituição e Justiça, que é apenas uma comissão que vai verificar a constitucionalidade e juridicidade; o mérito é nesta Comissão. Então, não se admite mais essa demora de um ano inteirinho para ficar em duas comissões que não são a do mérito.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Desde o começo do ano.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É. Desde o começo do ano. Aliás, já deveria estar em prática, no dia 1º de janeiro de 2011. Então, nós estamos atrasados. Estão brincando com a educação, e educação não é uma coisa com a qual se brinca.

Têm a nossa solidariedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar meu apoio ao relatório do Senador Armando Monteiro e também de fazer uma observação sobre um projeto que já foi aprovado nesta Comissão, um projeto de minha autoria, que ampara as empresas juniores no Brasil.

Eu gostaria de fazer alguns brevíssimos comentários.

Eu não sei se é do conhecimento dos Srs. Senadores, mas hoje são 27 mil universitários brasileiros que estão agrupados em torno de empresas juniores em diversas universidades. É a maior escola de empreendedorismo do nosso País.

O que nós estamos, na verdade, é disciplinando e dando amparo institucional, a começar pela identificação das empresas juniores como associações sem fins lucrativos, com fins educacionais, o que garante a

elas, em sendo enquadradas nessa categoria, amparo fiscal, que é uma forma de se fomentar a atividade. São universitários que, em universidades, sob a orientação de um professor que orienta a atividade, iniciam-se no empreendedorismo, prestando serviços, mediante contratos, em diversos ramos de atuação.

O projeto tem tanto interesse que, aqui, nas duas reuniões – na primeira, quando a matéria foi apresentada, houve o pedido de vista da Senadora Ana Rita, cuja manifestação positiva que fez sobre o projeto agradeço; e, no dia de hoje, quando o projeto foi apresentado –, compareceram jovens universitários que são integrantes de empresas juniores, a começar pelo Marcus Barão, que é Presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores.

De modo que, com essa reflexão, eu quero agradecer o voto de confiança dos membros da Comissão de Educação e dizer que esse projeto, independentemente da autoria, significa um marco para o futuro do Brasil, porque, repito, as empresas juniores são as maiores escolas de empreendedorismo do Brasil, só que empreendedorismo sustentado, com base no talento, na qualificação, no preparo e no estímulo nascidos no seio das universidades.

Dito isso, eu quero cumprimentar a presença dos jovens que vêm aqui fazer plantão, silenciosa e disciplinadamente, em busca da aprovação do projeto e agradecer à Senadora Ana Rita, que aqui garantiu, com a sua presença e sem emenda alguma apresentada à nossa iniciativa – pelo contrário, apresentou elogios à iniciativa, garantiu a aprovação da matéria na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Mais uma vez parabeno-o, como fiz na última reunião, pela sua iniciativa. O Brasil precisa dos empreendedores e deve muito a eles. É uma maneira que estamos encontrando de disciplinar os juniores, que vêm com uma contribuição fantástica.

Também agradeço à Senadora Ana Rita pela compreensão. Juntos, talvez, na Comissão de Constituição e Justiça, vamos oferecer uma emenda, feita a duas mãos.

Aproveito também para cumprimentar – já cumprimentei o Marcus Barão – o João Negreiros, da Federação das Empresas Juniores do Distrito Federal e também o Pedro Ivo, do DCE da UnB.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, parabeno o Senador Agripino,

autor do projeto, do qual tive a alegria de ser Relator *ad hoc* na reunião anterior, com voto pela aprovação, conforme parecer da Senadora Kátia Abreu. Mais do que pela aprovação, acredito que, ao disciplinar a criação e a organização das organizações denominadas empresas juniores, estamos aqui dando um incentivo ao empreendedorismo. É exatamente nessas empresas, nessas pequenas empresas – por isso chamadas de juniores – que se desenvolvem os grandes empresários do futuro.

Quero parabenizar todos os que vieram aqui representando a Confederação Nacional das Empresas Juniores, que terão, sem sombra de dúvida, não só o apoio dos Senadores e das Senadoras da Comissão de Educação, mas também à continuidade da votação em plenário e até esse projeto se tornar realidade.

Parabéns ao Senador Agripino mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, também parabenizo o Senador Agripino e a Senadora Ana Rita pela sensibilidade que tiveram nesta matéria, fazendo com que ela pudesse progredir aqui na Comissão de mérito, que é a Comissão de Educação, e viesse a debater as questões relacionadas com o ordenamento jurídico justamente na Comissão de Constituição e Justiça.

O que há é um debate junto ao MEC, que compreende que as empresas juniores estariam, em certa medida, com legislação nacional, infringindo a autonomia universitária. Creio que é claramente possível encontrarmos um ponto de equilíbrio entre essas demandas; de um lado a de se garantir a autonomia universitária na participação das empresas juniores e, de outro, uma regulamentação que possa significar um estímulo à criação, à manutenção e ao desenvolvimento dessas empresas que avançam no sentido do empreendedorismo e também da formação acadêmica.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz para a relatoria do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2013.
ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, de 2013

- Terminativo -

Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular

dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela prejudicialidade

Com a palavra o nobre Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – obrigado, Senador Cyro Miranda.

Chega para exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2013, de autoria do Senador Pedro Simon, que tem como objetivo incluir no currículo dos ensinos fundamental e médio e nos cursos de formação de professores componente curricular sobre desenvolvimento de valores éticos e de cidadania.

O novo componente curricular é incluído no currículo por meio da alteração do §1º do art. 26 e da inclusão de §7º no art. 62, ambos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A proposição também acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases novo art. 27-A com o fito de relacionar os conteúdos curriculares a serem estudados sobre o tema: valores de convívio social, respeito ao bem comum e à ordem democrática, direitos e deveres do cidadão, defesa do pluralismo e rejeição ao preconceito, estímulo à ação comunitária e outros, dando destaque aos fatos da atualidade.

Na justificação, o autor argumenta que a escola não deve servir unicamente para a transmissão dos conteúdos tradicionais, alicerçados numa visão de sucesso pessoal e profissional. Ela deve também, defende o Senador Pedro Simon, ir além da aula convencional para debater os temas que têm relevância na vida social, de forma a contribuir para a formação de personalidades preocupadas com o respeito ao próximo e empenhadas na construção de uma sociedade mais justa.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

O PLS nº 309, de 2013, envolve matéria de natureza educacional, encontrando-se, dessa maneira, sujeito ao exame de mérito desta Comissão de Educação, consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. O presente parecer contempla, ainda, a avaliação da proposição no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, uma vez que se trata aqui de decisão em caráter terminativo, amparada pelo art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sob o ponto de vista da repartição de competências, a proposição encontra-se em conformidade com

a Constituição Federal, que atribui à União, no seu art. 22, a competência privativa para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (inciso XXIV). Ademais, não vislumbramos óbices de natureza jurídica ou de técnica legislativa ao texto analisado.

No mérito, no entanto, há objeções a proposições deste jaez, uma vez que, caso aprovadas, resultam no acréscimo de disciplinas a currículos já sobrecarregados. A par disso, a tarefa de decidir sobre as linhas curriculares gerais da educação básica foi delegada pelo próprio Congresso Nacional a órgãos técnicos, pois, de acordo com a LDB e com a Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Conselho Nacional de Educação tem a incumbência de deliberar sobre as diretrizes curriculares da educação básica propostas pelo Ministério da Educação (MEC).

Mas é sob o ponto de vista da regimentalidade que se apresenta o maior empecilho à continuidade da tramitação do PLS em tela. De fato, no último dia 3 de setembro, a CE aprovou, em caráter terminativo, parecer da lavra da Senadora Maria do Carmo Alves pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009, da Deputada Alice Portugal, e de outros projetos a ele apensos, todos versando sobre inclusão de disciplinas, temas ou conteúdos no currículo escolar, entre os quais o PLS nº 279, de 2009, também do Senador Pedro Simon. Dita proposição previa a inserção, nos currículos dos ensinos fundamental e médio e nos cursos de formação de professores da educação básica, de componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania.

De fato, o PLS rejeitado terminativamente nesta CE tinha conteúdo absolutamente igual ao que ora apreciamos, configurando, portanto, o prejulgamento da matéria em deliberação anterior, o que, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, dá azo à prejudicialidade da proposição em tela.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2013.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Essa matéria é terminativa e está em discussão.

Eu vou sobrestar a discussão, porque precisamos de quórum qualificado, mas a princípio agradeço, parabéns e penso da mesma maneira, até porque temos que fazer uma grade mais justa. Se formos inserindo várias matérias, vai dar uma confusão tremenda, pois cada um vem com um pedido.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E principalmente porque precisamos nos ater àquelas disciplinas que são verdadeiramente cobradas na vida dos estudantes, que é Matemática, Português,

conhecimentos gerais. Não precisamos se entender em invenção de novas matérias, que vão sobrecarregar o já sobrecarregado currículo do ensino fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito. Parabéns, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, para leitura de dois requerimentos de S. Ex^a, junto com a esta Comissão.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) –

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 38, de 2013, aprovado em sessão de 16 de julho próximo passado, a sua retificação para substituir a Comissão de Assuntos Sociais pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com objetivo de realizar de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para promover consulta junto à entidade da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de zero a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se deve debater as ações a serem realizadas durante esse período, para alcançar do modo mais amplo e efetivo os resultados almejados.

Sr. Presidente, como Relatora de projeto de lei que pretende a criação dessa comissão para tratar da primeira infância, sinto-me na obrigação, seguindo regra já definida pela CCJ de solicitar uma audiência pública para esse fim, para que possamos vir a aprovar o projeto. É uma audiência conjunta, para a qual peço o apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata, está em discussão o Requerimento, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram.

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 51, de 2013

Requeiro, em aditamento ao RCE nº 38, de 2013, aprovado em sessão de 16 de julho próximo passado, a sua retificação para substituir a Comissão de Assuntos

Sociais (CAS) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de realizar uma audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.)

Há também o item 10, também de autoria da Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – É com mesma intenção, Sr. Presidente, para possibilitar a relatoria do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009, PL nº 7.150, de 2002, na origem, de autoria do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências.

Esse é um projeto bastante polêmico no meio da capoeira no Brasil. Portanto, requeiro a realização de diligência à cidade de Salvador, onde nós realizaremos audiência pública, no âmbito da Comissão da Educação, Cultura e Esporte.

A nossa disposição é realizar duas audiências públicas, uma aqui em Brasília, outra audiência de diligência em Salvador, para que possamos dar o parecer final do nosso relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Está em discussão o Requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2012

- Terminativo -

Inserir § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir

desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento.

Autoria: Senador Cidinho Santos

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:

1- Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

Com a palavra a nobre Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vamos apenas fazer a leitura. Como é uma matéria terminativa, Presidente, Cyro Miranda, deixaremos sobrestada a votação propriamente, mas penso que, pela importância da matéria e do projeto do Senador Cidinho Santos, vale a pena ressaltar.

Essa proposição visa a corrigir uma lacuna da legislação sobre mensalidades escolares. Trata-se da cobrança, pelas instituições de ensino superior, das disciplinas que os estudantes não cursaram num determinado semestre ou ano ou daquelas em que tiveram aproveitamento de estudos.

O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, determina que o pagamento por serviços educacionais na educação superior ocorra por meio de um valor anual ou semestral, que pode ser dividido em parcelas mensais. Essa lei nada dispõe sobre as disciplinas eventualmente aproveitadas ou não cursadas num determinado semestre ou ano, abrindo brecha para que algumas instituições de ensino, por meio de uma interpretação que lhes é favorável, promovam a referida cobrança.

A propositura resolve esse problema determinando a dedução do valor dessas disciplinas do valor total da anuidade ou semestralidade. Trata-se, portanto, de medida revestida do mais alto grau de justiça e que, portanto, merece prosperar. É também matéria de interesse dos consumidores ou usuários dos serviços de educação superior.

Do ponto de vista do mérito educacional, vale ressaltar que, caso aprovado o PLS, a nova lei poderá incentivar os estudantes que eventualmente tenham trancado seus cursos superiores a retomarem os estudos, além de reduzir os custos daqueles que já estão matriculados e se encontram nas situações descritas.

Ademais, essa proposta está baseada num princípio basilar das relações entre os indivíduos: a razoabilidade. Ora, é despropositado que alguém seja obrigado a pagar por algo que não usou ou vai usar. Em se tratando de educação, esse problema se torna ainda mais grave, considerando-se que o empenho anterior do estudante que teve uma disciplina apro-

veitada não estará sendo recompensado, como a lhe dizer que não valeu a pena o esforço.

Por fim, julgamos que, além de conveniente e oportuna, a proposição não contém vício de constitucionalidade. Tampouco identificamos injuridicidade na medida proposta, pois é inovadora e não gera conflitos com o ordenamento jurídico brasileiro. Do ponto de vista da técnica legislativa, no entanto, faz-se necessário fazer pequeno ajuste no art. 1º da proposição, além de acrescentar a sigla “NR” ao final do dispositivo modificado.

Meu voto. Diante do exposto, manifesto-me pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012, e, no mérito, por sua aprovação com a seguinte emenda desta Comissão:

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa vigorar acrescido do seguinte § 7º:

‘Art. 1º

§ 7º Será deduzida da anuidade ou semestralidade escolar o valor referente à disciplina não cursada, ou cursada com aprovação em outra instituição de ensino superior e aproveitada pela contratada.’(NR)”

Esse é o meu voto, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Um dos casos clássicos é quando o estudante muda, faz uma transferência de universidade. A grade, às vezes, contempla já algumas matérias em que já tem aprovação, e ele vai ter que pagar por isso novamente. Parabéns! E parabéns também pela emenda de redação.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Fica sobrestada a discussão, pois a matéria é terminativa e necessita de quórum qualificado.

Convido todos para a audiência pública, amanhã, para debater o resultado do estudo elaborado por analistas de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o desperdício dos gastos municipais em educação, conforme notícia vinculada no jornal *O Globo*, de 19 de julho. A autoria do Requerimento nº 42, de 2013, é da Senadora Ana Amélia.

Convidados: Fabiana Rocha, Professora da Universidade de São Paulo; Luiz Cláudio da Costa, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais (Inep); e André Amorim Alencar, representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Amanhã, então, estão todos convidados para essa audiência pública, às 10h, nesta sala de Comissão.

Agradecendo a presença de todos e desejando bom trabalho de hoje até a sexta-feira, agradeço mais uma vez e os aguardo amanhã.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Audiência Pública às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, José Agripino e Fleixa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 42/2013-CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinado a debater o resultado do estudo “Textos para discussão: É Possível atingir as metas para a educação sem aumentar os gastos? Uma análise para os municípios brasileiros”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a Senhora Fabiana Rocha, Coautora do Estudo e Professora da Universidade de São Paulo – USP; Senhor Luiz Cláudio Costa, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep e Senhor André Amorim Alencar, Representante da Confederação Nacional de Municípios – CNM. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, faz a leitura da justificativa de ausência da Secretaria do Tesouro Nacional, que indicou o nome da Senhora Fabiana

Rocha para participar como expositora da presente reunião, assim como, do Senhor Naércio Aquino Menezes Filho, Economista especializado em Educação e Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), que justificou a ausência em razão de compromissos anteriormente assumidos. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Marcos Formiga, representante da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cristovam Buarque, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento e o Senhor Senador Cristovam Buarque. Após as considerações finais dos expositores, a presidência agradece a presença de todos e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo – PT/RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa da Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 42, de 2013, desta Comissão, de autoria da Sr^a Senadora Ana Amélia, para a realização de audiência pública destinada a debater o resultado do estudo “Textos para discussão: É Possível atingir as metas para a educação sem aumentar os gastos? Uma Análise para os Municípios brasileiros”, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, sobre o desperdício dos gastos municipais em educação.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Já está conosco o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Prof. Luiz Cláudio Costa.

Seja bem-vindo!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e ainda pela internet: www.senado.gov.br/tvcanal2.

A audiência pública tem como objetivo debater o resultado do estudo elaborado por análises de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o desperdício dos gastos municipais em educação, conforme notícia veiculada pela imprensa, aqui, mais precisamente, pelo jornal *O Globo*, do dia 19 de julho.

Observação: autoria do Requerimento nº 42, de 2013, da nobre Senadora Ana Amélia.

Os nossos convidados já estão à mesa: Prof^a da Universidade de São Paulo (USP), Fabiana Rocha; Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Prof. Luiz Cláudio Costa; e ainda o representante da Confederação Nacional dos Municípios, o Sr. André Amorim Alencar.

Nós vamos destinar para cada um dos nossos convidados o tempo de 15 minutos, dando prioridade, se assim ela entender, para que a Senadora Ana Amélia faça a argumentação do porquê do seu pedido de audiência pública. E, no final, V. Ex^a também, naturalmente, vai questionar os nossos convidados – questionar, perguntar, colocar o seu ponto de vista – e vai assumir a Presidência no momento em que assim entender, já que é autora do requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu quero apenas agradecer a presença dos nossos expositores pela gentileza de aceitar o convite da Comissão de Educação. É uma atitude de respeito com o trabalho do Parlamento, particularmente do Senado, e desta Comissão.

Muitas das questões já foram até respondidas pelo próprio Dr. Luiz Cláudio Costa, do Inep, quando a matéria saiu. Mas ainda entendo que o melhor seja um diálogo com as partes envolvidas, em se tratando de matéria tão importante e relevante quanto esta. Afinal, trata-se de dinheiro público e se trata de uma prioridade nacional inadiável, que é a educação em todos os níveis. Também, como sou uma Senadora municipalista, fico sempre muito preocupada quando, digamos, cobram da municipalidade algumas coisas que não são adequadamente cobráveis, como até o Dr. Cláudio justificou na matéria: os critérios usados,

como se faz, todo o complexo que é. Não é simplesmente fazer a avaliação e comparar. Você não pode fazer uma coisa hoje sem ter uma perspectiva de evolução do passado de dez anos ou de cinco anos para ter uma medida mais adequada da realidade, para não se demonizar, eu diria, a Administração Municipal, na área da educação, e tampouco deixar de reconhecer os erros que eventualmente possam ocorrer. E nós, com isso, corrigirmos esses erros.

Então, agradeço muito ao Senador Paulo Paim pelo comando dos trabalhos.

Tive, agora há pouco, uma audiência pública com três expositores, e ela foi extremamente produtiva. Não tenho dúvida de que esta será da mesma forma como foi a outra da qual participei há pouco.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia, que é Vice-Presidenta desta Comissão. Apenas solicitou que eu presidisse a reunião porque ela é autora do requerimento, mas a qualquer momento ela pode aqui assumir, e continuaremos com nossos trabalhos.

Quero só registrar que recebemos ofício. Assunto: audiência pública.

Prezados senhores, em atenção ao Ofício nº 250, de 4 de setembro de 2013, que solicita a indicação de representantes da STN para participar de audiência pública a ser realizada nesse dia, sugerimos que a pesquisadora Fabiana Rocha, professora do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, apresente o texto de discussão na qualidade de coautora. Ressalta-se que as opiniões e conclusões apresentadas não representam a posição da Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe informar que a STN, no âmbito de sua atividade, estimula a produção e a disseminação da pesquisa e do conhecimento científico, publica texto de caráter técnico-científico desde a edição da Portaria 732, de 2013, conforme expresso na referida portaria. As opiniões e conclusões do texto não refletem posições específicas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Por oportuno, esclarecemos que a política de educação integral é conduzida pelo Ministério da Educação, que também estará presente na referida audiência pública.

Dessa forma, agradecemos o convite e ressaltamos a importância dessa discussão.

Atenciosamente – Cleber Ubiratan de Oliveira, Subsecretário de Planejamento de Estatísticas Fiscais
Está feito o registro.

Ainda recebemos do Sr. Naércio Aquino Menezes Filho:

Prezado senhores desta Comissão,

Agradeço o convite, mas infelizmente não poderei participar da audiência por ter já assumido importante compromisso nesse mesmo dia.

Está feito o registro.

Vamos a nossa audiência.

De imediato, pela ordem que recebi aqui, passamos a palavra à Profª da Universidade de São Paulo (USP), Fabiana Rocha.

Serão 15 minutos para cada um dos convidados, com a tolerância, se for necessário, desta Presidência.

Quando acender a luz verde, está valendo.

A SRª FABIANA ROCHA – Primeiramente, bom dia, Senador, um bom-dia a todos da Mesa, um bom-dia às pessoas que estão aqui assistindo à audiência.

Queria agradecer muito a oportunidade de vir aqui apresentar o trabalho, na verdade, não vai ser uma apresentação extensiva do trabalho, vou tentar colocar só os pontos principais e um pouco da metodologia, que é bastante complexa. Vou tentar fazer da forma mais simplificada possível.

Quando a gente se preocupa com a provisão de serviços públicos no Brasil e tenta fazer um diagnóstico do porquê eles não são providos com a qualidade que a gente acha que deveriam, o diagnóstico mais comum que a gente tem é de que os recursos são poucos. Sempre aparece como solução mais imediata e talvez mais fácil: ampliar o gasto público. Esse seria o primeiro receituário para a gente ter saúde, garantir um sistema universal de saúde, como a gente se propôs com a Constituição de 1988, para garantir educação de qualidade, para garantir segurança, para garantir infraestrutura.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é muito simples: é simplesmente chamar a atenção para o fato de que, eventualmente, não necessariamente, aliás, pode ser necessariamente, mas não obrigatoriamente, a gente pode tentar passar por uma outra solução, que seja melhorar a eficiência dos recursos que a gente já está utilizando. É simplesmente esse o objetivo do trabalho. Dadas todas as restrições que a gente tem em termos de orçamento, uma alternativa possível seria olhar e tentar ver se é possível ter algum ganho em termos de eficiência.

Obviamente, eficiência é um conceito técnico. Para um economista, é um conceito técnico; é simplesmente uma razão entre insumos e produtos. Governos, obviamente, pegam insumos e transformam em produtos. Portanto, seria possível realizar também um cálculo de eficiência para a provisão de diferentes tipos de serviços governamentais, inclusive aos de educação.

Como é que a gente caracteriza eficiência ou como a gente define eficiência? A gente pode utilizar duas alternativas diferentes. Ser eficiente é produzir

uma determinada quantidade de resultado com o menor uso de insumos possível ou pegar uma determinada quantidade de insumos e fazer com eles o máximo possível. É simplesmente esse o conceito.

Então, qual é a premissa teórica? Vai existir, obviamente, uma função de produção que relaciona insumos a produtos, na qual o objetivo que a gente tem é verificar, a partir de um determinado conjunto de insumos, qual a quantidade máxima de produtos possível de ser obtida com aqueles insumos.

Em geral, o economista está preocupado com a relação média entre variáveis. Se a gente estivesse pensando no nosso problema específico, seria a relação média entre insumos e produtos. Quando a gente trata de eficiência, a gente não está mais preocupada com essa relação na média; a gente está preocupada com a melhor prática possível. Só que a melhor prática possível não é mensurável. A gente não consegue determinar, observar, na prática, qual é o máximo que um ente público qualquer, seja Município, Estado ou o País, pode fazer a partir dos insumos que ele tem. Então, o máximo é um ideal teórico, e a gente, de alguma forma, tem que descobrir ou inferir, a partir dos dados, qual é esse ideal teórico. Para nós, a ineficiência vai ser simplesmente a extensão pela qual um agente, que é um Município, um Estado ou um País, está longe desse ideal teórico.

Então, há abordagens não paramétricas, que foram utilizadas nesse trabalho; e há abordagens paramétricas, que não foram utilizadas nesse trabalho. Quando a gente fala que é não paramétrica, é porque não se estimam parâmetros; a gente utiliza um processo de programação matemática. O que esse processo de programação matemática vai fazer? Vai construir o que a gente chama de fronteira eficiente, que vai ser um envelope para esse conjunto de Municípios, desenhado a partir da observação deles, de insumos e produtos na área de educação. Disso vai sair um escore de eficiência – que é um escore relativo, isso é muito importante – em que vão ser comparados, em termos de eficiência, aqueles Municípios que fizeram parte do nosso grupo de observação. Caso sejam retirados daquele conjunto alguns Municípios, o ordenamento e os escores que os Municípios que ficaram no grupo de observação vão obter, obviamente, vão ser diferentes de quando foi considerado o primeiro grupo inicial. Fique bem entendido, então, que o resultado é grupo específico. No caso, a gente analisou todos os Municípios naquele momento de tempo, mas, se fossem retirados Municípios ou fossem feitos outros subgrupos, quem apareceria como eficiente ou quem apareceria como ineficiente, e as magnitudes de

ineficiência atribuídas a cada Município, obviamente, seriam diferentes.

A metodologia do trabalho consistiu em dois passos. No primeiro passo, tratou-se de calcular esse escore de eficiência, que vai dar a distância em relação à fronteira que é esse ideal teórico. A partir disso, a gente comparou o gasto efetivamente realizado com esse desperdício, para calcular o gasto que deveria ter sido realizado para o Município, caso ele tivesse se mostrado eficiente na sua gestão de insumos educacionais. A gente denominou a diferença de gasto eficiente.

O segundo passo foi calcular, para cada um dos Municípios, o gasto mínimo necessário para atingir as metas do Ideb e comparar com o gasto efetivamente realizado. Se o gasto efetivamente realizado foi maior que o mínimo necessário para atingir a meta, isso implicaria que, para atingir as metas, não seriam necessários mais recursos.

O que a gente faz de diferente com relação ao passo um é usar essa abordagem que a gente chama de funções distâncias direcionais. Há medidas mais tradicionais de eficiência, em que as funções distâncias implicam olhar para um dado produto e reduzir todos os insumos na mesma proporção. No caso das funções distâncias direcionais, a gente não vai olhar quanto é possível reduzir todos os insumos na mesma proporção, porque tem alguns insumos sobre os quais o gestor público tem maior discricionariedade do que outros. Com relação ao quanto gastar, existe mais discricionariedade do que com relação ao insumo escolaridade das mães. No fundo, a gente tem dois insumos, o que pode parecer uma coisa extremamente simplista, mas no fundo não é, porque, na verdade, quando você olha para o gasto público em educação, ele está sendo uma variável resumo de todos os insumos utilizados na área de educação. Ao invés de olhar para insumo monetário, a gente poderia olhar para o insumo físico, então, olharia professor por aluno, olharia o número de bibliotecas, olharia outras coisas. A gente substituiu, por ser mais simples, os insumos físicos pelo insumo monetário.

O insumo não discricionário, que também está corrente na literatura de economia de educação, é de que o grande determinante dos resultados em educação é a escolaridade dos pais, em particular a escolaridade das mães, uma vez que são as mães que acompanham os filhos. Isso está na literatura internacional, e na literatura nacional sobre educação também. Então, a gente utilizou dois insumos, um sobre o qual o gestor público pode agir, que são os gastos; um que no curto prazo está dado, que é a escolaridade – isso, obviamente, quanto mais a gente melhorar o nível de

escolaridade, mais esse insumo vai melhorar, mas em curto prazo, infelizmente, ele é dado.

Esses são os resultados que saíram na imprensa; esses que saíram na imprensa foram obtidos com esse método mais tradicional, porque a gente fez o método tradicional e esse, de novo, que olha para o produto como dado e procura ver o quanto de insumo a menos poderia ser utilizado fazendo a variação proporcional nos dois insumos, para comparar com o que existe na literatura, e a gente fez a nossa metodologia, comparativamente a essa metodologia mais tradicional. A nossa metodologia é um pouco mais rigorosa no sentido de que ela dá um desperdício um pouco maior no que isso que estamos observando aí na tela.

A pergunta que me fica e que acho fundamental: esses resultados são novos? Não, não são novos. Eu acho que o trabalho não traz nenhuma novidade, o que o trabalho traz, dado que é um trabalho técnico – e estritamente é um trabalho técnico –, são duas grandes contribuições. A primeira é chamar a atenção para o que eu acho que não estava sendo observado. Acredito que a reportagem traga um benefício enorme nesse sentido, para a gente pensar diferente. Acho que seja importante, acho que as coisas evoluem, tanto na ciência quanto na prática, quando a gente começa a pensar diferente. Eu acho que isso o trabalho faz. Ele não traz uma resposta nova, como a gente vai ver daqui para frente, mas ele chama a atenção para uma questão que eu acho que estava adormecida. Então, vamos pensar diferente, vamos olhar para outras alternativas. Ela também pode não ser uma resposta, essa coisa da eficiência, mas ela pode ajudar um pouco; se ela ajudar um pouco, eu acho que já valeu. E, dado que é um trabalho técnico, acho também traz outra inovação, que é a inovação metodológica, uma metodologia que não foi utilizada ainda, uma metodologia nova, mais rigorosa, que traz uma resposta que talvez seja, do ponto de vista técnico-científico, um pouco mais confiável. Mas, em termos de resultado, não tem nenhuma novidade.

Só para trazer a ideia da não novidade em termos de resultado, e até com relação às magnitudes, eu trouxe um pouco da evidência internacional. Esses trabalhos comparam países da OCDE, só para que a gente veja um pouco das magnitudes. Quando a gente olha para esses escores de eficiência, a partir da resolução desse problema de programação matemática, os Municípios, Estados ou Países que forem classificados pelo exercício como os mais eficientes, por definição, recebem o escore de eficiência igual a um. Seriam esses os que conseguem fazer com os recursos que têm o máximo possível. Então, o melhor escore para ser obtido é o escore um. O menor esco-

re é zero. Então, por exemplo, temos o do trabalho do Afonso: se um Município recebesse o escore de 0,61, isso indicaria que o complementar 1 menos 0,61, que dá 0,39, esse 0,39 ou 39% indicaria a quantidade a menos de recursos que ele poderia utilizar para ter o mesmo resultado que ele tem. É essa a interpretação.

Então, quando a gente olha, por exemplo, para esse eslaide, a gente vê um trabalho do Clements de 2002, em que, para os países da OCDE, o desperdício é de 25%; a gente vê esse outro trabalho do Afonso, em que o desperdício é de 39%, e, para ele, é importante fazer isso com o gasto e com os insumos, porque há muita diferença em termos de pagamento de salários para os países da OCDE.

(Soa a campanha.)

A SR^a FABIANA ROCHA – Por exemplo, a Finlândia é um país onde se paga muito bem os professores. Então, faz diferença você olhar para o insumo físico e para o insumo monetário.

Vou mostrar outros exemplos de outros trabalhos, em que, na mesma linha, obviamente, o desperdício de recursos não é tão grande quanto o verificado aqui. Mas são países desenvolvidos onde a magnitude do desperdício também é muito grande.

Eu quis trazer aqui um pouco de evidência nacional. O que chama a atenção também é o fato de que, na academia brasileira, já faz alguns anos que a gente vem fazendo trabalhos nessa linha. Talvez, de cinco anos para cá, cresceu muito esse tipo de trabalho, justamente na tentativa de trazer essa luz nova para uma discussão antiga.

Então, há esse outro trabalho que também é feito para o Brasil e que também é feito para Municípios. Eles agruparam os Municípios por regiões. Inclusive, nesse trabalho, eles fazem uma coisa que a gente não fez. Fomos muito cuidadosos em não nomear os Municípios mais eficientes e os Municípios mais ineficientes, porque o objetivo do trabalho, em nenhum momento – aqui, tomo emprestado o termo usado pela Senadora –, foi o de demonizar ninguém. Se fosse para demonizar alguém, poderíamos recorrer à lista dos 5.565 Municípios, cada um com seu índice de eficiência.

Nesse trabalho, por exemplo, eles colocam, para cada uma das capitais, qual é o seu índice de ineficiência. Não era esse o nosso objetivo. O nosso objetivo era simplesmente mostrar para a média dos Municípios brasileiros qual era a ineficiência. Mais uma vez, quero que fique muito claro esse objetivo.

(Soa a campanha.)

A SR^a FABIANA ROCHA – Temos de pensar se não existiriam alternativas que poderiam nos ajudar neste momento, só isso.

Esses são os trabalhos que eu trouxe aqui. Eu poderia ter trazido aqui vários outros trabalhos. Existem trabalhos para o Brasil sobre Estados, ordenando Estados. Há trabalhos que fazem uma discussão sobre saúde, sobre segurança pública, sobre outros serviços públicos, não só sobre educação. Há trabalhos que olham para a ineficiência do setor público como um todo. Então, há muitas coisas com essa metodologia que chamamos de fronteiras de eficiência.

Há outras evidências com metodologias alternativas, que é o que trago nesse último eslaide.

Não me quero estender. Professora adora falar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já está com 20 minutos, mas vou lhe dar mais dois minutos.

A SR^a FABIANA ROCHA – Então, peço que me dê mais dois minutos, porque já estou acabando.

Há o trabalho do Prof. Naércio, por exemplo, que é um trabalho que olha para a média, não para as melhores práticas, como faz o nosso. E há trabalhos na literatura internacional, em que o Hanushek é o grande nome, olhando também para os resultados na média, onde o impacto de mais gastos em educação é praticamente nulo nos resultados em educação.

Há o trabalho do Fernando Veloso, que é interessante, porque ele faz um gráfico procurando mostrar a relação entre gasto público, educação e renda *per capita* em diferentes países no mundo. E, quando se olha o Brasil, percebe-se que ele nem está na média. A reta passa pelos pontos médios, e o Brasil está acima da média.

Há o *blog* do Mansueto Almeida, que postou, no dia 5 de setembro, uma discussão sobre se se gasta pouco ou não em educação. Está aí o argumento dele. Ele coloca toda a evidência de que não é que o gasto seja baixo, mas de que o retorno é pequeno.

(Soa a campanha.)

A SR^a FABIANA ROCHA – Só concluindo, acho que o grande argumento do texto é o de colocar na agenda política essa questão da eficiência. Acho que esse foi o objetivo do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A senhora dispõe de quatro minutos ainda. Pode ficar tranquila.

A SR^a FABIANA ROCHA – Mas, agora, eu já corri.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Siga o seu ritmo.

A SR^a FABIANA ROCHA – Não, não há problema.

É preciso colocar na agenda essa questão. Acho que, desse ponto de vista, o trabalho foi bem-sucedido.

Temos de pensar que, infelizmente, como indivíduos, nós temos restrição orçamentária e, como gestores públicos, também temos restrição orçamentária. Infelizmente, o mundo ideal seria aquele onde, como indivíduos, nós não estivéssemos sujeitos a restrição orçamentária e, principalmente, como gestores públicos preocupados com todas as questões – que são enormes – que o País enfrenta, que também nós não tivéssemos limitação de recursos. Mas, infelizmente, nós temos.

Então, eu acho que a discussão da eficiência vem no sentido de que se discutir eficiência é uma forma de se aliviar a restrição orçamentária na medida em que é possível se fazer o mesmo com menos ou fazer mais com a mesma quantidade de recursos que a gente tem. Então, é essa a ideia do artigo; obviamente é um artigo técnico, e não de outra natureza.

É isso o que tenho a dizer, a princípio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Muito obrigado.

A SR^a FABIANA ROCHA – Obrigada a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Prof^a. Fabiana Rocha, da Universidade de São Paulo (USP).

Queremos registrar a presença conosco do Prof. Marcos Formiga, que é representante da Associação Brasileira de Educação a Distância.

Cumprimentamos a professora pela sua exposição. Ela falou em torno de 22 minutos, nós teremos a mesma tolerância com os outros convidados que assim necessitarem.

Passamos a palavra para o Luiz Cláudio Costa, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Bom dia a todos e a todas. Eu queria, primeiro, saudar o nosso Senador Paulo Paim, Presidente eventual da nossa Comissão; a nossa Senadora Ana Amélia e, na pessoa deles, fazer aqui o agradecimento a esta Casa por tudo que tem permitido ao País avançar na área da educação, com divergências, com colocações firmes, mas sempre com muita seriedade. É por isso, Senadora, que nós não poderíamos deixar de estar aqui e também para parabenizá-la por fazer esta discussão.

Quero saudar a nossa Prof^a Fabiana Rocha, que aqui representa a academia e foi coautora desse estudo. E eu a parabenizo porque a USP, como sempre, está muito bem situada entre as melhores universidades do mundo. Saúdo o nosso André Amorim Alencar, representante da Confederação Nacional dos Municípios, e a todos aqui presentes.

Eu queria contextualizar, talvez de algumas formas; primeiro, o que nos une? A busca da eficiência.

Este debate existe, no seio do governo, há mais de dez anos; não é novo. E o Senado, a Câmara, a sociedade, as comissões municipais de educação, todos estão envolvidos. Então, isso nos une, e temos buscado a eficiência. E temos que fazer mais.

Aquilo que começa a nos separar, mas de forma legítima... E fui nesse trabalho com muito detalhe, relembrando ainda os tempos ainda de pensador, de professor, de pós-graduação, enfim, fiz questão de fazer uma análise técnica. Evidentemente, o Inep quer que cada vez mais trabalhos sejam publicados na área de educação. Discutir educação para nós é extremamente positivo, mesmo quando tratamos de temas polêmicos e divergentes. Isso é bom para o Brasil, é bom para todos nós. Eu sempre digo para o Ministro e para outros que a educação estar em pauta é ótimo; vamos debater, porque é bom nós colocarmos isso. E eu acho que o Brasil está fazendo isso nos últimos anos.

A preocupação... Evidentemente, eu tenho a minha opinião acadêmica, até por trabalhar com modelagem sobre o trabalho, mas já expus isso algumas vezes, é um trabalho que tem a sua metodologia... Um trabalho se caracteriza pelo seguinte: a metodologia é clara, o tratamento dado é correto e os resultados estão aí. Porém, a metodologia pode ser questionada pelos pares. É isso. E é assim que nós fazemos – a Fabiana sabe bem disso – na academia. Então, é isso.

Eu acho que a Fabiana colocou uma questão central – desculpe-me, Prof^a Fabiana –, que é exatamente a questão dos insumos. Veja: quando eu pego os insumos monetários para substituir os insumos físicos na área de educação, isso é extremamente problemático porque é completamente diferente. Aí nós chamamos de fatores associados na educação que influenciam qualidade. E o que eu espero dessa resposta? É completamente diferente investir naquele fator associado que vai diretamente influenciar o rendimento – e nós sabemos quais são, porque nós fazemos esse estudo há anos – do que eu, por exemplo, pegar um transporte público, que é fundamental, é importante para a inclusão; ou a construção de uma creche, que demora anos para ser construída; ou a construção de uma escola, que demora anos para ser construída, e querer que aquilo influencie o Ideb de dois anos depois. Isso, simplesmente, nenhum modelo por mais bem feito que seja vai conseguir captar, porque não é a realidade. Há os fatores associados. Por exemplo, um laboratório de informática influencia? Sim, influencia. Uma quadra esportiva influencia diretamente no Ideb? Não. Uma creche que se está construindo e recebeu recurso agora, vai investir depois? Não, mas, então, você vai dizer que aquele recurso que ela recebeu para fazer tudo isso não influenciou. Claro que não influenciou.

Ninguém esperava que influenciasse. Não agora, porque nós vamos ter um retorno posterior.

O que me preocupou no artigo é porque pegando o resumo, está dito assim: “Existe desperdício de 47% dos Municípios brasileiros”. Eu vou dizer textualmente para o Brasil inteiro: não existe como sistema. Não existe!

Questões pontuais podem existir. Olha, o trabalho que a rede municipal e a rede estadual estão fazendo neste País é algo sem precedentes no mundo, em termos de inclusão, porque para um País como o Brasil, o primeiro indicador de qualidade é a inclusão. E quem faz a inclusão neste País são as redes municipais de educação e as redes estaduais.

Só para vocês terem uma ideia, foram mais de cinco milhões de jovens do ensino médio colocados para dentro. Aí você pega a educação básica também no quinto, no nono ano, as creches, e quando você coloca... Vamos pegar o ensino médio, que é o nosso grande desafio, só para vocês terem uma ideia. Qualquer modelo que pegar investimento no ensino médio e resultado não vai conseguir captar. Por quê? Porque esses estudantes que estão incluindo não entram no perfil superior, vão entrar naquele...

Eu fiz essa discussão seriíssima com a OCDE agora, porque eu disse que os resultados da OCDE e do Pisa não representam os países que fazem a inclusão. É completamente diferente. Eu não sei se os países da OCDE têm – eu vi alguns estudos ali – desperdício, mas vou dizer o seguinte, que a média da OCDE, *per capita*, é US\$7,9 mil por estudante. O Brasil, *per capita*, é 2,5. Ou seja, *per capita*, apesar de sermos o País que mais avançou em investimento, nós estamos a um terço da média OCDE. Eu vou dizer mais, a média OCDE não avança tem dez anos.

Então, A OCDE não faz a inclusão que nós fazemos. Os países da OCDE não têm esse desafio que nós temos. Estamos atendendo, com todo o nosso esforço, 58,7% dos jovens no ensino médio na idade correta. Já chegamos quase à universalização na educação básica. Mas é um esforço tremendo.

Então, acho que... E eu não tenho nenhum receio de dizer que o Brasil precisa de mais recursos para a educação! Com a metade dos recursos nós não alcançaremos a qualidade que precisamos alcançar. Qualquer modelo, qualquer número nos mostra isso. Nós não conseguimos fazer isso.

E não dá para esperarmos na educação uma resposta imediata. Não posso pegar o Ideb de 2009, o investimento de 2009, e esperar que em 2011... Educação é maratona, não é corrida de 100 metros. Educação é uma maratona que o Brasil decidiu, nos últimos anos, por questão de Estado brasileiro...

Aí vou ao governo Fernando Henrique, com o Fundef; ao governo Itamar Franco, ao governo Lula, ao Governo da Presidenta Dilma. É isso! Nós estamos fazendo isso como uma questão de Estado; os Municípios cada vez mais absorvendo isso com controle social muito forte. Isso é importante, esse controle social das nossas comissões de educação que existem, municipais.

A Undime tem feito um trabalho fantástico dessa conscientização de discussão dos resultados do Ideb, trabalhando conosco no censo que nós vamos mostrar mais uma vez em breve. O Ministro vai lançar. Lançamos ontem o Censo da Educação Superior, que mostra que o Brasil chegou a 7,2 milhões de estudantes na educação superior. Nós saímos de 3 milhões de estudantes em 2002 – três milhões e duzentos – para 7 milhões no ensino superior. Isso é uma inclusão fantástica, sem precedentes no mundo. Chegamos a 17,8. O filme é excelente. A fotografia é que mostra que precisamos fazer muito.

O mesmo acontece na educação básica. Para vocês terem uma ideia, temos hoje 2,7 milhões de vagas de acesso ao ensino superior. O nível de concluintes nossos é de 1,8 milhão. Ou seja, nós estamos conseguindo resolver a questão do acesso ao ensino superior através do Prouni, do Fies, do Reuni, de avanços da rede. Estamos trabalhando fortemente no ensino médio, na educação básica, nos anos iniciais e nos anos finais.

Agora, acontece que nenhum investimento, exceto... Nós temos esses fatores associados que mais influenciam em qualidade. Nós estamos fazendo um estudo profundo com a Abave (Associação Brasileira de Avaliação Educacional). Nós estamos fazendo com economistas, com econometristas. Enfim, fazendo um profundo estudo sobre isso, porque é muito difícil pegar os fatores associados. Por que nós escolhemos o Ideb como indicador de avaliação? Se você pensar, temos um indicador de qualidade profundamente inteligente e simples. Tínhamos vários modelos para fazer isso – e temos vários –, mas o mundo olha para o Brasil. Ainda hoje, quando estive discutindo com a OCDE isso, soube que eles estão querendo saber o nosso modelo exatamente pela simplicidade e força que ele tem. Porque o que diz o Ideb? O Ideb é simplesmente o produto da proficiência em Matemática e Português – agora, entramos com Ciências, Senadora, na avaliação da Prova Brasil que vamos fazer neste ano – pela taxa de aprovação. Ou seja, qual o recado que estamos dando para o Brasil? Queremos que nossas crianças, que os nossos jovens, aprendam e que fiquem na escola. Ou seja, se uma escola falar “vou reprovar todos os meus estudantes e só vou ficar com aqueles bons”, ela não

terá um bom Ideb. Se, ao contrário, ela falar “olha, vou fazer a aprovação automática”, ela também não terá um bom Ideb. A partir daí, você tem o Ideb definido por esses dois fatores.

Mas tenho... E estamos fazendo essa análise de forma profunda, cuidadosa. Estamos fazendo esse estudo. Você pega Municípios completamente diferentes em investimento, em renda *per capita*, em condição social dos estudantes, e tenho uma escola ou uma rede com o Ideb 7 e outra com o Ideb 3,5. Por que essa diferença? Estamos fazendo esses estudos. Não posso dizer que essa aqui está desperdiçando recursos. Não. Não é isso. Quais os fatores associados, o que aquela rede está fazendo, qual a inclusão que ela está fazendo, onde está sendo aplicado aquele recurso? Tenho diversos Municípios que estão aplicando recursos – e diversos desses, com certeza, estão aqui no trabalho – em coisas que não dão retorno imediato para o seu Ideb; e os outros já estão numa situação que eles aplicam e podem ter o retorno, por causa desses fatores associados que influenciam diretamente a educação.

A grande preocupação – mas acho que foi boa e concordo com a Profª Fabiana e reitero aquilo que disse: sempre que falamos em educação é bom para o País – é a forma como a discussão é colocada. Trabalhos acadêmicos, temos muito; é bom discutir na academia, bom colocarmos, ter polêmica, revisão dos pares – não sei se o trabalho foi revisto por pares –, enfim, isso é importante, faz parte do processo. Agora, quando chega um trabalho que dá uma definição e diz: “Olha, o Brasil tem, no resumo, 47% de desperdício”. Não tem! Pela metodologia, chegou-se a esses números, mas, particularmente – agora como pesquisador e como gestor –, discordo da metodologia, mas respeito. Discordar significa respeitar. Não precisei nem dizer, porque a própria Profª Fabiana, como pesquisadora que é, já disse: “Foi uma decisão, os insumos financeiros substituem os insumos físicos”. É isso! Isso é uma decisão de metodologia.

Acho que essa decisão – disse, para vocês, pela questão dos fatores associados que influenciam a educação – afeta profundamente o resultado do trabalho. Agora, claro que serve para discutirmos, debatermos, tudo mais, mas não para pegarmos os resultados como definitivos. Porque, se formos pegar, precisamos de 50% menos recursos na educação, que vai contra tudo aquilo que todos nós, a sociedade brasileira, lutamos.

Temos questões pontuais? Temos! Temos que buscar eficiência, cada vez mais trabalhar. Hoje – e a Senadora e o Senador conhecem isso bem, como fazemos o monitoramento dos recursos, direto na escola, a avaliação de onde vai o recurso, cada obra que a prefeitura faz; a Undime e o Consed são gran-

des parceiros nisso também –, temos uma grande capacidade de monitorar esses investimentos, mas ao mesmo tempo em que cobramos o Ideb, que debatamos o Ideb. E mais. Em breve, soltaremos os novos resultados, Ideb e Enem, por escola. O que fazemos? Quando temos um resultado, vamos para cada escola, e o que se vê muitas vezes é a discussão do *ranking* das escolas dos Municípios... Estamos até mudando, discutindo isso com o Consed e Undime, exatamente para poder incluir a questão da inclusão.

Se tenho uma escola de 20 alunos e uma escola de 500 alunos, é difícil fazer a comparação, porque uma está fazendo a inclusão. E repito: quem faz a inclusão nesse País são as redes municipais, estaduais; a rede privada é uma rede que tem uma participação importante, em nível de matrícula é pequena, mas tem uma qualidade que é característica dela, exatamente por não ter esse compromisso ou não ter, como objetivo, como tem a rede municipal e estadual, a inclusão.

Então, quando soltamos o resultado do Ideb, fazemos uma análise em cada escola e vamos verificar quais as intervenções pedagógicas que podemos fazer naquela escola para que ela melhore o seu Ideb, e isso até influencia investimento. Por exemplo: as escolas que têm preferência para entrar nas escolas de tempo integral, para fazer parte do Mais Educação, são aquelas que têm Ideb mais baixo. Por quê? Nós verificamos que um fator fortíssimo associado para a melhoria de qualidade é o tempo integral. Então, vejam, isto é importante: quanto mais escolas de tempo integral...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – O salário de professores, que sabemos ser um grande desafio de todos nós, dos Municípios, dos Estados, do Governo Federal, é um fator associado que tem qualificação dos professores. Agora, recursos outros que são fundamentais para a inclusão, ou fatores associados, em nenhum modelo no mundo – a não ser que você não esteja mais fazendo inclusão, ou seja, seu sistema está estável, como a maioria dos países da OCDE, você não tem mais o problema de inclusão –, em nenhum sistema do mundo que está fazendo a inclusão que o Brasil faz, esse investimento financeiro vai ter diretamente uma influência na qualidade.

Nenhum modelo será capaz de fazer isso. É claro que modelos podem ser feitos com a sua pressuposição técnica e científica perfeitas, aí parte-se da sua hipótese e você chega a resultados. Agora, não podemos deixar que isso saia de uma boa discussão, de um bom debate, para virar uma polêmica que não beneficia ninguém, porque, se eu absorver os resultados, eu vou dizer o seguinte: está bem, repito, nós

precisamos de menos 50% de recursos aí, está havendo desperdício de 50% sistêmico? Isso não existe! A premissa do modelo é que chegou a um resultado. Está bem, vamos discutir.

A equipe nossa debateu sobre isso profundamente, discuti com a base, nós temos uma comissão de especialistas que me ajuda, avaliamos e temos a nossa posição clara sobre isso.

Fazer o debate é razoável; pegar conclusões como verdades, não. E não é justo. Eu sei que não foi esse o objetivo do trabalho.

Quero também parabenizar a imprensa, que trouxe à tona uma discussão, como tinha que fazer mesmo. Foram muito sérios em colocar a discussão. É isso. É o debate. Mas é o risco de generalizarmos resultados que têm limitações na sua pressuposição, como todo trabalho científico tem.

Eu trabalhei com modelo pela vida inteira, e qualquer modelo tem isso. Você tem a limitação da sua pressuposição. Modelo é isto: a entrada, a saída e o que você considera. Ciência se faz assim.

Agradecendo, mais uma vez, o apoio desta Casa, eu queria reiterar que, primeiro, o debate da educação é sempre positivo, sempre bom; segundo, posso dizer com tranquilidade para o Brasil e para os brasileiros que são preocupados com a educação, como esta Casa é, como os pesquisadores que fizeram o trabalho são, como Undime e o Consed são, que nós não temos um desperdício dessa ordem no País. Ao contrário, há uma eficiência muito grande em utilização, um esforço muito grande de todas as redes para fazer a inclusão, para colocar mais jovens na escola, que é o legado que temos e o dever que temos.

Pontualmente, nas questões que temos, estamos atuando, precisamos atuar. É claro que sempre há condições de sermos mais eficientes, mais efetivos, e estamos fazendo isso para que possamos avançar, mas a própria história e o filme da educação brasileira mostram um caso extremamente bem sucedido de inclusão com qualidade em ensino superior e educação básica, e até pós-graduação. O filme do Brasil é bom. Para vocês terem uma ideia, nós estivemos no OCDE, que nos convidou para liderarmos o trabalho que vão fazer na África. Quer dizer, querem que nós, o Brasil, estejamos com eles, porque eles estão começando agora o Pisa para os países em desenvolvimento, principalmente para os africanos, e querem que o modelo do Brasil de inclusão e de eficiência nos gastos de recursos seja utilizado. Observaram que o Brasil é um caso de sucesso sem precedentes, e eles, com certeza, devem destacar isso no próximo relatório do Pisa que está saindo.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Então, é deixar isso e dizer que estamos atentos para as questões específicas, mas, no geral, o Brasil consegue, hoje – graças a esse Pacto Federativo e ao diálogo que têm Governo Federal, Governo estadual e Governo municipal, e a esse esforço que temos dos gestores municipais, dos professores, dos diretores de escola, enfim, do Consed e da Undime –, avançarmos bastante.

Eu tenho certeza de que temos desafios, pela fotografia hoje da educação brasileira, mas essa fotografia demanda mais recurso. Nós precisamos de mais recurso. Por isso o ato histórico da Presidenta Dilma colocando os *royalties* prioritariamente na educação, 75 e 25, desta Casa, que aprovou isso. Eu acho que aquele é um momento histórico. O nosso compromisso intergeracional, preservando o fundo, o rendimento do fundo. Eu acho que o Brasil tomou aquela decisão, dos países que realmente pegaram os recursos extras que vêm dos *royalties*, que é um bem finito, e aplica naquilo que é transformador. Ou seja, a sociedade sente que nós precisamos de mais recursos. Os recursos estão sendo bem aplicados, resultados estão vindo e virão, evidentemente mais no futuro, e os casos específicos que não são sistêmicos estão sendo tratados pelos ministérios, pelo órgão de controle, por esta Casa e pela sociedade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Foi o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Prof. Luiz Cláudio Costa, que diz que o desperdício não é na ordem do que foi divulgado, ou seja, não há uma concordância pelo montante anunciado.

Com a presença já do Senador Cristovam Buarque, nós passamos a palavra ao representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Sr. André Amorim Alencar, que terá os mesmos 25 minutos que eu dei aos que o antecederam.

O SR. ANDRÉ AMORIM ALENCAR – Muito bom dia a todos. Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Paulo Paim, agradecer o convite à Senadora Ana Amélia, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque e, em nome da Confederação Nacional de Municípios, agradecer o convite para tratar deste tema tão importante ao nosso País e à nossa Federação.

Primeiramente, abrindo mão de discutir diretamente o trabalho feito pela equipe da STN e da professora, para tratar um pouco do financiamento, como é que se dá hoje a repartição de receitas e o financiamento, inclusive da educação na esfera municipal.

Discutir o gasto público na educação na esfera municipal requer também uma análise do nosso federalismo fiscal. O nível de gasto que cada Município é capaz de realizar é determinado também, além das

transferências voluntárias, principalmente pelo nosso sistema tributário e os mecanismos federativos de divisão de receitas.

O Fundeb, por exemplo, que é o principal mecanismo de repartição de recursos na educação, tem uma sistemática que não privilegia a qualidade, não privilegia, por exemplo, os resultados de Ideb e, sim, a quantidade.

Foi um movimento para ampliar as redes de ensino e criou-se um sistema de financiamento que foi muito significativo neste sentido de ampliar o número de matrículas.

Então, avaliar os recursos destinados à educação pelos municípios que são mais eficientes para atingir as metas do Ideb passa também por considerar essa dinâmica da receita municipal.

Aqui, só trazer aos Srs. Senadores a partilha de receitas – aqui, já a receita disponível após as principais transferências federativas – de qual fatia fica com a União.

A União hoje se apropria, após todas as transferências, de 21,2% do PIB. Isso está constante. A União tem uma variação ali em relação ao PIB, mas a gente vai vendo, mais para frente, que a divisão tem sido mantida constante desde 2000. Os Estados ficam com 9,3% do PIB, e os Municípios com 6,8% do PIB.

Aqui é a proporção de cada um. Então, a União com cerca de 57% do total da receita disponível aos entes públicos; a fatia dos Estados é de cerca de 25% e a dos Municípios é de 18%. Isso também é constante.

Aqui, agora, é a aplicação direta em educação. São os dados de um estudo do Inep. Hoje, os Estados e Municípios têm seguido um nível de gasto próximo, tanto os Estados quanto os Municípios, que hoje está em torno de 2% do PIB. São dados que foram encerrados em 2010. E a União em torno de 1% do PIB.

Agora, é interessante a gente entender um pouco como é que se compõe a receita municipal. Esses são dados de 2009. A principal receita é a de arrecadação própria. Depois a gente vai discutir isso, porque a arrecadação própria tem um grau de concentração grande na esfera municipal. Ela é a maior, mas para a maioria dos Municípios ela não é tão significativa. Se a gente tirar os grandes centros urbanos, a receita de arrecadação própria tem um peso muito reduzido na composição da receita dos Municípios.

A seguinte é a receita de ICMS, que também tem uma concentração bem razoável. A principal receita para a grande maioria dos Municípios é o FPM, que é a terceira maior, mas ao mesmo tempo é a mais bem distribuída, a que atinge a maior parte dos Municípios de uma forma bem significativa.

Depois ali a gente segue.

O saldo do Fundeb é uma receita importante, a gente vai discutir bastante aqui o Fundeb. Ele está em quinto lugar como uma das principais receitas dos Municípios.

Esse gráfico é interessante para mostrar o peso que o FPM tem para a maioria dos Municípios. Em 3466 Municípios o FPM representa mais de 50% da receita de origem tributária. Então o que acontece com essa receita é muito importante para a capacidade de despesa dos Municípios. Como a educação é o principal componente de despesa para os Municípios, ela vai estar relacionada com o FPM, com o que acontece com o FPM. Então, quer dizer, para avaliar a capacidade de despesa e a eficiência – que aí foi a questão mais específica do trabalho do STN –, eu considero que seja mais importante discutir como ocorre essa divisão horizontal do que tentar estabelecer uma relação simples, estatística diretamente entre o que é gasto e o resultado.

O que é importante entender nessa dinâmica é que desde a crise financeira de 2008, a arrecadação relativa ao FPM sofreu uma desaceleração. Então a gente viu, no gráfico inicial, que a fatia municipal está sendo mantida no pós-crise, mas está sendo mantida em razão do desempenho de arrecadações, como a arrecadação própria e o ICMS. O FPM, aqui a gente pode ver nesse gráfico, deu uma desacelerada a partir de 2008 e tem sido compensado pelo crescimento de receitas próprias.

Aqui eu trago um indicador do grau de concentração das receitas nos Municípios, justamente para a gente entender que alguns Municípios estão sendo prejudicados com esse processo de perda relativa do FPM em relação ao total da receita. Esse é o índice de concentração. É como se fosse o coeficiente de Gini dos Municípios, em termos de receita pública. O FPM tem um coeficiente negativo, e isso indica que ele tem um efeito redistributivo. Municípios mais pobres recebem mais recursos. O Fundeb também tem essa função, ele consegue ter essa capacidade de redistribuir recursos aos Municípios mais pobres.

Aqui é a curva chamada curva de Lorenz na receita, justamente para ilustrar ali o que os indicadores de Gini estavam demonstrando. O interessante é que essa última curva aqui mais abaixo mostra o grau de concentração na receita disponível dos Municípios.

Aqui o ICMS e o IPVA, vou passar mais rapidamente.

Aqui é interessante a gente observar o FPM. Essa curva vermelha mais abaixo, na verdade é uma reta, indica igualdade. Então, abaixo dessa curva a receita segue um padrão de concentração. Ela dá mais recursos para Municípios com maior PIB. O FPM se encon-

tra acima, e isso significa que o FPM distribui receita para Municípios com menor PIB. Então é o principal que tem efeito redistributivo.

O Fundeb também, é aquela curva superior, tem essa característica. Quer dizer, aqui agora uma questão relacionada ao Fundeb. Uma avaliação que é muito comum é que o Fundeb – há até um pouco disso no trabalho –, é de que o Fundeb veio a representar mais recursos para o conjunto dos Municípios e dos Estados, o que não é bem uma verdade. Na verdade o Fundeb é constituído por receitas que originalmente já pertenciam aos entes, e ele tem um efeito redistributivo dentro de cada esfera, entre Estados e Municípios, o que é um efeito até importante.

Nesse eslaide, a composição do Fundeb, que, na verdade, é composto pelas retenções dos impostos, tanto estaduais quanto municipais. O que a gente tem observado recentemente é que os Estados acabam transferindo recursos aos Municípios, uma vez que eles contribuem mais para o fundo do que dele recebem, pela sistemática de distribuição do fundo, que é relacionada às matrículas. Assim, os Municípios têm observado um saldo cada vez maior, mais positivo, em relação ao Fundeb, e os Estados têm perdido um volume expressivo de recursos. E isso aconteceu porque a rede municipal foi expandida, o número de matrículas – e, aí, a gente traz o número de matrículas – foi ampliado na rede municipal, enquanto ocorreu o oposto na rede estadual. A rede estadual – e, aí, são dados do Inep – perdeu. Por exemplo, os Municípios passaram de 13,7 milhões de matrículas, em 1996, para 22,5 milhões, em 2007; enquanto os Estados caíram de 23,4 milhões para 18,8 milhões no mesmo período. Isso mostra justamente essa relação de que o Fundeb é importante para redistribuir recursos.

Esses pontos representam os Municípios; então, Municípios que têm menor receita disponível *per capita*, geralmente, têm saldos maiores de Fundeb. Aqui, dentro da esfera municipal, há esse efeito redistributivo importante. Os Municípios que têm mais receita distributiva *per capita* contribuem mais para o fundo do que dele recebem.

Aqui, por Estado, até para ficar depois para os Senadores.

Apesar de destinar uma maior quantidade de recursos aos Municípios com menor receita, o Fundeb não incentiva a qualidade; pelo contrário, ele estimula uma competição pela ampliação da rede, premiando apenas a quantidade. Em média – e é um resultado que a gente vai mostrar mais à frente –, os Municípios que mais recebem recursos do Fundeb têm menores médias no Ideb. E, aí, uma consideração importante a se fazer: antes de a gente avaliar isso como uma

deficiência do fundo, a gente deve lembrar que mais recursos ampliam a capacidade financeira desse ente no sentido de melhorar o seu indicador.

Como o Presidente do Inep coloca, é importante a gente analisar o filme, não só aquele Ideb de um determinado ano; É importante sim, a evolução. Então, nesse sentido, por não estarem associados o Fundeb ao Ideb, é interessante porque se permite que Municípios ainda com a necessidade de ampliar os seus resultados de Ideb continuem recebendo mais recursos do que Municípios que já estão melhores.

Aqui é só a correlação entre o saldo do Fundeb e a nota do Ideb. A gente observa uma correlação negativa de 0,52%, o que mostra um pouco dessa realidade de que Municípios com menor nota têm um saldo maior no sistema de financiamento.

Por fim, aqui o Ideb em relação à despesa *per capita*, a despesa por matrícula. A gente observa uma correlação positiva. Aqui, Municípios que mais gastam em termos *per capita* têm resultados maiores. Aqui, também, uma fotografia, sem olhar o filme. Então, essa aqui é uma realidade. Agora, para saber as razões, no caso, é preciso que se explique melhor, mas o fato é que há essa correlação entre o maior gasto e um melhor resultado no Ideb.

Aqui, é um exercício que, na verdade, como a doutora já colocou, não é bem um exercício econômico, mas uma avaliação em termos de um exercício apenas matemático, sem tentar estimar parâmetros. E eu compartilho um pouco da preocupação que o nosso Presidente do Inep colocou com as conclusões serem colocadas de uma forma pouco cuidadosa. Eu acho que foi uma expressão que veio dessa analogia de insumo/produto; essa expressão de desperdício de recursos, mais ou menos aplicando a lógica de raciocínio de uma fábrica ou de algo do tipo, trazendo essa metodologia para a análise da política pública em educação. Mas eu acho que essa conclusão é um pouco infeliz nesse termo, porque a gente imaginar que hoje, com todas essas dificuldades de financiamento, já há quase 50% de desperdício do recurso da educação, é um pouco complicado. E eu teria um pouco mais de cuidado com a parte da conclusão.

Mas, em geral, é um trabalho importante e contribui para o debate.

Acho que seriam essas as considerações da Confederação.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. André Amorim Alencar, representante da Confederação Nacional de Municípios, que também, nas suas considerações, deixa claro que

achou um pouco exagerada a dimensão do desperdício nos Municípios.

Eu queria convidar o Senador Cristovam, se pudesse presidir para mim, porque tenho que votar na reunião ao lado, e, ao mesmo tempo, já passo a palavra à Senadora Ana Amélia, autora do requerimento e Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Estou extremamente satisfeita pela provocação. Na verdade, o que houve com esse estudo foi uma provocação em torno de um tema com o qual também fiquei muito estimulada, em função do que disse a Drª Fabiana.

Esses técnicos que integram o corpo de pesquisadores da Secretaria Nacional do Tesouro não estão se limitando apenas à questão de avaliar a eficiência do gasto público não só em educação, mas também em outros setores. Nós discutimos muito a questão da saúde, e há de fato também nessas áreas questão relacionada ao volume de gastos com a eficiência desse gasto, com o resultado desse gasto.

Prof. Luiz Cláudio, o senhor disse taxativamente: “Não temos desperdício”. O senhor estava se referindo aos 40% mencionados no estudo. Não há nenhum tipo de desperdício, professor?

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Senadora, primeiro, de forma sistêmica, não temos desperdícios. Segundo, não temos desperdícios nessa ordem. Claro que temos questões pontuais, que observamos, tanto nós, organismos de controle, e a própria sociedade. Claro que nós temos que atuar e temos agido nisso, buscando a eficiência. Mas a gente busca exatamente considerando esses aspectos. O nosso representante, André, disse muito bem que nós não podíamos. Qual era a nossa preocupação com o Fundeb? Inclusão. E nós sabemos que a inclusão não se reflete imediatamente em qualidade. Então, nós não poderíamos fazer essa analogia diretamente.

Então, quando se compara com o Ideb, não. Mas claro que temos questões pontuais. Não de forma sistêmica, mas temos que agir. Eficiência é uma busca nossa.

Então, temos, sim, mas não de forma sistêmica e nem dessa ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim.

O senhor também fez uma referência, que é uma busca sobre prioridades. Tempo integral do aluno, que acho extremamente bom. Lembrei até do esforço do Brizola, que tentou introduzir isso com sistemas e tal, e a questão do salário dos professores. Tentou-se com o Piso Nacional, mas muitos Estados e Municípios não

conseguem, por conta dessa compressão da Receita e da dificuldade que têm Municípios, especialmente, e Estados de aplicar. O meu Estado do Rio Grande do Sul não aplica o Piso Nacional dos professores.

Mas há uma questão relacionada a investimento, que não foi referida. Essas questões podem ser investimento, mas é uma política de educação.

No caso de investimentos, ontem eu tive a oportunidade de participar de um jantar na embaixada da China. E a China, que tem uma população de milhares, nem discuto o sistema econômico, a política econômica, o sistema de governo. As crianças dispõem, nas suas aulas, nas suas classes, todas elas têm seu *laptop*. É distribuído.

A nossa escola, hoje, no Brasil, ainda está distante desse acesso tecnológico. Então, nesse particular, estão hoje os Municípios aptos, diante dessa limitação de recursos, a entrar nessa modernização? Porque mesmo num bairro, digamos, pobre, da inclusão, cujo tema o senhor mais sublinhou, para chegar a uma escola em que essas ferramentas não estejam à disposição, todas elas brincam hoje com um aparelhinho pirata, vamos dizer assim, comprado no camelô. Elas já estão familiarizadas com essa tecnologia. Como essa escola vai atrair a criança a ficar na escola? Como dizem os senhores, não é só passar de ano, mas é mantê-la na escola.

Esse investimento, como a gente compatibiliza isso com eficiência e com ajustar, porque esse é um novo aluno? Aqui com Prof. Cristovam, nosso mestre, a gente fala muito nisto, sobre esse aluno que é mais inquieto, não se contenta que o professor fique, à moda antiga, ali na frente do quadro-negro escrevendo com giz, quando ele pode usar uma lousa eletrônica, com *touch* e essas modernidades.

Então, nessa questão, como ajustar essa inclusão também a essa inclusão tecnológica dessa criança, considerando as limitações orçamentárias e considerando o que foi dito aqui na relação desse Pacto Federativo, em que o Município é o primo pobre da Federação. Fica bem claro aqui na repartição: 60%, 25% e 19% da distribuição da receita nacional.

Sobre essa questão eu gostaria se o senhor puder me responder.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Bom, Senadora, o próprio relatório da OCDE coloca de forma muito interessante que o Brasil é o País que mais avançou em investimentos diretos em educação. Chegamos a 18,1%, se pegarmos todos os investimentos público. E curiosamente, do investimento público em educação, nos últimos anos – e o nosso Ministro Senador conhece bem esses dados –, todo aumento que tivemos no PIB Educação foi para a educação básica. Ou seja,

nesse grande diálogo, nesse Pacto Federativo, com os Municípios e com os Estados.

Então, praticamente na educação superior nós contamos com 1,1% do PIB, quer dizer, aumentou-se muito a eficiência, conseguimos fazer uma expansão do Reuni, mas houve, porque houve aumento do PIB. Porém, a grande concentração de recursos tem sido na educação básica – isso é importantíssimo.

Curiosamente, ontem, o Ministro convocou e nós tivemos uma reunião longa sobre essas novas metodologias na educação e realmente esse é o passo, que nós já estamos dando decisivamente. Como nós procuramos fazer isso? Primeiro, *tablets* para os professores. Nós precisamos, primeiro, colocar o professor na era digital. E isso tem sido feito e tem sido um grande esforço das redes. Aí, com tudo embarcado já nesses *tablets*, é importante que ele tenha ali aulas, os livros didáticos, maneira de utilizá-lo. Esse é o nosso primeiro passo.

Estamos também com as escolas, através do FNDE, que faz hoje um trabalho belíssimo, e consegue comprar todos os equipamentos de informática a um preço muito reduzido – nós fazemos um pregão unificado. Hoje, não existe escola neste País que não tenha condições de ter. Temos algumas dificuldades. Veja bem, o Brasil tem em torno de 50 mil escolas que têm cerca de menos de 20 alunos – é uma característica nossa.

Temos escolas em que temos que fazer trabalhos específicos, temos escolas multisseriadas, temos escolas rurais, enfim, mas, de qualquer forma, esse passo é decisivo e nós estamos dando. Primeiro, capacitando o professor para que ele entre nessa área digital e, ao mesmo tempo, a escola.

Para se ter uma ideia de um exemplo de sucesso e como é possível no Brasil termos essa tecnologia independente da escola, nós vamos hoje uma coisa que é única no mundo, ninguém tem isso, o Censo da Educação Básica. Todo feito sem nenhuma folha de papel.

Hoje, nós sabemos que cada escola, cada estudante, cada professor, em todas as partes deste País, nós temos isso através de uma identificação do Inep. Também do ensino superior, mas o superior, apesar da complexidade, é pouco mais fácil de se fazer.

Ou seja, é possível ter essa tecnologia e tudo isso nós fazemos. Aí também nesse censo nós temos uma noção muito clara de quais são as demandas dos Municípios, das escolas.

Então, estamos atuando fortemente nisso. Posso também aqui dizer, sem nenhum receio de estar equivocado, que não faltam recursos para isso. O que nós temos que ter é o cuidado da metodologia para o equipamento chegar e ficar ocioso ou ser utilizado de

outra forma. O professor, tendo esse ferramental, sabendo utilizá-lo para os fins pedagógicos...

Com o Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa, que é até os 8 anos, acho que aí nós fechamos realmente, de fato, o que nós precisamos fazer no País. Ontem, nós estávamos discutindo esses programas interativos que, através de projetos pedagógicos eletrônicos, o estudante no computador, o jovem, a criança, faz joguinhos de matemática e português e já aciona a nossa matriz de competência do Inep dizendo o livro onde ele acha aquela informação.

Então, são investimentos em instrumental, no *hardware* e também no *software*, mas procurando, primeiro, Senadora – esta foi uma decisão nossa, conversando, é claro, com vários especialistas –, dar ao professor essa condição.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, pela ordem, eu queria, agora, questionar à Dr^a Fabiana: a senhora, com o que ouviu aqui, muda a sua opinião ou atenua os dados do estudo? Foi um estudo profundo. A discussão aqui é sobre metodologia não adequada à realidade. Esse é, digamos, o resumo da ópera. A senhora mantém a sua opinião? A senhora considera que essa reação dos agentes da educação envolvidos diretamente na questão foi acima do tom que deveria haver nesse debate?

A SR^a FABIANA ROCHA – É uma ótima pergunta.

Primeiro, eu queria fazer um esclarecimento. Acho que devo aos meus coautores fazer esse esclarecimento. Não é um estudo da STN.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não é um estudo...

A SR^a FABIANA ROCHA – Da STN.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Da Secretaria do Tesouro Nacional.

A SR^a FABIANA ROCHA – Esse estudo não é da Secretaria do Tesouro. Se vocês forem ao Banco Central, se entrarem na página do Banco Central, verão que há textos para a discussão do Banco Central. Se vocês vão à página do Ipea, podem ver que existem textos para a discussão do Ipea. Nos textos de discussão do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ipea, vem um *disclaimer*. O que é um *disclaimer*? “Este trabalho não representa a opinião da STN, do Banco Central ou do Ipea.”

Isso eu devo aos meus coautores. Eu acho que grande parte do impacto que foi causado pelo trabalho vem de uma confusão básica...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A Secretaria ter...

A SR^a FABIANA ROCHA – ...ao se dizer que a Secretaria do Tesouro Nacional está afirmando isso. A

Secretaria Nacional do Tesouro não afirmou nada disso! Foi um trabalho técnico feito para chamar a atenção para essa questão, trazendo um resultado numérico. Vamos dizer, digamos que seja exagerado...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A reação?

A SR^a FABIANA ROCHA – Não, o número.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ah, o número!

A SR^a FABIANA ROCHA – A reação, sem dúvida, foi exagerada, eu acho. A reação, sem dúvida, foi exagerada, primeiro, porque acho que é uma questão sobre a qual não há disputa. Acho que não deve haver disputa. Se um gestor público entende que existe restrição orçamentária, não há disputa em se dizer que uma alternativa é a eficiência. Não existe disputa. Desperdício zero não existe! Não existe desperdício zero. Isso é impossível! Como indivíduos, nós desperdiçamos.

Então, acho que a reação foi exagerada. Eu acho que é um trabalho técnico, que foi feito por técnicos, tentando chamar a atenção para uma questão. A metodologia, obviamente, tem limitações. É claro que qualquer metodologia tem limitação. Se a gente for querer compreender a realidade, a gente nunca vai compreender a realidade. Quando a gente fizer um modelo para entender a realidade que seja igual à realidade, aí a gente já começa a não entender mais nada com o próprio modelo, porque ele vai se tornar tão complexo que já não fará mais sentido. Então, é óbvio que são simplificações.

Eu quero corrigir uma única simplificação, pois acho que ela não é verdade. Não foi olhado o Ideb de 2011 com o gasto de 2011. Foi feita a média do gasto de 2011, de 2010, de 2009 e de 2008, porque a gente sabe que demora um tempo para as coisas acontecerem. Então, desse ponto de vista, eu acho que a gente tomou cuidado.

Falo para o Prof. Luiz Cláudio que, se ele quiser nos fornecer os insumos físicos num horizonte de tempo longo, teremos o maior prazer de refazer o estudo, porque, para nós, isso é importante. Para nós pesquisadores, pessoas que querem conhecer e mudar a realidade, isso é importante. Então, se o Inep for capaz de nos mandar um banco de dados, com todos os IDEBs de todos os anos, com os insumos físicos que eles acham que são aqueles que influenciam a educação, refaremos, com o maior prazer, o estudo.

Com relação à sua pergunta sobre se eu revejo o número, se ele é exagerado, digo que pode ser que seja exagerado. Mas vamos pensar de outro jeito: se ele estiver exagerado em 50%, se o desperdício for de 20%, se eu errei, se minha técnica é ruim para caramba, se errei, se está demais, 20% a gente deve deixar

para lá? E se forem 10%? A gente deve deixar para lá? Eu acho que não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, não.

A SR^a FABIANA ROCHA – Eu acho que não. E fico feliz com a observação do Prof. Luiz Cláudio também, de que eles estão olhando alguns casos e tentando comparar com outros. “Ah, gastam a mesma coisa mas um tem o IDM de 7 e outro de 3,5!” É esse o propósito mesmo. Porque, quando a gente fala em 40%, é a média dos Municípios. Então, vai haver Municípios cujo desperdício é de 10%, 15%. Há outros onde isso vai ser muito mais. Há Municípios grandes, Municípios pequenos. Municípios grandes têm ganhado de escala. Você não vai fazer um colégio para dez alunos; isso é muito diferente, em termos de eficiência, de se fazer uma escola grande, onde há um monte de alunos. É lógico que aquele que tem a escola e menos alunos vai ser mais ineficiente por definição, porque o custo por aluno dele vai sair muito mais elevado do que de um outro colégio, uma outra escola. Então, eu acho que, quando a gente olha para a média, obviamente, tudo se dilui na direção do que ele falou. Mas a ideia é justamente pegar as melhores práticas e as piores práticas para ver o que está acontecendo e aprendendo. E para mim não interessa se é 40, se é 30, se é 20 ou se é 10; se há 10, eu acho que a gente tem que olhar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar da Maioria – PP/RS) – Obrigada.

Eu lhe agradeço as respostas. E eu até queria acrescentar. Prof. Luiz Cláudio – e eu queria até checar esse dado que eu anotei – tem 50 mil escolas no Brasil com menos de 20 alunos. E a professora falou que não há sentido em se construir uma escola com dez ou vinte alunos, por causa do custo de se fazer isso e porque o resultado é pequeno.

Ontem, eu estive, Prof. Luiz Cláudio em Joinville, Santa Catarina, que é uma das maiores cidades da Região Sul, populosa, economicamente muito forte, com um PIB muito grande, e um grupo de pequenos empresários, uma entidade que tem 30 anos, resolveu criar um programa de acompanhamento junto às crianças que estavam fora da escola. Numa parceria com a prefeitura, fazer esse acompanhamento e levar para as escolas particulares com vagas abertas as crianças que estiverem sem escola. Eles fazem uma fiscalização; o custo por aluno é mais barato, e eles fiscalizam a qualidade do ensino que está sendo fornecido para essas crianças. Em geral, são para creches, para crianças de zero a cinco anos; entram muitos em creche. Ora, uma cidade com uma população feminina muito grande, de operárias trabalhando, a coisa de que mais se precisa, de que mais se carece é creche,

para a criança estar bem *full time*, enquanto a mãe está trabalhando e segura de que a criança está bem.

Então, fizeram esse trabalho, que tem um grau de economicidade, mas se tem o controle da qualidade, porque não é simplesmente botar lá para resolver um problema. E eu só queria mencionar isso porque fiquei bem impressionada pela iniciativa de sustentabilidade ou de responsabilidade social que essa entidade resolveu assumir, representativa de pequenos e médios empresários de Joinville. E, dentro disso, eu queria a confirmação do senhor, que me confirmou esse número.

Finalmente, eu gostaria de ficar aqui conversando com todos, porque aprendi muito hoje.

Eu faço uma pergunta ao André Amorim, da CNM – eu sou Presidente da Subcomissão de Municipalismo da Comissão de Assuntos Econômicos e nós vamos começar a examinar a nossa agenda agora. Foi mencionada aqui a questão da relação recurso e demanda, ou seja, melhora-se com mais dinheiro. Eu acho que é discutível isso também. Eu vejo isso porque, no meu gabinete, Prof. Luiz Cláudio e o próprio André, a verba que eu tenho para gastar no Senado, eu limitei esse gasto em 30% – 30% – e, em vez de eu ter 50 servidores, eu posso fazer o mesmo serviço com 21 servidores, e todos têm um desempenho e engajamento no exercício do mandato exemplar – são quase todos Senadores pelo envolvimento que têm. Então, nós limitamos a 30% o gasto. Não gasto com publicação porque uso tudo por comunicação virtual. Então, eu penso que, por aplicar algumas regras de economicidade, de redução de gasto, que podemos mesmo no setor público, até porque esta é uma Casa muito visada, e deve ser, e muito fiscalizada, e deve ser... Então, todo setor público...

E eu faço isso como uma espécie de prestação de contas, porque, quando eu venho cobrar a eficiência, eu tenho de dar um exemplo, eu tenho de mostrar o que eu estou fazendo lá. Então, em vez de fazer uma publicação que talvez vá ficar numa gaveta, os estudantes me mandam por e-mail um pedido de livros – não são livros meus, eu não escrevo, eu não sou escritora, sou uma Senadora –, e, por exemplo, vão para um estudante de nível superior, Prof. Luiz Cláudio, a Constituição Federal, o Código Penal, o Código Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, esses livros. É da verba que eu tenho disponível lá. Vão para o aluno que recebe na mesma hora. Até brincam, porque eu recebo pedidos de outros Estados, embora eu seja Senadora pelo Rio Grande. Eu escrevo – foram mais de 30 mil –, em todos eles, o nome do aluno que está recebendo. Não é um cartãozinho impessoal, com “cordialmente”. Em pedidos de outros Estados, eu escrevo e coloco um P.S.: “Por favor, na próxima solicitação de livros, faça-

-a ao Senador do seu Estado”, porque a demanda no Rio Grande do Sul é muito grande. Então, eu atendo, mas lembrando-os disso. A resposta é muito grande. Então, nós temos condições, sim, no setor público, Prof. Fabiana, de fazer uma gestão qualificada.

Prof. Luiz Cláudio, agradeço muito. O senhor me trata sempre muito bem no MEC, mas eu quero terminar com o André, porque me aguarda uma audiência para discutir a questão da maçã no Sul do País.

André, Nós Estamos Estudando O PNE, Pois Vamos Votá-lo. Ele é uma questão prioritária, não é, Prof. Luiz Cláudio? Como ele mencionou, vamos ter dos *royalties* do pré-sal um percentual relevante. Eu queria saber se a Confederação Nacional dos Municípios está contabilizando quando é que vai receber esse dinheiro, como é que esse dinheiro vai ser aportado, se a partilha vai ser, de novo, desse jeito que foi apresentado aqui na distribuição, porque o ensino superior não é do Município. O Município está assoberbado e, financeiramente, com a corda no pescoço dos prefeitos, com a creche e com o ensino fundamental. Esse dinheiro vai chegar quando? Qual é a previsão que vocês têm? E qual é o marco regulatório do compartilhamento desse dinheiro? Hoje, o Brasil está muito bem na área do ensino superior; houve inclusão, sem dúvida maior na área do ensino fundamental, melhor para o Brasil. Mas a área do ensino superior vai bem, obrigada, com o percentual que estamos aplicando. E no ensino fundamental, para que um maior número de mães e pais tenha segurança de que os filhos estarão bem na creche ou na escola de ensino fundamental?

O SR. ANDRÉ AMORIM ALENCAR – Eu começaria, primeiro, dizendo que, se o recurso chegasse hoje, ele não seria muito satisfatório, porque a regra hoje é muito concentrada. Há a distribuição que foi votada em 2011, se não me engano, aqui, no Congresso, que está suspensa no Supremo. E essa distribuição, sim, garantiria uma divisão mais igualitária dos recursos. Então, vincular para a educação um recurso que é concentrado, se não houver mudança no Supremo, na visão da Confederação, não vai ajudar em muita coisa, a não ser em alguns Municípios ditos confrontantes. É uma legislação que prevemos que vai gerar recursos num prazo muito longo, porque a vinculação no caso de Estados e Municípios, por exemplo, está dada para contratos assinados a partir de 3 de dezembro do ano passado. Sabemos que, em média, para esses novos contratos de petróleo gerarem recursos, é preciso quase uma década. Então, é um recurso importante que possa vir para a educação, mas, primeiro, eu acho que vai haver uma vinculação para a União.

Aí eu já queria aproveitar que a União vai descentralizar esses recursos e queria colocar aqui uma

coisa que não foi dita: temos de discutir muito também a forma de descentralizar esses recursos. Muitas dessas escolas aqui – segundo o Inep, são 50 mil escolas que têm menos de 20 alunos –, às vezes, têm uma estrutura que é exigida aqui, em Brasília, aqui, no Ministério, como padrão para ser construída nos Municípios. Então, essa descentralização também pode gerar desperdício, se não for bem estudada e não for bem avaliada. Hoje, no caso dos *royalties*, vai acabar sendo a maior parte do recurso que vai ficar na mão da União e a União vai ser competente para descentralizar esse recurso.

Então, eu queria encerrar levantando essa questão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, agradeço muito a sua federalização do ensino. Lembro-me, quando o senhor entra com essa tese, do Nelson Carneiro com o divórcio. Um dia, Senador Cristovam, a gente pode caminhar para uma ousadia dessas. Ousadia temos que ter, como tiveram os pesquisadores da USP nessa matéria. Acho que há um pouco, e temos que ter isso.

Fico muito grata a todos, ao André, à Fabiana, ao Dr. Luiz Cláudio, porque deram uma excelente contribuição, sobretudo por terem aceitado o convite para vir aqui. O senhor disse, Dr. Luiz Cláudio, sobre o respeito ao aceitar esse convite, que sempre o MEC e o Inep estarão aqui para discutir. É extremamente gratificante para quem está aqui exercendo o mandato, que vem para cá e fica 12, 13 horas no Senado, saber que a autoridade responsável por cuidar da qualidade na educação no País tem também esse compromisso. É muito gratificante. Tivemos agora há pouco uma audiência pública em que uma representação fundamental de consumidores não compareceu. Acho isso desrespeitoso com a gente, que está aqui para trabalhar com seriedade e com rigor. Eu me manifestei do mesmo modo e quero manifestar o agradecimento pela sua presença, da Fabiana Rocha e do André Amorim Alencar, que representa a Confederação dos Municípios. Que continuem esse trabalho. Acho que temos que provocar, evidentemente é isso que nós precisamos. Um país que tem pouca poupança, que tem pouco recurso, tem que aplicar bem o disponível que nós temos, e isso é o que mais importa.

Eu também queria agradecer os seus esclarecimentos de que essa posição não é da Secretaria do Tesouro Nacional, porque, para quem está vendo, parece que esse Governo está brigando entre si. Então, a leitura, o que importa são as versões, não os fatos, é o conceito que temos. Eu, como jornalista, sei. O que talvez tenha faltado, mais como a jornalista falando, é observação. Esse estudo é um estudo feito por cientistas que trabalham, pesquisadores especializados na área,

cuja posição, como vem no jornal: “Não necessariamente a opinião expressa aqui é a opinião do veículo que está publicando” – da mesma forma de um órgão de Governo como é a Secretaria do Tesouro Nacional, comandada, aliás, por um gaúcho, Arno Augustin.

Então, eu queria renovar meus agradecimentos. Obrigada, Senador Cristovam, por atender. Peço a gentileza de agradecer a todos para sair para a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senadora.

Eu só queria chamar a atenção por um minuto. A página sete desse documento que eu lhe entreguei, e vou entregar a vocês também, põe aqui a nota que as escolas de cada país recebe, chamada Pisa. As escolas de cada país são avaliadas e recebem uma nota. Só há onze ou doze países em pior colocação do que o Brasil, mas, se a gente considerar apenas as municipais, apenas seis são piores; se a gente considerar apenas as estaduais, sete serão piores; se a gente considerar as particulares apenas, suponha que todas as escolas fossem particulares, na média em que elas estão hoje, nós subiríamos e ficaríamos mais ou menos no 22º lugar; mas, se a gente considerar apenas as públicas federais, ficamos em 15º, ou seja, já estaríamos no bloco dos melhores países. Com um pequeno esforço sobre essas federais, a gente iria para os cinco primeiros lugares, pelo menos em algumas cidades onde começasse isso. A prova disso é que as melhores notas não são de países, são de duas cidades da China: Hong Kong e Xangai. Ou seja, a China disse: nós vamos revolucionar essas duas cidades, depois vamos para outras. Uma cidade já está chegando lá, que é Macau. É o que acho que deveríamos fazer no Brasil: escolher as cidades, federalizar nessas cidades, em dois anos elas estariam entre as melhores das melhores. Ao longo dos anos, claro, se chegaria ao Brasil inteiro. Creio que esse quadro mostra bem isso: como é que a média brasileira piora, se fica municipal ou estadual, e como melhora, se fica particular ou se fica federal público.

Foi com esse objetivo que fiz esse documento, para tentar convencer que eu não vejo outro caminho para dar o salto, a não ser este.

Concluindo – talvez eu nem tenha perguntas – eu acho o seguinte: se considerarmos desperdício jogar dinheiro fora no sentido de desvio, eu diria que não tem; agora, se considerarmos desperdício o pouco que a gente gasta ser mal gasto, tem desperdício sim. Vamos dar um exemplo: se considerarmos desperdício pagar o atual salário, está errado – o atual salário é baixo, o dos professores –, não há desperdício; agora, se a gente considera que, pagando esse valor, os professores dedicam menos tempo do que deveriam,

fazem paralisações mais longas do que deveriam, aí tem desperdício. Comprar *tablet*, não tem desperdício. A gente precisava comprar era um para cada aluno. Não tem desperdício, porque a gente só comprou poucos. Mas, se consideramos dar um *tablet* a um professor que não sabe usar ou em um lugar que vai ser roubado, tem desperdício.

Então, nós temos poucos recursos, e, nesse sentido, não há desperdício, e gastamos mal, nesse sentido tem desperdício sim.

Eu acho que essa é a situação da educação no Brasil.

Eu agradeço a vocês e dou por encerrada esta audiência.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Roberto Requião, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Armando Monteiro e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da pauta. Item 9: Requerimento nº 53/2013-CE, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Ana Rita, de caráter não terminativo, que requerem “... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos

e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o tema 'Primeira Infância – A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência', a ser realizada no próximo dia 20 de novembro, às 10 horas, nesta Comissão, com a presença dos seguintes expositores: Professor Boris Cyrulnik (França); Professora Sylvia Nabinger (RS/Brasil); Professora Fabiana Gadelha (DF/Brasil); e Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar para a Primeira Infância". O Requerimento é aprovado. Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)", que tramita em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2009, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)"; e Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2009, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, e prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 8 e nº 544, de 2009, que tramitam em conjunto, é aprovado. Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Logo após, a presidência passa à delibera-

ção do item incluído extra-pauta. Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 54, de 2013, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Ana Amélia, de caráter não terminativo, que requerem "... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade, ambos mantidos pela empresa Galileo Educacional, com a presença dos seguintes convidados: Senhora Letícia Portugal, Representante dos discentes do Centro Universitário da Cidade; Senhora Julliene Salviano, Representante dos discentes da Universidade Gama Filho; Senhor Alex Porto, Representante da Galileo Educacional; Senhor Paulo Cesar Prado Ferreira da Gama, Representante da Sociedade Universitária Gama Filho; e Representante do Ministério da Educação". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2009; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010 e Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2013. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata de reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos à mesa um requerimento de minha autoria e da Senadora Ana Rita.

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO Nº 53, de 2013**

Requeiro, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o tema “Primeira Infância – A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência”, a ser realizada no próximo dia 20 de novembro, às 10 horas, nesta Comissão, com a presença dos seguintes expositores: Professor Boris Cyrulnik (França); Professora Sylvia Nabinger (RS/Brasil); Professora Fabiana Gadelha (DF/Brasil); e Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar para a Primeira Infância.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Justificativa. Nos últimos cinco anos, esta Comissão realizou debates sobre os cuidados necessários à primeira infância, por se tratar de um período da vida de fundamental importância para o desenvolvimento físico e psíquico do ser humano, por afetar aspectos emocionais de aprendizagem.

Neste ano, a audiência pública proposta abordará o tema “A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência”, que será dividido em quatro subtemas: “Prescrição da Resiliência: Causas durante a Primeira Infância de distúrbios mais tardios”; “Porque investir na Primeira Infância como Política Pública”; “A capacitação dos profissionais do sistema de garantia dos Direitos”; e “Ações da Frente Parlamentar da Primeira Infância e da Rede Hemisférica de Parlamentares e ex-parlamentares pela Primeira Infância”.

O evento está inserido na VI Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no II Seminário Aconchego Convivência Familiar e Comunitária e no V Ciclo Internacional Resiliência e Cultura, a serem organizados pelo Senado Federal, na semana de 18 a 22 de novembro, com o apoio desta Comissão.

Diante do exposto e pela relevância do tema, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Coloco em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre e esperado Senador Paulo Paim para a leitura do item 4, com as emendas oferecidas e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 8 e 544, de 2009, que tramitam em conjunto.

Com a palavra, o nobre e esperado Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Eu estava numa audiência que debate as cotas nas universidades, no serviço público, mas pedi licença pela importância do tema que tenho que relatar aqui nesta nobre Comissão.

Sr. Presidente, esta Comissão vai deliberar sobre projeto que determina a repactuação dos contratos firmados no âmbito do Programa Financeiro Estudantil, o nosso Fies. Inúmeros projetos foram apensados, fiz uma análise detalhada e acabei concluindo pela aprovação do projeto de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, por ser o mais antigo. Mas todos os projetos vão na linha de facilitar para o nosso estudante. Por isso, Sr. Presidente, eu vou ler a análise para situar todos, mas entendo, inclusive, que não há necessidade de eu ler na íntegra – são quatro páginas. O objetivo é facilitar a negociação do estudante em relação ao Fies.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais de educação e ensino, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e outros assuntos correlatos. Assim, a análise de projetos de lei destinados a aperfeiçoar o Fies encontra-se entre as competências regimentalmente atribuídas a esta Comissão.

De Início, cabe lembrar a motivação dos projetos de lei em análise. Criado em 2001, para substituir o antigo Programa de Crédito Educativo (Creduc), o Fies tem dado efetiva contribuição para a ampliação do acesso à educação no País.

Atualmente, mais de 870 mil alunos, correspondentes a cerca de 12% das matrículas de graduação, beneficiam-se de empréstimos subsidiados por meio do Fies para arcar com as mensalidades de instituições privadas de ensino superior.

Entretanto, entre os anos de 2007 e 2009, o Fies foi alvo de intensa mobilização social, encabeçada por estudantes de graduação que haviam contraído dívidas de financiamento que, dado o modelo operacional então adotado, resultavam quase impossíveis de ser saldadas. Esse movimento nacional, que ficou conhecido como Fies Justo, felizmente reverberou no Parlamento. Como consequência, foram apresentadas diversas proposições legislativas orientadas a promover alterações nesse programa.

Entendemos que os três projetos de lei em comento originaram-se dessa situação. Embora apontem caminhos diferentes, os projetos têm um objetivo comum: apresentar alternativas para facilitar a renegociação de contratos do Fies e aprimorar o programa no sentido de que seja norteado eminentemente pelo princípio da justiça social.

Assim, não há como deixar de louvar a iniciativa dos ilustres proponentes e o mérito das medidas ensejadas pelas proposições analisadas.

É certo que, desde que o movimento Fies Justo ganhou corpo, várias alterações legais e regulamentares foram promovidas no fundo, com o mesmo intuito de melhorar a situação dos devedores, além de propiciar a adesão de um número cada vez maior de estudantes.

Mediante este quadro, de que aqui eu já falei na preliminar – qual o objetivo –, eu vou ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, com as emendas de redação a seguir, e pela prejudicialidade dos PLS nºs 8 e 544, de 2009.

As emendas estão com os nossos Senadores, mas eu posso ler, pelo menos, as duas emendas de forma bem rápida.

A primeira emenda.

Nos termos previstos em norma do agente operador e garantido o equilíbrio do Fies a que se refere o §7º deste artigo, será assegurada a repactuação dos contratos em fase de amortização nos casos em que, comprovadamente, a prestação corresponda a percentual elevado da renda do financiado.

A outra emenda “altera a Lei nº 10.260, de 2 de julho de 2001, a fim de assegurar a repactuação de contratos no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil, no caso que especifica”.

Esse é o parecer, Sr. Presidente. Não é terminativo, é simbólico. Enfim, visa a melhorar a possibilidade de o estudante pagar o Fies.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Paim. Realmente, ele é terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, mas eu queria fazer somente uma correção: esse projeto, o mais antigo é o de nº 53, que é do Senador Expedito Junior e não da Senadora Serys Slhessarenko, como disse o senhor.

Então, o Sr. é pela aprovação do 53, do Senador Expedito Junior.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O projeto em tela está em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para apoiar o parecer do Senador Paulo Paim.

É um projeto importante. Esse sistema de financiamento tem contribuído para que muitos jovens brasileiros possam cursar universidade, e nós precisamos buscar sempre aprimorá-lo, eliminando eventuais distorções que eles possam apresentar.

O parecer do Senador Paulo Paim tem o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSD – BGO) – Muito obrigado.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Apenas para também, como o Senador Alvaro mencionou, eu, como jornalista, e o Senador Paim acompanhava também, falei muito. Sou do tempo do Creduc; depois, veio o Fies, bem posteriormente. O Creduc era o crédito educativo e foi o primeiro mecanismo de financiamento para os estudantes carentes.

Queria cumprimentar o Relator, Senador Paulo Paim, mas, sobretudo, os autores que tiveram essa preocupação, todos os que trataram disso, caro Presidente.

Muito obrigada.

Meu voto é favorável ao relatório do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Continua em discussão.

Senadora Maria do Carmo? Para discutir? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, o projeto está em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o Projeto de Lei nº 53, que altera a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que permite a repactuação dos contratos firmados no âmbito de programa de financiamento estudantis, de autoria do Senador Expedito Junior e relatoria do Senador Paulo Paim, que é favorável ao Projeto 53 em tela, com as emendas já oferecidas e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 8 e 544, de 2009, que tramitam em conjunto e foram apensados.

Todos de acordo? Todos aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O projeto está aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2008

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Autoria: Senador Expedito Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2009**

- Não Terminativo -

Adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário).

Autoria: Senador Cristovam Buarque

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2009**

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatório: Favorável ao PLS nº 53/08, com as emendas oferecidas, e pela prejudicialidade dos PLS nºs 8 e 544/09, que tramitam em conjunto.

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos

2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 10/9/13)

Passo, em seguida, também, ao nobre Senador Paulo Paim, o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, de 2012

- Não Terminativo -

Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1- Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

2- Na reunião do dia 12/03/13, foi aprovado requerimento, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ataídes de Oliveira, propondo Audiência Pública para instruir o projeto, realizada no dia 8/5/13.

3 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 17/9/13.

Com a palavra, o eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, vou à análise também do projeto, que não é tão longa. Dá para fazer a leitura para situar o Plenário.

Nos termos do art. 102, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, ensino e instituições educativas, bem como formação e aperfeiçoamento de recursos humanos. Assim, a matéria tratada no PLS nº 168, de 2012, conforma-se às competências regimentalmente atribuídas a este colegiado.

Quanto ao mérito, louvamos, inicialmente, a preocupação social que perpassa a proposição. O projeto tem como base a combinação de três aspectos muito relevantes. Em primeiro lugar, a garantia de emprego aos jovens médicos formados no País, por um período de dois anos após a formatura. Em segundo lugar, o retorno social dos médicos cuja formação é integralmente subsidiada, ou seja, paga por recursos de toda a sociedade. E, em terceiro, a atenção à saúde das populações de comunidades carentes das metrópoles e dos pequenos Municípios do País, que, muitas vezes, enfrentam dificuldades para atrair e reter profissionais desse setor.

O PLS também avança na introdução de aspectos sociais importantíssimos para a formação de nossos médicos, voltados para uma abordagem de caráter mais generalista e articulada com a prática na área da atenção básica em saúde.

Sr. Presidente, para este projeto também foi feita audiência pública. Foi um amplo debate. O projeto é de iniciativa do nobre Senador Cristovam Buarque, que quer assegurar que, nos primeiros dois anos de trabalho, os médicos formados em universidades públicas possam prestar esse serviço principalmente nas comunidades mais carentes.

Por isso – e o Projeto não é terminativo também –, quero dar meu parecer favorável. Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do

Senado nº 168, de 2012, com as duas emendas que foram fruto de debate realizado aqui, nas audiências públicas.

O Projeto não terminativo, e o debate continua.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Como temos uma série de coisas para votar, abro mão de discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso! E eu tenho de ir para outra Comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Mozarildo.

Logo em seguida, falará o Senador Cristovam, que é o autor da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Cristovam!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor quer pedir vista do projeto? *(Pausa.)*

Alguém que pedir vista coletiva?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Peço vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Fica concedida vista coletiva do Projeto.

Mas concedo a palavra, mesmo assim, ao autor, o nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bem, eu quero, primeiro, colocar-me à disposição do Senador Mozarildo para debater qualquer dúvida.

Agradeço muito ao Senador Paim pelo seu relatório.

Quero dizer o seguinte, Senadoras e Senadores: o Brasil tem debatido, nas últimas semanas e nos últimos meses, o tema, a ideia de importar médicos. Isso, certamente, seria desnecessário se houvesse um bom sistema de saúde em todos os lugares e boas condições urbanas em qualquer cidade para onde os nossos médicos iriam. Mas também tenho certeza de que isso seria desnecessário se houvesse um programa como esse, se nossos jovens médicos que estudaram financiados pelo povo, pela população, com recursos do setor público, pudessem fazer uma formação adicional, trabalhando para o setor público em cidades onde há necessidade de médicos.

O resultado disso para a população é óbvio. Mas quero chamar a atenção para o resultado disso para

esses jovens médicos, que, ao estarem lá, vão conhecer uma nova realidade do País e vão encontrar formas diferentes de desenvolverem sua profissão, mesmo se quiserem voltar para as grandes cidades.

Eu, por isso, peço ao Senador Mozarildo que discutamos como aperfeiçoar a matéria. Estou à sua disposição. E gostaria de pedir o apoio dos Senadores e das Senadoras para a aprovação do Projeto, quando este voltar à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O.k.! Está concedida vista do projeto.

Eu vou só colocar novamente em discussão o item 3, porque o Senador Alvaro Dias, parece-me, quer fazer uma observação. Ainda está em discussão e é terminativo o item 3, que modifica a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui penalidade ao atleta que violar regras antidoping.

Então, o senhor é o Relator. Como antes o senhor não estava presente, assumiu a Relatoria *ad hoc* a Senadora Lúcia Vânia.

A discussão está aberta. A matéria continua em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria /PSDB – PR) – Sr. Presidente, se a votação é terminativa, não há quórum. Então, deixamos para apreciar essa matéria em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito!

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2012

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping.

Autoria: Deputado Deley

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

1- *Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2- *Na reunião de 10/9/13, a matéria foi lida e iniciada a discussão)*

Para extrapauta...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O item 5 está na mesma situação do item que é de

relatoria do Senador Alvaro Dias. Eu também já tinha feito a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A discussão também é terminativa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É uma matéria importante, mas, lamentavelmente, a gente não consegue...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Infelizmente, hoje, o Presidente da Casa está fazendo outra agenda. Nós, Presidentes das Comissões, precisamos conversar com o Presidente, porque, às 11 horas, numa terça-feira, ele mata pelo menos três Comissões de uma vez só e esvazia a pauta. Então, que a gente procure um horário diferente!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E havia sido convencionado que essas sessões especiais seriam feitas nas segundas-feiras ou nas sextas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Primeiro, submeto ao Plenário um requerimento extrapauta do Senador Cristovam Buarque, que, em conjunto com o Senador Paulo Paim, convoca uma sessão pública para debater os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho.

Se as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores concordam em colocar esse requerimento extrapauta...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apoiar isso integralmente. Tenho recebido da Julliene Cabral, uma estudante que já falou com o nosso Júlio Linhares, informações de que a situação é gravíssima, Senador. Existem estudantes do Rio Grande do Sul que estão lá cursando Medicina. São 18 mil alunos. É inacreditável que uma situação dessa persista. Então, queria saudar a iniciativa do Senador Cristovam e do Senador Paim. Também quero participar e subscrever a audiência pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Está incluso extrapauta. Passo, então, a palavra ao requerente para que faça a leitura do seu requerimento, incluindo também a Senadora Ana Amélia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Requeremos, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade, ambos mantidos pela empresa Galileo Educacional, com a presença dos seguintes convidados: Senhora Letícia Portugal, Representante dos discentes do Centro Universitário

da Cidade; Senhora Julliene Salviano, Representante dos discentes da Universidade Gama Filho; Senhor Alex Porto, Representante da Galileo Educacional; Senhor Paulo Cesar Prado Ferreira da Gama, Representante da Sociedade Universitária Gama Filho; e Representante do Ministério da Educação.

Para justificar isso, creio que as palavras da Senadora Ana Amélia certamente foram melhores do que as que eu poderia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam, o requerimento está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos para a votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e Ana Amélia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença de todos, estamos sendo prejudicados, temos cinco itens terminativos e peço o esforço concentrado semana que vem. Já foram lidos, hoje faltaram apenas dois Senadores, em determinado momento, mas, como há essa convocação para plenário, peço a boa vontade das Sr^{as} e Srs. Senadores para que, na semana que vem, como já foram lidos, terminemos a discussão e possamos votá-los.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas fazer um pedido, Sr. Presidente Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esse requerimento do Senador Cristovam, que eu e o Senador Paim apoiamos, precisaria de um tratamento prioritário. Digo isso porque existem alguns entendimentos, então, para que valorize o trabalho desta Comissão, o quanto antes fosse possível realizar essa audiência pública seria o ideal, Presidente. Penso que isso ganharia força, do ponto de vista do andamento da solução para esse problema que eu não diria que é grave. É gravíssimo esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a tem toda razão. Vamos procurar pautá-lo para a próxima reunião, na terça-feira, até porque é aquele velho caso: quem tem fome, não podemos esperar 30 dias para dar de comer. Aprovado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Ex^a colocou que estamos tendo dificuldades nas comissões, dificuldades em estarmos presentes nas comissões. Então, queria pedir a V. Ex^a que conversasse com os outros presidentes das comissões para que aprovassem o projeto de resolução de minha autoria que estabelece uma semana para reuniões de comissão e outra semana só para sessões deliberativas de plenário. Na semana que fosse destinada às comissões...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Onde está o projeto, Senador Mozarildo?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Está com o Senador Lobão Filho, que está tratando da reforma do Regimento. Mas acho que podíamos tirar esse projeto – já conversei, inclusive, com o Presidente Renan, que concorda –, e acho que realmente mudaria essa sistemática que prejudica a apreciação de projetos, que é uma das tarefas fundamentais do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Esse pleito de V. Ex^a já é antigo, e ele vem justamente restabelecer um equilíbrio entre as comissões. Vou conversar com o Presidente Lobão, reunir-me com mais alguns presidentes e levarmos. Ainda esta semana temos reunião com a Presidência, vamos pedir prioridade e ver qual é a melhor maneira para que entre em vigor o mais rápido possível.

Agradeço a participação de V. Ex^a, agradecendo a presença de todos, convocando para a próxima terça-feira, às 11 horas, nesta sala de comissões.

Muito obrigado, um bom dia e uma boa semana.

(Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador BLAIRO MAGGI, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consu-

midor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ana Rita, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e passa à LEITURA DE AVISOS, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão, sendo arquivados após o término do prazo: Aviso TCU nº 1066, de 21 de agosto de 2013. Cuida de auditoria realizada nas obras de construção do terminal de passageiros do aeroporto de Fortaleza, empreendimento relacionado à copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso TCU nº 1110, de 28 de agosto de 2013. Cuida de auditoria realizada nas obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros do aeroporto de Porto Alegre, empreendimento relacionado à copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso TCU nº 1105, de 28 de agosto de 2013. Cuida de representação do Ministério Público Federal em razão de possíveis irregularidades nos contratos para a execução de estádios de futebol para a copa de 2014, decorrentes de isenção tributária. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso TCU nº 1117, de 28 de agosto de 2013. Cuida de acompanhamento das contratações de tecnologia da informação relacionadas à copa de 2014. Enquadrado no inciso V do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Aviso TCU nº 2359, de 4 de setembro de 2013. Cuida de verificação dos procedimentos de concessão de financiamento e desembolso, por parte da CEF, referente às obras de mobilidade urbana inscritas na matriz de responsabilidades para a copa de 2014 na cidade de Natal. Enquadrado no inciso VII do art. 2º do Ato 02/2009-CMA; Ofício “S” nº 2, de 2012, que encaminha, nos termos do artigo 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do município de Aracruz/ES, referente ao terceiro trimestre de 2011; Ofício “S” nº 6, de 2013, que informa ao Senado Federal que estão disponíveis, em endereço na internet, os relatórios de fiscalização da 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; Ofício “S” nº 38, de 2013, que informa que está disponibilizado no sítio eletrônico da CGU a versão alterada

do relatório de fiscalização do município de Piçarra/PA – 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; Ofício “S” nº 39, de 2013, que comunica que estão disponibilizados no sítio eletrônico da CGU os relatórios de fiscalização contendo os resultados das ações de controle correspondentes à 38ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; Mensagem nº 85, de 2013, que encaminha, nos termos da legislação aplicável, o Relatório Anual de Atividades da ANAC referente ao exercício de 2011; e Mensagem nº 86, de 2013, que encaminha, nos termos da legislação aplicável, o Relatório Anual de Atividades da ANATEL, referente ao exercício de 2012. A seguir, a Presidência faz um breve resumo sobre a reunião anterior, onde foi realizada audiência pública sobre a exploração de minérios no Amazonas. Usa da palavra o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira.

LEITURA DE REQUERIMENTOS. A Presidência faz a leitura dos seguintes requerimentos apresentados à comissão: 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 55, de 2013, que “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) com a Comissão de Assuntos Econômicos- CAE, com o objetivo de instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2005 e a discutir a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008. Para tanto solicito que sejam convidadas as autoridades abaixo nominadas: 1) Senhora Isa Musa de Noronha, presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB); 2) Senhor Ruy Brito Pedrosa, assessor previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado (AFAB) e de outras associações representativas de participantes e assistidos de planos de benefícios; 3) Senhor Jaime Mariz de Faria Júnior, secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; 4) Senhor José Maria Rabelo, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); 5) Representante da Advocacia-Geral da União; e 6) Representante da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Esclareço, por oportuno, que a CAE aprovou, em sessão datada de 06/08/2013, a realização de audiência pública para instrução do PDS nº 275, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que trata da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de

2008”. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 56, de 2013, que “Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo Jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: – Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da ANVISA – Sr. Cristiano Aquino, Diretor do Procon-RS – Representante do Ministério Público Federal – Sr. Felix Bonfim, Diretor Presidente da empresa Atacado do Suplemento – Dr. Maurício Milani, especialista Medicina de Esporte”. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 53, de 2013, que “Requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e de Relações Exteriores (CRE), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; – Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde”. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 54, de 2013, que “Nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), audiência pública conjunta para discutir o Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 18, de 2013, autoria do Tribunal de Contas da União (AVISO nº 00703 de 05/06/2013, na origem), que Encaminha cópia do Acórdão nº 1382/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC038.494/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamen-

tam, referente ao levantamento da auditoria realizada nos órgãos envolvidos na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais, com as seguintes presenças: • Ministro do Tribunal de Contas da União Aroldo Cedraz; • Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; • Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; • Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); • Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; e • Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. ITEM 5) AVISO Nº 24, de 2013 – Não Terminativo, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 3.135, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, acerca da fixação, para o exercício de 2013, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (TC 040.431/2012-6)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o parecer, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 6) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2009 – Não Terminativo, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 9º e altera o art.12, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas)”. **Autoria:** Deputado Leo Alcântara. QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 501, de 2007 – Não Terminativo, que “Altera o Título IV da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 com a redação dada pelas Leis 6.216, de 30 de junho de 1975 e 10.267, de 28 de agosto de 2001 e a Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994 que dispõem sobre os registros públicos”. **Autoria:** Senador Mozerildo Cavalcanti. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 143, de 2009, com a emenda nº 1-CMA (aprovada em análise anterior) e uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 501, de 2007. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do PLC nº 143/2009, com as emendas nº 1 e 2-CMA, e pela rejeição do PLS nº 501/2007. ITEM 7) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, de 2009 – Não Terminativo, que “Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de

que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências (cassa registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados)”. **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2009 – Não Terminativo, que “Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda”. **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (PERMANENTE). **Relatoria:** Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 162/2009, nos termos do substitutivo aprovado na CCJ, e pelo arquivamento do PLS nº 291/2009. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator ad hoc, Senador Ivo Cassol. Ainda, a matéria foi redistribuída pelo Presidente à Senadora Ana Rita. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2013 – Não Terminativo, que “Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil”. **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2013 – Terminativo, que “Altera o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, para vedar a utilização de sistemas de cobrança, tais como comandas, cartões eletrônicos ou similares, que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados”. **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2013 – Terminativo, que “Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. As demais matérias foram adiadas. Usa da palavra o Senhor Senador Cícero Lucena, para discorrer sobre a futura instalação da Subcomissão de Resíduos Sólidos no âmbito da CMA. Antes de encerrar, a Presidência submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às nove horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 17/09/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de avisos.

Em conformidade ao ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e controle do Senado Federal, informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. e Srªs Senadores, por sete dias, na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, serão arquivados:

Aviso TCU Nº 1066, de 21 de agosto de 2013. Cuida de auditoria realizada nas obras de construção do terminal de passageiros do Aeroporto de Fortaleza, empreendimento relacionado à Copa de 2014. Enquadrado no inciso V do Art.. 2º do Ato 02/2009-CMA.

Aviso TCU Nº 1110, de 28 de agosto de 2013. Cuida de auditoria realizada nas obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto de Porto Alegre, empreendimento relacionado à Copa de 2014. Enquadrado no inciso V do Art.. 2º do Ato 02/2009-CMA.

Aviso TCU Nº 1105, de 28 de agosto de 2013. Cuida de representação do Ministério Público Federal, em razão de possíveis irregularidades nos contratos para a execução de estádios de futebol para a Copa de 2014, decorrentes de isenção tributária. Enquadrado no inciso V do art.. 2º do Ato 02/2009-CMA.

Aviso TCU Nº 1117, de 28 de agosto de 2013. Cuida de acompanhamento das contratações de tecnologia da informação relacionadas à Copa de 2014. Enquadrado no inciso V do Art.. 2º do Ato 02/2009-CMA.

Aviso TCU Nº 2359, de 4 de setembro de 2013. Cuida de verificação dos procedimentos de concessão de financiamento e desembolso, por parte da CEF, referente às obras de mobilidade urbana inscritas na matriz de responsabilidades para a Copa de 2014 na cidade de Natal. Enquadrado no inciso VII do Art.. 2º do Ato 02/2009-CMA.

Ofício “S” nº 2, de 2012, que encaminha, nos termos do Art. 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de Aracruz/ES, referente ao terceiro trimestre de 2011.

Ofício “S” nº 6, de 2013, que informa ao Senado Federal que estão disponíveis, em endereço na internet, os relatórios de fiscalização da 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Ofício “S” nº 38, de 2013, que informa que está disponibilizado no sítio eletrônico da CGU a versão alterada do relatório de fiscalização do Município de Piçarra/PA da 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Ofício “S” nº 39, de 2013, que comunica que estão disponibilizados no sítio eletrônico da CGU os relatórios de fiscalização contendo os resultados das ações de controle correspondentes à 38ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Mensagem nº 85, de 2013, que encaminha, nos termos da legislação aplicável, o relatório anual de atividades da ANAC, referente ao exercício de 2011.

Mensagem nº 86, de 2013, que encaminha, nos termos da legislação aplicável, o relatório anual de atividades da Anatel, referente ao exercício de 2012.

Antes de passarmos à pauta, vou fazer a leitura de um breve resumo da reunião que tivemos semana passada.

Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio e da TV Senado, no dia 10 de setembro, foi realizada audiência pública na CMA atendendo solicitação do Requerimento nº 26, de 2012, da CMA, da Senadora Vanessa Grazziotin, para discutir a exploração de minérios no Amazonas, que contou com a presença do: Sr. Roberto Ventura Santos, Diretor de Geologia e Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Sr. Daniel Borges Nava, Secretário da Secretaria Estadual de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Amazonas; Deputado estadual Sinésio Campos, do PT, do Amazonas; Sr. Jonas Trindade, Coordenador de Mineração e Obras Civas do Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Sr. Joseias Lopes da Silva, Prefeito do Município de Nova Olinda do Norte, Amazonas; Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito do Município de Autazes, Amazonas.

A audiência serviu para discutir a exploração de potássio na Bacia do Amazonas, onde foi descoberta a terceira maior reserva do Planeta desse minério, que é fundamental para a nossa agricultura, já que é um dos componentes dos fertilizantes agrícolas.

O potássio, juntamente com nitrogênio e fósforo, é usado principalmente como base da adubação utilizada nas lavouras de grãos e também de cana-de-açúcar. No entanto, dos três elementos, é o potássio o mais dependente de importação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E seringueira também.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – E seringueira também. O nosso produtor de seringueira aqui é o Senador Aloysio.

O Brasil compra de outros países 92% das cerca de cinco milhões de toneladas que consome por ano – é o terceiro consumidor mundial de potássio, atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

Sempre gosto de frisar que o setor primário é o mais importante, não porque vem primeiro, mas porque da agricultura depende a sobrevivência dos bilhões de seres humanos que habitam o Planeta. Todos precisam de alimentos para sobreviver!

A bacia de potássio do Amazonas é estratégica para os objetivos do País. Temos viabilidade técnica e econômica e a logística da região é maravilhosa para o escoamento, pois serão usados os corredores hidroviários, o que tornará o frete muito barato.

As pesquisas divulgadas pela Potássio do Brasil, as mais avançadas na região de Autazes, mostram que as reservas de minério já são suficientes para uma produção mínima de dois milhões de toneladas de cloreto de potássio por ano, durante pelo menos 25 anos.

A empresa considera bastante relevante o fato de as reservas descobertas em Autazes ocorrerem em profundidades que varia entre 650 a 860 metros e, dessa forma, serem econômica e tecnicamente bem mais fáceis de serem exploradas do que as jazidas da Petrobras, na região de Fazendinha e Arari, que estão em profundidades superiores a 1.000m.

Essas camadas mineralizadas de potássio estão a profundidade, geologia e tamanho semelhantes aos da principal Bacia Sedimentar do Canadá, hoje responsável por 32% da produção de cloreto de potássio do mundo. Estudos também sugerem que a extração do minério deve ser semelhante ao que ocorre na maioria

das minas em produção na Rússia e no Canadá, por meio de lavra subterrânea mecanizada.

Dessa forma, estima-se extrair esse minério a custo similar a outros depósitos no mundo. Temos, no entanto, uma grande vantagem comparativa, que é o baixo custo de entrega do produto para zonas agrícolas no País. Estaremos usando os rios e ferrovias existentes e temos transporte competitivo para o mundo todo usando os portos já existentes na região, com acesso direto a navios de grande porte no Rio Amazonas.

Para a região do Cerrado – a nova fronteira agrícola com milhões de hectares sendo preparados para modelos modernos de agricultura com necessidade de fertilizante para se desenvolver – poderão ser usadas, por exemplo, as cargas de retorno que usam o corredor da BR-163 até os portos de Miritituba e Santarém do Pará e que estariam voltando vazias – os caminhões estariam voltando vazios – rumo à região produtora de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e outras cidades de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, etc. Essa conta é muito importante para o sucesso da exploração das jazidas de cloreto de potássio. Há também o retorno das barcaças e de caminhões pela hidrovía do Madeira-Amazonas até a zona de produção na região de Rondônia e também a noroeste do Estado de Mato Grosso.

Não estamos falando da exploração de um único poço de potássio, mas sim da perspectiva concreta de conseguirmos a autossuficiência na produção desse minério, o que trará uma competitividade sensacional para o Brasil frente ao mercado internacional de alimentos, além de ser uma grande chance de desenvolvimento econômico e social e de distribuição de renda para a Região Amazônica.

O Amazonas tem grandes reservas de sais de potássio, em especial a silvinita, mas ainda não exploradas. As principais reservas estão entre os Municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte, no corredor do Rio Madeira. Segundo avaliações, a quantidade de silvinita existente no Amazonas é suficiente para atender toda a demanda brasileira e ainda ser exportada.

A exploração dessa silvinita favorecerá o crescimento econômico com distribuição de renda na região, pois muitos Municípios são dependentes de repasses do Fundo de Participação dos Municípios e de ICMS, sendo a mineração uma opção para viabilizar a geração de empregos.

Além disso, o Amazonas é uma área de grande potencial para minerais agregados com o ouro e diamante e também em terras-raras, onde se concentram as principais reservas brasileiras desses elementos, utilizados na indústria de alta tecnologia.

Conforme dito na audiência, a exploração deste mineral não terá resistência por parte da população nem dos Municípios envolvidos, pois ela trará benefícios a todos. É uma luta dos Estados produtores de alimentos, mas precisa ser uma luta do Brasil.

Junto com a Senadora Vanessa Grazziotin, Prefeitos e Deputados do Estado do Amazonas, fomos até o Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, pedir empenho para que a exploração de potássio em Autazes seja deslançada o mais rápido possível. “Vocês estão querendo uma coisa que também queremos”, foi a resposta do Ministro a nossa comitiva.

Ora, se já foi comprovada a mineralização de potássio distribuída por toda a bacia, se temos viabilidade técnica de exploração, temos logística de transporte a baixo custo para escoamento da produção e, mais do que tudo, temos uma demanda crescente, então só falta fazer.

É preciso empenho do Governo Federal para que a nossa autossuficiência de cloreto de potássio se torne realidade em curto prazo.

Dentro do Senado Federal, estaremos criando um grupo parlamentar pela autossuficiência de potássio no Brasil. Afinal, se temos esse minério em abundância e com capacidade para suprir o mercado interno brasileiro e ainda importar, é hora de iniciar o debate para que a exploração possa sair do papel. Para tanto, considero importante ressaltar que o Estado do Amazonas já deu o primeiro passo com os estudos ambientais para a extração dessa silvinita.

Enfim, esse é o resumo da nossa reunião anterior, em que discutimos a questão do potássio e da silvinita no Estado do Amazonas. Ficou bem claro e evidente para todos nós que existe em abundância esse mineral e que ele pode ser explorado, já que há a iniciativa privada à frente desse processo, alocando recursos, inclusive abrindo capital na bolsa, e atraindo novos investidores para que possamos fazer a exploração desse minério.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senador, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senador, eu gostaria que V. Ex^a me esclarecesse e a nós todos o que está faltando, efetivamente, para que a exploração desses minérios possa render os frutos que, seguramente, ela renderá: é infraestrutura, é regulação, é licença ambiental... Porque as reservas estão comprovadas, existe necessidade efetiva, há uma demanda efetiva a ser suprida pela produção nacional, há empresas interessadas; o

que exatamente está faltando? Só para nós precisarmos, exatamente, o foco da atuação desse grupo parlamentar no qual vou inscrever-me com entusiasmo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Aloysio, o que ficou claro na reunião... Temos de voltar um pouco no tempo. As primeiras amostras de silvinita na região ocorreram quando a Petrobras fez um furo ou fez vários poços para verificação de petróleo ali nessa bacia, que é bem na confluência do rio Madeira, quando ele sai no Amazonas. E eles, à época, quiseram vender isso, um pouco mais tarde, para uma companhia canadense. E lembro que o Presidente Lula, à época, chamou a Petrobras e falou: vocês não podem vender isso; isso é estratégico para o País, portanto vocês têm de explorar isso.

Só que os poços ou as amostras que foram retiradas estavam há mais de mil metros de profundidade, e todas as jazidas do mundo que são exploradas estão na faixa de 600, 650 metros de profundidade. Então, a Petrobras não deu início ao seu processo, mas essa empresa que tinha – entre aspas – “comprado” da Petrobras o direito de explorar, pediu o licenciamento do DNPM para fazer estudos fora da área da Petrobras, e isso demorou muito. O DNPM e o Ministério não autorizaram. Só depois de muita luta... Já aí a bancada do Estado do Amazonas, principalmente na Assembleia Legislativa, veio a Brasília e, depois de muitas tratativas, eles conseguiram dois lotes para fazer a prospecção.

Para sorte deles, e para sorte do Brasil também, do outro lado do rio, onde eram mil metros, passou para 650 metros. Ficou muito competitivo, e essa empresa, então, que é uma empresa de capital aberto e com tecnologia canadense, está fazendo prospecção. E, segundo eles, já estão com o processo de licenciamento e devem obter esse licenciamento dentro de um ano, no máximo. Por parte do Ministério – eu estive lá também com o Ministro Lobão – não há qualquer óbice a esse tipo de situação.

Agora, eles estão trabalhando na questão de poder levar a energia até esse local. Eles precisam de 50MW para a movimentação da indústria, uma vez que eles retirarão esse sal de silvinita lá dos 650 metros – ele vai subir por elevadores – e, ao chegar ao lado de fora, eles terão de fazer uma separação do cloreto de potássio e do sal comum. Esse é um processo industrial necessário. Feito isso, eles terão dois produtos para vender: o cloreto de potássio e o sal mineral, para a pecuária, enfim, o que se faz hoje no Nordeste, nessa região das salinas.

Então, da parte de governo hoje, o que eles precisam é de mais áreas para novas pesquisas, porque uma mineração dessa não pode ser montada, em um único poço, com previsão de acabar daqui a 20 anos,

por exemplo. Acho que é difícil o investimento. Então, eles estão buscando novas áreas para fazer essas pesquisas. O Ministério, como disse, não colocou qualquer óbice, está à disposição, obviamente, dentro do trâmite legal de fazer esse fornecimento.

Agora, o que mais me chamou a atenção, Senador Aloysio, nesse processo foi a localização geográfica dessa jazida. Ela está na foz do Rio Madeira com o Rio Amazonas e é justamente por onde a soja de Mato Grosso produzida no noroeste e também a de Rondônia saem com as barcas que chegam por Itacoatiara, que está 100km abaixo dessa cidade de Autazes.

Todas essas barcas sobem vazias, vão subir com retorno, frete mais baixo. O custo de amortização dos equipamentos, do projeto para levar isso, está sendo diluído na soja e no milho que são transportados. Os caminhões que chegam a Porto Velho também estão voltando, como a gente fala, batendo caixa, vazios. Eles poderão chegar com esses produtos até as zonas de produção, ali em Sapezal, Campo Novo do Parecis, Vilhena, todo Estado de Rondônia, uma competitividade fantástica que teremos.

Descendo pelo Rio Amazonas, vamos chegar no Rio Tapajós, entrando à direita, 200km ou 300km, chegaremos em Miritituba, na chegada da BR-163, que vai levar também de volta essa mercadoria até Mato Grosso, Sinop, Sorriso e a toda região norte do Estado de Mato Grosso também nos caminhões batendo caixa.

Descendo um pouco mais, chegaremos a Belém. Chegando a Belém, há um projeto de ferrovia que está sendo colocado agora em concessão, melhor dizendo, que ligará Belém até uma cidade para cá de Marabá, sempre esqueço o nome da cidade. Enfim, vai ligar na Norte-Sul e, chegando na Norte-Sul, podemos chegar em Brasília, podemos chegar em São Paulo e em outros lugares. Então, para o Brasil, essa questão do potássio onde foi descoberto é uma situação extremamente importante, porque no Canadá, onde se faz exploração, ela está a 1.500km de trem da costa. Então, veja a competitividade que essa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente. Então, nós teremos uma competitividade muito grande.

Eles mostraram algumas contas nessa reunião que demonstraram viabilidade econômica do projeto. Como eles são uma companhia aberta, colocarão isso na Bolsa e tentarão buscar recursos para fazer a exploração dessa jazida.

Foi uma notícia muito interessante. Aqui, para nossa Comissão, o que interesse na questão ambiental, já que nós somos uma Comissão de Meio Ambiente,

ficou também demonstrado que não há qualquer tipo de problema com relação ao meio ambiente, uma vez que a jazida é seca, você não vai fazer exploração com água, não se teria que tirar o sal e levar para alto-mar como acontece em outros locais. Então, eles separarão o cloreto de potássio do sal e esse sal, se não vendido para a produção agropecuária, pode ser reinjetado nas próprias minas que serão abertas no futuro.

Então, é um negócio bastante interessante e no dia decidimos que faríamos esse grupo parlamentar. Se V. Ex^a se coloca à disposição, vamos convidá-lo para isso para que a gente possa acompanhar esse processo dentro do Governo com as licenças, os financiamentos e tudo mais, porque, se podemos ser um órgão facilitador, um grupo facilitador, acho extremamente importante que possamos fazer isso.

Então, foi uma audiência pública muito propositiva que deixou os setores produtivos bastante animados com respeito a esse assunto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Como está o nosso quórum? (*Pausa.*) Esse é só para leitura.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o objetivo de instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2005, e discutir a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Para tanto, solicito que sejam convidadas as autoridades nominadas: Sr^a Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil; Sr. Ruy Brito Pedrosa, Assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado e de outras associações representativas de participantes e assistidos de planos de benefícios; Sr. Jaime Mariz de Faria Júnior, Secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Sr. José Maria Rabelo, Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar; um

representante da Advocacia-Geral da União e um representante da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Autoria: Flexa Ribeiro

Esclareço, por oportuno, que a CAE aprovou, em reunião datada de 06/08/2013, a realização de audiência pública para a instrução do PDS nº 275, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que trata da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Justificativa.

Na audiência requerida e aprovada serão debatidos os procedimentos observados na apuração do resultado e na utilização do superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, disposições instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Entendem os participantes e assistidos dos fundos de pensão que a resolução inova ao permitir a devolução de parte do superávit aos patrocinadores, exorbitando do poder regulamentar e dos limites da declaração legislativa outorgada pelos arts. 3º e 5º da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, em prejuízo da revisão dos benefícios.

Pelas razões expostas e visando aprofundar o debate sobre o assunto, apresento o presente requerimento. Há outro requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Comissão com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo jornal O Globo, na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar.

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para a presente audiência pública:

- Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Anvisa;
- Sr. Cristiano Aquino, Diretor do Procon do Rio Grande do Sul;
- Representante do Ministério Público Federal;
- Sr. Felix Bonfim, Diretor Presidente da Empresa Atacado do Suplemento;
- Dr. Maurício Milani, especialista em Medicina do Esporte.

Autoria: Cícero Lucena

Justificação.

A matéria do jornal O Globo, “Músculos de Farinha”, relata que os suplementos à base de proteína viraram alvo de uma polêmica que tem provocado calorosos debates na internet. O dono da empresa Atacado do Suplemento, de Londrina, Paraná, Felix Bonfim, decidiu pagar um laboratório particular, o Mkassab, de São Paulo, para avaliar a quantidade de produtos brasileiros. O resultado da análise mostrou distorções e foi divulgada na internet e está no Youtube e numa fanpage do Facebook, que superou 20 mil seguidores. Até agora, há 28 laudos prontos, dos quais 15 resultados (53%) estão fora dos parâmetros. Esta análise foi feita também por usuários fora do Brasil e já até virou livro com as denúncias. Além da intensa discussão sobre a composição das fórmulas, especialistas alertam para seu uso indiscriminado.

Diante desses fatos, é conveniente que o Senado Federal acompanhe de perto esta questão, resguardando os interesses da sociedade para que alcancemos a verdade e respaldemos a saúde de inúmeros brasileiros usuários destes tipos de produtos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Conversando com o Relator *ad hoc* da matéria nº 7, o Senador Ivo Cassol, a pedido da assessoria dele, estamos solicitando a retirada de pauta desse projeto para que sejam revistos alguns pontos do relatório. Então, solicito, se for possível, a retirada de pauta para que ele tenha a oportunidade de fazer alguns ajustes no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É o nº 162?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o número 162.

O nosso parecer foi pela aprovação do projeto. O Senador Ivo Cassol foi designado como Relator *ad hoc*. Há alguns ajustes a serem feitos no relatório, por isso a retirada de pauta. O Senador Ivo está chegando e pode se pronunciar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não há problema, Senadora, vou pedir à secretaria que devolva ao seu gabinete esse projeto da Câmara para que V. Exª possa fazer um novo relatório e trazer a esta Comissão.

Então fica retirado o número 7 da nossa pauta e devolvido ao gabinete da Senadora.

(É o seguinte o item retirado da pauta:

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, de 2009**

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências (cassa registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados).

Autoria: Deputado Celso Russomanno

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2009**

- Não Terminativo -

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda.

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 162/2009, nos termos do substitutivo aprovado na CCJ, e pelo arquivamento do PLS nº 291/2009

Observações:

- *Matérias apreciadas pela CCJ, com parecer pela aprovação do PLC nº 162/2009 nos termos da emenda nº 2-CCJ (substitutivo) e pelo arquivamento do PLS nº 291/2009.*

- *As matérias serão apreciadas pela CI e, após, seguem ao Plenário.*

- *O relatório foi lido na reunião de 03/09/2013 pelo relator ad hoc, Senador Ivo Cassol, sendo concedida vista do projeto ao Senador Acir Gurgacz. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.)*

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –
ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2013

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

- A matéria será apreciada em decisão terminativa pela CDH.

O Senador Anibal Diniz não se encontra presente. Gostaria de convidar o Senador Aloysio Nunes para que pudesse relatar, como Relator *ad hoc*, o item nº 8 da nossa pauta.

Aproveito para cumprimentar o nosso secretário de planejamento do Estado de Mato Grosso, o Sr. Arnaldo Alves de Sousa Neto, que se encontra presente. Seja bem-vindo a esta Comissão.

Ele dará hoje uma contribuição importante. Temos uma reunião com o Senador Wellington, já que S. Exª, na semana passada, estava fazendo uma coleta de assinaturas para que as emendas nossas, de Senadores, pudessem ir para a saúde. E o Secretário Arnaldo me falou, dias atrás: – Não façam isso, porque isso vai impactar uma receita corrente líquida dos Estados e nós teremos que colocar recursos estaduais na Fonte 100 para fazer frente a esses recursos que vêm para a saúde. O Senador Wellington não entendeu direito.

Pedi para o Secretário vir aqui e hoje faremos essa reunião, porque acho que, como se diz, é um tiro no pé fazer o que se está propondo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Muito bem lembrado! Fora que esse tipo de licitação obrigatória de emendas para o setor de saúde, de um lado, poderá, por outro lado, desobrigar o governo a pôr da sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeitamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 50, de 2013, de autoria do Senador Paulo Davim, veda a produção, importação, distribuição e doação de andador infantil e estabelece outras medidas para aumentar a segu-

rança e minimizar os riscos à saúde relacionados com a utilização de produtos de puericultura.

Para tanto, o projeto de lei promove as seguintes alterações na Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos:

- *amplia o objeto e o âmbito de aplicação da Lei para incluir andadores infantis e outros produtos de puericultura no seu escopo;*

- *acrescenta aos objetivos da norma o de garantir a proteção e a segurança dos lactentes e das crianças de primeira infância, mediante a melhoria da qualidade e da segurança dos produtos de puericultura;*

- *conceitua produtos de puericultura como aqueles destinados a proporcionar segurança e a facilitar o sono, o relaxamento, a higiene, a alimentação, a locomoção e a sucção de lactentes e crianças de primeira infância, conforme regulamento;*

- *define andador infantil como sendo o equipamento montado sobre rodas ou sobre dispositivo que permita o seu movimento, com estrutura fechada para dar suporte à criança em posição sentada ou de pé, de modo que os pés toquem o chão, possibilitando o deslocamento horizontal;*

- *exclui da definição de produtos de puericultura, as mamadeiras, os bicos, as chupetas e os andadores infantis, para os quais reserva disposições legais e regulamentares próprias;*

- *ajusta a redação dos capta dos arts. 8º e 9º, do art. 17 e do § 2º do art. 19, para que as suas disposições continuem a se aplicar apenas aos produtos que constam do texto original da lei (incisos I a VI do art. 2º), e não àqueles adicionados pela proposição em comento;*

- *dispõe que os produtos de puericultura devam atender a padrões e requisitos de qualidade e de segurança mandatórios, dispostos em regulamento;*

- *obriga que os produtos de puericultura contenham instruções e orientações de uso claras, bem como advertências destinadas aos responsáveis pelos cuidados às crianças; que os padrões e requisitos de qualidade e de segurança sejam revisados e atualizados periodicamente; e que a população seja esclarecida acerca de riscos à saúde relacionados ao uso desses produtos;*

- *veda a produção, importação, distribuição, comercialização e doação de andador infantil;*

- *determina que a população seja esclarecida acerca de riscos à saúde relacionados ao uso de andador infantil, incentivando-se a destruição e o descarte dos equipamentos existentes;*

- *faculta ao órgão competente do poder público, ouvidas as sociedades de especialistas da área de saúde da criança, proibir ou restringir o uso de outros produtos de puericultura considerados danosos à saúde, à luz de novas informações e evidências científicas; e*

- *modifica a ementa da referida lei para torná-la compatível com as mudanças propostas.*

A cláusula de vigência da proposição estabelece que a norma originada do projeto entre em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

O autor argumenta, na justificação do projeto, que acidentes associados a produtos de puericultura são muito comuns na infância e que podem levar a lesões graves e a morte. Com relação aos andadores infantis, afirma o autor, a situação é ainda mais grave. Nesse sentido, a Sociedade Brasileira de Pediatria vem intensificando uma campanha para abolir o uso do produto e recomenda a sua total proibição.

Não há emendas, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, não há, do ponto de vista jurídico, formal, nenhuma objeção à aprovação da matéria.

Eu gostaria de focar, na leitura da análise, a questão do andador infantil, porque confesso a V. Ex^a que para mim é uma novidade. Eu não sabia, não tinha ideia da nocividade e dos riscos que o uso desse equipamento implicava. Eu sou um pai antigo, do tempo em que ainda se usava andador infantil. E é bom que as pessoas que estão nos ouvindo e nos vendo saibam que há esses riscos.

A principal medida que o projeto de lei institui – proibição do andador infantil – encontra respaldo no elevado risco à saúde ocasionado pelo uso desses produtos, evidenciado em numerosos estudos científicos.

Nesse sentido, desde 2001, nos Estados Unidos da América, a Academia Americana de Pediatria recomenda a proibição da fabricação e da venda dos andadores infantis.

No Canadá, por sua vez, foi proibida a comercialização, a importação e a publicidade dos andadores em 2004.

No Brasil, a Sociedade Brasileira de Pediatria iniciou a campanha pelo banimento do produto no País.

Além disso, o projeto de lei não se restringe à proibição dos andadores, mas atinge todos os produtos de puericultura que também carecem de maior regulamentação, em face do risco que oferecem às crianças em faixa etária extremamente vulnerável – a primeira infância.

Por essas razões, julgamos meritório o projeto de lei e consideramos adequado trazer um pequeno aprimoramento ao texto mediante emenda, no intuito de impedir que produtos de puericultura – além de mamadeiras, bicos e chupetas, que já são abrangidos pela norma – que eventualmente possam interferir no aleitamento materno sejam fabricados, importados, distribuídos e comercializados sem as restrições da Lei nº 11.265, de 2006.

É este o voto do Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Está em discussão o projeto.

Senadora Ana Rita, quer discutir?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Presidente, Senador Aloysio Nunes, na verdade seria muito bom se nós pudéssemos fazer um debate sobre isso realmente. Confesso que tenho pouca informação isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Para esclarecer as pessoas.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas olhando o projeto, eu acho que a preocupação do autor, Senador Paulo Davim... Os argumentos que ele apresenta são de que o andador traz sérios riscos de acidente que pode ocasionar lesões nas crianças.

Dependendo do tipo de andador, realmente o risco é grande, porque a criança pode cair e, em algumas situações, isso até se transforma em óbito, conforme a queda.

Então a proibição... Talvez tivéssemos que fazer um debate mais aprofundado, mas entendo que o Senador Paulo Davim, como médico, é bastante conhecedor dessa área e pretende proteger as nossas crianças da primeira infância. E o projeto não trata apenas de andador, mas também de outros acessórios, como chupeta, mamadeira, que muitas vezes não são fabricados de acordo com as recomendações. E isso traz prejuízo para as crianças que estão em processo de formação, em processo de crescimento.

Quero parabenizar o autor, o relator, Senador Anibal Diniz, e o relator *ad hoc*, Senador Aloysio Nunes, pelo relatório apresentado sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1.

Queria comunicar aos Srs. Senadoras e às Srªs Senadoras que os itens 9, 10 e 11 foram retirados de pauta a pedido dos relatores. Então eles estão fora da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011

- Terminativo -

Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela rejeição

Observações:

- Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela aprovação do projeto.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2013

- Terminativo -

Altera o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, para vedar a utilização de sistemas de cobrança, tais como comandas, cartões eletrônicos ou similares, que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- Aprovado o Substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

- A matéria constou nas pautas dos dias 20/08/2013 e 03/09/2013.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- *Aprovado o Substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.*

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, de 2009**

- Não Terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 9º e altera o art.12, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas).

Autoria: Deputado Leo Alcântara

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 501, de 2007**

- Não Terminativo -

Altera o Título IV da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 com a redação dada pelas Leis 6.216, de 30 de junho de 1975 e 10.267, de 28 de agosto de 2001 e a Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994 que dispõem sobre os registros públicos.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 143, de 2009, com a emenda nº 1-CMA (aprovada em análise anterior) e uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 501, de 2007.

Observações:

- O PLS nº 143, de 2009, já foi apreciado por esta Comissão, anteriormente ao apensamento do PLS nº 501, de 2007, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA.

- As matérias serão apreciadas em decisão terminativa pela CCJ.

Eu pediria à Senadora Ana Rita, que foi a segunda a chegar na Comissão hoje, se tem disposição de relatar o item nº 6. Aquele caderno que estava com o Senador Aloysio já está com o... Senador Cícero, por favor, passe para a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Já estou aqui com ele.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

Submetem-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 143, de 2009 (nº 1.362, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Leo Alcântara, que modifica os arts. 9º e 12 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para estabelecer multa ao notário (ou tabelião) e ao oficial de registro (ou registrador) que praticar atos fora dos limites territoriais de sua delegação, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 501, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, de acordo com o qual os cartórios de registro de imóveis somente poderão praticar atos relativos a imóveis situados na sua circunscrição.

De um lado, o PLC nº 143, de 2009, estabelece que tabeliães e registradores que praticarem atos fora da circunscrição para a qual tenham recebido a delegação devolverão em dobro o valor dos emolumentos, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 32 da Lei nº 8.935, de 1994.

Na justificação, o autor do PLC nº 143, de 2009, sustenta que é preciso coibir o condenável costume de muitos tabeliães que praticam atos fora da circunscrição territorial a que pertencem as suas delegações, muitas vezes até por meio de interpostas pessoas, o que viola a Lei nº 8.935, de 1994, de forma gritante.

Por outro lado, no que diz respeito ao PLS nº 501, de 2007, o seu art. 1º estabelece que o imóvel somente poderá ser registrado no cartório de sua circunscrição, acrescentando à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, o art. 167-A. O art. 2º da proposição inclui parágrafo único ao art. 8º da Lei nº 8.935, de 1994, para excluir da regra do *caput* desse dispositivo os atos de registro e de averbação praticados pelos cartórios de registro de imóvel. Já o art. 3º estabelece prazo para o registrador de imóveis regularizar atos de imóveis registrados em circunscrição diversa, sob pena de multa.

O autor do PLS nº 501, de 2007, sustenta que a existência de imóveis registrados fora da competente circunscrição causa insegurança jurídica. Afirma que, “por exemplo, determinado imóvel localizado em Boa Vista pode hoje ser registrado em qualquer unidade da Federação, por exemplo, no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre, o que implica verdadeira balbúrdia, impossibilitando ou em muito dificultando qualquer tipo de controle que se pretenda exercer sobre essas propriedades”.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o PLC nº 143, de 2009, veio ao Senado Federal e foi submetido à análise prévia desta Comissão, em virtude da aprovação do Requerimento nº 1.473, de 2009, obtendo então parecer favorável, por ter sido considerado capaz de coibir a prática de realização de atos notariais fora dos limites territoriais da serventia, embora com a Emenda nº 1 – CMA, que propunha nova redação para a ementa do projeto.

Posteriormente, por força do Requerimento nº 723, de 2010, ambos os projetos passaram a tramitar em conjunto, razão pela qual o PLC nº 143, de 2009, retorna a esta Comissão para receber novo parecer, desta feita, porém, em conjunto com o PLS nº 501, de 2007.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

No anterior parecer prolatado no âmbito desta Comissão, constou a Emenda nº 1 – CMA, que propunha nova redação para a ementa do PLC nº 143, de 2009.

Sr. Presidente, a análise do projeto é bastante extensa. Vou apenas emitir o voto.

Análise.

Apenas para informar, as proposições e análises não sofreram qualquer vício formal ou material de constitucionalidade. Incensuráveis igualmente são as proposições, no que diz respeito à regimentalidade. Portanto, do ponto de vista da constitucionalidade e do ponto de vista regimental, não há nenhum óbice.

O voto é: em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 143, de 2009, com a Emenda nº 1 – CMA (aprovada em anterior análise feita por esta Comissão) e com a emenda de redação abaixo apresentada, e pela rejeição do PLS nº 501, de 2007, em razão da maior abrangência daquela proposição e da suficiência da legislação vigente.

EMENDA

Dê-se ao art. 12 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, na forma do art. 2º do PLC nº 143, de 2009, a seguinte redação:

Art. 2º

Art. 12. *Aos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos, civil das pessoas jurídicas*

cas e civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, restrita ao limite territorial das respectivas delegações, independentemente de prévia distribuição, sujeitando-se os oficiais de registro de imóveis e civil das pessoas naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas e aplicando-se aos oficiais o disposto no parágrafo único do art. 9º. (NR)

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, que é Relatora *ad hoc* desse PLS, já que o relatório original foi da Senadora Kátia Abreu.

Está em discussão a leitura do parecer.

Senador Cícero Lucena, para discutir.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, como bem disse a Relatora, esse é um projeto que, também ao meu ver, eu gostaria de discutir um pouco mais. Mas compreendendo, por ser um projeto de 2009, uma matéria que tem efetivamente a ver com a defesa do consumidor e com a proteção, eu vou deixar, como ele é terminativo na CCJ. Então, em vez de pedir vista aqui, eu irei aprofundar a análise do projeto enquanto ele chega à CCJ, já que lá também eu sou membro e terei, então, oportunidade de discutir um pouco mais esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Como falou o Senador, a matéria ainda vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e lá será terminativo.

Então, continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, as Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, com as Emendas nº 1 e nº 2, da CMA, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007.

Passamos, então, ao Item nº 5 da nossa pauta, que é não terminativo.

ITEM 5

AVISO Nº 24, de 2013

- Não Terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 3.135, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, acerca da fixação, para o exercício de 2013, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas

de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (TC 040.431/2012-6).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Como o Senador Rodrigo não está presente, ele está inclusive num outro evento representando a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor, eu convido o Senador Cícero Lucena para fazer a leitura desse acórdão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, esse relatório já fez parte de pauta aqui e, como é pelo conhecimento e pelo arquivamento o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg, o qual eu também acompanho, consequentemente vou direto ao voto de que todos os Senadores já tiveram a oportunidade de ter conhecimento.

Então, este é o voto, Sr. Presidente: pelo conhecimento e pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

O item nº 3 e o item nº 4 são de relatoria do Senador Delcídio do Amaral, que manifestou interesse em ler o relatório aqui na Comissão. Portanto, vou deixá-los sobrestados até que S. Ex^a chegue à Comissão.

Vamos, então, ao item nº 1. Trata-se de um requerimento de audiência, que já foi lido na reunião anterior. Portanto, procederemos apenas à aprovação ou à rejeição neste momento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 53, de 2013

Requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Ciência, Tecnologia, Inovação,

Comunicação e Informática (CCT), e de Relações Exteriores (CRE), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; – Senhor Joaquín Molin – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Observações:

- O Requerimento foi lido na reunião do dia 03/09/2013 e está pronto para deliberação.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, antes da votação, é possível?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não há possibilidade de se discutir esse requerimento. Ou aprovamos ou rejeitamos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu só queria fazer uma sugestão. Já se aprovou que fizessemos uma audiência conjunta com outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – São sete comissões aqui.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ah, já é uma audiência conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está conjunta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Está certo. Perfeito. Era só isso. Desculpe-me pela desatenção.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Nada não, Senadora.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 54, de 2013

Nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja realizada, por

esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), audiência pública conjunta para discutir o Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 18, de 2013, autoria do Tribunal de Contas da União (AVISO nº 00703 de 05/06/2013, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1382/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC038.494/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao levantamento da auditoria realizada nos órgãos envolvidos na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais, com as seguintes presenças: Ministro do Tribunal de Contas da União Aroldo Cedraz; Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; e Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Observações:

- O Requerimento foi lido na reunião do dia 03/09/2013 e está pronto para deliberação.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a nossa pauta está cumprida. Quero deixar a palavra aberta. Se algum Senador tiver algum questionamento ou alguma colocação a fazer, por favor fique à vontade.

Senador Cícero Lucena, com a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, gostaria de agradecer à Comissão, em especial a V. Ex^a, por abrir o espaço da subcomissão sobre a questão dos resíduos sólidos e ter-me concedido a honra de vir a presidir os seus trabalhos. A partir desta semana, nós providenciaremos a instalação numa data inclusive oportuna, o próximo dia 20, que é o dia do catador de lixo.

Quero aqui agradecer a confiança da Comissão, bem como de V. Ex^a, e contar com todos os meus pares para que possamos botar na pauta da discussão algo que tenha a ver com o dia a dia do cidadão.

Há algo que tem me preocupado muito. Eu já fui prefeito, Deus me deu a oportunidade de resolver o problema do lixo da cidade de João Pessoa por 25 anos na frente, foi a projeção do nosso projeto na região metropolitana da cidade de João Pessoa, mas, após isso, aqui no Senado, onde fui relator também da política nacional de resíduos sólidos, nós estabelecemos prazos. E o prazo estabelecido, por exemplo, para as prefeituras cumprirem algumas etapas, inclusive de fechar os lixões, é o ano de 2014. E aqui vai algo com que sempre me preocupei – que é a justificativa da criação desta comissão –, que a partir de 2014 não poderá ser diferente. O Ministério Público vai cobrar o cumprimento da legislação, e a maioria dos Municípios brasileiros não fez as etapas que precisam ser feitas para atingirmos 2014. Na minha opinião, o Governo Federal também precisa junto aos governos estaduais dar principalmente suporte técnico e financeiro aos pequenos Municípios para que eles possam firmar o consórcio. Então nada mais oportuno do que esta Comissão, com a sensibilidade, acompanhar esse processo. Daí o meu agradecimento a V. Ex^a e aos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. V. Ex^a trouxe a esta Comissão essa preocupação, que entendemos ser pertinente, não só eu como toda a Comissão, que aprovou a criação dessa subcomissão.

Numa visita que fiz à Ministra Izabella, relatei que esta Comissão, através da subcomissão, estará empenhada então em ajudar a resolver e articular essas questões. A Ministra ficou muito alegre e feliz por conta de o Senado estar se envolvendo. E até me pediu, já passei isso a V. Ex^a, que a procurasse para estreitar as relações e criar um ambiente de trabalho.

Muito obrigado, Senador Cícero.

Antes de encerrar, quero corrigir um pequeno detalhe: eu disse à Senadora Ana Rita que devolveria ao seu gabinete, mas vou devolver o projeto a V. Ex^a para que a senhora faça um novo relatório. É só uma questão de semântica para deixar as coisas corretas.

Submeto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Muito obrigado a todos.

Convoco os membros da Comissão para nova reunião na próxima quarta-feira, na Câmara dos Deputados, onde será ouvido o Presidente do Banco Central Alexandre Tombini.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinco minutos do dia doze de setembro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Magno Malta, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Roberto Requião, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Cícero Lucena e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente faz pronunciamento sobre a posse do Embaixador Roberto Azevêdo na Organização Mundial do Comércio – OMC. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amélia. São apresentadas solicitações de inclusão de itens extrapauta, que são aprovadas, e se realizam na seguinte ordem: EXTRAPAUTA: ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 92, de 2013, de autoria do Senador Luiz Henrique, que “Com o objetivo de efetivar profícua troca de ideias, estreitando, ainda mais, as relações desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o Ministério das Relações Exteriores, requeremos, nos termos regimentais, seja realizada uma visita oficial da CRE ao novo chanceler, Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, em data e hora a ser agendada por S. Exa.” Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 88, de 2013, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que “Requeiro, com fundamento no art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no

art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações sobre as comunicações realizadas entre o Diplomata Eduardo Saboia e o Ministérios de Relações Exteriores, no que concerne ao caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina: 1) Quantas correspondências foram enviadas pelo Senhor Eduardo Saboia ao Ministério de Relações Exteriores sobre o caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina? Considere-se correspondência qualquer tipo de comunicação escrita (correio, fax, e-mail). 2) Qual o inteiro teor das correspondências enviadas pelo Senhor Eduardo Saboia ao Ministério de Relações Exteriores sobre o caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina? 3) Quantas correspondências foram respondidas pelo Ministério de Relações Exteriores ao Senhor Eduardo Saboia sobre o caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina? Considere-se correspondência qualquer tipo de comunicação escrita (cartas, fax, e-mail). 4) Qual o inteiro teor das correspondências enviadas pelo Ministério de Relações Exteriores ao Senhor Eduardo Saboia sobre o caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina? 5) Quais são as ações diplomáticas e jurídicas que estão sendo adotadas pelo governo brasileiro para que os direitos humanos do diplomata Eduardo Saboia sejam garantidos? Solicito cópia todas as correspondências realizadas entre o Senhor Eduardo Saboia e o Ministério de Relações Exteriores, ou qualquer outro órgão ligado ao referido Ministério, que faça referência ao Senador Roger Pinto Molina, ou qualquer assunto relacionado ao episódio da concessão de asilo político ao Senador Boliviano.” Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia e os Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Henrique. Aprovado. ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 84, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata

do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 89, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, para discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta das Relações Exteriores. Com esse propósito, requeiro seja convidado o Chanceler Figueiredo para compartilhar com esta Comissão os principais temas que constam da agenda da política externa brasileira para o futuro próximo.” Usa da palavra o Senhor Senador Randolfe Rodrigues. Aprovado.

ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 90, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para discussão das denúncias de espionagem sobre informações da PETROBRÁS, perpetrada pelo governo estadunidense e seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo com a presença dos seguintes convidados: – Sra. Maria das Graças Silva Foster – Presidente da PETROBRÁS; – Sr. Celso Luiz Nunes Amorim – Ministro de Estado da Defesa; – Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado – Ministro de Estado das Relações Exteriores; e – Sr. Gal. José Elito Carvalho Siqueira – Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.” Aprovado.

ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 91, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão para discussão da cooperação transfronteiriça entre Brasil e Guiana Francesa, especialmente sobre as condições de vida na fronteira, conflitos devidos ao garimpo e a inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapo-

que, com a presença dos seguintes convidados: – Sra. Maria Edileuza Fontenele Reis – Chefe do Departamento de Europa do Itamaraty; – Sr. Denis Pietton – Embaixador da França no Brasil; – Sr. Sebastião Bala Rocha – Deputado Federal pelo Estado do Amapá; – Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; – Sr. Camilo Capiberibe – Governador do Estado do Amapá; – Sr. José Gomes – Presidente da Associação de Brasileiros na Guiana Francesa.” Aprovado. A Comissão sugere e aprova que o Ministério das Relações Exteriores seja oficiado para esclarecer sobre os Acordos celebrados pela República Federativa do Brasil com outros países, especificando a quantidade de acordos já formalizados e ainda não enviados ao Poder Legislativo e os Decretos Legislativos sobre o assunto que ainda não estão em vigência.

ITEM 11 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2008, de autoria da CPI – Pedofilia – 2008 (CPI), que “Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.” Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. O Senador Eduardo Suplicy solicita autorização ao Presidente para ler texto de jornalista da Folha de São Paulo sobre a morte de Salvador Allende, autorizado, realiza a leitura. Usa da palavra o Senador Pedro Simon.

ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 93, de 2013, de autoria do Senador Roberto Requião, que “Em aditamento ao Requerimento em epígrafe, requeiro, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, seja também convidado para a audiência pública para discutir denúncias de espionagem sobre informações estratégicas da Petrobrás praticada pelo governo norte-americano, a ser realizada em conjunto com a CAE – Comissão de Assuntos Econômicos, o engenheiro Fernando Siqueira, um dos mais renomados especialistas do setor de petróleo, atualmente Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET.” Aprovado. Passa-se, então, à deliberação dos dois itens da PAUTA:

ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.” Sabatina realizada.

ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 78, de

2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.” Sessão realizada. Os Embaixadores Afonso José Sena Cardoso e José Roberto de Almeida Pinto são convidados a compor a Mesa e fazer suas exposições. Faz uso da palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Luiz Henrique, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Cristovam Buarque. Os Embaixadores respondem os questionamentos. A reunião é tornada secreta às treze horas e vinte e um minutos e reaberta às treze horas e vinte e três minutos. Atua como secretário e escrutinador o Senador Cristovam Buarque. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Às onze horas e quarenta e quatro minutos assume a Presidência o Senador Ana Amélia; às doze horas e quinze minutos reassume a Presidência o Senador Ricardo Ferraço; às doze horas e quarenta e quatro minutos assume a Presidência o Senador Eduardo Suplicy, que conduz a reunião até o seu encerramento. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovada.

Houve um fato relevante. A vitória do Embaixador Roberto Azevêdo na disputa pela Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio, coroada nesta semana com sua posse em Genebra, oferece motivo justificável para a celebração da nossa Diplomacia.

O momento é igualmente propício à retomada das discussões sobre o futuro do Sistema Multilateral de

Comércio, que parece haver perdido a centralidade e o dinamismo de outros tempos históricos, enquanto se valorizam em seu lugar acordos bilaterais e regionais que hoje marcam a agenda comercial global.

É contra esse pano de fundo de intensas transformações no mapa mundial das relações comerciais que devemos compreender a relevantíssima e desafiadora missão que o novo Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio terá pela frente.

Não podemos ser ingênuos: as perspectivas sobre o futuro do multilateralismo, exemplificadas no impasse que já perdura há anos de uma década da Rodada de Doha de Comércio e Desenvolvimento, são pouco animadoras. De fato, a grande crise econômica de 2008 deixou graves sequelas mundo afora, principalmente nas economias desenvolvidas assoladas pelo baixo crescimento e pelo alto desemprego. Resultou ainda no recrudescimento do protecionismo e na corrida por acordos entre parceiros tradicionais, exemplificada pela parceria Estados Unidos/União Europeia, ou em projetos ambiciosos e ousados como a Parceria Transpacífica ou mesmo a Aliança do Pacífico, esta envolvendo vizinhos brasileiros.

Diplomata de carreira há três décadas, há quase 20 anos, Roberto Azevêdo se vem destacando com crescente especialização e com aprofundamento em posições de crescente responsabilidade, como a complexa temática do comércio internacional particularmente no que concerne ao funcionamento da instituição multilateral que ora passa a comandar. Agora, em dezembro, em Bali, na Indonésia, sua capacidade de liderança e articulação será acionada em reunião que pode alcançar ou terminar de sepultar a Rodada de Doha de negociações comerciais globais.

No núcleo da discórdia que, até aqui, inviabilizou Doha, estão as negociações sobre agricultura. Cuidado com o capítulo que mais afasta os interesses do Sul, que deseja ampliar seu acesso a mercados, enquanto os países desenvolvidos relutam para preservar estruturas agrícolas que são insustentáveis sem subsídios e outras proteções artificiais.

Em algumas matérias e artigos jornalísticos publicados durante o processo sucessório da Organização Mundial do Comércio, foram brandidos argumentos contra e a favor do multilateralismo, como se houvesse um insuperável dilema entre essa vocação diplomática e as soluções bilaterais ou regionais que vêm sendo implementadas para gerir o comércio internacional. Trata-se, a meu juízo, de um falso dilema.

O multilateralismo não pode ser substituído pela dispersão bilateralista ou regionalista, sob pena de grave involução civilizatória no comércio mundial, com o

retorno ao protecionismo e aos riscos do unilateralismo e da lei do mais forte.

Se hoje se verifica a ressurgência do bilateralismo e do regionalismo – e há muitas evidências disso, por exemplo, com as já mencionadas negociações –, isso decorre justamente da perda de eficiência do multilateralismo e da própria Organização Mundial do Comércio, como o próprio Embaixador Roberto Azevêdo indica em seu pronunciamento de posse, como bem alertou o novo Diretor-Geral em seu discurso. Longe de servir de sentença de morte, esse reconhecimento deve justificar o empenho de todos para resgatar a relevância da Organização, relançando a Rodada de Doha ou mesmo, quem sabe, definindo caminhos e processos alternativos que possibilitem outros avanços ao comércio multilateral. Como afirmou o novo Diretor-Geral, brasileiro, Embaixador Roberto Azevêdo, da Organização Mundial do Comércio, em seu discurso de posse: “O importante é sair da paralisia, é recolocar a OMC de volta ao centro do palco mundial na temática do comércio internacional e do desenvolvimento”.

Não apenas esta Comissão, mas julgo que o Senado da República deva acompanhar os passos e os esforços que serão empreendidos na OMC para um comércio mais justo, mais integrado, que possa permitir que os países em desenvolvimento acessem os mercados desenvolvidos, e esses países possam se convencer da necessidade efetiva de subtrair ou mesmo de remover as barreiras que têm impedido que os nossos produtos possam acessar esses mercados, sobretudo por subsídios e por iniciativas artificiais.

É o comentário que faço ao abrir a nossa reunião, fazendo um registro de posse do Embaixador, brasileiro, Roberto Azevêdo, à frente da Organização Mundial do Comércio, e os desafios que ele próprio lança aos países que compõem, que estão associados a esse esforço global.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique e, em seguida, a Senadora Ana Amélia. Posteriormente, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e ao mesmo tempo me associar – e acredito que a Comissão como um todo se associa – às manifestações que V. Ex^a acaba de fazer sobre a relevância da eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para a Organização Mundial do Comércio.

Esse é um posto internacional de primeira linha que o Brasil acaba de conquistar depois de uma ar-

ticulação muito bem-engendrada pelo Ministério das Relações Exteriores do nosso País.

Quero salientar que o Embaixador Roberto Azevêdo é um emérito negociador, e certamente a Rodada de Doha haverá de retomar novo impulso, sob seu comando, na OMC.

Mas peço a palavra, Sr. Presidente, para, em primeiro lugar, solicitar a V. Ex^a a inclusão na pauta desta reunião da Mensagem nº 67, de 2013, que manifesta a indicação da Sr^a Maria da Graça Nunes Carrion, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Aladi.

Eu pediria a V. Ex^a também inversão de pauta para que, antes das sabatinas, nós pudéssemos fazer a leitura do nosso parecer.

Por outro lado, estamos apresentando um requerimento que foi assinado por mim, pelo Senador Jorge Viana, pelo Senador Eduardo Suplicy, pelo Senador Jarbas Vasconcelos, pela Senadora Ana Amélia, e creio que também contarei com a assinatura do nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, com o seguinte teor:

“Sr. Presidente, com o objetivo de efetivar profícua troca de ideias, estreitando ainda mais as relações desta Comissão com o Ministério das Relações Exteriores, requeremos, nos termos regimentais, seja realizada uma visita oficial desta Comissão ao novo Chanceler, Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, em data e hora a serem agendadas por S. Ex^a”, caso o nosso novo Chanceler aquiesça nesta intenção da Comissão.”

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – SC) – O Senador Luiz Henrique solicita a inclusão extrapauta de um item que está submetido à sua relatoria.

Nós consultamos o Plenário, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, se V. Ex^{as} se opõem à inclusão deste item extrapauta. (Pausa.)

Não havendo quem se oponha, vamos acolher o requerimento. Aliás, os dois requerimentos do Senador Luiz Henrique. Um requerimento extrapauta... O outro requerimento é de convite ao novo Chanceler?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É uma visita da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

O Senador Luiz Henrique propõe uma visita formal desta Comissão ao novo Chanceler.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria, primeiro, de...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... solidarizar-me com o cumprimento, a saudação de V. Ex^a ao novo Presidente da Organização Mundial do Comércio, o Embaixador Roberto Azevêdo, que, certamente, por sua experiência e convivência junto à OMC por longos anos, dará uma contribuição notável. E o fato de ele ter tido uma excelente aceitação e votação vai contribuir muito para que o Brasil tenha um desempenho expressivo. Também é muito positiva a iniciativa do Senador Luiz Henrique para um diálogo com o novo Ministro das Relações Exteriores, Luiz Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em votação, portanto, o requerimento do Senador Luiz Henrique, que propõe a realização de visita oficial e formal a S. Ex^a o novo Chanceler, o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 92, de 2013

Com o objetivo de efetivar profícua troca de idéias, estreitando, ainda mais, as relações desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o Ministério das Relações Exteriores, requeremos, nos termos regimentais, seja realizada uma visita oficial da CRE ao novo chanceler, Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, em data e hora a ser agendada por S.Ex^a.

Autoria: Senador Luiz Henrique

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia. Em seguida, o Senador Jarbas Vasconcelos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelo relatório e pelos cumprimentos ao agora Diretor-Geral da OMC, o brasileiro, diplomata, Roberto Azevêdo.

Concordo plenamente com V. Ex^a, até porque é extremamente relevante para o comércio mundial a sexta economia do mundo ter um representante num cargo dessa envergadura, considerando que o Brasil está sendo protagonista em vários setores, especial-

mente no agropecuário, que é fundamental. Sou de um Estado agrícola, em que esse setor tem toda relevância.

Eu queria também dizer que – em matéria de comércio, caro Presidente, V. Ex^a tem sido muito prático e objetivo nas relações bilaterais –, ontem, chegamos a um dia e meio de contatos nos Estados Unidos com autoridades do comércio, autoridades do Poder Executivo na área do comércio e com representantes do Legislativo norte-americano, dos dois partidos, o do governo, o Partido Democrata, e o partido de oposição, o Partido Republicano.

No campo econômico – tanto quanto nós, V. Ex^a tem experiência da demora –, o Senador Luiz Henrique até falou, ao abordarmos o tema, em adotarmos aqui um *fast track* para acordos internacionais. Pois há acordos na área do comércio que ficam aqui dormindo nas gavetas e acabam caducando antes que a matéria entre em vigor. É o caso recente, com risco iminente de também caducar, do acordo do Brasil com a União Europeia na área de aviação civil. Graças à sua atenção, conseguimos votar antes que o prazo de vigência do acordo expirasse.

É extremamente importante para o Brasil que haja uma indústria próspera, como é o caso da Embraer, que exporta. Para se ter uma ideia, hoje, um terço dos voos que chegam ao Aeroporto Reagan, em Washington, é de aviões da Embraer. Um terço dos voos que chegam ao aeroporto de Washington, capital dos Estados Unidos, é de aviões da Embraer. Isso tem um significado muito relevante nesse processo.

E o que nós notamos é que precisamos agilizar acordos que já estão em andamento, de interesse do Brasil e de países que fazem parte desses acordos bilaterais. Então, mesmo que a CRE já tenha completado suas quatro subcomissões, imagino que seja possível, mesmo de forma, digamos, não regimental, criar um grupo de Senadores para acompanhar, dentro da Comissão, sob a sua liderança, os acordos que estão, na Câmara ou nesta Casa, na interface com o Itamaraty, para que a gente agilize esses acordos, porque o Brasil, que tem na OMC um representante da envergadura de Roberto Azevêdo, precisa, por outro lado, também fazer o dever de casa na agilização dos seus procedimentos internos. Então, é uma sugestão que eu dou depois de ouvir, e todas pertinentes, que são de interesse bilateral.

Por fim, quanto ao requerimento do Senador Luiz Henrique, eu acho sempre que, mesmo que seja muito mais adequado que o Chanceler tenha tomado a iniciativa de vir aqui a esta Comissão falar sobre sua política espontaneamente ou provocado, o Senador Luiz Henrique propõe o inverso: nós irmos lá.

Estamos vivendo um momento de algumas tensões em alguns setores, como é esse problema da espionagem dos Estados Unidos, penso que se justifica o requerimento – eu apoiei, assinei o requerimento do Senador Luiz Henrique –, no sentido de, numa conversa pessoal no Itamaraty, muitas das questões que talvez pudessem suscitar alguma dificuldade de abertura total sobre as conversações, nas matérias de contencioso ou mais delicadas, mais sensíveis – é o termo diplomático mais adequado –, nesses casos, ser muito oportuna essa iniciativa do Senador Luiz Henrique, na excepcionalidade do momento que nós estamos vivendo.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com relação ao primeiro registro de V. Ex^a, V. Ex^a está absolutamente correta. Nós temos procurado aqui, em esforço coletivo, sermos muito diligentes com relação aos acordos do Estado brasileiro. Ocorre que estamos convivendo com um problema, que é a retenção desses acordos na Câmara dos Deputados. E muitos desses acordos estão ficando retidos no Poder Executivo, entre a Chancelaria brasileira, a Casa Civil e o Congresso brasileiro. Julgo que talvez nós devêssemos manifestar ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, a necessidade de fazermos uma reunião entre as duas Casas, o Senado brasileiro e a Câmara dos Deputados, envolvendo inclusive o Poder Executivo, envolvendo a Casa Civil. Porque, outro dia, nós tínhamos o registro de pelo menos uma centena de acordos retidos na burocracia do Estado brasileiro. E esses acordos têm sido submetidos à Comissão, às vezes, com seu escopo absolutamente já vencido e superado, inclusive, submetendo o nosso País a constrangimentos de não retificar esses acordos feitos pela Presidenta da República. Enfim, eu acho que nós precisamos fazer isso. Eu vou procurar o Presidente Renan, em nosso nome, para que nós possamos fazer uma conversa dessa natureza.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, ainda sobre este tema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu verifiquei, logo no início desta legislatura, que tramitam no Congresso acordos internacionais, alguns por dez, quinze anos, sem uma definição. Aí propus um projeto de resolução no sentido de que o Senado passasse a ter a prerrogativa única de analisar esses atos internacionais, do ponto de vista de agilizar a sua tramitação.

Houve aqui ponderações no sentido de que isso seria um *capitis diminutio* nas competências da Câmara

dos Deputados, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira resolveu o impasse modificando meu projeto, no sentido de que o Poder Executivo deveria mandar esses atos em regime de urgência. Esse projeto foi aprovado e, como tantos outros, está dormitando nas gavetas da Câmara.

Então, o que eu gostaria de sugerir, inclusive aqui com a presença do Embaixador Pedro Bório, que representa o Itamaraty, é que se fizesse uma relação dos acordos internacionais que estão em tramitação no Congresso e que o Itamaraty levasse à Casa Civil uma solicitação no sentido de que a Presidenta da República enviasse um ofício dando regime de urgência a esses projetos, para que eles possam tramitar, para que eles possam sair dessa situação de paralisia no Congresso Nacional.

Então, esta é a minha sugestão: que o Governo relacione os projetos e dê urgência, para que nós possamos deliberar aqui, em 90 dias, essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria PMDB – ES) – O que eu posso afirmar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores é que, nesta Comissão, não há qualquer acordo em qualquer das gavetas. Qualquer acordo que chegue aqui, entendendo a necessidade de ser ratificado, a Comissão tem assim procedido.

Eu queria solicitar à Assessoria da Comissão, com o apoio do Itamaraty, do Embaixador Pedro Bório, que nós pudéssemos ter esse levantamento de quais são os acordos que estão dependendo de ratificação por parte do Congresso brasileiro, independentemente de estarem... Ou estão no Executivo, ou estão no Itamaraty, ou estão na Casa Civil. Não está no Senado da República! Não está na Comissão de Relações Exteriores!

Portanto, esse apoio do Itamaraty é importante, para que nós possamos ter a lista de todos esses acordos que estão pendentes de ratificação do Congresso brasileiro, sobretudo aqui do Senado da República.

Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Meu caro Presidente Ricardo Ferraço, fui indicado pelo nobre Presidente desta Comissão para elaborar relatório sobre a indicação do Sr. Raymundo Santos Rocha Magno, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bolívia. No entanto, solicita a esta Comissão de Relações Exteriores a compreensão para o sobrestamento da referida discussão, conforme os argumentos que, a seguir, apresenta.

A justificativa para esse adiamento, Sr. Presidente, deve-se à necessidade de maior conhecimento a

respeito de toda a situação que envolveu a ação humanitária empreendida, no dia 24 de agosto próximo passado, pelo Encarregado de Negócios da Embaixada brasileira na Bolívia, o Embaixador Eduardo Saboia, que trouxe o Senador Roger Pinto para o Brasil.

Por essa razão, considero de fundamental importância solicitar ao Presidente desta Comissão e aos demais membros que encaminhemos requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores, pedindo esclarecimentos quanto ao inteiro teor das correspondências trocadas entre Eduardo Saboia e o Itamaraty ao longo do período em que o Senador boliviano esteve abrigado na Embaixada brasileira, tendo em vista que ele necessitava de um salvo-conduto que vinha sendo negado, reiteradamente, pelo Governo da Bolívia.

O parlamentar boliviano permaneceu asilado por 453 dias no local, entre 28 de maio de 2012 e 24 de agosto de 2013. De acordo com o diplomata Eduardo Saboia, essa decisão foi tomada porque temia o risco iminente à vida e à dignidade do Senador exilado naquela Embaixada. O comportamento do Sr. Eduardo Saboia foi inclusive compreendido pelo Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço, que tem se comportado à frente desta Presidência com desembaraço, com competência e com muita dignidade. Pois bem, V. Ex^a foi ao encontro de ambos na fronteira da Bolívia com o Brasil para assegurar a chegada, em segurança, aqui em Brasília.

Esse desfecho cinematográfico, Senador Aloysio Nunes, é consequência daquilo que o jornalista Elio Gaspari classificou de – abre aspas – “diplomacia estudantil” – fecha aspas – promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Governo Lula e agora pela Presidente Dilma Rousseff, uma política externa movida por uma ideologia rasteira, falsamente progressista e que tem como premissa se submeter ao chamado bolivarismo diplomático.

O diplomata Eduardo Saboia chegou a ser ameaçado imprópriamente pela própria Presidente da República Dilma Rousseff, de ser expurgado da sua carreira profissional no Itamaraty. Uma inversão de papéis, de valores, pois o Governo do Brasil foi o único responsável pelos acontecimento, pela falta de pulso e de coragem de defender o que é certo, o que é humana e politicamente correto.

Por uma omissão inadmissível e inexplicável do Governo brasileiro, que não insistiu de forma contundente por um salvo-conduto, a situação do Senador Roger Pinto Molina, perseguido pelo Presidente Evo Morales, se tornou insustentável. A diplomacia brasileira, contrariando inclusive as tradições do Itamaraty,

desrespeitou o instituto do asilo político. Ao invés de se tornar protetor do Senador ameaçado, o Governo brasileiro havia se tornado o seu carcereiro.

Esse comportamento do Itamaraty, Sr. Presidente, ocorre justamente com a Bolívia, país que infelizmente, durante o Governo Evo Morales, tem se especializado em submeter o Brasil a situações vexatórias. Em 2011, agentes da polícia revistaram, na Bolívia, três aviões da FAB (Força Aérea Brasileira), inclusive aquele que estava à disposição do Ministro da Defesa, Celso Amorim.

E que dizer da decisão tomada em 2006, pelo Presidente Evo Morales, que se apropriou dos ativos da Petrobras na Bolívia? A Petrobras teve as duas refinarias que operavam naquele país invadidas pelo exército da Bolívia, e foi expropriada dos investimentos custeados com recursos advindos dos impostos dos brasileiros, passando a pagar *royalties* maiores pelo gás que explora no país, em uma decisão unilateral do Governo Morales.

Quisera o Brasil tivesse a coragem real de enfrentar alguns vizinhos, como finge ter no episódio da espionagem injustificável promovida pelos Estados Unidos. Há uma clara opção pela prática de ‘dois pesos e duas medidas’, ainda que a reação da Presidente Dilma Rousseff seja meramente de *marketing* político, tentando capitalizar-se eleitoralmente ao se fazer de vítima no episódio da espionagem americana, porque ignora que a afronta não foi feita à sua pessoa, mas à Presidência da República, uma instituição representativa de toda a Nação brasileira, que se viu desrespeitada em sua soberania. É importante frisar, Sr. Presidente: não foi a Sr^a Dilma Rousseff, mas o povo brasileiro que foi espionado. O povo brasileiro é que foi espionado.

Há de se considerar que, apesar de todas as afrontas do Governo Evo Morales a esta Nação, desde os primeiros momentos de seu mandato, nos idos de 2006, como já relatamos, a reação da Sr^a Dilma Rousseff restringe-se a retaliar os diplomatas brasileiros que atuaram para proteger a vida do Senador Roger Pinto Molina, tendo inclusive enviado mensagem a este Senado para retirar a indicação do diplomata Marcel Fortuna Biato, que anteriormente já havia sido indicado para chefiar a Embaixada do Brasil na Suécia, por considerar que o mesmo teria sido responsável por conceder asilo ao desafeto de Morales.

Não podemos esquecer a coragem, a bravura e o altruísmo desempenhados pelo diplomata Eduardo Saboia, que, após insistentes apelos aos canais superiores, viu-se obrigado a uma atitude extrema, por considerar que a situação não poderia alongar-se mais, sob o risco iminente da própria vida do asilado, profundamente abalado em seu equilíbrio emocional e psicológico. Nas palavras do próprio Eduardo Saboia

– abro aspas: “Escolhi a vida. Escolhi proteger uma pessoa, um perseguido político, como a Presidente Dilma foi perseguida”.

Não se entende, portanto, Sr. Presidente, o comportamento raivoso com que os membros do Governo e do Partido dos Trabalhadores receberam a atitude heróica daquele diplomata, que tudo fez em benefício da vida. Em vez de reconhecer o papel humanitário da missão desempenhada, Dilma Rousseff e seus correligionários preferiram submetê-lo a um processo administrativo, reduzindo seu heroísmo a mais vil insubordinação.

Não há, pois, razões que justifiquem o envio de um novo embaixador à Bolívia neste momento em que há tantas pendências a exigir esclarecimentos, no caso do asilo político do Senador Roger Pinto Molina. Enquanto não recebermos as informações solicitadas, enquanto não for equacionado esse impasse entre o Brasil e a Bolívia, enquanto não for encontrada uma solução humanitária para o Senador Roger Pinto Molina e enquanto uma espada de Dâmoques pesar sobre o pescoço do Sr. Eduardo Saboia, não existem condições para se indicar um novo Embaixador brasileiro para a Bolívia, uma decisão que, hoje, visa apenas submeter o Brasil aos caprichos do Presidente Evo Morales.

Quero, antes de finalizar, Sr. Presidente Ricardo Ferraço, esclarecer que o sobrestamento da discussão sobre a indicação do Embaixador brasileiro na Bolívia tem relação com as qualificações do ora indicado Raimundo Santos Rocha Magno, cujo currículo a ser analisado posteriormente verifica-se plenamente capaz de habilitá-lo para a função. Mas refere-se o adiamento exclusivamente à necessidade imperiosa de transparência na condição da política externa do Brasil com aquele país. Quero dizer que não tem nada a ver com a pessoa, inclusive, competente, do Sr. Raimundo Santos Rocha Magno, que tem um currículo exemplar.

Por todas essas questões, solicito a compreensão da Presidência desta Comissão e de todos os seus membros para que a indicação do Sr. Raimundo Santos Rocha Magno, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bolívia aguarde o momento oportuno para ser apreciada até que todo o episódio venha a ser esclarecido.

A seguir, apresento em anexo o requerimento que estou encaminhando à Mesa agora, através da minha assessoria, de informações que solicito seja enviado ao Ministério das Relações Exteriores com as seguintes questões:

1) Quantas correspondências foram enviadas pelo Sr. Eduardo Saboia ao Ministério das Relações Exteriores sobre o caso do Senador boliviano Roger Pinto

Molina? Considere-se correspondência qualquer tipo de comunicação escrita, correio, *fax*, *e-mail*.

2) Qual o inteiro teor das correspondências enviadas pelo Sr. Eduardo Saboia ao Ministério das Relações Exteriores sobre o caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina?

3) Quantas correspondências foram respondidas pelo Ministério das Relações Exteriores ao Sr. Eduardo Saboia sobre o caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina? Considere-se correspondência, igualmente, qualquer tipo de comunicação escrita, cartas, *fax* etc.

4) Qual o inteiro teor das correspondências enviadas pelo Ministério das Relações Exteriores ao Sr. Eduardo Saboia sobre o caso do Senador boliviano Roger Pinto Molina?

5) Quais são as ações diplomáticas e jurídicas que estão sendo adotadas pelo Governo brasileiro para que os direitos humanos do diplomata Eduardo Saboia sejam garantidos?

E, por fim, solicito cópia de todas as correspondências realizadas entre o Sr. Eduardo Saboia e o Ministério das Relações Exteriores ou qualquer outro órgão ligado ao referido Ministério, que faça referência ao Senador Roger Pinto Molina ou qualquer assunto relacionado ao episódio da concessão de asilo político do Senador boliviano.

Eram essas as questões que eu queria colocar para V. Ex^a e que a Comissão, a Presidência, seus membros, seus integrantes e a própria opinião pública entendam a minha posição, que é cautelosa, cuidadosa, zelosa, para que o Itamaraty possa nos informar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – E soberana.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Soberana. E que a gente possa nos informar e possamos tomar a decisão absolutamente tranquila, levando em conta que, inclusive a pessoa indicada pelo Governo brasileiro preencha as condições de exercer o cargo de Embaixador naquele País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a age no estrito rigor das prerrogativas de V. Ex^a e no limite do Regimento da Casa e desta Comissão.

Portanto, a Presidência acolhe a questão de ordem de V. Ex^a e, até que as informações sejam enviadas formalmente a esta Comissão, ficam sobrestadas a sabatina e a indicação do novo Embaixador que estará chefiando a Missão Diplomática do Brasil junto à Bolívia. E solicito à Secretaria que formalize o requerimento para que o Itamaraty possa proceder às informações que V. Ex^a solicita para que possa fundamentar e embasar o parecer de S. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentar a iniciativa do Senador Jarbas Vasconcelos, que, mais uma vez, dá demonstração da independência da Casa numa medida tão relevante quanto essa. Ele restabelece também prerrogativas relevantes e toma uma atitude de caráter político com a mesma grandeza.

Eu queria também apoiar a iniciativa de V. Ex^a de, com o poder que tem como Presidente desta Comissão, acolher, a despeito de não precisar nem submeter à apreciação dos Senadores, a tomada de decisão favorável ao requerimento do Senador Jarbas Vasconcelos.

Eu queria, então, cumprimentar o autor pela atitude, pela oportunidade e por tudo o que ele disse no seu requerimento, e também pela sua iniciativa, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em votação, portanto, o requerimento...

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, Senador Ricardo Ferraço, V. Ex^a teve a oportunidade de acompanhar de perto, mais de perto do que nós, esse episódio, por ter se deslocado à fronteira do Brasil com a Bolívia para então, inclusive, dialogar com Eduardo Saboia, chefe do escritório diplomático do Brasil na Bolívia, bem como com o Senador boliviano Molina. E acredito que V. Ex^a então teve a oportunidade de conhecer mais de perto tudo aquilo que o Senador Jarbas Vasconcelos agora expressa e com o legítimo direito de querer conhecer, e acho que é direito de todos nós.

Eu inclusive, como Senador do PT e membro desta Comissão, sinto-me na responsabilidade de expressar que considero que a atitude do diplomata Eduardo Saboia foi uma atitude de proteção humanitária. Acredito que se eu estivesse no lugar dele, eu acompanharia, ou se estivesse junto, apoiaria, nas circunstâncias, que todos nós sabemos hoje, pelo menos até agora. Não solicitaria ao Itamaraty ou a Presidente da República para punir o Sr. Eduardo Saboia.

Eu acho que, como a situação dele no Itamaraty, pelo que nós sabemos, está sendo objeto de averiguação, é importante que esta Comissão possa acompanhar os fatos. Nós teremos a oportunidade, pela ini-

ciativa do Senador Luiz Henrique, de ao fazermos a visita da Comissão ao novo Ministro Figueiredo, de já avançarmos mais, mas eu acho que as informações solicitadas no requerimento do Senador Jarbas Vasconcelos são também importantes para completar as informações.

Então, eu queria transmitir isso, e após esta votação, gostaria de pedir a palavra para tratar de outro tema, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Luiz Henrique, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu queria adicionar às razões expostas pelo Senador Jarbas Vasconcelos, no seu bem-lançado parecer, um outro fato grave, que representa de parte do governo boliviano um desrespeito imenso ao Brasil e ao povo brasileiro, quando – e este assunto foi amplamente noticiado pela imprensa – determinou a legalização dos carros roubados ou furtados do Brasil que adentraram o território boliviano. Ou seja, a Bolívia expropriou nossos bens da Petrobras, a Bolívia tem agido no aviltamento das relações diplomáticas com o nosso País. Então, eu gostaria, com a permissão do Senador Jarbas Vasconcelos, de acrescentar às suas razões esse ato de absoluto desrespeito às normas internacionais, desrespeito às relações de dignidade, de honestidade entre os países quando o governo boliviano determina que são legais os carros que são furtados dos cidadãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Portanto, fica sobrestado até que as informações possam estar disponibilizadas a essa Comissão. Nós vamos, ainda hoje, formalizar a S. Ex^a o Sr. Ministro de Relações Exteriores as informações que o Senador Jarbas Vasconcelos solicita para que ele possa fundamentar e possa concluir o seu relatório. Mas, independente disso, vamos submeter também o requerimento do Senador Jarbas Vasconcelos, se acolher as contribuições do Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acredito que, na solicitação de informações do Senador Jarbas Vasconcelos, embora não me lembre de ter especificado, é importante também que

conheçamos as circunstâncias que levaram o Senador Molina a ser denunciado por atos dos mais diversos, que o levaram a ser condenado pela justiça boliviana. Acho que essas informações devem constar também, acredito, da solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu acho que talvez pudesse constar a isso...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Nas informações que vamos obter no diálogo com o Ministério de Relações Exteriores essas informações vão acabar sendo transmitidas a nós, e acredito que precisamos ter o quadro completo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não apenas essa informação, como as razões que levaram o governo brasileiro a concessão do asilo político, porque a concessão do asilo político não é um ato obrigatório. O Governo brasileiro, o Estado brasileiro e qualquer Estado concede asilo após investigar que se trata de um perseguido político e não de um criminoso comum. Porque saltam os olhos o Governo brasileiro conceder asilo político a um criminoso comum.

Nós podemos incluir a pergunta de V. Ex^a e a justificativa que levou o Estado brasileiro a concessão do asilo político.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Está muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então em votação o requerimento com os acréscimos sugeridos pelo Senador Eduardo Suplicy, que determina que o Itamaraty envie a essa comissão os fundamentos que levaram o Estado brasileiro a concessão do asilo político ao Sr. Senador Roger Molina.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 88, de 2013

Requeiro, com fundamento no art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações sobre as comunicações realizadas entre o Diplomata Eduardo Saboia e o Ministérios de Relações Exteriores, no que concerne ao caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina:

1) Quantas correspondências foram enviadas pelo Senhor Eduardo Saboia ao Ministério de Relações Exteriores sobre o caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina?

Considere-se correspondência qualquer tipo de comunicação escrita (correio, fax, e-mail).

2) Qual o inteiro teor das correspondências enviadas pelo Senhor Eduardo Saboia ao Ministério de Relações Exteriores sobre o caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina?

3) Quantas correspondências foram respondidas pelo Ministério de Relações Exteriores ao Senhor Eduardo Saboia sobre o caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina?

Considere-se correspondência qualquer tipo de comunicação escrita (cartas, fax, e-mail).

4) Qual o inteiro teor das correspondências enviadas pelo Ministério de Relações

Exteriores ao Senhor Eduardo Saboia sobre o caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina?

5) Quais são as ações diplomáticas e jurídicas que estão sendo adotadas pelo governo brasileiro para que os direitos humanos do diplomata Eduardo Saboia sejam garantidos?

Solicito cópia todas as correspondências realizadas entre o Senhor Eduardo Saboia e o Ministério de Relações Exteriores, ou qualquer outro órgão ligado ao referido Ministério, que faça referência ao Senador Roger Pinto Molina, ou qualquer assunto relacionado ao episódio da concessão de asilo político ao Senador Boliviano.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pela ordem o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a inclusão extrapauta da Mensagem da Senhora Presidente da República que submete a apreciação do Senado a indicação do Sr. ex-Ministro Antonio de Aguiar Patriota para ser o nosso representante permanente juntos às Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Submeto à apreciação dos Srs. Senadores o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira que solicita a inclusão extrapauta da indicação do Sr. Antonio Patriota.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O requerimento que fiz anteriormente no sentido de incluir extrapauta e dar prioridade, preferência na leitura do parecer da indicação da futura Embaixadora na Aladi.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos apenas atender à questão de ordem do Senador Aloysio Nunes e passar a palavra a V. Ex^a.

O Senador Pedro Simon pede a palavra?

Não havendo que se oponha, fica aprovado, portanto, a solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

E passo a palavra a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique para que possa proceder ao seu parecer relacionado à indicação da Sr^a Maria da Graça Nunes Carrion, Ministra de 1^a Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Delegada Permanente junto a Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

EXTRAPAUTA

ITEM

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, como o parecer que vou ler a seguir já se encontra em mãos das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, vou fazer uma leitura resumida desse parecer, para não atrasar ainda mais a sabatina dos Srs. Embaixadores que já se encontram nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como V. Ex^a preferir.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – A Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sr^a Ministra de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores Maria da Graça Nunes Carrion, para exercer o cargo de Delegada permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração ao Mercado Comum do Sul.

Trata-se de diplomata de carreira, com relevantes serviços prestados à Diplomacia brasileira.

O processo está disposto de todos os elementos que nos permitem uma decisão a respeito da indicação.

Nesse sentido, o meu parecer é pela aprovação dessa indicação.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica aberta vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41 desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que procederá à indicação do Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

EXTRAPAUTA

ITEM

MENSAGEM (SF) Nº 84, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

A palavra é de S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, esta Casa é chamada a se manifestar sobre essa indicação como manda a Constituição.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1954, e concluiu a Faculdade de Letras da Universidade de Genebra, em 1975. Entrou para o curso de preparação à carreira de diplomata do Rio Branco em 1978.

Destaca-se que, na condição de Conselheiro, serviu na missão permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, de 1994 a 1999. Como Ministro-Conselheiro, esteve na missão permanente do Brasil junto aos organismos internacionais em Genebra, de 1999 a 2003. Em Brasília, foi Secretário de Planejamento Diplomático no gabinete do Ministro de Relações Exteriores, em 2003, e Chefe de Gabinete do Ministro, de maio de 2004 a maio de 2005.

Posteriormente, desempenhou funções de Subsecretário-Geral Político do Ministério das Relações Exteriores. Em 2007, foi alçado à condição de Embaixador do Brasil em Washington. Em 2009, Secretário-Geral das Relações Exteriores. E finalmente alcançou o posto máximo da carreira diplomática, em 2011, como chanceler do Brasil.

Sua tese para o curso de altos estudos do Instituto Rio Branco foi publicada em 1998, pela Fundação Alexandre Gusmão, sob o título "O Conselho de Segurança Pós a Guerra do Golfo – Articulação do Novo Paradigma de Segurança Coletiva".

No período em que foi Ministro das Relações Exteriores no Brasil, executou a política definida pelo Governo brasileiro, capitaneado pela Presidente Dilma Rousseff.

Em muitas ocasiões, manifestei minha absoluta inconformidade com os rumos de nossa política externa nos governos petistas. E teremos ocasião de discorrer sobre isso e debater sobre esse assunto, quando da sabatina que V. Ex^a, Sr. Presidente, programará. Entretanto, quem se submete ao escrutínio desta Comissão não é a Presidente da República, mas aquele que implementou suas determinações e cujo *curriculum vitae* o credencia para o cargo a que foi indicado.

Por fim, relata-se que o Ministério das Relações Exteriores anexou a mensagem presidencial sumária e executiva sobre as Nações Unidas, cumprindo o disposto na legislação.

A seguir, o descrito nessa documentação, há estreita relação da ONU com o Brasil, organização da qual nós fomos fundadores e participamos ativamente, sobretudo nos seus diferentes órgãos e agências.

Entre os temas debatidos na ONU e a sua correlação com os interesses brasileiros, a título exemplificativo, salienta-se o da paz e segurança e o pleito brasileiro de possuir um assento permanente no Conselho de Segurança.

Quanto ao tema econômico-social, lembre-se o protagonismo do Brasil na questão ambiental, ao sediar a prestigiosa Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e a menos exitosa Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Era a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, já ouço o Senador Randolfe.

Não havendo quem queira discutir, fica concedido, nos termos da Resolução nº 41, vista coletiva às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

Antes de ouvir V. Ex^a, Senador Randolfe, nós aprovamos aqui, por iniciativa do Senador Luiz Henrique, aliás, uma ótima iniciativa, uma visita formal desta Comissão à S. Ex^a o novo Chanceler, o novo Ministro. Mas me parece, também, que seria oportuno que nós pudéssemos convidá-lo para que ele, ato contínuo, após a nossa visita, pudesse se fazer presente a esta Comissão para que ele pudesse refletir com a Comissão de Relações Exteriores a conjuntura da Diplomacia brasileira, dos desafios que ele terá à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Então, eu submeto às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores convite para que S. Ex^a, o novo Chanceler, Luiz Alberto Figueiredo Machado, possa nos honrar com a sua presença nesta Comissão para um debate com as Sr^{as} Senadoras e com os Srs. Senadores sobre suas diretrizes, sobre os desafios e as questões conjunturais, estruturais, que são da pauta e da agenda do Ministério das Relações Exteriores.

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 89, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, para discutir os rumos da política externa brasileira em momento de transição no âmbito da Pasta

das Relações Exteriores. Com esse propósito, requeiro seja convidado o Chanceler Figueiredo para compartilhar com esta Comissão os principais temas que constam da agenda da política externa brasileira para o futuro próximo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu queria apresentar dois requerimentos no momento em que V. Ex^a achar melhor, mais oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse é o momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado.

O primeiro requerimento, Presidente, já foi aprovado anteriormente na Comissão de Assuntos Econômicos, é de seu conhecimento, e V. Ex^a já se dispôs, inclusive, a realizar uma audiência pública em conjunto, esta Comissão de Relações Exteriores, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as denúncias de espionagem por parte do Governo dos Estados Unidos da América.

É uma audiência pública, reunindo essas três Comissões, convidando, convocando a Sr^a Graça Foster, Presidente da Petrobras; o Sr. Ministro de Estado da Defesa; o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores; e o General José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; notadamente para indagarmos à S. Ex^a a Presidente da Petrobras, sobre o próximo leilão e sobre as denúncias que dão conta da espionagem por parte da NSA, a agência de espionagem americana, sobre os dados da Petrobras e o próximo leilão que será realizado no próximo dia 20, 21, do campo de Libra.

Este é um requerimento que antecipo e sei das providências que já foram tomadas por V. Ex^a, como Presidente dessa Comissão e como Relator, também, da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a espionagem.

No requerimento seguinte, Presidente, eu estou solicitando a realização de uma audiência pública/diligência, e já conversei anteriormente com V. Ex^a, cabe o termo diligência, porque a ideia seria um deslocamento de membros dessa Comissão de Relações Exteriores até o meu querido Estado do Amapá para que, na

fronteira, possamos fazer uma audiência pública para lá percebermos a situação da fronteira e dos conflitos existentes na fronteira do Brasil com a França – temos essa particularidade, o meu Estado é a fronteira brasileira com a França, é a fronteira com a Guiana Francesa. E vivemos uma situação dramática na nossa fronteira com a União Europeia, quando o Presidente francês manifestou, recentemente, à Presidente Dilma, seu interesse em estar no Brasil, no próximo dezembro, para inaugurar a ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, que unirá o Brasil à União Europeia, o Amapá à Guiana Francesa, nós temos uma situação atual de conflito entre amapaenses, brasileiros, entre brasileiros que vivem na Guiana Francesa, entre brasileiros que praticam a atividade do garimpo lá e franceses que lá existem. Esses conflitos já resultaram em mortes e com uma realidade dramática. São pelo menos 10 mil garimpeiros que atuam clandestinamente na Guiana Francesa. Existe uma comunidade de pelo menos 40 mil brasileiros amazônidas, maranhenses, paraenses, amapaenses que vivem na Guiana Francesa.

Existe essa realidade de conflito ali na fronteira e existe uma situação: a Presidente do Brasil e o Presidente francês estão na iminência de inaugurar uma ponte sobre o rio Oiapoque, em uma condição extremamente delicada. E temos, diante de tudo isso, um acordo entre o Brasil e a França, que ainda está na Câmara dos Deputados, ainda não veio para o Senado, onde há uma pressão por parte do Governo francês para que esse acordo seja assinado.

Portanto, Sr. Presidente, em virtude das nossas relações com a França, eu creio que hoje a nossa Comissão de Relações Exteriores travará um debate sobre este tema. Nesse sentido, solicito uma audiência pública, convidando para ela a Sr^a Chefe do Departamento de Europa do Itamaraty, a Sr^a Maria Edileuza Fontenele Reis; o Embaixador da França no Brasil ou o seu representante; o Deputado Sebastião Rocha, Deputado Federal pelo Estado do Amapá, Relator do acordo Brasil/França que se encontra na Câmara dos Deputados; o representante do DNIT, responsável pelas obras da ponte binacional Brasil/França; o Sr. Camilo Capiberibe, Governador do Estado do Amapá ou o seu representante; e eu incluiria – não está no requerimento por ato falho meu – o Presidente da Associação de Imigrantes Brasileiros da Guiana Francesa para esta audiência pública.

São os requerimentos que, com a devida vênia de V. Ex^a, encaminho para, no momento oportuno, V. Ex^a submeter à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão, os requerimentos encaminhados pelo Senador Randolfe Rodrigues.

EXTRAPAUTA**ITEM****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL Nº 90, de 2013**

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para discussão das denúncias de espionagem sobre informações da PETROBRÁS, perpetrada pelo governo estadunidense e seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo com a presença dos seguintes convidados:

- Sra. Maria das Graças Silva Foster – Presidente da PETROBRÁS;
- Sr. Celso Luiz Nunes Amorim – Ministro de Estado da Defesa;
- Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado – Ministro de Estado das Relações Exteriores; e
- Sr. Gal. José Elito Carvalho Siqueira – Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA**ITEM****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL Nº 91, de 2013**

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão para discussão da cooperação transfronteiriça entre Brasil e Guiana Francesa, especialmente sobre as condições de vida na fronteira, conflitos devidos ao garimpo e a inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, com a presença dos seguintes convidados:

- Sra. Maria Edileuza Fontenele Reis – Chefe do Departamento de Europa do Itamaraty;

- Sr. Denis Pietton – Embaixador da França no Brasil;
- Sr. Sebastião Bala Rocha – Deputado Federal pelo Estado do Amapá;
- Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Sr. Camilo Capiberibe – Governador do Estado do Amapá;
- Sr. José Gomes – Presidente da Associação de Brasileiros na Guiana Francesa.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os dois requerimentos com a minha sugestão a V. Ex^a: que nós possamos, inclusive, definir uma missão desta Comissão até a fronteira do Brasil no Estado do Amapá com a Guiana Francesa, para que nós possamos verificar *in loco* as condições da fronteira, sobretudo em relação aos conflitos evidentes e iminentes no que tange à situação regular ou irregular de produtos minerais nessa região.

Nós combinaremos adicionalmente com V. Ex^a como determinar isso e quais dos Srs. Senadores e Senadoras gostariam de participar dessa missão. Mas julgo relevante que esta comissão possa se deslocar até a fronteira, como temos feito. Fizemos o debate com os refugiados haitianos no Acre. Estamos debatendo essa questão com a Bolívia e julgo da maior relevância que possamos apoiar a iniciativa de V. Ex^a como representante do Estado do Amapá, que está trazendo a esta Comissão um tema que considero da maior importância para o Estado brasileiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço a V. Ex^a e fico feliz com seu encaminhamento.

Presidente, só adicionalmente – inclusive antes do Senador Eduardo Suplicy –, há duas ou três sessões, salvo melhor juízo, de relatoria do ilustre amigo Senador Jarbas Vasconcelos, o Projeto de Lei nº 12.608, resultado da CPI da Pedofilia, foi pedido vista naquele momento por parte do Senador Magno Malta. Parece-me que já voltou para esta Comissão, já findou o pedido de vista desse PLS. Eu pergunto a V. Ex^a – inclusive pergunto ao Senador Jarbas –: se estiver pronto para pauta, como é um projeto de extrema importância, eu julgaria importante, se houver acordo, nós apreciarmos. Obviamente, de acordo com V. Ex^a e de acordo com o Senador Jarbas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A vista coletiva foi concedida. O Senador Jarbas Vasconcelos é o Relator. Se o Senador Jarbas Vasconcelos desejar relatar, nós podemos proceder ainda nesta reunião, porque a vista coletiva, nos termos regimentais, está com o tempo esgotado.

Eu consulto V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Eu não conheço quais as iniciativas adotadas pelo Senador Magno. Se V. Ex^a puder incluir na pauta da próxima reunião, eu farei o relato.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Magno Malta não apresentou nenhuma emenda tradicional.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Então, eu mantenho o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem. Se V. Ex^a mantém o relatório, nós vamos colocar em discussão o relatório de V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Eu mantenho o relatório, porque, terminada a leitura do relatório, o Senador pediu vista.

Então, eu mantenho o relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se V. Ex^a mantém o relatório, que já foi apresentado, cuja relevância já foi debatida, nós vamos colocar em discussão, de maneira efetiva e imediata, para que possamos deliberar.

EXTRAPAUTA

ITEM

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 126, de 2008

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.

Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI)

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Pela aprovação da matéria, com emenda redacional que apresenta.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy e Senador Pedro Simon.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, Senador Ricardo Ferraço, na

última reunião que V. Ex^a solicitou a mim que presidisse, nós aqui aprovamos, por consenso, requerimento no sentido de conclamar o Governo dos Estados Unidos, o Presidente Barack Obama, para que evitasse uma iniciativa bélica com respeito à Síria e realizasse todos os esforços para um possível entendimento.

Desde a semana passada, observamos que a Rússia sugeriu ao Governo da Síria que entregasse as armas químicas a organismo internacional da ONU para que as examinasse.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu peço a compreensão – há um Senador com a palavra – para que possamos ouvi-lo, por gentileza. Peço a compreensão e a colaboração.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Presidente da Síria, Bashar Al-Assad, anunciou, hoje, que colocará as armas químicas de seu país sob controle internacional, atendendo à solicitação da Rússia, que foi proposta pelo Presidente Vladimir Putin.

Acho importante que nós aqui registremos a atenção desta Comissão e do Senado brasileiro para o desenvolvimento, continuando a conclamar as nações para que haja uma solução diplomática e não bélica para o conflito no Oriente Médio. Inclusive para que evitemos episódios como aquele que resultou na morte de tantas pessoas, há 12 anos, no dia 11 de setembro, quando foram destruídas as torres de Nova York por atos de guerra inadequados.

Mas, Sr. Presidente, hoje, nesta Comissão de Relações Exteriores, quero relembrar os 40 anos, ontem, do aniversário de episódio tão triste que enlutou toda a América Latina e os amantes da liberdade e da democracia. Refiro-me ao Golpe Militar que derrubou o Presidente Salvador Allende, no Chile, provocando a sua morte.

Em homenagem a esse episódio, eu gostaria de ler aqui um texto curto que o brilhante jornalista da *Folha de S. Paulo* publicou, ontem, pois ele estava lá. Se me permite, eu lerei o artigo, que é breve.

Eu lerei porque é breve o artigo:

Ainda havia filetes de sangue nas águas rasas do Mapocho, o riozinho que corta Santiago, quando cheguei ao Chile para cobrir o golpe que derrubou o Presidente constitucional Salvador Allende Gossens.

Era 21 de setembro de 1973, porque, nos dez dias desde que foi dado o golpe, o Chile ficara fechado por terra, mar e ar para que os militares pudessem provocar o derramamento de sangue que manchou o Mapocho e espalhou-se por todo o Chile, “desde el salar, ardiente y mineral/al bosque austral”, como diz

a canção “*El pueblo unido jamás será vencido*” que o grupo folclórico Quilapayún cantava nos tempos em que o sangue ainda não corria.

Deu tempo também de ver ao vivo o que se tornaria uma foto que ficou famosa no mundo inteiro: a queima de livros que trazia à memória o nazismo alemão.

Via-se então que não apenas o passo de ganso característico dos militares chilenos os aproximava de seus congêneres de outros tempos na Alemanha.

Tornou-se obrigatório deixar um pouco de lado o profissionalismo para oferecer-me como muleta (inútil, logo se veria) a país de brasileiros exilados no Chile e desaparecidos desde o golpe.

Acompanhava-os ao Estádio Nacional, transformado em campo de concentração e morte, no que acabava sendo uma tortura adicional à falta de notícias sobre os filhos.

Ninguém dava informações à porta do estádio e, na falta delas, os parentes dos presos trocavam os piores presságios e contavam as mais horríveis histórias, que, ao longo dos anos, acabaram se provando verdadeiras, terrivelmente verdadeiras.

Dizia-se, por exemplo, que o cantor e compositor Victor Jara, que era adepto declarado da Unidade Popular, a coligação que o golpe apeou do poder, tivera os dedos quebrados durante a tortura no estádio, para que nunca mais tocasse as canções que embalavam os sonhos da esquerda no poder.

Jara não morreu no Estádio Nacional de Santiago, mas foi torturado até a morte no Estádio Chile, outro campo de concentração.

É fácil para qualquer ser humano com um dedo de sensibilidade sentir o pavor de país que, primeiro, haviam perdido seus filhos para o exílio, depois do golpe no Brasil, e agora viam fugir a perspectiva de revê-los ainda que massacrados, mas pelo menos vivos.

Havia toque de recolher, primeiro a partir das 18h. Depois, das 20h. Eu me hospedara no então Hotel Carrera Sheraton, atrás do Palácio de la Moneda, em que Allende se matou.

As noites eram intermináveis, trancado no quarto.

Olhava pela janela, via os sinais do ataque da Força Aérea ao palácio, uma sombra na praça vazia.

Ninguém na rua.

O semáforo, no entanto, continuava mudando do verde para o amarelo, para o vermelho, para ninguém, salvo um ou outro veículo militar, enquanto ao longe se ouvia o “*ratatá*” das metralhadoras, porque, dia após dia, noite após noite, “*están matando chilenos/ay que haremos/ay que haremos*”, como cantavam os Quilapayún.

Ninguém no Chile os ouvia.

Era a homenagem que eu queria prestar à memória deste dia triste para a América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós acolhemos a manifestação de V. Ex^a e, naturalmente, nos associamos a ela, em nome da Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, primeiro, eu trago a minha solidariedade à exposição feita pelo Senador Jarbas. Realmente, foi um documento de alto gabarito. Quero cumprimentá-lo, porque eu gostaria que tivéssemos mais documentos firmes de conteúdo, como fez S. Ex^a.

Segundo, ontem já teria passado o prazo que a Presidência da República teria dado para a espera do documento escrito do Presidente Obama, com relação aos fatos ocorridos.

Mas o que sei é o que a imprensa está manifestando hoje: que o novo Chanceler do Brasil esteve e está nos Estados Unidos e que falou com representantes americanos e que a resposta foi nenhuma.

Acho que seria interessante se V. Ex^a e mais algum colega aqui da Comissão, antes de avançarmos, tivessem uma conversa com o Ministério das Relações Exteriores, porque essa situação ficou um pouco delicada.

Desde o início, a maioria achou que não era um negócio para fazer uma espécie de ameaça, de que a Presidente, se não tiver resposta, não irá aos Estados Unidos na visita, porque isso não tem nenhuma significação maior, ir ou não ir, mas que, na verdade, uma resposta objetiva, clara deveria aparecer.

Com toda a sinceridade, acho que não há muito o que responder. A verdade é esta mesma: o governo americano faz atos de sabotagem, usando toda a tecnologia que tem, no mundo inteiro. Aliás, o presidente Obama falou isso com todas as letras: não há país em que não exista isso, que não faça esse tipo de ação; quem tem mais tecnologia usa mais tecnologia. E, como eles estão tendo uma tecnologia que está chegando quase ao infinito, eles a estão usando da maneira que estão usando.

Acho que V. Ex^a e mais um ou dois deveriam ir ao Itamaraty, porque vi que a Câmara designou uma comissão que vai à Rússia falar com o cidadão que está exilado lá, conversar, etc. e tal. Nem discuto o certo e o errado, apenas digo que já vai, já há uma comissão do Parlamento brasileiro que vai fazer isso. Refiro-me a uma conversa mais profunda com o Itamaraty, uma análise, uma troca de informações, para ver o que podemos fazer em conjunto, se é para parar, se é para levar adiante, se é para avançar. E, se V. Ex^a e quem lhe acompanhar não ficarem satisfeitos com a posição

do Itamaraty ou acharem que há mais ação a ser feita só por nós, vamos decidir o que faremos.

Digo, com toda a sinceridade, que eu não saberia agora, neste momento, dizer qual é a ação a ser feita. Acho a coisa tão complexa, tão heterogênea, tão violenta, tão absurda, mas não sei que ação vamos fazer. A única que vejo é a Presidenta suspender a viagem. Mas acho isso tão significado, no sentido de que pouco importa ao americano. O americano recebe por dia três presidentes do mundo, e que são recebidos como cidadãos comuns. Ele é que, de vez em quando, dá o título de viagem de Estado a algum presidente. Então, isso foi uma concessão, esse tipo de honorário que eles fizeram em convidar a nossa Presidente para ir, como Chefe de Estado, ser recepcionada e ter a honra de jantar com o presidente na Casa Branca.

Até o Fernando Henrique ficou muito mais feliz porque, quando ele era presidente, passou dois dias na casa de campo com o Bush. Foi uma das honrarias que ele disse na época. Agora, acho que membro da Academia Brasileira de Letras deve ser mais importante. Mas, na época, ele disse que uma das grandes honrarias que ele havia recebido foi passar o fim de semana com o Bush lá no sítio dele.

Então, acho que o mínimo que podíamos fazer é isso que estou lhe propondo: o senhor convidar dois colegas aqui para conversar com o Itamaraty para ver o que devemos fazer. Acho que uma das coisas boas é levar cópia dos estudos feitos do Jarbas, que já mostra a nossa posição com relação à Bolívia, que fica esclarecido.

Acho que o Jarbas se empenhou em um papel impressionante, porque quem ia pagar a conta era o coitado do cidadão que praticou um ato que todo mundo reconhece, que foi um ato excepcional, ele ia pagar a conta. Acho que Jarbas, nesse momento, com o parecer dele aqui, vamos botar as coisas nos seus devidos lugares. Esse cidadão que é neto de embaixador, filho de embaixador e que tem um comportamento de alto gabarito, vai poder continuar sua trajetória.

Seria interessante levar essa questão diretamente, porque já aproveitaria para conversar essa questão toda que está ainda com muita interrogação. O encarregado do negócio diz que escreveu quantas cartas e o ex-ministro disse que não recebeu nenhuma. Onde elas foram parar?

E essa é outra questão que traz as manchetes de jornal e estamos ficando numa posição muito sem graça, porque a Presidenta falou na Rússia, voltou dizendo: "Tenho data, até quarta-feira, recebo, por escrito, uma resposta com relação a isso." E não vem nada. Acho que seria interessante tomarmos conhecimento sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A preocupação...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – A outra questão, desculpe-me, é só para matar a questão...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Temos outra questão. Não sei até que ponto entra na esfera da nossa Comissão, mas é o problema da Petrobras com a abertura da concorrência para o poço de oito, dez, doze bilhões de barris, que estamos abrindo agora, e está havendo uma confusão muito grande.

Em primeiro lugar, porque são dois presidentes, o Sr. Gabrielli, que presidiu a Petrobras durante tanto tempo e, do tempo que ele presidiu, a Presidente da República, como Chefe da Casa Civil, era membro do Conselho da Petrobras e a atual Presidente da Petrobras era a diretora da Petrobras; que dizer, está havendo uma discussão dura entre a atual e a ex-direção. E o Sr. Gabrielli, durante todo esse tempo, com várias acusações disso, daquilo e de mais não-sei-o-quê, sempre me manteve quieto, não houve uma resposta, uma informação, nada. Mas, dessa vez, ele veio muito duro, dizendo que essa abertura que vão fazer é absurda.

Primeiro, antes da sabotagem que apareceu, ele já dizia que o edital estava errado, pois dava concessões demais e deixava a Petrobras numa situação muito delicada, e, depois, vieram as manchetes, o noticiário, que os dados todos da Petrobras estão lá nos Estados Unidos, que têm conhecimento de tudo. Vamos fazer uma concorrência como essa? O governo americano tem todos os dados. Vamos fazer uma coisa dessa natureza e alguém já conhece tudo?

Eu e o Senador Requião solicitamos duas coisas: primeiro, estamos – aliás, desculpe, Senador, você é o primeiro –, entrando com um requerimento pedindo para sustar o edital, quer dizer, estamos fazendo uma solicitação – e o Congresso pode fazer isso –; e, por outro lado, estamos tentando, junto ao Governo, que seja sustado esse edital, porque, primeiro, repito, os argumentos apresentados pelo Sr. Gabrielle e, o que é mais importante, pelo Sindicato dos Engenheiros são dados muito consistentes, muito positivos de que é algo de impossível e desnecessário, é algo que a Petrobras poderia fazer sozinha. Ela tem todas as condições, toda a tecnologia para fazer sozinha.

Então, já havia muita interrogação com relação à realização desse edital. Depois que apareceu essa notícia, essa manchete especial de que a Petrobras teve levantados todos os seus dados, tudo o que tem, é que sai mais esta pergunta: o que está acontecendo? Os americanos, a essa altura, conhecem todos os da-

dos que estão lá dentro. Vai vir um edital do qual eles vão estar por dentro. As propostas que eles vão apresentar têm todas as condições para saírem vitoriosas.

Então, pergunto a V. Ex^a e, através da pergunta a V. Ex^a, pergunto aos membros da Comissão: o que fazer? O que nós podemos fazer? Respondo, lá na Comissão de Economia, convocamos o Sr. Gabrielle, a Presidenta e o representante dos engenheiros para fazer uma debate explicando essa matéria. Hoje, estamos entrando com um projeto de decreto legislativo solicitando a suspensão do leilão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador, na verdade, estou vindo agora de uma reunião com advogados e representantes da Petrobras. Estamos entrando com quatro medidas: medida de suspensão de ato, ação popular, mandado de segurança. Estamos procurando todos os caminhos. É uma boa notícia para nós, no PMDB, Senador Jarbas, é que conversando agora com o Líder da Bancada, o Eunício, fizemos um convite ao Fernando Siqueira para participar na próxima terça-feira da reunião da Bancada do Partido. Acho que estamos começando a construir um consenso contra isso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Para essa reunião da Bancada, eu já convidaria membros de todas as outras Bancadas. Quem quiser comparecer compareça porque ela é muito importante.

Então, não sei onde entramos, se podemos fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em linha com a preocupação de V. Ex^a, o Senador Luiz Henrique, em bom tempo... Aprovamos aqui um requerimento e vamos fazer uma visita formal ao Sr. Chanceler na próxima segunda ou terça-feira, assim que ele retornar ao Brasil, para uma conversa formal em que pretendemos tratar das nossas relações e do episódio envolvendo a espionagem norte-americana, que quebrou sigilo de pessoas, de empresas, obteve informações estratégicas do Estado brasileiro. Vamos fazer uma visita a S. Ex^a o Chanceler.

Aprovamos um requerimento convidando o novo Chanceler para estar presente na Comissão para falar do seu desafio, enfim, da conjuntura diplomática brasileira. Temos também confirmado para terça-feira, em reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Econômicos, a presença da Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, que estará coordenando o leilão do Campo de Libra. Na quarta-feira, em reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Econômicos, teremos a presença da Presidente da Petrobras, que falará sobre os sistemas de segurança e proteção e sobre se o Estado brasileiro está seguro de que pode fazer essa concorrência pú-

blica em igualdade de condições para quem deseja competir. Ou seja: o Governo brasileiro e a Petrobras é que devem afirmar à Nação se estão seguros de que esse processo e suas informações estratégicas estão seguras e protegidas. Portanto, terça e quarta-feira temos audiências desta Comissão com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – São duas as perguntas: uma é essa, clara, que V. Ex^a está fazendo, ou seja, se estamos seguros para realizar o leilão. A outra é a que Gabrielle levanta quando diz que o leilão está mal posto, está mal colocado. Ele acha que tremendamente negativo, e os engenheiros da Petrobras dizem a mesma coisa, ou seja, que é tremendamente negativo e que, independentemente da espionagem, o edital foi mal montado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para esses questionamentos possam ser feitos, estamos recebendo no Senado, na Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, terça e quarta-feira...

Eu peço vênha aos meus colegas, porque estamos com dois embaixadores aguardando a sabatina e estendemos o nosso debate de maneira apropriada, com temas relevantes, e consulto se podemos iniciar o processo de sabatina de S. Ex^{as} os embaixadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, só uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Só uma contribuição para nós, de fato, concluirmos esse tema.

Eu considero importante nós ouvimos, em uma mesma audiência pública, a Sr^a Presidente da ANP e a Sr^a Presidente da Petrobras. Ambas tratam da mesma questão. A Petrobras, porque foi espionada e tem as informações sobre o leilão; a ANP, porque é quem vai presidir o leilão. Então, faço a sugestão, junto a V. Ex^a, se for possível, em uma das audiências dessas que V. Ex^a anunciou, ambas estarem juntas em alguma delas eu acho que nós teríamos um proveito maior para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós já conseguimos assegurar para terça-feira a Agência Nacional do Petróleo e, para quarta-feira, a Petrobras. Vamos fazer um esforço para termos as duas juntas, para fazermos um enfrentamento só.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ferraço?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Roberto Requião, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu acho que essas audiências são uma iniciativa excepcional de V. Ex^a, mas nós precisamos estabelecer com mais clareza o contraditório. Eu pergunto a V. Ex^a se nós não podíamos acrescentar a presença do Fernando Siqueira nessas duas audiências, para a gente ter um contraponto verdadeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É o do Associação dos Engenheiros da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Olha, de minha parte, eu acolho integralmente a sugestão de V. Ex^a. Precisamos apenas convergir com o Senador Lindbergh, eu acho que podemos fazer ato contínuo isso, porque esse contraditório, esse conflito de visões...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para não termos um monólogo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ... é muito importante para a formação e para o juízo de valor. Então, acolho a proposta de V. Ex^a. Vamos tentar construir essa agenda também com o Senador Lindbergh.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Posso considerar aceita a proposta e comunicar o engenheiro?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – De minha parte, completamente aceita, acolhida. Vamos apenas convergir essa construção com o Senador Lindbergh, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, para evitar o monólogo e fazermos o conflito de visões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Uma indagação. São tantas as audiências públicas que foram aprovadas! Pergunto a V. Ex^a, apenas para refrescar a minha memória: foi convidado para estar aqui, para falar conosco a respeito dos sistemas que nós temos ou não temos de, digamos assim, de prevenção ou de contraespionagem, de segurança, foi convidado o diretor-geral da Abin? Ele está entre os convidados? Parece-me crucial saber.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Senado constituiu uma comissão parlamentar de inquérito e essas autoridades estão

convidadas no âmbito da comissão parlamentar de inquérito, para que, naquela comissão, na qual sou o Relator...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ah, o senhor é o Relator!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ...nós possamos diagnosticar o estado da arte da...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Perfeito! Então, seguramente, ele vai participar, ele vai ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Estão convidados o Ministro das Comunicações, a Anatel, o CGI, o General José Elito, o Ministério do Exército, que tem uma área que lida diretamente com...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Segurança. E a Abin também?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ...a segurança e a Abin também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Apenas não o âmbito da comissão de investigação de guerra cibernética.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Presidente, para...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Para ajudar, Sr. Presidente.

Toda a Comissão tem conhecimento dos relatórios dos dois embaixadores que se encontram na sua sala. Os Senadores apresentaram já relatório, são públicos, e, em face do adiantado da hora, eu solicitaria a V. Ex^a que, se fosse possível, com o início da sabatina, V. Ex^a, já que a gente conhece os relatórios, abrisse o processo de votação, para que ela fosse feita.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Levando em consideração que os relatórios estão publicados há dias e são de conhecimento de domínio público, vamos acolher a solicitação de V. Ex^a para implementarmos as nossas sabinas.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação

do Sr. Afonso José Sena Cardoso, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Autoria: Presidente da República

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidente da República

Convido para que possam tomar assento à Mesa S. Ex^{as} os Embaixadores Afonso José Sena Cardoso e José Roberto de Almeida Pinto. (*Pausa.*)

Informo a S. Ex^{as} os Srs. Embaixadores que terão o tempo de até 15 minutos para a fundamentação dos seus planos de trabalho, de suas diretrizes, de suas expectativas em relação às missões diplomáticas que S. Ex^{as} estão indicados.

Ao final da exposição, será concedida a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que desejarem fazer uso dela.

Concedo, portanto, a palavra ao Embaixador Afonso José Sena Cardoso, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Vamos, de imediato, abrir o processo de votação. A palavra é de S. Ex^a.

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria agradecer ao senhor a convocação dessa reunião de hoje da Comissão e, por seu intermédio, aos integrantes da Comissão a presença e, de forma especial, a Relatora Senadora Vanessa Grazziotin.

Como os senhores sabem, se assim o determinarem a Comissão e o Senado, terei a grande honra de servir em Dublin como embaixador do Brasil junto à Irlanda. Procurarei ser sucinto e reservar mais tempo para as perguntas que desejem fazer.

Pensando sempre em termos de Brasil, é inevitável que se chegue à conclusão de que a Irlanda é um pequeno país, nada mais do que 0,8% do tamanho do

Brasil. Divide uma ilha. Ocupa 26 dos originais 32 condados dessa ilha, o restante é hoje a Irlanda do Norte, parte do Reino Unido. Tem 4,2 milhões de habitantes, o que é pouco mais do que 2% da população do Brasil. Tem recursos naturais muito limitados. No entanto é um país extremamente interessante e singular, com uma história riquíssima, marcada por resistências a invasões sucessivas, *vikings*, normandos, ingleses, por um longo período de uma relação tipicamente colonial dentro da Europa ou das suas imediações e por grandes tragédias, como as grandes fomes em 1740 e 1840. A Irlanda, na primeira delas, teve 400 mil mortos e 150 mil pessoas que tiveram que imigrar forçosamente. Na segunda, segundo alguns autores, a tragédia foi ainda maior, com a população se reduzindo de 8 milhões de habitantes para 4 milhões, a diferença por mortes e imigrações forçadas. Talvez exatamente por isso, e, ainda este ano, em uma reunião com a diáspora irlandesa, o Primeiro-Ministro da Irlanda estimou que a diáspora irlandesa chegue a 70 milhões de pessoas, a Irlanda e a sua grande diáspora desenvolveram um forte sentido de identidade nacional.

A Irlanda chegou à independência em 1922. Teve um período bastante acidentado pelos chamados *Troubles*, os problemas, na Irlanda do Norte, entre católicos e protestantes. E apesar de todas essas limitações, apesar de todos esses acidentes, o fato é que, hoje, a Irlanda é um país que tem um PIB da ordem de 8% do PIB brasileiro e o PIB *per capita*, quando se calcula pelo poder de paridade de compra (PPP), chega a ser três vezes maior do que o PIB *per capita* no Brasil PPP brasileiro.

E mais ainda, a Irlanda coloca-se, hoje, em 7º lugar no *ranking* dos índices de países com melhor de desenvolvimento humano. Enquanto nós ainda estamos no 84º lugar, mas seguramente progrediremos muito mais do que isso.

Evidentemente não existe nada que a gente possa definir como um tamanho único, nem fórmula mágica, mas valeria à pena lembrar o que foi a receita específica do que muitos chamaram de formação do Tigre Celta. No caso específico, foi uma receita que incluiu poucos elementos. O primeiro e talvez mais importante de todos: investimento maciço em educação, que começou ainda nos anos 60, 70 e que continua e se paga até depois da crise. Segundo: a adesão, em 1973, à União Europeia. Em terceiro lugar, uma decisão política de estabelecer uma política fiscal e uma coordenação de políticas de Estado que permitissem o estabelecimento de um centro internacional de serviços para hospedagem de serviços internacionais de finanças e a decisão de trabalhar com um taxa – *cor-*

porate tax –, extremamente mais reduzido do que a média mundial: mais exatamente 12,5%.

A esses fatores é preciso acrescentar também a existência de uma democracia robusta que permitiu que todas as decisões fossem tomadas dentro de um quadro de debate democrático e que fossem adotadas por todo o País.

Vendo cada um desses elementos em particular, volto a dizer a questão da educação talvez seja a mais importante de todas e, seguramente, a mais duradoura.

Em 1980, o irlandês tinha como média de anos de escolaridade onze anos e quatro meses. Hoje, essa média já é de dezoito anos e três meses, o que é bastante elevado.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento da Irlanda chegam a 1,8% do PIB. Obviamente o PIB da Irlanda é muito menor do que o do Brasil, mas o importante é a proporção do PIB, que eu gostaria de acentuar. Vinte e dois por cento dos graduados na Irlanda estão nas áreas de ciências e engenharia.

No caso da adesão à UE, de imediato, evidentemente, isso se traduziu com uma abertura, uma diversificação dos parceiros comerciais da Irlanda. Até 1973, 90% do comércio irlandês passava pelo Reino Unido. Com essa diversificação, a economia pode ganhar um alento novo. E mais do que isso, também é preciso ressaltar que, durante dez anos, a Irlanda, no processo de inclusão na União Europeia, se beneficiou de transferências que chegavam a 4% do valor do PIB da Irlanda, anualmente. E até hoje recebe aportes pela política agrícola comunitária que são da ordem de US\$1,9 bilhão, o que em boa parte explica a forte presença da Irlanda como país exportador de gado e de carne bovina.

Como nada se faz sem que haja um custo associado, houve também uma elevação de custo, e, em primeiro momento, não logrou a Irlanda baixar a sua taxa de desemprego, mas sem dúvida alguma a sua adesão à União Europeia resultou numa mudança do perfil econômico do País e da sua inserção no sistema internacional.

Sobre as políticas fiscais que eles adotaram, elas basicamente foram uma redução de impostos procurando atrair multinacionais, sobretudo das áreas de informação e tecnologias de comunicação e fármacos e químicos; e a criação de um centro internacional de serviços financeiros e a permissão para a criação de empresas de um só objetivo, o *Special Purpose Vehicle*, que são na realidade empresas que foram utilizadas basicamente para esses derivativos: formação de fundos, derivativos, *hedge funds* e assim por diante.

Essas políticas se completaram com o oferecimento de uma mão de obra altamente qualificada e com

custos que eram comparativamente menores do que os custos dos vizinhos; cerca de 25% mais baixos do que os vizinhos. Os resultados foram muito positivos. E esse é o chamado Tigre Celta. Em um primeiro momento, o PIB cresceu muito. Em 2000, ele era US\$131 bilhões, e em 2008, chegou a US\$259 bilhões.

O desemprego chegou a se reduzir da faixa de 14%, 15% até 4%. Pela primeira vez a Irlanda teve mais imigração do que emigração. E os fluxos anuais de capital estrangeiro chegaram a cerca de 25% do PIB irlandês, embora só 6,4% disso em investimentos diretos estrangeiros. O resto era capitais que se dedicavam a fundos derivativos.

Com isso, a exportação de bens e serviços da Irlanda passou a representar 121% do seu PIB, enquanto as importações de bens e serviços passaram a representar 98% do seu PIB. O Tigre Celta passou a ter então uma nova composição, uma nova cara. A economia irlandesa passou a depender 72% dos seus serviços, 26% da sua indústria e apenas – um quase residual, embora importante – 3% da agricultura.

Era inevitável que a quebra do sistema financeiro internacional em 2008 e a crise econômica que se seguiu chegassem à Irlanda exatamente pelo lado financeiro, que era o mais vulnerável de todos.

O *shadow banking*, esse sistema de hospedagem que viveu tendo como um grande ativo uma regulação digamos mais liberal, transformou-se, nesse dia seguinte, num ônus para todo o país. A última operação de socorro montada para a economia irlandesa, que envolveu US\$88 bilhões aportados pelo Fundo Monetário Internacional, pela Comissão Europeia e pelo Banco Central da Europa, mais US\$22 bilhões aportados pela própria Irlanda, desse total de 110 mais ou menos, 45 bi foram necessários para participar do salvamento do setor financeiro, que não tinha – como tínhamos no Brasil – um colchão e uma proteção enorme que permitisse uma maior resistência à crise. Portanto, o resultado da crise foi alto, a dívida como parcela do PIB saltou de 22%, em 2007 – que era bastante baixo se considerarmos que o Brasil tem 42% por aí –, para quase 120% hoje em dia. O desemprego voltou a mais de 14%. No caso dos jovens, para mais de 30%. E a taxa bruta de formação de capital, que é a taxa de investimento, vamos dizer assim, caiu de 25% para 13% do PIB. Obviamente, tudo isso abriu também uma série de questionamentos sobre alguns dos elementos que faziam parte dessa receita da formação do Tigre Celta.

O questionamento mais óbvio é a questão da vulnerabilidade do setor financeiro, que também foi agravada porque a liquidez excessiva sem que houvesse um crescimento proporcional da economia real fez com que se formasse também uma bolha imobili-

ária alimentada pela especulação. Isso também tem seu custo.

Mas o questionamento hoje envolve, em setores da sociedade e setores políticos da Irlanda, um questionamento sobre o aproveitamento relativamente baixo das vantagens fiscais oferecidas. Há alguns cálculos, feitos na área acadêmica, de que essa *corporate tax* de 12,5% pode, por uma série de conjugações de instrumentos, chegar a se reduzir a coisas como uma taxa efetiva de 4%, e não de 12,5%.

Há questionamentos também sobre a diferença entre o que é a gente usar uma tecnologia e a gente ter capacidade efetiva de gerar tecnologia. Isso tem, evidentemente, um peso muito grande no que significa a determinação do quanto se pode agregar de valor em termos econômicos.

E, sobretudo, houve também um afastamento claro entre o Produto Nacional Bruto e o Produto Interno Bruto. Ou seja, a renda vista sob a óptica da produção e o produto visto sob a óptica da renda, do rendimento que efetivamente fica dentro do País.

Só para dar um exemplo, o PIB *per capita*, pelo critério de poder de compra, era de US\$33 mil em 2000; hoje, é de US\$28 mil, enquanto que o PNB (Produto Nacional Bruto) caiu de US\$40 mil para US\$28 mil, uma queda muito mais acentuada. Obviamente, tudo isso também resulta em pressões sociais, que põem em questão maior a questão do custo da austeridade.

O que procura fazer o governo irlandês? O primeiro-ministro, Enda Kenny, foi muito claro a respeito disso quando disse: "Não precisamos de uma nova geração desesperançada". Consequentemente, a proposta do governo irlandês é procurar ajustar o seu modelo mantendo suas grandes linhas, mas, sobretudo, procurando aumentar o valor agregado às exportações e trabalhar sobretudo nessa área, com reforço às pequenas e médias empresas, que são responsáveis hoje por 69% dos empregos, 51% do que é produzido localmente e 46% do valor agregado.

A Irlanda vem cumprindo sistematicamente as metas estabelecidas nos planos contratados para a recuperação da sua economia. E tem conseguido fazê-lo, mantido o vigor da sua democracia.

No momento, a coalizão que está no poder, que chegou ao poder em 2011, é formada pelo Fine Gael, que é definido como de centro-direita, e o Partido Trabalhista, definido como centro-esquerda. Entre as forças opositoras maiores estão o Fianna Fáil, que é definido como um partido conservador, e o ***Sinn Féin, como um partido mais nacionalista de esquerda.***

Quais são as perspectivas para Brasil e Irlanda? O Brasil hoje exporta US\$357 milhões por ano para a Irlanda e importa cerca de US\$700 milhões. Há um

déficit que é estrutural, mas que também corresponde a um superávit estrutural dentro do lado irlandês dado o modelo que eles têm. Eles são uma plataforma exportadora, antes de mais nada e sobretudo, considerando-se o fato de que é um país de pequena população e um pequeno mercado.

Mas o ponto importante é que, tanto as nossas exportações quanto as nossas importações, são majoritariamente, maciçamente, de manufaturados. Os investimentos diretos irlandeses no Brasil podem ser estimados em US\$426 milhões, destacam-se aí a Kerry América do Sul Alimentos, a Serasa Experian, na área de serviços financeiros, a ABPI, fertilizantes e bioenergia, a Synergy, alimentos, a Flexco, serviços financeiros. Os investimentos diretos estrangeiros brasileiros na Irlanda são hoje da ordem de US\$252 milhões, destacando-se a presença da Marfrig, que adquiriu a O'Kane Poultry na Irlanda.

Há na Irlanda hoje cerca de 11.400 brasileiros entre imigrantes e estudantes. Os estudantes basicamente estão nos cursos de imersão e também dentro do Programa Ciência sem Fronteiras.

Qual é o potencial para nossa relação bilateral? Continuar a trabalhar em cima das oportunidades que oferecem esse valor agregado no fluxo de manufaturados entre os dois países. Trabalhar um pouco sobre a questão da dependência irlandesa, que é da ordem de 95% aos combustíveis fósseis, portanto, oferecer-lhes a parte de bioenergia, energia limpa. Trabalhar na cooperação educacional, na cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Trabalhar na parte da prioridade comum dos dois países em biotecnologia, trabalhar na capacitação em turismo, que é uma das áreas que oferece também boas perspectivas.

Nós temos muitos setores que compartilhamos preocupações com a Irlanda. Ambos professamos multilateralismo, ambos somos partidários sempre do desarmamento, ambos procuramos defender sempre os direitos humanos e participamos intensamente nas operações de paz das Nações Unidas. A Irlanda também tem uma atitude muito favorável no que respeita à cooperação com os países do sul e consegue, apesar das suas dificuldades, manter uma ajuda oficial ao desenvolvimento, sobretudo em relação aos países africanos, da ordem de 0,5% do seu PIB.

Além do mais, a relação Brasil-Irlanda pode nos permitir um bom ponto de observação, sobretudo no que respeita os efeitos da crise na zona do ouro, a proposta da ***Transatlantic Trade and Investment Partnership*** entre a Europa e os Estados Unidos basicamente; a questão da política agrícola comunitária da União Europeia de que tanto se beneficia até hoje a Irlanda; a questão dos limites de agregação de valo-

res através de hospedagem de serviços sobretudo financeiros; particularmente, tomando-se em conta, a decisão recente do G20 no que respeita a um plano de ação sobre a erosão da base tributária e a questão de transferência de rendimentos das grandes empresas multinacionais.

Tudo isso já vem sendo feito pela nossa embaixada sob a direção do Embaixador Pedro Brêtas, tudo isso já vem sendo feito pela nossa embaixada, com o apoio dos colegas da Secretaria de Estado. O que se propõe, como programa de trabalho, é dar continuidade a isso e acrescentar, tanto quanto possível, algo mais no que respeita sobretudo o plano de ação com respeito à erosão da base tributária, que é um item novo.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Embaixador Afonso José Sena Cardoso, que foi designado pela Presidente da República a representar o Brasil na Irlanda.

Passo a palavra, por 12 minutos, ao Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, que vai nos representar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cuja sede é em Lisboa.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO

– Agradeço a Presidência e a todos os membros da Comissão a oportunidade e a honra de participar desta reunião.

Faço um agradecimento ao Senador Eduardo Suplicy pela apresentação do seu relatório a respeito da minha indicação, da indicação do meu nome, para, se for honrado com a aprovação desta Comissão do Senado Federal, exercer a função de representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Como todos sabem, a CPLP reúne países de quatro continentes, ao incluir, além do Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, como Estados-membros, além de contar com outros três Estados-associados, Ilhas Maurício, Senegal e Guiné Equatorial. Em rigor, a terminologia, Observadores Associados.

Nos 17 anos de existência da CPLP, ela tem se revelado uma organização de não apenas muita importância para os Estados que a conformam, mas também uma organização particularmente dinâmica. Vou me concentrar nos 12 minutos que me ofereceu a Presidência e me ater a alguns exemplos que julgo particularmente expressivos do dinamismo da atuação da CPLP na consecução dos três objetivos gerais fixados em seu estatuto, conhecidos como pilares de atuação da CPLP.

O primeiro pilar, nesse pilar, o da concertação política, haveria muitos exemplos históricos a dar. Hoje mesmo o Presidente da Comissão referiu-se à eleição do Embaixador Roberto Azevedo para diretor da OMC – a CPLP apoiou em conjunto essa candidatura –, mas o exemplo mais recente e relevante é o da coordenação de posições em relação ao golpe de Estado na Guiné-Bissau, em abril de 2012.

A CPLP reuniu-se imediatamente após o golpe de Estado, dois dias depois, em nível de chanceleres, e o condenou veementemente. Os países membros da CPLP não conheceram o governo de transição pós-golpe. Desde então, a CPLP tem acompanhado de perto a evolução interna na Guiné-Bissau. Os membros da comunidade em conjunto consideraram muito importante os desdobramentos recentes na Guiné-Bissau, inclusive e particularmente a convocação de eleições gerais a se realizarem no final deste ano.

O segundo pilar de atuação, o segundo objetivo geral, é, estatutariamente, o da cooperação em todos os domínios. Esse pilar, até pela amplitude da formulação, é o que reúne o maior número de iniciativas e o conjunto mais diversificado de interlocutores.

Entendo, embora não seja uma terminologia oficial da CPLP, que a cooperação na prática da CPLP comporta dois sentidos: um sentido lato e um sentido restrito. No sentido lato se trataria dos entendimentos, da troca de experiência, da busca de estabelecimento de diretrizes e atividades comuns em torno de um leque muito grande de temas: segurança alimentar, saúde, defesa, trabalho, cultura, entre muitos outros.

Para o diálogo nesses temas, além dos órgãos de decisão da CPLP, órgãos de deliberação, órgãos de direção, como dizem os estatutos – a Cúpula de Chefes de Estado, o Conselho de Ministro de Relações Exteriores e o Comitê de Concertação Permanente dos embaixadores em Lisboa –, além desses órgãos, realizam-se com grande frequência as chamadas “reuniões ministeriais setoriais”, que reúnem os responsáveis em cada País por temas específicos.

Uma anotação que eu acho importante fazer é a de que o número de assuntos e de correspondentes reuniões ministeriais setoriais tem crescido. Recentemente, passou a haver reuniões de assuntos do mar, reuniões chamadas de ministros do comércio.

Os entendimentos em torno desse leque amplo de temas se plasma não só em declarações, mas em vários casos em acordos firmados entre os membros da comunidade e, mais recentemente, na elaboração de estratégias de cooperação em comum. Por exemplo, já foram elaboradas, entre outras, estratégia na área de segurança alimentar, estratégia na área de saúde, estratégia na área de oceanos.

Um dado que contribui de maneira muito importante para fortalecer o espírito de cooperação na CPLP é a realização de reuniões de outros foros de grande relevo. E aqui eu destaco a Assembleia Parlamentar da CPLP, que foi criada em 2007, em substituição ao anterior Fórum de Parlamentos da Língua Portuguesa e que terá a sua quarta reunião em início de novembro em Luanda.

Um outro aspecto que merece relevo é o crescente envolvimento da sociedade civil nas atividades de cooperação da CPLP. Esse envolvimento se faz de diferentes formas – se quiserem que eu depois aprofunde –, mas fariam os interlocutores, evidentemente, em torno do tema de que se ocupam no tratamento do leque de diferentes assuntos da CPLP.

Eu diria que, num sentido restrito, a cooperação da CPLP é a que deriva dos projetos ou se plasman nos projetos de cooperação técnica e cooperação econômica custeados pelo fundo especial e, portanto, levados a cabo no âmbito da CPLP. Ou seja, são projetos que se somam aos projetos que haja bilateralmente entre os países da CPLP nessas áreas.

A CPLP é dotada de um fundo especial custeado por contribuições voluntárias. Brasil e Portugal são, tradicionalmente, os principais contribuintes para esse fundo. Os projetos são aprovados em reuniões dos pontos focais de cooperação, com envolvimento de todos os países.

Num balanço do último semestre, bastante atualizado, de 30 de junho último, havia projetos em execução pela ordem de 5,5 milhões. Então, tal como no caso da concertação política, também no caso da cooperação, seja em sentido lato seja em sentido restrito, a CPLP se tem caracterizado pela notável pujança de atuação.

O mesmo se pode dizer em relação ao terceiro e último objetivo geral da CPLP, ou pilar de atuação da CPLP, que é a promoção e difusão da língua portuguesa. Também neste caso, há várias iniciativas que podem ser mencionadas. Eu destacaria três. A realização da primeira conferência da língua portuguesa, em 2010, em Brasília, que contou com ampla participação da sociedade civil e na qual foi aprovado um plano de ação para promoção e difusão da língua. Outro exemplo é a convocação da segunda conferência da língua portuguesa, que ocorrerá no mês que vem, em Lisboa. E, por fim, os esforços que estão sendo desenvolvidos, com efetiva participação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), para a elaboração de vocabulários ortográficos nacionais, com base no acordo ortográfico da língua portuguesa, pelos países que não dispõem de seu vocabulário. E ao mesmo tempo, os trabalhos que estão sendo realizados, também com a participação efetiva do IILP, para a integração

dos dois vocabulários nacionais já existentes, ou seja, o Vocabulário Ortográfico Português e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), elaborado pela Academia Brasileira de Letras.

Em suma, em todas as suas áreas principais de atuação, com objetivos gerais fixados nos estatutos, a CPLP tem evidenciado tratar-se de uma organização bastante ativa. Não é de surpreender, assim, que ela venha recebendo – como vem – crescente reconhecimento e projeção internacional, que se atestam de diversas formas. Uma dessas manifestações é o interesse demonstrado por vários países em tornar-se membro observador associado da CPLP. E há o caso de um observador associado, a Guiné Equatorial, que é no momento candidata a tornar-se, de sua parte, membro pleno da organização.

Eu agradeço a atenção de todos e permaneço, Presidente, à disposição da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulta as Sr^{as} e os Srs. Senadores... Senadora Ana Amélia, a palavra é de V. Ex^a. Em seguida, o Senador Luiz Henrique.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu, brevemente, queria primeiro cumprimentar, Presidente Ricardo Ferraço, a exposição tão completa dos dois Embaixadores, tanto o que nos representará na Irlanda quanto o que nos representará na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Com o Embaixador da Irlanda, Afonso José Sena Cardoso, comento a questão que ele ponteeu bem da atitude patriótica que a Irlanda teve com o investimento maciço em educação, que fez o país sair de uma situação de pobreza e de baixo desenvolvimento. E também como os Tigres Asiáticos, pela educação abriram caminho. É o que o Brasil precisa muito. Então, nesse aspecto, que tipo de cooperação pode ser dada?

Mas se nessa matéria nós estamos bem... a Irlanda está bem, e também na questão da participação de estudantes brasileiros no programa Ciência sem Fronteiras, que parece ser uma marca relevante nesse contato, quero saber se já tem algum estudante fazendo estágio desse programa em companhias irlandesas?

Mas no comércio a situação não é tão amigável assim. V. Ex^a mencionou, com muita propriedade, a questão da força da indústria de carnes da Irlanda do Norte na grande competição com o Brasil. Inclusive, tem muitos brasileiros que foram

PARTE 3

(...) muitos brasileiros que foram recrutados nas zonas de frigoríficos, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, que estão lá pela sua profissionalização, já que essa mão de obra requer especialidade. Porém, há suspei-

tas de que a Irlanda ou os concorrentes que disputam esse mercado, embora haja uma empresa brasileira lá, tenham, com alguma frequência, divulgado informações que provocam problemas para a indústria de carne brasileira, por exemplo, ao dizerem que a carne brasileira é produzida em zonas de áreas de desmatamento na Amazônia. E outras tantas inviabilidades são provocadas; algumas podem até ter uma origem, mas não da forma da escandalização do processo, que acaba gerando para o Brasil um prejuízo comercial de relevância e monta.

Queria saber do senhor como é a questão nessa perspectiva. Na questão comercial, V. Ex^a deixou claro que a principal agenda ou pauta de exportação é de manufaturados, o que é uma coisa muito boa, tirando aquela ideia de que somos exportadores apenas de *commodities*.

São essas duas questões.

E para o Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, eu e o Senador Cyro Miranda, na Comissão de Educação, fizemos um trabalho muito intenso, porque recebemos do Prof. Ernani Pimentel e de um outro especialista em Língua Portuguesa uma ponderação bastante relevante de que o Acordo da Língua Portuguesa, que nós discutimos em audiência pública por mim requerida, não é propriamente um acordo ortográfico e, sim, um acordo ortofônico, que são coisas distintas.

Há uma resistência, especialmente na comunidade de Língua Portuguesa, liderada por Portugal. O próprio ministério e a secretária de cultura de Portugal mandaram retirar dos programas de computador as correções para a nova nomenclatura do Acordo Ortográfico que foi elaborado no Brasil pela Academia Brasileira de Letras. É uma forma de rejeição aos termos do acordo.

Então, nós pedimos ao Governo brasileiro uma iniciativa, e isso só podia ser feito por decreto presidencial, houve sensibilidade e fomos atendidos, o Itamaraty um pouco tarde entendeu as razões. Portugal estava vivendo aquela aguda crise econômica. Então, houve um gesto brasileiro numa matéria à qual Portugal tinha resistências; não são todos os Parlamentos que assinaram esse acordo ou podem ter assinado, mas não ratificaram o acordo da Língua Portuguesa, que deveria ter entrado em vigor em janeiro de 2013. Com essa prorrogação para 2015, o tempo se esgota; 2014 já está na porta e 2015 entrará em vigor.

Então, eu peço ao senhor, pela missão que tem, uma interlocução, tão rápida quanto possível, com os demais países para nos situar como está a perspectiva desses países em relação a esse acordo. Penso que é uma questão muito importante. E peço para nos posicionar na Comissão de Relações Exteriores, faço

isso dessa maneira informal e publicamente aqui, para que possamos, aqui no Parlamento, tomar as iniciativas pertinentes a esse acordo ortográfico, que, pelo que dizem os especialistas, é apenas um acordo ortofônico.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério das Relações Exteriores comprova, mais uma vez, que seus membros constituem seguramente a melhor massa crítica deste País.

Os ilustres diplomatas, sabatinandos nesta manhã, nas suas exposições, demonstraram claramente o alto grau de conhecimento, de *expertise*, que têm sobre as funções que exercem.

Por isso, já satisfeito com a sabatina que realizaram, eu vou me limitar apenas a fazer perguntas mais no sentido de esclarecimento. Eu pergunto ao Embaixador Afonso José Sena Cardoso se, não obstante ter havido, no ano de 2005, uma resolução pelo IRA de abandono de qualquer novo processo de luta armada, ainda existem grupos, na Irlanda, resistentes a essa decisão e que ainda mantêm atos isolados de violência.

Relativamente à CPLP, eu pergunto ao Embaixador José Roberto de Almeida Pinto: qual o tamanho da população mundial de língua portuguesa? E dessa recenseada população, quantos por cento efetivamente falam português?

Eu tive duas experiências contraditórias. Em Macau, que é historicamente uma colônia portuguesa, não encontrei ninguém que falasse português. Em Toronto, no Canadá, tive uma surpresa: foi-me afirmado que lá o português é a terceira língua mais falada. E encontrei, inclusive, em alguns estabelecimentos que visitei como governador, a comunicação visual na língua inglesa e na língua portuguesa, o que para mim foi uma grande surpresa.

Então, há estatísticas precisas de países que adotam outras línguas, mas onde se fala português? E daqueles que são mapeados como de língua portuguesa, mas, como Macau, não se fala a nossa língua? São as duas indagações que faço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – S. Ex^a Embaixador José...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ah, pois não. Antes que nós ouçamos os nossos indicados para nossas missões diplomáticas, concedo a palavra a S. Ex^a Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, quero cumprimentar e desejar muito êxito a ambos os Embaixadores: Afonso José Sena Cardoso, na Irlanda, e José Roberto de Almeida Pinto, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Ao Embaixador Afonso José Sena Cardoso gostaria de perguntar: como avalia as políticas de austeridade que vêm sendo aplicadas na Irlanda? Acredita que elas estão funcionando ou tem havido um agravamento do quadro social da Irlanda? Ao mesmo tempo, que medidas têm sido consideradas, na Irlanda, para resolver o problema, sobretudo para o conjunto da população que ainda não tem condições plenas de cidadania?

Gostaria também de perguntar: a economia irlandesa, provavelmente, não poderá funcionar propriamente como um entreposto de serviços financeiros, que foi uma característica ali. Há alguma estratégia para se constituir um novo modelo de inserção na economia global?

A Irlanda tem uma cultura riquíssima que nos deu grandes escritores como James Joyce, Oscar Wilde, entre muitos outros de altíssimo nível educacional.

A Senadora Ana Amélia mencionou a cooperação do Brasil com a Irlanda no Programa Ciência sem Fronteiras e eu aqui até queria dar uma informação. Por acaso, recebi nesta semana um relatório do Presidente da Capes sobre o Programa Ciência sem Fronteiras. De fato, temos 53.552 brasileiros realizando o Programa Ciência sem Fronteiras desde 2011. A cooperação com a Irlanda é significativa: 1.296 na chamada graduação-sanduíche e 37 em pós-graduação, somando 1.333. Com Portugal, por exemplo, o que interessa ao Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, também temos um bom grau de cooperação: 3.191, dos quais 2.357 em graduação-sanduíche; em pós-graduação, 834. Para se ter uma ideia, o País com quem mais temos cooperação são os Estados Unidos, com 16.571: 13.627 na graduação-sanduíche e 2.944 em pós-graduação. Isso que significa que, tendo em conta o tamanho da Irlanda, é uma contribuição de grande significado, assim como no caso de Portugal.

Como o senhor avalia as perspectivas de cooperação mais intensas entre o Brasil e a Irlanda? E aproveitaria para perguntar – no que diz respeito à Irlanda, sempre pensamos na Irlanda do Norte –: como se comparam as relações da Irlanda com a Irlanda do Norte? São países hoje... A Irlanda do Norte por vezes tem tido problemas muito fortes. Agradeço se puder nos informar um pouco sobre as diferenças existentes e também a cooperação que porventura exista entre as duas irlandas.

Ao Embaixador José Roberto de Almeida Pinto eu agradeço até se puder nos informar – estava aqui pensando – qual é a soma de pessoas no Planeta Terra hoje que falam português e que são membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Comecei a somar aqui: 201 milhões de brasileiros, 11 milhões de portugueses, no Timor Leste, 1,2 milhão... À minha assessoria eu pedi, ao Marcelo, se pudessem... Eu ia perguntar, não sei se o senhor vai conferir: chegam a 280 milhões os povos de língua portuguesa no seu cálculo? Talvez seja mais. Se o senhor puder nos dar essa informação, acho que é relevante para todos nós conhecer. Talvez possa me dizer quantos habitantes participam da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, somando os oito países, e quantos mais porventura falam português no mundo. Essa é uma informação relevante para todos nós que falamos o português.

O Brasil vem dando prioridade em sua cooperação internacional aos chamados PALOPs, ou seja, os Países Africanos de Língua Portuguesa. Como o senhor avalia essa cooperação e que resultados concretos têm surgido?

A CPLP tem observadores de países, conforme o senhor nos falou, que não falam português, como o Senegal, Ilhas Maurício e Guiné Equatorial. E há vários outros candidatos a observadores, como a região espanhola da Galícia, um ente subnacional, e até mesmo países como a Ucrânia. Então, como o senhor avalia a influência da CPLP na África não lusófona e no resto do mundo?

Meus cumprimentos a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Embaixador Afonso José Sena Cardoso e, em seguida, a S. Ex^a o Embaixador José Roberto Almeida Pinto.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Devo procurar responder a todas as perguntas de uma só vez?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como?

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Devo procurar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não. Como V. Ex^a...

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Como o senhor determinar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, não. Como V. Ex^a julgar

mais conveniente. Se puder responder às perguntas, está muito bem.

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Muito bem. Muito obrigado.

Agradeço, inicialmente, todas as perguntas feitas, todas extremamente interessantes. A primeira foi sobre o Ciência sem Fronteiras, feita pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Suplicy.

Neste momento, eu sou Cônsul-Geral do Brasil em Toronto. Só em Toronto, nós já recebemos mais de 1,2 mil bolsistas do Ciência sem Fronteiras.

Fui visitar praticamente todos eles e estive em todas as universidades, *colleges*, onde esses rapazes e moças estão. O que eu posso testemunhar é um enorme entusiasmo da parte dos alunos e, o que é mais interessante ainda, um enorme entusiasmo da parte de diretores, professores dessas instituições com respeito à dedicação, ao entusiasmo do aluno brasileiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quero apenas abrir um parêntese ao que o senhor menciona. Regressei ontem dos Estados Unidos, aonde fomos para uma missão organizada pela Câmara Americana de Comércio, muito produtiva. Estivemos em contato com autoridades norte-americanas da área do comércio, com autoridades do Departamento de Estado, com autoridades da área legislativa do parlamento americano, especialmente com o nosso Embaixador Mauro Vieira, e também com membros da Câmara Americana de Comércio.

A informação que temos é a de que, hoje, nos Estados Unidos, há 5,6 mil estudantes brasileiros. E a avaliação que o senhor ouviu no Canadá das instituições acadêmicas ou técnicas onde eles estão é a mesma: plena dedicação e qualidade desses alunos. E eles, da mesma forma, estão satisfeitos com as universidades.

Foi por isso que eu lhe perguntei do estágio, porque, no caso dos Estados Unidos, 500 deles já estão fazendo estágios em companhias americanas pelo seu desempenho escolar.

Então, queria só abrir esse parêntese, porque V. Exª fez menção a essa integração que é extremamente importante para o nosso País.

Muito obrigada.

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – No caso do Canadá, também estão fazendo estágio nessas empresas.

E um testemunho que eu acho extremamente interessante me foi dado pelo Presidente da Universi-

dade de York. Ele disse: “Olha, eu conheço o sistema educacional brasileiro, conheço várias das grandes universidades brasileiras, e posso dizer que talvez o maior benefício que os alunos brasileiros estão tendo com o Ciência sem Fronteiras não seja apenas o acesso a um ensino de boa qualidade, porque também há vários casos no Brasil, mas sobretudo a sua exposição ao mundo. E isso é uma experiência extremamente importante.”

No caso do Ciência sem Fronteiras, a Irlanda ofereceu 4 mil vagas. Evidentemente, a Irlanda, como quase todos os países que têm um bom sistema educacional, tem muito interesse no Ciência sem Fronteiras porque a crise econômica também repercute na demanda por vagas em instituições de ensino superior no mundo inteiro. E, quando se gerencia uma universidade, se não existe um número suficiente de alunos, há muito dificuldade em manter a qualidade do ensino. Portanto, o programa Ciência sem Fronteiras significa um reforço também para o sistema educacional nesses países.

Estou seguro de que a cooperação educacional, eventualmente complementada com a cooperação na área de ciência, tecnologia e de inovação, todas podem e devem ser realmente eixos extremamente ricos no diálogo e na interação entre Brasil e Irlanda.

Com respeito, Senadora Ana Amélia, à questão da exportação de carne, é realmente surpreendente que um país pequeno como a Irlanda, a despeito da qualidade, do conhecimento que tem incorporado, como nós também temos incorporado na atividade da pecuária, tenha uma posição, como tem, de quarto, quinto maior exportador de carnes no mundo. Os outros são Brasil, Estados Unidos, Austrália, países de grande dimensão, não exatamente países pequenos.

Nós sabemos que isso tem muito a ver com a política agrícola comum, a política agrícola comunitária. Em algum momento um estudioso muito bem definiu que os subsídios que a PAC comunitária garantia ao produtor, ao criador de gado, eram de tal natureza que o que havia de subsídio para cada vaquinha era suficiente para mandar essa vaquinha dar uma volta ao mundo de avião, em primeira classe. Para vocês terem uma ideia do tamanho do subsídio.

Mas não é só nos subsídios que nós esbarramos. Existem também, como a senhora muito bem disse, várias campanhas, barreiras não tarifárias, campanhas mais organizadas ou menos organizadas, de informação desfocada, equivocada ou mesmo eventualmente maliciosa. Isso é um problema infelizmente grande e talvez para isso o remédio, além do nosso acompanhamento muito de perto de tudo que acontece com respeito à PAC, esteja na promoção do nosso boi ver-

de. Não há um boi mais verde que o brasileiro. É um boi que pasta, que é muito mais saudável, que é muito mais vegetariano que os outros bois – e sem subsídios.

Acho que as duas coisas podem caminhar, mas temos que estar preparados para esclarecimentos periódicos sobre a natureza da nossa produção.

Senador Luiz Henrique, sobre a questão do IRA, enfim, toda a atuação básica do IRA é na Irlanda do Norte. A Irlanda do Norte faz parte do Reino Unido e corresponde exatamente aos seis condados que não ficaram junto com a Irlanda. A pacificação acordada no Acordo da Sexta-feira Santa realmente vale e está surtindo efeito pleno. Isso não quer dizer que não tenha havido desde então um ou outro incidente menor de rua ou em manifestações e assim por diante. Mas, sem dúvida alguma, aquele período classificado por *the troubles*, confusões, problemas, parece felizmente encerrado e existe claramente da parte de todos os protagonistas responsáveis um cuidado, um empenho especial em manter esse encaminhamento de uma solução, de uma forma bastante positiva. O Governo de Dublin e a oposição em Dublin sempre se manifestam de uma forma muito construtiva em relação a tudo que diz respeito a quaisquer problemas na Irlanda do Norte relacionados com a questão ainda dos católicos e dos protestantes. E o mesmo se aplica às outras partes envolvidas: a Irlanda do Norte e a Inglaterra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O senhor considera então que a integração da Irlanda do Norte ao Reino Unido é matéria que não suscita mais nenhuma contestação?

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – No plano da Irlanda, eu acho que o que acontece é que nada impedirá que, no futuro...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sei que V. Ex^a vai ser embaixador na Irlanda, mas, essa questão da Irlanda do Norte claro que tem repercussões no país vizinho.

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Nada impedirá que, no futuro, eventualmente, como está acontecendo agora na Escócia, que é parte do Reino Unido, haja um questionamento sobre o interesse de continuar ou não, de ter ou não ter maior autonomia ou total autonomia em relação ao Reino Unido. Isso poderá a vir a acontecer também em relação à Irlanda do Norte. Mas o que eu digo é que, da ótica de Dublin e da Irlanda, o que está válido, o que está sobre a mesa é um acordo que vem sendo respeitado pelas partes, que é o Acordo da Sexta-feira Santa, ou o Acordo de Belfast, e que levou, efetivamente, ao encerramento dessa etapa conflitiva.

Infelizmente, todos os conflitos sempre deixam algumas sequelas. É difícil. É muito mais fácil come-

çar um problema do que terminá-lo, nós sabemos perfeitamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O senhor acredita que não há perspectiva de uma reconstituição da unidade irlandesa num só país?

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Eu acho que é muito difícil fazer qualquer prognóstico sobre isso. Se isso acontecer, será alguma coisa decidida pela Irlanda do Norte, pelos irlandeses da Irlanda do Norte, e caminhará nesse sentido, se for o caso. Não me parece que seja... Da parte de Dublin, eu não vejo nenhuma atitude no sentido de promover ou favorecer qualquer outro entendimento que não seja aquilo que foi contratado, ou seja, total respeito e o compromisso de todos no sentido de garantir uma relação profícua e de paz e de tranquilidade entre todas as partes envolvidas.

O senhor fez um comentário que se dirigia ao meu colega, Sr. Roberto. O senhor mencionou Toronto, que é onde estou no momento. É só para esclarecer. Em Toronto, realmente, fala-se muito português por causa do tamanho da colônia de origem portuguesa. São mais de 300 mil, enquanto que a colônia brasileira é de 20 mil pessoas mais ou menos. É por isso que se fala bastante português em Toronto. É aquele mosaico de línguas e culturas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu me surpreendi com o tamanho da comunidade de língua portuguesa.

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Sem dúvida. Nós tivemos, no Consulado-Geral em Toronto, nas últimas eleições, 3.200 eleitores, 8 seções eleitorais. A mim também surpreendeu que houvesse tantos.

O Senador Suplicy mencionou a questão da austeridade. A austeridade tem um preço muito alto sempre. O governo e as oposições, na Irlanda, parecem hoje absolutamente convencidos de que o mais importante nessa fase é preservar, melhorar o nível de emprego – a questão de emprego é a questão-chave –, ao mesmo tempo em que o governo irlandês tem procurado cumprir, da maneira mais fiel possível, todos os compromissos assumidos dentro desses esquemas de recuperação da sua economia, tem procurado, dentro desses esquemas, salvaguardar ao máximo a questão do emprego e tem procurado sempre trabalhar para que haja uma redução do desemprego, que, como mencionamos, explodiu em seguida à crise, não só na Irlanda, mas na Europa como um todo. Embora isso não melhore em nada a situação irlandesa isoladamente, há que se reconhecer que esses números na Irlanda, hoje, ainda são melhores do que são, infelizmente, os números em outros países da União Europeia. Mas, obviamente, a austeridade tem o seu preço.

Evidentemente, a saída da crise exigirá, já está exigindo, uma espécie de reflexão sobre o que fazer com relação à hospedagem dos serviços financeiros. Obviamente, isso virá acompanhado, já está sendo assim, da introdução de uma regulação mais restritiva, mais detalhada, o que tem por objetivo exatamente evitar que essa atividade desses serviços financeiros possa vir a criar situações de tamanha vulnerabilidade. Foi por conta dessa vulnerabilidade que a crise de 2008 chegou tão rapidamente à Irlanda, e eles estão bem conscientes disso.

Com relação à questão da Irlanda e da Irlanda do Norte, eu diria que as relações entre a Irlanda e o Reino Unido, do qual faz parte a Irlanda do Norte, são absolutamente normais e muito produtivas. As relações entre Dublin e Belfast são realmente bastante corretas, escorreitas e fluidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Senador Cristovam deseja se manifestar.

Agora seria a vez de o Embaixador José Roberto de Almeida Pinto responder as perguntas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Falarei no final.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem. No final.

Tem a palavra o Embaixador José Roberto de Almeida Pinto.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – Muito obrigado, Presidente.

Eu começaria pela pergunta e a recomendação da Senadora Ana Amélia a que, sem dúvida, darei cumprimento. Mas, queria aproveitar também para fazer um ou outro comentário em torno do tema. V. Ex^a mencionou mais de uma questão, posição da Secretaria de Cultura de Portugal, a situação nos outros países.

Os meus comentários são os seguintes.

As questões ortográficas são muito técnicas, matéria de especialistas que dedicam suas vidas ao estudo nesse campo. Então, eu não me aventuraria numa seara em que a competência, por exemplo, no caso do acordo, cabe à Academia Brasileira de Letras e a instituições autorizadas congêneres de outros países. Mas me sinto até na obrigação de fazer um comentário sobre a perspectiva internacional.

Acho que, ao se considerarem críticas ao acordo, e não estou entrando aqui no mérito das críticas pelos motivos que indiquei, porque não é a minha seara – se esta Casa me honrar com a indicação, a minha seara será a política de implementação do acordo, e eu terei de atuar, antes de qualquer coisa, com base na legislação brasileira, em que o acordo está em plena

vigência –, eu me sinto na obrigação de fazer esse comentário, do ponto de vista internacional. Ou seja, acho que qualquer reflexão sobre o tema deve tratar com muita cautela sugestões mais radicais em relação ao acordo que se baseiem em identificação de imperfeições ou de supostas imperfeições ou comprovadas imperfeições.

E por que eu digo isso? Porque eu já considero formidável que um acordo tenha sido assinado pelos oito países de língua portuguesa, quando Brasil e Portugal, desde o início da divergência ortográfica, em 1911, não haviam conseguido acordar um texto comum entre dois países, então, porque os que hoje felizmente são Estados independentes, membros da CPLP, eram colônias de Portugal. Então, havia a necessidade de acordo entre dois. Houve vários acordos, mas nunca uma solução para a questão de divergência ortográfica.

Então, já acho formidável que os oito tenham acordado um texto – não estou entrando, repito, na discussão das eventuais imperfeições, porque não é a minha área. Acho formidável que tenham acordado um texto. E acho muito importante, segundo as informações que eu colhi, até em preparação para esta sabatina, junto ao Itamaraty e outras fontes, que dos oito países que são membros da CPLP e que são signatários do acordo – na verdade, um não é signatário, aderiu, porque quando o acordo foi feito não existia como país, que é o Timor Leste –, seis já ratificaram e um sétimo, que é Moçambique, teve a aprovação feita num Conselho de Ministros.

Então, V. Ex^a me fez uma recomendação. E eu obviamente não posso fazer recomendações aos Senadores, sou um sabatinando apenas, mas, se eu pudesse fazer uma recomendação, eu diria que, ao questionar ou ao levar a cabo reflexões sobre o acordo, não deixem de ter em conta a dimensão internacional e o que já se progrediu nessa dimensão internacional.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Como levantei a questão, da mesma forma que o senhor, eu também não sou uma especialista em filologia da Língua Portuguesa, sou uma Senadora. Nós aqui fazemos clínica geral, como costume dizer, porque tratamos desde problemas relacionados ao comércio, à questão da economia, à questão da saúde, tantos outros, alguns polêmicos, outros nem tanto, mas sempre relevantes.

Eu entrei nisso porque fui provocada por representantes da sociedade. No regime democrático, é assim que a gente faz. Foi tão, digamos, prudente, tão correta a questão que o próprio Governo brasileiro acolheu e fez um decreto prorrogando a vigência, porque o Brasil... Eu sei também que existem interesses subjacentes a essa matéria, não apenas de professo-

res de Língua Portuguesa, que no Brasil também não foram consultados a respeito desse importante tema. Porém, o que eu penso, e digo isso a V. Ex^a, é que falta um país ratificar e uma ratificação é importante, porque é o congresso do país respectivo que ratifica. E esse que falta talvez seja o país de maior população, fora o Brasil, de Língua Portuguesa, que é o caso de Angola.

Então, por que isso está acontecendo? Aí penso que falta uma interlocução nossa, do Congresso brasileiro com o congresso de lá. Mas, se há uma instituição, a representação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que esse seja o âmbito adequado para um trato, seja ele político ou diplomático. O próprio Itamaraty dispõe de uma seção. Que venha o representante aqui para, quando nós debatermos, tratar desse assunto.

Então, minha solicitação ao senhor é que veja qual é a resistência, se é que existe, para que nos posicionemos adequadamente nesse assunto. A minha questão é exatamente a de que esse acordo que demorou tanto tempo, como V. Ex^a lembrou, de 1910 até hoje, para chegar a esse avanço de todos os países de Língua Portuguesa terem firmado acordo e a maioria deles já ratificado, é um grande avanço, agora, o avanço será maior quanto mais perfeito ele for. É esse o meu objetivo neste caso, caro Embaixador.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – Muito obrigado, Senadora.

A ponderação da senhora foi feita pouco antes de eu terminar com uma consideração, que é a seguinte: eu entendo que, como resultado desse exercício, o adiamento teve um grande benefício do ponto de vista – e sempre falando na minha seara – das relações externas, porque permitiu um prazo maior para adaptação, um prazo de compatibilização entre o que se torna obrigatório no Brasil e os esforços que estão sendo feitos no desenvolvimento em outros países. Então, acho que isso pode até servir para muitos países da comunidade como um gesto, digamos assim, simpático do Brasil.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esse foi o objetivo.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – Eu recorro que não é só o caso de Portugal, mas de Cabo Verde também. Cabo Verde aprovou uma legislação pela qual o chamado período de transição – na legislação deles, há outra denominação, mas o significado é esse – se encerra em 14 de dezembro de 2015. Então, em Portugal, em 13 de maio de 2015; em Cabo Verde, em 14 de dezembro de 2015; e, no nosso, passa a ser em 1º de janeiro de 2016.

Portanto, eu queria fazer esse comentário. Eu creio que o adiamento, do ponto de vista externo, que

é a minha seara, teve esse mérito para as nossas relações.

Sem dúvida, vou estar atento ao tema. As informações que me chegaram, Senadora, são as de que, no caso de Portugal, o governo já está adotando o acordo no âmbito dos seus órgãos. Então, digamos, já há uma implementação, como tem ocorrido no Brasil.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada. Boa sorte.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – Muito obrigado.

Senador Luiz Henrique, em primeiro lugar, eu agradeço a menção de V. Ex^a aos quadros do Itamaraty. Nessas menções, eu acho que o senhor faz justiça ao meu colega Afonso e demonstra generosidade no meu caso. Agradeço a manifestação.

Quanto ao levantamento do número de falantes de português e à comparação com os dados da população, eu procurei fazer um levantamento do tema antes de vir a esta sabatina. Aliás, isso também foi objeto de uma pergunta do Senador Suplicy. Eu procurei fazer um levantamento.

Os dados apresentam dois tipos de defeito. O primeiro é que não coincidem uns com os outros. Conforme a fonte, aparecem 240 milhões de falantes de português ou 218 milhões ou 250 milhões. O dado que eu vejo com mais frequência está entre 240 milhões e 250 milhões de falantes de português. O segundo defeito é que, nos quadros que eu encontrei, não há separação nem por países – por exemplo, tantos por cento de Timor Leste ou de Moçambique falam português – nem por segunda língua.

Eu tenho aqui um quadro – o senhor e o Senador Suplicy estão mesclando duas perguntas, mas as duas são compatíveis – que fala das segundas línguas, de quase todas as línguas, mas mandarim e português aparecem como desconhecidas.

Então, eu ficaria, para dar uma resposta, digamos, razoavelmente segura, Senador, com 240 milhões, com a ressalva...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Seria nesse caso a quinta língua mais falada do mundo?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – Nos quadros, ela aparece sempre como a sexta. Nisso há uma certa coerência nos quadros.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Atrás do chinês, do inglês...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – Mandarim, hindi, inglês, espanhol, árabe e português.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Espanhol vem à frente?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – Vem à frente pelos quadros.

Então, em relação à Língua Portuguesa, para ficar digamos numa margem segura, eu diria 240 milhões, ou a soma das populações; aliás, a soma das populações daria mais, um pouco mais. Mas os quadros que vejo dão 240 milhões.

Em todos os países de Língua Portuguesa, exceto Brasil e Portugal, há mais de uma língua em curso. Às vezes o português é a língua oficial, e a língua de maior curso não é o português.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu citei o caso de Macau, onde as ruas todas são designadas com nome em português, e ninguém fala português lá. Pelo menos eu não encontrei quem falasse.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO – No caso dos oito países de língua oficial portuguesa, nos oito o português é falado. Às vezes por uma parcela da população que não é tão grande quanto a parcela que fala um outro idioma, como o tétum, no caso de Timor Leste. E é uma política do governo timorense valorizar o português. Pelo que eu li, já cresceu muito nos últimos anos o número de timorenses que aprendem o português e se expressam nessa língua.

Para ficar numa margem segura, eu diria, pelos apontamentos que fiz, de acordo com levantamentos que fiz antes de vir para a sabatina, que seriam 240 milhões de falantes, mas há dificuldade de saber quais em segunda língua, Senador.

Senador Suplicy, em relação à primeira pergunta, era isso que eu poderia aportar em combinação com a pergunta do Senador Luiz Henrique.

Com relação à segunda pergunta do senhor sobre a cooperação com os PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), trata-se de uma cooperação que se caracteriza por ser muito reconhecida pelos africanos como sendo importante, por ser uma cooperação Sul-Sul, por partir de uma premissa – e não de uma agenda predeterminada do Brasil –, partir das demandas, que é a orientação política que nós seguimos na nossa cooperação.

Os países de Língua Portuguesa – os PALOPs mais o Timor Leste, aí se inclui também o Timor Leste – são destinatários, no caso da cooperação bilateral, de 36% do total da cooperação externa brasileira. Estou falando de cooperação técnica que são os dados de que disponho pela Agência Brasileira de Cooperação. Eles são o principal grupo destinatário da cooperação técnica brasileira. E há nessa cooperação projetos considerados de muita importância por esses países, como os centros de formação profissional; as iniciativas para combate à malária; as iniciativas na área de

prevenção de doenças como aids; um projeto que eu vi que se repete em muitos países – experiência semelhante é a de um chamado Escola para Todos –, que promove a inclusão social de alunos que tenham alguma deficiência.

E há grandes iniciativas que podem beneficiar até muitos dos países, como o estabelecimento do escritório da Embrapa, na África; os trabalhos para a implantação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique. Eu posso dizer, por leituras, respondendo à pergunta do senhor, que é, sim, muito bem-vinda, muito apreciada pelos governos africanos a cooperação prestada pelo Brasil.

V. Ex^a me fez uma terceira pergunta sobre a projeção da CPLP na África não lusófona e no resto do mundo e mencionou, então, a questão dos observadores associados a que eu havia me referido na minha exposição inicial. Efetivamente, são candidatos a observadores associados, já apresentaram a sua postulação, manifestaram o seu interesse, em algum momento, vários países: Ucrânia, Suazilândia, Marrocos e, mais recentemente, Namíbia e Geórgia. Os casos da Namíbia e da Geórgia estão na pauta. Provavelmente, o caso da Namíbia vai ser examinado na próxima cúpula, na próxima reunião do conselho de ministros, em Díli.

Em um ou outro momento, um grupo adicional de países também manifestou algum tipo de interesse na aproximação com a CPLP. Esse grupo inclui países como a Austrália, Áustria. Mas aí eu não sei dizer a V. Ex^a a marcha, por que isso não está numa lista de candidaturas.

Mas, já que V. Ex^a perguntou sobre o resto do mundo, eu acrescentaria um dado que eu acho muito relevante, que é o reconhecimento da CPLP pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de reconhecimento da importância da CPLP, é uma resolução até longa, que recorda várias iniciativas junto à CPLP. Hoje, há vários programas desenvolvidos entre a CPLP e agências das Nações Unidas, ou seja, há o reconhecimento, por agências internacionais, da CPLP como interlocutora para projetos. A FAO contribuiu para a formulação da estratégia de segurança alimentar. Nós temos um programa Ciência em Português, com a UNESCO; com a Unitar, para treinamento; e por aí vai. Em relação ao reconhecimento pelo resto do mundo, a CPLP é observadora junto à Assembleia geral das Nações Unidas, já obteve esse *status*. Então, eu acho que todos esses dados corroboram a afirmação anterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixador José Roberto de Almeida Pinto.

O Senador Cristovam Buarque gostaria ainda de se pronunciar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Suplicy, é apenas para pedir desculpas por não ter estado aqui na maior parte da nossa reunião, porque a atividade, aqui do Congresso, é muito intensa e a gente tem que estar, às vezes, em dois lugares ao mesmo tempo, e aí tem que escolher um deles. Não dava para adiar o que eu tinha que fazer.

E quero dizer da minha satisfação em ver, mais uma vez, a Presidenta Dilma indicando dois dos brilhantes diplomatas que nós temos no serviço público do Brasil. Tenho a certeza e a confiança total de que os dois vão representar muito bem o País nos respectivos postos, seja na Guatemala, seja na CPLP. A Guatemala, levando o nome... Desculpe, um saindo da Guatemala, indo para a CPLP, e o outro indo para a Irlanda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Do Canadá para a Irlanda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Do Canadá para a Irlanda. Na Irlanda, porque é um país que a gente precisa observar. É um país que conseguiu, a partir dos anos 70, dar um grande salto na educação do seu povo. Na CPLP, porque tem fortes laços com o Brasil. Talvez, eu diria, um dos mais fortes laços, no nível dos que temos com a América Latina.

Eu fui à Irlanda, Senador Suplicy, para ver o que fez de diferente aquele país que, no começo dos anos 70, tinha o grau educacional do Brasil, um alto índice de analfabetismo, crianças fora da escola, sem terminar o ensino médio, ou escolas ruins, e então Senador, naquele país, Stelio Amarante me deu uma aula do que tinha acontecido. Uma das coisas foi um grande encontro que houve na cidade de Cork, em que líderes sindicais, líderes empresariais e líderes políticos se reuniram durante semanas, dois ou três, para discutir o que fazer naquele novo momento em que o país ingressava na comunidade econômica europeia com o dinheiro que eles iam receber. E aí, durante esse período, eles decidiram que fosse qual fosse o partido do governo, eles iriam ter uma prioridade: educação, ao lado de ciência e tecnologia. E cumpriram isso.

Lembro-me de que disse ao embaixador que queria conhecer o lugar, queria estar no castelo de Cork, onde aconteceu a reunião. E o embaixador me disse que não dava tempo, porque eu iria ficar apenas três, quatro dias, e era longe. Havia um mapa da Irlanda na parede e eu disse: embaixador, aqui não

tem nada longe; a gente vai de manhã e volta de tarde. E ele disse: “Não, não, não; não dá tempo. É muito longe.” E eu perguntei como era possível um país que estava tão bem na educação ter estradas ruins. E ele me deu uma resposta maravilhosa. Ele disse: “É por isso.” Eles gastaram o dinheiro na educação, agora vão fazer as estradas.

É uma lição para o Brasil. Nós somos um povo que sente uma obrigação de atender aos objetivos emergenciais, que é muito mais uma estrada do que uma escola, porque a estrada a gente vê na hora o efeito dela ou de uma ponte; a escola leva anos para a gente ver o resultado. A Irlanda apostou no futuro e deu certo.

Depois de toda a sua ascensão, houve uma grande crise econômica, que nada tem a ver com a educação, tem a ver com a especulação. E é graças à escola que eles vão sair dessa crise antes de muitos outros países, da mesma forma que a Islândia – país educado, com ciência e tecnologia, tem mais possibilidade de sair da crise que vive o mundo.

Então, a Irlanda é um bom lugar, Embaixador, para observar e nos manter informados do que fizeram, como fizeram e também dos resultados que estão tendo, mesmo no momento de crise. Eu gostaria muito de estar em contato com o senhor para poder observar melhor como está continuando esse projeto histórico que a Irlanda, por suas lideranças na época, escolheu.

Quanto ao Embaixador José Roberto, quero dizer que tenho uma simpatia muito grande pela CPLP. Não posso deixar de lembrar aqui o papel do José Aparecido de Oliveira na criação da CPLP. Pode ser até que isso seja um bairrismo brasileiro, mas quero dizer que a CPLP é um produto do José Aparecido de Oliveira que, como embaixador em Portugal, costurou a possibilidade, foi em frente e conseguiu realizar.

Hoje, temos diante de nós a possibilidade de construir um grande país lusófono, ou melhor, uma nação lusófona, não país, compondo tantos países que, pelo mundo afora, – alguns grandes, outros pequeninhos, como o Timor – representam a nossa língua. Creio que foi Pessoa quem disse: “A minha pátria é o meu idioma” – não sei se foi o Pessoa que falou isso. De qualquer maneira, nós temos uma nação, a nação de língua portuguesa.

Nesse sentido, vejo que uma das tarefas do senhor é apoiar ao máximo o Timor Leste, porque a tentação, para o Timor Leste, de optar por falar inglês é muito grande. As suas lideranças, com as quais eu conversei – na semana passada mesmo, recebi um grupo de parlamentares –, têm uma convicção muito forte de manter-se na liga das nações de fala portuguesa; mas a tentação é grande, sobretudo dos jovens,

porque estão ao lado da Austrália, que tem uma força muito grande.

A Indonésia dificilmente exercerá esse papel, porque a língua indonésia não é uma língua com voos internacionais, embora tenha 200 milhões de habitantes falando. É uma língua, aliás, vale a pena lembrar, que é outro produto da vontade de um povo. A língua não existia, a língua indonésia foi criada artificialmente no momento da independência. Juntando diversos idiomas que a população falava, criou-se a língua, o que deu unidade. Da mesma maneira, na Itália, o que deu unidade ao país foi a língua italiana. No resto, cada um era um principado diferente. Tanto na Indonésia como na Itália, a unidade veio da escola, ensinando um só idioma, no meio de tantos idiomas diferentes.

Voltando ao Timor, ele deve ter uma tentação muito grande de mudar de idioma, de sair da língua portuguesa e falar o inglês, um idioma muito mais universal do que o nosso e que tem um poder econômico muito forte ao lado, que é a Austrália.

Por isso, a sua posição é muito importante na consolidação dos laços entre os nossos países, em nome dessa grande nação de fala portuguesa que existe pelo mundo afora. É uma posição muito importante para o Brasil e para todos os países que falam português.

Nós vamos estar aqui acompanhando, observando o seu trabalho, torcendo para que as nossas relações sejam cada vez mais fortes. Nisso, o seu nome vai ficar como um dos nomes que propiciaram esse avanço, dando continuidade ao que José Aparecido de Oliveira começou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se quiserem responder às estimulantes observações do Senador Cristovam, por favor.

O SR. AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO – Além de agradecer pelas mais elogiosas palavras do Senador, quero dizer que será uma grande honra se pudermos continuar esse diálogo, se pudermos, juntos, ver como evolui esse sistema que apareceu no castelo de Cork. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Embaixador José Roberto Almeida Pinto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ALMEIDA PINTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a generosidade das palavras do Senador. Estarei à sua disposição, assim como de toda a Comissão, mas, dado o seu interesse expresso, às suas ordens.

Queria fazer um vínculo entre o que disse o Senador sobre o Timor Leste e a conversa que estávamos tendo a respeito do acordo ortográfico. Ouvi de

um ex-representante do Brasil na CPLP, certa feita, um comentário interessante. Ele disse: “Imagine, o Timor Leste tem interesse em fortalecer o ensino do português.” O sujeito, lá em Timor Leste, se entrar pela porta da direita, vai aprender uma ortografia que diz que a outra está errada; se entrar pela porta da esquerda, vai aprender outra ortografia que diz que a primeira está errada. Quer dizer, é preciso haver uma unificação, um acordo. Pode ser imperfeito, será criticado, pode ter imperfeições, mas uma das lições, das vantagens do acordo é o fato de poder ensinar outra língua.

Eu agradeço muito ao Presidente interino. Tive o benefício de, nas três vezes em que me coube a honra de me apresentar a esta Comissão, de uma maneira ou de outra, acabar tendo a presidência do Senador Suplicy. Na primeira vez, era Presidente da Comissão; na segunda, era Vice-Presidente, e presidiu; agora, presidiu no final da sessão. Muito obrigado.

Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelas suas gentis palavras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu queria só lembrar que uma das razões, por exemplo, por que seria importante termos o acordo ortográfico é que um livro tão importante como o do Senador Suplicy, sobre a renda mínima, seria mais facilmente lido nos outros países. Eu próprio tive dois livros publicados em Portugal; eles foram traduzidos para o português de Portugal.

O povo de língua inglesa fala o inglês de maneira diferente, mas só há uma maneira de escrever. Então, uma edição de um livro em inglês é feita para a Índia inteira, é feita para os Estados Unidos, para todos os países que falam inglês, porque é escrito do mesmo jeito, mesmo que a pronúncia, as palavras, os vocábulos sejam tão diferentes.

O Brasil tem que fazer esse acordo com os demais países. É fundamental para a consolidação da língua portuguesa, que não é mais, há muitos séculos, só falada; as línguas são escritas. Elas não existem só pela fala mais, a não ser pequenos povos. Elas só existem pela escrita. A gente tem que fazer esse acordo e o seu papel é importante nisso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Com ambos os Embaixadores, Afonso José Sena Cardoso e José Roberto de Almeida Pinto, tive a oportunidade de dialogar e dar a eles a sétima edição de *Renda e cidadania: a saída é pela porta*.

Agora, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo o Senador Cristovam Buarque para atuar como secretário.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é tornada secreta às 13 horas e 21 minutos e é reaberta às 13 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A reunião está reaberta.

Comunico a aprovação dos nomes dos Embaixadores Afonso José Sena Cardoso, designado pela Presidenta Dilma Rousseff para ser nosso Embaixador na Irlanda, e do Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, para ser nosso representante na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Comunico a aprovação de ambos por consenso da parte de todos os Senadores e Senadoras.

Cumprimento ambos os Embaixadores e desejo todo êxito à frente das Embaixadas a que V. Ex^{as} estão designados.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos e torna-se secreta às 13 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 23 minutos e encerrada às 13 horas e 24 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia dois de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente o Senhor Senador **Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza leitura dos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, “nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de

uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição Sua Excelência, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, **Wellington Moreira Franco**. Faz uso da palavra o Senhor Senador **Valdir Raupp**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezenove horas e vinte e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Relato de Audiência Pública.

As Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos do Senado Federal realizaram, em 28 de agosto de 2013, audiência pública conjunta para debater a primeira rodada de leilões do pré-sal sob o regime de partilha, com a participação da Dr^a Magda Maria Regina Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A Dr^a Magda afirmou que o Brasil tem hoje reservas provadas de 15 bilhões de barris de óleo e produz, por dia, 2,5 milhões de barris de óleo e líquido de gás natural (LGN), e que deve dobrar a produção e as reservas de petróleo nos próximos dez anos. A perspectiva para tanto, explicou ela, vem principalmente da descoberta de petróleo na camada do pré-sal.

Segundo a palestrante, dobrar a produção e as reservas demandará “muito investimento”, estimando-se que o setor de petróleo deverá investir, no período de 2013 a 2016, cerca de R\$405 bilhões. “Isso é sensivelmente maior do que diversos outros setores extremamente importantes da nossa economia”, afirmou ela.

De acordo com a Dr^a Magda, o esforço para dobrar a produção e as reservas de petróleo está sendo

feito por intermédio de uma política de conteúdo local, a qual prevê que, para ter direito a explorar e produzir petróleo no Brasil, as empresas se comprometerão a adquirir da indústria brasileira os bens e serviços necessários. Essa política de conteúdo local vem dando resultado, e, assim, já temos revigorada a indústria naval com estaleiros trabalhando para esse setor, do Nordeste ao Sul do País.

Segundo ela, os contratos para exploração e produção de petróleo também obrigam as empresas a investir em pesquisa e desenvolvimento. O Brasil está a um passo de se tornar exportador de tecnologia submarina, afirmou ela. De 1998 a 2012, o Brasil investiu em pesquisa R\$7,5 bilhões e, nos próximos dez anos, o País vai investir em pesquisa e desenvolvimento mais de R\$20 bilhões. Isso é um auxílio a essa política de conteúdo local e uma inserção de tecnologia, via contratos de produção e exploração de petróleo, importantíssimos para o Brasil.

A Dr^a Magda lembrou que houve, em maio deste ano, uma rodada de licitação para exploração de petróleo fora da área do pré-sal e informou que haverá mais duas: a do pré-sal, especificamente, em outubro, e outra, fora do pré-sal, em novembro. A primeira rodada do ano, cuja licitação ocorreu sob o regime de concessão, contemplou 11 Estados – dez do Nordeste e o Amapá, no Norte. A intenção foi descentralizar o investimento, que geralmente se concentra no Sudeste, explicou a palestrante.

“O Amapá nunca tinha aparecido nesse circuito. Agora vai aparecer. Vocês nunca ouviram falar da possibilidade de exploração de petróleo e gás no Piauí. Agora vão ouvir”, disse a Dr^a Magda. A outra licitação em regime de concessão, com contratos para gás natural, será feita em novembro e vai contemplar o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Sul.

“Na 11^a Rodada nós fizemos uma inovação, permitindo que as empresas, em vez de receberem um DVD com um pacote de dados, fizessem *download* no *site* da ANP.” Com muita satisfação, ela constatou que, no período da rodada, 177 mil visualizações e 16 mil *downloads* de dados do *site*, de 21 países diferentes, foram realizados. Obviamente, o país que mais acessou o *site* foi o Brasil, seguido dos Estados Unidos, da China, do Japão, do Reino Unido e do Canadá. Isso, segundo ela, nos dá uma ideia do que teremos pela frente para o leilão do pré-sal.

Questionada sobre o melhor modelo de contrato – concessão ou partilha, explicou a Dr^a Magda que a diferença é que, pela partilha, a União pode ter um retorno maior do que pela concessão. “A partilha permite que, no pré-sal, eu ajuste a economicidade do projeto a cada oportunidade exploratória.”

O polígono que está definido em lei como a área do pré-sal tem 149 mil quilômetros quadrados e cobre águas profundas nas bacias de Campos e Santos. Essa área representa 2% da nossa área sedimentar e somente dentro dela é que vai ser usado o sistema de partilha de produção, o que significa que, em todo o resto do País, ou seja, em 98% da área sedimentar, persiste o uso do sistema de concessão.

Respondendo indagação sobre a possibilidade de as previsões do pré-sal estarem erradas, a diretora da ANP afirmou que, na indústria do petróleo, há 15% de chance de acerto e 85% de erro. “Quando se fura um poço pioneiro numa jazida”, diz ela, “é como se fosse uma esponja imensa, do tamanho do Maracanã. Você fura um poço em alguma posição dessa esponja, com a dimensão de um canudinho de refrigerante, e, através desse canudo, você pretende conhecer o Maracanã inteiro”, comparou ela.

Continuando, ela afirmou que o Campo de Libra, no pré-sal, é maior do que o previsto. No início do ano, a ANP previa que Libra poderia produzir 5 bilhões de barris. Contudo, dados de abril mostram que a produção pode ser de 8 a 12 bilhões de barris, informou ela.

A palestrante afirmou que o Brasil deve investir na exploração do gás de folhelho (o *shale gás*), que obteve grande sucesso nos Estados Unidos e tem suas questões ambientais já estudadas.

Somente na importação de petróleo, os Estados Unidos da América diminuíram, por causa do uso do gás de folhelho, de 18 milhões de barris por dia para 6 milhões de barris por dia.

Usando como base a produção de *Barnett Shale*, que é média, com os dados de que dispomos, segundo ela, de nossas bacias sedimentares, chegamos a uma reserva estimada de gás de folhelho de 64 trilhões de pés cúbicos na Bacia do Parnaíba, no Piauí e Maranhão; 124 trilhões de pés cúbicos no Parecis, em Mato Grosso; 20 trilhões no Recôncavo; 80 trilhões na Bacia do São Francisco e 226 no Paraná.

A retomada das licitações, disse por fim a palestrante, busca uma imensa descentralização do investimento exploratório, busca reviver a indústria naval e acelerar o desenvolvimento industrial brasileiro como um todo. Mas, abrindo a margem equatorial brasileira, aquelas áreas no Norte e Nordeste, abrindo o pré-sal e as oportunidades para gás em terra, ela mostra que o Brasil tem um potencial para gás e para óleo absolutamente gigantesco. Nós temos que explorar e buscar produzir gás natural em terra no Brasil, concluiu a Dr^a Magda Chambriard, Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria, mais uma vez, de informar que a população

poderá participar ativamente do nosso debate, enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/AloSenado ou, ainda, nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado). Portanto, qualquer cidadão, qualquer cidadã ouvinte, telespectador de nossas audiências pode, desde já, enviar a sua contribuição ou o seu comentário ao nosso convidado acerca do assunto em discussão.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema Governança e Evolução da Aviação Civil Brasileira, 1º Paineis do 4º Ciclo sobre Aviação Civil, parte integrante da agenda 2013/2014, Investimento e Gestão Desatando o Nó Logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Convido para que tome assento à mesa o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, S. Ex^a o Sr. Wellington Moreira Franco, a quem damos as melhores boas-vindas, em nome de todos os integrantes desta Comissão.

Sr. Ministro, gostaríamos, mais uma vez, de agradecer a sua presença nesta audiência pública, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura promove, desta feita sobre a questão da aviação civil.

V. Ex^a abre, nesta audiência pública, uma série de debates que estaremos levando a efeito nas próximas semanas, com vistas a colaborarmos no que estiver ao alcance desta Casa Legislativa para a solução dos problemas que afligem a aviação civil brasileira, que está sob o comando percuciente e de todas as maneiras bem-elaboradas por V. Ex^a.

Portanto, tenho a satisfação de passar a palavra para a explanação que V. Ex^a fará no dia de hoje, de acordo com o que ficou combinado entre a assessoria de V. Ex^a e a assessoria do Senado sobre o tema Governança e Evolução da Aviação Civil Brasileira.

Tem V. Ex^a a palavra, Sr. Ministro.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, as minhas primeiras palavras são para parabenizar a Comissão, que mais uma vez V. Ex^a preside, por abrir um amplo debate sobre a questão do nó logístico no País.

São obstáculos que decorrem não propriamente de consequências referentes a descasos político-administrativos, falta de interesse ou questões de natureza operacional. Esse nó logístico é a consequência de quase 30 anos de crises sucessivas na economia brasileira, diminuindo, nesse período, a capacidade de

intervenção do Poder Público, sobretudo da União, na estrutura logística do País.

Essa crise começa em 1982, com o México declarando moratória, e ela, que foi inicialmente uma crise cambial, rapidamente entra numa crise financeira, numa crise política e provoca terríveis mudanças na realidade econômica do País e, evidentemente, na realidade política.

A consequência mais danosa foi não só a perda da nossa infraestrutura por falta de investimento, por falta de intervenção, mas também a perda de uma geração inteira de jovens engenheiros brasileiros, que foi obrigada a buscar, em outros setores da vida profissional do País, possibilidades de trabalho, de crescimento pessoal, do ponto de vista profissional. Isso sem falar no esgotamento de grandes companhias de projetos, que tiveram que fechar suas portas ou diminuir sua capacidade operacional. As empreiteiras que não foram buscar em outras atividades da vida econômica alternativas de sobrevivência tiveram que fechar suas portas.

Isso nos traz hoje a uma situação que provoca danos terríveis à intervenção que se faz no amplo espectro da infraestrutura brasileira, porque perdemos uma geração inteira de engenheiros que hoje não transmite a experiência e o conhecimento obtidos no próprio exercício da sua atividade profissional às novas gerações. O quadro que temos é de engenheiros com mais idade, com mais experiência, e de engenheiros muito novos, que as empresas estão sendo obrigadas a treiná-los. Vão, em muitos casos, à própria universidade, procuram os melhores alunos e começam, desde agora, a treiná-los. É como se estivéssemos construindo um edifício a partir da sua própria base. Isso gera como consequência a fragilidade das empresas de projeto, das empresas de engenharia a executarem as suas atividades.

Muitas das obras que estão sendo desenvolvidas pela Infraero atrasam basicamente em virtude da fragilidade dos projetos apresentados. Os técnicos da Infraero não se veem em condições de aprovar esses projetos. E V. Ex^a sabe, por experiência de prefeito, governador e presidente da República, que é muito mais difícil uma intervenção de obra de imóvel próprio já construído do que as intervenções que levantam, que começam, que constroem do zero pela complexidade que as reformas colocam.

As intervenções que a Infraero faz na estrutura aeroportuária brasileira, na realidade, são intervenções na sua quase totalidade, de ampliação de reformas de uma infraestrutura que já existe, e os projetos precisam ter um grau de detalhamento, de sofisticação que, infelizmente, as empresas não conseguem dar.

Ao mesmo tempo, por força desses anos todos sem capacidade de investimento, o Poder Público brasileiro criou uma superestrutura de fiscalização e controle. Creio que poucos países no mundo têm uma quantidade tão grande de órgãos de controle como a que nós temos hoje no Brasil. Esses órgãos de controle exercem, evidentemente, um papel muito importante para dar luz, para dar transparência à atividade.

Mas é fundamental que nós entendamos que, dentre cinco princípios que a Constituição brasileira define para a Administração Pública, existem dois que as ruas em junho exigiram de maneira clara, peremptória: o princípio da moralidade e o princípio da eficiência. Se nós não conseguimos cumprir esses dois princípios ao mesmo tempo, nós não vamos estar contribuindo para garantir ao País a velocidade necessária da transformação da sua infraestrutura ao mesmo tempo em que se utiliza uma soma de recursos que seja compromissada com a competência, com o resultado e com a racionalidade no seu uso.

Este desafio de nós trabalharmos ao mesmo tempo com a eficiência e a moralidade tem sido perseguido, felizmente, com uma ação muito presente do Tribunal de Contas da União, que percebe a necessidade do esforço de, inclusive, educar a máquina administrativa, formar a máquina administrativa com todas as características técnicas que garantam o exercício e a realização desses princípios e nos tem, no caso, por exemplo, da minha própria experiência pessoal na Infraero, ajudado muito.

Para que os senhores tenham uma ideia, quando eu cheguei, existiam dois aeroportos do Brasil cujas obras estavam paralisadas há mais de cinco anos, há sete anos paradas por questões no plano da moralidade. Evidentemente, numa obra parada há sete anos dificilmente vamos conseguir realizá-la com a eficiência necessária, porque os preços sobem muito mais com obras paradas do que com licitações equivocadas. Mas, felizmente, com a presença, com a ajuda, do Tribunal de Contas, já resolvemos uma, que é a obra do Aeroporto de Goiânia.

Nos próximos 15 dias, no máximo, estarei em Goiânia para assinar a ordem de serviço de início da obra e, da mesma maneira, com a participação e a ajuda do Tribunal de Contas, trabalhando conosco, com a Infraero, com o próprio consórcio, a fim de que se possa começar um tempo novo no Brasil, que é a obra do Aeroporto de Vitória.

Digo isso, porque, só de 1982 – V. Ex^a foi Presidente da República e, melhor do que nós todos aqui, sabe o significado do que vou dizer –, só no segundo mandato do Presidente Lula, efetivamente o Poder Público teve recursos para definir programas. Nos anos

todos, de 1982 até o segundo mandato, tivemos que combater uma hiperinflação, no sentido de resgatar a moeda, de buscar o equilíbrio fiscal, de criar uma superestrutura macroeconômica que nos garanta condições de dar tranquilidade, serenidade, confiança e credibilidade à nossa atividade econômica.

Felizmente, hoje, já temos recursos. Na área a que me foi atribuída pela Presidenta Dilma, a da aviação civil, temos os recursos, mas precisamos fazer com que estes possam estar sendo aplicados de maneira a compatibilizar a moralidade com eficiência. Queremos isso. Perseguimos isso. Tenho certeza de que será uma grande contribuição que iremos dar numa área em que os números de crescimento foram extremamente significativos.

Para que tenham uma ideia, nos últimos dez anos, a demanda de serviço triplicou, passando de 71 milhões de pessoas circulando nos aeroportos do Brasil para 192 milhões, isso com todo o sistema se deteriorando ao longo dos anos e, evidentemente, pela própria pressão que essa demanda se faz presente. Além disso, o preço das passagens caiu 43% no mesmo período, o que ajudou, hoje, a sermos, em termos mundiais, o segundo país com maior taxa de crescimento e com maior perspectiva de crescimento e, consequentemente, de confiança dos investidores no setor de aviação – o primeiro é a China; e o segundo é o Brasil.

Aí estão os nossos desafios. Para manter essa estrutura, para manter essa realidade, precisamos, em primeiro lugar, melhorar o nível de serviço, a qualidade do nosso serviço. É um equívoco, acho eu, quando vejo o desafio ser colocado, no sentido de garantir uma estrutura aeroportuária para não fazer feio nos eventos internacionais, tipo Copa do Mundo e Olimpíadas.

O nosso problema não reside nisso, tanto que tivemos a Copa das Confederações e o evento que, do meu ponto de vista, mais pressionou os aeroportos, que foi o encontro dos jovens com o Papa. Para que se tenha uma ideia, não só o Galeão como também o Santos Dumont bateram o recorde de passageiros/dia circulando no aeroporto e os aeroportos estiveram fora do noticiário, o que significa que funcionaram adequadamente.

O nosso problema não será na Copa do Mundo, tampouco nas Olimpíadas; o nosso desafio é garantir, no dia a dia, uma operação que não só mude a sua eficiência, como também garanta um ambiente cultural diferente para o passageiro. É indispensável e fundamental que o passageiro seja tratado como cliente – coisa que ele não o é. O nível de informação, de conforto, de mobilidade, de sinalização ainda é extremamente precário. Se levamos em consideração

que um número significativo das pessoas que utilizam o sistema aéreo brasileiro é formado de pessoas que andam de avião pela primeira vez, os senhores podem ter ideia do que significa de sacrifício, de insegurança, para as pessoas quando são obrigadas a irem ao aeroporto, para pegar um avião pela primeira vez, sem ter as informações, sem ter o acompanhamento, sem ter a estrutura necessária para que esse serviço lhe seja dado de maneira adequada. Essa mudança de qualidade de serviço, de nível de serviço, é o desafio que estamos enfrentando nos planos que estão sendo executados.

O segundo é adequar a nossa estrutura aeroportuária ao crescimento da demanda. A meta para 2020 é estarmos transportando 200 milhões de passageiros/ano. Isso exige uma operação aeroportuária extremamente sofisticada. Além disso, precisamos ampliar a cobertura geográfica e garantir a todos os brasileiros o acesso aos serviços deste modal. Os senhores sabem que, da mesma maneira que, no passado, um porto, uma rodovia, uma estação ferroviária significavam momentos de crescimento, de progressos, de ampliação das possibilidades de negócios para uma cidade, hoje o aeroporto tem esse significado. O aeroporto tem a sua inserção na vida econômica, como uma manifestação superior não só da mobilidade e da garantia do direito de mobilidade dos passageiros, mas, sobretudo, da rapidez em garantir as cargas, os produtos e as demandas que promovam crescimento na região.

Para enfrentar esses desafios, a Presidenta Dilma lançou três programas.

O primeiro, rompendo com um debate ideológico que vinha desde a década de 90, que é a questão da privatização e da não privatização – se era jurássico, se não era jurássico. Ficamos durante algumas décadas num debate sobre esse tema, que, na realidade, demonizava aqueles que avançavam na concessão e também aqueles que se colocavam contra. Hoje, essa questão não existe mais. Tanto quem era a favor, continua a favor; quem fazia restrições, está a favor.

Há um entendimento, extremamente saudável para o País, de que é necessário aumentar a nossa capacidade de investimento para garantir taxas de crescimento econômico que atendam às necessidades da população brasileira. Esse aumento de investimento não se poderá dar exclusivamente com capital público, é necessário exclusivamente com capital público. É necessário que nós mobilizemos o capital privado, para que, juntos – o investimento público e o privado –, contribuam para aumentar o nosso percentual de investimento em relação ao PIB, que é muito baixo.

Dessa maneira, temos na área aeroportuária, as iniciativas de concessão. Três aeroportos já foram

concessionados – Brasília, Guarulhos e Viracopos –; as obras estão dentro do cronograma; as intervenções físicas que os grupos vitoriosos fazem no aeroporto são extremamente importantes e visíveis – aqui mesmo, no Aeroporto de Brasília, vamos começar a ter inaugurações já no final deste ano; no começo do ano que vem, no primeiro trimestre do ano que vem, o novo píer já estará sendo operado, o que vai duplicar a capacidade de atendimento do aeroporto.

Mas é necessário que as obras físicas que se podem ver nesses três aeroportos melhorem, quando estiverem prontas, a qualidade operacional. Precisamos de operadores de aeroportos que garantam qualidade, segurança e preço ao passageiro. Precisamos entender que o dia a dia, dentro de um aeroporto, é, na realidade, uma grande interação entre *softwares* extremamente sofisticados.

Hoje, certamente, uma das áreas que mais absorve tecnologia para manter o padrão e a qualidade do serviço é a área aeroportuária. Andar de avião não é mais um privilégio de rico não só no Brasil, como no mundo inteiro. E as pessoas estão viajando muito mais. Além disso, cada vez mais, os passageiros se transformam em *commodities*. Os aviões estão assumindo um papel importante no transporte de cargas, e a tendência é crescer, de maneira importante, esse papel.

Já sinto que isso está ocorrendo no Brasil. Muitos dos prefeitos que vêm solicitar intervenções nos 270 aeroportos, que estão dentro do programa de aviação regional, querem não só a melhoria do aeroporto para o passageiro, mas pedem que as pistas sejam preparadas, a fim de que a sua cidade possa ser um importante centro de cargas para a região. Essa é uma mudança de qualidade, porque vai interiorizar o crescimento econômico e a transformação da economia brasileira.

Além desses três aeroportos, já está em fase adiantada de construção o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante no Rio Grande do Norte. O problema que temos lá, curiosamente, não diz respeito às obras do aeroporto, que estão andando dentro do cronograma. Ele será o maior aeroporto de carga do Nordeste. Dentro do sistema que se montou para a execução desse aeroporto, as obras viárias ficaram com financiamentos do BNDES, a cargo do Governo estadual. Até agora, embora o aeroporto esteja já em uma fase avançada, com previsão de inauguração no prazo, o Governo do Estado ainda não conseguiu iniciar as obras de acesso.

Até já falei, brincando, com a Governadora e com os secretários que não acolherei este “mico” no meu colo, porque é terrível ter um aeroporto do tamanho de São Gonçalo do Amarante, que será, como já disse, o maior aeroporto de carga do Nordeste, inaugurado sem a estrada, sem o acesso estar devidamente pre-

parado não só para atender ao passageiro, mas também para cumprir a sua função precípua, que é ser um aeroporto de carga. Então, já estamos procurando, junto à concessionária que ganhou esse aeroporto de carga, encontrar uma solução, para que não se passe por esse constrangimento de estar o aeroporto pronto e os acessos não.

Vamos fazer, ao longo do mês de outubro, a concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins, sendo que o Governo de Minas Gerais montou para o Aeroporto de Confins uma metodologia de utilização do aeroporto, que é o que eles chamam de aeroporto indústria. Em torno do aeroporto, querem desenvolver um grande polo industrial no Estado de Minas Gerais, o que será uma experiência nova e que esperamos que produza resultados positivos, para que possamos, se isso ocorrer, utilizar em outras áreas do País.

Essa experiência tem não só a possibilidade de dar velocidade às transformações desses grandes aeroportos, dos maiores aeroportos do País, mas, sobretudo, vai fazer uma mudança cultural na operação do aeroporto, tanto que, para esses dois últimos aeroportos, estamos exigindo um nível de participação dos operadores: que tenham, no mínimo, uma experiência com 35 milhões de passageiros/ano e que eles participem como investidores do consórcio, para que haja um comprometimento com o próprio negócio, para que eles tenham condições de fazer uma boa operação.

A operação e a mudança dessa cultura vão influir certamente na cultura da Infraero. Até então, vivemos em um ambiente monopolista, em que as mudanças de avanços tecnológicos e operacionais não eram tão essenciais, porque não havia competição, não havia concorrência. Só havia aquele serviço e daí, creio eu, uma das razões para que o passageiro não fosse tratado como cliente, porque não havia necessidade disso. Agora, com a competição entre os aeroportos e com a melhoria de qualidade da operação, isso vai significar muito para o passageiro brasileiro, porque, mesmo pegando um voo em um aeroporto operado pela Infraero, ele vai ter a experiência de uma operação diferenciada nos grandes aeroportos, o que vai pressionar a própria Infraero para mudar a qualidade do seu serviço, da sua capacidade de operação. Certamente, nós vamos ter de fazer mudanças institucionais na Infraero, para que ela possa ter agilidade necessária para garantir uma competição saudável.

Além dessa experiência, nós temos o programa de aviação regional, que compreende 270 aeroportos de um total de mais de 700 aeroportos que há no Brasil. É a primeira etapa desse programa. O objetivo desse programa é interiorizar a aviação, dando condições para que nós possamos garantir a todo brasileiro

a possibilidade de resolver o seu direito de ir e vir da maneira mais rápida possível, com maior qualidade tecnológica e preço e, ao mesmo tempo, estimular o crescimento econômico das áreas do interior.

Existem regiões, como a Amazônia, em que a aviação é uma questão de primeira necessidade. As distâncias são longas e dificilmente se pode atender a uma necessidade de saúde, por exemplo, com o sistema tradicional de transporte. Nós precisamos da aviação para garantir rapidez, para garantir eficiência e para agilizar a prestação de serviço às diversas comunidades da Amazônia.

Para que isso ocorra o Governo não só fará essas intervenções nesses aeroportos – e a expectativa é que lancemos, já no mês de outubro, a licitação dos 45 primeiros aeroportos do programa de aviação regional e certamente teremos lá o Aeroporto de Ji-Paraná entre esses 45.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Maragogi?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Maragogi eu não sei, mas, como sou muito acionado pelo presidente do meu Partido para garantir o Aeroporto de Ji-Paraná, eu não consigo... Mas vou ver, rapidamente, lhe dou a resposta, Presidente.

Então, nós vamos fazer essas intervenções em aeroportos pequenos, médios e grandes. A ideia é fazer com estrutura modular, para que os aeroportos possam acompanhar de maneira mais fácil o crescimento.

O Governo vai lançar um programa de subsídio à passagem, para que seja efetivamente competitivo. E a referência desse subsídio é o transporte ferroviário, para que se possa, de fato, garantir a todas as regiões, aos brasileiros em quaisquer regiões do País o acesso ao sistema. E esses aeroportos regionais vão alimentar os grandes *hubs* dos grandes aeroportos, para que nós possamos, efetivamente, dotar o País de uma infraestrutura capaz de garantir a circulação de pessoas e de bens numa extensão territorial como a que temos.

Para esse programa, temos recursos do FNAC da ordem R\$7,5 bilhões. Eles já existem; nós precisamos de engenharia, de boas empresas de projeto, boas empresas de gerenciamento de obras, boas empresas de execução de obras, com profissionais capazes e qualificados para que possamos, o mais rapidamente, atender a essa demanda.

Além desses dois programas, o de concessão e o de aviação regional, a Infraero realiza intervenção em 20 dos 69 aeroportos que estão sendo operados por ela. Esses 20 são os maiores aeroportos do Brasil administrados pela Infraero. Tirando os grandes aeroportos concessionados, dos que ficaram são os prin-

cipais aeroportos, inclusive aqueles todos que estão em cidades que sediarão a Copa do Mundo.

Esse programa tem dificuldades – que são as de que falei no início da minha exposição – que provocam atrasos, mas, como tenho dito, nós não temos plano B; nós só temos plano A. Então, nós temos de cumprir o cronograma.

Está-se fazendo um esforço enorme, para o qual temos tido a colaboração do Tribunal de Contas, no sentido de permitir que estas dificuldades operacionais relativas a projetos, a empresas que ganharam licitações sem ter qualificação necessária para cumprir os termos do contrato sejam resolvidas. Estamos resolvendo, com um esforço imenso, esses gargalos, essas dificuldades. A expectativa que eu tenho é a de possamos cumprir esse cronograma e fazer as entregas nos prazos contratuais.

Para dar um exemplo, tivemos problemas há uns meses com o Galeão. Hoje, o problema mais grave já não é o Galeão, que vai cumprir o cronograma; o problema mais grave é Fortaleza. Então, é um trabalho pontual, feito caso a caso, reunindo os consórcios, a Infraero, ouvido o Tribunal de Contas, para encontrar soluções que sejam rápidas e eficazes.

Para isso, tenho me inspirado naquela música do Titãs: “Só quero saber do que pode dar certo, não tenho tempo a perder.” Esse é o lema da implementação desse programa que a Infraero executa. É um programa que está em torno de R\$4,8 bilhões a R\$5 bilhões e, como disse, nós queremos tê-lo com resultados muito positivos e capazes de mudar a nossa realidade aeroportuária.

Bem, Presidente, essas intervenções, eu não tenho dúvida, de que cumprem o desafio que a própria Comissão, com sensibilidade, se coloca, que é a superação dos gargalos. Agora, como a Comissão se propõe a ouvir sugestões, eu queria, também, aqui deixar algumas sugestões, porque acho que, no estágio em que nós estamos, no Brasil, nós precisamos colocar luz no debate, nos problemas.

Nós temos, a inteligência brasileira, uma certa vocação ao exagero verbal. Usamos palavras que são sempre palavras de grande carga emocional, e com uma facilidade imensa, como “caos”. Qualquer problema é caos.

Eu me lembro que, quando fui governador, tinha uma manchete... Houve uma enchente grande, aí teve uma manchete do *Jornal do Brasil*, que, na época, era um grande jornal, de grande influência. A manchete era quase a página inteira: “É o caos.” Essa era a manchete do jornal.

Eu estava com o meu assessor de imprensa, de comunicação, o jornalista Ricardo Boechat, às sete

horas da manhã, lendo o jornal, no palácio do governo, e não era o caos, porque nós estávamos lendo o jornal no palácio às sete da manhã.

Então, as coisas são sempre crise. Crise, qualquer coisa é crise, qualquer... A gente até tem dificuldade de entender.

Então, eu queria colocar, aqui, um problema, e fiz essa referência para que ele não tenha nenhuma carga emocional, que não haja exageros verbais, etc., mas nós temos que cuidar de garantir ao País uma estrutura de companhias aéreas, não só das grandes companhias, que fazem os grandes *hubs*, mas das companhias menores, que vão servir à aviação regional uma estrutura que seja sólida, robusta, para que essas companhias possam cumprir sua função social, sua função econômica.

Nós vamos ter... Não tenho dúvida em lhe afirmar, Presidente, que a estrutura aeroportuária do Brasil vai mudar completamente. Vai mudar. Ao longo do ano que vem, vai se sentir, de maneira muito clara, o resultado dessa mudança, mas nós não vamos poder colocar caminhão, nem ônibus, dentro dos aeroportos. Em aeroporto, é para usar avião e é necessário que as companhias tenham capacidade de cobrir toda a malha, que é imensa no País.

Somos um País muito grande. Nós temos uma demanda que cresce assustadoramente. Como eu já disse, aqui, a presença do modal na carga tende a crescer cada vez mais. Então, eu sugeriria que houvesse um debate, aqui na Comissão, não só sobre a questão das companhias, grandes companhias, como também chamando as companhias menores, aquelas que vão alimentar os grandes *hubs*, que vão fazer a aviação regional. Além disso, o Brasil é o segundo país em aviação executiva. Somos a segunda frota, somos o segundo país que mais cresce.

Então, nós temos, aí, problemas gravíssimos, porque os aeroportos em que estamos trabalhando – e, como disse, aqui, nós queremos trabalhar para chegar em 2020 com 200 milhões de passageiros – são aeroportos comerciais e não é adequado nós – está entendendo? – permanentemente trabalharmos com aeroportos comerciais, sendo disputados pela aviação executiva. Nós temos que aumentar o número de aeroportos executivos. Isso em São Paulo, evidentemente, é onde essa demanda é mais forte. No Rio... Mas não é só São Paulo, Rio. Nós temos aí pelo Brasil, sobretudo a parte que mais cresce do Brasil, que é Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, uma zona em que há necessidade... E não é questão de luxo, não é questão de ostentação de riqueza, é questão de rapidez, de agilidade, de presença, de capacidade de você levar o seu trabalho, o seu esforço a diversos lugares num

menor espaço de tempo. Assim, você amplia a sua capacidade de realizar negócios.

Já autorizamos dois aeroportos executivos em São Paulo, mas não isso é suficiente. Nós temos que – e acho que o local adequado é esta comissão – discutir a questão da participação do capital estrangeiro nas empresas. Hoje nada mais – para usar a expressão antiga – jurássico do que você achar que vai discutir gestão e governança em uma empresa pelo percentual de participação de capital. Não existe mais isso. O mercado já tornou isso velho, acabado. São acordos de acionista. São ações qualificadas. Isso é que define gestão de governança. Há uma diferença entre as pessoas que querem fazer seus investimentos e as pessoas que querem assumir gestão. São coisas distintas. Em diversos setores da economia brasileira, nós temos a presença do capital estrangeiro. Em telecomunicações, por exemplo, é muito mais estratégico e sensível. Então, eu creio que esse é um ponto que tem que ser debatido, tem que ser discutido, tem que ser aprofundado.

Além disso, eu creio também que é necessário que nós tenhamos a possibilidade de rediscutir o Código Brasileiro de Aeronáutica. É um código antigo. Ele já não atende às necessidades. Ele não fala mais com a nossa realidade. Ele é fruto de uma experiência muito do passado, mas muito do passado. Ele está em tramitação na Câmara dos Deputados há muito tempo. Para se ter uma ideia, pelo menos quatro relatores já passaram por esse código. E isso tem sido uma grande dificuldade, que gera insegurança, insegurança jurídica, gera atraso, gera dificuldades absolutamente desnecessárias.

Então, eu creio que a Comissão do Senado que V. Ex^a preside certamente pode dar, nesta área, uma contribuição enorme, enfrentando questões dessa natureza.

Eu concluo, dizendo que o setor de aviação civil, há três anos, vem passando por uma mudança profunda. E as pessoas até talvez não percebam, não acompanhem esse movimento e já não dão tanta importância à profundidade dessa mudança. Até há três anos, a aviação civil era liderada, comandada, organizada pelas forças militares. A Aeronáutica, toda ela era militar. Hoje, há uma distinção entre a aviação militar e a civil. As Forças Armadas, a Aeronáutica, cuida da aviação militar e ainda cuida do espaço aéreo. E digo ainda cuida porque a tendência, no tempo, é cuidar da segurança do espaço aéreo, mas a operação civil do espaço é cada vez mais ser colocado para o mundo civil.

Mas tirando a aviação militar, os aeroportos militares, por consequência, e o espaço aéreo, todo o comando do setor hoje é civil. Então são três anos em

que está se criando a cultura, a informação, a qualificação de pessoas com experiência, com conhecimento. É claro que uma fragilidade institucional decorrente da pouca experiência, da pouca vivência ainda existe. Mas os ganhos que essa mudança tem provocado, eu tenho certeza, vão colaborar para que nós tenhamos, ao longo do tempo, não só uma gestão da nossa segurança militar muito mais objetiva, muito mais focada, muito mais direcionada, com mais capacidade de incorporar os avanços tecnológicos que o setor de segurança no mundo todo sofre, porque a ponta das transformações tecnológicas está no setor de defesa, como também nós vamos ter condições de garantir uma infraestrutura aeroportuária e uma administração da aviação civil nas suas diversas facetas, muito mais aberta, muito mais competitiva, com compromissos com valores da meritocracia, da concorrência, da busca permanente para garantir ao passageiro brasileiro, ao cidadão brasileiro alguns princípios essenciais para qualquer atividade que é qualidade, segurança e preço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado S. Ex^a o Sr. Ministro Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, pela sua explanação abrindo o ciclo de debates, que a Comissão de Serviço de Infraestrutura realizará sobre aviação civil.

Quero dizer a V. Ex^a, Ministro Moreira Franco, que nós iremos incorporar as sugestões que V. Ex^a acaba de fazer no nosso temário para as nossas próximas audiências públicas. Agradecemos essa grande colaboração que V. Ex^a também nos traz com essa sugestão de temas a serem tratados no âmbito da nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, que é o primeiro inscrito para o debate na noite de hoje, eu me permitira fazer uma pergunta que nos chega à mesa. A pergunta é a seguinte Sr. Ministro:

“Se queremos incluir novos passageiros nos aeroportos, a chamada nova classe média, seria importante uma relação melhor entre o aeroporto e o transporte público das cidades. Duas corridas de táxi para aeroportos distantes, por exemplo, João Pessoa, pode representar um acréscimo de 50% no valor da viagem. O que tem sido feito para termos mais linhas de ônibus para acessar os aeroportos? A Infraero poderia fornecer acesso ao centro das cidades onde as prefeituras não têm interesse em atender a população?”

E mais uma vez gostaria de anunciar a todos aqueles que nos assistem que podem participar do nosso debate por intermédio do Alô Senado, telefone 0800-612211 ou enviar também a sua contribuição

pela internet no endereço www.senado.gov.br/AloSenado ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo [Twitter@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado). Essa é a pergunta que nos chega, Sr. Ministro.

Em seguida, passaremos a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO)

– Sr. Presidente Senador Fernando Collor de Melo, Sr. Ministro Moreira Franco, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, gostei muito da explanação do Ministro. O Ministro está preparado para enfrentar esses problemas de aeroportos em nosso País. Não tenho nenhuma dúvida de que a decisão de criar o Ministério da Aviação foi acertada, pelo menos, concentrou todo esse esforço num órgão forte, que é o Ministério. O Brasil vinha atravessando problemas difíceis na construção de aeroportos, como o caso de São Luís, no Maranhão, Florianópolis e outros, que, há mais de dez anos, estavam tentando licitar, contratar e não conseguiam, agora, parece que está tudo engrenando, tanto as ampliações de aeroportos quanto a construção de novos aeroportos.

Esse programa de interiorização da aviação regional que a Presidente lançou para reformar e construir aeroportos em todo o Brasil foi também acertado, porque temos pistas lá, em Rondônia, assim como em outros países também, que, há muito tempo, estão praticamente abandonadas, como é o caso de Guajará-Mirim. Fala-se muito de Ji-Paraná, Ministro, mas Guajará-Mirim é um problema sério também. É uma pista antiga, já desceu até Boeing lá, o Presidente Figueiredo, quando Presidente da República, desceu nessa pista em Guajará-Mirim, se não me falha a memória, o Presidente Sarney também desceu lá como Presidente da República, desceu no Boeing presidencial, e, hoje, a pista está interditada por rachaduras na pista, por problemas na estação, no balizamento, que está nesse programa, só que há muita demora.

Está lá, estamos pousando, o Governo do Estado, eu, os Deputados e Senadores, quando vão a Guajará-Mirim, como, agora, fomos na última sexta-feira, eu e o Senador Acir Gurgacz, numa audiência da Comissão de Agricultura do Senado Federal, em Guajará-Mirim, tivemos que descer numa pista de grama, numa fazenda. Mas essa não foi a primeira vez; inúmeras vezes, já desci lá nos últimos seis meses, acho que umas quatro, cinco vezes, no mínimo, nessa pista de grama. E a pista está lá asfaltada, tem algumas rachaduras, mas se poderia estar pousando, mas está interditada pela Anac, aguardando essa reforma desse programa de aeroportos regionais. Então, faço aqui um apelo, não só para Guajará-Mirim, Ministro, que está com esse problema. .

Fui, hoje, ao Vice-Presidente da República, Michel Temer, convidá-lo para um seminário que vai ser binacional, no início de novembro, unindo os dois países Brasil e Bolívia, e teremos que descer nessa pista. Deve estar indo o Ministro das Minas e Energia, o Vice-Presidente da República Michel Temer, que é o Coordenador do Comitê de Fronteiras e outras autoridades. Como é que vamos descer em Guajará-Mirim? Naquela pista de grama, não vai ser possível pousar uma aeronave da FAB. Então, até lá, tinha que dar um jeito. O Estado até tentou fazer um micropavimento, mas não tinha tecnologia necessária para fazer esse micropavimento para resolver o problema da pista. Estamos aguardando esse pacote de obras, que, creio, não seja tão rápido assim para se fazer isso em 60 dias.

Temos, ainda, o aeroporto de Ji-Paraná, para o qual está sendo um esforço muito grande já há muito tempo, perdemos emendas parlamentares, emendas de bancada por questões burocráticas e, agora, está no programa também de recuperação dos aeroportos, e esteve recentemente em Ji-Paraná a Dr^a Rebeca, representando a SAC, uma técnica renomada. Depois de várias reuniões que tivemos também na Anac, na SAC sobre esse aeroporto, está aguardando a análise do projeto. O Estado desenvolveu o projeto, mandou para cá, está aguardando a análise desse projeto, e o Estado se compromete com a delegação e, até o final do ano, ainda nessa janela hidrológica neste verão, concluir essa obra, e vai ter que suspender os voos. Lá, há voos regulares da Azul, ex-Trip, agora, Azul, e teria que suspender os voos por 60 dias para recuperar essa pista, causando assim um transtorno.

Temos, ainda, o aeroporto de Pimenta Bueno, falando dos aeroportos que têm problemas. Temos lá vários aeroportos com balizamento noturno e pavimentados, como Porto Velho, que funciona regularmente, muito bom, Ji-Paraná, que está com esse problema, Vilhena, que está funcionando também perfeitamente, com balizamento noturno e voos regulares, Cacoal, também com voo da Azul hoje, uma pista moderna, uma pista nova, Guajará-Mirim, que já falei que está com problema, Ariquemes, que tem balizamento noturno, deve ser ampliada a pista neste novo programa, e Pimenta Bueno, que eu queria aqui fazer um apelo ao Sr. Ministro, com a sua equipe que está aqui, que já em dezembro, foi concluída essa obra pelo Governo do Estado, uma pista nova, toda pavimentada, com balizamento noturno, tudo pronto, e há uns 60 dias foi encaminhada toda a documentação, aguardando a homologação. Então não se está ainda podendo pousar nessa pista, mesmo estando pronta desde dezembro do ano passado, concluídas as obras, até hoje não está se conseguindo pousar por falta da homologação.

E me passaram aqui, alguns técnicos do Rio de Janeiro, esse processo veio para Brasília, de Brasília foi para o Rio de Janeiro, aí chegou até São Paulo, voltou para o Rio de Janeiro, está lá com o Dr. Rogério, da Anac do Rio de Janeiro, Dr. Tárik, que é o chefe da divisão lá, e o gerente de fiscalização, Dr. Rodrigo. São os técnicos que estão analisando esse projeto lá no Rio de Janeiro. Então eu pediria ao Ministro, que é do Rio de Janeiro também, que possa cobrá-los, para que eles possam homologar essa pista o mais rápido possível.

A cidade tem alguns aviões executivos, de empresários locais, que não estão podendo pousar, estão pousando em Cacoal, quem vai para lá tem que pousar em Cacoal, porque não pode pousar em Pimenta Bueno.

Então Rondônia está bem servida de aeroportos; porém, alguns com esses problemas. Além desses sete que eu acabei de citar aqui, temos mais vários outros aeroportos, como Costa Marques, que também é uma cidade de fronteira, pista pavimentada, precisando de reparos. Estamos tentando colocar na ampliação desse programa. Rolim de Moura, que ainda não é pavimentada, que é a nossa cidade. Colorado do Oeste, Cerejeiras, Machadinho do Oeste, Jaru, enfim, outras tantas pistas ainda de chão, que precisam entrar nos próximos programas.

E por fim, Sr. Ministro, eu queria fazer, não é nem um apelo, nem uma pergunta, mas é alguma coisa que fica no ar. A passagem hoje está muito cara, sobretudo para o Norte do Brasil. Há dia em que a gente paga R\$2,8 mil no que a gente chama de uma perna, uma ida daqui para Porto Velho, ou vindo de lá para cá, chega a custar R\$2,8 mil, e as empresas estão com dificuldade. A reclamação é o custo operacional. Claro que a parte de funcionários, de encargos trabalhistas não tem nada a ver com o Ministério da Aviação. Mas a parte operacional de aeroportos, as tarifas aeroportuárias, as taxas, essas coisas, eles reclamam muito desse custo, que é um custo muito elevado, e isso encarece muito o preço da passagem, e há até a dificuldade de as empresas se capitalizarem. Então teríamos que ver uma forma de... Sei lá, o combustível é muito caro, as taxas aeroportuárias são muito caras. Tudo isso vai encarecendo a ponto de as empresas estarem quebrando. Quer dizer, no Brasil, quando uma empresa começa a crescer, como o caso da GOL e da TAM, agora já estão enfrentando dificuldades, como teve a Varig, como teve a Vasp e outras empresas nacionais.

Quanto a abrir o capital, nós já aprovamos. Não sei, é 30%, não é, até 30%?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Vinte.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Vinte? Até 20%, acho que é pouco ainda, até 20% de capital estrangeiro. Acho que poderia ampliar

para 30% ou 40%, desde que não passe de 50%, para haver o controle das empresas nacionais, mas poderia até se ampliar esse limite. Talvez a atratividade esteja sendo ainda um pouco pequena das empresas estrangeiras, pelo baixo percentual de participação nas empresas nacionais.

Então eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

Eu acrescentaria ao que aqui nos disse o Senador Valdir Raupp, para lembrar de um fato muito importante, que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, mercê do grande trabalho realizado por S. Ex^a o Senador Vicentinho Alves e posteriormente por S. Ex^a o Senador Vital do Rêgo, que foram os relatores do Código de Aviação Civil, que foi aprovado aqui no Senado e foi já encaminhado ao Ministério de V. Ex^a. É uma prova da participação efetiva que o Senado da República vem tendo, vem manifestando, isso de maneira clara, no debate a respeito da aviação civil.

O Senador Valdir Raupp falou do preço da passagem intrarregional, e a mesma coisa acontece em relação ao trajeto para o meu Estado, por exemplo, Alagoas, que no momento em que nós tenhamos que viajar de uma forma inesperada, e não adquirimos a passagem com antecedência maior, o custo dessa passagem é de R\$2,2 mil. E a gente vê sendo jogadas nos anúncios pela televisão propagandas de viagens daqui para um país da Europa em dez prestações de R\$82,00, passando sete dias, com passagem, hospedagem e *city tour* incluído. E eu fico me perguntando: como é que eles conseguem fazer um preço tão competitivo como este de R\$82,00 por mês em dez prestações, incluindo viagem e hospedagem num país europeu? Ou seja, isso dá R\$820,00, e nós deparamos com essas tarifas? E, apesar dessas tarifas, as nossas companhias aéreas – como disse o Senador Valdir Raupp, e o Ministro vem agora, pelo que temos acompanhado, se batendo no sentido de resolver essa questão – sobretudo as duas que fazem esse duopólio, a GOL e a TAM, estão vivenciando problemas sérios. A cada mês, nova onda de demissões, redução do número de voos, e tudo isso num momento em que há uma demanda crescente pelo transporte aéreo.

Também deixando uma lembrança a S. Ex^a o Sr. Ministro Moreira Franco que nós, em Alagoas, estamos com inveja do Senador Valdir Raupp, que nos coloca que, em Rondônia, já existem sete aeroportos. Nós temos um bom aeroporto em Alagoas, que é o aeroporto de Maceió, mas estamos na fila pleiteando dois importantes aeroportos para o desenvolvimento regional: um, na

cidade de Arapiraca, que é o segundo maior Município do Estado de Alagoas, e que, geograficamente, fica localizado numa posição estratégica, porque é no centro do Estado, e também o aeroporto de Maragogi, que é um polo turístico de muita importância e que tem uma demanda muito acentuada, sobretudo daqueles que vêm do sul do País e que querem desfrutar das belezas naturais que a região de Maragogi, em Alagoas, oferece.

Essas seriam as considerações que eu gostaria de poder aditar àquilo que já foi colocado por S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra a S. Ex^a o Ministro Moreira Franco.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Sr. Presidente, para quem, como nós, faz vida política, vida pública, não há nada mais agradável, nada mais reconfortante, nada mais positivo e que aumenta a nossa autoestima do que participarmos de uma reunião, sem ser combinado, de um pleito, uma sugestão, e o homem público poder dizer que está aceita, vai ser feito. No Programa de Aviação Regional, os dois aeroportos de Alagoas, exatamente Maragogi e Arapiraca, serão os aeroportos que terão intervenção para que possamos dotar o seu Estado das condições adequadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Eu queria responder as duas perguntas que me foram feitas. A primeira, eu acho que é um avanço para o Brasil se conseguirmos fazer com que os diversos níveis da Administração Pública, que têm funções legais constitucionais definidas, cumpram com eficiência suas atividades. A Infraero tem que cuidar de aeroporto, tem que fazer uma operação aeroportuária competente; ela não vai nunca ter condições de enfrentar o problema da mobilidade. A mobilidade é um problema do Governo estadual, do Governo municipal, sobretudo do Governo municipal, mas, pelo tamanho do desafio, pelo crescimento aceleradíssimo das cidades brasileiras, passa a ser não só municipal e estadual, mas até mesmo federal. O Governo Federal tem programas muito fortes, muito intensos de garantir a mobilidade nas áreas urbanas, que concordo que, de fato, é muito precária. A própria cidade do Rio de Janeiro está fazendo agora um transporte rápido sobre trilhos para colocar o Galeão mais próximo da cidade.

Creio que o atraso em obras de transportes de massa no Brasil faz com que tenhamos esse tipo de problema. Acho que essa questão tem de ser enfrentada com muita rapidez. Estou solicitando aos governos estaduais que comecem a fazer o planejamento dos seus aeroportos. Nas capitais, quase todos os aeroportos estão cercados por área urbana, o que vai impedir a ampliação desses aeroportos. E a tendência

é a de que tenhamos equipamentos maiores. Então, nós precisamos de pistas maiores, de infraestrutura mais robusta, mais sólida.

Então, estou solicitando aos governos estaduais que cuidem de uma definição nas áreas metropolitanas das cidades, das capitais sobretudo, para já se definir, desde agora, um sítio para colocar um futuro aeroporto. Se se vai a Porto Alegre, percebe-se que esse problema existe. Em São Paulo, há Congonhas. Se se vai a Teresina, está lá o problema do aeroporto de Teresina. E, assim, você vai a todos os lugares e a todas as capitais e percebe que os aeroportos já estão cercados pelo crescimento da cidade. Em Vitória mesmo, a Prefeitura aprovou o imóvel, mas vai ter de derrubar quatro andares, porque eles atrapalham os procedimentos de pouso e de decolagem.

Então, creio que essa é uma questão que os governos municipais e estaduais têm de enfrentar, sobre a qual eles têm de se debruçar, porque a tendência hoje... Essa nem é uma tendência, porque, hoje, a aviação já é um transporte de massa; nem é mais transporte coletivo, é transporte de massa. A quantidade de pessoas que frequentam os aeroportos pode tranquilamente qualificar a aviação no Brasil como um transporte de massa.

Outra pergunta que o Senador Raupp coloca trata do problema dos preços das passagens. Existe uma política. O Brasil teve um grande avanço, pois não mais fica prefixando preços, nem tarifas. Então, a liberdade tarifária é uma conquista e deu resultados muito positivos. Existe uma política não só aqui, mas no mundo todo: se você se programa, você consegue comprar passagens com preços mais confortáveis do que aqueles obtidos quando você toma decisões de última hora.

Agora, estou absolutamente convencido de que a estrutura tributária no Brasil no que diz respeito ao combustível de aviação é absolutamente marcada por uma visão colonialista. O que ocorre no Brasil hoje? O Presidente citou aqui o caso de um voo internacional para um voo interno. O que ocorre no Brasil hoje é transferência de riqueza para o exterior. Por quê? Suponhamos que você esteja em Guarulhos e que haja um avião da TAM com destino para Miami e um avião da TAM, no *finger* ao lado, com destino para Manaus. Aí há um caminhão de combustível, de querosene, com a mesma pessoa, com o mesmo motorista, que pega a bomba, coloca o combustível no avião da TAM que vai para Miami e coloca o mesmo combustível do mesmo caminhão – é a mesma pessoa – no avião da TAM que vai para Manaus. O avião que vai para Miami sai só com o preço do combustível, e o avião que vai de Guarulhos para Manaus sai com 25% de ICMS sobre o combustível, além do PIS/Cofins. Então, esse é o problema.

E o que é que ocorre? Agora é que eu entendi. Eu até pensava que era só companhia estrangeira, mas não o é. É voo para o estrangeiro. Veja que absurdo, que transferência de renda, de riqueza! É como se nós estivéssemos, ainda, sendo colonizados e precisássemos criar melhores condições para a colônia.

Então, agora, eu entendo, por exemplo, por que o Presidente Obama, em plena campanha eleitoral, foi à Flórida para defender... Para defender, não, para comunicar aos seus eleitores da Flórida que estava, naquele momento, assinando um ato para facilitar o visto para os brasileiros. É pela quantidade de compras que o brasileiro faz, não só compras de bens, mas compras de imóveis, compras de tudo. E tudo isso patrocinado em detrimento do turismo interno, do direito do passageiro, por força de uma política tributária altamente perversa com o mercado interno e com o cidadão brasileiro.

Então, não é exagero eu dizer, hoje, que as pessoas da classe média baixa estão indo – é uma brincadeira, mas uma brincadeira que tem razão de ser – para Miami; as da classe média, no Brasil, estão indo para a Europa; e as da classe alta estão indo para o Nordeste, porque é mais caro você passar um fim de semana no Nordeste, em um hotel nas Alagoas, do que você ir para Miami, do que você ir para a Europa, por força desse tipo de visão, por força desse tipo de concepção altamente predatória ao mercado interno e aos interesses do cidadão brasileiro.

Então, esse é outro ponto que eu acho que deve ser debatido aqui. Não é possível que a gente consiga conviver, continuar convivendo com essa deformação agressiva aos interesses do País, porque você pune o brasileiro, você pune o mercado interno e você transfere renda para o exterior.

Bem, Presidente, eu agradeço muito a oportunidade e esse desabafo...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – E Guajará-Mirim?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Ji-Paraná?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ji-Paraná, não. Guajará-Mirim.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Guajará-Mirim?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pedir para acelerar.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Olha, rapaz, você sabe que não é porque... Mas Roraima já vai entrar, agora, com uma quantidade enorme. Vai entrar Ariquemes, vai entrar Ji-Paraná, vai entrar Pimenta Bueno, vai entrar Vilhena. Eu anotei o outro, para que possa... Mas já vai ser um grande desafio.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O meu pedido é para acelerar, sobretudo Ji-Paraná, em primeiro lugar, e, depois, Guajará-Mirim.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – O.k.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Os outros ainda podem esperar, mas Ji-Paraná não pode esperar. Para Ji-Paraná, a Anac ou quem está analisando o projeto do Estado tem de dar celeridade, para poder pegar pelo menos 60 dias de sol, antes que chegue o final do ano e comece a chover, para poder fazer o recapeamento da pista, que está para ser condenada. Agora, no dia 15 de setembro, está para se paralisarem todos os voos. Com recuperação ou sem recuperação, está para ser fechado o aeroporto de Ji-Paraná.

Guajará-Mirim é, também, a logística. É uma cidade de fronteira, também, que não tem voos regulares de passageiros, mas há uma necessidade de se liberar o aeroporto ao menos para pouso de aeronaves.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp e os nossos cumprimentos, aqui, ao nosso Ministro Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação, pela sua explanação e pelas respostas oferecidas às perguntas que foram formuladas.

Esse último ponto que S. Ex^a colocou, em relação ao enorme peso da carga tributária sobre o querosene de aviação, é uma realidade e, até hoje, eu ainda não entendi como isso não foi, ainda, retirado, porque – S. Ex^a o Ministro colocou muito bem: isso é uma ação tipicamente de um país que se sente colonizado em relação à sede daquele que detém o poder sobre aquela gleba. E, no caso, é absolutamente inexplicável que nós, internamente, tenhamos de pagar aproximadamente 30% a mais pelo querosene de aviação no trajeto interno, que fazemos aqui no Brasil. Como colocou S. Ex^a o Ministro Moreira Franco, é o mesmo combustível e a mesma pessoa, o mesmo caminhão que abastece um vai abastecer o outro que está ao lado. De acordo com o exemplo citado por ele, a diferença é que um está indo para Manaus e o outro, para Miami; e esse que está indo para Miami, para o estrangeiro, tem uma redução de 30% no valor pago pelo querosene.

Realmente esse é outro ponto em que, acho, devemos nos deter aqui neste ciclo de audiências públicas e vermos junto ao Governo Federal se essa desoneração não pode acontecer, para melhor atendermos ...

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – E junto aos Governos estaduais, porque o ICMS é estadual.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E aos Governos estaduais. Perfeitamente! E aos Governos estaduais, bem lembra S. Ex^a o Sr. Ministro Moreira Franco, para também re-

tirarem o ICMS, o que, no fundo, vai trazer benefícios aos próprios Governos estaduais, porque, aumentando o tráfego de aviões e enfim o número de turistas que chegam, é altamente recompensada essa renúncia que se faz do ICMS pelos gastos que serão feitos por aqueles que visitam determinada localidade em nosso País.

Portanto, Sr. Ministro Moreira Franco, muito obrigado a V. Ex^a pela honrosa presença que faz a todos que compõem a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Mais uma vez, digo a V. Ex^a que as sugestões que nos trouxe estão desde já agregadas à nossa agenda para as audiências públicas futuras que realizaremos sobre o tema aviação civil.

Muito obrigado a todos os que aqui compareceram e aos que nos acompanharam pela Rádio Senado e pelo TV Senado.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 4 de setembro, às 7h30 neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013, desta Comissão, dando a continuidade à agenda 2013/2014: Investimentos e gestão – Desatando o Nó Logístico do País.

A mencionada audiência pública terá como tema o painel Segurança e Crescimento da Aviação Civil Brasileira e contará com os seguintes convidados: Comandante Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag); Coronel Aviador Ricardo Nogueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Geral (Abag); e o Engenheiro Claudio Passos, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 28 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia quatro de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Presentes os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Alfredo Nascimento, Eduardo Lopes, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles, e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova as atas da 37ª e 38ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência. O Presidente comunica a retirada de pauta dos itens 4, 5 e 6 por solicitação do autor desses Requerimentos, o Senador Wellington Dias. Tem início a apreciação da Pauta. **PRIMEIRA PARTE:** Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2013 – CI, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, “nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade de Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; o Coronel Aviador Ricardo Nogueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Geral – Abag; e o Comandante Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – SINDAG. Assume a Presidência o Senador Wilder Moraes às 08 horas e 52 minutos. **SEGUNDA PARTE:** Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2008, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, que “altera a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, acrescentando § 6º ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996”. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Delcídio do Amaral. Resultado: aprovado o projeto e as Emendas nº 01-CAE/CI e 02-CAE/CI. Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2013, de autoria do Senador Wilder Moraes, que “Reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares”. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. Resultado: retirado de pauta.

Item 3 – Requerimento da CI nº 44, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para obter informações sobre o denominado trem-bala, o Trem de Alta Velocidade (TAV), cujo planejamento e subsequente implantação estão em curso, sob a responsabilidade da Empresa de

*Planejamento e Logística (EPL), sucessora da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV) e debater sobre a viabilidade enxergada para o empreendimento, sua atual condição de exequibilidade, bem como o atualizado planejamento que determinará as ações de implementação de sua infraestrutura operacional. Considerando a motivação da Audiência Pública, bem como a especificidade do seu tema, solicito sejam convidados, para exposição e debate: ç O Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL; ç O Senhor Rodrigo Vilaça – Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF”. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão*

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 37ª e 38ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Esta Presidência recebeu de S. Ex^a o Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, o Ofício nº 149, de 2013, daquela Comissão, nos seguintes termos:

Comunico a V. Ex^a que esta Comissão aprovou, na 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2013, parecer sobre o Ofício S nº 20, de 2013, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria e para que esta Comissão informasse a Co-

missão de Serviços de Infraestrutura sobre o conteúdo do relatório avulso da matéria. Parecer aprovado e nota taquigráfica anexos.

Recebido o ofício.

Comunicados.

A Presidência comunica ao Plenário desta Comissão a retirada dos itens 4, 5 e 6 da nossa pauta do dia de hoje, respectivamente Requerimentos nºs 45, 46 e 47, de 2013, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. A retirada desses requerimentos da pauta do dia de hoje é feita por solicitação do 1º Subscritor desses requerimentos, S. Ex^a o Senador Wellington Dias.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 45, de 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para, por meio de audiência pública, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: representante do Ministério da Justiça; representante da Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos; representante do Ministério Público do Estado de São Paulo; representante do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; e representante da empresa Siemens.

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Observações:

Lido em 28/8/2013.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 46, de 2013

Requeremos, nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para,

por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: 1. Jurandir Fernandez, Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 2. Luiz Antonio Carvalho Pacheco, Presidente do Metrô; 3. Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira, Presidente da CPTM; 4. José Luiz Lavorente, Diretor de Operação e Manutenção da CPTM; 5. José Luiz Portella, Ex-Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 6. Luiz Carlos David Frayze, Ex-Presidente do Metrô; 7. Décio Tambeli, Ex-Diretor da CPTM; 8. José Jorge Fagali, Ex-Presidente do Metrô; 9. Sérgio Avelleda, Ex-Presidente do Metrô (afastado por determinação judicial); 10. Nelson Scaglioni, Ex-Gerente de Manutenção do Metrô; 11. Ademir Venâncio, Ex-Diretor da CPTM; 12. Ronaldo Moriyana, Diretor da MGE; 13. Robson Marinho, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Observações:

Lido em 28/8/2013.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 47, de 2013

Requeremos, nos termos dos arts. 102-A, inciso III, alíneas “d” e “e”, 102-D, 104, inciso I e 113 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para criação de um GRUPO DE TRABALHO, composto de 13 membros, no total, sendo 08 membros da CI e 05 membros da CMA, para acompanhar e avaliar as denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente a aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Autoria: Senador Wellington Dias

Observações:

Lido em 28/8/2013.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Alteração do Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação, pelas comissões, das indicações de autoridades.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, em 30 de agosto último, S. Ex^a, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, promulgou a Resolução nº 41, de 2013, que altera o Regimento Interno para disciplinar a apreciação de indicações de autoridades pelas Comissões. A Resolução dá nova redação ao art. 383 do Regimento, e estabelece, em linhas gerais, que:

1. A mensagem de indicação deve ser encaminhada ao Senado Federal acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o indicado, incluindo *curriculum vitae*, informações sobre atividades profissionais, participações societárias, regularidade fiscal, ações judiciais, além de argumentação escrita que demonstre sua competência técnica para o exercício da atividade;

2. O exame da indicação se dará em etapas, com a apresentação do relatório à Comissão seguida pela concessão automática de vista coletiva aos membros, para só posteriormente realizar-se a arguição do indicado em sessão pública (ou secreta, caso trate-se de indicação para a chefia de missões diplomáticas de caráter permanente).

Observe-se que as alterações regimentais trazidas pela Resolução nº 41, de 2013, seguem os mesmos procedimentos já adotados por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura desde o ano de 2009, quando foi aprovado o Ato nº 01, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplinava e disciplina, no âmbito desta Comissão, o exame de indicações de autoridades, através de processo similar (identificado com) ao que agora foi estabelecido pela Resolução para todas as Comissões. Assim, o Senado Federal reconhece, como nossa Comissão já reconheceu, a necessidade de dar ao processo de exame de indicação de autoridades a densidade de análise e de discussão adequado a uma tão essencial atribuição parlamentar.

Por fim, observo que, pioneiramente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura busca, desde o início do ano, a interação mais direta da sociedade com o Parlamento, através da participação do público em nossos debates e audiências, participação que se dá pelo Alô Senado e pelos canais institucionais na internet. Também esse aspecto é contemplado pela nova redação do art. 383 do Regimento Interno, que estabelece, em seu inciso II, letra “c”, que:

Art. 383.

.....

II –

.....
c) o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas.

Cabe-nos, pois, saudar a adoção regimental destes novos procedimentos, que, nos últimos quatro anos, tiveram sua pertinência e eficácia comprovadas por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Terceiro comunicado: notícias da infraestrutura.

Em busca de uma gestão mais eficiente e com o objetivo de atrair e dar mais segurança aos investidores nas concessões de rodovias e ferrovias, o Governo Federal decidiu reformular a área de transportes.

Inicialmente a mudança ocorrerá no setor de ferrovias com a edição de uma Medida Provisória que extinguirá a estatal Valec Engenharia, Construções e Ferrovias e criará a Empresa Brasileira de Ferrovias S.A. (EBF). Uma das atribuições da nova empresa será o gerenciamento da demanda da malha férrea que será concedida à iniciativa privada pelo Programa de Investimentos em Logística (PIL). Esse programa, apesar de ter sido lançado há um ano, na prática ainda não saiu do papel.

Se por um lado a mudança agradará o setor privado, que tem alimentado uma desconfiança de que a estatal Valec não honrará seus compromissos por ser costumeiramente associada a uma má gestão, por outro poderá comprometer o já estabelecido cronograma de concessões de ferrovias, em que o primeiro trecho da Ferrovia Norte-Sul, de Açailândia (MA) a Bacarenha (PA), está programado para acontecer em 18 de outubro. Esse comprometimento do cronograma de concessões pode se dar em função da incerteza que uma medida provisória em tramitação traz ao mercado e aos órgãos de controle.

Com o aval do Governo Federal, o Ministro dos Transportes confirmou uma nova distribuição dos trechos que serão licitados. A futura EBF (Empresa Brasileira de Ferrovias S.A.) deverá também atuar, no caso de concessão de ferrovia já pronta, como gerenciadora de demanda no projeto experimental já no próximo ano. E, para destravar as ferrovias já em construção, que foram interrompidas por orientação do Tribunal de Contas da União e fatiadas em compras menores, deverá ocorrer no próximo mês a primeira licitação de trilhos para abastecer os trechos Norte-Sul e os da Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

A edição da Medida Provisória que extingue a Valec é apenas a primeira parte de um projeto mais amplo de reestruturação do setor dos transportes. A proposição desse novo modelo também traz duas figuras novas, como o Operador Ferroviário Independente (OFI) e o Gestor de Infraestrutura (GIF), que serão regulados pela nova empresa.

Além disso, a proposta de reforma de duas autarquias já saiu do Ministério dos Transportes e está sob análise do Ministério do Planejamento: no caso, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) passará a ser denominado Departamento de Infraestrutura Rodoviária (DIR), devendo ser reduzido em sua estrutura para cuidar apenas de rodovias, enquanto a Companhia Docas do Maranhão se chamará Empresa Brasileira de Hidrovias (EBH), com a função de cuidar do transporte fluvial, cujas concessões constarão de uma segunda etapa do PIL.

Quarto comunicado: panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

Em artigo recente, o ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, destacou que a concessão para a iniciativa privada de estradas, ferrovias, portos e aeroportos ajudaria muito na diminuição dos gargalos de logística, que se constituem num dos grandes obstáculos para o crescimento sustentável do País – aliás, logística e investimento, tema recorrente de nossas audiências públicas nesta Comissão. Contudo, observou o economista, por maior que seja o esforço para viabilizar os leilões, o Governo pode não ser bem sucedido, em razão da percepção generalizada da existência, hoje, de um clima desfavorável para os investimentos no Brasil. E não somente no Brasil, é bom que se diga, mas em todas as economias emergentes.

Segundo Loyola, essa visão negativa é resultado da incidência simultânea de pelo menos três fatores: as incertezas na conjuntura macroeconômica; os custos regulatórios, trabalhistas e tributários elevados; e o excessivo intervencionismo do Governo na economia. Na sua opinião, bastaria o Governo adotar, de maneira inequívoca e permanente, políticas de fortalecimento das instituições fundamentais ao funcionamento de uma economia de mercado. Na presença de tais instituições e também de políticas macroeconômicas responsáveis, acredita ele que os leilões de concessão prescindiriam de estímulos casuísticos de caráter fiscal ou creditício.

No entender do ex-Presidente do Banco Central, o abuso da expansão do crédito dos bancos públicos com recursos subsidiados do Tesouro Nacional acabou por agravar a carência de crédito no segmento livre para os empresários interessados em investir em projetos de infraestrutura.

Alega o economista que as instituições cujo *fun-ding* vem de captações a taxas de mercado, obviamente, não têm como competir com bancos públicos que, como o BNDES, desfrutam de benesses do dinheiro barato. Assim, criou-se uma situação em que o financiamento do programa de concessões acabou por depender excessivamente do crédito público, gerando um círculo vicioso que expôs – e expõe – os óbvios limites fiscais para fundear as operações do BNDES e dos demais bancos controlados pelo Governo Federal.

Além disso, ele recorda que mudanças abruptas das regras do jogo – como as que ocorreram no setor elétrico – aumentam o risco percebido nos leilões de concessão. Para ele, a regulação é necessária e desejável em muitas atividades, mas não deve ser confundida com intervencionismo casuístico. Loyola espera que os leilões de concessão sejam bem-sucedidos e que deles resulte a melhora na infraestrutura de transportes. Porém, para o futuro, o especialista defende um maior empenho do Governo na adoção de políticas de efeitos horizontais, capazes de afetar, positivamente, o ambiente de negócios no País.

Quanto ao programa de concessão de rodovias, o Governo elevou em 20% a estimativa de investimentos nos trechos a serem entregues este mês à iniciativa privada. O montante passou de R\$42 bilhões para R\$50,42 bilhões, segundo estimativas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), após análises detalhadas das obras necessárias a cada trecho e de avaliações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Calcula-se em mais de 7 mil km o total de trechos rodoviários a serem leiloados ainda este ano.

O Governo Federal também decidiu duplicar 682,6km dessas rodovias com recursos públicos, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), antes de entregá-las aos consórcios que vencerem os leilões de concessão que vão começar, como já visto, no dia 18 deste mês. O objetivo da medida é baratear tarifas de pedágio.

Mesmo assim, para dar suporte a esse volume de investimentos e, ao mesmo tempo, garantir ao empreendedor uma remuneração de 7,2% ao ano, as tarifas devem variar de R\$3,40 a R\$12,00. Na média, o usuário pagará perto de R\$8,00 a cada 100km rodados.

O Coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende, afirmou que as concessões são um instrumento positivo para alavancar investimentos e que as tarifas precisam ter o nível adequado. Porém, ele entende que R\$12,00 é um valor caro para a tarifa e que a sociedade não aceita tal nível.

Por sua vez, o Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga

(Anut), Luis Henrique Teixeira Baldez, revelou que a entidade “está achando alto o preço do pedágio”. Com ele, concorda o Presidente da Associação Brasileira de Transporte, Logística e Carga (ABTC), Newton Gibson, para quem o valor do pedágio está caro, principalmente por aumentar os custos para o setor produtivo e comprometer a competitividade do País.

Os editais preveem praças nas quais o usuário desembolsará até R\$12,00, como é o caso de um ponto na BR-101, na Bahia. No Espírito Santo, o pedágio será de R\$9,00 e R\$9,70 em duas praças da BR-262, num trecho que será duplicado com recursos públicos. A Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga apresentou ao Ministério dos Transportes uma análise sobre o programa com sugestão para reduzir as tarifas à metade.

Luis Henrique Teixeira Baldez, da Anut, diz que as tarifas estão caras porque o Governo exige que a duplicação das estradas – a maior parte do investimento – seja feita nos primeiros cinco anos da concessão. Ele argumenta que, normalmente, as rodovias são duplicadas quando o tráfego o justifica. Para ele, a determinação de duplicar as vias num prazo de cinco anos é boa, mas a exigência de fazê-lo com essa rapidez fará com que a tarifa fique 40% mais cara, concluiu.

Em relação à energia elétrica. O consumo de energia elétrica no Brasil subiu 5,1% em junho, para 37.760 gigawatts-hora (GWh) na comparação com igual mês do ano passado, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética. O aumento foi provocado pela alta de 8,2% no consumo das residências, enquanto a demanda de comércio e serviços cresceu 7,1%. Já a indústria teve a quarta alta consecutiva, de 1,9%, embora ainda acumule queda de 0,2% no consumo de energia elétrica neste ano de 2013 até o presente momento.

Relato do 1º Painel do 4º Ciclo de Audiências, com a presença de S. Ex^a o Ministro de Estado Moreira Franco, Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Iniciou o Sr. Ministro a sua exposição frisando que os problemas atuais do setor não decorrem de descaso das autoridades, mas são consequência de 30 anos de crise econômica vivenciados pelo País, que, além de impedir a evolução da infraestrutura, causaram a perda de uma geração de profissionais, especialmente engenheiros. Os profissionais e as próprias empresas tiveram que buscar alternativas em outras atividades, explicou o palestrante, o que traz prejuízo ao desenvolvimento das intervenções ora necessárias, pela falta de profissionais com experiência e pela fragilidade das empresas de projetos.

A fragilidade dos projetos, problema também que sempre encontramos em todas as áreas de obras de infraestrutura, que não permite sua aprovação pela Infraero, e a incapacidade das empresas de cumprir os contratos são responsáveis pela maior parte dos atrasos, segundo ele. Como a maioria das intervenções não é de construção de aeroportos e sim de obras de reforma e ampliação, essa dificuldade se acentua, contribuindo, ainda, a realidade de uma superestrutura de fiscalização e controle, gerada pela falta de capacidade de investimento.

Segundo ele, havia dois aeroportos com as obras paradas há sete anos, o que evidentemente compromete a eficiência de sua execução, porque os preços sobem mais com obras paradas que por problemas na licitação. Iniciamos, disse ele, um novo tempo, com auxílio de vários órgãos e negociação com as empresas. A questão do aeroporto de Goiânia está resolvida, disse ele, e deve ser assinada a ordem de início das obras nos próximos 15 dias. Já o aeroporto de Vitória terá sua solução encaminhada em breve, informou o palestrante.

Hoje, segundo ele, há disponibilidade de recursos e o Brasil é o segundo país que mais investe em infraestrutura aeroportuária, depois da China. Desde 1982, o Poder Público só veio a dispor efetivamente de recursos para definir programas no segundo governo Lula, e, nos últimos dez anos, a demanda cresceu de 71 para 192 milhões de passageiros/ano e o preço da passagem caiu em 43%, apesar da deterioração da infraestrutura acelerada pela pressão dessa demanda.

Os grandes eventos internacionais como Copa do Mundo e Olimpíada, disse ele, não nos preocupam. Precisamos é melhorar a qualidade do serviço, a eficiência e a educação da operação diária. Na Copa das Confederações e, principalmente, no Evento Mundial da Juventude, com Sua Santidade, o Papa, quando foram batidos os recordes de movimentação tanto no Galeão como no Santos Dumont, Rio de Janeiro, os aeroportos funcionaram adequadamente. O nível de atendimento, de conforto, de mobilidade e de informação disponibilizado é que ainda deixa muito a desejar.

A meta, segundo o Sr. Ministro, é estarmos transportando, em 2020, 200 milhões de passageiros/ano, o que exige uma operação sofisticada e adequação da infraestrutura a essa demanda. Precisamos, também, ampliar a cobertura geográfica, melhorar a mobilidade e facilitar a movimentação de cargas, de forma a induzir o desenvolvimento econômico. A aviação hoje já é transporte de massa, e o aeroporto é fundamental na promoção do crescimento, disse o Sr. Ministro.

O Governo lançou três programas: o de concessões, que, superada a questão da privatização, visa

umentar os investimentos, tanto públicos como privados, com três aeroportos já concessionados (Brasília, Guarulhos e Viracopos). O aeroporto de Brasília, até o próximo ano, terá duplicada sua capacidade de atendimento, mas terá também melhorada a qualidade, a segurança e o preço dos serviços.

No mundo todo, andar de avião está deixando de ser privilégio de ricos, diz ele, e a participação do avião no transporte de cargas também cresce muito. No Brasil isto também ocorre, e muitos prefeitos de cidades que têm aeroportos incluídos no Programa de Aviação Regional estão solicitando que as pistas sejam preparadas também para isso, ou seja, preparadas também para cargas.

São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, que será o maior aeroporto de cargas do Nordeste, está com as obras já bastante avançadas e no prazo programado, informou o Ministro. O problema vivenciado lá diz respeito à construção dos acessos, de responsabilidade do Governo do Estado e ainda não iniciada, correndo-se o risco de inaugurarmos o aeroporto sem condições de acesso tanto para passageiros como para carga, lamentou ele.

Em outubro, serão licitados os aeroportos do Galeão (RJ) e Confins (MG), em torno do qual o governo mineiro pretende desenvolver um grande polo industrial – isso é novidade – introduzindo o conceito de “aeroporto indústria”. Para essas concessões está sendo exigida experiência mínima de movimentação de 35 milhões de passageiros/ano e participação do operador nos investimentos, o que vai garantir o comprometimento do operador e a boa operação, devendo trazer melhorias à própria cultura da Infraero, segundo o Ministro.

O segundo programa lançado pelo Governo é o Programa de Aviação Regional, que prevê investimentos em 270 aeroportos, os quais deverão alimentar os grandes aeroportos concentradores (os chamados *hubs*). Esse programa visa à interiorização, ao acesso e mobilidade das populações e ao favorecimento do desenvolvimento econômico. Existem recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, da ordem de R\$7,5 bilhões para isso.

Já estão sendo licitados os primeiros 45 aeroportos, informou ele, com um conceito de estrutura modular para acompanhar o crescimento e subsídio à passagem para garantir a sua competitividade. Tanto o aeroporto de Ji-Paraná, em Rondônia, como os aeroportos de Maragogi e Arapiraca, ambos em Alagoas, estão entre os que sofrerão intervenções constantes no Programa de Aviação Regional, com previsão de início das obras já para o próximo mês de outubro.

Por fim, o terceiro programa é o que a Infraero está realizando, com a intervenção nos 20 principais aeroportos, dos 69 por ela administrados, com investimentos, nesse caso, na casa dos R\$5 bilhões. Existem problemas de empresas sem condições de cumprir contratos, deficiência de projetos, etc., mas não há plano B. Estamos realizando um grande esforço para cumprir os cronogramas e buscar soluções rápidas e eficazes para superar os óbices, disse o Ministro.

Há três anos o setor está passando por uma profunda mudança, substituindo a administração da Aeronáutica por uma administração civil. Passado o período inicial de transição e aquisição de experiência, com certeza haverá melhoria da segurança militar e aperfeiçoamento da administração e infraestrutura. A infraestrutura no próximo ano vai mudar muito em termos de cobertura geográfica, segurança, qualidade e preço dos serviços, disse o Ministro Moreira Franco.

Em resposta a questionamentos, o Sr. Ministro explicou que a responsabilidade pela ligação do aeroporto com as cidades é dos Estados e Municípios, cabendo à Infraero cuidar do aeroporto. Nesse sentido, lembrou que o Governo Federal tem programas voltados para a mobilidade urbana e informou que já foi solicitado aos governos estaduais que planejem a localização de obras de ampliação e/ou construção de novos aeroportos.

Como no mundo todo, no Brasil há liberdade tarifária, não há prefixação de preço, e quem compra de última hora paga mais caro pela passagem. Um dos problemas que encarecem a passagem é a questão da estrutura tributária do combustível, que promove verdadeira transferência de riqueza para o exterior, mediante a incidência de ICMS e PIS/Cofins nos voos internos, explicou o Ministro.

Esse valor a maior chega a 30% do valor do querosene e do combustível de aeronaves em voos realizados internamente no Brasil. Quando o voo se destina ao exterior, esse mesmo querosene tem uma redução de preço da ordem de 30%. É essa reforma específica na tributação que o Ministro sugere.

Concluindo, o Ministro Moreira Franco sugeriu cinco temas para discussão pela Comissão de Serviços de Infraestrutura na busca de aperfeiçoamento do setor de aviação civil, que foram aceitos pela Presidência da Comissão e estarão já fazendo parte da agenda das próximas audiências públicas em que estaremos tratando da aviação civil brasileira. As sugestões do Ministro são as seguintes: 1) trazer ao debate as companhias aéreas, inclusive as pequenas; 2) discutir a questão da aviação executiva e de aeroportos dedicados, ou seja, exclusivos a este segmento; 3) discutir a questão do capital estrangeiro nas empresas do setor – hoje

está limitada em 20% a participação do setor privado, elevar essa participação –; 4) acelerar a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica, em tramitação na Câmara dos Deputados há muito tempo; e 5) debater a questão da tributação do combustível de aviação, como já vimos.

Concluiu, assim, a palestra S. Ex^a, o Sr. Ministro Moreira Franco, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Panorama econômico internacional.

As economias emergentes: será que elas vão submergir?

O atual cenário econômico internacional confirma as tendências que se delineavam nos últimos meses. De um lado, aprofundam-se os problemas dos países emergentes que têm sofrido muito com a fuga de capitais, com destaque para a Índia, a Indonésia e o Brasil. A retirada de investimentos acelerou-se nas últimas semanas, levando as economias emergentes a lutarem para conter a crescente desconfiança dos investidores internacionais. De outro lado, as economias tradicionais como as dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Europa mostram dados que reafirmam sua recuperação, embora ainda tímida. Também se recupera o Japão, e a China cresce menos, mas a taxas superiores a 7,5%. A União Europeia teve o primeiro superávit comercial desde 1999. Os 27 integrantes da União Europeia somaram um saldo positivo de 35 bilhões até junho passado – isso pela primeira vez, desde 1999. Reino Unido e Alemanha lideraram a recuperação.

Na Índia, país que nas últimas três décadas experimentou crescimento da ordem de mais de 6% anuais, e, de 2002 a 2011, de mais de 7%, a economia apresenta sinais de debilidade e acentua-se a queda do consumo e há grande desaceleração. A rupia caiu mais de 17% este ano, e, assim, continuam os déficits em conta corrente com o exterior, e os investidores seguem retirando capitais. Os preços do petróleo, combinados com uma moeda mais fraca, fazem que se aumentem os gastos de importação. As medidas de controle de divisas têm resultados apenas relativos, na medida em que há uma desconfiança generalizada dos mercados em relação aos países emergentes. Ademais, não se pode esquecer a existência de problemas mais graves como as deficiências da infraestrutura, uma burocracia pesada, e alta taxação.

A Indonésia, também dependente de petróleo estrangeiro, assiste a uma rápida desvalorização de sua moeda, e adotou medidas de restrições às importações para combater o déficit em conta corrente. Em reunião de emergência realizada no dia 29 de agosto, o Banco Central indonésio elevou a taxa básica de

juros, como medida para tentar estancar a saída de divisas. A perda de valor de sua moeda já aumenta os índices de inflação.

No Brasil, a autoridade monetária tem se esforçado para controlar a instabilidade do real, apesar do ambicioso programa da ordem de US\$60 bilhões e da realização constante de leilões da moeda norte-americana. O Banco Central elevou a taxa básica de juros para 9%, e o aumento do Produto Interno Bruto no segundo trimestre deste ano de 1,5% é pontual, não revelando uma tendência de crescimento robusto da economia. O Governo trabalha com índice de 2,5% para o corrente ano de crescimento do produto – que pode ser excessivamente otimista.

Em contraste com os problemas dos países emergentes, a economia europeia dá sinais de ter controlado a pior fase da crise e mostra que o desemprego, embora alto (12% na zona do euro e 11% na Comunidade como um todo) está estacionado, ou ligeiramente menor. Os dados sobre expectativas dos empresários e consumidores também melhoram. Há nítida, apesar de ainda pequena, recuperação da indústria e das exportações, inclusive em países como Espanha, Portugal e Itália – muito atingidos pela crise, como sabemos. No Reino Unido, onde a indústria já mostra vitalidade, o presidente do Bank of England considera que a recuperação está sólida, embora não brilhante.

Nos Estados Unidos o ritmo da retomada está mais rápido e novos dados indicam que a economia cresceu 2,5% no segundo trimestre, no lugar das estimativas anteriores de apenas 1,7%. Os índices de emprego também melhoram, bem como as expectativas dos empresários e consumidores – as expectativas têm melhorado bastante nos Estados Unidos da América. Esses dados podem contribuir para reforçar a inclinação do *board* do *Federal Reserve* de começar a diminuir os estímulos monetários em prazos mais curtos, possivelmente ainda no final deste ano.

Em outra vertente, deve-se realizar em Saint Petersburg, na Rússia, nos dias 5 e 6 de setembro, a partir de amanhã – e a Presidenta Dilma Rousseff já para lá se dirigiu no dia de ontem – a reunião de cúpula do G-20, o grupo das 20 maiores economias do mundo, de que faz parte o Brasil. Na ocasião, realizar-se-á reunião paralela dos BRICS. Com exceção da China, que apesar de ter diminuído seu crescimento, ainda apresenta PIB de mais de 7%, os outros emergentes se apresentam em situação de dificuldades econômicas. Nesta reunião, espera-se que se constitua, afinal, o fundo dos BRICS, no valor de US\$100 bilhões, que será uma espécie de FMI dos emergentes, para socorrê-los em situações de crise cambial. A China deverá contribuir com a metade desse capital, na qua-

lidade de maior economia do grupo dos emergentes. O fundo foi criado na reunião dos BRICS em Durban, em março deste ano, para funcionar em situações de emergência de liquidez, e terá um papel auxiliar em relação ao Fundo Monetário Internacional.

A atual crise cambial de países emergentes é em grande parte devida às perspectivas do fim gradual do *quantitative easing* americano, que leva os grandes fundos de investimentos a dirigirem suas aplicações para os Estados Unidos. No entanto, essa situação fez aflorar a realidade das deficiências estruturais dos emergentes. Com a grande liquidez internacional e a facilidade em atrair recursos, que existiu até recentemente, os países emergentes, inclusive o Brasil, se descuraram de investir em infraestrutura para tornarem suas economias mais competitivas.

Último comunicado.

O Tribunal de Contas da União (TCU) investiga suspeita de irregularidades em licitação para a compra de 187,5 mil cisternas de plástico a um custo de quase R\$600 milhões — uma das maiores em curso no Governo Federal. De acordo com a suspeita do Tribunal de Contas da União, a concorrência pode ter favorecido uma multinacional que acaba de abrir fábrica em Petrolina, Pernambuco, criada no âmbito do Ministério da Integração Nacional. Curiosamente, essa empresa está sediada na cidade do titular do Ministério da Integração Nacional, Sr. Fernando Bezerra Coelho, que responde por aquele Ministério.

O pregão para a escolha das empresas que vão fornecer as cisternas em seis Estados é conduzido – e isso em comprometido muito esse programa no Nordeste brasileiro – pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa vinculada ao Ministério da Integração Nacional. No mês passado, uma medida cautelar do TCU mandou suspender o pregão e apontou o risco de “grave lesão ao Erário” se as empresas vencedoras fossem contratadas pela Codevasf, presidida pelo Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos.

Antes de iniciarmos a pauta do dia de hoje, mais uma vez, gostaria de alertar os ouvintes e telespectadores da Rádio e da TV Senado que todos poderão participar das nossas audiências públicas, com o envio de suas perguntas e de seus comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211; ou enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado; ou ainda acessar os perfis Alô Senado no Facebook ou no Twitter @AloSenado. Portanto, a partir de agora, já podem fazer os seus comentários ou as suas indagações, tão logo iniciemos a nossa audiência pública.

Esta primeira parte da reunião destina-se à realização de audiência pública que hoje tratará sobre o tema Segurança Operacional e o Crescimento da Aviação Civil Brasileira, 2º Painel do 4º Ciclo sobre Aviação Civil, parte integrante da Agenda CI 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Sr. Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade de Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Sr. Coronel Aviador Ricardo Nogueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Geral (Abag); e o Sr. Comandante Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag).

Em nome dos integrantes desta Comissão, desejo aos nossos convidados debatedores do dia de hoje as melhores boas-vindas a este plenário.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, nós temos algumas matérias aqui para serem votadas no dia de hoje. Eu, particularmente, tenho um requerimento em que proponho que o ex-Governador da Bahia, Dr. Prof. Paulo Souto, participe também aqui das audiências em que vamos discutir o marco regulatório do setor mineral.

Indago a V. Ex^a se, após a conclusão desta audiência pública, esse requerimento e, naturalmente, os demais projetos pautados serão votados no dia de hoje, na medida em que, para fazer o encaminhamento desse requerimento, o autor teria quase a obrigação de estar presente aqui. Eu não vou pedir isso a V. Ex^a porque seria pedir demais, na medida em que estão faltando algumas assinaturas aqui – temos pelo menos algumas assinaturas de presença – neste requerimento meu. Vou participar de outras comissões aqui, sobretudo da Comissão de Assuntos Sociais, em que vou relatar umas matérias de interesse do Brasil.

De qualquer forma, concluindo, pergunto a V. Ex^a se, após esta audiência pública, serão votadas as demais matérias pautadas aqui na Comissão de Infraestrutura, até porque muitas delas são matérias importantes. Contudo, diante das autoridades convidadas para debaterem o assunto proposto, eu imagino que o debate vá durar algumas horas, talvez prossiga até as 10h, 9h30, 11h. Queria só indagar se, após a conclusão da audiência, serão votadas essas matérias. Essa é a minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Será votada essa matéria e, de acordo com o que consta da pauta, será lido o relatório. Mas eu entendo que V. Ex^a solicita que, além da leitura, devido à urgência do tema da mineração,...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ...tendo em vista que já está se esgotando o período da audiência pública para tratar do tema do novo Código de Mineração no Brasil, seja dada urgência, e, portanto, a deliberação seja levada ainda hoje, após a leitura do requerimento, ao Plenário desta Casa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Então, logo após esta audiência pública, colocarei não somente para leitura, mas para deliberação do Plenário, e eu tenho certeza de que o Plenário assentirá a essa solicitação que V. Ex^a faz no sentido de que seja votado ainda hoje o relatório, convidando o Dr. Paulo Souto para participar dessa audiência pública que trata do novo Código de Mineração no Brasil.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

Dando início à nossa audiência pública do dia de hoje, passo a palavra ao Dr. Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil. Dispõe V. S^a de 15 minutos para sua exposição.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. É um prazer enorme estar aqui nesta Casa.

Eu trouxe uma série de dados. Acho que é uma das principais funções da agência falar sobre a segurança operacional e também prestar contas à sociedade brasileira. Então, eu trouxe uma série de dados, subsídios para que esta Casa possa debater uma série de questões com relação à aviação civil brasileira, especificamente segurança operacional e crescimento da nossa aviação.

Vou falar um pouquinho sobre a aviação civil brasileira, sobre o órgão regulador, certificação e fiscalização, especificamente como a agência trata essas questões e a importância desses sistemas, a segurança operacional nesses contextos, nossos dois grandes mundos do transporte público, a aviação geral

e os desafios. Vou tocar numa série de aspectos que creio serem extremamente importantes para o debate.

Aviação civil brasileira. Só trouxe alguns números para mostrar que nós somos muito grandes. Nós temos hoje o sétimo ou oitavo mercado de aviação civil do mundo em transporte de passageiros, temos o terceiro mercado doméstico do mundo, somos um dos países que têm mais aviões, mais aeródromos, mais pilotos, mais pessoal certificado.

Nós temos crescido, em termos de passageiros, 12% ao ano nos últimos dez anos, 180%, em geral, nos dez anos; 7% ao ano no crescimento das aeronaves; movimentos diários controlados pelo nosso Sistema Decolagem Certa. Esses são os números controlados. Nós sabemos também que, do movimento em aeródromos não controlados, nós não temos esses números, ou seja, nós estamos falando de uma aviação civil que cresce absurdamente. E temos que ter em mente que o fato de a aviação crescer 180% não significa que a agência vai crescer 180%.

Aí nós começamos a entrar no conceito de como a agência enfrenta esse primeiro desafio. Grosso modo, eu coloquei três conceitos que vou utilizar. Primeiro, a regulação; nós temos que estabelecer regras. Segundo, a certificação, que é o processo pelo qual nós verificamos o cumprimento de regras. Nós não verificamos só pela fiscalização; a fiscalização acompanha o cumprimento de regras e corrige desvios. Agora, o principal modelo nosso para garantir a segurança operacional de uma aviação civil tão grande e complexa é o processo de certificação.

O que nós queremos dizer com certificação e fiscalização no ambiente da Anac? Nós estamos falando de regulação técnica e econômica e estamos falando em dois tipos de fiscalização: um que se chama vigilância e continuidade, que é a manutenção do processo de certificação original e correção de possíveis desvios de tendência naturais, e ação fiscal, que é exatamente com quem quer burlar o nosso sistema.

Qual o processo que nós usamos para garantir a parte técnica? É o processo de certificação. Nós estamos falando de certificação de aeronaves, nós estamos falando de certificação da infraestrutura aeroportos e nós estamos falando de certificação da operação. Então, este é o universo que nós temos: controle na regulação em termos de segurança operacional.

No aspecto econômico eu não vou entrar, porque não está especificamente relacionado à segurança operacional, mas os senhores têm aí o outro lado da moeda da agência, que é a regulação econômica e os diversos direitos e relações entre os entes econômicos.

Segurança operacional e o universo da regulação técnica. Nós temos quatro aspectos que a regulação

técnica usa. Primeiro, nós separamos em grandes aeronaves e pequenas aeronaves e nós também separamos em transporte público e transporte privado.

Naturalmente, as grandes aeronaves, nós temos transporte público e privado delas, e as pequenas aeronaves, também.

Nesse universo, vou falar um pouquinho de indicadores para motivar como a agência tem visto e colocado, analisado a situação da aviação civil brasileira, a forma de regular e como nós atingimos o objetivo de ter segurança e, por outro lado, dar o suporte necessário ao crescimento da aviação civil brasileira.

Então, vamos falar de indicadores de transporte aéreo. Costumamos falar de acidentes.

Esse eslaide é do nosso Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa). Eu gostaria de mostrar que os números da nossa aviação civil regular, comparativamente ao mundo, são muito bons, ou seja, a aviação civil brasileira é muito segura, e as nossas empresas, em termos de segurança, estão com índices comparados aos dos melhores países do mundo.

Aqui, nós temos a média móvel de cada cinco anos, onde nós colocamos acidentes globais, meta Ical (Organização Internacional de Aviação Civil), acidentes no Brasil; aqui é daquele nosso período crítico; a meta que a Anac colocou; esse é o nosso comportamento, esse é nosso estágio atual. E quando nós vamos para a aviação geral é que nós vemos esse número.

Então, esse é o primeiro diagnóstico que nós temos.

Essa é uma série histórica de indicadores de todos os acidentes que envolvem o transporte regular e o transporte privado, e nós vemos aí a tendência com a média móvel levemente ascendente.

Que análises a Anac faz?

Primeiro: fatalidade; severidade, para saber, neste nível, que tipo de acidente, como ocorre, em que tipo de situações ocorre; nós utilizamos todos os dados do Cenipa – e muitas dessas análises são feitas em conjunto com o Cenipa – e nós vemos que o nível de fatalidade se mantém estável, mas nós temos um número crescente, levemente crescente, por tipo de aeronave envolvida. Sazonalidade – temos períodos de pico; isso aqui coincide com a safra da aviação agrícola, início ou outros. Temos por região. Isso nos dá uma ideia de como está distribuído.

Nós comparamos com índices de fora. Esses são os números de acidentes, em média, nos Estados Unidos, com a aviação geral; esse é o número, em média, com toda a nossa aviação.

Nós analisamos indicadores de irregularidades, nós temos um sistema de fiscalização, DCERTA (De-

colagem Certa), pelo qual nós fiscalizamos eletronicamente, através dos dados de voo de quem está voando, cruzando com as bases do DAC em termos de aeronave e de tripulantes, e temos esses indicadores dos índices, como eles funcionam.

E, nesses estudos da aviação geral, o que precisamos fazer? Temos de segmentar cada uma das áreas para entender o que está acontecendo e onde a agência pode atuar, para que tenhamos condições de melhorar a segurança operacional da nossa operação, principalmente da área da aviação geral.

Composição total de acidentes. Nós temos aí aeronaves privadas, agrícolas, instrução, táxi aéreo e policial. No público, nós estamos falando aqui; e isso daqui na parte privada. Aqui, na agrícola, em instrução. Isso já dá uma ideia para a agência de onde nós temos de atuar mais efetivamente.

Aqui, é uma outra forma de representar, com índice de fatalidade, e nós temos uma ideia sobre esse índice.

Aqui, temos especificamente, do táxi aéreo, a representação do táxi aéreo em relação ao total, comportamento dele e fatalidades.

Aqui, temos a parte da aviação pequena.

Sobre instrução, o que tem sido crítico, na observação da Anac, da instrução: incremento da atividade; fornecimento de pilotos para os grandes aviões; instrução, instrutores inexperientes, instrução curta. Ou seja: nós temos aqui uma questão de formação de pessoal, capacidade de formação e cultura de pessoal.

Ações da Anac: revisão da norma, escolas e centros de treinamento, criação de uma cultura diferente de como endereçar a cultura aeronáutica à formação das pessoas. É essencial, em processos de certificação, a formação, a cultura de segurança nesse segmento.

Jatos executivos. Altamente fiscalizados pelo DCERTA, reduzido número de acidentes, normalmente ligados a empresários, bancos, grandes empresas, e ações da Anac estão específicas nos Regulamentos nºs 91 e 125.

Agrícola. É uma atividade de maior risco. O que nós queremos dizer com maior risco? A atividade agrícola é a baixa altura. Voar a baixa altura já é um grau de risco maior e, principalmente, quando se voa a baixa altura e com manobras bem agressivas. Então, é uma atividade que exige habilidade, exige cuidado e é feita também com aeronaves que estão no limite da sua operação. Então, é uma operação diferenciada.

Ações da Anac e legislação específica, reuniões com órgãos de controle e com o Sindag (Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola), de como melhorar isso, coordenação de ações com o Mapa. Nós temos uma série de ações para criar um sistema

de gestão da segurança, em que a gente efetivamente reduza esses acidentes e não imponha simplesmente cargas administrativas no setor e que não tenham eficiência.

Helicópteros, transporte privado, público e *offshore*, aumento do volume de operações. Ações da Anac, também reuniões com os setores, legislação específica e intensificação das operações de fiscalização.

A Anac, a partir deste ano, criou uma área específica de fiscalização, que não é a parte de vigilância continuada e, sim, da parte de ações fiscais. Qual é o objetivo principal desse segmento?

A Anac tem observado que nossa legislação, historicamente, é extremamente pesada e prescritiva, e ela procura, de toda forma, evitar que as pessoas burlam essa legislação, só que, para o lado de quem trabalha bem, ela passa a ser uma legislação extremamente pesada. Então, há uma percepção de que, quando a legislação é pesada, ela tira as pessoas que trabalham bem do mercado, e não se consegue controlar as pessoas que trabalham mal. Por quê? Porque nossa aviação é muito grande. Quando comparo números e extensão territorial, que é um de nossos desafios, isso é uma dificuldade, isso é um fato.

Então, robustecemos o processo de certificação e de vigilância continuada para ter sistemas e privilegiar quem trabalha bem e criamos uma área de ações fiscais, para que elas realmente possam controlar, com inteligência e operações especiais, os desvios.

E temos a parte de privada, que mostra a maior contribuição em termos desses números aqui. Estamos vendo sistematicamente descumprimento de normas e aumento da atividade de importação de aeronaves usadas, aeronaves sem condição, que operam no mercado, que ficam aqui sem nenhum controle externo sobre isso. E a Anac fez uma série de ações com a fiscalização DCERTA, criação de um sistema de entrada de novas aeronaves, que controla todos os portos de entrada, em coordenação com a Receita Federal, e unificação dos sistemas da Anac com Receita Federal, para que a gente possa efetivamente ter um melhor controle disso. E, ainda, a parte de intensificação das operações de fiscalização.

Indicadores de irregularidades: observamos que, a partir das nossas ações, existe uma tendência à redução. As ações fiscais começaram efetivamente este ano, e já notamos tendência de melhora.

Acompanhamento mensal dos acidentes, também vamos observando esse dado.

E os nossos desafios? Tamanho e diversidade da aviação civil brasileira é um fato. São poucos os países do mundo que têm essa dimensão e esse ta-

manho, tanto que, quando comparamos e procuramos referências, vemos que são muito poucos.

Regulamentação complexa: a regulamentação da aviação civil é complexa. O avião, se o motor para, ele cai e mata todo mundo. Ela é extremamente complexa, tem de ser eficiente e tem de ser efetiva. A fiscalização é complexa também pelo tamanho, pela especificidade. Fiscalizar um avião sofisticado, que carrega 300 passageiros, não é uma tarefa de simplesmente olhar o avião; é a garantia do processo de certificação e dos processos de manutenção feitos. Estou falando de certificação do avião e das pessoas.

Desvios e violações, esse é o outro lado.

Crescimento sustentado: temos que dar suporte a esse crescimento sustentado, de quem fabrica, de um país complexo que fabrica avião, que mantém avião, que tem inúmeros aviões. Ou seja: temos que dar suporte. Temos inúmeros aeroportos, e eles têm de operar com segurança, mas também têm o efeito social, e a agência sabe disso. Em certas regiões remotas, somente aqueles aeroportos são a chance. Então, equilibrar as duas coisas, área técnica com as necessidades do País, é algo extremamente importante. E esse é um desafio.

Aumentar a eficiência e efetividade do processo de certificação e fiscalização: é fundamental que a agência continue renovando seus requisitos. Temos 11 projetos estruturantes na agência para tentar tornar os nossos processos mais eficientes e mais efetivos.

Esse é o mundo da segurança operacional, senhores. Estamos falando de aeroportos, estamos falando de avião, aeronavegabilidade, operações, certificação de pessoal, meio ambiente, transporte de produtos perigosos, tráfego aéreo e estamos falando também da investigação de acidentes. O gerenciamento disso tudo é o que garante a segurança operacional. Ou seja: é fundamental, na regulação da segurança operacional que ela atinja os objetivos da segurança, mas também do crescimento sustentado da aviação civil brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pela sua exposição.

Passo a palavra ao Sr. Coronel Aviador Ricardo Nogueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das empresas de Aviação Geral (Abag).

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Bom dia a todos. Presidente Collor, muito obrigado pelo convite. A Abag sentiu-se bastante prestigiada. Prontamente, assim que recebemos o convite, aceitamos. Entendemos que é mais uma oportunidade de a associação falar um pouco

sobre o que é a aviação geral. Eu digo oportunidade porque, até poucos anos, a aviação geral brasileira era uma grande desconhecida. Através da associação e de outras associações, temos procurado mostrar para a comunidade qual é a presença da aviação geral no nosso País. Como disse o Diretor Passos, trata-se da maior depois da dos Estados Unidos. Toda comparação que se faz, em aviação, é com os Estados Unidos. Então, somos a segunda maior ou a primeira após os Estados Unidos.

A sequência de eslaides tem a intenção de mostrar o que é a nossa aviação geral, onde estamos, em que setores estamos presentes e, ao final, em somente um deles, há os nosso óbices, que são muito poucos.

Esse triângulo é só para dar uma amostra do que é a nossa aviação civil, embora o eslaide da Anac já tenha apresentado isso, mas para fazermos uma comparação dos dois grandes setores da aviação civil brasileira, o setor da aviação regular e os demais; a aviação não regular nós chamamos de aviação geral, onde há diversos segmentos.

Evolução da frota. Quem reparou nos números pode observar uma diferença. Nós chegamos em dezembro de 2012 com quase 14 mil aeronaves, e o eslaide da Anac mostra 19 mil. A diferença é que não estamos contabilizando aqui as aeronaves experimentais, e com certeza o companheiro Passos inseriu essa quantidade. Mas esta é uma curva bastante agressiva de crescimento, muito, muito acima de uma média mundial.

O crescimento de 2011 para 2012, que é o que retrata esse gráfico, foi de 6,7%. A média mundial, hoje, está na faixa de 3% a 3,5%. Então, estamos crescendo o dobro do que cresce o resto do mundo.

Nós já estamos distribuídos em todos os Estados brasileiros. Aqui neste gráfico, a gente pode observar um crescimento, dado por essa coluna horizontal, de um ano para o outro, bastante positivo.

Idade da frota. Todas as aeronaves registradas, com seu tempo de utilização. Esse gráfico é pontual, é de dezembro de 2012, mas acho que houve uma omissão minha na escolha dos eslaides, porque tenho um gráfico que mostra que, nos últimos quatro ou cinco anos, a nossa frota ficou bastante mais nova. Então, no aumento da frota, a gente tem entrada de aeronaves novas, que aumentam a frota, e tem a entrada de aeronaves que substituem aeronaves antigas. A frota fica mais jovem e, ao mesmo tempo, cresce.

Eu deixei o dos jatos, porque é o que mais tem entrado; jato e helicóptero têm entrado bastante na aviação geral brasileira. Por que deixei isso? Porque a aeronave a jato e helicóptero necessitam de uma in-

fraestrutura para operar, e isso vai acabar, lá na frente, dizendo para nós do que estamos mais precisando.

Desculpem a voz, é que estou saindo de uma forte gripe, a garganta ainda está...

Composição da frota. Nossa frota, hoje, está estimada em US\$13,5 bilhões.

De 2011 para 2012, o incremento de 6,7% no crescimento da frota resultou em 16% no aumento em valor. Os novos investimentos somaram US\$2,1 bilhão.

Oficinas de manutenção: estão dentro da aviação geral 640 oficinas homologadas pela Anac. Dessas, 462 estão em atividade. Estão assim distribuídas, ou seja, em praticamente todos os Estados da Federação.

Táxi Aéreo é também um segmento da aviação geral. São 184 empresas, 1237 aviões, segundo dados de dezembro de 2012. Provavelmente, já crescemos. Temos R\$1 bilhão de impostos recolhidos por ano. Onde os táxis aéreos estão distribuídos?

Uma das atividades do táxi aéreo, 100%, é *offshore*. São operações para plataformas, e há números bem interessantes: mais de um milhão de passageiros transportados/ano; são 160 helicópteros de médio e grande porte utilizados. Essa é uma estimativa, e a fonte é o Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo. O investimento é de R\$2,5 bilhões em novos equipamentos, transportando 2,5 milhões de passageiros/ano. Com o pré-sal, o *offshore* tem um crescimento esperado bastante grande.

Voos, missões que a aviação geral faz em prol do Estado brasileiro: ambulâncias, reparo e inspeção em linhas elétricas, transporte de equipamentos de combate a incêndios, atendimento e manutenção de aeronaves em trânsito, apoio a governos estaduais e suas frotas, inclusive a policial (estadual e federal), atendimento a malotes bancários, formação de recursos humanos, aerofotogrametria agrícola, sensoramento remoto, etc.

Serviços aéreos especializados: são serviços realizados por meio de aeronaves, regulamentados pela Anac, em nove categorias. São essas nove categorias, e aqui aparece, até para preparar para meu companheiro Paim, forte componente, 224 empresas atuando na aviação agrícola. Também estão distribuídos em todos os Estados da nossa Federação.

A aviação geral gera diretamente cerca de 33 mil empregos. Várias instituições consideram índices diferentes: o dado de quantos empregos indiretos são gerados a partir de um emprego direto. Prefiro utilizar a do Sindicato Nacional dos Aeronautas, que considera dez indiretos para cada emprego direto.

Aqui vocês têm uma ideia da força na geração de empregos, do crescimento de 6,4% em 2011. Isso resultou em 2,5 mil postos diretos de trabalho.

Ôbices: foi a solicitação feita por esta Comissão para abordagem da Abag.

Estamos há quatro anos em uma luta incessante no item 1, que é a concessão de áreas aeroportuárias. A verdade é que o País, o Estado brasileiro dormiu durante muito tempo. A aviação cresceu, e, de repente, constatou-se que há muito avião para pouco aeroporto. E, então, a briga pelo espaço começou a acontecer sob diversas formas. Por decisão administrativa de uma empresa estatal, há três anos, o que era um assunto bem resolvido passou a ser um assunto muito maltratado e não resolvido.

A Anac publicou uma resolução em setembro de 2009, portanto há quatro anos, e até hoje esse assunto não mereceu ainda a paz nessa questão. As empresas andam extremamente nervosas, nesses últimos quatro anos, porque se trata do berço, do local de origem de onde a empresa vai trabalhar, vai funcionar. Se ela não tem ainda uma área determinada no aeroporto, não pode funcionar. Então, o primeiro efeito maléfico é a insegurança jurídica que se estabelece dentro de uma empresa. Os próprios colaboradores já começam a imaginar em quanto tempo estarão desempregados, porque a empresa vai perder o seu local. E não é uma loja. Empresas de aviação precisam estar no aeroporto, e não temos um aeroporto ao lado do outro. Então, se tirarmos uma empresa de um determinado aeroporto, se tirarmos seu espaço de funcionamento, dificilmente ela vai conseguir se estabelecer e continuar em outro aeroporto.

Esse assunto tem quatro anos; agora saiu da mão da Anac e está como o Ministro Moreira Franco, que nos prometeu dar uma resolução a respeito.

Acesso à infraestrutura aeronáutica e aeroportuária. Bem, estamos presentes, como foi mostrado, em todos os Estados. A movimentação é bastante grande. Grande parte da aviação tem o fundo econômico na sua movimentação. Quando se tem uma restrição de capacidade, a primeira solução que tem sido dada é de se proibir, restringir o voo da aviação geral. Sem querer ser chulo, Presidente, eu diria que isso é o Estado dando um tiro no próprio pé, porque ele interrompe a atividade econômica.

Quando eu falo em partição na capacidade instalada, o que temos solicitado é que seja sempre preservado um mínimo de capacidade dos aeroportos para que a aviação geral não pare de se movimentar.

Terminais de aviação geral também são uma solicitação antiga, porque o tratamento recebido nos aeroportos é sofrível. O ponto de parada é sempre em um local sem qualquer infraestrutura, muitas vezes ermo, sem apoio. O mínimo de dignidade seria criar

um espaço em que a aviação geral pudesse operar nos aeroportos.

A Anac não chega a ser um óbice, mas, até em apoio à própria Anac – sou conselheiro da Anac, faço parte do Conselho, estou no meu primeiro ano de mandato –, observamos, nas reuniões e contatos com a própria agência, a diversidade de assuntos e a multiplicidade de ações que cada integrante da Anac tem realizado. Isso porque eles estão com a quantidade bastante reduzida no seu quadro de pessoal, e, evidentemente, nós nos ressentimos de agilidade nos processos. O problema da Anac, aqui, é a carência de recursos humanos. Na verdade, o pedido que fizemos ao Ministro foi de que, de alguma maneira, ele pudesse agilizar para que a Anac faça, não mais contratações, mas que abra mais concursos e aumente o quadro de pessoal.

Há uma total ausência, Presidente Collor, de políticas para a aviação geral. Estamos sempre no último vagão, e, se me permite, em pé. Nós temos pedido bastante que as autoridades olhem um pouquinho mais para a aviação geral, porque esse é um setor econômico que tem um aspecto social e que está presente em todos os Estados da Federação.

Agradeço, Presidente, e estou à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço ao Sr. Coronel Aviador Ricardo Nogueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Geral (Abag), agradecendo inclusive o esforço que V. S^a realiza para estar hoje presente à nossa audiência pública, estando com problemas de saúde, recém-saído de uma forte gripe. Até por isso, o nosso muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Sr. Comandante Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag).

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Gostaria de agradecer ao Presidente Collor. É uma honra para nós do Sindag participar desta audiência pública. Representamos as empresas de aviação agrícola do Brasil. Nossa sede é em Porto Alegre, mas a presidência está em Mato Grosso. É importante para nós participar de várias audiências públicas e apresentar a situação da aviação agrícola no Brasil.

A aviação agrícola é uma atividade crucial para a produção da agricultura. Eu venho aqui especificamente expor detalhes da situação geral, em todos os aspectos dessa atividade.

A aviação agrícola faz pulverização aérea na agricultura, combate incêndios florestais, combate a vetores (insetos), faz adubação em florestas, semea-

dura de pastagens e povoamento de águas; essas são as atividades diretamente ligadas à aviação agrícola.

Os órgãos reguladores são o Ministério da Agricultura e a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

A legislação: é a única atividade que trabalha com defensivos agrícolas que tem regulamentação específica, desde 1969. Participa também da Lei do Aeronauta, do Código Brasileiro de Aeronáutica; a Instrução Normativa do Mapa regulamenta todos os aspectos técnicos dos trabalhos; uma nota técnica também do Mapa, de 2011; e o RBAC 137, da Anac, regulamenta toda a parte de operação na área de aviação civil.

A legislação específica do Mapa determina aeronaves agrícolas específicas para a atividade, pilotos agrícolas habilitados. Um piloto tem que ter 400 horas de voo, ser piloto comercial e, depois, fazer o curso de piloto agrícola; tem de obedecer a uma regra de parâmetros climáticos, alguns limites de distância de povoamentos e mananciais – no geral, 250m de qualquer população ou manancial; tem que emitir relatório operacional de toda aplicação; tem que ter um acompanhamento agrônomo; os produtos aplicados – todos – têm de ter autorização da Anvisa e do Ibama e registro no Ministério da Agricultura, especificamente para pulverização aérea; é obrigatório o uso de EPI (equipamento de proteção individual) para todas as pessoas envolvidas; as empresas têm de emitir um relatório mensal das atividades; e é obrigatório um pálio de descontaminação das aeronaves que operam na atividade.

A legislação da Anac, basicamente, é o 137, documento que regulamenta toda a parte operacional. Logicamente, todas as aeronaves têm que ter uma documentação, como qualquer outra aeronave, e a documentação dos pilotos. E também é emitido um relatório mensal de horas de voo. É obrigatório, atualmente, com a nova certificação da Anac, como o diretor Passos colocou, um manual de segurança de voo operacional e, também agora, um certificado de operadora aérea agrícola. Ou seja, para cada empresa operar tem de passar por uma certificação da Anac, e, agora também, nós temos um convênio com três universidades do Brasil, universidades federais, para fazer um processo de certificação de toda a empresa, não só da parte operacional das aeronaves.

A aviação agrícola no mundo: o país que mais utiliza ainda são os Estados Unidos, com o número de mais ou menos oito mil aeronaves agrícolas, depois, o Canadá, a Austrália, a Espanha, Portugal, a Argentina e o Brasil.

Todos os países são oriundos de agricultura. Então, onde há agricultura, há a aviação agrícola e há a necessidade da aviação agrícola.

No Brasil, hoje, há uma divergência de número de dados, porque nós trabalhamos com a fonte da Anac e com a fonte do Ministério da Agricultura. Então, a fonte que tem trazido um número atualizado é a da Anac, e hoje nós trabalhamos com 234 – o colega Ricardo colocou 224, mas sempre há uma oscilação. O motivo é que algumas empresas estão registradas, mas não estão operando.

E uma situação diferente do resto do mundo é a dos operadores privados. Operadores privados são os agricultores que têm uma grande produção e optam por ter suas próprias aeronaves agrícolas. Então, no Brasil, isso é diferente do resto do mundo. Hoje, nós temos quase o mesmo número de operadores privados e de empresas. Empresas são aquelas que prestam serviço, e operadores privados são aqueles que operam seus próprios aviões, os agricultores propriamente ditos.

O total das empresas aí está especificado por Estados. O Estado que mais tem empresas é o Rio Grande do Sul. E, lá no Rio Grande do Sul, há somente empresas; só há dois operadores privados que têm as suas aeronaves por questões de tamanho de área.

Então, o Estado que tem mais aeronaves de operadores privados é o Mato Grosso, e, agora, a Bahia. E na Região Nordeste, onde as áreas agrícolas estão crescendo mais. Contudo, o Mato Grosso é o Estado que tem o maior número de operadores privados. Então, as empresas estão distribuídas nesse gráfico.

São Paulo tem muitas empresas, que operam na área da cana e dos citros; Mato Grosso, por causa da soja e do algodão; Paraná, também, soja e milho; e assim por diante.

Outros Estados, como Roraima, praticamente estão iniciando a agricultura. Então, são poucas empresas ainda.

Aqui, a frota das aeronaves agrícolas.

Como o Diretor Passos colocou e também o colega Ricardo, no Brasil, os dados da aviação agrícola não são diferentes dos dados estatísticos das aeronaves. Assim, vem crescendo, rapidamente, especificamente a frota de aviação agrícola por causa da agricultura. Então, hoje, nós temos uma frota de 1.800 aeronaves agrícolas... Esse gráfico é de maio de 2011, mas, em números atuais, 1.848 aeronaves agrícolas. E também vem tendo um crescimento de 6% a 7% ao ano. Então, a tendência é de que logo aumentemos esse número.

Como na situação geral da aviação civil, a nossa aviação agrícola é a segunda maior frota do mundo. Então, só estamos atrás dos Estados Unidos também aqui. A tendência é aumentar, uma vez que os Estados Unidos já estão com o seu crescimento estagnado, e o Brasil ainda tem muito a crescer na atividade agrícola.

Essas são os dados do Sindag. Nós temos um levantamento de 1.434 pilotos; 456 agrônomos; 1.332 técnicos agrícolas; 3.827 auxiliares; e em torno de 7.050 pessoas ligadas diretamente à atividade.

A aviação agrícola responde, no Brasil, em termos de pulverização, a apenas 24% do total do volume pulverizado. Só que esse total (24%) está justamente nas situações mais críticas das culturas. Na soja, no caso do Centro-Oeste, no período da ferrugem e das pragas, em questão de dois ou três dias, é preciso fazer um controle rápido com defensivos, assim como no algodão. Nas culturas altas, como no Estado de São Paulo, o gráfico das empresas mostra; é o caso da cana-de-açúcar, para a qual, até então, não se tem outra tecnologia que não o avião para pulverizar.

Então, basicamente, ela opera nessas situações. Na Região Sul, temos 100% de pulverização com aeronaves, porque, ali, praticamente 100% do arroz são irrigados. Então, a partir do momento em que os agricultores soltam a irrigação, não há mais como os equipamentos terrestres operarem, dependendo então das aeronaves.

As culturas pulverizadas. A soja é o maior volume, seguida pela cana e pelo algodão. E esse dado está em milhões de hectares. Então, praticamente 60% são utilizados na soja.

Os dados operacionais de 2012: mais ou menos 495 mil horas voadas; 45 milhões de litros de combustível; R\$936 milhões em faturamento das empresas – e, aí, nós não contamos os dados dos operadores privados, somente os dados das empresas; e, mais ou menos, R\$234 milhões em impostos.

As dificuldades do setor. Como a aviação agrícola é uma atividade característica, cujas operações normalmente são realizadas em fazendas, em pistas agrícolas, dificilmente em aeroportos controlados e até mesmo em aeroportos não controlados, a dificuldade maior é o excesso de legislação. Então, a gente tem trabalhado bastante com o próprio Diretor Passos, na Anac, para tentar simplificar ao máximo a legislação para a operação das aeronaves agrícolas, com exceção das aeronaves de combate a incêndios. Estas, normalmente, são aeronaves que trabalham na aviação agrícola e que também trabalham no combate a incêndios. Contudo, essas aeronaves operam menos em aeroportos e têm todos os equipamentos necessários para operação em qualquer tipo de aeroporto.

Um dos problemas nacionais é a carga tributária, que tem dificultado bastante a operação das empresas, porque o faturamento está relacionado diretamente à parte de segurança operacional, como é primordial em aviação, e a aviação agrícola, por ser uma atividade característica, tem uma necessidade maior.

O elevado custo do combustível. Esse é um problema que afeta a aviação geral, e a aviação agrícola, muito mais, porque ela consome um volume de combustível muito grande. Então, o aumento do combustível e os impostos dos combustíveis de aviação são uma carga enorme para a operação.

A falta de pilotos agrícolas. O piloto agrícola vem da aviação civil e normalmente tem que ter uma preparação melhor. Com a tendência e com o próprio crescimento da aviação civil no Brasil, os pilotos se formam, e, quando estão aptos, as companhias aéreas buscam esses pilotos e finalizam o treinamento. Portanto, a gente caracteriza que a falta de piloto agrícola não é falta de piloto agrícola somente; é falta de piloto geral. É preciso melhorar a política de formação dos pilotos que servem para a aviação agrícola, para a aviação de helicóptero, para a aviação geral, enfim, para a aviação comercial.

Falta de linhas de crédito para financiamento de aeronaves. Praticamente não existem linhas de crédito. Quase todos os operadores buscam os seus recursos próprios para a compra de aeronaves.

E, atualmente, um grande problema que nós vimos enfrentando são as tentativas de proibição da atividade. Normalmente, por falta de conhecimentos técnicos, temos enfrentado uma série de debates sobre a questão de se proibir ou se manter a aviação agrícola.

Há um excesso de burocracia, principalmente na Anac. Eu sempre digo em todas as audiências da sorte de contarmos hoje com o Diretor Cláudio Passos, que tem nos ajudado bastante. Ele nos tem direcionado, facilitando um pouco a burocracia e tornando possível a operação da aviação agrícola.

Como o colega Ricardo falou, sentimos também a mesma necessidade de uma política estrutural da aviação civil, em todos os setores. A aviação agrícola é uma asa da aviação civil. Então, como não há uma política forte, uma política estruturada na aviação civil, todos os outros setores sentem os problemas. Nós da aviação agrícola sentimos, mas isso é fato na aviação executiva, na aviação comercial, na aviação de helicópteros, e assim por diante.

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Lentidão nos processos para a formação de empresas, aeronaves e pilotos; dificuldade de comunicação com os órgãos; carga tributária, de que já falei. No Brasil, nós temos uma média de 25%, ao passo que, em outros países, a média é de 8%.

Combustível. Hoje, só para exemplificar, nós temos uma média no valor do querosene de R\$4,80, quando nos Estados Unidos é de R\$1,58; a gasolina

está em torno de R\$4,20 e, nos Estados Unidos, R\$1,89. Nós tínhamos até conseguido – nós da aviação geral, incluindo a aviação agrícola – um projeto de lei para excluir a Cide da parte do preço do combustível, o que corresponderia hoje a R\$0,80, mas, infelizmente, o nosso Presidente Lula vetou. E voltamos novamente. Então, este é um dos principais problemas na aviação agrícola e na aviação geral: o preço do combustível. Isso é sentido por todos os operadores.

Formação de piloto, como eu falei.

Financiamentos de aeronaves. Nós temos trabalhado bastante nesse assunto. Há dificuldades de acesso a financiamentos. Hoje, 65% da frota de 1.850 aviões são aeronaves com 15 anos, aviões Ipanema, fabricados pela Embraer. Eu estive recentemente no BNDES solicitando uma linha de crédito e também no Banco do Brasil, mas não há nenhum projeto. Agora, o Deputado Luis Carlos Heinze apresentou um projeto para conseguir uma linha de crédito diretamente para as empresas, para poder renovar a frota, porque frota antiga gera acidente, gera insegurança. Então, como a frota vai crescer, é preciso que haja um financiamento que possibilite às empresas renovarem as suas frotas.

Os projetos, as tentativas de proibição, como eu falei.

Hoje existe um no Senado, da Senadora Ana Rita, o 681, que propõe proibir toda a atividade, paralisar a aviação agrícola; depois, há outros com alguns itens isolados, de alguns Deputados.

Eu só queria dizer que, na última restrição que nós tivemos no ano passado, quando houve uma audiência pública no Senado sobre um comunicado do Ibama que restringiu, sem dialogar com o setor, quatro princípios ativos que geravam 40 produtos comerciais. E só a parte da aviação agrícola estimou, entre todos os levantamentos e fontes do Ministério da Agricultura mesmo, que teria uma quebra de produção de 34% da agricultura. Então, o prejuízo financeiro, só em 2012, era de R\$24 bilhões para a agricultura.

Restringindo a aviação agrícola vai faltar alimento, vai haver uma quebra na cadeia econômica, nos serviços, nos empregos, no aumento do custo de alimentos, redução das exportações; consequentemente, quebra na balança comercial e aumento da inflação.

Eu tenho falado em todas as participações que isso é impossível; o mundo precisa de produção e precisa da aviação agrícola. Então, nós temos de achar um consenso que seja bom para todos. Hoje, nós somos 7 bilhões de pessoas; em 2050, seremos 9 bilhões. Então, a necessidade de alimento é infinitamente grande. E está provado: se os Estados Unidos, que mais utilizam essa atividade, operam com 8 mil aeronaves, e o Brasil com todo esse tamanho para crescer, possível-

mente nós vamos precisar de mais aeronaves. Se lá a densidade geográfica é bem diferente, as operações são normalmente próximas das cidades e feitas com segurança, então, nós temos de chegar a um entendimento no Brasil também.

Quanto a esse outro gráfico, a maioria já deve ter conhecimento. Segundo os dados, em 2010, a população urbana ultrapassou a população rural. Então, é mais gente na cidade, consumindo alimentos, e menos gente no campo produzindo alimentos.

Só para exemplificar a importância do agronegócio: corresponde a 23% do PIB, 37% dos empregos e 37,9% das exportações.

Era isso. Estou à disposição para qualquer pergunta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Quero agradecer a presença dos especialistas da aviação civil Cláudio Passos Simão, Diretor-Geral de Aeronavegabilidade da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac); ao Coronel Aviador Ricardo Nogueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Civil (Abac); e ao Comandante Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas da Aviação Agrícola (Sindag).

E gostaria de abrir a palavra aos colegas Senadores, para que possamos debater com os palestrantes e avançar nesse tema da aviação civil no Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Bom dia a todos.

Quero saudar o nosso Presidente Wilder Moraes, da Comissão de Infraestrutura, e os nossos convidados para esta audiência.

Queria fazer um questionamento ao Dr. Cláudio.

Nós tivemos aqui uma subcomissão da Comissão de Serviços de Infraestrutura que fez uma avaliação bem profunda da aviação geral, presidida pelo Senador Vicentinho, que, ao final, entregou um relatório ao Presidente Fernando Collor, da Comissão de Infraestrutura.

Nessa subcomissão, nós tivemos oportunidade de avaliar cada item desses que aqui foram expostos. E, desde aquela época, talvez até antes da subcomissão, nós já fazíamos uma observação sobre a atuação da Anac.

Naquela altura, talvez um pouco antes, a Anac tomou a decisão de fechar os seus postos de fiscalização em vários Estados da Federação, inclusive no Pará. E me parece que continua, porque, nas transparências, tanto na do Dr. Cláudio quanto na do Dr. Ricardo, falou-se em dificuldade de recursos humanos, em falta de recursos humanos.

Gostaria de saber se a Anac já conseguiu superar essas dificuldades, se os recursos necessários para que ela venha a desenvolver seu quadro de pessoal já foram transferidos pelo Governo, porque me parece que os recursos existem, mas eles são contingenciados pela área da Fazenda, da União.

Essa falta de fiscalização tem provocado um aumento de acidentes. Ainda ontem, tivemos um acidente em Belém. Lamentamos a perda de três vidas. E alguns meses atrás, tivemos outro acidente, e isso fora os que ocorrem em áreas remotas da Amazônia. Estou me referindo a acidentes na decolagem e no pouso de aeronaves. O anterior, no pouso, e esse de ontem, na decolagem. E a Anac continua não estando presente. Aqui foi dito que a fiscalização seria virtual, pela internet. Mas sabemos que, lamentavelmente, o nosso País, ainda hoje, não tem uma abrangência de atendimento de banda larga, principalmente na região da Amazônia.

Então, saber se já houve alteração, quando vai ser reaberto o posto da Anac nos locais em que foram fechados e qual a avaliação da Anac para esses acidentes, principalmente nas regiões remotas. Eu me refiro à Amazônia, onde a aviação é de extrema importância, pelas distâncias, e serve para salvar vidas. Não só transporte de passageiro e carga, mas, em especial, salvar vidas. E lá, na Amazônia, o acesso à maioria dos Municípios ou é pelos rios, ou é por uma aviação que é precária, inclusive em relação aos aeródromos, cuja maioria não é liberada pela fiscalização.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Dr. Cláudio Passos, Diretor de Aeronavegabilidade da Anac; também o Sr. Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindag; e o Coronel Ricardo Nogueira, da Aviação Geral.

Bem-vindos à nossa Comissão!

Vou fazer uma pergunta ao Dr. Cláudio Passos e, depois, uma provocação aos outros dois convidados.

Dr. Cláudio, primeiro, quero elogiar o seu trabalho na Anac, a sua disposição de nos atender ou de atender às demandas que saem desta Comissão e do Senado. Não podemos e não devemos ter qualquer tipo de reclamação com respeito ao atendimento pessoal de V. S^a e dos demais membros da Anac. Sempre que solicitada alguma informação, sempre que provocados, nós temos uma resposta. Nem sempre é a resposta que nós queremos, ou que gostaríamos de ouvir. E, em cima desse comentário, eu queria fazer uma pergunta a V. S^a.

O senhor sabe que, há três anos, nós vimos brigando, no bom sentido. Brigando com o papel. Sempre digo que perdemos a guerra do papel no Brasil todos os dias. Nós não conseguimos andar, porque o papel é muito mais forte que a vontade das pessoas e a necessidade do País.

Então, há três anos ou pouco mais, vimos tentando colocar o aeroporto de Água Boa, em Mato Grosso, em condições de ter voos noturnos. Foi feito o balizamento, enfim, e aí começa, Coronel e Nelson, a guerra do papel. E vem papel, e vai papel! Eu não consigo entender como é que não conseguimos resolver essas coisas.

Acho que nós temos um excesso de regras, de burocracia mesmo dentro da Anac. Como aconteceu nas outras agências também, constituímos agências reguladoras e nos esquecemos de acabar com as regras antigas. Então, havia as regras antigas, vieram as novas, e a coisa ficou pior do que estava.

Então, resta-me saber o seguinte, Dr. Cláudio: nós temos um excesso de burocracia mesmo e poderíamos nos debruçar sobre ela ou aqui no Congresso ou por portarias, alguma coisa, para simplificar essas questões, tanto na área dos aeroportos quanto das aeronaves? V. S^a comentou sobre os riscos de se liberar uma aeronave sem que haja uma boa fiscalização. E concordo plenamente. Estamos falando de segurança.

Então, a pergunta é: nós temos excesso de burocracia? Parece-me que sim. Mas, do outro lado – e quero salvar um pouco a pele da Anac nesse sentido também –, como acontece em outros órgãos não só da República quanto dos Estados, o solicitante ou o empresário ou o Município ou o Estado, eles têm apresentado à Anac os documentos necessários? Quer dizer, existe, por parte da Anac, um rol de pedidos definitivos? “Olhe, eu preciso desses dez itens para colocar para funcionar esse aeroporto ou para liberar essa aeronave”. Cumpridos os dez itens, a Anac faz o seu papel e libera o aeroporto ou a aeronave, enfim, o que está sendo pedido. Mas parece-me que não é isso que acontece. Vêm os dez documentos, depois se pede o décimo primeiro, o décimo segundo...

Portanto, Dr. Cláudio, eu gostaria de saber se, na Anac, V. S^a ou o pessoal está trabalhando para ajustar um pouco isso, para ficar mais claro, mais transparente para o usuário quando ele vai pedir uma autorização para construir um aeroporto, ou funcionar um aeroporto diurno, noturno, ou no asfalto, ou no cascalho, enfim, nas condições em que ele precisa, como nas pistas de aviação de agricultura.

Creio que precisamos colocar tudo em cima da mesa, ver o que não é necessário, tirar fora e deixar o

essencial. Não abrir mão da segurança, mas do excesso e da burocracia que nós temos no serviço público.

Insisto: nós estamos perdendo a guerra para o papel. E não é só na Anac. Na Anvisa, por exemplo, como o Nelson colocou aqui: retiraram quatro princípios ativos há pouco tempo, sem nenhum grande estudo, sem nenhum aviso, sem absolutamente nada. De repente, não funciona mais, não pode mais. Daqui a pouco, vem o pedido para parar com a aviação agrícola. Não se pode parar com a aviação agrícola! Pode-se parar de utilizar algum tipo de produto se ele, comprovadamente, vem causando algum dano ao meio ambiente. Ninguém é favorável a isso. Mas simplesmente parar a aviação agrícola? O senhor mostrou ali: são bilhões de reais de prejuízo na balança comercial, falta de alimentos. As pessoas não pensam um pouco, quando estão propondo, nas consequências para a sociedade e para o meio em que vivemos. Elas não pensam. Simplesmente olham o seu umbigo, retiram a aviação agrícola, e o resto que se exploda, sem lembrar que ela vai junto depois. Não há como se viver separado neste mundo.

Essa seria a pergunta para o Dr. Cláudio. E fazer uma provocação para os dois. Vieram aqui os dois, da aviação geral e da aviação agrícola, e têm a oportunidade de estar com o Dr. Cláudio Passos, que é quem comanda esse assunto, e não os vi reclamarem dele! Eu ouço todos os dias pilotos que trabalham comigo, que voam, que acompanham, eles detestam a Anac! Detestam! Eu não sei se o Dr. Cláudio sabe o que os aviadores falam da Anac. É uma brincadeira, mas dizem que a Anac significa: atrapalha, não ajuda e complica. É isso que eles falam por aí, em função da burocracia que existe.

Então, eu gostaria de aproveitar a presença dos dois representantes de entidades fortes para colocar na mesa, nas suas discussões, os seus pleitos, as preocupações que a aviação geral e a aviação agrícola têm para que o Dr. Passos possa levar para dentro da Anac. Tenho certeza de que os outros diretores estão ouvindo, vão assistir, vão acompanhar, porque o serviço público – não é, Dr. Cláudio? –, se não provocado, se não colocado na mesa, não funciona. A prioridade no serviço público é o da hora, é o do dia, é o do momento; o resto vai no processo lento da guerra do papel, que falei que estamos perdendo.

Então, seria uma provocação aos dois e essa pergunta ao Dr. Cláudio Passos.

Mas, antes de terminar, mais uma vez, quero agradecer e elogiar a forma como a Anac atende e responde aos pleitos que fazemos aqui. Agora, é uma máquina estatal, burocrática, como outra qualquer, len-

ta, que precisa sofrer alguns choques de 220v, 380v de vez em quando também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Senador Maggi.

Eu gostaria de franquear a palavra aos palestrantes, para que possam responder às perguntas dos colegas Senadores.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

O relatório feito por esta Casa realmente foi recebido e tem sido base para inúmeros trabalhos feitos para a agência, que envolvem praticamente todos os comentários colocados aqui.

A agência realmente recebeu um marco regulatório antigo, de uma aviação não tão grande quanto hoje. O crescimento, desde que a agência assumiu a atividade, realmente foi muito maior do que nos anos anteriores. Esse marco regulatório é o que nós chamamos de prescritivo, extremamente detalhado. Ele também, no nosso diagnóstico, representa um processo de transição que houve no passado, dos diversos códigos, com o Código de 1986, que trouxe também o processo de certificação, e tivemos praticamente uma sobreposição de culturas organizacionais que se sobrepueram e não se juntaram. Então, a percepção da Anac hoje é de que o marco regulatório realmente é pesado.

O grande questionamento feito foi efetividade e eficiência. O nosso grande dilema é que, em segurança, não se mexe desmontando para montar tudo de novo. Nós não podemos. Temos de fazer qualquer modificação com o processo andando a 100%. Então, ele é cuidadoso.

A opção da Anac foi exatamente criar um grupo de desenvolvimento institucional nos quais temos 11 projetos estruturantes, entre os quais um da questão de certificação de pessoas, que o Senador Blairo comentou – é um dilema nosso; outro, da questão da atuação da Anac, atuação nas pontas ou não, tanto que a Anac está...

Inicialmente, quando fizemos aquele enxugamento, foi por uma questão de absoluta incapacidade de ter meios de se desdobrar. A Anac hoje, Senador Flexa, continua do mesmo tamanho que era. Nós recebemos, neste ano, um concurso de 170, mas, desde aquela época, já perdemos mais de 170 servidores. Então, a Anac continua do mesmo tamanho que era: temos em torno de mil, mil e cem servidores de carreira, e o quadro previsto é de mil setecentos e pouco. Então, a situação é a mesma daquela época.

A questão de servidores efetivos é emblemática? Sim, mas a questão de eficiência também, de rever

esse marco, de olhar esse marco e tornar o marco mais leve, mais efetivo, mais eficiente é importante, e a Anac está realmente trabalhando nisso. Estamos trabalhando, mas não podemos eliminar uma série de procedimentos administrativos que são previstos sem que tenhamos outro sistema que os substitua e garanta o mesmo nível de segurança operacional. Essa é uma questão emblemática para nós.

A fiscalização é importante. Especificamente, Senador Flexa, essa aeronave que se acidentou ontem tinha sido fiscalizada pela Anac anteontem e estava 100% em condições de operação. Nós estamos com uma operação, esta semana em especial, no Norte e no Nordeste. No Norte, especificamente. Essa aeronave, especificamente, foi inspecionada pela Anac e estava em condições de operação. Então, as investigações têm que verificar... E o processo de investigação é cuidadoso e irá levantar dados para que a gente tenha subsídios. A Anac tem intensificado as ações de fiscalização.

Agora, como colocado na apresentação, as informações que nós temos dos desvios não se têm correlacionado tanto com o acidente em si. Quando a gente pega... A Anac faz essa análise também. Ela precisa saber quais desvios existem, qual a relação com os acidentes. Nós estamos acompanhando os casos e temos isso segmentado. Ou seja, isso é subsídio para o processo de revisão do marco regulatório, para tornar a nossa atividade mais eficiente e mais efetiva.

Relativamente às questões de aeroportos e de pilotos, essa percepção que existe no País é uma percepção que existe também na agência. Agora, a agência tem que tomar muito cuidado com como mexer. Não se pode mexer na segurança operacional simplesmente mudando de um marco para outro, sem nós sabermos realmente o efeito, a extensão daquilo. E não podemos deixar esse segmento sem aquela regulação mínima que já existia se não conseguimos substituir por outro sistema. Então, isso vai ser feito.

Existe a clara percepção na Anac de que nós temos de tornar os nossos processos de regulação mais efetivos, eficientes e leves. O que a Anac está fazendo especificamente por isso? Um dos projetos que está em desenvolvimento na agência vai listar, na atividade regulatória, o que deve ser regulado; como aquilo pode ser regulado; qual efeito aquilo tem sobre a atividade como um todo; se realmente há meios de fiscalizar e se é preciso... Mesmo sabendo que aquele assunto pode ser regulado, aquilo tem um efeito na eficiência ou na efetividade? Se for irrelevante, nós vamos tirar.

Agora, é um processo amplo, complexo, principalmente para um País que domina todos os segmentos da aviação civil; isto é: projeto, manutenção – há inú-

meras empresas de manutenção –, operação, aeroportos, número de aeroportos, as questões técnicas de aeroportos, as questões sociais dos aeroportos. A Anac também tem a percepção de que devemos separar as questões técnicas da função social das mesmas pessoas; ou seja, a Anac tem de enxergar a questão do risco associado à operação não só da questão técnica, mas existem outros fatores que precisam ser colocados que, às vezes, saem fora da esfera técnica. Só que nós temos que ter critérios claros de avaliação desse nível de risco, para eventualmente tirar algumas regulações de certas áreas, tornando o fardo mais leve e o nível de operação equânime em todas as áreas.

Não adianta estabelecermos um nível de segurança na regulação técnica se, na prática, aquela região do País tem necessidades tão específicas que, se colocarmos um nível lá em cima, estou provocando um efeito geral muito pior do que aquele nível de segurança. Ou seja, a minha atividade está inviabilizando qualquer coisa. Só que a Anac tem de quantificar isso para estabelecer claramente para os seus inspetores como atuar nesse caso.

Então, existem iniciativas a essa percepção. E existem trabalhos em curso, Srs. Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Não. Eu estava pensando numa forma prática, apenas, de exemplificar. Eu preferiria dar uma resposta na forma prática de exemplificar. Na semana passada, eu assinei uma portaria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Dr. Cláudio, a forma mais prática é saber quantos por cento da arrecadação das taxas que a sociedade paga no transporte aéreo são transferidos para a Anac, ou não. Isso que é importante, porque não é só com a Anac. Isso acontece com todas as outras agências reguladoras também – 80%, a média de transferência de 20% fica para o Tesouro, para o pagamento de juros da dívida.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Senador, as taxas da agência, as TFAC (Taxas de Fiscalização da Aviação Civil), não sustentam a agência em 100%, não. A aviação civil tem uma gama de taxas, inclusive aeroportuárias, de navegação aérea e as TFACs. Esse sistema como um todo é que a alimenta. Então, digamos que a dependência da agência, realmente, do Orçamento da União existe, e existe a previsibilidade: é feito o planejamento no início do ano. Com o contingenciamento deste ano, por exemplo, nós, que vínhamos cumprindo à risca o nosso cronograma, quando chegamos a agosto, já tínhamos usado mais de 50% do nosso orçamento para fiscalizações, para

as atividades, e nós tivemos uma redução de 40% nisso. Então, significa que o que sobra é o que nós temos até o final do ano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Não, não vai cair, porque são sistemas certificados. Não cai, Senador. Os processos, a Anac não faz fiscalização de um copo. Não é tão simples quanto isso. A fiscalização de um avião, seja ele pequeno, um jato pequeno, é extremamente sofisticada. Os sistemas são certificados. O que nós fazemos? Quando nós temos de contingenciar, ou não, a gente abre a malha da fiscalização. Ela continua existindo, apenas não na intensidade original. É esse o processo. A fiscalização não para; não podem parar a certificação e a fiscalização. Apenas ampliamos o nível dentro da capacidade de execução que nós não conseguimos.

Então, a questão orçamentária, para nós, é emblemática? Sim, é emblemática, e acredito que para diversos órgãos do Governo. A agência entende que, dentro das diretrizes estabelecidas, ela tem que se adequar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Dr. Cláudio, mais uma perguntinha: de quem é a responsabilidade da operação em si, a partir do solo, decolando, enfim. Porque, às vezes, a gente chega ao aeroporto e fica sentado dentro do avião, na cabeceira da pista, esperando, não sobe ninguém, não desce ninguém, e o avião fica ali retido, queimando combustível, irritando as pessoas. De quem é a responsabilidade? Quem opera isso?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Essa parte da liberação é o tráfego aéreo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas quem é o responsável?

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – O Ministério da Aeronáutica.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – O Comando da Aeronáutica. Agora, o senhor sabe que é um sistema complexo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sim.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – O que acontece no sistema? Por exemplo, às vezes, nós falamos da área de tráfego, que ela não libera um determinado aeroporto. O senhor imagina, Senador, se nós temos aviões voando para diversos locais, e o senhor começa a ter chuva em certos lugares que começam a fechar os aeroportos, e nós não temos para onde mandar esses aviões que estão em cima. Então, tudo isso é um processo complexo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas tem que parar embaixo, então?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Às vezes, o senhor tem de segurar na origem, porque os terminais estão cheios, os aeroportos fecharam por questões meteorológicas, os pátios estão cheios por alguma situação. Então, isso é uma atividade extremamente complexa e que tem de ser muito bem planejada. Então, esse é o processo de gestão do espaço aéreo, que realmente está sob a área do Comando da Aeronáutica. Isso envolve disponibilidade de pista, de pátio, questões meteorológicas, uso do espaço aéreo. E nós temos terminais extremamente congestionados dependendo se há algum efeito. E as questões do dia a dia da aviação civil.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Quando a gente viaja, vai para outros países, Europa, Estados Unidos ou Ásia, percebe que os aeroportos são muito rápidos. Decolam três, quatro aviões ao mesmo tempo. As filas acontecem, mas andam. A gente percebe.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Aqui, a minha pergunta é mais no sentido de saber quem opera, porque às vezes a gente fica no chão e não acontece nada, ninguém fala nada.

Outro dia, aqui em Brasília – eu sei que isso aqui é só para fazer uma crítica a quem opera em Brasília –, eu cheguei de Cuiabá, o avião saiu cinco minutos antecipado, chegou dez minutos antecipado, e nós ficamos 35 minutos dentro do avião esperando chegar a escada para descer. Não tinha escada para descer do avião. Então, essas coisas complicam.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Senador, talvez 50% dos problemas que nós tenhamos... A questão de a infraestrutura não ter crescido no ritmo da nossa aviação civil é factual. Agora, 50% do problema, às vezes, é pela falta da informação. Há falta de informação.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – O que se observa também, Dr. Cláudio, é uma desconexão muito grande entre os órgãos que operam essa atividade aeroportuária.

Eu sou ex-controlador de voo do Ministério da Aeronáutica e percebo que, apesar da evolução em equipamentos, nós evoluímos muito pouco em relação ao tráfego aéreo. E há uma série de problemas, como salários, alegados pelos controladores.

O que observou aí o nosso Senador Blairo Maggi é que a falta dessa integração faz essa diferença entre países que operam bem o tráfego aéreo e o Brasil. A falta de uma escada. Esse é um motivo de mais atraso. Então, esse somatório de coisas, a falta de conexão

entre os operadores do sistema de tráfego aéreo faz com que a gente tenha ainda problemas.

Eu queria observar que, quando o Senador Flexa falou sobre disponibilidade financeira – e eu até brinquei e disse que vai cair avião –, efetivamente, se tiver menos dinheiro, há menos fiscalização, e a possibilidade de acidente passa a ser muito maior. Nós sabemos que, quando nos sentimos fiscalizados, tomamos mais cuidado.

Então, qual é a regra? Que dinheiro recebe a Anac? Com o que vocês podem contar para fazer com que a atividade da Anac tenha mais eficácia? O dinheiro que vocês recebem é efetivamente suficiente para a atividade que vocês executam?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Pode responder, Sr. Passos.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – O orçamento, o planejamento é feito. Nem sempre nós recebemos aquilo que pedimos. Agora, a atividade está sob controle. A relação não é direta em termos de cortes e segurança.

Quando eu falo de sistemas certificados... E na cultura da aviação, com sistemas certificados a gente monitora o sistema como um todo. E a questão de segurança é fundamental também para o negócio chamado aviação. Então, o processo da agência é de conscientização de todo o segmento. E isso tem sido trabalhado não só com o transporte aéreo, mas com Abag e Sindag também.

Uma das coisas em que nós mais temos trabalhado é nessa cultura, na cultura de processos certificados e que efetivamente possamos controlar. Então, quando falamos do nosso processo de fiscalização usando dados, a que o Senador Flexa se referiu, é o quê? Estamos monitorando e usando inteligência para que nossas ações específicas sejam cirúrgicas e a Anac realmente se intrometa especificamente e cirurgicamente onde precisa. Ou seja, estamos tornando mais eficiente o nosso processo.

Passo à pergunta do senhor sobre o nosso planejamento anual.

O nosso planejamento anual é feito, e temos, nos últimos anos, recebido esses recursos. Quando existem os cortes, temos que reorganizar e tornar o nosso sistema um pouco mais flexível. Agora, não posso afirmar para o senhor que, ao cortar o orçamento, haverá efeito direto sobre a segurança. Não. Não deveria ter um efeito direto. Ele pode ser indireto se sistemas não funcionarem direito. Mas monitoramos, temos avaliação de risco e vamos agir cirurgicamente nisso. Ou seja, a Anac tem condições, naturalmente.

A pergunta do senhor: se tivermos mais recursos, vamos fechar essa malha e aumentar o grau de vigilância e de fiscalização? Sem dúvida. Isso é fato.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Dr. Cláudio Passos, só para complementar a pergunta do Senador Blairo Maggi. Hoje, a Anac talvez não tenha função ampla de atuação. Como citou o Senador, em Goiás, solicitei, há oito anos, a homologação do heliponto, e até hoje não o temos. Tudo isso é muito lento. Não haveria uma maneira de centralizar a operação com outros órgãos, para que possamos ter maior velocidade, tendo em vista essa diversidade, talvez a complexidade de operação?

Eu também faço parte da aviação e tenho feito isso aqui nos países vizinhos. E temos velocidade no serviço prestado em país bem menor do que nosso e temos serviço de melhor qualidade, sem contar também o custo do combustível, que, inclusive em países que nem sequer são produtores, é um terço menor do que o nosso.

Então, a aviação civil em um País do tamanho do nosso talvez fosse a oportunidade. Precisariamos ter velocidade principalmente para aproveitar essa oportunidade de crescimento. Hoje, o caminho que temos para resolver com rapidez questões de pequenas, médias e grandes empresas, para uma decisão rápida, tem que ser por meio da aviação.

Então, essa é a colocação que eu gostaria de fazer para que o senhor possa nos esclarecer.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Presidente.

A Anac tem se preocupado com esse custo sobre o setor.

Então, na área de atuação da Anac, naquilo que a lei estabelece, nas competências e atribuições da autarquia, a Anac tem feito isso.

Especificamente na parte de aeroportos e helipontos, temos um projeto estruturante. Existe uma preocupação com relação ao ônus que hoje se impõe sobre o setor: se é devido ou indevido. E estamos fazendo uma análise disso. O projeto estruturante dessa parte de regulação teve raiz na área de infraestrutura por causa desse problema. Então, estamos abordando isso. Existe a intenção se tornar mais efetivo, mas eficiente e facilitar, mas temos de fazer com cuidado. Isso existe. Agora, na parte dos demais custos, envolvem políticas públicas, políticas de governo que não envolvem realmente a atribuição da autarquia.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Eu acho que esta Comissão, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem que apoiar.

Dr. Passos, é muito importante que esse plano de aviação utilize esta Comissão, até porque o País pre-

cisa crescer, e percebemos a grande burocracia que há não só na Anac, mas em outras agências. Então, esta Comissão, Vice-Presidente Sérgio, tem que ter o apoio, para que possamos crescer. Essas palestras são muito importantes para que a sociedade tenha conhecimento do que está acontecendo na aviação no País.

Passo a palavra, agora, para o Nelson Antônio, para fazer as suas considerações e responder às perguntas a ele dirigidas.

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – O Senador Blairo me colocou numa situação de resposta, mas vamos lá. Na verdade, temos observado, como operadores da parte da aviação civil, especificamente da parte da aviação agrícola, que realmente o grande problema da Anac é falta de recursos humanos. Temos dificuldades. Recentemente tivemos um problema de habilitações. Todos os pilotos da aviação civil tinham problema de renovação de habilitação. Agora a Anac montou um sistema novo tornando a reabilitação rápida.

Documentação de aeronaves

Quando se faz um processo de vistoria, normalmente demora dois, três meses para a liberação de uma aeronave. Então, observamos que normalmente faltam recursos humanos, falta gente na Anac para que os processos andem. A aviação civil cresceu 7%, Senador, e o problema do usuário com a Anac esbarra num fato: a aviação civil está crescendo, os usuários estão crescendo. Hoje, só a aviação agrícola cresce 7%, a aviação civil no Brasil cresce 7% e a Anac não cresce 7%. Então, no mínimo, como o próprio Diretor Passos mencionou, deveria ser atualizada a parte de recursos humanos da Anac.

Com relação à burocracia, o que observamos em outros países é que existe um processo simplificado de documentação. Como o senhor disse, Senador, há uma relação de documentos. O usuário providencia essa relação de documentos, a agência confere essa documentação. Se está o. k., se não depende de outro órgão, é liberado o processo.

Nós, da aviação agrícola, tivemos ainda a felicidade de ter uma aproximação maior com o Diretor Passos e temos conseguido dialogar com a Anac. Mas os processos, em geral, demoram. O processo de vistoria de aeronaves, por exemplo, é demorado; o processo de criação de empresas demora junto à Anac. Entretanto, parece que o grande problema que os usuários observam e de que os usuários reclamam – pilotos, empresas e operadores – é realmente a falta de gente dentro da Anac para acompanhar os processos, o que causa demora, lentidão.

Uma aeronave que é importada hoje, desde que chega ao aeroporto, para ser liberada para operar, demora em torno de quatro meses mais ou menos. Isso

é fato. Na situação da aviação agrícola, por exemplo, uma aeronave que chega importada no mês de outubro ou novembro, só vai operar no mês de abril, maio. Portanto, perde o período de safra. Se um executivo compra uma aeronave, também o processo não é muito diferente.

Então, olhando como operador, como eu disse, com essa aproximação com o Diretor Cláudio Passos, andaram bastante os processos da aviação agrícola, mas, no geral, existe realmente reclamação dos usuários, dos operadores, da parte de formação de empresas, da parte de vistoria de aeronaves e da parte de documentação de pilotos.

No entanto, agora a Anac criou um processo novo de habilitação. Assim, hoje o piloto faz uma renovação de habilitação imediatamente e, logo após o envio do processo para a Anac, a carteira do piloto está liberada. Isso já foi um grande avanço, porque tínhamos um gargalo até há pouco tempo e, às vezes, o piloto ficava sem habilitação por três meses.

Simplificando tudo, Senador Blairo, acho que o grande problema da Anac, analisando como usuário, é falta de recursos humanos.

Claro, é necessário que haja uma simplificação dos processos dentro de uma margem de segurança e de recursos humanos para que os processos simplificados andem. Se não há gente para conferir o processo, então, não há resultado. Essas questões de pistas, realmente, são complicadas. Temos discutido bastante isso com o Diretor Passos. Por questões de legislação, existe uma divisão entre pistas que ficaram para o Decea, para o Comando da Aeronáutica. A parte de legislação de aeronaves e de pilotos ficou para a Anac. Então, existe um entrave entre os dois órgãos sobre o qual ainda não se conseguiu chegar a um consenso. Acho que o caminho é simplificar realmente o processo. Como usuário, como operador, o caminho é simplificar os processos e aumentar a parte de recursos humanos.

Realmente, a aviação civil, Senador, vem crescendo 7% ao ano e a nossa infraestrutura não cresceu 7%. Então, os problemas de aeroportos, de falta de pistas, o problema dos aviões parados no chão existe pela falta de estrutura. Se pegarmos o número de aviões do Brasil, o número de aviões dos Estados Unidos, o número de pistas pavimentadas, a simplificação de processos e os recursos humanos, veremos que a diferença é bem grande.

Então, precisamos avançar. A Anac tem avançado. Infelizmente, esbarra na parte de recursos humanos e acho que até na parte de recursos financeiros para continuar todo esse processo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Wilder, quero saudar todos os nossos convidados, agradecendo-lhes pela presença aqui na Comissão.

Tenho duas perguntas: a primeira é para o Diretor Passos. Sou do Acre. Não tenho esses dados oficialmente, mas tenho conversado com algumas pessoas ligadas ao setor e com alguns pilotos. Sou coordenador da Bancada do Acre. Estamos tentando agendar, e gostaria que V. S^a me orientasse nesse sentido. Lá no Acre as aeronaves estão operando – essa é a informação que tenho, e essa pergunta servirá para os três – com 50% da capacidade por conta da situação das pistas. A quem devemos recorrer?

Agora, essa vai para o Diretor Passos. Quem está na recuperação dessa pista é o Exército Brasileiro. Não precisa ser engenheiro, técnico nem especialista para ver que aquilo lá está numa lentidão sem limites. O que devemos fazer? Com quem devemos falar para que possamos dar certa celeridade?

Lá, estamos em pleno verão. Lá, na Amazônia, se trabalha no verão. No inverno fica praticamente impossível trabalhar. Mas estamos vendo que, no verão, não estão trabalhando. A quem devemos procurar? V. S^a tem consciência – e essa vai para o Diretor Passos também – das precárias condições das pistas do interior, de Municípios como o de Santa Rosa, de onde acabei de chegar, de Jordão? A esses Municípios só se tem acesso agora no verão, porque o rio seca, por meio de aviões pequenos. Lógico que não queremos isso, mas lá a situação é muito grave. Há preocupação não só da minha parte, mas dos próprios pilotos. É uma questão de dias, de horas, acontecer um acidente. Então, vocês têm conhecimento das precárias situações das pistas lá do interior do Estado?

Na capital temos um problema. Lá, as aeronaves estão operando com 50% da capacidade. Tenho certeza de que a passagem para o meu Estado é a mais cara do mundo. A passagem mais cara do mundo é a passagem para Rio Branco. A quem devemos procurar para ajudar – sei lá, a Anac – o meu Estado e dar celeridade naquelas reformas que estão sendo feitas na pista de Rio Branco? Seria a minha pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco/Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Senador Petecão.

Então, passo a palavra ao Sr. Cláudio para que possa responder ao Senador Petecão.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador, a Anac regula a segurança, não o investimento, o crescimento, essa parte da infraestrutura em si. Então, à Anac cabe o ônus de abrir ou fechar o aeroporto. Se ele não tem condições, a Anac fecha; se ele tem restrições, a Anac limita. Então, essa é a situação, hoje, de Rio Branco. O operador aeroportuário é a Infraero, quem faz os planejamentos, os investimentos, a gestão e operação do aeroporto é a Infraero.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Mas está limitado?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – A pista tem problemas, a pista tem problema, inclusive de solo. Problema de solo, disso tenho conhecimento pelas limitações. Sim, ela tem limitações hoje. Por isso, as obras, a solução definitiva é função do operador aeroportuário. A Anac não vai dar uma solução técnica. A Anac apenas vai garantir que ela é segura, vai manter a supervisão do processo da segurança, mas a Anac não vai dar soluções à Infraero, que é a administradora do aeroporto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Quem contrata essas empresas? O Presidente da Infraero?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Sim, a Infraero é a administradora, ela é a administradora do aeroporto, o aeroporto é dela.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – As condições precárias das pistas do interior, o senhor pode falar sobre isso?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – É uma situação semelhante. A Anac não investe, nem cuida das pistas. Ela abre ou fecha, se elas são seguras. Então, o dilema da Anac é esse. Qual o grande problema que temos com as pistas pequenas? E, aí, entra temos um dos dilemas regulatórios da Anac. Sabemos da importância dos aeroportos remotos para as populações, sabemos disso. Agora, existe um limite naquilo que a Anac pode permitir de um aeroporto aberto: é que ofereça um nível mínimo de segurança. Então, o dilema da Anac decorre do seguinte fato: quando o senhor tem uma área remota dessas, mas o aeroporto passa abaixo das condições de segurança para o nível de operação segura. O que sobra para a Anac? A Anac não investe, a Anac não entra na gestão, ela simplesmente limita o aeroporto ou não. O senhor entende?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Estou me referindo à segurança, à segurança nessas pistas do interior, à segurança.

A Anac tem um raio X, uma...

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Há um banco de dados, ela tem o registro de todas essas pistas, exceto de pistas clandestinas, o que não acredito que seja. Temos mapeado, junto com a Aeronáutica, sempre

isso. Existe realmente. Temos um mapeamento e temos a situação de cada uma dessas pistas em condições. Infelizmente, quando elas passam abaixo do mínimo, realmente existem restrições à operação dessas pistas. E o grande dilema que estamos estudando acerca da regulação é: será que podemos utilizar algum critério diferenciado para essas pistas remotas? Esse é um estudo que está em curso na Anac realmente. Como lidar com esses aeroportos, ou seja, vai se exigir o mesmo nível de exigências de um aeroporto que esteja próximo a grandes centros e aqueles que estejam distantes? É isso que estamos estudando agora, isto é, como desenvolver algum critério nesse sentido.

Agora, se a pista tem problemas, tem problema de asfalto, por exemplo, isso envolve, inclusive, a segurança do avião – não só a segurança, mas o custo para o operador do avião e uma série de fatores. Então, há um limite aí, Senador, em que a Anac entra.

A Anac tem um mapa desses aeródromos pelo País inteiro? Tem, ela tem um mapa. Agora, são 3.500 aeródromos espalhados pelo País. Então, o senhor pode imaginar que, aí, entra a questão do processo de supervisão, mapeamento, inteligência, controle, porque não conseguimos atingir isso diretamente, ou seja, monitoramos, temos controle, temos um processo de supervisão, de acompanhamento das pistas homologadas, temos ciclos de inspeções em que verificamos isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Diretor Passos, desculpe-me, mas sabemos que vivemos num país continental. O senhor me fala de 3.500 aeroportos, pequenos aeroportos.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Aeródromos. É que os aeroportos são públicos. Os aeródromos privados estão num nível diferente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Estou me referindo, Diretor, a aeroporto cujo Município só tem esse meio de transporte, não estou me referindo a um Município qualquer. O senhor entende?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Sim.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Vou lhe dar o exemplo do município de Santa Rosa, cuja população não tem outro acesso. No inverno, chegamos através dos rios, quinze dias para chegar a esse Município. Lá, só temos um meio de transporte. Não é um aeroporto qualquer. Estive nesse aeroporto na semana passadas, as condições são precárias. Eu ouvi isso do piloto. Estou chamando a atenção para que fique registrado porque, Deus o livre, se vier a acontecer um acidente ali, eu lhe confesso que estou com o sentimento de dever cumprido, chamando a atenção da Anac para que ela possa saber. Eu não estou falando nem de tratamento privilegiado, não é isso. Estou cha-

mando a atenção para uma situação acerca da qual, com certeza, o senhor já recebeu reclamações. Estive lá *in loco*, em Santa Rosa, em Jordão, em Taumaturgo, Municípios do Acre, na Amazônia, que hoje operam em condições precárias. Espero que não aconteça, mas a situação é de calamidade.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Senador, quem administra esses aeroportos?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Olha, eu confesso que achei que fosse a Anac, mas o senhor me disse que era a Infraero. É o Estado?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – O Estado ou o Município.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Minoria/DEM – GO) – Senador, o grande problema que citei anteriormente é a centralização. A maioria desses aeródromos foi feita pelo Estado, a maioria deles talvez não tenha a concessão ou a passagem da gestão para o Município. E, quando passa, também o Município não tem condição financeira de fazer. Esse não é um problema do Acre, acontece no Brasil inteiro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não é no Brasil inteiro. Estou falando de outra realidade. Você não pode comparar Goiás, em que você tem acesso por estrada, por metrô. Eu estou falando de Municípios em que se tem um acesso, em que a população não tem chance de ir de ônibus, de táxi, de moto. Ou vem de avião ou morre. Se adoecer, uma pessoa sai de lá num pequeno avião, num Scenic, em que viajei agora, ou essa pessoa vai morrer. Eu estou chamando a atenção. “Ah, é do Estado, ah, é do Município”. Não, o problema é do Governo brasileiro como um todo. Eu, como parlamentar, estou chamando aqui a atenção da Anac para que possamos – a Anac ou o setor competente, a Infraero – entrar em contato com o Governo. Vou fazer um relatório com fotos, com depoimentos – já estou preparando – porque estive lá *in loco*, e vou encaminhar à Anac, ao Governo do Estado, para que tomem as providências.

Não sei de quem é. Acho que a responsabilidade é de todos nós. Eu podia muito bem, porque sou parlamentar, dizer que não é da minha alçada e dizer que não tenho nada a ver com isso, mas acho que todos nós temos a ver. Presidente Wilder, eu entendo. Lógico que tem problema em Goiás, tem problema em Minas, tem problema em São Paulo. Onde houver uma pista, haverá problema, principalmente nesses pequenos aeroportos. Estou falando de uma situação em que a população depende 100% desse aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Parlamentar Minoria/DEM – GO) – Para terminar, o senhor pode até responder à pergunta do senador Petecão,

e, depois, passo ao Ricardo Nogueira para fazer as considerações finais, já que foi citado também.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Sr. Presidente. A grande questão desses aeroportos pequenos é, realmente, a administração. Este é o dilema, a administração dos aeroportos. O dilema da Anac é o fato de que ela regula o administrador do aeroporto. Então, as ações são do administrador do aeroporto. O administrador pode ser o Estado, pode ser o Município, pode ser o Governo Federal, depende de convênio. Pode ser público ou parte de um convênio que o Governo Federal pode passar para um Estado, um Município. Ou seja, existe uma cadeia. Agora, a administração, o responsável final por essas questões é o administrador do aeroporto, e a Anac não é o administrador do aeroporto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Mas o senhor fiscaliza?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Sim. Os públicos, sim. Os aeródromos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Senador Petecão, só para, adiantando a sua indagação, você tem que saber quem faz a gestão desse aeródromo. E, por meio dele, você tem condição de cobrar.

O grande problema que eu citava de Goiás é que a maioria dos nossos aeródromos estava sob responsabilidade do Estado, só que não se dava manutenção para ele. Então, um dos caminhos era terceirizar, passar toda essa responsabilidade para os Municípios, porque não havia condição. E essa foi até uma proposta da Anac, que iria, caso não fizesse esse consenso para os Municípios, fechar o aeródromo, porque não havia manutenção.

Eu passo a palavra...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Ainda tenho uma pergunta para as empresas. É verdade que as empresas estão operando com 50% da sua capacidade no Acre? É para as empresas. O senhor pode responder?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Eu vou passar para o Ricardo, que fala pelas empresas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Mas opera porque não tem gente ou porque está proibido operar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Se V. Ex^a me permite, antes até de responder essa pergunta da empresa, Petecão, nessa coisa dos aeródromos...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – (*Fora do microfone.*) – Com a palavra, Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Há uma preocupação, Sr. Cláudio – e temos até conversado muito isso com o Presidente Marcelo Guarany. Há um tempo de resposta da Anac, e há um tipo de atitude que tem nos preocupado. Vou dar um exemplo bem claro. A Bahia é um Estado que tem dimensões continentais. A Bahia é um continente à parte.

Para ir de Salvador a Cocos, ando 1.033km. Aí, a Anac me autoriza a descer de avião numa fazenda chamada Fazenda Busato. Pode descer, não tem problema nenhum. A pista é de terra batida. Eles criam gado ali. De repente, se um gado daqueles sair em disparada e bater no meio da pista, não tem problema. Mas a Anac não me autoriza a descer no aeroporto bem pertinho ali, no Aeródromo de Carinhanha, que tem asfalto, tem um bocado de coisas, tem tudo, a pista. E o Aeroporto de São Jesus da Lapa está lá, estamos clamando insistentemente. Inclusive, falei com o Marcelo Guarany na semana retrasada.

E aí, ficam essas coisas, de autorizar num lugar que é completamente impróprio e fazer uma exigência em outro lugar: “O problema é que lá em tal lugar falta a cerca não sei o quê.” Mas e no outro, não falta a cerca? No outro há, prioritariamente, uma série de coisas que podem contribuir para um acidente.

Então, assim, o meu questionamento à Anac é: qual é a capacidade de agilidade para dar resposta? Eu sei que vocês têm problemas, têm, como o senhor disse, mais de três mil aeródromos, mas é preciso ter um olhar criterioso. O Senador Vicentinho, inclusive, abriu esse debate aqui na Comissão, criou uma subcomissão. Uma das preocupações centrais do Senador Vicentinho era exatamente com essa aviação.

Esse é um problema em cuja ferida precisamos botar o dedo. Os grandes aeroportos têm o drama da fila, como foi levantado aqui, têm o problema de descer com baixa capacidade, com alta capacidade. Agora, temos um problema de cobertura, num País que tem Estados que não tem estradas, que precisamos visitar, que precisamos acompanhar, onde precisa chegar, inclusive, não só a presença física, mas precisam chegar alimentos.

Qual é o plano para atacar isso? Porque esse é que é o maior drama. Nós estamos dizendo para o senhor aqui que temos uns dez aeródromos na Bahia para os quais até hoje não saiu a autorização para pouarmos. Então, imagine isso no Acre e na Amazônia, de modo geral, onde o senhor tem problema.

E, lá – viu Petecão? – em Cocos, ainda dá para chegar de carro, mesmo andando 1033 km. Lá se

chega de carro, mas imagine em alguns lugares da Amazônia, aonde não se chega nem de navio, nem de barco, só de avião.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Está aqui, Presidente, acho que o meu gabinete ficou tão sensível que trouxe aqui as fotos. Essas aqui são as condições das pistas do Município de Santa Rosa. Essa aqui é a condição das pistas. Chegaram várias fotos. Estive lá essa semana e, antes de descer, o piloto me chamou a atenção das condições da pista.

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Isso aqui, olha aqui, como é que se pousa numa pista dessa daqui? Entendeu? Então, a situação do Acre não é igual a dos outros Estados.

O Senador Wilder disse que havia problemas em todos os aeroportos do Brasil, nos pequenos aeroportos, mas igual ao Acre... Na Bahia, acabamos de ouvir um depoimento. Mas lá se chega de carro. E em Santa Rosa? Não chega, não tem jeito.

Eu gostaria de ouvir o Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Avião a respeito da pergunta do...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Senador Petecão, seria interessante encaminhar isso ao nosso Diretor. Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral e, em seguida, ao Vicentinho, para que o expositor possa responder às perguntas de todos, Senador Petecão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu vejo aqui, com surpresa, porque, em Mato Grosso do Sul, nós damos um rasante em cima da pista, a cachorrada corre, boi corre, tudo, e nós pousamos.

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O que eu estou vendo aqui... Vou levar o nosso Senador Walter Pinheiro, que, evidentemente, representa um continente, para ver um pequeno país no Centro-Oeste brasileiro ao lado do nosso Mato Grosso, do Senador Blairo. É outro país, a Bahia, outro país.

Mas eu queria só – primeiramente, cumprimento todos os convidados – fazer três registros muito rápidos, Presidente Wilder.

Primeiro, o aeroporto de Campo Grande dispensa comentários. Eu acho que só tem o de Goiânia, de V. Ex^a, para disputar com ele quem é o pior. O de Goiânia faz um esforço tremendo, ele é quase imbatível, mas o aeroporto de Campo Grande é um aeroporto que absolutamente não está condizente com a reali-

dade de um Estado rico como o Mato Grosso do Sul. É um campo grande.

Nós, agora, nos deparamos com uma reforma da pista principal do aeroporto de Campo Grande. Já temos dificuldades enormes, gigantescas, com as companhias aéreas, que suspendem voos, mudam horários de voos. Eu imagino, agora, o campo ficando interditado das 9 horas da noite até de manhã. Goiânia já passou por isso também, eu imagino o que vai acontecer. E, para minha surpresa, conversando com alguns pilotos, eles me disseram que a pista auxiliar de Campo Grande tem condições de descer Boeing, de descer Air Bus.

Por que não homologam a pista auxiliar, por que não tomam providências no sentido de homologar, junto à Anac, a pista auxiliar de Campo Grande? Com os transtornos que hoje já são grandes com o aeroporto operando normalmente, imaginem agora com o aeroporto bloqueado das 9 da noite até de manhã?

Portanto, eu sei que o nosso Cláudio não deve estar acompanhando isso de perto, mas, na verdade, essa pista tem condições de atender aeronaves maiores e, simplesmente, ficamos à mercê de uma não homologação. Acredito que se trata de mais uma bobeadinha da Infraero, porque a Infraero é a responsável pelo aeroporto de Campo Grande.

Agora, o nosso Estado não pode sofrer com isso. O nosso Estado está sofrendo, está enfrentando muitas dificuldades.

Eu queria fazer duas considerações, porque, no meu ponto de vista, não podia perder essa oportunidade. A primeira é a minha preocupação com a renovação das licenças dos pilotos. Eu fui Relator da Agência Nacional de Aviação Civil aqui, no Senado. Todos nós entendíamos que a Anac ia facilitar a vida das pessoas. E estamos vendo o contrário. Os pilotos têm que se deslocar, vir a Brasília, pagar diária. Os pilotos comerciais têm mais facilidades – estou falando dos pilotos da aviação de jato, etc. Agora, os pilotos que atendem Mato Grosso do Sul, que comandam pequenas aeronaves, não têm dinheiro para se dar o luxo de vir a Brasília fazer recheque, fazer exame médico e outras coisas mais. Esse assunto não foi resolvido até agora – pelo menos, é o que me consta, porque tenho sido, sistematicamente, abordado pelos pilotos de aeronaves menores. Portanto, isso é um complicador e um custo adicional.

O segundo ponto – e queria abordar esse assunto depois, até porque converso com muita gente das grandes companhias, principalmente comandantes – é a proficiência em inglês. Vários comandantes de companhias aéreas e copilotos faziam, tinham a homologação em escolas internacionais: Espanha, Canadá, vários países. Eles faziam esses cursos ou esses recheques, se essa é a expressão mais correta, nessas

escolas, com resultados praticamente imediatos. Aí a Anac resolveu, ela própria, através de um *pool* de empresas contratadas, fazer esse teste de proficiência em inglês. Primeiro, o inglês da aviação não é um inglês corriqueiro. Segundo, fizeram testes com alguns testadores de pilotos. Eles ouviam a comunicação dos aviões com as torres para ver se conseguiam interpretar a conversa. Não a interpretavam.

E, para a nossa surpresa, o seguinte: parece que a Anac está querendo criar alguns Shakespeares aqui no Brasil, pessoas absolutamente fluentes que, possivelmente, vão escrever livros e contribuir para a literatura universal com a sua proficiência em inglês. Não estou defendendo aqui relaxamento no teste e no cheque da qualificação desses comandantes e desses pilotos, mas é demais. E sabe quanto tempo leva a resposta? Sesenta dias, noventa, enquanto, na maioria das operações pelo mundo, o comandante ou o copiloto recebem o atestado se estão em condições ou não no mesmo dia.

E pior: nas companhias aéreas, se o piloto não renovou a sua licença ou não está apto para fazer voo internacional, o que acontece? Eu vou dar um exemplo da TAM. Eles saem do A330 ou do A340 e vão começar a voar o A320. É isso, simplesmente assim. Então, o que percebemos?

Eu conheço o Cláudio, um homem competente, um homem que conhece o setor como poucos, e o Diretor Guarany também, competente, determinado, jovem, republicano nas suas ações, mas vamos ter que corrigir essas coisas. Ninguém mais aguenta isto: onerar piloto, que tem que se deslocar para Brasília e não tem condição de bancar uma semana aqui; proficiência em inglês. A Anac veio para facilitar – pelo menos, quando aprovamos aqui a Agência Nacional de Aviação Civil, a intenção era facilitar a vida da gente, não o contrário.

Eu tinha outras questões a apresentar, mas não vou tomar o tempo da audiência pública. Deixo essas observações.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Passo a palavra para Cláudio Passos responder também essa pergunta do nosso Senador e, em seguida, para terminar, passo para o Ricardo Nogueira responder a pergunta do nobre Senador Sérgio Petecão.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Presidente.

Senador Walter Pinheiro, Senador Delcídio, a Anac está fazendo um grande processo de gestão institucional exatamente para tornar seus processos mais eficientes e mais efetivos. Tanto a questão dos aeroportos quanto a questão das licenças são objeto de projetos específicos exatamente para que nós possamos lidar com essa transição.

É importante, porém, sabermos que existem aeroportos privados e aeroportos públicos. Eu não consigo misturar a regulação de aeroportos privados, nos quais realmente a Anac não interfere – que são esses que são de terra, são operados pela iniciativa privada, ou seja, por pessoas privadas –, e a regulação daqueles que são abertos ao transporte público, que têm uma regulação específica. Mas, independentemente disso, nos dois, precisamos ter uma regulação efetiva e eficiente. A Anac está estudando como minorar os problemas, como melhorar a situação e tornar mais eficiente e mais efetivo o processo de regulação e o processo de resposta também – nós temos diversos entre os 11 projetos estruturantes.

Nós não conseguimos dar respostas rápidas por causa do atual marco regulatório. Nosso grande dilema hoje é alterar o nosso marco regulatório, que é antigo...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Código Brasileiro de Aviação?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Não, os próprios requisitos mesmo, os RBHs, que nós transformamos em RBACs, as normas que nós recebemos anteriormente, que são extremamente detalhadas e prescritivas – e elas são administrativamente pesadas. Eventualmente, percebemos que existe campo para melhorar a eficiência e a efetividade no processo.

Nós temos técnicos e equipes debruçadas sobre isso, porque, para atender o aspecto da segurança, nós não podemos simplesmente apagar um e ligar o outro, nós temos que fazer um processo de transição e entender claramente o que está sendo feito. Então, tanto na área de licenças quanto na área de aeroportos existem estudos nesse sentido exatamente para melhorar a qualidade das respostas.

Especificamente na área de licenças, existe um projeto que está revendo todo o marco regulatório da área de credenciamento e licença de pessoas, todo, em termos de critérios...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Dr. Cláudio, eu só queria, até em função desse assunto que V. S^a está comentando, fazer uma observação.

Chamo atenção para o paradoxo da situação que nós vivemos. Mato Grosso do Sul faz divisa – o mapa mostra ali – com o Paraguai e com a Bolívia. Nós não temos linhas comerciais em Mato Grosso do Sul nem para a Bolívia nem para o Paraguai. Por exemplo, se eu quero ir a Santa Cruz de la Sierra, que fica a 400 quilômetros da cidade onde eu nasci, Corumbá, eu tenho que ir para São Paulo e, de São Paulo, ir para Santa Cruz de la Sierra, sendo que há aeroportos em condições de prestar esse tipo de serviço. O aeroporto de Corumbá é um aeroporto cujas obras foram recentemente

te concluídas pela Infraero. Ponta Porã está a um pulo de Assunção, mas eu não posso ir de Ponta Porã para Assunção: eu vou para São Paulo para, de São Paulo, ir para Assunção. Ou seja, são coisas absolutamente abstratas, é uma coisa inacreditável. Fora – e aí é problema da Infraero de novo – a taxa de embarque, que é quase o preço que eu pagaria... Porque aí é taxa... Nós tentamos fazer um voo para Santa Cruz de la Sierra: a taxa de embarque era quase o preço do voo. Então, a Anac tem que olhar essas questões e, com as companhias aéreas, buscar uma saída. Por que os Estados Unidos são fortes em aviação? Porque eles têm uma aviação regional forte, além da convencional.

No Brasil, com dimensões continentais – parecidas com as da Bahia – a aviação regional é um fator preponderante não só para facilitar a vida das pessoas, mas, ao mesmo tempo, girar a economia, facilitar a vida de quem vai investir, de quem vai andar pelo País e aproveitar as riquezas que nós temos.

Então, existem equívocos que já se arrastam há um bom tempo, e precisamos resolver essa questão de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Senador.

Citamos o aeroporto de Goiânia como aeroporto internacional, mas nós temos de vir a Brasília ou a Manaus para sair do País. Então, ele não tem nada de internacional.

Então, o que está acontecendo hoje com a aviação – exemplo é o que está acontecendo aqui em Brasília – é que já foi a época de o Governo tentar fazer gestão nesses aeroportos. Ele não consegue. É o caso da Infraero. Hoje, o aeroporto de Brasília é um canteiro de obras. Com certeza, o menor serviço que vai haver no aeroporto de Brasília será o de aviação. Vai haver, sim, uma área imobiliária de *shoppings centres* e hotéis. Com certeza, deve ser a saída para o País: a terceirização, ou seja, passar isso para a iniciativa privada, que, com certeza, vai conseguir explorar e ter muito mais velocidade nesses empreendimentos que estão parados e que têm tamanha dificuldade em fazer a regulamentação, não só de voos, mas de controle.

Eu gostaria de passar a palavra para Ricardo Nogueira, para fazer as considerações finais, pois o nosso tempo está esgotando, e passaremos para a segunda parte dos trabalhos do dia.

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Obrigado.

Senador, quem deu essa informação para o senhor de que as aeronaves estão voando com 50% da sua capacidade? Foram pilotos?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Quem disse foi o diretor Paz. Disse que há

problemas e que as aeronaves... Eu só queria que o senhor confirmasse ou negasse a informação.

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Primeiramente, sou representante da aviação geral. Mas, como sou piloto e estou na aviação há 42 anos, quero tentar atender a sua colocação.

A redução de almas a bordo pode ser oriunda de vários motivos. Um deles é a restrição de tamanho de pista; pode ser por temperatura; pode ser pela aeronave; pode ser por combustível. Ou seja, são diversas as possibilidades de origem de se estar fazendo uma operação com capacidade reduzida. Então, talvez careçamos um pouco mais de informação para chegarmos a uma conclusão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Está operando com...

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Eu não tenho esse conhecimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O senhor não tem essa informação?

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Eu não tenho. Mesmo porque eu sou da aviação geral. Aqui está empresa de aviação geral, mas isso foi um equivoco.

Eu trato da aviação geral como um todo. Mas entendemos as restrições das pistas; entendemos as questões de mercado; entendemos por que o Senador disse que tem de vir a Brasília.

Esse não um problema só seu Senador. É um problema da grande maioria dos brasileiros que não estão nas grandes cidades. Eles têm de viajar pelo País para chegar aos seus destinos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Então, a quem eu devo me dirigir para ter essa informação? Quem eu devo procurar para ter essa informação, se as empresas estão operando com 50%, 30%, 20% ou 70%?

A quem devo procurar?

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Individualmente, nas empresas. Mas aquele grande vilão de que falamos aqui, o operador do aeroporto. É ele que tem essa informação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – A Infraero, então?

O SR. RICARDO NOGUEIRA – É coisa do Sul?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, Rio Branco.

O SR. RICARDO NOGUEIRA – É com a Infraero. Aproveitando, quero responder à provocação do Senador: Por que não batemos na Anac? Nem precisa, Senador. Estamos aqui há algum tempo e a Anac tem merecido a atenção de todos.

Claro, há deficiência, carências. Todos nós que estamos assiduamente lidando com a Anac sabemos

exatamente quais os pontos que merecem ser melhorados. Mas entendemos que o grande ponto é o reduzido contingente de pessoas para trabalhar. Então, temos buscado, dentro da própria Anac, elevar sempre e não entrar com uma postura de cobrança. A postura que nós, as associações e os sindicatos, temos tido com a Anac é de cooperação, porque entendemos que é todo um sistema e a Anac desempenha uma função dentro desse sistema e cada um de nós desempenha outra função. Mas o sistema como um todo merece funcionar pelo bem do País.

A fase de jogar pedra no telhado da Anac, por sinal, é bem frágil. Já passou. Procuramos trabalhar de braços dados com ela, oferecendo sempre nossa experiência e nosso conhecimento para que os prazos possam ser melhor vencidos.

Senador, não tenho mais... Não fui questionado, mas estou à disposição desta comissão na hora em que acharem necessário a Abag comparecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Ricardo Nogueira.

Não tendo mais nenhuma pergunta para os presentes...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força. PR – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força. PR – MT) – É só para recolocar aqui a observação que fiz. Eu vi na rede social que estavam me criticando porque eu disse que os voos nacionais podem atrasar; os internacionais, não. Não, não foi isso o que eu disse. Eu fiz referência ao fato de que, quando estamos no exterior, percebemos que os voos saem mais rápido, a operação é mais rápida; e, nos nossos aeroportos, as operações são mais lentas, há mais atraso nas decolagens. E o Dr. Passos explicou aqui – para mim, bem entendido – que não é simplesmente uma questão local, daquele ponto do aeródromo, mas, sim, do conjunto da operação aérea que se está fazendo.

Portanto, é só para deixar claro que não foi concordando com os atrasos no Brasil ou dizendo que não há nenhum problema neles. Pelo contrário, nós queremos também ser eficientes, rápidos, ágeis e com segurança.

Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Blairo, se ponderarmos até uma colocação feita pelo Senador Wilder, sobre os aeroportos grandes e que passaram para concessão agora, parece-me que só o aeroporto de Brasília tem pouso e decolagem simultâneos, por conta inclusive da situação das duas pistas.

Quando o Senador Blairo fala dos voos lá fora, é muito comum os grandes aeroportos terem várias pistas. Não quero citar as experiências de Atlanta, de Chicago, porque é até mais complicado. Mas o aeroporto de Frankfurt, por exemplo, é o principal *hub* da Europa, e vamos encontrar centenas de voos programados. É isso que o representante da Anac coloca; ou seja, é um pouco do dimensionamento não só do espaço aéreo, mas também da estrutura física que comporta isso.

Quantas vezes, em Brasília, víamos o nosso voo sair atrasado à noite? Seguravam os voos que iam partir, a partir das 18 horas, para permitir pouso. Obviamente, quem está lá em cima tem prioridade.

Outro aspecto é a estrutura física dos aeroportos. Os nossos aeroportos foram constituídos com estrutura ao contrário. Os aeroportos eram grandes, do passeio, como chamamos na Bahia até o *check-in*, porque era uma novidade, meu caro Delcídio, o sujeito viajar.

Então, quando o sujeito ia viajar de avião, a família inteira ia para o aeroporto, e era uma festa. A primeira vez que lá em casa houve um voo desse tipo, internacional, a família inteira foi, para ver um parente nosso ir para o exterior saindo de Salvador. Então, lotou o aeroporto. Era comum.

Nos aeroportos mundo afora é o contrário: o sujeito chega e o ambiente interno para o passageiro é que é prioritário, não só do ponto de vista de espaço, como também de condições com *fingers*. Passamos a ter *fingers* em nossos aeroportos em um período muito recente. Então, acho que esse é um processo importante para enfrentarmos.

E o que o senhor colocou, numa resposta dada ao Delcídio, sobre a estrutura e nova gestão, etc. Por que a Anac não faz acordo com as agências estaduais? Por exemplo, se não tem agência em Mato Grosso do Sul, pronto, faz um acordo com a agência, desloca um pouco, amplia a capacidade de trabalho da Anac para fazer acordo com as agências estaduais, porque isso permite uma fiscalização mais rápida, permite inclusive um olhar. Essa é uma das coisas, por exemplo, que sugerimos ao Marcelo Guaranyas várias vezes. Ao invés do pessoal da Anac ficar aqui, “não, no próximo mês vamos fazer a vistoria para a homologação”, faz a parceria com a agência no Estado, para permitir inclusive ampliar os tentáculos da Anac para uma resposta mais rápida a essa reestruturação de gestão.

Então era importante isso. Treina, capacita o pessoal para isso, dá um período. Enfim, no lugar onde não existem as estruturas, cria um departamento de aviação. E aí vamos criando esse ambiente todo, porque esse é um negócio bom para criar a capacidade de resposta.

Volto a dizer ao senhor que, num País como o nosso, o senhor mesmo disse aí, que tem três mil e tantos

aeródromos, tem que haver um olhar sobre eles. Se ficarmos concentrados em Brasília, ou esperando que um sujeito da Anac lá na Bahia, um no Mato Grosso do Sul, um não sei onde, possam dar resposta, é difícil.

E nesse mesmo convênio, meu caro Delcídio, temos que criar essa coisa da certificação e da re-capacitação, ou da emissão de novas licenças para pilotos. Senão...

Temos um exemplo, Delcídio, eu estava citando. Um avião do governo do Estado da Bahia foi para revisão, foi para fora. Quando esse avião voltou, os pilotos todos do Estado tiveram que passar um período aqui em Brasília fazendo novo treinamento. Pilotos, com todo o respeito, de cabelos brancos já, pilotando há quinhentos anos luz, tiveram que voltar para fazer novo treinamento na aeronave em que passaram a vida inteira. Cresceram os dentes, estão com os dentes já podres, e tiveram que voltar para fazer novo treinamento.

Então, também descentralizar isso. Certificação, capacitação de pilotos. Isso tem que ser descentralizado no Brasil, não pode continuar num lugar só e nem nos chamados eixos tradicionais.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Senador Walter, eu acho que essa discussão chegou ao ponto chave em que comecei desde o início. Brasília tem que largar de querer pensar pelo Brasil inteiro. Os problemas estão nos Estados. Os problemas estão nos Municípios, Serjão, lá no seu Município, então temos que descentralizar isso. As decisões têm que ser feitas onde estão os problemas. E nós estamos invertendo. Nós trazemos para Brasília, para pensar pelo Acre, para pensar pelo Amazonas, para pensar por Goiás.

O que está acontecendo no aeroporto de Goiânia, que é aqui do lado – a obra foi embargada em 2007, está voltando agora –, o que perdeu o Estado com isso? Então, temos que descentralizar, que fazer esse acordo com as agências de aviação no Estado, trazer para os Estados, que, com certeza, Senador Sérgio Petecão, essa resposta vai ser muito mais rápida. Eu vejo hoje a sua indignação.

E temos que procurar saber com quem falar. Estão centralizando muito as coisas em Brasília, a aviação, num País continental. As decisões têm que estar onde estão os problemas, e os problemas estão nos Estados, nos Municípios, e não aqui em Brasília.

Eu gostaria de oferecer três minutos aos nossos palestrantes, se alguém quiser fazer um relato final para concluir esta palestra de hoje.

Passo a palavra a Cláudio Passos, para fazer a sua conclusão.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Presidente. Como diretor da Anac, eu gostaria de assegurar aos senhores que nós hoje estamos preocu-

pados realmente com o serviço e com tudo o que nos tem sido proposto.

Nosso maior desafio antes de descentralizar é tornar o serviço mais leve, descentralizar o que não precisa ser feito é complicado. Nós precisamos, realmente, e é isso que tem sido feito, tornar mais eficiente e efetivo, e aí tornar mais dinâmico o processo.

Então, tudo o que foi colocado, tudo o que nós ouvimos faz parte realmente de um grande processo de revisão de gestão interna da agência, de que a agência começa realmente a tomar pé.

Nossos desafios os senhores conhecem, o processo das concessões. Nós agora temos que cuidar não dos critérios das concessões, mas da implantação das concessões. Isso é um ônus na Agência, porque ela será responsável pelo que esses aeroportos concedidos serão, no futuro, quando forem devolvidos ao Poder Público. Eles serão soluções ou eles serão problemas? Então, na implementação e nesse processo de acompanhamento, a Agência, realmente, tem um leque de responsabilidades enorme, e nós temos que ser, realmente, efetivos e eficientes nesse sentido. Esse é o compromisso da Agência.

Eu reconheço, como diretor da Agência, nossas limitações, mas posso garantir aos senhores que não estamos surdos, não; nós estamos trabalhando. É que nossas respostas têm que ser cuidadosas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu só queria fazer uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Pela ordem.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem.

Compreendo as ponderações do diretor Cláudio, do competente Cláudio. É um homem competente e conhece o setor muito bem.

Nós entendemos as dificuldades da Anac, os processos, as concessões todas. Está aí Brasília, que foi citada aqui, Viracopos, Cumbica, enfim, e outros que virão. Mas o dia a dia está aí. Agora, nós não podemos é, por conta do futuro, embananar a vida do presente. E são coisas simples, são coisas que não requerem soluções sofisticadas, complexas. Agora, o que estamos criando? Mil dificuldades para quem pilota avião, que tem uma responsabilidade gigante neste País.

E essa visão de Brasília não é a visão do Brasil profundo, do Brasil que sai de São Paulo, do Rio de Janeiro, de outros lugares e que toma conta aí das fronteiras brasileiras, chegando ao Acre, ao Amazonas. Nós queremos... As coisas têm que ser simples, e parece que, dia a dia, fica cada vez mais complicado para quem quer trabalhar.

Nós entendemos, Cláudio, os desafios que a Anac tem, que não são pequenos, e as dificuldades da implantação de uma Agência que ainda é jovem e, portanto, com as dificuldades que a juventude traz. Quer dizer, é uma Agência que tem pouco tempo de vida, se comparada, por exemplo, com uma Aneel ou com outras agências. Mas é no dia a dia nosso que precisamos facilitar a vida das pessoas. E, muito pelo contrário, está ficando cada vez mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Com a palavra, Nelson, para fazer suas conclusões finais.

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Sr. Presidente, agradeço ao convite feito ao nosso sindicato. Colocamo-nos à disposição sempre que o Senado precisar.

Realmente, acredito que essas audiências públicas, cada dia que acontecem, mostram que o processo é simples, Senador. Precisamos simplificar. E, realmente, a Anac tem de simplificar o processo, contratar mais pessoas e fazer o Brasil andar, porque a aviação civil está crescendo 7% ao ano. Se hoje estamos com essas dificuldades, imaginamos daqui a cinco anos.

Então, acho que o grande resultado desta audiência pública está muito claro: os processos são simples. Os processos das aeronaves, dos pilotos, das revalidações, principalmente, são simples. Então, é simplificar e deixar que os pilotos trabalhem com segurança. Acho que um processo mais simples não vai afetar a segurança do voo. São coisas simples que precisam acontecer.

Realmente, demoram as coisas para acontecer. Como o senhor falou, o diretor Cláudio é competente, temos dialogado bastante com ele, mas isso não acontece nos outros setores da Anac. Então, é preciso essa mensagem ser recebida pela Anac e continuar, porque, realmente, a aviação civil vai crescer, e vai crescer muito. Se nós temos, hoje, gargalos, daqui a 5, 10 anos, imaginem como será.

Então, acho que essa é a mensagem. Deixo o nosso sindicato aberto. Sempre que o Senado ou qualquer outra comissão precisar, estamos à disposição.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Nelson Antônio.

Eu gostaria de encerrar a primeira parte desta reunião, que foi a audiência pública sobre o tema Segurança Operacional e o Crescimento da Aviação Civil Brasileira, segundo o painel do IV Ciclo sobre a Aviação Civil, parte integrante da Agenda 2013 e 2014, investimento em gestão e desatando o nó logístico do País, da Comissão de Infraestrutura.

Gostaria de agradecer aos palestrantes Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade da Agên-

cia Nacional de Aviação Civil (Anac); ao Coronel Aviador Ricardo Noqueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Geral (Abag) e também ao Comandante Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola Sindag.

Obrigado pela presença.

Gostaria, encerrando, de iniciar a segunda etapa do nosso serviço do dia.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 3 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Moraes. Bloco Minoria/DEM – GO) – Dando início à segunda parte da nossa reunião deliberativa, passamos ao Item 1.

ITEM 1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 132, de 2008 – Complementar
- Não Terminativo -**

Autoria: Deputado José Carlos Aleluia
Altera a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, acrescentando § 6º ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Autoria: Deputado José Carlos Aleluia
Relatoria: Senador Clésio Andrade

Nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Delcídio do Amaral, para que faça a leitura do relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS.) – Sr. Presidente, o relatório que tramita nesta Comissão do projeto de lei complementar, descrito em epígrafe, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, da Bahia continental.

A proposição compõe-se de dois artigos: o art. 1º altera a Lei Complementar nº 87, de 1996, com o intuito de retirar da base de cálculo do ICMS das operações relativas a energia elétrica a parcela de consumo destinada à modicidade tarifária dos consumidores finais, integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.

O art. 2º é a cláusula de vigência.

A autoria da matéria contesta veementemente a decisão do Confaz, de autorizar os Estados a cobrarem de consumidores de energia elétrica hipossuficientes o ICMS sobre a subvenção autorizada pela Lei 10.604, de 17 de dezembro de 2002, destinada à modicidade tarifária da Subclasse Baixa Renda.

Segundo o Deputado José Carlos Aleluia, desde 2004, a determinação do Confaz, que não nos abandona, Senador Walter Pinheiro, vem onerando a conta de luz desses consumidores em até 14%, pesando,

sobremaneira, nos seus orçamentos. É o nosso querido Confaz.

A subvenção é custeada pela Conta Desenvolvimento Energético, encargo criado pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002. A CDE é cobrada de todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional. As concessionárias de serviço de distribuição cobram de consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda um valor menor com base em descontos regressivos definidos pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, segundo a faixa de consumo.

Esses descontos são ressarcidos à concessionária mediante a utilização de recursos da CDE. A tarifa subvencionada denomina-se “tarifa social”.

Antes da decisão do Confaz, as concessionárias só cobravam o ICMS sobre o valor efetivamente pago pelo consumidor beneficiário da tarifa social. A partir da decisão do Conselho, elas passaram a recolher o ICMS desses consumidores como se pagassem uma tarifa sem descontos. Em outras palavras, os Estados passaram a cobrar ICMS sobre os recursos da CDE que as concessionárias recebem. E estas, por sua vez, transferiram o novo ônus para o consumidor de baixa renda.

A matéria foi encaminhada inicialmente para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer favorável, com duas emendas de redação. Antes de entrar na Ordem do Dia para a necessária apreciação do Plenário, o Senador Francisco Dornelles apresentou o Requerimento nº 1.094, de 2012, para que o Projeto também fosse analisado por esta Comissão. Na justificativa para a oitiva da Comissão de Infraestrutura (CI), o autor do Requerimento entende ser necessário o mapeamento do impacto que a aprovação do PLC terá na política energética brasileira. Em especial, o Senador Francisco Dornelles gostaria de verem apuradas, de maneira exata, as consequências para o sistema Eletrobrás. O Requerimento foi aprovado. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão a análise de matérias atinentes a infraestrutura, como é o caso.

A análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, constante do parecer da CAE, a nosso ver, é esmerada e prescinde de qualquer reparo. Concordamos, inclusive, com as duas emendas de redação ali propostas.

Quanto ao mérito, o relatório já faz uma abordagem adequada sobre o objeto deste projeto.

Portanto, em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, nos termos do Parecer da CAE nº 1.522, de 2012, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei

da Câmara nº 132, de 2008 – Complementar, e das Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral, por ter sido relator *ad hoc*.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria e as Emendas nº 1 e 2 da CAE e da CI vão à Secretaria-Geral da Mesa, para seguimento da tramitação.

ICom relação ao item 2, o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2013, não terminativo, há um requerimento, que passo a ler.

REQUERIMENTO Nº , 2013 CI

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Fazenda informações sobre o impacto fiscal relativo às desonerações previstas pelo PLS nº 167/2013, de autoria do Senador Wilder Morais, em apreciação nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Autor: Senador Blairo Maggi

Então, retiro o item de pauta, seguindo o requerimento do Senador Blairo Maggi.

É o seguinte o item retirado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2013

- Não Terminativo -

Autoria: Senador Wilder Morais

Reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares.

Relatoria: Senador Blairo Maggi

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 44, de 2013

Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Ser-

viços de Infraestrutura, para obter informações sobre o denominado trem-bala, o Trem de Alta Velocidade (TAV), cujo planejamento e subsequente implantação estão em curso, sob a responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), sucessora da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV) e debater sobre a viabilidade enxergada para o empreendimento, sua atual condição de exequibilidade, bem como o atualizado planejamento que determinarão as ações de implementação de sua infraestrutura operacional. Considerando a motivação da Audiência Pública, bem como a especificidade do seu tema, solicito sejam convidados, para exposição e debate: O Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL; O Senhor Rodrigo Vilaça – Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 28/8/2013.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Comunicado. Retirados de pauta os itens 4, 5 e 6.

A Presidência comunica a retirada dos itens 4, 5 e 6 da pauta, Requerimentos nºs 45, 46 e 47 de 2013, da CI, a pedido do primeiro subscritor, Senador Wellington Dias.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 45, de 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para, por meio de audiência pública, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção re-

ferente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: representante do Ministério da Justiça; representante da Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos; representante do Ministério Público do Estado de São Paulo; representante do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; e representante da empresa Siemens.

Autoria: Senador Wellington Dias e outros.

Observações: Lido em 28/8/2013.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 46, de 2013

Requeremos, nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para, por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: 1. Jurandir Fernandez, Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 2. Luiz Antonio Carvalho Pacheco, Presidente do Metrô; 3. Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira, Presidente da CPTM; 4. José Luiz Lavorente, Diretor de Operação e Manutenção da CPTM; 5. José Luiz Portella, Ex-Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 6. Luiz Carlos David Frayze, Ex-Presidente do Metrô; 7. Décio Tambeli, Ex-Diretor da CPTM; 8. José Jorge Fagali, Ex-Presidente do Metrô; 9. Sérgio Avelleda, Ex-Presidente do Metrô (afastado por determinação judicial); 10. Nelson Scaglioni, Ex-Gerente de Manutenção do Metrô; 11. Ademir Venâncio, Ex-Diretor da CPTM; 12. Ronaldo Moriyana, Diretor da MGE; 13. Robson Marinho, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Observações: Lido em 28/8/2013.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 47, de 2013

Requeremos, nos termos dos arts. 102-A, inciso III, alíneas “d” e “e”, 102-D, 104, inciso I e 113 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para criação de um GRUPO DE TRABALHO, composto de 13 membros, no total, sendo 08 membros da CI e 05 membros da CMA, para acompanhar e avaliar as denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente a aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Autoria: Senador Wellington Dias

Observações: Lido em 28/8/2013.)

Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 48, de 2013

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II e III, e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de discutir a reforma do Marco Regulatório do Setor Mineral, com a presença do ex-governador da Bahia, Doutor-Professor Paulo Ganem Souto.

Autoria: Senador Jayme Campos

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados da audiência pública de hoje, Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Coronel Aviador Ricardo Nogueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Geral (Abag); Comandante Nel-

son Antônio Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas da Aviação Agrícola (Sindag).

Por fim, convoco as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima reunião, a ser realizada na quarta-feira, dia 11 de setembro, às 7h30min, neste plenário, com a pauta deliberativa e audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013, da CI, dando continuidade à agenda 2013/2014, “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”.

A mencionada audiência pública terá como tema o painel “Desafios da Infraestrutura Aeronáutica e Aeroportuária”, e contará com a presença dos seguintes convidados: Comandante Ronaldo Jenkins, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Regular (Abaer); Dr. Antonio Carlos Pellegrino, Diretor de Operação de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Também o Dr. Carlos Eduardo Fernandes da Silveira, Gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia onze de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Sérgio Petecão**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral**, **Walter Pinheiro**, **Inácio Arruda**, **Clésio Andrade**, **Valdir Raupp**, **Cícero Lucena**, **Flexa Ribeiro**, **Blairo Maggi**, **Vicentinho Alves**, **Alfredo Nascimento**, **José Pimentel**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, e **Waldemir Moka**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da 39ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. **PRIMEIRA PARTE: Audiência Pública**, em atendimento **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que,

“nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Brigadeiro-do-ar **José Alves Candez Neto**, Diretor de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – Subdepartamento de Operações – SDOP; o Comandante **Ronaldo Jenkins**, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Regular – Abear; o senhor **Carlos Eduardo Pellegrino**, Diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e o senhor **Carlos Eduardo Fernandez Silveira**, Gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo. Fazem uso da palavra a Senadora **Vanessa Grazziotin** e os Senadores **Flexa Ribeiro** e **Inácio Arruda**. **SEGUNDA PARTE: Item 1– REQUERIMENTO DA CI Nº 49, de 2013**, de autoria do Senador **Blairo Maggi**, que diz: “Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao senhor Ministro da Fazenda informações sobre o impacto fiscal relativo às desonerações previstas pelo PLS Nº 167/2013, de autoria do Senador **Wilder Moraes**, em apreciação nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura”. **Resultado:** aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, **Álvaro Araújo Souza**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Petecão**, Vice-Presidente da Comissão

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 39ª Reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovadas.

Vamos ler alguns comunicados que se encontram na mesa.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão de Infraestrutura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício COLEG – GB/SF nº 226/2013, de autoria do Consultor-Geral Legislativo Paulo Fernando Mohn e Souza, encaminhando a Nota Informativa nº 2.077/2013.

Trata-se de demanda encaminhada por esta Comissão à Consultoria Legislativa do Senado Federal, em razão do recebimento do Aviso nº 651 Seses – TCU – Plenário, a respeito do monitoramento do cumprimento das determinações constantes do Acórdão 725/2012 – Plenário, que apreciou auditoria operacional do DNIT para avaliar as atividades de manutenção, conservação e reparos das obras de arte especiais (pontes, viadutos e outros) integrantes das rodovias federais.

A referida Nota Técnica conclui que:

Em relação às possibilidades de intervenção do Senado Federal e, mais especificamente, da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre essa matéria, entendemos que há pelo menos quatro caminhos a serem seguidos, com vistas a facilitar o equacionamento da preocupante situação apontada no Acórdão aqui analisado:

– convocação de audiência pública com a participação do Ministro dos Transportes ou diretor executivo do DNIT, a fim de prestarem esclarecimento à CI sobre a razão da inação ante tão grave problema;

– envio de requerimento de informação dirigido ao Ministro dos Transportes sobre o andamento das providências determinadas no Acórdão nº 1.336/2003 – TCU – Plenário;

– apresentação de pronunciamentos parlamentares em plenário, a fim de sensibilizar a opinião pública acerca da gravidade do tema;

– apresentação de emendas ao Orçamento da União destinando verbas para a adequada manutenção das obras de arte nas rodovias federais.

Cópias destes documentos encontram-se à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão. Comunicado desta Presidência.

Relato do 2º Painel do 4º Ciclo de Audiências.

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou na quarta-feira, dia 4 de setembro,

o 2º Painel do tema Aviação Civil – Gerenciamento; Modernização; Ampliação e Principais Obstáculos, com a participação do Sr. Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); do Sr. Coronel Aviador Ricardo Nogueira, Diretor-Geral da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Geral (Abag); e do Sr. Comandante Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag).

O Sr. Cláudio Passos Simão, discorrendo sobre o tema “Segurança Operacional e o crescimento da Aviação Civil Brasileira”, lembrou que a Anac enfrenta o desafio de prover regulação, certificação e fiscalização para um setor que envolve mais de 80 milhões de passageiros/ano, 19.400 aeronaves, 700 aeroportos e 3,5 mil aeródromos. Lembrou, ainda, que o número de passageiros cresce a uma média de 12% ao ano, e o de aeronaves, a 7% ao ano.

A certificação é o principal instrumento de atuação da Anac para garantir a segurança operacional, afirmou o palestrante. A previsão é de que, em 2013, sejam controlados mais de um milhão de voos pelo Decolagem Certa (DCERTA), sistema informatizado de acompanhamento e verificação da regularidade de certificados e licenças de aeronaves, tripulações técnicas e aeródromos de destino.

Compete à Anac a regulação e a fiscalização tanto técnica como econômica do sistema, explicou o Sr. Cláudio. A parte técnica compreende o processo de certificação de aeronaves, da infraestrutura (aeroportos) e da operação. Para tanto, há dois tipos de fiscalização: um que se chama vigilância e continuidade, que é a manutenção do processo de certificação original e correção de possíveis desvios de tendência naturais; e a ação fiscal, que é endereçada a quem quer burlar o nosso sistema.

Já a parte econômica tem a ver com direitos e relações entre os entes econômicos e envolve concessões e autorizações de serviços aéreos; concessões de aeródromos públicos; obrigações das concessionárias e autorizadas; direitos dos passageiros; padrões de qualidade dos serviços; e aumento da concorrência, explicou o nobre palestrante.

Com o objetivo de garantir segurança e dar o suporte necessário ao crescimento da aviação civil brasileira, nós acompanhamos vários indicadores de transporte aéreo, afirmou o Sr. Cláudio. Olhando dados de 2012, que mostram, por milhão de decolagens, um índice de 1,9 acidentes e 0,21 acidentes fatais no Brasil – enquanto a média mundial é de 3,2 acidentes e 0,53 acidentes fatais –, vemos que a aviação civil brasileira é muito segura, e as nossas empresas, em

termos de segurança, estão com índices comparados aos dos melhores países do mundo, argumentou ele.

Observando a série histórica de indicadores de todos os acidentes que envolvem o transporte regular e o transporte privado, vemos a média móvel com uma tendência levemente ascendente, mostrou o palestrante. Temos de segmentar por cada uma das áreas para entender o que está acontecendo e onde a agência pode atuar para que tenhamos condições de melhorar a segurança da nossa operação, principalmente da área da aviação geral, explicou ele.

Sobre instrução, o que tem sido crítico é o incremento da atividade e instrutores inexperientes, ou seja, uma questão de capacidade de formação e cultura de pessoal, explicou o Sr. Cláudio. Nesse segmento, a cultura de segurança é essencial. Então, foram revistas as normas, aumentando as exigências para os instrutores e os parâmetros de certificação de escolas e centros de treinamento, complementou ele.

A aviação agrícola, por voar a baixa altura e com manobras bem agressivas, é uma atividade de maior risco. Assim, exige habilidade e cuidado e, como é feita com aeronaves que estão no limite da sua operação, ela se torna diferenciada, observou o palestrante. Por essas razões, a Anac criou legislação específica. E, por meio de reuniões com o DCEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) e o Sindag, e ações coordenadas com o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), busca melhorar isso, informou ele.

Buscamos criar um sistema de gestão da segurança em que efetivamente se reduzam os acidentes e não se imponham simplesmente cargas administrativas no setor que não tenha eficiência, disse o Sr. Cláudio.

Nossa legislação, historicamente, é extremamente pesada e prescritiva, procurando de toda forma evitar as burlas, por vezes tirando do mercado quem trabalha bem, sem conseguir controlar quem trabalha mal, admitiu ele. Ciente disso, a Anac criou uma área específica de fiscalização que não é a parte de vigilância continuada e, sim, a parte de ações fiscais.

Na aviação privada, que mais contribui em termos de acidentes, identificamos descumprimento de normas e aumento da atividade de importação de aeronaves usadas, sem condições, e que operam no mercado sem nenhum controle externo sobre isso. Mas, diante da criação de um sistema de entrada de novas aeronaves, de ações com a fiscalização DCERTA, de coordenação com a Receita Federal e intensificação das operações de fiscalização, já se nota uma tendência à redução desses índices, asseverou o palestrante.

Tamanho e diversidade da Aviação Civil Brasileira, regulamentação e fiscalização complexas e crescimento sustentado, são esses os desafios da Anac, sustentou

o Sr. Cláudio. Em certas regiões remotas, o aeroporto é a única opção. E equilibrar a questão técnica com as necessidades do País e a segurança com o efeito social é algo extremamente importante. Temos inúmeros aeroportos, e eles têm que operar com segurança, mas temos que dar suporte a esse crescimento sustentado e aumentar a eficiência e efetividade do processo de certificação e fiscalização, concluiu ele.

Em resposta a questionamentos, o Sr. Cláudio afirmou que o fechamento de alguns postos da Anac se deu por falta de efetivo, pois só existem 1.100 dos 1.700 servidores previstos, mas enfatizou que nem isso, nem os cortes orçamentários comprometem o nível de fiscalização e segurança.

Assegurou, ainda, que a aeronave acidentada em Belém no dia anterior fora inspecionada recentemente e não apresentava qualquer problema.

O palestrante explicou que, embora a Anac reconheça que o marco regulatório é pesado, não podem ser introduzidas mudanças apressadas, sob o risco de diminuir o nível de segurança operacional, mas que a equanimidade e os aspectos regionais serão avaliados e a possibilidade de estabelecer níveis diferenciados de exigência está em estudo.

O segundo palestrante, Coronel Aviador Ricardo Nogueira, iniciou sua exposição apresentando dados da aviação geral, mostrando que esta é a segunda maior do mundo e contabiliza uma frota de 14.000 aeronaves (97% do total), avaliada em US\$13,4 bilhões e que apresentou, em 2012, crescimento de 6,7% contra uma média mundial de pouco mais de 3%. Os segmentos que mais crescem são os de jatos e helicópteros, aeronaves que necessitam de infraestrutura especializada para operar, observou o Coronel.

A aviação geral cria cerca de 33 mil empregos diretos, e o Sindicato Nacional dos Aeronautas considera uma relação de dez indiretos para cada emprego direto, informou o palestrante. No setor de táxi aéreo, segundo dados de dezembro de 2012, são 184 empresas, com 1237 aviões, 325 helicópteros, 1.500.000 passageiros/ano transportados e recolhimento anual de R\$1 bilhão em impostos.

Só os 160 helicópteros de médio e grande porte utilizados na atividade *offshore* transportaram em 2012 mais de um milhão de passageiros. Com o pré-sal, estima-se um crescimento bastante grande dessa atividade, com investimentos da ordem de R\$2,5 bilhões em novos equipamentos, e uma frota de 271 helicópteros, transportando, em 2020, 2,5 milhões de passageiros/ano, avaliou o Coronel Nogueira.

O palestrante lembrou que a aviação geral, além do serviço de transporte de pessoas e bens, engloba nove categorias de serviços aéreos, prestando relevan-

tes serviços à população e ao Estado, a exemplo de combate a incêndios, inspeção e reparo de redes elétricas, sensoriamento remoto e pulverização de lavouras.

Segundo o Coronel Nogueira, o grande problema enfrentado pela aviação geral é a questão da concessão de áreas aeroportuárias. A aviação cresceu, e, de repente, constatou-se que há muito avião para pouco aeroporto. A Anac publicou, em setembro de 2009, uma resolução que trouxe muita insegurança jurídica ao setor, pois não há definição dos locais onde as empresas possam trabalhar, praticamente inviabilizando seu funcionamento, reclamou ele.

Também a questão do acesso à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica é crítica, pois, sempre que há uma restrição de capacidade, a primeira medida adotada é proibir ou restringir a aviação geral, disse o palestrante. Uma melhor partição das capacidades instaladas é necessária, inclusive com a criação de terminais específicos para a aviação geral, afirmou ele.

Na realidade, não existe no País uma política pública para a aviação geral, observou o Coronel Nogueira. A Anac não é um óbice, mas a diversidade de assuntos e a multiplicidade de ações que realiza, com um quadro de pessoal muito reduzido, não permite que haja a agilidade necessária nos processos, concluiu ele.

O último palestrante, Sr. Nelson Paim, explicou que a aviação agrícola brasileira opera com mais de 1.800 aeronaves, sendo a segunda maior do mundo e, além da atividade de pulverização de lavouras, realiza também combate a incêndios florestais, combate a vetores, adubação em florestas, semeadura de pastagens e povoamento de águas.

A aviação é responsável pela pulverização de 72,1 milhões de hectares de lavouras, representando 24% do total de pulverizações realizadas no País, contando para isso com 231 empresas registradas, além de 199 operadores privados, informou o Sr. Paim. Em situações críticas que exigem um controle rápido no prazo de dois ou três dias, ou em culturas altas como a cana-de-açúcar e também no arroz irrigado, a pulverização aérea é a única tecnologia viável, observou ele.

A atividade é amplamente regulada e fiscalizada pela Anac e pelo Ministério da Agricultura, explicou o palestrante. Recentemente, o Sindag firmou convênio com três universidades federais do Brasil, para promover um processo de certificação, não só da parte operacional das aeronaves, mas de toda a empresa, completou ele. Mesmo assim, o setor sofre com tentativas de restringir ou até proibir totalmente a atividade, normalmente por falta de conhecimento técnico e de avaliação da sua importância para a economia nacional, enfatizou o Sr. Paim.

Entre as dificuldades que o setor enfrenta, afirmou ele, destaca-se o custo de operação, pressionado pela carga tributária de 25% sobre o faturamento das empresas, quando na maioria dos países é da ordem de 8%, e pelo custo dos combustíveis, que absorve 32% do faturamento. Não há, também, disponibilidade de linhas de financiamento para aquisição de aeronaves que atenda à necessidade de expansão e, principalmente, de renovação da frota, cuja idade média é superior a 15 anos, disse o Sr. Paim.

A falta de uma política pública para a aviação geral, da qual a aviação agrícola é parte, reflete-se na falta de pilotos, no excesso de legislação e na falta de agilidade dos processos, o que dificulta a operação e o crescimento do setor, concluiu o palestrante.

Vamos à nossa pauta.

Comunicado desta Presidência.

Antes de iniciarmos nossa audiência pública de hoje, gostaria de informar que a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado ou, ainda, nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter @AloSenado.

Portanto, qualquer cidadão ouvinte ou telespectador de nossa audiência pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto que vamos discutir.

A primeira parte da nossa reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema “Desafios da Infraestrutura Aeronáutica e Aeroportuária”, 3º painel do 4º Ciclo sobre aviação civil, parte integrante da Agenda 2013/2014 – “Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País”, desta Comissão.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas – peço à assessoria que convide todos para adentrarem o plenário: Brigadeiro do Ar José Alves Candez Neto, Diretor de Operações do Departamento de Controle de Espaço Aéreo – Subdepartamento de Operações (SDOP); Comandante Ronaldo Jenkins, Diretor da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Sr. Carlos Eduardo Fernandez Silveira, Gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo.

Sejam bem-vindos! (Pausa.)

Vamos passar a palavra ao Brigadeiro do Ar José Alves Candez Neto.

Só queria registrar que o seu tempo será de 15 minutos, mas, se houver necessidade, haverá tolerância, com certeza.

Concedo a palavra ao Brigadeiro do Ar José Alves Candez Neto.

O SR. JOSÉ ALVES CANDEZ NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Senador Sérgio Petecão, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades presentes, senhoras e senhores, colegas da Mesa, Dr. Pellegrino, Dr. Jenkins e Dr. Eduardo.

Já foi feita a nossa apresentação, e o nosso tempo, para a complexidade do tema que será apresentado, é um pouco curto. Nós vamos acelerar um pouco a nossa apresentação, para que possamos ter uma visão do trabalho que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) vem fazendo.

Então, em nome do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Saito, e em nome do Diretor-Geral do Deca, Tenente-Brigadeiro Rodrigues Filho, nós agradecemos a honra de retornar a esta Casa para apresentar esse tema tão relevante para a nossa sociedade.

Antes de entrarmos especificamente no tema, eu gostaria só de lembrar a todos a responsabilidade do Brasil no que diz respeito à navegação aérea. Hoje, o Brasil é responsável por cerca de 22 milhões de quilômetros quadrados. Para que a gente tenha uma ideia dessa área, vou pegar só aquela área da Amazônia, onde está uma das nossas FIRs, que é a FIR Amazônica. Somente essa área equivale a área de 30 Estados americanos e à área de 32 países europeus somados. Refiro-me somente àquela área.

Isso é interessante. Quando a gente fala em fazer controle do espaço aéreo – isso envolve muita logística – num país como os Estados Unidos, onde as estradas são ótimas, onde os meios de transporte de superfície são excelentes para que possamos nos mover, levar e trazer meios logísticos para a manutenção dos equipamentos, isso fica muito mais simples. Mas imaginem fazer isso numa região como a nossa, que estamos comparando aqui.

Então, é interessante esse desafio, porque temos um sistema e temos de manter esse sistema sempre acima das necessidades, para que não venhamos a passar por uma crise, para que não seja causado nenhum problema para a nossa sociedade.

E foi assim que implantamos o nosso sistema atual. Na década de 70, tínhamos somente três radares, um em São Paulo, um em Porto Alegre e um no Rio de Janeiro. E, nessa mesma década, implantamos o Cindacta I em Brasília. De lá para cá, na década de 80, fechamos o Cindacta II e o Cindacta III. O Cindacta

II tinha sede em Curitiba, e o Cindacta III, em Recife. E, finalmente, no século XXI, o Cindacta IV está cobrindo todo o Território Nacional, com uma cobertura invejável para um País como o nosso.

O nosso objetivo, então, aqui, é conhecer os principais conceitos dessa sigla CNS/ATM, que significa Comunicação, Navegação, Vigilância e Gerenciamento do Espaço Aéreo, e o planejamento que o Deca vem fazendo para a modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro por meio de um programa que chamamos de Programa Sirius, a fim de identificar sua contribuição para a manutenção da soberania e para o desenvolvimento nacional.

Esse é o roteiro que pretendemos seguir. Vou falar um pouquinho do Programa Sirius, do futuro da navegação aérea, do gerenciamento dessa informação por meio de um sistema de informações aeronáuticas e da navegação baseada em *performance*, que é o foco da nossa apresentação.

Mas eu não poderia deixar de falar rapidamente do histórico.

Essa navegação baseada em *performance*, que é a navegação por satélite, vem sendo trabalhada dentro da Organização Internacional de Aviação Civil (Icao) desde 1983. O ano de 1983 é a data em que o Brasil também começou a estudar esse processo. Foi instituído o comitê FANS (Futuros Sistemas de Navegação Aérea) em 1983. Esse comitê apresentou alguns resultados cinco anos depois. Em 1991, houve a 10ª Conferência da Navegação Aérea, que apresentou um novo conceito de navegação aérea. Esse conceito foi aprovado e colocado no Plano Global de Navegação Aérea, que sublinhei aqui, nessa data de 1998.

Então, vejamos: o mundo falou pela primeira vez num conceito montado em 1998. Em 2003, a 11ª Conferência aprovou esse conceito, que é o conceito operacional para o gerenciamento de tráfego aéreo. E, de lá para cá, foram feitas só atualizações, sendo que o Brasil, em 2008, colocou para o Brasil, para o sistema e para o mundo a sua concepção do ATM nacional, a nossa concepção brasileira para desenvolver esse trabalho. E, nesse outro documento, em 2009, foi mostrado como seria implantado esse conceito.

Esses documentos já estão na terceira edição. Estamos já na terceira edição. Esta aqui foi uma atualização desses documentos. E, hoje, estamos entrando já numa terceira edição, com muita coisa já realizada, que vamos apresentar aqui.

Esse conceito, a finalidade dele é atender aos níveis de segurança operacional, proporcionar operações economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e considerando requisitos nacionais de segurança.

A ideia da navegação aérea global, que a Icao, que é a Organização de Aviação Civil Internacional, está colocando, é de que o avião que decole de qualquer ponto no Planeta chegue a outro ponto com uma constância de equipamentos e de sistemas, em que não haja conflito de idiomas, em que não haja conflito de regras, e que, para o piloto, seja um voo como se ele estivesse fazendo um voo dentro do Estado dele.

Então, esse é o foco da Organização de Aviação Civil Internacional, e ela colocou esse foco dentro desse documento, que é o Plano Global de Navegação Aérea (GANP). O Brasil está acompanhando e estruturando todo o seu sistema de navegação aérea para trabalhar dentro desse conceito.

Existem quatro regiões no mundo, vamos dizer assim, que estão adiantadas nesse processo. Uma são o Estados Unidos, logicamente, que lançaram o seu documento, que é o NextGen; o outro seria o Sirius, no Brasil; outro na Europa, o Sesar; e, no Japão, o Carats.

Vamos conversar sobre esse projeto Sirius a partir de agora. O futuro da navegação aérea do mundo e do Brasil já se faz presente. Já estamos vivendo essa navegação aérea, que é o Programa Sirius.

O Programa Sirius está baseado em um documento, que é o nosso conceito operacional de ATM nacional, que é este documento aqui. Vamos falar um pouco sobre este documento, apesar de que o mundo, em suas revistas, já o está divulgando. Esta revista, por exemplo, trouxe que o Brasil está redesenhando suas rotas, e já estamos sendo apresentados ao mundo pelo trabalho que estamos fazendo.

Esta é a reportagem que estaria dentro dessa revista. Esta revista, eu coloquei aqui, é de 2012, para que se saiba que, desde o ano passado, já estamos sendo reconhecidos pelo trabalho que estamos fazendo aqui, no Brasil.

Outras publicações também estão fazendo comentário sobre o nosso trabalho. Esta aqui seria a nossa página do Decea, que fala especificamente do nosso Programa Sirius. Nesta aba de notícias aqui, eles estão falando sobre o projeto.

Bom, tentemos entender um pouco o que significa esta sopa de letrinhas aqui ao lado. Não pretendo, neste momento, entrar detalhadamente nelas, mas precisamos entender que a navegação, o tráfego aéreo é baseado em comunicações, navegação e vigilância, seja aquele que nós mostramos, que implementamos desde a década de 70, seja o atual, que estamos implementando, simplesmente com novas tecnologias e novos conceitos.

Então, como funciona a comunicação? A comunicação, até agora, nós a fazemos por voz. É o controlador falando com o piloto. E essa comunicação está

sendo trabalhada para que passe por uma comunicação via *datalink*. Com isso, vamos ganhar velocidade; com isso, ganhamos maior quantidade de tráfego de mensagens. Essas comunicações vão estar em uma rede móvel, por satélite, e uma rede fixa, que está ligando todos esses sistemas agora digitais, e tudo por meio de *datalink*.

Os sistemas das aeronaves estão acompanhando toda essa tecnologia. Por exemplo, aqui, são os equipamentos que fazem essa comunicação por meio de *datalink*, em que o piloto e o controlador agora trocam mensagens por tipo um SMS, por troca de mensagens em *datalink*.

Essa já é uma realidade em nosso País. Isso já está acontecendo em toda a área do nosso FIR Atlântico, que liga o Brasil à África e à Europa.

A parte de navegação.

Nós temos aqui os equipamentos com os quais vivemos até agora, os convencionais, o VOR, e o famoso ILS, sobre o qual ouvimos falar tanto, mas não temos noção do que seria, às vezes, do que é um ILS propriamente dito, o que ele significa, a quantidade de recursos e de equipamentos que envolvem o ILS, e nós estamos trocando esses equipamentos por uma navegação baseada por satélite.

Aqui estão as constelações: o GPS, americano; o Glonass, russo; o Galileo, europeu; e o Beidou, chinês. Somente dois são operacionais: o americano e o russo. Os outros já estão quase que implantados. Mas reparem que os satélites que estão em preto são os que estão sendo vistos; esses pontos é que são do nosso interesse. Os que estão em vermelho são os que não estão sendo vistos. Eu preciso de quatro satélites simultâneos em cima desse ponto para me dar as quatro informações necessárias: latitude, longitude, altura e tempo. São as quatro informações de que preciso. Contudo, só com quatro satélites eu não consigo fazer uma checagem desse sistema. Então, eu preciso de um quinto satélite enxergando simultaneamente esse ponto, ou esse avião, vamos chamar de avião, que seria aquele ponto azul próximo à superfície da Terra, para nos dar essa capacidade de navegação por satélite. Está certo?

Por fim, vamos falar um pouco de vigilância. A vigilância que hoje fazemos por radar será feita agora com equipamentos de *performance* mais adiantada, os ADSs, que são equipamentos automáticos de vigilância, mas são automáticos dependentes de uma troca de informações entre a antena e a aeronave. As letras do ADS estão aqui: o ADS-B (*Broadcast*) e o ADS-C (*Contrato*). Essa tecnologia vai trocar não só informações entre o solo e as aeronaves, mas também entre

as aeronaves, o que vai otimizar e aperfeiçoar as trocas de informações e a visibilidade entre as aeronaves.

Já iniciamos esse trabalho em nossas bacias, com prazo para março do ano que vem. Os ADS-B já deverão estar em funcionamento em nossas bacias, servindo à navegação operacional, até março do ano que vem.

Com essas tecnologias, uma aeronave que estivesse em uma zona cega, atrás de um morro, e o controlador não a estivesse vendo chegar, aparecer, agora, com essas tecnologias, a aeronave será vista pelo nosso controlador.

E como estamos implementando todo esse processo? Como estamos fazendo essa implementação?

O documento que serve como fundo de tela, que coloquei em destaque aqui, o nosso Plano de Implementação Nacional, é baseado em alguns conceitos tirados daquele Plano de Navegação Aérea Global da Icao e adequados à nossa realidade brasileira. Nós dividimos todas as nossas necessidades em diversos empreendimentos. Diversos empreendimentos. Para cada empreendimento desses seria necessária uma apresentação, eu diria, de uma, duas horas.

Vou falar muito rapidamente sobre os empreendimentos de números 3 e 17, que são os dois empreendimentos ligados a esse painel.

O nosso AIM-BR é para Melhoria da Qualidade, Integridade e Disponibilidade da Informação Aeronáutica aos nossos pilotos. A ideia é trabalhar com todas as informações, sejam elas de relevo, de auxílio à navegação, todas as informações disponíveis, de prédios, de obstáculos. Todas estão sendo colocadas em um único banco de dados e disponibilizadas aos pilotos por meio digital. Toda essa informação, então, o gerenciamento integrado e dinâmico dos Serviços de Informação Aeronáutica com segurança, economia e eficiência, por meio de fornecimento e intercâmbio de dados digitais.

Esse é um programa que já existe, e já estamos trabalhando com ele, que é o FPDAM, uma ferramenta de elaboração de procedimentos. E outros sistemas que estão integrados, dentro desse sistema maior, que é o AIM-BR, o que vai nos dar um resultado como esse aqui. Os nossos elaboradores de procedimentos...

Essa é uma saída do Galeão. Uma aeronave, após a decolagem, saindo do Galeão, e o que nós estamos vendo aqui – esses triangulozinhos azuis – são os obstáculos não naturais, toda a geografia do terreno, áreas que são proibidas ou reservadas para sobrevoos. O elaborador de procedimento produz esse trabalho e o disponibiliza, digitalmente, eletronicamente, para os pilotos.

E, finalmente, a nossa navegação baseada em *performance* – esse é o foco principal da nossa apresentação.

A navegação baseada em *performance* nasceu com alguns objetivos estratégicos, e o principal deles, logicamente, é a segurança operacional. Por que a segurança operacional? Porque, até pouco tempo atrás, voávamos sem essa *performance*. O PBN (Navegação Baseada em *Performance*) é a *performance* das aeronaves, dos equipamentos de solo, dos equipamentos a bordo das aeronaves e a *performance* também das tripulações que estão sendo tratadas junto com os aeroportos, todos eles certificados pela nossa Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que faz um trabalho conjunto com o Decea, nesse processo como um todo, que vai ser apresentado aqui em seguida – acredito que o Dr. Pellegrino vá fazer uma referência a esse trabalho em conjunto. O Decea produz esses procedimentos, e Anac certifica as tripulações, as aeronaves, os aeroportos, para capacitá-los a voar, para certificá-los a voar segundo esses procedimentos.

Então, essa segurança operacional foi o nosso foco principal. A capacidade, com certeza, porque a capacidade aumenta – quando eu tenho maior precisão, eu consigo botar mais aeronaves no espaço ao mesmo tempo, com uma capacidade maior. A eficiência, porque eu reduzo os tempos de voo – lemos recentemente sobre redução de tempo de voo nas principais rotas no Brasil; vai reduzir tempo de voo e vai reduzir consumo de combustível – isso já está acontecendo no nosso País. Proteção ao meio ambiente, logicamente, porque deixamos de emitir mais gases poluentes. E o acesso, porque estamos levando as aeronaves bem mais próximo aos aeroportos, e o acesso a esses aeroportos está sendo implementado significativamente.

Como vamos falar da Navegação Baseada em *Performance*, ela está dentro da navegação. Nós falamos de comunicação, falamos de vigilância, falamos de gerenciamento de tráfego aéreo, mas agora o foco é a Navegação Baseada em *Performance* que está dentro da navegação.

Reparem – aqui eram os auxílios convencionais – como havia um espalhamento nas rotas das aeronaves que estavam chegando a esse aeroporto. Agora, elas são muito mais precisas, em função dessa navegação. Aqui temos outro exemplo de antes e depois.

Por que isso acontece? Porque, antes, nós tínhamos que voar baseados em auxílios no solo; tínhamos que sobrevoar esses auxílios, o voo ficava num zigue-zague, e a precisão desse voo não era significativamente igual ao que nós temos atualmente. Hoje, voa-se numa linha reta independente dos auxílios que estão no solo.

Essa é a navegação convencional, a navegação de área e a navegação com requisito de *performance*; ou seja, a aeronave está agora com equipamentos, equipada para seguir essa rota que foi planejada pelo Decea. Aqui dentro da aeronave, há tripulações certificadas pela Anac, a aeronave tem equipamentos que foram certificados pela Anac, e, com isso, nós temos uma *performance* requerida para fazer esse tipo de voo.

A navegação convencional, nós já mostramos. Juntando a navegação de área com a navegação de precisão, com requerimentos, nós temos aqui a Navegação Baseada em *Performance*. Essa Navegação Baseada em *Performance* é muito simples de a gente entender quando o piloto vai ter 95% do tempo dele voando dentro de um estreito corredor que é definido pela capacidade do equipamento de bordo.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ ALVES CANDEZ NETO – Temos mais um minuto.

Nesse caso do RNP, nós temos um alerta de pilotagem. É como se a gente tivesse um túnel no qual o piloto está voando dentro, um túnel que tem definidas a largura e a altura pelo equipamento de bordo dele.

Voltando ao início da nossa apresentação, quando tínhamos todo o País coberto por radares, estamos começando de novo numa área e estamos escolhendo de novo uma mesma área.

Para começar essa Navegação Baseada em *Performance*, escolhemos este polígono: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória, por concentrar a maioria dos voos no nosso País.

Dentro desse polígono, reparem que a navegação tinha muitos pontos de concentração, fazendo-se praticamente um funil entre as aeronaves. Estamos agora alinhando todas essas aerovias em função dessa capacidade que a Navegação Baseada em *Performance* nos dá.

Quando chegamos perto dos aeroportos, temos um conceito que chamamos de *four corner*: os cantos dos quadrados são onde as aeronaves entram, e as laterais dos quadrados, de onde elas saem, gerando uma diminuição significativa dos cruzamentos de aeronaves.

Já estamos operando no País uma navegação das saídas com uma milha para cada lado do eixo da aeronave; cinco milhas para cada lado nas navegações em cruzeiro; nas chegadas, com uma milha; e, nas aproximações, 0,3 ou 0,1 da milha. Ou seja, temos precisões idênticas ao que está sendo implementado em grandes países, como os Estados Unidos, os países da Europa e hoje também no Japão.

Estamos fechando a nossa apresentação, lembrando que implementamos... Estamos fechando agora, dia 12 de dezembro, a implementação do PBN no Rio de Janeiro e em São Paulo e vamos expandir para esses aeroportos toda essa tecnologia disponível para a aviação brasileira, com a Navegação Baseada em *Performance* para Galeão, Rio de Janeiro, Guarulhos, São Paulo e Campinas, agora ficando com a mesma capacidade que temos hoje no Aeroporto Santos Dumont, disponibilizado para as aeronaves que estão em fase de certificação pela Anac, procedimento que já está disponível no Aeroporto Santos Dumont.

Eu tenho mais três transparências. Se o senhor me permitir, são mais dois minutos. (*Pausa.*)

Nesse procedimento de descida para o Aeroporto Santos Dumont, que era utilizado há cerca de três anos e o que tínhamos até recentemente, o piloto poderia descer por instrumentos até 1.500 pés. A partir daí, ele tinha que voar de forma visual.

Depois, nós implementamos um segundo procedimento, já começando a trabalhar essas tecnologias. Ele já alcançou 1.100 pés. Hoje, o procedimento que nós chamamos de RNPAR está trazendo os pilotos com segurança, mesmo por instrumentos, até 300 pés. Esse é o acesso que estamos permitindo a esses aeroportos, o que faz com que os aviões tenham maior acesso aos aeroportos brasileiros.

Havia também, no Santos Dumont, um problema de ruído, porque as aeronaves tinham de passar a baixa altura, niveladas. Isso produzia muito ruído no Aeroporto Santos Dumont. Esse trabalho reduziu esse problema, chegando quase a eliminá-lo, porque agora fazemos uma descida com motor reduzido, com emprego menos intenso do motor, e o voo a baixa altura somente quando está bem próximo do aeroporto, diminuindo significativamente o ruído.

Esse é um trabalho conjunto entre Decea e Anac, porque a Anac tem que aprovar essas tripulações para fazer esse tipo de procedimento.

Esse é o trajeto que a aeronave faz hoje, fora do centro da cidade, onde havia o grande problema de ruído no aeroporto. A aeronave passava muito mais baixo aqui, com o motor a pleno praticamente, bem à frente e, agora, com motor reduzido, uma aproximação constante.

Essas foram as reduções que conseguimos. Uma visão do que já implementamos de rotas e de procedimentos: são mais de 700 procedimentos já implementados em nosso País dentro dessa nova tecnologia.

As aeronaves, com certeza, agora precisam estar bem equipadas, para poderem trabalhar todos esses sistemas baseados em *performances*. Isso, eu diria, é que estamos enfrentando. As aeronaves mais mo-

dernas é que estão saindo bem equipadas, e as mais antigas ainda têm de voar no sistema convencional. Por isso, manteremos esse sistema convencional por muito tempo ainda, até que todas as aeronaves consigam migrar para esse processo.

Então, esse foi o nosso roteiro e nosso objetivo para apresentação às senhoras e aos senhores.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Agradecemos a apresentação ao Brigadeiro do Ar José Alves Candez Neto e já passamos a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Quero aproveitar para registrar a presença do nobre Senador Blairo Maggi, que muito nos honra com sua presença nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão. Cumprimento também o Senador Blairo Maggi, antigo conhecido nosso, nossos colegas de Mesa e as senhoras e os senhores.

Para a Agência Nacional de Aviação Civil estar hoje aqui é de grande importância e relevância, porque podemos apresentar, nesta Casa, a parceria que temos de ter para que a aviação civil possa ser cada vez mais segura, cada vez mais eficiente, cada vez melhor para os passageiros e um serviço público como deve ser.

Temos como noção que o controle de espaço aéreo pela lei de criação da Anac não nos pertence, mas temos um papel importantíssimo a desempenhar, conforme o Brigadeiro Candez já teceu na sua apresentação. Para isso, vamos seguir alguns pontos importantes. Vamos falar um pouquinho de planejamento, porque, sem o planejamento, as empresas não conseguem voar claramente. Vamos falar sobre certificação de aeroportos, de produtos aeronáuticos, de operadores aéreos, sejam empresas ou privados, e certificação de pessoas.

Para entendermos um pouquinho como entramos nessa história toda, temos de ver por que a Anac foi criada e qual a estratégia dela. Primeiro, a Anac é uma agência reguladora fiscalizadora, uma autarquia especial, cuja visão é regular em dois grandes pontos, como estamos colocando nesta pirâmide: uma regulação econômica e, depois, uma regulação técnica, que é a principal, que faz o motivo da gente, onde temos visão claramente de que, nesse balanço, a regulação da segurança é missão prioritária da agência.

Nisso, temos um pequeno desafio, que é, dentro desse equilíbrio a que temos de chegar, implementar nossas políticas públicas: é preciso possibilitar a har-

monia dos interesses do mercado regulado, o direito estabelecido, promover o máximo de eficiência econômica e suportar a melhor a opção técnica possível.

Então, essa conversa toda começou, como o Brigadeiro Candez colocou, há muito tempo, no final da década de 80, início da década de 90.

Vamos iniciar, então, com o planejamento. Uma empresa aérea precisa ter um planejamento para fazer frente ao desafio de transportar. No ano passado, chegamos a mais de 100 milhões de passageiros no Brasil. A Abear lançou, alguns dias atrás, o planejamento de 2020, onde visa a dobrar essa capacidade aqui no Brasil. E nós, do Governo, temos de fazer frente a esse desafio.

Primeiramente, no ponto da coordenação dos aeroportos. Como é que o aeroporto vai ser organizado para receber essa quantidade imensa de passageiros e aeronaves? Depois, como o Código Brasileiro de Aeronáutica já cita e a gente vem fazendo isso aqui no Brasil há bastante tempo, é alocação de horário de transporte aéreo, um processo hoje já de anuência digital.

Coordenação de aeroportos, uma coisa extremamente nova no Brasil. Nós criamos isso em função do aumento imenso do setor. Nós crescemos na aviação civil desde 2003, em média, acima de 10%, ou seja, realmente bem acima do PIB nacional. E aí começamos a trabalhar como esses aeroportos precisavam ser coordenados.

Em 2006, uma das primeiras resoluções da agência criou toda a estrutura de criação dos *slots*. Ela foi aplicada no seu primeiro aeroporto, o Aeroporto de Congonhas, e até hoje funciona dessa forma. Só que o Aeroporto de Congonhas seria um aeroporto único, com uma característica especial. Ele passou por uma série de revisões por causa disso.

Em 2009, nós entendíamos que era necessário a gente aplicar essa mesma estratégia para outros aeroportos, principalmente o Aeroporto de Guarulhos, que está aqui representado pelo Sr. Carlos Silveira. Então, esse aeroporto foi objeto de um trabalho ainda com a Infraero e com o Decea. Nós criamos uma portaria de facilitação de voos. Temos um *site* na Anac totalmente digital para que esses pedidos sejam colocados e esses planejamentos para cada temporada, seja a temporada do verão ou a temporada do inverno, possam ser colocados.

A delegação brasileira é capitaneada pela Anac, mas participa também do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, as nossas empresas aéreas e os nossos operadores aeroportuários – a primeira vez do Aeroporto de Guarulhos foi justamente este ano –, para que a gente possa estabelecer a melhor maneira

de operar dentro de um aeroporto para atender aos objetivos principalmente das empresas, a fim de que elas possam transportar os passageiros da melhor maneira possível.

Hoje, em 2013, estamos aperfeiçoando a nossa Resolução 002. Nós fizemos um processo de audiência pública e, para este ano, nós fizemos o teste desses conceitos justamente na coordenação dos *slots* para a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude. Deu certo. Isto eu posso dizer para todo o mundo: nós tivemos um sucesso muito grande, nada aconteceu de errado. Saímos-nos muito bem – o Brasil, não a Anac.

Agora, falando um pouquinho sobre horário de transporte aéreo, esse é um artigo do Código Brasileiro de Aeronáutica. Ele está lá para ser exercido e vem sendo exercido há vários anos. Até 2008, ele era um processo totalmente manual. Agora, os senhores não imaginam que a gente tem um processo que hoje está rodando em torno de seis mil pousos e decolagens por dia. Fazer isso manualmente não dava certo.

Então, iniciamos, em 2008, um processo de transformação de tudo o que era manual para ser totalmente eletrônico, principalmente porque havia inconsistências entre o planejado e o realizado. Criamos esse sistema eletrônico, trabalhamos em coordenação e – refrisando – em parceria com a Infraero e com o Decea para ajustes dessas bases de voos. Atualizamos isso para uma forma automática e, hoje, nós estamos totalmente automatizados. O sistema é totalmente digital. Ninguém precisa ir nem à agência, porque, mediante digitalização de documentos, o processo passou a ser totalmente automatizado. Até temos uma entrada digital para as empresas aéreas estrangeiras que podem vir ao Brasil e, com isso, apresentam os seus voos para eles serem aprovados e incluídos na nossa base.

Agora, se a gente está trabalhando com horário de transporte, tem que saber se o aeroporto tem a capacidade de operar esses voos, como é que esses voos vão acontecer lá dentro.

Criamos um regulamento específico para certificação dos aeroportos. É o RBAC 153. Ele teve justamente aderência às regras da Oaci (Organização de Aviação Civil Internacional) para que, na Copa do Mundo, a gente não tenha nenhuma dúvida.

Juntamente com isso, a gente tinha que ter a infraestrutura nos aeroportos, com suporte para todas essas tecnologias que o Brigadeiro Candez nos apresentou anteriormente.

Qual o status dessa certificação? O planejamento da Anac, como um projeto, é que os aeródromos das cidades-sede da Copa estejam todos certificados até junho do ano que vem.

Hoje como é que estão os aeroportos, principalmente os já concedidos? Guarulhos, que foi o primeiro a ser certificado, tem um certificado provisório, está válido até novembro de 2013, e está em processo de recertificação.

Campinas, Sierra Bravo Kilo Papa, está válido até junho de 2014, já foi certificado até para o Boeing 747-800, uma aeronave de categoria F.

Brasília, o último aeroporto concedido, está em planejamento e deverá ser certificado até o final de 2013.

Agora, se a gente certifica o aeroporto, também temos que certificar os produtos aeronáuticos, principalmente aqueles embarcados nas aeronaves. Então, toda aeronave que existe no Brasil é, obrigatoriamente, certificada pela agência ou recebe certificação de uma autoridade estrangeira. E, aí, começam as nossas tecnologias: equipamentos tipo Head Up Display (HUD), que são capazes de aumentar a visão do piloto com a visão sintética; equipamentos em que o piloto pode selecionar até a pista de táxi onde ele vai sair no aeroporto, uma invenção da empresa Airbus – está sendo, até, trabalhada pela Embraer hoje em dia uma coisa muito similar; sistemas embarcados, como DSB e CPDLC, que o Brigadeiro Candez também nos apresentou antes; e programas de manutenção, para que todos esses sistemas embarcados possam estar funcionando corretamente nas aeronaves.

Porém, na hora em que eu trago esse avião para dentro de uma empresa aérea ou que ele passa a ser usado por um operador privado, eu preciso ter uma maneira para certificar isso de uma forma segura. As empresas aéreas são obrigadas a ter uma especificação operativa e passam por um processo de certificação dentro da agência para cada inclusão de uma técnica nova, como nós colocamos.

Da mesma forma, principalmente para poder voar para o exterior, a aviação geral precisa de uma carta de autorização. Então, se um proprietário de uma aeronave, principalmente um proprietário que tenha uma aeronave a esse nível, vai querer voar para fora do Brasil e vários países estão fazendo inspeções, uma das coisas que são exigidas é a carta de autorização – *letter of authorization* –, prevista pela LOAs, e isso está sendo emitido, também, pela Anac a favor da aviação geral.

Agora, temos que, também, ter a visão de certificar aquele piloto, quem está trabalhando dentro da aeronave, para que ele possa operá-la e dar sequência nessas ações todas da maneira mais segura possível. Primeiro, começa uma avaliação do programa de treinamento dessas aeronaves. Então, lá, em paralelo com a certificação da aeronave, ou de uma melhoria

de uma aeronave, a Anac se junta com outros quatro países – são quatro os países que são os maiores fabricantes, o Brasil é o terceiro fabricante de aeronave, com a nossa Embraer –, então, nós nos juntamos com Estados Unidos, a Europa – a Easa, que é a agência deles – e com o Canadá, para fazer a avaliação desse treinamento das aeronaves. Em seguida, nós passamos a um processo de certificação dos simuladores de voo, porque a grande maioria dessas aeronaves requer, pelo custo do voo delas, que existam simuladores, para que o treinamento seja até mais seguro e menos custoso.

Avaliações individuais dos tripulantes são coisas que nós temos que fazer até por requisitos internacionais, e, depois, um acompanhamento contínuo do desempenho dessas tripulações nas suas empresas ou nos seus operadores, através de fiscalizações, como vimos fazendo no âmbito do País todo.

Então, dessa forma, Senadores, eu espero ter passado por esses tópicos e pontuado, claramente, que a gente está atuando no planejamento das empresas aéreas para fazer frente a esses desafios, na certificação desses aeroportos, de forma clara e evidente, e com a presença da GRU Airport, para poder tocar um pouquinho nesse assunto; certificação do produto e das suas aeronaves; certificação dos operadores, conforme a Abear – o Comandante Jenkis está aqui para poder tocar um pouco nisso –, e finalmente a certificação das pessoas, dos pilotos que voam.

Era isso que eu gostaria de apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Agradecemos o Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pela apresentação.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar aqui a presença dos nobres Senadores Waldemir Moka e José Pimentel – a presença do Senador Blairo Maggi eu já registrei. Quero também registrar a presença do Senador Alfredo Nascimento. Faço questão de fazer o registro, porque esta Comissão está reunida desde as 7h30. Essa é uma demonstração da responsabilidade dos Srs. Senadores com esta Comissão.

Vamos passar a palavra ao Sr. Comandante Ronaldo Jenkis, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Regular (Abear).

Com a palavra o Sr. Ronaldo.

O SR. RONALDO JENKIS – Muito obrigado, Senador. Na pessoa de V. Ex^a, gostaria de cumprimentar todos os Senadores presentes, as senhoras e os senhores.

Vamos fazer um pequeno intróito, falando um pouquinho da visão da indústria do transporte aéreo regular no Brasil. Falaremos sobre alguns problemas que temos para o crescimento dessa indústria e, logicamente, terminaremos com algumas sugestões do setor para contornar essa situação.

Nós somos hoje o terceiro mercado de transporte aéreo no mundo. Depois dos Estados Unidos e da China está o Brasil. Ultrapassamos o Japão no ano passado. Então, nós temos hoje uma indústria bastante interessante e, logicamente, sempre baseada no binômio segurança e rapidez, que é o que dá atratividade para o transporte aéreo.

Nos últimos dez anos, crescemos cerca 180%. Saímos, em 2002, de 36 milhões de passageiros transportados para 101 milhões aproximadamente, agora, em 2012, quer dizer, houve um crescimento exponencial.

Como se fala muito em problemas de passagem, em preço de passagem, é interessante observar que, se comprarmos uma passagem com três meses de antecedência – e aí estamos falando dessa coluna que está aqui –, comparando com a passagem de ônibus, vamos ver que, se comprarmos com um ou três meses de antecedência, o preço dessa passagem vai ser muito menor do que o preço da passagem de ônibus. Porém, se formos comprar com um dia de antecedência, essa passagem ficará bem mais cara. Esse é o sistema que permite que pessoas de baixa renda possam ter acesso ao transporte aéreo, porque eles conseguem planejar mais as suas viagens do que os executivos e assim por diante.

Outra coisa de que se fala muito é a comparação do preço da passagem aqui no Brasil com o praticado no exterior. A tarifa básica na Europa e aqui é bastante diferente. Porém, na Europa, se cobra uma série de taxas, enquanto no Brasil cobramos apenas a taxa de embarque. Na Europa, são cobradas: taxas administrativas, de segurança, de combustível. Até para fazer reserva de assento você tem de pagar e também para transportar bagagem. O custo o transporte da bagagem é bastante significativo. Então, no fim, quando se faz a composição da tarifa, ela acaba ficando mais alta do que a nossa, que só tem um adendo, que é a tarifa de embarque.

Aqui nós temos uma série de investimentos. Isso tudo foi falado aqui, tanto pelo Brigadeiro Candez como pelo Diretor Pellegrino. As aeronaves têm de estar *up to date* com a tecnologia que existe, e isso logicamente é investimento.

O Brasil tem a segunda frota mais jovem do mundo. A segunda frota mais atualizada que há no mundo é a brasileira.

A perspectiva que temos, e isso foi falado pelo Pellegrino também, que é o Projeto 2020, é que até 2020 consigamos dobrar o número de passageiros transportados no País, ultrapassando 200 milhões de passageiros. Com isso, vamos contribuir com 660 mil novos empregos, e também com R\$146 bilhões para o PIB nacional.

Mas nós temos uma série de óbices a esse desenvolvimento, e logicamente conversaremos sobre isso. Se continuarmos com o crescimento que temos hoje, essa é a perspectiva. Porém, este ano, por exemplo, já vivenciamos uma quase estagnação no crescimento do transporte aéreo. Isso já é preocupante. Logicamente, os pontos sobre os quais conversaremos aqui impactam nesse crescimento.

Primeiro, temos uma má distribuição geográfica em termos de número de aeroportos, demanda de passageiros. Logicamente, isso cria um desequilíbrio muito grande e inviabiliza determinadas rotas, ou então serão rotas em que o custo dessa passagem vai ficar muito alto para a população do local.

Nós temos um problema de os nossos aeroportos – a maioria deles – estarem congestionados. Para termos uma ideia melhor do que é esse quadro que está aqui, este é um trabalho da Coppe, da UFRJ, que fez uma projeção para a frente do movimento de passageiros. Toda vez que observarmos um número em vermelho, é que a capacidade daquele aeroporto já foi ultrapassada pelo movimento de passageiros projetado. Então, vemos que vários aeroportos já estão aqui. É interessante saber que os aeroportos concessionados – tanto Campinas como Guarulhos, por exemplo – apresentaram agora um projeto, e já estão terminando, de novos terminais de passageiros que vão atender a essa perspectiva até 2020, com investimentos feitos neste momento. Os nossos aeroportos, alguns deles, já estão nessa situação, como Recife, como Manaus, depois das obras, e como Cuiabá, depois das obras também. Estarão com capacidade de atender os nossos passageiros até 2020.

No caso de páteo, local do páteo e movimento de aeronaves, nós temos outro problema. Diversos aeroportos nossos têm somente uma pista. Vimos o que aconteceu em Campinas quando houve aquele acidente com o avião cargueiro. Nós ficamos três dias com uma pista importante como Campinas paralisada, tendo em vista que ela estava inoperante. Então, é preocupante quando observamos vários aeroportos importantes – Confins, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Manaus, Cuiabá – com uma pista só.

Alguns desses aeroportos, por exemplo, Salvador – é o caso da segunda pista de Salvador –, não permitem a operação de aeronaves maiores, somente

de aeronaves de pequeno porte, turbo-hélices e alguns jatos pequenos. Isso também é preocupante. É outra coisa que temos que observar, porque isso vai ser uma demanda natural do crescimento. Teremos que adaptar essa infraestrutura às necessidades do crescimento do transporte aéreo.

Outro problema. Esse é um problema típico. Por exemplo, Rio Branco tem uma situação especial. A pista foi construída em uma área de base inconsistente, então ela está sempre em obras, e toda vez que a obra é feita, daqui a pouco ela afunda, racha, dá problema. Então, as empresas que poderiam operar aeronaves de 187 ou 174 assentos – vou citando só as duas principais que atendem Rio Branco – operam com 144 assentos e, agora, nesta época de obra, com 103 ou 115 assentos. Então, muitas vezes se fala que o preço da passagem está alto. É lógico. Você poderia dividir por 187 pessoas, mas está dividindo por 103 o custo daquele voo. Então, infelizmente, o custo daquela tarifa acaba aumentando.

Outro problema é a precificação do QAV, o combustível de aviação, que corresponde a 43% do custo das empresas. Depois, vou até mostrar para vocês como é feita essa precificação. Realmente, nós temos um dos combustíveis mais caros do mundo para a aviação.

Há o problema do ICMS também. Ele varia até 25%, e veremos que esses 25% são na maioria dos nossos aeroportos. Quando observamos este número aqui do ICMS, vemos a diferença enorme que existe entre um voo nacional e um voo internacional. O voo internacional abastece sem o ICMS. Então, o combustível do voo internacional é 25% mais barato do que o combustível do voo nacional. E isso é uma das coisas que incidem diretamente na tarifa daquele voo.

Isso aqui é a ideia da composição do preço do nosso combustível de aviação, que é baseado no custo do combustível lá no Golfo do México, o US Platts, e são cobrados frete, dutos, taxa da Marinha Mercante, seguro e outras coisas mais. Só que 75% desse volume do QAV é produzido no Brasil, não é importado. Mas o preço do combustível é unificado, como se todo ele fosse importado. Então, logicamente, teremos de ter um preço bastante alto, muito mais alto que no mundo inteiro. Se observarmos aqui, esse é o custo do combustível doméstico em Recife – doméstico porque ele tem o ICMS. Guarulhos, preço do combustível – esse é um levantamento feito pela lata e pela Agência Nacional de Petróleo; não tem nada a ver conosco. Galeão... E o custo do combustível internacional já é bastante alto também.

Se observarmos, todos esses aeroportos que estão aqui são na África. Não temos nenhum país da Europa, nenhum país de área desenvolvida que tenha

combustível mais caro que o Brasil. O Brasil é o campeão no preço de combustível.

Isso aí é o ICMS. Esses Estados aqui em azul são os que cobram 25% de ICMS. Então, nesses Estados aqui, paga-se muito mais caro o combustível do que, por exemplo, em Minas, em que temos 11%, e assim por diante. Para a Anac, eventualmente, chega até... Curitiba, 12%; Foz do Iguaçu, chega a 1% só de ICMS. Então, temos um movimento muito grande. Agora, nesses Estados aqui, respondemos praticamente por 68% do movimento das aeronaves no Brasil.

Se tivéssemos uma empresa europeia voando aqui no Brasil, o custo de operação dessa empresa seria 27% mais alto do que o que ela opera na Europa, porque ela tem aqui os encargos trabalhistas, que são 41% maiores do que na Europa, e o combustível é 44% mais caro do que na Europa. Então, o custo dessa empresa operando aqui seria 27% mais alto do que o que ela pode operar lá.

Essa é a parte das tarifas aeroportuárias e aeronáuticas. Ano passado, tivemos um aumento expressivo nessas tarifas, e o custo delas representa 6% do custo total das empresas aéreas.

Isso tudo leva a que as empresas tenham resultados bastante ruins, tendo em vista que, na medida em que se incorporaram as classes C e D ao transporte aéreo, qualquer aumento de tarifa cria uma queda de demanda. Não se pode aumentar a tarifa muito porque a demanda cai. Então, a situação que temos hoje é essa aqui, que tivemos em 2008, quando houve aquela crise, e agora as empresas estão experimentando prejuízos significativos.

Outros problemas que estamos enfrentando agora: a jornada de trabalho dos aeronautas – o Senador Blairo Maggi, inclusive, tem um projeto de lei sobre esse assunto sendo discutido –, uma coisa bastante importante para a indústria do transporte aéreo; a participação do capital estrangeiro, porque se necessita de uma injeção de recursos, e vamos ver que, quando podemos trabalhar em escala, fica muito melhor a compra de aeronaves, a compra de equipamentos, barateia, acaba barateando o custo das empresas; e uma preocupação com a parte de política de céus abertos.

Já temos agora, na maioria das nossas cidades, voos internacionais diretos. Logicamente, isso aí não nos permite, nós não temos condições de competir com eles, em nível de custo, e, logicamente, isso cria uma série de problemas, embora seja bastante interessante para a população em geral. Então, não é uma coisa a que sejamos contrários, mas estamos apenas colocando a posição aqui.

Então, o que nós achamos? Quais seriam as sugestões que gostaríamos de apresentar? Em primeiro

lugar, o investimento na infraestrutura. Esse investimento total, para se retirarem aqueles vermelhos que mostramos naquele quadro, vão ser mais ou menos entre 42 bilhões e 57 bilhões em investimentos em infraestrutura. Muito vai ser agora retirado da parte governamental por meio das concessões. Então, os concessionários vão investir nos seus aeroportos e logicamente essa carga sobre o Governo vai diminuir. Essa é uma necessidade para que se possa ter um transporte aéreo razoável.

Outra coisa: a expansão para o interior. Pelo projeto do FNAC, vão-se desenvolver aeroportos mais interioranos. Mas é importante dizer o seguinte: quando você aumenta o número de passageiros eventualmente, levando o transporte aéreo para o interior, tem que reforçar os grandes aeroportos, porque esses passageiros vão operar vários grandes aeroportos normalmente. Então, esse investimento nos aeroportos grandes tem que ser bastante significativo, como nós já mostramos, e, logicamente, na mesma cadência em que se desenvolverem os aeroportos interioranos.

Essas são só sugestões de algumas localidades. Essas aí são 71 localidades levantadas até pela estimativa da Being Company, são aeroportos em que se poderia investir no sentido de aumentar o alcance do transporte aéreo.

Investimentos na ampliação e construção de novos aeroportos – nós já falamos sobre isso aqui. Tanto naqueles do interior como nos grandes aeroportos precisamos ainda continuar investindo. Ontem mesmo recebemos uma palestra do pessoal do aeroporto de Munique. Diziam que o aeroporto está em eterna obra, porque todo ano estão acrescentando alguma coisa para que ele possa se adaptar ao crescimento do movimento. Isto é ideia de um aeroporto: ou se faz uma obra grande em que se estenda muito a sua capacidade – e aí vão enfrentar alguns anos – ou então se vai trabalhando anualmente, fazendo os acréscimos necessários.

Quanto à parte de revisão de rotas e procedimentos, controle do tráfego aéreo, nós escutamos agora a palestra do Brigadeiro Candez, falando sobre o sistema Sirius, que é logicamente aquilo que vai conjugar essa situação. Então, para nós, é altamente interessante, porque isso realmente vai diminuir o tempo de voo. Para a gente ter ideia, até dia 2 de dezembro, com o terminal Rio-São Paulo e o tubulão que liga essas duas cidades, nós poderemos voltar a tempos do passado, quando a gente não tinha praticamente movimento de tráfego aéreo, fazia voos de 35 minutos entre Rio e São Paulo. Isso é um avanço para todos nós, é uma melhoria para o meio ambiente, porque se diminuem

emissões, e para as empresas aéreas, porque vão economizar combustível.

Como eu disse e aqui ficou claro nas duas palestras que me antecederam, tanto do Brigadeiro Candeaz como do Dr. Pellegrino, vamos ter uma necessidade permanente de atualização das nossas aeronaves, absorvendo tecnologia de ponta para permitir até que se possa utilizar o investimento que o Governo está fazendo em infraestrutura aeronáutica para poder melhorar os aspectos de navegação e controle de tráfego aéreo.

Então, o potencial que a gente tem para 2020 é dobrar o número de passageiros. Desses 71 aeroportos que foram indicados, que estão na lista da SAC – eventualmente a Anac acompanha isso aí –, nós deveremos ir para 167 aeroportos operados pela aviação de grande porte regular. As rotas domésticas passaremos de 479 para 795. Funcionários vamos passar de 1,2 milhão para 1,9 milhão, e a frota, de 450 aeronaves para 976 aeronaves. Para isso, os investimentos privados deverão ser em torno de 26 bilhões a 36 bilhões e os investimentos públicos, como já se disse, de 42 bilhões a 57 bilhões.

Esforços combinados. Isso aí é o fechamento daquilo de que a gente ia falar, os esforços do Governo na parte de infraestrutura. Os custos que a gente está sugerindo seriam uma equalização do ICMS, que é um projeto que já está em discussão nesta Casa, abrir o diálogo com a Petrobras para a gente ver se consegue revisar a fórmula da precificação do que havia e logicamente um marco regulatório mais consistente e mais amigável para o setor.

Na parte da iniciativa privada, os investimentos, para que a gente possa estar sempre com a frota atualizada; fazer os ganhos operacionais de eficiência, com procedimentos e aquisição de novos processos; qualidade e segurança, sempre aprimorando o que a gente está fazendo; ampliação de malha aérea, com mais destinos e, logicamente, mais vôos; a sustentabilidade que essas novas técnicas vão nos dar, fazendo com que o voo seja amigável às cidades e ao meio ambiente também; e logicamente melhorar a atenção ao consumidor, que é fundamental à nossa sobrevivência.

A gente tem que entender – e acho que essa é a mensagem mais importante que vou deixar nesta Casa – que não existe solução unilateral dentro do sistema de transporte aéreo. As soluções têm de ser compartilhadas por esses quatro elementos que aí estão. Não existe solução do controle do tráfego aéreo sozinho que não impacte na infraestrutura aeroportuária e na regulação e nas empresas aéreas. Quer dizer, nós temos que trabalhar em conjunto para buscar as melhores soluções para o transporte aéreo neste País.

Muito obrigado a todos, obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Agradecemos o Comandante Ronaldo, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Regular, por sua bela apresentação.

Vamos passar a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Fernandez Silveira, Gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo.

Fique à vontade.

O SR. CARLOS EDUARDO FERNANDEZ SILVEIRA – Bom dia a todos, Senador Sérgio, Senadora e Senador presentes, senhores e senhoras, colegas de Mesa.

A minha apresentação procura mostrar o que está acontecendo no aeroporto agora, desde que foi concedido, desde que houve o leilão de concessão, e o que grupo que assumiu o controle do aeroporto vem fazendo em termos de investimentos e de mudanças.

Se vocês me permitem, primeiro, eu gostaria de passar um breve filme, de dois minutos. Depois vou retomar o assunto ao longo da palestra para que vejam o que está acontecendo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS EDUARDO FERNANDEZ SILVEIRA – Essa é uma visão da parte de desembarque. Ali embaixo serão seis pistas de embarque e, em cima, como vai se ver agora, serão oito pistas.

Essas pontes levam ao edifício-garagem, que já está construído e em funcionamento.

Essa é uma visão do desembarque, com quatro pistas e mais quatro à esquerda.

Aqui são vinte novas pontes de embarque.

Essa é mais uma visão do embarque.

À esquerda há o edifício-garagem.

Esse é o terminal que está em construção, com aproximadamente 65% das obras já avançados.

Uma visão interna, paisagística, de como será. Ali, os *checks-in*, que serão diferentes dos atuais, que são, vamos dizer, horizontais.

É uma visão interna da área restrita, onde haverá lojas de grife de um lado e populares de outro.

Essa é uma visão do que está sendo construído no novo terminal, que é fundamental para a Copa do Mundo. Na apresentação, é apenas internacional.

Em primeiro lugar, eu queria mostrar a linha do tempo da concessão. No dia 6 de fevereiro de 2012, houve o leilão; no dia 14 de julho de 2012, no segundo ponto, foi assinado o contrato no valor total de R\$16 milhões. Foi aprovado o plano de transferência em agosto de 2012 ainda e, em novembro de 2012, foi o início da fase 2 da concessão, quando a concessionária assumiu as operações com assistência da Infraero.

No dia 15 de fevereiro, a GRU Airport assumiu definitivamente o controle do aeroporto, com cerca de 30% a 35% do pessoal que trabalhava na Infraero sendo absorvido na nova concessionária.

Aqui é o grupo que assumiu a concessionária. É um grupo chamado Aeroporto de Guarulhos Participações, que tem 51%, e 49% do controle do capital acionário permaneceram com a Infraero.

Da GRU Airport, 90% pertencem ao Grupo Invepar e 10% ao parceiro da África do Sul, que é basicamente uma companhia estatal, que tem todos os aeroportos da África do Sul e mais o de Mumbai, na Índia, com cerca de 30 milhões de passageiros por ano. O Grupo Invepar é composto pelos três grandes fundos de pensão e mais a OAS, mais ou menos paritário.

Aqui são alguns dados estatísticos. Hoje, no aeroporto, até uns 15 ou 20 dias atrás – porque está mudando muito rapidamente –, a empresa GRU Airport tem 1600 empregados, mas o número total de empregados no aeroporto é de 37.800. Temos esse controle por causa da emissão dos crachás. Entre lojas, lojistas, funcionários das lojas, *handlings*, companhias aéreas, polícia, autoridades aeroportuárias, todo mundo está incluído nesses 37 mil. É uma cidade! Muito grande!

O número a ser transportado, no ano passado, foi de 32,8 milhões. Ali eu vi que, no Brasil, foram 81 milhões – obviamente que nesse número há muitos passageiros em conexão, que é uma característica do aeroporto de Guarulhos. Desses 32,8 milhões, 11,6 milhões foram de passageiros internacionais. A média diária do ano passado foi de 89.500 passageiros por dia. Este ano, essa média aumentou 8,5% até agora, até julho, não é até agosto, para 95.430 passageiros por dia. E o recorde foi batido três vezes em julho, talvez por causa da Jornada Mundial da Juventude. O maior foi de 116 mil passageiros num só dia, o dia 19 de julho. Então, até julho, foram 20 milhões de passageiros transportados.

A área do sítio aeroportuário – isso é uma coisa também interessante – é de 13.774m². Para se ter uma ideia de comparação, o Município de São Caetano do Sul – não sei se todos estão familiarizados –, que é um dos três Municípios do ABC de São Paulo, tem 15.000m², é um pouco menor do que São Caetano. A área construída, hoje, entre os três terminais, o terminal 1, 2 e 4, é de 191.500m² e, no terminal de cargas, são 97.000m². Não se fala muito do terminal de cargas em geral, porque se fala mais no terminal de passageiros, mas no terminal de cargas são transportados 33% do movimento de cargas aeroportuárias do País.

Há uma capacidade de aeronave de 61 posições; o movimento de aeronaves, em 2012, foi de 193 mil nacionais e 81 mil internacionais, dando um total de

274 mil aeronaves que pousaram e decolaram. São 49 companhias aéreas lá presentes e o estacionamento está hoje com 7.500 vagas.

Os investimentos até agora realizados estão no valor R\$335 milhões no ano de 2012. E até julho, foram R\$900 milhões. E será muito maior até dezembro, porque as obras estão muito aceleradas.

Há um financiamento ponte do BNDES de R\$1,2 bilhão contratados; já foi tomado R\$1 bilhão disso. E para terem uma ideia do impacto em Guarulhos, do que se paga de excesso por GRU Airport passou de R\$2 milhões em 2012 para R\$9 milhões até julho de 2013. E indireto, as demais lojas e outros operadores que estão lá, passou de R\$11 milhões para R\$20 milhões até julho.

Isso é aqui é só para terem um ideia do que, isso é uma coisa importante, falava ali o Ronaldo: que nós não estamos sós. O aeroporto não é um ente isolado, é um ente que participa das decisões não apenas dentro dele, mas com todas as autoridades aeroportuárias – Polícia Federal, Receita Federal, Vigiagro, Anvisa, etc. –, como está inserido no meio urbano. O AISP de Guarulhos já está envolvendo o Município de Guarulhos. E há várias intervenções do Governo Federal, estadual e municipal na vida do aeroporto. E vice-versa.

Nós temos o Rodoanel em construção, que vai gerar um impacto muito grande no aeroporto. Vai haver uma via do Rodoanel para o aeroporto. Já está no comecinho da construção a linha Jade do metrô conectado com a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). E há uma série de outras intervenções da Prefeitura, como a ideia da construção de um anel viário em torno do aeroporto.

O Município de Guarulhos é o segundo em tamanho do Estado de São Paulo, com 1,2 milhão de habitantes.

Agora, algumas das coisas que foram feitas em caráter imediato, que se chamou de *quick wins* na ocasião nos terminais 1, 2 e 4: a mudança na sinalização, que teve um impacto bastante grande, a reforma de banheiros na área de embarque – não houve ainda na área de desembarque, mas haverá, já foi começada agora, por absoluta impossibilidade – e a reforma do estacionamento, com ampliação do número de vagas, iluminação, maior segurança e outros. E a construção do edifício-garagem. O edifício-garagem foi construído num prazo super-rápido, de quatro a cinco meses, tem uma área construída de 83.000m², tem 2.600 vagas de estacionamento. E é todo informatizado: marcam as vagas disponíveis, quando o carro entra, ele sabe se está verde ou vermelho, onde há vaga. Foi construído em oito níveis, foi concluído em maio e é para era para ser conectado diretamente com o novo terminal

3, que vamos ver agora. Ele já está aberto e, através de vans, ele conecta os outros terminais.

Aqui estão as obras do lado ar até 2014. A primeira é um novo pátio. Aqui será o novo terminal 3, o novo processador e o dique. E aqui será o novo pátio, que permite 34 posições de categoria C. Aqui a pista terá uma adequação para receber os aviões de alargamento para a categoria F, o A380. As pistas estão começando a ser liberadas, a 3 e 4, para taxiamento e pouso. Aqui havia um problema, que eu quero mencionar, para essa pista, que estava sendo usada como pátio de estacionamento de aeronave, que é o grande gargalo de Guarulhos. Ela não podia ser usada em função desse pedaço que está fora do sítio – não sei se dá para ver. Isso aqui era o bairro de Jardim Novo Portugal; terminou esta semana. Disseram que 550 famílias moravam aqui e, num processo quase inédito no Brasil, houve uma saída tranquila da população. A população foi indenizada pela Infraero, num processo comandado pela Justiça Federal, pelo Dr. Paulo, que fez doze meses de negociação diária durante doze horas. As famílias iam lá e negociavam o valor com a Infraero e todas chegaram a um acordo, com exceção de 65 famílias que estavam muito abaixo do nível de pobreza. Ali há um córrego e elas viviam na beira do córrego. Aí entraram a Caixa Econômica, o Ministério das Cidades, a Prefeitura de Guarulhos e o aeroporto, dando um aporte para que eles fossem conduzidos para um bloco do Minha Casa, Minha Vida. E esse processo está sendo completado esta semana. No domingo, das 65 famílias, 39 famílias mudaram para seus apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, e o resto está em andamento. Talvez daqui a alguns dias, já esteja liberado. Então, isso que era um problema, porque não podia ser usado aqui, foi resolvido a contento. Demorou um pouco, mas foi muito bem conduzido.

E aumento de pátios de equipamentos também, esse de número 5.

Haverá também um aumento nas pistas, num prolongamento daqui e dali, para poder também permitir que os aviões de classe F pousem.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS EDUARDO FERNANDEZ SILVEIRA – Aqui no lado terra, só alguns elementos. O primeiro é o novo terminal 3, que será aqui. Esse aqui é um píer que já está bastante avançado. Aqui já está construída uma galeria de interligação; não se tem ideia do tamanho, mas essa galeria já está construída, já está debaixo da terra e tem 350 metros; vai se coligar possivelmente com o novo píer que vai estar aqui. E ela é coberta porque aqui será um novo pátio de aeronaves.

Áreas novas de processamento de bagagens para o terminal 1 e 2. E a reforma dos terminais 1 e 2 está programada para começar no ano que vem, quando acabar o terminal 3.

Aqui alguns dados sobre o terminal 3: uma área construída de 192.000m², que é um pouco maior do que a área somada dos outros três terminais, quer era de 191.500m². É um edifício de cinco andares, com 52 elevadores, 22 escadas rolantes, 17 esteiras de bagagem, 10 portões de embarque, 20 pontes e está prevista sua conclusão – e será concluída, pois está perfeitamente dentro da programação – em maio. Ele é construído num conceito dos aeroportos asiáticos, os aeroportos mais modernos, onde a área pública do aeroporto, hoje, nos terminais 1, 2 e 4, é muito grande e a área restrita é muito pequena. Quem já viajou por lá sabe como é contido o espaço, uma vez que se passa pela inspeção de segurança. O conceito é outro, é o de reduzir a área pública e aumentar a área restrita.

Aqui também um outro detalhe é que o pé direito da área de embarque tem 16 metros de altura, o que dá uma sensação de espaço. É todo construído em vidro, então é muito claro, ao contrário do que é hoje o terminal 1 e 2, que são bastante escuros.

Aqui já se viu, como será o desembarque das bagagens. Tanto no embarque como no desembarque, o sistema será totalmente automatizado, com leituras periódicas para evitar furto de cada bagagem, que é etiquetada e controlada.

Aqui é o que o nosso Presidente chama de Quinta Avenida, onde haverá lojas, restaurantes e bares, etc.

Aqui a visão que já se viu da obra, como é prevista, a maquete.

Aqui também uma visão interna imaginada do que será.

O terminal 3 exigiu a construção de um sistema viário novo. Então, ele vai vir por aqui, todo em pilotis, um quilômetro no total, todo construído sobre pilastras ou colunas. São dois níveis de acesso, desembarque e embarque. Terá um quilômetro de extensão. A obra está lá, quem for ao aeroporto percebe a confusão. E haverá uma ligação do TPS3 com o edifício... aqui está o edifício-garagem. Aqui está o novo terminal. Esse é o sistema viário. Já está construído até aqui mais ou menos e aqui está em obras ainda. A conclusão desse sistema viário está prevista para dezembro deste ano. E está perfeitamente no prazo.

Aqui é a central de utilidades, que é chamada de CUT lá, Central de Utilidades, já está construída, é uma área de 3,8 mil metros quadrados, uma edificação de três andares, bastante alto, terá três unidades de *chiller* e oito de torres de resfriamento. Essa parte não está pronta, mas o edifício já está inteirinho.

Houve também uma expansão. Até aqui vinha o terminal 2. Aí foi feita essa expansão, que tem 4,7 mil metros quadrados, em dois andares. No térreo, é uma nova praça de alimentação, que já tem dois restaurantes funcionando, se não me engano, mas terá oito e uma livraria, que é uma carência lá, e, embaixo, foi ampliada a área de *free shopping* e a área de desembarque, com a ampliação da área alfandegagem.

Esta aqui é uma fotografia de dias atrás com os dois novos restaurantes da praça de alimentação. A praça de alimentação vai lá para trás, aqui atrás é um corredor. Está o Viena aqui, o Vivendas do Camarão, aqui vai ser, se não me engano, o Montana Grill, o McDonald's etc.

Este aqui está em processo de validação com a Anac – a Anac foi semana passada lá –, portanto, está esperando ser validado, é um novo pátio, chamado Pátio Lima, que vai abrigar 13 aeronaves classe E ou 20 classe C.

Esta é uma visão bastante recente da obra, talvez tenha duas ou três semanas. Aqui é o terminal 3, aqui é o píer, com as posições dos aviões, a galeria de interligação – entre o terminal 3 e o 2, o atual – já está completa aqui, embora não pareça.

Esta aqui também é uma visão da obra, o processador, o Edifício Passarela, entre o 13 e o atual 2 e 1; aqui é a Torre de Controle, que continua sob o controle da Aeronáutica e da Infraero.

Aqui é outra visão do dique, do píer, do processador, do edifício-garagem e aqui será um hotel, que já está começando a ser construído.

Uma visão também da galeria. Voltando um pouco... É isto aqui. Essa galeria já está coberta, já está formada. Nessa posição aqui, ela ainda está aberta. Essa foto é de um mês atrás.

Central de Utilidades. Aqui é o que está planejado, o hotel que estará funcionando daqui a um ano e meio, o IDG, edifício-garagem, o processador terminal 3, o dique e a CUT aqui atrás, que é a Central de Utilidades.

Na área comercial, serão 24 companhias aéreas funcionando no terminal 3, cem operações de varejo e dois hotéis, um hotel interno para trânsito de três ou quatro estrelas e 50 quartos. A pessoa não desembarga. Ao fazer o trânsito, permanece na área restrita, não faz o desembarque, não faz alfandegagem nem imigração.

Então era isso o que eu teria para apresentar do que há de novo. As obras estão rigorosamente dentro do prazo. Em maio, será entregue o terminal 3 e estão havendo algumas mudanças no terminal 2, ampliação de espaços. Se alguém passa por lá, vê que está acontecendo ampliação das áreas, das salas.

Enfim, esse é o resumo da minha apresentação aqui sobre o aeroporto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k. Agradecemos ao Sr. Carlos Eduardo Fernandez Silveira, que é Gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo.

Temos aqui já inscrita a Senadora Vanessa Grazziotin, pelo Estado do Amazonas, a quem passamos a palavra, para fazer os seus questionamentos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu cheguei atrasada, lamento não ter chegado antes, mas, em contrapartida, sou a única que permanece aqui. É que, na realidade, temos outras comissões que já se iniciaram e, nas outras comissões, se está em processo de votação. Por isso os Parlamentares tiveram que se ausentar.

Quero cumprimentar todos os representantes do setor da aviação aqui do nosso País e dizer que esta Comissão de Infraestrutura tem feito um grande esforço no sentido de realizar essas audiências públicas, para ter um diagnóstico mais presente, atualizado, da situação não só da aviação, mas de todos os segmentos, para que a gente possa, a partir daí, tomar providências sérias.

Esta Comissão tem à sua frente, como Presidente, o Senador Collor de Mello, e o Senador Petecão na Vice-Presidência. Eles têm sido muito rígidos nas cobranças das autoridades públicas daquilo que tem que ser feito. Então, certamente, tudo isso que ouvimos hoje será parte não só do relatório, mas também de um acompanhamento efetivo e permanente da Comissão de Infraestrutura.

Eu gostaria de me ater a três questões, basicamente. Uma delas diz respeito a essa onda – aqui nós temos o representante das empresas de aviação – de demissões. Por último, foi a TAM que demitiu de 600 a 800 trabalhadores. Isso decorre de quê? O que está errado dentro do sistema? Porque os preços das passagens praticados no Brasil estão inacessíveis e os voos estão lotados.

Para Manaus, o trecho Manaus-Brasília creio que seja um trecho absolutamente bem servido. Fora o período da tarde, daqui para lá, quando não há vôo, de manhã, são uns quatro voos; à noite, mais quatro voos; na madrugada, há voo também. Estamos bem servidos. Há dois dias, não havia vaga em nenhum desses voos, nem de TAM, nem de GOL. Então, os aviões estão andando superlotados.

As passagens, repito aqui, estão absurdas. Um dia desses, tivemos que ir de um dia para outro ao Rio de Janeiro, eu e outro Senador, portanto, compraram a passagem no dia anterior. Compramos um trecho

de uma passagem Brasília-Rio de Janeiro, que custa R\$300,00 em média, a quase R\$2 mil – R\$1.980,00 foi o preço pago.

Eu que voou toda semana – e a gente vive saindo no jornal, porque é o que mais gasta cota, não sei o quê – não viajo mais de acordo com a necessidade e a conveniência, viajo de acordo com o valor da tarifa. É um abuso! É um abuso que se pratica. Então, eu pergunto por quê.

Nós estamos votando aqui, acho que em medida provisória, ou projeto de lei, já nem me lembro mais, uma possível isenção de PIS/Cofins para o setor. Então, o Governo tem procurado dar ajuda, e a gente não consegue resolver o problema. Onde está centrado o problema? Eu gostaria muitíssimo de entender.

Essa é uma questão. Na realidade, são duas: as demissões e o alto custo das passagens.

Não dá. A população brasileira não pode ficar sujeita a esses preços praticados. Não há regra! Não há regra nenhuma! Porque a economia de mercado é autorregulável, o mercado é que regula. Mas o mercado regula a favor de quem? Na minha opinião, deveria ser a favor dos usuários, dos consumidores. Mas, não, regula a favor de quem detém o meio de produção, ou do transporte, enfim. É assim que acontece.

E quando é véspera de algo importante, a passagem, mesmo comprando com um ou dois meses de antecedência, pode olhar na internet, ela muda, quadruplica o preço. Então, se é próximo a um jogo importante, próximo a um *show* importante, uma data de feriado, o preço vai lá para cima. Por quê? É mais caro o combustível nessa época em que há uma festa? É mais alto o salário do servidor? Pelo contrário, o avião vai lotado. Não tem por que isso. E o preço é alto mesmo que se compre com dois ou três meses de antecedência. Então, acho que a gente precisa ver como é que resolve isso. E eu particularmente gostaria de entender melhor.

Outra questão diz respeito à Anac, e já encaminhei um expediente. Eu represento o Estado do Amazonas. Além desses problemas gerais da aviação, a gente lá vive o problema da aviação regional, assim como o Senador Petecão, no Estado do Acre. Eu estou falando desses preços absurdos praticados. Para a gente sair de Tabatinga e ir para Manaus, cotidianamente, o preço é R\$1.600,00. O custo da aviação regional é terrível. E algo que debato há muito tempo e nós não conseguimos alterar ainda. É que as regras estabelecidas pela Anac não mudam de acordo com o aeroporto, o tipo de aeroporto. As exigências para um pequeno aeroporto de uma pequena cidade de interior são as mesmas do aeroporto de Congonhas, as exigências de segurança, mas olha a diferença.

Quem administra os aeroportos do interior são as prefeituras municipais, que não têm dinheiro para pagar salário de servidor, mas que se obriga a manter servidor também. É um equívoco isso! É um equívoco. Mas é assim que acontece na prática.

Eu tenho debatido muito, nós temos debatido muito essa questão, para ver se muda. Porque do jeito que está não dá para continuar, mesmo porque andar de avião na nossa região, na Amazônia, não é uma opção, não é uma escolha – estamos os três aqui –; é uma necessidade. E muito mais do que o Pará é o Estado do Amazonas, que não tem estrada. Ou se vai pelo rio – o paciente, o doente tem que ficar 20 dias num barco regional para chegar à capital – ou de avião. E agora, recentemente, foi anunciado pela Anac o fechamento de alguns aeroportos – Barcelos, Eirunepé, Tefé, Coari e São Gabriel da Cachoeira.

Nós fizemos um encaminhamento sobre essa questão, e uma das alegações são as pistas, que não estão em condições adequadas. Houve lá uma vistoria e foi dito que o problema não é pista, porque as pistas estão boas, até porque o aeroporto de Eirunepé é um aeroporto grande, um aeroporto que – eu acho – não é administrado pelo Município; acho que é pela Aeronáutica, salvo engano. O de Coari também é um aeroporto grande, porque Coari tem uma atividade econômica importante, ligada a petróleo e gás.

Enfim, eu gostaria que o senhor dissesse aqui como está esse problema, se eles fecharão de fato. Porque Coari ganhou na Justiça, perdeu na Justiça, e fica essa insegurança em relação à possibilidade de transporte na região.

Muito obrigada, Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Queremos também aqui registrar a presença do Senador Flexa Ribeiro, digno representante do Estado do Pará.

Senador Flexa, o senhor gostaria de se pronunciar? (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Sérgio Petecão, Srª Senadora, senhores convidados, quero aqui justificar não ter ouvido as palestras, pois estava em reunião no meu gabinete.

Mas é importante tratarmos dessa questão da navegação aérea, porque nós, na Amazônia, como bem disse a Senadora Vanessa Grazziotin, dependemos, não só para o transporte, mas principalmente para salvar vidas, da aviação. A nossa região é bastante desprovida de instrumentos para a sua utilização.

Essa questão das tarifas aéreas tem sido debatida – bastante debatida –, aqui no Senado Federal.

Eu sei que a regra de mercado é que define as tarifas, mas é preciso que haja algum controle sobre isso. Não é possível se pagar, por um mesmo trecho, tarifas diferenciadas, variando de R\$3 mil, R\$4 mil – por exemplo, para o trecho Brasília-Belém – a R\$900, dependendo do tempo em que se utiliza. As empresas têm o seguinte sistema de tarifa: se você comprar o bilhete em cima da hora do voo, você vai pagar mais caro do que se comprar com um mês de antecedência.

Agora eu pergunto: isso, em nível de mercado, tem lógica? Se a aeronave vai decolar com os assentos vazios, não poderia, para aqueles que comprassem no momento da viagem, haver uma tarifa diferenciada? A pessoa iria ao aeroporto sem a garantia de embarcar, e só embarcaria se houvesse espaço na aeronave e, com isso, teria a chance de ter uma tarifa diferenciada para esse tipo de emergência. Quem quisesse ter o lugar confirmado teria, evidentemente, que estar sujeito a essas regras de mercado.

Com relação à Anac, nós já tivemos uma reunião com o Diretor da Anac, que esteve aqui conosco. E, naquela semana, tinha havido um acidente aéreo em Belém. Isso está virando já quase, lamentavelmente, algo que não tem lógica, porque, alguns meses atrás, houve um acidente com um avião pousando em Belém e, agora, um acidente com um avião decolando.

E, para o Diretor da Anac, Dr. Passos, que esteve aqui, eu fiz o questionamento, porque uma coisa que nós discutimos por bastante tempo foi o fechamento dos postos da Anac em vários locais do Brasil, inclusive em Belém.

Naquela altura, a Subcomissão de Aviação Civil também havia aprofundado esse estudo e há um relatório que foi entregue pelo Presidente às autoridades. Foi dito que seria feito um controle virtual. Ora, uma das causas, nas regiões periféricas, em especial na Amazônia, é a falta de comunicação via Internet; nós não temos banda larga. Então, em alguns lugares, você não acessa a Internet. Em alguns não; em muitos lugares você não a acessa. E esse controle da Anac via rede mundial de computadores fica muito difícil.

Mas o Dr. Passos falou naquele dia – a reunião aqui tinha sido três dias depois do acidente – que a aeronave tinha sido vistoriada na véspera e que estava em condições de voo. Só que, pela imprensa local, o aeroclube diz que há deficiência na fiscalização de aeronave. Eles fiscalizam apenas a documentação da aeronave. Não fazem a vistoria técnica do equipamento – se está revisado –, inclusive a fiscalização das oficinas que fazem a manutenção das aeronaves. Então, eu gostaria que a Anac pudesse dizer de que forma nós vamos poder resolver esse problema?

Na mesma reunião, foi colocada aqui a questão de deficiência de recursos da Anac para que ela possa fazer essa atividade. Deficiência de pessoal humano também, de corpo de servidores. Mas, com a responsabilidade que a Anac tem do sistema de navegação, é importante que ela possa ativar totalmente. Então, solicitar mais recursos, que o Governo não retenha esses recursos, e os transfira, não só para a Anac, mas para as outras agências reguladoras.

E, por último, Senador Petecão, queria ouvir dos senhores como se encontra o programa do Governo que, de forma midiática, anunciou a construção de 270 aeródromos no interior do País. O Pará foi aquinhoadado, se não me engano, com vinte e poucos aeródromos. Como está o programa? Os projetos iriam ser feitos pelo Banco do Brasil. Eu gostaria de saber em que situação eles se encontram e quando começam efetivamente a ser implantados?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Senador Flexa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, eu vou ter também que... Estão me chamando aqui ao lado, porque eu tenho que apresentar relatório para a gente poder votar. Mas eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Fique à vontade, Senadora Vanessa.

Eu também gostaria de fazer um questionamento ao Sr. Ronaldo, que é Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Regular (Abear). Foi dito aqui pelo Sr. Ronaldo – eu sou do Acre, Sr. Ronaldo, sou Senador pelo Acre, represento o meu Estado aqui no Senado – a respeito da situação que hoje nós vivemos lá no Estado, no Aeroporto de Rio Branco. E graças a Deus consegui descobrir. Já venho questionando, não é a primeira vez que faço esse questionamento. Mas hoje consegui descobrir por que as passagens lá do meu Estado são tão caras. O senhor relatou aqui que é exatamente por conta das condições precárias na pista, as aeronaves trabalham com uma capacidade limitada.

Ora, se nós temos um problema na pista, o que tem a ver o passageiro pagar esse ônus? O que tem a ver o consumidor? Quer dizer, há um problema na pista e quem tem que pagar é o consumidor, quem faz uso da aeronave. Eu, sinceramente, não entendi, mas pelo menos já há uma explicação, porque lá no meu Estado se questiona muito isso, Senador Flexa. Por que a passagem do Acre é tão cara? Apesar da dificuldade que temos de aeronaves...

Eu, por exemplo, que tenho que vir toda semana, tenho que marcar passagem com seis meses, o pessoal do gabinete tem que fazer uma verdadeira operação para poder estar aqui, porque temos poucos voos. É

um voo pela parte da tarde e acho que outro pela parte da manhã, são dois voos. Quem perder esses está fora. E aí você paga a passagem mais cara do Brasil. Várias vezes fiz esse questionamento para saber por que no Acre se pagava a passagem mais cara. Hoje o Sr. Ronaldo me confirma. Eu não sabia, sinceramente. É porque as aeronaves trabalham com sua capacidade limitada. Ora, há um problema na pista e quem vai pagar o preço é o cidadão que usa. Não tem a mínima justificativa uma situação dessas.

Eu gostaria, Sr. Ronaldo, que o senhor falasse um pouco dessa situação para que eu e a população do meu Estado pudéssemos entender melhor.

Por enquanto era isso. Obrigado.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO (*Fora do microfone.*) – Há questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Temos alguns questionamentos. Há o questionamento da Senadora Vanessa, mas como ela não está presente, ficou de voltar... Houve um questionamento. O senhor dirigiu um questionamento à Anac, é isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Sim, Anac.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Fique à vontade.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Senador Flexa Ribeiro, é um prazer revê-lo aqui, reencontrar V. Ex^a.

O senhor está lembrado, em 2011, quando estávamos assumindo interinamente a Agência essa demanda nos foi colocada com relação aos postos de serviços e foi atendida, Belém continua tendo um posto de serviço da Agência, continua tendo uma representação com funcionários públicos atuando lá constantemente com relação não só à fiscalização, mas ao atendimento ao passageiro e a outras ações que a Anac tem que fazer. Ela mudou de local por causa de custos, passamos a operar dentro do Aeroporto Val-de-Cans, justamente para ficar melhor a nossa coordenação e fazer frente à otimização do custeio da Agência, ao esforço de Orçamento que a União tem que ter.

Quanto à fiscalização, Senador, eu estava em Belém no dia seguinte do acidente do comandante Calixto – nessa hora tenho que fazer uma referência, um comandante experiente, 64 anos de idade, do Estado do Pará, voou bastante naquela região, era hábil a pilotar uma aeronave pequena – e nós sim – peguei o relatório –, nós fiscalizamos não só documentalmente, mas inspecionamos a aeronave do comandante Calixto, que é da empresa Dourado Taxi Aéreo e estava totalmente correta na sua operação.

Estamos aguardando os relatórios do Cenipa, órgão do comando da Aeronáutica que faz a investigação do acidente e que vai apresentar, com certeza, para nós quais foram os fatores contribuintes, porque um acidente aeronáutico não acontece por um evento só, é uma cadeia de eventos: as aeronaves, os pilotos, toda operação é certificada, é trabalhada para que a gente não tenha acidente, mas, às vezes, o imprevisto acontece e temos que fazer frente a essas dificuldades e ficar corrigindo sempre, melhorando sempre.

Agora, por que eu estava em Belém? Estava como patrocinador de um trabalho em parceria com o Comando da Aeronáutica – está aqui o Brigadeiro Candez. Nós iniciamos esse trabalho no passado sob a coordenação da Secretaria de Aviação Civil e já estamos na sua quarta edição. Nós estamos fazendo uma operação de conscientização, de mudança da cultura do aviador.

Como o Cenipa já nos apresentou em mais de uma vez – a última vez foi em um simpósio que aconteceu em São Paulo –, a grande maioria dos acidentes está relacionada a uma irregularidade. O piloto que é treinado e testado anualmente pela agência está falhando. Ele está esquecendo a sua base de disciplina e está cometendo alguns equívocos que levam ao acidente.

Então, nessa operação que estamos fazendo em conjunto – logo depois vai haver seminários, palestras –, nós buscamos o quê? Quebrar esse paradigma e melhorar a cultura, mais voltada para uma disciplina, iniciada com a fiscalização.

No Rio de Janeiro, onde eu moro, a operação de Lei Seca tem feito muito sucesso porque trouxe essa visão. Ela não é só uma fiscalização. Uma pessoa com necessidade de locomoção, que foi levada a essa situação justamente por um acidente de carro, está transmitindo ao motorista a mensagem de não dirigir embriagado.

O que estamos fazendo na aviação é mais ou menos isso. Queremos que o piloto, que o empresário, que o mecânico de aeronave deixe de cometer irregularidades e passe a trabalhar do lado certo. E estamos fazendo isso no Brasil inteiro.

Começamos um projeto piloto no Rio de Janeiro que foi um sucesso. Estivemos em nove helipontos ao mesmo tempo. Foi muito bom. Depois fomos a Parati e a Angra dos Reis justamente no final de semana em que executivos e pessoas que têm poder aquisitivo estavam se desviando também da normalidade. Conseguimos conversar com esses empresários e com essas pessoas de posse e passar para eles e seus pilotos a linha que queremos. Depois fomos a São Paulo, onde mais de 90 aeronaves foram paradas justamente porque

não estavam se adequando às regras da agência ou às necessidades do controle do espaço aéreo.

Então, Senador, o que eu quero passar ao senhor e à Casa também é que estamos trabalhando juntos para isso. Acho que é dever de todo cidadão trabalhar para que não haja acidentes aéreos.

Sou piloto desde 1980 e tenho orgulho de ser piloto. Fui piloto da Força Aérea, fui piloto da Aviação Civil e, hoje, na Anac, estou com um cargo de diretor. Sou o único diretor que é aviador.

Portanto, é importante passarmos essa disciplina para todo mundo, e contamos com a Casa para nos ajudar nessa estratégia.

Espero ter respondido ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Passo a palavra ao Comandante Ronaldo para que possa falar sobre o questionamento feito a sua pessoa.

O SR. RONALDO JENKINS DE LEMOS – Em primeiro lugar, vou responder a sua pergunta.

Nós já falamos, durante a apresentação, sobre o problema de que, no aeroporto de Rio Branco, a capacidade das aeronaves é reduzida tendo em vista as condições da pista. A única forma que as empresas têm de resolver isso é repassar para a tarifa. Elas não têm como absorver esse prejuízo de voar sem a capacidade das suas aeronaves, porque não paga. Então, o que se faz? Divide-se o gasto pelo número de passageiros que se pode levar, e esse vai ser o custo da tarifa.

Outra coisa que nós temos em Rio Branco é o ICMS de 25%. Ao se colocarem 43%, referentes ao custo do combustível da aeronave, 25% são de ICMS local. Se, de repente, houvesse uma redução de ICMS, isso logicamente iria se refletir na tarifa também. A mesma coisa acontece no Estado do Amazonas, da Senadora Vanessa, em que o ICMS também é de 25%. No Pará, é um pouco menos. Então, a passagem no Pará é um pouquinho mais barata.

O problema todo é o seguinte: a situação das empresas hoje – vou responder à Senadora, embora ela não esteja aqui neste momento, mas parte do que ela perguntou nós mostramos na própria apresentação – é muito ruim. Só no ano passado, elas tiveram mais de R\$1 bilhão de prejuízo – e empresas inclusive que são de capital aberto e que têm que apresentar seus balanços publicamente.

Então, o que as empresas fizeram? Fizeram uma redução de oferta para poderem sobreviver, utilizar menos avião, diminuir o custo e logicamente tentar recuperar esse prejuízo. E com isso, infelizmente, tiveram que reduzir a sua força de trabalho. Quer dizer, as demissões vêm no bojo da diminuição de oferta que foi feita no sentido de que as empresas pudessem

melhorar a sua rentabilidade. Mas, ao mesmo tempo, tivemos outros problemas. Esse ano nós tivemos 20% de aumento do dólar e 12% no aumento do combustível. Que dizer, então, praticamente 60% do custo das empresas tiveram um impacto de 32% de aumento.

É uma equação muito difícil de se manter equilibrada, na medida em que você toma medidas para diminuir o seu custo. E você recebe coisas que estão além do seu controle e que aumentam integralmente o seu custo. O equilíbrio que a gente pode ter, a única rentabilidade que as empresas têm de receita é tarifa. Não tem outro jeito. Ou todo mundo quebra, ou então se repassa para a tarifa o que se pode. E hoje em dia a gente não pode fazer isso. Se verificarmos o estudo feito pela Anac, que é publicado, nos últimos anos, as tarifas reduziram mais de 40%.

Então, o que as empresas ganharam em escala repassaram para tarifa. Mas agora não tem mais condição de você continuar baixando tarifa. O momento atual infelizmente é esse.

Nós, da associação, não trabalhamos com tarifa. Isso é algo individual de cada empresa. Mas estou falando apenas do quadro geral que vemos hoje. As empresas com tremendo premendo prejuízo e para manter as suas operações têm que reduzir oferta. Não tem outro jeito. E eventualmente aumentar a tarifa para poder sobreviver.

Agora, o que acontece é que não se pode aumentar muito essa tarifa tendo em vista que você hoje trabalha com classes que são muito sensíveis a esse aumento.

Se conseguirmos comprar com antecedência, é aquilo que acabei de mostrar aqui, conseguimos tarifas mais baratas. Mas comprar de última hora certamente terá tarifas mais altas. E como a Senadora falou, esse sistema de tarifa vê a demanda. Aumenta a demanda, aumenta a tarifa. É natural isso, para que haja equilíbrio. Da mesma maneira que quando aumenta você consegue trabalhar na ponta com tarifas menores para você fazer o equilíbrio do voo. É isso que acontece.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Na verdade, entendi. Pelo menos, dos males, o menor. Já sabemos onde está o problema.

Agora, o acriano está entregue à sua própria sorte. Nós estamos numa eterna recuperação dessa pista. Quem está nessa recuperação da pista no meu Estado é o 7º BEC. V. S^a sabe que na Amazônia, o senhor é da região, nós trabalhamos no verão. Vai chegar o inverno agora e praticamente param os trabalhos.

Quando vamos ter o preço de uma tarifa justa? Se não terminar a reforma pelo que o senhor disse... Só que estou falando do Acre. É diferente de quem está em São Paulo. Se Deus o livre adoece uma pes-

soa ali, há outros meios de transporte. Ou você vai de carro, ou de metrô. Estou falando do Acre. Se adoecer uma pessoa de um poder aquisitivo pequeno, como vai conseguir pagar uma passagem de R\$2 mil, R\$3 mil? É impossível, Senador Flexa.

É uma região parecida com a sua, o Pará. Mas o Acre é diferente. É essa sensibilidade... E aqui não estou querendo responsabilizar a empresa, mas temos que achar uma saída. O que não pode é responsabilizar o consumidor, o acriano, que já tem uma dificuldade para se deslocar do Estado. E com o preço dessa passagem, na situação que está, como foi dito pelo senhor, que hoje nós pagamos o preço porque as aeronaves estão trabalhando com a sua capacidade reduzida... Há quantos anos já vem se recuperando aquela pista e não termina aquela reforma da pista? Então os acrianos estão entregues à própria sorte.

O senhor levantou um questionamento a respeito de ICMS. Tem razão. Acho que o Governo do estado também tem que fazer um ajuste, uma contribuição, enquanto se resolve essa situação. O que não pode é cobrar a passagem do preço que está, porque nós estamos aí criando dificuldades para as pessoas que, às vezes, precisam se deslocar do Estado, não só para turismo, mas para uma necessidade – e é o que mais acontece no meu Estado, por conta da situação de saúde –, e as pessoas estão impossibilitadas de fazê-lo. Mas, pelo menos, aqui já identificamos o problema. Quero ver de que forma podemos resolver essa situação.

Senador Inácio.

Desculpe. Senador Flexa, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Petecão, quero só perguntar ao Dr. Ronaldo – eu não vi sua exposição. Sabemos que a demanda por transporte aéreo tem aumentado constantemente. Ela continua nessa linha de crescimento, mantém um patamar, ou está decrescendo a utilização?

O SR. RONALDO JENKINS DE LEMOS – Este ano, conforme as próprias estatísticas que a ANAC apresenta, nós tivemos uma queda de demanda. Quer dizer, não é que houve uma queda, o crescimento diminuiu. Então, nós estamos praticamente equilibrados com o ano passado. O movimento deste ano está mais ou menos equilibrado com o movimento do ano passado. Nós não tivemos aumento significativo de demanda.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Senador Inácio

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Como os nossos colegas expositores todos conhecem sobejamente – vemos no mapa o tamanho do Estado do Amazonas, Pará, Mato Grosso,

Bahia, Maranhão, Minas –, alguns desses Estados são maiores do que muitos estados europeus reunidos. E nós nos atrasamos muito na infraestrutura, em todas as áreas. Os países da Europa são todos interligados pelo modal ferroviário, com trens de alta, média e baixa velocidade. Há uma interligação aeroportuária também mais dinâmica em todas essas regiões.

Países continentais como Canadá, Estados Unidos, a China, atualmente, a Índia, na questão da mobilidade urbana, estão construindo. Americanos, europeus e russos construíram o metrô no final do século XIX, início do século XX, e há os que estão em pleno desenvolvimento, como é o caso da China e da Índia, e é o nosso caso, mas a China e Índia estão construindo, simultaneamente, Senador Petecão. A China está construindo mais 20 malhas de metrô em 20 cidades diferentes, e a Índia, 18. A Índia, que só se libertou do restolho do império britânico na década de 40 para 50, começou a ter o país de volta para os indianos, apresentou, recentemente, o avião indiano. Não é a montagem de um avião indiano, mas o avião indiano.

Então, um dos males cruciais na infraestrutura aeroportuária brasileira não é exatamente a pista, o balizamento. Essa é a parte, talvez, hoje, mais fácil de ser resolvida no transporte aeroportuário. O problema crucial é ter que importar quase 100% de todos os equipamentos de um avião para o Brasil. Exceto os que são montados pela Embraer, fruto de uma atitude visionária do Marechal Montenegro, que, se não tivesse batido na mesa, dado um soco, o Dutra tinha até impedido a criação do CTA, e alguns colegas dele também, brigadeiros, teriam impedido que se construísse. E dali é que saiu a Embraer. Não fosse isso, nós estávamos importando 100% de tudo para todos os aviões. E os aviões de carreira nossos, usados pelas principais companhias, com exceção de uma companhia que usa o avião da Embraer, comercialmente, usa aviões que importam tudo, e a avaliação da moeda estrangeira no Brasil, porque no Brasil não se tem controle disso.

Os americanos controlam a moeda deles; parte dos países europeus controla; a China controla; na nossa, aqui, existem liberais esquizofrênicos que acham que tem que ficar ao sabor dos ventos, que é para os outros mandarem na nossa moeda – eles são muitos inteligentes, são muito sábios os economistas brasileiros nessa área. Então, você fica ao sabor dos ventos e das ventanias, e o resultado é que qualquer variação aqui impacta intensamente o preço das passagens, e esse preço diminui, evidentemente, a demanda de passageiros e a curva crescente também começa a diminuir, e as empresas repassam esse custo inclusive de ausência de demanda para a demanda existente, e as tarifas ficam loucas, absolutamente loucas. Tive-

mos aqui de tomar um avião de um dia para o outro de tarifa sendo vendida a R\$5 mil, R\$6 mil, de Fortaleza para Brasília, ou de Brasília para Fortaleza, um trecho. Dava para ir e voltar à Nova Iorque e sobrava dinheiro.

Então, veja onde é o nosso problema. Imagino que nós precisamos dar outro passo corajoso na questão da aviação no Brasil, porque isso que é infraestrutura. Aeronáutica: acho que aqui é o centro do nosso problema, porque há um debate intenso entre nós que diz o seguinte: não, vamos comprar tudo lá fora; já está pronto, já está tudo pronto lá fora. Para que vou me meter ainda em aviação? Para quê? Já temos lá fora.

Não é isso, amigo. O que tem lá fora sofisticado nós temos que trazer para cá e temos que desenvolver a nossa tecnologia, ter o nosso domínio. Se não tiver, amigo, qualquer soprozinho no famoso câmbio causa uma tragédia, digamos assim, nas tarifas que são cobradas por nós. Então, esse é um problema grande.

Agora nós temos uma expansão da rede de aeroportos. No meu Estado mesmo, estamos construindo vários aeroportos, o Governo Federal e o Governo do Estado do Ceará. Muito positivo, de ligação. Mas, está lá, uma pista ótima, balizada, sendo montado um bom terminal de passageiros em regiões estratégicas para nós, na área turística e na área central do Estado. Pistas boas, de qualidade, feitas no verão ou no inverno, na chuva ou na estiagem, com alta qualidade, porque há tecnologia para fazer isso.

Mas, vão botar as linhas lá? Vão botar as empresas lá? Não vão. Ou vão, quando é para quebrar uma pequena que haja na região. Como foi o caso do nosso Estado. Fizemos uma linhazinha para o norte, com uma empresa cearense. Pegava do Ceará, ia a São Luiz, Belém, subia a Macapá, e até deixávamos os passageiros num território extramarinho da França. Durou pouco porque as companhias grandes foram para cima. Aí, amigo, não houve variação de dólar, não. Botaram um preço para liquidar a possibilidade de aquela companhia regional entrar naquele trecho, em horários distintos, mais adequados para a nossa região, que não estava vinculado a um tronco, único, que é o Estado de São Paulo – é o tronco que molda o horário do Ceará, do Acre, do Pará, de Roraima, de tudo quanto é canto; você tem de se subordinar a esse horário, porque esse é o horário da maior demanda brasileira. Então, não tem transporte regional no Brasil nesse setor, porque não deixam. As grandes companhias não têm deixado que existam quaisquer outras companhias menores que possam atender as nossas regiões.

É uma batalha que estamos travando. Acho que temos um problema crucial que é na base da infraestrutura aeroportuária, que é você ter um desenvolvi-

mento tecnológico com uma velocidade maior que permita que não estejamos comprando tudo no exterior, o que encarece substancialmente os nossos custos, e, ao mesmo tempo, abrir o caminho para as regionais, porque senão você vai ficar sempre nas mãos de duas ou três companhias no Brasil. E nas mãos de duas ou três, num território desse tamanho! Eles já têm as grandes linhas, os grandes eixos, uma parte significativa da malha internacional que podem ocupar, mas ficam brigando por uma malha dentro do Estado do Ceará, de Fortaleza para Juazeiro, para não deixar que haja uma empresa regional! É brincadeira! Se a gente não enfrentar isso, nós não vamos conseguir sair do nó que nos amarra nessa questão da infraestrutura aeroportuária no Brasil.

Então, Presidente, queria agradecer a oportunidade de poder me manifestar sobre essa questão, e, se precisar de uma ajuda do Ceará para resolver o problema dessa pista, nós estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Quero agradecer a participação do Senador Inácio. Foi muito feliz a sua participação. Esse exemplo que acabou de mencionar sobre o Ceará nós tivemos lá na Amazônia também. Havia várias empresas pequenas que atendiam com voos regionais, mas, infelizmente, quando essas grandes empresas aparecem, o preço vai lá para baixo. Depois, quando a empresa sai, porque não tem como correr, aí o preço volta ao normal, que é o preço que nós pagamos hoje no voo Rio Branco- Cruzeiro do Sul, que é um absurdo! Pagar R\$1.000,00 ou R\$1.500,00 por um voo de uma hora, que sai de Rio Branco e vai a Cruzeiro do Sul, é um absurdo, fora da realidade do País e principalmente do nosso Estado, da nossa Região.

Passo a palavra aqui ao Pellegrino, que gostaria de falar sobre os questionamentos feitos.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Eu queria só entender como é que o senhor... Eu gostaria muito de responder à Senadora Vanessa Grazziotin, representante do Estado do Amazonas. Com certeza, o Senador Alfredo Nascimento também estava aqui e gostaria de ouvir as nossas respostas. Eu não sei como o senhor queria. O senhor gostaria que a gente deixasse aqui registrado, que fosse pessoalmente? Como o senhor gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Fique à vontade. Acho que o senhor pode responder, e, com certeza, vai ficar registrado aqui na Comissão, e depois nós encaminhamos à Senadora. E o gabinete e assessores dela devem estar ouvindo. Pode ficar à vontade e responder à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Com relação ao Estado do Amazonas, eu posso colocar que tenho um carinho, morei em Manaus por quatro anos, trabalhei na implantação do Projeto Sivam e pude conhecer a Amazônia inteira, até o Estado do senhor, o Estado do Pará. Na área, as pessoas só falam de Rio Branco, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e outras cidades da região onde a aeronave da Força Aérea chamada Búfalo ia lá e fazia justamente essas ações que o senhor comentou, de auxiliar a população.

A primeira coisa que eu queria pontuar é que a Secretaria de Aviação Civil e a Anac estão participando desse trabalho, porque, como expliquei, ela é que certifica os aeroportos. Foi criado um programa voltado para a aviação regional. Foram selecionados 270 aeroportos; desses, na primeira leva, foram 71. Está sendo solicitado aos governos dos Estados que assinem essa parceria com a aviação civil.

Mas isso aí é investimento. Investimento, como muito bem comentou o Comandante Jenkins, necessário para o desenvolvimento da aviação. Mas a Senadora comentou alguns problemas particulares de alguns aeroportos. Ela citou Coari, Eirunepé, Barcelos, locais onde eu mesmo já pousei e decolei como piloto.

Nesses locais, Senadores, o que está acontecendo? A Anac tem uma regra. Essa regra, fazendo coro à Senadora, nós já a alteramos, colocamos a necessidade da regionalização, ou seja, aquele aeroporto pequeno não precisa, realmente, ter as mesmas regras de aeroportos grandes – e vou colocar o exemplo aqui do Aeroporto de Guarulhos. Então, as regras foram redimensionadas. Foram publicadas. A última, que foi justamente a área contra incêndio, foi neste ano. Então, essa estratégia nossa foi feita.

Mas aí precisamos também da ajuda, da parceria do governo do Estado, da prefeitura, e, logicamente, desta Casa, na hora em que estamos conversando e discutindo essas estratégias de melhoria da infraestrutura. Por que, Senadores? Porque, no local onde fazemos o trabalho, chamamos a prefeitura, assinamos um Termo de Ajustamento de Conduta com o Município dizendo o que precisa ser feito. Passou um ano, passaram os prazos e nada foi feito.

Fica muito difícil para uma agência, uma autarquia especial, criada para regular e fiscalizar a aviação civil, dar seguimento às ações, dado que ela criou toda a estratégia e toda a estrutura para aquilo ter uma continuidade e um prazo de adequação, ou seja, não fechar o aeroporto; e, depois desse prazo, nada feito, termos que retornar e ter uma ação, infelizmente, drástica. Não é isso que a agência quer, a visão da agência é sempre manter o apoio, principalmente nessas

áreas onde sabemos... Para sair de Barcelos para ir a Manaus são três dias de barco, o senhor ir a Coari é mais. E estamos falando de rios diferentes.

A estratégia que entendemos é de que o Governo brasileiro está com essa visão da regionalização. Há uma audiência pública capitaneada pela Secretaria de Aviação Civil para subsídios e aí fazendo também frente junto às empresas, juntando a estratégia que o senhor colocou de redução dos preços das passagens. Então, essa estratégia está sendo colocada pelo Governo.

Mas volto àquele ponto inicial que foi citado por todos os palestrantes aqui: a aviação civil é um trabalho de parceria. Não há como trabalharmos na aviação civil sem unirmos nossos esforços. E, além daquela figura que o comandante Jenkins colocou muito bem – colocou a Anac, colocou as empresas, colocou os aeroportos, colocou o Departamento de Controle de Espaço Aéreo –, cito todos, todos nós; cito aqui esta Casa, a Casa irmã, Câmara, cito as prefeituras, os governos dos Estados, as assembleias, o Ministério Público também tem nos ajudado. Por quê? Se unirmos os esforços para fazer frente a esse desafio, que é um desafio importante no Estado do senhor... A Amazônia é diferente e temos que nos unir para fazer frente a esse desafio.

A Anac está ciente desse papel. Posso afirmar para o senhor: a Anac quer resolver o problema! Mas precisamos da união e da parceria, senão o nosso CPF – o meu, por exemplo –, será questionado até pelos órgãos de controle. Esta Casa faz parte. Como sou diretor indicado e sabatinado, serei questionado: “Por que o senhor fez uma ação diferente para uma cidade em relação à outra?”. Se tenho que utilizar o princípio da isonomia.

Isso é importante colocarmos e pedir essa parceria de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k., Diretor Pellegrini. Lógico, o questionamento foi feito pela Senadora Vanessa Graziotin, que é do Amazonas; e, no meu Estado do Acre, a situação não é diferente.

Na semana passada, aqui nesta Comissão, levantei uma questão a respeito exatamente dessa situação, porque a Anac está no papel dela: vai lá, levanta a situação do aeroporto, constata algumas situações que têm que ser adequadas – no caso aí se relaciona ao prefeito –, o Estado não toma as providências e a Anac tem que tomar a providência mais drástica: radicalizar e até chegar a fechar o aeroporto.

Como o senhor disse, essa não seria a melhor decisão, mas tem que tomar uma decisão. Aqui, na semana passada, levantei um questionamento a respeito da situação no meu Estado, no que diz respeito

ao Município de Jordão, Santa Rosa, Porto Walter – são os Municípios isolados –, para que não chegue a fechar. Estive lá, visitando *in loco*, e a situação é precária. Aquelas prefeituras, que hoje vivem numa situação muito difícil, é impossível que possam adequar essas pistas às exigências que hoje a Anac faz.

Se não houver uma parceria do governo do Estado com o Governo Federal, é impossível, não há como. A realidade desses Municípios da Amazônia é totalmente diferente da dos outros Municípios do Sudeste, do Centro-Oeste, porque são municípios pobres. Aquela população precisa desses aeroportos, dessas pistas, precisa que esses aviões de pequeno porte deem essa assistência, pois é como o Senhor disse, o Senhor conhece a Amazônia.

Nós não temos outro meio de transporte, principalmente no verão. Por exemplo, se você sair de Jordão para ir a Tarauacá você vai precisar de uma semana, quinze dias. E uma pessoa que necessitar de um tratamento de saúde? Vai morrer, não tem jeito. Então, é preciso que a nossa Região, a Região Amazônica possa ter eu não diria um tratamento privilegiado, mas um tratamento diferenciado, porque a nossa realidade é outra.

Senador Walter, gostaria? Não? Eu gostaria de facultar a palavra para que os nossos expositores, que nos deram a honra de estar aqui nesta Comissão desde 7h30, e fizeram apresentações importantes para esta Comissão e, com certeza, para o nosso País, pudessem fazer as suas considerações finais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria. PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria. PSDB – PA) – Nas considerações finais, gostaria que fizessem alguma referência ao programa de construção de aeródromos do Governo Federal, de como se encontra, se foi iniciado, em que situação ele se encontra. Se dos 270 aeródromos, tem algum funcionando, pelo menos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Anac? Então, vamos para o Pellegrino, que vai fazer as considerações finais e responder ao nobre Senador Flexa.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante para a agência estar aqui aberta a este debate, a esta oportunidade democrática de a gente expor o que a agência faz e ouvir de todos os questionamentos.

Senador Flexa, eu não sou a pessoa mais precisa e correta para falar sobre esse programa, que está sendo executado pela Secretaria de Aviação Civil, mas, dado que, da área, sou a autoridade aqui presente, não vou me furtar a pelo menos apresentar o que a Anac está fazendo com relação a isso.

Foram pré-selecionados 270 na apresentação que foi feita no ano passado pelo Ministro Wagner Bitencourt, que estava à frente da Secretaria de Aviação Civil. Foi dado início a esse projeto, em parceria com o Banco do Brasil e com outras entidades que estão elaborando os projetos. Para dar início ao programa, foram pré-selecionados, desses 270, se não me engano, 71 aeroportos. A lista está aqui, se o Senhor quiser, depois, podemos passá-la, através da nossa assessoria.

O que está sendo feito com relação a essas etapas? Cada Governo de Estado está sendo solicitado a assinar um termo de parceria com a Secretaria de Aviação Civil, a apresentar os seus projetos, que estão sendo analisados na Secretaria de Aeroportos da SAC, e aí entra em coordenação com a Anac para que as regras da Anac sejam seguidas, Senador Sérgio Petecão, desde o início. Então, para que a gente não tenha repetições de erros do passado, onde aeroportos foram construídos sem se adequarem às regras. Por isso que há essa parceria, o que está sendo muito bom para todo mundo. A Anac, desde o início, está sendo envolvida, está verificando os projetos. Temos certeza de que, ao final, quando a obra estiver sendo inaugurada, todo mundo contente cortando a fita, o aeroporto já vai estar certificado e pronto para operação. É isso o que nós estamos buscando com esse trabalho do projeto regional.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Tem algum aeroporto já em execução?

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Não, os projetos estão sendo aprovados, recebidos. Quais são as etapas, Senador? Primeiro, termo de parceria com o Governo do Estado, para que haja o repasse do recurso através do Banco do Brasil; próximo passo, os Estados vão apresentar os projetos desses aeroportos que eles mesmos, em coordenação com a Secretaria de Aviação Civil, selecionaram.

Tenho aqui uma apresentação, se o senhor quiser, posso passar, mas também está no *site* da Secretaria de Aviação Civil. Todos os 270, e a grande maioria, Senador Petecão, foi na Amazônia. A grande maioria desses aeroportos já foi direcionada, justamente por causa da necessidade de suporte na Amazônia, que é diferenciada no nosso País, a gente tem sempre que ter essa visão.

Após isso, com os projetos aprovados, o Banco do Brasil pode aportar o recurso e iniciar a ação de contratação das obras. A partir daí, o processo vai ter encaminhamento. É isso que eu conheço para passar para o senhor hoje. Se houver necessidade de maiores informações, eu me comprometo com entrar em contato com o Secretário de Aeroportos e a gente trazê-las aqui, para o senhor não ficar desinformado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado ao Diretor Pellegrino.

Passo a palavra ao Comandante Ronaldo.

O SR. RONALDO JENKINS DE LEMOS – Senador, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui. É importante que se coloquem as críticas ao sistema e é também importante que os senhores tomem conhecimento da situação que o sistema vive.

Como nós falamos – acho que todos nós falamos aqui, enfatizamos no final, o Pellegrino e eu –, as soluções têm que ser buscadas em conjunto. Se a gente está enfrentando um problema, de qualquer nível que seja, temos que buscar uma solução comum. Logicamente, tenho certeza de que se todos participarem, a gente consegue alguma coisa palatável, tanto para as empresas quanto para as próprias comunidades.

Muito obrigado pela oportunidade que tivemos e nos colocamos sempre à disposição para qualquer necessidade e para retornar aqui, se for necessário.

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Comandante Ronaldo. Agora passamos a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Fernandez.

O SR. CARLOS EDUARDO FERNANDEZ SILVEIRA – Muito obrigado pela oportunidade de apresentar o que está acontecendo no Aeroporto de Guarulhos recentemente. Acho que é importante, estaremos prontos para a Copa do Mundo.

Eu queria ressaltar um aspecto, porque houve duas menções aqui, pelo Pellegrino e pelo Ronaldo, sobre a questão do compartilhamento e da cooperação.

No Aeroporto de Guarulhos, a gente tem sentido muito isso. Às vezes se diz que aquilo é um condomínio sem um síndico muito claro. O GRU Airport seria o síndico, mas não é, porque as autoridades aeroportuárias têm poder sobre vários elementos. Se a gente não estrutura uma relação bem afinada, estruturas dentro da Polícia Federal, que tem a responsabilidade sobre a área restrita; com a Receita Federal, principalmente no terminal de cargas; com a Anvisa; com a Vigiagro; e agora também com o Ibama, que será um parceiro interno ali; também com as companhias aéreas, com as quais temos intrínseca relação, óbvia; com os fornecedores e com os lojistas; com os operadores de

handling na área interna; mas também com as autoridades públicas.

No Governo Federal, a gente trabalha com vários ministérios, não só os mais óbvios, como o Ministério da Justiça, por conta da Polícia Federal; o Ministério da Agricultura, por conta da Vigiagro; mas também outros órgãos com os quais temos que entrar em entendimento sobre muita coisa. No Governo Estadual, temos todo o problema do sistema viário, do trânsito, da chegada e saída do aeroporto, que é um problema, está ficando um problema muito sério em Guarulhos.

Eu costumo contar um episódio. Temos uma pesquisa de satisfação feita para a Anac, é uma obrigação contratual, mensal. Ali é possível constatar, mês a mês, que o que influencia o humor do passageiro... Há outros fatores, etc., mas há um fator que influencia o humor do passageiro; não é o tempo que ele leva para o aeroporto, é se ele esperar uma hora e levar uma hora e meia; se ele espera levar meia hora, levar quarenta minutos. Isso faz desabar tudo: como ele vê o banheiro, como ele vê a imigração, a iluminação, o sonoro, tudo.

O trânsito é um elemento que faz parte do aeroporto e contamina a visão do nosso principal foco, que é o cliente, o passageiro que está lá. Então, temos de entrar em contato com a Prefeitura de Guarulhos e imaginar soluções viárias junto com eles, com o Governo do Estado, coisa que já está acontecendo com a linha do metrô e com o Rodoanel, e com as autoridades federais também, em relação ao trem de alta velocidade, se for construído, etc.

Há outras coisas também. Como um segundo exemplo, que talvez não seja do conhecimento de vocês, um problema do aeroporto, muitas vezes, é mendicância, pedinte, menor, o Ministério Público que atua dizendo que engraxate está sendo trabalho infantil etc. Nós temos uma ação bastante vitoriosa lá com a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Guarulhos, um trabalho conjunto que fez reduzir o número de ocorrências de 360 com relação à ação de menores ali para 30 em quatro meses. Então, essas ações compartilhadas são... Para mim, ficam disso tudo essas duas palavras como de bastante conteúdo.

Obrigado, então.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Muito bem.

Agradecemos o Sr. Carlos Eduardo Fernandez Silveira.

Já passo a palavra ao Brigadeiro Candez.

O SR. JOSÉ ALVES CANDEZ NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Ficamos bastante felizes de ouvir falar várias vezes da Amazônia, porque os senhores sabem que as

Forças Armadas sempre se preocuparam muito com o desenvolvimento da Amazônia, principalmente o Comando da Aeronáutica, por intermédio da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica. Construímos muitas das pistas que estão lá até hoje. Muitas delas entregamos para a sociedade para que desenvolvessem seus aeroportos e seus meios de se comunicar com os grandes centros. Isso aconteceu na grande maioria das cidades, isso foi uma verdade. Realmente, deixa-nos bastante felizes esta Casa estar bastante preocupada com o desenvolvimento da Amazônia. É motivo de muita satisfação.

Eu não podia me furtar de comentar que, nos anos de 2010 e 2011, da mesma forma que o Dr. Pellegrino, eu estava comandando o Cindacta IV na Amazônia e tive oportunidade de visitar todos os 40 destacamentos da Aeronáutica que são subordinados ao Cindacta IV, que vai desde São Luís até Cruzeiro do Sul, de Tiriós até quase ao centro do País. Muita tecnologia foi implantada na região com radares de última geração, com comunicação, com as aerovias que conseguiram levar as aeronaves comerciais depois da implantação do Cindacta agora, no século XXI, do ano de 2005 para cá. É impressionante. Quando eu cheguei, em 2010, para assumir o comando do Cindacta, a Manaus, onde é a sede do Cindacta, eu vi uma Manaus imensa, diferente de cinco anos antes, quando não tínhamos várias linhas e várias aeronaves chegando à região.

Está na hora de realmente investirmos nessas pistas, nessas outras localidades.

Respondendo ao senhor, Senador Flexa Ribeiro, em relação aos 270 aeroportos, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) trabalhou junto à Secretária de Aviação Civil na seleção dessas localidades desses 270 possíveis alvos dessa grande empreitada brasileira, que é um orgulho nosso. Nós trabalhamos na análise da capacidade do tráfego aéreo para essas localidades. Estamos trabalhando junto ao Banco do Brasil, da mesma forma que o Dr. Pellegrino falou aqui, na avaliação das zonas de proteção desses aeródromos para que eles possam construir os aeroportos e as possíveis pistas ou ampliar essas pistas, da melhor forma que atenda a esses aeroportos. Então, o projeto é grande e estamos acompanhando e trabalhando em conjunto. O senhor pode ter certeza de que é muito do nosso interesse continuar o trabalho.

Eu gostaria de, por fim, agradecer essa oportunidade de trazer aqui a esta Casa o que o Comando da Aeronáutica está fazendo em prol da navegação aérea e fortalecer o que já foi dito aqui pelo Dr. Pellegrino, pelo Comandante Jenkins, que é um trabalho conjunto. É um trabalho conjunto das instituições, mas eu diria que é um trabalho conjunto dos brasileiros fazer com

que a nossa aviação seja uma aviação de sucesso, como tem toda condição de ser, porque o nosso País é um país que tem a tendência para o transporte aéreo, exatamente pelas suas dimensões, pela dimensão continental que tem; e o transporte aéreo é um meio de transporte nosso que é imprescindível para o desenvolvimento das nossas diversas regiões. Então, queria agradecer e informar que ficamos muito orgulhosos de estar participando do trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Nós é que agradecemos.

Esperem só um pouquinho porque estamos finalizando.

Temos aqui o Requerimento nº 49, de 2013.

ITEM 1

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE
SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
Nº 49, de 2013**

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao senhor Ministro da Fazenda informações sobre o impacto fiscal relativo às desonerações previstas pelo PLS Nº 167/2013, de autoria do Senador Wilder Moraes, em apreciação nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Observações:

Lido em 4/9/2013.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todos os nossos convidados, em especial ao Brigadeiro José Alves Candez Neto, que é Diretor de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo; ao Comandante Ronaldo Jenkins, Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Aviação Regular (Abear); ao Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); ao Carlos Eduardo Fernandes Silveira, Gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs Senadores para a próxima reunião, a ser realizada segunda-feira, dia 16 de setembro, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à Agenda CI 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País.

A mencionada audiência pública terá como tema o painel Modernização dos Aeroportos Nacionais, e contará com os seguintes convidados: Gustavo do Vale, Presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Professor Elton Fernandes, Professor e Pesquisador da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e de José Antunes Sobrinho, Presidente do Conselho de Administração da Inframérica.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA VIGÉSSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E UM DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, João Capiberibe e João Alberto Souza. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme a Pauta previamente distribuída, a Reunião destina-se a deliberação de proposições. O Senador Benedito de Lira, solicita a inversão da pauta para o Item 2. Aprovado a inversão de pauta passa-se a apreciação do ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2011 (Terminativo), que “Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-

CRA (Substitutivo). Resultado: Lido o Relatório, fica a discussão e a votação adiada. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2013 (Não Terminativo), que “Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para ampliar o prazo de concessão dos benefícios fiscais do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) relativamente a empreendimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)”. **Autoria:** Senador José Sarney. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Adiada. ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 32, de 2013, que “Requeiro nos termos do art. 90, inciso II e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme dispõe o art. 104-A, inciso III, do RISF, ‘programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional’, para discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão do longo período de estiagem ter comprometido o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande – PB, com a presença dos seguintes convidados: I) Presidente e/ou Diretoria da ANA – Agência Nacional de Águas; II) Representante da Prefeitura de Campina Grande, III) Representante da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, iv) Representante da AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba, V) Representante do Ministério Público Estadual da Paraíba, VI) Representante da UFPB – Universidade Federal da Paraíba, VII) Representante do Governo do Estado da Paraíba, VIII) Representante da Curadoria do Meio Ambiente de Campina Grande, IX) Representante da FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, e, X) Representante da Associação Comercial da Paraíba – ASCOMP”. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. Resultado: Não Apreciado. EXTRAPAUTA – ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 33, de 2013, que “Requer nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre as condições da aviação brasileira frente aos desafios do turismo nacional, com vista à integração das regiões turísticas quanto a demanda nacional e internacional de turistas como plataforma de promoção do turismo brasileiro, dividido em painéis sobre os seguintes temas: 1) “As ações da Secretaria Especial da Aviação Civil da Presidência da República em face dos gargalos da aviação nacional.”,

Convidado: Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco; 2) “Os desafios para o desenvolvimento do turismo nacional e regional na perspectiva dos Estados”, Convidados: Governadores ou representantes dos governos estaduais, representante do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur; 3) “A vocação da aviação civil brasileira para a integração e o desenvolvimento do turismo nacional”, Convidados: Representantes das empresas aéreas nacionais”. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 34, de 2013, que “Requer nos termos Regimentais, que esta presidência possa representar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, na 41ª Edição da Feira de Turismo das Américas, que acontecerá entre os dias 04 e 08 de setembro de 2013, no Anhembi, Avenida Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, conforme convite da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, evento de crucial importância para o Desenvolvimento regional e Turismo Brasileiro que contará com a presença de representação de todos os Estados da Federação e participação de mais de 60 (sessenta) Países, reunindo mais de 30.000 profissionais de turismo de todos os segmentos do turismo, do Brasil e do exterior”. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado. Faz uso da palavra, o Senador Rubén Figueiró. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às nove horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Lembro aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que a Ata da 19ª Reunião desta Comissão já foi aprovada, tendo em vista que a referida reunião foi destinada à discussão e à votação das emendas ao texto do PLDO 2014, e, nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, as emendas da Comissão foram encaminhadas juntamente com a ata da reunião à Comissão de Or-

çamento. Eu me referi ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (PLDO 2014).

Após a realização do seminário que discutiu a contribuição do turismo para o desenvolvimento regional com ênfase no desenvolvimento regional e turismo do Nordeste, ocorrido na cidade de Aracaju, com a assinatura de convênios e de documentos em prol da Região Nordeste com os Ministérios da Integração e do Turismo, assunto já abordado nesta Comissão, na reunião anterior, o Ministério do Turismo voltou à cidade de Aracaju, nesta segunda-feira, no dia 19, às 16 horas, no auditório do Senac, para participar da cerimônia de abertura do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o tema “Pronatec, Copa na Empresa”.

Os cursos oferecidos são: inglês, espanhol, manipulação de alimentos, gestão de pequenos empreendimentos, cursos para camareira e recepcionista, atendente de bar e restaurantes e capacitação para taxistas. Os cursos serão realizados nos Municípios de Aracaju, Itaporanga d’Ajuda, São Cristóvão, Estância, Brejo Grande e Canindé de São Francisco e fazem parte de um convênio entre a Secretaria de Turismo do Estado de Sergipe e o Ministério do Turismo, devendo ser concluídos até o final deste ano.

O evento contou com a participação do Sr. Fábio Mota, Secretário Nacional de Desenvolvimento de Programas do Ministério do Turismo, e do Sr. Elber Andrade Batalha de Goes, Secretário de Estado do Turismo de Sergipe. Na solenidade, representantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), das Prefeituras municipais e da Secretaria de Turismo assinaram convênio para a realização dos cursos de capacitação profissional no interior de Sergipe.

“A meta do Pronatec Turismo é oferecer 1.140 vagas em Aracaju e cidades próximas”, disse Fábio Mota. Os interessados devem procurar o órgão municipal de turismo; quem já trabalha no setor, deve procurar a Secretaria de Estado do Turismo.

O Pronatec Copa na Empresa ajuda os empresários do setor a investir em qualificação profissional de empregados e colaboradores, com aulas que acontecem preferencialmente no próprio ambiente de trabalho, em horários mais convenientes aos empresários, empregados e colaboradores.

Há sobre a mesa os seguintes requerimentos.

Requerimento de minha autoria:

REQUERIMENTO Nº 33

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates, nesta Comissão de Desenvolvimento Regio-

nal e Turismo, sobre as condições da aviação brasileira frente aos desafios do turismo nacional, com vista à integração das regiões turísticas quanto a demanda nacional e internacional de turistas como plataforma de promoção do turismo brasileiro, dividido em painéis sobre os seguintes temas: 1) “As ações da Secretaria Especial da Aviação Civil da Presidência da República em face dos gargalos da aviação nacional” Convidado: Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco; 2) “Os desafios para o desenvolvimento do turismo nacional e regional na perspectiva dos Estados” Convidados: Governadores ou representantes dos governos estaduais; representante do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) 3) “A vocação da aviação civil brasileira para a integração e o desenvolvimento do turismo nacional” Convidados: representantes das empresas aéreas nacionais.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Acho importante a realização desse seminário por várias razões, não só para o fortalecimento do turismo interno, mas também para atração de turistas de outros países e o fortalecimento da relação entre os órgãos institucionais e as aéreas.

Por sinal, a imprensa, no dia de ontem, focalizou um assunto muito importante. Com a alta do dólar, as passagens estão prestes a terem o seu valor aumentado. Assim, as viagens aéreas, não só para turistas como para empresários que se deslocam, para pessoas comuns do povo, podem sofrer aumento substanciais porque os preços dos combustíveis estão atrelados ao dólar.

As aéreas se farão presentes também, aqui, a esse seminário, através de sua representação institucional, e, quem sabe, através desse debate, nós possamos conseguir uma solução consentânea com a realidade brasileira, de vez que o combustível, realmente, está muito alto, não só em função do dólar, como também em função da cobrança, pelos Estados, do ICMS. Então, há uma proposta de redução desse ICMS pelos Estados no intuito de contribuir para o aumento de passageiros, não só no plano internacional, como também no plano interno.

Logicamente, achamos que é preciso que haja um debate intenso, profundo sobre esse assunto de vez que os Estados estão, neste momento, passando por sérias dificuldades no que se relaciona à arrecadação, não só do ICMS, como também do Fundo de

Participação dos Estados e Municípios, com a queda muito grande na arrecadação de cada Estado brasileiro.

Outro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 34

Requeiro, nos termos Regimentais que esta presidência possa representar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, na 41ª Edição da Feira de Turismo das Américas, que acontecerá entre os dias 04 e 08 de setembro de 2013, no Anhembi, localizado na Avenida Olávio Fontoura, 1209, São Paulo/SP, conforme convite da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, evento de crucial importância para o Desenvolvimento regional e Turismo Brasileiro que contará com a presença de representação de todos os Estados da Federação e participação de mais de 60 (sessenta) Países, reunindo mais de 30.000 profissionais de turismo de todos os segmentos do turismo, do Brasil e do exterior.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Antes de entrarmos nas proposições propriamente ditas, eu faria a abertura de um espaço visando enaltecer o Congresso Nacional pelo fato de restaurar as suas atribuições constitucionais, que, desde a Constituição de 1988, estavam ali estabelecidas, no sentido da discussão, do debate e da votação dos vetos presidenciais. A nossa democracia representativa e semiparticipativa adota o veto como um instrumento importante de discussão entre a Presidência da República, o Poder Executivo e o Congresso Nacional.

Então, desde a Constituição de 1988, não há critérios para a votação de vetos presidenciais. Inclusive, isso demandou ações no próprio Supremo Tribunal Federal pela obrigatoriedade da votação de vetos pelo Congresso Nacional. Isto é, o Congresso não estava cumprindo o seu verdadeiro papel. A Presidência da República tem todo o direito – está lá na Constituição –, tem toda a competência para, analisando uma proposição que seja aprovada pela Câmara e pelo Senado, emitir a sua opinião através do veto. E esse veto chegava aqui ao Congresso Nacional e passava anos e anos sem qualquer apreciação, como se o Congresso Nacional não desse importância a uma atividade propícia ao próprio Congresso, quer dizer, prevista na própria Constituição.

Na noite de ontem, o Congresso Nacional, em votação histórica, colocou em deliberação quatro vetos da Presidência da República. Não entrarei no mé-

rito desses vetos que foram mantidos pelo Congresso Nacional, mas o que quero enaltecer nesse instante, Senador Ruben Figueiró, é que V. Ex^a, que participa há muitos anos das atividades do Congresso Nacional, pôde verificar que a nossa instituição não estava cumprindo à risca com as suas atribuições constitucionais. E, ontem, o Congresso não só debateu como votou vetos presidenciais e com a participação, inclusive, da população nas galerias do plenário da Câmara dos Deputados, quando ali se reuniam Deputados e Senadores. Por isso, quero aproveitar esse ensejo para enaltecer a decisão do Congresso Nacional em estabelecer a obrigatoriedade dos vetos presidenciais.

Todo e qualquer veto presidencial que completar 30 dias tranca a pauta e nenhuma matéria será votada pelo Congresso enquanto aquele veto presidencial não for votado. Isso é da maior importância. Inclusive votaremos, no dia 17 de setembro, novos vetos presidenciais, que, daqui para lá, irão trancar a pauta de votação do Congresso; isto é, a prioridade é votar aqueles vetos que estão vencendo, ou seja, completando os 30 dias para trancar a pauta. Foi a decisão, ontem, tomada pelas Lideranças na reunião convocada pelo Presidente do Congresso, Renan Calheiros, com a presença de Deputados e Senadores e a presença, também, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves, do Rio Grande do Norte. Portanto, foi uma noite que merece ser lembrada, registrada, como acontecimento histórico na vida do Congresso Nacional.

Consideramos que todos os Poderes, na Constituição, são harmônicos e independentes. A Presidência da República tem atribuição de exercer, em toda a sua plenitude, o direito de vetar, e o Congresso Nacional de aceitar o veto ou de derrubar o veto. E essa possibilidade antes não existia, porque praticamente nada se votava em relação a vetos, e os vetos presidenciais se transformavam em lei, sem nenhuma apreciação *a posteriori* do órgão competente, que é o Congresso Nacional.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições.

Antes, diria ao Senador Ruben Figueiró que já está confirmada a presença de um diretor da Petrobras para atender àquele requerimento de V. Ex^a. A Presidenta atendeu em parte o nosso pedido e pergunto a V. Ex^a se, assim como decidiu a Petrobras, está de acordo que venha o Diretor de Energia e Gás para debater o assunto que foi objeto do requerimento de V. Ex^a; se V. Ex^a se considera contemplado com a presença do diretor.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, permita-me, inicialmente, cum-

primentá-lo pela manifestação que fez nesse instante com relação à apreciação dos vetos presidenciais. A mim causou surpresa, quando adentrei no Senado da República, ao saber que, há muitos anos, não se apreciava um veto presidencial, inclusive que constavam e que, inclusive, constavam da pauta, engavetados, aproximadamente 3 mil vetos. Isso, sem dúvida alguma, criava uma situação de desprestígio para o Congresso Nacional, tanto assim que uma das primeiras providências legislativas que tive a oportunidade de tomar foi a apresentação de uma PEC no sentido de estabelecer prazos categóricos para a apreciação dos vetos, e não somente eu, mas outros Senadores também o fizeram.

No decorrer do mês de julho, nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, apresentou uma resolução da Mesa no sentido de que os vetos seriam apreciados até 30 dias após a promulgação do ato da Presidência da República. Isso ocorreu agora, na memorável sessão de que tivemos oportunidade de participar na noite de ontem.

Como V. Ex^a disse, não me cabe aqui entrar no mérito da decisão, mas o simples fato da manifestação congressional representa uma retomada da posição histórica do Congresso Nacional de não deixar à parte a decisão que lhe cabia.

Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade de levantar a questão aqui e prestar uma homenagem, inclusive, àquela manifestação popular, turbulenta, não resta a menor dúvida, às vezes, descambiando até para um comportamento que merece realmente crítica, mas é uma manifestação popular, é a presença do povo nas decisões do Congresso Nacional.

Com relação à questão que V. Ex^a provoca sobre a audiência que será realizada no próximo dia 4 de setembro, para a qual foi convocada a Presidente da Petrobras, Sr^a Graça Fortes...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo /PSB – SE) – Na verdade, ela não foi convocada, mas convidada.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Perdoe-me, convidada. Mas a impressão que tenho é que ela é uma senhora tão responsável que deve se considerar até convocada, tal foi a presteza com que respondeu ao ofício de V. Ex^a. E também o empresário sul-mato-grossense de expressão nacional, que é o Sr. Ueze Zahran, Presidente da Copagaz.

Segundo fui informado pelo seu secretário, a Sr^a Presidente perguntou se era possível ser substituída por um dos diretores especializados na área de gás e energia. Eu respondi ao secretário, para que transmitisse a V. Ex^a, que eu não tinha nenhuma objeção à substituição. O que desejo é uma satisfação da Pe-

trobras com relação a um angustiante pleito que Mato Grosso do Sul faz na questão do gás proveniente do gasoduto Bolívia-Brasil.

Assim, dou-me sinceramente por satisfeito com a decisão de V. Ex^a, no sentido da substituição do convite da Presidente Graça Fortes por um diretor especializado na área.

É o que me cabe dizer, atendendo à solicitação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo /PSB – SE) – Agradeço V. Ex^a pelo pronunciamento, notadamente enfocando a questão do Congresso Nacional, que, ontem à noite, executou seu verdadeiro papel de disponibilizar para os Parlamentares a votação de todas aquelas matérias que estavam já vencidas, ou seja, alcançando o tempo de bloquear a pauta do Congresso Nacional.

Toda vez que o Congresso Nacional se manifesta da forma como se manifestou ontem, a opinião pública dirige os olhos de uma forma diferente aos Parlamentares, porque eles estão cumprindo com o seu dever, com o seu papel.

Contudo, engavetar três mil vetos, como aconteceu desde a Constituição de 1988, é um verdadeiro disparate. É não dar importância à legitimidade do mandato parlamentar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com muito prazer. V. Ex^a tem a palavra, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a, se possível, a inversão da pauta para que eu possa fazer a leitura do meu parecer a respeito do projeto de autoria da Senadora Lídice da Mata que trata da renegociação das dívidas dos pequenos agricultores, considerando que, daqui a pouco, eu terei de apresentar outro relatório na Comissão de Assuntos Sociais.

Então, eu gostaria que, se V. Ex^a pudesse, mesmo sem o quórum, porque é terminativo, autorizasse-me a fazer a leitura do nosso relatório. Vou à CAS e, quando estiver na hora da votação, eu volto para cá para votar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Benedito de Lira, V. Ex^a será atendido no seu requerimento, ou seja, nós vamos promover a leitura e, em seguida, aguardar o quórum para a votação da matéria.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – V. Ex^a merece.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 2011, da Ex^{ma} Sr^a Senadora Lídice da Mata, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

A matéria, Sr. Presidente, é da maior relevância para atender àqueles que, realmente, produzem numa região muito difícil.

Cumpra a esta Comissão, nos termos do inciso III do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

De acordo com o art. 52, VII, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal. Portanto, a matéria está amparada pelo Texto Constitucional quanto à iniciativa da sua propositura.

Também não existem óbices quanto à juridicidade. Quanto à técnica legislativa, as alterações propostas no âmbito da CRA já contemplam as correções necessárias.

No tocante ao mérito, tendo em vista que fui o Relator da matéria na CRA, reitero o meu entendimento de que o projeto de lei compatibiliza as condições de renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste às suas necessidades efetivas, ao aumentar o valor limite da dívida para enquadramento nos benefícios concedidos pela Lei nº 12.249, de 2010.

Observe-se que a referida lei resultou da edição e aprovação da Medida Provisória nº 472, de 2009. Como a mencionada medida provisória tratava de diversos conteúdos não afins, e dada a rapidez exigida no rito de tramitação das medidas provisórias, consideramos que os artigos que tratam das renegociações de dívidas em questão não foram adequadamente discutidos pelo Poder Legislativo naquela oportunidade. Daí deriva a importância do PLS nº 622, de 2011, para o adequado enquadramento dos mutuários que necessitam urgentemente renegociar suas dívidas.

Em 2008, o Ministério da Fazenda anunciou um impacto fiscal da ordem de R\$1,2 bilhão para efetuar a renegociação de 2,8 milhões de contratos de crédito rural. Essa medida do impacto financeiro levou em conta apenas o comprometimento de novos recursos, não considerando a contabilização de prejuízos anteriores.

Considerando-se que, em 2010, os financiamentos dos fundos constitucionais somaram R\$2,7 bilhões, nas operações contratadas até R\$60 mil, e que, na faixa de R\$60 mil a R\$150 mil, esses financiamentos totalizaram R\$647 milhões, estima-se que, com a adoção das medidas propostas no PLS nº 622, de 2011, o novo impacto fiscal será de aproximadamente 25% do valor verificado em 2008. Assim, esse custo adicional permitirá a reinserção de médios produtores no mercado de crédito rural, a redução do grau de endividamento do setor, a adequação do montante da dívida rural à capacidade de pagamento do produtor e a efetiva quitação de suas obrigações financeiras.

Considere-se, ainda, que as alterações advindas da aprovação do PLV nº 3, de 2012, resultante da tramitação da MPV nº 545, de 2011, no Congresso Nacional, que se converteu na Lei nº 12.599, de 2012, foram insuficientes para refletir o real comprometimento da capacidade de pagamento da maioria dos produtores rurais nordestinos, que enfrentam, atualmente, uma das maiores secas da história.

Assim, a aprovação do PLS nº 622, de 2011, reveste-se de relevância e máxima urgência, dado o estado de calamidade das atividades agropecuárias no Semiárido do Nordeste brasileiro.

Entendo como necessários os ajustes feitos no âmbito da CRA, razão pela qual acolho o substitutivo aprovado naquela Comissão sem mais alterações.

Voto. Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 622, de 2011, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Esses são o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Benedito de Lira, eu felicito V. Ex^a por esse brilhante parecer, naturalmente, em sintonia com o projeto apresentado pela Senadora Lídice da Mata e, também, com as aspirações dos produtores rurais, dos quais V. Ex^a é um dos grandes defensores nesta Casa.

Eu concedo a palavra à autora da proposição, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Senador Presidente, demais Senadores presentes nesta Comissão, eu quero iniciar agradecendo o esforço dedicado pelo Senador Benedito de Lira para manter e preservar essa nossa ideia.

A ideia foi à Comissão de Agricultura, que ele preside, e recebeu um parecer pela sua prejudicialidade. Primeiro, foi aprovada por ele, depois, foi pedido vista e teve um voto em separado por sua prejudicialidade.

O Senador Benedito de Lira, recolhendo todas essas contribuições, modificou o projeto, fazendo um

substitutivo, já que o prazo previsto anteriormente estava vencido, e tornando possível que nós pudéssemos, agora, aqui, aprovar esse projeto, que, na minha opinião, realmente, mesmo com a atual medida provisória do Governo Federal, ainda atende às necessidades dos nossos produtores rurais, notadamente os produtores rurais do Norte e Nordeste brasileiro, que passou e que passa, ainda, as consequências desse flagelo da seca última, que, segundo os estudiosos, é a maior seca dos últimos 50 anos.

Então, esse projeto sobreviveu, Sr. Presidente, graças ao esforço do Senador Benedito de Lira, que, portanto, divide comigo a autoria dessa proposta e é o grande responsável por sua aprovação e sobrevivência aqui hoje. Portanto, eu quero agradecer, de forma bastante comovida, o esforço que foi feito pelo Senador Benedito de Lira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Benedito de Lira, eu quero informar a V. Ex^a e à Senadora Lídice da Mata que há número suficiente para votação desse projeto. Então, é uma boa notícia, não é?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – É ótima.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – V. Ex^a pretende falar?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Eu apenas queria fazer uma ressalva: o mérito total do projeto é da Senadora Lídice da Mata.

Quando o projeto é bom e vai atender um determinado segmento da sociedade brasileira, principalmente aqueles que trabalham e lutam bravamente no Semiárido nordestino e no norte de Minas, que tem um contraste com a seca, é lógico que todo esforço é pouco para que possamos realmente considerar matéria dessa qualidade, que irá beneficiar diretamente a população que trabalha, que vive no campo, que vive da atividade agrícola.

Eu lamento apenas que, mesmo tendo aprovado determinadas matérias aqui no que diz respeito a esse segmento, Senadora, agora, estamos diante de alguns problemas. Com relação à última medida provisória que tratava da renegociação, a Presidenta da República, em viagem à Bahia e aqui, no Planalto, quando fez o lançamento do Plano Safra e do Plano Safra do Semiárido, anunciou para o Brasil inteiro que as dívidas desses agricultores estavam suspensas até dezembro de 2014. Infelizmente, parece que os Bancos do Brasil e do Nordeste não ouviram o eco da voz da Presidenta, tampouco se debruçaram em cima do diploma legal aprovado e sancionado pela Presidenta, pois eles continuam fazendo as execuções.

Ontem mesmo, eu recebi alguns mandados de intimação e, ao mesmo tempo, de penhora de pequeno agricultor com 3,5ha de terra. É uma coisa assustadora. Talvez os bancos de investimento não tenham tido a coragem de enfrentar os grandes devedores, Senador Figueiró, e vão em cima dos pequenos que já estão amparados pela lei. Eles não estão dando calote, os processos deles estão *sub judice* até que eles possam encontrar o caminho para resolver. Infelizmente, isso é desagradável e um desrespeito dessas instituições financeiras oficiais para com o Congresso Nacional e com a sanção da Presidenta da República.

Por isso, eu quero dizer a V. Ex^a que o seu projeto é meritório e, por isso, fizemos o esforço que fizemos para aproveitar o projeto, porque ele é importante para atender a esse segmento de trabalhadores do Semiárido do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares/ Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Ruben Figueiró, com a palavra V. Ex^a.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, as minhas palavras são para me solidarizar com a Senadora Lídice da Mata, com o Senador Benedito de Lira e, por que não dizer, com V. Ex^a também, que representam uma área sofrida do Território nacional. Eu venho de outra região, o Centro-Oeste. Temos lá muitas dificuldades, mas nenhuma delas alcança as da região de V. Ex^{as}.

Eu tenho ouvido, tanto nesta Comissão como na Comissão de Agricultura, veementes apelos dos Parlamentares do Nordeste, sobretudo com relação à questão creditícia dos produtores rurais, principalmente, como disse agora aqui o Senador Benedito de Lira, os pequenos produtores.

A impressão que se tem, Sr. Presidente, é que há dois poderes no País: um é do Poder Executivo ou da Presidência da República e o outro, do Banco do Brasil. Lá, no meu Estado, na Região Centro-Oeste, também nós sentimos os efeitos das decisões tomadas pelo Banco do Brasil que contrariam as decisões do próprio Governo da República. É uma questão que naturalmente deve ser analisada, se não neste Governo, nos próximos governos, para colocar ao Banco do Brasil suas reais atribuições institucionais.

Com essa minha pequena manifestação, eu quero dizer a V. Ex^{as}, ilustres representantes do Nordeste, da minha integral solidariedade a todas as pretensões que aqui vierem no sentido de levantar a economia e o homem do Nordeste.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares/ Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a, que demonstra o seu espírito de solidariedade humana e o seu compromisso com os interesses sociais de todas as regiões do nosso País.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares/ Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pois não, Senadora Lídice da Mata. V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Só para confirmar essa palavra do Senador Benedito de Lira a respeito dos pequenos produtores, eu quero ressaltar que o nosso projeto trata da anistia de dívidas de R\$10 mil para o produtor rural, cujo saldo nós estamos aumentando para R\$30 mil. É apenas isso, o que demonstra que nós estamos tratando de pequenos produtores realmente e de pequenas quantias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares/ Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu acho que essa quantia é tão insignificante para o Tesouro que não faria falta. Tenho certeza absoluta disso. E os bancos estão proibindo esses pequenos agricultores de tomarem novos empréstimos, em virtude do atraso no pagamento, que eles estão sem condições de fazer, em virtude da seca, como se referiu V. Ex^a e foi confirmado no parecer do Senador Benedito de Lira.

(É o seguinte o item cujo relatório foi lido:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

Em votação o seguinte requerimento:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 34, de 2013

Requeiro, nos termos Regimentais que esta presidência possa representar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

– CDR, na 41ª Edição da Feira de Turismo das Américas, que acontecerá entre os dias 04 e 08 de setembro de 2013, no Anhembi, localizado na Avenida Olávio Fontoura, 1209, São Paulo/SP, conforme convite da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, evento de crucial importância para o Desenvolvimento regional e Turismo Brasileiro que contará com a presença de representação de todos os Estados da Federação e participação de mais de 60 (sessenta) Países, reunindo mais de 30.000 profissionais de turismo de todos os segmentos do turismo, do Brasil e do exterior.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Os Senadores e as Senadoras que aprovam esse requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado.

O outro requerimento é sobre as condições da aviação brasileira aos desafios do turismo nacional, com vistas à integração das regiões turísticas quanto à demanda nacional e internacional de turistas, como plataforma de promoção do turismo brasileiro, dividido em painéis, como já anunciei no início desta reunião.

O requerimento anterior foi aprovado pelos Senadores e Senadoras.

Os Senadores que aprovam esse novo requerimento sobre o ciclo de debates sobre a aviação brasileira em face dos desafios do turismo nacional permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 33, de 2013

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates, nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre as condições da aviação brasileira frente aos desafios do turismo nacional, com vista à integração das regiões turísticas quanto a demanda nacional e internacional de turistas como plataforma de promoção do turismo brasileiro, dividido em painéis sobre os seguintes temas: 1) “As ações da Secretaria Especial da Aviação Civil da Presidência da República em face dos gargalos da aviação nacional” Convidado: Ministro de Estado

Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco 2) “Os desafios para o desenvolvimento do turismo nacional e regional na perspectiva dos Estados” Convidados: Governadores ou representantes dos governos estaduais; representante do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) 3) “A vocação da aviação civil brasileira para a integração e o desenvolvimento do turismo nacional” Convidados: representantes das empresas aéreas nacionais.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Quero me pronunciar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares/Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, V. Exª tem a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – É só para ressaltar os dois requerimentos.

Primeiro, é para estimular V. Exª a que realmente compareça e que lá possa permanecer por algumas horas, visitando a Feira da Abav. É realmente uma feira extraordinária, da qual já tive oportunidade de participar muitos anos. Não vou poder ir este ano, pois estarei em missão do Senado Federal, na Comissão de Relações Exteriores. Mas destaco a importância de V. Exª, como Presidente da nossa Comissão, participar desse evento.

E também parablenizo V. Exª pela autoria do requerimento que agora acabamos de aprovar e que traz para o Senado o rico debate que o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Turismo tem travado a respeito da situação da aviação nacional.

Nós já discutimos aqui superficialmente essa questão. V. Exª, portanto, ao trazer o Ministro, coloca essa questão na pauta desta Comissão, buscando conhecê-la forma mais aprofundada, apresentando propostas para fazer avançar a aviação e, com isso, o turismo nacional. Discute-se a aviação regional, seu fortalecimento, e também a aviação nacional, como elemento importante na indução do nosso desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao turismo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Assim, Senadora Lídice da Mata, após o término desse ciclo, nós enviaremos às autoridades competentes as conclusões dos nossos trabalhos, para que sejam enviados esforços no sentido da melhoria do atendimento pelas empresas aéreas aos nossos turistas nacionais e internacionais e à população usuária do nosso transporte aéreo.

Como não há mais nenhum assunto a ser tratado, vamos votar o projeto da Senadora Lídice da Mata na próxima reunião, uma vez que não há quórum suficiente para votá-lo.

Encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE SETEMBRO DE 2013.

Às oito horas e trinta minutos do dia cinco de setembro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA e do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPPLY, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, KÁTIA ABREU, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ JAYME CAMPOS, RODRIGO ROLLEMBERG E FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Clésio Andrade, Ivo Cassol e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Acir Gurgacz solicita ao Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, a inversão da pauta para que seja apreciado em turno suplementar o Substitutivo ao PLS nº 330, de 2011, aprovado na 19ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 29/08/2013. O Senhor Presidente acolhe a solicitação do Senador Acir Gurgacz e suspende a 20ª Reunião Extraordinária da CRA, às oito horas e 32 minutos, para dar início à 21ª Reunião Extraordinária da CRA, para apreciação

em turno suplementar do Substitutivo ao PLS nº 330, de 2011. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, declara reaberta a 20ª Reunião Extraordinária da CRA às oito horas e trinta e sete minutos e dá início à pauta da presente reunião que se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e do Requerimento nº 34, de 2013, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Ana Amélia, com a finalidade de debater o Novo Seguro Agrícola no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Alysson Paolinelli – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho – ABRAMILHO; Sr. Antonio Licio – Consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Milho – ABRAMILHO; Sr. Cesário Rangel da Silva – Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB; Sr. José Aroldo Gallassini – Presidente da COAMO Agroindustrial Cooperativa – COAMO; Sr. Gláucio Nogueira Toyama – Diretor Técnico de Seguros Rurais e Habitacional do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE – BB/MAFRE (representante de: Sr. Luis Carlos Guedes Pinto); Srª Rosemeire Cristina dos Santos – Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Às nove horas e trinta e um minutos o Senador Benedito de Lira passa a presidência da reunião para o Senador Acir Gurgacz. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, os Senhores Senadores Ana Amélia, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Ruben Figueiró, Jayme Campos, Casildo Maldaner, Acir Gurgacz, e Delcídio do Amaral. Às onze horas e quatorze minutos o Senhor Presidente, em exercício, da reunião, Senador Acir Gurgacz, sugere que seja elaborada nota técnica sobre o assunto tratado nesta audiência pública, para ser discutida pelos senadores na próxima reunião da Comissão e apresentada como sugestão ao governo federal. O Senador Acir Gurgacz registra a presença do Sr. Vicente de Paula Diniz da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, de-

claro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a nossa reunião, eu gostaria de colocar em discussão e votação a ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, bem como ao Requerimento nº 34, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Acir Gurgacz e da Senadora Ana Amélia, que requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para debater o novo seguro agrícola do País, com a presença dos seguintes convidados...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Peço uma gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente. Votamos, na semana passada o Projeto de Lei nº 330, PLS, de autoria da Senadora Ana Amélia, e nós precisaríamos votá-lo em turno suplementar.

Se for possível, solicito nós anteciparmos, invertermos a pauta, aproveitando que a Senadora Ana Amélia está presente, para debatermos. É rápido, nós não precisamos de quórum qualificado, é formalidade regimental. Se nós pudermos fazer essa inversão, passaremos para frente esse tema, que é muito importante, daqui ele vai para a Câmara, e daremos por encerrado esse assunto aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me a interferência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Acatada a sugestão de V. Ex^a, eu suspendo a 20ª Reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos e suspensa às 8 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 8 horas e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Retornamos à reunião para tratarmos, exatamente, da nossa audiência pública.

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa os nossos convidados, começando pelo ex-Ministro Alysson Paolinelli, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho; Sr. Antonio Licio, consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Milho; Sr. Cesario Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade

Rural Brasileira; Sr. José Aroldo Gallassini, Presidente da Coamo Agroindustrial Cooperativa; Sr. Gláucio Nogueira Toyama, Diretor técnico de Seguros Rurais e Habitacionais do Grupo Segurador Banco do Brasil, e a Sr^a Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *(Pausa.)*

Gostaríamos de informar aos nossos convidados e palestrantes, tendo em vista o número de seis representantes de diversos órgãos, que estabeleceremos dez minutos para cada expositor, logicamente, se necessário, com alguma prorrogação. Logo após, abriremos o debate com as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Inicialmente, concedo a palavra, como autor do requerimento, a S. Ex^a o Sr. Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento os convidados, dizendo da nossa alegria de poder recebê-los, nesta manhã, na Comissão de Agricultura.

Não vou me alongar, Sr. Presidente, para que possamos ter a oportunidade de ouvir os nossos convidados, mas é importante registrar a importância de termos uma nova configuração para o seguro agrícola. Tão logo soubemos que isso vinha sendo preparado por diversos setores ligados ao agronegócio e devido à relevância do tema, entendi que, antes mesmo que essa proposta fosse apresentada ao Governo Federal, era importante que fosse apresentada aos membros da Comissão de Agricultura. Foi com esse objetivo que apresentamos essa solicitação de audiência pública.

Agradeço aos membros da Comissão por a terem aprovado, a V. Ex^a por ter convocado esta audiência pública e, de forma especial, aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, também autor do requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, saúdo os nossos convidados. Sejam todos bem-vindos. Nosso sempre Ministro Alysson Paolinelli, sempre nos dando a honra da sua presença e também trazendo a sua experiência para que possamos apurar melhor a questão dos nossos agricultores brasileiros.

O seguro rural é, atualmente, um dos importantes instrumentos agrícolas, ajuda a promover o desenvolvimento do setor e deve ser o instrumento que dá garantia de renda ao produtor rural. A proposta da audiência pública, atendendo ao requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, é discutir um novo seguro rural para o Brasil, onde ouviremos os nobres convidados.

Porém, temos um problema imediato para resolver: é a questão de por que a liberação dos R\$700

milhões para subvenção do seguro rural, anunciados pelo Governo Federal em junho deste ano, como uma das medidas do Plano Safra 2013/2014, não aconteceu ainda. Não houve a liberação desses R\$700 milhões, não é, Ministro? E o anúncio foi muito bacana – eu falava, há pouco, na TV Senado –, o anúncio foi com toda a pompa, mas a verba não chegou ainda aonde deveria chegar, que é até os nossos agricultores.

Esse apoio do Governo para o seguro rural é fundamental para os produtores, pois, sem ele e, diante da diversidade dos riscos envolvidos na agricultura, como pragas, catástrofes naturais, seria praticamente inviável a contratação do seguro pelos agricultores. Portanto, essa demora do Governo em iniciar a liberação dos recursos para o seguro rural está deixando os agricultores preocupados, pois, ao contratar o seguro rural, ele pode recuperar boa parte do capital investido em sua lavoura, evitando perdas e as indesejáveis renegociações das dívidas rurais que acontecem nesses casos todos. Ficamos com a dívida, e a dívida tem que ser negociada.

Espero que o Governo dê uma resposta satisfatória para esse atraso, bem como que possamos avançar no sentido de estender as coberturas para todas as culturas, além de garantir aos produtores o recebimento de uma renda, nos casos de ocorrência de desastres climáticos ou de queda de preço dos produtos cultivados. Lembro que temos apenas 7%, aproximadamente, da nossa agricultura assegurada no Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos, que chegam a setenta e poucos, quase oitenta, noventa por cento; noventa por cento da agricultura assegurada. E, no Brasil, que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo – quer ser o maior produtor de alimentos do mundo –, temos apenas 7% das nossas agriculturas ou das nossas culturas asseguradas.

Precisamos avançar, alguma coisa está errada, e está errada no sistema, senão teríamos praticamente 90%, quase 100%, da nossa agricultura assegurada. E é exatamente nesse sentido que vamos debater e discutir esse assunto hoje.

Meus cumprimentos ao Presidente, ao Rodrigo Rollemberg – nosso colega –, e aos nossos convidados que estão aqui para nos auxiliar, nos ajudar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, também como autora do requerimento, para suas considerações preliminares.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quería apenas falar sobre a atualidade, a oportunidade, e diria até a urgência de discutir essa matéria.

Agradeço ao nosso Ministro, Alysson Paolinelli, porque nos ajudou a provocar o Senado a essa discussão. Penso que precisamos urgentemente... Hoje temos um seguro de crédito que também não foi atualizado ao longo do tempo, que ajuda muito os bancos, mas não ajuda o agricultor numa hora de perda. Então, os mecanismos dessa proteção de um seguro de renda não foram adotados em nosso País. Com essa discussão, iniciada aqui no Senado, na Comissão própria, que é a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, daremos um passo, com a iniciativa dos Senadores e do Senador Rodrigo Rollemberg, para desatar esse nó que emperra, surpreendentemente, um país que, apesar de todas essas mazelas que vivemos de infraestrutura, de logística, tudo muito caro, tudo muito burocratizado, é um país com essa presença, cujo superávit comercial é sustentado exatamente pelo campo.

Temos até que dar uma resposta em homenagem a quem está carregando nas costas o nosso País em relação ao superávit comercial. Então, parabéns a todos os Senadores envolvidos! Especialmente, queria fazer uma referência ao nosso Ministro Alysson Paolinelli por ter nos instigado a iniciar esse debate aqui na Casa.

Obrigada, Presidente Benedito de Lira.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, com a palavra, Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer as indagações posteriormente, mas preferi fazê-las agora, para deixar consignada a oportunidade aos ilustres debatedores, para que respondam, no curso das suas palavras, as indagações que desejo fazer.

Permita-me, Sr. Presidente, que leia rapidamente as questões.

Como representante de Mato Grosso do Sul, Estado que apresenta uma importante participação na produção agropecuária brasileira, defendo o campo produtivo e eficiente, por isso o fortalecimento dos mecanismos de apoio à produção rural estarem entre as maiores preocupações às quais tenho dedicado o mandato parlamentar a mim confiado.

Feito esse breve preâmbulo, gostaria de ouvir dos expositores quais as reais perspectivas de termos, nos próximos anos, um seguro rural de abrangência nacional e que não se limite à cobertura de créditos bancários, mas que seja um instrumento real de proteção do empreendimento rural e de garantia de sua continuidade, independentemente do porte do produtor – independentemente do porte do produtor.

Em segundo lugar, senhores debatedores, sendo o produtor rural naturalmente identificado com a necessidade da superação dos gargalos da produção agropecuária, observei, na edição da Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, um dos marcos mais importantes sobre o tema em discussão, ao lado da Lei Complementar 127, de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos ritos do seguro rural. Nesse sentido, solicito dos palestrantes uma avaliação técnica dos instrumentos normativos a que me refiro, apontando seus pontos fracos, merecedores, portanto, da atenção e do empenho legislativos.

Outra: quando defendemos o campo eficiente e produtivo, não podemos nos esquecer das regiões mais carentes, tais como as áreas semiáridas na discussão de um novo seguro rural. Assim, apreciaria que nossos convidados avaliassem, no âmbito do Pronaf (Programa de Garantia à Safra), a possibilidade de integrar seu público-alvo aos novos instrumentos propostos.

Finalmente, gostaria, ainda, que nossos convidados compartilhassem conosco suas ponderações sobre a necessidade para um novo modelo de seguro rural de medidas e instrumentos voltados ao acompanhamento tempestivo e sistemático aos programas de subvenção, ao estabelecimento da obrigatoriedade do seguro agrícola nas operações de crédito, a criação de benefícios aos produtores rurais que adotarem boas práticas agrícolas, além da instituição de um fundo de reparação às seguradoras e, pragmaticamente, como viabilizá-lo. Que papéis devem ser reservados a Estados e Municípios em um modelo eficaz do seguro rural?

São essas, Sr. Presidente, as minhas indagações. Minha saudação respeitosa...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – ... V. Ex^a e suas manifestações.

Gostaria de comunicar ao nobre Senador que seria interessante que V. Ex^a repetisse, após a apresentação dos palestrantes, as suas indagações, porque elas normalmente seriam objeto para depois da conclusão das apresentações de nossos convidados.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Atenderei a sua recomendação, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, não quero atrapalhar o andamento da Comissão, mas tenho um compromisso na

Embaixada da Austrália, porque sou do Grupo Parlamentar Brasil-Austrália, e, hoje, estará aí a seleção da Austrália, às 10h30. Acredito que não vou conseguir ficar até o final, não vou fazer questionamentos, mas queria cumprimentar o Sr. José Aroldo Gallassini, que é o Presidente da Coamo, uma das mais importantes cooperativas do Brasil e a mais importante do Estado do Paraná, saudá-lo e dizer a V. S^a que seja bem-vindo ao Senado Federal, e esta Mesa toda repleta de pessoas que conhecem muito bem e que fazem a agricultura do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Sr. Allyson Paolinelli, ex-Ministro, para as suas manifestações.

O SR. ALLYSON PAOLINELLI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senado, especialmente aos Senadores signatários desse requerimento, a oportunidade de estar aqui e, sobretudo, ter a chance de discutir um dos problemas que, hoje, mais pesam no processo agrícola brasileiro: a falta de um seguro rural eficiente.

Disponho-me a fazer essa apresentação, Sr. Presidente, na certeza de que estou no lugar certo. O Senado Federal, naturalmente, está vendo os resultados que a agricultura brasileira – e a Senadora Ana Amélia deixou isso bastante claro em seu pronunciamento – tem trazido à Nação, especialmente a roleta russa por que passa o produtor brasileiro, nesse momento, de políticas econômicas, de problemas de intempéries, de problemas de mercado e, sobretudo, de falta de infraestrutura para carrear a sua produção.

Eu creio que um dos pontos mais sensíveis que o Brasil tem hoje é a indefinição de uma política agrícola que seja permanente.

O Brasil conseguiu, especialmente naquele período em que houve uma mudança profunda do processo produtivo brasileiro, as décadas de 60, de 70 e de 80, demonstrar que as políticas públicas são fundamentais também em países subdesenvolvidos. E foram exatamente alguns instrumentos que eram de uso habitual do produtor que provocaram essa mudança que estamos vivendo hoje.

Eu cito como de grande valia o crédito rural. O crédito rural foi uma das principais armas, um dos principais instrumentos que levaram o produtor rural a provocar mudanças no processo produtivo. E ele teve que realizar mudanças sim.

A agricultura que se desenvolveu no mundo era de clima temperado, bem diferente das nossas condições. E aqui, para se produzir competitivamente, teriam de ter esses produtores a certeza de que, sem profundas

modificações nos seus hábitos, nas suas condições de produção, eles não seriam competitivos.

Creio que a ciência e a tecnologia, especialmente após a fundação da Embrapa, deixaram bem claro que a região tropical do globo também é viável à produção agrícola. E até mais do que isso. Essa agricultura tropical hoje está dando ao mundo uma demonstração de que ela tem vocação de produzir alimentos e energia renovável sem destruição dos seus biomas.

Eu diria que o Brasil está demonstrando ao mundo aquilo que dele não se esperava. Houve uma promoção injusta com o povo brasileiro, alegações, nos grandes centros de mercado, de que a agricultura brasileira estava crescendo à custa da destruição dos seus recursos naturais. Clara mentira, clara mentira! Não sou eu quem está dizendo. Foi o Prêmio Nobel Dr. Norman Borlaug quem primeiro afirmou isso. Numa expressão muito clara, ele disse: “Eu me orgulho de ter sido o gestor de uma equipe que conquistou o único Prêmio Nobel da Paz para o setor de alimentos, mas me preocupo” – e isso no ano 2000 – “porque conheço a agricultura no mundo inteiro e sei que ela se desenvolve em áreas de terras riquíssimas, que foram limpas, desmatadas de suas vegetações naturais e estão sucessivamente sendo cultivadas e degradadas. E até onde o mundo suportará isso?” E ele mesmo responde: “Não tinha tranquilidade com o meu travesseiro, até que conheci no Brasil o desenvolvimento de uma agricultura tropical numa região chamada Cerrado.” No Cerrado, esse processo foi o inverso: o agricultor brasileiro pegou o que havia de mais degradado em termos de bioma no mundo, é o Cerrado brasileiro, são as savanas e os estepes – savanas da África e estepes na Ásia –, que são terras degradadas e que o produtor brasileiro conseguiu transformar nas mais produtivas e competitivas do globo, graças à evolução que ele teve no manejo deste bioma. O Cerrado trabalhado no Brasil hoje é uma das melhores regiões produtoras do globo, e não mais a mais degradada área que se tinha.

Eu estou dizendo isso para mostrar a importância que o Brasil tem no momento de hoje. E a expectativa mundial que se faz sobre a produção brasileira tem razões óbvias. O mundo está crescendo. Cresce em duas direções: uma, as populações – estima-se que, antes de 2050, nós já seremos mais de nove bilhões de pessoas –, e, por outro lado, cresce a renda no chamado mundo super-habitado – a China; a Índia; Paquistão; África, com um bilhão de pessoas, está com o crescimento acima do crescimento dos países desenvolvidos.

Esta conjugação número de pessoas e renda vai pressionar, sem dúvida, a demanda de alimentos no mundo nesses próximos anos. Esses próximos 20

anos são importantíssimos para a definição do que se vai ter na terra, e todos concordam que esta agricultura tropical do Brasil conquistou tem fundamental importância para que o mundo não venha a passar fome e possa ser, também, suprido de energia renovável que este mundo ainda não tem economicamente.

É por isso que eu chamo a atenção: esta agricultura cresceu neste período graças a uma estabilidade de política pública, ao crédito, à pesquisa, à extensão rural, à infraestrutura e à capacidade do produtor brasileiro de se adaptar a essas novas condições.

Eu diria: qual a causa do enfraquecimento destes instrumentos de política pública? Eu não tenho dúvida, qualquer economista que estuda isso vai ver claramente: os sete planos econômicos vividos pelo Brasil a partir da década 80 foram fatais ao exercício da política pública no Brasil. E nestes sete planos econômicos que penalizaram classes específicas, em todos eles, sem exceção, quem pagou o custo dos planos econômicos foi a classe trabalhadora assalariada e a classe produtora desorganizada, que não tinha condições de botar preços nos seus produtos. E os senhores sabem que os planos econômicos no Brasil eram verdadeiras violências econômicas, um cadinho de mistérios que se fabricavam aqui em Brasília, alterando todo um processo econômico, cada um substituindo o outro – são sete –, mais violentamente, o que, praticamente, desorganizou o processo produtivo, inclusive o rural.

Por que o rural sobreviveu? Por uma razão muito simples: um dos instrumentos, a chamada busca do conhecimento, ciência e tecnologia, conseguiu suplantar as deficiências do processo produtivo anterior, e especialmente o crescimento da produtividade anulou, em parte, as penalizações desses sete planos econômicos.

Citaria como exemplo: entre o ano de 1980 e o ano 2000 – aí estão as estatísticas a nos informar –, o preço real dos produtos agrícolas caiu de 100, se tomarmos como base 100 em 1980, para 30 em 2000. Ou seja, a agricultura perdeu 70% no valor do seu produto, transferindo-o à população consumidora.

O inverso aconteceu. Na década de 70, a família rural brasileira gastava de sua renda – não estou falando de salário mínimo, mas de renda familiar – de 42% a 48% em alimentação. Hoje, essa mesma família está gastando de 14% a 20%.

Na realidade, a agricultura não está exercendo no País só o acúmulo de riquezas. Fundamentalmente está ofertando ao consumidor de pequena renda a solução que ele tem: é poder se alimentar com uma pequena parcela da sua renda familiar.

Só para os senhores avaliarem, Srs. Senadores, hoje temos um quadro desse mundo.

(Soa a campanha.)

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Bangladesh consome cerca de 50% de sua renda familiar em alimentação, naturalmente não sobrando recursos para vestuário, transporte, saúde, educação, moradia.

Passamos por essa fase numa velocidade espantosa, em menos de 30 anos, e a agricultura rendeu ao povo brasileiro aquilo que dela nem se esperava.

Eu gostaria, ao afirmar isso, de mostrar aos senhores que, desses US\$100 bilhões que a agricultura traz ao País do mercado internacional, estão mais ou menos 85% livres. Existem outras exportações que trazem recursos. Na aviação, por exemplo, a nossa fabricação de aviões hoje é invejável, mas nós importamos acima de 80% do avião que exportamos. Então, o lucro líquido é pequeno para o País; o agrícola é inverso.

Não fora uma falta de planejamento, especialmente na produção de insumos, e o Brasil estaria tendo lucro líquido muito maior. Portanto, nós não entendemos por qual razão os estrategistas da economia mantêm a agricultura sem os instrumentos de política agrícola.

O crédito rural caiu demais. Se ele não caiu tanto em volume de recursos equivalentes, está caindo em qualidade. Hoje não temos mais o crédito rural comandado pelo setor agrícola, pela exiguidade de recursos, ele funciona muito mais na base de exigibilidades bancárias, e poucos são os recursos transferidos. Portanto, são comandados pelo sistema financeiro.

Vejam os senhores: o sistema financeiro tem também uma função como tem a agricultura, que é a de coletar, emprestar dinheiro e ter ganhos, lucros. A primeira regra que há dentro de uma instituição financeira é fugir do risco, e, ao se fugir do risco, foge-se exatamente da atividade agrícola e do principal produtor, que é o pequeno, que não tem garantias reais para oferecer. O crédito rural no Brasil precisa ser revisto urgentemente. Esse crédito, não tendo o seguro, provoca distorções. Os próprios bancos, vendo que o cliente não tem um cadastro suficiente para lhe dar a tranquilidade de uma operação segura, reduzem muito o número de clientes que não têm o cadastro adequado. Estão elitistas.

O seguro de crédito que se montou tentou corrigir isso, mas, infelizmente, funcionou muito pouco tempo como seguro de crédito – o Proagro. O Proagro foi montado em 1974 por quem lhes fala, na tentativa de atender às seguradoras brasileiras que não tinham informações para os seus cálculos atuariais. Hoje, no mundo, não existe nenhum milagre na área de seguro, é um cálculo atuarial do custo do risco, coisa simples, que qualquer equipe econômica pode fazer. Essa é, sem dúvida, a pedra fundamental para se processar o crédito rural. Se você tem um grupo competente para montar uma avaliação de risco e estabelecer ali os

custos reais desse risco, você está matando a charada. Esses custos variam naturalmente em função da atividade que se exerce, da competência de quem a faz, das áreas onde se trabalha, das variações de mercado e das intempéries climáticas. São cinco fatores que influenciam muito no custo do seguro.

O seguro pode ser exercido pelo Governo sim. Não há problema nenhum. O americano deu demonstração por vários anos em seguida de que é possível. Só que nós sabemos que o americano tem a chave de uma das mais fortes caixas do mundo e a exerceu para manter o seguro rural por muito tempo, estabelecendo quase um seguro oficial, em que os órgãos oficiais dirigiram o seguro. Aqui, no Brasil, posso informar aos senhores que o Governo tem dado demonstração de que não é competente para isso, razão pela qual a emenda que está na Constituição – de minha autoria, pois fui Constituinte – exigindo que se implantasse o seguro rural pela iniciativa privada, na certeza de que iríamos ter um seguro real.

Esses sete planos econômicos a que me referi aqui levaram a agricultura brasileira a ser exercida com competência, Senador, razão pela qual o Brasil se destaca hoje como um país que paga para produzir. Todos os grandes países hoje subsidiam seus produtores. Nós aqui pagamos. O juro que se tem no crédito rural, como demonstrei, a cada dia, está mais escasso, mais elitista e menos eficiente.

Em segundo lugar, a tributação. O Dr. Antonio Licio, aqui presente, há cerca de 18 anos, num convênio com o Banco Mundial, juntou um grupo de economistas e fez um estudo da chamada tributação indireta no setor agrícola. Pasmem, Srs. Senadores! O Brasil, naquela época, tributava 25% no produto *in natura*, com variações. O arroz do Rio Grande do Sul chegava a 31%, porque o arroz tem uma intermediação do maquinista e ali se pagavam também os custos industriais. Isso é um absurdo! Quando nós demonstrávamos isso lá fora, ninguém acreditava: “Mas não é possível.” Era possível, sim. Estava demonstrado.

Houve até um fato muito interessante: o grupo da Abia, do Edmundo Klotz viu esse trabalho, gostou muito, perguntou o que ele devia fazer. Eu falei: “Contrate a melhor consultoria que você tiver e faça o trabalho.” Ele fez. E, naquela época, só para os senhores terem ideia, o produto semielaborado do setor agrícola pagava 32,5%.

Vocês vão perguntar se isso mudou muito hoje. É praticamente a mesma coisa. O semi-industrial foi para 37%. Quer dizer, o agricultor brasileiro paga para produzir. Os seus custos de serviço são incomparáveis. Se vocês tomarem hoje o que se passa no transporte de uma tonelada de milho ou de soja do Corn Belt

americano até o Golfo do México, vocês vão ver que chega a três vezes menos que o custo brasileiro. Não dá para comparar.

(Soa a campanha.)

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Já que a agricultura brasileira não tem garantias de uma política pública permanente e efetiva, nós temos de buscar, junto ao produtor, à cooperativa, à iniciativa privada, formas de nos arregimentarmos, porque eu quero fazer uma confissão aos senhores. A proposta que estamos fazendo de seguro rural não é nossa. Ela já vinha sendo discutida por todas as instituições de maneira muito eficiente, junto com todos os segmentos...

(Soa a campanha.)

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – ... e os elos da classe produtora direta e indireta. E todos eles estavam de acordo que precisariam se somar para obter aquilo que não tinham, que era o seguro rural funcionando no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Vou, então, tentar ser mais breve.

O que nós fizemos foi pegar o trabalho que já vinha sendo elaborado por essas instituições, usando um pouco da credibilidade que adquirimos, e conversamos abertamente com todos os segmentos que mantêm essa agricultura ativa: o produtor, através de suas instituições que já estavam trabalhando aqui; a área bancária; a área industrial, na área de fertilizantes, defensivos, sementes, máquinas agrícolas. Conversamos com os transportadores, os armazenadores, os exportadores, os comerciantes e as indústrias de produtos agrícolas. E todos eles consideraram interessante isto: que o seguro agrícola no Brasil era a principal atividade que o setor deseja.

Em função disso, nós avançamos. Procuramos o Governo, que colocou à nossa disposição alguns dos seus elementos, e fomos a cada uma dessas instituições, obtendo delas a certeza de que estão dispostas a participar de um processo de seguro pluriparticipativo, do qual participa o produtor, o Governo, dentro da legislação que já existe, as indústrias, os bancos e as seguradoras.

O que se está propondo não é nenhuma fórmula mágica ou nova. O que se está propondo é uma integração para se conseguir fazer aquilo que é fundamental no exercício da garantia de risco, no mundo inteiro:

1. que o número maior de interessados participe – é a universalização do seguro; e a fórmula que está sendo proposta é bem genial;

2. que se tenha – ouçam bem – a garantia de que cada parte coloque, na época certa, o recurso que lhe cabe – é o caso do requerimento que o Senador acabou de fazer, dizendo que o Governo prometeu no ano passado, prometeu neste ano, e o recurso não aparece. É evidente que, dessa forma, nós não vamos ter seguro, porque isso faz exatamente a ineficiência e a elevação do custo. Não é culpa do banco ou da seguradora: é culpa de quem falhou! Se um produtor pagou, se a seguradora garantiu, a garantia precisa de ter, efetivamente, o chamado seguro de catástrofe.

Ora, no mundo inteiro existem catástrofes. Os senhores no Congresso Nacional aprovaram a lei do Fundo de Catástrofe. Só que ela não está sendo exercida. Não está sendo exercida porque ficou só na mão do Governo. E ela é clara: ela precisa ter a participação de todos.

A experiência vivida pela Espanha foi muito interessante. A Espanha tem um fundo de catástrofe gerado pelas próprias seguradoras, equitativamente com o Governo – eu fui lá e estudei isso. Ao fim do ano, as 12 seguradoras – uma é do governo –, as 11 seguradoras fazem os balanços na área de seguro rural, e 15% do lucro é depositado na conta do seguro catástrofe, garantia fundamental. Esses 15% terão de ser rebatidos por igual valor pelo Governo. Com isso, o fundo de catástrofe vem crescendo a ponto... E aí venho eu: seguro, no Brasil, como no mundo inteiro, se é de vida, as seguradoras carregam até 100%; se é de automóvel, carregam 80%, 90%; se é agrícola, só carregam 10%. Para o mundo inteiro, foi assim. No Brasil, não há novidade nenhuma.

O que se está propondo? Ao se ter uma renda maior do que o Governo tenha acenado, para a garantia do pagamento do prêmio, nós vamos ter também um volume razoável num fundo de catástrofe para garantir as resseguradoras, porque são elas que prefixam, efetivamente, o custo do risco. Se ela tem o fundo de catástrofe, a taxa de risco cai vertiginosamente. Se não tem, ao contrário, sobe vertiginosamente, porque já se sabe que será preciso arcar com o custo de uma catástrofe com seus próprios recursos.

Não existe nada de novo até aí. É exatamente o que se processa no mundo. Então, a nossa preocupação é que não testemos mais o Governo. A notícia que tenho para os senhores foi tirada do que se passou no ano de 2012. Não é boa. Aqueles quase R\$150 milhões que o Governo efetivamente colocou – ele havia prometido mais, a Senadora sabe disso – só deram para cobrir 2,4% da área agrícola do Brasil. Será que é esse o seguro que nós queremos?

E vou garantir aos senhores, o Senador está preocupado, o Governo não pôs nada: se ele botasse

hoje os R\$700 milhões, isso não vai dar para cobrir 15% da área. Isso, Sr. Senador, não resolve o problema brasileiro. O que resolve o problema brasileiro é o Governo se imbuir da ideia de que, no seguro, ele tem que ser um dos agentes e participar com a iniciativa privada, nosso produtor rural, as nossas indústrias, os nossos bancos, as nossas seguradoras, e, dali, tirar os recursos necessários.

Nos primeiros exercícios que fizemos, Sr. Senador, é espantoso. Para este ano, nós teríamos condições de não usar R\$700 milhões, Senador, e, sim, R\$3,2 bilhões, com a oferta de uma suposta regra que é possível ser implantada no Brasil.

O que nós estamos propondo – e vou deixar com V. Ex^a, Sr. Presidente – é apenas um roteiro, porque creio que não cabe nem a mim, mas ao próprio Governo, que deve saber, a negociação disso.

Houve evoluções. O trabalho que a Senadora Kátia Abreu fez em relação à busca de novos recursos foi excelente. O próprio Ministro da Agricultura manifestou isso por várias vezes, que ele estava sentindo a disposição do Governo em colocar mais dinheiro. Eu, infelizmente, vou ter que dizer aos senhores: esse mais dinheiro não vai significar nada para se resolver o seguro rural, se ficar o Governo sozinho fazendo o que fez o ano passado e já está fazendo hoje.

Eu chamo a atenção dos senhores. Os senhores vão ouvir que eu não estou propondo aqui nenhuma fórmula milagrosa. Este homem que está aqui já está realizando na sua cooperativa um sistema próximo em que apenas a gestão ele é quem faz, e o faz bem feito. Eu já fiz, numa de minhas lavouras, o seguro, vou pagar 8,3% na lavoura de sorgo. Uma lavoura de sorgo, nesse sistema que estou dizendo, é capaz de não custar 1,5%, e vou pagar 8,3%. Provavelmente vai estar aí dentro, se o Governo depositar, os 700 milhões vão me ajudar como parte disso.

Não é isso que nós precisamos no Brasil. Isso está sendo jogado fora. Não pensem que são as seguradoras que estão com goelas excessivamente grandes. É o contingenciamento de uma falta de gestão que está levando o seguro rural no Brasil a ter essa distorção. Será o mais caro do mundo, o mais ineficiente.

Esta proposta aqui é exatamente fazer-se o seguro rural num sistema quadripartite. Os dois grandes interessados, o produtor rural e a seguradora, fazem parte da administração; do outro lado, o Governo e todos os segmentos, indústria, banco, etc., formando uma gestão quadripartite. E eles sim, terão seus profissionais, suas diligências, seus assessores, para se fazer um real seguro no Brasil, num custo que não vai transferir dinheiro de governo a seguradoras ou a quem quer que seja, onde não existirá a fraude do

seguro e muito menos ineficiência no sistema. Ela é perfeitamente possível, Sr. Senador.

Não serei eu que farei isso. Eu estou apenas usando a força e o prestígio que me deram as associações, como a nossa CNA, a Abramilho, que eu tenho ajudado e que trabalhou também nisso, e as instituições com as quais eu consultei e vi que isso era possível.

Se o Senado tem interesse, a legislação a mudar é muito pouca, praticamente nenhuma. Ela já existe. A atual lei de seguro rural permite isso. A atual lei de Fundo de Catástrofe permite isso. Falta apenas uma decisão política. E essa decisão política, eu sei o quanto o Senado pode exercer. O Senado, com os seus Senadores, as instituições, através dos seus presidentes, como aqui está a nossa querida Senadora Kátia Abreu, terão condição de exigir.

Não existe nada de novo. Aqui, o que está se propondo é uma racionalidade, apenas isso, para que o Brasil desenvolva o que há de – e eu estou estudando, continuo estudando isso – mais moderno, mais racional, sutil, em termos de seguro, no mundo. Esta agricultura brasileira teria mais um exemplo ao mundo, através de um instrumento que hoje é fundamental.

O americano teve, no ano passado, uma das mais violentas secas. Nós fomos lá. O agricultor estava chateado porque não produziu, mas absolutamente tranquilo, porque o seguro de renda o garantia.

Aqui está proposto, inclusive, Senadora, o seguro de custeio e de renda. Ele é perfeitamente viável dentro desse sistema. O Brasil sonha com esse seguro de renda. Nunca será feito no molde atual. Neste aqui, já pode sair com ele.

Muito obrigado. Estou às ordens.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

Antes, eu queria agradecer e cumprimentar o nosso Ministro Alysson Paolinelli pela sua brilhante apresentação e demonstração da importância da agricultura no Brasil para o mundo e a importância também do nosso seguro para a agricultura.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria fazer uma sugestão, com a aquiescência eventual dos nossos colegas Senadores, especialmente do Senador Rodrigo Rollemberg, que foi proponente desta audiência pública.

Como o Ministro Paolinelli é o pai da criança, no bom sentido de ter suscitado isso, com a aquiescência da Mesa, que vem participar e trazer algumas informações, a própria Mesa participaria...

Presidente Acir Gurgacz, sugiro agora, antes da exposição de cada um, em função até das responsabilidades que temos – às 10h30, eu tenho a Comissão de Relações Exteriores –, começarmos o debate com o Ministro Paolinelli, com a participação da Mesa, porque talvez isso fique mais dinâmico e rico em relação às dúvidas que Senadores e a Mesa têm, com os palestrantes trazendo as suas experiências na medida desse debate.

É uma sugestão que faço, para aproveitar, porque queria muito fazer alguma indagação singela ao Ministro Paolinelli sobre o sistema que ele está propondo. Então, eu submeto isso a V. Ex^a e ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Consulto os nossos colegas se...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu esclareço. O que a Senadora Ana Amélia está sugerindo é que os outros participantes poderiam...

Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não, e os Senadores também pudessem fazer agora indagações ao Ministro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Porque, cada vez que ouço o Ministro Alysson Paolinelli, e o ouço com muita atenção, aprendo cada vez mais as coisas. E eu espero que o Senador Rodrigo Rollemberg – não sei se está presente –, trate dessa parte do Cerrado, que é uma coisa importante. O Cerrado é um dos poucos biomas em que a agricultura, na verdade, enriquece, melhora aquilo que é uma área...

Mas eu queria dizer, Sr. Presidente, que era importante – aproveitando a sugestão – que V. Ex^a consultasse, porque às vezes alguns dos que estão aqui teriam uma forma, uma colocação divergente ou diferente da visão que tem o Ministro Alysson Paolinelli.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Eu acho que o Senador Moka completou bem: a CNA, através da Dr^a Rose, tem uma proposta bastante diferente em relação à do Ministro Alysson Paolinelli.

Então, acho que seria da maior importância que os Senadores dessem oportunidade a todos, ao Dalazen, à Sociedade Rural, enfim, para que vissem outras sugestões, para que pudéssemos ter uma visão geral de todas as opções possíveis.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sugiro, então, ouvirmos mais

alguns palestrantes. Depois, faremos um intervalo no meio, se assim concordarem.

Vamos ouvir a CNA, depois faremos as perguntas, dando sequência...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aliás, a CNA está presente por meu requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem! V. Ex^a sempre trazendo pessoas importantes aqui, para o nosso debate, Senadora Ana Amélia.

Então, passo a palavra à Dr^a Rosemeire Cristina dos Santos, da CNA, que sempre tem vindo para nos ajudar nos debates, aqui, na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SR^a ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Obrigada, Senador Acir. Obrigada pelo convite à CNA, para participar deste debate importante.

Quero começar parabenizando esta Comissão por dois motivos. Primeiro, pela aprovação do PL nº 330, de 2011. Esse PL sobre os contratos de integração vertical é extremamente importante para o setor agropecuário. O maior desafio, hoje, do setor agropecuário, dentro do ambiente institucional do agronegócio, é estabelecer relações cooperativas e harmonizar as cadeias produtivas. E a aprovação desse projeto de lei é um importante passo, para a gente começar a organizar essas cadeias. O segundo assunto, que também diz respeito ao ambiente institucional do setor, é a política agrícola, é o seguro rural.

Nós discutimos o seguro rural, há muito tempo, o que culminou, em 2003, com a aprovação de Lei nº 11.326. Essa lei criou o Programa Nacional de Subvenção ao Seguro Rural. Efetivamente, esse programa começou a ser implementado no Brasil, a partir de 2006, quando os primeiros recursos para subvenção foram aportados pelo Governo.

A partir daí houve períodos de crescimento, períodos de instabilidade, períodos de recuo na oferta de recursos, e houve avanços na oferta de recursos. É fato: ainda não chegamos ao patamar ideal. Em todos os países em que o seguro rural se desenvolveu, com destaque para a Espanha, que é um dos melhores modelos que se tem, e para os Estados Unidos, que é o maior seguro rural do mundo, isso ocorreu como objetivo e estratégia de Estado.

Há participação dos produtores nesse seguro? Há. Mas o carro-chefe que impulsiona e determina o que vai ser segurado, como vai ser segurado e, principalmente, com subvenções é o Governo.

Seguro é uma coisa cara, porque, no caso do seguro, lida-se com risco. E o risco, a incerteza, é a medida desse risco.

Se na agricultura se trabalha com uma indústria a céu aberto, com problemas climáticos, com problemas de logística, o nosso risco é muito grande. Então, naturalmente, ele tem de ser caro para o produtor rural. E isso inviabiliza, muitas vezes, que ele contrate uma apólice de seguro.

Outra queixa que os produtores têm do seguro rural hoje é a falta de cobertura para algumas culturas e a cobertura insuficiente, ou seja, ele tem uma produtividade *top* em função do nível tecnológico que alcançou, porém, a cobertura desse seguro ainda é baixa.

Agora, esses problemas só serão melhorados na medida em que a gente garantir duas coisas. A primeira delas é a estabilidade na oferta de recursos para seguro. Essa oferta vai ser cumprida. E isso passa pela rediscussão da política agrícola. Para se ter uma ideia, o seguro rural tem um calendário anual, fiscal, que vai de janeiro a dezembro, mas o Plano Safra ele é de junho a julho. Então, o que ocorre? Há um descasamento entre o lançamento do plano agrícola e a execução do plano seguro. Nunca o que for anunciado pelo governo será o que o governo tem disponível para trabalhar. Aí, geram-se os problemas que vemos hoje.

As seguradoras estão pagando indenizações por conta de perda climática que tivemos no Sul em função das geadas recentes. Porém, até hoje não receberam as subvenções das apólices que foram feitas neste ano. No nosso entendimento, esse é o principal problema que nós temos hoje.

Outro problema: a organização do sistema de seguro ainda não está feita no Brasil. A rediscussão da política agrícola, a criação de um cadastro único para se determinar o nível de risco dos produtores, o que deve ser coberto pelas seguradoras, qual o risco da atividade, qual o risco do produtor rural. Ainda não foi criado, não foi implementado. E analisar risco sem ter números é impossível. Portanto, hoje o produtor é prejudicado, ele paga mais por não ter os instrumentos adequados de política agrícola. O custo é maior tanto no crédito quanto no seguro, a política agrícola está em descompasso com o agronegócio.

O agronegócio hoje cresce a ritmo de Ferrari e conta com uma política agrícola que anda de Fusquina. Aí acontecem os problemas que vemos todos os dias e debatemos todos os dias. Não é a primeira audiência de que participamos este ano para discutir seguro agrícola, e sempre retoma na mesma questão.

A proposta que a Abramilho traz é uma proposta interessante, porém ela surgiu num momento diferenciado da agricultura brasileira. Ela surgiu em 2006 quando havia um endividamento muito grande no setor causado por elevação de custo de produção e descompasso com o dólar. Muitos produtores endi-

vidados e muitas indústrias quebraram. Para que as indústrias não quebrem, o produtor tem que ir bem. Portanto, surgiu a ideia de se criar esse fundo em que todos contribuiriam de forma a evitar a volatilidade de renda e evitar que os produtores quebrem bem como as indústrias e as empresas de defensivos, e por aí vai.

Ocorre que o cenário hoje é diferenciado. Criar mais um custo para o produtor é criar mais uma atribuição para ele ter dentro da sua estrutura de custo. E o que é que temos observado? Quando entra um item novo na estrutura de custo de produção, esse item nunca mais sai, e o produtor acaba absorvendo. E, diferentemente da indústria, de *trading* e de banco, o produtor não repassa preço, ele é um tomador de preço do mercado. Esse item, portanto, vai ficar na estrutura de custo dele. E hoje o produtor já participa do seguro rural. Quando falamos no programa de subvenção ao seguro rural, o produtor entra contribuindo com 40% a 60% da subvenção, o restante o governo faz. Mas o produtor assume uma parte desse seguro.

Então, temos um caminho, uma proposta, e essa proposta a gente já vem discutindo desde 2008. A ideia é estruturar o mercado do seguro sendo essencial a participação do governo, a revisão da legislação, a criação de um cadastro único e principalmente a organização do mercado de seguro do Brasil – ela não está pronta, ela precisa ser melhorada. Esse é um fator que temos questionado e proposto a cada ano safra.

A subvenção ao seguro não pode ir à mão da seguradora, ela não pode ir para seguradora que trabalha com um banco. Ela vai escolher os seus clientes certos dentro das suas carteiras de fidelidade. A subvenção ao seguro tem que ir para o produtor, ele escolhe com quem que ele quer operar, ele escolhe a seguradora que vai fazer a melhor cobertura, a melhor apólice, o melhor atendimento e vai auxiliá-lo no momento em que ele precisar. Hoje, não temos concorrência, e a falta de concorrência é a maior inimiga no desenvolvimento do mercado.

Então, é extremamente necessária essa discussão. Parabenizo mais uma vez esta Comissão por essa audiência pública. Nós nos colocamos à disposição para esclarecer as perguntas que se façam necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado Dr^a Rosemeire.

Para encerrarmos a primeira etapa, convido o Dr. Gláucio Nogueira Toyama, Diretor Técnico dos Seguros Rurais e Habitacional do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE. É uma empresa, uma fusão.

O SR. GLAUCIO NOGUEIRA TOYAMA – É uma fusão entre a operação de seguros do Banco do Brasil e a Seguradora Mapfre.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Então, com a palavra, Dr. Gláucio.

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA – Muito obrigado, bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês.

Antes de fazer um diagnóstico de como está a operação de seguro agrícola no Brasil, ratifico alguns pontos. O primeiro deles é que existe mesmo uma demanda reprimida dos produtores para seguros agrícolas no Brasil. Quando a Rose coloca que isso é uma imperfeição do sistema por conta da falta de competitividade, o fato é que acabamos caindo em um ciclo vicioso da falta de recursos de subvenção, que é necessariamente a oportunidade de o produtor adquirir o seguro, e as seguradoras acabam não desenvolvendo os produtos porque não têm os movimentos claros de quanto vai ser o dinheiro, de como vai sair e de quais são os futuros de orçamento do Governo.

É importante dizer que o Programa de Subvenção começou em 2003. Mais de três anos patinamos à procura do modelo adequado. Então, temos menos de sete anos, seis anos, de operação com subvenção no Brasil. Não temos um histórico bastante claro de como as coisas estão encaminhadas. A gente percebe bastante evolução. Por quê? No primeiro momento, quando o mercado segurador aportou no Brasil, como disse o ex-Ministro Alysson Paolinelli, disse, depende muito dos resseguradores, já que 90 a 80% dos riscos absorvidos por esse mercado estão nas mãos das grandes seguradoras. Naquela ocasião, há quase dez anos, tínhamos o monopólio da única resseguradora no Brasil, o IRB, que não temos mais.

No segundo momento, tínhamos uma carência de informação, porque as bases necessárias para que pudéssemos precificar as informações de risco não eram acessíveis às operadoras que operavam na ocasião. Em um terceiro ponto, não tínhamos estruturas de regulação de vistorias, de aceitação de risco nem de sinistros para que pudéssemos ter tranquilidade no pagamento de forma adequada.

Então, naquela ocasião, o que foi feito do grupo do mercado de seguros e resseguros para questões agrícolas no Brasil? Identificamos um tripé. O primeiro pé era o Governo, que, como todo mundo, precisa participar da política agrícola de seguros no Brasil, e a subvenção seria uma interface bastante interessante e que deveria caminhar. Em 2003, tivemos a configuração da lei e o primeiro aporte do governo para os primeiros movimentos com leilão. Só três anos depois tivemos um movimento mais adequado, que temos até hoje.

O segundo ponto é que o monopólio do resseguro pudesse ser suprimido para ter mais capacidade.

Faltava-nos a capacidade de risco. Hoje, a gente tem falado no valor bruto da produção em mais de R\$400 bilhões. Em um mercado segurador, não deve suprir mais que R\$10 bilhões, hoje, em termo de proteção de riscos agrícolas. Isso é muito pouco, é bastante insignificante no que a gente encara como potencial de negócio no Brasil.

Naquela ocasião, não tínhamos nem R\$1 bilhão para aportar em termos de capacidade de risco por conta dos resseguradores que existiam na operação, e esse negócio foi aberto. Então, a segunda perna do tripé foi a necessidade do Fundo Catastrófico, hoje denominado de Fundo de Repartição de Perdas, que não está implantado, não está regulamentado, e a gente não tem essa ferramenta adequada. É uma ferramenta bastante importante para o governo e para suas políticas de negócios agrícolas no País e para efeito de alguma proteção do mercado segurador, quer seja da seguradora ou dos resseguradores.

Contrapondo-se ao Fundo de Repartição de Perdas, temos percebido hoje no mercado é que temos uma superoferta de resseguros mundiais para a operação no Brasil. Então, não nos faltam resseguro e capacidade de proteção de risco para os diversos modelos de seguros agrícolas que temos no País.

O que precisa ser feito? O Fundo de Repartição de Perdas precisa definir um objetivo claro e de como a gente deve caminhar com esse instrumento para que tenhamos essa operacionalização de seguros agrícolas de forma adequada.

Naquela ocasião também, o que nos faltava em termo de estrutura operacional era a qualificação dos técnicos e peritos de campo. E, ao longo dos últimos dez anos, o que temos feito, em conjunto com todas as seguradoras e resseguradores de mercado, é prover, ao longo dos anos-safras, treinamento e incorporação de mais e mais técnicos para que tenhamos suporte no campo e mais tranquilidade para que possamos operar.

Então, essa foi a evolução que aconteceu ao longo dos últimos dez anos quanto à organização da primeira etapa da organização de seguros agrícolas do País, que imaginávamos que era importante.

Do ponto de vista de produtos, naquela ocasião, só tínhamos um produto chamado Granizo, um seguro que garantia um risco nomeado. Era um produto bastante interessante para operação dos produtores de frutos no País, que têm um prejuízo muito mais perceptível no que tange ao evento de granizo que afeta as frutas na sua qualidade de venda, de produtos *in natura*.

A partir daí, o que o mercado começou a fazer? Foi evoluir nas qualificações dos produtos. Então, quando olhamos a evolução do mercado de seguros agrícolas aqui no Brasil e no mundo, temos que considerar

que, para que consigamos desenvolver um portfólio de produtos adequados do ponto de vista de oferta de coberturas e atendimento dos cultivos agrícolas, do sistema pecuário e dos negócios que temos no Brasil, precisamos evoluir com formações e procedimentos.

Hoje, atendemos mais 60 cultivos do País, quase todas as espécies de reflorestamento, e temos uma carteira de seguros pecuários incipiente ainda, por falta de cultura de seguro, que é um ponto bastante importante que vamos tratar também.

Ao longo desses últimos anos, saímos de um produto que é chamado, em segurês, de risco nomeado (só garantia granizo) para um produto, hoje, que garante renda. Faz três anos que o mercado opera com um seguro de garantia de renda. Ele representa hoje, na operação do cultivo mais importante das operações de seguro, que é a soja, 20% da proteção total. Hoje, 20% dos produtores estão protegidos pelos seguros agrícolas do País e esse é o produto suprasumo que o mercado sempre pediu aqui no Brasil.

O que falta, na nossa percepção de vendedores de seguros, de produtores de seguros agrícolas, é que, além das questões estruturais, das imperfeições que há no sistema, falta uma cultura de seguros por parte dos produtores, dos distribuidores. Não é fácil vender seguro. Ninguém acorda todo dia querendo comprar seguro agrícola para proteger sua safra ainda mais quando há a percepção da maioria das pessoas de que o seguro agrícola é um seguro caro. E tende a ser o mais caro do mundo. A gente tende a acreditar nisso também. Então, é uma coisa que precisamos trabalhar bastante.

Já que se vende seguro agrícola no Brasil, como temos que tratar os distribuidores de seguros agrícolas no Brasil, sejam eles cooperativas de distribuição, cooperativas de créditos, sistemas financeiros, *trading*, os próprios produtores, os corretores? Como precisamos olhar esse negócio? Como fazer a cultura de seguro agrícola ser inserida na cabeça do produtor quando ele monta o seu curso de produção?

Isso não está claro na cabeça dos produtores, não está claro na cabeça da maioria das entidades que fazem interface com o sistema produtivo e o seguro agrícola no Brasil. Então, precisamos pensar, e um convite como esse para uma audiência pública é bastante interessante. Durante esses últimos dez anos, tivemos uma evolução bastante interessante do programa. Geramos um modelo bastante interessante em alguns Estados do País, que já estabeleceram uma cultura de seguro agrícola, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Mas o que precisamos fazer agora é desenhar um modelo novo, um modelo que tenha um plano, que tenha interferência de várias

entidades e que o mercado segurador seja uma das partes desse processo, e não o principal condutor.

Então, a precisamos trazer o sistema produtivo e toda a relação do agronegócio para que caminhemos na direção de um plano novo e de uma nova evolução para que tenhamos tranquilidade para trabalhar nos próximos anos.

Minha parte é essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. Gláucio.

Eu pergunto se os Srs. Senadores gostariam de fazer questionamento agora ou vamos ouvir antes do Dr. José Aroldo.

Então, passamos a palavra ao Dr. José Aroldo Gallassini, Presidente da Agroindustrial (Coamo).

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar a todos os que estão contribuindo sobre o seguro agrícola. Apenas vou pedir licença porque às 10h tenho que presidir a Comissão de Relações Exteriores.

Então, se eu me ausentar é por essa razão, mas cumprimento a todos pela contribuição – Ministro Alysso Paolinelli e todos os demais.

Muito obrigado pela cooperação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Senadora Ana Amélia gostaria de fazer alguma colocação? Por gentileza, tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, eu prefiro, em respeito à decisão da maioria dos Senadores, manter as exposições dos que vieram aqui. Assim como o Senador Eduardo Suplicy, sou relatora na Comissão de Relações Exteriores, e, acerca das dúvidas que eu tiver a respeito dessa matéria tão importante para o País, eventualmente acompanharei pela minha assessoria que está aqui.

Não há dúvida disso, e vou trabalhar intensamente. A minha curiosidade apenas é saber se havia pontos convergentes, ou de possível convergência, de juntar a sua proposta com a proposta, que é diferente, da Dr^a Rosemeire, que representa uma entidade importante. Pode conciliar? E também gostaria de saber se a receita que o senhor dá para isso é uma receita já usada em outras partes do mundo. Ainda gostaria de saber se um seguro tem que ter uma regra geral para um País de áreas, de situações tão divergentes. Meu

Estado, por exemplo, em dez safras, perde sete, mesmo com o zoneamento agrícola. É difícil fazer uma gestão.

O próprio Governo está gastando R\$9 bilhões de subsídio para a compra de energia, quando havia previsto R\$4,5 bilhões. Teve que fazer mais porque houve uma seca, não havia energia suficiente e teve de comprar das térmicas. Então, também na agricultura, a questão cíclica da adversidade climática, especialmente no Sul do País, determina um comportamento variável.

E o pior é que há a notícia – o senhor fala muito do setor privado, a Dr^a Rosemeire falou – de criar a Segurobras, uma empresa estatal para cuidar disso. São preocupações que me assaltam em relação a esta matéria. E também porque o Ministério da Agricultura criou um grupo de trabalho, no ano passado, em 2012, para tratar da questão do seguro agrícola. Algum dos senhores aqui participou ou tem informação de alguma evolução a respeito desta matéria?

São essas as minhas dúvidas, mas eu prefiro que se respeite o expositor.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passamos a palavra ao Dr. José Aroldo Gallassini, que é Presidente da Coamo (Agroindustrial Cooperativa).

O SR. JOSÉ AROLDO GALLASSINI – Bom dia a todos. Nós somos uma cooperativa de produtores. Somos 26 mil associados. Temos um trabalho grande sobre o seguro agrícola. Eu sou um defensor do seguro agrícola. Faço duas reuniões por ano com mais ou menos dez mil cooperados, em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, e um pedaço da reunião é sobre seguro agrícola.

Eu disse a eles o que disse o nosso amigo da Mapfre: que não temos cultura de seguro agrícola. Nós temos cultura de seguro de carro. Nós, antes de sair o carro da concessionária, já fizemos o seguro, porque há o risco de bater na saída. Nós queremos inculcar o seguro agrícola. O produtor quer fazer seguro agrícola de lavoura de risco, trigo e milho safrinha. Isso é um problema. Aí, as seguradoras dizem: não, eu também não quero correr o risco. É um problema sério. Na verdade, é uma cultura que temos que criar.

Temos aí um grande volume de seguro. Só para se ter uma ideia, no Proagro, no ano passado, foram feitos 3.742 projetos, R\$151 milhões. Quanto ao seguro agrícola, foram feitos, no ano passado, 13,058 milhões de projetos, 410 milhões de segurados.

Esse é um trabalho feito com muita cautela. Eu tenho definido muito que, na questão do seguro, tem que haver honestidade: tem que haver honestidade do banco, das cooperativas, das seguradoras e, prin-

cipalmente, dos peritos e dos produtores. Houve frustrações. Tivemos muitos problemas com peritos que fazem acertos e tudo o mais. Então, eu digo assim: tem que ter honestidade, seriedade. Nós já vimos o que o Governo fez com o Proagro lá atrás: quase eliminou o Proagro por causa de desonestidade de produtores.

Agora, há o seguro agrícola. Nós, de certa forma, estamos satisfeitos. Não é de volume que precisamos. Temos três seguradores que fazem: a Swiss Re, que é exclusivamente seguro agrícola – não há outro tipo de seguro no Brasil –, a BB/Mapfre e a Allianz. Agora, vai entrar Itaú. São quatro seguradores que vão oferecer seguro agrícola.

Os nossos seguros, segundo o Governo permite, são feitos com base no IBGE. O IBGE está em todos os Municípios. Quando há uma previsão de safra, faz-se uma reunião, a produtividade desse tamanho... é um seguro que eu acho que não vale a pena.

A taxa desse seguro é 5,38%, e o Governo subsidia de 40% a 60%, conforme a região, conforme o Município. Então, esse seguro aqui eu não recomendo. Eu tenho um modelo aqui, tenho aqui um exemplo, depois eu posso distribuir algumas cópias.

O outro seguro que nós tínhamos com o qual estávamos relativamente satisfeitos é o seguro produtividade. Nós temos 230 agrônomos no campo, que têm os projetos, produtividade todo ano, acompanham sem nenhum problema. Então, nós temos a produtividade na mão. Já os outros produtores que não estão em cooperativas, em regiões do Brasil de modo geral, e que vão direto ao banco, não têm essa produtividade como nós temos em projetos agrícolas e tudo o mais. Então, nós temos sucesso nesse projeto de produtividade.

A taxa também é de 5,25%, o Governo financia ou subsidia a subvenção do Governo em 60%, e o produtor paga 40%. Essa parte do produtor nós podemos jogar no projeto agrícola de financiamento, podemos fazer prazo de safra, ou coisa assim, de maneira que não haja problema algum de o produtor fazer o seguro agrícola.

E temos o seguro que eu acho que vai ser o que só a Coamo tem no Brasil, que é o seguro receita, um projeto piloto, um projeto grande, que é, mais ou menos, o seguro renda de que a Marta falou.

Esse seguro aqui também envolve a produtividade, cinco anos, e o preço, com base na Bolsa de Chicago, no caso da soja. Esse seguro funciona muito bem. O produtor não tem só o problema da cobertura do seguro só do financiamento, ele tem o seguro com base na produtividade.

Funciona, mais ou menos, assim: ele tem a produtividade média, e vamos dizer que deu 100, e ele colheu 70. Aí, ele tem o seguro cobertura de 70%

desses 30% que faltaram. Então, ele sai com dinheiro ainda. Paga com 100 e sai com dinheiro. É um projeto igualzinho ao projeto americano, mais ou menos igual ao projeto americano de seguro agrícola.

Esse é um projeto piloto, está grande, estamos fazendo aí um grande volume, e eu acho que seria a evolução por aí. Então, temos um acompanhamento das seguradoras, que estão satisfeitas com essa parceria, e pretendemos continuar e aumentar cada vez mais.

Foi comentado aqui também – e aí há uma reclamação grande até da Federação da Agricultura – onde estão os R\$700 milhões. Todo ano é assim. Sai uma divulgação grande e, depois, murcha, vai diminuindo, diminuindo. Agora, R\$700 milhões; depois, eu vi não sei onde que vão ser R\$400 milhões; depois, eu vi que serão R\$241 milhões; mas dizem que pode chegar a R\$330 milhões. Então, esse é ruim.

Eu tive uma proposta do Ministério da Agricultura de fazer um projeto piloto também de se passar a subvenção para a cooperativa, um modelo novo. Aí, quando vim a Brasília, conversamos e tudo o mais. Eu acho que é até viável, porque, daí, nós vamos negociar a taxa com a seguradora. Só que eu falei para ele o seguinte: esse atraso do Governo vai ser um problema, porque eles podem dizer que não fizeram o negócio com o Governo, que fizeram com a Coamo e que, então, querem receber. E, aí, não dá para enfrentar isso, porque o volume é muito grande.

Então, na verdade, eu acho que temos de evoluir. O Governo realmente tem de botar. Porque é assim: ano passado, nós fizemos 12% da área do Brasil segurada. Esses R\$700 milhões dão para 20% da área plantada, que é pouco, mas é um avanço.

Até temos algumas irregularidades, como nós também reclamamos. A maçã teve, assim, R\$70 milhões de subvenção; a soja, no Brasil inteiro, R\$120 milhões. Quer dizer, está completamente desproporcional. Aí, o *lobby* que valeu – eu acho – porque a maçã é deste tamanho.

Isso também precisa ser visto.

Nós temos, aqui, uma reivindicação que a seguradora já está fazendo, é única no Brasil, uma sugestão da Coamo, particularmente minha, que é o seguro agrícola da parcela de investimento, de máquinas, de correção do solo e tudo o mais. Porque sempre fica assim: dá o seguro agrícola, dá a frustração e fica um rabo para trás, às vezes, grande. Então, ele faz também o seguro da parcela de investimento, com as taxas que ele vai ver lá e tudo o mais. E nós estamos pedindo para o Governo botar na subvenção também o seguro da parcela de vencimento, porque assim o produtor sairia mais tranquilo e não ficaria ainda com coisas para pagar.

Porque não é justo, como vinha sendo feito. Nós estamos pagando 25 anos a securitização (foi de 1995 e vai até 2020) para quem está na securitização. Foi uma frustração, e estamos pagando. E também tem o fato de giro, cinco anos, que foi um empréstimo que fizemos para o cooperado pagar o prejuízo, porque não havia seguro anos atrás. Então, isso eu acho que não é justo. Todo ano ele tira um pouquinho do lucro dele para pagar coisa velha, de 25 anos. Alguns não vão chegar lá.

Na verdade, acho que o seguro está indo bem. Esse seguro da parcela do investimento já existe nos “pronafricanos”, ou seja, o Pronaf tem o seguro da parcela. Então, eu acho que é uma coisa boa.

Eu estou lutando muito para nós termos... Assim, o seguro agrícola é um insumo agrícola. Eu faço o projeto, semente, adubo, herbicida e seguro agrícola. Aí eu não tenho problema. O problema é fazer separado, vender o seguro separado. Então, é isso que a gente quer fazer.

E eu acho que, com o apoio das seguradoras, como foi falado aqui, e também do Senado, enfim, se todo mundo pensar assim, vamos evoluir muito, principalmente buscando, cada vez mais, essa seriedade no seguro porque as seguradoras têm esse problema também.

Ainda nesses dias, estavam falando que o Governo estava atrasado com cento e trinta e poucos milhões, e que e elas estavam pagando frustrações e tudo o mais. Não sei se já pagaram agora. Pode ser que já tenha resolvido.

São coisas que têm que funcionar, mais ou menos, que nem um relógio. Aí a coisa vai bem. É mais ou menos isso. Depois, se houver perguntas.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)
– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não, Senadora Kátia.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)
– Eu gostaria que o Gallassini pudesse explicar um pouco melhor o seguro-receita, que eu confundi com o seguro-produtividade.

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Ele tem a possibilidade de cinco anos. E, quando se faz o projeto, se faz o preço da Bolsa Chicago naquele dia. Vamos dizer que ele teve uma frustração quando colheu. Ele ia colher cem e colheu, vamos dizer, sessenta, para não confundir. Então, ele colheu 60%, e faltaram 40%. Ele perdeu 40%. Então, o seguro cobre 70% desses 40%.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)
– E o custo?

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Ah, sim, vou dar um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E qual a parceria da Coamo?

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Quem paga é a seguradora, mas a produtividade, a taxa do produtor é 5,25%. O produtor paga, afinal, 2,10%. Então, 60% o Governo paga na subvenção, e o produtor 40%. Então 2,10% é algo viável.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, é 70% do percentual que ele prevê.

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – É, da produtividade que ele prevê no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E qual a parceria da Coamo com a seguradora que o senhor colocou?

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Olha, desse prêmio que é cobrado, eu acho que é 7%, se eu não me engano. Eu não tenho muito bem certeza desse valor, mas ele paga para fazer o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A cooperativa paga?

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Não, ela recebe, porque ela tem os agrônomos trabalhando. Isso é feito no projeto.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não, Senadora Kátia.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Uma consideração superimportante é o fato de que a Dr^a Rose não especificou os mecanismos que estamos apresentando, mas a Coamo consegue um custo mais baixo porque ela tem a central de informação dos seus produtores. Ela tem estatística dos seus produtores. Então, enquanto também não tivermos a nossa central de risco, o Brasil chegar a essa central de risco, jamais poderemos ter o custo que ele consegue ter, com muita competência. Ele tem a vida dos produtores dele toda na mão, no bom sentido, por assim dizer.

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Porque o produtor isolado vai ao Banco do Brasil, faz a proposta e não tem outro dado. E nós temos o agrônomo em cima.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Há o histórico completo da vida do agricultor.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Presidente Acir, ele tem todo o histórico do produtor: o que produz, quanto produz, em que área produz, a sua produtividade. Então, ele tem a vida dele transparente. É deste mecanismo que precisamos no Brasil: a central de risco, o cadastro do seguro e também o

cadastro da subvenção, para tirar as injustiças que enxergamos por todo o País.

O que é que acontece? Nós tentamos no passado “pejotar” os produtores, fazer uma “pejotação”, mas foi impossível porque não haveria nenhum modelo de PJ, no Brasil, que não onerasse o produtor rural. Então, nós saímos dessa história da PJ, que seria uma forma de colocar o produtor transparente, como são os produtores da Coamo, e nós continuarmos com a pessoa física, mas instalarmos as centrais de transparência no País.

Nós precisamos tirar o produtor da escuridão, em termos de informação, para dar eficiência aos mecanismos, não só no seguro agrícola, mas na política agrícola subvencionada. Hoje você pega um produtor rural que está no Mato Grosso, ou no Tocantins, ou no Mato Grosso do Sul, plantando 1.500 hectares, e ele recebe o mesmo dinheiro subvencionado de um produtor que tem 200 hectares e está ao lado do porto. Só que para quem tem 200 hectares, o dinheiro é suficiente para fazer quase a lavoura toda; e quem está lá no Mato Grosso, com 1.500, tem que ir atrás de outra cesta muito mais cara para terminar o seu plantio. Então, é uma subvenção dada sem critério, por CPF. Não interessa onde está, se está perto do porto, se está longe do porto, o tamanho da sua área.

Então, essas três centrais, que é a proposta da CNA, que estamos discutindo desde 2008, inclusive com as seguradoras e o Governo, são para trazer a transparência para o Brasil da Coamo. Esse é o segredo. E que o Ministério da Agricultura possa fazer valer o cumprimento dos valores.

O SR. JOSÉ AROLDO GALLASSINI – A seguradora, por exemplo, não queria fazer no Mato Grosso do Sul, que tem certo risco de seca e tudo mais. Nós estamos lá. Agora colocamos também crédito da Coamo e tudo mais e estamos introduzindo o seguro agrícola. Elas estão concordando também no Mato Grosso do Sul, porque o Senador é de lá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agora tem que ouvir a eficiência das cooperativas sempre, viu, Presidente? É importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Dando sequência, vamos ouvir o Dr. Antonio Licio, Consultor da Abramilho.

O SR. ANTONIO LICIO – Bom dia, senhores.

Eu tenho um passado de uns 40 anos em que eu trabalho com política agrícola aqui nesta cidade de Brasília, metade desse período no Ministério da Agricultura, grande parte no Ministério ou na CNA e em outras circunstâncias com o Ministro Paolinelli.

Eu queria chamar a atenção rapidamente. Eu acho que o nosso tempo já está se esgotando. Mas

por que estamos aqui tomando tempo dos Senadores e dos presentes para falar sobre seguro agrícola? Eu chamaria a atenção de que os instrumentos de política agrícola que são usados hoje pelo Governo poderiam ser muito mais simplificados e talvez até supersimplificados num único instrumento: o seguro agrícola. Vou dizer por quê. Pensem no crédito rural, que é hoje talvez o instrumento mais importante da agricultura. Se houvesse seguro agrícola para todos os agricultores, o crédito seria automático, os agentes financeiros iriam atrás do agricultor, não seria mais necessária toda a movimentação, todo o aparato do Governo para fazer crédito rural.

O que afasta o agente financeiro do agricultor é o risco. Se não houver o risco moral, que é coisa fácil de controlar através de cadastro, e o risco da atividade coberto pelo seguro, acabou o crédito rural institucional. Quando houver um seguro rural, o crédito institucional se acaba, passa para o mercado, normalmente, naturalmente. Então, a instituição do seguro minimiza o crédito rural oficial, institucionalizado.

Outro instrumento de política que foi muito usado no passado, hoje nem tanto, porque os preços estão mais favoráveis, é o preço mínimo. O que é o preço mínimo? É aquele preço para cobrir pelo menos os custos de produção do agricultor, para garantir. O seguro agrícola cobre também. Então, o crédito rural e o seguro agrícola estariam minimizados.

Outro instrumento de política agrícola muito importante é a assistência técnica. O seguro agrícola teria a função de assistência técnica, porque ele sabe quem é que está produzindo mal e, se ele insistir em produzir mal, o seguro não cobre. "Você vai entrar no seguro, somente se você tiver um nível de produtividade e eficiência, assim, assim, assim." Então, são os três mais importantes, pelo menos de política agrícola. Então, se nós concentrássemos – digo nós as instituições governamentais, as instituições agrícolas, CNA, OCB, as rurais, nós técnicos, que prestamos assistência técnica ao setor –, se concentrássemos nossas informações, nossos conhecimentos, inteligência para tentar transformar tudo isso num único instrumento de política agrícola, acho que conseguiríamos chegar lá.

Nesse período, nos últimos seis meses, eu trabalhei muito isso na tentativa de ajustar um pouco mais o mecanismo novo de seguro agrícola baseado na ideia dele de os fornecedores de insumos bancarem parte – e aí a conta é complicada; aliás, seguro agrícola é um negócio complicado, porque envolve estatística, envolve conhecimento profundo de probabilidade, envolve agricultura, envolve economia, envolve matemática para fazer uma fórmula final. E poucas pessoas e poucas instituições sabem essas quatro ciências com

a profundidade requerida para se montar um seguro agrícola. Daí vem a confusão de discussão.

Então, acho que, nesses últimos meses ou semanas, o que eu concluí é que a questão técnica tem que ser tratada tecnicamente, talvez juntando todos dentro de uma instituição, fazendo um grupo de trabalho, como foi a proposta do Ministro há uns três meses, para dirimir alguns problemas e lembrar o que foi feito, o que foi falado ultimamente, a última palavra do Diretor Gallassini, da Coamo.

Independente de todas as dificuldades, a Coamo conseguiu, sozinha, com seus técnicos, com sua direção, estabelecer um seguro para seus assegurados, baixar o prêmio ao nível de 5%, e, se fosse aplicada a subvenção de 50%, 60%, cairia para cerca de 3% a 4%, o seguro arcado pelo agricultor. Ela conseguiu isso sozinho. E por quê? E não só a Coamo conseguiu isso – ela está na liderança –, mas outras cooperativas, em função do conhecimento dos seus cooperados, de informações, quer dizer, não se pode fazer um cálculo atuarial, probabilístico sem ter as informações.

As informações do IBGE são – fiz alguns cálculos –, sim, suficientes para afirmar que, nos meus cálculos, o seguro agrícola não passaria de algo entre 3% e 5% no Brasil. E no Estado mais adiantado agricolamente do Brasil, que é o Paraná, e é o mais sujeito a riscos também, basta olhar o histórico dos últimos 10 ou 20 anos, nessas condições, entre 3% e 5% seria um custo razoável probabilístico e atuarial. Com subvenção, poderíamos pensar em chegar a 2% ou 3% como custo final para o agricultor, sim. É possível, sim. O que temos de fazer? Temos de nos organizar, pegar a proposta da CNA, a proposta do Ministro Paulinelli, o que existe hoje no mercado, organizar tudo e tomar como base o belíssimo trabalho feito pela Coamo e que a OCB, através de suas outras cooperativas, está tentando replicar.

Esse é o meu recado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Antonio Licio.

Terminando a lista dos nossos palestrantes, passo a palavra ao Dr. Cesário Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

O SR. CESÁRIO RAMALHO DA SILVA – Obrigado.

Bom dia. É um prazer estar aqui no Senado Federal. É um prazer o agricultor brasileiro poder falar um pouco do maior problema da agricultura brasileira hoje, que é o seguro. O Governo Federal faz estardalhaços com seus créditos e deixa as dívidas, porque, como já ouvimos aqui, nós temos condições climáticas novas, há um novo posicionamento climático no País,

e há uma permanência muito grande dessas dificuldades climáticas e que estão gerando transtornos e dificuldades para os agricultores.

O Rio Grande do Sul no ano passado, Senador Acir, perdeu 50% de sua safra; quando se perdem 50% é porque alguns agricultores perderam 100% das suas safras. O Ministro Mendes Ribeiro foi ao Rio Grande do Sul para negociar as suas dívidas em cinco anos. Cinco anos significam 20% a mais de custo anualmente. Quer dizer, as dívidas são impagáveis.

Naquela renegociação das dívidas, de 25 anos, a securitização está sendo paga até hoje. Também foi a questão do seguro. Quer dizer, o problema do seguro é uma coisa que não anda e que não sai.

No Brasil, temos apenas 7,9% da nossa área segurada, segundo dados recentes do Mapa, por esse seguro criado em 2006. O Governo subsidia de 30% a 70%. A área plantada no Brasil correspondeu a 5,5 milhões de hectares, quer dizer, cerca de 18%; num total de 69 milhões, nós tivemos 5,5 milhões, Moka, protegidos pelo seguro.

Sou agricultor no nosso Mato Grosso do Sul, Senadores Figueiró e Moka, e, de cada cinco safras, eu tenho problema em três. O meu milho safrinha neste ano brotou e nasceu dentro da espiga, e nós tivemos classificações nas cooperativas – não contra a cooperativa, porque foi uma coisa lógica; é lógico que há o desconto –, com desconto de 10, 20, 30 ou 40% no milho safrinha, e os custos não param de subir.

O custo da lavoura brasileira, em dez anos, subiu de US\$2,00 o *bushel* para US\$6,00, hoje. Quer dizer, tivemos um incremento de custo de 200%, e nós temos, num cenário mais à frente, uma redução de preços das *commodities*. Todos os economistas ligados ao setor rural têm apregoado isso: a primeira grande safra americana de milho já jogou o milho no Mato Grosso a R\$10,00, quando se tem um preço mínimo de R\$13,00; quer dizer, que você está abaixo do preço de custo quase 25%.

Portanto, para o seguro, segundo estudo que tenho aqui da MB (Mendonça de Barros) Associados, para cobrir 100% da lavoura brasileira hoje, teríamos que ter um aporte de aproximadamente R\$4 bilhões. Não é uma quantia absolutamente significativa para um país que tem aí na ordem de R\$250 a R\$300 bilhões de faturamento. Portanto, é uma coisa insignificante. O que falta ao seguro é uma decisão política de resolver.

Estamos com os Senadores de Mato Grosso e Tocantins aqui no momento; se nós pensarmos, por exemplo, na aftosa, como resolvemos isso no Iagro (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal), no Fundepec (Fundo de Desenvolvimento da Pecuária), que casualmente nasceu na minha enti-

dade, na Rural, na nossa sede? O Fundepec, com a participação, Senadora Kátia, do produtor rural. Quem acabou com a aftosa, e aliás não acabou, mas está acabando com a aftosa no País é o produtor rural. Quando ele emite a sua nota fiscal, quando ele busca autorização de emissão da nota fiscal no departamento de sanidade, na secretaria de agricultura, paga uma taxa, e aquilo vai fazer o sistema de defesa do Fundepec, São Paulo, Iagro, no Mato Grosso do Sul e por aí adiante no Brasil.

Portanto, nós na Rural acompanhamos muito o Ministro Paulinelli e estamos inteirados com essa participação, porque o Governo ainda não cumpriu o seu compromisso financeiro com a safra 11/12 – ainda faltam 4 milhões da subvenção a serem pagos. E aí é como fala a revista da Federação do Paraná: “Cadê os 700?” Se nós ainda nem conseguimos pagar todas as subvenções para as seguradoras da safra 11/12. Temos que ter a iniciativa privada participando do negócio do seguro.

Senador Acir, andamos, caminhamos bastante com o Ministro Paulinelli, com a Rose, em reuniões lá na Rural, e percebemos uma sensibilidade por parte de vários outros segmentos que compõem o setor rural brasileiro, as agroindústrias, as seguradoras, os bancos. Há uma agonia imensa porque estamos em um processo de modificações climáticas bastante fortes. Tivemos uma seca no Nordeste, este ano, que o fuzilou, que o arrasou de forma brutal. Tivemos também no ano passado, no Rio Grande do Sul; tivemos, no ano retrasado, se não me engano, no Paraná, que perdeu 25% da sua safra. No nosso Mato Grosso, na região norte, a cima de Campo Grande, há três anos, não conseguimos colher os nossos produtos por excesso de chuvas.

Portanto, acho que a Rural Brasileira entende o seguro como a maior necessidade que temos para a agricultura brasileira. Temos uma questão de logística, que está sendo bastante debatida, mas, acerca da questão do seguro, estamos omissos. Temos modelos. Temos o modelo da Coamo, das cooperativas, temos o trabalho da CNA, temos o trabalho da Abramilho – sou também diretor da Abramilho. Temos que juntar essas forças e procurar uma solução definitiva, porque o agricultor é uma pessoa completamente indefesa. Ele não tem defesa quanto ao seguro. O seguro é essencial.

O Município de Itapira, por exemplo, que produz caqui, próximo a Campinas, em São Paulo, tem 100% do prêmio subsidiado, parte pelo Governo Federal, parte pelo governo estadual, e a última parte, Senador Acir, pelo Município. Como o Município é pequeno, o caqui é uma fruta, é essencial para o Município, tem uma

participação na renda muito elevada. Então, o próprio Município subsidia o seguro.

A nossa participação aqui se resume a isso. Não tenho um projeto, mas acompanho o projeto da Abramilho, com o Ministro Paolinelli. Fizemos várias incursões e percebemos a ansiedade que há. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, fizemos uma reunião na Far-sul para conversarmos sobre o milho, mas não houve a conversa sobre o milho porque o agricultor estava vindo lá do interior e nada tinha colhido. Afora isso, há outras tantas questões.

Esse encarecimento do custo da lavoura é algo que é permanente. Enquanto não resolvermos essas questões básicas... Se temos 8% do prêmio e se temos a possibilidade de 5% na Coamo – o Licio estudou para 3% –, com certeza, teremos, porque o maior projeto de seguros do mundo, Senador Moka, será o brasileiro. Não existe outro projeto. Se definirmos politicamente a questão do seguro, vamos trazer as principais seguradoras e resseguradoras do mundo, porque o maior projeto, Senador Figueiró, que vai existir no mundo será o brasileiro. Somos aquilo que todos querem, aquela doçura, aquele mel, e vamos passar o mel nas seguradoras do mundo inteiro, que estão acordadas para esse problema, fora o potencial de crescimento que temos. Acho que era isso por enquanto. Agradeço imensamente pela oportunidade de fazer esse alerta em nome dos agricultores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Cesário, pela sua participação e sua explanação.

Passo a palavra aos Senadores, inicialmente ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, não vou propriamente fazer um questionamento. Esse é um assunto, o seguro, como disse o Licio, realmente complexo. Concorde com ele. Essa questão envolve o chamado cálculo atuarial, a estatística e seriedade que se deve ter nessas questões.

Lembro-me do Proagro, Ministro Paolinelli. Eu era menino, tenho um irmão que é contemporâneo do Alysso. Acho que foi seu aluno. Então, eu me lembro disso. O Proagro tinha um convênio com o banco BID, o Condepe (Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte). Foi aí que surgiu a chamada do Proagro. E houve uma série de problemas por causa de frustração que não existia. Essa é uma questão.

Agora, o que me chama a atenção são duas coisas. Primeiro, o que o Antonio Licio disse. Se nós pararmos para analisar, eu acho que, se a gente conseguisse que as entidades – OCB, CNA, cooperativas – tivessem uma proposta convergente, e acho que tem tudo para essa proposta sair, Ministro Alysso, V. Ex^a e

a Senadora Kátia poderiam liderar esse processo, uma proposta concreta que, na minha avaliação de tudo o que eu ouvi, passa por isso que o Licio falou. Ora, se nós tivermos realmente um seguro, essa questão do crédito deixará de existir, porque, se está segurado, que risco vai ter? Não haverá risco, pois se tem um crédito, mas, se houver uma frustração, ele será ressarcido. Junto com o crédito, ele disse isso também, se tem a extensão rural.

Se eu vou ter que pagar por uma frustração, ou por uma imperfeição no plantio, ou por um erro, por insistir em plantar em época errada, a própria seguradora teria interesse nessa extensão rural, porque a fiscalização é para diminuir o custo de uma frustração, de uma perda; o seguro teria que bancar isso.

Então, essas coisas se somam. E aí, disse o Cesário aqui, são R\$4 bilhões. Eu não sei se esse número... Confesso que achei muito pequeno. Na verdade, Senador Acir, R\$4 bilhões para ter esse tipo de seguro e assegurar 100% de uma safra do porte do Brasil eu acho que valeria a pena. Por quê? Porque esses R\$4 bilhões certamente serão divididos, Senadora Kátia, entre o Governo e o próprio produtor. Então, eu vejo isso como uma coisa viável.

Para não me prolongar, quero dizer o seguinte: nós teríamos, ouvi o que o Ministro disse, de juntar parceiros ao Governo. Essa acho que é a principal divergência. Ouvi a Senadora Kátia Abreu, que avalia que é o Governo quem teria de ter essa responsabilidade, e me parece que o Ministro defende que o Governo apenas lidere, mas teria parcerias no setor privado. Parece-me que foi isso.

Para encerrar – e eu digo isso sempre, mas, é claro, eu sou suspeito porque presido a Frente Parlamentar do Cooperativismo –, todas as vezes que eu vou para uma reunião com as cooperativas, eu sempre percebo uma coisa: as cooperativas perseguem eficiência. E é isso que vai estimular. Veja o que a Coamo resolveu: ela está pagando – e, por isso, é claro que precisa de um percentual – engenheiros agrônomos, ela tem estatística, ela é capaz de dizer para a seguradora: “Olha, você vai segurar essa propriedade aqui, mas olhe o histórico dela.” Nós não temos histórico de frustração. Olhe o quanto se colhe aqui, qual a produtividade desse produtor. Em função disso se diminui realmente o risco e aí a seguradora...

O Cesário disse o seguinte: “Houve problema de milho numa parte do Mato Grosso do Sul”. Mas tanto o Mato Grosso como o Mato Grosso do Sul estão com excedente de milho, quer dizer, se houvesse o seguro... Poucas pessoas, poucos produtores perderam. A maioria não perdeu. Então, a seguradora, embora fosse bancar 100% daqueles que perderam, não teria como,

Senador Presidente Acir, ter prejuízo, porque não há. Quer dizer, o pessoal que perdeu percentualmente é muito menor. O Mato Grosso está com problema de estoque, de armazenagem. Tem montanhas e montanhas de milho. Tanto que o Governo está fazendo leilão para melhorar o preço.

Então, quero cumprimentar. Achei importante. Ouvi todos e achei que foi muito importante. Termino parabenizando todos que aqui expuseram seus argumentos, que se somaram. Na minha avaliação, se a gente fizer um balanço...

A minha sugestão é a de que a CNA, a OCB e as demais associações se unissem na ideia de ter uma proposta única, convergente, em cima do raciocínio que faz o Lúcio, mas com a experiência de todas essas entidades, e chegassem para o Governo dizendo o valor do custo. Acho que essa seria a forma. E, claro, o Senado, esta Comissão deve prestar o apoio político na defesa de uma tese como essa do seguro, que, na minha avaliação, é uma das coisas que estamos fazendo.

E, para encerrar, acho que a Rosemeire disse uma coisa fundamental: o Governo não está cumprindo, mas ela chama a atenção para o descompasso. O Orçamento nosso é de janeiro até o final do ano, e a nossa safra é no meio do ano. Então, esse é o descompasso. É preciso ter o dinheiro na hora certa e, muitas vezes, esse orçamento só vai ser sancionado em março ou abril, sei lá. Então, esta questão é importante: o descompasso do nosso Orçamento com o plano de safra ou com a liberação dos recursos.

Não sei se fui claro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não.

Agora, com a palavra, a Senadora Kátia Abreu. Na sequência, os Senadores Ruben Figueiró e Jayme Campos.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Tudo que o Moka disse procede totalmente, mas principalmente a última fala, porque, quando o Plano Safra é anunciado, grande parte dos produtores já plantou a sua safra e, portanto, não tem mais como segurar. Então, os R\$700 milhões, R\$1 bilhão ou R\$10 bilhões nunca serão efetivamente usados.

Claro que existe morosidade, como sempre houve em todos os Governos, mas nós estamos progredindo no valor do seguro. Estamos progredindo, sim! Na antepenúltima safra, foram R\$280 milhões; na última, foram R\$400 milhões, nessa de agora, R\$700 milhões. Isso, dobrado, dá um R\$1,4 bilhão. O objetivo, nas contas da CNA – é chegar, com R\$2 bilhões do Governo com mais ou menos 2 bilhões dos produtores, aos R\$4

bilhões. Estamos trabalhando desesperadamente para dar eficiência a esses valores.

Quanto aos valores, eu acredito que, hoje, a Fazenda, por muita influência da Casa Civil, tem dado um tratamento diferenciado ao problema do seguro. Antes, era o seguro do choro, da imploração. E nós nos recusamos a tratar o seguro dessa forma. Eu não vou lá implorar seguro; o seguro é obrigação de Governo, por obrigação de abastecimento, de garantir as próximas safras e a próxima produção. Se o Governo tem a principal função no abastecimento, ele que arque com a maior parte do seguro, e o produtor que tem o interesse comercial que pague a sua parte.

A única discordância minha com o Ministro Alysso é apenas a de que eu, talvez por ter menos otimismo com relação às empresas – não se trata até de ser uma característica negativa das empresas, mas eu não conheço nenhuma empresa que assume um risco e não o passe para frente. Vocês me contem onde é que estão essas empresas, porque, na minha pouca experiência, mínima, diante da do Ministro Alysso, eu não acredito que uma Bunge, uma *trade* vá entrar participando de um seguro de tantos por cento e não vá cobrar a fatura. Eles passam os custos para frente, mas o produtor é tomador de preço. Ele vai passar esse custo para quem? Então, não há como transferir isso! Eu não enxergo isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Entra na cesta do custo do produtor.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É a famosa cesta, que tem uma série de custos que acabam chegando ao preço final.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Então, o que eu pedi ao Ministro Alysso, quando apresentou a proposta – e eu tenho todo interesse. Para mim, como disse o Gallassini, não há nada mais importante do que seguro, nem Código Florestal, nem questão indígena, nada! Sem o seguro não há agricultura. Isso é um obsessão. Estamos desde 2008 trabalhando com o Governo – com o Tesouro, Fazenda –, com a maior paciência do mundo, para chegar a um acordo construído. Não adianta só as entidades construírem o acordo e, depois, chegar com ele pronto. Eles pulam lá longe, e são mais três anos para decidir sobre isso. Então, a nossa proposta é muito similar à do Gallassini. Por quê?

Eu até pedi que ele repetisse o terceiro ponto. Eu conheço o terceiro ponto, mas ele falou um pouco resumidamente, pela pressa, e talvez os colegas não

tenham compreendido. É exatamente o terceiro ponto do seguro que ele disse, e no que estamos trabalhando.

Não existe nenhum segredo. Transparência. Nós temos que ter a central de risco, que vai mostrar que o Moka tirou dinheiro da *trade*, tirou dinheiro do vizinho, tirou dinheiro da multinacional, tirou dinheiro de banco porque, quanto mais transparente ele for, se sou eu que vou emprestar dinheiro para ele, vou saber se ele ainda tem capacidade. Se eu tiver confiança na capacidade dele, eu vou baixar o meu juro.

Agora, acerca do seguro, o nosso palestrante está correto: 100% de seguro são 100% de crédito. Não precisa crédito oficial, mas ainda iremos precisar, sim, de seguros com subvenção. Ainda há parte da agricultura que não pode dispensar isso por conta das distâncias e das dificuldades regionais do País.

Outra questão, essa ainda, a central de risco. A organização das informações de crédito no País não existe. Existe a parte bancária. Se você for ao Banco do Brasil, o Brasil inteiro sabe o que o banco emprestou para o produtor. Fora isso, não existe informação. A informação é zero. Ah, mas cada um tem a sua vida particular. Concordo. A central de risco não é obrigatória, existirá apenas se produtor quiser, mas se quiser participar dos programas também de subvenção. Então a transparência tem um ônus e tem um bônus.

Outra questão, cadastro de seguro. O que é um cadastro de seguro? É exatamente o que o Gallassini disse. É a informação de quanto você produziu nos últimos cinco anos, qual foi a sua área, qual foi a sua produtividade, quais foram os insumos que você usou. Exatamente para mensurar o risco dele e para vigiar, como se fosse uma extensão rural indireta. Ou ele aplica a tecnologia ou ele não vai receber o seguro.

Então, a única forma de dar honestidade e clareza ao seguro é você medir a produtividade. Não tem conversa. Qual foi a produtividade dos últimos cinco anos? Reduziu. Cadê as suas notas fiscais, o que você investiu na sua lavoura? Cadê as suas compras de insumos? Quer dizer, isso vai dificultando. Comprar nota não é uma coisa comum no campo.

Então, e por fim, o cadastro da subvenção. Nós precisamos ter um mapeamento nacional de quem é quem. Eu tenho amigos que são grandes produtores e conseguem tirar subvenção com juros subvencionados numa boa, em uma propriedade em condições muito mais favoráveis do que outros que não têm.

Então, esse cadastro da subvenção, essa transparência, enfim, é necessária. “Ah, mas é tão simples o que você está falando, o Gallassini faz”. Faz porque ele é uma cooperativa eficiente, como é, e capaz, que comanda com mão de ferro. Agora, imagine colocar cinco milhões de produtores em três cadastros. Há

muito, estamos lutando para conseguir fazer o que o Gallassini faz na cooperativa dele.

Tem de ter um acerto com os bancos, Febraban, seguradora, Tesouro, Fazenda, Agricultura. Esse cadastro vai ficar na Fazenda? Não pode ficar na Fazenda porque os produtores vão desconfiar. Nós temos que encontrar o lugar certo. Nós estamos trabalhando, talvez que seja lá no IBDagro. Já é um acordo, todos estão aceitando, e a CNA poderia administrar esse cadastro sem que o Poder Público perdesse o controle, para os produtores terem mais confiança.

Então, isso tudo estamos tentando construir. Nesse Plano Safra, já tentamos horrores mudar a inversão da safra. O Governo está sabendo dessa inversão, é necessária. O Plano Safra da outra safra tem que ser lançado em setembro, agora, deste ano. Se deixarmos, vai ser lançado em julho do ano que vem, em junho do ano que vem, como foi neste ano. Tem que ser agora porque tem gente que planta de outubro até janeiro, no País.

Então, como não tenho como diferenciar, tenho que lançar o Plano Safra em setembro, para as pessoas se planejarem, se organizarem inclusive com relação ao seguro.

Agora, qual a outra coisa importante? O Cesário estava dizendo que, acerca da aftosa, há o fundo da aftosa, ou seja, cada um paga um percentualzinho nos seus Estados e combate a aftosa. Esse seguro, essa taxinha que ele citou tem que ser o seguro obrigatório porque, quando você faz o seguro obrigatório, todo mundo tem que pagar, e ele fica desse tamanhozinho.

Então isso também faz parte da proposta para que possamos diminuir o custo, que hoje está variando entre 7% a 11%. O Gallassini dá conta de 5,25% porque tem o controle sobre os seus, ele sabe para quem emprestar. Ele chama a seguradora e fala: “aqui paga”, e a seguradora vapt, com o custo lá para baixo.

Essa questão do seguro na mão do produtor, isso é um negócio maluco. Quer dizer, eu pago o seguro, mas quem escolhe a minha seguradora é o banco, porque não há como fazer a subvenção direta para mim porque não há central de risco, não há central transparente. Então, com essas três – a central e esses dois cadastros que aqui mencionei –, vamos poder, tranquilamente, dar o seguro na mão do Moka, produtor rural; ele chama meia dúzia de seguradoras, dez ou trinta: vem cá, quanto é que vocês vão cobrar de mim aqui? Minha vida está aqui, eu produzi isso nos últimos cinco anos. E vai dar autonomia para ele negociar.

Então, como vamos fazer isso? Estamos fazendo um teste em Goiás, com o Governo. O Governo, a duras penas, conseguiu fazer um modelo em Goiás. Estamos fazendo um teste, em Goiás, porque não

temos condições de fazer no Brasil inteiro, porque ninguém conhece a vida do produtor. Isso ainda é um quadro negro.

Então, na hora em que tivermos a nossa central de risco, cadastro de seguro, cadastro de subvenção, tudo isso articulado e montado, acredito que vamos virar a Coama. Esse é o nosso objetivo, que não é do dia para a noite, mas temos de persistir e chegar até lá.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem.

Com a palavra, agora, o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Sr. Presidente, senhores debatedores, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início desta reunião, tive a oportunidade de oferecer a V. S^{as} algumas sugestões, que representam curiosidades da minha parte, para melhor me esclarecer sobre a questão do seguro rural. Quero confessar a V. S^{as} que todas as indagações e preocupações que eu tinha foram perfeitamente esclarecidas por todos os senhores. Cada um, abordando diferentes aspectos da questão, atendeu a minha curiosidade a respeito.

Não preciso alongar-me a respeito das respostas que V. S^{as} deram. Eu apenas gostaria de ressaltar, como conclusão do que ouvi, que realmente falta gestão por parte do Governo. Ela é absolutamente inexistente. É a conclusão que tive da explanação de V. S^{as}. E cheguei à conclusão de que a única condição de resolver a questão do seguro agrícola, sem dúvida alguma, é a sua ampliação institucional, baseado nas propostas que V. S^{as} ofereceram e também nas sugestões apresentadas pelos Srs. Senadores.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria, porque saio absolutamente convencido e satisfeito das explicações feitas pelos debatedores, eu gostaria apenas de cumprimentar a todos, esperando que o Governo, em razão das providências que a Comissão de Agricultura tomará, leve em consideração as observações feitas por V. S^{as}.

Gostaria também, Sr. Presidente, de dizer a V. Ex^a que deveria estar presente aqui também um representante do Governo para estabelecermos o contraditório. Não houve esse contraditório aqui. Sinceramente, seria muito importante a presença, talvez, até do próprio Ministro da Agricultura ou do Ministro da Fazenda, enfim, alguém que pudesse justificar, perante todos nós, a falha de gestão do Governo da República.

Meus cumprimentos a todos pela presença e pela explanação que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Senador Ruben Figueiró.

O SR. ANTONIO LICIO – Apenas uma informação.

O Governo foi convidado, só que o diretor do Departamento de Seguro foi exonerado entre o convite e esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Então, está explicada a falta da presença do Governo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Está explicado, mas não convencido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Naturalmente, foi exonerado porque a coisa não funciona direito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Estou aqui mais para ouvir os nossos mestres, o nosso querido amigo, Ministro Alysson Paulinelli, e os demais, que naturalmente estão representando as suas entidades.

Entretanto, o assunto “seguro” foi uma das lutas, uma das bandeiras do finado Senador – querido amigo particular, que V. Ex^a conheceu muito em e que, imagino, todos aqui conheceram – Jonas Pinheiro já lutava lá atrás. Há horas estamos ouvindo em relação ao seguro no Brasil.

Entretanto, como bem disse nosso Presidente, e é tão pouco significativo o valor de R\$4 bilhões para o País, que hoje tem de 30% a 40% da sua economia calcada na atividade rural, e o Governo não dá um tratamento, não todo especial...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas aqueles R\$4 bilhões, como disse a Rose, da CNA, hoje em dia não seriam R\$4 bilhões, seriam mais de R\$5 bilhões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Mas um a mais ou um a menos, numa economia pujante como a nossa, é irrisório.

Quando se discute a questão do seguro, acho que o contexto é muito maior em relação não só ao seguro e outras políticas públicas voltadas para essa atividade econômica do nosso País.

Quando vocês falam em milho, realmente – particularmente sou de uma região produtora aqui do Mato Grosso – o preço do milho praticado lá não é nem R\$10,00; é R\$9,00, e olha lá. Não há comprador. Está a sol aberto, já começou a chuva, já ocorreram duas ou três pancadas grandes de chuvas nesses últimos seis dias; já choveu muito. Tenho propriedade no norte do Estado, ao longo da BR-163.

Pergunto e indago: como é que fica o produtor rural, o coitado do produtor rural, que planta com muita dificuldade, muitos deles, agora, não têm nem local para fazer a armazenagem de sua produção?

Saindo daí, ainda há questão de logística, de infraestrutura no Brasil, que é precária. Nós que estamos distantes dos portos, a mais de 1.200km, 1.500km, pergunto: como é que faz para produzir nesse País?

Quando o senhor fala da questão do combate à aftosa, não é tão pouco no Mato Grosso. Pagam-se R\$20,00 ao que se chama FETHAB; parte disso aí é destacado para o Fefa, que paga o produtor rural que faz o combate. Entretanto, o Fefa colabora ainda, sobretudo na faixa de fronteira. Apanhamos dinheiro desse fundo e vamos fazer a vacina na faixa de fronteira com a Bolívia; caso contrário, vai entrar para Mato Grosso também a questão da aftosa.

Há um conjunto de medidas que tem que ser tomado. Infelizmente o Governo não tem dado o tratamento que merece a essa área de produção no Brasil, que, hoje, indiscutivelmente, colabora sobremaneira com a nossa balança comercial. Imagino que, pelos dados que temos visto, 40% da economia do Brasil praticamente estão no campo brasileiro. E tem sido penalizada não só na questão do seguro, de crédito agrícola, que, como a nossa amiga Senadora Kátia Abreu disse, está praticamente acabando. Ele tem que ser anunciado agora, no mês de outubro, para o produtor planejar para o ano seguinte. Mas tudo aqui é feito de forma açodada, é assim que são tomadas as devidas providências e, com isso, quem paga o pato somos nós de lá.

De maneira que acho que, quando se trava um debate aqui, meu caro Presidente Acir Gurgacz, é fundamental; sobretudo a nossa Comissão tem um papel preponderante para ajudarmos a construir, naturalmente, proposta e levarmos ao Governo. Quando o Senador Ruben Figueiró diz que está faltando um representante do Governo Federal, é verdade. Se foi demitido o diretor do seguro lá, alguém teria que vir aqui; o Ministro da Agricultura ou sei lá quem, o representante da Casa Civil do Governo, do Ministério da Fazenda teria de estar aqui para nos ouvir, e, sobretudo, trazer uma proposta mais concreta.

Amigo Zé Haroldo, a sua cooperativa é uma referência, e, para chegarmos aonde chegou a cooperativa, não é fácil. Temos que iniciar um trabalho, jogar a semente agora e, aos poucos, essa semente, com certeza, vai render bons frutos. Não podemos continuar nessa insegurança, nessa intranquilidade, sem ter um tratamento diferenciado, ou seja, um tratamento especial.

Fui aos Estados Unidos a uma exposição agropecuária, Ministro – se me permite, Presidente, estou concluindo –, em Houston, uma das maiores exposi-

ções agropecuárias do mundo, e tive a curiosidade, ao chegar lá, de verificar os automóveis que estavam nos *stands*. Vi umas caminhonetes bonitas e até interessei. Havia um cidadão me atendendo – era cidadão colombiano, naturalizado americano; ele e a esposa tinham duas vans e, nas horas vagas, atendiam turista nos Estados Unidos, sobretudo naquela região de Houston, Denver, etc – e perguntei para ele o porquê da diferença entre a placa do produtor e a placa de outro cidadão comum. Falaram: “Seu Jayme, aqui o produtor rural é visto como gente séria, como trabalhador, como quem produz, etc. Quando há uma *blitz*, quando se vai abordar o cidadão, pela placa do auto dele, dá para saber que ele é um cidadão de bem, que ele é um cidadão trabalhador, um cidadão honrado. Quer dizer, o tratamento que nós oferecemos a ele é um tratamento diferenciado; ao outro cidadão, já chegamos mais preparados, com a mão na pistola, com a lanterna na mão, focando o rosto cara dele etc.” Eu disse: “No Brasil, é diferente. Com o produtor, é na taca. O produtor não tem esse tratamento, por incrível que pareça! Quando ele é parado na *blitz*, já veem se ele está com revólver, se está com o documento certo. Se ele não estiver, às vezes, o policial quebra até o lacre do carro do cidadão. Então, existe um tratamento diferenciado.”

Então, são vários assuntos, várias prioridades que temos que tomar, sobretudo nessa questão do seguro. É fatal! Não é fácil, como o Lício disse aqui, não é fácil. Mas nós temos que chegar ao dia de, de fato, concretizarmos aquilo que é o sonho de todo homem do campo brasileiro.

Precisamos de uma extensão rural melhor? Precisamos. A extensão rural no Brasil ainda é fraca. Há alguns Estados privilegiados – imagino que o Paraná, São Paulo, as próprias Minas Gerais –, mas no Mato Grosso, particularmente, a extensão rural acabou. Foi praticamente extinta. Até porque não foi dada prioridade. Isso é política de Governo. Imagino que teria que ser priorizado pelo fato de ser um Estado agrícola, um Estado que tem a sua atividade calcada na produção agrícola, que tem uma receita com potencial fantástico, pelo fato de o homem do campo contribuir com a arrecadação do ICMS e de outros tributos originários da produção rural.

De maneira que quero aqui, meu caro Presidente e senhores convidados, dizer que é muito oportuna, é pertinente esta audiência. Eu tenho a sensação de que, através da promoção de eventos como este, é que o Senado Federal e as entidades aqui representadas poderão contribuir, com certeza, com uma política pública decente, que é o que o produtor, o homem do campo brasileiro, precisa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra, agora, o Senador Casildo Maldaner, para as suas colocações.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Caro Presidente Acir Gurgacz e nobres debatedores e colegas, eu serei breve.

Eu estava folheando aqui a proposta da Coamo. A Coamo é uma grande cooperativa do Paraná – aliás, o Aroldo é de lá. Eu, à época, fui diretor-presidente do BRDE, que atinge os três Estados do Sul. Eu, que sou catarinense, tenho participado muito, inclusive, em vistas à Coamo e assim por diante, e estava aqui folheando essa proposta extraordinária, suas ideias, umas linhas. Aqui fala que, no Plano Safra 2013-2014, a proposta de R\$700 milhões tem diminuído. Mas aqui parece que há um caminho que a Coamo – que é do ramo – levantou, fazendo referência até aos pronafianos, aqueles que vêm do Pronaf; até para eles. Quer dizer, uma proposta que se baseia nos custos dos Municípios; uma proposta extraordinária essa aqui!

Nós, da Comissão da Agricultura, juntamente com o Governo, temos que ver como vamos ajudar a colocar em prática isso. Eu acho que temos que buscar... Eu aqui pego até uma carona no que disse o Senador Jayme, que nós temos dezenas e milhares de toneladas de milho e de grãos no Estado do Mato Grosso e em outros lugares ao relento, a céu aberto. Eu diria, até, que o nosso produto é um alimento exposto e sem teto, de um certo modo; sem teto porque é um alimento, um produto que agrega, que se transforma em carnes e assim por diante e é capaz de alimentar não só os brasileiros, mas o mundo. Não é um negócio como o Minha Casa, Minha Vida, mas é um negócio sem teto também. Não é isso? Falta segurança para isso.

Eu acho que nós temos que montar um movimento forte, Acir, junto ao Governo, colocar o Ministério da Agricultura para ser, na verdade, um agente. Se for preciso, vamos bater na mesa, aliás, até recordando os tempos do Ministro Paolinelli.

Nos idos de 1970, Senadora Ana Amélia, ele era Ministro da Agricultura e eu, Deputado Estadual, de Santa Catarina. Nós íamos aos congressos que ele realizava. Nunca me esqueço de um na Assembleia Legislativa, no Palácio Farroupilha, em Porto Alegre, em que ele deu uma palestra extraordinária.

No início da questão de soja surgindo no Brasil, alertava para o movimento que isso daria, o movimento econômico e a balança comercial do Brasil. Hoje, na verdade – e a Senadora Ana Amélia tem dito várias vezes aqui na tribuna – o que equilibra o Brasil é o agronegócio, a agropecuária. Por isso, essa tensão

para isso, para o seguro. Acho que é alguma coisa que oferece até uma segurança para o País.

Sei que aqui o Senador Delcídio do Amaral é muito forte, é um homem muito ligado à economia, tem um trânsito em todos os setores do Governo. Acho que todos, juntos, podemos criar um movimento aqui para colocar a coisa... Isso significa segurança para o Brasil.

Então, quero deixar aqui, Acir, meus cumprimentos a V. Ex^a, ao Ministro Paolinelli, aos demais debatedores por essa audiência pública.

Em resumo, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra agora, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Um breve comentário e um questionamento.

Ao sair para a Comissão de Relações Exteriores, onde fiz a relatoria, fiquei pensando na racionalidade proposta pelo Antonio Licio, quando falou que trabalha há tanto tempo, tem uma *expertise* no setor, na área pública. De fato, o melhor dos mundos para o Brasil seria a simplificação e um sistema que funcionasse para evitar essas manchetes de 700 milhões que não foram aplicados.

Agora vou fazer uma ironia até: se faz funcionar o sistema como acontece em todos os lugares do mundo, como o senhor vai fazer aquela pompa e circunstância no Palácio do Planalto, com aquele anúncio bonito, vindo todo mundo, uma festa? Acabamos com a festa, que é uma forma de se aproveitar política e desnecessariamente, gastando energia, porque vem muita gente e você frustra. Há até uma falta de entendimento sobre essas coisas.

Eu fiquei muito feliz. Seria muito bom se essa racionalidade que o senhor colocou aqui funcionasse. Seria melhor para o Brasil na posição em que está. Não é preciso mais fazer toda essa encenação quando o que precisamos é resolver a logística, baratear o custo, porque ainda estamos, como mostrou o Ministro Paolinelli, com um custo extraordinário, quando se mostra no mundo o que pagamos. E aqui aquela cena: vimos um estádio de futebol de Primeiro Mundo, construído em tempo recorde, mas, no mesmo dia em que a gente viu essa cena da fiscalização da Fifa, aparece o Mato Grosso com uma montanha de trigo e soja ao relento, porque não tem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Milho e soja. É milho, não é? O milho está lá ao relento. É contraditório tudo isso para o nosso País.

Ouvi a exposição do Ministro Paolinelli, da Rosemeire e do Dr. Aroldo, da Coamo, que foram muito precisos sobre sistemas. O dele fala muito do sistema americano, que é o mesmo da representante da CNA. O Ministro Paolinelli, penso, buscou um desenho diferen-

te de compor esse crédito agrícola para compartilhar, porque todos que trabalham com insumos, fertilizantes e máquinas agrícolas têm interesse. Quando arrebenta a corda só no agricultor, vai depois estourar também no endividamento, em um passivo que, em alguns casos, temos há muito tempo – no caso, a Coamo tem um sistema controle climático, estimativa com muito rigor para fazer isso. Depois de ouvir as exposições, pergunto: como a gente constrói uma alternativa que compatibilize essas três propostas, Ministro Paolinelli?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só uma carona com a Senadora Ana Amélia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Acabo de receber uma mensagem do meu filho que mora na Alemanha. Ele faz referência ao Plano Safra. Discutimos aqui no Senado, eu e a Senadora Ana Amélia discutimos que não foi aplicado ainda o Plano Safra para a regulamentação da fazenda, para investir, por exemplo, na armazenagem, para investir nisso, fazer os planos. Ele só diz aqui uma frase: “O seu pai discutiu o Plano Safra. Agora, diz que até tem grão sem teto. Claro, o teto foi investido em estádios...”. E põe reticências.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo e Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra ao nosso querido Ministro Alysso Paolinelli.

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Com muito prazer, eu vou procurar esclarecer o que efetivamente estamos verificando. Todos nós aqui ouvimos a nossa representante da CNA, Rosemeire Cristina dos Santos, que participou das primeiras reuniões. Foi pena que ela não pôde, não sei por que razão, participar de todas, porque a Senadora não teria a dúvida que da outra vez ela levantou aqui de que a empresa vai criar uma taxa a mais. Peço à Rosemeire que nos ajude a fazer esse esclarecimento a ela, porque, sinceramente, na minha idade eu não iria querer mentir a ninguém.

O que nós discutimos foi a redução da atual taxa de risco no preço existente. Ninguém discutiu. Hoje, ele já tem, no caso por exemplo dos insumos, uma taxa de 3% de risco que eles estão dispostos a reduzir para 1% ou 1,5% e entregar a esse sistema aqui o restante. Eu não viria nunca aqui pedir mais pagamento, ao contrário. A minha visão, juntamente com a da Senadora, é de aliviar o produtor com a eficiência do sistema. Se ela quer estatizar, eu tenho absoluta certeza de que vamos ficar exatamente como estamos nesses últimos 50 anos.

O Proagro, que eu lancei hoje, desculpe-me, é uma trapaça. Eu não sei como os fiscais dos gastos

públicos ainda não verificaram o subterfúgio da lei para diretamente o Tesouro subsidiar a ineficiência de um sistema produtivo. É um nó que se deu. Portanto, eu gostaria de deixar bem claro que não há divergência. E até perguntaria se a CNA tem uma proposta. Eu nunca soube que ela tinha uma proposta diferente da minha.

A única coisa que houve foi a Senadora me contestar dizendo que ela não aceitava o produtor pagar mais. Eu acho que é o contrário. O que eu posso efetivamente garantir é que estamos discutindo sobre números atuais. Infelizmente, a representante dela não pôde participar das reuniões, não sei a razão, e a gente poderia ter tido uma solução melhor, mais rápida.

Na específica situação que estamos propondo, queremos que todos os agentes responsáveis participem. Sabe por quê, Senadora? Porque para o Governo vai ser muito difícil dar um calote. Mas é lógico, se o produtor está participando, se o setor produtivo em todas as suas fases está presente, acho que fica muito difícil para o Governo dar o calote.

Eu apoiei 100% a proposta da Senadora? Lógico. Eu apoiei 100% a proposta da Senadora quando ela chamou atenção para esse problema que ela repetiu aqui hoje – e ela tem toda razão –, que é o descompasso no plano de safra de um ano com o orçamento que é praticamente bianual. Vou ser muito franco com a senhora, não será desculpa do Governo. Nesse sistema de fundos o Governo entrará, quando aprover, com o dinheiro, só que ele tem que entrar. A única diferença é essa. Não é prometer e não entrar.

Eu tenho a impressão de que o que nós estamos propondo é uma gestão autóctone. Os quatro interessados vão eles mesmos decidir. Eu não quero decidir nada pelo produtor, nem pela empresa de seguro, nem pelo Governo – eu não sou governo mais –, nem pelas indústrias que vão participar com recursos. O que quero saber é que vai ficar garantido. Se pegarmos pelas arrecadações deste ano, já teremos R\$3,2 bilhões e duzentos, se o Governo pagar, naturalmente, porque senão caem R\$700,00. Mas, de qualquer forma, nós já vamos ter muito mais recurso.

Eu vou dizer, sinceramente, que, no Brasil de hoje, esta proposta que eu estou fazendo, funciona com ou sem Governo; com ou sem Governo. O seguro rural passou a ser uma exigência grande não só do produtor; o banco sabe disso, a produtora de insumo sabe disso, de máquinas, o comerciante, o exportador, todos eles sabem disso. E aí foi o meu trabalho: procurar saber até onde ele está disposto a participar e pagar. E ele topou. Não foi culpa minha nem efeito meu. Eu estou colocando na mão do Governo: “Olha, está aqui, pega e faça”. Não sou eu quem vou fazer e nem esse plano é meu; esse plano estava em andamento aí. O que eu notei é que ninguém havia tomado a iniciativa de ir lá

e discutir. “Qual é a atual taxa de risco de vocês?” Eu encontrei taxa de risco de 1.6% a 3% das empresas fornecedoras de insumos. Abriram o leque. Eu falei: “Poderíamos ter a garantia de vocês que, com a perspectiva desse seguro, vocês abaixariam isso?” “É lógico! Nós vamos querer concorrer. Nem um de nós vai querer encarecer o produto em relação ao outro. Se o seguro cobre, o risco aqui é só o da safadeza, e o da safadeza nós sabemos que administrar.” Está certo?

Então, eu quero deixar bem claro isso. Eu não tenho proposta própria. Isso aqui é uma sugestão para resolver o problema.

A CNA disse que tem outra. Eu gostaria de estudá-la porque, às vezes, é como você disse, é a mesma. Agora, eu vou ser franco: se a CNA confia no Governo, eu não confio não. Acho que ele não tem estrutura para fazer uma gestão de um dos pontos mais fulcrais que eu conheço no mundo inteiro, que é administração de taxa de risco. Isso, eu acho que, se ele abrir mão, nós vamos ter solução, e a solução, repito – o Licio tem razão –, será o seguro mais sutil, mais barato e mais competitivo do mundo. Isso eu posso garantir. Não sou quem vou fazer isso. Eu já nem tenho idade mais para isso, apenas estou sugerindo o que está aí. Eu não estou inventando nada. Encontrei isso quase pronto, praticamente pronto. A única coisa, pela experiência que a gente tem desde o Proagro, que eu que lancei e vi no que deu, e por outras coisas que eu tenho analisado em outros países, é que vi que é perfeitamente possível fazer uma gestão quadripartite, cada um com a sua responsabilidade e, ao invés de pagar o que nos estamos pagando, de 8% a 11%, pagarmos efetivamente como produtores de 2% a 3%. E o Gallassini demonstrou isso e disse que é perfeitamente possível.

Essa é a posição que eu gostaria que vocês analisassem. Estou deixando por escrito a sugestão. Não toquei em gestão de lado nenhum. Eu acho que os produtores, via CNA e outras instituições, têm de montar um sistema de assessoramento especial de risco, de análise de custo etc., etc., para eles se defenderem aqui dentro, como acho que as seguradoras também já têm isso e vão ter a oportunidade de encontrar contrapartes para dialogarem. As indústrias vão ter de se preparar para isso; elas vão ter de demonstrar e elas vão baixar as suas taxas de risco já cobradas. Hoje quem compra um quilo de defensivo está pagando 3% de taxa de risco. Transforma isso no seguro que ele não vai pagar.

Será que eu estou inventando coisa? Não estou inventando coisa. Eu estou disposto... Gostaria de acharmos solução. Eu parablenizo os Senadores que estão preocupados. Eu fui até presidente da CNA e venho aqui parecendo que estou contra a CNA. Ao contrário; eu sou o maior fã dela. Acho que ela está

fazendo um brilhante trabalho e não estou apresentando nada contra.

Se ela confia em que o Governo é capaz de fazer, então, nós estamos em linhas divergentes. Sinceramente, nesses anos todos, o Governo demonstrou que não é competente para isso. Se ele está disposto a resolver de forma racional esse problema da gestão do risco, teria o maior prazer de ajudar, onde for, para funcionar. Se ele não quer, vamos realmente dar a mão à palmatória e fazer o seguro estatal que os Estados Unidos faz, mas que custa, ao Tesouro Nacional, alguns bilhões, trilhões de dólares ao contribuinte. A diferença só é essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro Alysso Paolinelli.

Eu quero fazer um encaminhamento. Eu vou dar a palavra a todo mundo, mas, antes de passar a palavra, eu quero fazer um encaminhamento: que a nossa assessoria faça uma consulta aos nossos consultores, um estudo sobre o que ouvimos aqui para que a gente possa debater uma proposta aqui, na próxima semana, na Comissão de Agricultura. Que possamos, Senadores, Senadora Ana Amélia, Senador Delcídio, Senador Casildo Maldaner, levar uma proposta ao Governo de acordo com o que ouvimos aqui. Então, peço a nossa assessoria que faça uma nota técnica que a gente possa discutir aqui – se os demais Senadores concordarem com essa proposição – e, dessa forma, contribuir, sugerir ao Governo uma alternativa. Enfim, que tenhamos um encaminhamento desta reunião; senão, vamos ficar apenas no bom debate. Foi, de fato, um excelente debate; ouvimos e aprendemos bastante e, particularmente, eu já tenho uma posição formada quanto a isso. Mas nós termos, através da assessoria, uma nota técnica seria importante. Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só queria, porque a CNA foi citada, muito referida, ouvir a Drª Rosemeire, apenas para deixar equilibrada a questão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Antes disso, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Primeiro, quero parabenizar todos os convidados, pessoas ilustres, competentes. Tenho uma grande história com o Ministro Alysso Paolinelli. Eu estava falando com a Senadora Ana Amélia: que ministro foi o Ministro Alysso Paolinelli quando esteve à frente da agricultura brasileira!

Mas eu queria fazer um registro muito rápido, até porque cheguei no final da audiência, estava na Comissão de Relações Exteriores. Eu vivi um pouco essa experiência de seguro e, melhor dizendo, resseguros.

Eu tive a oportunidade, como Senador, de estudar muito bem um organismo chamado IRB. Eu sei o que isso representa. Portanto, eu acho que as alternativas de mercado estão aí. Alguém disse aqui, acho que foi a Senadora Ana Amélia ou o Lício, que existe uma música de um grande amigo lá do Pantanal, Almir Sater, que diz assim: “E a calma é irmã do simples. E o simples resolve tudo.” O Brasil precisa de simplificar suas coisas. O Governo precisa de se envolver naquilo que efetivamente é importante sob o ponto de vista social. O restante, as empresas, os produtores fazem o seu papel e muito melhor que o Governo.

Com essa ideia do seguro eu também não concordo. Sou da Base do Governo, sou Senador do PT, mas não concordo com isso. No meu ponto de vista, isso é um retrocesso; é um retrocesso. Estão aí as instituições em condições de, com os produtores, com as associações, efetivamente trazer alguma coisa que beneficie o agronegócio, que hoje é responsável pelo PIB ou pelos números que temos apresentado. Se o agronegócio não tivesse a pujança e não tivesse ignorado esse nhe-nhe-nhem do restante dos outros segmentos e do que se fala aqui em Brasília e em alguns outros centros importantes do País, nós não teríamos contribuído, como temos, para o crescimento do PIB.

O meu Estado, Mato Grosso do Sul, juntamente com Mato Grosso e Goiás somos, sim, os Estados emergentes deste País. Nós crescemos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Rondônia também.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Abrimos uma exceção aqui. Nós crescemos, e Rondônia também, a números absurdos. Nós estamos absolutamente descolados do crescimento do Brasil. Nós crescemos a 6%, 7%. Portanto, é o Brasil profundo, porque quem vive de costas para o Brasil, especialmente no litoral, não entende e, lamentavelmente, não conhece. Então, é extremamente bem-vinda esta audiência. Eu não pude estar presente desde o início, porque algumas comissões funcionam simultaneamente, e a gente vai dividindo aqui os nossos espaços, mas essa discussão é importante, primordial.

Nós não podemos retroceder. Já chega o drama que nós vivemos anteriormente. Eu acho que o mercado, junto com os produtores, com o próprio Ministério da Agricultura, que lamentavelmente não esteve presente aqui pelas razões expostas pelo Antonio Lício, eu acho que o momento é esse.

O papel da Comissão da Agricultura, meu caro Senador Acir, é subsidiar o Governo com ideias que venham ao encontro do que aqueles que fazem o agronegócio esperam de todos nós.

Então, eu não podia deixar de destacar isso, mas queria falar mais de logística, de armazenamento, porque falam de logística, mas armazenamento vai muito mal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu não falei que o Senador Delcídio do Amaral tem de participar disso para nós encontrarmos uma saída porque o homem é da área!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É da área!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É do pedaço, como diz na gíria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu recebi informação de que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento está aqui representado pela Secretaria de Política Agrícola, pelo Dr. Vicente de Paula Diniz, que me pediu que fizesse o registro. S. S^a, apesar de presente, não teve assento à Mesa porque não foi deliberado no início.

Vamos ouvir a Rosemeire, representando a CNA, que tem dado sempre grande colaboração para os nossos debates aqui na Comissão.

A SR^a. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Obrigada, Senador, obrigada Senadora Ana Amélia.

Ministro Alysson Paolinelli, nós estivemos em três reuniões discutindo essa proposta do senhor e após essas três reuniões nós não recebemos mais nenhum convite para participar da discussão. Por isso a CNA não acompanhou mais profundamente. Estivemos em duas reuniões lá na sede da Sociedade Rural Brasileira e uma reunião no gabinete da Senadora Kátia Abreu. Após isso, nós não participamos mais.

Em uma dessas reuniões, o senhor admitiu que o custo que adviria desse novo modelo seria absorvido pelo mercado e que o produtor no ano seguinte nem se lembraria disso. Então, não deixa de não existir um custo. Mas eu não vou entrar nesse mérito. Eu só quero fazer uma observação: todas as propostas sempre consideram a subvenção do Governo, inclusive o senhor, com R\$700 milhões, se ele vier. Eu não critico e digo que o programa do Governo é ruim. É um programa bom. Ele não atingiu o estágio de maturação que ele precisa ter. A defesa que a gente faz do seguro não é um seguro estatal, não é um seguro 100% subvencionado, até porque um seguro 100% subvencionado é um equívoco de política. Cem por cento subvencionado deixa de ser incentivo para o produtor e passa a atrapalhar produtividade, investimento, desafio. Ninguém vai investir naquilo que ele sabe que vai ter retorno. Quando ele fala que o setor depende de R\$5,2 bilhões para assegurar toda a sua área plantada, o produtor vai arcar com 50% disso. Agora, se nesses R\$2,6 bilhões a indústria quiser assu-

mir parte desse valor sem trazer ônus para o produtor, não há nenhuma objeção. A nossa proposta é melhorar esse ambiente institucional de forma a atender produtor, seguradora e Governo, que hoje ela não atende.

A instabilidade da oferta do recurso, esse descompasso que há no Orçamento prejudica a todos: prejudica a imagem do Governo, prejudica a seguradora, porque as seguradoras têm um sistema de *compliance*, elas prestam contas lá fora, elas têm as parcerias com as resseguradoras, e tudo isso é comprometido quando há esses atrasos. É ruim na imagem para o País, porque passa que o Governo brasileiro é caloteiro, e é ruim para o produtor, porque ele planta pensando que vai ter um apoio, mas no final acaba não tendo. Então, essa instabilidade, esse problema é que nós criticamos a todo momento; não o programa de subvenção ao seguro rural, porque ele é bom, ele já deu seus resultados, já trouxe benefícios.

Nós já tivemos safras em que o Estado do Paraná conseguiu estabilizar a renda do produtor porque havia o seguro. Se não fosse isso, os produtores teriam um prejuízo de R\$22 bilhões. Então, ele é importante. Agora, ele precisa ser melhorado. O mercado precisa amadurecer, a política precisa amadurecer, e é isso que nós cobramos insistentemente.

É demonstrado pelo trabalho da Coamo: se organizar as informações dentro de um cadastro, conseguir estabelecer os cálculos atuariais corretos, conseguir fazer os programas conforme as necessidades do produtor, você tem um barateamento de seguro. Cai o preço para o produtor; cai o custo de subvenção para o Governo também.

Então, o que precisa? Medidas para desenvolver esse mercado, e o Governo não vai fazer isso sozinho. Nós também não acreditamos que o Governo é capaz de fazer o gerenciamento de risco do produtor e também não é bom para o produtor que o Governo o faça, deixa de ser um desafio, deixa de ser um incentivo e a política se torna ineficiente. Agora, é fato, hoje é preciso se organizar, hoje é preciso esse cadastro, hoje é preciso a regularidade da oferta de recurso. Prometeu 300, tudo bem, cumpra com os 300. Em cima dos 300, nós vamos trabalhar e vamos tentar organizar. Agora, que se cumpra o que foi prometido. Faça-se esse cadastro, que, com a informação correta, vai se reduzir o custo. Agora, se houver a capacidade da indústria em absorver parte do custo que o produtor já tem, é bem-vindo, porque hoje a gente observa que o custo só tem crescido nas últimas safras.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Claro, por gentileza, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu queria fazer só uma consideração à Rosemeire, que foi muito didática. O problema, Rosemeire, é exatamente esse que você apontou. Só que a preocupação é a seguinte: o descompasso do Orçamento. O descompasso do Orçamento atinge todos os setores. Então, você tem, por exemplo, setores que não têm obras do Programa de Aceleração do Crescimento. Há emendas parlamentares ao Orçamento para educação, saúde, que recebem um tratamento diferenciado. Esse descompasso do Orçamento não vai acontecer só nessa área, esse descompasso é generalizado. Portanto, a gente partir de uma realidade de que, lamentavelmente... Não vou entrar no mérito.

Fui relator do Orçamento Geral da União em 2008, o pior ano de todos esses últimos. Foi o primeiro Orçamento que o Congresso aprovou abaixo do que o Governo mandou, o que é uma coisa absolutamente surreal, por causa da crise.

Aprova-se um Orçamento a zero grau e, quando termina o Orçamento, ele está a 180°, é outro Orçamento. Então, um Orçamento tem contingenciamento, que dá condições para o Governo fazer mudança de rubrica. É muito complicado. Ou seja, pode ser uma ideia boa, mas a realidade não condiz com o que se espera, lamentavelmente. Há muitas distorções e amplas. O País inteiro, em vários segmentos, sofre com esse descompasso. Essa é a triste realidade. Não deveria ser, mas a realidade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio. Ouvi atentamente todos. Quando o Sr. Gallassini fez as suas explanações, ele fez a seguinte colocação: “O seguro deve fazer parte dos insumos do nosso produtor”. Então, essa é uma realidade nua e crua. Quer dizer, essa é a verdade mais clara que nós temos. A garantia, a única coisa certa que nós temos é que, se colocarmos como parte dos insumos, nós vamos ter o seguro. E eu não sinto tranquilidade. Vai-se repassar isso ao consumidor? É evidente que se vai acabar repassando. Faz parte do custo. Se nós colocarmos dessa forma, nós vamos tirar o Governo dessa responsabilidade, e a população vai pagar igualmente, porque, se vai pagar através do consumo dos alimentos ou se vai pagar através do caixa da União, quem paga é o consumidor, sempre vai ser a população brasileira. Estou certo, Senador Delcídio, ou estou divagando? Se nós colocarmos na cesta, nós vamos organizar a cadeia produtiva brasileira. Pelo menos entendo dessa forma.

Passo a palavra ao Presidente da Coamo.

O SR. JOSÉ AROLDO GALLASSINI – Eu queria completar dois assuntos e bem rápido. Eu tenho dito – pode ser que eu não esteja bem certo – que o

Governo parece que está se conscientizando de que o mais viável para ele é subvencionar o seguro, porque, quando não havia seguro, ele assumia a frustração de safra do Brasil inteiro. E, então, ele tinha que prorrogar para os bancos, os bancos tinham que prorrogar para o produtor. Ele não dava esse dinheiro para o produtor, mas sai do Orçamento, porque é um valor astronômico. Então, ele deve estar se conscientizando, até pelos aumentos que estão havendo. E a gente tem que explorar este Governo, porque ele ganha mais subvencionando do que enfrentando sozinho a frustração. E o produtor fica pagando 25 anos a securitização lá.

Outra coisa que eu tenho dito para os nossos produtores quanto às seguradoras é que, nesse comércio, nós começamos a pagar pelo trigo 17%; depois, 13%; agora eu pago de 3% a 4% pelo trigo, ou 3,9%, e o seguro é 4%, 5%.

Bom, então, o que eu quero para os nossos cooperadores? Que todo o mundo faça o seguro. Parece que o Governo vai exigir que seja obrigatório ano que vem para quem financiar. Eu acho bom. Eu acho bom porque as seguradoras vão ter um ano sem frustração, dois anos, três anos. Vão formando um colchão. Eu até brinco com os produtores: "Sabem aquele colchão de palha, grosso?" Ela vai formando um colchão e, então, ela baixar a taxa. De repente, nem o Governo precisa subsidiar. De repente, nem precisa a subvenção.

Eu comparo isso com as telecomunicações. Dos primeiros celulares que chegaram eu reclamava muito. Eram caríssimos! Eu dizia: "São bons os celulares, só que são muito caros". Agora há planos, como esse Plano Liberty, pelos quais, por cento e poucos reais, o cara telefona do jeito que quer. Barateou pela concorrência. Então, o seguro vai baratear também pela concorrência e pelo volume. Temos que explorar isso aí. É por aí.

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Quería completar, fazer um gancho com o nosso Presidente Gallassini.

Isso que ele disse é muito importante. O que nós estamos propondo é sair de um programa oficial para um programa baseado na lei de mercado. Se o Governo está tão interessado em que a taxa baixe, por que, desde 2008, está aprovado o Fundo de Catástrofe e ele não disponibilizou um tostão até hoje? Sabe por quê? Porque ele não está interessado. Ele não tem nenhum interesse.

Pergunte aqui ao nosso Gláucio Toyama, que ele sabe muito bem disso. Vou repetir o que eu disse aqui. Vejam bem, seguradoras de seguros de vida tocam seus índices e 100% do risco é delas; seguradoras de automóveis tocam e praticamente 90% do risco é delas; no seguro rural, 10% é delas e 90%, das resseguradoras.

Se você não tem um fundo de catástrofe e um sistema bem organizado, as resseguradoras vêm aqui cobrando delas uma taxa que elas não podem baixar.

Esta é a diferença da nossa proposta. O que nós estamos propondo é o jogo do mercado, cada um dos quatro interessados defendendo o que é seu.

O Gallassini vai ter de estar numa comissão dessa levando as experiências dele e defendendo a posição. Acho que esta é a grande diferença: nós acreditamos na lei do mercado. É lógico. E estamos propondo, inclusive, solução para a área do Governo, para as indústrias dispostas a pagar. O que elas já cobram antecipadamente devolveriam, e o Governo precisa só honrar o dele. Por outro lado, há o fundo de catástrofe, pois, sem fundo de catástrofe, Senadora, pode se preparar, porque vai ficar de 8% a 11% *ad eternum*. Acho que essa é que a diferença que os Senadores têm de entender.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aqui, as pessoas acabam entendendo que a gente sai de uma comissão para outra. Não sei como é que transcorreu o debate, mas gostaria que fosse permitido que o Antonio Licio pudesse comentar algo. Não sei se ele já falou. De tudo o que já ouvi, há muita coisa que a gente já conhece sobre a experiência da cooperativa, mas ouvi algo pela primeira vez que me pareceu ser um raciocínio lógico. Não sei, Licio – e dei aula de Química e Física por 15 anos –, mas esse tipo de raciocínio me parece um raciocínio... Ele falou uma coisa assim: no momento em que tiver 100% de cobertura, a questão do crédito rural... E esse crédito também tem um custo! Então, queria ouvi-lo um pouco mais. Ele foi muito econômico na argumentação, mas me chamou a atenção.

Quer dizer, nós temos de considerar que a hora em que houver cobertura, o Governo... Porque tem a equalização. Quando se faz, como nós fizemos a securitização, o Governo, o Tesouro tem de equalizar os juros disso daí para o próprio Banco do Brasil.

Então, queria ouvi-lo – não sei se é possível – um pouco mais a respeito desse custo que o Tesouro, o Governo deixará de ter, quando essas questões todas também deixarem de existir: frustração, ressarcimento, o Governo tem de acudir a região que teve seca ou que teve chuva demais.

Não sei se ainda é possível, Sr. Presidente, mas isso realmente, de tudo o que ouvi, me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Estamos nas considerações finais e é exatamente a vez de o Dr. Antonio Licio fazer as suas considerações finais. Se quiser acrescentar algo, fique à vontade, Licio.

O SR. ANTONIO LICIO – Agradeço a atenção. Talvez até seja acima da minha proposta.

Esse assunto tem de ser tratado abrangentemente. Como o senhor falou, temos de tratá-lo junto com o orçamento do crédito e junto, talvez, com um orçamento de assistência técnica, com um orçamento de preço mínimo. Vamos jogar isso tudo dentro de uma panela e ver o quanto ficaria um orçamento de seguro, em termos de subvenção, para conduzir a política agrícola através do seguro. O senhor compreendeu, acho que todos compreenderam a minha mensagem de que o seguro seria a política agrícola; todos os demais seriam engajados, atados ao seguro rural. Então, isso, como eu disse, é complexo.

Vou dar mais um exemplo da complexidade. O Ministro Paolinelli fala em transformar o custo do risco que está embutido no preço dos insumos, fertilizantes, defensivos, sementes e todo produtor de insumos embute o risco. É o risco de quê? Da falta de seguro. Portanto, a idéia dele, o que tem de diferente, é que esses produtores de insumos...

Parece-me que a Senadora Kátia ainda não entendeu integralmente, e, quando ela e a Dr^a Rose entenderem, acho que nós dirimimos as dúvidas remanescentes entre as duas ideias.

Se for possível transferir esse custo, que é o custo do risco que está embutido no preço dos insumos e que defende aquele produtor de insumos de eventuais riscos, para um esquema geral, abrangente, esse custo se mantém e, portanto, não há transferência para aumento de preços, porque ele já existia.

É aí que entra a complexidade do processo, que é de difícil entendimento. Mesmo que não houvesse esse custo de risco embutido nos insumos, o mecanismo econômico é complexo. É como se eu estivesse falando para o senhor sobre eu criar um imposto indireto – imposto indireto é aquele imposto que incide sobre uma transação comercial, de compra e venda. Em um produto qualquer, em um produto agrícola ou em um produto do insumo agrícola, se eu impusesse um imposto indireto – e um já existe, ICMS – ou aumentasse a alíquota de um imposto indireto, faria uma pergunta: esse custo, o aumento, vai para o produtor de insumo ou vai para o consumidor que compra? Esse é um mecanismo muito complexo em economia e chama-se incidência. Aumenta o preço ou reduz o custo? Ou quem está produzindo assume essa diferença? Isso é complexo, depende da elasticidade de preço, de demanda, de oferta. É um negócio complexo, que o cidadão normal não tem obrigação de entender e não vai entender; nem os economistas entendem isso direito.

Eu acho que incidir um aumento de custo, em termos de prêmio, mesmo que não houvesse esse custo

já embutido no preço dos insumos, se não houvesse custo nenhum, eu perguntaria: se aumentarem 3% no custo do insumo, qual vai ser o resultado disso? Passa para o preço final ou fica com o agricultor? Esse mecanismo pouca gente conhece e depende de várias coisas. Mas esqueça isso e lembre-se de que já existe, porque o produtor do insumo embute 3%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO LICIO – É claro, ao final, o mercado – aí, sim – vai fazer com que esses 3% desapareçam da fatura dele, para níveis de custo e vai ficar o mesmo preço do insumo. Você entende? É difícil. É um mecanismo complicado do ponto de vista econômico.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mas ficou muito claro para nós.

O SR. ANTONIO LICIO – Então, desculpe se eu entrei em uma área um pouco complexa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não, mas foi importante e deixou claro para nós todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A gente está conversando no dia a dia, mas é um raciocínio, Sr. Presidente, diferente. Quer dizer, considerar que uma safra...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É diferente o olhar, o fato é o mesmo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, o raciocínio é diferente. Diferente, porque, se você considerar que você tem uma safra 100% segura, você tem que considerar que o Tesouro, o Governo Federal, mesmo que ele venha a aumentar a participação dele, dar dinheiro para diminuir o prêmio, ele, talvez, vá ter o lucro, porque vai deixar de ressarcir, ele vai deixar de ter que equalizar juros. É esse o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sim, é esse o raciocínio que todos nós estamos falando por olhares diferentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – De 11% já chegamos a 5,25%, por quê? Porque houve uma organização. De tudo que eu vi, se houver organização, estatística, um relatório mostrando a produtividade e acrescer a isso uma safra 100% segura, isso vai diminuir o custo do Tesouro. Pode chegar o momento – pode ser utópico o que eu estou dizendo – em que o Governo não precise nem colocar recurso, porque esse sistema será capaz de funcionar com os recursos das próprias parcerias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida.

Bom, para as considerações finais, o Dr. Gláucio Toyama.

Estou indo daqui para lá, e o Gláucio está na frente aqui, do meu lado direito.

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA – Obrigado.

Eu acho que só para a próxima reunião, os Senadores deveriam ter uma profunda análise do modelo de seguro agrícola no Brasil. Há algumas análises que têm algumas imperfeições na análise total dos produtos que há no mercado.

Eu acho que vale também um segundo ponto: é a análise entre o programa do Proagro *versus* o seguro privado. A gente tem uma concorrência imediata pelo mesmo perfil de produtores e duas ferramentas de governo, seja ela a subvenção e o Proagro, competindo pelo mesmo cliente final lá na ponta. Então existe uma desorganização na utilização do sistema das ferramentas do Governo para chegar ao campo. Então o Proagro *versus* subvenção federal deve ser analisado com profundidade.

E o terceiro ponto que eu gostaria de colocar para a análise dos senhores seria que, a partir de 1º de julho do ano que vem, de 2014, como o Dr. Gallasini disse, será obrigatória a contratação de Proagro ou seguro privado para as operações de crédito rural. Isso faz com que todo o programa de Proagro mais o seguro privado, que gera em torno de R\$10 bilhões a R\$20 bilhões, vai dar um salto de múltiplos de proteção para R\$100 a R\$150 bilhões de proteção. Então a gente está discutindo hoje muito fortemente no mercado segurador, seguradoras e seguradores, qual a resposta que nós vamos dar no ano que vem para atender uma demanda do Governo instalada a partir deste ano para essa obrigatoriedade de crédito rural. Vale a pena uma profundidade na análise do que está acontecendo. Não é um propósito simplesmente de subvenção; é uma reorganização como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Gláucio.

Drª Rosemeire Cristina dos Santos, por gentileza.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Dr. Lício, nós entendemos a sua proposta. Nós entendemos que a indústria quer abrir mão dos seus 3%, 2% ou 1% de risco que ela coloca na precificação do produto.

E vou repetir uma coisa que eu já falei: a demanda para segurar a área toda brasileira é de 5,2 bilhões, sendo que 2,6 bilhões são do produtor. Se a indústria quiser pagar parte desse recurso, não há problema nenhum. O que nós não podemos é abrir mão de um programa que hoje beneficia os produtores.

Se a CNA existe para defender o produtor, defender os seus interesses, e hoje há um programa que bem ou mal, com confiança ou sem confiança no Governo, beneficia os produtores, nós não podemos abrir mão. Pelo contrário, nós temos que procurar melhorá-lo, nós temos que contribuir para que ele cresça, que

ele melhore, que ele atenda mais, que custe menos para o produtor, que melhore para a seguradora e que custe menos para o Governo também.

Agora, se a indústria está disposta a pagar parte desse custo, tudo bem, não há problema. Agora, o que nós não podemos é abrir mão de benefícios que o produtor hoje tem. O seguro hoje é uma boa opção para o produtor. Tem seus problemas? Tem, e nós reconhecemos. Tem problemas com o Governo? Tem, mas nós não podemos desacreditar que podemos melhorar esse programa. Agora, se a indústria vem para ajudar, para beneficiar, é mais um, é bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Drª Rosemeire.

Passo a palavra agora ao Cesário, que é Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

O SR. CESÁRIO RAMALHO DA SILVA – Senador Acir, eu queria mais uma vez agradecer o convite para estar aqui e parabenizar o Senado Federal, o Senador Rollemberg, que teve a iniciativa de convocar esta reunião. Foi uma grande oportunidade que tivemos de debater. Acho que um dos melhores debates que nós já tivemos, Senador Moka, sobre essa questão do seguro talvez tenha sido hoje mesmo.

Nós estamos batalhando isso faz tempo, sabe? Eu com o Paolinelli, nós inauguramos esses debates ano passado, quando eu cheguei de Chicago, visitando o fracasso das lavouras americanas em agosto do ano passado, exatamente há um ano. Então evoluiu, assim como a CNA, a Abramilho e o Ministro Paolinelli evoluiu. Eu acho que a gente chegou aqui com vocês num momento excelente para nós debatermos.

Eu queria aqui parabenizar também e fiquei muito feliz de ver aqui o Senador Delcídio – sou meio mato-grossense do sul também, lá de Naviraí –, da Base do Governo, falar de forma descomprometida, descontraída, que isso cabe à iniciativa privada.

Nessa questão do seguro, a amarração do seguro é do Governo. O Governo não cumpriu ainda o pagamento da safra 2011/2012, e vamos ter problemas para cumprir a de 2013. Estamos com 28% de cortes no orçamento da Embrapa, temos cortes no orçamento do Ministério da Agricultura; isso tudo vai gerar impacto.

Então, eu e a minha entidade, nos seus 100 anos de história, trabalhamos pela iniciativa privada, pela liberdade de aplicação das coisas. Como bem disse o Senador, o Governo é para problemas sociais. Nós, com certeza, vamos baixar o custo dos juros e vamos ampliar o volume de aplicação dos recursos, que são fartos no mundo. O que mais há no mundo é recurso, em todos os cantos, em todos os lugares. Acho que o agricultor atingiu um patamar de sucesso e de organização, de empreendedorismo que permite a ele

ir a várias e várias entidades e a vários segmentos de fornecedores de capital. O que nos falta é exatamente o seguro, porque o que os próprios bancos querem para ir à lavoura é conforto, que significa segurança, o que falta no Brasil, infelizmente.

Senadora Ana Amélia, como a Senhora saiu, esclareço que falei sobre os produtores do Rio Grande do Sul do ano passado. Não podemos, por termos uma baita safra extraordinária este ano, esconder que no ano passado vários agricultores do Rio Grande do Sul perderam 100% de suas safras. Cem por cento de suas safras! Quer dizer, como é que vai repor isso? Como vai repor isso? Não repõe nunca mais. Então, o seguro é uma necessidade e está principalmente na mão de vocês, porque é uma questão, Senador, política para resolvermos.

Saio daqui, como agricultor, um pouco mais contente, um pouco mais estimulado para os meus trabalhos. Parabenizo, mais uma vez, a todos e agradeço imensamente a oportunidade de ter trazido essa excelência a Coamo, à CNA, ao Ministro Paolinelli, à MAPFRE e a todos neste debate. Muito obrigado e parabéns a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós que agradecemos a sua presença, Dr. Cesário, neste debate.

De fato, entendemos que foi um excelente debate. Entendo também que temos de ter um resultado prático disso, Senador Moka. Por isso, já pedi à nossa assessoria para que faça uma nota técnica sobre esse assunto para discuti-la na próxima semana ou na outra, mas que tenhamos um resultado prático desta audiência pública e possamos dar uma sugestão ao Governo em função daquilo que ouvimos aqui tanto da Abramilho, do Diretor da Sociedade Rural, da CNA e também dos Senadores. Que façamos, então, uma discussão ampla. Na próxima reunião da nossa Comissão eu faço questão de trazê-la.

José Luiz, por favor, providencie-a. Entre em contato com a Rosemeire, com o Lício e com os demais membros desta audiência, para que a gente possa trazer um documento sucinto para apresentarmos como sugestão ao Governo, assim como entendemos que deva ser o final de uma audiência pública tão importante como a que tivemos hoje pela manhã, nesta quinta-feira, na Comissão de Agricultura.

Lembro que amanhã à tarde, sexta-feira, nós teremos um debate sobre estradas vicinais. Nós estamos lançando ou provocando o Governo a lançar um programa sobre estradas vicinais brasileiras, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Senador Delcídio do Amaral. Colocamos na LDO uma rubrica para nós atendermos os nossos Municípios com relação à melhoria das estradas vicinais, com o asfaltamento das estradas vicinais. É um trabalho longo que teremos pela frente, mas, se não começarmos com

planejamento, com projeto, nós nunca chegaremos a ter esse programa ampliado no Brasil inteiro. Vamos colocar no Orçamento, vamos fazer o trabalho que tem de ser feito para que, no ano que vem, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, possam os nossos Parlamentares colocar emendas para essa rubrica e melhorar as estradas vicinais.

Portanto, amanhã, às 14 horas, haverá esta audiência pública aqui no Senado Federal, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e demais técnicos, para discutir e debater esse tema também, que eu entendo que é da maior importância para todo o País, mas especialmente para o nosso Estado de Rondônia, que é um Estado jovem e que está crescendo, como disse o Senador.

Os Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso crescem acima da média brasileira. O Estado do Rondônia cresce acima da média brasileira e, acima, também, dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, porque já tiveram um crescimento acelerado no passado. Mas, hoje, neste momento, o Estado de Rondônia cresce com uma média acima, porque é um Estado jovem, tem tudo para se fazer, e os rondonienses estão trabalhando muito, principalmente com relação à produção agrícola no nosso Estado de Rondônia.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a nossa audiência pública, agradecendo aos nossos participantes.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, suspensa às 8 horas e 32 minutos e reaberta às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE SETEMBRO DE 2013.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia cinco de setembro de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLEY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA

AMÉLIA, KÁTIA ABREU, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, RODRIGO ROLLEMBERG E FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Ivo Cassol e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá início à Pauta de deliberação: ITEM 1: TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2011 – Terminativo – Ementa: Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Observações: 1) Na 19ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 29/08/2013, a Comissão aprova a Emenda nº 23–CRA (Substitutivo) oferecida ao PLS nº 330/2011. O Projeto e as Emendas nº 1-CCJ a 22-CCJ ficam prejudicados, em razão da aprovação do Substitutivo (art. 300, XVI – RISF). 2) O Substitutivo ao PLS nº 330, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, poderá receber emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral (art. 282 – RISF). 3) Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 – RISF). Resultado: Substitutivo definitivamente adotado sem votação, não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito De Lira**, Presidente Da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Declaro aberta a 21ª Reunião, que tem como objeto a apreciação, no turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011:

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2011 - Terminativo -

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senadora Ana Amélia

Relatoria do Projeto: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Na Comissão, no dia 29 de agosto próximo passado, o projeto foi apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tendo sido aprovado o substitutivo ao PLS nº 330, de 2011, o qual será analisado em turno suplementar.

Informo que, nos termos do art. 282, §2º, do Regimento Interno, poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar até o encerramento da discussão da matéria.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir e não havendo oferecimento de emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ao concluir o processo regimental de votação deste Projeto 330, de minha autoria, com a brilhante relatoria do Senador Acir Gurgacz, que fez um substitutivo aperfeiçoando-o, depois de entendimentos com os protagonistas desse processo, lembro que o Brasil, por ser hoje um país protagonista no comércio mundial não só de *commodities*, mas especialmente das chamadas proteínas animais, como é o caso de frango e suínos, e também na área de leite e tabaco, que é o caso do sul do País, não poderia ficar com esse vazio, com a falta de um marco regulatório para estabelecer direitos e deveres nessa relação. Isso poderia provocar, num futuro muito próximo, uma situação de extrema insegurança jurídica. Então, essa foi a preocupação.

Eu queria agradecer muito a todos os membros desta Comissão, especialmente ao Senador Blairo Maggi, que presidiu a reunião de votação terminativa, mas, de modo especial, ao Senador Acir Gurgacz e a todas as assessorias que trabalharam intensamente, não só no gabinete do Senador Acir, mas no meu gabinete, fazendo a interlocução com as áreas atendidas e envolvidas nesse processo.

A Câmara agora terá a responsabilidade de continuar a discussão da matéria, que, eu penso, é muito relevante.

Agradeço ao Senador Ruben Figueiró, e a todos os Senadores que, naquele dia, estiveram aqui para colaborar; ao Senador Rodrigo Rollemberg, que foi um voto decisivo, chegou na hora em que faltava quórum aqui, por ser matéria terminativa.

Então, a todos, muito obrigada, especialmente ao Relator, renovando os meus agradecimento, e a V. Ex^a por ter permitido a inversão de pauta.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 36 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Às oito horas e trinta minutos do dia doze de setembro de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO e CÍCERO LUCENA. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Kátia Abreu, e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013,

prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início à Pauta de deliberação, o Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que o Exmo. Sr. Antonio Andrade, Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, no dia 6 próximo passado, comunicou aos sete Estados do Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí) e à parte do Estado do Pará a erradicação da aftosa, com vacinação, que até então estavam proibidos de transportar e de comercializar os seus produtos agrícolas e, particularmente, transportar e comercializar animais. O Senador Benedito de Lira comunica ainda sua intenção de agendar reunião com o presidente da ANVISA para tratar sobre a produção dos genéricos para produtos veterinários. O Senhor Presidente dá início à Pauta de deliberação: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Senadora Ana Rita. EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. Observações: 1) Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2) A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3) Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol. Relatoria ad hoc: Senadora Ana Amélia. Anunciada a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, designa a Senadora Ana Amélia relatora ad hoc, em substituição ao Senador Ivo Cassol. A Senadora Ana Amélia efetua a leitura do relatório favorável ao PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. Colocada em discussão e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. Resultado: Lido o Relatório pela Senadora Ana Amélia, Relatora Ad Hoc. Encerrada a discussão. A Matéria encontra-se em fase de votação e constará da pauta da próxima reunião. ITEM 2: PROJETO DE

LEI DO SENADO Nº 718, de 2007 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Gerson Camata. EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 718, de 2007, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Observações: 1) Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2) A Matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 6 – CMA. 3) A Matéria será posteriormente apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais-CAS, em decisão terminativa. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator.

ITEM 3: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, de 2007 – Não Terminativo – **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. EMENTA: Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003. **Relatório:** Pela rejeição do PDS nº 90, de 2007. Observações: 1) O Projeto foi apreciado pela CMA, tendo sido aprovado Parecer pela rejeição do PDS nº 90, de 2007. 2) A matéria constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 29/08/2013. 3) A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. Colocada em discussão a matéria, após a leitura do relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, o Senador Waldemir Moka faz uso da palavra para solicitar vista ao processo do PDS nº 90/2007, acompanhado pelos Senadores Eduardo Suplicy, Ruben Figueiró e Ana Amélia. Resultado: Lido o Relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, concede vista coletiva, nos termos do artigo 132, §§ 1º e 4º do RISF, solicitada pelos Senadores Waldemir Moka, Eduardo Suplicy, Ruben Figueiró e Ana Amélia. EXTRAPAUTA: ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 40, de 2013. ASSUNTO: Requer, na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2013-CRA, que sejam também incluídos os senhores Eduardo Correa Riedel – Presidente da FAMASUL e Francisco José de Albuquerque Maia Costa – Presidente da ACRISUL, representantes de entidades de classe rural do Estado de Mato Grosso do Sul, como convidados para a Audiência Pública a ser realizada

por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária -CRA, em data oportuna, que contará com a presença do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, bem como do Presidente da FUNAI. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para sugerir a inclusão do Sr. Rodinei Candeia – Procurador do Estado do Rio Grande do Sul como convidado para a audiência pública. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado com adendo da Senadora Ana Amélia, no sentido de convidar o Sr. Rodinei Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que dou por aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 1087, do TCU, datado de 28 de agosto do corrente, subscrito pelo Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha audiência para avaliar a efetividade dos procedimentos adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na emissão de informe de avaliação toxicológica.

O aviso será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para leitura e autuação.

Informo, ainda, o recebimento do Ofício nº 16.642, de 2013, datado de 14 de agosto do corrente ano, subscrito pelo Deputado Estadual Sebastião Oliveira Júnior, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, formulando apelo com o objetivo de que seja modificada a Instrução Normativa nº 14, de 22 de abril de 2013, que autoriza a reconstituição do leite em pó pelas indústrias de laticínios e de leite pasteurizado em até 35% do leite UHT e de leite pasteurizado na produção de cada estabelecimento, revendo para baixo aqueles percentuais. Solicita também seja rea-

lizada fiscalização dos estabelecimentos autorizados, com a finalidade de coibir possíveis excessos.

Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma comunicação antes de darmos início à deliberação dos projetos que aqui se encontram.

No dia 6 próximo passado, o Ministério da Agricultura comunicou aos demais sete Estados do Nordeste e à parte do Estado do Pará a erradicação da aftosa, com vacinação. Então, esses Estados, que até então estavam proibidos de transportar e de comercializar os seus produtos agrícolas e, particularmente, o transportar e a comercializar animais, passaram a pertencer agora a um único Brasil, porque, até então, havia o Brasil do Sul, Sudeste e do Centro-Oeste e o Brasil do Nordeste e parte do Norte.

O Brasil Centro-Sul, Sudeste e Centro-Oeste poderia fazer qualquer tipo de comercialização, transporte e exportação dos produtos oriundos da cadeia produtiva da carne, enquanto os Estados do Nordeste – Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí – estavam impossibilitados de exercer a sua atividade com absoluta liberdade, com abrangência.

E, no dia 6 próximo passado, o Ministro da Agricultura se fez presente no Estado de Alagoas e, depois, viajou até o Estado do Rio Grande do Norte para fazer comunicação e assinar a portaria que considera aqueles Estados livres da aftosa, com vacinação. Isso realmente foi um avanço considerável. Agora, nós temos um único País, já que todas as regiões são iguais para cuidar dos seus rebanhos.

Quero aqui fazer uma referência ao Estado de Alagoas, que, apesar de ser um Estado pequeno, tem uma genética bovina extraordinária; exporta genética. Os animais que são criados no meu Estado, e isso graças à força e à capacidade de trabalho dos pecuaristas, têm sido muito reconhecidos nas grandes feiras nacionais, e, com especialidade, pelo berço da genética nacional, que é Uberaba. Nós tínhamos esse privilégio. Infelizmente, vivíamos, digamos assim, blindados. Não tinha como ultrapassar nossas barreiras.

E o que acontecia, nobre Senador Sérgio Souza? Os criadores mais destacados do Estado faziam a exportação dos seus animais, localizados em Uberaba especialmente, em parceria com outros criadores, para poder comercializar nas feiras do centro-sul, sudeste e centro-oeste, e com especialidade em Uberaba, os animais produzidos e gerados pela genética dos grandes criadores do meu Estado. Então, isso, realmente, dificultava muito. Mas, houve essa providência que foi adotada pelo Ministério da Agricultura depois de 14 anos de muito trabalho, de muita atividade, de muita responsabilidade. Os criadores, os pecuaristas, em ne-

nhum momento, apesar das dificuldades, deixaram de cumprir com seus compromissos, com suas obrigações.

Então, eu queria, nessa oportunidade, cumprimentar os criadores e pecuaristas do Nordeste brasileiro, especialmente os pecuaristas do meu querido Estado de Alagoas, e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Ministro da Agricultura Antônio Andrade e toda a sua equipe, que têm cuidado da área com muito zelo, com muita responsabilidade.

Logicamente, não foi um trabalho exclusivo do atual Ministro, é um trabalho que vem de seus antecessores, todos tiveram participação muito efetiva e cuidaram com muito carinho, com muito zelo e muita responsabilidade desses procedimentos para que pudessemos atingir o estágio que estamos atingindo hoje.

Então, o Brasil, um dos maiores exportadores – parece-me que o primeiro exportador de carne do mundo –, logicamente vai agregar a sua rede de produção exatamente os animais criados e produzidos com boa genética para o Nordeste brasileiro, que será incorporado agora à cadeia produtiva nacional. O agronegócio, a bem da verdade, tem sido responsável, não agora apenas, mas vindo já de algum tempo, pelo equilíbrio da balança comercial, haja vista o que tem acontecido recentemente. Nosso PIB, por exemplo, não tem tido maior desenvoltura nas outras atividades produtivas, mas quem tem salvado é o agronegócio. O agronegócio, na verdade, tem sido responsável pela melhoria do PIB nacional.

Por isso, eu quero cumprimentar os Senadores que compõem esta Comissão, porque tenho observado uma dedicação toda especial no que diz respeito à atividade agropecuária nacional. Eu gostaria de fazer esse registro no início da nossa reunião, consequentemente cumprimentando o Ministério da Agricultura, na pessoa do seu Ministro, e cumprimentando todos os técnicos que têm trabalho nessa direção.

Outra coisa que eu gostaria de lembrar aqui, Senador – já lhe concedo a palavra – é que, há mais de um ano, aproximadamente, esta Casa concluiu a votação do projeto que cria os genéricos para produtos veterinários. Isso já se encontra no Ministério da Agricultura desde julho próximo passado. Infelizmente, na última reunião que tive com o ex-Secretário Nacional de Defesa Animal, ele me fez ver que ainda não havia laboratórios interessados na produção dos genéricos para produtos veterinários.

Mas, se ficarmos na dependência da vontade dos laboratórios, logicamente eles não vão produzir nunca, porque é muito mais prático continuar produzindo os produtos de marca e vender ao preço que eles acharem que deve ser. Com o genérico, diminuirá o custo de tratamento dos animais – diminuirá, sem dúvida

nenhuma – para que os produtores médios, pequenos e grandes possam, realmente, ter seu rebanho cada vez mais imunizado.

Estou querendo marcar uma reunião com o presidente da Anvisa para que a gente possa fazer um encontro e cobrar deles essa ação. Eu gostaria de contar com o apoio da Comissão, porque não é um projeto do Senador A ou B, mas, sim, um projeto do Ministério da Agricultura e já faz parte do contexto das leis sancionadas por Sua Excelência, a Senhora Presidenta da República, e nós precisamos fazer as coisas acontecerem.

Eu queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, eu queria cumprimentar o Senador Figueiró e o meu querido Senador Sérgio Souza, e lhe concedo a palavra, porque V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Primeiramente, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a pela condução dos trabalhos frente à Comissão de Agricultura, nessas reuniões de quinta-feira, logo cedo, 8:30 da manhã, começando sempre pontualmente, debatendo a situação do agronegócio, da agricultura, da pecuária do Brasil, fazendo referências, também, aqui, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, ao que acontece no mundo, no que diz respeito ao agonegócio, sempre grandes temas, como a questão indígena em que ainda pairam dúvidas de como vamos regulamentar, vamos resolver.

Ainda ontem, a Ministra Gleisi Hoffmann recebeu uma comissão de Deputados para tratar desse assunto, com produtores e prefeitos, inclusive do meu Estado, o Estado do Paraná, que vive, também, esse conflito.

Não é diferente no Nordeste também. Nós sabemos que no Estado da Bahia há essa dificuldade, no Estado do Mato Grosso do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP- AL) – No Estado de Alagoas, também, nós estamos com esse problema. Inclusive, com uma coisa mais grave, porque agora tem umas tribos, lá no Estado, que não querem apenas demarcação da terra, mas querem uma cidade inteira, uma das maiores cidades do Estado. Eles dizem que é de propriedade deles a cidade de Palmeira dos Índios.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Esse é um dos maiores problemas que nós temos hoje, sob o ponto de vista de regularização fundiária de ocupação do solo, porque temos a Constituição de 88, que diz que, no momento da edição, Senador Waldemir Moka, da Constituição, num prazo de cinco

anos, a União diria o que era terra de índio, o que era terra de agricultor.

Terra de índio é aquela que já estava ocupada por índios em 1988.

O Supremo Tribunal Federal, que julgou o caso Raposa/Serra do Sol, tem os embargos pendendo de julgamento. O Ministro Barroso, que é o Relator, comprometeu-se com esta Casa, que o sabatinou, recentemente, para o cargo de Ministro, a adotar a brevidade necessária, no sentido de julgar esses embargos, porque esses embargos trazem algumas datas, algum marco regulatório, marco de início e de fim do que é terra indígena.

Nós precisamos definir, porque esse conflito está atingindo, diretamente, todo cidadão brasileira e, também, as comunidades indígenas.

Ninguém, aqui, é contra índio, nunca nos referimos nesse sentido, só que nós achamos que índio não quer só terra, não. O que tem por trás é uma manipulação dessas comunidades indígenas e índio quer mais do que isso, índio quer qualidade de vida, índio quer escola, índio quer dignidade.

Não adianta você pegar a metade do oeste do Paraná, que é o que eles reivindicam, e entregar para eles. Não tem mais peixe, não tem mais animais para caçar, as florestas não existem mais, não sabem laborar o solo. Isso traz um prejuízo para o meu Estado, para os Municípios daquela região, e traz um prejuízo enorme para o Brasil.

Então, nós podemos dar soluções diversas.

Inclusive, Senador Moka, nós, que vivemos nessa região de fronteira, há um contrabando de índios. O que está vindo de índios do Paraguai, que falam o guarani, se dizendo... Às vezes, nem são índios que vêm. Realmente, é um momento crítico.

Quero dizer, também, Senador Benedito de Lira, que essa questão da sanidade animal engrandece o Brasil.

A partir do momento em que o Brasil... Gostaria eu que fossem todos como Santa Catarina – livre de febre aftosa, sem vacinação –, mas não somos assim.

O Rio Grande do Sul ainda é com vacinação, Paraná é com vacinação, Mato Grosso do Sul, com vacinação. O Nordeste, agora, também com vacinação, é livre em alguns Estados, na maioria dos Estados, como é o Estado de V. Ex^a. É livre com vacinação contra a febre aftosa. Isso agrega valor ao produto nacional, ao produto do seu Estado, ao produto que é o resultado do trabalho do homem do campo.

Inclusive, aqui nesta Comissão, nós temos uma atividade muito forte no sentido de nós fazermos o maior controle da sanidade animal nas fronteiras.

Nós sabemos das dificuldades que temos com a Bolívia, com o Paraguai, sob o ponto de vista do controle da entrada e saída de animais. Temos muitas fronteiras secas nessas regiões, mas temos feito os nossos esforços para que o Brasil ainda agregue mais valor, alinhados a outros esforços, por exemplo, como a otimização dos modais de transportes, com as ferrovias, os portos, as rodovias que se anunciam muito lerdamente, mas que, acredito eu, vão chegar;

Isso tudo vai fazer com que o Brasil se torne ainda mais competitivo. Lógico, tomando o cuidado necessário para não sermos espionados, porque acho que isso traz um prejuízo ao Brasil, do ponto de vista econômico, muito grande. Se espionam a Petrobras, essa empresa que detém a sete chaves os segredos da exploração do petróleo, imaginem o nosso agronegócio! Acredito eu até mesmo que os americanos tenham um controle maior da nossa produção do que nós mesmos, vendo a foto de satélites.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Queria comunicar à Comissão, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que, no próximo dia 26, estarão vindo à Comissão o Ministro da Agricultura, que já confirmou presença, e o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Aqui trataremos dos assuntos relacionados às duas pastas e ao interesse do agronegócio nacional.

Com a palavra o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, V. Ex^a parece que informou que o Sr. Ministro da Agricultura virá.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Virá dia 26.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu tinha uma informação de que ele viria no dia 3 de outubro. Antecipou, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dia 3, nobre Senador, deverá vir o Ministro da Justiça para tratar do assunto das demarcações das terras indígenas.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Então, permita-me informar, Sr. Presidente, que ofereci um requerimento, espero que V. Ex^a o acolha e submeta à Comissão. Pelo Requerimento nº 6, V. Ex^a convocou, convidou o Sr. Ministro da Justiça para vir aqui tratar justamente da questão indígena, dessas questões que tanto nos preocupam em todos os Estados brasileiros. Eu havia oferecido também, e foi aprovado, o Requerimento nº 31, convidando para vir também S. Ex^a o Sr. Ministro da Justiça tratar do mesmo assunto. Eu gostaria, então, de que, em vez de se realizarem as duas audiências, como o assunto é

o mesmo, nós pudéssemos ouvir nessa oportunidade além do Ministro da Justiça algumas daquelas pessoas que eu indiquei no Requerimento nº 31. E a sugestão que ofereço no requerimento que está nas mãos de V. Ex^a é o convite ao Sr. Eduardo Correa Riedel, Presidente da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), e o Sr. Francisco José de Albuquerque Maia Costa, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul. São representantes das entidades rurais. Tenho impressão de que eles poderão prestar valiosas informações a respeito, inclusive até para estabelecer o contraditório ao que o Sr. Ministro da Justiça poderá dizer aqui.

Peço a V. Ex^a que considere esse requerimento e o submeta à consideração dos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O requerimento de V. Ex^a já se encontra sobre a mesa para ser objeto de tratativa nesta reunião. Mas eu queria apenas dar uma sugestão e ouvi-los. Nós vamos trazer para cá o Ministro e o Presidente do Incra para fazer essa audiência pública. Como sugestão, para que a gente não misture muito, traria o Ministro e o Presidente da Funai. Nós poderíamos receber esses dois convidados logo após a aprovação. Antes da reunião com o Ministro, poderíamos marcar uma audiência pública, porque ele já traria aqui os subsídios para que a gente não polemize na reunião com a presença do Ministro e do Presidente da Funai. Estou sugerindo isso. Obviamente, o que a Comissão decidir é o que será feito. Então, dou a sugestão de fazermos a audiência antes com os dois convidados – e V. Ex^a pode acrescentar mais alguém. E na audiência com o Ministro, nós já teríamos o relatório apresentado por ele e o contraditório será feito pelos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, penso que o requerimento do Senador Figueiró, conheço as duas pessoas que virão aqui, é mais no sentido de que Mato Grosso do Sul hoje está prestes a... Embora muita gente não acredite muito, mas o próprio Ministro da Justiça tem conversado. Inclusive, o Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, e o Presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Francisco Maia, estão na verdade no meio até de uma negociação com o Ministério da Justiça que representa o Governo Federal, exatamente sobre a forma como se dará essa questão das terras, sobretudo naquela região invadida.

Então, a presença dos dois aqui eu não acho que vá acirrar a situação. Ao contrário, pode fornecer uma linha que, a meu juízo, se conseguir ser implantada, poderá ser o caminho de como se darão essas

questões de demarcação no resto do País. Não vemos outro jeito lá.

Em Mato Grosso do Sul, em relação às terras invadidas, o produtor tem posse, tem documento, tem título daquilo. A única forma é um pagamento. O que se discute hoje é a forma desse pagamento. O Governo está sugerindo TDA, mas teria de ser numa triangulação, teria ser com o Governo do Mato Grosso do Sul. Quer dizer, o Governo daria a TDA, autorizaria a TDA. Agora, Mato Grosso do Sul teria que ter terra pública para o Governo Federal comprar com TDAs. O Governo de Mato Grosso do Sul pegaria esses títulos da dívida agrária e os transformaria em moeda, em dinheiro, para fazer a desapropriação.

Então, eu penso que, salvo melhor juízo, eles somariam na discussão. Mas V. Ex^a é o Presidente. Se V. Ex^a estivesse decidido que não, que não viria, eu não estaria... Mas, como V. Ex^a apenas sugeriu, estou oferecendo também uma argumentação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O Presidente não decide nada sozinho. A Comissão, os Srs. Senadores é que decidem, e o Presidente cumpre.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, eu queria também manifestar-me, concordando plenamente com as argumentações dos Senadores – Senador Ruben Figueiró, Senador Moka, Senador Sérgio Souza.

No Rio Grande do Sul não é diferente, embora não tenha o mesmo grau de conflitos, como há em Mato Grosso do Sul, por exemplo, onde os ânimos se acirraram violentamente. Mas, no Rio Grande do Sul, pode acontecer um mesmo cenário, com o agravante de que, no meu Estado, são pequenos agricultores: só agricultores familiares, até agora, nas áreas indígenas demarcadas; alcança só pequenos agricultores. Podemos dizer que é a quarta geração que está nessa terra, quarta geração de pequenos agricultores. Então, os depoimentos feitos ontem com a Ministra Gleisi Hoffmann mostraram a gravidade da situação.

Lamentavelmente, por questão de um compromisso no exterior, não pude chegar a tempo de ir a essa audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann, que foi pedida pelo Deputado Luis Carlos Heinze, da Frente Parlamentar da Agricultura, na Câmara Federal.

E eu já havia participado, Presidente Benedito de Lira, de uma audiência com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a respeito desses pequenos agricultores do Município de Sananduva e também de Getúlio Vargas, onde uma reserva chamada Mato Preto foi feita.

E um procurador do Estado, Rodinei Candeia fez um estudo antropológico, histórico, em todos os

aspectos. Foi à Universidade Federal do Rio Grande do Sul para examinar historicamente quem eram os donos originais daquela região e, por incrível que pareça, na constatação do levantamento feito pelo Dr. Rodinei Candeia, mostrou-se que havia equívocos na sustentação antropológica feita pela Funai para justificar a demarcação daquela área e de outras áreas vizinhas a Getúlio Vargas, como é o caso de Sananduva e também de Erechim. Getúlio Vargas é o caso que já mencionei. Mato Castelhana também está vivendo um dilema muito sério.

Então, penso que, de fato, quando há um processo de entendimento, a presença dessas pessoas, não necessariamente para expor, mas para comparecerem, e eu sugieriria o Dr. Rodinei Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, que trabalhou nisso. Portanto, ele está no meio, ele não é parte, a não ser sob o ponto de vista da defesa da lei. Então, eu poderia também acrescentar à sugestão do Senador Ruben Figueiró a presença do Procurador Rodinei Candeia, que trabalhou intensamente nessas demarcações para mostrar algumas divergências conceituais e de mérito em torno dessa matéria, uma vez que podemos, na origem, evitar problemas e erros que podem ser corrigidos. Isso deve ser feito antes que um conflito grave representando confrontos inadequados aconteça. Inclusive isso que levanta o Senador Sérgio também está acontecendo em relação ao Rio Grande do Sul, à importação de indígenas que não necessariamente conhecemos, bem como não conhecemos sua origem, o que fazem e por que estão entrando nesse processo.

Então, eu queria acrescentar isso, lembrando também que existem muitos interesses não visíveis nesse procedimento. Todos nós aqui reconhecemos o direito constitucional da demarcação indígena. Não há nenhum questionamento sobre isso. Está na Constituição, tem que ser cumprido. A maneira como isso está sendo feito é a grande questão. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Cumprimento o Senador Flexa Ribeiro e ao mesmo tempo eu o parabeno., S. Ex^a está completando mais um ano de felicidade junto com todos nós, prestando inestimáveis e relevantes serviços ao País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Sinta-se abraçado, que Deus lhe dê muita saúde e muita paz.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dando continuidade, vou fazer a leitura do requerimento do Senador Figueiró e submetê-lo à apreciação do Plenário da Comissão.

ITEM 4

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 40, de 2013**

Requer, na forma regimental e, em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2013 – CRA, que sejam também incluídos os senhores Eduardo Correa Riedel – Presidente da FAMASUL e Francisco José de Albuquerque Maia Costa – Presidente da ACRISUL, representantes de entidades de classe rural do meu Estado, como convidados para a Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em data oportuna, que contará com a presença do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, bem como do Presidente da FUNAI.

Adendo da Senadora Ana Amélia, para que seja convidado o Dr. Rodinei Candeia – Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Primeiramente para agradecer a V. Exª e a todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores pela lembrança do dia de hoje. Mais um ano de vida, e temos que agradecer a Deus por nos dar saúde e disposição para o trabalho que temos a fazer aqui, no Senado Federal.

Depois, solicito a V. Exª uma inversão de pauta para irmos ao item 3, de que sou Relator, porque tenho uma reunião da Mesa, agora às 9h.

SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) –

ITEM 3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 90, de 2007**

- Não Terminativo -

Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição do PDS nº 90, de 2007.

Observações:

1. O Projeto foi apreciado pela CMA, tendo sido aprovado Parecer pela rejeição do PDS nº 90, de 2007.

2. A matéria constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 29/08/2013.

3. A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ.

Informo que o projeto foi apreciado pela Comissão do Meio Ambiente, tendo sido aprovado parecer pela rejeição da matéria.

Concedo a palavra ao eminente Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator da matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Benedito de Lira, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 90, de 2007, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu, que susta a aplicação do art. 3º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no §1º do art. 2º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.

No art. 1º do PDS é sustada a aplicação do mencionado art. 3º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003. O art. 2º da proposição susta a aplicação da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o referido Decreto. E o art. 3º trata da cláusula de vigência.

Na justificação, a nobre Senadora argumenta que a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (Lei de Biossegurança) não teve o seu art. 40 regulamentado, e que as normas regulamentares contidas no Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que trata do assunto, não institui um sistema inteligente de rotulagem para os organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados e entra em conflito com a Lei de Biossegurança. Ademais, alega que a Portaria nº 2.658, de 2003, do Ministério da Justiça, inibe o consumo dos produtos.

O PDS nº 90, de 2007, foi inicialmente distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entretanto, com a aprovação do Requerimento nº 760, de 2008, de iniciativa do Senador Romero Jucá, o PDS foi encaminhado à análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Na CMA foi aprovado o relatório do Senador Anibal Diniz em 20/09/2011, pela rejeição da matéria, que passou a constituir o Parecer da Comissão. Posteriormente à CRA, a proposição será objeto de apreciação na CCJ.

Foi esgotado o prazo regimental, não houve apresentação de emendas.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do disposto nos incisos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão apreciar matérias referentes ao abastecimento, segurança alimentar e comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos.

Quanto ao mérito, o art. 40 da Lei de Biossegurança dispõe que – aspas – “os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento” – fecho aspas.

O Decreto nº 4.680, de 2003, anterior à Lei de Biossegurança, regulamenta o direito à informação assegurado no art. 6º da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM. Dispõe em seu art. 3º que os alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos

deverão trazer no painel principal, de forma destacada, a seguinte expressão: – aspas – “(nome do animal) alimentado com ração contendo ingrediente transgênico” – fecho aspas – ou – aspas – “(nome do ingrediente) produzido a partir de animal alimentado com ração contendo ingrediente transgênico” – fecho aspas.

O Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005, regulamenta dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do §1º do art. 225 da Constituição, e dá outras providências. Esse Decreto dispõe em seu art. 91 que – aspas – “os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados e seus derivados deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, na forma de decreto específico” – fecho aspas. Tal decreto específico ainda não foi editado.

Interessante artigo sobre o assunto foi publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, em 2011, de autoria dos pesquisadores da Fundação Instituto Osvaldo Cruz (Fiocruz), Thadeu Estevam Moreira Maramaldo Costa e Victor Augustus Marin. Intitulado “Rotulagem de alimentos que contém Organismos Geneticamente Modificados: políticas internacionais e Legislação no Brasil”, esses autores afirmam que:

Internacionalmente, a Comissão do Codex Alimentarius, um órgão de padronização das normas internacionais para alimentos, tem um comitê sobre rotulagem de alimentos. Desde 1990, o Codex tem procurado desenvolver orientações para rotular alimentos oriundos da biotecnologia.

Nos últimos anos, um número crescente de países adotou políticas de rotulagem de alimentos geneticamente modificados. As primeiras políticas de rotulagem foram introduzidas pela União Europeia (UE) em 1997. Desde então, muitos outros países, incluindo todos os países desenvolvidos, têm adotado algum tipo de política para rotulagem dos alimentos geneticamente modificados. No entanto, estas políticas de rotulagem diferem muito em sua natureza, seu alcance, sua cobertura, suas exceções e seu grau de execução.

A análise do mérito do PDS proferida na CMA já concluiu que – aspas:

“O Decreto e a Portaria não divergem da Lei de Biossegurança, pois esta prevê, no art. 40, que a rotulagem de alimentos produzidos a partir de OGM e derivados deverá ser rotulada conforme o regulamento. Tal regulamento vem a ser o próprio Decreto nº 4.680, de 2003. Considerando-se esse entendimento, também não é possível sustar a aplicação do Decreto e da Portaria em tela, pois tais normas não

exorbitam o poder regulamentar conferido pela Lei de Biossegurança.”

Concordamos com a análise da CMA, acrescentando o Parlamento e os setores afetados devem exortar o Poder Executivo a regulamentar de forma adequada a questão, através da emissão de decreto específico, conforme preconizado no Decreto nº 5.591, de 2005.

Não obstante, enquanto tal decreto específico não é emitido pelo Poder Executivo, é importante que se mantenha válido o art. 3º do Decreto nº 4.680, de 2003, assim como as disposições da Portaria nº 2.658, de 2003, do Ministério da Justiça, a fim de resguardar o interesse maior dos consumidores, em serem informados sobre o conteúdo e composição dos alimentos que estão consumindo.

Voto.

Diante de todo o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007.

Sr. Presidente, a nobre Senadora Kátia Abreu, pelo seu projeto de lei, aqui relatado, pretende sustar a informação, assegurada nas leis e no decreto que aqui foram anunciados, aos consumidores sobre os alimentos geneticamente modificados, sejam animais ou alimentos que esses animais comam. Assim como a CMA já se pronunciou pela rejeição, o nosso parecer também é pela rejeição, porque já existem, inclusive, pareceres e súmulas do Superior Tribunal de Justiça dando o direito à informação aos consumidores, de forma ampla e total.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, a autora do projeto é a Senadora Kátia Abreu, uma Senadora atuante e bem informada. Evidentemente prestei atenção ao relatório do Senador Flexa Ribeiro, e a minha tendência pessoal é de concordar com o relatório, pelo relatório em si, mas em respeito à Senadora Kátia Abreu, que gostaria de discutir o projeto, e atendendo ao pedido formulado por sua assessora, peço vista do projeto e peço que alguém, juntamente comigo, peça vista coletiva, para que, na semana que vem, possamos, com a presença da autora, discuti-lo. Se nós o votarmos hoje, pela ausência, ela não terá a oportunidade,

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – *(Falha na gravação.)* ... regimental, está concedida a vista coletiva, com os pedidos dos Senadores Figueiró, Ana Amélia e Suplicy.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.

Observações:

1- Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA.

2- A Matéria foi apreciada pelas Comissões:

a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).

b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo).

3- Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tendo em vista que o Senador Ivo Cassol, que é o Relator, não se encontra, eu designo a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente e Senadores presentes nesta reunião, já vou economizar tempo e vou direto à análise, dispensando todas as partes relativas às questões regimentais.

Em relação ao mérito, reputamos como muito importante este projeto, cuja relatoria original é do Senador Ivo Cassol e que eu estou sendo Relatora *ad hoc*. Conforme a Agência Embrapa de Informação Tecnológica, anualmente, são usados, no mundo, aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos. O consumo anual desse produto, no Brasil, tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais. Expresso em quantidade de ingrediente-ativo, são consumidas, anualmente, cerca de 130 mil toneladas no País, representando um aumento no consumo de agrotóxicos de 700% nos últimos 40 anos, enquanto a área agrícola aumentou 78% nesse período. É claro, eu estou me valendo de uma agência oficial, que é a

Agência Embrapa, mas sempre devemos ter uma segurança total sobre esses dados estatísticos.

O Relatório de Consumo de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos e Afins no Brasil, elaborado, em 2006, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mostrou que, entre 2000 e 2005, foram consumidos entre 2,7 e 3,4 quilos por hectare de área plantada.

Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, no período medido entre os meses de janeiro e maio de 2012, as vendas do setor foram elevadas em 36%, para R\$3,7 bilhões, contra R\$2,7 bilhões do primeiro quadrimestre de 2011, demonstrando a dimensão e importância deste setor.

De 23 a 26 de abril de 2013, em João Pessoa, foi realizado o VI Congresso Brasileiro de Defensivos Agrícolas Naturais, um evento técnico-científico que reuniu profissionais, professores e pesquisadores, estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, e produtores rurais, visando a divulgar e difundir o controle alternativo de insetos, doenças e plantas invasoras nos agroecossistemas. Neste ano, o tema central do evento foi “Defensivos Naturais na Agricultura: Da Prospecção à Utilização”. O VI Cobradan foi promovido pela Embrapa Algodão em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba. Isso mostra o quanto a comunidade científica está também voltada para esse importante tema.

O número de produtos registrados à base desses princípios ativos tem aumentado lenta, mas consideravelmente. Nos Anais do VI Cobradan, o pesquisador da Embrapa Wagner Bettiol relata que, em outubro de 2011, existiam 1.352 agrotóxicos registrados no Brasil, sendo 26 à base de bioagentes (menos de 2% do total). Em fevereiro de 2012, mais quatro bioprodutos foram registrados. Em abril de 2013, 16 produtos estavam registrados para uso em agricultura orgânica, contra zero em 2012. Para o pesquisador, esses números mostram o esforço da sociedade em alterar o quadro de disponibilidade de produtos alternativos para o manejo de pragas e doenças no Brasil. Entretanto, é necessário acelerar o processo de geração de novos produtos com tais características, a fim de reduzir o custo de produção e proteger o meio ambiente, o produtor rural e o consumidor. Daí decorre a importância da proposição ora analisada, de autoria da Senadora Ana Rita.

O substitutivo aprovado pela CMA (Comissão de Meio Ambiente) apresentou importantes aperfeiçoamentos a este projeto de lei do Senado, incorporando sugestões do Ministério do Meio Ambiente e do Senador Pedro Taques, destacando-se a adoção do termo “Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade”.

Na CCT, novo substitutivo foi aprovado, com outros aperfeiçoamentos nos objetivos da política, contidos

no caput, e no conceito de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, no §1º. O novo substitutivo promove ainda, no § 2º, melhorias na definição das prioridades de financiamento, pelo Poder Público, de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para o desenvolvimento de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade. E, por fim, a CCT propôs, no §4º, que, em vez da possibilidade de cancelamento de registro de produtos existentes e de mesma finalidade, o Poder Público estimulará os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural, através de linhas de crédito com taxas de juros inferiores às concedidas para aquisição de agrotóxicos convencionais, nos termos do regulamento. Consideramos tal medida mais adequada.

Por fim, consideramos que a melhor inserção do artigo sugerido pelo PLS seria após o art. 12-A da Lei de Agrotóxicos, razão por que apresentamos uma subemenda à Emenda da CCT (substitutivo), alterando o número do artigo de 21-A para 12-B.

Voto. Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 679, de 2011, na forma de Emenda da CCT (substitutivo) aprovada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a subemenda a seguir.

Subemenda da CRA. Dê-se ao art. 21-A do art. 1º da Emenda CCT (substitutivo) o número 12-B.

Esse é o voto, caro Presidente.

Faço como Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Ivo Cassol, o Relator original desse projeto de lei da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Quero agradecer a V. Exª pela gentileza de ter lido o Parecer em substituição ao titular designado Relator.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Suspendo a votação por se tratar de matéria terminativa e não haver quórum suficiente.

Item 2. Relator Senador Rodrigo Rollemberg, que não pôde comparecer e o comunicou à Comissão, pedindo para retirar de pauta, a fim de que ele possa fazer a leitura do seu relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, de 2007

- Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.

Autoria: Senador Gerson Camata

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 718, de 2007, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

1 - Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA.

2 - A Matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 6 – CMA.

3 - A Matéria será posteriormente apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais-CAS, em decisão terminativa.)

Encerrada a Ordem do Dia, concedo a palavra aos Srs. Senadores que desejarem fazer qualquer tipo de manifestação.

Não havendo quem queira, encerro a presente e convoco para a próxima reunião, à hora regimental.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2013

Às oito horas e cinquenta e sete minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Sérgio Souza e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº. 07/2013-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Anibal Diniz e Luiz Henrique, e **nº. 16 e 17/2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Anibal Diniz, que requerem a realização de audiência pública para debater o tema “TECNOLOGIA DE DIGITALIZAÇÃO DO SISTEMA RADIOFÔNICO

BRASILEIRO”. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Octávio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica e Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Rádio Digital do Ministério das Comunicações (MiniCom); Bráulio Ribeiro, Chefe de Gabinete da Diretoria Geral da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC); André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABRATEL); Monique Cruvinel, Gerente de Tecnologia e Engenharia da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); e Pedro Martins, Representante Nacional da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC). Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Bruno Souza de Barros, Analista Legislativo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de setembro de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos de nossa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Esta audiência pública, realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 7, 16 e 17, de 2013, todos de autoria do Ex^{mo} Sr. Senador Anibal Diniz e aprovados em reunião desta Comissão, tem por objetivo debater a tecnologia de digitalização do sistema radiofônico brasileiro.

Temos, então, a honra de convidar para compor a Mesa o Sr. Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de

Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações e também Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Rádio Digital do Ministério das Comunicações, que tem por objetivo assessorar o Ministro de Estado das Comunicações na implantação do rádio digital no Brasil. *(Pausa.)*

Convidamos também o Sr. Bráulio Ribeiro, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). *(Pausa.)*

O Sr. André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel). *(Pausa.)*

A Sr^a Monique Cruvinel, Gerente de Tecnologia e Engenharia da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), que representa o Presidente da entidade, o Sr. Daniel Pimentel Slaviero, impossibilitado de comparecer.

Estamos aguardando a chegada do Sr. Pedro Martins, Representante Nacional da Associação Mundial das Rádios Comunitárias.

Mais uma vez a CCT traz importante tema a ser debatido relacionado às comunicações.

Alguns anos atrás, enfrentamos importantes discussões em torno da tevê digital no Brasil. E, mesmo com todas as definições estabelecidas, é fato que hoje ainda há alguns pontos em aberto e que vêm demandando ainda grandes discussões. Ainda existem dúvidas quanto à efetiva data em que haverá a substituição da tevê analógica pelo sistema digital e também quais medidas serão necessárias para que haja a sua popularização.

Estamos aqui nesta oportunidade para estabelecer uma discussão sobre o que se tem até agora em torno da digitalização do sistema de rádio. Sabemos que o Ministério das Comunicações vem realizando importantes discussões e estudos, a exemplo das reuniões e debates do Conselho Consultivo do Rádio Digital, mas não podemos encontrar entraves como aqueles que estamos experimentando agora nessa fase avançada da tevê digital.

Também é importante conhecermos as discussões relacionadas à escolha da tecnologia, especialmente o que acontecerá com os diversos sistemas – AM, OM e ondas curtas –, que permitem, de alguma forma, levar o rádio a todo o Território Nacional.

Temos capacidade de encontrar as soluções, e o Senado Federal, pela CCT, espera contribuir para o debate desse tema tão relevante para o nosso País. A proposição do Senador Anibal Diniz chega em importante hora.

Passaremos a palavra agora aos nossos expositores, na expectativa dos esclarecimentos e informações que irão nos apresentar.

Abriremos o bloco de exposição com os convidados, cada um dos quais terá o tempo inicial de 15 minutos.

Com a palavra o Sr. Octavio Penna Pieranti, representando o Ministério das Comunicações.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço o convite do Senado Federal para esta audiência pública.

A nossa expectativa aqui é falar um pouco dos trabalhos que estão sendo conduzidos pelo Ministério das Comunicações, no âmbito do Conselho Consultivo do Rádio Digital, e apresentar o estágio desse debate até aqui no Brasil.

O Conselho Consultivo foi criado no segundo semestre de 2012, para fazer, como disse o Senador, o assessoramento do Ministro de Estado das Comunicações na implantação da rádio digital no Brasil. Ele é integrado por 19 Conselheiros e é absolutamente plural; tem representantes de entidades públicas, do Governo, do Poder Legislativo, da sociedade civil, do setor industrial e dos radiodifusores. As reuniões têm sido abertas e acompanhadas por todas as entidades interessadas, como Fitert, Intercom, ULEPICC, SET, Ginga, entre outras.

As reuniões têm sido conduzidas de forma totalmente aberta. O Ministério abre seu auditório, comparece todo aquele interessado, toda aquela interessada que queira participar. Os testes de rádio digital foram realizados a partir de junho de 2011, quando... Desculpem. Uma primeira bateria de testes foi realizada antes ainda, um ano antes, dois anos antes, e, em junho de 2011, o Ministério das Comunicações convocou os sistemas interessados a participar de uma nova bateria de testes. Dois sistemas se candidataram, DRM e HD Radio. Esses testes foram conduzidos por entidades públicas diversas em parceria com os dois sistemas. Então, participaram Ministério das Comunicações, Anatel, INMETRO e EBC. De 2010 a 2012, foram realizadas onze baterias de testes em sete emissoras, e todos os testes, à exceção de um, foram realizados com a perspectiva do “simulcast” em analógica e digital. O Ministério das Comunicações não tem falado, no curto prazo ou no médio prazo, no desligamento do rádio analógico. Essa opção não está colocada neste momento. O que o Ministério tem falado é que essa transição parte do pressuposto do “simulcast”, na transmissão simultânea analógica e digital enquanto durar essa fase.

Trouxe uma pequena lista de um grupo de testes realizados, não aquela lista exaustiva das 11 baterias, mas daqueles testes que avaliamos como passíveis de comparação porque realizados na mesma emissora.

Então, um teste na CBN AM, em São Paulo, um teste na Universidade Federal de Minas Gerais, outro na Itatiaia e um numa rádio comunitária aqui de Recanto das Emas. Notem que esses testes foram realizados, em três dos quatro casos, com uma diferença significativa no tempo, de dois anos. Houve uma primeira bateria em 2010, uma segunda em 2012, o que dificulta um pouco a comparação, conforme procurei mostrar na sequência.

Os relatórios dos testes foram sistematizados pelo INMETRO, consolidam as medições de campo realizadas, quando consideradas válidas tecnicamente, e foram disponibilizados no *site* do Ministério das Comunicações. Esses relatórios são de acesso aberto. O Ministério tem conduzido esse processo da forma mais transparente possível. Não é necessário qualquer tipo de inscrição para fazer o *download* desses relatórios, por exemplo. Qualquer interessado ou interessada pode entrar no *site* do Ministério e fazer o *download* desse material.

E aí parto para a comparação ou para um exercício de comparação dos testes, ou de dois testes realizados. Começo pelo cenário de radiodifusão comunitária. Para efeito de comparação, considerem essa área pintada no centro de cada figura como a área na qual o sinal chega com uma qualidade aceitável. Esse primeiro círculo, no caso de radiodifusão comunitária, é um círculo de 1km, esse segundo é um círculo de 2km. Notem que, no caso do sistema analógico, em uso hoje, o sinal chega de uma forma aceitável até pouco mais de 2km nessa emissora comunitária, aqui em Recanto das Emas, no Distrito Federal. O teste foi realizado com potência de 25W. No caso do teste realizado com o sistema DRM, o transmissor tinha uma potência de 5W, um quinto do previsto, e notem que o sinal já alcança uma distância menor de forma adequada, ele pouco ultrapassa a borda dos 2km.

No caso do sistema HD Radio, acreditamos que houve um erro na configuração desse equipamento. O equipamento chegou com uma potência de 0,25W. Notem que esse transmissor sequer cobriu aquela área de 1km. É uma cobertura bem inferior à cobertura analógica já percebida.

No caso da emissora comercial da Rádio Itatiaia FM, num primeiro momento, no teste realizado em 2010, essa era a recepção analógica. Esse último círculo é o círculo que marca 54km, então, notem que o sinal ainda chegava numa qualidade aceitável, tinha um alcance maior que 54km, em uma área considerável, nas cercanias da emissora.

Essa é a recepção realizada com o sistema digital DRM em 2010, utilizando um equipamento profissional de recepção, ou seja, aquele equipamento usado para

testes, que não é o equipamento que qualquer ouvinte médio tem no Brasil. Então, notem que a cobertura já foi consideravelmente inferior. Notem também que a potência, no analógico, era de 19,9kg, e a potência, no digital, era de 500W.

Vou falar um pouco, depois, sobre as limitações de potência do digital, mas notem que a cobertura já foi consideravelmente inferior.

Se considerarmos o receptor comercial, o receptor que grande parte de nós tem em casa, a cobertura é bem inferior. Foi bem inferior no caso desse teste digital com o DRM.

Dois anos depois, a emissora Itatiaia voltou a sediar os testes, dessa vez para o sistema HD Radio.

Essa era a cobertura do sistema analógico, novamente ultrapassando a barreira dos 54km com folga, com margem.

Essa era a situação utilizando um equipamento profissional. Notem que a potência do transmissor era de 350W, do sistema HD Radio, e a cobertura já foi bem inferior. Notem que ela não chega, ela não ultrapassa o limite de 54km.

E essa é a situação com o equipamento comercial: uma cobertura ainda menor, consideravelmente menor à observada no sistema digital.

Algumas considerações sobre esses testes. Na maioria deles, durante o período de transmissão simultânea, a cobertura do digital foi consideravelmente inferior à cobertura do analógico. É verdade que a potência do digital também foi consideravelmente inferior. E por quê? Existe um limite, em uma situação de “simulcast” – “simulcast” na mesma faixa de frequência, transmissão simultânea na mesma faixa de frequência –, para a potência do rádio digital, para a potência do transmissor digital, de forma tal que ela não interfira na transmissão analógica. Essa potência costuma ser referida em 10%, costuma ser tratada como 10% da potência analógica. Temos dúvidas sobre isso. Vou falar sobre isso um pouco mais à frente.

Nas reuniões do Conselho Consultivo do Rádio Digital, tornou-se consenso, foi consenso entre todos os segmentos de radiodifusão, de rádios comunitárias a rádios comerciais, que o mínimo aceitável seria obter a mesma área de cobertura para ambos os sistemas, ainda que com “simulcast”, nessas condições colocadas.

Houve diferença também nas características técnicas entre os equipamentos enviados. Procurei ressaltar que ambos os sistemas tiveram liberdade para enviar os seus equipamentos transmissores e enviaram esses equipamentos com potências distintas, bem distintas em muitos casos. Além disso, como os testes levaram dois anos para ser realizados, as próprias emissoras que sediaram esses testes passaram por alterações

técnicas que, de certa forma, condicionam o resultado observado ao longo desse trabalho.

O Conselho Consultivo do Rádio Digital aprovou, então, na sua última reunião, novos testes com parâmetros técnicos rigorosamente pré-definidos. Estamos buscando – falarei sobre isso adiante – realizar testes que aumentem a potência do transmissor digital até o ponto em que ela não gere interferência significativa sobre o transmissor analógico, ou seja, até o ponto em que o rádio digital não interfira, significativamente, no rádio analógico. Essa seria, a nosso ver – a nosso ver, pelo Conselho –, a melhor forma de verificar, exatamente, qual é o potencial desses sistemas na operação simultânea analógico-digital.

Falarei um pouco de cada um desses novos testes.

No novo teste em ondas médias, elaboramos como algumas das premissas: a existência de um transmissor em estado sólido, que evitaria a vinda de um novo transmissor, a importação de um transmissor de um desses dois sistemas ou dos dois sistemas, o que também barateia o teste a ser realizado; e a largura de banda da antena tem de ser adequada.

A emissora pré-selecionada para a realização desse teste é a Rádio Nacional Brasília, aqui em Brasília, uma emissora da EBC.

No novo teste de FM comercial ou FM educativa, FM de média e alta potência, como nós chamamos, as premissas das emissoras são: primeiro, ela deve ser localizada em um Município com espectro congestionado, e a nossa preferência é por São Paulo, por todos os desafios que o Município de São Paulo oferece, no que se refere a um teste desse porte; segundo, o transmissor também deve estar em estado sólido, na mesma perspectiva, pelos mesmos motivos já citados no caso de ondas médias; terceiro, pretendemos utilizar a mesma antena que é utilizada para a transmissão do sinal analógico, ou seja, realizar, com uma mesma antena, a transmissão analógica e digital.

Já checamos a viabilidade. A nossa equipe, lá no Ministério, checou a viabilidade de mais de dez emissoras na cidade de São Paulo. Quase todas elas foram descartadas porque não reuniam essas premissas ou porque não se interessaram em sediar os testes. Até agora estamos esperando, estamos analisando uma série de outras opções, mas esperando também indicações de emissoras que tenham interesse em sediar esse trabalho.

No caso de radiodifusão comunitária, as premissas adotadas foram um Município com geografia acidentada e uma emissora localizada cerca de quatro quilômetros de outra emissora comunitária que utilize o mesmo canal. Com isso, teremos como verificar uma situação de interferência, que é alvo constante de re-

clamação por parte das entidades que operam serviços de radiodifusão comunitária. Queremos ver como se comportam duas emissoras comunitárias digitais que estejam razoavelmente próximas.

Checamos a viabilidade técnica de mais de cem emissoras nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, que foram os primeiros que se candidataram a sediar esses testes. Da mesma forma, a imensa maioria foi descartada ou por não dispor de todas as premissas, por não reunir todas as premissas, ou pela falta de interesse das emissoras em sediar esses testes.

Além disso, pretendemos realizar um teste de laboratório em Brasília para simular determinadas situações e verificar interferências entre o sinal analógico e o sinal digital.

Algumas considerações finais. Os novos testes são fundamentais para garantir o caráter universal do rádio, tal como existe hoje, e para dar segurança a todas as emissoras de radiodifusão. Aquele resultado que apresentamos em termos de cobertura certamente foi ruim para todos aqueles que acreditavam na digitalização imediata, porém, temos confiança de que esses sistemas funcionam e a questão é encontrar a melhor configuração possível para esse funcionamento, claro, considerando a realidade brasileira de espectro congestionado em grande parte ou numa parte significativa das regiões metropolitanas.

Além disso, ainda não foram encontradas emissoras que reúnam as premissas demandadas pelo Conselho Consultivo do Rádio Digital. Notamos também um desinteresse por parte de uma gama considerável de emissoras; esse é um aspecto a ser considerado. Pode haver neste momento, tendo em vista os testes realizados, uma diminuição do interesse. Essa é uma constatação possível. Ainda que não tenhamos certeza sobre ela, essa é uma percepção de algo que talvez exista. A observância dessas premissas é essencial para verificarmos o real potencial do rádio digital no Brasil.

E, por fim, em audiências públicas anteriores – Senador, realizamos audiências públicas em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e em Campinas recentemente, nos Estados que pediram para sediar audiências públicas – notamos, de forma crescente, manifestações do público no sentido de demonstrarem uma falta de entendimento sobre a real oportunidade da digitalização do rádio. Ou seja, várias pessoas foram a público e disseram...

(Soa a campanha.)

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – ... que não entendiam o porquê da digitalização do rádio no Brasil.

Isso fez acender uma luz amarela, certamente é uma deficiência do trabalho, acredito que até dos próprios dois sistemas. É fundamental que para a sociedade, que para todas aquelas entidades que executam o serviço de radiodifusão comunitária, as potencialidades ou as qualidades da digitalização do rádio no Brasil sejam inequívocas. Esse é um trabalho do sistema, mas é um trabalho de todos nós que lidamos com a radiodifusão no Brasil.

Mais uma vez agradeço o convite e fico à disposição para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Anunciamos também a presença do Sr. Pedro Martins, representante da Amarc.

Agradecemos ao Sr. Octavio os importantes esclarecimentos.

Vamos passar, então, a palavra para o Sr. Bráulio Ribeiro, representante da EBC.

Com a palavra o Sr. Bráulio Ribeiro.

O SR. BRÁULIO RIBEIRO – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos os presentes, bom dia, Senador Walter Pinheiro, agradecemos o convite da Comissão para participar desta audiência. Vamos trazer aqui a posição da EBC sobre esse processo da digitalização que, de certa forma, reflete a posição do conjunto das rádios públicas representadas pela Arpub, que é a Associação das Rádios Públicas do Brasil. A EBC, junto com a Arpub, tem atuado de maneira bastante coordenada no Conselho Consultivo do Rádio Digital com vistas a defender, obviamente, os interesses e as posições desse campo da comunicação do setor de radiodifusão pública no rádio.

A nossa atuação no Conselho Consultivo tem se baseado fundamentalmente em três aspectos, três pontos.

O primeiro deles, que é a premissa de todos os demais, é a necessidade e a importância da digitalização do rádio no Brasil, haja vista a importância que esse veículo, que essa forma de comunicação tem para o povo brasileiro. Portanto, há a necessidade e a importância de que esse veículo também possa participar desse novo momento da digitalização, da convergência, do diálogo com as novas mídias.

O segundo aspecto que temos defendido no Conselho Consultivo é a necessidade da digitalização de todas as faixas de frequência da rádio – AM, FM e ondas curtas –, considerando que elas têm especificidades, dialogam com públicos distintos e têm um papel a cumprir no cenário da comunicação no Brasil.

Depois eu vou detalhar alguns aspectos sobre cada um desses três pontos fundamentais.

E o terceiro ponto que nós temos defendido no Conselho é a importância de que esse debate sobre

a digitalização não seja uma discussão apenas do ponto de vista técnico, das questões técnicas ligadas aos padrões que hoje participam, vamos dizer assim, da disputa pelo modelo brasileiro, mas que seja fundamentalmente uma definição de um modelo de negócios e um modelo de serviço que atenda o radiodifusor comercial, o radiodifusor público e o radiodifusor comunitário brasileiro. Em última instância, o que nós queremos dizer é que seja um modelo de negócio, um modelo de serviço que atenda a sociedade brasileira. No entanto, só vai atender a sociedade na medida em que o radiodifusor comercial, o radiodifusor público e o radiodifusor comunitário se sentirem contemplados com a implantação desse sistema. Acho que isso inclusive dialoga com a parte final da intervenção do Octavio, quando ele coloca alguns questionamentos sobre o interesse do radiodifusor, de um modo geral – e em particular para alguns setores –, e o conhecimento da sociedade sobre esse cenário. De fato, o maior desafio nosso é a definição desse modelo de negócio, desse modelo de serviço. Acredito que a ausência dessa definição tem afastado, em grande medida, os radiodifusores e a sociedade desse debate.

Bom, sobre o aspecto primeiro, a premissa fundamental, como eu já adiantei, o rádio não é apenas mais um meio de comunicação no Brasil, complementar à televisão, à internet e às novas tecnologias. Em muitas situações, o rádio é o único meio de comunicação para uma parcela importante da população. Na medida em que a comunicação pública, a EBC e seus parceiros atuam nesse campo a partir do princípio de que a comunicação é um direito da sociedade e dos cidadãos, então nós não podemos pensar nessa comunicação apenas sob o ponto de vista da lógica comercial, ou seja, onde existe um modelo de negócio que se sustente há a comunicação.

Se a comunicação é um direito, ela tem que ser garantida independente das condições do modelo de negócio. Então, o rádio se presta muito a essa função da comunicação como um direito humano, como um direito da sociedade, porque é um meio barato para o ouvinte. O rádio é uma forma de comunicação barata, democrática, popular, que dialoga e leva informação a uma parcela da população que pode usar e usufruir dessa comunicação de maneira mais participativa e popular. Por exemplo – não estou falando especificamente da questão da necessidade da leitura, da interação com mecanismos muito sofisticados de comunicação –, no caso do rádio, basta ligar para ouvir e obter a informação. Então, o rádio é muito importante do ponto de vista do atendimento ao princípio do direito humano à comunicação, mas ele também é importante sob o ponto de vista da estratégia do Estado brasileiro. O

rádio é um veículo de comunicação estratégico; é um veículo de comunicação que ultrapassa fronteiras; é um veículo de comunicação através do qual, a partir de um ponto, você atinge uma grande área de cobertura, com certa facilidade.

Em situações de catástrofes, o rádio é muitas vezes o único veículo que perdura e que permite a comunicação nessas situações.

Nas fronteiras brasileiras, nós temos uma rádio da EBC, que fica na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, lá em Tabatinga, que é a única rádio em português naquela região. Todas as demais rádios ali ou estão na Colômbia ou estão no Peru. Eu estive lá na semana passada, nós reunimos um grupo de cerca de 20 entidades da sociedade lá na região para conversar sobre a Rádio Nacional do Alto Solimões, e é impressionante como a Língua Portuguesa veiculada nessa rádio ganha contornos de estratégia de Estado naquela região. Porque, se não fosse a Rádio Nacional do Alto Solimões, aquela população só teria informação e comunicação em língua espanhola. O rádio tem essa característica também de ser um veículo de importância estratégica para as áreas de fronteira e também para outras situações, para o Estado brasileiro.

O segundo aspecto que temos apresentado com frequência lá no Conselho Consultivo é a necessidade da digitalização de todas as faixas de frequência. O FM é hoje, sem sombra de dúvida, a faixa de frequência com maior penetração na sociedade brasileira, mas por uma questão eminentemente técnica, porque a qualidade do áudio do FM, por ser a tecnologia mais nova das frequências de rádio, atrai o ouvinte. O AM, por conta de uma série de questões técnicas, de interferências cada vez maiores nas grandes cidades, tem sido difícil de ser recebido com qualidade nas cidades. Ainda é um veículo muito popular nos interiores, o AM ainda tem uma importância e uma penetração muito grande nos interiores, onde a interferência é menor. E as ondas curtas, a mais antiga de todas as tecnologias de rádio, têm realmente uma qualidade muito inferior ao AM e principalmente ao FM.

Então, na medida em que essas frequências vierem a ser digitalizadas, a qualidade das ondas curtas se torna igual à qualidade de uma FM. A qualidade de um AM se torna igual à qualidade de um FM. E o FM pode passar a ter um som de altíssima definição.

O papel que essas frequências cumpriram num determinado momento pode voltar a ser cumprido a partir da digitalização, com as ondas curtas e a sua propagação em grandes distâncias atuando como meio de comunicação para grandes áreas, principalmente para as áreas rurais, mas não apenas para os

grandes interiores, para o Brasil, pensando na sua extensão territorial.

E o FM continua trabalhando com as populações fundamentalmente das grandes cidades, sendo um veículo que acompanha os ouvintes onde quer que eles estejam, no rádio, em casa. Como todos sabem, uma das particularidades do rádio é que ele pode ser consumido enquanto você faz outras coisas. Então, o rádio é realmente um companheiro do ouvinte em muitas situações.

Exatamente por acreditar na importância da digitalização de todas as faixas de frequência, a EBC tem-se colocado à disposição do Ministério para participar dos testes, especialmente nas ondas curtas e nas ondas médias. Nós estamos fazendo uma operação na EBC para garantir, nos próximos dias, um transmissor de ondas curtas preparado para a implantação dos sistemas digitais. No caso das ondas curtas, apenas do sistema DRM, que é o único sistema que digitaliza as ondas curtas. E também nas ondas médias estamos colocando a Rádio Nacional de Brasília, que opera na frequência de 980AM, para os testes em ondas médias digitais nos dois sistemas – DRM e HD Rádio, porque nós acreditamos verdadeiramente que essas frequências precisam e devem ser digitalizadas.

Acreditamos que em muito pouco tempo teremos condições técnicas de já iniciar os testes em ondas curtas. Obviamente, antes de iniciarmos em ondas curtas. Obviamente, antes de iniciar os testes, vamos submeter os padrões, as características dos testes à Câmara Técnica do Conselho Consultivo de Rádio Digital para, aí sim, podermos fazer um teste. A nossa preocupação fundamental é que o teste de ondas curtas seja válido do ponto de vista técnico para fins de validação no Conselho Consultivo de Rádio Digital. Essa é a nossa principal preocupação.

Por fim, e talvez eu diria o aspecto mais importante, a definição de um modelo de serviço e de um modelo de negócios para o rádio digital. Acredito que esses dois aspectos são os que irão definir de fato se o rádio no Brasil será digitalizado ou não, porque os radiodifusores comerciais, obviamente, têm no rádio um negócio, eles precisam ganhar dinheiro com isso, e o rádio digital ainda não mostrou qual é o seu modelo de negócio viável do ponto de vista econômico. Esse é o debate fundamental.

No caso dos radiodifusores públicos e dos radiodifusores comunitários, que não têm no rádio um negócio, o que importa para nós é um modelo de serviços, é como o rádio vai melhorar a vida das pessoas, o que isso vai impactar verdadeiramente na sociedade brasileira, na democracia brasileira, na educação das pessoas e tornar o rádio um serviço mais poderoso

do que ele é hoje. Nessas duas discussões acredito que precisamos avançar, e acho que serão definidoras da decisão.

Nesse aspecto temos pontuado algumas premissas sobre o modelo de negócio e o modelo de serviço que nos parecem fundamentais. Uma delas é o desenvolvimento da indústria nacional de transmissores e de receptores. Sem a participação efetiva desses dois setores, a gente vai perder uma oportunidade histórica de impulsionar a indústria brasileira, não apenas quem faz conteúdo, mas os segmentos que dão suporte tecnológico a quem faz conteúdo a realmente participar dessa virada tecnológica. Para isso a gente precisa garantir que as indústrias brasileiras de transmissores e de receptores tenham acesso às tecnologias que estão sendo implantadas no Brasil. A gente realmente considera fundamental que os padrões que estão disputando o interesse da sociedade brasileira na digitalização deixem claro e garantam que as suas tecnologias serão acessíveis ao industrial brasileiro, seja ele da transmissão, seja ele da recepção.

E, de um modo geral, para concluir, que a adoção desse sistema digital permita a soberania do Estado brasileiro e dos atores brasileiros no cenário da digitalização. Não podemos digitalizar o rádio brasileiro para transformar o Brasil num país atrelado ou vinculado a uma empresa ou a uma indústria ou a quem quer que seja. O Brasil precisa ser autônomo na sua definição do padrão digital e no desenvolvimento do seu rádio digital. Isso tem muito a ver com política industrial, com modelo de serviços, com modelo de negócios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Bráulio Ribeiro.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. André Felipe Seixas Trindade, da Abratel.

Com a palavra o Sr. André Felipe.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Muito obrigado, Sr. Senador.

Primeiramente, antes de conversarmos sobre o rádio digital, é importante que possamos ter um pouco a noção do cenário brasileiro atual.

Comercialmente, exploramos bastante as rádios AM e as rádios FM. As rádios AM ocupam frequência na ordem de quilo-hertz e as rádios FM na ordem de mega-hertz.

Pelo fato de a frequência do AM ser um pouco mais baixa, nos permite ter uma área de cobertura muito melhor. Mas, devido a essa frequência também, temos alguns desafios adicionais que as rádios AM encontram. Primeiramente, elas têm um problema gravíssimo com a poluição espectral, que aumenta consideravelmente a interferência. Outro problema, principalmente nos

grandes centros urbanos, é que a urbanização descontrolada alterou a condutividade dos solos, o que é primordial para a transmissão no AM.

Juntando esses dois fatores, nós vimos que a quantidade de ouvintes de rádios AM nos grandes centros urbanos despencou consideravelmente. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, apenas 4% da população que ouve rádio estão sintonizados em uma emissora AM. No Rio e em São Paulo, esse número oscila entre 11% e 12%.

Outro problema é que o radiodifusor tem o custo muito elevado para a implantação de uma emissora AM. A estrutura de transmissão é muito mais complexa e isso acaba elevando os custos.

Alguns testes junto às nossas associadas foram feitos considerando um dos padrões, alguns testes de digitalização nessa mesma faixa. E chegamos à constatação de que há interferência da emissora na frequência adjacente, em um dos padrões. A frequência em transmissão AM é algo extremamente destrutivo. Posteriormente foram realizados novos testes.

De acordo com esse cenário de interferência nas emissoras AM, elas se questionam: há melhoria que justifique a digitalização ocupando essa mesma faixa? Levando em consideração que a digitalização pode ter um custo oscilante entre R\$30 mil e R\$250 mil, além de um aumento de consumo da ordem de 10% a 20% durante um período de transmissão simultânea do analógico e do digital, que a gente não tem a mínima ideia de quanto vai durar, já que aqui no Brasil não se fala sobre esse período de “simulcast” e nenhum outro país estipulou quanto tempo vai durar essa transmissão simultânea.

Uma pesquisa muito interessante, realizada pela Universidade de Brasília, fez o mapeamento das condições técnicas das emissoras de rádio no Brasil e sua adaptabilidade ao padrão de transmissão digital sonora. Esse relatório chegou à seguinte conclusão: 35% das emissoras do Brasil funcionam ainda com transmissor valvulado. Considerando esses 35% como 100%, a maioria se encontra nas rádios FM, cerca de 63%, e os outros 27% nas rádios A; 32% das emissoras possuem transmissor com mais de dez anos, sendo que 11,3% operam com transmissor com mais de vinte anos.

Com certeza esse um terço das emissoras terá que necessariamente trocar seu transmissor, para operar com transmissor mais adequado, em estado sólido.

Cinquenta e dois por cento das emissoras gostariam de trocar seus transmissores, sendo que, nesses 52%, 39% gostariam de trocar para se adaptar a qualquer padrão de rádio digital que venha a ser escolhido pelo Brasil e a grande maioria, também, devido à idade

avançada de seus equipamentos, pois têm encontrado muita dificuldade para achar peças de reposição. E, o mais grave, 81% das emissoras pesquisadas, principalmente as emissoras dos pequenos e médios centros urbanos e as emissoras AM, não têm condições de fazer o investimento necessário para a digitalização. Um investimento que, segundo essa pesquisa, esse relatório da UnB, pode chegar à casa de US\$150 mil.

Para o sucesso da digitalização é necessário o envolvimento de quatro atores: os radiodifusores; as emissoras AM, FM e ondas curtas; o Governo Federal, a partir do Ministério das Comunicações, que já está trabalhando arduamente aqui no Conselho; e a Anatel, que terá que fazer um novo plano básico para as emissoras OM e FM, principalmente em relação a algo que está acontecendo: a migração das emissoras AM para a faixa FM. Nas cidades onde não puder ocorrer essa migração, em que o espectro estiver saturado, a tendência é que se utilize a faixa FM estendida. Então se faz necessário que a Anatel trabalhe arduamente na construção de um novo plano básico para as emissoras FM, e a indústria de transmissores e receptores, principalmente. No caso de receptores, para que a população tenha uma variedade de receptores tanto para usar em seus veículos quanto nas suas residências, e principalmente a sociedade, porque não adianta digitalizar e a sociedade não realizar os investimentos necessários para a aquisição de equipamentos, para que a digitalização se torne viável.

O Conselho Consultivo de Rádio Digital é composto por três câmaras temáticas e o nosso objetivo é produzir uma recomendação ao Ministro das Comunicações em forma de um relatório final aprovado pela maioria dos membros, sugerindo qual seria o modelo de rádio digital mais adequado para o padrão brasileiro, para as necessidades brasileiras.

Atualmente, trabalhamos com três câmaras. Particularmente, faço parte da Câmara Técnica, que analisa os relatórios dos testes. Propusemos também novos parâmetros, físicos e lógicos, para os novos testes que serão feitos com as emissoras que o Octavio, em momento anterior, já disse. A Câmara de Política Industrial, que está responsável pela criação de uma política para os equipamentos de transmissão e recepção, de modo que possa ter uma solução efetivamente nacional; e uma Câmara de Inovação Tecnológica, já que a digitalização pode trazer outros serviços integrantes, outros aplicativos referentes a cada padrão.

Quais são as preocupações dos radiodifusores quanto à digitalização? A primeira e mais importante é a dificuldade de assegurar a mesma cobertura provida pelo sistema analógico nos padrões digitais.

Os estudos feitos, principalmente no caso dos testes realizados em Minas Gerais, mostraram áreas de sombras muito grandes e que podem prejudicar bastante a capacidade de faturamento das emissoras. Deverá haver uma política de estímulo à indústria nacional para a produção de receptores e transmissores. Também deverá haver uma linha de crédito, por meio de financiamento, políticas de isenções fiscais e subsídios para os radiodifusores, principalmente dos pequenos e médios centros urbanos e das rádios AM que não têm capital suficiente para prover essa digitalização, além de que os receptores deverão estar aptos a operar com a faixa de FM estendida, que é a faixa imediatamente inferior à faixa FM. A faixa FM é de 88 a 108MHz; a FM estendida é a faixa imediatamente inferior, de 76 a 88MHz, que irá prover mais canais FM com uma qualidade considerável nos grandes centros urbanos e nas cidades que assim necessitem.

Outra preocupação é que o processo tem de ser extremamente delineado, pois se a digitalização não ocorrer de forma bem planejada poderá acarretar no desaparecimento de inúmeras rádios AM e FM, além das próprias rádios comunitárias.

Outro desafio é a popularização dos equipamentos receptores. Não basta apenas a indústria produzir receptores em uma gama muito considerável; se a população não tiver acesso à informação de que terá que comprar o receptor para ter melhor qualidade, a digitalização fracassará.

O padrão de rádio escolhido também deverá oferecer uma comutação entre o sinal analógico/digital e o digital/analógico. Por quê? Se, por exemplo, andando de carro, o sinal digital some, é importante, para dar continuidade ao serviço, que o rádio, que o próprio dispositivo possa identificar o sinal analógico, de modo que haja a continuidade e que a emissora não perca o seu ouvinte.

Além do mais, o padrão escolhido deve considerar a complexa situação do espectro da faixa FM, principalmente em cidades como São Paulo. No padrão HD Radio, por exemplo, nós solicitamos que o teste seja feito apenas considerando uma das bandas, de modo que possa assim ocorrer a digitalização de todas as emissoras na cidade de São Paulo. Se fôssemos considerar no padrão HD Radio como ele está atualmente, algumas emissoras não poderiam digitalizar, o espectro não permitiria.

É importante frisar que os resultados dos testes até o momento e a ausência da definição de uma política de como será feita a massificação, a universalização do rádio digital não dão segurança ao radiodifusor de apoiar a adoção de qualquer padrão de rádio digital.

Vários países já adotaram o rádio digital. Por exemplo, o padrão norte-americano HD Radio foi adotado pelos próprios Estados Unidos, pelo México, Indonésia, Ucrânia, Suíça e República Dominicana. O padrão europeu DRM foi adotado pela Índia como solução tanto em ondas curtas como em ondas médias; França, Austrália, China, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

O HD Radio pode operar tanto no AM como no FM, e o DRM atenderia uma solução também para a faixa de frequência de ondas curtas.

Algo interessante que os dois padrões oferecem é a possibilidade de multiprogramação, em especial na faixa FM. O padrão DRM permite a multiprogramação de até dois canais de áudio, mais um canal de dados, e o HD Radio permite até três canais de áudio com qualidade e mais um canal de dados.

Algumas considerações adicionais.

As duas tecnologias não responderam bem à situação de ruído urbano na faixa AM, o que nos impede de ter uma definição sobre qual padrão seria melhor para a rádio AM.

O setor de radiodifusão atualmente passa por uma incerteza, vive uma crise comercial e financeira. O investimento em publicidade tem decaído, principalmente nas rádios AM, como já disse.

E a ausência de uma política para os dois padrões que capte mais ouvintes acarreta um horizonte um pouco mais sombrio para o radiodifusor.

Para encerrar, na última reunião da Citel, que é a Comissão Interamericana de Telecomunicações, alguns países, como por exemplo o Equador, anunciaram que vão começar a fazer estudos e testes para escolher também um padrão de rádio digital.

Se o Brasil definir o padrão de rádio digital, poderá influenciar os demais países. Assim como houve o sucesso com a TV digital, que se mostrou um modelo de exportação que influenciou países da América Latina e da África, o Brasil pode ter a mesma sorte com relação ao rádio digital.

Para que isso seja viável, nós temos que encontrar um modelo de negócios que torne o rádio digital viável. Até o momento, o radiodifusor só vê custos; não vê a possibilidade de manutenção de receita e de conquista de novos ouvintes.

Diante dessas incertezas, o radiodifusor se sente um pouco com o pé atrás para apoiar a digitalização. Nossa esperança é que os próximos testes apresentem resultados satisfatórios com relação à área de cobertura, porque, sem cobertura, não há motivo para digitalizarmos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. André.

Vamos ouvir agora a Sr^a Monique Cruvinel, da Abert.

Com a palavra, a Sr^a Monique Cruvinel.

A SR^a MONIQUE CRUVINEL BANDEIRA STRASSBURGER – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos. Em nome da Abert e do nosso Presidente, Dr. Daniel Slaviero, gostaria de estender meus cumprimentos a todos da Mesa e a todos os presentes.

Vamos falar um pouquinho sobre a questão do rádio digital na visão da Abert, especialmente na visão dos radiodifusores comerciais.

Como o Bráulio falou, existem muitas diferenças entre as necessidades e as expectativas dos radiodifusores comunitários, dos radiodifusores comerciais, educativos e públicos. Então é muito interessante termos a oportunidade de estar à mesa, discutindo sobre essa questão da digitalização, que é tão importante.

A Abert e a radiodifusão comercial na qual nós estamos inseridos foi fundada em 1962; hoje, nós representamos duas mil emissoras de rádio e mais de 200 emissoras de televisão.

Nós vamos falar hoje sobre quatro pontos principais: primeiro, nenhum dos padrões está pronto na nossa visão; é preciso discutir um modelo de negócios; é preciso definir uma política industrial positiva; e a migração do AM.

Para falar de tudo isso, precisamos recordar quais são os benefícios do rádio digital. Para falar sobre modelo de negócios e política industrial, nós temos que dizer o que essa nova tecnologia está trazendo para a mesa.

A primeira coisa de que todos sabem é que se trata da melhor qualidade do áudio que o rádio digital proporciona e pode proporcionar para o ouvinte.

A segunda questão é a multiprogramação, ou seja, no mesmo canal, uma emissora de radiodifusão poderia ter diversas programações. Então teria a programação principal e programações auxiliares que poderiam ter ou não relação com a programação principal. No *dial*, no dispositivo, como vocês podem ver na apresentação, existe um traço número dois, que seria a programação de áudio número dois da emissora. Então você poderia ter a programação principal, a programação número dois, a programação número três. Isso é um benefício que o rádio digital traz para a comunidade.

Além disso, nós temos o canal de dados. Nesse canal de dados você pode obter informações adicionais à programação principal e também aplicativos diferenciados. Por exemplo, você tem um GPS, no caso do sistema HD Radio, em que você tem infor-

mação sobre o trânsito. Então, essa informação, em vez de você enviar via banda larga, ou seja, de uma torre para uma pessoa, que não é eficiente do ponto de vista do espectro de radiofrequência, passa para um tipo de transmissão altamente eficiente. Uma torre de radiodifusão será capaz de enviar informações do tráfego para todo mundo. No trânsito, ninguém vai tentar conectar a rede 3G: “Ai, meu Deus! Não pega rede 3G. Como vou saber como está o trânsito?”. A torre de radiodifusão vai enviar a informação para todos, de uma única vez.

Da mesma forma, podemos ter outros tipos de aplicações. Por exemplo, o jornal *on-line*, que o sistema DRM apresenta, com notícias e diversas informações adicionais. E nada impede que haja informações adicionais na programação, como os radiodifusores sempre pedem: que apareça a capa do CD, ou a escalação do time de futebol que está jogando. Todas essas informações adicionais são transmitidas via canal de dados, de uma forma altamente eficiente, benefício que o rádio digital traz para a radiodifusão.

Agora que já sabemos basicamente o que o rádio digital está trazendo, vamos falar sobre os quatro pontos que gostaríamos de trazer hoje para esta audiência.

O primeiro é a questão dos novos testes. A Abert acredita que, como o Dr. Octavio disse, a questão da área de cobertura das rádios é fundamental. É a única parte desse modelo de negócios – vamos falar mais na frente – que sabemos fazer hoje. Nós sabemos contabilizar a nossa área de cobertura, nós sabemos chegar aos ouvintes e sabemos nos comunicar com os ouvintes que estão nessa área de cobertura. Retirar a área de cobertura que as emissoras têm hoje é uma questão de sobrevivência. As emissoras veem isso como um problema muito grande, quase como uma afronta ao seu negócio. Como eu vou diminuir a minha área de cobertura se a única coisa que eu sei hoje, que estou fazendo e que posso levar para o mundo digital de forma transparente, em que eu não vou ter que pensar muito, já está pronta? A área de cobertura já está pronta.

Então, nós acreditamos que os novos testes podem trazer melhorias, com todos os parâmetros com que o Flávio, que está aqui presente, tem trabalhado incansavelmente a fim de conseguir que esses parâmetros estejam prontos para os novos testes, para que possam, sim, trazer benefícios e fazer com que o rádio digital realmente cubra a mesma área de cobertura que o rádio analógico. E nós estamos apoiando, fazendo pesquisas com os radiodifusores, justamente para saber se eles têm esses parâmetros. E os estamos enviando às rádios que demonstraram interesse, juntamente com os seus requisitos técnicos.

Sobre o modelo de negócios. Afinal de contas, de que estamos falando aqui? Estamos falando em transformar benefícios em monetização, transformar esses benefícios em negócio. É muito bonito falar sobre canal de dados. Eu acho que todo mundo aqui pensa: “Nossa, que interessante poder ter as informações do tráfego, as notícias, etc.”. Isso é muito interessante, mas como transformar em negócio? Existe uma questão: o que aprendemos com a televisão digital? O que aprendemos nesse tempo de digitalização? Que não é transparente, não é óbvio. Não é óbvio para a equipe da radiodifusão, a equipe técnica que está lá implementando a capacitação para que as pessoas possam produzir esse tipo de conteúdo. Ela depende de investimento, depende de uma série de outras coisas, não apenas do transmissor, não apenas de uma torre. Essa é uma discussão muito importante.

Como podemos operar essas mudanças? Como vamos fazer isso e pagar a conta? O Bráulio disse que queria falar uma coisa, mas esqueceu. Eu vou aproveitar e comentar aqui. Como podemos pagar essa conta? Como temos essa discussão aberta de linhas de financiamento e de investimento também em publicidade? Como é que a gente passa do modelo atual de investimento apenas em publicidade para outros tipos de negócios que podem trazer dinheiro para o setor, que podem fazer com que o setor cresça, com que o setor floresça e traga mais qualidade para o ouvinte, qualidade de áudio, qualidade de programação e de conteúdo?

Então, isso é muito importante.

E também, de forma paralela, a questão da política industrial, e uma política industrial positiva, que foi um pouco o que o Bráulio e o André comentaram. É importante que a área de transmissão e a área de recepção estejam plenamente abarcadas por esta discussão. É importante produzir transmissores no País, é importante produzir receptores no País, mas receptores com qualidade, receptores que tenham baixo custo, mas que tenham qualidade para que você possa, realmente, escutar sua rádio. “Ah, eu não estou ouvindo a minha rádio AM, ou a minha rádio em ondas curtas”. Às vezes, a rádio está chegando na sua localidade, mas seu receptor não tem qualidade. E, como o André comentou sobre a questão da urbanização, a questão de ruídos que têm afetado o rádio, agora, esses receptores precisam ser feitos com ainda mais qualidade.

Mas a questão principal também que nós vemos na Abert é a questão da convergência digital. Às vezes as pessoas falam do rádio como se fosse um setor à parte. Não, o rádio e a televisão estão intimamente ligados à convergência. A questão da distribuição de massa de conteúdo é extremamente importante para

um mundo que está tão cheio de conteúdo, que precisa que o conteúdo chegue a mais pessoas, e mais rápido.

E alguns dispositivos muito importantes são os dispositivos pessoais, esses dispositivos que estão conosco, que estão presentes na nossa vida, durante o nosso dia: o nosso celular, o nosso *tablet*, nosso computador. Como é que nós fazemos com que o rádio chegue? Nós precisamos que esses dispositivos tenham integrados a eles o rádio. Quantos de nós aqui presentes têm um receptor de rádio no seu celular, para usá-lo se acontecer alguma emergência, como no caso de algumas regiões do País que sofrem muito com desastres naturais? Durante os desastres naturais, a radiodifusão é praticamente o único meio de informação, porque as redes de telecomunicação não são projetadas para aguentar a quantidade de tráfego que é necessária no caso de uma emergência. É a radiodifusão que está ali! É a radiodifusão que está ali no momento para lhe dar a informação de que você precisa, para saber para onde você vai. Quando há grandes eventos esportivos, esses grandes eventos que o Brasil está recebendo, é com o rádio, é com a televisão, mas especialmente com o rádio que se consegue dar essa vazão de informação para a população.

E é importante que isso esteja com cada pessoa. É importante que o cidadão, quando vai comprar um celular, tenha essa opção de comprar um celular que tenha rádio, que tenha televisão. Mas o rádio especialmente, porque o rádio gasta muito pouca bateria, quando se compara com *streaming*. Você traz qualidade para o ouvinte, você traz qualidade para o cidadão, que pode ter seu celular, escutar a informação de notícias, de esportes ou de entretenimento e, ainda assim, ter bateria e qualidade no seu aparelho para poder também acessar o *e-mail*, falar no celular, etc.

Por fim, quando se fala da rádio digital, sempre alguém pergunta sobre migração. Então, já nos antecipamos.

A questão da migração de rádios AM para a faixa de FM surgiu de uma necessidade: a necessidade de salvar o conteúdo. Não é uma torre, não é um equipamento, não é um estúdio, é o conteúdo. O conteúdo das AMs é tão importante que, como o Bráulio falou, cada faixa acaba atendendo públicos diferenciados, mas acaba que se concentrou um tipo de informação, um tipo de conteúdo. E nós queremos salvar esse conteúdo, especialmente nos grandes centros. E, para salvar esse conteúdo, nós percebemos que tínhamos várias opções, e uma delas era a digitalização. Só que, infelizmente, quanto ao processo de digitalização, nós ainda não temos uma solução de curto prazo, especialmente

pelos problemas técnicos e de definição de políticas, de definição de modelos de negócios.

Então, nós vemos a opção da migração como uma solução imediata para resolver um problema; mas, de forma alguma, a migração para a digitalização. Com a migração não se quer dizer: “Ah, agora, a gente não quer mais a digitalização; agora a gente só quer a migração”. Não; porque nós sabemos, inclusive lá, na assessoria técnica da Abert, onde recebemos muitas ligações de radiodifusores dizendo: “Olha, eu não quero migrar!” E a gente diz: “Calma! Nem todo mundo vai migrar. São emissoras específicas”. É claro que nós acreditamos que é uma maioria das emissoras, mas uma maioria de emissoras que se encontra em situações técnicas específicas, que precisa de uma oportunidade para salvar o seu negócio, para salvar o seu conteúdo. Até porque envolve essa questão dos problemas com a faixa com a questão dos problemas com os receptores.

A gente vê que os receptores pessoais móveis não vêm mais com recepção de ondas médias, muito menos com recepção de ondas curtas. O último receptor celular para ondas médias foi feito em 2008, e nunca mais se teve um celular com rádio AM.

Então, como é que você fala para um empresário, no caso da radiodifusão comercial, que ele perdeu esse negócio no móvel? Não; a gente quer dar a oportunidade a eles de passar esse conteúdo, que é tão regional, até porque a rádio AM tem essa característica de ter um conteúdo local para a população daquela região.

Era isso. Se alguém tiver mais alguma dúvida, também ficamos à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT- MG) – Muito obrigado, Sr^a Monique.

Vamos passar a palavra, então, para encerrar este bloco, ao Sr. Pedro Martins, representante da Amarc.

O SR. PEDRO MARTINS – Bom dia!

Queria agradecer a oportunidade de estar aqui, neste espaço, passando as impressões da Amarc sobre esse processo de discussão do rádio digital.

Eu gostaria de começar colocando uma parte de um livro – e, inclusive, vou deixar um exemplar com o Presidente da Comissão – que trata dos 40 princípios da Amarc para a rádio e a TV comunitárias, a fim de garantir a pluralidade no serviço de radiodifusão e de televisão também. É sobre a digitalização do rádio e seus efeitos sobre a pluralidade.

Os Estados devem assegurar que a migração para as novas tecnologias de transmissão seja uma oportunidade para o incremento da pluralidade e da diversidade, e não para manter ou fortalecer a concentração de serviços de comunicação audiovisual.

Eu estou começando por esse ponto, porque, quando a gente fala de técnicas de digitalização, a gente abstrai um pouco que há um lado político colocado nessa questão. Há o lado histórico da conformação do sistema de comunicação brasileiro, da formação do sistema de comunicação brasileiro. E a gente já passou pela experiência de ter de optar por um padrão técnico – ou que parecia meramente técnico –, mas que, na verdade, eram escolhas por um modelo de comunicação que vem se perpetuando em nosso País.

Na perspectiva das rádios comunitárias, quando se fala na questão do alcance, como foi tratado aqui pela representante da Abert e pelo representante da Abratel, as rádios comunitárias já sofrem, hoje, com esse atual modelo analógico, uma restrição absurda de alcance e de potência que, em muitos países, nem se considera. Assim, a rádio comunitária brasileira é vista como uma rádio local, uma rádio de baixa potência. Em alguns países, seguindo padrões internacionais, a gente pode colocar como baixíssima potência, ou seja, não é nem de baixa potência.

A gente ainda tem o problema da criminalização dos radiodifusores de baixa potência sem legalização. O Brasil é um dos únicos países do mundo a criminalizar a radiodifusão, mesmo a de baixa potência. Tentou-se aprovar uma lei descriminalizando a radiodifusão até 100W de potência, mas ela não foi aprovada aqui, no Congresso Nacional. Ela foi aprovada em primeiro turno na Câmara, mas, depois, no segundo turno, não foi aprovada.

Então, é nesse sentido que a gente queria discutir. A gente passou, por exemplo, pela escolha do modelo de TV lá atrás, quando se escolheu entre UHF e VHF. A gente adotou um modelo VHF, que possibilitava sete canais de televisão, ao invés de um modelo UHF que possibilitaria 69 canais, por exemplo, uma pluralidade muito maior.

Então, é muito mais neste sentido que vem a fala da Associação Mundial de Rádios Comunitárias, no sentido de que a gente repense o modelo de comunicação que o Brasil adotou e vem adotando ao longo de sua história. A gente tem um modelo empresarial que concentra na mão de poucos uma grande parte do espectro tanto de radiodifusão quanto de televisão e que impede que grande parte da população tenha acesso a esse direito que a gente considera um direito humano à comunicação.

Acho que a discussão da escolha do padrão tecnológico foi muito bem colocada aqui pelos outros participantes da Mesa. Os testes, a digitalização, tudo isso é muito importante a gente fazer, pois representam um acúmulo de qualidade no rádio, a possibilidade de convergência, uma possibilidade de democratização

ainda maior na comunicação se ela for bem utilizada, se for utilizada em todas as suas potencialidades, inclusive, garantindo maior acesso à população e que os ouvintes não sejam considerados meros receptores, mas que possam interagir com esse veículo de comunicação tão importante não só hoje, mas na história da comunicação no Brasil.

Então, mais ou menos nesse ponto, a Amarc vem fazendo parte do Conselho Consultivo do Rádio Digital, vem trazendo as questões para as rádios comunitárias. Inclusive, nos testes que foram feitos com algumas rádios comunitárias, houve muita dificuldade por conta da limitação de alcance das rádios comunitárias do raio de um quilômetro. Foi feito em 2,5W – podem me corrigir. Aconteceu muitas vezes o que o André Felipe relatou aqui, de ruídos urbanos atrapalharem – principalmente em locais urbanos, qualquer ruído urbano atrapalha. A gente tem a perspectiva de que isso possa ser corrigido e que se possa reabrir também um debate com relação à lei de rádios comunitárias no Brasil. Esse é um debate importante que se coloca para nós.

Nós passamos o ano de 2012 fazendo seminários em todas as Regiões do País, discutindo essa questão por uma nova lei de rádio comunitária. Inclusive, o Octavio pôde participar de alguns deles, e o Bráulio participou do seminário que a gente fez aqui em Brasília. Na verdade, o grande limitador que a gente tem hoje é uma lei que coloca as rádios comunitárias no lugar de serem poucas, pequenas e pobres até. A gente tem dificuldade na forma de sustentabilidade das rádios comunitárias, no alcance que elas podem ter, na diversidade que essas comunidades podem ter.

A gente fez um seminário agora em Belém para discutir com comunidades tradicionais de indígenas, de quilombolas. Essa limitação do alcance, da potência das rádios comunitárias inviabiliza que comunidades, por exemplo, da Amazônia possam ter uma rádio que alcance toda a sua comunidade, porque, por ser uma área totalmente diferente de centros urbanos como Rio e São Paulo, não há como um transmissor de 25W dar toda a abrangência àquela comunidade, o que muitas vezes seria um fator importante.

Então, a gente espera que nessa discussão do rádio digital também se contemplem esses princípios de democratização da comunicação, de um acesso maior à comunicação.

A gente vê uma precarização no sentido de um esvaziamento de vários setores até do Ministério das Comunicações que, ao longo dos últimos anos, perderam as suas delegacias regionais, que facilitavam o acesso, principalmente para essas rádios que não têm como se sustentar muitas vezes e têm dificuldades de

vir tocar seu processo aqui em Brasília, têm dificuldades de acompanhar um processo. Há associadas da própria Amarc que têm processo no Ministério de pedido de outorga rolando há mais de 15 anos, desde 1998, como a Rádio Coité FM, de Conceição do Coité, no interior da Bahia. Essa rádio tem 15 anos, e a última notícia que nos chegou é a de que o processo teria sido perdido no Ministério das Comunicações. Então, é algo muito grave porque, na verdade, a discussão tecnológica, se não estiver baseada nesses princípios de democratização, de colocar a comunicação como um direito humano, de garantia de acesso, de descriminalização desses atores que são tão importantes em determinados momentos... Por exemplo, nas tragédias que aconteceram na serra do Rio de Janeiro, durante aquelas tempestades, a Rádio Comunitária de Nova Friburgo foi um dos principais veículos de comunicação que ajudaram a achar corpos, que ajudaram pessoas a acharem seus amigos. Foi um veículo de comunicação muito importante para aquela cidade no momento de tragédia. Então, a gente queria ressaltar um pouco isso.

Eu trouxe alguns pontos. Por exemplo, essa escolha do padrão digital brasileiro é um momento decisivo politicamente, porque a gente sabe a importância do Brasil, estrategicamente, no cenário mundial e, principalmente, na América Latina. Então, muito provavelmente, o modelo que a gente escolher, o modelo de digitalização que a gente escolher pode influenciar outros países da América Latina. Essa é uma questão importante para a gente debater de forma estratégica, de forma a incluir outros atores, inclusive para que a gente possa se integrar ainda mais com o nosso continente, porque o Brasil, muitas vezes, até pela própria questão linguística, se vê de forma um pouco mais isolada dos outros países da América Latina, mas tem um protagonismo nesse cenário.

A gente vê também em cenário da América Latina discussão de novas leis de comunicação, com avanços importantes no sentido de democratização, de regulamentação, inclusive garantindo reserva de espectro no sentido de divisão do espectro igualmente entre comercial, público e comunitário. Nessa perspectiva de garantir que todos esses atores possam, democraticamente, estar presentes no cenário do rádio, hoje, a gente tem uma lei, por exemplo, em que as rádios comunitárias estão relegadas a somente um canal, a uma frequência no espectro radiofônico, no espectro eletromagnético do rádio. Então, é uma lei muito limitadora e que não corresponde aos avanços que a gente vem tendo, inclusive no cenário internacional, no cenário de países vizinhos nossos, como a Argentina, que aprovou a sua lei de meios, e o Uruguai, que vem fazendo uma discussão também de uma lei mais

democrática, colocando bastantes avanços, que poderíamos refletir, discutir para avançar. Eu acho que a gente discutir uma nova tecnologia é crucial para não cometer um erro e, novamente, adotar um modelo que seja concentrador e que exclua diversos atores desse meio de comunicação. Essa é uma questão que a gente gostaria de trazer.

Há questões que a gente gostaria de colocar com toda clareza. Nessa questão política de democratização, a gente vê, ultimamente, até pequenos avanços. O setor das rádios comunitárias vem dialogando com o Ministério, com o Governo para tentar conseguir isso. Houve um decreto – foi no início de 2012 ou 2011, Otávio, o decreto que ficou paralisado na Casa Civil? Foi no ano passado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO MARTINS – Final de 2011. Ele regulamentava a questão do apoio cultural, a questão de sustentabilidade das rádios. A gente vê essa questão da descriminalização da radiodifusão de baixa potência. A própria última Portaria nº 197 dá um pequeno avanço na questão de não delimitar de forma mecânica esse raio de um quilômetro do alcance das rádios comunitárias, na questão de tentar dar alguma iniciativa, algum aceno com relação à sustentabilidade das rádios comunitárias, também na questão de apoio cultural, tanto público quanto privado. Tudo isso tem sido combatido por setores da radiodifusão brasileira, do empresariado da comunicação brasileira, que vêm brechando esses avanços da rádio comunitária.

Então, quando a gente vê o papel central das rádios comunitárias no Brasil, de diálogo, de fazer com que as pessoas possam expressar os conteúdos de suas comunidades, debater com a população mais próxima – é um princípio até de auto-organização daquela população –, vemos que são periodicamente combatidos por alguns setores da sociedade.

É nesse sentido que a gente vem trazer esta contribuição de que esse debate tecnológico tem de ser ampliado e não partir de uma perspectiva já concentradora da questão da comunicação, concentradora desses meios. Esse direito ao acesso à comunicação deve ser ampliado no Brasil, fazendo com que o nosso País inclusive siga os acordos internacionais assinados, como o Acordo de São José da Costa Rica, que dispõe que o Estado não poderia usar de meios que restringisse o acesso da população aos mais diversos meios de comunicação.

Acho que este é um momento importante para discutirmos a superação de um modelo que se comprova ser completamente excludente, ou seja, exclui os setores mais populares da nossa população. Neste

ano, vemos realmente um debate, colocado inclusive nas ruas do Brasil, a discussão da necessidade dessa diversidade do acesso à informação, da possibilidade de se comunicar colocada claramente.

O modelo tecnológico a ser debatido deve garantir isso. Ele não deve ser somente um compromisso com o novo modelo de negócio, que também é algo a ser discutido e garantido num sistema democrático, mas também um modelo de serviço que as rádios comunitárias prestam, um modelo de integração da população, de diálogo e de liberdade de expressão. Estamos muito atrasados em relação a outros países, inclusive em nosso continente, pois não conseguimos sequer chegar a uma lei de meios como a que a Argentina aprovou e o Uruguai está discutindo, assim como outros países, e nós ainda criminalizamos esse tipo de comunicação.

Fica essa contribuição. Estamos sempre dispostos, tanto para a Comissão quanto para o Ministério e outros setores do Governo, do Parlamento também, a debater qualquer questão relacionada à comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrela. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Pedro Martins.

Encerrado este primeiro bloco, antes de ouvir os Srs. Senadores, vou passar a palavra ao Senador Anibal Diniz, autor do requerimento que permitiu a realização desta audiência pública.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Zeze Perrela, obrigado a todos os expositores que atenderam a este convite tão gentilmente e trouxeram uma contribuição de grande qualidade, para que pudéssemos pensar sobre esse assunto.

Antes de emitir algumas considerações, Sr. Presidente, levando em conta a juventude dos expositores e a longa experiência do nosso Senador Walter Pinheiro na área, gostaria também de ouvir o Senador Walter Pinheiro, para, depois, emitir algumas opiniões. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrela. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem. Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, quero primeiro dizer da oportunidade boa que provoca o Senador Anibal Diniz do ponto de vista da importância deste debate.

Por outro lado, assusta-me muito o fato de estarmos ficando velhos com relação a um debate que, na prática, ainda não começamos. Essa é a minha grande apreensão quanto a esse tema.

Fizemos esse debate principalmente sobre a questão da digitalização, nessa área de comunicação, da TV digital. Aí, eu começaria com uma gran-

de apreensão, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de minha parte. Até fiquei pregando no deserto durante muito tempo sobre esta questão. Depois, dispus-me a correr a América Latina para ver se encontrávamos parceiros. Estive com o Ministro Hélio Costa no Chile e na Argentina, mesmo sendo contrário à decisão que o Governo brasileiro adotou em relação à TV digital, resistindo até a última hora, porque eu acho que este é um dos aspectos importantes.

Não adianta discutir mercado, industrialização, se eu não tiver inclusive escala nessa área ou, então, vamos ter problemas. Se na TV tivemos problemas, imaginem na rádio comunitária, para adquirir equipamentos, para ela poder adotar o seu funcionamento nesse novo cenário agora digital! Então, portanto, são parâmetros inclusive, diria, fundamentais para esse pressuposto da chamada universalização, ou até da democratização dos meios. Acho que essa é a questão central disso, porque, senão, vamos conviver de novo com um processo de concentração.

Dizia ao Senador Anibal Diniz que muito mais importante do que ficar naquela ladainha de que devemos produzir marco regulatório, marco regulatório, marco regulatório, é adotarmos medidas que, inclusive, adentrem essa seara e, de uma vez por todas, permitam essas questões da inclusão e da utilização dessa ferramenta, a interatividade, a otimização do espectro, esse modelo de negócio, a eficiência no uso do espectro – acho que esse negócio é fundamental. Recentemente, se não me falha a memória, a Abert chegou a sugerir ao Governo a utilização de dois canais de TVs para que se utilize isso para rádio.

Portanto, esse debate não pode ser feito a partir do caminho inverso. Eu vou lá e digo que há dois padrões que estamos testando. Temos até mais dois no mundo. O próprio japonês tem – o Brasil adotou aqui o mesmo sistema – um modelo para rádio também. E há os sistemas via satélite.

Nós demoramos muito nesse negócio do debate, por exemplo, da questão da TV digital para absorver um dos padrões mais importantes do mundo, e ninguém fala disso. Eu já fiz essa cobrança diversas vezes, inclusive ao Governo, de forma muito, até diria, pitoresca. Ao mesmo tempo, com um empenho brutal dos nossos pesquisadores e dos nossos técnicos das universidades, nós conseguimos botar o Ginga na área, e parece que não botamos nada. Nós conseguimos trabalhar com o *middleware*, que é um dos mais importantes do mundo, montado ali com poucos recursos. Estive, inclusive, em Barcelona, numa reunião, tratando desse tema. A Comunidade Europeia, no seu padrão europeu, estava investindo mais de US\$500 milhões, e aqui, com menos de R\$70 milhões, liderados pela

universidade, pela PUC/Rio, com outras 30, 40 universidades brasileiras, nós conseguimos desenvolver um *middleware* capaz inclusive de ser uma boa ferramenta.

Então, como é que a gente faz esse debate de maneira a não entrar nessa história de ficar preso ao que o padrão de equipamento vai nos permitir? Para ter essa política industrial, eu preciso ganhar escala; para eu ganhar escala, eu preciso abrir outra vertente que vai ainda mais nos democratizar de maneira intensa. É a questão de conteúdo no Brasil. Portanto, esse é um fator preponderante. Ninguém melhor do que o rádio para espalhar, para capilarizar esse conteúdo. Portanto, é uma oportunidade.

O debate sobre a convergência, que tanto foi discutido na TV digital, a mobilidade, associada a essa coisa do celular nós não conseguimos botar na roda. Há pessoas que acham que não dá. Não dá por quê? Esse aqui é um receptor de rádio como outro qualquer, inclusive até mais sofisticado do que muitos receptores de rádio.

A minha primeira experiência com rádio – e não sou tão velho assim – foi montar o meu rádio “galenozinho”, quando tinha nove anos de idade, numa garrafa de *Q-bom* cortada ao meio, efetivamente fazendo a minha bobina ali. Eu tinha nove anos de idade quando fiz isso pela primeira vez.

Depois, Senador Aloysio, fui fazer um ensino a distância, que hoje chamamos de teleeducação. Eu fiz o Instituto Universal Brasileiro. Eu tinha nove anos. Eu pedia para o meu irmão mais velho: “Manda aí para o Instituto Universal Brasileiro, para os caras mandarem um negócio, umas cartilhinhas para mim, para eu aprender aqui a distância”. Mandaram um multímetro e várias coisas. Com nove anos, eu tinha essas minhas experiências.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Daqui a pouco, vão dizer que você foi colaborador do Padre Landell de Moura.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – (*Risos.*) Pois é. Agora, eu fui aluno do pai do Raul Seixas. O velho Raul foi meu professor de eletrônica. Ele era um engenheiro. Naquela época, a gente não tinha formação nessa área de eletrônica e telecomunicações. Isso veio bem depois. O velho Raul era um engenheiro eletricista, que dedicou a sua vida à Leste Brasileiro. Portanto, especializou-se no ramo da eletrônica, da comunicação, e fez o desafio de migrar do telégrafo, que era muito utilizado na rede ferroviária, para uma estrutura mais avançada. Então, terminei aprendendo a me comunicar via telégrafo com o velho Raul.

Esse novo tempo exige outra questão. Portanto, daria tranquilamente para aproveitarmos esse rádio e

usar para a nossa defesa civil, vincular isso aos nossos centros de emergência, montar uma rede de comunicação, inclusive com a capacidade de imunidade muito maior à invasão, portanto, com capacidade de buscar pelo menos isolamento, para não ser tão invadido em sua privacidade, e, ao mesmo tempo, ter a condição de cobrir essa questão de um País que tem problemas do ponto de vista estrutural e até da sua dimensão.

Então, essa discussão envolvendo equipamento, alinhamento, principalmente com o mundo – ora, se a gente não tem a possibilidade de fazer um alinhamento tão grande com outros países, vamos ver se conseguimos fazer aqui na América Latina, vamos ver se conseguimos dar um passo aqui –, esse debate é importantíssimo, até porque há outra virtude nesse novo tempo. Tudo o que estamos discutindo do ponto de vista de avanço tecnológico o mundo está permitindo que discutamos agora também.

Não estamos mais naquela fase em que a gente aqui só experimentava, Senador Zeze Perrela, o que desovava da indústria no mundo aí fora. Começamos pelo celular, Senador Aloysio Nunes. Nós arremessávamos de lá para cá aquele tijolo da Motorola. O nome do desgraçado era até PT-550, depois 950. Não sei por que arranjaram PT para colocar o nome naquilo! Era assim: o bicho era desse tamanho; parecia até um tijolo. O da Anec era até maior, exatamente desse tamanho no início. Então, hoje é diferente: a Samsung, a Apple, todo mundo lança o seu *smartphone* ao mesmo tempo em qualquer lugar do mundo e nós temos acesso aqui. Temos até diferença envolvendo a questão de preço ou coisa do gênero.

Então, o que se está discutindo sobre tecnologia para essa área do rádio está sendo possível, inclusive, a gente acompanhar. Agora, é preciso fazer isso, é preciso botar o dedo nessa ferida. Na minha opinião, essa não pode ser uma tarefa só da estrutura de Governo. Essa tarefa tem de envolver as partes todas, em todos os sentidos, desde quem opera através de Abert e outras associações até, inclusive, todo o povo que opera lá na rádio comunitária.

Então, um dos aspectos mais levantados como importante para essa questão da eficiência e da digitalização do espectro de frequência é que íamos ter a possibilidade de ampliar a nossa capacidade de oferta, inclusive de espectro, para surgimento de novos atores, sejam eles comunitários, sejam eles educativos, sejam eles inclusive públicos – a questão da radiodifusão pública –, seja até do ponto de vista comercial.

Assim, esse foi o modelo, pelo menos, vendido, debatido e anunciado. Então, é importante que, a partir dessa nossa realidade, a gente se encaixe nisso que está sendo discutido no mundo, porque, por mais que

os caras tenham avançado, não vemos essa larga utilização, por exemplo, no solo americano. Estão utilizando uma tecnologia ali – México, Estados Unidos etc. –, mas não se tem isso numa escala, até porque há outro nível de padrão de consumo nos Estados Unidos.

Agora, nos Estados Unidos, usa-se muito rádio como fator dirigido: rádio para informação de trânsito, rádio para informação de defesa civil, distribuição no espectro de serviço, coisa que não temos aqui. Se tivéssemos isso, talvez, naquela tragédia na região serrana ou lá em Santa Catarina, teríamos evitado muito coisa. Haveria a possibilidade de saber o que está acontecendo alguns quilômetros à frente, para não ficar esperando, por exemplo, o cara da rádio falar alguma coisa a respeito do trânsito.

Então, é preciso haver faixas exclusivas para esse tipo de serviço, para serviço de saúde, para serviço de educação. Se eu quiser entrar numa rádio hoje, onde vou poder fazer ali o meu ensino a distância, o meu Instituto Universal Brasileiro com outro padrão de tecnologia, em tempo real, eu não tenho como fazer. No entanto, o que está na lei é que nós disponibilizaríamos parte inclusive desse sistema de comunicação para fazer essa questão da educação pública. Mas isso não existe. Hora nenhuma isso entra na roda, nem para você fazer a orientação inclusive do ponto de vista da agricultura. Por que nós não podemos ter essas coisas segmentadas?

Então, você vai abrir um modelo de negócio. Não estou falando que ninguém vai fazer isso de graça, por caridade. Vá lá e faça como negócio. Mas esse negócio tem de ser precedido, inclusive, dessa exigência das necessidades do povo brasileiro. Um sujeito que está num povoado qualquer na minha Xorroxó, na Bahia, não tem como fazer isso. Se ele está no meio do mato, na roça, cuidando de colher e plantar o feijão dele, qual é o problema de estar com o rádio pendurado no pé do ouvido e ouvir a informação, ter a possibilidade de sintonizar, de dizer: “Eu quero ouvir o que aconteceu em relação à dívida dos agricultores”? Ele vai saber disso onde? Qual é o segmento de rádio que pode dar essa informação? E se ele quiser uma informação sobre saúde? E se ele quiser uma informação sobre clima?

Então, é essa proeza que a tecnologia tem que trazer, e não o contrário. Eu apontar um padrão tecnológico, visualizar um equipamento e aí tomar a minha definição a partir disso está errado. A orientação é ao contrário. Quais são as minhas necessidades? Como é que eu posso utilizar esse novo espectro de frequência para permitir que o rádio cumpra o seu papel?

Muita gente diz que o rádio velho já foi embora. Não é verdade. Até aconselho muita gente a assistir a um filme muito interessante de Woody Allen chamado

A Era do Rádio. Dêem uma olhadinha nele para ver como o rádio está cada vez mais frequente, repaginado.

Agora, é preciso que a gente pegue isso e mude para a interatividade. Quantas pessoas estão em casa e gostariam inclusive de usar o seu rádio para dizer: “Eu quero me comunicar”?

Então, é importante que este debate aqui, Senador Zeze Perrella, abra esse caminho para a gente dar uma provocada na esfera de Governo. Sei que podem dizer: “As coisas estão até andando, estão ali, estão acolá”. Mas elas estão andando num passo que não é o condizente com as necessidades, com as exigências e com o momento da sociedade brasileira. É preciso botar o dedo na ferida. Vamos lá. Vamos fazer os primeiros testes, vamos dar uma saída, vamos conversar com outros parceiros ou até atravessar o velho oceano, chegar ao outro lado e dizer: “Vamos ver aqui como a gente faz”.

Nós fizemos isso na escolha do padrão de telefonia no Brasil. Fizemos isto: adotamos, no primeiro momento, uma tecnologia que tinha escala no mundo. Foi isso que permitiu baratear o custo do aparelho, foi isso que permitiu baratear o custo da infraestrutura, foi isso que permitiu ampliar, ainda que com dificuldade, o atendimento via telefonia móvel no Brasil. Foi esta decisão: a de acertar num modelo que pudesse ganhar escala no mundo e efetivamente ter também a capacidade de enxergar que isso poderia chegar não só à mão daqueles que podiam pagar, mas, necessariamente, chegar a todos os cantos.

Acho que esse é que é o debate orientador dessa questão do rádio digital, digitalizado no seu espectro de frequência.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro. Esse conhece tudo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ainda não. Estou esperando ver se sai alguma coisa de rádio para aprender mais.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A fala do Senador Walter Pinheiro nesses assuntos é imprescindível, porque ele faz esse diálogo muito apropriado com tudo o que acontece no momento, buscando as origens desses sistemas que vêm permitindo à humanidade se comunicar há muito tempo e que têm uma importância que não diminui na vida das pessoas.

Bom, essa questão da digitalização, esse desafio posto para os sistemas de rádio forçam a gente – principalmente a mim, que sou da Amazônia, do Acre

– a fazer uma reflexão que se confunde com uma angústia porque, por exemplo, o Bráulio Ribeiro falou de Tabatinga dialogando com Colômbia. Ali é influência brasileira, com a língua portuguesa se propalando para os nossos vizinhos.

Nós vivemos uma situação absolutamente inversa no Município de Brasileia, no Acre. Lá nós temos uma rádio FM do Governo, da rede pública, com uma potência de 500 watts. Do lado, na cidade de Cobija, há pelo menos uma dezena de rádios, em frequência modulada também, com potência variada, de 1kW, 2kW, 5kW e tal. Nós temos uma invasão total do espanhol naquela comunidade. Detalhe, as pessoas, quando querem se comunicar, quando querem fazer um programa, os políticos atravessam o rio e vão para a Bolívia, contratam uma hora de rádio, duas horas e se comunicam, porque a gente não tem facilidade para ampliar essa potência, ao invés de ficar com...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Anibal, na última reunião que tive na OIT – o Ministro ainda era o Hélio Costa – com o Jorge Bittar, num dos debates sobre essa questão da evasão, Cuba reclamava, no fórum da UIT (União Internacional de Telecomunicações), em Genebra, que estava sendo invadida pelos Estados Unidos. O que os rádios e as tevês americanas estavam fazendo com a Ilha? Aumentavam a sua potência, direcionavam os seus canhões para a ilha e a rádio ou a tevê cubana não conseguiam, de forma nenhuma, comunicar em castelhano; o que se ouvia era o inglês vindo de Miami. Portanto, havia uma invasão direta. Não era nem espionagem, era invasão direta. Então, imagine isso na fronteira de que o Senhor está falando, no Acre ou, como experimentei, em Guajará-Mirim e em Guayará-Mirim, em Rondônia, onde é só atravessar uma ponte feita de madeira e, portanto, não há nenhuma dificuldade para a frequência atravessar!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Longe de nós a ideia de xenofobia, porque o intercâmbio cultural é muito rico. O que eu queria? Que as dez, doze, vinte rádios bolivianas com frequência de 5kW trouxessem as informações em espanhol para a gente. E eu queria que o nosso Governo tivesse a atitude de colocar também 5kW do lado do Brasil para que a gente possa partilhar em condições iguais, mas a burocracia é tanta para ampliar a potência que isso acaba não acontecendo, e também pela inviabilidade econômica, porque, como todo mundo sabe, como foi muito bem exposto, não se afirma enquanto negócio. Quem vai fazer investimento se não tem retorno?

Então, se há essa discussão, o Governo tem de trazer para si a responsabilidade, porque não se trata de um gasto qualquer, trata-se de um investimento em

defesa da cultura nacional. Isso vale para Brasileia, no Acre, vale para Guajará-Mirim e para toda a nossa fronteira, que tem milhares de quilômetros e precisa de uma intervenção do Governo.

Outro aspecto que nos angustia é como a gente pode, chegando ao final do décimo primeiro ano do Governo do Partido dos Trabalhadores, ainda ter rádio comunitária sendo criminalizada? Como é que pode haver tanta dificuldade para se abrir um veículo de comunicação para os grupos comunitários, os grupos culturais, organizações sindicais, associações de interesses diversos da comunidade? Não podem se comunicar os jovens?

No caso do Acre, todas as escolas de segundo grau têm um auditório com o objetivo de incentivar o teatro, incentivar a música. E quando acontece um evento perguntam: “Por que não se transforma isso numa programação de rádio?” Onde está o rádio? Onde está a rádio comunitária? Onde está o acesso à rádio para que essas pessoas se expressem e consigam partilhar com o conjunto da sociedade os seus anseios, as suas inspirações, as suas visões de mundo, visões de realidade? E o interesse em partilhar todo esse conhecimento? Então, nesses aspectos todos a gente fica...

No meu caso, não tenho conhecimento técnico, tenho angústias. No que diz respeito ao financiamento do negócio, como é que pode a gente não ter uma política, sabendo que o Governo continua sendo o grande anunciante em todos os segmentos, para identificar onde estão os veículos de comunicação e fazer uma associação no sentido de investir, mas, em contrapartida, queremos a ampliação da potência, queremos a digitalização, que evolua tecnologicamente?

Na realidade, parece que o Governo está alheio, está como que embevecido com suas responsabilidades, mas não adota medidas concretas no sentido de chegar a esse nicho de radiodifusão, a fim de falar: “Vamos dar uma resposta que contemple, que possa mexer com tudo o que está acontecendo!”

Historicamente a rádio tem uma função fundamental. Por exemplo, um exemplo a mais, no caso do Acre e de toda a Amazônia, o sistema de rádio também foi utilizado durante anos para orientar a navegação aérea. Não havia outro sistema; era um sistema de rádio. O piloto decolava, sintonizava na rádio do Município aonde ele queria ir e se guiava pelo sistema de radiodifusão. Muitas vezes, pilotos perdidos se encontravam pelo sistema de radiodifusão.

Então, a importância da rádio lá nos seringais é grande, onde a gente tem uma realidade muito própria porque o rio comanda a vida. Uma pessoa, para fazer uma distância que, de avião, demoraria 20 minutos, meia hora, uma hora, pode demorar uma semana pelo

rio. O Padre Paulino, por exemplo, em Sena Madureira, se vai fazer uma desobriga no rio Caeté e passa pela radiodifusora a orientação para os seus fiéis sobre os dias em que vai estar em cada comunidade, as pessoas ouvem pelo rádio. Só faz uma comunicação, e quando ele chega lá, Senador Pinheiro, todo mundo está esperando naquele dia certo para a missa, para os batizados, os casamentos e seguem à frente. Isso a rádio proporciona. Então, a rádio está presente lá naqueles rincões e pode estar presente também no congestionamento da grande São Paulo. As pessoas angustiadas, estressadas, com risco de briga, tiro e tudo ficam sintonizadas para ouvir notícia, ouvir a orientação de trânsito mais apropriada.

Então, um instrumento com tantas possibilidades de contribuição social não pode ficar na periferia das discussões estratégicas de governo. O Governo tem que trazer essa questão para a centralidade, para encontrar um caminho e fazer com que essas possibilidades todas se multipliquem ainda mais e as pessoas usufruam o máximo que puderem dessas tecnologias.

O meu sonho com a digitalização é que a gente resolva o velho problema do chiado das AMs, porque verdadeiramente, nos seringais, a gente só ouve AM, porque é a única que chega – a FM não chega aos seringais. Então a gente ouve AM, só que com muito chiado. Então quando chegamos à área urbana, ligamos o rádio e ouvimos o chiado, tiramos da AM, vamos para a FM.

Na realidade, a AM tem uma importância fundamental, tanto a onda tropical quanto a onda média. E se a digitalização vier para contribuir no sentido de dar mais qualidade ao áudio, vai ser muito bom para os nossos ouvintes mais distantes, que mais precisam dessa tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vou passar a palavra aos nossos expositores para as suas considerações finais. Vou começar pela Monique.

A SR^a MONIQUE CRUVINEL BANDEIRA STRASSBURGER – Bom, todas as colocações aqui realmente são extremamente importantes e precisam ser avaliadas. Nós, na rádio comercial, vemos a importância do negócio, mas não esquecemos também que existem todos os nossos parceiros nas rádios públicas e que todos os outros serviços prestados são importantíssimos para integrarmos o Brasil. O rádio foi o primeiro a integrar e agora esta sendo deixado um pouco de lado, mas ele não pode ser deixado de lado; ele tem que ser colocado no centro, para que possamos fazer uma comunicação eficiente, que possa chegar a todo o Brasil.

Se alguém tiver mais alguma dúvida e quiser enviar também, na apresentação não está o meu contato, mas é fácil: monique@abert.org.br. Podem me mandar e-mails. E fico à disposição para quem tiver perguntas depois que acabar a audiência, para alguma colocação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr^a Monique.

Com a palavra o Sr. Bráulio.

O SR. BRÁULIO RIBEIRO – Bom, acho que o momento da audiência é muito oportuno, Senador Aníbal. Foi muito oportuna a sua iniciativa de convocar esta audiência, porque de fato precisamos dar uma sacudida no nosso setor de rádio. O radiodifusor do rádio brasileiro está vivendo um momento de certa letargia; todos, de um modo geral. Eu tenho a sensação de que o radiodifusor de rádio, as pessoas que fazem rádio no Brasil, comercial, pública, privada ou comunitária...

O movimento comunitário eu colocaria numa situação diferente, porque a luta deles é muito grande e faz com que esse movimento esteja constantemente a postos. Como o Pedro colocou, o problema deles é muito anterior à questão da digitalização. Eles têm um problema com a legislação analógica, que é concreta e mobiliza esse setor. Mas o radiodifusor comercial e o radiodifusor público, que vão precisar fazer investimentos vultosos nesse processo da digitalização, estão todos meio sem saber mesmo para onde esse negócio vai caminhar. Há, inclusive, dúvida sobre se vai digitalizar o rádio; se ao rádio vai ser dada essa oportunidade ou talvez problema. Mas há uma dúvida sobre se o rádio será digitalizado.

Eu tive um relato recente do encontro em São Paulo, da feira que aconteceu na semana retrasada. Os relatos são assustadores do ponto de vista do rádio. Pouquíssimos expositores de equipamentos, de transmissor... A indústria está parada, não sabe o que fazer. Não sabe se produz transmissor analógico, se começa a produzir transmissor digital, se produz transmissor digital para HD Rádio, se produz transmissor digital para DRM. Não sabe o que vai fazer. A indústria está parada!

A indústria de receptor, que praticamente já desapareceu do Brasil – mas existem industriais com interesse nesse novo cenário, para entrar nesse novo mercado dos receptores digitais –, também está em suspenso. E o radiodifusor também não consegue avançar no seu papel. Qual é o papel do radiodifusor nesse novo cenário? É pensar a linguagem do rádio.

O Senador Walter coloca questões muito interessantes sobre a segmentação do rádio, porque antes de tudo, antes de ser FM, AM, ondas curtas, o rádio é

uma linguagem, uma forma de chegar às pessoas. E o rádio evoluiu na sua linguagem, segmentou.

A Monique colocou uma questão muito interessante. Com a mudança da tecnologia, a AM foi se tornando aquela rádio mais falada, a FM foi se tornando a rádio mais musical. Isso tudo são mudanças sutis na linguagem do veículo, não na tecnologia. E com o rádio digital, haverá seguramente mudanças na linguagem do rádio.

Eu pergunto qual é a linguagem de um rádio, de uma emissora que está num celular e o ouvinte tem aqui três mil, cinco mil, dez mil opções de recepções de estação de rádio? Eu posso ouvir uma rádio da Argentina, eu posso ouvir todos os serviços em português que são feitos pelas rádios em Moscou, China, aqui nesse celular, e posso ouvir todas as rádios do Brasil aqui. Que linguagem do rádio se adapta aqui? Que linguagem do rádio se adapta à situação da Amazônia?

Eu também vivo muito essa experiência, Senador, porque fui, até bem pouco tempo atrás, gerente das rádios da EBC para a Amazônia: a Rádio Nacional da Amazônia em ondas curtas e a Rádio Nacional do Alto Solimões, em Tabatinga. Conheço muito bem o sistema de rádio lá do Acre. Aliás, confesso que tenho uma boa inveja do sistema de comunicação pública do Acre, porque só as rádios públicas lá são cerca de doze, as emissoras públicas entre FMs, AMs, ondas tropicais. Acho que é um dos Estados brasileiros com melhor infraestrutura de comunicação pública. Na região Amazônica, seguramente é o melhor sistema de comunicação e sei da importância dessa comunicação para a Amazônia. Inclusive participei da articulação que culminou, no ano passado, com a criação da Rede de Rádios Públicas da Amazônia, da qual a Difusora Acreana e a Aldeia FM também fazem parte. Então, qual é o rádio que vai falar para essas populações? Isso vai impactar na linguagem, e o desafio dos radiodifusores que estão sentados aqui nesta mesa é pensar qual o futuro da linguagem do rádio, do rádio como linguagem.

A tecnologia vai evoluindo. É inevitável, as coisas vão mudando. A FM foi um grande salto tecnológico há 30 anos, assim como o foi a AM para as ondas curtas. Da mesma forma, daqui para frente, virão novos desafios tecnológicos, mas o rádio, como linguagem, não vai desaparecer. Acho que o Governo...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A esse respeito, há uma curiosidade: a Difusora comemorou 60 anos de existência há pouco, há mais ou menos dois ou três anos e foi feito um documentário entre ouvintes de diferentes lugares do Acre. Ouviu-se um cidadão de um seringal de Rio Branco – não de um Município do interior – que, ao ser perguntado sobre o

que lhe chamava a atenção nas transmissões da Difusora, disse que era a emoção dos jogos na Arena da Floresta e que o sonho dele era conhecê-la. Foi um negócio bastante emocionante, porque ele ficava imaginando o estádio sem nunca ter entrado nele. Isso só a rádio permite, porque a rádio fala de uma emoção, e cada um formula essa emoção na sua cabeça, do seu jeito. Então, é um veículo que consegue atender plenamente às expectativas das pessoas, porque cada um faz a sua expectativa de acordo com o que pensa a respeito daquilo.

O SR. BRÁULIO RIBEIRO – Eu costumo dizer que a televisão tem a tela, a internet e os novos meios têm a tela digital, e a tela do rádio é a cabeça do ouvinte, porque ali se passa um filme. Ouve-se o rádio, e o filme vai passando ali. Vê-se o locutor, dá-se uma cara para o locutor, um jeito. Enfim, acho que o desafio...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E o bom é que o rádio não decepciona.

O SR. BRÁULIO RIBEIRO – Jamais. São sempre bonitos os locutores...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Porque, na televisão, quando alguns locutores resolvem querer morar certas cenas que não convencem o telespectador, o cara diz: “Eu não estou vendo isso não!” Agora, na rádio, quando se é narrado, a pessoa projeta exatamente como ela quer conceber.

O SR. BRÁULIO RIBEIRO – Então, eu acho que o nosso desafio neste momento, Senadores, é realmente convergir os interesses do Governo, dos radiodifusores e do Congresso Nacional em torno desta premissa: o rádio brasileiro não pode desaparecer, o rádio brasileiro precisa sair deste momento fortalecido, mais coeso, com unidade, porque a linguagem a gente dá conta, vai fazer, mas as condições técnicas, de políticas e de financiamentos precisam estar garantidas para que seja possível o salto tecnológico, esse salto qualitativo no rádio.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra, o Sr. Octavio Penna Pieranti.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Vários que me sucederam e os Srs. Senadores apresentaram uma série de outras questões que, obviamente, são fundamentais, como, por exemplo, o modelo de negócio, papel social do rádio, o rádio como veículo de inclusão, política industrial. Agora, volto a ressaltar que condição absoluta para uma digitalização tranquila, razoável e factível é a questão da cobertura. Uma emissora comunitária, uma emissora educativa, uma emissora pública, uma emissora comercial que perde cobertura perde sua importância ou perde grande parte da sua importância.

Um meio, uma tecnologia ou um sistema que substitui outro ou que vise a substituir outro e represente, na verdade, uma exclusão perde sua importância. Um meio de comunicação como o rádio, que tem como característica fundamental o seu papel inclusivo, o seu papel de promover a universalização da comunicação no Brasil, não pode se dar o luxo de perder cobertura. É exatamente com essa expectativa que temos pensado nessa segunda bateria de testes.

Isso não significa deixar de discutir as outras questões; isso significa continuar discutindo as outras questões, e essas discussões ganham força a partir do momento em que atingirmos um nível mínimo de satisfação no que se refere à cobertura, no que se refere à possibilidade de continuar incluindo pelo rádio.

Concordo com o Bráulio quando ele chama a atenção para o silêncio do radiodifusor ou de grande parte dos radiodifusores. Discutia com ele, inclusive, o cenário de ondas curtas, que é um cenário certamente caro à Região Norte, por exemplo.

Temos hoje uma visão muito comedida ou, talvez, uma visão muito simplificada desse cenário da radiodifusão em ondas curtas. Na verdade, a única emissora que tem batalhado pela digitalização das ondas curtas – pelo menos que é do meu conhecimento – é a Rádio Nacional da Amazônia. Falava com o Bráulio antes que é importante que as outras emissoras de ondas curtas se manifestem. Temos casos de emissoras de ondas curtas, de entidades que operavam esse serviço que recentemente devolveram as suas outorgas, que já manifestaram ao Ministério das Comunicações o interesse de devolver a outorga. É fundamental que esse setor apareça, é fundamental que esses radiodifusores públicos, comerciais e educativos apareçam e se manifestem, assim como é importante que os radiodifusores e que a imensa maioria da nossa sociedade que ainda não conseguiram ter certeza de que é fundamental digitalizar tenham essa certeza. E a certeza só nós, Governo, Parlamento, radiodifusores e os próprios sistemas conseguiremos dar. É fundamental que a gente consiga apresentar, de forma clara, quais são os benefícios do rádio digital para o País.

Aproveitando um gancho do Senador Walter Piniheiro sobre o desafio da digitalização da televisão, em 2006 existia – na verdade, existe hoje – um cenário de mais ou menos 500 geradoras e mais ou menos 10 mil retransmissoras, em números gerais, não sendo exatamente preciso. Mas a imensa maioria desse cenário em 2006 era composta de redes privadas. A EBC não existia, as articulações que diziam respeito, digamos, à televisão pública eram mais ou menos ligadas ou à TV Educativa, do Rio de Janeiro, ou à TV Cultura, de São Paulo, e eram emissoras vinculadas a governos. E

governos têm essas possibilidades orçamentárias para uma digitalização; se menores ou maiores, dependem das circunstâncias, mas existem recursos públicos que podem ser usados para esse fim.

Hoje, quando se fala em digitalização do rádio, estamos falando de um cenário em que metade das outorgas é detida por associações comunitárias sem fins lucrativos, que são as rádios comunitárias ou que mantêm as rádios comunitárias. A outra metade é dividida por rádios comerciais, seja na faixa de FM ou na faixa de AM, e um pequeno número de emissoras educativas. Então, é um cenário que oferece muito mais desafios, que dificulta muito mais o avanço dessa política de digitalização, porém não a inviabiliza.

É fundamental que a gente pense em um modelo, em um sistema que seja não apenas barato como também ofereça as condições necessárias – técnicas e político-sociais – para esse segmento amplo da radiodifusão comunitária em todo o País.

Em toda audiência sobre radiodifusão, pelo menos em todas das quais eu participo, surge a questão da radiodifusão comunitária, e eu costumo dizer que só será possível avançar nas grandes questões estruturais sobre radiodifusão comunitária quando houver mudança na legislação da radiodifusão comunitária. O último levantamento que eu fiz dava conta de 39 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre esse tema. É claro que o Congresso Nacional, Senado e Câmara dos Deputados, tem um papel crucial na rediscussão desse serviço e no enfrentamento das questões estruturais, que são legítimas e que estão claramente colocadas.

Fecho apenas, só por uma questão de correção: Pedro, você citou um processo específico, e eu pedi para checarem. Não há, pelo menos que a gente saiba, nenhum registro sobre processo perdido. Qualquer dúvida pode ser encaminhada para o Ministério das Comunicações ou a gente pode conversar.

Eu fecho a minha apresentação agradecendo, mais uma vez, o convite do Senado Federal, parabenizando o Senador Anibal pela convocação desta audiência pública e colocando o Ministério das Comunicações à disposição, caso ainda persistam – e certamente elas persistem – dúvidas acerca do processo de rádio digital no País.

Lembro também que todas reuniões do Conselho Consultivo do Rádio Digital são abertas, seja para representantes de entidades, seja para pessoas físicas que tenham interesse de acompanhar este debate.

Muito obrigado.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Octavio.

Com a palavra, o Sr. André Felipe Seixas.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Muito obrigado, Sr. Senador.

Voltando ao que foi abordado pelo Senador Walter Pinheiro, no momento da digitalização da tevê, temos várias incertezas. Não sabemos como vai ser resolvida a questão da interferência, o quão prejudicial ela vai ser, há um *switch-off* que está previsto para 2016 e, agora, 2015 a 2018, o radiodifusor não tem ideia. Esse cenário de incertezas por que a digitalização da TV está passando o radiodifusor sonoro não tem condições de suportar.

O radiodifusor sonoro tem a ciência de que seu processo de SimulCache, a transmissão analógica e digital será um processo mais árduo e que a substituição dos aparelhos, dos equipamentos, tanto os receptores domésticos quanto os automotivos, será um processo demorado. Mas é necessário uma política bem definida.

Além do problema da cobertura, a ausência de uma política definida sobre como será feito o processo é o que dá bastante medo ao radiodifusor.

Com relação ao modelo japonês, as últimas notícias que eu tenho é de que nem o próprio Japão adotou seu modelo. Para nós, radiodifusores, seria, inclusive, interessante a adoção do modelo japonês se ele fosse viável, pois poderíamos vislumbrar um cenário de convergência da TV e do rádio, com possibilidade de desenvolver uma interatividade comum tanto a TV quanto a rádio. Seria um cenário maravilhoso para a gente, o melhor dos mundos. Mas, infelizmente, não foi possível.

Com relação ao caso citado de Brasileia e Cobija, é um cenário muito interessante. Lembro que, há cinco anos, eu trabalhava numa operadora de telefonia e tive problema exatamente com Brasileia e Cobija, porque o sinal de telefonia móvel de Cobija invadia Brasileia e o de Brasileia invadia Cobija e os acreanos estavam tendo de pagar *roaming* internacional porque estavam entrando na rede estrangeira. Esse problema de interferência que está ocorrendo na Bolívia e no Acre também ocorre bastante na fronteira do Sul com o Paraguai, com a Argentina e com Uruguai. Só que a Anatel, nesse caso, dialoga com o órgão regulador do outro país de modo que o sinal seja confinado.

O Brasil está certo em não deixar o sinal invadir outro país. A Bolívia que está errada, permitindo uma potência elevada que está ferindo o limite territorial. Então, acho que seria necessário, em um caso como esse, uma atuação da Anatel. De modo que, é interessante a população de Brasileia ter a possibilidade de ouvir em espanhol, mas a falta de possibilidade de ouvir em português devido à invasão de sinal é algo bastante preocupante, inclusive culturalmente, para a gente.

Em relação ao que foi abordado pelo ilustre Senador Anibal sobre a redução do chiado no AM, a digitalização tanto no DRM quanto no HD Radio possibilitaria o fim do chiado. A qualidade do áudio seria igual à de um CD. O principal problema, especialmente na região do senhor, é que...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Chega a um por zero...

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – O desafio seria fazer o radiodifusor digitalizar. É que o custo seria muito elevado. Seria necessário financiamento público, subsídio, redução de impostos, uma política bem agressiva, principalmente para o radiodifusor da Região Norte e do Nordeste, como é o caso da Bahia, em que a rádio AM é muito importante.

Outra coisa é fazer o receptor chegar. É importante que a informação de que o rádio digital oferece uma melhor qualidade chegue ao habitante do interior do Acre, do interior da Bahia e de todos os rincões do Brasil, de modo que ele sinta que vai ter uma qualidade, que vai ganhar bastante com a digitalização.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E em relação a distância? O sistema AM permite chegar aos locais mais distantes. Com a digitalização, vai se manter com essa lógica?

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Seria possível manter a mesma área de cobertura do AM, sim, porque, com a digitalização tanto do AM quanto do FM, as emissoras vão gastar uma potência muito menor.

É possível realizar um estudo de ajuste de potência de modo que garanta uma área de cobertura. Isso é possível tanto com HD Rádio quanto com DRM, mas é necessário um estudo de viabilização.

Como a situação de espectro na região do senhor é menos saturada, a possibilidade de interferência com uma rádio adjacente é muito menor, por exemplo, do que na região de São Paulo. Então, um ajuste de potência pode, inclusive, garantir uma cobertura maior do que a atual. A gente precisa fazer um estudo dos parâmetros e alguns ajustes em parâmetros físicos e lógicos de forma que possa prover uma cobertura, mas isso é altamente possível e altamente factível, Senador. No mais...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a mudança para o digital todos os sistemas precisarão ser trocados, os transmissores, antenas, tudo, não é?

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – No caso, se a rádio tiver um transmissor recente em estado final sólido, possivelmente só vai ter que comprar um equipamento chamado excitador, mas o excitador é uma peça um pouquinho cara, em torno de R\$30 mil, R\$25 mil.

Agora, se ela estiver naquela situação: com transmissor com mais de dez anos ou até vinte anos, possivelmente vai ter que trocar boa parte do sistema irradiante, vai ter um custo muito mais alto e, às vezes, até a própria produção num formato muito antigo deva ser adaptada, de modo que, para ter a possibilidade de prover com um sinal com uma cobertura boa e com uma qualidade boa, você também terá de produzir um sinal com qualidade. Então, talvez seja necessário a algumas rádios fazer investimento na produção de conteúdo também.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mais uma dúvida: nosso transmissor de onda tropical, o seu sistema irradiante ocupa uma área muito grande; não tanto a torre, mas o espaço terrestre é muito grande. Com a digitalização, vai ser necessária a manutenção desse sistema ou vai haver um processo específico de irradiação diferenciado?

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Com relação a ondas tropicais, não saberia responder, porque desconheço atualmente a necessidade física para a montagem de uma estação em onda tropical. Não saberia responder, Senador. Sinto muito, mas vou buscar a informação, de modo que possa entregar para o seu gabinete essa resposta.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Senador, só dois pontos específicos. O senhor perguntou sobre o transmissor. Agora, o receptor terá de ser trocado, quer dizer, o receptor analógico, o radinho do cidadão terá de ser trocado para que ele possa captar as emissoras com sinal digital ou pelo menos a maioria dos receptores brasileiros.

Especificamente em relação a ondas tropicais, nenhuma emissora, ainda que atue nessa faixa, manifestou interesse na digitalização. Pelo menos, o Ministério das Comunicações não recebeu nenhum tipo de manifestação de nenhuma emissora que atue em ondas tropicais. Então, não temos estudado essa possibilidade por falta de interesse, por desinteresse das próprias emissoras.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeito.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Mesmo que haja uma emissora que venha a se manifestar, nós vamos ter que exaurir os testes também, de modo que possa o custo que vai ter a digitalização trazer os benefícios necessários.

Srs. Senadores, Senador Zeze Perrella, agradeço muito a oportunidade em nome da Associação Brasileira de Rádio e Televisão. Estaremos sempre dispostos, nesta Comissão ou em qualquer outra comissão desta Casa, a ajudar no crescimento do setor de radiodifusão e ajudar no crescimento do Brasil como um todo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Obrigado, Dr. André.

Vamos passar a palavra ao Sr. Pedro Martins para suas considerações.

O SR. PEDRO MARTINS – Vou tentar ser breve, até porque me falaram que parece que o Senador tem outra reunião.

Eu queria começar por uma parte que o Senador Walter Pinheiro colocou e que o Bráulio citou primeiro. Realmente as rádios comunitárias estão sempre a postos, mesmo porque, na verdade, é uma luta por sobrevivência o que as rádios comunitárias vivem diante do cenário legal que a gente tem no Brasil para essas rádios. Então, é uma discussão, para a gente, muito cara, porque a limitação de potência, de sustentabilidade, de alcance, de tudo isso nos coloca sempre numa posição de estar buscando algum espaço que não nos é dado. Inclusive, o Octavio colocou aqui a questão das outorgas, que metade das outorgas são de rádios comunitárias, mas isso não se reflete na questão de alcance necessariamente. Na questão de espectro, a gente não vê ainda uma democratização nesse sentido.

Aí fica claro, acho, até complementando o que o Octavio falou, que quem perde cobertura perde importância. Então, quem tem pouca cobertura também tem pouca importância. Então, nesse cenário, acho que é hora de o Governo, o Estado brasileiro dar mais importância a esse ator que é a rádio comunitária, que é um ator fundamental de integração social, de divulgação de novas vozes, de debate democrático de espaço.

Muitas vezes as pessoas acham que fazer rádio, fazer comunicação é algo para alguns iluminados, para profissionais cristalizados, formados, muito bem formados, algo extremamente técnico. Mas quando você põe uma rádio comunitária no ar, vê que novas linguagens surgem, novas formas de se comunicar aparecem dali. Eu acho que até por isso a Amarc trabalha mundialmente com um conceito de comunidade que não é um conceito de localidade, mas um conceito de comunidade de interesses. Acho que esse é o grande limitador, porque a lei brasileira já parte de uma premissa errada do conceito de comunidade e coloca inclusive a potência e o alcance restritos a uma questão local. A gente acha que isso deveria ser debatido de acordo com a necessidade de cada comunidade e não restringir legalmente já esse alcance.

Com relação ao que o Senador Walter Pinheiro falou, acho que é muito importante termos ciência de que se a gente não colocar na frente debate político, econômico e social para discussão da rádio digital, de um novo modelo tecnológico, vamos simplesmente mudar para um novo padrão tecnológico, mantendo

a mesma configuração, os mesmos atores, o mesmo modelo concentrador que a gente encontra no Brasil atualmente.

Então, é fundamental. Conseguimos ver poucos avanços ultimamente – o avanço no setor público de radiodifusão, da EBC, acho que foi um avanço importante na comunicação –, mas é importante haver políticas públicas para garantir esse avanço, principalmente nesse setor que não está vinculado a uma visão de lucro, a uma visão comercial, que não teria, por exemplo, numa transferência tecnológica, dificuldades de conseguir esses equipamentos. É preciso que o Governo dialogue também nesse sentido de garantia, de que não vai haver uma limitação econômica no acesso a transmissores, a equipamentos necessários para transmissão dos radiocomunicadores comunitários.

É importante haver uma discussão sobre o modelo de sustentabilidade das rádios comunitárias, que hoje é algo extremamente precário. Acho que é importante, na discussão de comunicação, inclusive, a gente discutir regulamentação de publicidade como uma forma de fomentar a comunicação.

Ano passado, por exemplo, a gente fez um levantamento de que 75% da publicidade da Administração Direta do Governo brasileiro foi para dez empresas de comunicação. É necessário desconcentrar nesse sentido também, porque, como foi dito aqui, o Governo, o Estado ainda é um grande financiador através de publicidade e pode ser através do apoio cultural às rádios comunitárias. Então, é importante que a gente faça essa discussão também para garantir isso, senão a gente pode mudar para um modelo digital, condenando um setor social importante à morte no nosso País, um setor que é importante no cenário brasileiro, que tem sua importância no cenário mundial. Em diversos países a rádio comunitária tem protagonismo social, e em diversas localidades do Brasil somente a rádio comunitária é ouvida.

Então, é importante que a gente garanta que esses comunicadores terão direito à voz e que tenhamos uma política que não seja mera e simplesmente a de ver o Estado como um executor de políticas públicas, como atualmente, com a função de regular, através das agências de regulação, e de punir principalmente. Uma multa de R\$5 mil para uma rádio comunitária pode significar o seu fim. A gente sabe que muitas não têm nenhuma forma de sustentabilidade, de arrecadação.

Então, é preciso que a gente veja a questão nesse sentido de fomentar, criar um terreno para que esse ator tão importante no cenário da comunicação brasileira, no cenário da democratização da comunicação seja garantido e tenha o seu espaço ampliado, tendo em vista que hoje é sistematicamente reprimido.

A gente vê que ainda há uma diferenciação de política no olhar à rádio comunitária e a setores comerciais. Recentemente, parece que em junho, se não me engano, foram legalizadas 4,5 mil TVs comerciais, retransmissoras que estavam ilegais foram legalizadas porque...

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Não é verdade.

A SR^a MONIQUE CRUVINEL BANDEIRA STRASSBURGER – Isso não existe.

O SR. PEDRO MARTINS – Isso foi noticiado.

Bom, mas há um tratamento diferenciado. Rádios comunitárias são tratadas com Polícia Federal, Anatel, apreensão dos seus transmissores, e outros veículos não são tratados dessa forma. É preciso uma isonomia de tratamento mínima e uma responsabilidade, uma tentativa de buscar ver aquelas rádios também como um ator importante e tentar legalizá-las, não simplesmente reprimi-las.

O Octavio presenciou no Ceará ano passado uma rádio no interior do Ceará que está há nove anos buscando sua legalização, uma associação, se não me engano, do Município de Lapa, no interior do Ceará. Eles falaram que só colocariam a rádio no ar quando o processo fosse finalizado. Não tenho notícia ainda de se o processo foi finalizado, não sei precisar. Mas, realmente, nove anos já era um tempo bastante grande. Espero que eles tenham conseguido, porque esta é a grande dificuldade da rádio comunitária hoje: ou a rádio pratica uma desobediência civil e se coloca no ar durante o processo, mesmo sem a legalização definitiva, sem a outorga definitiva, ou espera um processo que, muitas vezes, pode durar nove anos, pode durar quinze anos, como o da Coité. Espero que a informação que eu obtive tenha sido errada mesmo, que não se tenha perdido. Mas foi feito há quinze anos, desde 1998, o pedido de outorga.

Então, a gente espera que esses atores tenham a garantia do seu direito e principalmente uma ampliação, porque o que ocorre hoje no Brasil, na verdade, é um cerceamento na expressão, na liberdade de expressão desses atores.

Eu queria colocar, por fim, que a Amarc está à disposição. A gente vem dialogando constantemente com o Ministério das Comunicações, que tem sido convidado inclusive para os nossos eventos – e participaram do último evento que a gente fez num seminário em Belém do Pará. Estamos disponíveis para discutir com qualquer órgão governamental, o Congresso, o Senado, a Câmara, e com os demais Ministérios – também dialogamos com o Ministério da Cultura. E estamos sempre disponíveis para qualquer chamado da Comissão, para qualquer esclarecimento ou posicionamento da Amarc também.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem.

Eu queira agradecer aos nossos expositores. Foram importantes essas exposições, que serviram para nos balizar para que possamos entender um pouquinho mais o assunto, apesar de contarmos com um grande professor aqui, senhores, que é o Walter Pinheiro, mas estamos sempre aprendendo.

Obrigado a vocês pela oportunidade.

Quero dizer que esta nossa Comissão está sempre aberta também para sugestões. Eu costumo dizer que é ouvindo vocês que costumamos fazer as leis que realmente atendam aos anseios da população.

Obviamente, cada um dos Senadores tem a sua – entre aspas – “especialidade”, cada um é oriundo de um meio, mas é com essas audiências públicas que aprendemos muito. É ouvindo vocês, que são especialistas nesses assuntos, que aprendemos. A partir desses debates, podemos realmente caminhar e evoluir para fazer uma legislação que realmente atenda aos interesses do povo brasileiro.

Há um ponto que o Pedro colocou bem. Acho que nós temos que olhar muito isto: a descriminalização dessas rádios comunitárias. Realmente, o Brasil – esta informação eu obtive agora – é um dos poucos países onde isso ainda não ocorre. Há de se repensar isso. Esse é o nosso papel como Congresso Nacional, como Senadores.

Obrigado a vocês pela oportunidade. Obrigado aos Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quero só convidar o Senador Walter Pinheiro para a gente fazer uma foto com os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Está bom.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013

Às oito horas e vinte e três minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Sérgio Souza, Cícero Lucena e Osvaldo Sobrinho. Comparece à reunião o Senhor Deputado Federal Edinho Bez, Presidente do Grupo de Trabalho de Telefonia na Câmara dos Deputados. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino e Gim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº. 36/2013-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Walter Pinheiro e Angela Portela, que requerem a realização de audiência pública para debater o tema “INVESTIMENTOS E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (MÓVEL, FIXA E BANDA LARGA) – TECNOLOGIA 4G E GRANDES EVENTOS – REGULAMENTO DE CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA”. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Marcelo Barros da Cunha, Secretário da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do Tribunal da Contas da União (TCU); Danilo Doneda, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON); Antônio Carlos Fonseca da Silva, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal (MPF); Eduardo Levy, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL). Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Per-**

rella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de setembro de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. Comunicados da Presidência.

O Tribunal de Contas da União encaminhou a esta Comissão o Aviso nº 1.153, com cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 022.241, de 2010/8, que se encontra à disposição dos Srs. e das Sr^{as} Senadoras na Secretaria desta Comissão.

O mencionado processo teve por objetivo avaliar a legalidade de contratos de tecnologia e informação firmados entre os órgãos da Administração Pública Federal e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Esta Presidência informa ainda ao Plenário que recebeu, no último dia 11, a visita da Deputada venezuelana Miriam Perez, que veio compartilhar algumas informações sobre o funcionamento e a experiência da CCT e também nos apresentar ações em curso naquele Parlamento sul-americano. A Deputada é Presidente também da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados da Venezuela.

Dando início aos trabalhos desta audiência pública, a mesma é realizada em atenção ao Requerimento nº 36, de autoria do Senador Walter Pinheiro e da Senadora Angela Portela. Nela, debateremos sobre os investimentos e qualidade dos serviços de telecomunicações (móvel, fixa e banda larga), tecnologia 4G e grandes eventos, regulamento de celebração e acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta.

Temos, então, a honra de convidar para compor esta Mesa o Sr. Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Convidamos também o Sr. Marcelo Barros da Cunha, Diretor da 3ª Divisão Técnica da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Convidamos, ainda, o Sr. Danilo Doneda, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

E convidamos, ainda, o Sr. Eduardo Levy, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil).

Informamos que o Exmº Subprocurador-Geral da República, Sr. Antônio Fonseca, que é o Coordenador da 3ª Câmara do Ministério Público Federal, está a caminho.

Informamos ainda que o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), que também foi convidado, informou a impossibilidade de envio de representante.

Destacamos, oportunamente, que esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal que permitem aos cidadãos encaminharem perguntas e comentários aos nossos convidados e também aos Senadores.

Além do envio de perguntas e comentários pelo Alô Senado, no 0800-612211, qualquer cidadão pode acessar o portal do e-Cidadania pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, onde também irá acompanhar a transmissão, ao vivo, desta nossa audiência.

As mensagens serão submetidas a triagem, definida nos termos do uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou do mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade deste nosso debate.

Voltando agora ao tema desta audiência pública, é importante destacarmos, inicialmente, que, desde 2011, a CCT já realizou oito audiências públicas abordando telecomunicações e a qualidade dos serviços.

O assunto deve ser recorrentemente discutido, pois falamos aqui de serviços que atendem a praticamente toda a população brasileira e que também passam por frequentes evoluções tecnológicas, que exigem um constante acompanhamento fiscalizatório.

A insatisfação cotidiana do usuário comum é percebida, e a audiência de hoje procura trazer aqueles que podem, de alguma forma, esclarecer a esta Comissão a real situação desses serviços.

Merecem destaque também as 16 CPIs, estaduais e municipais, além de outras cinco em processo de aprovação e instalação. Tudo isso serve para nos alertar para o fato de que muita coisa ainda precisa ser feita, como o acompanhamento dos investimentos realizados e do cumprimento das metas por essas empresas. Por outro lado, quando houver o descumprimento de obrigações, as sanções aplicadas devem ser efetivas, pois essa é uma forma educativa e compensatória dessas infrações.

O ponto mais importante, que não podemos deixar de lado, é a real percepção do consumidor, pois de nada adiantará as empresas informarem sobre os investimentos realizados se continuarmos com essa insatisfação com a prestação do serviço.

As falhas injustificadas e recorrentes dos serviços não podem mais ser aceitas, devendo as empresas ofertar serviços de qualidade. Se, por um lado, registramos uma maior penetração dos serviços de telecomunicações em todas as camadas sociais, tendo o cidadão uma maior disponibilidade para o seu uso, também merece igual destaque o acompanhamento dos altos índices de reclamações e insatisfação desses usuários.

Em algumas audiências públicas aqui, o pessoal já explicou que essas reclamações, se for levada em conta a quantidade de usuários, de repente, ela não é tão grande assim. Este é um argumento das empresas, das teles, mas relembramos que, no ano passado, a Anatel promoveu, por meio de medida cautelar, a suspensão temporária da venda de novos acessos pelas operadoras, baseando a sua decisão no grande volume de reclamações desses usuários.

A CCT do Senado apoiou integralmente a medida e promoveu, desde então, várias audiências públicas sobre o assunto, onde a Anatel apresentou relatórios e também algumas informações. Precisamos continuar a acompanhar a evolução do assunto, e é oportuna a presença da Anatel para nos trazer também essas informações.

Por tudo isso, confere-se ainda maior importância à iniciativa dos Senadores Walter Pinheiro e Angela Portela, pois o tema não deve ser abandonado.

Assim, dando continuidade aos nossos trabalhos, informo que cada um dos nossos expositores terá o prazo individual de 15 minutos, sem prejuízo da necessidade de sua extensão. Ao final desse bloco, passaremos a palavra aos Srs. Senadores autores do requerimento e, em seguida, aos demais Senadores, na ordem de inscrição.

Durante o curso desta audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, apresentando comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Ouviremos, então, o Sr. Roberto Pinto Martins, Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Com a palavra, o Sr. Roberto Pinto Martins.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Bom dia a todos e a todas! Cumprimento o Senador Zeze Perrella, Presidente desta Comissão, e os Senadores autores do requerimento, Senador Walter Pinheiro e a Senadora Ângela Portela.

É sempre uma satisfação imensa para a Anatel participar deste debate que é tão presente no dia a dia das pessoas e que tem uma participação intensa tanto nas vidas das pessoas individualmente como no setor empresarial. E o setor de telecomunicações é uma infraestrutura absolutamente necessária ao suporte do desenvolvimento do País.

Eu preparei uma agenda, buscando tratar dos temas que foram colocados, mas não me vou deter nisso muito, porque só tenho cinco minutos.

Nós temos hoje um mosaico de legislações que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, afetam o setor de telecomunicações no País com a LGT, o Funttel e o Fust, associados a outras legislações, algumas buscando o incremento da produção e uma interface com o setor produtivo e com o setor de desenvolvimento tecnológico no País.

Nós pontuamos ali uma legislação que está em curso aqui, na Casa, no Congresso Nacional, que é a denominada Lei das Antenas. É um ponto ainda necessário para completar, vamos dizer assim, para dar mais um passo no sentido de tratar esse conjunto de legislações que, de uma forma ou de outra, afeta o setor de telecomunicações.

Todos nós conhecemos as nossas próprias experiências, os desafios que um país com a dimensão do Brasil nos propicia no sentido de levar telecomunicações para toda a população brasileira. Eu diria que nós começamos por um modelo que não podemos dizer que seja equivocado. É um modelo que eu chamaria de modelo *big-bang*, em que iniciamos isso pelas regiões de maior população. E, hoje, o que percebemos é que existe uma grande parte da população brasileira que ainda está desprovida mesmo daquelas telecomunicações mais básicas, como a telefonia. Nós já estamos, vamos dizer, na geração da banda larga, e boa parte da população brasileira ainda não dispõe desse serviço. A Anatel formatou um mecanismo, visando a levar essas telecomunicações às regiões mais dispersas do País.

Para a gente ter uma ideia do desafio que nos impõe essa próxima geração das telecomunicações – não é mais o futuro, mas é o presente –, eu chamaria a atenção especialmente para o fato de que, hoje, há o denominado Serviço Prestado em Regime Público no País, que encerra seus contratos em 2025. Esse Serviço Prestado em Regime Público, hoje, no País, é um serviço essencialmente de voz.

E o que é que todas as projeções mundiais estão dizendo? Estão dizendo o seguinte: se nós pegarmos a parte de mobilidade, voz é isto aqui nas redes de telecomunicações; o restante, daqui para cima, é transmissão de dados. Essa é uma projeção para 2018. Se

nós pensarmos que, no caso da telefonia, no caso dos ambientes fixos, nós temos uma transmissão de dados pelo menos dez vezes maior do que a transmissão de dados na área móvel, então, já temos uma ideia do que representará a área de voz na prestação de serviços e da robustez das redes de telecomunicações nos anos que estão por vir.

Como a Anatel tem tratado e acompanhado essa questão? Como a Anatel tem atuado nessa questão da qualidade no setor de telecomunicações? Nós usamos um monitoramento através dos indicadores de qualidade. Para cada tipo de serviço em que as pessoas atuam, há um conjunto de indicadores. Utilizamos também, para fazer esse acompanhamento, informações da Central de Atendimento da Agência. Fazemos ainda interações com entidades externas e, obviamente, um processo de fiscalização interna.

Na Anatel, para os quatro principais tipos de serviço – telefonia móvel, banda larga fixa, telefonia fixa e TV por assinatura –, há regulamentos específicos, e, nesses regulamentos, é embutido todo esse controle que nós denominamos de controle da qualidade para a prestação do serviço, monitorando a reação do usuário, o número de reclamações, os indicadores de rede, os indicadores de atendimento e, mais recentemente, também o que nós denominamos de pesquisa de satisfação dos usuários.

Bom, como o Presidente, o Senador Zeze Perrella, mencionou, no ano passado a Anatel estabeleceu um mecanismo em que foi suspensa a comercialização temporária da telefonia móvel e indicou para as empresas a apresentação de um plano que seria acompanhado trimestralmente pela agência, com indicações de investimento no triênio 2012/2014. Nós passaríamos a monitorar especificamente alguns indicadores, como o indicador de desempenho de rede.

Iniciou-se um aumento grande na central de atendimento da agência de reclamações de desempenho da rede móvel. Então, nós passamos a monitorar esses dois indicadores de conexão e queda de voz e dados. São dois indicadores absolutamente fundamentais. Trata-se daquele indicador em que o usuário tenta fazer a conexão e não consegue. Às vezes ele tem que ligar novamente uma vez, duas vezes. E também há casos em que ele consegue fazer a conexão, estabelece a conexão, e, no meio da conversa, a conversa cai, e você tem que acabar ligando novamente. Isso, inclusive, levou a Anatel a estabelecer, num outro regulamento, aquele intervalo de dois minutos entre uma chamada e outra para o mesmo destino, em que se passaria a concatenar essa chamada e se cobraria apenas por uma chamada, mesmo que houvesse uma interrupção.

Um acompanhamento de atendimento aos usuários, o número de reclamações dos usuários nas empresas e na Anatel e também um plano de investimento do triênio 2012/2014.

Bem, passando rapidamente, nós temos acompanhado trimestralmente esses indicadores para essas denominadas quatro maiores empresas que prestam serviço móvel no País. Nós estamos acompanhando essa taxa de acesso à rede de voz que tem como referência alcançar pelo menos 95% de sucesso. Enfim, vocês podem acompanhar o desempenho disso. Nós estamos agora, no início, talvez, do próximo mês, reportando de forma mais detalhada esse desempenho do quarto trimestre de acompanhamento.

Também temos a taxa de queda na rede de voz, que tem como meta ser menor, ser no máximo 2% da queda de sucesso. Percebe-se que a maioria das empresas está atendendo a isso em nível nacional. Acho importante fazermos essa referência porque a empresa, às vezes, pode cumprir um determinado desempenho em nível nacional, mas, quando vamos olhar, por exemplo, no Estado ou mesmo no Município, o gráfico pode ser bastante distinto deste.

A mesma referência nós temos para o caso da rede de acesso de dados, e aí, principalmente, estamos falando da rede de segunda e de terceira geração. Em alguns casos ainda estamos buscando a convergência em algumas empresas. Umas já alcançaram, outras ainda não.

E também o caso da queda, como referência menor ou igual a 5%.

Aí nós temos também um outro fator de acompanhamento, que são as reclamações na agência, reclamações estas relativas às redes do sistema móvel. Percebe-se aqui claramente que houve um pico de reclamações na época da cautelar, em agosto do ano passado, e, fazendo esse acompanhamento do que ocorreu ao longo deste ano, percebemos reduções, algumas um pouco mais expressivas, outras menos expressivas, chegando a 40% em alguns casos, para quem estava pior, obviamente, mas, na média, em torno de 15% no número de reclamações relativas à rede.

Essas empresas estabeleceram ou indicaram, digamos, para o atingimento, para alcançar as metas de qualidade, investimentos, neste triênio, de cerca de R\$30 bilhões. Esses investimentos se dariam na parte de aumento da quantidade de ERBs, de aumento da quantidade de *sites*, elementos de transmissão no *core* da rede, na parte central, aquilo que controla a rede, na parte de acesso de voz e dados, e também na instalação de fibras óticas, principalmente relativas aos elementos de transmissão.

O que nós fizemos para levar à população uma informação mais precisa e mais detalhada do acompanhamento dos resultados de desempenho das empresas? Eu sempre digo que as informações não podem ficar restritas ao ente regulado e ao ente regulador, elas têm de ser passadas para toda a sociedade. Então, a partir da terceira fase de avaliação, nós passamos a publicar no *site* da Anatel (www.anatel.gov.br, espaço do cidadão, telefonia móvel, e assim sucessivamente) a informação de todos os indicadores, detalhados, por empresa prestadora, e não mais aquelas quatro empresas, mas por todas as empresas prestadoras do serviço móvel pessoal, por Estado da Federação. Sendo mais preciso, por unidade da Federação e também por Município. Então, hoje, qualquer cidadão com acesso à internet, no seu Município, pode entrar no *site* da Anatel e acompanhar o desempenho de todas as empresas que prestam o serviço naquele Município.

Como eu disse, muitas vezes, a empresa pode ter um bom desempenho em âmbito nacional, mas isso não significa que ela tem o mesmo desempenho naquela localidade, naquele Município em que o cidadão mora. E o que importa para o cidadão, no fundo, é o desempenho da empresa no Município dele. Não importa se ela tem um bom desempenho nacional, mas é ruim no Município dele.

Bem, esse é o formato que utilizamos especificamente aqui, no caso do Distrito Federal, e como está distribuído, mas podemos utilizá-lo em todos os Municípios brasileiros.

Outro ponto importante...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – ... de que a Anatel vem tratando é a questão da aferição da qualidade da banda larga. A banda larga é um serviço que tem se mostrado cada dia mais importante, e hoje já há um reconhecimento de que o futuro das telecomunicações aponta para a banda larga. Então, a Anatel também estabeleceu mecanismos e dispositivos de aferição da banda larga com a medida da banda larga realizada pelos próprios usuários. Já iniciamos a divulgação disso em cinco Estados. No caso da banda larga móvel, em três Estados. E, até o final do ano, estaremos divulgando para todas as unidades da Federação.

Para os interessados, disponibilizamos também um medidor para dispositivos móveis. Esse medidor também foi desenvolvido pela empresa que está realizando essas medições para a Anatel, a EAQ.

O que estamos medindo? Estamos medindo a taxa de transmissão instantânea controlada – isso está nos regulamentos da Anatel – e a garantia da taxa média de transmissão. Estabelecemos um cro-

nograma em que as empresas terão que evoluir para o atingimento dessas metas. Também no caso dos indicadores de banda larga e de outros indicadores, com um cronograma para o atingimento dessas metas até novembro de 2014. Mas, repito, já estamos fazendo essa mediação e, em novembro deste ano, alcançaremos todo o País. Não são informações que as empresas nos encaminham, mas são informações coletadas em campo, analisadas e avaliadas.

Hoje à tarde, deve estar disponível o resultado dessa última medição. Trago aqui, antecipando o que será divulgado hoje, ou pelo menos parte do que será divulgado hoje, das medidas das velocidades instantâneas e das velocidades médias para banda larga fixa e também para banda larga móvel, e pintamos de vermelho aqueles casos e os Estados onde as empresas não alcançaram as metas almejadas.

Acho que vale a pena também a gente fazer referência a um dispositivo que a Anatel divulgou agora, recentemente – acho que no dia 13 –, que é o Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado. Eu chamo isso de mercado livre do atacado. Todas as empresas com poder de mercado significativo postam todas as suas ofertas em todas as localidades, e quem estiver interessado em adquirir qualquer uma dessas facilidades – torres, dutos, linhas dedicadas, interconexão e acesso local – pode acessar este *site* e fazer a sua encomenda. Esse é um grande avanço, e acredito que principalmente para as pequenas empresas, que tinham muita dificuldade de negociação com essas grandes empresas.

Também há o caso dos compromissos de abrangência da quarta geração. Nós fizemos, quase recentemente, um edital alocando a frequência de 2,5GHz para a operação em quarta geração e, assim como ocorreu com o caso da segunda geração, compromissos. Esses compromissos não são apenas compromissos de abrangência para implantação de tecnologia da quarta geração, mas também se estabeleceram compromissos de abrangência no sentido de levar as telecomunicações às áreas rurais do País. Até então, eu diria, as telecomunicações no Brasil estavam basicamente restritas às áreas urbanas. A área rural, devido obviamente a todas as dificuldades, era um ponto, uma dívida que, eu acho, o setor público do País tinha com esses moradores que não estão nas áreas urbanas.

Então, nós estabelecemos também um cronograma: até 30 de abril deste ano, os Municípios da Copa das Confederações; até o final deste ano, todos os Municípios da Copa do Mundo, e assim sucessivamente. Até maio do ano que vem, as capitais e Municípios com 500 mil habitantes, e assim sucessivamente. Até 2017, os Municípios entre 30 e 100 mil habitantes.

Também, dentro desse mesmo contexto aqui da quarta geração, foram estabelecidos compromissos de levar telecomunicações para aquelas áreas distantes até 30km das localidades-sede dos Municípios. E aqui nós estamos falando de 30km da borda das localidades-sede dos Municípios; 30%, portanto, até 30 de junho do próximo ano; 60% até o final do ano e 100%, ou seja, todo o País coberto até 30km de todas as sedes dos Municípios com telecomunicações.

Recentemente, aprovamos o que nós denominamos de atendimento Fora da Área de Tarifa Básica (FATB), que é exatamente o atendimento, vamos dizer, à área rural. Então, aqui nós temos a área de até os 30km, que será coberta por este edital, mas também estabelecemos o compromisso para as empresas, de que também têm de oferecer esse serviço para as demais áreas, ou seja, as áreas que distam acima dos 30km. E, provavelmente, nesta área que dista acima dos 30km, teríamos que usar tecnologias como a tecnologia satelital, por exemplo.

Também temos um edital anterior ao edital da 4ª geração, que é o compromisso da 3ª geração, em que 70% dos Municípios com população de 30 mil a 100 mil habitantes serão atendidos até 2013; 100%, até 2016. Quanto aos Municípios com população abaixo dos 30 mil habitantes, atendimento de 20% até 2013; 70% até 2016; 100% até 2019.

No que se refere à questão dos grandes eventos, a Anatel tem acompanhado essa questão de forma bastante assertiva e estabeleceu um conjunto básico de projetos pelos quais a agência vem tratando e acompanhando a implantação dessas facilidades para o atendimento dos grandes eventos, principalmente a Copa do Mundo, no próximo ano, e as Olimpíadas de 2016. Mas certamente todas essas facilidades não são aquilo que você constrói para um evento e é retirado; isto aqui é algo que certamente é permanente, e toda a sociedade brasileira usará essas facilidades, como o projeto de uso temporário do espectro; o projeto de fiscalização e monitoração; projeto de acesso a banco de dados e mobilidade; e o que nós denominamos aqui, extremamente interessante e oportuno, que é o projeto de infraestrutura crítica. Acho que, a partir da finalização desse projeto, que está previsto para o início do próximo ano, nós teremos um controle específico de todos os bens e equipamentos que compõem a infraestrutura crítica deste País: onde estão, os principais gargalos, os locais em que precisamos ter maior atenção. Esse sistema está construído de tal maneira que nós podemos ter informações inclusive sobre elementos como as Estações Rádio Base das operadoras e o acompanhamento do que está acontecendo em cada uma delas.

Falando especificamente sobre a questão do Termo de Ajustamento de Conduta, trata-se de um instrumento que já está previsto na legislação brasileira há mais de 20 anos, quando foi aprovado o Código de Defesa do Consumidor. Algumas instituições são mais pró-ativas na elaboração desses Termos de Ajustamento de Conduta do que outras. A Anatel, acho que tem sido bastante tímida na elaboração desses compromissos, embora já tenha realizado esses compromissos no passado. Outras agências são bastante mais ativas no firmamento desses dispositivos. Recentemente – não tão recentemente, há mais de dois anos –, começamos a nos dedicar mais especificamente a essa questão. Desde então, elaboramos uma proposta que foi à consulta pública, um regulamento específico para esse tema. Essa proposta foi à consulta pública, retornou da consulta pública e hoje está ainda em avaliação na agência. Não se levou ainda o seu termo ao Conselho da agência. Nossa expectativa é que em pouco tempo isso chegue ao Conselho e o Conselho avaliará a oportunidade e a conveniência da publicação de um regulamento que trate especificamente do regulamento para celebração e acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta. Certamente existem temas que a agência trata e que são perfeitamente aderentes a esses propósitos de ajustamento de conduta.

Bem, Sr. Presidente, era essa a minha participação inicial nesta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Roberto Pinto Martins.

Vamos passar agora a palavra para o nosso segundo orador, o Sr. Marcelo Barros da Cunha, que é Diretor da 3ª Divisão Técnica da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com a palavra o Sr. Marcelo Barros da Cunha.

O SR. MARCELO BARROS DA CUNHA – Obrigado, Sr. Presidente. Em nome do TCU, eu agradeço o convite para a participação nesta audiência pública.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que o Tribunal de Contas da União conta em sua estrutura com unidades especializadas no controle da regulação de setores de infraestrutura, a exemplo do setor de telecomunicações. Então, o TCU, há mais de 15 anos, tem desenvolvido em sua equipe conhecimentos e *expertise* necessários para avaliar a atuação das agências reguladoras, não somente nos seus atos de gestão como também na atividade finalística de forma avaliar se as agências têm tido efetividade na execução dos fins para as quais foram criadas. Nesse sentido, contamos com uma secretaria especializada nos setores de transporte e com

outra, da qual sou o titular, responsável pelos setores de energia e de comunicações.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o TCU não busca, de forma alguma, se sobrepor a uma agência reguladora ou a indicar quais caminhos devem ser adotados por uma agência reguladora. Em verdade, o que fazemos é uma avaliação dos diferentes momentos em que ocorre a atuação do regulador; avaliamos se a atuação da agência tem se pautado conforme seus objetivos e a legislação e regulamentos em vigor. Nesse sentido, atuamos, a exemplo, na fase de outorga, acompanhando licitações para concessões de serviço público. No caso da Anatel, nós acompanhamos as licitações de radiofrequência, a exemplo das licitações do 3G e do 4G, aqui já citadas pelo Dr. Roberto, como também, na fase de execução contratual, verificando como a agência executa a fiscalização dos contratos de concessão ou dos termos de autorização de prestação de serviços, bem como o desempenho do regulador. Nesse sentido, o Tribunal faz uma avaliação da regularidade da legalidade da atuação, da transparência com que se deve pautar uma agência reguladora e também da efetiva melhoria na prestação do serviço, que é o fim efetivo da agência.

Portanto, cabe ao TCU a fiscalização da agência reguladora e não substituí-la com uma fiscalização direta sobre empresas concessionárias.

Nesse sentido e tratando sobre o tema de qualidade das telecomunicações, o TCU fez, no ano de 2005, mediante solicitação da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, uma ampla auditoria sobre como a Anatel vinha regulando a qualidade na prestação do serviço. Esse requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor era fundamentado na grande quantidade de reclamações ou na percepção dessa grande quantidade de reclamações de consumidores quanto à qualidade na prestação do serviço. Nesse sentido, a auditoria avaliou os três grandes pilares com os quais se estrutura a regulação da Anatel sobre a qualidade do serviço, sendo eles a regulamentação do serviço, a fiscalização do cumprimento dos requisitos de qualidade impostos pela regulamentação, bem como a aplicação de sanções e a efetividade da aplicação de sanções pela agência, momento em que se constata um descumprimento desses requisitos de qualidade.

De forma geral, foi verificada a existência de lacunas na regulamentação da qualidade, muito no sentido de que, à época, a Anatel pautava seus regulamentos com requisitos técnicos e não considerava a percepção de qualidade da ótica do usuário. Nesse sentido, havia a percepção do usuário de problemas

em assuntos como tarifação, cobrança ou erros em faturas de serviço.

Também foram verificadas fragilidades no processo de fiscalização e oportunidade de melhoria nas metodologias utilizadas na fiscalização da Anatel, bem como verificamos a falta de efetividade na aplicação de sanções, baseada, à época, de forma muito forte, na aplicação de multas por meio dos processos administrativos da Anatel, chamados de PADOs, que levavam um tempo excessivo para a sua conclusão e, muitas vezes, também, na aplicação da multa, não se verificava o recolhimento da multa ou se verificava um excesso de instâncias de recurso no âmbito da agência. Eu vou detalhar mais à frente a questão da sanção especificamente.

No âmbito dessa auditoria, ainda no ano de 2006, o Tribunal proferiu o Acórdão nº 2.109, em que fez determinações à Anatel de que apresentasse uma proposta de revisão dos seus processos, de regulamentação da qualidade, incorporando os padrões e as exigências de qualidade na ótica do usuário; que desenvolvesse uma revisão dos seus processos de fiscalização de metas de qualidade; bem como a reformulação dos seus processos sancionatórios. Nesse sentido, o Tribunal recomendou a adoção de medidas alternativas à aplicação de multas, a exemplo das medidas cautelares que, à época, eram timidamente aplicadas pela agência, como um método mais efetivo de buscar fazer com que as empresas aderissem às metas de qualidade da agência; bem como foi recomendado à agência que formulasse um plano para melhorar o nível de educação dos usuários do serviço quanto aos seus direitos e requisitos de qualidade. Nesse sentido, também recomendamos que a Anatel atuasse quanto ao atendimento que é prestado pelas empresas aos usuários, especificamente quanto à demora de atendimento nos *call centers* das empresas; bem como que buscasse acompanhar em tempo real as reclamações efetuadas pelos usuários e a solução dada pelas operadoras.

Entre os anos de 2008 e 2012, o Tribunal fez o monitoramento – esse é o nome do processo de fiscalização no qual o tribunal verifica o cumprimento, a implementação das determinações e recomendações que ele profere em seus acórdãos – e, à época, por meio do Acórdão nº 1.864, de 2012, ou seja, no primeiro semestre do ano passado foi proferido esse acórdão, em que se constatou ainda um baixo grau de cumprimento das determinações do Tribunal, na medida em que havia uma demora excessiva na Anatel em conseguir implementar mudanças em sua regulamentação, de forma que se avaliou que o avanço na melhoria da qualidade no atendimento aos usuários

ainda era tímido. Nesse sentido, o Tribunal proferiu novas determinações e recomendações à Anatel, especificamente alertando à Presidência da Anatel e ao seu Conselho Diretor para que atuasse de forma mais pró-ativa na implementação das medidas que vinham sendo propostas, muito porque, por vezes, em algumas dessas medidas, verificava-se a atuação da área técnica da Anatel, mas uma demora para a aprovação e deliberação no Conselho Diretor da agência dessas medidas de melhoria na regulação da qualidade. Também foram reiteradas determinações e recomendações do acórdão anterior.

Nesse ano de 2013, nós fizemos um novo monitoramento quanto ao cumprimento dessas recomendações e determinações sobre regulação da qualidade que, no momento, não foi julgado pelo Tribunal. Ele se encontra com o Ministro Relator, Ministro Augusto Sherman, aguardando sua apreciação e deliberação pelo Tribunal. Esse monitoramento trará um novo retrato, um retrato atualizado sobre o nível de implementação dessas recomendações e determinações.

Quanto, especificamente, ao processo sancionatório da Anatel, eu gostaria de ressaltar o que foi achado nessa auditoria da qualidade, no sentido de que se verificou que muitas das medidas e ações de repressão às infrações pelos prestadores de serviço não estavam apresentando a efetividade necessária. Isso porque se constatou, à época, ausência de critérios para fixação de valores de multas.

Então, em muitos casos, verificou-se, na auditoria de 2005, a aplicação de multas inferiores ao valor do investimento necessário ao cumprimento da meta requerida. Verificou-se, como eu já havia ressaltado, pouco uso de medidas alternativas, a mera aplicação de multas, bem como se verificou a necessidade de providências para aumentar a tempestividade da Anatel na apreciação de seus processos administrativos.

Demandaram-se, com isso, também, providências à Anatel que garantissem que a materialidade das sanções aplicadas correspondesse à materialidade dos investimentos que não haviam sido realizados no descumprimento de uma meta de qualidade.

Ainda nesse sentido, sendo a aplicação de Termos de Ajustamento de Conduta um dos temas dessa audiência pública, eu gostaria de ressaltar que o TCU ele não fez nenhuma determinação ou recomendação específica quanto ao uso dos TACs. Na época dessa auditoria da qualidade, nós recomendamos especificamente o uso de cautelares, mas não avaliamos o uso ou a possibilidade de uso de TACs pela Anatel.

É verificado, também, que, em outras agências reguladoras nas quais o TCU realiza a sua fiscalização, os TACs têm sido usados, mas também não con-

tamos com uma avaliação sobre a efetividade do uso desse instrumento.

Também gostaria de ressaltar que o TCU não participa do processo de elaboração de regulamentos, de forma que não caberia ao TCU proferir uma avaliação sobre o uso ou adequação de uso do Termo de Ajustamento de Conduta durante o processo de formulação desse regulamento no âmbito da Anatel. Desse modo, o TCU não participou e não tem opinado sobre o regulamento do TAC.

Quanto à implantação da tecnologia 4G em cidades envolvidas nos grandes eventos esportivos, o Dr. Roberto já, aqui, apresentou os requisitos, os compromissos de abrangência que haviam sido inseridos no edital da licitação do 4G, ocorrida no ano passado, em que foram considerados, inclusive na elaboração do preço mínimo daquele edital, os investimentos que as empresas deveriam fazer na implementação desses compromissos de abrangência.

Isso é importante ressaltar porque, portanto, o preço mínimo com o qual a licitação do 4G foi realizada já considerava os investimentos que as empresas deveriam realizar no âmbito desses compromissos de abrangência, e o Tribunal, em sua análise da licitação, avaliou o estudo econômico-financeiro que fundamentou a licitação e verificou a questão desses compromissos de abrangência sobre o seu cálculo.

É importante ressaltar que não cabe ao TCU verificar se os compromissos de abrangência têm sido cumpridos ou não. Esse é um papel da agência, conforme também ressaltado pelo Dr. Roberto. A Anatel deve verificar a implementação desses compromissos de abrangência e o cumprimento dos prazos determinados para cobertura das cidades-sedes da Copa do Mundo e outras cidades, conforme o cronograma estabelecido no edital.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO BARROS DA CUNHA – E ao TCU competirá analisar a atuação da Anatel nessa fiscalização.

Ainda quanto à Copa do Mundo, o TCU realizou um trabalho de levantamento, no ano passado, sobre a aplicação dos recursos destinados pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo à Anatel, especificamente para os grandes eventos esportivos, para a Copa do Mundo. A Resolução-Gecopa 8, de 2012, destinou o valor de R\$170 milhões para investimentos da Anatel nos projetos que já foram também apresentados na apresentação anterior.

O Tribunal teve a preocupação em fazer um trabalho específico quanto a esse recurso, considerando que se trata de um recurso para investimento muito

superior ao que a Anatel vinha recebendo em seu orçamento nos anos anteriores. Nós fizemos um levantamento para conhecer as ações e a aplicação desse recurso. Nosso levantamento revelou, principalmente, a falta de tempestividade na formulação e na proposição do uso desses recursos.

Já se sabia que o Brasil seria sede da Copa do Mundo desde 2007. Porém, somente em 2012, houve a efetiva destinação de recursos para a Anatel de forma que ela pudesse fazer os investimentos necessários para fiscalização das telecomunicações durante a Copa e, nesse sentido, os projetos que são de relevada importância para garantir o correto funcionamento das telecomunicações na Copa.

O Tribunal, nesse processo, também recomendou que a agência atuasse com maior publicidade, com maior transparência na aplicação dos recursos, colocando, em seu sítio na internet, o andamento das ações da Copa, bem como exigiu que o Conselho Diretor tomasse uma posição mais pró-ativa também no acompanhamento das ações realizadas no âmbito das superintendências da Anatel, visando a correta implementação dos projetos da Copa a tempo da realização do evento.

Ressalto, ainda, que o Tribunal, em relação à Copa do Mundo, também tem acompanhado a aplicação de recursos pela Telebras, que teve uma destinação de R\$200 milhões para a construção de redes voltadas à Copa do Mundo, bem como pelo Ministério das Comunicações, que também recebeu recursos para pagamento de prestação de serviços de telecomunicações no âmbito da Copa.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Barros.

Vamos passar a palavra, agora, para o Sr. Eduardo Levy, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil).

Com a palavra, o Sr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Obrigado. Bom dia a todos.

Dando início à apresentação, um eslaide ficou, por acaso, perdido na minha apresentação, mas não vou deixar de falar sobre esse eslaide do marco civil para a questão da preservação da privacidade do cidadão brasileiro: muitos provedores, hoje, leem o conteúdo de e-mails para fazer venda de publicidade, o que, dentro da legislação brasileira, é absolutamente ilegal.

Vamos, então, aos temas da audiência. São seis temas. Eu vou começar com qualidade de serviço, mostrando uma matéria que foi exibida no Jornal Nacional, da Rede Globo, no dia 16 de maio.

O crescimento do setor está muito acelerado. Eu acho que é o setor que mais cresce, o que tem maior taxa de crescimento: telefonia móvel, em 2013: 4%; banda larga fixa, 12%; TV por assinatura, 15%, e banda larga móvel, 48% de taxa de crescimento.

Os nossos investimentos estão na faixa de recorde histórico. Nós, em 2012, fizemos um investimento de R\$25,8 bilhões e, já no primeiro semestre de 2013, fizemos um investimento maior do que no primeiro semestre de 2012, ano em que tivemos um recorde. Nós estamos investindo a uma taxa de R\$68 milhões por dia.

Todas as localidades brasileiras com pelo menos 100 habitantes já têm hoje serviço de telefonia fixa. Roberto Pinto comentou a respeito das escolas com banda larga, as escolas rurais: o Brasil tem hoje mais de 65 mil escolas conectadas à internet de alta velocidade, com acesso gratuito até 2025. A fonte que está ali é a Telebrasil. Qualquer um pode acessar o site www.telebrasil.org.br, lá, todas essas 65 mil escolas estão registradas, georreferenciadas, com nome da escola, com o endereço da escola, a empresa que a atende e a velocidade a que está sendo prestado o serviço.

Talvez um dos eslaides mais importantes para nós: fala sobre 110 milhões de acessos em banda larga no Brasil. Mais de 40% dos acessos em banda larga no País foram ativados nos últimos 18 meses, o que se configura uma verdadeira revolução digital no País. E a velocidade média da banda larga fixa já vem crescendo permanentemente. A última média apurada pelo Netindex, que faz a medição da banda larga, é de 7,3 megabits por segundo. E 96% da velocidade de *download* contratada são entregues segundo as medições feitas pela Anatel.

O Brasil já tem hoje 3.414 Municípios com cobertura de banda larga móvel 3G. Talvez seja ainda muito pouco para os 5.570 Municípios que o Brasil tem, mas as obrigações que as empresas tinham para abril de 2013 eram de 928 Municípios. Nós já estamos com 3.414, muito acima da nossa obrigação, cobrindo aproximadamente 90% da população brasileira.

O Brasil tem hoje 267 milhões de celulares com um mercado altamente competitivo. O Brasil é um dos poucos países que tem quatro grandes operadoras de celular com praticamente o mesmo *market share* para todas elas. Consequência disso e consequência da tecnologia que sempre está em renovação: o preço médio do minuto caiu já a uma base de R\$0,15 por minuto – é o que nós estamos praticando hoje – e, em consequência, a quantidade de minutos por usuário tem crescido – cresceu 45% de 2008 até hoje.

O brasileiro, em que pese nós sempre acharmos que o nosso serviço é caro, paga, em média, R\$19,30 por mês, o que significa, segundo o IBGE, que 1% da

renda média brasileira é para pagar o celular – R\$19,30 sobre uma renda média de R\$1.820,00. Além disso, ainda vamos ter uma redução significativa da tarifa de interconexão, que deve cair 62% entre 2011 e 2015.

Mesmo assim, apesar disso tudo, o Brasil lidera o *ranking* da maior carga tributária da América Latina. Um trabalho feito pela Deloitte e apresentado num seminário mostra o Brasil com mais de 35% de impostos sobre o custo total do uso do celular.

Nos últimos 12 meses, pelo menos três Estados da União aumentaram seus impostos sobre telecomunicações: o Amazonas passou de 25% para 30%; Mato Grosso, de 30% para 32% e, infelizmente, Senador Walter Pinheiro, a Bahia também aumentou o ICMS sobre o serviço de celular de 27% para 28%. Pelo menos, entre esses três Estados, é a menor taxa. Mas, em nenhum momento, nenhum Estado reduziu um só ponto percentual nos impostos que incidem sobre os serviços de telecomunicações, muito menos naqueles serviços de banda larga popular, que oferecemos a R\$35,00 com impostos ou R\$29,00 sem os impostos.

Mesmo assim, naquilo que trata das empresas, pelos dados do Banco Central, medidos entre 2000 e 2013, apesar de o IPCA ter chegado a 83,7%, o telefone fixo subiu 74% e o telefone celular subiu 59%. Então, nos preços dos serviços que são ali regulados, o de telecomunicações está bem abaixo do IPCA, sendo que o de telefone celular é o mais baixo de todos.

E o Brasil tem uma infraestrutura em que a telefonia é o segmento mais bem colocado no relatório de competitividade de 2014 do Fórum Econômico Mundial. Transporte Aéreo. Aqui temos as cores dos países. Roxo é África do Sul, amarelo é Índia; vermelho, China; azul, Rússia, e a bandeirinha brasileira. Os senhores observam que, entre transporte aéreo, portos, ferrovias e estradas, em comparação com telecomunicações, em que pese não sermos os primeiros colocados entre os BRICS, estamos muito mais bem colocados no relatório do que nas demais infraestruturas existentes no País.

A Anatel aprovou os planos de melhoria de qualidade, está acompanhando os resultados em função do que o próprio Roberto Pinto comentou a respeito da paralisação das vendas em abril de 2012, e nós temos a última avaliação trimestral mostrando que, de quatro indicadores, dois indicadores que são de acesso e dois que são de queda, o único indicador em que não estamos em verde ainda é o indicador de acesso à rede de dados, que é muito próximo da meta, praticamente alcançada.

Mesmo assim, estamos tendo que conviver com o crescimento de 109% de tráfego de dados em *smartphones* e 216% de crescimento de dados em *tablets* no ano de 2012.

As medições de banda larga mostram que as prestadoras cumprem metas estabelecidas – foi mostrado pelo Roberto de uma forma diferente. Em relação à velocidade instantânea, à média e à disponibilidade, todas as empresas cumpriram. Na transmissão instantânea, 83% das medições estão dentro da meta e, na transmissão média, 100% das medições estão dentro da meta.

Atendimento ao usuário. As empresas estão desenvolvendo uma série de novas ações, com a criação de novos canais, através de totem e acesso de serviço via *web*; avaliação da satisfação dos clientes em 100% dos contatos; revisão e melhoria do *layout* da fatura para facilitar o entendimento – nossa fatura é extremamente complexa –; simplificação dos planos de serviço para facilitar o entendimento, tudo isso baseado no foco da transparência, que é praticamente a mesma visão que todas as quatro móveis têm.

Nós temos aumentado o índice de acordo em audiências e junto ao PROCON e temos feito revisão de todo o passivo e elaboração de cartilhas que são distribuídas dentro do PROCON.

Como o Senador Zeze Perrella falou aqui na sua abertura, nós sempre dissemos que a análise de quantidade tem que levar em consideração a enorme quantidade de clientes. É muito difícil comparar uma empresa que tem 20 mil clientes com uma empresa que tem 70 milhões de clientes.

A complexidade da nossa conta telefônica. A nossa conta não é como uma conta de água ou de luz, em que vem um dado simples. Na média, uma conta de celular tem seis páginas, com 420 registros. Hoje, 20% dos nossos clientes são pós-pagos: 20% de 250 milhões, que sejam, vezes seis páginas vezes 420 registros é o total de pontos que cada cliente pode observar na sua conta e que pode gerar uma dúvida e, consequentemente, uma possível reclamação.

Mesmo assim, nós tivemos uma queda de 10% das queixas sobre cobranças no mês de junho de 414 reclamações por um volume de um milhão de clientes. Isso, em junho de 2013, reclamações recebidas no *call center* da Anatel.

Quanto ao que nós comentamos sempre a respeito da relativização da base, que seria a única forma de fazer análises precisas, trouxe um dado da Sita, que fala sobre o *report* das malas perdidas. A primeira coisa que nos assusta é a quantidade de malas extraviadas no mundo. Mas não importa. Quanto ao total de passageiros em bilhões, em 2012, apesar de ter havido um número maior de bagagens perdidas nos anos, houve uma redução do número de bagagens por passageiros voados, que foram extraviados.

É esse o dado no qual sempre insistimos, mostrando que, como o serviço cresce muito rápido no Brasil, proporcionalmente é o que precisamos medir. Num serviço que cresce 48%, como é o de dados móveis, se o número de reclamações crescer 20%, por exemplo, cresceu a metade da velocidade da sua própria base. E isso tem de ser levado em consideração.

Mesmo assim, o setor de telecom, através de informações dadas pelo PROCON, resolveu mais de 80% das cartas de informações preliminares expedidas no PROCON. Quando alguém chega ao PROCON, este emite uma correspondência, e, no caso de telecom, temos resolvido 80%.

Esse é um copo meio cheio, meio vazio, porque, se nós conseguirmos resolver a grande maioria no primeiro contato do PROCON com as empresas significa que, se aprimorarmos o nosso atendimento um pouco mais, vamos ter uma resolução muito mais rápida do que hoje.

Temos, hoje, 220 mil pessoas, trabalhando nos nossos *call centers*.

A pesquisa de satisfação, outro item do dia de hoje que fala sobre a audiência, mostra que, de acordo com a pesquisa feita pela Anatel, 62% dos clientes dos serviços pré-pagos estão satisfeitos; 8,3% se dizem insatisfeitos com o serviço. A pesquisa com 200 mil usuários também mostrou que 75% dos clientes de pré-pagos estão satisfeitos com o serviço de banda larga móvel, assim como 62% dos clientes de banda larga fixa residencial estão satisfeitos com a velocidade do acesso; 79% dos clientes estão satisfeitos com a qualidade das ligações.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA

– E eu achava que estava correndo.

Bem, vamos falar sobre a implantação da tecnologia de 4ª geração. Os três produtos mais desejados pelos brasileiros são o *tablet*, o *notebook* e o *smartphone*. O crescimento de dados por usuário no Brasil de *tablet*, em 2012, foi de 216%; o *smartphone*, 109%; e, em 2017, 72% do tráfego móvel será em vídeo, o que, antes, era zero.

O crescimento de dados móveis no Brasil crescerá 60% ao ano até 2017. Ele crescerá mais de dez vezes em cinco anos. Para fazer frente a isso, nós precisamos, principalmente no caso de banda larga, de antenas. A única forma que nós temos de atender à demanda com qualidade é através da antena. Toda vez que houver uma queda de ligação ou a ausência de sinal em um determinado ponto, isso é caracterizado pela ausência de uma antena, ou ausência de um sinal que alcance essa área amarela aqui.

Cada vez que aumenta a demanda – e tenho demonstrado o quanto a demanda tem crescido –, nós precisamos colocar mais antenas numa mesma área geográfica. Essas antenas são menores, com potência menor.

De qualquer forma, na frequência com que recebemos para uso no Brasil, de 12,5GHz – essa frequência é considerada mais alta –, o alcance da antena diminui, ou seja, a infraestrutura necessária é maior ainda para uma mesma demanda. Tanto o aumento da demanda, como a adoção de frequências mais altas necessitam de mais infraestrutura.

Nós calculamos em torno de 10 mil novas antenas em 2013 a serem instaladas, quando o Brasil tem aproximadamente 62, 63 mil antenas. Também todas as antenas estão colocadas no *site* do www.telebrasil.org.br, georreferenciadas, com o endereço e o nome da empresa que está atendendo àquele local.

As antenas estão cada vez menores. O impacto visual nas cidades está sendo minimizado. O limite de exposição à radiação é regulamentado por uma lei federal de 2009. Esta lei federal segue os padrões da OMS, que diz claramente que não existe evidência científica que causem efeitos adversos à saúde – a questão dos celulares.

O prédio da OMS, em Genebra, tem antenas em seu topo, assim como o escritório regional da OMS em Washington. O instituto, que é uma agência internacional para pesquisa do câncer, ligada à OMS, classificou os campos do celular de riscos à saúde igual ao café que tomamos, ou ao uso de talco para crianças. A probabilidade de causar câncer é menor do que luz solar – infelizmente, tenho bastante conhecimento sobre isso.

As antenas estão cada vez menores, e a legislação brasileira, apesar disso, não faz qualquer distinção. Mais de 250 leis estaduais e municipais restringem a implantação de antenas, e a única forma de melhorarmos o serviço e atendermos a demanda é implantarmos mais antenas. Não há saída.

Aliás, o próprio Senado aprovou, de uma forma bastante célere, ao final do ano passado, a Lei Geral das Antenas, no âmbito do Senado. Ela está em andamento na Câmara dos Deputados.

Eu quis trazer um exemplo bastante marcante. Nós contratamos um parecer técnico de uma consultoria, em maio de 2013, pelas discussões que estávamos tendo no Estado do Rio Grande do Sul, particularmente em Porto Alegre.

Em Porto Alegre, diante das restrições ali impostas, a cobertura fica severamente comprometida: 88% da área urbana de Porto Alegre possui impedimento de implantação e manutenção de antenas. Tivemos que retirar, por força de mandatos judiciais, de ações

na justiça, antenas de determinadas áreas da cidade de Porto Alegre.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA

– Precisamos ter solução para isso.

Em grandes eventos, fizemos a cobertura *indoor* nos seis estádios da Copa das Confederações. Atendemos a todos eles com a mesma tecnologia utilizada em Londres. Fizemos um projeto único para o estádio e pedimos 120 dias para implantá-lo nesses estádios.

Toda a cobertura é *indoor*. Esse aí é o exemplo do estádio de Brasília, de como ele é feito. Está aqui o estádio de Brasília, toda a área, 250m², dos equipamentos colocados pelas empresas. Todos ali, na época da instalação, e recebemos os prazos solicitados de 120 dias para fazer a implantação.

Então, quando houve um comentário sobre há quanto tempo sabemos que vai acontecer a Copa das Confederações, aconteceu ou vai acontecer a Copa do Mundo, tivemos 47 dias para fazer toda a implantação no estádio, como o Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro.

Fotografias, ali. Tivemos que cercar as salas dos equipamentos, em função do alagamento que estava havendo. Aqui é a entrada da sala. Colocamos antenas para cobertura dos camarotes. Detalhes das antenas em toda a cobertura. Todas essas antenas estão colocadas no estádio de Brasília, que é o exemplo aqui, dentro dos vestiários. Trabalhamos com 720 pessoas, instalamos 216 antenas. Dos seis estádios que faltam para formarmos os doze da Copa do Mundo, só dois estádios estão em situação verde; um estádio, em vermelho; e dois, em amarelo.

Estamos, pelo menos com a experiência que nós tivemos... E contamos até com o apoio do Senador Perrella, quando estivemos aqui, discutindo sobre Belo Horizonte, na época da Copa das Confederações. Estamos com um problema grande em São Paulo para resolver, mas acreditamos que vamos conseguir fazê-lo, à semelhança do que já fizemos, mas, se tivermos um prazo muito pequeno, teremos a qualidade comprometida.

Em Termos de Ajuste de conduta, queria apenas dar alguns exemplos aqui. Tivemos uma prestadora multada em quase R\$2 milhões, por não conseguir instalar o acesso individual numa aldeia onde o cacique não queria os telefones e não deixou que eles fossem instalados.

O não cumprimento da meta nos trouxe uma multa de R\$1,9 milhão. Tivemos outro exemplo de que um indicador teria de ser atendido com 65%. Esse indicador, quanto maior, melhor. A empresa apresen-

tou resultado de 70,11%, e a fiscalização da Anatel observou que não era 70,11%, mas 69,10%, ou seja, continuava acima da meta, mas tinha sido colocado em desacordo com o resultado, e nós fomos multados em R\$22 milhões. Estão aqui anotados os dois PADOs correspondentes a isso.

Precisamos, sim, avançar, porque temos hoje, no caso de telecomunicações principalmente, muitas que têm os exemplos que apresentei, esses dois exemplos. É claro que isso não é o dia a dia, mas são exemplos gritantes. Entretanto, na média, o setor de telecomunicações tem muitas extremamente vultosas. Por isso, precisamos ter um Termo de Ajuste de Conduta, a fim de conseguirmos ter proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica e, principalmente, poder transformar aquilo em que as empresas não estejam em conformidade com o estabelecido no regulamento em benefício do cidadão, melhorando o padrão daquele ponto.

Mais uma vez, falamos, como sempre, do que o setor de telecomunicações faz no País, o quanto ele é essencial, singular, porque não tem substituto, e estruturante, pois quanto mais ele cresce, menos custos ele gera ao Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Eduardo Levy.

Passaremos a palavra agora ao Sr. Danilo Done-da, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

Com a palavra o Sr. Danilo Doneda.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONE-DA – Muito obrigado, Senador. Bom dia! Gostaria de agradecer em nome da Secretária Nacional do Consumidor, Juliana Pereira da Silva, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na figura do Senador Presidente Zeze Perrella. Gostaria de cumprimentar os Senadores Walter Pinheiro e Angela Portela pela oportuna e tempestiva convocação da reunião de hoje e fazer menção ao fato de que a motivação da audiência figura já um tema que é tônica da nossa preocupação, da Senacon, um setor de telecomunicações, que é a percepção da qualidade real, da percepção real dos serviços pelos consumidores, com base nas legítimas expectativas criadas pelo setor, pelo mercado, pela publicidade, pela forma como os serviços são ofertados ao consumidor e pelo serviço, de fato, do qual o consumidor usufrui.

Enfim, temos um trabalho que vem desenvolvendo-se com bastante eficácia nos últimos meses, referentes a setores regulados. Como os senhores sabem, os setores regulados correspondem à franca

maioria das reclamações de consumidores brasileiros diante dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Nessa perspectiva, a Senacon e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que a Senacon organiza e coordena, vêm elegendo, desde março deste ano, setores regulados com uma meta estratégica, um *hall* estratégico de trabalho, no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de regulação, no âmbito da inserção de temas de critérios de parâmetros e defesa do consumidor, instrumentos típicos regulatórios, como a produção normativa das agências reguladoras e ministérios competentes, como é também o fortalecimento de instrumentos de análise de Pacto Regulatório, que prevejam e introduzam elementos de proteção ao consumidor nessa perspectiva regulatória.

Isto é, tendo em vista a grande incidência de reclamação de consumidores em mercados regulados, verificamos que é muito mais importante neste momento não tratar desses problemas meramente sob o ângulo patológico, isto é, no momento em que isso deságua em uma reclamação efetiva, em um processo em um órgão qualquer do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor ou mesmo, pior ainda, no Judiciário.

É estratégico, é muito mais relevante, principalmente no longo prazo, trabalhar no momento em que o problema se estrutura, no momento em que o problema é pela primeira vez posto, isto é, no momento da produção normativa regulatória e, posteriormente, no acompanhamento e monitoramento das soluções regulatórias e sua efetiva aplicação e reflexos na vida do consumidor.

Nesse sentido, o Plandec, que é o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 15 de março deste ano, introduz como um dos seus eixos principais o eixo de consumo e regulação. E, dentro desse eixo, um dos trabalhos principais de que tratamos, evidentemente, é sobre o setor de telecomunicações.

O setor de telecomunicações, dentro dos indicadores do mercado de que dispõem a Senacon e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, é um setor que apresenta, historicamente, uma proeminência bastante acentuada. Atualizando os números, dentre os assuntos mais demandados nos PROCONS brasileiros – dados do Sindec, do primeiro semestre de 2013 –, temos quatro temas de telecomunicações dentre os doze mais demandados: o 1º, absoluto, é o setor de telefonia fixa; o 3º, telefonia móvel; o 7º, TV por assinatura, e o 12º, serviço de internet.

Mudando o eixo da análise para os fornecedores mais demandados no primeiro semestre de 2013, verificamos que, das quinze primeiras posições, sete

são ocupadas por empresas de telecomunicações: 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 14º e 15º lugares.

Esses números traduzem o quê? Reclamações que eventualmente tenham se transformado em processo ou não, mas reclamações de consumidores que fisicamente se dirigiram aos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. No caso da estatística, especificamente a PROCONS de todo o Brasil, interligados ao nosso banco de dados.

Em relação aos números, é necessário lembrar também que eles não correspondem ao número absoluto de problemas. Já foi feita menção nesta Mesa a enormes números. Deve-se tratar com cuidado essa menção, porque números enormes também desaguiariam de uma projeção dessas reclamações ao número dos consumidores que tiveram problema e não tiveram oportunidade, muitas vezes por problema de tempo ou por problemas pessoais que aflige a todos – todos nós sabemos disso –, não tiveram a possibilidade de reclamar efetivamente diante de um órgão de defesa do consumidor. Então, deve-se, nesse sentido, levar em conta que os números do Sindec refletem uma parcela das reclamações reais que os consumidores efetivamente poderiam ter desafogado por outros canais, por outros meios.

Aliás, um tema que é de importante preocupação e trabalho na Senacon é a estruturação de novos instrumentos para que o consumidor tenha oportunidade de fazer valer as suas queixas e fazer ouvir sua voz.

Dentre os temas abordados por esta reunião, gostaríamos de nos ater principalmente ao tema da qualidade, considerando que é o tema mais diretamente afeito ao nosso trabalho cotidiano, ao nosso trabalho estratégico; e, de uma forma subsidiária ou tangencial, outros temas aqui tratados que têm a ver diretamente com modernizações e aplicações que irão desaguar na qualidade – entendemos que esse é o objetivo último da atuação regulatória – estarão aqui representados.

Nesse sentido, a Senacon vê com muito bons olhos a reestruturação que vem sendo feita na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no sentido de incluir a proteção do consumidor literal e organizacionalmente como um dos elementos organizacionais principais, como uma superintendência.

Vimos também com muito bons olhos a atuação recente, nos últimos anos, do Tribunal de Contas da União, no sentido de trazer à tona alguns problemas crônicos que a atuação do regulador e do próprio Governo brasileiro vêm tendo em relação aos desafios imensos da regulação do setor.

Também estamos muito atentos a algumas iniciativas. Cito aqui, em especial, representando várias outras, a consulta pública levada pela Anatel sobre o

chamado Racoc (Regulamento de Atendimento, Cobrança e Oferta a Consumidores de Telecomunicações), levada a cabo no primeiro semestre deste ano, cujos resultados devem ser apresentados muito em breve.

Esse regulamento representa uma primeira condensação, por assim dizer, de vários temas que interessam diretamente ao cotidiano do consumidor, reconhecendo que o cotidiano do consumidor tem uma especificidade que pode, sim, ser abordada do ponto de vista do regulador. Os resultados e eficácia dessas medidas nos interessam e são objeto de uma preocupação muito grande por parte da Senacon.

Indo diretamente ao tema da qualidade, a nossa percepção, através do trabalho de vários anos acompanhando o setor de telecom com base em dados do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, do Sindec e da interação com órgãos de defesa do consumidor nacionais, com os reguladores e com as próprias empresas do setor privado é de que o que se afigura como problema de qualidade é, na verdade, uma série de problemas com várias origens, de várias gênesis. Daí até a própria dificuldade em especificarmos o que é um problema típico de qualidade, porque muitas vezes o que transpassa ao consumidor como problema de qualidade, na verdade, pode ser uma falsa expectativa criada, inculcada à sua pessoa por conta de uma oferta malfeita, de uma oferta, digamos, que falhou em apresentar as reais características de um produto ou serviço; muitas vezes é resultado de um problema de cobrança, que fez com que o consumidor imaginasse estar pagando por algo diferente do que ele efetivamente recebe.

Então, em uma primeira análise, a nossa compreensão do problema do tema da cobrança é uma verificação compreensiva, isto é, ela abrange vários pontos que vão se afigurar para o consumidor como problema de qualidade. Isso é muito importante porque, se estamos falando de real expectativa e dos efeitos reais sentidos pelo consumidor e não propriamente de índices que metodologicamente podem servir a várias formas, essa percepção do consumidor é tremendamente importante para que possamos fazer um elenco virtuoso dos problemas que efetivamente vão ser configurados como problemas de qualidade.

Vou aqui, rapidamente, especificar alguns problemas que, muitas vezes, são percebidos como problemas de qualidade. Vejamos na cobrança. Por exemplo, a complexidade de regras tarifárias, a complexidade de pacotes de serviço – principalmente na telefonia e ainda mais em serviços oferecidos através de combos – é tremendamente alta, e a grande variedade de opções dada ao consumidor muitas vezes acaba acobertando o que de fato ocorre, que é a real impossibilidade de o

consumidor ter uma ideia muito clara dos critérios que estão originando sua cobrança.

Faço uma pergunta a qualquer cidadão brasileiro e, inclusive, aos presentes nesta sala: quem de vocês sabe quanto, efetivamente, paga por minuto de telefonia? Quais de vocês saberiam dizer o que de fato precisariam mudar em termos de hábitos de uso da telefonia celular, para que sua conta seja 20% menor ao final do mês?

Imagino que algumas pessoas possam ter uma ideia disso, mas essas ideias, acreditem, são muito pulverizadas, e poucos consumidores brasileiros têm uma ideia muito clara do que efetivamente estão pagando pelo uso concreto que fazem do celular.

É claro que a complexidade do setor é um óbice a que isso aconteça de forma real, mas essa complexidade poderia ser vencida com instrumentos que reconhecessem esse problema e facilitassem ao consumidor uma ideia mais clara do porquê estão pagando, quanto estão pagando e como poderiam pagar menos, se fosse o caso.

Outro problema muitas vezes sentido como cobrança tem a ver com a cobrança de serviços não solicitados e integrados à conta. Como foi verificado aqui, a complexidade e até mesmo o tamanho da conta muitas vezes dificultam a identificação desses serviços integrados em conta.

Juntamente com a cobrança e a dificuldade da compreensão da composição tarifária, verificamos na nossa experiência e no nosso trabalho que a informação ao consumidor é um tema fundamental para que a sua percepção da qualidade seja minimamente fiel à realidade. Isto é, já falei que é grande a variedade de pacotes; a dificuldade em estabelecer um critério para tarifação dos serviços é muito grande; aqui, trago outro ponto em relação ao direito de informação do consumidor, que é o seguinte: é muito difícil para o consumidor brasileiro hoje em dia realizar uma efetiva, real comparação entre planos de serviços de telecomunicações de diferentes empresas e, muitas vezes, dentro da mesma empresa.

Aqui, digo o seguinte: a complexidade de planos oferecidos em pacotes faz com que seja muito difícil ter uma ideia efetiva e concreta sobre se vale a pena para o consumidor passar para uma empresa rival e se aquilo que é a utilização média, razoável dele durante o mês naquela outra empresa vai custar mais ou menos. Digo isso nem entrando nos critérios referentes à qualidade, que muitas vezes são percebidos pelo consumidor por uma experiência pessoal, pelo boca a boca, e não por índices. O mercado brasileiro está léguas aquém de mecanismos de comparação, de comparabilidade de qualidade e de tarifação que

permitam ao consumidor tomar uma decisão racional, baseada em dados sobre qual serviço é mais adequado às suas finalidades.

Há experiências estrangeiras. O Ofcom britânico tem inclusive incentivado o setor privado a realizar *benchmarkings*, estudos comparativos desse tipo. Acreditamos que um passo fundamental para o amadurecimento do mercado brasileiro seja realmente participar de experiências desse tipo.

Em relação à qualidade, por assim dizer, que poderíamos chamar de qualidade no sentido estrito, os dados do Sindec apontam várias questões percebidas diretamente pelo consumidor como problemas de qualidade e ponto: ausência de sinais em dispositivos móveis; bloqueios indevidos por razões, às vezes, aleatórias. Um problema crônico que inclusive motivou ação da agência reguladora de forma incisiva recentemente foi a oferta além da capacidade de rede, isto é, a proliferação de promoções que visam a abocanhar uma fatia de mercado, mesmo em regiões onde problemas crônicos de infraestrutura sugerem, mesmo a olhos poucos treinados do ponto de vista técnico, que aquela oferta não vai poder ser honrada de forma efetiva. Por fim, uma reclamação muito grande e frequente tem a ver com a diferença da percepção da velocidade da internet com aquilo que é efetivamente contrato.

Volto ao tema em breve, porque, além desses temas que já são diagnosticados e concretos no nosso banco de dados, é necessário lembrar, mencionar também que o trabalho que vem sendo feito em regulação aponta para perspectivas que incluem uma preocupação constante e muito atenta que a Senacon vem tendo sobre novas movimentações no ambiente regulatório e que dizem respeito a vários pontos. Por exemplo, a convergência no setor de telecomunicações sugere a metamorfose de vários serviços fornecidos com infraestruturas diversas, lógicas diversas, regulamentos diversos para um afunilamento desses vários serviços e uma estrutura única em métodos regulatórios e até mesmo regulamentos unificados.

Foi essa experiência que a Anatel procurou claramente abordar na sua última reestruturação, mas verificamos também que uma solução ou uma medida que transparece, que já é visível no discurso que vem junto à convergência, é também da relativização do próprio conceito do serviço fornecido sob o regime público, que, como os senhores sabem, é um serviço que tem metas de qualidade, de universalização, de capilaridade, enfim, várias metas que podem ser muito mais diretamente aferidas e cobradas pelo regulador em relação àqueles serviços oferecidos sob o regime privado.

Nós da Senacon não vemos essa relativização como um mal absoluto, um mal em si; apenas verificamos que a própria convergência de vários serviços e também alguns fatos que são óbvios... Hoje em dia, grande parte da universalização e do acesso, até mesmo da população menos favorecida, aos serviços de telecomunicações é feita através de serviços fornecidos sob regime privado, e não público. Esse é um dado de fato, um dado da realidade. O que nós queremos é que essa modificação do próprio mercado – por razões técnicas, acompanhadas de razões regulatórias – não seja acompanhada de um menor cuidado com qualidade e universalização também no serviço fornecido sob o regime privado. Verificamos que esse é um ponto com o qual o regulador tem-se preocupado, isto é, o estabelecimento de metas de qualidade para serviço sob regime privado. Mas imaginamos que há muito a fazer nesse sentido e que não pode haver, simplesmente, de forma alguma, uma diminuição dos direitos, no sentido de que menos cidadãos são atendidos pelo serviço público e o serviço privado não aumenta, conseqüentemente, suas garantias e não estipula, também, as metas de qualidade respectivas.

(Soa a campanha.)

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA

– Outro ponto que, para nós – vou tomar somente mais dois ou três minutos, Senadores –, é muito relevante e tempestivo, hoje em dia, é o tema de neutralidade de rede referente aos serviços de internet.

Sob o ponto de vista do consumidor, entendemos que os serviços de internet são neutros, são, como se diz muitas vezes em tecnologia, agnósticos em relação ao conteúdo, ao tipo de pacote de informação que transpassa a rede de comunicação fornecida, que é denominada de internet.

O princípio fim a fim, *end to end*, é o princípio subscrito na gênese, na estruturação da rede e todas as expectativas de consumidores foram formuladas lentamente e consolidadas no sentido de entender, de contratar, de receber o serviço de internet como um serviço tecnologicamente neutro.

Nesse sentido, a Senacon é muito atenta ao fiel cumprimento do princípio das regras de neutralidade, recepciona de forma muito efusiva as discussões referentes à implementação de princípios, referentes à neutralidade na legislação atual e, também, além de ao tema da neutralidade, está muito atenta à questão da velocidade – aqui, eu volto ao tema a que eu me referi brevemente –, primeiro, porque velocidade da internet é um tema que é muito presente em reclamações de consumidores nos PROCONs e, nas nossas análises últimas, nós temos verificado que a velocidade oferta-

da não pode ser uma mera quimera, uma mera meta a ser alcançada, ocasionalmente, em alguns horários, e ela significa algo. A velocidade ofertada significa algo, tanto é que somente a velocidade máxima é ofertada. Outras velocidades estão presentes, inclusive em regulamentos da Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, mas são velocidades mínimas, médias, e o não conhecimento do consumidor, efetivamente, de que há velocidades mínimas e de que ele está sujeito, pelo regulamento da agência reguladora, a uma velocidade que pode ser muito, mas muito menor do que aquela pela qual ele exerceu a opção de compra é um dado que, para nós, é muito relevante.

Então, ao passo que as medições são muito bem vistas, de velocidade, os critérios para a sua verificação, entendemos que se o consumidor não tiver ciência desses valores, esses valores vão de pouco servir, sob o ponto de vista dele e do fato – há até um próprio eslaide, recentemente mostrado – de que algumas operadoras oferecem velocidade média e até velocidade máxima superiores àquela ofertada, velocidades médias razoavelmente maiores do que a média dos seus componentes.

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA

– Vejam bem, o consumidor – só um instante – não usa esses pontos como critério para definição de sua opção de compra. Então, o que nós entendemos disso? Que não vale a pena para uma empresa oferecer uma velocidade média melhor porque o consumidor nunca vem a saber disso.

Então, queremos que o mercado translate os efeitos da boa concorrência, da concorrência virtuosa, para o favorecimento da proteção do consumidor com mais informação.

Ditos esses pontos, entendemos ainda ser relevante este último ponto em que quero tocar hoje: que outra medida, que muitas vezes é mencionada, hoje em dia, que é o corte da velocidade, muitas vezes abrupto após atingir uma franquia de dados, seja, no mínimo, informada ostensivamente ao consumidor. Por quê? Do que adianta ter redes velocíssimas, 4G, quando as franquias de dados dos consumidores brasileiros são, muitas vezes, muito baixas e quando, muitas vezes, os valores pagos pelo, vamos dizer, volume de dados fornecido “a granel” após a ocorrência do *data cap*, de a franquia de dados ter atingido o seu limite, são muito caros, fazendo com que aquele único critério que, muitas vezes, ofereceram ao consumidor para a compra, que é a velocidade máxima, seja um critério, no fundo, secundário? De que adianta ter uma velocidade máxima da ordem dos milhares de bytes por segundo se o

meu *data cap* é tão pequeno a ponto de não poder ter uma utilização média razoável do serviço?

Veja bem, a Senacon não vê com desconfiança o estabelecimento de velocidades diferenciadas e cobrança diferenciada. Nada disso. Mas qualquer redução dessa velocidade tem de ser proporcional à velocidade contratada. A nosso ver, tem de ser razoável, isto é, não inviabilizar a utilização razoável da internet, não gerar custos excessivos ao consumidor e tem de ser claramente conhecida.

Peço perdão pelo tempo em que eu avancei e era isso que a Senacon queria trazer para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Danilo Doneda.

Passamos, então, a palavra, como último expositor, para o Ex^o Subprocurador-Geral da República, Sr. Antônio Fonseca.

Com a palavra, o Sr. Antônio Fonseca.

O SR. ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Ex^{mo} Sr. Senador Zeze Perrella, na pessoa de quem eu agradeço e saúdo toda a Mesa, todos os presentes à mesa, também agradeço, em nome da 3^a Câmara do Ministério Público Federal e do Procurador-Geral, Rodrigo Janot, a gentileza do convite para compartilhar, aqui com os senhores, a experiência do Ministério Público Federal nesse setor tão importante para o consumidor.

Ex^{ma} Sr^a Senadora Angela Portela, Senador Walter Pinheiro, senhoras e senhores, o setor de telecomunicações, hoje, representa um setor bastante caro aos órgãos de defesa do consumidor, caro em dois sentidos: caro no sentido do apreço que nós damos pelos valores que esses serviços veiculam, mas, sobretudo, caro no sentido de que os consumidores primeiro recorrem ao PROCON, ao Ministério Público e, depois, têm o seu serviço resolvido, em grande parte, pelas operadoras. É como se as operadoras transferissem aos órgãos públicos ocupados com a defesa do consumidor aquela responsabilidade que é própria delas.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade e dizer para esta Casa: ficaríamos muito felizes se, no futuro, nós pudéssemos ter audiências públicas mais focalizadas, por quê? Porque o volume de problemas é muito grande, a resposta que esta Casa tem dado, o esforço é muito apreciável, mas, cada vez mais, nós percebemos a necessidade de afinar essa atuação, de articular – quanto mais articulada, melhor.

Aqui, nós temos dois ou três órgãos de controle, TCU, Ministério Público, temos também a própria Anatel, que, de algum modo, também executa controle e, sobretudo, esta Casa, que, melhor do que ninguém, tem os recursos à mão para poder desenvolver da

melhor forma a cobrança a esse setor para melhoria do serviço.

Então, eu diria que, se pudéssemos pensar em foco, eu pensaria em cinco itens.

O primeiro item: investimentos em tecnologia. Então, só esse ponto seria objeto de uma audiência pública. Agora, se poderia, então, se aprofundar mais.

Temos o problema do... Quando falamos em investimentos, falamos em tecnologia, falamos em contingenciamento de recursos, em como esses investimentos estão sendo feitos, em como podem ser melhorados.

Nesse ponto de investimentos, existe um maior elemento político: até onde o investimento deve ser compartilhado pelo Poder concedente, pela União, no caso, ou até onde deve ser compartilhado pelas empresas privadas.

A gente percebe que, ao longo dos anos, as falhas do serviço foram muito em decorrência da insuficiência de investimentos.

Outro ponto é o desempenho das operadoras, que envolveria qualidade e que envolveria a análise de indicadores.

É preciso ter muito cuidado com essa parte, porque, muitas vezes, a estatística esconde falhas, e o homem comum e até mesmo os órgãos de defesa do consumidor, que nos estão muito afeitos, terminam aceitando uma regularidade, quando, na verdade, é preciso fazer muitas coisas.

Aí, eu quero dizer o seguinte: eu sinto muito a falta das operadoras. As operadoras não prestam contas de público. Parece-me que as operadoras são... Todos os problemas das falhas do serviço são repassados para a voz da autoridade reguladora. Está errado!

Vejam bem, existe uma dificuldade, às vezes, de se trabalhar com esse item, porque se diz: "Olha, acontece o seguinte: regulação é regulação, não, necessariamente, é uma intervenção permanente e as empresas precisam cuidar da sua vida." Não, não é bem isso. Precisamos separar as coisas.

O setor regulado é um setor que é desenvolvido, é claro, pela iniciativa privada, mas é um setor desenvolvido sob a franquia do Estado. Então, a União diz: "Telecomunicações serão exploradas direta ou indiretamente pela União."

Então, é perfeitamente legítimo se chamar, aqui, a operadora para ela ser avaliada, para poder se explicar para os seus clientes nesta Casa, que tanto representa os eleitores.

Com a questão da qualidade, quando a gente discute indicadores, é preciso ter muito cuidado, porque, muitas vezes, você tem um indicador... A Anatel diz o seguinte: "A operadora cumpriu o indicador, cumpriu a meta ou cumpriu um percentual bem alto."

É preciso discutir o seguinte: será que esse indicador adotado pela autoridade reguladora não foi bastante tímido? Será que não é o momento para se ousar mais e se exigir mais em termos de indicadores?

Então, só com uma análise mais focalizada podemos discutir, com mais proveito para os consumidores, esse item.

O terceiro item: planejamento e governança. Isso inclui, também, transparência, ver como está hoje e ver o futuro. Aí, nós temos que ver o padrão de administração da própria operadora, até onde a autoridade reguladora, no contexto da regulação, contribui para o melhoramento do desempenho, do planejamento e governança da própria operadora.

Novamente, pode-se dizer: "Não, mas isso aí é problema privado da operadora." Não. O setor é desenvolvido sob a franquia do Estado, do Governo, do Estado representado pelo governo do dia.

Então, é importante exigir que se avalie a qualidade do gerenciamento daqueles recursos nas mãos da iniciativa privada, com o propósito de gerar serviços de qualidade e a preços competitivos.

O quarto elemento é competição.

Nós sabemos que competição é fundamental. É fundamental porque é um preceito fundamental da Constituição – está lá no art. 170, está também nos Princípios da República –, mas, sobretudo, é também da proposta da LGT que a autoridade reguladora deve zelar para introduzir, sempre que possível, mais competição. Então, como está o setor em termos de competição?

Aí, nós temos que, novamente, focalizar e tratar disso com mais profundidade. Não é apenas uma referência com que a gente vai ficar satisfeita. Talvez fosse o caso de ser o momento de discutir a LGT e a questão de divisão em serviços públicos e privados, com impacto na competição.

Será que esse modelo estabelecido lá atrás, será que ainda é o caso de se manter esse modelo?

Quinto elemento: regulação.

Na análise mais demorada, como colocou aqui o TCU, sempre se observam fragilidades, lacunas, falta de efetividade, se observa a necessidade de se melhorarem critérios da regulação.

Eu sempre disse que, infelizmente, nós não somos zelosos nessa área. Precisamos melhorar. E gosto de lembrar que, nos Estados Unidos, existe o código de regulação federal, uma espécie de CLT, em cada setor. Se eu quiser, por exemplo, saber a CLT da regulação na área de agrobusiness nos Estados Unidos, tenho condições de acessar, com maior rapidez, do que no meu País. Então, isso é uma deficiência. Já dei essa sugestão ao PRO-REG na Casa Civil, e me propus,

através da 3ª Câmara, a contribuir para que possamos ter também um código completo. Não é apenas uma coleção de resoluções, mas é ter isso tudo, uma espécie mesmo de CLT, ele seria detalhado. Seria pegar o que tem e depois transformar aquilo numa CLT da regulação em vários setores.

Por que isso é importante? Por várias razões. Primeiro, porque dá mais transparência à regulação. Segundo, permite aos órgãos de controle, também aos órgãos de defesa do consumidor e a esta Casa, sobretudo, contribuir para a melhoria das boas práticas regulatórias. Esse é um propósito, uma diretriz estratégica, por exemplo, da 3ª Câmara, mas ainda nós precisamos avançar, tendo em vista a falta de recursos.

E eu diria que todos esses cinco elementos... Como poderíamos melhorar esses cinco elementos? Nós já temos, no nosso sistema jurídico, uma Lei de Acesso à Informação. Isso contribuiu; como instrumento legal, contribuiu.

Recentemente, foi editada a lei de responsabilização das pessoas jurídicas. Só vai entrar em vigor em fevereiro, mas eu chamo a atenção para o quê? Para um item dessa lei: o art. 7º, inciso VIII, é um incentivo a que todas as empresas possam ter o seu programa de ética e *compliance*. Isso é algo muito comum na Europa e nos Estados Unidos. Temos que fazer um esforço enorme para que todas as empresas possam ter seu programa de ética e *compliance*. Por quê? Porque nasce, dentro da própria empresa, o compromisso pela responsabilidade social de melhorar o serviço, de desenvolver um serviço, do ponto de vista técnico, do ponto de vista ético, em conformidade com a estrutura jurídica em vigor.

A esse propósito, nós sugerimos, recentemente, à Casa Civil, que vai regulamentar essa parte da lei, que, no seu regulamento, incentivasse a que as autoridades reguladoras pudessem, nos seus regulamentos de sanções, por exemplo, reproduzir o espírito da lei, isto é, aquela operadora, no momento em que vai ser sancionada pela autoridade reguladora, possa ser beneficiada caso ela tenha um programa de ética e *compliance* com efetividade. Então, isso é uma forma de incentivar.

E também, é claro, nós sugerimos que todas as empresas do Governo sejam, no futuro próximo, munidas desse programa.

(Soa a campanha.)

ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA – Mas lembro ainda que nós precisamos, para melhorar todos esses elementos, da lei do *lobby*, que foi recentemente retirada, mas vem agora um novo projeto. Esperamos que isso venha completar esse conjunto de leis.

Lembro também da lei geral das agências. Agora o projeto foi renovado, acho que poderia ser bastante melhorado, tendo em vista essas leis mais recentes.

Causou-nos surpresa o fato de que detectamos que as agências reguladoras, no seu instrumental legal, não estão aparelhadas para fazer a intervenção para a adequação do serviço público. Isso ficou muito claro numa recente lei na área do setor energético: em função da necessidade de intervir numa distribuidora de energia elétrica, foi preciso acrescentar as ferramentas necessárias a fim de permitir que a Aneel pudesse realizar essa atuação.

Eu percebi que, de modo geral, as agências reguladoras no Brasil, como autoridades reguladoras, não têm o instrumental necessário para fazer a intervenção para a adequação do serviço naquelas situações, por exemplo, de administração temerária, para citar a expressão que está, por exemplo, na lei do Banco Central – o Banco Central talvez seja a única autoridade reguladora que conta com esse instrumental necessário.

A Lei das Antenas também ajudará muito na contribuição da qualidade, porque todos os Municípios, com sua autoridade local, têm uma possibilidade de interferir, por isso uma lei federal precisa vir o mais rápido possível.

Ainda somos fracos quando avaliamos a qualidade do serviço, o desempenho, a eficiência do serviço.

Lembro, por exemplo, que, na Inglaterra, a MMC (Monopoly and Mergers Commission) é um órgão que faz, por exemplo, auditoria de eficiência. Talvez o TCU faça um pouco de auditoria de eficiência, mas a grande diferença é que a auditoria de eficiência que eles fazem lá tem um foco em quem presta o serviço, e nós sabemos que o TCU tem uma limitação: ele se ocupa com a autoridade reguladora, que é quem desenvolve a política pública federal.

Então, precisamos melhorar em todos esses aspectos, até mesmo para saber o seguinte: o que acontece com as empresas que não atingem as metas? É multa? Bem, e a multa é suficiente? Aí vem a questão, agora, do Termo de Ajustamento de Conduta. Percebi que, na Anatel, existe divergência interna a respeito de como formatar esse Termo de Ajustamento de Conduta.

Minha impressão, até agora, é de que, do ponto de vista dos órgãos de defesa do consumidor, existe uma desconfiança nessa proposta do Termo de Ajustamento de Conduta. Quando fui abordado algumas vezes, pude deixar algumas coisas bastante claras. O Termo de Ajustamento de Conduta existe para corrigir alguma coisa que está errada. Então, é impróprio Termo de Ajustamento de Conduta para dar mais segurança jurídica. Mais segurança jurídica, eu meloro as boas práticas regulatórias, meloro a legislação, meloro

a regulação. O Termo de Ajustamento de Conduta é para corrigir.

Então, o que eu tenho dito? As diretrizes gerais para estabelecer um Termo de Ajustamento de Conduta já constam da lei de ação civil pública. Portanto, em princípio, a autoridade reguladora não precisaria de mais. Mas se diz que a autoridade reguladora, com um regulamento ou, diria, com esse TAC, esse Termo de Ajustamento de Conduta, regulado pela própria agência, daria mais incentivo, criaria um ambiente mais confortável para que mais Termos de Ajustamento de Conduta pudessem acontecer.

Bem, o que acontece é o seguinte: se existe algo errado no campo da regulação, é esperado que a autoridade reguladora já conte com instrumentos adequados para corrigir.

À parte essas considerações, eu diria que um Termo de Ajustamento de Conduta, um regulamento precisa ser flexível. Precisa ser flexível porque é do próprio Termo de Ajustamento de Conduta que exista um espaço para negociação, e aí vem a parte mais complicada: negociar o quê?

Bem, eu diria assim: talvez você tenha, de um lado, um passivo de multas. Do outro lado, você tem uma questão patrimonial de imóveis que, ao longo do tempo, não tiveram bem definidas suas propriedades. E, de outro lado ainda, há a questão da qualidade do serviço. Então, é importante, do ponto de vista do consumidor, o que a sociedade vai dar em troca de melhor qualidade, e aí é preciso que eu tenha uma compreensão muito clara dos problemas, dos problemas do Norte, do Sul, do Nordeste, porque os problemas não são iguais em todas as regiões. Em alguma região eu preciso, por exemplo, de mais fibra ótica.

Então, para estabelecer o Termo de Ajustamento de Conduta, primeiro, acima de tudo, preciso saber o seguinte: corrigir o quê? O que está errado? Vou trocar o quê? Aí tem que se fazer uma ponderação de interesses.

Nós somos mestres em Termo de Ajustamento de Conduta. Diariamente, o Ministério Público Federal está fazendo isso. Sim, porque hoje, num ambiente maduro, o Termo de Ajustamento de Conduta tem um espaço extraordinário para alcançar mais resultados no âmbito das políticas públicas federais. Mas, acima de tudo, portanto, essa ponderação de interesses deve se desenvolver dentro de um jogo ganha-ganha, não somente uma parte ganha e a outra perde.

O grande problema todo nesse tabuleiro é saber o seguinte: o que o consumidor vai perder e o que ele vai ganhar, e o mesmo do outro lado, o que ele vai perder e o que vai ganhar. Se essas coisas, se esses

termos não ficarem bem claros, é melhor que o Termo de Ajustamento de Conduta fique lá escondido.

Não tenho problema algum, já estou maduro o suficiente para ganhar tranquilidade em negociar, inclusive no âmbito público. Mas isso precisa ser feito bastante às claras, e muitas vezes os órgãos de defesa do consumidor não têm clareza do que ele vai perder e do que vai ganhar, ou se ele estará pagando duas vezes, seja como consumidor – aquilo que ele pagou pela conta –, seja como contribuinte – aquilo que eventualmente o Poder concedente, a União, a Fazenda Pública vai colocar em termos de investimentos para melhorar a qualidade.

Enfim, trocar multas por investimentos é possível? Eu tenho de... Tudo bem, eu acho que é até possível, mas é preciso que fique isso bastante claro, e a falta de clareza talvez tenha gerado certa desconfiança no meio dos órgãos de defesa do consumidor – e confesso que a 3ª Câmara é um órgão de defesa do consumidor e de regulação econômica e ordem econômica. Então, até que estamos muito bem abertos para avaliar, do ponto de vista da regulação econômica, quais os benefícios e quais os sacrifícios que são impostos aos consumidores na hora de um Termo de Ajustamento de Conduta ser estabelecido.

Depois, há aquele problema: se a autoridade reguladora não tem sido efetiva na cobrança das multas e no cumprimento dos resultados, será que vai ser num novo Termo de Ajustamento de Conduta, que é um novo negócio? Então, essa clareza precisa ser estabelecida.

Por fim, tem-se observado que a carga tributária é um peso que complica bastante a qualidade dos serviços públicos. Bem, somos um país sacrificado em termos dos gargalos de infraestrutura. A sociedade já começa a perceber que pode perder o bonde do desenvolvimento, mas já temos clareza de que a carga tributária não é o problema todo, não é o problema maior. É parte do problema, como também é parte do problema a ausência de reforma política, tendo em vista que os grandes projetos sempre exigem uma composição de mercado e de governo.

Temos de colocar isso bastante às claras, na medida em que caminhamos como sociedade para atender demandas sempre crescentes da sociedade. As ruas mostraram isso recentemente, e temos de enfrentar o dilema da escassez, como ocorre em todas as economias.

Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade de abordar essas questões, que são tão caras aos consumidores de modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Dr. Antônio Fonseca.

Feitas as exposições, vamos passar a palavra agora aos autores do requerimento.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Zeze Perrella, Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, que tem realizado inúmeras audiências públicas para discutir, para debater, para tomar conhecimento de como se tratam as comunicações do nosso País, o acesso à banda larga, à telefonia. Enfim, são inúmeras audiências que temos realizado aqui nesta Comissão, buscando conhecer e esclarecer essas questões tão importantes para o nosso País, a universalização do acesso à internet, à telefonia. É um direito da população brasileira, que hoje não se discute mais como algo secundário. É primordial o cidadão brasileiro ter acesso a uma internet rápida, de qualidade, ter acesso a uma telefonia que lhe gere um grau de satisfação.

Mas eu gostaria de cumprimentar também todos os participantes desta audiência pública. Ouvimos com muita atenção a explanação de cada um. Na nossa fala, eu gostaria de destacar uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que seria muito interessante que estivesse aqui presente para também falar desses estudos, dessas pesquisas realizadas. Certamente, esclareceria muitos dados de pesquisas apontadas aqui.

Essa pesquisa, que foi também confirmada por um instituto norte-americano, Akamai, demonstra que a internet banda larga no Brasil é cara, lenta e restrita. Para se ter uma internet rápida na casa de um brasileiro, ele paga em média US\$28,00 por mês. Isso representa 4,5% da renda *per capita* do País.

Nos Estados Unidos, o valor é de apenas 0,5% da renda *per capita* do americano. Mas a pesquisa mostra também que a velocidade média é pouco mais de um megabit por segundo, 93% menor do que a velocidade média da Coreia do Sul, que está liderando o *ranking*.

Há também a mesma pesquisa mostrando a comparação de preços e a qualidade da banda larga em seis capitais brasileiras. A grande queixa se refere à variação da velocidade, porque a maioria das empresas só se compromete a entregar o percentual mínimo de conexão, e os contratos preveem que a velocidade máxima ofertada em cada uma das faixas pode ser de até 10% da indicada.

Então, eu pergunto, diante dessa situação, ao representante da Anatel aqui. Nós contamos com o Plano Nacional de Banda Larga, lançado pelo Governo brasileiro, que promete serviços rápidos e mais baratos. Por que um atraso tecnológico dessa dimensão? Nós sabemos que as diferenças entre os serviços prestados no Sul e Sudeste e no Nordeste e na Re-

gião Norte, na Região Amazônica são gritantes. Está sendo feita alguma coisa para reduzir essas diferenças regionais, esse distanciamento tão grande na oferta às regiões? Está sendo feita alguma coisa para diminuir esse distanciamento, para diminuir a completa situação de exclusão digital que vive a Região Amazônica, a Região Norte?

Em relação ao percentual mínimo de conexão entregue, seria possível adotar medidas que estimulem a concorrência entre essas operadoras? Se não, se deveria haver mudanças nos compromissos assumidos pelas empresas? Por que oferecer só o mínimo indicado?

A outra questão também para a Anatel. Uma revista de circulação nacional publicou recentemente um documento que foi entregue ao Conselheiro da Anatel Marcelo Bechara, e esse documento enumera algumas reivindicações à empresa. Acho que foi a empresa Oi. Está lá o papel timbrado da Oi, e nesse documento consta que a Telebras, por solicitação da Oi, assumiu a internet banda larga, a oferta do serviço na Região Amazônica, porque a Região Amazônica, segundo o documento, é inviável economicamente para exploração de internet banda larga.

Eu pergunto: a Anatel dispõe de informações que confirmam ser inviável à empresa privada ofertar banda larga nessa região? A operadora confirma também se isso é verdadeiro, se reivindicou da Anatel a saída da oferta de serviço da Região Norte, sugerindo que a Telebras assumisse a prestação desse serviço na região?

Esses são os questionamentos que eu gostaria de passar para a Anatel.

Para o Danilo, eu gostaria de perguntar em termos de distribuição. A desigualdade de acesso à internet é gritante. Todos nós sabemos, e foi muito bem colocada aqui, entre as classes sociais, entre as regiões e entre os Estados. Sobre o meu Estado mesmo de Roraima, temos dados do IBGE, pesquisados no final de 2011, e a população de Roraima que utiliza a internet é de 48%, enquanto a do Distrito Federal é de 71%. Os estudantes da rede pública que têm acesso à internet representam 68% em Roraima, enquanto no Distrito Federal chegam a 83%. Então, são diferenças gritantes entre Estados e entre as regiões.

Pergunto se existe alguma ação para combater essas desigualdades.

Gostaria de me dirigir agora ao Eduardo Levy. Em relação ao primeiro questionamento feito à Anatel, se é verdade que a operadora Oi não quer mais prestar serviço à Região Amazônica e que sugere que a Anatel coloque a Telebras. E se confirma que é inviável economicamente investir lá, oferecer o serviço de internet banda larga na Região Amazônica.

Gostaria também de ter acesso ao plano de metas de investimento da operadora Oi, uma vez que é a única que presta serviços lá na Região Amazônica e no meu Estado de Roraima. Recebemos uma planilha com o plano de metas de 2012. E, nessa planilha, identificamos metas muito tímidas, muito pequenas para atender à demanda do Estado.

Eu queria destacar aqui que, para 2012, a empresa prevê investimento de 7 mil portas de acesso em banda larga – atualmente, são 13 mil portas, e a empresa quer aumentar para 20 mil, isso no plano de metas de 2012.

Nós solicitamos da operadora um plano de metas para 2013. Já estamos no final do ano, e não nos foi informado. Eu gostaria de saber o porquê do sigilo das informações e se esse plano de metas existe para 2013/2014 e qual é a meta de investimento lá em Roraima, porque essa mesma planilha mostra que a operadora Oi, em 2010, atendeu, no Plano Nacional de Banda Larga, cinco Municípios; em 2011, atenderia seis; em 2012, atenderia seis também. Então, observamos que há uma estagnação. Não tem havido expansão para oferta do Plano Nacional de Banda Larga em Roraima. Eu gostaria de ter esses questionamentos esclarecidos por parte de V. S^{as}.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vou pegar uma carona na pergunta da Senadora Angela Portela. Nós estamos aqui com a pergunta do Sr. Wellington Salmito de Araújo, no nosso Portal e-Cidadania, para o Sr. Roberto Martins:

O Sr. Roberto Martins disse que as coberturas estarão garantidas em áreas até 30 quilômetros da sede do Município. E as áreas após os 30 quilômetros? Temos Municípios no Maranhão onde existem povoados que ficam até 90 quilômetros de distância da sede do Município. Haverá cobertura para essas áreas?

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – A gente já responde?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vou passar para o Senador Walter. Vocês respondem tudo depois.

Com a palavra, o autor do requerimento, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente Zeze Perrella, quero aqui corroborar as palavras da minha companheira de Bancada não só no Senado, como nesta Comissão, Senadora Angela, sobre a importância desse tema, do debate, e agradecer a presença dos representantes de diversos órgãos.

Eu queria, Senador Zeze, começar tocando exatamente nesse ponto da distribuição. Quer dizer, todo

mundo expôs sobre um setor que tem uma incidência, ainda que possa ter problema aqui, ali e acolá, mas estamos falando de um setor que movimenta mais de 170 bilhões por ano. Portanto, não é um setor qualquer. Se formos trabalhar aqui com essa distribuição do acesso, aí era importante... É por isso que são fundamentais os órgãos de defesa do consumidor e, principalmente, a agência reguladora.

Estamos falando também do ponto de vista do que é esse acesso com um distanciamento relativo no que diz respeito à universalização. Se você imaginar, por exemplo, que 90% desses acessos – e aí me refiro, principalmente, se avaliarmos a situação de internet... Nós estamos falando sempre no atendimento para as classes A, B e C, o que significa ainda uma exclusão muito grande com a classe E, por exemplo. Se compararmos com o celular, o celular, hoje, consegue atender as camadas da classe E em torno de 63% e, em relação à internet, em torno de 6%. Então, quando transferimos isso para internet, Senador Zeze Perrella, é gritante a exclusão. Nós estamos tirando alguém que tem uma possibilidade de acessar a comunicação móvel. E aí essa camada, volto a insistir: 63% da classe E têm atendimento de celular, mas somente 6% da classe E têm oferta de serviços de banda larga. Esse dado, inclusive, não é meu, mas da Anatel e das empresas, até porque temos dificuldade de montar dados, para não dizer que estamos parindo aqui informações.

Então, acho que era importante que pudéssemos analisar sob esse aspecto. Acho que é fundamental também trabalharmos com outra lógica no Brasil, que está virando cada vez mais perversa. Falamos muito no sucesso da banda larga em 12 milhões de domicílios no Brasil, mas, se pegarmos por renda, vamos encontrar isso aí concentrado, em quase 84%, nas rendas acima de 20 salários mínimos. Até um salário mínimo, abaixo de um salário mínimo, Senador, nós estamos falando só de 2%, de 2,6%, que é o acesso.

E aí entra também outra questão fundamental: a velocidade. Aqui, agora, enquanto os senhores falavam, eu estava dando uma olhadinha no que ocorre no Japão, tentando enxergar a proeza desses lugares. A gente fala, Levy, que há uma quantidade, mas, na China, há 1,1 bilhão de telefones em duas empresas, a China Mobile e a China Unicom. Só em duas empresas, há um bilhão de celulares. Imagino que deve haver aí, nessa proporção, se for assim... Aqui, há um dado de 500 mil reclamações que o Procon conseguiu identificar. A Anatel recebeu 2,6 milhões reclamações. Se a gente for separar isso por aparelho, se pegarmos isso aí e separar o que é reclamação... Aparelho é até um negócio que não quebra. O sujeito troca de aparelho, e a reclamação pode ser até oriunda do fato de que

ele quer tentar pegar um aparelho mais moderno. Aí ele tenta trocar o aparelho. Enfim, ele vai se mexendo para tentar ver se ele troca de aparelho. Mas é uma reclamação. Se somarmos, são quase 180 mil reclamações do móvel, mais 130 mil reclamações do fixo, mais 80 mil reclamações de aparelhos e quase 50 mil reclamações de internet na estrutura do Procon.

Então, quando a gente vai trabalhar um dado como esse, a gente se pergunta... Concordo plenamente que há muito mais mala sumindo do que telefone sendo reclamado. Agora, na mala, não há *chip*, Levy. A mala ainda é um objeto tecnologicamente atrasadíssimo no mundo inteiro. Um sujeito arremessa a sua mala quando o avião para. Estou falando isso do aeroporto de Salvador, mas posso dizer o mesmo do aeroporto de Frankfurt, que é o principal *hub* da Europa. Eu, por exemplo, perdi minha mala no aeroporto de Frankfurt. No de Salvador, nunca a perdi. Aliás, perdi duas vezes minha mala numa conexão em um país como a Suécia, na Europa. Eu a perdi duas vezes, coincidentemente em dois anos seguidos, um ano atrás do outro.

Então, concordo que há uma quantidade. Agora, estou falando de um setor que, do ponto de vista de inovação, Dr. Antonio Carlos, é avançadíssimo. Sabe qual é a margem de perda na produção, por exemplo, de um equipamento desse numa linha de montagem? É inferior a 0,3%! Hoje, inclusive, todas as empresas que fazem montagem de aparelho com *headset* preferem fazer sua checagem na etapa final. Não existe mais, inclusive, no meio da linha de montagem ou de fabricação, nenhuma verificação de qualidade. O cara chega ao final e o descarta. Sabe por quê? Porque a perda dá menos de 0,5%. Então, o cara o descarta lá.

Estou falando de algo que funciona com essa proeza. Estou falando de algo que carrega dentro de si um dos mais importantes inventos que a humanidade tem experimentado, que é o *chip*. Então, como posso conviver com um negócio que tem a ultraexcelência da inovação, mas que, na hora da sua utilização, tem a ultraexcelência da esculhambação?

Então, há disparidades. Tudo bem, nós diminuímos o tamanho da antena. Por que a Anatel e outras empresas não acordaram para, no leilão de 2,5GHz, ir para 450MHz, para tentar fazer cobertura no interior do Brasil? Com 450MHz, Levy, o raio é bem maior. Dizem: "Ah, mas não dá, não sei o quê e tal!". Por que a Anatel não botou a mão nisso de uma vez por todas, para se alinhar com o resto do mundo em 700MHz, para poder trabalhar exatamente com essa capacidade? É preciso diminuir a infraestrutura e aumentar a cobertura, estando alinhado do ponto de vista da escala mundial, para reduzir o custo, inclusive, dessa

infraestrutura. Por que a Anatel não aperta a mão no compartilhamento de infraestrutura?

Não é cabível que... Por exemplo, no prédio da OMS, há uma torre, mas há prédios em Salvador que devem ter três torres, uma de cada empresa! Então, por que a gente não tem isso como obrigação? Aliás, a Lei Geral determina isto como obrigação: o compartilhamento da infraestrutura. Então, isso tem a ver com a qualidade. Essa coisa do investimento foi a essência.

Portanto, venho aqui e falo disso, para dizer que concordo com isso plenamente, até porque isso está em nossas mãos, Senador Perrella. E reclamar é até fácil. Há 250 milhões de celulares. Então, para o cara ligar, é daqui para ali! Se há um problema, eu já reclamo.

Agora, também está mãos das operadoras tudo que há de mais moderno, assim como nas da Anatel. Pelo amor de Deus! Hoje, há um mecanismo que é muito diferente do da década de 80. Na década de 80, quando se fiscalizavam as empresas, para chegar ao final do dia e verificar se havia zero defeito, com todo o exagero de minha parte, isso era feito à manivela. Agora, isso é feito monitorando de forma bem diferente. Há até escuta internacional de forma sofisticada! Por que não posso fazer a "escuta", entre aspas, para garantir a qualidade? É lógico que se pode fazer isso!

Este é um dos dramas: temos uma agência que, lamentavelmente, não tem um braço operacional. Então, esse é um tema que, talvez, devêssemos tratar não numa audiência pública. A cada dia, vou me convencendo de que as audiências públicas viram choro de um lado e afirmativas de outro lado. Eu começo a entender que, daqui a pouco, vamos ter de sentar, de revisar toda a lei e de começar a discutir amarras no papel, para ver se conseguimos colocá-la na prática.

Não defendo engessar uma área que tem, inclusive, uma capacidade de inovação e de transformação profunda. Mas, cada vez mais, há dificuldade em se aplicarem as coisas nisso. É óbvio que, cada vez mais, vai crescer a demanda. Agora, com o crescimento da demanda, Levy – perdoe-me! –, as empresas faturam, meu velho! Quando entram mais dados, vocês estão cobrando mais por mais dados. Aqui, está o dado que a minha companheira Angela deu. São US\$30! Então, se vocês venderem mais, vocês vão faturar mais! Não estamos chamando as empresas para fazerem caridade. Caridade quem faz é a Irmã Dulce. Nós estamos chamando as empresas para fazerem serviço. E cobram por esse serviço! Então, dizem: "Ah, mas está aumentando...". Sim, está aumentando, mas está faturando! Volto a insistir: são 170 bilhões, pegando o setor como um todo. Então, qual a empresa que não está doida para ampliar seu volume de dados, para ampliar seu tráfego?

O mundo inteiro começou a vir para a mão, está migrando aqui. Todos os dias, surgem aplicativos, coisas para serem adotadas em determinados serviços, e, na ponta, vai ter de ligar uma operadora. Eu não boto um processo no Ministério Público para ele ser transportado no tempo através de uma empresa de telecomunicações sem pagar a conta do outro lado. Isso não é feito de graça. Aliás, não há nem mais a história de injeção na testa ser de graça, porque botox é caro para caramba! É lógico! Então, nem injeção na testa mais é de graça!

Quando eu falo que vamos botar agora, aqui, o serviço de educação a distância e não sei quê via celular, as empresas operadoras vão faturar! Há fatura do outro lado. Então, a contraprestação do serviço compreende o pagamento de uma conta. O que determina a redução disso é, obviamente, a escala, o crescimento. Se você tem mais, você deveria baixar o preço. E, obviamente, há essa coisa da infraestrutura.

Eu tenho um tempo de vida nesse setor, Perrella. Comecei nesse setor quando eu era menino. Eu era um cabra de 19 anos, quando entrei para trabalhar. Meu primeiro emprego foi no centro de televisão da Embratel. Depois, eu migrei para a Telebahia. No mesmo ano de 1979, saí da Embratel e fui trabalhar na Telebahia. Então, acompanhei a evolução de um setor que brutalmente mudou no mundo.

Falei de um bilhão de celulares em duas empresas na China. Há mais de um bilhão de celulares em duas empresas na China, há mais de um bilhão de celulares na Europa. O Brasil é, hoje, seguramente, um dos mercados mais disputados do mundo. Nós figuramos ali – de vez em quando empurrando um, empurrando outro – entre o quinto e o sexto. Não é qualquer coisa. Nós entramos na escala mundial. O senhor fala em competitividade; nós, inclusive, reduzimos. Nós tínhamos uma operadora que foi absorvida por outra. Nós temos cada vez mais uma concentração. Agora já se fala, inclusive, na saída de um operador do Brasil por problemas nas suas finanças. Consequentemente, deve ser adquirido por um gigante do mundo. Fala-se, inclusive, parece-me, se não me falha a memória, isoladamente, que uma das empresas que pode assumir a TIM é uma empresa que tem quase 300 milhões de usuários no mundo. Seguramente 260 milhões, sem medo de errar.

Então, estamos falando com *players*. Não estamos falando com qualquer um. E os grandes *players* mundiais estão aqui, no Brasil, desde a operação até os aplicativos. Quem é que, no Brasil, hoje, não tem um *smartphone*? Dos 20% dos pós-pagos, pode-se assegurar que quase 70% já operam com *smartphones*.

Em relação aos 80% dos pré-pagos pode-se até dizer que não. Pode-se até usar um aparelho mais simples.

Então, esse é um mercado que cada dia está ficando mais aquecido. Você vai alimentando a indústria de telecom com a indústria de serviços. Portanto, tem-se a obrigação de colocar a mão nessa coisa da qualidade.

Portanto, é diferente, Levy, quando uma mala se perde de quando uma chamada cai. Os sistemas são completamente diferentes. É diferente quando vou lá e reclamo que comprei uma peça de carro numa loja da esquina. É um cara que tem uma lojinha, coitado, lá e que rala. Estou falando aqui de um *player* mundial. A Vivo não é nada mais, nada menos do que um operador mundial. A TIM não é nada mais, nada menos do que um operador mundial. Mesmo a Oi, hoje, tem, inclusive, operadores mundiais no seu contexto. Há um operador que dirige a empresa.

Estamos falando de todos eles, todos eles. O investimento em desenvolvimento e pesquisa, principalmente nos seus países de origem, é obrigação. E essa é a área que mais se avançou do ponto de vista das pesquisas.

Portanto, é a diminuição do tamanho de uma antena, é o estabelecimento agora de *photocells*, é o estabelecimento de novos equipamentos, que vão permitir, inclusive, otimizar, para eu saber se jogo de uma torre para outra, se posso fazer o aproveitamento do que está vago para descarregar aquilo que está superocupado. Então, há uma série de mecanismos que o sistema tem utilizado e que possibilitam exatamente assegurar um serviço de qualidade.

Eu acho que é esse o desejo, entendeu, Roberto? É isso que o povo brasileiro espera da agência.

Eu me lembro que um dos primeiros problemas, talvez o primeiro grande problema que ocorreu no sistema, logo depois da privatização – eu era Deputado, mas o debate foi feito aqui, no Senado, e eu vim para cá para ajudar, na época, meu companheiro Suplicy e o Senador Geraldo –, meu primeiro enfrentamento naquela audiência, inclusive eu não podia falar, porque Deputado não fala aqui no Senado, mas eu falei pela boca de Suplicy, meu primeiro problema foi com Roberto Guerreiro. Ele chegou e disse: “Aqui as pessoas têm que procurar o Procon, e não a Anatel”. Eu concordo que o Procon é o local para o consumidor reclamar, mas a Anatel não pode ser uma agência pautada para garantir as coisas da empresa. A principal função da Anatel é garantir o funcionamento do serviço. Essa é a primazia da Anatel. As outras coisas devem vir em consequência disso. Eu até tenho insistido aqui, Perrella, que a Anatel não é caixa registradora. É agência reguladora. Então, multa é para ser cobrada quando

você não tem mais jeito. A agência tem que chegar antes de aplicar a multa, que é para garantir que o serviço funcione.

No Dia das Mães, se você não ligar para a sua mãe porque a linha caiu, no outro dia já não é mais Dia das Mães, passou o dia. A ingratidão já foi. Por mais que a multa seja a paga, a ingratidão não vai ser reparada.

Portanto, é a garantia do serviço que a agência tem que colocar. E hoje, principalmente na economia, a banda larga é fundamental. Não se instala mais uma montadora, meu caro, em Minas, só com terreno, com incentivos e com energia. O pressuposto básico para uma montadora se instalar no seu Estado são exatamente os serviços de banda larga.

A Ford na Bahia tem uma unidade que é uma das mais importantes dessa montadora no mundo. E não é só de montar carro. A Ford tem uma unidade de *design* em Camaçari. Só há dois polos no mundo que se comunicam: um em Camaçari e outro na Índia. Se a banda larga em Camaçari não funcionar, todo o esforço que nós fizemos para levar essa unidade de *design* para lá foi vão, ela não vai funcionar, não vai cumprir o seu papel. E a Ford pega a unidade de *design* dela – não precisa botar em não sei quantos navios –, bota num *site*, carrega no seu bolso e transfere para o outro lado do mundo. E nós perdemos nosso investimento. E eles vão dizer: sinto muito, mas não tenho como transmitir as minhas informações, porque o serviço que você me fornece aqui tem problema. Um dia é 256, no outro é... Agora pode chegar a dois... No outro dia não sei nem se tem.

E é outra proeza desse novo tempo, não tem mais chuva, agora é um ou zero. No digital é assim: ou tem ou não tem.

Portanto, estou levantando o aspecto do que é o atendimento à população, do que é o serviço de cada indivíduo e em que esse serviço impacta hoje na questão da saúde, da educação e da economia.

Estamos montando, Senadora Angela, um baita projeto na Bahia para resolver os problemas da distância na área da saúde. Sabe qual é o pressuposto básico? Não é mais médico. Não adianta botar mais médico em Chorrochó se o Mais Médico não tiver como acessar o sistema que diga onde é que esse paciente vai fazer um exame; e quando esse paciente precisar de um nefrologista, com o paciente estando em Chorrochó, o nefrologista, no Hospital das Clínicas, em Salvador, poderá analisar o resultado do exame dele e como se processa todo o esquema de diálise. Isso se faz com telecomunicações, com banda larga.

Então, isso mexe hoje com fatores da vida. E para fazer isso, volto a dizer, a operadora que vai fornecer esse serviço não vai fazer como caridade, mas

cobrando, mesmo o serviço para salvar vidas. Do outro lado ela vai apresentar a conta. E não vai apresentar, Levi, fazendo todo o detalhamento, ou seja, agora nós vamos fazer o seguinte: nesse dia funcionou com 256, aí temos que baixar a tarifa; nesse dia funcionou com dois, voltaremos a tarifa para o normal. É assim que funciona? Não é. O pagamento não é de acordo com a velocidade operada.

Essa é uma das coisas, Roberto, para as quais tenho chamado a atenção da Anatel. Como é que garantimos esse chamado valor médio para utilização? Acho que é isso. Se o problema é investimento, se o problema é legislação da antena, então vamos partir para cima. Essa é a falta? Então, vamos fazer a força-tarefa no Brasil para a falta da antena.

Mas eu pergunto: com as antenas que existem, nos lugares em que existem, por que continua a existir problema? A nossa pobre Chorrochó ou o ponto de Roraima onde... Todo mundo fala do Oiapoque ao Chuí, mas não é o Oiapoque, é Caburaí o ponto mais ao norte mais distante do Brasil, que fica a aproximadamente 4.300 ou 4.400 quilômetros em linha reta, se quiser chegar ao Chuí. Portanto, é o ponto mais distante. Lá, a banda está largada. E a gente condena. Esse é que é o debate central e é essa a tarefa. Eu não culpo nem as empresas, pois acho que essa é a tarefa do Poder Público. Por isso que nós constituímos a Anatel, por isto que há Ministério, para irmos para cima e dizer: "Está bom, você tem uma concessão. Esse é um serviço público, portanto, tem que ser prestado dessa maneira".

Essa é a minha ponderação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra, o Sr. Roberto Pinto Martins.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Bem, eu vou tecer alguns comentários sobre o que o Senador disse, pois está mais fresco na minha cabeça; depois eu volto à Senadora Angela, está bem?

O Senador Walter Pinheiro comentou sobre o uso dos 450MHz e do uso dos 700MHz. Está perfeito. O alcance das frequências com maior comprimento de onda tende a ser muito mais efetivo, tanto para projetar a longas distâncias como para penetrar em locais com dificuldade, como em prédios com concreto, subsolos, e assim sucessivamente. E nós nos preocupamos com essa questão exatamente para o atendimento de áreas rurais.

O Senador deve se lembrar que, quando fizemos a licitação do 4G, fizemos primeiro a licitação dos 450MHz. Não houve interessados. Então, o que nós fizemos? Como não houve interessados na prestação desse tipo de serviço, muito provavelmente porque

entenderam que o serviço era deficitário, fizemos o seguinte arranjo: “Olha, então nós vamos incorporar isto a algo que tenha mais atratividade.” Incorporamos na licitação do 4G e destinamos essa frequência a operadores que ganharam em suas respectivas regiões, de tal sorte que hoje está garantido, com ou sem o uso dos 450MHz. Também não estamos obrigando as operadoras a usarem os 450MHz. Se elas tiverem frequências...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Isso. Se elas tiverem frequências disponíveis, o importante, no caso, é fazer o atendimento.

Está por vir uma nova licitação com os 700MHz a que o Senador também se referiu. Acreditamos que a maior dificuldade, o passo mais relevante que temos que dar na questão dos 700MHz será a migração das emissoras de televisão que hoje estão nessa faixa para uma faixa mais baixa de frequência. Resolvida essa questão, e o cronograma já está basicamente estabelecido, essa frequência dos 700MHz será licitada e será de grande relevância para a prestação do serviço, principalmente do serviço de acesso em banda larga.

Por coincidência, eu acho que trouxe alguns dado que acho que vale a pena mencionar.

Apesar de todas as dificuldades que existem, isto é, atender um país com a complexidade e com o nível de renda como o nosso não é uma tarefa das mais simples, mas me chamou a atenção uma pesquisa do IBGE, de 2011, em que compara o crescimento do uso da internet de 2005 para 2011. É extremamente relevante a pesquisa, porque quando faz a segmentação, por exemplo, por salário mínimo, em 2005, havia 10 milhões de usuários com até um salário mínimo; em 2011, esse número subiu para 29,5 milhões. Quer dizer, hoje, é o maior grupo de usuários de internet. Claro, também é o maior grupo. O segundo foi o do salário de um a dois salários mínimos, que saiu de 8,9 milhões para 21,9 milhões. E assim sucessivamente. No caso de salários mínimos acima de cinco, saiu de 4,2 milhões para 10,8 milhões.

E que regiões mais evoluíram dentro desse processo? Primeiro, a Região Norte, que saiu de 11,7% e foi para 35%, um crescimento de quase três vezes. Depois, a Região Nordeste, a Região Centro-Oeste e, por fim, as Regiões Sul e Sudeste. Devido a quê? Muito provavelmente a uma expansão da oferta desse tipo de serviço. É importante fazer uma reflexão sobre a complementaridade que nós vimos entre os serviços prestados, os serviços móveis – vamos chamar assim – e o serviço fixo, principalmente com o foco na questão da banda larga.

Desde o surgimento da telefonia no Brasil, nós alcançamos cerca de 42 milhões de linhas telefônicas fixas. Em menos de 20 anos, alcançamos mais de 250 milhões de linhas móveis. O que significa isso? A facilidade, inclusive de modelos de negócio, que propiciam essa expansão. Agora estamos vivendo uma nova fase, que é a expansão da banda larga móvel. Na nossa visão, a banda larga móvel não substituirá a banda larga fixa. Não só pelo nível de complexidade, mas pelas exigências e por uma questão tecnológica. Porque não há espectro de radiofrequência para resolver todo o crescimento e todas as necessidades de banda larga que existem no País. No caso, um sistema servirá de complemento para o outro sistema. Daí a importância de fazer esse arranjo.

A primeira vez que a Anatel fez esse arranjo foi com a licitação da terceira geração. Que arranjo é esse? É no sentido de onde eu tenho uma grande atração econômica, eu preciso compartilhar isso com outras regiões. Até porque um dos fundos criados com o advento da Lei Geral de Telecomunicações, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), não por razões de telecomunicações, mas por outras razões, não chegou a ser utilizado. E acho que podemos registrar isto com muita clareza: países como os Estados Unidos também têm fundos de universalização, e os utilizam. Mas nós temos outros problemas, e não foi possível fazer isso. Então, estamos encontrando outras formas de resolver a questão. Que outra forma? Como disse o Senador, é o filé com osso. Então, vamos dividir a questão e levar essas facilidades à população brasileira.

Isso já aconteceu na terceira geração, aconteceu na licitação da quarta geração, e certamente acontecerá também na licitação de quarta geração, da frequência dos 700MHz. Por quê? Porque, hoje, é uma grande reivindicação da população brasileira. Ainda existem localidades que, embora tenham a disponibilidade do serviço fixo, não têm a disponibilidade do serviço móvel. Por quê? Porque, até hoje, só estabelecemos como obrigação levar a telefonia móvel às sedes dos Municípios. Mas isso certamente mudará nos próximos passos, quando haverá o compromisso de também levar esta facilidade da telefonia móvel a localidades que não são sede, mas que também não são residências isoladas.

E aí complemento, para responder a pergunta do Sr. Wellington, que faz referência à questão dos 30km. O atendimento aos 30km é um compromisso da licitação da quarta geração. As empresas, contudo, continuam com o compromisso de também levar acima dos 30km outras tecnologias que não necessariamente essa tecnologia que foi apontada no edital de

licitação. De tal maneira que nós podemos afirmar que nenhuma localidade deste País – porque nós temos também facilidades como o acesso a satélites, e essa é uma das tecnologias essenciais para o atendimento em determinadas regiões, principalmente na Região Norte, por exemplo, onde a gente tem grandes áreas e uma população reduzida quando comparada com a população...

A Senadora...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Roberto, deixe-me só dizer uma coisa.

Você tocou num ponto aí – desculpe-me, Perrella –, mas é um negócio, para você ter uma ideia, que continua me agonizando.

Se a gente imaginar, por exemplo, o que é operado no Brasil, do ponto de vista de satélite, hoje quase 30% é pela Intelsat, mais precisamente 27%. Então, esse é outro drama. E volto a dizer, esse negócio tem que ser tratado com mão de ferro. Se eu pudesse utilizar essa capacidade dos que são operados a partir do Brasil... A Telesat, por exemplo, usa 4,3%. Ou seja, quase 30% do que é operado nessa área nossa é pela Intelsat. É o satélite de fora, que é autorizado, obviamente, senão você não teria fazer comunicação no mundo. Mas isso também nos dá uma margem muito menor de manobra para utilizar a nossa capacidade satelital para fazer essa cobertura. Esse é um dos graves problemas.

Eu estou lhe falando até porque, na sexta-feira, eu tive um longo debate com o Ministério da Ciência e Tecnologia acerca exatamente do nosso satélite. Porque esse foi outro furo, outro furo, furo enorme na política brasileira nessa área. Os nossos quatro satélites foram embora; são operados hoje pela Embratel. Então, esse é um drama.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Sim, é verdade. Quer dizer, nós temos aí algumas posições orbitais. Nós estamos tentando preencher essa lacuna, porque é uma tecnologia hoje indispensável para o atendimento de um país com as nossas dimensões.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Roberto, eu gostaria só que você respondesse a respeito do documento que foi enviado para a Anatel...

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Era exatamente o que eu ia falar agora.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Está o.k. Obrigada.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Eu desconheço isso. Eu desconheço. Até porque eu não acredito que a Telebrás tenha como objetivo levar internet à população brasileira; é o que nós chamamos de fazer a última milha. A Telebrás está muito focada nas grandes infraestruturas – os *backbones*, os *backhails*

–, mas não levar, instalar a internet lá na empresa, no domicílio e assim sucessivamente. As empresas é que terão que resolver essa questão.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Então, a Anatel desconhece esse documento em que...

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Não, eu não vou dizer que a Anatel desconhece. Eu digo que eu desconheço. Pode estar em alguma instância da Anatel, eu não sei...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O documento em que a operadora Oi, que presta serviços de internet banda larga na Região Norte, em Roraima, sugere, entre várias reivindicações, que a Telebras assuma a Região Amazônica, a prestação de serviço de banda larga na região amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senadora Angela Portela, só para registrar a presença do Deputado Edinho Bez, que é Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e também Presidente do Grupo de Trabalho de Telefonia da Câmara dos Deputados.

Obrigado, Deputado, pela presença. Desculpe-me, Senadora.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Então, respondendo de forma muito franca: eu desconheço esse documento. Não posso afirmar que isso não esteja em alguma instância da Anatel. Posso, enfim, buscar essa informação e confirmar ou não essa posição.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Esse documento foi publicado na revista *Veja* e teria sido impresso inclusive com papel timbrado da operadora Oi, que teria sido entregue ao Conselheiro da Anatel, Marcelo Bechara. Esse documento enumera uma série de reivindicações à empresa, entre elas a possibilidade de a Telebras assumir a região amazônica na oferta da banda larga.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Perfeito, mas, novamente, eu desconheço, não sei se a Anatel tem esse documento, não sei se esse documento foi passado para a Anatel. Realmente eu não sei. Posso verificar isso junto à agência e passar essa informação de forma precisa para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Eu acho que o representante das teles tem alguma informação a esse respeito. Não?

O SR. EDUARDO LEVY – Eu desconheço. Eu não conheço esse documento. Inclusive, a senhora deu uma informação agora até mais detalhada. Eu desconheço totalmente a existência desse documento.

Agora, já que me foi dada a palavra, o que eu tenho visto e acompanhado também pela Imprensa e pela declaração das empresas é cada uma delas chegando mais próximo aos distantes rincões, em que pese ser muito distante. Nós já conversamos algumas vezes sobre isso. Eu lembro que a própria Oi, quando chegou a Manaus, fez uma grande festa de redução de preço lá. A TIM acabou de fazer um anúncio de ligação mediante linha de energia elétrica. A Embratel atravessou o rio Amazonas com fibras óticas que estão funcionando. O próprio Roberto Pinto comentou que o atendimento da Região Amazônica, por meio do leilão que foi feito, de quarta geração, contemplou também. Como disse o Senador Walter Pinheiro, quem leva o filé-mignon leva o osso; eu não sei até que ponto ali é osso com osso, do 2,5GHz, mas o atendimento da Região Amazônica vai ser contemplado em regiões não atendidas hoje com possibilidade do 450MHz ou outra frequência que a empresa tenha disponível. Então, se vai chegar, vai.

Posso acrescentar algumas informações ou o senhor quer que eu aguarde a resposta geral? (*Pausa.*)

De forma ampla, o que se tem dito aqui é sobre podermos atender as áreas não atendidas no Brasil e chegarmos mais próximos a elas.

Um ponto que foi abordado é sobre fundos. Os nossos estudos mostram que a grande maioria dos países, adiantados ou não, tem utilizado a mecânica dos fundos. O Brasil arrecadou desde 2001, entre Fust, Fistel e FUNTTEL, R\$65 bilhões, e nós utilizamos menos do que 10% disso para aplicar em serviços de telecomunicações. É muito difícil. Mesmo assim, nós fizemos dois grandes trabalhos. Em 2012, no painel Telebrasil, feito aqui, em Brasília, nós apresentamos um grande documento mostrando as diferenças que existiam de atendimento de telecomunicações nos 5.565 Municípios brasileiros. Apresentamos todo o trabalho. Em 2013, nós apresentamos como nós sugeriríamos que o País fizesse para que pudéssemos reduzir as distâncias entre os Municípios. Nós temos efetivamente Municípios que têm um atendimento extraordinário, e temos Municípios com atendimento muito ruim. Então, a distância entre eles poderia ser contemplada de diversas formas: com a utilização dos fundos, com a utilização de determinados benefícios. Benefícios que estão sendo feitos hoje em algumas situações. Existem algumas iniciativas do Governo Federal em relação à desoneração de equipamentos ou desoneração de constituição de redes que devem trazer, num futuro próximo, um benefício muito grande.

Quando a senhora fala sobre a Coreia, por exemplo, eu estive na Coreia em... Eu comecei a trabalhar em telecomunicações um pouco antes do Senador

Walter Pinheiro. Comecei a trabalhar em 1976, e não faço outra coisa desde aquela época. Mas eu estive na Coreia em 1995. Em 1995, a Coreia já tinha um plano de implantação de telecomunicações no país que vinha sendo seguido já há muito anos, e nunca parou de fazer.

Efetivamente, o Brasil não tem um plano efetivo de fazer ou uma boa cobertura onde não exista, ou fazer chegar infraestrutura onde não haja. Nós temos hoje a iniciativa seja através dos editais, que a Anatel nos coloca para atendimento – e apenas os novos editais colocados pela Anatel vão contemplar áreas ainda não atendidas –, seja através do 450MHz, seja através do 700MHz. Mesmo no caso de chegar a banda larga fixa através de fibra ótica, nós vamos ter um dificuldade enorme, pelas dificuldades naturais que o País tem. Então, para isso, é preciso usar os mecanismos dos fundos, em que nós temos já mais de R\$50 bilhões arrecadados.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Levy, eu gostaria de saber qual é a meta, qual é o plano de metas de investimento da operadora Oi lá em Roraima, em 2013/2014. Vocês têm esse plano de metas? Porque, para 2012, estava prevista a expansão da ampliação do Plano Nacional de Banda Larga para seis Municípios. E nós temos Boa Vista, temos Caracarái, temos Rorainópolis e Mucajaí. Quer dizer, a meta para 2012 não foi alcançada. Estavam previstos seis Municípios, mas foram atendidos quatro Municípios. E, para 2013/2014, nós solicitamos essa informação, e disseram que você traria essa informação para esclarecer para nós aqui, nesta audiência pública.

O SR. EDUARDO LEVY – Quando venho aqui, Senadora, eu venho sempre falar em nome das empresas. Eu não falo... E apenas dei algumas informações que me vieram de cabeça. Eu não tomei conhecimento de que viria aqui trazendo informações sobre uma prestadora, até porque não tenho como responder em nome de uma delas. Eu tenho conhecimento é da existência de uma próxima audiência do Senador Randolfe com a senhora, e que eu acredito que, nessa audiência, seria apresentado publicamente.

De qualquer forma, mesmo não sendo publicamente, todas as empresas têm seus planos de investimento nas suas respectivas áreas. Eu não tenho conhecimento do plano de investimento de cada uma das empresas. Eu tenho conhecimento do todo que eu recebo, do conjunto. Eu não particularizo cada uma das empresas, e, com certeza, cada uma delas, sendo necessário, poderá informar à senhora.

O que eu estou informando é que, publicamente, eu darei conhecimento a V. Exª e procurarei levar pessoalmente ao seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Uma coisa que preocupa a gente também, Senadora, que estou vendo nesta reportagem que a senhora mostrou aqui é que a Oi tem uma dívida de R\$10 bilhões junto à Anatel. Às vezes eu me pergunto se, se essa multa fosse transformada em um investimento obrigatório, vamos dizer, na sua região, que é menos favorecida, não seria de mais valia do que a própria multa em sim.

Eu tenho comigo – e não sou defensor das teles – que uma multa de R\$10 bilhões inviabiliza qualquer empresa de operar. Então, é uma coisa preocupante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Realmente, é uma preocupação.

O Deputado Edinho tinha pedido a palavra. Se os senhores pares não tiverem nenhuma objeção, com a palavra, o Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Agradeço ao Presidente Perrella, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e aos demais convidados, com quem já estou acostumado a conversar. Estive com quase todos em vários debates na Câmara dos Deputados. Peço também escusas pela minha voz, porque estou rouco. Quero agradecer a colaboração, porque, todas as vezes em que precisamos, temos sido atendidos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em assuntos de interesses diversos.

E uma das prioridades da nossa Comissão é a telefonia fixa e celular. Eu mesmo, como Presidente, já apresentei um requerimento, já tivemos inúmeras reuniões. Tivemos reuniões com todas as operadoras, inúmeras reuniões; tivemos reuniões com o Ministro das Comunicações, com o Presidente e com parte da diretoria da Anatel; tivemos umas três reuniões com o Tribunal de Contas da União. E amanhã teremos uma reunião importante em São Paulo – viajarei hoje à noite –, com todas as operadoras e áreas do segmento, onde vamos discutir os investimentos nessa área. Por isso, farei presença amanhã em São Paulo.

Quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro pela iniciativa. Fomos Deputados juntos, e o conheço muito bem.

É um assunto que incomoda a todos, meu caro Presidente. É um assunto em que o Brasil inteiro está insatisfeito. Então, nós precisamos estar atentos a isso. Agora, quem é o culpado? As operadoras? Somente elas, cheguei à conclusão de que não. Era só o Congresso Nacional? Não. Só o Governo? Não. Só a Anatel? Não. Estou entendendo que há um conjunto de responsáveis por isso, para resolvermos essa

situação. Não é possível que uma operadora venda um telefone celular e ele não funcione! E aí eu culpo a Anatel: onde é que está a Anatel para fiscalizar? Por que deixa vender? Na minha visão, era para estar proibido isso. Então, não se venderiam mais telefones, por não estar resolvendo. Há uma indignação geral e se pode ver isso em qualquer lugar neste País.

Outro dia, numa operadora – eu trabalho com duas –, encontrei um ex-colega meu da Caixa Econômica Federal, que foi gerente comigo, e ele disse: “Tudo bem? Faz tempo que não nos vemos, que não batemos um papo”. “E o que você veio fazer aqui?” “Eu vim trocar de operadora.” E ele disse: “Querido, está tudo igual! Não adianta você sair de uma e ir para outra, porque depende do local e depende da região.”

Nós temos é que encarar isso com mais responsabilidade, colocar o dedo na ferida, identificar os problemas, pois o problema não é só de um: é de todos nós, juntos.

Por exemplo, as prefeituras; o que justifica uma prefeitura levar mais de um ano para dizer se pode instalar ou não uma antena? Aí a operadora quer instalar, e a prefeitura não deixa instalar. É essa onda mentirosa de que a telefonia celular prejudica a saúde. E o pior é que a mentira toma conta, vai se multiplicando, e até a gente passa a acreditar nisso. Eu fui me inteirar disso! O Ministro Paulo Bernardo foi feliz quando disse: “Se telefone celular prejudicasse a saúde, eu já teria morrido há dez anos, porque nós usamos telefone celular direto.”

Então, eu quero cumprimentá-los aqui pela iniciativa. Por isso, eu vim aqui, para somar o Senado e a Câmara, o Congresso, num assunto que é de suma importância para o cidadão, porque diz respeito ao cidadão, diz respeito às pessoas que compram. É importante para a economia brasileira, é importante para o nosso relacionamento.

E não dá para negar a importância do celular. Eu tenho dito que nós não sobrevivemos mais sem a água – é verdade, precisamos da água. Não sobrevivemos mais sem energia elétrica. Parem a energia elétrica! Para a produção, para tudo. Estou falando aqui para quem tem energia elétrica. E não sobrevivemos mais sem o celular, haja vista que quase 90% dos telefones no Brasil são celulares. Por quê? Porque hoje virou costume.

Um dia, o Governador Luiz Henrique, viajando de helicóptero comigo, me disse assim: “Edinho, como a gente conseguia viver sem isso aqui?” Ele falava de um aparelho celular. Eu disse: “Simples.” “Simples? Por que simples?” “Ninguém tinha. Se ninguém tem, está tudo igual.” Agora, no momento em que os Estados Unidos têm, a França tem, o mundo tem, o Brasil tem,

eu também tenho que ter, porque, senão, eu fico para trás e a disputa é desigual.

Eu vim aqui só para reforçar, meu caro Presidente, Walter Pinheiro, e me colocar a nossa Comissão à disposição. Vamos fazer um trabalho juntos! E a minha sugestão, Presidente, é priorizar este tema. Este assunto é muito sério. As empresas também, mas eu cheguei à conclusão de que cada um tem um pecado aí, tem um pouco de culpa: o Congresso tem, o Governo Federal tem, a Anatel tem, todos nós temos. É juntar tudo isso aí.

No grupo de trabalho que temos aqui na Câmara, também tem há esse entendimento, Sr. Presidente. O Relator é o Jerônimo, do Rio Grande do Sul, e estamos próximo de apresentar um relatório. Um dos itens que nós vamos incluir e tentar aprovar é que as prefeituras municipais terão até 60 dias para dizer se autorizam ou não a colocação da antena. Se não autorizar, a responsabilidade vai ser do prefeito. "Divulga lá na comunidade que é o teu prefeito que não quer que melhore a telefonia celular aqui", por exemplo.

E sobre essa questão dos 30km também há uma falta de informação enorme sobre isso que a população, de um modo geral, não entende. Os agricultores não entendem porque eles não têm celular. Quando a gente fala dos 30km, eles ficam perplexos, dizem que não sabiam.

Então, eu vim só fazer um relato breve aqui e me colocar à disposição como Presidente da Comissão e do grupo de trabalho. Este assunto é muito importante, e o Congresso Nacional, Senado e Câmara, deveria se unir e valorizar muito este tema, porque isso vai refletir na frente. Se já está refletindo hoje, imagina se bobearmos lá na frente.

Presidente, parabéns, pela condução!

Parabéns, Walter, pela iniciativa.

Coloco-me à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nós temos, Deputado, um projeto tramitando lá na Câmara dos Deputados que é a Lei das Antenas. Eu acho que o senhor poderia nos ajudar a priorizar isso aí.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Já estamos conversando.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Roberto Martins.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – É um comentário com relação à menção que o Deputado faz.

Na semana passada, Deputado, eu recebi uma instrução de uma decisão judicial... Aí já não é mais o caso da antena, de não colocar a antena, mas de re-

tirar a antena. E a justificativa é uma lei do Estado de São Paulo, que, além dos valores limites admissíveis para a radiação eletromagnética, também estabelece determinadas distâncias, como se a distância fizesse mal à saúde. E, no caso, essa solicitação de retirada da antena nada tinha a ver com a radiação eletromagnética que, supostamente, poderia fazer mal à saúde, mas com a distância que a antena estava instalada. Então, esses casos também ocorrem.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Rapidinho.

Como eu estou trabalhando muito nisso também, já recebi informações de que outros países estão trabalhando com microantenas. Ao invés de ter uma antena para 10 mil metros, estão trabalhando com antenas para até 600 metros, que elas poderão ser instaladas inclusive em postes, com muito mais eficiência e, principalmente, com um sistema compartilhado com as demais operadoras. Mas é um assunto sobre o qual eu não me interei.

É isso aí. Nós temos que levantar os problemas. A Lei Maior aqui tem que valer, porque não é possível que cada Município tenha sua lei.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nós temos é que votar, Deputado, mais rapidamente a Lei das Antenas, porque há dez anos até meu celular tinha antena, o que hoje não tem mais. Se demorar muito, daqui a pouco não tem mais antena. A tecnologia vai chegar a ponto de não precisar mais.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Infelizmente, faz só três meses que nós estamos trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É óbvio que não depende do senhor. Nós sabemos como são os trâmites. Mas eu acho que, pela experiência do senhor, pelo cargo que o senhor ocupa hoje, eu acho que sua participação nisso vai ser importante. Vamos pressionar o Presidente da Câmara para que ele bote isso em pauta, porque é muito importante para todos nós que a gente possa resolver isso. Eu me prontifico também a ir junto e ajudar no que for preciso.

O SR. EDUARDO LEVY – Um minutinho só. Posso?

Eu queria aproveitar a presença do Deputado Edinho Bez para estender aos demais da Câmara e, principalmente, do Senado aquilo que foi feito por ele e por outros da Comissão.

As empresas estão totalmente abertas para que sejam feitas visitas. Nós fizemos visitas, como o Deputado sabe, conhece, e todos os técnicos estiveram à disposição para responder às perguntas, aos questionamentos. Obviamente, nós não somos perfeitos. É óbvio. Nós temos problemas para resolver em profu-

são, mas, como ele bem disse, a dificuldade que nós temos também para implantar a infraestrutura no País é gritante. Enfrentamos dificuldade onde quer que nós possamos colocar as antenas.

Em relação às antenas pequenas, a Anatel está para terminar um regulamento que trata de antenas de menor tamanho, porque o futuro nos leva a termos uma antena por prédio. Nós não vamos fugir disso. A quantidade de aparelhos vai ser tão grande, a necessidade de uso de banda larga vai ser tão grande, que nós vamos ter um aparelho por antena.

Para complementar aquilo que está sendo tratado de Lei Geral das Antenas, o setor ultimou, há questão de uns 15 dias, todo o seu trabalho de autorregulamentação de implantação de antenas no Brasil, com compartilhamento, com um cuidado em relação ao ambiente, com um cuidado em relação à estética, com um cuidado em relação a consumo de energia e etc. Então, nós já temos documentos que podem ser disponibilizados para dar conhecimento aos senhores congressistas sobre como o setor se propõe a fazer a implantação de suas antenas, a reboque do que vem sendo estabelecido e discutido como Lei Geral das Antenas. Faço coro ao pedido, porque isso vai ser fundamental para que nós possamos agilizar a implantação dessa infraestrutura no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Aníbal, V. Ex^a vai usar a palavra?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só para dar continuidade a esse debate, que tem sido rico em termos de conteúdo, em termos de informação, mas que, como bem se expressa o Senador Walter Pinheiro, é frustrante no que diz respeito aos resultados práticos, porque nós temos que conviver com uma Lei de Telecomunicações, de 1997 – com mais de 15 anos –, que já assegurava o direito à universalização desse benefício, mas nós não conseguimos avançar principalmente para as regiões mais isoladas.

A gente vive um drama terrível no que diz respeito ao acesso. E temos que conviver com números muito desagradáveis. Somos, por exemplo, a população mais pobre e pagamos a internet mais cara. O preço que se paga em Rio Branco, em Porto Velho, em Manaus, em Roraima é muito mais alto do que o que se paga em qualquer outro lugar do mundo. E o pior é que a velocidade é uma velocidade muito lenta. O que poderia, em termos de tecnologia, fazer com que as pessoas tivessem muito mais acesso aos serviços e, aí, verdadeiramente, tanto ter acesso à cultura universal quanto à prestação de serviços para todas as áreas, como saúde, operações bancárias e serviços

em geral, deixa a gente está sempre muito atrás no que diz respeito à qualidade e, principalmente, no que diz respeito ao preço. A gente tem aqui um número: enquanto um cidadão dos Estados Unidos compromete 0,5% do seu PIB *per capita* para ter acesso à internet, no Brasil, esse número já vai a quase 5% do PIB *per capita*, ou seja, algo absolutamente maior.

No que concerne à velocidade, a PNAD mostra que a média de WEB no Brasil é de 1,085kb por segundo, ou seja, 93% menor do que a velocidade média na Coreia, que é de 80Mb por segundo. Cerca de 20% das conexões, no País, tem velocidade inferior ao limite mínimo estabelecido pela União Internacional de Telecomunicações, que varia de 1,5 a 2Mb por segundo. No Japão, a velocidade média é de 92,8Mb por segundo; e, na França, 51Mb por segundo. Os Estados Unidos e a Austrália, inclusive, lançaram um plano para universalizar o serviço com velocidade média de 100Mb por segundo.

Se já não bastassem as altas taxas, aliadas a um serviço abaixo da média, o internauta brasileiro paga muito caro e ainda tem que se adaptar às baixas velocidades, que chegam a menos de 256kb por segundo.

Estas são informações extremamente desagradáveis, com as quais a gente tem que conviver.

O Acre – e faço sempre questão de citar esse exemplo – é um Estado isolado, é um Estado em plena Floresta Amazônica, que tem que sobreviver às suas peculiaridades com inovação. Se não tivermos inovação num Estado como o Acre, não teremos sustentabilidade. Se não houver tecnologia, quem pagará o pato será a floresta. Então, se há um princípio de sustentabilidade à frente das nossas políticas públicas é o de tecnologia. Não há outro jeito!

O Amazonas pode se orgulhar de ter 98% de suas florestas preservadas, mas o Amazonas tem a Zona Franca de Manaus que sustém boa parte da pujança econômica daquele Estado. O Acre não tem uma zona franca. O fato de termos 87% das nossas florestas preservadas é em função da luta, em função da resistência, em função dos embates realizados por Chico Mendes, haja vista que, como aquele povo sofre com uma renda *per capita* muito baixa, o caminho mais simples para elevar essa renda é atacar a floresta, é fazer mais pastagens, é realizar coisas que atingem frontalmente a Floresta Amazônica.

Assim, se há uma forma de estabelecermos um debate no sentido de fazer o Acre e outros Estados amazônicos se desenvolverem com sustentabilidade, é termos acesso às tecnologias.

A gente tenta, há três anos, juntamente com o Governador Tião Viana, Senador Walter, levar para o Acre um telecentro, uma dessas centrais que podem

se comunicar com o mundo, oferecendo serviços etc., e a gente tem a garantia de várias empresas que querem ir para lá. Agora, a gente esbarra na ausência de banda larga. Sem a banda larga, como é que se pode oferecer esse serviço. Seriam de 800 a 1.000, talvez 2.000 empregos gerados para os jovens, que poderiam estudar inglês para prestar um serviço a longa distância, com tecnologia, algo que seria muito bom para todos nós. Infelizmente, esbarramos no problema da banda larga.

O Governo tem um serviço na tentativa de universalização do acesso à internet, o Floresta Digital, e, aí, nós temos uma situação *sui generis*, porque fizemos com que a infraestrutura chegasse à casa das pessoas, com a distribuição de pontos de acesso em vários locais da cidade ou na maioria dos quais onde temos bibliotecas, com livre acesso, por *wi-fi*, mas é como se tivéssemos a caixa d'água com a tubulação, mas sem chegar a água, porque não temos quem ofereça sinal em abundância para nós.

Estamos, agora, em negociação com a Eletronorte para usar a infraestrutura dessa empresa para levar a rede de fibra ótica até Rio Branco e, assim, resolver essa situação, pelo menos, na capital. E, na medida em que o linhão da Eletrobrás vai se estendendo para os outros Municípios, a gente quer também aproveitar essa infraestrutura para levar a fibra ótica para esses Municípios.

Mas o fato é que nós temos aqui um desafio a ser superado, e eu acredito que tenha de haver um esforço de todos – Governo, Parlamento e empresas – no sentido de fazer com que o sinal chegue com qualidade e possa garantir às pessoas o acesso a um preço que seja razoável, compatível com a renda dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Anibal, estou tomando conhecimento agora... Assustei-me, para falar a verdade, e volto agora ao ponto com o Senador Walter Pinheiro, que é um especialista no assunto: a multa que a Oi deve ao governo, hoje, supera o valor patrimonial da empresa. A pergunta é: não seria o caso de transformarmos, num esforço da Procuradoria-Geral da República, da Anatel, do Senado, de todos os envolvidos com o tema... Nós temos de nos preocupar com isso; nós estamos falando de telefonia que não funciona... E se nós inviabilizarmos uma empresa?

Não sou defensor de empresa; eu acho que, de repente, um castigo grande é você fazer com que essa multa seja transformada em investimento naquelas regiões mais carentes, onde eles não teriam, obviamente, o retorno financeiro que precisariam ter, mas, pelo menos, nós sabemos que o dinheiro desse setor está

sendo investido nele. O dinheiro do setor não estaria saindo para o caixa do governo nem para outras coisas.

Penalizar uma empresa, tirando aquele dinheiro da empresa para outras coisas que não sejam próprias da atividade-fim, eu acho que não é racional, não é lógico. E eu tenho comigo – e não sou muito de penalidade não – que é preferível um castigo que uma pena. E, de repente, ter que investir na região da senhora lá, Senadora, que é uma região carente – e não vou dizer que seja um castigo não –, para eles, é uma pena, porque nós sabemos que, em determinadas regiões, não se tem o retorno financeiro que as empresas almejam.

E a empresa não está preocupada com o social. Não adianta a gente querer dizer que a Oi está preocupada, que a Vivo está preocupada com o social; não estão! São empresas, pensam no dinheiro, pensam no lucro. E também não tiro a razão, porque empresa que não tem visão empresarial está fadada ao fracasso. Mas seria, no meu modo de entender, uma maneira de nós resolvermos isso e fazermos com que as regiões mais carentes sejam contempladas de alguma maneira, e isso, de uma forma ou de outra, amenizaria o prejuízo dessas empresas, tendo que vista que, realmente, é uma coisa preocupante. Nós não podemos fechar os olhos para isso.

Com a palavra o Eduardo Levy.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu vou pedir desculpas a V. Ex^a, mas vou ter que me ausentar, porque o pessoal está pedindo uma assinatura que está faltando na CPI da Espionagem. Paciência! O meu partido me colocou lá; então, eu tenho que assinar.

O SR. EDUARDO LEVY – Senador, o Congresso Nacional aprovou, no ano passado, emendas que nós propusemos para incluir no Brasil Maior, Lei nº 12.715, aprovada em 17 de setembro de 2012, ou seja, há um ano, pelas quais nós propusemos a redução do valor do Fistel, uma vez que o Fistel, hoje, já supera em dez vezes a necessidade ou aquilo que a Anatel recebe de dotação financeira, e a diferença do valor que seria abatido seria dado ao Executivo para que ele pudesse direcionar os investimentos para onde fosse necessário. Seria algo em torno de alguns bilhões por ano.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Presidente, Senador Perrella, eu só queria destacar que essas multas que a Anatel impõe às operadoras são devidas por descumprimento das metas estabelecidas pela própria agência reguladora.

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT –MG) – Entendi. Aí é que está a coisa.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E o que acontece com a empresa quando ela não paga a multa?

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Mas, assim, estaríamos dando a eles uma segunda chance, vamos colocar assim. Eu acho que nós devemos cobrar. As multas, às vezes, Senadora... Eu acho que tem de haver alguma racionalidade em tudo; eu acho que, talvez, muito mais sério do que multar é perder a concessão. Não é? Você se propôs a fazer alguma coisa e não fez, perde a concessão! Isso não é uma concessão? Que se dê para outro. Agora, aplicar uma multa de R\$10 milhões é a mesma coisa que tirar a concessão, porque, assim, se inviabiliza a empresa.

Se alguém entre os nossos expositores desejar fazer uso da palavra, ela está franqueada. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO LEVY – Mais uma vez, eu queria agradecer e dizer que estamos todos abertos, as empresas, para que possam não só obter informações a partir dos nossos dados, como também nos visitar fisicamente.

Senador Anibal, temos alguns projetos em conjunto com alguns Estados, nos quais fazemos um acordo, para um determinado período, em relação a ICMS ou a obras físicas, em que o custo para implantação normalmente envolve 50% do custo. São obras civis. Então, podemos também ter, em conjunto com o Estado do Acre, algumas iniciativas à semelhança das que foram feitas no País ou que ainda estão sendo feitas atualmente.

Depois, estarei à disposição para conversar e explicar alguma coisa sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença dos senhores. Esses debates são muito importantes. Realmente, aprendemos muito. Agradeço aos senhores a presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2013.

Às nove horas e dez minutos do dia 1º de outubro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol, Sérgio Souza e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão José Agripino, Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 28, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 444, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que “Altera a Lei nº 10.703, de 18 de julho de 2003, para dispor sobre o cadastramento dos usuários de serviços de telecomunicações na modalidade pré-paga e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01-CCT, 02-CCT e 03-CCT. Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 133, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é pela aprovação do Projeto. Em 20/08/2013, foi concedida Vista Coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. Item 4: Ofício “S” n.º 7, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria

do Jornal Cidade de Rio Claro LTDA, que “Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.” O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora “ad hoc”, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pelo conhecimento da declaração indicada em voto e encaminhamento da matéria à Câmara dos Deputados. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo conhecimento da declaração indicada em voto e encaminhamento da matéria à Câmara dos Deputados. Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2011, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CAMPONESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.” A Relatora designada é a Senadora Angela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOM-PROGRESSENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presiden-

te da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA VIAMONENSE DO BAIRRO COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ESPÍRITO SANTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARQUE RIO SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucituba, Estado de São Paulo.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga auto-

rização à ACMMJ – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E MORADORAS DE JABORANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, Estado da Bahia.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 555, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA MONTE ALTERNATIVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanquinho, Estado da Bahia.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PROGRESSO DISTRITO DO BEZERRA – APDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.” O Relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CANDIOTENSE DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA – ACIAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º

125, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES DE SANTANA DO LIVRAMENTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 195, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE NOVA MAMORÉ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 185, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.” O Relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRABONITENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMOR VERDADEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de

Minas Gerais.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Nesse momento, o Senhor Senador Walter Pinheiro requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento com o que todos concordam. Extrapauta, Item 23: Requerimento n.º 37, de 2013-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer ‘..., nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do evento “Gartner ITXpo 2013”, que se realizará entre os dias 08 e 14 de outubro de 2013, na cidade de Orlando – Florida – USA, a convite da Soltex – Tecnologia da Informação Brasileira. Informo, ainda, que em conformidade com a programação da viagem, nos dias 11 a 14 de outubro de 2013, visitarei, em conjunto com Sr. Ruben Delgado, Presidente da SOFTEX, à Sony Entertainment. Solicito também, segundo os termos do art. 13, seja considerada licença dos trabalhos da Casa, minha ausência no período acima especificado.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e dezoito minutos, determinando que eu, Bruno Souza de Barros, Analista Legislativo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo /PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de outubro de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. Comunicados da Presidência.

Voltando ao tema do marco civil da internet, sobre o qual a CCT realizou recentemente duas importantes audiências públicas, esta Presidência recebeu carta assinada por diversas entidades, empresas provedoras e associações da sociedade civil organizada contendo crítica ao posicionamento apresentado pelo represen-

tante das empresas de telecomunicações em uma de nossas reuniões.

O mencionado expediente está à disposição das senhoras e dos senhores na Secretaria da CCT, mas é importante ressaltarmos que, independentemente do posicionamento defendido por um ou por outro, este projeto é necessário para que tenhamos regras claras sobre a utilização da internet. Todo o debate se acirrou ainda mais em decorrência das denúncias sobre espionagem que seriam patrocinadas por órgãos do governo norte-americano.

Logo após as audiências, realizamos, em nossa Comissão, a proposição que atualmente tramita na Câmara dos Deputados já há algum tempo. Recebeu o pedido de urgência da Presidência da República, que certamente trará a celeridade necessária à sua apreciação e ainda permitirá que o projeto venha a esta Casa para discussão também por nós, Senadores e Senadoras.

Senador Walter Pinheiro, V. Exª vai relatar o item 2, relataria para nós o item 1, por favor – o Rodrigo não está aqui, ele não vai vir.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2012

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo /PT – BA) – O item 1 é o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.

A matéria foi relatada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, já foi apreciada pela Comissão de Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao Projeto, e deve seguir daqui para a Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, passo a ler o relatório que o Senador Rodrigo Rollemberg apresentou e que a Comissão apreciará agora.

A partir do exame do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, o autor justifica a sua proposição com base nas facilidades trazidas pela rede mundial de computadores nas relações entre produtores e consumidores.

Nesse sentido, o nosso Relator analisou a matéria e deu o seu voto pela aprovação, levando em consideração vários aspectos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, que trata da competência da CCT para opinar sobre matérias que tratem de desenvolvimento tecnológico.

Quanto ao mérito, a proposição objetiva proporcionar ao consumidor mais uma opção de recebimento do documento de cobrança de seus débitos.

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de introdução de inovação em uma área que já devia estar muito mais avançada; o uso do meio eletrônico para, de certa maneira, permitir não só uma agilidade para que o usuário possa ter acesso às suas contas, como também até facilitar o acompanhamento por parte do usuário, do consumidor, no que diz respeito ao que efetivamente ele consumiu ou não consumiu. O que consequentemente, também, Sr. Presidente, na minha opinião, pode viabilizar uma espécie de canal de volta para que o consumidor não precise fazer a reclamação de uma conta em um terceiro momento.

Assim, no ato do processamento eletrônico da sua conta, ele também tem a oportunidade de devolver, no mesmo *site*, já as suas reclamações, as suas ponderações acerca da sua conta.

Nesse sentido, eu quero realçar a importância dessa matéria. Os custos de implantação do sistema de fatura mensal por meio eletrônico são baixos, se comparados com os benefícios potenciais. Dessa forma, embasado na melhor técnica legislativa e observando as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, bem como as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, não sendo necessário nenhum ajuste, o nobre Relator, Senador Rodrigo Rollemberg, opinou pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2012.

É esse o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo /PDT – MG) – O.k., Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo /PT – BA) – V. Exª quer logo o outro na sequência?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo /PDT – MG) – O item 3, do Senador Aloysio, que é o Relator, já foi lido. Então, nós vamos aguardar um pouquinho mais para ver se o Senador aparece e eu vou passar aqui para o item 4.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo /PT – BA) – Não, o outro item é o item 2, que é o meu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo /PDT – MG) – Ah, está faltando o item 2, não é Walter; é claro.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2012

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.703, de 18 de julho de 2003, para dispor sobre o cadastramento dos usuários de serviços de telecomunicações na modalidade pré-paga e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Lopes

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação com emendas

Senador Walter Pinheiro

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo /PT – BA) – O item 2 é o Projeto de Lei nº 444, de 2012, que altera a Lei nº 10.703, de 18 de julho de 2003, para dispor sobre o cadastramento dos usuários de serviços de telecomunicações na modalidade pré-paga e dá outras providências.

Sr. Presidente, o meu relatório tem a ver muito com o cumprimento da legislação; o Projeto de Lei prevê aí, obviamente, a entrada em vigor. Matéria distribuída, vamos diretamente para a análise desta matéria.

No que diz respeito à possibilidade de apresentação, principalmente levando em consideração aquelas pessoas que transitam no Brasil, e, portanto, usuários de passaporte, ou documento afim, ou cadastramento de serviços pré-pago, além de um contingente irregular de turistas na sua movimentação de um Estado para outro, poder se levar em conta a realização de eventos esportivos de grande porte, como nós vamos ter agora a Copa do Mundo – e espero eu que, num período bem breve, o Cruzeiro possa disputar o campeonato mundial, depois do Brasileiro, e quem sabe V. Exª possa até trazer a final do mundial para o Brasil, Senador Zeze Perrella. Futebol não é a Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo /PDT – MG) – Vamos trabalhar para isso, principalmente se o Cruzeiro for campeão, não é, Walter?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo /PT – BA) – Isso. Então, já é uma medida para a gente utilizar para a chegada dos nossos visitantes.

Outra modificação sugerida está relacionada à guarda da cópia dos documentos de identificação dos usuários, apresentados no ato do cadastramento. Proponho que a atividade seja centralizada nas

prestadoras de serviços de telecomunicações, que poderão, caso desejarem, realizá-la em formato eletrônico. Essa alteração incide também no art. 1º da Lei nº 10.703, de 2003.

Por fim, sugiro reparo ao artigo que trata da responsabilização penal de usuário que contribua para o delito praticado por terceiro a partir da utilização de terminal cadastrado em seu nome para manter o efeito pretendido. Proponho a remissão do dispositivo ao art. 29 do Código Penal, que é o local ideal para tratar desta matéria, já em boa hora sendo discutido aqui no Congresso Nacional.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 444, de 2012, do Senador Eduardo Lopes, com a emenda a que me referi aqui, com a emenda ao art. 1º do Projeto de Lei, que passa a vigorar com as alterações que foram apresentadas e que se referem ao cadastro; ao cadastro de pessoa física; ao cadastro de pessoa jurídica; ao cadastro de pessoa física estrangeira que por aqui esteja passando; ao cadastramento de usuários de telecomunicações – é a mesma questão no que diz respeito à exigência de apresentação de documentação – e aos estabelecimentos que devem ser credenciados para encaminhareм cópia dessa documentação exigida.

Há ainda outra emenda da CCT, em que pedimos para se suprimir o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 444, e, obviamente, nós vamos renumerar os subsequentes.

No caso do art. 3º, quanto à sua redação, também proponho alteração:

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 10.703, de 18 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º [é feita essa renumeração, portanto, na medida em que insiro o § 2º]:

“Art.4º

.....
§ 2º Aplica-se o disposto no art. 29 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, ao usuário que, de qualquer modo, concorrer para delito praticado por terceiro com a utilização de terminal cadastrado em seu nome.” (NR)

Então, portanto, com essas três alterações – em alguns casos, há até correções –, Sr. Presidente, somos pela aprovação do projeto de lei apresentado pelo Senador Eduardo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos colocar em votação, então, os itens 1 e 2.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-la em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela? (Pausa.)

Desculpem-me! A votação é simbólica. O item não é terminativo.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E, quanto ao item 1, fica aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos passar ao item 4.

ITEM 4

OFICIO “S” Nº 7, DE 2011

- Não Terminativo -

Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.

Autoria: Jornal Cidade de Rio Claro Ltda..

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: com relatório pelo conhecimento da declaração indicada em voto e encaminhamento da matéria à Câmara dos Deputados.

Como o Senador Flexa Ribeiro não se encontra presente aqui, a Senadora Angela Portela poderia...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vamos, logo, à tora, como diz o outro.

O item 3 é da relatoria do Senador Aloysio Nunes; o item 4, da relatoria do Senador Flexa Ribeiro; e o item 5, da relatoria do Senador Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O item 3...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O item 6 é da relatoria da Senadora Angela Portela. Ainda há, depois do item 6, o item 7. Este é o quê?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Quanto ao item 4, então, designo como Senadora *ad hoc* a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O Relator do item 4, Sr. Presidente, é o Senador Flexa Ribeiro.

Vamos à leitura do relatório sobre a declaração encaminhada ao Senado Federal pela empresa *Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.* acerca da composição de seu capital social, registrada como Ofício “S” nº 7, de 28 de fevereiro de 2011.

Relatório.

A empresa jornalística *Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.*, sediada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, encaminhou ao Senado Federal declaração registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), apresentando a composição de seu capital social, em cumprimento ao que dispõe o art. 4º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002. O referido documento foi registrado, nesta Casa, como Ofício “S” nº 7, de 28 de fevereiro de 2011.

Além da mencionada declaração, o processado é composto apenas de expediente que a encaminha da Presidência do Senado Federal à Secretaria-Geral da Mesa e do despacho para a apreciação por esta Comissão.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O art. 4º da Lei nº 10.610, de 2002, determina que as empresas jornalísticas devem apresentar, até o último dia útil de cada ano, declaração de seu capital social aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas. O documento encaminhado ao Senado Federal indica que a declaração de composição de capital foi registrada pelo *Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.* junto à Jucesp, em 9 de fevereiro de 2011.

Já o art. 3º do referido instrumento legal estabelece que a comunicação sobre as alterações de controle societário de empresas jornalísticas devem ser, por elas, encaminhadas ao Congresso Nacional.

É de se notar, entretanto, que a declaração em exame não menciona qualquer alteração de controle societário, detendo-se, exclusivamente, à demonstração do capital social da empresa à época daquele registro. Nesse sentido, seu encaminhamento para conhecimento do Congresso Nacional era prescindível, não decorrendo de obrigação legal.

Voto.

Em vista do exposto, recomendamos que esta Comissão tome conhecimento da declaração encaminhada pela empresa *Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.* acerca da composição de seu capital social e delibere

pelo encaminhamento do Ofício “S” nº 7, de 2011, à Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão.

Em votação o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT para conhecimento da declaração indicada em voto e encaminhamento da matéria à Câmara dos Deputados.

O item 5 também estamos adiando, juntamente com o item 3, cuja relatoria é do Senador José Agripino.

O item 3, Senador Walter Pinheiro, já foi lido.

Vamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2013

- Não Terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Essa matéria, Sr. Presidente, trata dos recursos genéticos para geração de inovação. Deve ter sido lido na reunião passada. É o Projeto de Lei nº 133, do Senador Vital do Rêgo, que altera a Medida Provisória nº 2.186, para simplificar o acesso ao componente de patrimônio genético.

Já foi lida essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Já.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em votação.

Em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Se já foi lido, vamos, então, à votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Se V. Ex^a autorizar, eu gostaria pelo menos de ler o relatório do item 15.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Perfeitamente, Senador.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 138, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PROGRESSO DISTRITO DO BEZERRA – APDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2013 (nº 790, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Progresso do Distrito do Bezerra (APDB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts.

49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 138, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 138, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Progresso do Distrito do Bezerra (APDB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nós vamos deixar lido.

Senadora Angela Portela, item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 156, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CAMPONESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2013 (nº 650, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Camponesa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante

à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 156, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Nós opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Camponesa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senadora.

Vou sugerir que limpemos a pauta.

Senador Walter Pinheiro, por favor, dos itens 7 a 14, já que o 15... O item 15 já foi lido?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Já. Pula o item 15 e vai até o item 20. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Isso. Leia todos, por favor.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O item 7 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2013 (nº 804, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Campina das Missões para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Não encontrando óbice, o Relator Anibal Diniz vota pela aprovação da matéria.

O item 8, Sr. Presidente, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2013 (nº 744, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Bomprogressense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul.

O Relator, Senador Benedito de Lira, também, no exame da documentação, não encontrou óbice. Portanto, de acordo com as regras regimentais e dispositivos constitucionais, é pela aprovação da matéria.

O item 9 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2013 (nº 1.774, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Viamonense do Bairro Cohab para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Na análise da documentação, o Senador Eduardo Amorim vota pela aprovação para a Associação Comunitária Viamonense do Bairro Cohab. Portanto, pela aprovação da matéria.

O item 10 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2013, com relatoria do Senador Flexa Ribeiro, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Espírito Santo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.

O Senador Flexa Ribeiro é pela aprovação da matéria, depois da análise e exame de toda a documentação.

O item 11 é o PDS nº 172, com relatoria do Senador João Alberto, e que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultura Parque Rio São Lourenço para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juquitiba, Estado de São Paulo.

Tendo em vista a análise e exame da documentação que acompanha o PDS e cumprindo todos os dispositivos constitucionais e regimentais, o relatório conclui pela aprovação da matéria.

O item 12 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2013, com relatoria do Senador José Agripino, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santa Cruz AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Feita toda a análise e exame, Sr. Presidente, da documentação, estando tudo em acordo, ele opina pela aprovação do ato que renova a concessão à Rádio Santa Cruz.

O item 13 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2013, com relatoria da Senadora Lídice da Mata, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, Estado da Bahia.*

Portanto, a Senadora Lídice da Mata, após analisar toda a documentação, aprova a matéria que confere o ato de outorga à Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandi, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, no Estado da Bahia.

O item 14 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 555, de 2012, com relatoria do Senador Ricardo Ferraço, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Social e Comunitária Monte Alternativas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanquinho, Estado da Bahia.*

Também o Senador Ricardo Ferraço examinou toda a documentação e, não havendo óbice, opina pela aprovação da matéria.

O item 15 já foi votado e relatado pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

O item 16 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Candiotesense de Incentivo à Arte e à Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.

O Senador Sérgio Petecão foi o Relator e, depois do exame de toda a documentação, opinou pela aprovação da matéria.

O item 17 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Digital Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Senador Sérgio Souza, analisando toda a documentação e com base na legislação e nos aspectos de juridicidade técnico-legislativa, opinou pela aprovação da matéria.

O item 18 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

O Relator, Senador Valdir Raupp opinou pela aprovação da matéria.

O item 19 é o **Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2013, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Mamoré a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia.**

O Relator, Senador Valdir Raupp, também, analisando a documentação, opinou pela aprovação da matéria.

O item 20 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2013, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Santa Maria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Senador Depois de analisar, Sr. Presidente, toda a documentação, não encontrando nenhum aspecto que possa colidir com a juridicidade e com a boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação da matéria.

O Relator do item 21 é o Senador Zeze Perrella. Como S. Ex^a está presidindo, eu já vou ler aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – É uma honra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O item 21 é o **Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pedrabonitense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais.**

V. Ex^a está colocando a Pedra Bonita agora para falar para o mundo, Senador Perrella.

(Risos.)

O Relator, Senador Zeze Perrella, não encontrou nenhum óbice em toda a documentação, que está de acordo com a legislação.

Nesse sentido, opina pela aprovação para autorização à Associação Comunitária Pedrabonitense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais.

O item 22 é o **Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amor Verdadeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de Minas Gerais.**

O Relator, Senador Zeze Perrella conferiu toda a documentação e, no seu voto, evidenciou que está tudo tranquilo, que não há violação, que foi utilizada boa técnica legislativa, respeito a todos os aspectos de juridicidade. Nesse sentido, opina pela aprovação da matéria, que outorga autorização à Associação Comunitária Amor Verdadeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de Minas Gerais.

Eram essas matérias, Sr. Presidente, lidas e opinadas pelos respectivos relatores. Eu só fiz anunciar as matérias, e, portanto, estamos apenas aguardando o quórum para sua votação.

Senador Sérgio Souza, o item 17, cuja relatoria era de V. Ex^a, foi lido pelo Senador Walter Pinheiro. O senhor quer usar da palavra?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Não, obrigado, Sr. Presidente. Na discussão...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nós vamos adiar a discussão e votação. Nós não temos quórum para votarmos hoje.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pois não, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Antes de encerrar, não sobre os PDS, mas gostaria de fazer uma reflexão geral sobre telecomunicações, especialmente telefonia, e gostaria de apro-

veitar o espaço desta Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós já fizemos aqui algumas audiências públicas – lembro-me de uma no ano passado; não sei se este ano já foi feita alguma –, chamando o setor, inclusive os representantes das telefonias, chamando também o Governo para debater a questão de telefones.

A curiosidade é tanta que nós vimos agora, no último final de semana, que, em Foz do Iguaçu, abriu-se um torneio, uma nova modalidade de esporte de arremesso de celular, com a presença de muitos cidadãos paranaenses – repercutiu até nacionalmente, através da televisão, dos jornais. É uma forma de o cidadão expressar a sua indignação com a baixíssima qualidade de sinal, com o estresse que ele tem no dia a dia, porque, desde muito cedo, quando vai utilizar o telefone, já há dificuldade para completar uma ligação. Não são raras as tentativas que não se completam, já cai direto na caixa postal, dá sinal de ocupado. E, de repente, não há nada de ocupado, não há nada de desligado. Está falando, o sinal cai, interrompe no meio. Está realmente uma tragédia o sinal de celular no Brasil. Fazer por celular a comunicação de dados, então... internet é pior ainda.

Dizer a V. Ex^a se não seria o caso de nós aqui, membros desta Comissão, fazermos uma audiência pública. Se já não há algum convite dessa natureza ou se há várias.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Sexta-feira, da semana passada, e quarta-feira o Ministro vai estar aqui, amanhã de manhã. Se Comissão quiser acompanhar amanhã, na CI.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Muito bom.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Ministro Paulo, que não é de São Bernardo...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu vi aqui.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Portanto, do seu Estado, vai estar aqui na Comissão de....

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu brinco até com o Paulo Bernardo, às vezes. Outro dia estava do lado dele e falei: não deu certo a ligação? Eu falei: conhece alguém que eu possa falar a respeito? Porque, realmente, nós precisamos dar uma solução.

Cada vez mais o tempo passa e, em vez da qualidade melhorar... E ninguém conhece mais isso nesta Comissão do que o Senador Walter Pinheiro, que, inclusive, sugeriu o compartilhamento de antenas numa mesma torre ou o compartilhar por operadoras a mesma antena, encontrando soluções. Hoje, no Brasil, está uma dificuldade muito grande de se falar em celular. As pes-

soas acabam perdendo grande parte do seu dia, custo financeiro e, lógico, também boa parte do seu humor.

Era essa a colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – E as lojas seguem vendendo celular. Se soubesse desse torneio de arremesso de celular, eu teria participado, Senador Sérgio, porque também estou indignado.

Ontem, eu tentei falar em BH.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – V. Ex^a arremessar de mão ou de badoque – ou estilingue, como falam? Na Bahia é badoque.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Ontem eu tentei falar, eu estava em Brasília e pensei: o telefone aqui em Brasília está muito ruim. Fui para BH; lá está pior ainda, não se fala. Pensei que era perto de minha casa, que estava precisando de uma antena ou alguma coisa assim, mas não é. Está para todo lado. Um negócio absurdo mesmo.

Acho que temos que tomar uma providência, sim. Isso já está parecendo brincadeira. Aqui no Estádio Nacional de Brasília – falei isso com o pessoal das teles – fizeram todo um trabalho, Senador Walter Pinheiro, de celular. Disseram que estava perfeito. Fui assistir ao jogo do Brasil – antes do jogo com a Austrália – com o Japão, simplesmente não se falava dentro do estádio. Então, está realmente uma situação catastrófica. Ou fazemos um acordo de todo brasileiro jogar o celular fora, porque antigamente não precisávamos disso e conseguíamos viver. Mas hoje ficou impossível e está realmente um negócio...

Ontem, para fazer uma ligação, a pessoa ligava para mim e caía. Eu falei: o meu telefone está com problema, liga do seu. Ele ligava. No final, fizemos um acordo: vamos ligar dos fixos? Aí conseguimos falar, depois de umas duas, três horas. Por sinal, eu estava falando com o Presidente do Atlético. Eu já não estava muito satisfeito de estar falando com o cara, a linha ainda cai.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso aí deve ter sido alguém derrubou. Um cara do Cruzeiro falando com um cara do Atlético...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente Zeze Perrella, eu também gostaria de contribuir com essa discussão. E dizer ao Senador Sérgio Souza que, na semana passada, durante a audiência pública em que tivemos aqui a presença da associação que representa as operadoras de internet e de celular, a presença também de um representante da Anatel, eles mostraram dados que demonstram que há uma satisfação da sociedade por conta do serviço prestado. E questionaram os dados que apresentei, em que o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) mostra claramente há um grau

de insatisfação muito grande, inclusive por parte de todos nós Senadores aqui.

Nesse final de semana, no meu Estado de Roraima, ficamos sem poder receber nem fazer ligação desse telefone da Oi, que é do Senado Federal. Ficamos impossibilitados de ligar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Todos os Senadores ficaram sem comunicação.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Todos, todos ficaram sem.

E o mais impressionante, Senador Sérgio Souza, é que também foi colocado durante a audiência pública que há dificuldade de instalação das antenas por parte das operadoras. Foi dito que as prefeituras estão dificultando, que o órgão municipal do meio ambiente estaria dificultando a implantação das antenas para melhorar a prestação de serviços. Acho que não é isso. Pode ser um caso ou outro, caso pontual, mas não é uma questão generalizada. Os prefeitos, obviamente, todos eles, também recebem pressão da população para ter um serviço de telefonia de melhor qualidade e internet de melhor qualidade. Então, seria inconcebível esse tipo de argumento de que as prefeituras dos Municípios estariam dificultando as instalações das antenas.

Portanto, eu queria registrar aqui a nossa indignação também em relação a esses serviços e às pesquisas que foram colocadas aqui que a gente desconhece e com as quais não concordamos, qual seja, de que 50% da população estejam satisfeitas com a telefonia brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Seria o caso, Senadora Angela, de convocarmos aqui as teles para dar os nomes das prefeituras que estão dificultando, porque podem pegar um caso ou outro e generalizar, até para terem argumentos. Eu até acredito que pode haver uma, duas, três, quatro, em um universo de cinco mil cidades...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Que não incorporava...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Oi?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Acho que o ideal é a gente fazer amanhã esse debate.

Presidente, amanhã, o Ministro das Comunicações vai estar aqui, ele sozinho. A ideia é exatamente debater esse tema com ele – não vem ninguém de Anatel, não vem ninguém de empresa –, cobrar do Ministério quais são as providências. Esse é o intuito da sua vinda amanhã na Comissão de Infraestrutura, no horário nobre, às 7h30. Acho que seria importante que nós pudéssemos

participar, comunicar à Comissão de Infraestrutura que a Comissão de Ciência e Tecnologia estará presente nessa audiência e, dessa audiência, seria importante até acertarmos com a Comissão de Infraestrutura, poderíamos promover logo em seguida o debate agora com a agência e as operadoras. Ou seja, o Ministro vem e fala; depois, chamamos quem é responsável pela fiscalização e quem é responsável pela execução.

Então, daríamos consequência, pelo menos, a esse debate de quarta e sequência a essa rodada de oitivas – poderíamos chamar assim –, a partir desse tema, que já foi levantado aqui, hoje de novo arremessado, literalmente, pelo Senador Sérgio Souza. Acho que seria importante que pudéssemos dar esse encaminhamento.

Volto a propor: nós comunicaríamos à CI a nossa participação com o intuito já de marcar, se não na outra semana, pelo menos com oito dias – porque a CI também tem programação já para semana que vem –, então poderíamos deixar alguma coisa marcada para o dia 14, que é terça. Podíamos tentar fazer agora em conjunto, aqui na CCT com a CI, a vinda do dirigente da agência e do representante das empresas.

Agora, eu proporia que, nessa conversa com o representante e com as empresas, que fizéssemos um pouquinho diferente, ampliando um pouco a Mesa: se tivéssemos a oportunidade de colocar o Presidente da Anatel e, pelo menos, os dirigentes das quatro maiores operadoras, com todo o respeito ao sindicato, mas...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Já para quinta-feira, Senador Walter?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não. Estou propondo que, na quarta, a gente faça essa participação com o Ministro Paulo Bernardo e tente acertar uma data em conjunto, CCT e CI. Como eu sei que a próxima reunião da Comissão da Infraestrutura, dia 8, já tem agenda e a gente também tem agenda também para o dia 7 – dia 7, não; dia 8, que é terça –, a gente podia marcar para o dia 15, na outra terça-feira. Então, a gente poderia já deixar marcado para o dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Desculpe. Pois não, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – A gente podia deixar marcado para o dia 15, propor dia 15 à Comissão de Infraestrutura audiência, já com o desdobramento da audiência de amanhã, com a presença do Presidente da Anatel e do representante das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Acatada a sugestão, Senador Walter. Vou procurar o Presidente da CI.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Amanhã de manhã, o Ministro Paulo Bernardo estará aí. Inclusive ele está anunciando aos quatro ventos que vem para cá amanhã. Ontem bateu nas empresas adoidado, disse que o problema é falta de investimento em infraestrutura, que já devia ter um plano de exoneração. Nós apreciamos aqui umas 313 medidas provisórias de exoneração, então...

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Eu acho que o assunto é tão sério que nós deveríamos mobilizar o Congresso inteiro, criando a frente parlamentar dos insatisfeitos com o celular.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Nós podíamos, a partir desse debate, propor ao Presidente Renan, viu, Senador Zezé, se V. Ex^a também quisesse dessa forma, em vez de juntarmos a CI com a CCT no dia 15, poderíamos propor no dia 24. O dia 24 de outubro é uma quinta? *(Pausa.)*

Poderíamos propor, no dia 24 de outubro, o debate no plenário. Como a gente fez na saúde, podemos fazer nas telecomunicações.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Por que não propor uma sessão temática?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É isso! É o que estou propondo para o dia 24 de outubro.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Uma sessão temática?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Então está ótimo!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Em vez de trazer alguém da Anatel para cá, já traz Anatel e Ministro das Comunicações, no plenário, no dia 24.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos ter um seminário aqui, promovido pela nossa Comissão, sobre os caminhos para a inovação, que coincide com o dia 24.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vai ser no dia 24 também?

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É. Poderíamos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É porque quinta-feira é o dia em que estamos fazendo o debate no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Acho que dá para fazer, porque, na verdade, vou só abrir lá e, depois, tem os palestrantes.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então é isso. Poderíamos acertar com

o Presidente Renan para tentarmos fazer isso. Vamos fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos procurar, então, Senadora Angela Portela...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Acho melhor do que trazer para cá, sabem por quê?

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos os três...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Se a gente já fez aqui, vamos colocar...

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – ... o pessoal da nossa Comissão, o Senador Sérgio, o Senador Flexa, Senadora Angela e o Senador Walter, vamos procurar o Presidente Renan para acertar isso. Vamos ser bem práticos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E a gente acerta com o Presidente Collor e faz das duas Comissões, um documento das duas Comissões chamando para uma sessão de debates sobre telecomunicações. Não dá mais para retardar. O Ministro vem amanhã. Na semana passada, fizemos na CCT esse debate. Terminou, vai para ali, vai para aqui, o Ministro volta amanhã, a gente traz depois o Presidente... Então, vamos colocar o Ministro e o Presidente da Anatel, juntos, no plenário, para fazermos um debate de dia inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É verdade.

Por isso, os americanos conseguem grampear a gente com tanta facilidade. Eles estão bem adiantados.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vamos fazer isso, então.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – O Senador Walter Pinheiro tem toda razão de propor essa sessão temática para discutir colocando Ministro, Anatel, as operadoras – Senador Walter, não sei se está propondo que as operadoras venham – e os consumidores, um representante de cada setor, para que possa haver realmente o contraponto entre eles.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O consumidor podemos ser nós mesmos, Senador Flexa, que estamos bastante insatisfeitos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Mas existe um órgão que defende o consumidor. *(Pausa.)*

A Senadora Angela está propondo o Procon e o Idec.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, que fez a pesquisa recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Um do Procon e um do Idec.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Para mim, não há problema em botar uma mesa quilométrica, senão vai ficar uma banda muito larga, é a banda larga não está funcionando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não está funcionando.

Acatada a sugestão do Senador Flexa Ribeiro.

Acho que o mais importante é representar a indignação. Acho que qualquer cidadão... Não precisa ser desse órgão especificamente. Um só está bom. Acho que a indignação é nossa mesmo. É a indignação de todo usuário. Sinceramente, perdi a paciência com esse pessoal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, eles têm estatísticas de reclamações: as que são mais reclamadas, qual o tipo. São informações que nós não temos. Sabemos que não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Flexa, estou insatisfeito e nunca liguei para reclamar. Acho que a maioria não liga.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Liga, sim. Pior que liga. Não sei qual a que ganha disparado essa disputa ao contrário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Walter, o item 5 não foi lido. O Senador José Agripino solicita que V. Ex^a faça por ele, e terminamos aqui. (*Pausa.*)

É só a leitura. Obviamente, vão ficar todos para serem votados na próxima reunião.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É terminativo também, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Só lembrando, Senador Walter, um dia desses eu estava fumando e telefonando ao mesmo tempo e o telefone não funcionava. Eu fiquei tão nervoso que, acabou o cigarro, em vez de jogar o cigarro, eu joguei o telefone fora. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O pior seria se V. Ex^a tivesse enfiado o cigarro na boca para falar. Achou que o cigarro era microfone e tentou engolir. (*Risos.*)

Ou, então, enfiasse o cigarro no ouvido. Aí seria pior.

Daqui a pouco, V. Ex^a vai ter de fazer terapia celular.

O item 5 é o Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2011, que altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.

Sabem que lei é essa? A Lei Geral de Telecomunicações. É a dita cuja. O relatório do Senador Agripino Maia obviamente analisa toda a legislação e segue rigidamente todas as regras regimentais. Na sua análise, ele trata exatamente do que deseja o nobre proponente, o Senador Flexa Ribeiro.

O PLS nº250, de 2011, prevê regras específicas para o estabelecimento de obrigações de universalização na Amazônia Legal, buscando estimular a oferta de serviços de telecomunicações à população da região, que ainda não conta com uma infraestrutura adequada para seu provimento, entre outras razões, pelas peculiaridades geográficas que a caracterizam.

O primeiro ponto a se ressaltar é que o único serviço de telecomunicações sujeito a obrigações e metas de universalização é a telefonia fixa, ou Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), prestada em regime público, nos termos dos arts. 63 e 64 da LGT, e do art. 1º do Decreto nº6.654, de 20 de novembro de 2008, que aprovou o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações Prestado no Regime Público (PGO). Assim, as diretrizes propostas pela iniciativa em comento restringem-se, atualmente, à universalização da telefonia fixa e à disponibilização de infraestrutura de rede de suporte ao serviço de conexão em banda larga na região da Amazônia Legal.

Então, essa é uma preocupação já levantada aqui, pelo Senador Flexa Ribeiro, em projeto, e tratou da matéria o Senador Agripino Maia.

Portanto, buscando resolver essas questões, o Senador Agripino Maia apresenta o seu voto em consonância com toda a técnica legislativa e de acordo com toda a ordem de juridicidade. Então, o Senador opina pela aprovação da importante matéria para buscar ampliar as condições de atendimento para a Amazônia Legal.

Um dos pontos, Senador Flexa Ribeiro, muito bem destacados nessa matéria, refere-se exatamente à prioridade de recursos para a universalização de serviços da Amazônia, levando em consideração o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, ou seja, a não utilização desses recursos. Nós temos um problema de cobertura naquela região, principalmente no que confere à ampliação das metas de universalização e, conseqüentemente, à introdução do atendimento também para serviços em banda larga, e não só em voz.

Portanto, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro, como Relator *ad hoc*, ao Senador Agripino, como Relator do projeto.

O projeto é terminativo, não vamos poder deliberá-lo hoje, mas é de suma importância para a Região Amazônica. Ele pretende, em função das distâncias na nossa região, que a densidade dos terminais de acesso coletivo, os orelhões, seja, no mínimo, 50% superior às demais localidades do País, das outras regiões. E também que o parâmetro de distâncias na utilização da tarifa básica seja, no mínimo, três vezes superior àqueles adotados em outras localidades do País.

A Amazônia Legal representa 60% do nosso País. Então, nós temos que ter uma diferenciação na legislação. Se são as mesmas distâncias para a tarifa básica da Região Sul, nós teremos cobranças mais caras talvez até nos mesmos Municípios ou em regiões próximas.

Então, é uma forma de se dar um tratamento diferenciado à Região, principalmente na banda larga, que tem que ser priorizada para que possamos ter a cobertura de banda larga na Amazônia, que ainda é, eu sequer diria insuficiente, mais do que insuficiente, ela é quase inexistente na região menos populosa da nossa Amazônia.

Então, peço, quando formos a voto, o apoio dos meus pares para aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Uma região tão diferenciada, Senador Flexa, que precisa realmente de um tratamento diferenciado em tudo.

Daí a importância, V. Ex^{as} que são Senadores pela Região da Amazônia – Angela Portela e Flexa Ribeiro –, da nossa representação. Acho que as coisas são certas. Nós temos três Senadores por Estado exatamente para manter esse equilíbrio. E eu pensava há pouco que temos somente oito Deputados Federais por Rondônia. Portanto, cabe aos Srs. Senadores dessa região fazerem a diferença aqui, pois sabemos que a região precisa realmente de um tratamento diferenciado por ser tão diferente e tão importante para o País, não é? É o pulmão do mundo e orgulho do Brasil essa região.

Muito bem. Lidos os relatórios, fica adiada, então, a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião.

São os seguintes os itens lidos e cujas discussão e votação ficam adiadas para a próxima reunião:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 171, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 133, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOMPROGRESSENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 108, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA VIAMONENSE DO BAIRRO COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
(PERMANENTE)

Relatoria: Senador Eduardo Amorim
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 118, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ESPÍRITO SANTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
(PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 172, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARQUE RIO SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jquitiba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
(PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Alberto Souza
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 170, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
(PERMANENTE)

Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 127, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ACMMJ – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E MORADORAS DE JABORANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
(PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 555, de 2012**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA MONTE ALTERNATIVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanquinho, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
(PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 131, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CANDIOTENSE DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA – ACIAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 137, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 125, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES DE SANTANA DO LIVRAMENTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 195, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE NOVA MAMORÉ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 185, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 129, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRABONITENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**Nº 144, de 2013**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMOR VERDADEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – A Softex, nossa agência de promoção e obviamente de atração de investimentos também e, portanto, responsável por essa relação com o resto do mundo, enviou, agora pela manhã, convite para que nós pudéssemos acompanhá-los, no período de 8 a 14, em dois eventos, envolvendo a área de TI, o Simpósio Gartner, que é realizado todos os anos em diversas partes do mundo, voltado principalmente para essa área de produção de *software*. E o outro é o encontro com uma das operadoras nessa área de produção cultural, a Sony Filmes, pois há toda uma lógica e uma mudança consubstancial nesse mercado no Brasil, particularmente se expressando na TV por assinatura, e a ideia é que a Softex brasileira, tanto nesse simpósio quanto nessa reunião com a Sony Filmes, atraia esses investidores para produção aqui no Brasil.

Como eu sou um dos autores da lei que resultou na nova lei de TV por assinatura, eu tive a oportunidade de ser Relator dessa matéria decorrente de um projeto de lei apresentado por mim em 2007, Projeto de Lei nº 332, na Câmara dos Deputados, que depois se transformou no PL nº 116, e agora é a nova Lei do Audiovisual Brasileiro, a lei que determina inclusive a introdução nas chamadas grades de programações das TVs por assinatura e três horas e trinta semanais de produção nacional. Essa lei aponta para a perspectiva de introdução também como regra de que 50% dessa produção nacional tem que ser feita com produtoras independentes. O que é também mais um incentivo nessa área de produção cultural no Brasil e, claro, geração de

postos de trabalho, renda, enfim, uma movimentação estupenda no mercado audiovisual brasileiro.

Para V. Ex^a ter uma ideia, depois da aprovação da lei pelo Senado e, obviamente, depois da sanção da Presidenta Dilma, nós já temos mais de 200 pedidos de instalação de novas empresas nessa área. Isso tem um impacto, Senador Zeze Perrella, importantíssimo na nossa economia.

Para entendermos o que era e o que é hoje essa realidade, lembro-me de, quando começamos a discutir essa lei aqui no Brasil, um dos comparativos que eu fazia era que o preço por canal em um sistema de TV por assinatura no Brasil chegava a ser nove vezes mais caro do que o mesmo canal e, às vezes, do mesmo operador patrocinado na Argentina. Não vou nem comparar com a Europa. Vou comparar aqui no nosso continente americano. Então, nove vezes mais caro.

Nós aumentamos o número de usuários ou de assinantes do sistema de TV por assinatura, aumentamos a capilaridade também com esse projeto, pois foi permitida a ampliação da distribuição desse sistema e, óbvio, toda a lógica de preço e oferta está muito associada à escala. Foi assim que nós barateamos o preço do computador. Assim que a gente derrubou o preço de aquisição de determinados equipamentos no Brasil.

E, agora, a minha expectativa, Senador Flexa, é que inclusive com a PEC da música, a gente também, ao dar esse incentivo, e obviamente buscando escala, nós possamos derrubar o preço dessa mídia. Aliás, esse foi o combate mais vigoroso que nós fizemos à pirataria no Brasil. Quem não se recorda aqui que muita gente viajava a Foz do Iguaçu, para atravessar a fronteira e comprar memória de computador no Paraguai, quando não, comprar o computador inteiro. Então, isso não compensa mais. Por quê? Porque nós ganhamos tanto no preço quanto na escala. Consequentemente é de suma importância que a gente faça isso uma das maiores áreas que temos no Brasil. O Brasil é rico em produção cultural. Mas não exploramos, ao longo dos anos, a nossa indústria criativa nem a nossa indústria cultural. Essa é ainda uma das maiores fontes de arrecadação do Estado americano: a indústria cinematográfica, a indústria da cultura.

Nós temos um potencial enorme, Senador Zeze Perrella. E, nesse particular, Senador Flexa Ribeiro, o que nós buscamos com o projeto, inclusive foi fazer o incentivo regional. Por que não podemos ter produção cultural no Pará para aproveitar, além da cultura da terra, ou seja, a cultura regional, tentar botar isso, mas ganhar as telas do mundo, as telas do Brasil? Porque não adianta um sujeito lá no Pará, a duras penas, estabelecer, num esforço enorme, a sua produção cultural e ele veicula onde? Não há obrigatoriedade.

Então, o que nós já assistimos nas TVs por assinatura aqui no Brasil, Senador Flexa, era, às vezes, a

semana inteira repetindo o filme o mesmo filme. Tinha um tal de “O Diabo Veste Prada” que vestia Prada todos os dias na tela; “Duro de Matar” era duro de ver, porque todos os dias estava lá o filme do Bruce sendo repetido...

Então, se há a necessidade repetir filmes a semana inteira é porque está faltando estímulo. Então, entrar os documentários, os traços regionais do Brasil, começar a ter produção nossa... E nós pedimos apenas três horas e trinta minutos semanais. Foi isso que nós conseguimos aprovar, com um detalhe: 50% disso é que é de produção independente.

Portanto, ainda é pouco, mas só isso, Senador Flexa, já estimulou o mercado. Nós conseguimos botar na lei um fundo de R\$300 milhões. O fundo já tem, inclusive, com recurso maior do que isso. Diversas produtoras independentes no Brasil já se habilitaram junto a Ancine para esse processo. Portanto, há uma verdadeira revolução nessa área no País.

Começou ontem, no Rio de Janeiro, um grande debate sobre esse tema, Senador Zeze Perrella. Isso vale para o Pará, vale para Minas, vale para a Bahia. Contar as histórias das Gerais... Quantos produtores independentes ralam no interior de Minas Gerais fazendo suas produções, depois as colocam embaixo do braço e saem por aí tentando ver onde consegue pelo menos veicular, botar em alguma tela. Quem não é visto não é lembrado, Zeze, não tem jeito! E esse é um dos graves problemas que a gente tinha nesse negócio da chamada apresentação da produção cultural brasileira.

Portanto, além da questão de fora tem a questão de dentro. Quantos paraenses, meu caro Flexa Ribeiro, foram embora para Rio e São Paulo? Quantos? Sob a explicação de que: “Só tenho condições de expressar a minha arte no lugar onde haja pelo menos um pinga de possibilidade, onde haja canal de veiculação”.

Então, estamos tentando inclusive regatar isso, Senador: estabelecer a produção lá no Pará. Ter condição de, do Pará, disparar para o mundo inteiro, gerar emprego lá e fazer a leitura local. Isso é importante.

Eu tenho quase que um compromisso com isso. Nós batalhamos. O nosso projeto foi apresentado em 2007 e conseguimos aprová-lo em 2012. É lei no País hoje isso. A nova Lei do Audiovisual Brasileiro. Apanhei mais do que mala velha para largar o mofo de muita gente aí!

Quem não se lembra de uma grande campanha de uma TV por assinatura, que dizia assim: “Querem tirar a liberdade de escolha”. Eu não quero tirar a liberdade de escolha de ninguém. Agora, esses caras estão festejando, porque aumentou consideravelmente o número de usuários e o número de produções. Eles agora estão festejando. Estavam ali no canto. Não cresciam nem nada. Não cresciam pelo preço e não cresciam exatamente pela ausência de qualidade.

Portanto, quero pedir a V. Ex^a que pudesse aprovar esse requerimento, o estou fazendo oralmente. Eu fui comunicado agora há pouco pelo Softex, que é a nossa agência, que eles gostariam que eu os acompanhasse. Eu, inclusive, tenho de ver a minha vida nesse processo, até porque eu fui um dos autores da lei e também pudesse acompanhar essa equipe do Softex lá no Simpósio Gartner, que trata exatamente da produção de *software*. E não é só produção para TV, nós estamos falando de cultura para produção de outros meios, as novas mídias. Esse é um grande mercado que temos de explorar no Brasil e explorar inclusive a criatividade do nosso povo.

Eu queria submeter isso a V. Ex^a. O meu gabinete deve providenciar. Então, ao aprovarmos aqui, a gente faz a redação. Então, estou requerendo a V. Ex^a que eu possa participar, a convite do Softex, no período de 8 a 14 de outubro...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Em votação o requerimento do Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Aprovado, Senador.

Não havendo nada mais a tratar, damos por encerrada esta reunião.

Obrigada aos senhores.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013

Às dez horas e vinte minutos do dia dez de setembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Aníbal Diniz, reúne-se a Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil, com a presença dos Senhores Senadores Luiz Henrique, Valdir Raupp, Alfredo Nascimento, Angela Portela e Flexa Ribeiro e o Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixa de comparecer o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. 1ª

Parte: Apreciação do Relatório Final da Subcomissão. Após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Luiz Henrique, faz uso da palavra para discutir a Senadora Angela Portela. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Subcomissão aprova o Relatório da Subcomissão Temporária de elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil. Nos termos do Art. 73, parágrafo 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para deliberação do Plenário. 2ª Parte: Lançamento da Revista “Em Discussão!” – Terras-Raras, Estratégia para o futuro. Comparecem à reunião, na qualidade de convidados, os Senhores Davi Emerich, Diretor da Secretaria de Comunicação Social; João Carlos Teixeira, Editor-Chefe da Revista “Em Discussão!”; Flávio Faria, Coordenador do Jornal do Senado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Anibal Diniz**, Presidente da Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura que se realiza nesta data, 10 de setembro de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A presente reunião tem por finalidade a apreciação do relatório final da Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras do Brasil, oferecido pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, a quem convido para tomar assento à Mesa.

Gostaria de reforçar que esta Comissão foi constituída com o desafio de, até o último dia do mês de agosto, apresentar o seu relatório. O Senador Luiz Henrique da Silveira, o nosso Relator, preciso como

um relógio de boa procedência, ao término do mês de agosto, estava com o seu relatório elaborado e, ao viajar para a Europa, já nos deixou o relatório em mão.

Antes de passarmos a palavra ao Relator para a leitura do seu relatório final, é importante ressaltar o rico conteúdo produzido pelos trabalhos da Subcomissão, assim como a sua objetividade e celeridade.

Em um curto espaço de tempo, realizamos cinco audiências públicas, ouvindo 24 especialistas do mais alto gabarito, alguns presentes em nossa reunião de hoje, e também contamos com a participação e o compartilhamento da experiência por algumas representações estrangeiras, como a do Japão e da Austrália.

Coletamos as mais diversas e profundas opiniões, e tudo isso permitiu, de uma forma pródiga e rica, estabelecer um amplo campo de análise para o nosso Relator, o Senador Luiz Henrique da Silveira.

Chamamos a atenção também para o envio pelo Governo, durante o curso dos nossos trabalhos, do Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração, onde, certamente, o resultado que nos será apresentado, daqui a pouco, terá o seu lugar de destaque. Tudo isso, por si só, denota a importância da criação dos trabalhos desenvolvidos por esta Subcomissão.

Por tudo isso, além do brilhante resultado que será apresentado pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, merece igual destaque o lançamento, hoje, de mais uma edição da Revista *Em Discussão!*, que traz o título Terras-Raras, Estratégia para o Futuro, preparada com esmero pela Secretaria do *Jornal do Senado* que integra a Secretaria de Comunicação do Senado Federal, às quais esta Comissão deixa o reconhecimento pela qualidade do resultado e o agradecimento pelo empenho.

Logo ao final da nossa reunião, será a nova edição apresentada e distribuída para o conhecimento de todos. A revista também terá uma versão eletrônica que poderá ser facilmente acessada e distribuída por todos. Certamente, teremos, aqui, um marco para o setor de mineração e, em especial, para a mineração de terras-raras e acompanharemos a evolução do tema na expectativa dos melhores resultados.

Cabe-nos, por fim, declarar que esta Presidência procurou pavimentar o caminho e fornecer a estrutura necessária para o bom andamento dos trabalhos, sempre com o apoio da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo nosso Senador Zeze Perrella. E nos enchemos de satisfação pelos resultados alcançados e aproveitamos também para apresentar os agradecimentos à equipe técnica, que tem sido muito diligente desde o primeiro dia da instalação da nossa Subcomissão.

Ditas, então, essas palavras iniciais e dando continuidade à 7ª Reunião da Subcomissão de Terras-Raras, passamos agora a ouvir a leitura do relatório

final, elaborado com muito esmero pelo nosso Senador Luiz Henrique da Silveira, que nos deu a honra de atuar como Relator nesta Subcomissão.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC)

– Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz; Sr. Diretor da Secretaria de Comunicação Social desta Casa, David Emerich; Sr. Coordenador do *Jornal do Senado*, Sr. Flávio Faria; Sr. Editor-Chefe da Revista *Em discussão!*, João Carlos Teixeira; Sr^{as} e Srs. Senadores, membros da comunidade científica aqui presentes, em primeiro lugar, quero exaltar a participação decisiva do Presidente, Senador Anibal Diniz, que nos permitiu, em operando a realização das audiências públicas que ele já relatou, cumprir o prazo que havíamos estabelecido de apresentar as recomendações para o marco regulatório até o final de agosto.

Quero cumprimentar o Sr. David Emerich, o Sr. Flávio Faria e o Sr. João Carlos Teixeira pela forma extraordinária com que compuseram essa revista, abrangendo todos os aspectos da questão. Ficou uma revista primorosa, que vai servir de divulgação científica nas universidades, nos centros de excelência e junto à comunidade científica deste País, e, pela forma didática, clara e objetiva com que a revista foi elaborada, permitir o conhecimento dessa questão, que é crucial para o futuro do País perante não só a comunidade científica, mas também outros representantes da população brasileira, de modo a popularizar esse tema e elegê-lo como uma das prioridades nacionais.

Feito esse preâmbulo, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a e a todos os membros da Comissão, agradecendo ao Presidente Zeze Perrella, que viabilizou tudo o que era necessário para que os trabalhos fossem realizados, vou fazer a leitura do parecer.

Como o parecer encontra-se avulso, vou dispensá-los da leitura da síntese de cada depoimento realizado aqui, nesta Comissão. São 24 personalidades que se pronunciaram, e nós procuramos, nessa síntese, descrever a opinião clara e exata de cada um deles.

Assim, vou remeter-me diretamente às recomendações que nós elaboramos, fruto desse grande debate, dessa grande discussão, de todo o aprendizado que obtivemos nessas audiências.

Análise e recomendações.

Desde que foi criada e instalada, o objetivo da Subcomissão é o de oferecer um marco regulatório que assegure ao Brasil, independentemente de oscilações de preço de mercado, o domínio do conhecimento científico e tecnológico em relação às terras-raras.

Esse é o objetivo. O que deve importar é que possamos dominar todas as fases do aproveitamento desses minerais estratégicos, para não ficarmos reféns

de outros países e sermos independentes no processo, que é essencial para a produção dos novos produtos de metal e eletro-eletrônicos, que são fundamentais e reclamados pela nova era industrial que se descortina.

O objetivo, então, é este: fazer com que o Brasil tenha uma decisão política de investir no desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. E, dentro dessa decisão política, passar a integrar o Poder Público com a iniciativa privada. A opinião praticamente unânime das 24 personalidades aqui ouvidas é de que deve haver uma integração, a maior possível, entre o Poder Público e o setor privado nessa área.

Está cada vez mais claro que não podemos continuar deixando o setor privado fora da participação no manuseio e na elaboração de produtos radioativos.

Esse é um passo de modernidade que o Brasil precisa dar, até porque os elementos de terras-raras, em sua grande maioria (aqueles que foram já identificados no País), estão associados com minerais radioativos.

Também precisamos encontrar mecanismos de compensações financeiras (*royalties* da mineração), que sejam justos na retribuição à população da redução de um patrimônio público, devendo ser convertida em outros ativos, melhorando o desenvolvimento humano da região afetada com a exploração mineral, inclusive para o financiamento das reparações ambientais.

A primeira questão fulcral é o domínio científico e tecnológico de todas as fases da exploração e industrialização dos 17 elementos de terras-raras.

A segunda, estabelecer a participação público-privada para acelerar a produção de catalisadores, ímãs permanentes e outros produtos oriundos desses minerais estratégicos.

A terceira, eliminar o monopólio público sobre o manuseio de elementos minerais radioativos, que gerou, ao longo de décadas, a paralisia dessa atividade.

A quarta, dar ao setor um marco regulatório que permita a autossuficiência nacional nos produtos derivados desses elementos.

A quinta, expandir a condição de País fornecedor de produtos de valor agregado, reduzindo a atual condição de exportador de *commodities* minerais e agrícolas.

Sexta, descentralizar as ações, delegando parte da execução da política aos Estados e Municípios. Sem isso, não se logrará agilizar os processos de pesquisa, de licenciamento de lavras, beneficiamento, tecnologia mineral, exploração e comercialização dos aludidos bens minerais.

Sétima, garantir segurança jurídica aos investimentos no setor.

Oitava, transformar o papel do Estado em incentivador, inclusive com linhas de crédito, reduzindo a burocracia e a interferência estatal.

Nona, ampliar e fortalecer a articulação federativa de ações de geologia, mineração e transformação mineral por intermédio do tripé Ministério de Minas e Energia/DNPM/CPRM.

Décima, incrementar o conhecimento do Território brasileiro, emerso e imerso, mediante reprogramação do mapeamento geológico do País, baseado no trabalho da CPRM, e fundamentado na primeira cartografia básica feita pelo Exército brasileiro – e esse é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do setor –, tendo em vista que, hoje, conhecemos apenas cerca de 30% do Território nacional. Ou seja, temos cartografado apenas 30% do Território nacional em relação ao seu potencial mineral.

Décima primeira, realizar projetos inovadores, articulando a cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministério de Minas e Energia, os centros de excelência (como Cetem, o Certi e a Coppe) e empresas públicas e privadas.

Décima segunda, com esse objetivo, criar redes de trabalho que reúnam empresas, institutos de pesquisa aplicada, parques tecnológicos, incubadoras e universidades, para construção de projetos-piloto e de laboratórios-fábricas.

Décima terceira, no âmbito dessa integração, criar o Programa de desenvolvimento tecnológico dos elementos de terras-raras, envolvendo as áreas governamentais afins, e integrando nesse esforço os três níveis federativos.

Décima quarta, a criação de programas de longo prazo, destinados a apoiar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, à semelhança do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, regulamentado pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007.

Décima quinta, maior recurso ao Imposto sobre Exportação para coibir a exportação de minério em estado bruto. Esse imposto, regulamentado pela Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998, pode servir para estimular o processamento interno do minério e o domínio da cadeia produtiva.

Nosso objetivo, Sr. Presidente, é o de propor dispositivos que acelerem o mapeamento geológico do Território nacional, identifiquem o potencial das terras-raras na mineração e na indústria, e estimulem a articulação entre órgãos governamentais e o setor privado, de modo a aumentar a competitividade nacional e garantir a soberania nacional.

Por último, quando da tramitação do Projeto de Lei nº 5807, de 2013, nesta Casa, após sua deliberação pela Câmara dos Deputados, e em atendimento às recomendações contidas neste documento, sugerimos a inclusão de um “Capítulo Específico” incluindo

a criação de um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Exploração de Terras-Raras e da Criação de Cadeia Produtiva no Brasil para os Metais Estratégicos, abarcando as sugestões, que ora apresento neste relatório.

Sr. Presidente, nós já estamos trabalhando no sentido de transformar essas recomendações em projeto de lei, projeto a ser apresentado por esta Comissão, que poderá depois ser apensado ao projeto que tramita na Câmara – se ele vier a ser aprovado anteriormente à deliberação desse projeto de lei –, no sentido de que tenhamos efetivamente um marco regulatório que permita ao Brasil se capacitar nessa área.

Na década de 80, nós renunciávamos à capacitação de todo o processo e nos guiamos pela lei do mercado. Como a China oferecia o produto a baixo custo, nós entendemos que era melhor importar os insumos da China do que desenvolver a cadeia produtiva desses minerais.

O Brasil não pode renunciar de novo. Isso é fundamental, como a própria revista aqui estabelece, para o fortalecimento da nova indústria, da indústria cada vez mais inteligente, da indústria cada vez mais criativa, da indústria cada vez mais incorporadora do conhecimento. Essa é a indústria dos cenários... Não é daqui a cem anos. É da próxima ou das próximas décadas. E o Brasil não pode simplesmente, quando o mercado de novo estabelecer preços baixos e insumos, paralisar a sua atividade de investigação científica, paralisar a sua atividade de desenvolvimento tecnológico e de produção de catalisadores, de ímãs permanentes e de outros produtos oriundos de terras-raras que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso País.

Quero cumprimentar o Presidente Renan Calheiros, toda a Mesa do Senado e os seus ilustres colaboradores pela elaboração dessa revista. Ela vai transformar um assunto que é de absoluto desconhecimento público num assunto da ordem do dia da preocupação dos brasileiros.

Parabéns, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Parabéns, Senador Luiz Henrique da Silveira, pelo brilhante relatório.

Coloco em discussão o relatório do Senador Luiz Henrique, se algum Senador quiser se manifestar.

Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Senador Anibal Diniz, Presidente desta Subcomissão, eu queria apenas parabenizar V. Ex^a como Presidente e ao Relator, Senador Luiz Henrique, pelo brilhante trabalho realizado, pelas inúmeras audiências públicas para debater esse tema de tanta

importância para a economia do nosso País, para a produção de conhecimento nessa área.

Então, gostaria de parabenizá-los por esse trabalho. E gostaria também de destacar e valorizar o trabalho da equipe de Comunicação do Senado Federal: do David, que é Diretor da Secretaria de Comunicação Social; do Flávio, que é o Coordenador do *Jornal do Senado*; e do João, que é editor da revista *Em Discussão!*

O trabalho que vocês realizam aqui no Senado, na divulgação das atividades dos Parlamentares, na produção de revistas dessa qualidade, com esse nível de informação, de conhecimento, é um trabalho que precisa ser reconhecido e valorizado por todos os Senadores e Senadoras deste Senado Federal. E é reconhecido também pela sociedade brasileira.

Eu não posso deixar de frisar que a forma como é feita a divulgação do trabalho dos Parlamentares ajuda na prestação de contas que cada Parlamentar tem que dar à sociedade que o elegeu.

Então, o trabalho que vocês realizam é de muita importância, é de muita qualidade. E eu não podia deixar de valorizar e de destacar no momento em que vocês publicam mais uma revista *Em Discussão!* Cumpre-nos dar essa valorização, esse reconhecimento à qualidade de comunicação que vocês realizam aqui, tanto no *Jornal do Senado* quanto na comunicação como um todo do Senado Federal.

Então, eu queria parabenizar a todos por esse momento tão importante aqui no Senado Federal.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Agora, com a palavra o Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Eu queria cumprimentá-lo, Senador Anibal, pelo brilhante trabalho e cumprimentar também o Senador Luiz Henrique. Nós sabíamos, de antemão, que esse trabalho que V. Ex^{as} fizeram seria de altíssima qualidade, pela experiência como Parlamentares, pela experiência do Senador Luiz Henrique como ex-governador e como experimentado Parlamentar.

Dessa forma, nós sabíamos, Senador, que o relatório de V. Ex^a sairia com essa qualidade que saiu. Eu fico muito feliz em tê-los na Comissão, em ter pessoas tão brilhantes e experientes.

Cumprimento também o Sr. João Carlos Teixeira, editor-chefe da revista, pelo brilhante trabalho que tem feito no Senado, na área de comunicação, bem assim o Sr. David Emerich e o Sr. Flávio Faria. Parabéns pelo trabalho de comunicação que V. S^{as} realizam. São pessoas como vocês que fazem com que o nosso trabalho, como Senadores, apareça. Então, mais uma vez,

obrigado a vocês pelo brilhante trabalho. Parabéns a todos vocês!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por favor, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu apenas queria acrescentar o seguinte: a Subcomissão, com apoio da Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo que quero agradecer a V. Ex^a e ao Senador Zeze Perrella, elaborou um DVD com todos os depoimentos que foram prestados aqui e todos os debates que foram realizados nesta Subcomissão.

Quero agradecer também aos membros da Consultoria da nossa Casa e, especialmente, a toda a minha equipe, particularmente àqueles que se dedicaram mais a essa questão, como o meu chefe de gabinete, Dr. Eduardo Siqueira, e ao Dr. Jorge Welter, que se dedicaram na compilação desses depoimentos que enriquecem o relatório que elaboramos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não mais havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Luiz Henrique da Silveira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório final, nos termos do art. 73, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, para deliberação daquele colegiado.

Antes de encerrarmos esta nossa última audiência da Subcomissão de Terras-Raras, gostaria de fazer um agradecimento especial à equipe de comunicação do Senado Federal, ao Sr. Flávio Faria, ao Sr. David Emerich, Diretor da Secretaria de Comunicação, que foi muito atencioso e preciso ao puxar para a revista *Em Discussão!* também esse debate sobre terras-raras.

Gostaria, ainda, de aproveitar este momento para também conceder a palavra ao Sr. João Carlos Teixeira, a fim de que possa fazer a apresentação da revista.

Se alguém mais entre os diretores quiser fazer uso da palavra, sinta-se à vontade.

O SR. JOÃO CARLOS TEIXEIRA – Bom dia a todos; bom dia, Senador Anibal Diniz, Presidente da Subcomissão; bom dia, Senador Luiz Henrique, Relator; Senador Zeze Perrella, Presidente da CCT; Senadora Angela Portela; meus colegas diretores, Flávio, David, Florian, Faria, Paulo, Andréia e todos os colegas de Senado aqui presentes.

O que eu tenho a falar é simples: nós estamos aqui, com essa revista, cumprindo o nosso papel de fazer a divulgação dos trabalhos do Senado Federal, mostrando, nessa revista, como é rico esse trabalho, como aqui expôs o Senador Luiz Henrique com o relatório que acaba de apresentar.

Em particular, trata-se de um tema que parece muito simbólico para o País, para o Brasil, que significa querermos deixar de simplesmente retirar matérias primas para passarmos a ser produtores de bens de alto valor agregado para oferecer ao mercado internacional.

Para elaborar essa revista, nada melhor do que esse manancial de informação que o Senado consegue oferecer. Foram cinco audiências públicas, com 21 especialistas escolhidos a dedo, pessoas com o seu conhecimento em todas as áreas que perpassam esse setor de terras-raras. Assim, o nosso trabalho acaba sendo simplesmente o de fazer a divulgação de um trabalho de excelente qualidade e de altíssimo nível que o Senado e a Comissão de Ciência e Tecnologia nos oferecem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo. PT – AC) – Obrigado.

O Sr. Flávio gostaria de usar da palavra?

O SR. FLÁVIO FARIA – Rapidamente, Senador Anibal Diniz, em nome de quem cumprimento todos os Senadores aqui presentes e os colegas, eu queria agradecer o espaço, porque sabemos das dificuldades de agenda de todos os Senadores, sabemos que o trabalho é sempre corrido e que muitos têm de se desdobrar para estar em vários lugares ao mesmo tempo. Contar com este espaço para lançar a revista sobre um assunto tão interessante e tão delicado é uma honra muito grande para nós.

Acrescento algo ao que o Senador Luiz Henrique e o João falaram: o nosso papel é realmente a divulgação do trabalho dos Senadores. O protagonismo do trabalho está nas mãos dos Senadores.

Acredito que a prova de que o tema foi bem escolhido seja exatamente o que ele falou: é um assunto pouquíssimo conhecido. Nessas semanas em que produzimos a revista, sempre que alguém me perguntava sobre o assunto da próxima revista, eu dizia: “Terras-raras”. E a pessoa, primeiro, não entendia o que eu tinha falado: “Terras-raras”. A segunda reação era perguntar: “Terras-raras?” “Sim, terras-raras.” “O que são terras-raras?” E aí eu tentava resumir em uma frase, o que é bem difícil. A pessoa já se interessava. E eu dizia: “Olha, aguarde um pouquinho, que já vai sair a revista, e você vai entender o que são terras-raras.”

Este é o nosso papel mesmo: transformar esse assunto, que é complexo e que envolve muitos atores... Há uma disputa internacional em jogo. A gente vem

acompanhando a disputa com a China, o que está nesse eslaides aí também destacados. A ideia é justamente a que o Senador salientou: transformar esse assunto, que é complexo, num assunto do dia a dia de todos nós. E temos de ajudar, de contribuir de alguma forma para alcançar um dos objetivos destacados no relatório, que é o de transformar esse assunto numa das prioridades do País. Espero que tenhamos atingido esse objetivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo. PT – AC) – Tem a palavra o Sr. David.

O SR. DAVID EMERICH – Também serei rápido.

Senador Anibal Diniz, Presidente da Subcomissão; Senador Luiz Henrique, Relator; Senador Perrella; Senadora Angela, primeiro, faço um agradecimento ao nosso parceiro de fé, que é a Gráfica. Vocês percebem que a impressão... Nós produzimos o conteúdo, diagramamos, mas a impressão primorosa é da Gráfica. Então, sem a Gráfica, não chegamos a lugar algum. Então, eu queria estender muito diretamente à Gráfica os agradecimentos que todos os senhores fizeram ao trabalho da Comunicação.

Em segundo lugar, agradeço ao nosso pessoal do *Jornal*, que, mesmo pertencendo à Comunicação, é um pessoal que engrandece a Comunicação. Talvez, seja um dos melhores núcleos de *expertise* de trabalho impresso deste País. Não perde para a *Folha de S. Paulo*, não perde para o jornal *O Estado de S. Paulo*, não perde para a *Veja*. Nós temos um núcleo excelente, com uma *expertise* instalada, que, certamente, ainda vai dar muitas alegrias nessa perspectiva de divulgação do trabalho do Senado.

E aí cai um pouco aquele mito que é muito comum em épocas de loucuras tecnológicas, o do vaticínio do fim do jornalismo impresso e do impresso. É claro que ele vai ter de, cada vez mais, encontrar o seu lugar, mas essa revista, que, inclusive, é uma ideia original do nosso Fernando Mesquita, ex-diretor, mostra que o trabalho impresso tem sua importância, tem seu lugar. E ele, certamente, vai conviver com a gente por muito tempo.

É bom que os Senadores saibam que a tiragem dessa revista é pequena. Por quê? A gente trabalha com a ideia de não haver desperdício. Então, essa revista não é colocada em escaninhos, não é distribuída aleatoriamente, para ficar encalhada nas prateleiras. Não! Cada revista dessas – já é o 17º número, vamos para o 18º, que trata de mobilidade urbana – é dirigida exclusivamente para os atores que atuam nessa direção: sindicatos, entidades, universidades. Então, ela sempre tem um público dirigido. Além do mais, ela está na internet para *download* e para acesso de universitários e de estudantes.

As nossas revistas – este já é o 17º número – têm um conteúdo bastante permanente; ou seja, daqui a três

ou quatro anos, alguma coisa já poderá estar ultrapassada, os projetos dos Senadores, talvez, já tenham sido aprovados, mas o conjunto dos textos e dos documentos será atual e referencial para qualquer tipo de estudo, indo do estudo do movimento secundarista até o estudo universitário, de segundo, de terceiro e até de quarto grau.

Agora, aos elogios dos Senadores, a gente diz o seguinte: “A gente não inventa: a gente só faz e reflete aquilo que os Senadores fazem.” Infelizmente, nossa grande mídia não tem condições – não é nem competência, porque competência eles têm –, pois eles não conseguem dar vazão a tudo aquilo que os Srs. Senadores produzem com grande qualidade. A quantidade de ideias, de projetos, de modelos e plurais, sem ser algo autoritário, isso tudo está no Senado e passa pelas comissões. É esse o trabalho que a gente sempre tem o interesse de refletir. Portanto, os Srs. Senadores podem ter certeza de que a gente não inventa nada. A competência é de vocês.

Nós queremos ser protagonistas dessa competência dos Srs. Senadores, mostrando esse trabalho, cada vez com maior desenvoltura, para a sociedade brasileira. Então, a gente agradece os elogios. A gente não merece tanto, pois os elogios devem ser dado aos Srs. Senadores, mas agradecemos, sinceramente. Isso nos emociona e nos faz trabalhar cada vez melhor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. David.

A revista, em discussão, traduz debates. Mas, neste caso, na abordagem que fez desse trabalho da Subcomissão de Terras-Raras, ela ganhou *status* de revista científica mesmo. Ela vai, certamente, suprir a necessidade de informação das pessoas que tiverem curiosidade sobre esse assunto. Então, as pessoas que tiverem acesso ao relatório do Senador Luiz Henrique e ao produto dessa revista, com certeza, já não mais terão aquela pergunta sem resposta do que são as terras-raras e qual é a abordagem que a gente pode fazer a respeito, principalmente porque o relatório do Senador Luiz Henrique já traz um conjunto de proposições para o Governo brasileiro ter um olhar especial, um olhar atento a esses minerais que são absolutamente estratégicos para nosso País. Não obtive a atenção devida até aqui, mas nós esperamos que, com o término dessa nossa ação, nesses quatro ou cinco meses de trabalho, que esse resultado contribua, de alguma maneira, para o despertar de interesse por parte das autoridades do Governo Federal, no sentido de que as providências propostas no relatório do Senador Luiz Henrique possam ser incorporadas como políticas de governo.

Antes de encerrarmos esta parte dos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, agradecendo a presença de todos e cumprimentando, mais uma vez, o Senador Luiz Henrique pelo brilhante relatório, damos por encerrada esta Subcomissão de Terras-Raras.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO SENADO DO FUTURO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quarenta minutos do dia dezoito de setembro do ano de dois mil e treze, na sala de audiências da Presidência do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Paulo Paim, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Cyro Miranda, Wilder Moraes, Blairo Maggi e Eduardo Amorim. Comparecem, ainda, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Braga, que não são membros da Comissão, além da Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Deixa de comparecer o Senador Ricardo Ferraço. Usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Relator da Comissão, Luiz Henrique, Presidente da Comissão, e Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e seis minutos, lavrando eu, Flávio Roberto de A. Heringer, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique**, Presidente da Comissão Senado do Futuro

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – A partir deste momento, solicitamos a gentileza de manterem os telefones celulares no modo silencioso.

Senhoras e senhores, boa tarde.

Tem início a solenidade de instalação da Comissão Senado do Futuro, criada pela Resolução nº 14, de

2013, com a finalidade de promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País. A proposta da Comissão será discutida com a sociedade organizada, temas como: Cidadania e Novas Formas de Relações Sociais; Democracia; Paradigmas Futuros da Economia; Fronteiras da Ciência, da Educação e do Conhecimento; Futuro da Arte e da Cultura; e Meio Ambiente.

Esta Comissão é presidida pelo Senador Luiz Henrique e tem como Relator o Senador Cristovam Buarque. Integram também a Comissão os Senadores Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Humberto Costa, Paulo Paim, Cyro Miranda, Wilder Moraes, Blairo Maggi e Eduardo Amorim.

Neste momento, convidamos para fazer o seu pronunciamento o Relator da Comissão Senado do Futuro, Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque. *(Palmas.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um, creio que quem deve falar hoje aqui é o nosso Presidente tanto do Senado quanto da Comissão.

Entretanto, quero apenas agradecer ao Presidente Renan Calheiros, que acolheu a ideia imediatamente. Eu a levei para ele faz pouco tempo e disse que nós precisávamos reunir-nos não apenas nas comissões temáticas, que já temos, para discutir projetos de lei e, de vez em quando, as audiências públicas, para ter algo mais aberto, que pudesse discutir, a longo prazo, o futuro.

Creio que o Senado pode dar uma grande contribuição nesse sentido. Graças ao Presidente Luiz Henrique, creio que podemos fazer um grande trabalho.

Conte comigo, Sr. Presidente, para ajudar como Secretário da sua Comissão.

Um grande abraço.

Muito obrigado, Presidente Renan Calheiros. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra o Presidente da Comissão Senado do Futuro, Exmº Sr. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Meu caro Presidente do Senado, Senador Renan Calheiro, minha cara Ministra Ideli Salvatti, minha conterrânea e companheira, meu caro Relator, Professor Cristovam Buarque, Srªs e Srs. Senadores, membros da Comissão, prezados amigos, vou começar com três temas, dos quais temos tratado durante esta legislatura: o tema ambiental, que propiciou uma profunda discussão, num debate muito rico na Câmara e no Senado, gerando um projeto ao mesmo tempo social e ambiental, principalmente depois que a Presidente Dilma Rousseff editou a Medida Provisória, privilegiando a agricultura familiar; o debate sobre a indústria do futuro, que terá como insumos indispen-

sáveis elementos providos de terras-raras. Não haverá produtos eletro-eletrônicos mais baratos e econômicos, em termos de consumo de energia, se não contar com ímãs permanentes, oriundos de terras raras; a prospecção de petróleo, cada vez mais complexa, com profundidades cada vez maiores, terá de contar com catalizadores, lâmpadas mais eficientes, aparelhos eletrônicos mais diversos, tomógrafos, computadores, ressonâncias magnéticas, televisões, tudo isso vai depender de elementos de terras-raras.

Portanto, esse é um tema que deve constar dessa agenda do Brasil no futuro, como diz o Professor Cristovam Buarque.

A discussão que se vai ter de produzir rapidamente sobre o *Fracking*. O Brasil vai renunciar à extração de gás de xisto, por injeção de água, areia e produto químico, à profundidade inferior a mil metros, ou vai apropriar-se dessa tecnologia que está dando aos Estados Unidos a perspectiva de, em 20 anos, tornar-se autossuficiente em energia, o que vai criar uma nova geopolítica mundial, porque o Oriente Médio vai deixar de ser tão importante quanto o é hoje.

Então, esse é outro tema, e o meu Presidente já tratou disso numa audiência pública, caro Senador Blairo Maggi, onde ouvimos especialistas das diversas áreas, colocando um dilema, o mesmo que tivemos no Código Florestal: a conciliação entre a produção e a preservação.

E nós vamos estar nesse dilema em relação ao *Fracking*. Nós vamos sobrepor a produção do gás natural, sem cuidado ambiental, ou nós vamos regulamentar essa produção, de tal modo que não haja dano ambiental.

Então, estou citando, meu caro Paim, só três dos muitos temas que abarcam a informática, a Internet, a biotecnologia, a nanotecnologia. O Brasil vai ter de debruçar-se sobre essa janela do futuro, que, concordando comigo, o empresário Joelvir Gomes que, lá em Caçador, no interior de Santa Catarina, construiu uma indústria de informática fantástica. O Senador Cristovam Buarque conhece bem.

Assim, temos também de prospectar essas experiências dos empresários, dos centros de excelência, das academias, para que possamos efetivamente prestar uma grande colaboração ao futuro.

O que nós queremos, Presidente Renan Calheiros – e V. Exª demonstrou sensibilidade quanto a isso –, é fazer com que o Senado Federal, sem renunciar à sua rotina, priorize a análise desses grandes temas, para que possamos efetivamente construir marcos regulatórios que permitam a inserção do Brasil no futuro.

Quero solicitar ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que apresente uma proposta de cronograma

de funcionamento da Comissão na próxima semana. Vamos ajustar um horário que seja compatível, que nos dê tempo e espaço para discutir esses temas, para, a partir daí, projetar o Senado nesse cenário do futuro, ao qual o Brasil não pode renunciar, como o fez em 80, ao conhecimento sobre terras-raras, porque se submeteu ao mercado.

Os insumos produzidos através dela eram tão baratos – os chineses os faziam de forma tão barata –, que o Brasil renunciou ao conhecimento científico, assim como o fez com a energia nuclear nos anos 40 e 50. Não podemos mais fazer isso. Nós somos uma das potências mundiais. Temos de sê-lo também no conhecimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Registramos ainda que compõem a Comissão Senado do Futuro, como suplentes, os Senadores Lídice da Mata, Inácio Arruda, Pedro Tiques e Maria do Carmo Alves.

Ouviremos agora o Presidente do Senado Federal, Exmº Sr. Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Meu caro Senador Luiz Henrique, Presidente da Comissão que ora instalamos aqui, Senado do Futuro, meu caro Senador Cristovam Buarque, que será o Relator desta Comissão, Srs. Senadores, quero com muita satisfação destacar a presença de todos – Senadores Paulo Paim; Blairo Maggi; Wilder Moraes; Lídice da Mata; Ana Amélia; Eduardo Braga, Líder do Governo no Senado Federal; Inácio Arruda –, minha querida amiga Ministra, ex-Senadora, Ideli Salvatti, é uma honra muito grande tê-la aqui no Senado, no exato momento em que instalamos esta importante Comissão; Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra; Diretora-Geral do Senado, Srª Doris Marize Romariz Peixoto; Diretor da Secretaria de Comunicação Social, David Emerich; Diretor da Secretaria de Comissões, Flávio Roberto; convidados; senhoras e senhores, “O futuro dependerá daquilo que fazemos concretamente aqui no presente”, disse, certa vez, Mahatma Gandhi.

Com essa expectativa, é que hoje instalamos a Comissão Permanente Senado do Futuro, composta de 11 Senadores, que terão a missão de promover discussões sobre grandes temas mundiais e principalmente o futuro do Brasil, como uma das nações mais promissoras em todo o Planeta.

Além de aprimorar, como todos sabem, a atuação do Senado, para contribuir mais efetivamente com as gerações que haverão de nos suceder – meu querido amigo Cyro Miranda, perdoe-me a omissão, porque eu estava sistematicamente olhando para as primeiras

filas –, dessa forma, entendemos que olhar o futuro é importante, mas não é o bastante.

Para que sejamos merecedores de dias melhores, temos, sem dúvida, de nos preparar, antever e trabalhar com afinco, analisando as potencialidades, gerenciando perspectivas, minimizando riscos.

Temos, enfim, de aproveitar o dia de hoje para que o amanhã seja alvissareiro para todos. A necessidade de estudarmos as variáveis que se poderão apresentar no futuro é essencial para o bem-estar das populações de todos os países, desde as questões mais prosaicas, como aquelas que dizem respeito a problemas localizados, até, Senador Paulo Paim, aquelas que envolvem as relações internacionais, essenciais para a harmonia mundial.

Ademais, pensar no futuro e nos preparar para ele envolve questionamento sobre o nosso lugar no mundo, nossas responsabilidades, nossos deveres. Há vivências e práticas que, apesar de serem necessárias hoje, não contribuem para um futuro melhor; outras, que relegadas por se apresentarem hoje não tão importantes, são essenciais para o aprimoramento das relações interpessoais e institucionais em um processo cumulativo de aprendizagem. Elas são também importantes para incrementar o sentimento de pertencimento que caracterizam e distinguem os grupos, as comunidades, as instituições e as nações.

Assim, precisamos buscar soluções para os problemas e caminhos, para que eles não entrem no nosso futuro. São inúmeros os assuntos que podem ser abordados. Alguns deles já citados aqui pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Luiz Henrique, que presidirá a Comissão.

O Senador Cristovam Buarque, como todos sabem, foi um dos mais fervorosos defensores do Projeto Senado do Futuro. Alguns desses assuntos poderiam ser tratados, discutidos e aprofundados nesta Comissão.

Entre estes, a saúde dos oceanos e dos rios; o mundo pós-energia fóssil; as novas fronteiras da vida, inclusive com a inteligência artificial e o potencial das células-tronco; as novas fronteiras do universo, inclusive o potencial de viagens espaciais e exploração do espaço; os desafios da alimentação, tanto para eliminar a fome quanto para eliminar o envenenamento por comidas prejudiciais à saúde; a nanotecnologia e sua importância para o futuro em todas as áreas da tecnologia; o futuro da arte e da cultura; a evolução da moral e da cultura humana institucionalmente, como aqui foi dito.

Poderemos discutir também a cidadania brasileira; a relação entre os três Poderes do Estado; o novo Pacto Federativo; a representação política e novos arranjos políticos; paradigmas futuros da economia; enfrenta-

mento dos problemas administrativos; a exploração de recursos naturais; fontes alternativas de energia; risco de escassez; e também a Lei dos Pagamentos por Serviços Ambientais, as conhecidas PSAs.

O desenvolvimento de nossa população depende, em certo grau, de respostas que possamos obter das discussões desses empolgantes assuntos. A exemplo do que acontece no congresso chileno, com muito sucesso e exuberantes resultados, que, através do Senador Cristovam Buarque, nos serviu de inspiração, o Senado brasileiro poderá debruçar-se sobre esses ou qualquer outro assunto que julgar importante.

Sei que a competência do Senador Luiz Henrique, que presidirá a Comissão, do Senador Cristovam Buarque, que se incumbirá da relatoria, e dos outros componentes da Comissão – Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Cyro Miranda, Wilder Moraes, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Paulo Paim e Humberto Costa – farão esmeradas análises e elaborarão importantes relatórios e projetos que, sem dúvida alguma, enobrecerão ainda mais o Senado brasileiro.

Tendo ciência da importância de nosso papel, a Comissão Senado do Futuro – e, desde já, oriento para que a Comissão possa requisitar consultorias e assessorias – terá a incumbência de criar metas para que verdadeiramente possamos enfrentar os desafios que hoje nos apresentam, a fim de que tenhamos, todos, um futuro melhor.

Quero aproveitar a presença da Ministra Ideli, no momento em que encerro, e dizer que esta semana é muito rica, do ponto de vista do funcionamento do Senado Federal. Nós, ontem, deliberamos, votamos a reforma eleitoral. É claro que não é a reforma política de que o País precisa, e a sociedade nos exige; a reforma política, sem que haja um consenso em torno do modelo que vai substituir o existente, sem dúvida, precisará ser impulsionada pela sociedade.

Defendo que nós possamos evoluir na ampliação dos mecanismos de democracia direta. E, para que façamos a reforma política, talvez seja fundamental, antes de qualquer coisa, sobretudo com relação ao modelo, ao financiamento, que tantos problemas tem criado em nosso País, que nós façamos – defendo. Queria repetir: defendi. – uma consulta popular.

Vamos fazer, na próxima 5ª feira, a 2ª Sessão Temática do Senado Federal. Discutimos com a Ministra Carmem Lúcia, que é Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a reforma política na 1ª Reunião Temática; na 5ª, teremos a 2ª, e, nela, discutiremos o financiamento da saúde. A 3ª Sessão Temática já está proposta, para tratarmos da questão federativa desse novo arranjo federativo, que terá que ter, indiscutivelmente, o nosso País.

Nós, ontem, também, Ministra Ideli Salvatti, com o maior espírito de colaboração, que é papel do Legislativo, aprovamos critérios para a avaliação das políticas públicas. Todos os Parlamentos do mundo, sobretudo aqueles que priorizam uma aproximação com a sociedade, encontram na avaliação das políticas públicas exatamente um papel relevante para discutir, aprofundar, cobrar resultados, cobrar metas e efetivamente colaborar com mais eficiência dessas políticas públicas.

No Senado Federal, cada Comissão Permanente vai eleger, todos os anos, uma política pública, para que, com a parceria da Consultoria do Senado, do Tribunal de Contas da União, possamos exatamente, com critérios óbvios, proceder a essa avaliação.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos e dizer, mais uma vez, que esta semana é muito importante, para que possamos avançar na nossa pauta. Daqui a pouco, vamos voltar a conversar com a Câmara dos Deputados. Estamos vivendo problemas, do ponto de vista do funcionamento do bicameralismo no Brasil. O Senado tem demonstrado eficiência e avançado na apreciação da pauta, inclusive das matérias que chegam aqui da Câmara dos Deputados, e nós vivemos, do ponto de vista da tramitação das matérias do Senado Federal na Câmara dos Deputados, uma inversão inconcebível.

Muitas dessas matérias apreciadas nesses últimos dias, muitas mesmo, já foram sancionadas; outras foram promulgadas. Muitas delas – quase 30 matérias importantes, fundamentais – estão tramitando na Câmara dos Deputados, sem perspectiva de que sequer tenhamos um calendário, para que essas matérias sejam apreciadas.

No bicameralismo, pode-se emendar o projeto, a proposta de emenda constitucional, fazer revisão do projeto, rejeitá-lo. A única coisa que não se pode fazer é engavetar um projeto, porque, quando isso acontece, ocorre, como consequência, o apagão legislativo, que é o contraponto ao furor legisferante, mas, da mesma forma, excessivo e abominável.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos e parabenizar toda a Comissão, especialmente o Senador Cristovam Buarque e o Presidente da Comissão, Senador Luiz Henrique.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, agradecemos a presença de todos e desejamos uma boa tarde.

(Iniciada às 15 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 06 minutos.)

Edição de hoje: 584 páginas

(OS: 16330/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

